



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 46, QUINTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 23ª Reunião, realizada em 6 de Novembro de 2025	4
Ata da 24ª Reunião, realizada em 10 de Novembro de 2025	345
Ata da 25ª Reunião, realizada em 13 de Novembro de 2025	469
Ata da 26ª Reunião, realizada em 18 de Novembro de 2025	691
Ata da 27ª Reunião, realizada em 27 de Novembro de 2025	1011
Ata da 28ª Reunião, realizada em 1 de Dezembro de 2025	1304





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, José Lacerda, Humberto Costa, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Bia Kicis, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Cleber Verde, Welter, Jeferson Rodrigues, Dorinaldo Malafaia, Fernando Rodolfo, Sóstenes Cavalcante, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Zeca Dirceu, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Professora Dorinha Seabra, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Augusta Brito, Átila Lira e Beto Pereira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às doze horas e cinquenta e nove minutos e reaberta às quatorze horas e quinze minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e cinquenta e nove minutos e reaberta às dezesseis horas e três minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta e cinco minutos e reaberta às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1619 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Saulo Milhomem dos Santos, Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados da Dataprev." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2084 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Andre Piacentini Arnus, sócio-administrador da empresa BMG Corretora de Seguros LTDA." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 2328 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rodrigo Moraes, sócio da ARPAR Administração, Participação e Empreendimento S.A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 2495 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, tesoureiro da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Inss - 2025." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2498 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gutemberg Tito de Souza, empresário ligado a Unibap, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 2499 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Zacarias Canuto Sobrinho, empresário ligado a Unibap, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1985 de 2025** que: "Requer a realização de acareação entre os Srs. Antônio Carlos Camilo Antunes e Eli Cohen, advogado." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1987 de 2025** que: "Requer a realização de acareação entre os Srs. Antônio Carlos Camilo Antunes e Eli Cohen, advogado." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1534 de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa no estado do Maranhão, com o objetivo de apurar a prática de descontos associativos e empréstimos consignados contra aposentados do INSS. Aprovado com alteração de texto para que conste audiência pública ao invés de diligência." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 2513 de 2025** que: "Requer a realização de diligência na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de discutir as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que envolvem descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 2284 de 2025** que: "Requer o envio às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de pedido de aprovação de urgência e inclusão na Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.306/2025, essencial para o ressarcimento dos aposentados e pensionistas que foram vítimas da fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 2088 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre auditorias ou outras providências adotadas a respeito dos Acordos de Cooperação Técnica vigentes entre instituições financeiras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas. Aprovado com ajuste de redação para que qualquer informação sobre diligências em curso não seja compartilhada, de modo que o pedido fique restrito às investigações concluídas." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2233 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), informações sobre os relatórios de avaliação relativos à capacidade operacional de atendimento e às respostas de entrevistas que subsidiaram achados e recomendações constantes dos Relatórios nº 1680913 e nº 1675291." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2238 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de informações e dados referentes a eventuais ressarcimentos de descontos indevidos realizados em benefícios de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no período de 2019 a 2022." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2242 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre os Relatórios de Avaliação





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 1680913 e nº 1675291, resultantes de auditorias realizadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) visando avaliar a conformidade dos descontos de mensalidades associativas nas folhas de pagamento dos beneficiários." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2270 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, Sr. Wolney Queiroz, informações sobre cópias integrais de todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), convênios, aditivos, renovações e instrumentos correlatos firmados com o Banco BMG S.A., Banco C6 S.A., AgiBank, Banco Ficsa S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A.." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2310 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio da relação completa de todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) celebrados e renovados com instituições financeiras para a concessão de empréstimos consignados, discriminada ano a ano, no período de 2015 a 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2311 de 2025** que: "Requer, à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACOM), informações sobre a quantidade, o teor e o índice de resolução de reclamações registradas na plataforma consumidor.gov.br por beneficiários do INSS, de 2015 até o momento, relativas a empréstimos consignados fraudulentos ou irregulares." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2312 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre a fundamentação técnica e jurídica do cancelamento e/ou suspensão cautelar de Acordos de Cooperação Técnica sobre empréstimos consignados desde 2015." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2514 de 2025** que: "Requer solicitar à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a transferência do sigilo envolvendo as informações das aeronaves Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV, Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM e Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2184 de 2025** que: "Requer ao juízo criminal competente medidas cautelares necessárias, como o pedido de apreensão dos passaportes dos investigados que tiveram pedido de prisão aprovado pela CPMI do INSS, para garantir a efetividade das investigações e prevenir risco de evasão do país." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1942 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Rubens Oliveira Costa, empresário." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2275 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Felipe Macedo Gomes, empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2329 de 2025** que: "Requer a representação pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, de DOMINGOS SÁVIO DECASTRO, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que apresenta." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2313 de 2025 que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 2515 de 2025** que: "Requer a representação pela prisão preventiva do Sr. Vinícius Ramos da Cruz." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 2516 de 2025** que: "Requer a representação pela prisão preventiva dos Sr. Silas Vaz." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1010 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos de Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 2243 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Mkt Connection Group LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 2244 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Jbg Apoio Empresarial LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 2245 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Amj Security LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 2281 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos, dirigente da Master Prev Clube de Benefícios, abrangendo o período de 1º janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2248 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Emjc Calculo Certo LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2247 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Adv Servicos LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2246 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Emjc Calculo Certo LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2277 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Américo Monte Júnior (sócio de Felipe Macedo Gomes na empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A), abrangendo o período de 1º janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2276 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Igor Dias Delecrode, ex-Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2496 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Gutemberg Tito de Souza, CPF nº 620.850.181-49, referentes ao dia 1º de janeiro de 2015. Aprovado com ajuste para que conste como prazo final do pedido "até a presente data"." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2325 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MONTE CONSULTORIA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2324 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVARE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (filial), referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2323 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVARE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2335 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SICOOB CREDMETAL, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2327 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa EXPANSAOCRED ASSESSORIA E COBRANCA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2326 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa APCRED ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 2345 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 2344 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASTER PREV CLUBE DE BENEFÍCIOS, CNPJ nº 43.012.440/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 2343 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANDRE PIACENTINI ARNÚS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2342 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NEXT SECURITIZADORA S.A, CNPJ nº 34.639.441/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 2341 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BMG CORRETORA DE SEGUROS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2340 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO PEDRO DE MOURA, CPF nº 371.269.970-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2339 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora PAMELA SILVA GRECCO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 2338 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETI, CPF nº 266.161.448-60, consultora jurídica do Sindnapi, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 2337 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF),





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ESSENCE ASSESSORIA, CNPJ nº 07.659.397/0001-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2336 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SICOOB COOPERNAPI, CNPJ nº 16.564.240/0001-59, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 2355 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANDERSON CORDEIRO DE VASCONCELOS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 2354 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MARCO AURÉLIO GOMES, CPF nº 436.070.708-81, empresário e ex diretor da Amar Brasil Clube de Benefícios, da Master Prev, da ANDAPP e da AASAP, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 2353 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor AMÉRICO MONTE JUNIOR, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 2352 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AD VASCONCELOS LTDA, CNPJ nº 54.794.141/0001-52, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 2351 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa RC ADVANCED LTDA, CNPJ nº 54.737.967/0001-80, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 2350 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa KAIROS REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 52.392.144/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 2348 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ADV SERVICOS LTDA, CNPJ nº 48.846.820/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 2347 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALDC SERVICOS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 2346 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CENTURY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES, CNPJ nº 54.659.943/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 2365 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MARLENE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 766.006.538-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 2364 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GIOVANINI CARDOSO, CPF nº 012.637.448-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 2363 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LUIZ CARLOS SOARES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 2362 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CÍCERO CORDEIRO DE VASCONCELOS, CPF nº 193.012.358-20, ex-diretor da ABCB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 2360 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MICAELA DA SILVA MAGALHÃES, CPF nº 501.988.658-05, ex-diretora da AASAP e da ABCB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 2359 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALDEMAR MONTE NETO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 2358 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor AMÉRICO MONTE, CPF nº 941.852.718-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 2357 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor IGOR DIAS DELECRODE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 2356 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor FELIPE MACEDO GOMES, CPF nº 389.385.448-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2375 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora ANA LAURA AGUILERA GOMES, CPF nº 477.926.738-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 2374 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MAK CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 59.615.580/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 2373 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAJC GOMES CONSULT, referentes ao





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 2372 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAG-JC CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 53.157.081/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 2371 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa F2A TECHNOLOGY LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 2369 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa EMG - JC LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 2368 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E2M CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 59.630.226/0001-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 2367 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora ÉRICA CRISTINA DA SILVA MONTE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 2366 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora SOLANGE APARECIDA NOGUEIRA MACEDO, CPF nº 025.574.348-33, presidente da Master Prev Clube de Benefícios, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 2385 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANK SOLUCOES DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 55.905.658/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 2384 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa RHINO TECH DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 55.905.572/0001-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 2383 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CALLVOX CONTACT CENTER LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 2382 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PREVINA AUTO COM ESPECIALISTA EM PROTECAO LTDA, CNPJ nº 41.481.767/0001-67, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 2381 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ICD TECH LTDA, CNPJ nº 59.872.789/0001-13, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 2380 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ENGAJA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 44.077.305/0001-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 2379 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CLINT HUB LTDA, CNPJ nº 59.881.444/0001-26, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 2378 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa YES 2M MÍDIA MÓVEL LTDA, CNPJ nº 11.919.353/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 2377 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VISTA





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 2376 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PIXEL EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 54.456.547/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 2395 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FLM SECURITY LTDA, CNPJ nº 59.621.937/0001-27, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 2394 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AMJC M4 CONSULT LTDA, CNPJ nº 54.659.857/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 2393 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AMJ SECURITY LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 2392 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SPHERE EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (filial), CNPJ nº 54.423.183/0002-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 2391 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T&S EMPREENDEIMENTOS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 56.952.201/0001-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 2390 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa DM&H ASSESSORIA EMPRESARIAL E CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.579.040/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 2389 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa PREVENT BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 2388 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALCANTARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 57.787.708/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 2387 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa A&E SECURITY LTDA, CNPJ nº 59.625.821/0001-66, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 2386 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUCOES POWER BI SOFTWARE TECNOLOGIA E INTERNET LTDA, CNPJ nº 40.088.372/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 2405 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Protecao Premiada Classico P. V. LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 2404 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa DOMINGOS SAVIO DE CASTRO, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.," **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 2403 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Só Atividades de Teleatendimento - LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 2402 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa MAIS DESCONTOS DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 2401 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Pax Servicos de Apoio A. LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 2400 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DANIEL DIRANI, CPF nº 293.534.768-44, advogado, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 2399 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S/A, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 2398 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SPHERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (matriz), CNPJ nº 54.423.183/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 2397 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOSE BRANCO GARCIA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 2396 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IJX PARTICIPACOES LTDA., CNPJ nº 17.165.802/0001-54, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 2415 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Plural Intermediações de Negocios S/A, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 2414 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Pagglo Serviços Financeiros





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digitais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 2413 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à Sra. Thayse Daniela Silva Carvalho do Nascimento, sócia da Titanium Solutions LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 2412 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao Centro Médico Vitacare LTDA (filial), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 2411 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à Sra. Janete Pereira Lima, funnccionária de TI da UNASPUB, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 2410 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao Centro Médico Vitacare LTDA (matriz), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 2409 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Smart Money Holding LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 2408 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal do Senhor PHILIPPE ANDRE LEMOS SZYMANOWSKI, CPF nº 007.302.806-16, sócio da PLATAFORMA - CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 2407 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Plataforma - Consultoria e Representações LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 2406 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa CONTABIL NELMA





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 2423 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor COSIMO BARRETTA, CPF nº 470.528.648-00, contador da AASAP e MASTER PREV, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 2422 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal da empresa EMJC CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 48.843.869/0001-24, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 2421 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Arpar Administração, Participação e Empreendimento S.A., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 2420 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Titanium Solutions LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 2419 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao Sr. Adelino Rodrigues Júnior, procurador da CBPA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 2418 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Dinar S A P Investimentos, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 2417 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Spyder Intermediação e Consultoria LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 2434 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor NIVALDO DE FARIAS, CPF nº 693.733.375-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 2433 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NFX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 54.188.241/0001-35, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 2432 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal da empresa 360 SOLUCOES E MARKETING LTDA, CNPJ nº 50.526.548/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 2431 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AIR CONNECT S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 2430 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa MEDICINALE COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 2445 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BF01 PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA, CNPJ nº 31.434.238/0001-59, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 2444 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T&S EMPREENDIMENTOS NEGOCIOS E PARTICIPACOES S.A, CNPJ nº 56.952.201/0001-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 2443 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO SA, CNPJ nº 17.879.226/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 2442 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SEMPRE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 28.025.116/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 2441 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MAX63 SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ nº 00.200.459/0001-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 2440 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senhor JOSENIR CAVALCANTE LIMA, CPF nº 345.942.802-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 2439 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CIFRÃO TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 2436 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa DIMENSAO SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 09.148.839/0001-46, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 2455 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa COOPTEC COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES EM CONSULTORIA, INSTRUTORIA E EDUCACAO, CNPJ nº 30.533.510/0001-95, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 2454 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TO HIRE CARS COMERCIO E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 2453 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 2452 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION ASSESSORIA CONTABIL, CNPJ nº 13.079.619/0001-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 2451 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IMPACTO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 35.157.160/0001-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 2450 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor SAMUEL CHRISOSTOMO DO BOMFIN JUNIOR, CPF nº 013.180.261-56, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 2449 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da empresa EXPRESSO SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 23.053.288/0001-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 2448 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BICHO SOLTO AGROPECUARIA PET SHOP LTDA, CNPJ nº 32.965.149/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 2447 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INNOVAR ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 43.373.534/0001-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 2446 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FMB4 SECURITIZADORA S/A, CNPJ nº 27.720.669/0001-04, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 2465 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALEANO DE SOUZA GUARDACHONI, CPF nº 224.505.798-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 2464 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENCAO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 2463 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANTOS AGROINDUSTRIA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 2462 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ITT INSTITUTO TERRA E TRABALHO, CNPJ nº 00.441.932/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 2461 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DOGIVAL JOSÉ DOS SANTOS, CPF nº 183.389.411-15, sócio da entidade AAB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 2460 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora LUCINEIDE DOS





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

SANTOS OLIVEIRA, CPF nº 647.514.571-87, sócia da entidade AAB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 2459 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa AGROPECUARIA PKST LTDA, CNPJ nº 45.543.686/0001-03, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 2458 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IBC PRUDENTE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ nº 18.501.306/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 2457 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa C. MARCELINO DE SOUZA SANTOS SERVICOS DE LOCACOES LTDA, CNPJ nº 23.343.220/0001-13, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 2456 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CSS CONSULTORIA E GESTAO LTDA, CNPJ nº 57.551.901/0001-99, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 2468 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Senhor ZACARIAS CANUTO SOBRINHO, CPF nº 606.305.581-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 2467 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa D&M CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 24.786.294/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 2466 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor VENILTOM LIMA DINIZ, CPF nº 728.275.054-87, presidente da entidade ABAPEN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 2505 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa TL AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 37.358.889/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 2504 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TL AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 37.358.889/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 2503 de 2025** que: "Requer a elaboração de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa PAPELARIA PIKINSKENI EIRELI, CNPJ nº 18.501.306/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 2502 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAPELARIA PIKINSKENI EIRELI, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 2501 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa COOPTEC COOPERATIVA TRAB PROFI, referentes ao período de 23 de maio de 2018 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 2500 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COOPTEC COOPERATIVA TRAB PROFI, referentes ao período 23 de maio de 2018 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 2512 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa CIFRAO TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 2511 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CIFRAO TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 2510 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira da empresa CINDEAS COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZACA, CNPJ nº 02.287.694/0001-15, referentes ao período de 21 de fevereiro de 2020 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 2509 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E G CARVALHO XAVIER, CNPJ nº 40.244.381/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 2508 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa E G CARVALHO XAVIER, CNPJ nº 40.244.381/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 2507 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENÇÃO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 - REQUERIMENTO Nº 2506 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENÇÃO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025."

Autoria: Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 2263 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG/BA), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 2264 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG/BA), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 2349 de 2025** que: "Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático do Senhor MAURO PALOMBO CONCILIO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 2424 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo telemático do Senhor Rubens Oliveira Costa, sócio da Consult.on Gestão e Negócios, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 182 - REQUERIMENTO Nº 2425 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo telemático da empresa BRASILIA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 183 - REQUERIMENTO Nº 2427 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa AMIGO CENTER S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 184 - REQUERIMENTO Nº 2428 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa SEACOAST BRASILIA INCORPORADORA SPE LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 185 - REQUERIMENTO Nº 2429 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa BLUEPRINT BRASILIA INCORPORADORA SPE LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 186 - REQUERIMENTO Nº 2435 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo telemático da empresa PROSPECT CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A, CNPJ nº 44.722.047/0001-34, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Onyx Dornelles Lorenzoni, Ex-Ministro do Trabalho e Previdência, em atendimento aos requerimentos 384/2025, 547/2025 e 781/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e dois minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/06>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, senhores jornalistas e também aos representantes da OAB que se encontram presentes. A todos os assessores, meu obrigado.

Está aberta a sessão.

Havendo número regimental, declaro o início da 23ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 6 de novembro de 2025.

Meu bom dia também a todos os que acompanham a TV Senado, o YouTube, as redes sociais da TV Senado. O nosso muito obrigado pela confiança e pela dedicação em acompanhar aqui todos os nossos trabalhos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 22ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Ontem fizemos uma reunião de trabalho e chegamos a consensos. Temos apenas duas modificações que serão feitas, a pedido dos Líderes.

Em relação ao item 09, Requerimento 1.534, de 2025, de autoria do Deputado Duarte Jr.: faz-se necessária a adequação para que fique claro que se trata de realização de audiência pública.

Pergunto ao Deputado Duarte Jr. – dando bom-dia – se concorda com a mudança na redação do texto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, concordo com a alteração, conversão em audiência pública no Estado do Maranhão, e queria pedir autorização a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... para fazer um breve registro aqui de uma questão de fato, de ordem, inclusive de ordem pessoal. Nas últimas horas, eu tomei a iniciativa de divulgar uma ameaça que eu recebi, através do WhatsApp, da pessoa do Edson Araújo, atualmente Deputado Estadual no Estado do Maranhão, ele, que é Vice-Presidente da CBPA. Essa ameaça ocorreu depois da reunião passada, em que nós recebemos aqui o Presidente da CBPA, e nós fizemos o questionamento, mesmo ele sendo Deputado Estadual, mesmo ele sendo Vice-Presidente da CBPA, mesmo ele sendo filiado atualmente ao mesmo partido que eu, nós fizemos questionamento perguntando por qual razão a CBPA, após subtrair R\$123 milhões da conta de aposentados e pensionistas, depositou mais de R\$3,5 milhões na conta do Edson Araújo, pessoa física, e mais de R\$1,5 milhão na conta dos seus assessores na Assembleia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, Sr. Presidente, o Edson Araújo entrou em contato comigo através de mensagem no WhatsApp, com as seguintes afirmações: "Palhaçada", "Quer aparecer", "Lugar de palhaço é no circo". E eu respondi a ele afirmando que: "Lugar de ladrão de aposentado, pescador e pessoas com deficiência é na cadeia! [...]". E pedi respeito.

Afirmar que:

Não tenho absolutamente nada contra Vossa Excelência. Peço apenas que saiba diferenciar as coisas e me respeite. Se de fato acredita que não cometeu [...] [nenhuma irregularidade] e consegue justificar o repasse de mais de R\$ 3 milhões para sua conta pessoal e mais de R\$ 1 milhão para contas de seus assessores na Assembleia, transferidos [...] [após a] associação [...] retirar milhões [de reais] das contas de [...] aposentados [pensionistas] e pescadores maranhenses [...]".

Então, que caberia a ele se explicar. "O que não admito é [qualquer tipo de] ataque nem confusão de fatos."

Não suficiente, ele reafirmou que eu era "palhaço, irresponsável e incompetente" e disse que não tinha recebido nada de aposentado, e afirmou: "[...] nós ainda vamos nos encontrar". Eu perguntei: "Você está me ameaçando?". Ele disse: "Tô porque". Em seguida, ele afirma, abro aspas: "Você é um merda irresponsável", "Você vai ter que provar tudo que falou ou vai se arrepender". Segunda configuração do crime de ameaça. Aí eu perguntei: "O que vc vai fazer?". Aí ele disse: "Você vai saber".

Restando configurado por três vezes o crime de ameaça, eu não tive outra alternativa a não ser... Primeiro, quero agradecer a Deus, agradecer a V. Exa., Senador Carlos Viana, que imediatamente me atendeu, me recebeu, mesmo com uma agenda ocupada, discutindo o Orçamento, me recebeu em seu gabinete. Confesso, naquele primeiro momento, a gente fica nervoso, fica preocupado. Quando a gente não é só nós, quando a gente tem uma família, uma esposa, que está grávida de oito meses, quando a gente tem filhos, a nossa preocupação é bem maior. Agradeço a ti, Carlos Viana, pela atenção.

Registrei a ocorrência na Polícia Legislativa Federal, conversei também com o Deputado Hugo Motta. Pedi segurança à minha família. Peço aqui a esta Comissão, extrapauta, que possa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar essa escolta, essa segurança para minha família. Estou pedindo também que possa ser inserido requerimento de convocação do Edson Araújo para depor a esta CPMI, já tem dezenas de requerimentos de autoria de outros Deputados. Peço também a quebra do sigilo bancário, já tem vários requerimentos que são solicitados por outros Parlamentares. Fiz o pedido formal de expulsão dele do PSB e fiz também o pedido para quebra de decoro na Assembleia Legislativa.

E eu quero aqui, por fim, Sr. Presidente, dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que, apesar de algumas notícias às vezes serem injustas e afirmarem que esta CPMI se esvaziou, que esta CPMI flopou, nada, nada disso é verdade. Esta CPMI não está buscando holofote, ela não está buscando audiência, ela está buscando devolver o dinheiro de todo mundo que foi roubado neste país.

Eu peço muito a ajuda de todos vocês, independentemente, de Deputados do meu partido, de partidos de esquerda, da direita, porque eu confesso a vocês que não é justo que, neste país, quem comete crime fique livre, fique impune, e quem faz o que é justo viva num estado de insegurança, de medo, de preocupação. Eu passo a semana toda, assim como V. Exas., aqui em Brasília, preocupado com o que está acontecendo com a minha esposa, com onde minha esposa está, onde meu filho está. Minha esposa está grávida de oito meses, e eu peço muito a ajuda de V. Exas. para que eu possa garantir o mínimo de segurança à minha família, para que a gente possa continuar com esses trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Esse é o nosso pedido.

Muito obrigado a ti, Presidente.

Muito obrigado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O pedido de... O pedido de proteção do Deputado Duarte Jr. está sendo deferido, por ofício, da Presidência. Não há necessidade de votação do Plenário. Nós vamos oficiar ao Presidente da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara, Hugo Motta, para que, junto à Polícia Legislativa, faça a proteção em Brasília e para que a Polícia Federal possa fazer a proteção à família e ao nosso Vice-Presidente no Maranhão.

Senhores, em relação ao item 12, nós temos, portanto, duas mudanças apenas de redação, no item 9 e no item 12.

O Requerimento 2.088, de autoria do Deputado Alfredo Gaspar, sofrerá um ajuste na redação para que qualquer informação sobre diligências em curso não seja compartilhada, para que o pedido fique restrito às investigações já concluídas em relação aos empréstimos consignados, somente essas mudanças.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O item 38...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... requerimento de minha autoria, diz assim: "referente ao dia 1º de janeiro de 2015", e, na realidade, é "a partir do dia 1º de janeiro de 2015".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o *caput*?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É o RIF do Sr. Gutemberg... Se o senhor quiser também que a gente refaça o requerimento, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há necessidade. A Secretaria está fazendo aqui as anotações.

Os itens 9, 12 e 38, portanto, terão a redação corrigida, de acordo com o que está sendo proposto, o.k.? Eu vou colocar em votação antes...

1ª PARTE

ITEM 9





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1534/2025

Requer a realização de diligência externa no estado do Maranhão, com o objetivo de apurar a prática de descontos associativos e empréstimos consignados contra aposentados do INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 2088/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre auditorias ou outras providências adotadas a respeito dos Acordos de Cooperação Técnica vigentes entre instituições financeiras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 38****REQUERIMENTO Nº 2496/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Gutemberg Tito de Souza, CPF nº 620.850.181-49, referentes ao dia 1º de janeiro de 2015.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

V. Exas. querem pela ordem antes da votação?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu posso usar 30 segundos somente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um minutinho, por favor.

Pela ordem, Deputado Rogério Correia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o meu é antes, porque diz respeito a um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que não está hoje na pauta, mas foi aprovado no dia 18 de setembro de 2025, e constou um erro material. Era para se referir ao Sr. Américo Monte Júnior, e não apareceu o "Júnior", então, ficou "Américo Monte". Assim, eu peço que seja feito o ajuste: onde se lê "Américo Monte", leia-se "Américo Monte Júnior". Isso em relação ao requerimento. Pediria a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu tinha ainda um outro pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a respeito de um requerimento. Não sei se faço agora ou se V. Exa. quer aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Pode fazer.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, primeiro, permita-me prestar também solidariedade ao Duarte Jr. Quero dizer que é bom mesmo ter os cuidados necessários porque, realmente, quando se mexe com crime, a gente sabe sempre do risco que se tem. Eu fui Relator,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá na Assembleia Legislativa de Minas, da CPI do Narcotráfico na época. E a gente sabe como os problemas se avolumam para o lado de quem investiga.

E queria também aqui fazer uma homenagem, Presidente, aproveitando que V. Exa. também é mineiro, ao Lô Borges, né? Minas Gerais está muito triste com a morte do Lô Borges, um grande compositor do Clube da Esquina.

Presidente, é o seguinte: eu apresentei o requerimento e vi que ele está para votação – quero pedir o apoio de todos os Deputados –, que é relativo à medida provisória para fazer o pagamento dos aposentados. Eu faço a questão de ordem, porque essa medida provisória caduca agora dia 13. Portanto, já é na semana que vem.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E essa medida provisória tem um valor de 3,312 bilhões para fazer a devolução ao conjunto de aposentados que tem até o dia 14 ainda de novembro para fazer a contestação. O que já foi emitido foi para 3,586 milhões de aposentados. Esses já requereram e já receberam os recursos oriundos da medida provisória, um valor que chega a quase 2,5 bilhões, também já ressarcidos. Agora, ainda falta quase 1 bilhão, que está na medida provisória. Por isso, a necessidade da medida provisória, porque, até o dia 14 de novembro, outros aposentados podem ainda fazer a requisição da devolução. E, caso a medida provisória não seja aprovada, corre-se o risco de não ter autorização ao Governo para fazer o pagamento desses aposentados.

Só para ter uma notícia, só para ter uma noção, eu fiz aqui um cálculo, por exemplo, de um aposentado aí que ficou, de 2000 a 2025, sendo descontado, um prazo de cinco anos, que é o que fala, inclusive, a medida provisória. Então, desde 2020 até 2025. Se ele tinha um desconto de R\$50 por mês, ele vai ter aí uma devolução, considerando também a reposição inflacionária, em torno de R\$3,6 mil. Então, é um recurso considerável que foi roubado individualmente de cada aposentado. Isso vai variar muito o cálculo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas eu fiz um cálculo aí desta média, ou seja, há uma devolução importante para os aposentados que o Governo Federal está fazendo, e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não tenho dúvida de que tem que ser o Governo que faça, ou seja, o Erário público, porque foi um problema do INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... um problema do INSS independente de Governo. Então, portanto, o aposentado tem o direito de receber.

Então, é isso, Presidente.

Agradeço aí a boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pela ordem, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Carlos Viana, Sr. Relator Alfredo Gaspar.

Eu quero me solidarizar também com o Deputado Duarte Jr., porque, pelo livre exercício da sua atividade parlamentar, que o povo do Maranhão o escolheu para representar, o senhor está sendo intimidado – intimidado quando o senhor faz o seu trabalho com coragem aqui. E eu quero dizer que nós do Partido Novo, e eu tenho certeza de que toda a oposição, apoiamos as suas proposições aqui, parabenizamos o Presidente Carlos Viana por, de ofício, liberar aí a escolta e fazer esse pedido ao Presidente da Câmara também, mais as quebras de sigilo e também as convocações desse Deputado. Pode contar conosco, nossa solidariedade.

Também, Presidente, ao senhor e ao Dr. Alfredo Gaspar, porque um veículo tradicional da imprensa brasileira publicou anteontem um editorial...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... cujo título é "O triste fim da CPI do INSS". E aqui ele coloca no subtexto, subtítulo: "A comissão deveria servir para entender a roubalheira [das aposentadorias] e evitar que se repetisse. O problema é que nem governo nem oposição são inocentes, o que esvaziou as investigações". Eu me senti violentado com isso aqui, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho votado todos os requerimentos aqui de convocação, de quebra de sigilo, obviamente, de pessoas que têm alguma relação com essa roubalheira absurda que aconteceu no Brasil, talvez a maior da história mundial da previdência. E eu me sinto – eu acho que a solidariedade vai para todos da Comissão aqui – vilipendiado com isso aqui. Que história é essa? Por que se está colocando dúvida sobre o trabalho desta CPI, quando a gente vê independência, principalmente dos senhores que estão comandando?

Então, eu gostaria que a CPI do Crime Organizado – e aí eu espero que não seja cortina de fumaça, Deputado Marcel van Hatten –, que foi instalada terça-feira nesta Casa, e que o comando foi tomado pelo PT, que também não assinou a CPI... A gente precisa deixar isso claro, que a tropa de choque do Governo Lula não assinou nem essa e nem assinou a CPI do Crime Organizado, que não seja a cortina de fumaça ideal para abafar uma Comissão exitosa desta Casa.

Eu participei de quase todas as CPIs desde que cheguei aqui e nunca vi uma repercussão tão grande na população. Quando eu vou no interior do Ceará, e o senhor já deu o testemunho aqui também em Minas Gerais, as pessoas param, parabenizam, dizem que estão acompanhando. Aqui dá 50 mil, no mínimo, uma hora da manhã, quando você soma quem está transmitindo no YouTube. Agora da grande mídia, a "grande" – entre aspas – eu não vejo essa cobertura que está dando aqui a rede social, a população. Será que essa CPI do Crime Organizado agora vai ofuscar esta? Esse é o questionamento. Nós vamos ver.

Agora aqui a independência vai continuar, nós vamos continuar votando os requerimentos. Espero que não haja mais blindagem. E, Presidente, para encerrar, eu quero lhe dizer uma coisa: eu entrei... Para acabar com essas manobras em CPIs, para que elas tenham cada vez mais credibilidade, eu entrei com um Projeto de Resolução do Senado nº 48, anteontem, que vai mudar o Regimento Interno do Senado, Deputada Bia kicis, para que quem não assinou requerimento de instalação, que não queira investigar, não possa participar, porque esse é um instrumento da minoria, da minoria, porque a maioria está usando toda a força, todo o poder, toda a máquina para, exatamente, abafar e sabotar e boicotar.

Então, Presidente, minha solidariedade sobre esse editorial, e que a gente possa continuar com a população, que é a nossa grande aliada para colocar realmente quem está errado na cadeia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Eu vou passar aos demais aqui. Vou pedir só para a gente ser um pouquinho mais célere para a gente dar sequência com rapidez.

Mas me permitam manifestar-me aqui o sobre a palavra do Senador Girão em relação às notícias. Olha, eu, por 23 anos da minha vida, né, ajudei a fazer notícias e ensinei jornalistas. Então eu conheço. E uma das coisas mais bonitas do jornalismo é exatamente as divergências quando a gente fala em artigos e editoriais. Essa diversidade de pensamentos torna o jornalismo mais interessante, além da notícia formal. Agora, cabe a nós, que estamos aqui nesta Comissão, mostrar a que viemos. Eles podem fazer as notícias que desejarem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Mas mentir, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, não, mas não é;... É uma avaliação, Excelência; a avaliação é pessoal. Não é? Cada um tem...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – O senhor parece que está conversando com os jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

Eu poderia ser o que me sentiria mais atingido por essa notícia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Mas eu digo aos senhores o seguinte: nós estamos no meio dessa investigação. Eu digo até que estamos caminhando para os momentos mais importantes, porque uma investigação, Senador Marcos Rogério, é feita de paciência e principalmente de determinação, porque você não consegue solucionar um caso, muitas vezes, sem meses e meses de trabalho.

Então, eu vou dizer aos Parlamentares aqui e aos aposentados – porque não vai adiantar a minha palavra que não vai mudar a visão... Os jornalistas têm sua visão e a gente tem que conviver com elas. Mas eu digo para os senhores o seguinte: olha, semana passada eu fiz uma breve





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação aqui. Nós já temos muito bem configurado – muito bem configurado – que nós temos um núcleo criminoso de pelo menos três servidores públicos que passaram de governo para governo e se mantiveram em postos-chaves. Eu não vou adiantar, não, porque é uma questão de... Temos um quarto que está sendo investigado. Esse núcleo se juntou aos operadores que nós já conhecemos do sistema, operadores que faziam a recepção e a lavagem do dinheiro por meio das empresas falsas.

Nós estamos numa fase agora – e eu espero que a gente possa caminhar bem nela, e aí eu tenho conversado muito com os Líderes... Nós sabemos que esse núcleo de servidores públicos que tomaram esse grupo para si, essa organização, recebeu apoios políticos, porque eles não se manteriam nos cargos se eles não tivessem apoios de grupos que estavam no poder do Governo daquele momento. Então, nós não temos um Governo que é culpado e o outro... Nós temos governos em que essas pessoas conseguiram se manter e esse esquema sobreviveu. Nós temos que dizer aqui quem são esses entes políticos, até onde essas ramificações vão. Essa é a outra parte da nossa investigação. Para isso, nós estamos ouvindo aqui ex-ministros, secretários... Nós estamos ouvindo todo mundo, mas cabe a esta Comissão dizer a que veio em relação a isso, porque, se a gente começar a entrar na área da política, e a gente começar a não dar respostas à população, aí, infelizmente, o editorial vai estar certo, porque eles já estão com a visão lá na frente, porque...

A questão, por exemplo... Duarte Jr. foi o primeiro. Ele fez uma declaração sobre uma pessoa do Maranhão que tem explicações a dar – nós não vamos dizer se é corrupto ou não, porque é uma questão de se provar. Mas ele já foi o primeiro. Vários de nós aqui, tanto a oposição quanto o Governo, que vai estar ali... O que vai acontecer? Também terá momentos em que terão que mexer na ferida. Aqui nós temos vários requerimentos que mexem na ferida. E eu sei, tenho certeza de que tanto o Relator, quanto eu, quanto o Líder do Governo e da Oposição têm sido, naturalmente, pressionados. Agora, esse é o momento de nós dizermos com clareza e volto...

E agradeço, Senador Girão, porque eu e o Gaspar, o Deputado Alfredo Gaspar, temos conversado muito – muito. E eu tenho dito para os senhores o seguinte: nós estamos dispostos a ir até o final. Se os senhores estão dispostos a ir até o final conosco, então sejam bem-vindos, porque nós estamos entrando na fase mais delicada, porque as operações, os depósitos, isso tudo já está muito bem delineado. Hoje, se a gente quisesse acabar com a CPML e fazer um relatório





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontando quem roubou, nós já poderíamos fazer. O Alfredo Gaspar está aqui. Quando a gente senta e analisa, fala assim, "olha, nós já temos aqui todo o núcleo criminoso operativo". Mas cadê o núcleo criminoso político? Cadê aqueles que indicaram? Eles receberam o quê pelas indicações para manter essas pessoas roubando os aposentados?

Então eu faço um desafio aos senhores aqui: vamos provar que o editorial está errado pelos nossos resultados, não pelas nossas palavras, porque nós temos até março do ano que vem para dizer à população brasileira que nós estamos gastando dinheiro público aqui, valendo a verdade. Por que gastar dinheiro público para poder passar brilho... Para isso, não contem comigo, não contem com o Relator e, tenho certeza, não contem com a maioria dos que estão aqui. Se fosse para isso, eu não estaria aqui.

Mas quem está nos assistindo, Senador Girão, senhores, Senador Rogério Correia, quem está nos assistindo, está satisfeito conosco. O povo que não está nas redes, esse povo está feliz com cada um dos Parlamentares que estão aqui. E estão acompanhando a fala de cada um dos senhores. E lembrem-se do seguinte, aposentado é aquele que – aposentada – senta com os filhos e os netos no domingo, quando é visitado pela família, e conta na mesa o que viu. Então, se o aposentado perceber que tem gente aqui tentando ocultar, tentando impedir a investigação, nós teríamos uma rede de informações hoje, populares, gigantesca no país para dizer que determinado político ou política não está cumprindo o seu papel. Então, vamos provar pelos resultados.

E tenho, olha, a maior tranquilidade para passar a palavra aos senhores. Essa CPMI hoje já tem muitas explicações a dar ao país e propor questões para que a roubalheira não continue, mas nós temos um dever ainda, eu repito: qual é o núcleo político? Quem manteve essas pessoas no cargo? Quem autorizou? Quem indicou? Essas pessoas ganharam dinheiro? De que maneira essas pessoas participaram?

Então, os senhores querem... querem uma... dizer, então vamos em frente. Eu vou dar a sequência às palavras aqui, com coragem. Eu vou pedir, está anotado aqui, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador, só um minutinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar ao Deputado Coronel Chrisóstomo, pela ordem, em seguida eu vou passando aos senhores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está inscrito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – O senhor podia declinar a lista, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A lista é a seguinte: Coronel Chrisóstomo, Deputado Luiz Lima, Marcel van Hattem, Senador Izalci, Senador Rogério Correia, Paulo Pimenta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rogerio, não, Rogerio Marinho eu vou colocar logo à frente, que ele pediu primeiro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – O senhor está botando o Rogério Correia como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas eu gosto de ver as pessoas prosperando. Se for isso...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Agradeço, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espera aí, espera aí, espera aí. Espera aí, gente. Espera aí, gente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – José Medeiros também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, isso. Vamos colocando.

Eu só vou... posso pedir para falar dois minutos?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Estou inscrito, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui, Eliziane.

Está.

Marcos Rogério está aqui, Rogerio Marinho, todos aqui. Alencar Santana.

Pois não, Deputado Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ainda sobre o *Estadão*, concordo com...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Olá, Rondônia!

Concordo com o Senador Girão, entendeu? Agora, uma coisa é certa, Senador Girão. Eu ainda não vi o *Estadão* aqui fazendo um levantamento do que nós estamos fazendo. Eu ainda não vi o *Estadão* aqui fazendo uma cobertura da CPI do roubo dos aposentados. Eu ainda não vi o *Estadão*! Cadê ele? Tem aquela empresa global também... Não aparecem aqui, mas ficam lá de fora criticando o nosso trabalho, Presidente. Aqui... Aqui, esta CPMI não refresca nádega de pato. Quem refresca nádega de pato é lagoa. A CPMI não refresca.

E, Presidente, não são os políticos, os ligados à política que nós temos que trazer para cá; nós temos que trazer os bancos também.

(Soa a campainha.)



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Os bancos enfiaram a mão, as suas diretorias... Inclusive, eu vou fazer um requerimento convocando a diretoria do Banco Master. Esse eu vou fazer. O Banco Master virá aqui para se sentar e explicar por que roubaram questões dos consignados dos nossos velhinhos e velhinhas do Brasil. É inaceitável isso, Presidente! Eu, como criador da CPI, fico sentindo muito, Presidente... Sinto quando vejo que as coisas passam no meio dos nossos dedos. E nós não poderemos fazer isso. Nós viemos para fazer justiça aos nossos idosos, aposentados e pensionistas, que construíram os municípios, que construíram o Brasil, que deram seu sangue e seu suor... É por isso que nós estamos aqui.

Estou vendo aqui você, Luiz Lima, que é um batalhador; o Deputado Filipe Martins; e outros Parlamentares aqui.

Portanto, Presidente, eu concluo assim: estamos aqui para cumprir uma missão em nome dos nossos aposentados e pensionistas e não vamos afrouxar. Vamos continuar até o fim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... final de março, ou até estender mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Viana.

Eu vou na mesma linha do Senador Girão e do Deputado Coronel Chrisóstomo. Essa reportagem do *Estadão* não reflete os 24 convidados que tivemos aqui, de diferentes espectros: operadores financeiros, sindicatos de fachadas, recebedores de propina do alto e do baixo escalão da política brasileira.

Mas o que me chamou a atenção na semana passada... A CNN Internacional me ligou, a Rede Globo de Televisão, a televisão argentina, para saber da operação do Rio de Janeiro, e nenhum desses órgãos entrou em contato comigo para saber sobre os três meses da CPMI, o maior roubo dos aposentados, R\$6 bilhões, sem dar um tiro, num esquema que lesou aposentados seriamente – pessoas certamente perderam as vidas aqui quando foram descontados e deixaram de comprar um remédio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o segundo ponto é prestar solidariedade ao Deputado Duarte. Deputado Duarte, eu gostaria de dizer que eu me preocupo muito com o senhor, tá? Faço um pedido...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ao Presidente Hugo Motta para que reforce a sua segurança. O que o senhor recebeu foi uma ameaça clara e uma ameaça que eu já recebi também no Rio de Janeiro. Eu sempre relutei em ter segurança comigo, mas, por pressão da minha mãe, da minha esposa e da minha filha, depois de cinco anos, eu passei a ter um rapaz que fica comigo. Então, eu não gosto realmente de perder a liberdade de andar de moto, de bicicleta, mas a ameaça que o senhor sofreu é muito séria, tá? Então, eu gostaria de dizer que eu me preocupo muito, e principalmente a sua família deve se preocupar mais até com o senhor do que o senhor próprio.

Então, eu faço esse apelo e, se não for atendido, eu faço um pedido ao senhor que, enquanto o Governo brasileiro não garantir a segurança, contrate um segurança para andar com o senhor, porque a ameaça que o senhor sofreu foi muito séria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcelo Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, em primeiro lugar, toda a solidariedade ao Deputado Duarte Jr., que é Vice-Presidente desta Comissão, e reforçando aqui o pedido que a gente quebre o sigilo do Deputado Estadual Edson Araújo, do mesmo partido, aliás, do Deputado Duarte Jr., e também o convoquemos.

Acho importante isso e é importante que todos nós estejamos imbuídos desse mesmo propósito que tem o Deputado Duarte, nós do Novo também temos: custe o que custar, doa a quem doer – não importa se é do mesmo lado político –, é preciso investigar e chegar ao fundo desse roubo dos aposentados.

Segundo ponto, não me preocupam muito as manifestações da imprensa, principalmente – Sr. Presidente, corroboro com o que o senhor disse – quando essa mesma imprensa não acompanha o que está acontecendo. Então, quando não sabem o que está acontecendo, é óbvio que vão chegar a conclusões indevidas, falsas e até mesmo que acabam diminuindo o trabalho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão, que está sendo tão importante. Eu queria que essa imprensa que tem se manifestado pontualmente...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – estivesse aqui todos os dias. Basta, aliás, olhar para trás, admirando o trabalho daqueles que estão aqui. Veja quantas câmeras – não preciso nem me virar –, quantas câmeras estão aqui hoje e compare com a CPI, por exemplo, da covid, quantas câmeras tinha todos os dias e quantos meios estavam dando entrevista. E aqui nós estamos falando do roubo bilionário maior da história, do INSS, dos aposentados.

E, por fim, Sr. Presidente, eu queria trazer um assunto aqui que nós discutimos já anteriormente que é a questão dos honorários advocatícios que foram incluídos no acordo com a AGU, a OAB, a DPU, o próprio INSS, o Governo Federal e o Ministério Público Federal. Quero chamar atenção, Sr. Presidente, porque o acordo que foi firmado prevê que os honorários da OAB ou dos advogados será de 5% do valor devolvido, pagos também por nós brasileiros por meio do INSS, mas é importante lembrar que a maioria das causas tramita no juizado especial cível, porque os valores a serem devolvidos são inferiores a 60 salários mínimos. Nesse caso, Sr. Presidente, segundo a lei, nos juizados especiais federais não há honorários sucumbenciais, exceto quando há recurso, ou seja, a OAB colocou uma obrigação para nós cidadãos pagarmos por meio do INSS, mesmo que a lei estabeleça que não há essa obrigação.

Sr. Presidente, o acordo ainda deixa claro que isso é a título de honorários sucumbenciais. Isso é dito no §3º da cláusula oitava do acordo, estabelecendo que o percentual de 5% não afasta os honorários contratuais pactuados entre advogado e cliente, aquilo que nós chamamos de honorários, portanto, contratuais. E a OAB só participou do acordo no fim nos parece – e eu queria esse esclarecimento de V. Exa. do que estamos fazendo – para favorecer advogados que estão participando desses trâmites, ainda que em detrimento da lei. E o pior, a OAB tem uma obrigação legal de não só defender os interesses dos advogados, como também defender a ordem jurídica, o que inclui as próprias leis.

Por isso – e agradeço a tolerância de V. Exa. –, para concluir, Sr. Presidente, eu queria saber de V. Exa. e da própria CPI: primeiro, se a convocação do Sr. Beto Simonetti, já protocolada por dois Deputados, Coronel Chrisóstomo e Kim Kataguiri, será votada, acho que é importante ele





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar aqui para explicar melhor esse acordo; e, segundo, se a OAB vai voltar atrás desse acordo, que, no fim das contas, prejudica o cidadão pagador de impostos, num momento mais difícil que é justamente esse de ressarcir os aposentados pelo roubo que aconteceu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, também reforçando essa...

Primeiro, quero me solidarizar com o nosso Vice-Presidente.

Nós teremos, agora até dia 18 de dezembro, se é que o recesso virá dia 18 de dezembro, nós teremos 12 reuniões. Está faltando... Nós tivemos aqui diversos requerimentos de convocação que ainda não foram chamados. A gente precisava definir, o mais rápido possível, as prioridades, porque é o que V. Exa. falou, a gente conhece bem o que está acontecendo. E precisamos entrar logo no consignado, Presidente, porque o rombo maior não está nem nos descontos assistenciais, está no consignado. Então, a gente precisa ter um tempo maior e, se possível, aprovar já os requerimentos de quebra de sigilo dos consignados, para adiantar e lá na frente a gente não ter que ficar esperando documentos.

Então, é a observação que eu faço a V. Exa. e quero parabenizar, mais uma vez, a condução da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós – só, Senador Izalci Lucas – temos já uma lista de prioridades que estão sendo cumpridas. A questão é que são dezenas de convocações, porque, senão, não teremos tempo. Então, nós precisamos ouvir o núcleo principal.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até por dever de justiça, é importante registrar, a exemplo dos demais, que eu poderia até ter me espelhado no que foi dito anteriormente e não ter falado. Eu sei que a gente tem a oitiva aí do nosso convidado, mas é importante que o Deputado Duarte saiba que todos nós somos solidários a ele e à sua família. Porque uma ameaça que é feita a ele é feita ao conjunto deste Colegiado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hora em que um Parlamentar, no uso das suas prerrogativas, busca elucidar um crime tão hediondo, é evidente que aqueles que se sentem incomodados e se dão à pachorra de fazer esse tipo de intimidação, eles se julgam acima da lei dos homens e absolutamente incólumes.

Então, o remédio que está sendo apresentado, inicialmente, é salvaguardar a vida dos familiares...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... do Deputado Duarte e a dele mesmo, garantir a inviolabilidade do seu mandato, da sua materialidade, mas, sobretudo, tomar aqui uma medida – eu diria – profilática e, de forma que acredito unânime, na próxima sessão, votaríamos a convocação desse cidadão para que ele, do alto da sua beligerância, tenha a condição de expor aqui, publicamente, quais os motivos pelos quais ele entendeu poder, acima da lei e dos costumes, fazer uma ameaça tão explícita a um Parlamentar desta Comissão. Então, receba a minha solidariedade.

O outro ponto, que para mim é muito claro – e aí eu chamaria a atenção dos senhores –, é que essa é a 24ª Reunião, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vigésima quarta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vigésima terceira.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vigésima terceira. Então, Sr. Presidente, eu vim a todas elas, a exemplo do senhor e de alguns aqui presentes, e tenho feito um esforço grande para estar aqui.

E a gente tem aqui, é claro, porque aqueles que aqui estão têm vinculação política – essa é uma Casa da política –, e seria uma enorme hipocrisia imaginar o contrário, mas cada um dos Parlamentares aqui presentes tem um compromisso com o seu público, com a sociedade e com o que defendeu por ocasião das últimas eleições na praça pública, ou seja, defender a sua agenda, a sua pauta e as vinculações e relações com um grupo político específico.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, todos nós temos também aqui um dever maior ainda com a sociedade brasileira: de eviscerar esse processo, colocá-lo a nu, e aqueles que, porventura, de fato, foram flagrados com recursos, com benesses, com favorecimento – eu não tenho dúvida de que vão ser identificados, expostos, independentemente da matriz política, e, ao final, nós teremos um belo trabalho e um relatório aprovado aqui por unanimidade, não tenho nenhuma dúvida.

Mas eu quero aqui, Presidente, deixar claro que já faz três ou quatro reuniões – e aí eu me dirijo ao Governo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e eu tenho pedido aqui que o discurso se torne concreto, que haja materialidade no discurso.

Nós votamos aqui há duas semanas uma espécie de indicação, de forma unânime, de que iríamos solicitar ao Presidente do Congresso Nacional, do Senado da República, antes do término da sessão legislativa deste ano, que deve se exaurir em 15 de dezembro, que todos nós unanimemente apoiássemos o fato de que se acabasse em definitivo a possibilidade do desconto associativo na folha de pagamento, porque isso por si só resolveria o problema para o futuro. Nós estamos debruçados sobre o passado: o que aconteceu, quem foi roubado, de que maneira foi roubado, quem deu causa, quem trabalhou para que isso acontecesse.

Na terça-feira, Sr. Presidente, eu informo a V. Exa. que irei pessoalmente ao Senador Davi Alcolumbre e vou entregar a relação dos apoiadores. Nós temos aqui até agora 34 Senadores e Senadoras, inclusive o voto de V. Exa., a assinatura de V. Exa., mas não há um único membro do Partido dos Trabalhadores, um único. Então, eu apelaria inclusive ao Governo, que está aqui presente, que fizesse um esforço até a terça-feira da próxima semana, para que os membros do PT, do PCdoB, do PSB – quero fazer justiça aqui à Senadora Leila que assinou – colocassem a sua assinatura, para que o discurso não fosse só discurso, que a intenção se transformasse em gesto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Paulo Pimenta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero manifestar aqui a nossa solidariedade também, Presidente, ao Deputado Duarte Jr., aos seus familiares. Vamos apoiar todas as medidas, todas as iniciativas, para que ele possa ter a segurança necessária e que também possa haver total responsabilidade desse Deputado Estadual, suplente de Deputado Estadual. Vamos quebrar o sigilo dele, vamos convocar ele para vir aqui. O senhor vai ter todo o nosso respaldo e o nosso apoio.

E vou acatar a solicitação do Senador Rogerio Marinho e fazer essa solicitação aí ao Líder da nossa bancada. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sr. Presidente, eu queria também, antes, me solidarizar com o colega, Deputado Duarte Jr., com a sua família, a Karen, que está grávida, minha solidariedade a ela, ao Luca, que é a sua alegria e naturalmente a alegria de muitos maranhenses, inclusive a minha, porque eu o acompanho nas redes sociais e ele é um garoto cheio de alegria e de energia. Já cumprimento o Presidente por deferir de ofício a sua solicitação.

E Presidente, eu queria lhe parabenizar pela sua fala. V. Exa. traz uma vertente que eu acho que é a grande vertente da CPI, que é exatamente o apadrinhamento político.

Presidente, na investigação da Polícia Federal dos R\$6,5 bilhões, as quebras de sigilo que naturalmente já chegaram à mão do Relator e a todos nós também, apontam algo em torno de R\$1,5 bilhão, se você faz esses cruzamentos, com todas as quebras que ocorreram até o presente momento...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... tanto na investigação na CPMI quanto na Polícia Federal. Isso significa que tem algo em torno de R\$3,5 a R\$4 bilhões espalhados por aí e que a gente não sabe onde está, muito embora tenha havido bloqueio da Polícia Federal nas contas dessas entidades...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda é muito pequeno.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... mas o volume desse dinheiro já não estava mais na conta das entidades, então foi para algum lugar, e a gente precisa entender quais lugares foram esses.

E para mim fica muito claro: a mando de representantes políticos, Presidente, porque toda essa engrenagem que aconteceu, da ordem de R\$6 bilhões, jamais seria possível se os padrinhos não estivessem assegurando a proteção desses delinquentes, desses criminosos. Então, eu acho que esse é um ponto fundamental da Comissão.

V. Exa. define até agora, no mês de dezembro, as pessoas que virão a esta Comissão. Eu acho que a gente precisa fechar até o mês de março com a convocação desses padrinhos políticos, porque a investigação dará a nós, de fato, esse norte.

Então, eu queria parabenizá-lo, dizer que V. Exa. está fazendo um trabalho, de fato, muito importante nesta Comissão e, naturalmente, o Brasil reconhece o trabalho que V. Exa. está fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, em face das observações feitas aqui, digo que o papel de uma CPI – e desta não é diferente – é justamente o papel de lançar luz sobre os fatos, sobre os participantes de um esquema apurado no âmbito de uma CPI, como é o escândalo do INSS, sobre quem se beneficiou desse esquema e, ao final, apresentar um relatório que vai apontar as providências sugeridas pela CPMI: pedir investigação e punição, propor mudança na governança do INSS e mudanças na própria lei.

Agora, quanto à maneira como a sociedade vê o trabalho da CPI ou da CPMI, eu penso que não nos cabe controlar, o que nos cabe aqui é investigar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... e investigar em profundidade, sem...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... seletividade, com imparcialidade.

Eu... A minha origem é a imprensa, e a liberdade de opinião – uma frase clichê – é o oxigênio da democracia; não dá para pensar diferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Calar uma voz é negar justamente o direito de pensar, embora, ultimamente, a imprensa, digo, não existe para agradar, mas para revelar e, ultimamente, tem revelado muito pouco porque está ocupada em repetir narrativas, mas, ainda assim, é parte do ambiente de liberdade. Eu posso discordar, mas ele tem o direito de manifestar aquilo que acredita ser a verdade dele.

Então, o nosso papel aqui é não fugir do eixo da CPMI, do trabalho da CPMI, e aqui elogio o trabalho do Relator desta Comissão, que tem sido incansável, o trabalho de V. Exa., que tem sido firme na condução...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... dos trabalhos. E, aí, o resultado vai vir, eu não tenho dúvida disso.

Por isso, me empenho em estar aqui toda semana para cumprir o meu papel, acreditando que esta CPMI é uma CPMI que faz bem ao Brasil e aos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, vou ser breve, até porque a gente tem que ouvir o Ministro Onyx Lorenzoni.

Eu quero me solidarizar com o Deputado Duarte pelo que está passando, então eu acho... Parabenizo V. Exa. pelo encaminhamento.

Agora, o que eu gostaria de falar é que, em relação a... Eu acho triste que esta CPMI não tenha o foco e a atenção que precisa, que ela tenha sido boicotada, não só por boa parte da imprensa, mas também pelo Governo, mas também pelo STF. Acho triste o que a gente vê: é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

blindagem atrás de blindagem. Então, eu acho que não querer convocar pessoas que possam esclarecer, seja a que título for, eu acho lamentável. Lamentável.

Eu estou vendo o esforço do Relator, de todo o time, de toda a equipe técnica. E o discurso é lindo: roubo de aposentado e estamos defendendo o aposentado. Mas, querendo ou não, a gente vê o movimento do Governo aqui dentro...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... blindando convocação de irmão de Lula, blindando quebra de sigilo de operador que está ligado a Presidente do Senado, blindando assessores de Presidentes das Casas, blindando publicitária que recebeu milhões de esquema, blindando convocação de lobista que está ligado ao Careca do INSS, blindando quebra de sigilo de agência de turismo de sindicato petista.

Então, é blindagem atrás de blindagem.

Eu acho triste que isso aconteça, mas, infelizmente, nesta Comissão, o Governo formou uma maioria, e a gente só não avança mais porque eles não querem.

Eu quero deixar essa minha indignação, porque eu acho bonita a fala, mas, na hora do vamos ver, por que a gente não convoca e organiza quem você e o Relator definam?

Então, só para a gente sair do discurso e de fala, sinceramente, porque eu acho que até que são frutos de mau-caratismo. Eu quero deixar isso claro.

Muito obrigada, Presidente, pela sua condução.

E eu só tenho um esclarecimento a fazer. Na semana que vem, eu estou confusa ou vai ser segunda e terça, esta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Essa é uma comunicação que eu faria, mas já aviso a todos que será segunda e quinta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Por vídeo.*) – Beleza. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão mantidas as datas normais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, colegas Deputados, Deputadas, primeiro, presto nossa solidariedade também ao Deputado Duarte e parabenizo a decisão desta Comissão. Seja ele ou qualquer outra pessoa que tiver ameaça durante a investigação, temos que agir com o mesmo ímpeto, porque não dá para a gente aceitar isso.

Eu quero me manifestar aqui parabenizando todos os Deputados e Senadores que fazem parte desta CPMI, porque é um trabalho coletivo.

Tenho divergência, eventualmente, em alguns pontos e tenho repetido, desde o início, que nós temos que nos preocupar com o resultado final e tomarmos cuidado para que esta CPMI não seja desmoralizada. Não falei isso uma vez, repeti mais de uma vez.

A gente pode criar um fato pontual, achar isso engraçado, achar isso bom, mostrar autoridade em determinado momento, mas não necessariamente a gente está construindo um trabalho que passe uma imagem de seriedade se a gente não pensar naquilo que nós queremos lá adiante.

De minha parte, é chegar à verdade absoluta...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – e identificar as pessoas ocultas que foram beneficiadas por esse roubo, que, está muito claro, teve participação de servidores de um núcleo ali, que organizava, participava dentro da máquina pública, mas também teve agentes políticos. Afinal de contas, essas entidades não surgiram do nada e não fizeram tal roubo se não se sentissem também amparados por alguém. Acho que esse tem que ser o nosso foco.

Parabenizo a decisão do Governo que, através da AGU, entrou pedindo ressarcimento a todas as entidades e aos envolvidos. Alguns já têm bens bloqueados; outros, estamos esperando a decisão agora do Ministro André Mendonça.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo assim agiu para proteger o interesse público, da mesma maneira como atingiu e beneficiou aquele que foi lesado, devolvendo o dinheiro. E está buscando o resgate desse valor para que o Estado seja ressarcido – mais dez segundos, Presidente – desse prejuízo, mas, ao mesmo tempo, assegurou o ressarcimento ao idoso, ao aposentado lesado.

Acho que esse tem que ser o alvo que nós temos que buscar e valorizar sempre, sem dúvida alguma.

E o acordo foi bom para quem aderiu a ele. Os advogados que porventura tinham uma ação de um cliente, paralela, individual, cobrando honorários ainda maiores, se ele aderiu, eles diminuiram, mas garantiram o direito imediato ao seu cliente.

E, por fim, Presidente, através da investigação, a imprensa revelou o que estava acontecendo também. E o papel da imprensa foi importante, inclusive para o movimento daqueles que estavam defendendo desde o início a CPMI. Se ela tem uma opinião crítica em determinado momento, nós vamos ter que saber dialogar com isso e superar esse movimento, fazendo um trabalho ainda mais sério, claro, objetivo e, repito, tendo um objetivo final: a verdade absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Eu tenho mais dois inscritos e vou encerrar, o.k.?

Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu sou do Estado do Maranhão, quero cumprimentar aqui o Deputado Duarte. Minha solidariedade a V. Exa., que tem um trabalho muito forte no nosso estado, na defesa do consumidor, e aqui nesta Comissão, atuando de forma brilhante para encontrar os resultados que a CPMI propõe.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Alfredo Gaspar, nosso Relator, que tem valores familiares e, acima de tudo, também é um árduo defensor de valores cristãos; e o nosso Presidente da CPMI, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Presidente, quero parabenizar e cumprimentar V. Exa. pela leveza como toca a Presidência e pela firmeza, quando é necessário, para conduzir os trabalhos desta Comissão.

A Bíblia enfatiza a importância de cuidar de viúvas e órfãos. Eu cito as viúvas porque, Senadora Damares, quantas viúvas do nosso país foram prejudicadas, tendo o seu desconto nas suas pensões? Eu cito os órfãos porque muitos aposentados do nosso país hoje são órfãos.

(Soa a campanha.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Órfãos porque as suas famílias já não os têm mais dentro de casa; e quando os têm, os têm em função exatamente do benefício que recebem. Muitos deles estão hoje em albergues ou entregues em algum lar de amparo aos idosos.

E eu não posso deixar de descrever o que diz a Bíblia, que diz que esses grupos são vulneráveis e que necessitam de proteção e justiça. Deus é um protetor e defensor desses grupos e punirá severamente aqueles que os oprimirem. É proibido explorar viúvas e órfãos – me refiro aos aposentados nesse caso. Se eles clamarem a Deus por ajuda, Sr. Presidente, Deus ouvirá e intervirá contra os opressores, alertando para as severas consequências, com punições divinas.

Eu tenho certeza, só para concluir, Sr. Presidente, que esta Comissão, pelo trabalho que V. Exa., que o nobre Relator, que os nobres pares aqui da Comissão estão fazendo, ouvindo aqueles que precisam ser ouvidos, que nós vamos encontrar respostas. Nós iremos, conforme a lei preconiza, com o escopo da legislação, determinar punição severa àqueles que praticaram crimes, que roubaram os nossos aposentados. Mas eu não tenho dúvida de que, além do trabalho desta Comissão, das consequências que esses terão, também tem as consequências divinas, que com certeza serão severas por tudo o que eles fizeram, todo o mal que eles fizeram para as nossas viúvas e os nossos órfãos, que são os nossos aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Cleber Verde.

Como o nosso último orador, Deputado Sóstenes Cavalcante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, hoje, por atividades no estado, eu não vou poder ficar até o final, mas também gostaria, como todos os colegas, de me solidarizar com o Deputado Duarte pelo ocorrido. E quero fazer um acréscimo, Presidente. O Deputado Duarte foi ameaçado. Eu tenho muito mais medo, como alagoano – igual ao nosso Relator, que também é do Estado de Alagoas –, de cachorro que não late: esse morde. O cara que late normalmente não morde, Duarte. Não estou falando que é seu caso, e V. Exa. está correto em pedir proteções a V. Exa. e à sua família. Por que digo isso? Todos nós aqui estamos expostos, mas ninguém está mais exposto do que o senhor, que é Presidente, e o Relator, que já pediu a prisão de pelo menos uns quatro aqui.

Então, gostaria de deixar para análise de V. Exa. se, em especial, vossa Presidência e o Relator não avaliam a necessidade de preventivamente analisarem...

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... a mesma questão, até porque, já que a imprensa está falando que a gente não está fazendo nada, é porque a imprensa tem o olhar que eles querem ter. Eu tenho visto o trabalho de V. Exa., em especial dessa Presidência e do Relator, e sugiro que V. Exas. avaliem. Eu tenho mais medo de quem não late do que de quem late. Então, V. Exas. estão no alvo de muita gente. A gente está, como diria, atacando o interesse de grandes, gente poderosa, que roubaram bilhões deste país e bilhões de aposentados e pensionistas. E, se V. Exas. entenderem, eu não esperaria o aviso, não. Eu já agiria de forma preventiva.

Fica aqui a minha sugestão aos dois, que têm feito um belo trabalho, e a todos os membros desta Comissão, como bem falou o Deputado Alencar Santana.

Para terminar, Presidente, eu, por questão de justiça, tenho uma amizade e quero... Entendendo a posição do Relator na última reunião, eu tenho uma amizade muito grande com o Pastor Jonatas Câmara, do Amazonas, que foi citado de forma elegante pelo Relator na questão do depoimento do nosso último depoente, e, como eu tenho uma amizade pessoal com ele, ele mandou uma nota de esclarecimento, Relator, que eu estou deixando, inclusive, como eu não vou falar agora, estou deixando com a Senadora Damares, que é do partido Republicanos, que também é do partido do Deputado Silas Câmara, que é irmão do Pastor Jonatas. Eu conheço o Pastor Jonatas, um homem de uma idoneidade moral e seriedade muito grandes. E aí nós vamos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar às suas mãos, ao nobre Relator, as notas de esclarecimento para a gente dirimir quaisquer dúvidas sobre a Fundação Boas Novas, o Pastor Jonatas e todo o acontecido aqui na segunda-feira. Como eu não ficarei até o final, estou deixando com a minha colega, que é do Republicanos, Senadora Damares, que também o conhece, o Pastor Jonatas Câmara. E eu quero dar testemunho da vida e da idoneidade moral deste Pastor, que representa uns 700 mil membros no Estado do Amazonas.

Muito obrigado. Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senhores, em votação os requerimentos previstos na pauta de hoje, nºs 1 a 186, com as redações modificadas para:

- item 9: passa a ser audiência pública;
- item 12: auditorias já realizadas;
- 38: a partir de 1º de janeiro.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1619/2025

Requer a convocação do Sr. Saulo Milhomem dos Santos, Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados da Dataprev.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2084/2025



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Andre Piacentini Arnus, sócio-administrador da empresa BMG Corretora de Seguros LTDA.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 2328/2025**

Requer a convocação do Senhor Rodrigo Moraes, sócio da ARPAR Administração, Participação e Empreendimento S.A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 2495/2025**

Requer a convocação do Senhor Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, tesoureiro da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Inss - 2025.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2498/2025

Requer a convocação do Senhor Gutemberg Tito de Souza, empresário ligado a Unibap, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 2499/2025

Requer a convocação do Senhor Zacarias Canuto Sobrinho, empresário ligado a Unibap, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1985/2025

Requer a realização de acareação entre os Srs. Antônio Carlos Camilo Antunes e Eli Cohen, advogado.

Autoria: Deputado Duarte Jr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 1987/2025**

Requer a realização de acareação entre os Srs. Antônio Carlos Camilo Antunes e Eli Cohen, advogado.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 1534/2025**

Requer a realização de diligência externa no estado do Maranhão, com o objetivo de apurar a prática de descontos associativos e empréstimos consignados contra aposentados do INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Observação: Aprovado com alteração de texto para que conste audiência pública ao invés de diligência.

1ª PARTE**ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 2513/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de diligência na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de discutir as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que envolvem descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE**ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 2284/2025**

Requer o envio às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de pedido de aprovação de urgência e inclusão na Ordem do Dia da Medida Provisória nº 1.306/2025, essencial para o ressarcimento dos aposentados e pensionistas que foram vítimas da fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 2088/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre auditorias ou outras providências adotadas a respeito dos Acordos de Cooperação Técnica vigentes entre instituições financeiras e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Aprovado com ajuste de redação para que qualquer informação sobre diligências em curso não seja compartilhada, de modo que o pedido fique restrito às investigações concluídas.

1ª PARTE**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 2233/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), informações sobre os relatórios de avaliação relativos à capacidade operacional de atendimento e às respostas de entrevistas que subsidiaram achados e recomendações constantes dos Relatórios nº 1680913 e nº 1675291.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 2238/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de informações e dados referentes a eventuais ressarcimentos de descontos indevidos realizados em benefícios de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no período de 2019 a 2022.

Autoria: Deputado Rogério Correia



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 2242/2025**

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre os Relatórios de Avaliação nº 1680913 e nº 1675291, resultantes de auditorias realizadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) visando avaliar a conformidade dos descontos de mensalidades associativas nas folhas de pagamento dos beneficiários.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 2270/2025**

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com as instituições financeiras Banco BMG S.A., Banco C6 S.A., AgiBank, Banco Ficsa S. A. e Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como suas eventuais renovações, aditivos e instrumentos congêneres.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17**REQUERIMENTO Nº 2310/2025**

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio da relação completa de todos os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) celebrados e renovados com instituições financeiras para a concessão de empréstimos consignados, discriminada ano a ano, no período de 2015 a 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 2311/2025**

Requer, à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACOM), informações sobre a quantidade, o teor e o índice de resolução de reclamações registradas na plataforma consumidor.gov.br por beneficiários do INSS, de 2015 até o momento, relativas a empréstimos consignados fraudulentos ou irregulares.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 2312/2025**

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre a fundamentação técnica e jurídica do cancelamento e/ou suspensão cautelar de Acordos de Cooperação Técnica sobre empréstimos consignados desde 2015.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar**1ª PARTE****ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 2514/2025**

Requer solicitar à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a transferência do sigilo envolvendo as informações das aeronaves Beech Aircraft modelo 58P, de prefixo PT-OOV, Cessna Aircraft, modelo 172RG, de prefixo PR-ATM e Beech Aircraft modelo F90, de prefixo PT-LPL.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar**1ª PARTE****ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 2184/2025**

Requer ao juízo criminal competente medidas cautelares necessárias, como o pedido de apreensão dos passaportes dos investigados que tiveram pedido de prisão aprovado pela CPMI do INSS, para garantir a efetividade das investigações e prevenir risco de evasão do país.

Autoria: Deputado Zé Trovão**1ª PARTE****ITEM 22**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1942/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Rubens Oliveira Costa, empresário.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 2275/2025**

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Felipe Macedo Gomes , empresário.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE**ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 2329/2025**

Requer a representação pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, de DOMINGOS SÁVIO DECASTRO, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que apresenta.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 25****REQUERIMENTO Nº 2313/2025**

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 2515/2025**

Requer a representação pela prisão preventiva do Sr. Vinícius Ramos da Cruz.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 2516/2025**

Requer a representação pela prisão preventiva dos Sr. Silas Vaz.

Autoria: Senador Carlos Viana





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 28****REQUERIMENTO Nº 1010/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos de Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE**ITEM 29****REQUERIMENTO Nº 2243/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Mkt Connection Group LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 30****REQUERIMENTO Nº 2244/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Jbg Apoio Empresarial LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 31****REQUERIMENTO Nº 2245/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Amj Security LTDA, abrangendo o período de 9 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 32****REQUERIMENTO Nº 2281/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos, dirigente da Master Prev Clube de Benefícios, abrangendo o período de 1º janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE**ITEM 33****REQUERIMENTO Nº 2248/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Emjc Calculo Certo LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 34****REQUERIMENTO Nº 2247/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Adv Servicos LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 35****REQUERIMENTO Nº 2246/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Emjc Calculo Certo LTDA, abrangendo o período de 8 de dezembro de 2022 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 36

REQUERIMENTO Nº 2277/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Américo Monte Júnior (sócio de Felipe Macedo Gomes na empresa F2A Construtora e Incorporadora S.A), abrangendo o período de 1º janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 2276/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Igor Dias Delecrode, ex-Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 2496/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Gutemberg Tito de Souza, CPF nº 620.850.181-49, referentes ao dia 1º de janeiro de 2015.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: Aprovado com ajuste para que conste como prazo final do pedido “até a presente data”.

1ª PARTE**ITEM 39****REQUERIMENTO Nº 2325/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MONTE CONSULTORIA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 40****REQUERIMENTO Nº 2324/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVARE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA (filial), referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 41****REQUERIMENTO Nº 2323/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVARE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 42****REQUERIMENTO Nº 2335/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SICOOB CREDMETAL, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 43**REQUERIMENTO Nº 2327/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa EXPANSAOCRED ASSESSORIA E COBRANCA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 44****REQUERIMENTO Nº 2326/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa APCRED ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 45****REQUERIMENTO Nº 2345/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 46****REQUERIMENTO Nº 2344/2025**

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASTER PREV CLUBE DE BENEFÍCIOS, CNPJ nº 43.012.440/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 47****REQUERIMENTO Nº 2343/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANDRE PIACENTINI ARNÚS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 48****REQUERIMENTO Nº 2342/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NEXT SECURITIZADORA S.A, CNPJ nº 34.639.441/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 49****REQUERIMENTO Nº 2341/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BMG CORRETORA DE SEGUROS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 50**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2340/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO PEDRO DE MOURA, CPF nº 371.269.970-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 51****REQUERIMENTO Nº 2339/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora PAMELA SILVA GRECCO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 52****REQUERIMENTO Nº 2338/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora TONIA ANDREA INOCENTINI GALLETTI, CPF nº 266.161.448-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

60, consultora jurídica do Sindnapi, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 53****REQUERIMENTO Nº 2337/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ESSENCE ASSESSORIA, CNPJ nº 07.659.397/0001-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 54****REQUERIMENTO Nº 2336/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SICOOB COOPERNAPI, CNPJ nº 16.564.240/0001-59, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 55****REQUERIMENTO Nº 2355/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANDERSON CORDEIRO DE VASCONCELOS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 56****REQUERIMENTO Nº 2354/2025**

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MARCO AURÉLIO GOMES, CPF nº 436.070.708-81, empresário e ex diretor da Amar Brasil Clube de Benefícios, da Master Prev, da ANDAPP e da AASAP, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 57**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2353/2025

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor AMÉRICO MONTE JUNIOR, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 58****REQUERIMENTO Nº 2352/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AD VASCONCELOS LTDA, CNPJ nº 54.794.141/0001-52, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 59****REQUERIMENTO Nº 2351/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal da empresa RC ADVANCED LTDA, CNPJ nº 54.737.967/0001-80, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 60****REQUERIMENTO Nº 2350/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa KAIROS REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 52.392.144/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 61****REQUERIMENTO Nº 2348/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ADV SERVICOS LTDA, CNPJ nº 48.846.820/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 62****REQUERIMENTO Nº 2347/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALDC SERVICOS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 63****REQUERIMENTO Nº 2346/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CENTURY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES, CNPJ nº 54.659.943/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 64**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2365/2025

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MARLENE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 766.006.538-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 65****REQUERIMENTO Nº 2364/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GIOVANINI CARDOSO, CPF nº 012.637.448-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 66****REQUERIMENTO Nº 2363/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal do Senhor LUIZ CARLOS SOARES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 67****REQUERIMENTO Nº 2362/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CÍCERO CORDEIRO DE VASCONCELOS, CPF nº 193.012.358-20, ex-diretor da ABCB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 68****REQUERIMENTO Nº 2360/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MICAELA DA SILVA MAGALHÃES, CPF nº 501.988.658-05, ex-diretora da AASAP e da ABCB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 69****REQUERIMENTO Nº 2359/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALDEMAR MONTE NETO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 70****REQUERIMENTO Nº 2358/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor AMÉRICO MONTE, CPF nº 941.852.718-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 2357/2025

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor IGOR DIAS DELECRODE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 2356/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor FELIPE MACEDO GOMES, CPF nº 389.385.448-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 2375/2025

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal da Senhora ANA LAURA AGUILERA GOMES, CPF nº 477.926.738-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 74****REQUERIMENTO Nº 2374/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MAK CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 59.615.580/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 75****REQUERIMENTO Nº 2373/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAJC GOMES CONSULT, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 76****REQUERIMENTO Nº 2372/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAG-JC CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 53.157.081/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 77****REQUERIMENTO Nº 2371/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa F2A TECHNOLOGY LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 78**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2369/2025

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa EMG - JC LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 79****REQUERIMENTO Nº 2368/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E2M CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 59.630.226/0001-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 80****REQUERIMENTO Nº 2367/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal da Senhora ÉRICA CRISTINA DA SILVA MONTE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 81****REQUERIMENTO Nº 2366/2025**

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora SOLANGE APARECIDA NOGUEIRA MACEDO, CPF nº 025.574.348-33, presidente da Master Prev Clube de Benefícios, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 82****REQUERIMENTO Nº 2385/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANK SOLUCOES DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 55.905.658/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 83****REQUERIMENTO Nº 2384/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa RHINO TECH DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 55.905.572/0001-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 84****REQUERIMENTO Nº 2383/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CALLVOX CONTACT CENTER LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 85**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2382/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PREVINA AUTO COM ESPECIALISTA EM PROTECAO LTDA, CNPJ nº 41.481.767/0001-67, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 86****REQUERIMENTO Nº 2381/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ICD TECH LTDA, CNPJ nº 59.872.789/0001-13, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 87****REQUERIMENTO Nº 2380/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal da empresa ENGAJA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 44.077.305/0001-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 88****REQUERIMENTO Nº 2379/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CLINT HUB LTDA, CNPJ nº 59.881.444/0001-26, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 89****REQUERIMENTO Nº 2378/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa YES 2M MÍDIA MÓVEL LTDA, CNPJ nº 11.919.353/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 90****REQUERIMENTO Nº 2377/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que procedase à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 91****REQUERIMENTO Nº 2376/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PIXEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 54.456.547/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 92**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2395/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FLM SECURITY LTDA, CNPJ nº 59.621.937/0001-27, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 93****REQUERIMENTO Nº 2394/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AMJC M4 CONSULT LTDA, CNPJ nº 54.659.857/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 94****REQUERIMENTO Nº 2393/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AMJ SECURITY LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 95****REQUERIMENTO Nº 2392/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SPHERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (filial), CNPJ nº 54.423.183/0002-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 96****REQUERIMENTO Nº 2391/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T&S EMPREENDIMENTOS NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 56.952.201/0001-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 97****REQUERIMENTO Nº 2390/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa DM&H ASSESSORIA EMPRESARIAL E CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.579.040/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 98****REQUERIMENTO Nº 2389/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa PREVENT BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 99****REQUERIMENTO Nº 2388/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALCANTARA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, CNPJ nº 57.787.708/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 100****REQUERIMENTO Nº 2387/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa A&E SECURITY LTDA, CNPJ nº 59.625.821/0001-66, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 101****REQUERIMENTO Nº 2386/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUCOES POWER BI SOFTWARE TECNOLOGIA E INTERNET





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

LTDA, CNPJ nº 40.088.372/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 102****REQUERIMENTO Nº 2405/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Protecao Premiada Classico P. V. LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 103****REQUERIMENTO Nº 2404/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa DOMINGOS SAVIO DE CASTRO, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.,

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 104****REQUERIMENTO Nº 2403/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Só Atividades de Teleatendimento - LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 105****REQUERIMENTO Nº 2402/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa MAIS

DESCONTOS DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 106

REQUERIMENTO Nº 2401/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Pax Servicos de Apoio A. LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 107

REQUERIMENTO Nº 2400/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DANIEL DIRANI, CPF nº 293.534.768-44, advogado, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 108

REQUERIMENTO Nº 2399/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S/A, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 109****REQUERIMENTO Nº 2398/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SPHERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (matriz), CNPJ nº 54.423.183/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 110****REQUERIMENTO Nº 2397/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOSE BRANCO GARCIA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 111****REQUERIMENTO Nº 2396/2025**

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IJX PARTICIPACOES LTDA., CNPJ nº 17.165.802/0001-54, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 112****REQUERIMENTO Nº 2415/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Plural Intermediações de Negócios S/A, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 113

REQUERIMENTO Nº 2414/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Pagglo Serviços Financeiros Digitais LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 114

REQUERIMENTO Nº 2413/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à Sra. Thayse Daniela Silva Carvalho do Nascimento, sócia da Titanium Solutions LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 115

REQUERIMENTO Nº 2412/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Centro Médico Vitacare LTDA (filial), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 116****REQUERIMENTO Nº 2411/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à Sra. Janete Pereira Lima, funnctionária de TI da UNASPUB, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 117****REQUERIMENTO Nº 2410/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao Centro Médico Vitacare LTDA (matriz), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 118****REQUERIMENTO Nº 2409/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Smart Money Holding LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 119****REQUERIMENTO Nº 2408/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal do Senhor PHILIPPE ANDRE LEMOS SZYMANOWSKI, CPF nº 007.302.806-16, sócio da PLATAFORMA - CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 120**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2407/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Plataforma - Consultoria e Representações LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 121****REQUERIMENTO Nº 2406/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa CONTABIL NELMA LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 122****REQUERIMENTO Nº 2423/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor COSIMO BARRETTA, CPF nº 470.528.648-00, contador da AASAP e MASTER PREV, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 123

REQUERIMENTO Nº 2422/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal da empresa EMJC CÁLCULO CERTO LTDA, CNPJ nº 48.843.869/0001-24, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 124

REQUERIMENTO Nº 2421/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Arpar Administração, Participação e Empreendimento S.A., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 125

REQUERIMENTO Nº 2420/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Titanium Solutions LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 126

REQUERIMENTO Nº 2419/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes ao Sr. Adelino Rodrigues Júnior, procurador da CBPA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 127

REQUERIMENTO Nº 2418/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa Dinar S A P Investimentos, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 128****REQUERIMENTO Nº 2417/2025**

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal, referentes à empresa Spyder Intermediação e Consultoria LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 129****REQUERIMENTO Nº 2434/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor NIVALDO DE FARIAS, CPF nº 693.733.375-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 130****REQUERIMENTO Nº 2433/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NFX SOLUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 54.188.241/0001-35, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 131****REQUERIMENTO Nº 2432/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal da empresa 360 SOLUCOES E MARKETING LTDA, CNPJ nº 50.526.548/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 132****REQUERIMENTO Nº 2431/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AIR CONNECT S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 133****REQUERIMENTO Nº 2430/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa MEDICINALE COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 134****REQUERIMENTO Nº 2445/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BF01 PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA, CNPJ nº 31.434.238/0001-59, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 135****REQUERIMENTO Nº 2444/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T&S EMPREENDIMENTOS NEGOCIOS E PARTICIPACOES S.A, CNPJ nº 56.952.201/0001-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 136****REQUERIMENTO Nº 2443/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO SA, CNPJ nº 17.879.226/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 137**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2442/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SEMPRE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 28.025.116/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 138****REQUERIMENTO Nº 2441/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MAX63 SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ nº 00.200.459/0001-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 139****REQUERIMENTO Nº 2440/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOSENIR CAVALCANTE LIMA, CPF nº 345.942.802-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 140****REQUERIMENTO Nº 2439/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CIFRÃO TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 141****REQUERIMENTO Nº 2436/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa DIMENSAO SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 09.148.839/0001-46, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 142****REQUERIMENTO Nº 2455/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa COOPTEC COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES EM CONSULTORIA, INSTRUTORIA E EDUCACAO, CNPJ nº 30.533.510/0001-95, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 143

REQUERIMENTO Nº 2454/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TO HIRE CARS COMERCIO E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 144

REQUERIMENTO Nº 2453/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 145****REQUERIMENTO Nº 2452/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION ASSESSORIA CONTABIL, CNPJ nº 13.079.619/0001-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 146****REQUERIMENTO Nº 2451/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IMPACTO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 35.157.160/0001-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 147**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2450/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor SAMUEL CHRISOSTOMO DO BOMFIN JUNIOR, CPF nº 013.180.261-56, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 148****REQUERIMENTO Nº 2449/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa EXPRESSO SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 23.053.288/0001-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 149****REQUERIMENTO Nº 2448/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BICHO SOLTO AGROPECUARIA PET SHOP LTDA, CNPJ nº 32.965.149/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 150****REQUERIMENTO Nº 2447/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INNOVAR ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 43.373.534/0001-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 151****REQUERIMENTO Nº 2446/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FMB4 SECURITIZADORA S/A, CNPJ nº 27.720.669/0001-04, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 152****REQUERIMENTO Nº 2465/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALEANO DE SOUZA GUARDACHONI, CPF nº 224.505.798-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 153****REQUERIMENTO Nº 2464/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENCAO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 154****REQUERIMENTO Nº 2463/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANTOS AGROINDUSTRIA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 155****REQUERIMENTO Nº 2462/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ITT INSTITUTO TERRA E TRABALHO, CNPJ nº 00.441.932/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 156****REQUERIMENTO Nº 2461/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DOGIVAL JOSÉ DOS SANTOS, CPF nº 183.389.411-15, sócio da entidade AAB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 157****REQUERIMENTO Nº 2460/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora LUCINEIDE DOS SANTOS OLIVEIRA, CPF nº 647.514.571-87, sócia da entidade AAB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 158

REQUERIMENTO Nº 2459/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa AGROPECUARIA PKST LTDA, CNPJ nº 45.543.686/0001-03, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 159

REQUERIMENTO Nº 2458/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IBC PRUDENTE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ nº 18.501.306/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 160****REQUERIMENTO Nº 2457/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa C. MARCELINO DE SOUZA SANTOS SERVICOS DE LOCACOES LTDA, CNPJ nº 23.343.220/0001-13, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 161****REQUERIMENTO Nº 2456/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CSS CONSULTORIA E GESTAO LTDA, CNPJ nº 57.551.901/0001-99, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 162****REQUERIMENTO Nº 2468/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Senhor ZACARIAS CANUTO SOBRINHO, CPF nº 606.305.581-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 163****REQUERIMENTO Nº 2467/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa D&M CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 24.786.294/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 164****REQUERIMENTO Nº 2466/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor VENILTOM LIMA DINIZ, CPF nº 728.275.054-87, presidente da entidade ABAPEN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 165****REQUERIMENTO Nº 2505/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa TL AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 37.358.889/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 166****REQUERIMENTO Nº 2504/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TL AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 37.358.889/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 167****REQUERIMENTO Nº 2503/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa PAPELARIA PIKINSKENI EIRELI, CNPJ nº 18.501.306/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 168****REQUERIMENTO Nº 2502/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAPELARIA PIKINSKENI EIRELI, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 169****REQUERIMENTO Nº 2501/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa COOPTEC COOPERATIVA TRAB PROFI, referentes ao período de 23 de maio de 2018 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 170

REQUERIMENTO Nº 2500/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COOPTEC COOPERATIVA TRAB PROFI, referentes ao período 23 de maio de 2018 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 171

REQUERIMENTO Nº 2512/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa CIFRAO TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 172

REQUERIMENTO Nº 2511/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CIFRAO TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 24.673.131/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 173****REQUERIMENTO Nº 2510/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira da empresa CINDEAS COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZACA, CNPJ nº 02.287.694/0001-15, referentes ao período de 21 de fevereiro de 2020 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 174****REQUERIMENTO Nº 2509/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E G CARVALHO XAVIER, CNPJ nº40.244.381/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 175****REQUERIMENTO Nº 2508/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa E G CARVALHO XAVIER, CNPJ nº 40.244.381/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 176****REQUERIMENTO Nº 2507/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENÇÃO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 177****REQUERIMENTO Nº 2506/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor HIGOR DALLE VEDOVE LOURENÇÃO, CPF nº 223.009.598-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 178****REQUERIMENTO Nº 2263/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG/BA), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 179****REQUERIMENTO Nº 2264/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG/BA), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 14 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 180****REQUERIMENTO Nº 2349/2025**

Requer, ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário, fiscal e telemático do Senhor MAURO PALOMBO CONCILIO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 181****REQUERIMENTO Nº 2424/2025**

Requer a quebra de sigilo telemático do Senhor Rubens Oliveira Costa, sócio da Consult.on Gestão e Negócios, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 182****REQUERIMENTO Nº 2425/2025**

Requer a quebra de sigilo telemático da empresa BRASILIA CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 183**REQUERIMENTO Nº 2427/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa AMIGO CENTER S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 184****REQUERIMENTO Nº 2428/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa SEACOAST BRASILIA INCORPORADORA SPE LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 185****REQUERIMENTO Nº 2429/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático da empresa BLUEPRINT BRASILIA INCORPORADORA SPE LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar**1ª PARTE****ITEM 186****REQUERIMENTO Nº 2435/2025**

Requer que proceda-se à quebra de sigilo telemático da empresa PROSPECT CONSULTORIA EMPRESARIAL S/A, CNPJ nº 44.722.047/0001-34, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos previstos em pauta.

Apenas para confirmar aos senhores, na próxima semana nós teremos a CPMI mantida na segunda e na quinta-feira, dias 9 e 13 de novembro; na semana do dia 16... Ou melhor, desculpe, domingo não: dias 10 e 13. Na outra semana, dias 17 e 18, segunda e terça-feira, que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os depoentes, eu faço... aqui, já estão aqui, para responder.

Dias 17 e 18, segunda e terça na semana do feriado da Consciência Negra.

No próximo dia 10, nós teremos o Sr. Igor Dias Delecode.

No dia 13, nós teremos Eric Fidelis.

No dia 17, Jucimar. É possível, inclusive, que no dia 17 a gente antecipe para as 14h30. Vou avisar o horário corretamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 18, a Sra. Cecília Rodrigues Mota.

No dia 24, o Sr. Danilo Trento, chamado juntamente com Vinicius, o Sr. Vinicius do ITT. O Sr. Vinicius, inclusive, juntamente com... Ele tem hoje o pedido de prisão temporária aprovado por esta Comissão, mas, como o advogado já entrou em contato, nós deixaremos para fazer o pedido da prisão temporária, com o cumprimento pela Polícia Militar de Minas Gerais, o mais rapidamente possível, desde que ele não ofereça a data. Se ele oferecer a data, nós não faremos o pedido, não há necessidade. Esta Presidência terá um cuidado muito grande com isso.

No dia 27, o Sr. Mauro Palombo, contador.

Dia 1/12, está previsto o Ministro Wolney Queiroz.

E dia 4/12, nossa última reunião deste ano, o Sr. Aristides Veras, da Contag.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... na semana da Consciência Negra, nós não teremos deliberação, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não está previsto, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então... Eu não tenho conhecimento de como será na Câmara. Há uma tendência de que o funcionamento do Senado seja remoto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Caso a Câmara também assim delibere, a sugestão a V. Exa. é para o funcionamento semipresencial das inquirições na semana da Consciência Negra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe, nós já tentamos isso até, mas não é possível. Não dá certo assim, já por previsão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... naquelas sugestões que nós havíamos apresentado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... tem um nome que me parece bastante importante, que é o do Tiago Schettini Batista, que aparece também em várias situações. Nós tínhamos cogitado a possibilidade de chamá-lo numa dessas datas. Seria, eu acho, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na listagem, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele aparece na Prospect, ele aparece com Cecília Mota...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... ele aparece na Unaspub, ele aparece em praticamente todos os núcleos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tiago Schettini Batista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Será colocado. Inclusive, nós estamos avaliando a possibilidade de, nas quintas-feiras, colocar uma pessoa a mais, para que a gente possa dar sequência a um número maior de oitivas.

Passamos à segunda parte...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, dia 4 de dezembro é a última?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a última, Excelência, deste ano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Dia 8, dia 11, dia 17, dia 18...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Nós vamos encerrar dia 4, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, por gentileza, queria só agradecer aos Parlamentares pelas palavras. No início, acabei não conseguindo deixar registrada aqui nas atas uma informação que eu julgo, inclusive, com a minha assessoria jurídica, importante. Apesar de todas as ações formais, quero deixar aqui registrado, consignado, que, com a bênção de Deus, nada vai acontecer, mas, se algo acontecer comigo ou com a minha família, V. Exas. todos já sabem o endereço do autor de qualquer prática criminosa, o Sr. Edson Araújo. Quero só deixar registrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos à segunda parte: oitiva do Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni.

Peço à Secretaria que conduza o nosso entrevistado, o nosso depoente de hoje, o nosso convidado, para a mesa: Onyx Dornelles Lorenzoni, ex-Ministro do Trabalho e Previdência.

Requerimentos: 384, Senadora Leila Barros; 547, Deputado Rogério Correia; 781, Senador Randolfe Rodrigues.

Já está... *(Pausa.)*

Quero dar as boas-vindas também ao Dr. Adão José Correa Paiani, advogado que acompanha o Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como determina o Regimento, o nosso depoente hoje, o nosso convidado tem 15 minutos para uma exposição ou o tempo que julgar necessário para conversar com esta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. *(Pausa.)*

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI *(Fora do microfone.)* – Eu vou fazer uma apresentação. Eu começo aqui, começo lá, como é que faz?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui. O senhor começa aqui, por favor.

Só um instantinho.

Dr. Adão, lembrando sempre a V. Sa., o senhor poderá interromper a sessão a qualquer momento para orientação ou por qualquer outra questão até pessoal do Sr. Onyx.

O senhor também poderá, Sr. Onyx, pedir a suspensão a qualquer momento.

Se em algum instante, Sr. Adão, houver alguma manifestação que o senhor entenda que seja desrespeitosa, vexaminosa em relação ao seu cliente, o senhor também poderá se dirigir a esta Presidência. Eu tenho falado muito isso para que eu possa tomar as providências necessárias. Eu peço ao senhor que evite, como aconteceu em alguns momentos, o contato direto com o Parlamentar.

Estou aqui e agiremos com a mais pronta atuação e rapidez. O.k.?

O SR. ADÃO JOSÉ CORREA PAIANI – Perfeito, Sr. Presidente.

Estaremos aqui à disposição sempre para que os trabalhos ocorram da maneira mais tranquila possível. E tenho certeza de que será assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O senhor pode iniciar a apresentação da maneira como desejar.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Bom, Presidente, eu vivi nesta Casa aqui, 20 anos da minha vida. E, se somarem os oito anos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao longo da minha atividade parlamentar, que foram em torno de 28 anos consecutivos, participei de mais de duas dezenas de CPIs. E participei da última, que é vista pela sociedade brasileira como a CPI que deu resultado, que foi a CPI dos Correios, que expôs o problema que ficou conhecido como mensalão. Uma CPI que foi literalmente épica, por quê? Na época, os documentos de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico eram em papel. Eram caixas que estavam lá na sala-cofre das CPIs daqui, do Senado Federal, onde nós varávamos a madrugada procurando documentos e fazendo investigações. Era uma CPMI onde o Governo tinha a maioria, como ocorre aqui. Mas houve uma condução de duas pessoas, o Presidente e o Relator, que foram equilibrados, não perderam o foco. E o relatório final da CPMI dos Correios, que trouxe para esta Casa, a lembrar, um instrumento que até hoje é usado, de mineração de dados, que é o i2. Antes de a Polícia Federal ter, o Senado Federal o adquiriu naquela oportunidade, o que permitiu que a investigação fosse extremamente profunda. E como participei, direta e ativamente, como sub-Relator, das normas de combate à corrupção daquela CPI, eu arrisco dizer – porque conheço em profundidade o relatório final, inclusive escrevi dois livros sobre isso – que o relatório final de Osmar Serraglio tinha muito mais qualidade, muito mais profundidade, muito mais abrangência, que foi entregue em março de 2006, do que o relatório da PGR, apresentado dez ou 15 dias após.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vejo, na condução segura, Presidente, do Senador Carlos Viana, e vejo, na condução serena, mas firme e objetiva, do Relator desta CPMI, o Deputado Alfredo Gaspar, uma semelhança muito grande entre elas. E foi tão impactante aquela CPMI, que trouxe ao conhecimento do Brasil, à época, um dos maiores esquemas de corrupção que nós já enfrentamos aqui no Brasil, que a partir daí houve o início de uma narrativa de que CPI e CPMI não servia para nada e que terminava em pizza. Isso foi construído durante anos no Brasil, com o apoio de parte da imprensa brasileira. E eu vejo a CPMI do INSS recuperar este sentido de qualidade de trabalho, profundidade de trabalho.

É claro, vai haver o debate político, que é da natureza do Parlamento, mas eu quero reconhecer aqui, Carlos Viana, Duarte, Vice-Presidente, e o Alfredo Gaspar, que vocês poderão ser reconhecidos na história do Parlamento brasileiro como a CPI que recuperou o respeito, a importância e a consequência do trabalho Parlamentar de investigação. Então, eu quero frisar isso no início da minha fala.

A segunda informação que eu queria trazer aqui, no sentido de colaboração... Os senhores e as senhoras terão uma colaboração plena. E quero saudar cada Parlamentar que está aqui, cada Deputado, cada Senador, cada Deputada e cada Senadora. Nós vamos ter, quando for o momento adequado, um debate respeitoso, profundo e buscando contribuir para que a gente encontre os caminhos necessários para punir quem merece ser punido e, principalmente, para modificar a estrutura brasileira, para que nós possamos proteger ainda mais os nossos aposentados e as pensionistas.

Queria, para que vocês possam entender, os senhores e as senhoras, porque eu acompanho o Presidente Jair Bolsonaro desde 2017. Fui o primeiro Parlamentar a caminhar ao lado dele neste Parlamento. E, por conta do processo que construímos em 17 e em 18, eu fui escolhido para coordenar o plano de Governo que depois se chamou Caminho para a Prosperidade, que foi construído a muitas mãos ao longo do ano de 2018, e eu quero lembrar que ele tinha três pilares. Por que isso é importante? Porque todas as medidas adotadas ao longo dos quatro anos de Governo respeitam os três princípios que estavam no Caminho da Prosperidade. O primeiro deles, constitucional. Um Governo que foi respeitoso à Constituição do primeiro ao último dia. Segundo, eficiente. Nós iniciamos, desde o início do Governo, um processo de busca de eficiência de maneira obstinada, porque se tem uma coisa que em gestão pública é raro de se encontrar no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil é eficiência e eficácia. E o Governo do Presidente Bolsonaro e toda a nossa equipe – aqui tem o Ministro com que tive a honra de compartilhar o Governo; dois, um Ministro e uma Ministra – sabem perfeitamente disso. E a terceira coluna de sustentação do programa, que era um conjunto de princípios e valores que tinha a base conservadora com a base liberal para enfrentar um Governo que fosse disruptivo, com capacidade de transformar a vida das pessoas... Tinha como terceiro pilar ser fraterno. E nós vamos ver, ao longo de toda a exposição, que nós buscamos manter a Constituição, a eficácia, a eficiência e a fraternidade, que era olhar para o cidadão.

Na regra, os governos brasileiros se estruturam, desde a redemocratização, de costas para o cidadão. Em muitos momentos, nós vimos estruturas de governo se servirem da sociedade brasileira. Se a gente tem alguma dúvida disso, basta ver, nos últimos quase 40 anos, a evolução da carga tributária, uma parte sobre impostos e uma parte sobre contribuições, que foi estabelecida pelos diversos governos brasileiros. E tanto é verdade que o nosso Governo foi o Governo que mais reduziu impostos e tributos da história do país. Isso é inegável. E os resultados que alcançamos mostram que este conceito está correto e estava correto no período em que nós trabalhamos.

Uma outra característica que tínhamos era a determinação do Presidente. E, quando eu estive na Casa Civil, porque tive a honra de fazer a transição de Governo e depois o Presidente me honrou com o comando da Casa Civil, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, eu assisti, em média, a uma reunião mensal e muitas vezes a duas reuniões mensais do nosso ministério, lideradas pelo Presidente. Eu ouvi aquele homem dizer: "Deus me deu uma segunda vida. Esta oportunidade não pode ser perdida. No nosso Governo, o princípio fundamental é servir à sociedade brasileira, transformar a vida dos cidadãos brasileiros. Não aceito nenhuma situação que possa chegar quiçá perto de processos de corrupção. E quero reiterar, de maneira objetiva, que esse é um Governo que foi feito para levar o Brasil para estar entre as dez maiores nações do mundo, no primeiro time das nações do mundo".

E, para isso, nós iniciamos o Governo buscando um modelo de governança totalmente diferente. A governança do Governo Bolsonaro se espelhou na OCDE, governança adotada por 36 países no mundo, porque ela tem conceitos muito claros e que são muito similares: transparência, servir ao cidadão, clareza, respeito e, principalmente, governos que primem pela eficiência. Isso foi uma marca que nós trouxemos, pela primeira vez, para um Governo Federal no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, porque nós nos espelhamos diretamente na experiência e no acúmulo que a OCDE tem – a OCDE é a organização para o desenvolvimento dos países e cooperação econômica –, onde 36 países estão alinhados lá. E o Brasil, que era bem longe da fila, ao final do nosso Governo foi convidado para ingressar na OCDE, porque nós avançamos em todos os itens que exigem para que um país possa ingressar nesse seleto grupo de países que têm governança eficiente, respeito à cidadania, transparência e ausência, no maior nível possível, de corrupção, falha ou erro.

E, com isso, Presidente, dizendo essas palavras, eu queria iniciar essa apresentação que vamos fazer ali. Eu não sei se eu posso falar no microfone ali para perto... Eu acho que tem coisas que são...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do jeito que o senhor desejar.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Tem um microfone?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem, está aqui, ó. O pessoal trouxe mais um aqui.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, ali nós vamos ver, então, a partir de agora, esses conceitos com que nós estruturamos o Governo Bolsonaro sendo aplicados no cotidiano. Tudo o que tem aqui são afirmações que são provadas documentalmente. Aqui não tem narrativa. Aqui tem dados, aqui tem atitudes que foram tomadas, respeitando, como eu disse, os princípios constitucionais, a busca permanente da eficiência e a visão fraterna de Governo para proteger, defender e acolher a sociedade que nós servíamos.

Então, vamos lá.

O contexto inicial, né?

O problema com descontos associativos era recorrente. Tem denúncias de problemas com acordos ou com procedimentos, dos mais diferentes governos desde 2010 – né? –, registrados pela imprensa brasileira.

Em setembro de 2018, os membros do CNPS e o Ministério Público fizeram uma denúncia bem robusta. Eram quatro entidades, era o Governo Temer, nós estávamos na campanha eleitoral, e eu me lembro que me chamou muito a atenção esse fato.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

E nós iniciamos, em 2019, uma agenda de transformação... esse é o... está certo. Uma agenda de transformação, porque uma das coisas que nós buscamos foi a digitalização do Governo. Nenhum Governo anterior ao nosso nem posterior trabalhou com tanta força para que houvesse a digitalização do Governo, iniciada nos primeiros dias do nosso Governo, e que vai ter impacto, inclusive, na situação que o INSS viveu ao longo dos quatro anos de Governo.

E a ideia era nós termos uma agenda de reformas – nós éramos um Governo reformista –, focada na digitalização e combate à fraude em todo o sistema previdenciário, porque não é só um desconto associativo, BPC, o seguro-defeso, a concessão dos próprios benefícios – auxílio-doença, auxílio por morte, né? Então, há um conjunto de medidas que precisava ser tomado.

Muito bem.

As ações começam na transição do Governo. Como eu fui Ministro da transição do Governo, tem um fato que eu preciso relatar aqui. Eu tinha um jornalista, uma pessoa que trabalhava comigo, cujo pai foi vítima de uma dessas aí, lá em São Paulo. E aí, à época, ele veio falar comigo; eu disse: "Olha, o teu pai tem que procurar um advogado", né? A gente chegou a se manifestar no Plenário da Câmara. "E teu pai tem que procurar um advogado"...

Bom, ele levou meses para conseguir trazer de volta o seu recurso. E quando nós estávamos na transição – esse jornalista me acompanhou –, ele disse para mim: "Chefe..." – bem assim, né? Aquela coisa da relação que a gente tem nos gabinetes – "nós temos a possibilidade de mudar isso, né? Lembra do caso do meu pai?". E aí nós fomos juntos ao grupo de trabalho da Previdência, contamos a história, lembramos do episódio de setembro de 2018 e pedimos para que fossem estudados pelo grupo da Previdência modelos de aperfeiçoamento e de combate a eventuais fraudes. É por isso que a Medida 871 é lançada logo depois da medida de estrutura. Primeiro, tem a medida que estrutura o Governo – todos os governos fazem isso – e, logo em seguida, entra a 871.

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Por quê? Porque ela estava pronta desde a transição, só para que vocês possam entender.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá?

Bom, 18 de janeiro, então, foi estruturada, durante a transição do Governo, como eu já disse aqui, pelo grupo técnico da Previdência. O objetivo principal era atacar frontalmente as fraudes, as irregularidades na concessão e manutenção de benefícios previdenciários, incluindo descontos indevidos também.

Próximo.

A proposta original era estabelecer – em cima do que é o objetivo focal da CPMI, porque tinha outras medidas tão importantes quanto esta – a revalidação anual dos descontos associativos. A intenção da medida, para ficar claro: garantir o concedimento contínuo e atualizado do segurado a cada ano, que era uma forma de nós rompermos a situação presente que tinham os segurados de 10 anos, 20 anos, 30 anos, 40 anos, beneficiários que continuavam sendo descontados de uma atitude que eles tomaram lá atrás.

E aí tem um episódio muito claro que era o da Contag, que foi o primeiro ACT feito em 1994, por quê? Porque a Contag apresentava o documento de comprovação de atividade rural para a concessão da aposentadoria rural. E a Contag, junto com isso, encostava o documento de desconto associativo, que era um reconhecimento – vamos dizer essa palavra, né? – ao trabalho que foi prestado. E isso, depois que acabou o imposto sindical, ganhou ainda mais relevância para as organizações sindicais, porque isso funcionava como certa forma de financiamento, né? Era o ano em que nós fizemos a proposta.

Segundo.

E a outra coisa foi a eliminação da mera declaração de sindicatos rurais, de trabalhadores rurais como única prova para comprovação da atividade rural. Por quê? Nós tínhamos feito, quando da minha passagem do Ministério da Cidadania, o quê? Quando nós fizemos, por meio digital, o cadastramento das pessoas para o auxílio emergencial e nós contrariamos o que foi feito no mundo todo. No mundo todo, foi cheque. Os americanos mandaram quase 100 milhões de cheques, e 15 milhões de cheques nunca chegaram ao destinatário. Então, nós aqui ousamos, através de um aplicativo, nós encontramos 68 milhões de pessoas, e aí nós construímos com a Dataprev a análise de muitas bases de dados para que a gente pudesse ter segurança aonde nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviamos o recurso. Então, por essa razão, não fazia mais sentido ter uma declaração aleatória – na maior parte das vezes, as pessoas não conheciam, não sabiam nem quem era, né? – para que se chegasse na aposentadoria. Aí se criou o Cadastro Nacional de Informações Sociais do segurado, exatamente para a gente poder fazer a modernização, a transformação e a boa governança a que eu me referi no início da apresentação.

Próximo.

Bom, aí durante a tramitação, o Congresso Nacional usou da sua prerrogativa. Houve um confronto entre a bancada sindical, apoio também de partidos que eram oposição ao nosso Governo. E o resultado é que a lei foi aprovada com três anos para revalidação. E a primeira revalidação deveria ocorrer em 31 de dezembro de 2021.

Próximo.

Bom, logo no primeiro ano, o INSS... Só para lembrar, Secretaria Nacional de Trabalho e Previdência estava no âmbito do Ministério da Economia, 2020 – 2019, 2020 e 2021. O INSS, à época, adotou ações administrativas firmes contra as entidades denunciadas. Então, primeiro, houve a suspensão dos repasses, a análise e logo depois a cassação, a cessação dos ACTs. Em 2019, foram quatro entidades; em 2020, foram mais cinco.

Próximo.

Bom, nós fizemos... Aqui tem que dizer uma outra coisa importante. Desde 2019, a gente tinha preocupação com o consignado. E, quando eu tive a responsabilidade de sair da Secretaria-Geral da Presidência e ir para o Ministério do Trabalho e Previdência, o que aconteceu? Nós tínhamos dois grandes problemas; na conversa que eu tive à época com o Presidente, com o Ministro Paulo Guedes, eram dois grandes problemas: o primeiro problema, a fila do INSS – eram 2,5 milhões de pessoas na fila –; e o segundo problema era o consignado.

Então, vamos falar primeiro do consignado. Então, logo em 2019, no alvorecer do Governo, foi feito esse acordo – Ministério da Justiça e Febraban – e se tomaram algumas medidas: punições para correspondentes bancários envolvidos em práticas irregulares. Aqui, precisa-se dizer uma coisa importante: correspondente bancário não tem relação com o INSS; quem tem relação com o INSS são os bancos ou as *fintechs* – é importante dizer isso. Não há relação de...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque os correspondentes bancários, os famosos "pastinhas", são prestadores de serviços para o sistema financeiro; não tem nada a ver – absolutamente nada a ver – com as ações do INSS e outras. Expansão do programa Não me Perturbe, para oferta de crédito consignado e combate ao assédio comercial abusivo, porque o que as pessoas relatavam – então, aí à secretaria especial de trabalho e previdência – é que ligavam, ligavam, ligavam, ligavam, e havia um transtorno muito grande para aposentados e pensionistas.

Próximo.

Bom, mecanismo de bloqueio automático. Aí tem, em 2020 já, o Decreto 10.410, que faz o quê? O bloqueio automático de benefícios. Então, sai o benefício, ele é bloqueado e, para haver o desbloqueio, exigia-se ou através do Meu INSS, ou através do telefone 135, que era o que dava acesso também ao INSS. O efeito da medida impedia que novos empréstimos consignados – volto aqui, o problema gigantesco à época era empréstimo consignado – ou descontos associativos sejam realizados automaticamente no primeiro mês. Aí, nós travamos uma parte do que acontecia antes. Exigência: liberação somente pela autorização expressa do segurado, porque aqui... Por que eu estou falando de segurado? Porque aí tem as várias... os vários benefícios concedidos, e inclui aposentados e pensionistas, obviamente. Ou entrava pelo aplicativo Meu INSS ou pelo telefone 135, garantindo a proteção do beneficiário.

Mais adiante.

A medida de ampliação e combate às fraudes, em 2020, ainda... aí foi montada, no INSS, uma estratégia nacional antifraude, e ela foi colocada para fortalecer prevenção, detecção e repressão de fraudes e irregularidades nas atividades de concessão e manutenção de benefícios.

Uma sala de situação no INSS para o combate às fraudes. Aqui, essa sala tinha uma estrutura física, logística e tecnológica, com a parceria INSS, Polícia Federal, apoio da Dataprev. O objetivo era estabelecer responsabilidades, atribuições e o fluxo de trabalho para que o combate às fraudes fosse feito de forma estratégica e integrada.

Aqui tem uma lembrança importante, Sr. Relator. Havia uma coordenadoria de inteligência previdenciária que funcionou por décadas no INSS, e esta coordenadoria ajudou muito para que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não tivéssemos problemas no nosso período de Governo. Eu chamo a atenção porque, se o senhor pesquisar, vão surgir fatos importantes aí para o futuro do trabalho do Relator.

Segundo: nós fizemos aqui o Sniper. Quem é o Sniper? O Sniper é um minerador de dados que, só para que se tenha uma ideia, a primeira aplicação do uso desse minerador de dados, em 2020, permitiu aquilo que o Senador Seif comentou aqui na CPI.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – Sr. Presidente, eu não vejo a contagem do tempo mais. Tem uma tolerância, por...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o convidado terá o tempo necessário para fazer a exposição dele da maneira que desejar.

Pode continuar, Excelência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, no seguro-defeso, em que houve a primeira aplicação do Sniper, nós conseguimos uma economia em torno de R\$1,5 bilhão, estimada pela Polícia Federal, ou seja, nós buscávamos fazer com que houvesse o controle de fraudes ou qualquer situação irregular.

Próximo. Já está no fim.

A regulamentação da reavaliação, aí, em dezembro de 2020, para ser um pouquinho mais rápido. Aí é jogada para três anos a revalidação, a partir de 31/12/2001.

Próximo.

Vinte e um.

A pandemia da covid, em 2019 – perdão – da covid-19, em 2020, ela, de uma forma geral, em todas as considerações que se faziam, em 2021, permanecia, porque tinha uns reflexos dela ainda. Apesar de a vacinação ter sido feita e dos controles que haviam sido feitos. E, no PLV da Medida Provisória 1.006, apareceu, então, a revalidação ganhando mais um ano, então, indo para 31 de dezembro de 2022. Também foi uma decisão soberana do Congresso Nacional.

Próximo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós criamos um grupo de trabalho dentro do Conselho Nacional de Previdência Social, exatamente para buscar solução, porque nós fizemos – e eu peguei esse tempo —, nós fizemos inúmeras reuniões com a Febraban, com a ABBC, para tentar... Passamos por autorregulação, passamos por medidas punitivas, para tentar botar um freio no processo que existia no consignado. Aí organizamos esse grupo de trabalho, e esse grupo de trabalho termina com uma análise bem profunda, e chega – com representantes da sociedade, dos sindicatos, todo mundo – uma proposta, então, de obrigatoriedade do uso da biometria para autorização dos consignados, e a ideia desta ação era levá-la também para o associativo.

Aqui está a explicação. O Ministério do Trabalho e Previdência considerou a possibilidade de também levar e indicou para o desconto associativo, porém, tinha duas coisas: a resistência dos sindicatos à época, porque não tinham estrutura financeira para bancar essa modernização e também o fato de que à época, 2022, a Dataprev não tinha essa tecnologia. Então, por isso é que foi aplicado apenas nos consignados, porque os bancos obrigatoriamente já tinham essa condição tecnológica e por isso é que foi a aplicação.

Próximo.

Aí tem uma coisa muito importante, voltando a enfatizar o fraterno no âmbito da Previdência brasileira. Por mais de 10, 11 anos, vigeu no Brasil um troço terrível, que era a prova de vida, aposentados e pensionistas – criado em 2003, se não me falha a memória –, aposentados e pensionistas, dos 35 milhões, tinham que anualmente se apresentar diante de um funcionário de um banco, de maca, de cadeira de rodas, de muleta, fosse como fosse. Por que a prova de vida? Porque dos 35 milhões de benefícios existentes, em torno, algo entre 20 ou 30 mil, anualmente, atestados de óbito não chegavam ou levavam tempo para serem comunicados ao INSS, pelas mais diversas razões. Então, um gênio da burocracia – não estou nem acusando o Governo da época –, um gênio da burocracia, trouxe a solução: "Manda todo mundo se apresentar!". Noventa anos, 82...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Um caos.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Um caos! E nós, como tínhamos, de novo, a experiência da busca da eficácia no auxílio emergencial, como nós tínhamos os bancos de dados, usamos a mesma lógica, trouxemos para o INSS e conseguimos acabar com a prova de vida, que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou a ser realizada automaticamente pelos sistemas que o Governo Federal tinha e continua tendo sob o seu controle. O.k.?

Ah, outra coisa importante agora, o cartório, durante o nosso Governo, houve um acordo com o sistema cartorial brasileiro, notarial brasileiro, onde eles passaram a ter uma obrigatoriedade de informar em 72 horas após o registro do óbito.

Próximo.

Bom, e aqui, né? Aí o revés legislativo na medida provisória do microcrédito, que era, de novo, para atender à questão eficácia e fraternidade, com a experiência do auxílio emergencial feito na pandemia, lembro que nós descobrimos 15 milhões de invisíveis. Eu vou repetir: 15 milhões de pessoas que não estavam no Cadastro Único, chamadas de "invisíveis". Quando terminamos, no final do ano de 2020, todos esses 15 milhões – e aí cresceu um pouco, esse número de 15 milhões foi o primeiro dado levantado – estavam todos cadastrados, estavam todos bancarizados, Sr. Presidente, pela primeira vez no Brasil.

Vamos ao próximo.

Aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs., Senadores, eu vou pedir total atenção para os senhores.

Aqui só tem número e aqui só tem fato nesse painel. Aqui não tem: "Eu acho isso", "Eu acho aquilo" ou "A minha narrativa é essa", "A minha narrativa é aquela". Não, aqui são fatos. Eu vou bem devagar aqui.

Em 2016 e 2017, era este o volume: 413 milhões em 2016, 460 milhões em 2017; aqui ainda era um pedaço do Governo Dilma, depois um pedaço do Governo Temer. Em 2018, então, 617 milhões de descontos associativos. O.k.? Muito bem. Houve uma variação de 49,4%; esse dado é CGU, só para lembrar, esse dado é CGU. Muito bem.

Governo Presidente Jair Bolsonaro: 604 milhões, 510 milhões, 536 milhões, 706 milhões. Muito bem. Isso dá uma variação, no período, de 14%, ou seja, é uma curva que se mantém estável.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos a um número muitíssimo interessante. Agora, o Governo atual tem uma variação nos dois primeiros anos de 303%; todos os senhores já conhecem esse número. Agora, eu me dei o trabalho de fazer o seguinte: pegar o último valor do Governo Temer – vamos lá, 617 –, atualizar pelo INPC... E por que o INPC? Porque o INPC é o índice de correção das aposentadorias, Sr. Relator. E isto foi feito na calculadora do Banco Central, nem o ser humano calculou: 794 milhões é o valor atualizado do último ano do Governo Temer e, confrontado com os 706 milhões do Governo Bolsonaro, nós temos clareza de que nós temos uma diferença bem significativa e não houve crescimento de absolutamente nada. Todo o resto é conversa ou tentativa de construção de uma narrativa.

Vamos a outro fato, documentado também. O número de aposentados com desconto associativo em folha, em janeiro de 2019, quando nós assumimos o Governo, era 2.778.896. Em dezembro de 2022, eram 2.706.880: 72.016 a menos, ou seja, este número aqui e este número aqui, um confirma o outro, sem nenhuma margem para discussão. Matemática não se discute.

E a outra coisa importante é que, no segundo ano de Governo, um número que, seis anos passados, era 2,778 milhões, foi a 7,491 milhões; 4.784.851 a mais. Esse número de 4 milhões de vidas foi acrescido nos anos de 2023 e 2024, quase 5 milhões de pessoas.

Próximo, Presidente.

E, Sr. Relator, eu peço atenção nesses números, depois o senhor trabalhe com eles. O senhor vai encontrar muitas coisas que eu creio que são relevantes para o seu trabalho.

Bom, aqui a gente só repete. Antes das medidas que nós adotamos, teve um crescimento de 49,4 nos descontos associativos. Durante o nosso período de Governo, houve um crescimento de apenas 14,4% com as medidas de controle. Então, aqui está só para a gente poder ver com clareza. Eu vou deixar com o senhor essa apresentação.

Próximo e último.

E como é que nós encontramos a síntese da nossa atuação, do Governo Jair Bolsonaro? Primeiro, a proatividade legal, na segunda semana de Governo, ou seja, entrou o Governo, veio a medida provisória da situação, do Governo. Oi?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E a primeira medida contra a corrupção está aqui: é do Governo Bolsonaro. Aliás, a primeira e única, em 34 anos de existência da Lei 8.213 – primeira e única. Não há nenhum Governo desde a redemocratização que tomasse qualquer tipo de atitude semelhante a essa – nenhum.

O rigor administrativo, então, aí suspendemos e cancelamos ACTs. E fizemos uma regulação muito forte através de vários decretos. Trouxe alguns exemplos aqui: o 10.410; a Instrução Normativa 110; a Instrução Normativa 138, que trouxe, então, a biometria.

Aí, Sr. Relator, acho que é importante olhar com lupa a questão que envolvia descontos consignados e a máfia que se estabeleceu, porque uma das coisas que foi identificada pelo minerador de dados, o sistema Sniper, é que *hackers* conseguiam, com muita facilidade, acessar os computadores da Dataprev, tanto que, por inúmeras vezes, foi recomendado que fosse fortalecido o mecanismo de controle, e de lá saíam. Quando entrou a biometria, nós fechamos a porta do consignado.

Aqui, se fez uma CPI, a CPI da Terra, liderada por Alvaro Dias, nesta mesma sala. E quero dizer que fui um dos idealizadores dela. Tivemos duas. Na primeira, nós descobrimos que, para que houvesse o financiamento do MST no Brasil, havia 150 CPFs que se repetiam em cooperativas ligadas ao movimento ou em organizações não governamentais. Aí nós pareamos esses 150 CPFs e essas organizações com o tal do "Abril Vermelho".

Então, no ano em que, em fevereiro, havia grossa liberação de recursos para essas instituições onde essas pessoas compunham, em revezamento, as suas diretorias, o Abril Vermelho era mais intenso, tanto que, logo depois da CPI da Terra, caiu de maneira muito significativamente o número de invasões de terra no Brasil. Ou seja, CPI funciona, e eu tenho a confiança no trabalho dos senhores e das senhoras, independentemente do posicionamento ideológico, porque, aqui, eu acho que não se trata de ideologia nem de Governos, trata-se de punir aqueles que agiram equivocadamente, aqueles que montaram estruturas para roubar os nossos aposentados e, principalmente, de propor medidas que possam transformar e garantir que, no futuro, não se repita mais.

Então, parabéns, Presidente Carlos Viana.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Deputado Alfredo Gaspar.

Muito obrigado e obrigado pela paciência dos senhores e das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerrada a apresentação do convidado, Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni, passo a palavra ao Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia.

Quero, em nome de V. Exa., saudar todos os Parlamentares, jornalistas, servidores da Casa, o depoente e seu advogado.

Primeiro, eu tenho uma dúvida: como é que se pronuncia o nome do depoente, se "ônix" ou "oníx".

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – A minha mãe gostava da letra "y", ela botou "y" no meu nome, então trocou a fonética: é "oníx". Porque a pedrinha preta é "ônix".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Ministro, o senhor aqui chegou com alguns dados.

Mas, antes de começar a perguntar-lhe, eu estava ouvindo manifestações sobre a imprensa. Além do respeito, eu quero dizer que esta CPMI só existe por conta da imprensa. Segundo que a imprensa não está de todo errada. Porque tentei trazer aqui Paulo Boudens: foi blindado. Tentei trazer aqui Gustavo Gaspar: foi blindado. Tentei trazer aqui Danielle Fonteles: foi blindada. Tentei trazer aqui Frei Chico: foi blindado.

Olha, isso é importante para as investigações. Deixa eu só dar alguns dados. Paulo Boudens: 3 milhões na conta. Quem foi que passou o dinheiro? Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, ponto central nesses desvios. Que é que tem a ver Gustavo Gaspar? As empresas dele se confundem até no endereço com o Careca do INSS. Danielle Fonteles: quem acreditou na história de carochinha de que foi uma compra de uma casa não sei onde, durante mais de um ano esse pagamento? Olha, todos têm padrinhos políticos por trás. Falta coragem. Falta o povo saber que discurso não é compatível com a realidade. E digo logo aqui: o Eli Cohen, quando foi posto em votação, eu votei a favor. Portanto, eu tenho total independência para dizer à imprensa,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é bastante investigativa, que se vocês forem atrás desses nomes, virem os padrinhos, vocês vão ver a safadeza que está por trás disso.

Então, continuando... E, apesar de eu ser de direita – e sou com muito orgulho –, para mim ladrão não tem lado. Eu estou aqui para preservar a minha história, e a minha história agora é defender aposentado e pensionista.

Voltando ao assunto, Sr. Ministro, eu gostaria que botassem os dados. Vou iniciar com as perguntas.

Sr. Ministro, aqui são descontos associativos. Esse quadrado aqui é o seu período. Eu pergunto: quanto tempo o senhor passou na Previdência?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Oito meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oito meses.

Olha, o Lupi chegou aqui, era a rainha da Inglaterra, em relação ao INSS. O senhor chegou aqui e mostrou uma série de dados, e eu vou confrontar esses dados.

Passe aqui. Passe mais. Mais. Passe mais. Mais.

Aqui está uma pessoa que também respeito muito, o Senador Izalci. Mas o estou trazendo, Senador, porque, segundo a reportagem, na transição de Governo, o senhor esteve com esse rapaz que coordenava o... estava à frente da transição. A pergunta que eu ia fazer e vou reafirmar é: quais foram as denúncias de que o senhor tomou conhecimento neste momento? Para minha surpresa, o senhor disse que, antes deste momento, o senhor sabia de desconto irregular porque o seu assessor teve o pai descontando. Eu queria saber: aqui são técnicos, peritos do INSS. O senhor se recorda deste momento?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Relator, na transição de Governo, nós recebemos centenas ou talvez milhares de pessoas. Como Ministro da transição, eu recebia... Se não me falha a memória, são médicos peritos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... do INSS, e eles trouxeram estas questões e também estavam lá buscando recuperar uma série de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos deixar...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... questões dos peritos médicos. E trouxeram também a questão da fila do INSS, que era muito responsabilizada no trabalho dos médicos peritos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber se esses peritos entregaram ao senhor denúncias de irregularidades em descontos associativos ou consignados.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu não tenho memória presente de se foi neste... se foram documentados, mas qualquer documento que eu recebia... Eu não fujo de nada, Sr. Relator. Eu tive 20 anos aqui, mais 8 anos lá, e eu falo a verdade olhando no olho do cidadão. Todos os documentos que eu recebi foram para os grupos temáticos. Nós tínhamos mais de... acho que 25 ou 26 grupos temáticos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso refazer a pergunta.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – O senhor pode fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: o senhor se recorda se recebeu em mãos algum documento falando de desconto associativo na época da transição?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Olha, volto a lhe dizer, eu recebi esse conjunto, está aí a foto. A foto não se nega.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A foto está, mas eu não sei o que é que está na foto, estou perguntando ao senhor.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Mas o senhor está me perguntando o seguinte: passaram-se... Passou todo esse tempo, certo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu recebo documentos que estão aí. Estou lhe dizendo que foram encaminhados para o grupo de previdência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tenho dúvida disso.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Lá foram tratados os assuntos que eram pertinentes a esta visita. Agora, eu não tenho como lhe dizer se o documento 1 era consignado, se o documento, o relato 2 era associativo, o relato 3 era carreira de médico do INSS ou de fiscal do INSS, o quarto... Ou seja, que o documento foi recebido, foi, e foi encaminhado, que era o que me cabia como Ministro da transição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber, por isso lhe perguntei, se o senhor recorda se nesse momento houve tratativa sobre desconto associativo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu, sinceramente, acredito que sim, mas o senhor imagina: eu fiz centenas de reuniões naqueles dois meses. Depois, como Ministro da Casa Civil; depois, como Ministro da Cidadania; depois, como Ministro da Presidência da República; eu devo ter feito milhares de reuniões. Então, me cabia tentar uma solução. E como é que nós montamos essa solução? Foi para o grupo temático. O grupo temático faz a primeira medida provisória que tenta blindar desconto associativo, que tenta tirar um instrumento de desvio de recursos – a primeira da história, o senhor não vai encontrar em nenhum outro lugar. E ela foi feita por quê? Porque o Ministro que está segurando aquele documento ali foi ao seu grupo temático da previdência para pedir providência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E em 8, 7, em 18 de janeiro, essa providência estava tomada. E, depois, nós regularizamos a vida dos peritos médicos, nós fizemos, à época, os bônus para fazer a redução da fila, e, depois, quando nós fomos fazer a revalidação dos bônus, nós não conseguimos. E aí, nós tivemos... Depois, só conseguimos o bônus de novo acho que em maio de 2022.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só... Como eu fui citado, Sr. Relator, só para colaborar, porque eu estava nessa reunião...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, vamos deixar o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É só para... Não, porque...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar o Relator dar sequência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É para responder corretamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu tenho dados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, tem uma declaração do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... uma declaração que foi encaminhada aqui dizendo que não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci, V. Exa. poderá solicitar o tempo depois com relação a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem a declaração dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sua participação... Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para colaborar, porque tem um documento que não tinha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante. Dentro... Dentro do que nós... Dentro do que nós já determinamos aqui como regra de... Senhores, dentro do que a gente já, do que nós já combinamos como regra de convivência, todo Parlamentar que for mostrado em qualquer situação terá direito a se manifestar no tempo correto.

Então, vou pedir ao Relator que continue, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ó, Sr. Presidente, mas eu o fiz aqui com muito respeito, sem entrar em juízo de valor da presença do Senador Izalci.

Eu só queria saber, como lhe perguntei, se o senhor recordava sobre desconto associativo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro...

Não, não é essa, não. Passa aí. Volta. Deixa aqui.

Ministro, são muitos dados, e eu não tenho a condição – eu não tenho a condição – de relatar os fatos sem colocar um esquema. Aqui, aqui tem uma instituição chamada Amar Brasil. Essa instituição é uma instituição bandida, como todas as outras que até hoje vieram aqui. A Amar Brasil arrecadou milhões de reais. E um dos responsáveis pela Amar Brasil está aqui: Felipe Macedo Gomes. Esse investigado participou de uma verdadeira trama criminoso. E onde é que o senhor entra aqui, Ministro? O senhor entra aqui, porque esse rapaz, que tem ligação com essa entidade e outras entidades, esse Felipe Macedo Gomes, que deveria estar preso, depositou R\$60 mil na sua conta de campanha para Governador do Rio Grande do Sul em 2022. Ministro, eu não posso deixar de perguntar: esses R\$60 mil foram vantagem indevida pelo exercício do cargo de ministro da Previdência?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, Sr. Relator, eu tenho uma vida pública de 28 anos. Eu nunca tive nenhum processo envolvendo dinheiro público. Zero. Eu executei, no Ministério da Cidadania, mais de 440 bilhões num ano. Não há apontamentos na aprovação das contas pelo Tribunal de Contas da União. Nós atendemos, com auxílio emergencial, mais ou menos, 320 bilhões... Para o senhor ter uma ideia, o grau de referência para os tribunais de contas dos estados é o sistema de pensão americano. É reconhecidamente o mais eficiente do planeta, por todos os países, os principais países no mundo. Usam como referência lá, é 0,62% de erro, fraude ou falha. O senhor sabe qual foi o índice de falha do auxílio emergencial? Foi 0,48. Então, Sr. Ministro, eu tenho uma história com "h", e nunca passa nada perto disso. Eu vou esclarecer o senhor, porque eu tenho o dever de esclarecer o senhor e a sociedade brasileira, porque fui eleito por sete vezes consecutivas e tenho responsabilidade na última eleição com os 2,7 milhões de votos que os gaúchos depositaram em mim no segundo turno da eleição.

A Lei 8.213 – e eu desafio que alguém me mostre onde é que está isso – estabelece à autarquia autônoma INSS a atribuição da elaboração de acordos de cooperação técnica. Não há uma palavra sobre ministro de Previdência. Nada disso chega ao gabinete de um ministro da Previdência. Todos os ACTs relativos a este e outros descontos no âmbito do INSS... Eu desafio





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que me traga um ACT assinado por um ministro da Previdência. Não vai achar, porque não é sua atribuição.

Então, esta relação maliciosa feita, porque isso surge no relatório da Polícia Federal... Essa relação maliciosa de causa e efeito inexistente. Essa entidade, segundo o *Metrópoles* – vou dar aqui o comercial –, entrou com o pedido seis, sete dias antes de eu sair do ministério. Entrou onde? No meu gabinete? É claro que não. Entrou lá na diretoria devida do INSS. Então, não há relação de causa e efeito. Nenhum ministro da Previdência tem o poder discricionário de dizer à associação – respeitosamente, Senadora Eliziane Gama – da Senadora Eliziane ou do Deputado Pimenta: "Esta vai receber, esta não vai". Isso não cabe a nenhum ministro da Previdência. Nunca coube e nunca vai caber, porque a lei não autoriza isso. A lei, não é a narrativa.

A outra coisa: na minha campanha para Governador do Rio Grande do Sul, eu recebi em torno de 115, primeiro e segundo turnos, doações de pessoas físicas. As campanhas de Governador e de Presidente são completamente diferentes das campanhas de Deputado e de Senador. Nas campanhas de Parlamentares, mesmo que a candidatura de Senador seja majoritária, quando era possível pela legislação, porque todo o financiamento era privado e depois se transformou em público e se agravou ainda mais, os Parlamentares se envolvem no processo de arrecadação. Presidente Lula, Presidente Bolsonaro e nenhum Governador, ou candidato a Governador, se envolvem em arrecadação de campanha. Não é da natureza do processo. Isso é claro.

O meu contador ainda tinha uma orientação: "Qualquer contribuição referente à minha campanha, verifique em fontes abertas – que é o que ele pode fazer – se há qualquer coisa em desabono ao doador. Se houver, nós devolvemos". Dos meus 115 doadores, eu não conheço mais de 30% ou 35%. Nunca vi esse cidadão, não sei quem é. E outra coisa: nunca pedi dinheiro para bandido. Sou diferente, muito diferente.

Eu lembro que no episódio do Petrolão, eu fui uma das pessoas mais contundentes na CPI do Petrolão. Tem Parlamentares que estiveram lá comigo.

A Odebrecht foi me acusar de que tinha me dado uma importância, dizendo que eu era... na lista da Odebrecht, o meu nome era "Inimigo". Pois eu contratei um dos melhores peritos digitais do Brasil, nós provamos que o sistema Drousys, da Odebrecht, era completamente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

manipulado, provamos que o meu nome foi inserido, mas muito antes dessa prova, Sr. Relator, eu fui para o Salão Verde da Casa onde eu honrei os meus cinco mandatos aqui, e, na frente de toda a imprensa – tem até alguns aqui que estavam lá naquela época – eu disse assim ó: "Me aponta uma foto, um telefonema, um e-mail trocado com um diretor da Odebrecht e eu renuncio". Apareceu? Claro que não, né? Porque nunca houve. Eu nunca tive relação.

Então, eu trago isso para o senhor entender como é que é o meu procedimento. Agora nós podemos analisar pelo outro lado. Doação legal, respeitando o que diz a legislação eleitoral, e as minhas contas de campanha, Sr. Relator, foram aprovadas por unanimidade do TRE do Rio Grande do Sul, a pedido do Ministério Público. Se o senhor desejar, eu faço chegar às suas mãos a aprovação das minhas contas de campanha. Eu nada temo e trabalho com a verdade. O senhor pode perguntar o que o senhor quiser, e eu vou esclarecer com objetividade e clareza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, e eu vou perguntar.

O senhor conhece Anderson Cordeiro de Vasconcelos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Igor Delecrode?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Américo Monte?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Mauro Palombo Concílio?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece André Paulo Félix Fidelis?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Acho que ele esteve uma ou duas vezes comigo no período dos oito meses que eu fui Ministro.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntei porque todas essas pessoas receberam vantagem indevida da Amar Brasil através dos primeiros que citei como representantes ou presidentes da Amar Brasil.

Passa aí, por favor.

Sr. Ministro, o senhor falou que ficou oito meses à frente do Ministério da Previdência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim senhor.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não consigo detectar essas situações se foram ou não durante o seu período, mas pelo menos no ano que o senhor foi, o senhor passou mais de um ano no... Passou de um ano para outro no Ministério, apareceram aqui – o senhor vê –, em 2016, entidades que realizaram 50 mil inclusões; 50 mil inclusões mês. Em 2016 foi uma, 2017 foram três, 2018 foram seis, 2019 foi uma, 2020 outra, 21 uma, 22, outra. Então, durante esse Governo, aqui foram quatro. Em 2023 foram sete; e 2024 aí foram mais de 10, estourou a boca do balão

O que eu fico me perguntando, Ministro, é: o senhor participou da transição, recebeu possivelmente notícias, como o senhor disse... Eu queria saber: o senhor tomou conhecimento dessas adesões em massa?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, por uma razão, e eu vou lhe explicar com objetividade: o INSS é uma autarquia autônoma. E houve uma particularidade desde a minha nomeação em 27 de julho até a minha saída em 30 de março: toda a estrutura de Conjur, Diretoria de Controle Interno, tudo isso estava no Ministério da Economia. Nos dois primeiros meses de Governo, uma das missões do meu gabinete foi redigir o decreto de estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência. Sabe quando é que saiu o decreto, Sr. Ministro? Maio de 2022, 10 de maio de 22. Então, todos os procedimentos de controle eram feitos pela Conjur, que era a Conjur feita pela PGFN, da estrutura robusta do Ministério da Economia, que fez com que o Governo Bolsonaro não tivesse, junto com outras medidas que nós tomamos, nenhum escândalo de corrupção. Então, o senhor está me perguntando algo, primeiro, que não era da competência





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta do Ministro, e sim da administração do INSS. E todos os fatos que tratam de análise jurídica, controle, *compliance*... Inclusive, todo o trabalho que nós fizemos, na elaboração dessa medida provisória... do decreto, perdão, de estruturação do Ministério do Trabalho e da Previdência, era para melhorar os controles e melhorar o nosso *compliance*. Era exatamente para combater aquilo com que o senhor está preocupado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, eu passei aqui, mas eu tinha mais perguntas para fazer – e gostaria de esclarecimento – a respeito dessa doação, como o senhor disse, uma doação por dentro, legal e que teve as contas aprovadas. Mas eu gostaria ainda de falar sobre ela.

O senhor em algum momento solicitou ao Sr. José Carlos Oliveira que arrecadasse dinheiro para a sua campanha?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa doação pode ter chegado às suas contas via pedido do Sr. José Carlos de Oliveira?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu não tenho como afirmar algo que eu desconheço. Dia 30 de março de 2022, eu me desconectei do Governo do Presidente Jair Bolsonaro e mergulhei no Rio Grande do Sul – eu tenho várias testemunhas aqui, inclusive meus adversários. Eu mergulhei no Rio Grande do Sul, porque eu tinha uma candidatura a Governador. Uma candidatura a Governador não é brincado. Tanto não é que, no Rio Grande do Sul, eu ganho o primeiro turno, né? E, lamentavelmente, não tive como adversário o PT, porque, se tivesse sido meu adversário de segundo turno, talvez eu estivesse lá governando e viria aqui na condição de Governador. E, no segundo turno, o PT colocou os seus 1,7 milhão de votos no candidato que foi derrotado no primeiro turno. A passagem do atual Governador do Rio Grande do Sul no segundo turno se deu por 2,4 mil votos em 6 milhões de votos possíveis.

Então, eu sei perder, eu sei ganhar, eu tenho humildade para saber que Deus estabelece quando é o momento de cada um de nós. Agora, eu, com franqueza, olhei nos seus olhos. Eu saí do Governo, porque o Governo era parte da minha vida. Por quê? Porque eu comecei a caminhar com o improvável em 2017.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu era ridicularizado aqui nos corredores. "Você está maluco! Você está louco. Que que você está fazendo ao lado dele?". E eu tinha cansado – com todo o respeito, não fiquem ofendidos –, eu tinha cansado de tucanos. Eu era do PFL, meu partido tinha ficado 20 anos apoiando algo que não tinha nada a ver com o que eu acredito. E eu escolhi, naquela época, ir ao lado de alguém que eu sabia que não ia mentir para mim, que ia me falar a verdade e que tinha um histórico de buscar transformar o Brasil, e eu acreditava firmemente que o Brasil precisava de um Governo disruptivo. E me empenhei fortemente para fazer isso.

Levei o Presidente Bolsonaro ao Japão, à Coreia e Taiwan para ver inovação, educação de ponta, porque ele era acusado de desconhecer coisas relevantes da sociedade brasileira, para o futuro da sociedade brasileira. Organizei o plano de Governo. Tive a responsabilidade... pela primeira vez, se colocaram cinco observadores dentro da sala-cofre do TSE no segundo turno de 2018. Foi iniciativa desse Parlamentar, à época. E colocamos observadores do PT e, à época, do PSL.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E graças a Deus, o segundo turno correu bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, não é à toa que o senhor é político, mas parece que falar é um predicado de Ministro da Previdência, porque o Lupi veio aqui e, se a gente não interrompesse, ia falar muito. O senhor também tem o dom da oratória. Deixe-me... Deixe-me dizer.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu vou ser objetivo, bem objetivo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Ministro, a pergunta é bem objetiva. O senhor rastreou ou tomou conhecimento de por que esse Felipe Macedo fez essa doação?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É, Sr. Relator, objetivamente, eu fiquei... descobri da mesma forma que o senhor, pela imprensa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Ministro, vou logo para outra pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passe aí.

Existe uma entidade que teve uma celebração de ACT. Nós ainda vamos analisá-la, mas ela tem todos os indicativos de ser também parte de estrutura criminosa, se chama Unibap, antiga UniBrasil.

Passa aí. Passa. Por favor, passa outro. É lá no fim.

"Filho de ex-ministro de Bolsonaro atuou para entidade da Farra do INSS".

Deixe-me dizer uma coisa para o senhor. Por exemplo, se eu fosse Presidente da República, eu demitiria o Ministro Lewandowski, porque, nos grandes escândalos de agora, o filho dele é advogado. Todo grande escândalo, inclusive o do INSS, o filho do Ministro Lewandowski, da Segurança, é advogado.

Mas, Ministro, o seu filho – e é a parte que mais dói na gente – também advogou para aquela entidade de que eu acabei de falar.

A pergunta que eu quero fazer: ele virou advogado porque o senhor era o então Ministro da Previdência?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Claro que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que ele parou como advogado desta entidade Unibap?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, então, vamos por partes.

Esse jovem advogado tem 31 anos e já é especialista em direito constitucional, mestrado, doutorado, concluindo o pós-doutorado. Ele tem... Ele tinha uma sociedade com um escritório em Porto Alegre e outra aqui. E ele trabalha no direito administrativo, direito regulatório, trabalha no direito constitucional; ou seja, tem um escritório que trabalha com clientes. Na época em que essas coisas aconteceram, ele não tinha a menor ideia... E, se o senhor desejar, ele pode mandar para o senhor quanto é que ele ganhava, quanto é que era cada contrato... E não era ele, porque eram três advogados, né? Foi contratado o escritório, não especificamente o meu filho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não tememos nada disso, porque, quando a gente faz o que gosta... Meu pai, meu velho pai, veterinário, como eu, me ensinou: "Meu filho, escolha algo que tu faças com prazer, como tu me vês fazer aqui na veterinária". Nós temos uma clínica veterinária em Porto Alegre que vai fazer 74 anos de vida, no mesmo lugar, na mesma casa, no mesmo prédio. Então, a gente tem uma tradição de família de fazer as coisas direito. Então, o meu filho não só faz direito, é apaixonado pelo direito, autor já de dois livros com menos de 30 anos de idade...

Então, eu quero lhe dizer o seguinte: eu tenho total serenidade e tranquilidade. Se tem alguém confiável no mundo do direito... Eu conheço... Aqui tem um que é extremamente capaz e confiável, mas o meu filho Pietro se inclui nesse seleto grupo de profissionais de alta qualidade. Então, o meu filho... Nós não... É como eu lhe disse: eu não peço dinheiro para bandido, eu não me envolvo com bandido, e o senhor não vai encontrar, em 30 anos de vida pública, uma foto minha com um bandido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor pode responder se, durante a sua gestão como Ministro da Previdência, houve tráfico de influência através dessa proximidade do senhor com o advogado da Unibap?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Objetivamente, não, porque nós não tratamos dos nossos universos profissionais. Meus filhos, nenhum deles se mete nas minhas ações políticas ou empresariais, a não ser o mais velho, que é Deputado Estadual e meu sócio na clínica veterinária, porque ele, seguindo o exemplo do avô e do pai, também é veterinário, né? Mas nós não tratamos disso. Eu não sei quais são as empresas em que ele atua, eu não sei quem são os contratantes dele, e não me cabe isso. Eu desafio aqui qualquer pai que tenha filho médico ou advogado a ir lá ver o fichário do filho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, para mim está respondida.

Volta aqui, por favor.

Volta.

Volta mais.

Volta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, aqui tem uma lista de entidades, e eu gostaria de fazer algumas perguntas ao senhor.

Na mesa do Ministro da Previdência Carlos Lupi, mas em que estava o atual Ministro da Previdência, Wolney Queiroz, tinha um rapaz, e esse rapaz hoje está dito como núcleo principal, chamado de um tal de Careca do INSS. E o Ministro Wolney virá aqui.

Alguma vez o senhor recebeu, como Ministro da Previdência, Careca do INSS? O senhor conhece Careca? O senhor...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não sei quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu quero saber...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu sei pela imprensa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber se o senhor já o conheceu pessoalmente.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – No meu período no ministério, não; nem antes, nem depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem algum relacionamento com o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Se passar na rua, eu não sei quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer, quando o senhor saiu do ministério, se foi o senhor que indicou José Carlos Oliveira para ser Ministro?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Deixe-me explicar um pouco esse ponto, que eu acho que é importante. Eu vou voltar. Eu entendo que o escopo da investigação é desconto associativo, mas, quando nós chegamos ao INSS, para então fazer a reestruturação do Ministério do Trabalho e Previdência – por isso que eu fui colocado lá, foi para isso –, o Presidente me pediu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para resolver dois problemas: a bronca dos 2 milhões e 500 mil processos acumulados... O senhor imagina, pessoas que há um ano, um ano e meio, dois anos tinham entrado com o seu pedido de aposentadoria, e nada de resposta. Então, a nossa luta foi para resolver isso. E o outro problema era consignado. No nosso tempo, como os números expõem com clareza, não havia relevância no discurso de descontos associativos. Então, eu fiquei, o tempo todo lá, lutando contra essas duas coisas.

Então, como eu já expliquei, o decreto de regulamentação do ministério foi elaborado entre agosto e setembro de 2021 e ele foi publicado em maio de 2020... perdão, em maio de 2022 – eu não era Ministro. No período em que eu passei lá, eu tinha gabinete, o comando da Secretaria Nacional da Previdência. O Secretário-Executivo, que pilotava a parte do trabalho, porque ele tinha sido Secretário nacional de Trabalho, que é o Bruno Bianco. E toda esta equipe eu... Bruno Bianco... Perdão, Bruno Dalcolmo, perdão! O Bruno Bianco era um sujeito brilhante que também teve atuação nessa secretaria especial, que estava no Ministério da Economia.

Então, toda a estrutura – volto a dizer – de Conjur, do *compliance*, de qualquer questão administrativa, até recursos financeiros, o ministério não tinha um centavo, tinha que pedir para o Paulo Guedes... Então, eu quero lhe explicar isso, porque isso esclarece, de maneira bastante simples e objetiva, que nós lá passamos este período, porque nós considerávamos a questão do desconto associativo dentro da sua normalidade... Reduziram 70 mil pessoas. Foi a única vez na história que teve isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem indicou José Carlos Oliveira para ser Ministro?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Obrigado, obrigado! Desculpe!

Aí o que acontece? Quando eu vejo lá no ministério a estrutura, eu disse: "Não, eu preciso alguém que conheça profundamente previdência no Brasil". E eu afirmo aqui: não há ninguém, dentro desse Congresso Nacional ou na estrutura do Poder Executivo, que conheça mais do que o Dr. Leonardo Rolim. Competentíssimo, formação na área, conhece como... mestrado, especializado. Bom, ele estava na Presidência do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Quem?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Leonardo Rolim, quando veio do Ministério da Economia para mim. Aí, o que eu faço? Tinha o Bruno Dalcolmo, que era meu braço no trabalho; eu precisava de alguém do mesmo porte para ser o braço da Previdência. Eu convido o Leonardo Rolim, que aceita, e ele sai da Presidência do INSS e vem para a Secretaria Nacional de Previdência, um cargo muito mais abrangente na formatação de políticas públicas para a área.

E aí, eu tenho que escolher, dentro de quem presente no INSS, alguém para substituir. Por quê? Eu estava ali, entrando em agosto, propriamente dito, de 2021, eu sabia que ia sair em março para disputar a eleição. Eu precisava de alguém: um, que tivesse profundo conhecimento; dois, que tivesse histórico de ter sido bom gestor; quatro, que fosse... terceiro, que fosse proativo; e, de preferência, que fosse um funcionário de carreira para poder lidar com a pesada burocracia e a estrutura funcional que tem o INSS.

É por isso que eu cheguei ao Sr. José Carlos Oliveira.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, é esse que foi o fato que o trouxe para o comando, e funcionou. Por exemplo, nós acabamos com a questão da prova de vida, nós conseguimos conter, em parte, os problemas do consignado, nós conseguimos avançar na redução da fila, tanto que, quando a gente consegue o bônus... Desde que eu entrei, eu ia todo mês ao Presidente e ao Ministro Paulo Guedes pedir para que aprovassem o bônus para nós acabarmos com a fila.

Nós terminamos. Então, aí, o Oliveira levou isso como missão para o seu mandato, que foi um mandato tampão. Assim como outros ministros, e ele conseguiu reduzir a fila para algo em torno de 900 mil. Se tu tirares os 450 mil processos – 450 mil processos que entram todo mês no INSS –, nós tivemos a menor fila da história. Hoje, tem quase 3 milhões na fila.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta que eu fiz, Ministro, é se foi o senhor quem indicou o Sr. José Carlos Oliveira para ser Ministro da Previdência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Com o Presidente Jair Bolsonaro, as pessoas podiam sugerir. Por quê? Uma característica, desde o início do Governo, sobre a qual eu esqueci de falar naquela apresentação inicial. O Presidente Bolsonaro dava autonomia completa para os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministros, para os diretores, para os presidentes de estatais, para montar a sua equipe de acordo com as suas escolhas pessoais.

O Presidente Bolsonaro nunca me pediu – nunca – para colocar alguém aqui ou acolá, ou dar um pau de falso queimado para quem quer que seja. Ele nunca interferiu nos ministérios do Governo dele – nunca.

Então, é claro que, quando nós fomos conversar com ele, com o Chefe da Casa Civil, sobre quem poderíamos... eu disse: “Ó”. Eu tinha mais de um nome. Sugerí esses nomes e, entre esses nomes, estava – aí, eu não vou falar dos outros porque, óbvio, não quero que ninguém fique magoado comigo... Ele acha que o melhor nome era o do José Carlos Oliveira, por todo o histórico: funcionário de carreira de trinta e tantos anos, tinha feito um bom trabalho no INSS e tinha o problema da fila, que ele queria ver resolvido.

Era esse o ponto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está respondido.

Ministro, o senhor fez essa explicação, mas antes – eu vou voltar para ela – eu queria saber uma coisa. Na sua gestão o senhor escolheu Leonardo Rolim. Quem é Leonardo Rolim? Para presidir o INSS.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não, não. O INSS veio... Ele não era... Eu o herdei do Ministério da Economia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem presidiu o INSS na sua gestão?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – José Carlos Oliveira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, o José Carlos Oliveira foi o Presidente do INSS.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É por isso que depois, entre as alternativas que existiam, ele acabou sendo a mais robusta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu lhe pergunto...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... para a sucessão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Houve algum partido político, houve algum Deputado, Senador que indicou para o senhor José Carlos Oliveira?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Nem eu, nem para o Presidente. Por que eu o escolhi? Depois de mais ou menos 15, 20 dias no Ministério, eu fiz reuniões com todas as chefias que existem, para poder me inteirar, e eu encontrei um homem de carreira proativa, inteligente e que compreendia os desafios que o INSS tinha. Ele viveu isso 40 anos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já o conhecia?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Nunca, nunca. Fui apresentado no dia que foi a primeira reunião no INSS como Ministro. Não sabia nem quem era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor disse aqui dados, e esses dados que eu trouxe se equiparam aos seus. Vem aqui desconto associativo trimestral e mantém uma linha. Cresceu um pouco no Governo Temer, mas dentro ainda de algo aceitável, mas saiu um pouco do contexto. No Governo do qual o senhor fez parte, Jair Bolsonaro, em relação ao Governo Temer, houve exatamente aquilo que o senhor mostrou, caiu, mas o senhor esqueceu uma coisa. Qual foi a coisa? Caiu 19, caiu 20, caiu 21. Ela aqui continua abaixo, mas quando o senhor sai, quando o senhor sai, essa curva se estabiliza um pouco, mas tem um crescimento muito grande; nós saímos da casa de milhões para a casa de bilhões.

O que é que eu quero dizer com isso, Ministro? Que a gestão do José Carlos Oliveira está diretamente ligada aqui – 2022/11 – está diretamente ligada ao início da curva de crescimento. E aí, isso aqui, olha, até aqui. Depois, essa curva só fez crescer.

O senhor, quando escolheu José Carlos Oliveira, o senhor tinha ou teve algum tipo de recomendação: "Olha, é um cara de bem, é um cara decente, esse aqui merece vir para a Presidência do INSS"?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. O que acontece? Quando... O Governo Bolsonaro se caracterizou por um Governo que não partidarizou a gestão. Nós não fizemos loteamento de cargo em nenhum espaço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a lhe dizer, o conhecimento do Sr. José Carlos Oliveira ocorreu no âmbito do trabalho como Ministro da Previdência e do Trabalho.

O que aconteceu? Quando eu fui à primeira reunião – à primeira reunião – com os Diretores do INSS – e aí vieram também os supervisores dos estados –, tivemos um debate lá sobre os problemas, as dificuldades. Havia um pedido feito por muitos deles de reabertura das portas; nós viemos da pandemia, só para lembrar. E o que ocorreu? Ali eu conheci, pela primeira vez eu tomei contato com o Sr. José Carlos Oliveira, e eu confesso que eu fiquei impressionado com a eloquência, com a forma, com o conhecimento profundo que ele tem da estrutura do... brasileiro.

E, bom, o que acontece? Quando nós chegamos à conclusão de que precisávamos trazer o Rolim para que nós tivéssemos uma pessoa de muito conhecimento na área da previdência, na previdência pública, na previdência privada, nos regimes próprios de previdência... Ele é uma das pessoas que mais conhece isso no Brasil. Então, trouxemos; tínhamos que fazer alguém colocar na vaga. A escolha do José Carlos Oliveira foi ao conversar com diretores, com servidores que atuavam aqui, no núcleo central do INSS, na busca da história, do currículo dele. Foi uma coisa técnica, não teve nenhuma interferência política.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aqui, por favor.

Durante a sua gestão... Veja, houve a AAPB, a Ambec, a Anapps, Sinab, Sintraapi, Riaam. Houve celebração de ACTs. Uma parte dos Presidentes do INSS era o Rolim e a outra parte era José Carlos Oliveira, mas todos foram relatados por Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho.

Eu lhe pergunto: Virgílio de Oliveira Filho, em algum momento, esteve com o senhor para tratar de assuntos de descontos associativos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Objetivamente, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Pronto.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – O Sr. Virgílio serviu, desde a sua entrada no serviço público, a vários governos nesta função. E volto a lhe dizer: eu mantive, com exceção da troca do Rolim, do Leonardo Rolim, que veio para a Secretaria Nacional de Previdência, e a chegada do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Carlos Oliveira a Presidente do INSS... Não foi trocado mais ninguém. O que eu herdei foi mantido, porque tinha um histórico de competência e eficiência, e eram todos de carreira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, esta diretoria do INSS é o foco principal da investigação, é a Diretoria de Benefícios. Enquanto o senhor era Ministro...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu lhe pergunto: o senhor já disse que o Presidente Bolsonaro lhe deu total autonomia, o INSS foi montado pelo senhor, na sua gestão?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Volto a lhe dizer: não. Por quê? Porque eu recebi...

Assim, o Ministério do Trabalho e da Previdência foi reestruturado, recebendo a Secretaria Nacional do Trabalho e a Secretaria Nacional da Previdência. Correto? Muito bem.

A equipe que veio dessas secretarias e que veio da autarquia, que é autônoma, veio completas. A mudança que foi de minha determinação foi apenas Rolim, para a Secretaria Nacional da Previdência, e José Carlos Oliveira, para o INSS. Ponto.

Depois, mudanças eventuais, aqui ou acolá, embaixo do Rolim ou embaixo do José Carlos Oliveira, foram feitas por eles. Não havia interferência do Ministro da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria... Eu queria saber se o senhor recebeu autonomia e deu autonomia.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não é assim. Eu recebi autonomia no âmbito da competência do ministério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Assim como as estatais, não tinha nenhum ministro que botava o diretor tal da estatal. Quem botava era o Presidente da estatal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É a lógica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber quem é que atuou para colocar Zé Carlos Oliveira e Sebastião Faustino de Paula. E o senhor respondeu que o Presidente do INSS de então, seja lá quem for, aqui está dizendo, uma parte é o Rolim, outra parte o Zé Carlos Oliveira.

Mas eu preciso também perguntar: AAPB, foi assinado um ACT. O senhor conhece alguém da AAPB?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu vou economizar tempo. Nenhum desses aí, eu conheço ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está lendo todos eles, né?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, é uma pergunta também que eu queria fazer ao senhor.

Volta mais uma. Mais. Mais. Volta, por favor.

Ministro, a coisa que mais me chama a atenção: o senhor participou, em algum momento – olha, no Governo, foram quatro inserções de situação por ano com mais de 50 mil inclusões –, o senhor foi consultado por isso aqui?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Objetivamente, não, porque era da competência do Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Agora volta mais uma. Volta mais. Pronto.

O senhor falou uma coisa que ficou na minha cabeça. A Contag providenciava a aposentadoria rural?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sr. Relator, ela fornecia um documento que – e isto estava na lei – era a condição para o trabalhador rural se aposentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas o senhor disse isso, mas disse uma coisa como se fosse casada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim. Sim, claro que é. Desde 94, era casado, ou seja, ela fazia e, quando a pessoa ia lá receber, ela dizia: "Bom, aqui nós temos a nossa entidade para poder fazer esse trabalho". O sindicato rural fazia isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas Ministro, isso não é vedado, não, pelo Ministério da Previdência?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Olha, isso é uma... Como é? Sim, vamos lá. Tanto é que nós contrariamos isso que, no primeiro dia de Governo, nós acabamos com isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a sua gestão no Ministério da Previdência, lá, oito meses, nove meses.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Oito meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oito meses.

O senhor recebeu algum presidente de associação ou entidade sindical?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Peraí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou não se recorda?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Que eu tenha memória, não. Eu lembro que nós discutimos, no âmbito do Conselho Nacional de Previdência, as questões que envolviam crédito consignado, e, portanto, tinha representação sindical lá. Agora, não mais do que isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já foi para alguma festa ou foi homenageado por alguma dessas associações?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu escolho ficar à noite com a minha esposa em casa, o que para mim é muito melhor do que qualquer festa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor disse uma coisa que também me chamou atenção... duas, que eu quero esclarecer.

A primeira: a 871. Quem foi que delimitou...? O senhor já disse que foi o Congresso.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conversou com alguém do Congresso para esse espaço de um ano...? O senhor era Chefe da Casa...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Civil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Civil. Mas o senhor disse que esse foi um assunto de que tomou conhecimento e foi uma providência fruto do período de transição.

O senhor, durante esse período, recebeu visita ou fez visita, recebeu ou percebeu que tinha alguém interessado em alargar esse período de revalidação?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. Esse debate foi conduzido à época pela Liderança do Governo. Os Parlamentares que representavam o Governo faziam o trabalho de construção de maioria. Queria lembrar que, nesse primeiro ano de Governo, nós tínhamos uma maioria muito frágil. Nós tínhamos dificuldades, inclusive – né? –, exatamente porque o Governo não foi partidarizado. Isso estabeleceu inúmeras dificuldades ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro. E nós trabalhávamos com o processo de convencimento. Como a bancada sindical e os partidos de esquerda se uniram, e aí tem partidos de centro-direita que apoiaram à época, por emenda foi feito a... foi vencida a proposta do Governo e foi aprovado... O que é uma tarefa do Parlamento, porque passou pela Câmara e pelo Senado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta que eu fiz é se alguém o procurou ou fez ingerência em relação a isso.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, nós tratamos tudo... Porque nós mantínhamos reuniões semanais com as Lideranças da Câmara e do Senado, que eram quem tratava isso diretamente com os Líderes partidários, porque é tramitação legislativa.

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E o Governo Bolsonaro tomou, desde o início, a decisão de não fazer intervenções no trabalho do Congresso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor colocou aqui a MP 871 como a primeira medida legislativa para conter essas fraudes desde sempre. E essa MP previa a revalidação de um ano, tá? Mas aí veio a covid, naquela época, vamos supor...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não, não, desculpe. Não, não, não. Ela foi para o Parlamento com um ano, não tinha covid naquele ano, em 2019 não tinha covid...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Aliás, o senhor me permite dizer uma coisa muito importante. O Ministério da Saúde, em 2019, construiu algo entre 500 e 600 novas UTIs no Brasil. Isso ajudou muito depois, no outro ano. Só para lembrar um fato que pouca gente conhece, que nós éramos um Governo que trabalhava muito com prevenção – mas essa é uma outra conversa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a 871 passou de um ano para três anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala. Silêncio, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas aí veio – o senhor citou aí – a MP 1.107.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo menos estava lá.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim, sim, sim, sim, sim, sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor disse uma coisa que eu achei muito interessante: essa MP não tinha nada a ver com a história do Brasil.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim, sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E foi botado, como o senhor mesmo citou, um jabuti para acabar essa revalidação.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi o autor do jabuti?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Olha, quem era o Relator era o Deputado Luis Miranda.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, esse...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, quem botou o jabuti foi o Luis Miranda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Deputado, esse Deputado...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... ou seja, alguém pediu a ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. O senhor não tomou conhecimento?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu era candidato a Governador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, o senhor já estava fora.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu estava fora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas foi, então, o autor, o Relator do jabuti... Foi o senhor que...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É o Relator que aceita ou não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, a responsabilidade é dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu vou para a segunda pergunta. Vocês identificaram fraude... O senhor colocou ali que... Eu poderia tomar licença da sua apresentação aqui?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Claro, claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aí ainda a apresentação?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu vou deixar com o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. É só para eu lhe fazer uma pergunta com base no que o senhor apresentou. *(Pausa.)*

Era aquela mesmo. *(Pausa.)*

Volta ali.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, o senhor falou que na transição tomou essas providências, e um dos resultados dessas providências foi que o Ministério Público Federal não sei de onde, do Paraná ou do Rio Grande, denunciou essas entidades.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (*Fora do microfone.*) – Era o de São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: não era a hora de ter feito um pente-fino em todo o sistema de desconto associativo, não?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, o senhor está me falando de 2019. Esse... O senhor vai verificar, se o senhor for ao trabalho feito aí pela Secretaria nacional de Previdência, em 2019 e 2020, houve muitas e muitas ações, instrução normativa, decreto que fizeram, sim, tanto é que foram excluídas, estas e outras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor. (*Pausa.*)

Passa... (*Pausa.*)

Passa essa parte aí. (*Pausa.*)

Aqui. Não, é aquela anterior. (*Pausa.*)

Agora... Não é essa lei, não.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É a próxima.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É a MP.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É a próxima. (*Pausa.*)

É a próxima. Essa aí, ó. (*Pausa.*)

É, passa aí, vai para a frente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, essa aqui.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, essa aí prorroga para 31/12. Essa é a primeira...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Aí passa essa. Eu quero aquela que acaba.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – A próxima.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa aí.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Essa aí, a 1.107.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa MP, quando ela foi feita, teve esse jabuti. E o senhor sabe informar por que isso não foi vetado?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Presidente... Relator, primeiro, eu não estava mais no ministério. Se eu estivesse no ministério, eu vetaria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, era isso que eu queria saber do senhor. Pronto.

Agora volta lá para o meu, por favor. *(Pausa.)*

Passe aí, por favor. Mais.

Fiz questão de colocar aqui que são personagens principais, e o senhor já disse. Recebeu? Conhece? Como isso vai ficar... como isso vai ficar aí, era bom o senhor se manifestar.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Sobre o quê?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se o senhor conhece esse senhor...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... chamado Careca do INSS e esse Maurício Camisotti.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Nunca. Nunca vi, nunca recebi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, agora vamos falar de uma coisa muito importante. O senhor disse que o grande problema eram os empréstimos consignados.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Na, na... No período em que eu fiquei, era.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O que é que foi feito para sanar essas irregularidades dos empréstimos consignados?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Primeiro, nós fizemos diversas reuniões com a Febraban e a ABBC. Fizemos autorregulação, depois colocamos o Sniper lá que identificou muitos problemas, construímos o grupo de trabalho no Conselho Nacional de Previdência Social, que concluiu o trabalho – eu já não era mais Ministro, mas a discussão eu acompanhei –, propondo a biometria. E, quando a biometria sai definida num decreto – eu creio, de novembro, se não me falha a memória –, de 2022, eu creio que esse sistema viu que fechou a porta e buscou outra porta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia relatar alguns dos problemas encontrados com o empréstimo consignado?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, primeiro, era... Principalmente *fintechs*, bancos pequenos, bancos menores, eles atacavam de maneira sistemática os aposentados e pensionistas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De que forma?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Através do telefone, visita. Eles... Os bancos, os maiores bancos, trabalhavam com os correspondentes bancários, que ficaram conhecidos como "pastinhas" – eu até falei isso aqui na apresentação –, e eles tinham... Cercavam de todas as formas. Aí, com *hackers*, eles conseguiam a lista; com *hackers*, eles iam atrás da composição familiar, iam atrás do filho, da filha, do avô, do tio. Eles eram muito, muito terríveis, vamos dizer assim, no assédio às pessoas para fornecimento. E chegou um momento em que nós identificamos, e aí nós tivemos uma ação muito dura, junto com a Febraban, que foi quando o dinheiro era depositado sem nenhum pedido. O que acontecia? Muitos aposentados utilizavam o dinheiro e depois recebiam o telefonema, quando começava o desconto, dizendo: "Ah, mas eu não pedi"; "Bom, mas o senhor usou o dinheiro". Então, nós, aí, entramos com um processo muito duro junto com a Febraban. E aí veio esse grupo de trabalho para a gente poder achar um caminho para evitar que o aposentado fosse lesado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, nós vimos pelo histórico que, em 2016, o Sr. Alessandro Stefanutto... E eu ia perguntar: o senhor conhece o Sr. Alessandro Stefanutto?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Alessandro Stefanutto, usando palavras de Parlamentares daqui, deu um parecer retirando a necessidade de carta sindical para desconto associativo em 2016.

Eu pergunto ao senhor: na época em que o senhor foi Ministro da Previdência... Na época em que o senhor foi Ministro da Previdência, o senhor lá, sob a gestão do senhor como Ministro da Previdência, houve celebração de quatro ACTs e duas renovações. Em algum momento, o senhor tratou com o Sr. Rolim ou o Sr. José Carlos Oliveira a questão de desconto associativo?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, porque não é da natureza nem da competência do Ministro da Previdência. Isso é tratado no âmbito do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante sua gestão como Ministro ou como Chefe de Governo, Ministro-Chefe do Gabinete Civil ou...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Da Casa Civil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... da Casa Civil, alguma autoridade, seja do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público ou do Legislativo, o procurou para tratar, após... Da transição o senhor já falou. Do INSS, do Ministério da Previdência Social, técnico, auditor, seja o que for, foi até o senhor para falar sobre esse assunto?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ninguém?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – De que eu tenha lembrança, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Só a única de que eu tive informação, porque eu era Ministro da Casa Civil, e o INSS à época estava no âmbito do Ministério da Economia, é que, em 2019, abriram, fizeram a suspensão daquelas entidades de 2018 e, posteriormente, foi cancelado, e eles continuavam fazendo a averiguação. Mas aí é o seguinte: a Casa Civil está cuidando o ano inteiro. Isso foi um fato que teve relevância porque nós respondemos em menos de um ano com o cancelamento dos acordos de cooperação técnica, e as entidades que foram denunciadas em setembro de 2018, se não me falha a memória, antes de setembro de 2019, estavam excluídas da possibilidade de fazer descontos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Jobson de Paiva Silveira Sales?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Olha, eu creio que sim, porque, se não me falha a memória, ele estava na estrutura do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve alguma vez ou conhece o Sr. Mauro Cavalo?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve ou conhece o Sr. Aristides Veras?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve ou conhece – de outros eu já perguntei – o Carlos Roberto Lopes, da Conafer?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, vou finalizar fazendo uma pergunta: durante a sua passagem como Ministro da Previdência, o senhor pode garantir que não houve desvio de conduta ou pagamento de vantagem indevida à cadeia hierárquica de comando do INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Olha, eu não posso garantir porque isso não está na atribuição do Ministro da Previdência. De que eu tivesse conhecimento ou que alguém levasse alguma denúncia, isso nunca chegou. Se tivesse chegado, eu tinha mandado direto para a Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como Ministro da Previdência...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Até porque eu não tinha Conjur, né? A minha Conjur se chamava PGFN.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como Ministro da Previdência, o senhor disse que montou uma sala de situação...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, foi o INSS que fez isso, se não me falha a memória, 2020.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pedido de quem?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, para poder fazer o combate a fraudes, porque estava embutido na 871. Não sei se o senhor viu... Fazia parte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Polícia Federal foi para dentro do INSS em 2020?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu creio, eu creio que sim. Nessa... Bom, aí tem uma coisa anterior.

Nós organizamos, logo que o Governo foi empossado, os núcleos de integridade e combate à corrupção em todos os ministérios. Até o final do ano, tinha em todos os ministérios. E tinha um membro da Polícia Federal, CGU, por isso que nós não... Praticamente não tivemos problemas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse membro da Polícia Federal permaneceu no INSS durante a sua gestão?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu não tenho... Bom, continuou ativo, né? A Coordenadoria de Inteligência Previdenciária, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem era o responsável, recorda?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Da inteligência? Só um minutinho. Eu tenho aqui. Só um segundo que eu já lhe dou o nome dele aqui. O sobrenome é Ávila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor... Esse é...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Marcelo Ávila. E ele trabalhou de 2012 até 2023, no início do atual Governo, e não saiu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa coordenadoria de...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Na Coordenadoria de Inteligência Previdenciária. Eles... Junto com a Polícia Federal, eles faziam pesquisa, buscavam fraudes, buscavam desvios, analisavam essas situações todas, junto com a Diretoria do INSS. É isso que eu imagino.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a sua gestão enquanto Ministro da Previdência, algum Parlamentar tentou indicar nomes para o INSS?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. Eu era conhecido como a pessoa que seguia rigorosamente o comando da Presidência da República, até porque, como Ministro Chefe da Casa Civil, nós montamos um Governo sem partidização. Então, isso foi uma marca do meu período, inclusive. Então, eu não ia quebrar a minha coerência, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Ministro. Obrigado, Presidente.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem, terminada a fase de questionamentos pelo Relator, daremos início aos Parlamentares inscritos.

Informo aos senhores que seguiremos até o entorno de 1h da tarde para o intervalo de almoço.

Pergunto ao depoente se gostaria de continuar ou se deseja um rápido intervalo para alguma questão particular.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, vamos continuar, para aproveitar o tempo dos Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Como autora do requerimento inicial, com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Carlos Viana.

Eu cumprimento o senhor, o nosso Relator Alfredo Gaspar, o Vice-Presidente Duarte Jr., já me solidarizando com ele e a sua família, né?

Cumprimento também a presença do Sr. Onyx Lorenzoni e seu advogado.

E já vou dar procedimento aqui.

Sr. Onyx, essa CPI, CPMI já constatou que houve um afrouxamento normativo em temas relacionados à previdência, que deu origem, ou pelo menos facilitou a corrupção e as fraudes no INSS, sendo que algumas dessas ocasiões guardam relação direta ou indireta com momentos em que o senhor exerceu cargos importantes na administração passada. Sobre elas eu pergunto, começando, com relação ao veto da MP 871, de 2019, que virou a Lei nº 13.846, de 2019. O texto foi aprovado no Congresso Nacional e proibia a transmissão de dados de beneficiários do INSS a terceiros para fins de *marketing* e captação de clientela e vedava a oferta de crédito consignado sem a autorização expressa, qualificando tais práticas como assédio comercial.

O senhor era Ministro da Casa Civil à época do veto. Você pode nos explicar por que foram vetados esses dispositivos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – O dispositivo foi vetado, Senadora Leila, por causa da Lei Geral de Proteção de Dados. Ele já era contido nela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – E, depois de tudo que sabemos hoje, eu pergunto ao senhor, por causa do tamanho do roubo e os problemas com a exposição de dados dos aposentados a terceiros e o *telemarketing*, que já está comprovado aqui que foi abusivo: o senhor recomendaria esse veto?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Vamos de novo: aí é uma questão técnica.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Mas o senhor reconhece o erro? O senhor reconhece esse erro do veto?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Mas eu não posso ver erro se a legislação que produz o texto das nossas leis, quer aqui no Parlamento, quer na análise feita pelos setores específicos, que é a SAJ, que é a Subchefia para Assuntos Jurídicos, tem que se pautar pelo regimento da hierarquia das leis. Se já tem uma Lei Geral de Proteção de Dados que estabelece que esta circunstância já está contida lá... Foi uma questão técnica, meramente técnica. Isso não tem análise política.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Estou perguntando a sua opinião pessoal.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Como?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – A sua opinião pessoal.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Quando a gente tem a análise da área técnica, os governos normalmente se baseiam pela posição dada pelo setor técnico, não tem nada a ver com política...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Eu não estou perguntando para o senhor... Eu estou perguntando para o advogado. Desculpe, senhor advogado. Eu estou perguntando uma opinião pessoal dele apenas.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, mas eu não sou advogado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Mas ele está falando no seu ouvido.

O outro ponto é o decreto...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não, não, Leila... Senadora, eu tenho muito respeito pela senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Também tenho pelo senhor.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E eu acho que a gente pode fazer um diálogo produtivo. Estou aqui para esclarecer tudo que a senhora quiser me perguntar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

É bom lembrar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, eu só fiz...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senadora.

É bom lembrar aos Senadores que o advogado tem a possibilidade de fazer a orientação. Ele não vai dar a resposta, mas ele pode a qualquer momento orientar o cliente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Outro ponto é o Decreto 10.537, de 2020, de que o senhor foi um dos signatários junto com o ex-Presidente Bolsonaro e o ex-Ministro Paulo Guedes. O decreto autorizou descontos associativos em benefícios de pensionistas, e não mais apenas aposentados, e ainda permitiu o desconto por entidade que não foram criadas... aliás, por entidades que não foram criadas com o objetivo específico de representar ou defender aposentados e pensionistas, o que acabou ampliando brutalmente a quantidade de entidades legitimadas a firmar os ACTs.

O senhor pode nos explicar o que motivou esse decreto, que contrariava inclusive recomendações e pareceres anteriores do INSS?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Vamos lá. O Decreto 10.537 criou a possibilidade, através do §1º, letra F, de que, devido – isto é algo importante para o Relator – à ampliação de reclamações, ele dava poderes para o cancelamento, que, até a edição desse decreto, não era... As razões para a suspensão ou cancelamento dos ACTs eram por conta de falhas documentais, coisa desse tipo. Não... Não havia a possibilidade de, por grande número de reclamações, suspender e quiçá cortar o ACT. Isso empoderou o INSS para fazer isso.

E quanto à questão das pensionistas, eu quero alertá-la de que lá na 8.213, no seu *caput*, desde 1991, não há diferença entre aposentado e pensionista, é benefício. A partir daí, estão incluídos... E os descontos são feitos desde 1994, que foi quando se assinou o primeiro ACT.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Certo, mas esse decreto não cortou, ele realmente ampliou, ajudou a ampliar brutalmente – né? – a quantidade de entidades legitimadas pelas ACTs.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu respeito o seu ponto de vista, só que eu estou...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Não, são dados.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu respeito o seu ponto de vista. A senhora está usando dados, e eu respeito o ponto de vista que a senhora acabou de expressar. Agora, eu vejo de uma outra maneira. E como é que eu vejo? Eu vejo com o que foi estabelecido na lei, em 1991. Não houve ampliação, eu discordo do seu ponto de vista, respeitosamente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor sabia que uma das entidades beneficiadas pelo Decreto 10.537, de 2020, seria a Unibap (União Brasileira de Aposentados), associação representada – e falada aqui pelo nosso Relator – pelo advogado, seu filho, Pietro Lorenzoni, uma entidade que movimentou mais de 187 milhões em descontos associativos em 2019? O senhor confirma isso?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Primeiro, eu quero novamente, respeitosamente, divergir da senhora. O Governo Bolsonaro nunca se moveu por interesse de A, B ou C. Nós tínhamos a leitura clara de que tínhamos que servir à sociedade brasileira e servir ao país.

E quanto a contratos de assessoria ou consultoria que foram prestados pelo escritório de que o meu filho era sócio, isso é algo da responsabilidade profissional de um advogado trabalhando por seus clientes. Isso nunca afetou as nossas relações políticas e institucionais, jamais. Nunca houve qualquer tipo de favorecimento ou coisa que o valha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Os dirigentes da Unibap também fundaram a Abenprev e a Abenpreb. A primeira está localizada em Brasília e a segunda está localizada aqui em Goiânia.

A Abenprev faturou 83 milhões em descontos também associativos para além da Unibap. O senhor sabe informar se o seu filho também prestou serviço para essas duas entidades que foram formadas, que foram braços da anterior?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu desconheço completamente a relação de clientes dos escritórios de que o meu filho é sócio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Onyx, durante sua gestão como Ministro do Trabalho e da Previdência Social, o então Diretor de Benefícios do INSS, o Sr. José Carlos Oliveira,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi indicado para presidir o INSS. Em seguida, ele acabou substituindo o senhor como Ministro da pasta. O senhor falou aqui que ele foi uma indicação técnica. Eu queria perguntar: quais eram as referências para o senhor manter e depois promover o Sr. José Carlos aos principais cargos ali da Previdência?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, primeiro, ninguém me indicou. Segundo, a escolha da...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Quais foram os critérios técnicos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu já expliquei aqui, vou explicar de novo para a senhora. Expliquei para o Relator, vou lhe explicar novamente.

Quando eu chego lá, para reconstituir o Ministério do Trabalho e da Previdência, nós tínhamos dois pilares de sustentação. De um lado, nós tínhamos o que tinha sido a antiga Secretaria Nacional do Trabalho, e que estava lá representada pelo meu Secretário-Executivo, o Bruno Dalcolmo. E do outro lado, eu precisava de alguém que ficasse na Secretaria Nacional da Previdência, com profundo conhecimento de todos os regimes. E aí eu fui buscar a pessoa mais qualificada que eu conheço – e que acho que a maioria dos Parlamentares concorda comigo – que é o Sr. Leonardo Rolim, que é...

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... funcionário do Congresso Nacional concursado, né? Então, foi essa a razão. Aí eu tinha que ter alguém para substituí-lo no posto de Presidente do INSS, porque ele ia cumprir uma missão mais formuladora e não tão executiva.

Nas reuniões das quais eu participei com a equipe do INSS, me chamaram a atenção os conhecimentos, a liderança e a capacidade de trabalho do Sr. José Carlos Oliveira. Quando fui buscar a biografia dele, a folha de serviços prestados ao INSS, lá se via que era um funcionário de carreira – à época, acho que 32 anos, ou coisa que o valha –, e tinha passado pela Superintendência de São Paulo, que é talvez a maior do INSS do Brasil, com bons resultados. E, por conta, então, dessa bagagem – ninguém me indicou –, eu o convidei para que ocupasse o cargo de Presidente do INSS.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Última pergunta, Sr. Presidente, por favor.

O senhor... Eu vou agora para os "*golden boys*". Eu preciso lhe perguntar sobre um deles, o Sr. Felipe Macedo Gomes, que foi o Presidente da Amar Brasil, uma das entidades mais envolvidas no escândalo, cujo grupo movimentou mais de 700 milhões em dinheiro roubado dos aposentados, e, segundo nos informou o Relator, o ACT da Amar Brasil foi solicitado no início de 2022, quando o senhor ainda era Ministro, e assinado em 09/08/2022, sob a gestão já do José Carlos Oliveira, como Ministro. Além disso, a CPMI descobriu que os pais do Felipe Macedo são conhecidos e amigos da família do Sr. José Carlos. Ocorre que em 30/09/2022, o Felipe Macedo doou R\$60 mil à sua campanha. Eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Felipe Macedo e o senhor sabia que existe uma relação de amizade entre a família do Felipe Macedo e a do Sr. José Carlos de Oliveira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes, eu vou pedir à sala silêncio, por favor, para darmos sequência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Primeiro, a doação foi legal, registrada e está lá dentro. Eu já disse e vou repetir, respeitosamente, à senhora que tive mais de 115, ou algo em torno disso, doadores, pessoas físicas, nos dois turnos da minha campanha; e 30% ou mais dessas pessoas eu desconheço completamente. E quando é que eu fui ver isso? Quando teve a denúncia feita pelo *Metrópoles* – novamente vou fazer um comercial aqui.

Então, não tenho, não conheço, nunca tive relação...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – E o senhor sabia da relação dele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senadora, o tempo está...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Só para concluir a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas o tempo está já... Já ultrapassamos três minutos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Mas as perguntas que eu estou fazendo ele não está respondendo. Ele está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já superamos três minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Senadora, eu respondi a todas as suas questões e respondo que não tinha conhecimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria aqui publicamente pedir desculpa por não ter prestado solidariedade ao Vice-Presidente, dizer que ele é uma pessoa séria e tem feito um grande trabalho. E um ataque a um membro da CPMI é um ataque a todos nós. Acredito que esse Parlamentar, que é do mesmo partido dele, PSB, merece inclusive um pedido de prisão cautelar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Subscrevo e apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR. Para interpelar.) – Bom dia a todos os membros aqui desta CPMI. Cumprimento o Presidente Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – ... o Relator Alfredo Gaspar, cumprimento o Duarte Jr. e também presto toda a solidariedade aqui a ele.

Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni, o seu depoimento é um depoimento que não esclareceu nada, é um depoimento vazio, apesar de pesar, sobre você, sobre o Governo que aqui você elogia, um conjunto muito grande de denúncias, de fraudes e de irregularidades que eu vou demonstrar aqui. É um depoimento novamente decepcionante para muitos, mas não me surpreende em nada,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda mais o senhor sentando aqui, mais uma vez, para posar de paladino da moral. Querer falar aqui de CPI dos Correios, de mensalão, dizer que aquilo ali foi um trabalho exemplar, fantástico? Pelo amor de Deus, não é, Ministro? Eu conheço o Relator, inclusive, que o acompanhou na CPMI; saiu tão mal da CPMI que foi derrotado por mim – nós somos da mesma região do Paraná – em todas as eleições, até que eu o aposentei por falta de votos, por falta de prestígio dele pelo mal que vocês prestaram ao país naquele período.

Então, falta, Onyx, humildade da sua parte aqui de reconhecer os erros, de os esclarecer. Esta CPMI tem esse objetivo: esclarecer e punir os responsáveis, sejam eles quais forem, de quais períodos forem. É uma história muito longa que está sendo contada aqui. Pior é você usar uma parte enorme do nosso tempo, da imprensa, da população que está assistindo, para fazer propaganda do Governo Bolsonaro: o pior Governo da história deste país, um Governo que matou 200 mil pessoas durante a pandemia... 700 mil pessoas durante a pandemia, um Governo da fome, do desemprego e do pibinho, e um Governo que não fez o que qualquer governo teria que ter feito. Eu fui Prefeito duas vezes, eu fiz isso no meu município, quando eu fui Prefeito: fiz uma gestão premiada, não respondo a nenhum processo, nunca fui denunciado por corrupção, porque tomava as medidas necessárias, medidas essas que quem tomou foi o Presidente Lula, foi a nossa CGU.

É muito fácil vir aqui falar que: "Ah, defendo aposentados". "Ah, eu estou do lado certo da história". Para o aposentado, para o pensionista que foi fraudado, lesado, roubado, só conta uma coisa: quem é que interrompeu a fraude e quem é que devolveu o dinheiro. Não foi o Governo Bolsonaro. Vocês assistiram, quatro anos, calados, e foram mudando regras, foram aceitando mudanças, como o veto que vocês não fizeram à essa Medida Provisória 871, de 2019; como o Decreto 10.537, de 2020 – Ministro, você tem que explicar esse decreto aqui, é para isso que você veio aqui –, um decreto que ampliou brutalmente a possibilidade de essas entidades fraudarem. Vocês prepararam a fraude, inclusive, para ela acontecer em 2023, 2024, 2025.

Eu vou ler aqui, porque é importante todo mundo saber: a AAPB, 300 milhões roubados, celebrados na sua época, no seu período de Ministro; a Ambec, 400 milhões roubados, celebração de ACT na sua época, no seu Governo; Abrapps, que antes se chamava Anapps, 5 milhões; a Sinab, 70 milhões; a Riaam Brasil, 30 milhões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Ministro, a gente precisa falar das doações eleitorais que você recebeu, a sua candidatura ao Governo do estado recebeu. Tudo bem. Você vir dizer aqui que, à época, não acompanhou, não sabia... Não vou nem entrar nesse mérito, mas há muito tempo, já há muitos meses, talvez há mais de um ano, essa denúncia veio à tona, Ministro; você sabe quem doou para a sua campanha. Está aqui o Felipe Macedo Lopes, o "*golden boy*", R\$60 mil. Está aqui o Everton Rosa, o dono da Facta, R\$25 mil. Eu podia ficar aqui a manhã inteira, mas o meu tempo não permite.

Que providências, Ministro, você tomou a partir do momento em que você soube das doações? Você vai ficar com essas doações sem serem explicadas, sem serem esclarecidas? Alguém da sua campanha recebeu esse dinheiro. Alguém da sua campanha pediu essa doação. Você sabe quem foi? Você, minimamente, conhece quem era a coordenação da sua campanha, quem é que era o agente financeiro.

À época, você dizer que não sabe... Como eu disse, eu não vou entrar no mérito, mas, a partir do momento em que você descobriu, que providências você tomou, Ministro? Que iniciativas você teve para tentar entender como é que gente ligada a esse esquema fez o dinheiro dos aposentados e dos pensionistas chegar à sua conta de campanha?

Vale lembrar o decreto, ele escancarou o roubo não só dos aposentados, ele escancarou o roubo dos pensionistas. Nós estamos falando de viúvas, nós estamos falando de crianças, de gente que perdeu o pai, que perdeu a mãe. É grave, Ministro, você não explicar as doações.

A imprensa diz – e você nunca desmentiu – que você fez uma tatuagem no período em que você, como réu confesso, reconheceu o crime de caixa dois. A pergunta que tem pairado, Ministro, é qual tatuagem você vai fazer agora?

E eu trouxe aqui uma sugestão. Não sei se o senhor conhece essa tatuagem aqui, ó.

O SR. ADÃO JOSÉ CORREA PAIANI – Questão de ordem, Presidente.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – É o ouroboros. Vem da Grécia, vem do Egito. É uma serpente que está engolindo o seu próprio corpo. Isso traduz, Ministro, o que você está vivendo neste momento: os mesmos erros sendo repetidos, a mesma arrogância sendo apresentada, a mesma postura de paladino da moral não se sustentando aos fatos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o ciclo que essa tatuagem representa, Ministro, vou lembrar mais uma vez, ele não foi interrompido no Governo Bolsonaro; ele foi interrompido no nosso Governo, com precisão, ação correta e com algo que é inédito na história deste país: a devolução dos recursos.

Eu assisti há pouco uma apresentação, em A Voz do Brasil, do atual Ministro da Previdência, o Wolney: R\$2,4 bilhões já foram devolvidos. Quanto foi devolvido na época do Bolsonaro? Três ponto cinco milhões de aposentados e pensionistas, que você ajudou, naquele decreto ali, a serem roubados, já foram ressarcidos, e mais gente ainda vai ser beneficiada, porque o prazo é agora, no dia 14 de novembro.

Então, eu queria, Onyx, que você falasse aqui a verdade, respondesse às perguntas que foram feitas, esclarecesse tudo o que pesa neste momento contra você.

E, como eu disse, um Governo do qual você se orgulha, porque você não pode dizer que tudo o que, na tua compreensão, deu certo no Governo é mérito seu, como você veio aqui propagandear, e aí tudo o que deu errado naquele Governo... Está aqui o gráfico, ó. Isso aqui é da CGU, Onyx, isso aqui é da CGU. Está aqui a linha, as entidades que tinham ACT há muito tempo, de outros governos, pouco evoluíram os valores que elas desviavam.

Agora, as entidades que o seu decreto, que o seu Governo, que as suas atitudes viabilizaram, está aqui, Onyx, o dado da CGU, da CGU! Olha como cresceu a linha, olha como aumentou, olha quem é o responsável, olha quem preparou isso para 2023, 2024, 2025. Sem esses ACTs, sem as medidas provisórias, sem os decretos que foram feitos no Governo Bolsonaro, essa linha que ascendeu em 2024, 2025...

(Soa a campainha.)

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – ... e que nós interrompemos no nosso Governo jamais teria chegado onde chegou. Dito e feito.

O SR. ADÃO JOSÉ CORREA PAIANI – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem solicitou a questão de ordem, porque eu não estou conseguindo identificar?

O SR. ADÃO JOSÉ CORREA PAIANI – Aqui. Sou eu, Sr. Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, doutor.

O SR. ADÃO JOSÉ CORREA PAIANI – Sr. Presidente, eu gostaria só que – o senhor já se referiu a isso –, mas que os Srs. Parlamentares mantivessem um nível de questionamento dentro dos limites da urbanidade, porque o meu representado, o meu constituinte não está aqui na condição de acusado de absolutamente nada, então, algumas adjetivações, como o ilustre Parlamentar fez agora, são desnecessárias.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – Olha, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um instantinho...

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – Só um instante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) – Eu não falei do filho dele, do Pietro, porque eu concordo com ele, ele não é responsável pelo que o filho fez, como um filho não é responsável pelo pai, familiar não é responsável por familiar, então, eu fui muito sensato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

Eu vou lembrar o advogado que os Parlamentares estão orientados, e eu – e todos aqui – não vi qualquer tipo de ataque ou desrespeito ao depoente. Então, nós vamos dar sequência aqui.

Com a palavra o Sr. Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Primeiro, eu discordo completamente da sua narrativa, que não está baseada em documentos, está apenas na sua visão, e eu respeito, o senhor tem a sua, e eu tenho a minha, e o Brasil já sabe bem as nossas diferenças, conhece bem.

Eu quero aqui trazer... Da CPI dos Correios, eu escrevi este aqui, este livro, e depois escrevi outro. Neste aqui, eu fiz uma coletiva de imprensa em março de 2026, que está registrada aqui, com vários jornalistas aqui de Brasília, e um me perguntou: "O mensalão foi o maior esquema de corrupção da história do Brasil?" Eu disse àquela época e está registrado: "Até agora, sim, mas o dia que abrir o bueiro da Petrobras, nós vamos descobrir o que é roubar no Brasil." Isso foi em





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2006. Portanto, eu acho que, do que nós fizemos na investigação da CPI dos Correios e o que se reproduziu depois no Brasil, o senhor sabe quem é que tem razão e a quem assiste razão, e a população brasileira já sabe quem é que trabalhou com honra, respeita o dinheiro público e serviu o povo brasileiro e quem é que há décadas se serve do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por uma hora.

(Suspensa às 12 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Dando sequência aos oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, uma boa tarde a todos, Sr. Onyx Lorenzoni, Sr. Adão José, Relator, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Sr. Onyx, o senhor chegou aqui – e o Zeca Dirceu eu acho que pegou bem –, com um pedantismo um pouco elevado e uma arrogância também – parece que isso mudou pouco –, nos ensinando como trabalhar na CPML, como é que o senhor trabalhou nas outras, mas muitas CPIs e depois CPMLs foram feitas, inclusive CPML de golpe, foram várias, e também fazendo uma defesa do Governo Bolsonaro, embora esse não seja o tema da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E colocou três pontos que seriam pilares do Governo: segundo o senhor, o respeito à Constituição, a eficiência e o espírito fraterno.

Em relação ao respeito à Constituição, eu lembraria o senhor que Bolsonaro, semana que vem, dia 13 ou 14, vai estar na Papuda. A eficiência dele foi tão grande que foi o único ex-Presidente, candidato, que não se reelegeu. E a fraternidade... Eu queria colocar um vídeo, que é um vídeo muito curto, mas resume o problema que nós vivemos no Brasil com esse sujeito.

(Intervenção fora do microfone.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Depois pediu desculpa ao Alexandre de Moraes, mas fez sinal de metralhadora... É impressionante a fraternidade desse Governo que foi o Governo Bolsonaro.

O povo sabe disso, 700 mil mortes da covid, que foi outra CPI de que provavelmente o senhor não participou, embora fizesse parte dela; chegaram até a pedir a prisão do senhor naquela CPI por desavenças que teve em relação a um dos Deputados que fez a denúncia de Bolsonaro.

Mas, pois bem, disse também que Bolsonaro foi o Governo que menos impostos cobrou. Menos impostos quem cobrou foi o Lula, que vai parar de cobrar imposto agora de quem ganha até R\$5 mil: promessa do Presidente Bolsonaro não executada. E o Lula parou de cobrar imposto dos pobres; Bolsonaro parou de cobrar imposto dos ricos. Então, é evidente que nós temos muita diferença, mas não foi esse assunto que nos trouxe aqui.

O assunto que nos trouxe aqui... Eu pediria que colocassem um gráfico. O senhor disse que matemática é matemática, aritmética é aritmética, mas a gente tem que fazer uma análise dos números. É o outro gráfico primeiro, por favor.

Esse gráfico, veja bem. Essa curva – o Zeca Dirceu mostrou – é muito importante porque, de fato, houve uma subida, o senhor foi relatando ali os milhões que subiram, de 2022 para lá, 2023 e 2024. Depois aquilo lá cai a zero, viu? Graças ao Presidente Lula: mandou parar de descontar tudo e caiu a zero. Ninguém mais, aposentado, tem desconto: medida do Presidente Lula que não foi feita durante o Governo Bolsonaro.

Mas, olha lá, subiu mesmo, mas aquelas entidades de laranjas... Foram firmadas ACTs no Governo Bolsonaro, várias com o senhor. As outras são ACTs anteriores, a linha azul, que já existia, inclusive a Contag, a quem nós vamos ouvir, etc. As outras são todas entidades que não tinham nada a ver, inclusive, com prestação de conta para aposentado. O senhor chegou a assinar um decreto que permitia pensionistas e qualquer tipo de entidade falassem na defesa dos aposentados. Foi um monte de entidade picareta.

Põe o outro gráfico para ver. Essas aí foram ACTs de quando o senhor era ministro, olha lá. Unibap é aquela cinza. Olha a Ambec, a do Careca, como é que ela cresceu durante 2022 a 2024,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ela nasceu lá com o senhor, quando era ministro. Essa aqui é a da Ambec. Olha ali aquela da Amar Brasil, a vermelhinha ali. Olha a Amar Brasil. A Amar Brasil é do Felipe Macedo, que depois deu para o senhor R\$60 mil na campanha de Governador. Ela foi muito... Ela cresceu muito. É dos "golden boys", como diz o Pimenta. "Golden boys" são o Felipe Macedo... É aquela turma do vinho caro, dos carros caros, aquela roubalheira.

Então, veja bem, ficou tudo armado. É bom lembrar que teve uma medida provisória também, nós não podemos esquecer dela, lembrar dela de novo, que é a Medida Provisória 1.107, em que enfiaram, lá dentro, um jabuti. O jabuti não é culpa do Governo Bolsonaro, quem fez o jabuti foi aqui dentro, mas ele levou esse jabuti, do Luis Miranda, a não ser vetado pelo Bolsonaro.

O senhor disse aí, eu concordo, que, se o senhor estivesse lá, vetaria. Agora, precisamos saber quem não vetou e por que Bolsonaro não vetou.

Eu acho que tem muita coisa a ver com Zé Carlos Oliveira. O senhor falou pouco do Zé Carlos Oliveira. Zé Carlos Oliveira, talvez fosse ele mesmo, o Relator perguntou, e eu atentei para esse detalhe, deve ter sido ele, viu? Que pediu lá para o Felipe Macedo dar aquela contribuição de campanha, porque Zé Carlos Oliveira começou lá embaixo, ocupou tudo quanto é cargo. E, se o senhor manteve quem estava lá, o senhor manteve um esquema que já vinha da roubalheira, como depois mantiveram também muita gente que nós vamos ver depois.

Mas olhem como é que estava tudo armado. Então, já não tinha revalidação mais. É um problema isto: já não existia revalidação. As entidades já estavam todas. Com certeza, era tudo entidade picareta, e assim foi.

Bem, não basta dizer: "Olha, eu me arrependo de ter feito isso". Ali, os dados estão claros. Falar em arrependimento, nós temos...

Coloca um vídeo aí de gente se arrependendo.

Antes de colocar o vídeo, outro dia um Senador aqui, que faz parte da CPMI, também se arrependeu. Disse ele que se arrependeu de ir ao *show* da Madonna. "Ah, não vou mais ao *show*". Pessoal, dá um Google aí: "Senador no *show* da Madonna". Aí ele se arrependeu. Foi lá, fez um festão com a Madonna, mas, depois, pediu perdão, chorou, tomou umas etc., jogou a culpa na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher dele, que era a culpada de ele ter ido ao *show* da Madonna. Mas, depois, foi ao *show* do Camisotti. Aí foi ao rega-bofe do Camisotti, que muito roubou.

Então, esse arrependimento, sinceramente...

Põe um vídeo aí para ver esse arrependimento, se a gente confia mesmo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tudo bem, eu acredito que o senhor estava arrependido, errou. Até o Moro também te inocentou, perdoou.

O Moro perdoou, depois, o Bolsonaro também. Ele disse que, quando encontrou o Bolsonaro, estava pedindo à Polícia Federal para ninguém investigar nada, e por isso ele saiu do Governo. Xingou o Bolsonaro, disse que o Bolsonaro não queria investigar, que o Bolsonaro estava na corrupção. Depois, perdoou o Bolsonaro de novo.

Então, esses perdões podem ajudar um pouquinho a consciência, mas tem que saber as atitudes concretas.

O fato é que o senhor recebeu R\$60 mil, e todas essas entidades floresceram. Não estou dizendo que a responsabilidade é sua, mas, com certeza, o senhor estava muito mal assessorado lá pelo Zé Carlos Oliveira e os outros. Não é possível que não sabia daquele esquema todo que acontecia ali.

Isso aconteceu no Governo do Presidente Lula? Continuou? Sim. O Presidente Lula ficou sabendo? Sim. O que ele fez? Disse: "Olha, que absurdo!?" Não, a Polícia Federal está lá – a Polícia Federal está prendendo gente –, a Controladoria-Geral da União.

Por que o senhor não colocou isso para Polícia Federal e Controladoria-Geral da União, se o senhor sabia desse crime que estavam sendo cometidos? O senhor disse que sabia. Havia informações. Disse que havia informações de consignados e também dos descontos do INSS.

Tinha lá, por exemplo, concretamente, um grupo de trabalho, que foi formado em 2019. Para o Moro...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... chegaram em 2019, do Ministério Público de São Paulo, também denúncias; ou seja, essas denúncias estavam lá. A Polícia Federal recebeu denúncias. Nada disso foi concluído, nada disso teve inquérito da Polícia Federal para ir para a frente, nem da Controladoria-Geral da União.

O que está se resolvendo agora são duas medidas reais do Presidente Lula. Primeiro, acabar com o desconto – vamos aprovar isso no Senado agora. E a segunda é devolver o recurso, porque o Bolsonaro não devolveu um centavo de recurso. O Governo já devolveu, aos 3,5 milhões de aposentados que receberam, um valor de 2,5 bi. E até o dia 14 de novembro, os aposentados que não receberam ainda poderão receber. Tem aposentados recebendo R\$3 mil, R\$5 mil, R\$4 mil, do roubo que vem de uma quadrilha há muito tempo, que é essa quadrilha que agora está sendo desmantelada. Não foi durante o ministério do senhor, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o depoente.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Eu discordo frontalmente do que o senhor está dizendo. Primeiro, porque o senhor só repete, de maneira contumaz, uma narrativa que foi criada para tentar estabelecer uma responsabilização ao único Governo na história do Brasil que combateu fraudes no INSS – ponto. Isso é fato.

O senhor apresenta ali gráficos. Olha, eu estou aqui há muitos anos. Gráfico sem número é coisa de marqueteiro. Talvez tenha sido o Sidônio que tenha preparado o gráfico para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se o senhor quiser, eu apresento os números...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Entendeu?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... de cada entidade...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, eu o ouvi com respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Agora é a minha vez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não cabe, não cabe, não cabe...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Cala a boca, Rogério!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está bom, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agora é escutar o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas ele está aqui para responder como depoente ou dar opinião?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele vai responder...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pode responder, mas ele não vem dar opinião política.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Cala a boca, Alencar!

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso não é papel dele aqui.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Como não pode dar opinião política?!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós somos servidores aqui...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso não é seu papel, seu papel é de depoente!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deputado Zeca Dirceu...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Alencar, vai bagunçar, Alencar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Vai bagunçar aqui, Alencar? Você não vai bagunçar aqui, não, Alencar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Alencar está bagunçando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza. Por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Só para dizer para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar Santana, o Presidente desta Comissão sou eu.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, só para dizer que o Deputado Zeca... leu os números.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, V. Exa. falou por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, por gentileza, vamos deixar o depoente responder.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele não aceita a verdade não, Presidente. Não aceita a verdade, não. Só querem a narrativa deles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O depoente pode responder da maneira como desejar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Eu vou traduzir: cale a boca.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele pode responder da maneira como desejar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então eu vou pedir a V. Exa., por gentileza...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Os números são os que o Zeca Dirceu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já falou por dez minutos.

Por gentileza, Sr. Onyx.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Vou traduzir: cale a boca.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apenas esclarecendo, é que os números...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – O grande problema...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não vamos cortar o microfone, não. Nós vamos nos respeitar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, peço que V. Exa. garanta a palavra ao depoente. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo, vou pedir ao senhor para conversar com o grupo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, ele não fez pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não fez pergunta, mas ele falou por dez minutos. O tempo dele já está aí. Agora, o depoente pode responder da maneira como desejar.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não foi dada a palavra para o Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nós não estamos numa audiência pública.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não foi dada a palavra para o Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Senhores, por favor. O depoente tem direito de responder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério, peço a V. Exa., por gentileza...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já falou os dez minutos a que tem direito. Agora ele pode responder.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá. Apenas dizer que os números são aqueles que o Zeca Dirceu leu. O senhor estava presente, ele leu...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Ele vai falar mais dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto. Não, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, cala aí, cala aí, cala aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto. Posso? Por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Dizer que não tem números... O gráfico tem números.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores. Por gentileza. Por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – O problema...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Aqui, Presidente! Eu posso...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não, não, Excelência! Eu não vou... Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o tempo... O tempo de V. Exa. já se encerrou. O tempo de V. Exa. já se encerrou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... O senhor pode falar, Sr. Onyx. Pode falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu vou passar os números para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu vou passar os números para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado Rogério Correia, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Nós temos que ver os números!

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Cada coluna aqui tem os números.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Isso é uma pantomima, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Isso aqui não é um circo, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode abrir, pode abrir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não é um circo, não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode abrir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Senta aí, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está resolvido? O senhor fez a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. já terminou, então?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Sr. Onyx. Por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Agora senta caladinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Respeita o Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu sinceramente acho que esse tipo de forma de condução não ajuda nada. Nós temos aí milhões de pessoas que foram roubadas. A Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, em 2004... Em 2003 começaram a referenciar, em 2004... E, na verdade, só foi tomada providência depois que a Polícia Federal fez a Operação Sem Desconto. Então, isso são fatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não tem gráficos. Fatos. Muito bem.

Durante o nosso período de Governo, nós organizamos de forma a que medidas fossem tomadas claramente. Eu demonstrei ali, com os números, que a variação, Deputado Rogério... Tenho respeito pelo senhor, o senhor, dentro da sua linha ideológica, o senhor faz um grande trabalho aqui, por isso que eu vou lhe responder com bastante clareza. Dentro da sua linha de argumentação... Eu vou usar a mesma linha. O senhor olha os períodos de lupa, e nós temos a menor variação dos últimos... São três do atual Governo, quatro nossos e dois do Temer, pega um da Dilma: nós estamos falando aí de sete anos. A menor variação no desconto associativo foi no nosso período. Foi o único período em que se reduziram 70 mil pessoas, porque foram glosadas. Isso é trabalho do quê? Isso aconteceu do nada? Não, porque havia uma determinação de combater as coisas erradas. Esse é o fato.

O senhor está trazendo aqui um ato muito importante. Eu fui Relator das dez medidas de combate à corrupção e eu, junto com 5 milhões de pessoas no Brasil, acreditei que era possível mudar o Brasil. Lamentavelmente, a sua bancada votou contra as dez medidas de combate à corrupção integralmente. Eu me lembro, 4h da manhã, terminando a votação, eu estava desolado. Eu considerei, em 2017, não me recandidatar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não tem nada com isso...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, mas tem tudo a ver.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Sr. Onyx.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Tem tudo a ver porque eu estou falando de princípios e valores. Um momentinho!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Onyx, só um instantinho. Deixa só...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Um momentinho!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante aqui, só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou responder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Veja bem, a regra aqui... O Parlamentar tem dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Parlamentar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele pode usar se quiser fazer pergunta; ele pode só falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Dentro desses dez minutos, ele pode falar e ouvir respostas. Ponto. Não existe um tempo livre para que o depoente comente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para contraditar, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... comente as falas das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Eu vou responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor está criando agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não estou criando, não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou... Perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Me permite?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só para contraditar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor está criando uma situação nova, que agora é a seguinte: é a função de comentarista de fala de Parlamentar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Frei Chico vai poder fazer isso se ele vier aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Deputado, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, termine a questão de ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O tempo de cada Parlamentar é de dez minutos. Ele fala, se ele quiser: "Não quero fazer nenhuma pergunta, não vou fazer". Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não existe: "Ah, eu quero comentar o que ele falou".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agora, ele pode responder dentro dos dez minutos. Agora o senhor está dizendo o seguinte: não, tem um tempo livre para comentar a fala do Parlamentar. Isso nunca existiu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Existiu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... em nenhuma sessão até agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Posso responder?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É a primeira vez que isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, posso responder?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência, primeiramente, o Parlamentar pode usar os dez minutos. O depoente terá o tempo depois para poder comentar e responder.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso não... Ele está respondendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele está...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... O senhor fez um debate político, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor fez um debate político...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu sou Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... inicia um debate político...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu sou Deputado, eu não sou depoente, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Tumulto no recinto.)***O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) – Parem de barulho, rapaz...**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhor...**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) – Parem de barulho.**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG) – Eu sou Deputado. Não se compara.*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG) – Não se compara. É isso que o senhor está fazendo.**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT) – Senta aí.**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG) – O senhor está comparando um Deputado membro da CPI...*(Tumulto no recinto.)***O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PL - MT) – Senta.**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (Bloco/PT - MG) – ... com quem veio depor. Ele veio fazer depoimento. Ele não veio debater política.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Paulo Pimenta.**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) – Chega, Deputado Rogério.**O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO** (PL - RO) – Senta aí, Alencar.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Paulo Pimenta, eu gostaria... Só um instante, senhores. Eu gostaria que V. Exa.**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) – Depois vem reclamar do editorial de O Estado...**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... senhores,

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... uma vergonha. O depoente agora é comentarista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ô, Deputado Alencar, Deputado Alencar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Calma, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... segurança.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá errado isso, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, Deputado Alencar...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Baixe as asas, Alencar. Baixe as asas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele vá ser Deputado de novo. Vá concorrer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores....

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... vá ter muito voto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para um debate político...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os senhores falam o que querem e ouvem o que não querem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Baixe as asas, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Têm que ouvir o que não quer. Ele tem o direito de responder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... falar o que ele quiser no tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, respondendo à questão...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Você sente aí, Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... do Líder do Governo: com o Ministro da CGU, foi assim, ele teve o tempo que quis para responder. V. Exa. não se manifestou contra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Houve... O Sr. Alessandro Stefanutto...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – teve o tempo que quis para responder. O senhor não se manifestou.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Pimenta, o que você tem contra os gaúchos? Não quer ouvir um gaúcho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E hoje o depoente terá o tempo necessário para responder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o Parlamentar fizer perguntas e usar os dez minutos, será encerrado. Mas se usar dez minutos para fazer política, como tem sido feito aqui, eu vou dar a ele o tempo para poder falar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, Presidente, eu não aceito isso, não. Presidente, olha, isso o senhor não tem o direito de falar de mim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem faz política é o senhor e programa de televisão...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Epa!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu estou aqui determinando o que o Regimento...

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Cinco minutos. Vamos suspender por cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... na TV... Políticos inteiros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem fala... Os senhores têm o direito...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu estou aqui fazendo o meu trabalho.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Respeite, rapaz.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aí, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os senhores...

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Respeite o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os senhores, os senhores falam...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Respeite!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor vai escutar também o que não quer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Cale a boca, Rogério.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Ah, tem dó, uai!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os senhores poderão falar livremente, eu não interrompo e respeito a fala de cada um.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então respeite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas os senhores terão também de respeitar a fala do depoente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não existe a figura do comentarista, Presidente. Não existe comentarista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência... Deputado Paulo Pimenta...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Respeite a minha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... aqui todos falam livremente. Eu não interrompo ninguém.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ninguém. E não vou interromper depoente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu lembro até...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque dez minutos o depoente ouviu.

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Deputado Pimenta e Rogério, calem a boca.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E qualquer um que vier aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele não tem o direito de fazer análise.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qualquer um que vier aqui vai ter o tempo para falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... tempo livre. Livre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Ministro da CGU...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Rogério está vermelho que nem peru.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... teve o tempo que quis para falar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi, Presidente. Foi dentro do...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Teve sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Teve na abertura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Teve, sim. O Ministro da CGU esteve aqui, falou livremente o tempo todo, e foi, como ele, convidado. Ele não está aqui como uma pessoa convocada. E hoje eu vou manter a mesma regra que estou mantendo para o Governo e para a oposição.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É verdade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Portanto, peço aos senhores que, por favor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Cale a boca aí, Rogério. Está atrapalhando os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... respeitem e deixemos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu peço, eu peço ao senhor que não faça nada político na minha fala, senão...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Vai fazer sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se eu faço análise política ou não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como é que nós não podemos fazer análise política se isto aqui é uma Casa política, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não faça análise da minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como, Excelência?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, vamos tirar o baixo clero da CPI. O Rogério não está à altura da CPI.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rogerio Marinho, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu queria a atenção dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Rogério não está à altura da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, não...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Chrisóstomo, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu quero só lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu quero só lembrar aqui ao Colegiado que vários, vários aqui vieram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pimenta...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... vários aqui vieram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... vamos acalmar. Eu vou responder a mesma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou responder... Eu, como Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor vai liberar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... eu, como Presidente, eu vou agir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou agir, mas eu espero, com toda sinceridade – só um instantinho, Rogerio –, que a gente mantenha aqui o decoro e o respeito que esta Casa exige.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não vou calar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... cartazes aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo, por gentileza, por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Então, vamos calar, deixar trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado. Deixe... Vamos dar sequência nos trabalhos.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou pedir a todos, por favor, vamos manter aqui o respeito, o decoro, a responsabilidade, porque a população que está nos... Peço sempre, mais uma vez: nós vamos seguir a mesma regra. A regra tem sido as pessoas que são convidadas e vêm cá têm o tempo que desejarem para falar, e eu vou manter isso.

Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Um minuto e meio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Apenas em reforço à sua tese, que, aliás, é uma tese que já foi amplamente testada, nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... com outros convidados que aqui vieram, de que, na hora em que foram interpelados e confrontados com situações em que não se sentiram à vontade, eles puderam livremente discorrer. Não dá é para trazermos pessoas aqui, fazermos uma avaliação inclusive de procedimento, de caráter, de posicionamento e esperar que a pessoa fique aqui impávida aceitando como se fosse verdadeiro o que lhe é assacado.

Então, isso me parece um profundo desrespeito a quem nós estamos convidando. Nós vamos receber o Ministro Wolney. Vou fazer considerações em relação ao que eu acho que não é adequado na sua postura e espero que o senhor, Presidente, dê a ele o tempo necessário para que ele possa fazer a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele terá o tempo necessário para poder falar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Nesse caso aí, não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, apenas em reforço ao que V. Exa. falou, aqui vieram outros que tiveram o mesmo tratamento e tiveram essa condição. O que me espanta é o receio, o medo, o pavor que eles têm de serem confrontados com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor encerrou ou gostaria de completar?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Cumprimento o Rogerio.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu quero voltar a dizer que, por mais que tente se construir uma narrativa, ela não é suportada pelos números, pelos decretos, pelas instruções normativas. Nós temos ouvido... Eu ouvi aqui até agora apenas suposições e análises completamente distanciadas da realidade.

Houve realmente uma fragilização a partir de 2023. Todos nós sabemos, o gráfico mostrado aqui é claríssimo sobre o que aconteceu. Todo o Brasil sabe o que aconteceu, né? E eu respeito, o senhor tem todo o direito de defender o seu Governo. Agora não tire o direito que eu tenho de defender o Governo no qual eu trabalhei e no qual eu fui leal do primeiro ao último minuto ao melhor Presidente da história do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por favor. Por gentileza. Por gentileza. Por gentileza.

Aqui vamos dar sequência nos trabalhos, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como ele se dirigiu a mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele se dirigiu a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado... Não, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele me citou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe, Excelência. Desculpe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como o senhor está tratando...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele respondeu a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor está tratando ele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. interrompeu várias vezes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não vem bagunçar aqui, não, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu peço vênia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não respondi. Eu tive que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, não. Eu peço vênia, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como ele se dirigiu a mim...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Não, por favor, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.

Deputada Bia Kicis com a palavra, por gentileza.

Não, Excelência. V. Exa. foi respondido.

Deputada Bia Kicis, por favor, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sinceramente, dessa forma não está certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza. Deputado Rogério, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso não está certo, não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu só vou começar quando tiver silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por gentileza.

Dez minutos para a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que passasse uma imagem.

Começa não, Presidente, ó, ainda tem dez segundos. Aí.

Está aqui, ó, o Ministério Público Federal confirmou agora que não há uma única prova de corrupção em todo o Governo Bolsonaro, nenhum escândalo, nenhum desvio, nenhuma propina. Em quatro anos de gestão, a honestidade foi a regra, não a exceção. Um Presidente incorruptível existe e o Brasil já teve um.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Saudade, Bolsonaro!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Agora eu queria passar o próximo gráfico aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Deputada Bia Kicis, só um instantinho.

Eu vou repor o tempo de V. Exa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O que é que está acontecendo aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pois é, o que está acontecendo...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu não posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é isso, Excelência. Eu peço perdão à senhora, mas é só para que eu possa colocar as coisas aqui.

Senhores, por favor, eu vou pedir mais uma vez a gentileza de, quando tivermos um Parlamentar falando, a gente respeitar a fala e ouvir o posicionamento dela. Posso contar com a colaboração, senhores? Por gentileza, está bem? Porque eu sei que a Presidência tem possibilidades de tirar a palavra. Eu não quero... Nós não vamos fazer isso durante a CPMI, enquanto a gente tiver a colaboração de todos. O.k.?

Então, com a palavra novamente, Deputada Bia Kicis, por dez minutos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pode repor, então, o meu tempo.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Por gentileza. Muito obrigada.

E aqui eu quero mostrar o tipo de mágica, ilusionismo que faz. Olha aqui, ó, a Globo, como é que a Globo mostrou o gráfico do aumento da popularidade do Governador Cláudio Castro, no Rio de Janeiro. Olha o que eles fizeram. Eles inverteram o gráfico e aí disseram assim, olha, a aprovação lá em cima, 53, desaprovação 40. Olha como é que foi o gráfico, ó, olha a aprovação dele para baixo. Então, mágica, ilusionismo, né? Que isso daí tudo existe, e nós estamos aqui para combater isso, está certo?

Então, Ministro Onyx Lorenzoni, eu quero saber do senhor o seguinte: em janeiro de 2019, o senhor era Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. A primeira medida provisória assinada pelo senhor foi a MP 870, de 1º de janeiro. Ela reorganizou o Governo, estabeleceu a organização básica. O senhor poderia informar qual foi a segunda medida provisória do Governo Bolsonaro, editada dia 18 de janeiro de 2019?

Eu acho um desrespeito. As pessoas se retiraram para não ouvirem, mas por favor.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Foi a Medida 871, que foi a primeira medida...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Medeiros, por favor.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... de um Governo para enfrentar a questão de corrupção, malfeitos, desvios, equívocos, erros na questão que envolvia os descontos associativos, motivada pelo escândalo que aconteceu em setembro de 2018, ainda no Governo Temer.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor tem conhecimento de algum outro Governo que tenha feito alguma medida prática, objetiva para combater esses desvios, escândalos e fraudes?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Que eu conheço, não. Que eu conheço, não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O.k.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Desconheço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – A medida provisória antifraudes da Previdência, MP 871, previa uma economia de quantos... de quantos bilhões? O senhor poderia mais ou menos estimar?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eh, bom, ela não era específica, né, para descontos, ou seja, ela pegava uma gama muito grande de áreas de atuação do INSS. A estimativa eram 10 bilhões, poderia chegar a 10 bilhões/ano.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – E 10 bilhões/ano de economia.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É evitar fraudes.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ou de evitar a fraude.

Eu me lembro, Ministro, eu era Vice-Líder do Governo no Congresso, naquela época. Portanto, eu atuava nas Comissões Especiais de medidas provisórias. Aliás, lastimo que a gente não tenha mais as Comissões Especiais, tá? E eu me lembro perfeitamente dessa medida provisória, estávamos ali com o Deputado Paulo Eduardo Martins também, que foi o autor de um projeto de lei aprovado na época da reforma trabalhista, que retirou a obrigatoriedade da contribuição para os sindicatos, o que fez com que os sindicatos tivessem uma perda enorme na sua receita. E no meu ponto de vista, isso daqui, essa fraude toda explodiu, porque eles tinham que repor esse dinheiro que tinha acabado, o dinheiro da mortadela. Então, para manter a militância, eles acharam essa fórmula mágica, que houve, já havia de muito tempo, mas explodiu na volta do Governo Lula, com certeza.

O senhor pode me dizer quais eram as diretrizes do Presidente Bolsonaro a respeito da relação do Governo com os sindicatos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, primeiro, nós temos um problema muito grave no Brasil, que é da unicidade sindical, né? Porque aí ele cria um território, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Hã?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, não. É só...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, tínhamos e temos até hoje, né?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Isso.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – A questão da unicidade sindical, que cria um território, não há competição, né? E aí os sindicatos eram mantidos por um desconto dos trabalhadores, apenas por conta de existir uma região, né? E aí, independente se prestavam ou não trabalho. E nós entendíamos, desde da reforma efetuada no Governo Temer, que era importante que o Estado se afastasse completamente dessa relação, que os sindicatos competentes... E aqui está falando um sindicalista. Eu presidi o sindicato da minha categoria.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Sim.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Organizei o primeiro dissídio coletivo da história do Rio Grande do Sul, que envolvia os profissionais da medicina veterinária.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas assim...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, eu conheço bem isso.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É... Então, o senhor acha crível a narrativa de que foi no Governo Bolsonaro que teria crescido esse tipo de fraude para encher bolsos dos sindicalistas, como, por exemplo, do irmão do Lula, o Frei Chico, do irmão do Deputado do PT? O senhor acha crível essa narrativa?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É por isso que eu disse numa das respostas anteriores: eu respeito as pessoas. As pessoas que pensam diferente de mim, enquanto Parlamentar, o Parlamento me ensinou a respeitar. Eu, enquanto estive no Governo...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas eu não quero que a resposta se prolongue muito...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu sempre respeitei. Mas o que eu quero dizer? Há uma narrativa que tem que ser construída, porque todo o problema, com clareza absoluta, meridiana, de CGU, TCU e Polícia Federal ocorreu de 2023 para a frente. Esse é o fato.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois é. Então, não é crível – né? – essa história de que o Bolsonaro queria encher os bolsos dos sindicatos para fazer militância do PT contra o seu próprio Governo e para favorecer irmão de Lula e outros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria deixar bem claro que, em 2021, quando eu era... desculpa, 2023, quando eu era Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, eu officiei ao TCU, a pedido do Deputado Evair de Melo, porque a gente já estava percebendo essa questão das fraudes, já estava começando a ouvir. E nós mandamos um ofício. E, a partir desse ofício, o Tribunal de Contas começou as investigações. E, depois, com a Operação Sem Desconto e a notícia no Metrôpoles foi que se... e, principalmente com a instalação desta CPMI e depois que nós conseguimos fazer a virada e colocar um Presidente isento, que não ia trabalhar para blindar Governo nenhum, e um Relator que é uma pessoa séria, um promotor acostumado à investigação e que não tem nenhum interesse em esconder fato nenhum e blindar ninguém, é que as coisas começaram a acontecer, e as pessoas começaram a ser presas.

Então, vamos deixar muito claro que não foi Governo Lula coisíssima nenhuma. Começou com uma medida aqui da Câmara dos Deputados, que foi da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; começou com a Polícia Federal e com o Metrôpoles, que deu, jogou luz aí, publicizou o que estava acontecendo. Aí o Governo Lula não teve o que fazer, a não ser tentar impedir a todo custo esta CPMI. E, quando ela foi montada, tentaram de todo jeito tomar de assalto a CPMI. Aí, quando não conseguiram, estão todos aqui dizendo que estão trabalhando para esclarecer, mas não param de blindar os seus conhecidos, sei lá, apadrinhados, sei lá mais o quê.

Bom, eu queria dizer o seguinte: o seu filho mantinha um contrato com uma das associações. O senhor sabe me dizer... Porque, tudo bem, o senhor disse que não acompanhava os contratos do filho. Mas, quando esse assunto veio à tona, seria normal o senhor conversar com o seu filho sobre isso. O senhor tem uma noção dos valores que o seu filho recebia por esse contrato?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Valores?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É. Quanto? Quanto ele recebia?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não tenho noção de valores. O que eu perguntei é se era no meu período em que eu era Ministro. Ele me disse que não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não era no seu período de Ministro. Maravilha.

Eu te pergunto uma coisa: nós tivemos aqui a Tonia...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Era antes, o contrato foi antes e foi depois do...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Tá, mas a Tonia Galleti...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É isso que eu ouvi.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – A Tonia Galleti, que é assessora jurídica do Sindnapi, do Frei Chico, daí desse mesmo local, ela justificou que ela recebeu 20 milhões – ela e sua família – pelos serviços jurídicos e serviços prestados. Seu filho ganhou 20 milhões?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu não sei dizer, mas eu acho que se ganhou...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas pelas evidências...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... ganhou 4, 5 mil por mês.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Quatro ou cinco mil por mês, não foram 20 milhões. O senhor pode afirmar que ele...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Afirmar, não.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... e a sua família não receberam por esses... R\$20 milhões.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Óbvio!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não recebeu.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Óbvio que não!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ai, que bom saber disso, né? Porque realmente não dá para acreditar que possa receber 20 milhões, porque tem muito processo para responder. Tá.

Outra coisa: foi falado aqui da sua doação dos 60 mil. Realmente, eu fiquei curiosa. Queria te perguntar –, já foi perguntado aqui, você explicou. Eu acredito realmente que...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... um Governador, um candidato ao Governo, receba muitas doações de pessoas que não conheça, né? E você disse que apenas pediu que olhasse se não tinha problema nenhum na Justiça – não tinha, o.k.. Eu acho que tem muita gente precisando





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar aqui doações da Venezuela, doações de outros partidos, até do narcotráfico, que... Segundo Carvajal, essas doações foram entregues, foram feitas ao PT e ao Presidente Lula da Silva. Então, eu acho que, realmente sobre doação, tem muita coisa que não está esclarecida, mas me parece que não é o seu caso, desses R\$60 mil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, perdão. Desculpe.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Quero dizer, aqui para concluir, Presidente, tenho 19 segundos ainda, 17.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Só para concluir, dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... o senhor está aqui fazendo esclarecimentos. Não veio aqui ficar calado, não veio com *habeas corpus*; veio com a cara limpa, coração e coragem para responder tudo. Agora, se as pessoas não gostam das suas respostas, porque elas não reafirmam as suas narrativas alucinadas, nós não podemos fazer nada. Parabéns por estar aqui.

Muito obrigada.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Presidente, ex-Ministro Onyx...

Presidente, eu vou dizer uma coisa para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só vou falar se tiver silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu peço silêncio à sala, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cada vez que me interromperem aqui ou fizerem uma piadinha aqui, eu vou parar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E nós vamos ensinar o pessoal a se comportar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Todas as vezes que houver a interrupção ou piada, nós vamos aumentar o tempo de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, eu vou... Se tiver um comentário, eu vou parar. Peço aqui para o senhor botar meu tempo de volta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Vou colocar. Eu só concordo com V. Exa. no seguinte: toda vez que for interrompido, nós vamos aumentar um minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aí, senhores, depende de vocês, está certo?

Por favor, com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, por dez minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Hoje eu estou oficialmente aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que eles acabaram de fazer uma balbúrdia do tamanho... O Pimenta não está com essa moral para ficar falando aqui que vai ensinar os outros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência... Deputado... Deputado Paulo... Deputado Medeiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... eu vou... Só um instantinho. Eu vou repetir para os senhores uma fala minha há pouco. O Presidente desta Comissão sou eu. Então, eu peço a V. Exas. que a gente siga as regras como eu tenho colocado aqui, numa boa convivência entre todos nós. E um dos princípios é: o Parlamentar tem o direito de falar livremente, sem ser interrompido. Então, por favor, eu peço, mais uma vez, a colaboração de todos.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu pretendo demonstrar, com provas, com documentos, a verdade sobre esse escândalo.

É verdade que existem notícias sobre regularidades do INSS há muito tempo, mas é verdade também que esse esquema criminoso que lesou milhões de aposentados e aposentadas só foi possível porque uma série de regras e normas internas do INSS foram alteradas. E essas normas, essas regras todas foram alteradas durante o Governo Bolsonaro. Se essas regras não tivessem sido alteradas, esse escândalo seria impossível. Eu vou demonstrar isso, Presidente, e a primeira que eu vou demonstrar é essa falácia da MP que estabeleceu um ano para renovação. É verdade! Só que depois eles mandaram outra, na covid, botando três anos para renovação. E, no final do Governo, em dezembro, com o jabuti do Luis Miranda, o Bolsonaro sancionou uma lei que acabou com a necessidade de revalidar a autorização. Então, quando nós assumimos o Governo, em janeiro, a lei em vigor, que foi sancionada pelo Bolsonaro em dezembro, antes de fugir para os Estados Unidos, havia acabado com a renovação. Então, o Governo Bolsonaro acabou com a necessidade de os beneficiários autorizarem e renovarem. Isso é fato, isso é verdade, isso é decreto, isso é lei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, entidades fantasmas, entidades que não tinham aposentados e aposentadas tentavam desde há muito tempo ACTs, como é o caso da Unibrasil, do Gutemberg, do Zacarias, né? Tentavam, não conseguiam... Conseguiram em 2018 o ACT. Essa entidade, na época, se chamava Unibrasil. Posteriormente, ele foi anulado. Foi anulado por quê? Porque ela não era uma entidade de aposentados. E aí, o Sr. Rolim, esse Leonardo Rolim, que foi levado para a transição para coordenar a área da previdência, tirou da Dirben e botou na Dirat a competência para conceder ACTs. Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, era impossível dar um ACT para uma entidade que era um clube de benefícios, não era uma entidade de aposentados e aposentadas.

No dia 26/10/2020, 26 de outubro de 2020, o Paulo Guedes publica uma motivação de decreto, Decreto 10.537, de 2020, dizendo o quê? Duas mudanças: seria necessário um decreto permitindo que entidades que não fossem exclusivamente de representação de aposentados e aposentadas também pudessem ter ACTs; e mais: ampliava para que pensionistas também pudessem ser descontados, que pensionistas pudessem ser roubados – 26/10. No mesmo dia 26/10, a Unibrasil faz uma assembleia – no mesmo dia –, troca o nome para Unibap e inclui, na sua razão social, uma vírgula; passou a ser, além de clube de benefícios, também uma entidade de representação de aposentados no mesmo dia – no mesmo dia – da manifestação do Paulo Guedes.

Quatro dias depois, aliás, dois dias depois, o Governo publica um decreto assinado, entre eles, pelo Onyx – Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx. Esse Decreto 10.537 permite que entidades que tenham no seu estatuto representar aposentados possam ganhar a sentença. Correto? Esse decreto, assinado pelo Onyx, pelo Paulo Guedes e pelo Bolsonaro, é que abriu a possibilidade de que empresas como a Amar Brasil Clube de Benefícios, como a Unibap, que havia trocado de nome dois dias antes, passassem a fazer desconto.

Essa empresa aqui, vamos lembrar: Gutemberg, Zacarias. Lembra da turma do Domingos Sávio? Eu não quero aqui levantar questionamento e não vou fazer isso com o filho do Ministro – eu quero ter o maior respeito –, mas ele foi o advogado dessas empresas. Essas empresas que conseguiram ACT, depois do decreto que o Onyx assinou, foram representadas pelo filho dele. Pode ser uma coincidência? Pode, tem 2 milhões de advogados no Brasil. O pai assina um decreto, a empresa contrata o filho e ganha um ACT. Entre elas, a Amar Brasil, a mesma coisa, ela era um clube de benefício. Graças ao decreto assinado pelo Onyx, a Amar Brasil passou a ter direito a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontar de aposentados e aposentadas. Não podia! Eles mudaram o decreto para que os "golden boys" pudessem fazer ACT; eles mudaram o decreto para que entidades que até então não tinham direito de fazer ACTs pudessem ter direito a fazer ACTs. Essa é a Amar Brasil.

E, aí, por coincidência, a Amar Brasil, em que o cara ficou rico, do dia para a noite, sem nunca ter trabalhado, vai ali à campanha eleitoral e deposita o dinheiro na conta do Onyx. Por que razão? Aí, o Ministro diz: "Olha, eu não sei, na época...". Tá, mas já deu tempo de saber. Esta CPI está aqui há meses, 60 dias. Por que razão a Amar Brasil – que até então era um clube de benefício de picaretas, que nunca trabalharam, e agora estão aí de Ferrari, Lamborghini, Rolex, ficaram milionários do dia para a noite, centenas de milhões de reais – vai lá e bota o dinheiro na conta do Ministro, que, poucos dias antes, tinha assinado o decreto que permitiu que eles ganhassem ACTs, Sr. Presidente?

Mas, não satisfeito, o Governo Bolsonaro vai lá e, num outro decreto, abre a possibilidade para consignado de Bolsa Família, BPC, auxílio emergencial, lá em 2022. O senhor lembra quando eles criaram aquele escândalo, na véspera da eleição, para fazer consignado de BPC, de auxílio emergencial, de Bolsa Família? Uma das empresas mais beneficiadas chama-se Facta Seguradora. Quem é a Facta, Sr. Presidente? É a empresa contratada pela instituição que ganhou o ACT, de que o filho do Onyx foi o advogado. E o senhor acredita, Sr. Presidente, que a Sinab, que ganhou ACT, graças ao decreto, que teve o filho do Onyx como advogado, que contratou a Facta...? O senhor não vai acreditar, Presidente, os donos da Facta também depositaram o dinheiro na conta do Onyx durante a campanha eleitoral. Estão aqui os donos, estão aqui os nomes, né? Então estão aqui os documentos que provam que estas pessoas... Estão aqui os depósitos, Onyx Lorenzoni, estão aqui outros Deputados Federais do PP, receberam recursos também dessas mesmas pessoas, que são os donos da Facta Financeira.

E aqui, Presidente, não é narrativa, aqui é documento, aqui é cópia do TRE. Aqui são documentos que comprovam. Cada palavra que eu estou dizendo aqui está sustentada em provas.

Então, por que explodiu em 2023? Por uma razão muito simples: porque acabaram com a necessidade da revalidação, porque concederam ACTs, e o gráfico mostra isso de forma clara.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram aquelas entidades fantasmas que ganharam o ACT durante a farra é que explode a arrecadação em 2023.

Então, isso são fatos comprovados por leis...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... decretos e, mais do que isso, Sr. Presidente, o Ministro falou que ficou sabendo, na transição, que a mãe do jornalista dele tinha sido descontada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pai, correto?

Sabe quando é que ele recebeu o dinheiro de volta? Agora, no Governo do Lula.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que ele não pediu? Só se ele não pediu. Por quê? Porque ficaram sabendo lá na transição e, durante todo o Governo do Bolsonaro, nunca devolveram – nem para ele nem para ninguém.

Porque todo o dinheiro roubado antes do Governo Bolsonaro, durante o Governo Bolsonaro nunca foi devolvido um centavo para nenhum aposentado, nenhuma aposentada e nenhum pensionista. Foi agora, Presidente Lula, que já devolveu o dinheiro para mais de 3 milhões de aposentados e aposentadas.

Então, Sr. Presidente, eu não vim aqui para fazer disputa política nem disputa de narrativa. Eu vim aqui para demonstrar, com documentos e provas, com decretos, portarias e medidas provisórias, aquilo que a população brasileira já sabe.

Tudo o que aconteceu, e este escândalo de caráter industrial que lesou bilhões de reais de aposentados e aposentadas, só foi possível porque, durante o Governo Bolsonaro, todas as travas de fiscalização foram destruídas. E é por isso que eu afirmo e repito sempre: este esquema criminoso não teria acontecido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo dizendo: o próprio... Quem é que deu o parecer para essa entidade aqui poder ganhar o ACT? O Virgílio. Sabe quem é o técnico que analisou? O Fidelis.

Então, esses personagens todos – Zé Carlos Oliveira, Fidelis, Virgílio, Alexandre Guimarães – , todos eles estão dentro desse esquema desde a época em que isso aqui que eu provei começou a acontecer e, na época, inclusive, que o nosso depoente era Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Bem, para darmos sequência aqui aos trabalhos, com bastante transparência e clareza.

Primeiro, toda pessoa que vem a esta CPMI tem o amplo direito de defesa. Eu não preciso lembrar isso aos senhores, o.k.?

Segundo ponto, Líder Paulo Pimenta. Quero lembrar aqui uma passagem do Sr. Alessandro Stefanutto, que eu pedi que fosse selecionada aqui, para mostrar que não há nenhum critério diferente aqui para quem quer que seja.

Diz assim, olha – eu perguntei, à época, ao Sr. Stefanutto –: “O senhor gostaria de comentar?”. O Alessandro Stefanutto: “Rapidamente, Presidente. Primeiro, está claro que...”. Aí, o Senador Marcio Bittar, que havia usado o tempo de dez minutos, fez uma interrupção e disse: “Presidente, só uma questão de esclarecimento. Eu não fiz nenhuma pergunta. Se ele vai falar em cima da minha exposição...”. O Líder Paulo Pimenta fez uma interrupção e disse: “Não fez porque não quis”. O Sr. Paulo Pimenta, mais uma vez: “Ofendeu e agora não quer ouvir”. Está aqui.

O Sr. Marcio Bittar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu ofendi alguém, Sr. Presidente?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – É a nota taquigráfica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, é a nota taquigráfica.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ele estava dizendo que eu ofendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 14, Presidente. O senhor me citou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não fiz... Eu estou esclarecendo aqui os pontos que mostram que nós estamos dando o mesmo critério a todos.

E aqui vem o diálogo inteiro com relação a isso. O Sr. Stefanutto teve todo o tempo. Ele falou por quase três minutos em seguida para poder responder o comentário do Senador. Falou o tempo que quis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Falou o tempo que quis, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sou testemunha de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Então, vamos dar sequência aqui com tranquilidade.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, primeiro, sem dúvida nenhuma o debate da eleição do ano que vem foi trazido para hoje, né? Porque nós já nos enfrentamos há muitos anos politicamente no Rio Grande do Sul, e acredito que o senhor seja candidato ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores, o que eu acho que o senhor tem condições de disputar e acho que nós vamos nos encontrar no debate lá, então, nós estamos começando hoje aqui sem nenhum problema, com absoluta segurança.

O seu pensamento eu compreendo, sabe? O senhor tenta nos colocar na régua com que sempre agiram. Sabe por que eu digo isso? Teve um Deputado a quem eu respeito e tratei com todo o respeito aqui, apesar de ele não ter me tratado com o mesmo respeito, que, quando o progenitor, não vou nem dizer o nome, estava no Governo, ocupando o mesmo cargo que eu, o Governo Lula 1 – eu estava lá, eu sei bem a história – determinou que todas as verbas da Secom estivessem lá, concentradas lá na Secom, e depois a gente viu todos os desdobramentos nos fatos que fizeram parte da CPI dos Correios, né? Ou seja, houve uma diretiva do Governo para que o direcionamento fosse todo para lá, tanto é que a pessoa que ninguém mais sabe quem é, eu acho, o Sr. Pizzolato, que era Diretor de Marketing do Banco do Brasil, recebeu a orientação de ir a...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Presidente do Banco do Brasil à época... Ele usava uma gravatinha borboleta, era uma escolha pessoal, do estilo dele, e ele foi até o Gushiken perguntar se ele podia antecipar o dinheiro para a SMP&B do Sr. Marcos Valério. Eles até anteciparam um dinheiro grosso, e a taxa de retorno ou VB, que muitas vezes acontece na publicidade e na propaganda, estabelecia em torno de 10% de retorno, ou coisa que o valha. A soma do... E o Sr. Pizzolato foi o único que recebeu R\$340 ou R\$50 ou R\$20 mil e quebrados, porque todos os episódios que foram investigados naquela CPI eram números redondos. Aí a gente foi atrás e descobriu que provavelmente ele e os outros dois que assinaram, que receberam esse recurso, porque essa determinação de que toda e qualquer verba de publicidade passasse pela Secom, isso foi cumprido à risca, inclusive está lá, bastante claro com os documentos e tudo mais.

Eu só estou dizendo isso porque nós não fazemos preparação de fraude. Essa não é a nossa tradição. A tradição que nós apresentamos nos anos em que nós governamos o Brasil foi de absoluta correção em todos os procedimentos. E o que é que acontece? O que é o decreto, então, o 10.537? Ele era a busca de que, a partir de um grande volume de reclamações, o que acontecia? Se poderia suspender em um primeiro momento e cassar um ACT. Esse é o ponto.

Muito bem. O que é que era a ampliação? A ampliação é porque existiam muitas entidades do terceiro setor que gostariam de prestar serviços. Essa foi a razão na época. E o que é que... Como é... Por que é que eu assino esse decreto, Deputado Paulo Pimenta? Porque eu era Ministro da Cidadania.

Não, não, não, não, não, é porque o BPC passava pela gente. Esse é o ponto.

Agora, o senhor imagina uma pessoa que tem um filho deficiente, tem o BPC e ela precisa de um empréstimo, ela vai pedir para quem? Vai pagar 15% para o agiota da esquina, ou é melhor ela fazer um desconto consignado que era permitido a todos, menos a essa mãe? Onde é que está a visão social, que eu respeito e que os senhores tanto buscam? É isso, é poder tirar do agiota e colocar num momento, num regime formal.

Foi essa a nossa busca e caminho que nós fizemos à época. E o senhor disse muito bem: o Ministro Paulo Guedes trouxe aquela primeira notícia para que se abrisse uma discussão e nós pudéssemos amadurecer o processo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no consignado, nós estávamos fazendo o quê? Nós estávamos garantindo que houvesse mecanismos de absoluto controle. E o senhor repetiu aquilo indevidamente, que já foi dito pela Deputada... a quem eu respeito. O senhor sabe que nós temos divergências, mas nós sempre nos respeitamos, ao longo desses quase 30 anos em que nós duelamos politicamente.

Eu volto a afirmar: descontos associativos para pensionistas existem desde a promulgação da Lei nº 8.213, então ninguém inventou coisa alguma.

E, por fim, eu já mostrei um livro aqui. Foi este, né? Este é *A Máfia da Estrela 1*, são três livros dessa trilogia. E aí tem este, que é o *Ascensão e Queda do Império Petista*, e esse aqui foi durante e pós o episódio do petrolão.

Todos nós conhecemos, a sociedade brasileira sabe como são os procedimentos de cada um. E todo mundo sabe que, quando o Presidente Bolsonaro saía às ruas, as multidões o seguiam. Não é porque nós não as protegemos, não é porque nós não as representamos, não é porque nós não as cuidamos.

Então, eu tenho total tranquilidade de lhe responder, lhe afirmar que eu assisti aqui a um esforço seu, e eu respeito, o senhor é Líder do Governo, é o seu papel fazer isso. Eu venho aqui, com respeito, mas com equilíbrio e responsabilidade, legitimamente divergindo da sua posição, poder apresentar as contrarrazões e os contra-argumentos de um Governo que, no seu período, não teve escândalo nenhum, por isso que não precisava devolver dinheiro algum. Quem devolve dinheiro é porque tem algum problema, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A Deputada Bia Kicis está na minha frente, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Já falou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já, é V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Está bom. Só um segundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Os dez minutos para o Deputado, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Eu queria, inicialmente, fazer uma pergunta ao depoente, se ele conhece o Sr. Nelson Ramon Aguilera Junior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Responda, por gentileza, no microfone.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Não, Deputado. Não conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sogro do Sr. Felipe Macedo, que doou para a sua campanha.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Os processos lá de...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não conheço o Sr. Felipe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O doador da sua campanha...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não conheço.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... segundo informações, doou, a pedido do sogro, cuja relação pessoal é antiga, dono de diversas construtoras...

A história vai dizer a verdade ainda, fique tranquilo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (*Fora do microfone.*) – Ótimo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, eu queria, em respeito à democracia brasileira, a todos aqueles que defendem o direito, a nossa constitucionalidade, o direito ao voto, a democracia, o respeito às instituições, em especial também queria, em respeito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também aos familiares das vítimas do covid, mostrar um vídeo porque falaram em eficiência e em respeito à Constituição pelo Governo anterior.

É importante a gente lembrar algumas coisas.

Por favor.

O próprio depoente, falando hoje.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esse é o Governo da eficiência, que matou, no Brasil, seus próprios patriotas, mais de 700 mil, brasileiros e brasileiras, pais de famílias, senhores aposentados, pensionistas, jovens, crianças. Todo mundo conheceu alguém que foi vítima ou sentiu a dor, dentro de casa, ou de algum amigo ou algum vizinho.

É esse o Governo da eficiência, que negava a vacina, que ria da dor do sofrimento? É isso que é eficiência? O Governo da fila do osso, do desemprego, da miséria, da fome que voltou a reinar no Brasil? Esse é o Governo da eficiência?

Com certeza, não, pelo menos naquilo que nós consideramos que é eficiente em termos de política pública, que é a política atual, que novamente tirou o Brasil da fome, que faz política de inclusão como o Pé-de-Meia, como a Farmácia Popular integral e tantas outras, diferentemente do período anterior.

É tão inconstitucional aquele Governo que o seu líder máximo está preso e já, já vai para a Papuda e, inclusive, vai lá encontrar o Careca do INSS, e alguns outros em breve também estarão lá.

O senhor teve a sorte porque saiu do Governo no início de abril. Com o poder que tinha e a influência naquele Governo, se continuasse, provavelmente teria participado da trama, seria consultado da trama do golpe.

Eu queria, Presidente, agora, por favor, um outro documento.

Se puder ampliar, agradeço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali, é um parecer da Advocacia-Geral da União: suspeita de fraudes, representação do Ministério Público do Estado de São Paulo. Eu mostrei esse documento, entregue aqui ao ex-Ministro Moro, Ministro da Justiça, da própria AGU.

Continua, por favor.

E nada foi feito para levar, para se investigar, para apurar, para cessar os descontos, como o nosso Governo fez. O Governo anterior deixou a farra continuar.

O item 2: somente se considera entidade de aposentados uma associação ou entidade formada tão somente por aposentados do Regime Geral da Previdência, com objetivos inerentes a essa categoria.

Aí continua.

Três: recomenda-se à administração a revisão de todos os acordos de cooperação técnica desde já firmados com vista a resilir, cancelar os que não se amoldam a esses requisitos, a fim de garantir a observância dos preceitos legais aplicáveis.

Continua, por favor.

Aí foi cancelado um dos ACTs da Unipar, de que, coincidentemente, o filho do depoente é o advogado. E nesse Decreto, já falado aqui pelo Deputado Pimenta, o 10.537, de 22 de outubro de 2020...

Continua, por favor. Está lá o decreto, pode ampliar. Próxima página. *(Pausa.)*

Desce... Não, só... Desce... Sobe um pouquinho a página, por favor. Não, ao contrário, ao contrário. Ao contrário. Ao final, quero ir ao final dela, quero ir ao final.

"Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. [...] 28 de outubro de 2020 [...] Jair Messias Bolsonaro", compromissado com a legalidade e a Constituição, para combater a corrupção; o Sr. Ministro Paulo Guedes, que tem que vir a essa CPI aqui depor também, porque foi Ministro da Previdência; e o senhor, o depoente, Onyx Lorenzoni, assinou, permitindo logo na sequência... Olhem a data, hein: o decreto foi de 20 de outubro de 2020...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Vinte e oito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vinte e oito. Muito bem lembrado, obrigado, Senador.

Vem um outro, o parecer, logo na sequência.

Por favor, um outro documento. O outro, na página anterior. Não, volta... para a frente, para a frente então. Mais um. Mais um. Mais um.

Bom, tem uma página que está faltando, mas eu vou aqui. É o parecer, a nota técnica do INSS, da Diretoria de Atendimento, estudo de viabilidade técnica sobre a conveniência e a oportunidade da celebração da proposta de acordo de cooperação técnica. Quem é o interessado? União Brasileira de Aposentados da Previdência (Unibap), da qual o filho do depoente era o advogado.

Por favor, adiante.

No item 18, que está ali – se puder aumentar, agradeço –, o que se diz? "Com a edição do Decreto nº 10.537, de [...] 2020, ocorreu nova consulta à [...] [Procuradoria Federal Especializada], que se pronunciou através do Parecer n. [...] [tal] de [...] dezembro de 2020 conforme Documento [...] nº [...] [tal] e sua aprovação, em parte, através do Despacho n. [...] [tal] de 18 de dezembro de 2020 [...]" Olha só, está expresso no parecer do INSS. Diante à alteração do decreto, assine com quem?

Continua, mais uma página.

Quem assina o decreto, também, nesse caso – altera-se o parecer? André Fidelis, que já atuava no Governo anterior. O erro do Sr. Stefanutto foi ter deixado esse servidor trabalhar na nossa gestão, junto com o Sr. Geovani Spiecker, que também está superenrolado. E a conclusão é para assinar com a Unipar.

Então, olha só, senhoras e senhores, foi criado, publicado um decreto a toque de caixa, sob encomenda, destinatário, defesa de alguém, não sei se foi pelo filho do Ministro, como advogado – nós não podemos criminalizar a advocacia. Mas ele poderia até explicar muita coisa a esta Comissão: se ele atuou defendendo ou não esse decreto, e com quem ele falou, à época, do poder





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

público para eventualmente permitir que a sua entidade, a que ele representava, pudesse fazer o ACT, porque logo na sequência ela o fez. E quero...

Próxima página.

Esse Governo é bom de fazer encomenda, está ali. Olha só, três pessoas poderosas do INSS. O Ministro Onyx no centro. Do lado dele, o Sr. Abraão, que veio aqui depor semana passada e foi preso por esta Comissão. Do lado do Sr. Abraão, o Sr. Oliveira, que foi Ministro indicado pelo Onyx, o depoente, foi Presidente do INSS indicado pelo depoente, porque assim ele mesmo disse aqui – o Oliveira. E, do lado, também o Sr. Rolim, que diziam que era o conhecedor do INSS, da Previdência. Três figuras poderosíssimas atendendo com todo o carinho o Sr. Abraão. Será que estavam discutindo a possibilidade de duas federações, confederações de pescadores artesanais, poderem fazer ACT, uma exceção à regra, somente para uma categoria, de que eu falei na semana passada? Porque logo na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sr. Onyx está pedindo só para o senhor repetir os nomes, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu só peço... Porque aí ele está... Presidente, eu estou terminando o raciocínio...

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não pedi para ser agora. O Presidente interrompeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Deputado Alencar, por gentileza.

Pois não, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado. Só... O Sr. Rolim está na frente do Sr. Oliveira, ali na diagonal, o indicado e o querido conhecedor do INSS, como disse aqui o depoente.

Então, e olha só... E aí foi na Lei 14.441. Isso foi antes de o Sr. Onyx deixar o ministério, e nesse mesmo ano veio para cá e foi se, baixou-se... foi aprovada uma lei, criando a exceção para que duas confederações de pescadores pudessem assinar o ACT. E assim foi assinado pela CBPA, que roubou milhões de pescadores neste país, aposentados e pensionistas, lesando, enganando, fraudando documentos e registros de associados.

É muita coincidência, mas aí estão os dados, os documentos e os fatos, demonstrando que de eficiente compromisso com a ética aquele Governo não tinha nada. O senhor mesmo disse há pouco que tomou conhecimento de descontos indevidos à gestão anterior. Por que não mandou investigar? Aliás, quando um servidor do INSS foi ameaçado de morte, a Polícia Federal arquivou. O Sr. Ministro Moro recebeu o documento e não fez nada. Aliás, depois saiu do Governo dizendo que aquele Governo não era para investigar, não era sério, que inclusive era para proteger a família, envolvida com a milícia – isso é um ex-Ministro que disse textualmente. E os documentos são claros. V. Exa. confessou que vocês sabiam que tinha irregularidades no desconto. Pegue o vosso depoimento para se lembrar, há pouco. Mas não fizeram nada para combater.

Vem falar de uma MP em que um Senador desta Comissão, do PL, apresentou a proposta para acabar com a revalidação, ser zero. Isso lá na MP de 2019.

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E vocês não tomaram nenhuma providência e o Governo, em 2022, sancionou – sancionou – a lei que acabou com a revalidação. Isso no Governo anterior. Isso não é compromisso com a ética, porque, se sabiam, deviam agir com mais, muito mais firmeza no combate à corrupção.

Mais uma página, por favor.

Esse é o montante da Unibap, e veja que cresce em 2022; de 2021, de 5 milhões, para 2022, 40 milhões, a entidade de que o seu filho é advogado e que representou por um bom período. E assim ela aumenta 56 em 23... em 22 e 62 em 24.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a última página, mais duas. Rapidamente, aqui tem um histórico das doações eleitorais do Sr. Felipe Gomes, dirigente da Amar, que também assinou na época em que o depoente era Ministro – mais 30 segundos para concluir, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que assinou o ACT na época em que o depoente era Ministro, e ele, que é genro do Sr. Nelson, que dizem que doou a pedido do sogro... Podemos esclarecer isso aqui adiante. E ali tem várias outras coisas, R\$60 mil, e assim foi doado pelo Sr. Felipe.

Para concluir, uma página tirada das contas eleitorais do... Próxima página, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está lá, Felipe Macedo Gomes doou R\$60 mil no dia 30/09. Sabe o que aconteceu no dia 30/09? Ele assinou o ACT... Ele assinou o ACT no dia 09/08, na época da gestão do Ministro Oliveira, indicado por V. Exa. ao Presidente Bolsonaro, como o próprio Oliveira falou aqui em depoimento.

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E logo, na sequência, veio uma doação generosa para a vossa campanha, e depois V. Exa. diz que não conhece.

Parabéns, Presidente.

Eu não tenho dúvida alguma sabe do quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – De que o Governo anterior não tinha ética, não tinha responsabilidade, não tinha compromisso com a Constituição e deixou a roubalheira comer solta.

Quem mandou investigar, parar os descontos, foi o Presidente Lula, e devolveu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... em respeito aos aposentados, o dinheiro roubado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Bom, primeiro, a questão da constitucionalidade do Governo não tem nada a ver com o que aconteceu, porque é um processo interpretativo. A esquerda brasileira e o PT procuraram à exaustão qualquer problema no nosso Governo, e não acharam.

A questão jurídica que envolve o processo recente eu considero que, do ponto de vista judicial, não para de pé, e o senhor sabe que eu tenho razão, mas é conveniente para a situação atual.

Por outro lado, quando o senhor me fala da covid, o senhor está falando do Governo que comprou 600 milhões de doses sem um problema de corrupção, sem um sobrepreço.

Agora, o senhor pense bem, porque eu fui respeitoso, apesar das suas agressões. O senhor só precisa me ouvir, é só isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Vou ouvir.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu jamais vou agredir.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Nem eu.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Entendeu? Porque eu estou... Eu estive muito tempo nesta Casa, e vou voltar o ano que vem, eu lhe garanto isso. Nós vamos nos encontrar aqui para fazer o debate.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço, pela ordem, a V. Exa. Os representantes do PT são muito competentes em pedir respeito por parte dos colegas, do próprio depoente, mas, quando é o oposto, eles praticam aquilo que eles denunciam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Interrompem, ofendem, tumultuam.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a V. Exa., com o poder que tem, com a investidura de Presidente, que faça valer as regras...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... também no sentido inverso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. A Presidência está atenta, Excelência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – No mundo todo, em nenhum país do planeta, durante toda a covid, apesar de todos os embates, dos problemas que essa doença trouxe, em nenhum país do planeta, se acusou o Presidente do país de responsável por mortes, só no Brasil, com o apoio da mídia amiga. Isso é fato. Como o nosso Governo, já foi demonstrado aqui...

Eu não vou mais perder tempo, porque o senhor está repetindo a mesma coisa que o Deputado Paulo Pimenta me disse. Então, vamos de novo: se valer para a covid o que aconteceu com os aposentados – ninguém deseja isso, eu perdi muitos amigos para aquela doença trágica, muitos –, se a escala foi, para mais de 4 milhões de pessoas agregadas às entidades e permitidas pelo seu Governo, que o senhor defende, que desviou dinheiro, o senhor imagine, se o PT tivesse ganhado a eleição de 2018, o tamanho da perda de vidas no Brasil! Porque a gente conhece a competência do Governo Lula um, dois e estamos vendo aqui o três. E se o senhor lembrar da senhora que estocava vento, a gente sabe como é que ela terminou. E por que ela terminou? Porque ela estava destruindo o Brasil, e nem os próprios filiados ao partido mais equilibrados queriam que ela fosse mantida no Governo. Então, eu estou aqui trazendo para o senhor a mesma avaliação política que o senhor me fez.

Não me meça pela regra petista. Eu estou muito longe dela. Eu os conheço desde 1987. Quando os senhores chegaram, em 88, à Prefeitura de Porto Alegre, eu fui um adversário muito duro, reconhecido por Tarso Genro, por Olívio Dutra, mas sempre respeitoso.

Eu conheço os métodos, eu conheço a forma. Então, esse tipo de assaque que o senhor simplesmente joga no ventilador é tradição. Acuse os outros... Isto é um dogma marxista: acuse os outros do que você faz. Nós não fizemos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo, com a palavra.

Atenção, Rondônia!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Silêncio, por favor, na sala. Por gentileza.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Olá, Rondônia. Olá, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, silêncio, senhores.

Dez minutos para o Coronel, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Olá, Rondônia. Olá, Brasil.

Ministro Onyx, quando vi o Presidente Bolsonaro aqui, eu disse: "Que saudade, Presidente!". De fato, é verdade. Eu abro meu coração, expresso isso todo o tempo, porque eu convivi com ele lado a lado, como Parlamentar, e V. Exa. também sabe disso, sempre ao lado dele e recebendo até orientações dele. Eu falo, e o pessoal não acredita. E o Presidente Bolsonaro disse assim: "Cuidado, Chrisóstomo", não só para mim. Ele nos orientava: "Cuidado com as emendas, rapaz. Atende corretamente os Prefeitos. Cuidado para não dar problema". Esse era o Presidente Bolsonaro, e V. Exa. sabe disso. Então...

Mas, quando o senhor veio, eu disse: "Meu Deus do céu, o que será que vai acontecer? Será que o nosso Ministro vai titubear aqui, vai ter um...". Eu pensei, mas, diante de tudo que está acontecendo aqui, Ministro, olha, o senhor fez muito pelo Brasil e está relatando aqui. Parabéns, Ministro! Parabéns!

O senhor sabe que eu que mexi em criação da CPI, né? E vou lhe dizer o porquê. Mas antes eu quero agradecer à imprensa, porque foi através da imprensa que eu criei a CPI, quando eu soube, no dia 13 de abril, quando o *Metrópoles* publicou sobre o roubo dos aposentados, falando dos horrores de 2023 e 24, que chegou, só em 24, a quase R\$3 bilhões, Ministro. O que me





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inspirou? A imprensa me inspirou a criar a CPI desse roubo dos heróis do passado, que são os nossos aposentados.

Eles deram o sangue pelo Brasil, pelos municípios, pelas suas cidades, pelas suas famílias. E hoje esses é que estão sendo roubados por este Governo. Então, esses velhinhos e aposentados de hoje, de que eu falei e que são os nossos idosos de hoje, estão sendo roubados. "Mas é só R\$90 reais, 80." Para eles que ganham um salário mínimo, é muito. Somado a um ano, chega a R\$1 mil. Para essas famílias em que esses velhinhos ajudam os seus netinhos, para ter o pão de cada dia, o leite, ajudam no transporte, ajudam na faculdade do seu filho, do seu neto... Esses é que estão sendo roubados aos montes em 2023 e 24, quando subiu estrondosamente o roubo. Essas pessoas, os idosos, é que ajudaram a construir um pouco mais o Brasil e ajudaram a desenvolver seus municípios, estados. É uma verdade. Nós devemos a todos os nossos aposentados e aposentadas que desenvolveram com o seu suor. E esses que estão sendo roubados.

Eu estou enfatizando muito isso, porque lá no meu estado, no seu estado, os idosos estão vendo o que está acontecendo aqui. Nós devemos aos nossos idosos, aposentados e pensionistas, por tudo que eles fizeram pela sua comunidade e pelo Brasil. Por isso, Ministro, me orgulho ter criado essa CPI para fazer justiça a cada família que está sendo roubada por ladrões de colarinhos brancos, roubados por ricos. Muitos ricos que estão roubando eles.

E muitos que são defensores desse desgoverno através dos sindicatos e associações que se vestem de cordeiros para engolir o dinheiro dos nossos idosos e aposentados. É real! Sindicatos e associações ligados a este Governo que roubam sem dó dos nossos aposentados.

Chega de roubo, Ministro. Chega desse time que se veste de vermelho e rouba o povo. Chega! Cadeia para essa quadrilha, que se planejou com suas famílias. Eles não roubam sozinhos, Ministro. Botam a mulher, a irmã, o cunhado, o tio, a tia; é a família toda. E grupos bancários, aí é onde eu estou chegando, para roubar quem deu seu sangue pelo Brasil.

Vamos deixar de lado aqui, olha. O senhor vê, falei de bancos. Vários bancos estão na nossa lista. Têm que vir aqui e explicar. Por que os consignados explodiram? Segundo a imprensa, ultrapassam os 100 bilhões. E eu estou de olho neles. E um banco, e um banco, eu não sei se ele





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quis se fazer, pessoas do banco, mas olha, Presidente, eles disseram que não vão ser chamados, não. Banco! Eu disse: "Não vai?". Vai começar por mim! Vai começar por mim.

Já estou com o requerimento pronto para chamar o Banco Master aqui. É meu requerimento, Presidente. Vou chamar o Presidente Daniel Vorcaro; Augusto Lima, ex-Presidente; Luiz Rennó Netto, da Diretoria Jurídica; Ângelo Antônio Ribeiro; Luiz Antônio Bull, Diretor Executivo.

Eu estou dizendo isso porque eles estão dizendo que não vêm. Como que não vêm se roubaram os nossos aposentados? São vários bancos, dezenas de bancos. Chega a quase 40. Tem vários outros. Eu estou falando desse aqui, porque esse aqui parece que é petulante. Quadrilha de banco vai ter que se explicar aqui. Vai ter que dizer por que deixaram roubar os nossos aposentados através dos consignados.

Presidente, nós temos que nos atentar a isso. Já estamos entrando... Já estamos aí chegando no meio de novembro. Os bancos devem vir aqui explicar. O senhor está fazendo um belo trabalho junto com o Relator. E os Parlamentares também.

Agora, nós da direita, bolsonarista como eu sou, e a esquerda... Gente, nós temos que parar de brigar por picuinha. Nós temos que nos unir para mostrar para o Brasil o que nós queremos fazer aqui: mostrar a todos quem roubou e pedir a punição. Independente de o senhor gostar do vermelho; eu, do verde e amarelo, mas esse é o caminho de todos nós. Essa briga de picuinha aqui, Deputado Luiz Lima, não é isso que o Brasil quer saber. O Brasil quer saber o seguinte: qual vai ser o resultado final? O resultado final que o Relator vai tirar da cartola dele e dizer: "Aqui está o relatório". Relatório... E nós vamos incriminar, levar à PGR todos os que devem ser presos por terem roubado os nossos velhinhos, aposentados não só de Rondônia, do Brasil todo.

E é isso que me faz ter orgulho de ter criado essa CPI. Graças a Deus e graças ao apoio dos senhores também. Eu não posso dizer muito "graças aos Deputados da esquerda", porque eles não assinaram a minha CPI. Não quiseram assinar. Devem ter os motivos, eu não vou brigar com eles, não. Mas os que assinaram, meus parabéns a todos vocês, guerreiros.

Então, já estou indo à conclusão.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Precisamos nos unir para criar o foco e atender os brasileiros, os mais velhinhos, os idosos, os que fizeram o Brasil melhorar, os que fizeram melhorar sua cidade, seus estados. É a esses que nós temos que atentar.

Mas, Ministro, eu não poderia deixar de fazer uma pergunta ao senhor.

Gazeta do Povo:

Petistas teriam assinado emendas da Contag para alterar MP de Bolsonaro contra fraudes no INSS

Deputados e senadores, principalmente de partidos de esquerda, teriam apresentado emendas redigidas pela [...] (Contag), alvo da Polícia Federal por descontos irregulares no INSS, para alterar a medida provisória 871/2019, apresentada pelo ex-presidente [...] Bolsonaro (PL) para coibir fraudes em aposentadorias e pensões.

O que o senhor tem para me dizer disso?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – A informação que eu recebi, ou melhor, que eu li na imprensa recentemente – né? – é de que a Contag redigiu 96 emendas e as distribuiu no Parlamento, no período de tramitação da Medida Provisória 871.

A outra coisa importante de ser lembrada é que não tinha mais imposto sindical. E a Contag, com os seus sindicatos de trabalhadores rurais e suas federações, estava estruturando, através do desconto associativo, né? Muito provavelmente ela fazia... Ela foi a primeira a fazer; então, ela tem 30 ou 31 anos de desconto associativo. Então, muito provavelmente foi esta a motivação, né? Ali havia duas coisas importantes: ela perdeu a condição, porque não tinha mais como dar o documento que atestava que o cidadão tinha trabalhado na roça, para que ele obtivesse a aposentadoria rural, e junto ia o documento solicitando que a pessoa se afiliasse lá para fazer o desconto associativo. Eu acho que o drama foi esse.

E a revalidação anual traria – pelo que eu entendi, de tudo que foi discutido – muitas dificuldades para as instituições que faziam o desconto associativo naquela época. Elas não teriam condição. Por isso que o Parlamento, por ação das bancadas de esquerda, na Câmara e no Senado, fizeram aquele de três anos. E depois trabalharam para derrubar a medida, né? Eu acho que essa é a história.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria aduzir aqui uma coisa. É que a história e os fatos são muito complicados. Aqui, esse livrinho aqui foi um extrato da CPI do mensalão, perdão, dos Correios.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Qual é o nome do livro, por favor?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É *A Máfia da Estrela*. Aqui diz assim, ó:

[Me perguntaram:] Quais as hipóteses mais prováveis para a origem do dinheiro do mensalão?[Eu disse: Olha, tem várias hipóteses, mas tem uma que eu olho com muita atenção. Os empréstimos, na verdade, vieram de alguns bancos] [...]. O que o Banco Rural e o [atenção ao nome] BMG fizeram foi comprar vantagens [minha opinião, como Parlamentar à época]. Os empréstimos eram uma forma de dar uma capa de legalidade para a compra de favores. O BMG, por exemplo, foi autorizado a realizar com "exclusividade" por três meses operações de empréstimos consignados para mais de 25 milhões de aposentados [que eram os benefícios existentes no ano de 2005]. [...] [A] operação chegou a R\$1 bilhão, com risco zero [...] [pois o desconto era direto na folha, no benefício. O que é que aconteceu?] [...] o BMG [algum tempo depois] vendeu a operação para a Caixa [...]. Foi uma compra nebulosa [pela Caixa Federal, da operação de consignado do BMG] que permanece sem explicação.

Isso aqui é março de 2006. Pelo que a gente vê, permanece sem explicação até o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel.

Com a palavra, na sequência, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria cumprimentar o Ministro Onyx e, ao cumprimentá-lo, Ministro, dizer que é muito importante a vinda dos ex-Ministros aqui nesta Comissão, porque vocês acabam tendo um conjunto de informações e de esclarecimentos para nós.

No seu caso, até, V. Exa. passou muito pouco tempo no Ministério da Previdência – né? –, só oito meses, mas num período muito importante, que... E, inclusive, o Deputado Pimenta fez uma exposição aqui sobre os elementos – não é? –, sobre a documentação, sobre os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos, na verdade, que acabaram embasando o que nós tivemos agora mais recentemente, que foi uma explosão de descontos fraudulentos – né? –, e que se deu, naturalmente, por conta de um resultado dos vários ACTs que foram feitos, os acordos que foram feitos, precisamente aí nesse período de até 2022.

Eu quero ler aqui para o senhor. O senhor fez uma colocação, numa entrevista à *Folha de S. Paulo*, dizendo que o ministério especificamente não tinha poder para autorizar acordos de cooperação técnica, né?

Na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, eles fazem uma referência inclusive ao senhor e dizem, olha, "Frise-se que Onyx foi Ministro do Trabalho e Previdência de julho de 2021 a 2022, período em que os ACTs [...] da Amar [Brasil] e demais entidades foram entabulados perante o INSS, o que deu azo aos descontos fraudulentos".

Quando o senhor diz que o ministério não tinha essa autorização para esse acompanhamento, eu queria que o senhor me respondesse: a responsabilidade a gente pode dizer, então, que é uma responsabilidade direta do INSS?

A quem a gente pode atribuir especificamente a responsabilidade? Porque os ACTs são exatamente isto, eles são umas autorizações. Você só faz o desconto se você tem autorização para tanto, né?

O senhor pode nos assegurar aqui nesta Comissão que a responsabilidade de fato, imediata, seria do INSS?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Aí eu vou pedir só ao senhor a rapidez na fala, porque o nosso tempo é pouco.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Tá, eu vou ser o mais rápido possível.

Eu me sinto muito honrado de ser questionado pela senhora, porque eu a conheço desde que a senhora veio para o Parlamento, como Deputada, e vi o seu desenvolvimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Fomos colegas, inclusive.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... o seu crescimento, e muitas CPLs fizemos juntos, né?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É verdade.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Mas o que eu queria dizer é o seguinte, que precisa ficar claro: na Lei 8.213, de 91, não há nenhum artigo, não há nenhum parágrafo, não há nada que remeta ao Ministério da Previdência; é tudo remetido ao INSS. Ou seja, como... E outra, não há discricionariedade nem pelos servidores do INSS e muito menos pelo ministério. Não dá para escolher o A, o B ou o C, por quê? Porque a lei, como foi redigida em 1991, criou um direito para a entidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não... Exato.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Cabe ao INSS apenas reconhecer se ela está dentro dos critérios que a lei estabelece e que as instruções normativas em vigor do INSS... Se ela cumpre aquelas normas. Se ela cumprir, o INSS é obrigado a dar. Ele não pode escolher não dar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pronto.

Quando a gente fala desses acordos, a gente vê inclusive que algumas dessas entidades... Porque o que é que acontece, Ministro? Quando a gente inicia... Aí eu vou pegar especificamente do período do Governo que o senhor, na verdade, integrou.

Em 2019, o nosso colega Senador – e a gente viu aqui as várias fotos apresentadas... Houve uma denúncia. O senhor inclusive falou aqui que houve, na verdade, a informação – não é? –, denúncias foram feitas, inclusive para o Governo, enfim...

No Governo de transição... Houve, depois da sequência da instalação do Governo de transição, um certo grupo de trabalho, em que havia inclusive presença do Ministério Público Federal...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Todos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... do ministério – não é? –, do INSS e de vários órgãos, na verdade, que estavam compondo aquele grupo de trabalho. E ali o Ministério Público





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal chegou a dar algumas recomendações inclusive para cancelamento de entidades. Uma das entidades em que houve...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, desculpe, na transição, não, de jeito nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, durante o grupo de trabalho, o Ministério Público Federal fez, Ministro, fez, sim. Ela fez a indicação, o indicativo para que algumas dessas instituições fossem suspensas, tivessem os seus acordos suspensos. Inclusive uma delas...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Pelo que eu sei, isso foi em 2018.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, não, não, depois da instalação do grupo de trabalho. Inclusive a Unibrasil foi uma dessas instituições que depois volta com o nome de Unibap. Ela vem com o mesmo CNPJ, mas, na verdade, com o nome diferente. E ela traz essa mudança, inclusive, para abarcar os pensionistas, resultante do decreto presidencial que foi assinado pela equipe do Governo – V. Exa. integrava, enfim... – e, quando ela traz esse novo nome, ela vem exatamente para atender a uma regulamentação do decreto, porque o decreto...

Como o senhor diz, a lei, lá atrás, já existia desde os anos 90, é verdade, você tem uma lei, mas o decreto vem regulamentar, e é para isso que serve o decreto. Ele deu clareza, ele deu um embasamento jurídico, digamos assim, para abarcar também o campo pensionista. A Unibap, por exemplo, cria um novo nome e coloca como carro-chefe a questão dos pensionistas, em que ela teve uma participação de fato muito direta.

Eu faço todo esse levantamento, Ministro, para dizer o seguinte: quando você pega uma explosão de descontos associativos, que foi agora, 23 e 24, ela é resultante dos ACTs que foram feitos durante esse período com essas entidades. Inclusive, várias dessas entidades com recomendações do Ministério Público Federal para que elas não mais existissem.

Aliás, quando a gente fala de recomendação, por exemplo, a própria Procuradoria do INSS fez uma recomendação para que este decreto, que foi feito pelo Presidente Bolsonaro não fosse, na verdade, efetivado. Por quê? Porque ele não tinha, na verdade, não dava as condições técnicas para combater denúncias que já estavam chegando ao Governo, quer dizer, o que nós percebemos claramente é que... Aí eu não estou colocando responsabilidade do senhor; como o senhor coloca muito bem, eu conheço, inclusive, a sua postura e a sua trajetória, mas é um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunto, quer dizer, você vem de governos anteriores, inclusive de alguns desses servidores que passaram por vários governos, e não houve nenhuma ação enérgica do Governo do então Presidente Bolsonaro.

Quer dizer, houve a presença do senhor, como houve, inclusive, lá da CGU, do INSS, com o Wagner Rosário e tantos outros integrantes desse Governo, que não seguiram a recomendação do Ministério Público Federal e deram, na verdade, um colchão – eu diria assim – de normas. Eles meio que legitimaram, que legalizaram uma ação criminosa que estava sendo feita ao longo desses anos e que acabou realmente explodindo esses casos de descontos fraudulentos. Então, se você não tivesse, de fato, essas condições, a gente não teria chegado onde a gente chegou, que é o que a gente está acompanhando.

E um ponto bem específico – eu queria até que o senhor me desse essa informação –, quando alguém perguntou aqui sobre alguém próximo ao senhor que teve o desconto, o senhor falou: "Não, mas ele foi ressarcido", mas...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Justamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Certo, mas ele foi... Judicialmente; não pelo Governo, administrativamente. Mas o que nós tivemos agora, nos últimos descontos feitos, ou melhor, nos últimos ressarcimentos feitos – e é bom lembrar –, ressarcimento feito por desconto não apenas neste Governo, desde o Governo Temer, passando pelo Governo da Dilma, passando pelo Governo do Presidente Bolsonaro, do ex-Presidente Bolsonaro e do Presidente Lula... Então, todos esses descontos foram feitos, e agora os R\$6 bilhões descontados de forma fraudulenta começaram a ser ressarcidos. Eles foram ressarcidos, diferentemente de decisão judicial, de recomendação do Ministério Público Federal, eles foram ressarcidos de forma administrativa.

Então, esse é um ponto central, quer dizer, crimes e problemas, nem estou dizendo que não teve neste Governo, tiveram, sim, tiveram descontos fraudulentos neste Governo, tanto que nós tivemos aí o distanciamento, e o afastamento, e a demissão do Ministro Lupi, também do Presidente do INSS, de vários diretores que foram afastados, e foram afastados exatamente para que a investigação ocorresse. A Operação Sem Desconto da Polícia Federal foi instalada, inclusive, neste Governo agora, lá no mês de março, precisamente de lá para cá, mas o ressarcimento não foi apenas deste Governo...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... o ressarcimento veio de governos anteriores, numa demonstração de que a investigação foi feita e também o ressarcimento, de fato, foi feito. Então, é essa a diferença que nós precisamos apontar.

E quero dizer que, muito embora, como o senhor coloca, o Ministério da Previdência não tivesse responsabilidade, ou o INSS não tivesse responsabilidade, mas, no conjunto da obra, o Chefe maior do Governo, que no caso é o Presidente da República, tem que ter ação enérgica para coibir ou para realmente parar a continuidade desse tipo de crime de desconto fraudulento que ocorreu.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Senadora, a senhora fez uma afirmação aqui de que eu sou obrigado a divergir, né? Eu tenho aqui o Decreto 10.410, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Onyx, só um instantinho.

Vou solicitar ao Senador Marcos Rogério para ocupar como Relator *ad hoc*, no período de ausência do Deputado Alfredo Gaspar, por gentileza.

O senhor pode continuar, por favor.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, eu respeitosamente quero divergir da sua interpretação de que nada foi feito no Governo Bolsonaro, pelo contrário, a Medida Provisória 871, o Decreto 10.410 e as INs – que são importantes – 110, 128 e 138, ou seja, um conjunto de ações que visavam exatamente a combater fraudes.

E há uma coisa: houve um decreto, no nosso Governo, que estabeleceu ao INSS a obrigatoriedade de fazer a revisão com três anos.

A senhora tem razão, os Deputados que me antecederam do Partido dos Trabalhadores têm razão. Na Medida Provisória de microcrédito, em que nós tentávamos atender os mais desvalidos da covid – no caso, as pessoas físicas, o empreendedor individual, e as micro... as microempresas –, nós tentamos dar caminhos para esses 15 milhões de "invisíveis" que nós descobrimos lá no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Cidadania, durante o auxílio emergencial, e ali realmente foi feita a desobrigação de revisão para as entidades.

Mas decreto cria a obrigação para o serviço público, e esta obrigação tinha que ser cumprida em 23 pelo atual Governo. Ao não fazer, prevaricou.

Então, eu estou chamando a atenção da senhora por isso, porque isso é pouco falado, quase ninguém comenta isso. O decreto, do ponto de vista legal, na escala hierárquica das leis, é inferior à lei ordinária – o.k., a senhora sabe, nós todos sabemos. Mas o decreto não pode criar obrigação para a sociedade, mas cria obrigação para o Governo. E esse decreto não foi revogado até hoje. Então, ele estava em vigor em 2023, ele estava em vigor em 2024. Por que não foi cumprido? Esse é um ponto.

O outro: no nosso período de Governo, do que eu tive informação, nós tínhamos o quê? Isso, isso... Eu vi um documento: 40 mil, em média, por ano. Quarenta mil para 2 milhões e poucos de pessoas não dá 2% – quarenta mil reclamações anuais. É diferente de 1,6 milhão. Então, deixe-me lhe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Essas 40 mil foram feitas auditorias quando o senhor... Esse que é o ponto central: não teve auditoria do Governo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. Essas solicitações de saída, muitas foram efetivadas, até porque, entre o que nós herdamos do Governo do Temer e o que nós entregamos ao atual Governo, tem 70 mil pessoas a menos.

Porque tem... tem gente que assinou lá para a Contag, pagou 10, 15, 20 anos e agora "Eu não quero mais". Isso é um... isso é um processo. O outro processo é realmente contratar *hacker*, entrar na Dataprev, arrancar lista, botar nome de gente que nunca autorizou; são processos diferentes.

Eu tenho uma suspeita pessoal, Senadora. Eu acho que, quando nós emitimos a instrução... Bom, quando nós montamos o grupo de trabalho – foi no final da minha permanência lá, no Conselho Nacional de Previdência Social, a ideia de montar o grupo de trabalho para combater a questão lá do consignado e outras coisas –, o que que aconteceu ali?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali nós começamos a dizer; e a discussão era pública, porque é aberta. As entidades não tinham obrigação de sigilo. Se discutia claramente que nós íamos botar a biometria. Isso levou ao pânico, ao pânico! Por quê? Porque o sistema bancário tinha dinheiro para comprar os sistemas de acompanhamento para poder ter biometria. A nossa Dataprev, que fez um trabalho espetacular no auxílio emergencial, não tinha condição de botar biometria no ano de 2022, e isso se espalhou!

Esse pessoal... Nós vimos aí os dados do Relator, que eu acompanhei... Ele não está aqui, está aqui o nobre Senador Rogerio. O que é que a gente viu? A gente viu uma organização criminosa! Esse povo tem que ir para a cadeia mesmo! Todos eles! Agora, eu acredito que pode ter havido uma migração do sistema que era usado lá no consignado para algo que, por tudo o que a senhora mesmo já explicou aqui, eu não vou fazer juízo de valor de quem esteve lá no ministério e teve o seu afastamento, mas bom, estas coisas aconteceram por várias razões, então, será que esse povo que estava organizado, eles não perceberam que tinham um espaço para eles conseguirem o que eles não conseguiriam mais do outro jeito? Porque sem biometria não fazia consignado, e nós tínhamos no decreto que estabeleceu o bloqueio dos benefícios: não podia fazer sem entrar pelo aplicativo Meu INSS ou entrar pelo telefone e fazer a identificação plena, ou seja, tinha um bloqueio! E depois essas coisas todas, nós sabemos, foram fragilizadas.

Então, eu creio que o argumento que a senhora quer mostrar aqui – eu respeito o seu posicionamento – de que "Ah, está pagando até do Governo Temer", isso é muito mais para tentar chamar mais gente para não ficar sozinho com a responsabilidade. É a minha visão e eu agradeço o seu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra – o Deputado Duarte Jr. não está, será na sequência – o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu primeiro queria cumprimentar, com muita alegria, o nosso ex-Deputado, ex-Ministro Onyx Lorenzoni, um amigo, também o Dr. Paiani, advogado que o acompanha e igualmente um amigo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós ouvimos aqui hoje repetidas vezes: "Quem interrompeu o esquema foi o Governo Lula", "Quem pagou os aposentados foi o Governo Lula"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pois não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir a V. Exa. para a gente retomar daqui a alguns instantes porque o depoente precisa ir ao banheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu suspendo a sessão por dez minutos.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

(Suspensa às 15 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nós ouvimos hoje aqui por diversas vezes as frases: "Quem interrompeu o esquema de corrupção no INSS foi o Governo Lula", "Quem pagou os aposentados foi o Governo Lula". Isso é verdade ou isso é mentira? Os fatos evidenciam que isso é mentira. O Governo Lula tentou manter o esquema. Quando questionado sobre os descontos e por que não suspendeu, o próprio Lula foi quem disse que as entidades tinham o direito ao contraditório, direito de se defender antes de suspender os descontos, por isso não cortou o mal pela raiz.

As entidades tinham o direito de se defender, mas os aposentados não tiveram a proteção por cautela. E aqui, na regra do mais vulnerável, o que deveria ter acontecido era o inverso, mas não foi isso que aconteceu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos aos fatos. O Governo Lula revogou as Instruções Normativas nºs 110 e 128, de 2022. Agosto de 2023: Governo Lula retira necessidade de envio dos termos de adesão e autorização de desconto de novos ACTs. É o Governo Lula quem retira os mecanismos de controle e defesa dos aposentados.

Março de 2024: Governo Lula retira a conferência de documentos pelo INSS como pré-requisito para o pagamento às entidades. A partir daqui, qual é a regra? As entidades mandam diretamente à Dataprev, sem filtros, sem freios, sem bloqueios. E, detalhe, a Dataprev é quem vai dizer: "Não, esse aqui não é aposentado", "Não, esse aqui está morto, então não pode entrar". Agora é a Dataprev que faz a filtragem daquilo que seria papel pelas instruções normativas e, à luz do decreto, papel do INSS. Mecanismos de controle, de freios, de defesa do aposentado.

Também é no Governo Lula que é revogada a revalidação trienal. E aí esquecem, simplesmente, do decreto. Afrouxamento, leniência ou associação criminosa. A CPI está a investigar. O curso do tempo e das investigações vai determinar se foi apenas negligência, omissão, cegueira deliberada ou associação criminosa.

E por que esse afrouxamento tem importância? Porque a regra impedia justamente o avanço dos descontos associativos não autorizados. Então, aqui, quando revoga esse decreto, isso impede que entidades, com número de reclamações menores do que 5% dos associados, sejam punidas. É o Governo Lula que está fazendo isso aqui.

Agora vejam, a narrativa é: Governo Lula interrompe, Governo Lula paga. Quais são os fatos? O contrário. O contrário: foi o Governo Lula que revogou o decreto para retificação pelo INSS antes de inserir o desconto. Foi o Governo Lula que acabou com a instrução normativa de revalidação. Uma série de regras, é verdade, uma série de regras alteradas.

Eu vi um Parlamentar, muito conhecido no Brasil, dizendo: "Olha, as regras foram alteradas". Foram mesmo. No Governo Bolsonaro também. Lá, alteradas para proteger; no Governo Lula, alteradas para afrouxar os mecanismos de controle e favorecer os descontos associativos.

No Governo Bolsonaro, nós tivemos quatro ACTs cancelados por fraudes ou indícios de fraudes. E outros quatro ACTs foram admitidos, embora o acordo de cooperação técnica não seja





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em si o problema, não seja em si o problema. O problema é a associação indevida, o que aconteceu, e os descontos também, indevidos e criminosos.

Mas eu confesso: gostaria que não tivesse nenhum ACT ainda no Governo que eu defendi, com muita honra, no Parlamento brasileiro.

Porém, no Governo Lula, não só os ACTs cresceram. Aí eles vêm aqui e dizem assim: "não, foi o Governo Bolsonaro que inventou os ACTs". Existem ACTs muito antes de Bolsonaro existir e vão continuar existindo. Aí, mais de dez em 2024.

E vou além: o Governo Lula diz que interrompeu. Mentira! Abril de 2025, Operação Sem Desconto, operação da Polícia Federal, da CGU, envolvidos são afastados e descontos são suspensos por determinação da Justiça. Não, não foi o Governo Lula que suspendeu. Ele foi obrigado a suspender, muito pelo contrário. Antes disso, já havia sido sugerido, orientado que fizesse a suspensão.

A frase célebre de Lula: "Não, não pode suspender porque as entidades têm o direito ao contraditório, têm o direito de defesa". Quem não teve direito de defesa no Governo Lula foram os aposentados.

Então, essa narrativa não cola. Fatos e *fakes*. Cole onde quiser. O fato é que o Governo Lula afrouxou as regras, retirou os mecanismos de controle e deixou os aposentados vulneráveis a esse esquema de corrupção que se alastrou.

Aí, naquele momento, quando houve aquela operação, e, a bem da verdade, é bom que se diga, somente 3 das 14 entidades com ACTs entre 2023 e 2024 foram parte da ação. Sindnapi não foi, no primeiro momento, alvo das investigações.

Agora, das entidades que não foram alvos daquela Operação Sem Desconto, 50% do quantitativo da movimentação eram dessas entidades.

Aí, Sr. Presidente: 2023, R\$1,5 bilhão em descontos associativos, o dobro do que tinha em 2022, embora, do Governo Bolsonaro, o correspondente ao Governo Bolsonaro é algo em torno de R\$600 milhões. O dobro, em 2023. Em 2024, R\$3,3 bilhões em descontos associativos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A narrativa não para de pé. A mentira não para de pé. Os descontos, a roubalheira, os desvios aconteceram e se agigantaram no Governo Lula. E, em vez de endurecerem as regras, pelo contrário, eles afrouxaram, toleraram.

E a investigação vai dizer se não se associaram.

Porque, quando eu vejo aqui a blindagem que está acontecendo para impedir que corruptos sejam convocados, que acusados sejam enquadrados, isso não me dá uma outra constatação, senão a constatação de alguém estar protegendo quem fraudou, quem roubou, quem desviou. E aqui há um núcleo estruturado dentro e fora do Governo. Cooptaram servidores públicos, agentes públicos, distribuíram dinheiro, usaram estruturas empresariais, de consultoria, de escritórios de advogado para fazer o dinheiro circular.

E aí vem, agora, a devolução. "Ah, não, agora a oposição não pode negar que quem está pagando os aposentados é o Governo Lula." Bom, o dinheiro que o Lula devolveu aos aposentados é nosso, é do povo brasileiro. Não foi o dinheiro recuperado das fraudes, não! Lula está devolvendo o nosso dinheiro para as fraudes cometidas – e até favorecidas. Não tem nenhuma ação efetiva do Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... contra os fraudadores. Pelo contrário, é um Governo que passa a mão, é um Governo que alivia, é um Governo leniente.

E aí, Sr. Presidente, repito, aqui na CPI estão blindando, protegendo, impedindo que a investigação avance para setores, para pessoas, para empresas que evidentemente estão enroladas no escândalo de desvios de dinheiro dos aposentados.

Então eu saúdo esta CPMI pelo trabalho, e, tenho certeza, só pelo que a CPMI já revelou até agora, já valeu a pena a sua instalação. Mas não tenho dúvida de que nós vamos a fundo nessa investigação para mostrar ao Brasil o que aconteceu, como aconteceu, quem se beneficiou, e para criar mecanismos de proteção aos aposentados.

E aí, com todo o respeito, não importa, criminoso não tem essa de "Ah, porque, se foi daqui, tem que ser protegido; se foi de lá, tem que ser sacrificado". Criminoso é criminoso. Esteja onde estiver, pertença ao partido que pertencer, não tem protegido especial por ser de governo A ou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governo B. Agora, querer colocar a pecha de que foi no Governo passado? O Governo passado foi quem fechou a torneira e apertou as regras para impedir esse grande escândalo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Eu acompanho a trajetória do hoje Senador desde que foi Deputado Federal. E sempre vi a construção do raciocínio com perspicácia, lógica, conhecimento da legislação. E a descrição que o Senador Marcos Rogério fez aqui é absolutamente importante para as reflexões do nosso Relator, Alfredo Gaspar, porque ela expõe com clareza e com muita didática as coisas que realmente estão a acontecer, estão acontecendo no Brasil. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, com a palavra.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Quero agradecer a presença do Ministro Onyx Lorenzoni – é "ônix", não é, Onyx, a pronúncia certa? –, do advogado Adão.

Onyx, nós recebemos aqui... Se eu não me engano, o senhor é o 25º convidado. É a 24ª reunião nossa aqui na CPML...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terceira.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e ficou muito claro, muito claro como o senhor estava confortável. A sua explanação foi uma das melhores. O senhor está muito mais confortável do que o Ministro Lupi. O Ministro Lupi não trouxe uma apresentação tão clara como o senhor. E todos os Deputados que estão aqui são bem cientes disso, sendo oposição ou não. Os dados, os números são... É tudo muito claro, assim, é tudo muito objetivo, é tudo muito real.

Eu quero dizer aqui que é muito difícil a gente combater e fazer um debate justo quando o nosso oponente vive de narrativas, né? E semana passada foi muito emblemático, o Rio de Janeiro virou Brasil. Quando a gente tem um Governo liderado por um Presidente que cogita pagar indenização para família de traficante e sequer cita os quatro policiais, a gente pode esperar de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. Então, uma probabilidade imensa de o PT perder a eleição em 26, principalmente pela pauta da segurança pública – 88% dos moradores de comunidades do Rio de Janeiro apoiaram a incursão policial – e uma probabilidade enorme de ter o senhor eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul ano que vem. É muito claro.

Ministro Onyx, todas as tentativas que foram feitas pelo Governo Bolsonaro de coibir os recursos indevidos roubados dos aposentados foram feitas. Nós temos aqui dados, a gente tem a MP 871, de 2019. E fica muito claro aqui nas reportagens: o *lobby* da Contag derrubou revalidação anual de descontos associativos. Algumas emendas redigidas pela Contag eram idênticas umas às outras e tinham temas comuns que se repetiam. Doze delas, por exemplo, traziam mudança em um artigo substancial para a Contag passar de um para cinco anos o prazo de exigência para a revalidação dos filiados aos sindicatos rurais e associações.

Ao amigo que está em casa, ao aposentado que está nos assistindo – a gente tem alcançado aí 50 mil visualizações em média, é recorde aqui em CPMI do Senado, pelo menos nos últimos anos –, tudo que foi feito pelo Governo Bolsonaro e tudo que está sendo feito aqui pelo atual Governo, que não teve uma assinatura para criação dessa CPMI... Durante o Governo Bolsonaro... E eu falo aqui repetitivamente e nenhum Deputado do PT retruca porque não tem nenhum vídeo, nenhuma gravação na tribuna, eles apontando que está havendo roubo em relação aos sindicatos. Por quê? Contag, sindicato dos anos 60, que começa as suas contribuições em 94, foi um dos responsáveis pela formação da CUT, é ligadíssimo ao PT. O Sindnapi, que foi fundado no ano 2000, também por um simpatizante do PT – a gente recebeu aqui a Tonia Galleti, e, na verdade, a família dela... É um negócio familiar – o dinheiro gira, gira, prestadores de serviço, operadores financeiros, recebedores de propina – também ligado ao PT, ligado à Força Sindical, ligado ao Paulinho da Força, do Solidariedade, e a gente mostrou imagens aqui. E a gente tem a Conafer, fundada em 2011, com o Lupi na fundação. Então, é uma disputa de mercado.

Eu falei aqui segunda-feira, eu comparei – mas não como um movimento armado, mas é roubo, né? – Comando Vermelho e Terceiro Comando no Rio de Janeiro. Eles disputam um nicho de mercado. A esquerda sempre disputou esse nicho de mercado que foram os descontos dos aposentados. Reforma trabalhista do Temer, em 2017, impede a contribuição obrigatória, e eles passam a se mexer e criar esses organogramas aqui, Conafer, aqui o esquema do camarote do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Careca... Então, é um verdadeiro absurdo. São pessoas que lesam em 6 bilhões, 70 bilhões, como disse o Coronel Chrisóstomo.

E eu gostaria aqui, Ministro Onyx... Foram 15 Deputados que apresentaram emendas: Jaques Wagner, Jean-Paul Prates, Daniel Almeida, Humberto Costa, Jandira Feghali, João Carlos Bacelar, Marcon – Marcon, do Rio Grande do Sul –, Otto Alencar Filho, Patrus Ananias, Paulo Rocha, Rubens Júnior, Tereza Nelma, Valmir Assunção, Zé Neto, Celso Maldaner.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A gente tem aqui PT...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... MDB, PSD, de dado, e PCdoB, Jandira e Daniel Almeida.

Mas os aposentados me pediram aqui, principalmente os do Rio de Janeiro – eu estive na cidade de Rio das Ostras esse final de semana –, falaram: "Deputado, mostra para a gente quais foram os Deputados que foram contra a convocação do Frei Chico". Podemos, o partido Podemos foi contra, com um Congressista; MDB, contra, com dois; PP, com um Congressista; o PT, com oito Congressistas; PSD, com dois; PDT, com dois; PCdoB, com um; Republicanos, com um; e PSDB, com um. Então, a gente está falando de partidos que hoje se dizem oposição: Republicanos, PP, Podemos, PSD e PSDB. Ó, esses partidos foram contra, também, a convocação do Frei Chico.

Não vou cometer uma indelicadeza aqui, não, com o Rogério Correia, porque ele está do meu lado, mas chegou aqui uma informação do Partido Novo, da nossa assessoria, que é muito, é muito ágil, muito esperta.

Eu, segunda-feira, fui criticado à beça aqui porque eu perguntei para o Presidente da CBPA, confederação de pesca, eu fiz uma simples pergunta para o Abraão Lincoln: quem é que está pagando o seu advogado? E aí teve uma gritaria, que eu estava infringindo a Lei 8.906, de 94.

O Sr. Rogério Correia apresentou um requerimento aqui no dia seguinte, na terça-feira – olha o que é: eles brigaram comigo... E responde se quiser. Eu não fiz uma imposição ao advogado para ele responder de quem estava recebendo. Ele apresentou um requerimento como justificação:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente requerimento tem por objetivo obter acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e às quebras de sigilo fiscal e bancário do Senhor Pietro Cardia Lorenzoni, filho do ex-Ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, em razão de suspeita de envolvimento em operações financeiras potencialmente irregulares relacionadas à União Brasileira de Aposentados da Previdência [...].

Foi aqui. Requer ao Coaf. Dia 3, aqui foi apresentado.

No dia seguinte ao que eu fiz essa pergunta, eu fui crucificado aqui. Até a OAB estava aqui, mas o Presidente da OAB – acho que de Brasília – foi até delicado comigo. Mas Deputados e Senadores falaram: "Ó, o Luiz Lima está atacando a advocacia". E olha aqui: requer ao Coaf o envio de relatórios de inteligência financeira referentes ao filho do Sr. Ministro, Sr. Pietro – advogado, filho do ex-Ministro –, abrangendo o período de 1º de abril de 2021 a 30 de abril de 2025.

Eu jamais iria fazer um requerimento de informação desse tipo, porque eu entendo que lei é lei, e perguntar não ofende. Então, a lei, sendo boa ou sendo ruim, tem que ser cumprida.

Agora eu faço um desafio aqui para o PT: apresente um requerimento de informação quebrando, um requerimento pedindo a quebra de sigilo do filho do Ministro da Justiça, o Sr. Ricardo Lewandowski. Por quê? Segundo a AGU, organizações apontadas como entidade de fachada... E aponta conflito de interesse. Porque o filho do Sr. Ministro da Justiça, o Sr. Ricardo Lewandowski, advogou para Ambec e para Seba, que, segundo a Polícia Federal, são organizações criminosas. Então, eu faço um desafio aqui: o Partido Novo subscreve o requerimento do Sr. Rogério Correia, do PT, de Minas Gerais, se o Rogério Correia fizer um requerimento quebrando o sigilo do filho do Ministro Ricardo Lewandowski. Pode ser, Marcel, você que é o nosso Líder? Tá? Então, eu queria propor esse desafio.

Ministro Onyx, parabéns pela sua explanação! Eu vivi o Governo Bolsonaro, foi uma pontinha de esperança que este país viveu. O senhor foi um lutador, o senhor foi eu acho que o primeiro Parlamentar a acreditar na eleição do Presidente Bolsonaro, mas, infelizmente, o Brasil tem na sua história um carma que impede o seu desenvolvimento. Então, parabéns pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu trabalho técnico, pela tecnicidade! Não foi um Governo que loteou os ministérios em partidos políticos...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... como acontece com o atual Governo. Então, eu tenho muito orgulho de ter sido seu companheiro e torço muito pelo seu retorno.

Obrigado, Presidente Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu vou passar a palavra ao Onyx e, logo em seguida, ao Deputado Rogério Correia, que foi citado.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Não, a única... Eu só queria agradecer as considerações do Deputado Luiz Lima e dizer que o respeito e a admiração são mútuos pela qualidade do seu trabalho. Eu vi a sua chegada aqui em 2018, né? Eu o conheci lá no Rio de Janeiro, conheço a sua história, e o senhor também honra este Parlamento. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Presidente, a minha justificativa aqui coloca tudo. Não há aqui nenhum pedido de quebra de RIFs por ser advogado. Aqui é muito claro: é por envolvimento, em razão de suspeita de envolvimento em operações financeiras potencialmente irregulares relacionadas à União Brasileira de Aposentados da Previdência (Unibap), que já foi esclarecido aqui diversas vezes que poderia ter, sim, relação com a assinatura de ACTs vinculados àquilo que o Ministro e o pai dele na época... Foi feita essa assinatura de ACT. Quer saber se houve envolvimento dele. Então, portanto, não há nada que se convoque algum advogado, apenas para ficar claro. Agora, o Partido Novo, esse, sim, é citado em RIF aqui na CPMI. Depois vocês vão... Vamos tratar também desse assunto.

Mas, Presidente, aproveito aí esses quatro minutos que tenho para dizer a V. Exa. que a CPI não pode, esta CPMI não pode ficar aqui num embate entre Governo e oposição com alguém que é convidado para fazer este papel de fazer defesa do Governo, porque isso pega mal para a CPMI, fica parecendo mesmo armação de uma *pizza*, um comentarista de assuntos sobre qual é a trajetória política que o país vive. É por isto que, de vez em quando, existem críticas à CPMI, porque ela vira um bate-boca com essa comprovação. Então, um Deputado do Governo ou um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador faz uma observação e aí quem veio convidado vai falar sobre aquela observação política que nada tem a ver com a CPML. Eu acho isso engraçado para se fazer defesa do Governo Bolsonaro.

Mas, se o assunto é Governo Bolsonaro e o que ele foi, houve, sim, mortes de 700 mil brasileiros e brasileiras durante a pandemia e foi por opção política, porque ali havia o negacionismo impressionante do Governo Bolsonaro. Negava a vacina, receitava cloroquina... Vocês se lembram? "Tome cloroquina." Tossia, dizia que o pessoal podia sair para a rua porque aquilo era uma gripezinha. Isso tudo foi o Presidente Jair Bolsonaro. Do ponto de vista da Constituição, é um desrespeito completo. Vai ser preso, né? Não sabemos se é dia 13 ou 14. Já tem aí uma aposta nas redes, se ele vai para a Papuda dia 13 ou para a Papuda dia 14.

Ele tentou dar um golpe no Brasil, foi isso que o Governo Bolsonaro fez.

No que diz respeito à roubalheira do INSS, nada absolutamente foi feito durante o Governo Bolsonaro. Eu repito isso. Nada absolutamente. O que se tentou fazer através de medida provisória, ela se encerrou terminando qualquer possibilidade que o aposentado pudesse refazer, se ele queria ou não continuar o seu desconto. Isso foi feito porque Jair Bolsonaro não vetou o que estava dentro de uma medida provisória que ele enviou, armando-se, portanto, tudo aquilo que possibilitou um aumento em massa de desconto de filiados. Um aumento em massa das entidades que receberam ACTs no Governo Bolsonaro.

A gente mostra o gráfico, eles dizem: "Ah, mas o gráfico não tem números". Estão os números aí ao lado do gráfico. Cada entidade ali, quanto que ela recebeu naquele momento, como é que aquilo cresceu. E eram todas entidades que foram feitas naquele período. Ali é que há o crescimento vertiginoso. Prepararam para que a corrupção acontecesse. O azar deles é que entrou não a continuidade do Governo Bolsonaro, que achava que ia ganhar a eleição. Achava primeiro que nem ia eleição ter, depois achava que ia ter golpe, achava que ia ficar no Governo de todo jeito. Armaram tudo para roubar. O problema é que entrou o Presidente honesto, e aí sim colocou o dedo na ferida.

Pode dizer que é a imprensa, pode sorrir, sorria mesmo, é o seu papel vir aqui para fazer sorriso e não explicar nada. É apenas isso que veio fazer aqui mesmo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas é isso. Portanto, o que foi feito foi exatamente isso.

Hoje virou esse circo. Ele vem aqui fazer defesa do Governo Bolsonaro, mas explicar mesmo o que aconteceu... Por que essas entidades fizeram o que fizeram, roubaram tanto? Por que ele não foi lá na Polícia Federal e colocou a Polícia Federal para investigar, como o Presidente Lula fez? Por que não falou também na Advocacia-Geral da União, na Controladoria-Geral da União? Por que não parou os descontos? Por que continuou os descontos? Por que deixou essas entidades, entidades essas de pilantragem, que não tinham nada a ver com o aposentado, ter um decreto para fazer? Isso não se esclarece.

Veio aqui fazer defesa do Governo Bolsonaro. E o Governo Bolsonaro já é passado. Ele não vai voltar, vai ser preso, 27 anos de cadeia. Eu acho até pouco, pelo tanto que fez e queria acabar com a democracia no Brasil. Isso já está julgado. O povo brasileiro já derrotou Bolsonaro e foi o único que foi derrotado quando estava no Governo, de tão ruim que foi este Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, antes de dar sequência aqui nos trabalhos, só fazer um comentário rápido aqui com todos os senhores sobre essas questões dos posicionamentos dos depoentes.

Esta é uma Casa política. Esta é uma CPMI política. A nossa investigação se dá no âmbito de um poder político. Então, é normal, e eu vejo isso com muita tranquilidade, que depoentes venham aqui e se posicionem. Assim como o Sr. Onyx, que está aqui, se posicionou, veio aqui o Ministro da Controladoria-Geral da União, disse que era filiado ao PT, se posicionou. Veio o Sr. Stefanutto, disse que tem lado a favor do PT, se posicionou, é um direito das pessoas, não é, de colocar. Isso não tira em nada o mérito dos nossos trabalhos aqui, a meu ver, porque o nosso objetivo principal é nós chegarmos ao final da investigação.

E eu quero comunicar aqui que esta Presidência acaba de encaminhar os ofícios ao Presidente da Câmara dos Deputados e à Polícia Federal solicitando a proteção do Deputado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Duarte Jr. e da família, diante das ameaças recebidas por parte de um Deputado Estadual citado aqui pelas investigações.

É dever constitucional desta Presidência da Comissão garantir que todos os membros tenham autonomia para atuar livres de todas as ameaças e constrangimentos ilegais.

Mais uma vez, enfatizo a minha solidariedade com o Deputado Duarte Jr., nosso Vice-Presidente, e espero que ambas, Câmara e Polícia Federal, cumpram logo a orientação desta Comissão e confirmem proteção policial ao Deputado Duarte Jr., para que haja tranquilidade na chegada do novo filho – a esposa está para dar à luz aí nas próximas semanas.

E fica um recado a todos aqueles que são citados aqui e que serão citados futuramente: nós não vamos admitir nenhum tipo de ameaça. Todos aqueles que se dirigirem aos membros desta Comissão de forma ameaçadora serão levados à investigação da Polícia do Legislativo e receberão, naturalmente, as suas consequências pelos atos.

Eu passo a palavra ao Deputado Duarte Jr. para sequência dos trabalhos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. o adiamento da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O Senador Izalci Lucas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Gostaria de pedir o adiamento da minha fala. Hoje foi realmente um dia atípico. Eu estou organizando aqui os documentos para poder fazer os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas quero mais uma vez agradecer a V. Exa. pela forma como me recebeu, agradecer a esta Comissão pelo deferimento, de ofício, dessa solicitação, para que a gente possa continuar com essa atuação que é tão importante para o país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa sua adesão tem um caráter simbólico – Bourdieu fala com muita clareza do caráter simbólico das ações, das coisas –: tem o simbolismo muito claro de que esta Comissão não vai se curvar àqueles que tentam se blindar por força de um mandato, que deve ser usado de forma transitória para servir às pessoas, mas jamais para se servir, muito menos para servir a interesses clandestinos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero aqui deixar muito claro para os Parlamentares dessa CPMI, principalmente para os da esquerda, que nós não estamos aqui para blindar ninguém. Aprovamos o requerimento para a oitiva do Ministro Onyx, ao contrário do que a esquerda fez com alguns requerimentos. A esquerda blindou o irmão do Lula, o famoso Frei Chico, que de frei não tem nada. Fizeram o mesmo também com o Edson, que queria vir aqui depor, aqui na CPMI, e a esquerda rejeitou o requerimento. Nós não podemos nos esquecer também da agência de viagem, que teria muito a explicar aqui nessa CPMI. Recebeu milhões nas compras de passagem da Contag, e, ao que me parece, passagens superfaturadas.

Que fique claro para quem está assistindo aqui: a esquerda não quer saber quem roubou os aposentados. Eles querem é criar a sua própria narrativa e apontar que o culpado é o Bolsonaro, é o aposentado, sou eu, é você, você que está em casa, e qualquer um, menos os protegidos deles.

Detalhe que Bolsonaro foi o único Presidente a enviar uma medida provisória que endurecia a fiscalização do INSS, a MP 871, de que eu fui o Relator. Foram 253 emendas contrárias ao cadastramento – 253 – e 15 para excluir. Isso é o que aconteceu de fato. E, inclusive, aproveitando para esclarecer: entreguei para o Relator a nota dos peritos. Eu estive na transição com os peritos. E a demanda dos peritos era: primeiro, transferir os peritos para o Ministério da Economia; segundo, seguro-defeso, porque estavam roubando muito no seguro-defeso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui em Brasília, se pegassem os pescadores, não cabiam em volta do lago. E que continua. Agora foi para quase 3 milhões de seguros-defesos no Brasil – além da questão das aposentadorias, em que bastava a declaração do sindicato, que na época era Contag.

Não havia nenhum questionamento com o desconto associativo. E quando foi brincado aqui com os vermelhos, a associação mandou aqui uma nota oficial para esta Comissão.

Bem, lembrando que já foi dito aqui várias vezes, por vários depoentes, que a farra dos descontos e essa roubalheira toda explodiu exatamente no Governo Lula.

Não teve transição, não, nesse Governo Lula? Teve 2023, 2024; cresceram exponencialmente os descontos, passando para 7 milhões de aposentados. Era um e... passou para 7 milhões. Será que ninguém viu isso? Por que não mudaram, então, em 2023, 2024, 2025? O Presidente Lula tomou providência nenhuma. Quem foi afastado, foi afastado pela polícia... pelo Judiciário. Isso só foi avançado em algumas instituições, principalmente o Sindnapi e a Contag, que sequer poderiam ter ACT assinado. Só foi realmente tomada providência no sentido de apurar depois que essa CPI foi instalada, a CPMI foi instalada. Cobramos isso. E aí a CGU e a AGU dizem: "Não, a Contag e o Sindnapi apresentaram uma declaração".

Aí eu olho a declaração, está lá, art. 39 da lei de 2014, que proibia a assinatura de ACTs por quem tem parente até segundo grau. Aí botaram na declaração, art. 39, inciso I, II, IV, V, VI – esqueceram do III, que é exatamente aquele que dizia que não podia ter parente até segundo grau.

Então, essa conversa fiada – não é? – de que está devolvendo um recurso... Está devolvendo porque, de fato, o que aconteceu... E nós aprovamos, inclusive, aprovamos agora na CMO, inclusive, um PLN para dar suporte para devolver, porque o dinheiro do aposentado tem que ser devolvido.

Agora, o que fizeram ainda foi este convênio, essa parceria de DPU com AGU, com CGU, obrigando o aposentado a abrir mão das questões judiciais, porque todos sabem que, por lei, eles teriam direito de receber em dobro. E aí o próprio Governo, junto com a DPU, que tinha obrigação de defender os aposentados, coloca uma cláusula obrigando-os a abrir mão das questões judiciais e impedindo quem recebesse de entrar na ação judicial.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é o que aconteceu de fato. Foram 6,3 bilhões de descontos associativos, e o pior, roubando daqueles que trabalharam a vida toda para se aposentar e viver uma vida mais tranquila.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eles roubaram não só o dinheiro, mas também a dignidade das pessoas.

Eu vou aproveitar uma parte do meu tempo para falar sobre as prisões que fizemos aqui, na CPMI. Mesmo prendendo algumas pessoas que vieram aqui, nenhuma delas é peixe grande. Precisamos, Presidente, focar em ouvir as pessoas que realmente lideraram esse esquema, para mostrar ao povo brasileiro que ninguém vai sair impune dessa roubalheira, como sempre V. Exa. e o Relator também têm colocado.

Presidente, vamos conversar com o Ministro André Mendonça mais uma vez, todo dia, para que ele emita os pedidos de prisão preventiva dos envolvidos. Até agora só tem dois presos. E com todos os materiais que recebemos – e olha que não falta é prova –, com esses RIFs quebrados, com o Coaf – não é? –, nós teríamos condições de mandar todo mundo para a cadeia – que desviou recurso.

Então, aqui mesmo, o pessoal que foi preso aqui foi ali e pagou. Esse último, inclusive, o da CBPA, já veio com a mala pronta com R\$5 mil em dinheiro – já veio com a mala pronta. Chegou lá, pagou e foi embora, né? Então, é importante.

Eu vou perguntar aqui... O Ministro já respondeu quase tudo, mas eu vou perguntar, para não dizerem que eu não perguntei nada, porque... Mas eu tenho, primeiro, uma admiração pelo trabalho de V. Sa., acompanhei o trabalho... E olhem que eu era do PSDB, não era do PL. Fui para o PL agora. Então, parabenizo realmente a seriedade que era este Governo. Eu cheguei a ser, em determinado momento, mesmo do PSDB, Vice-Líder do Governo aqui, no Congresso, e sei da importância que foi este Governo para a população.

Então, Ministro, só uma pergunta aqui... Eu gostaria de que V. Sa. me respondesse uma coisa: enquanto o senhor era Ministro, quais as medidas concretas que o senhor tomou entre julho – que foi o período que o senhor ficou – de 2021 e março de 2022 para auditar e fiscalizar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas associações que tinham ACTs firmados com o INSS, para proteger os aposentados? V. Sa. tomou algumas medidas.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Durante o período em que eu estive à frente do Ministério do Trabalho e da Previdência, nós tivemos a lei que acabou com a... Perdão, a portaria que acabou com a revisão, revisão não... com a prova de vida, prova de vida. Nós instruímos para que fosse aplicado no consignado o Sniper, que era uma mineradora de dados. Havia o interesse, e nós sugerimos que ele fosse colocado posteriormente no desconto associativo. E o INSS era instado a ter muito rigor.

O que acontece? Como a gente viu nos gráficos, como a gente viu nos números, nós vimos com clareza, Senador Izalci, que, no nosso período, não houve explosão. Em várias áreas do Governo, como o próprio Senador por Santa Catarina, que foi Secretário Nacional da Pesca, mostrou aqui, nós aplicamos essas técnicas, como o Sniper, no seguro-defeso e conseguimos encontrar milhares e milhares que de pescadores não tinham nada e nós conseguimos economizar, naquele ano, R\$1,5 bilhão de dinheiro público.

Nos diversos benefícios existentes no ministério, com a aplicação e com a determinação de acompanhar *pari passu*, nós conseguimos reverter fraudes no BPC, nós conseguimos reverter fraudes nos diversos auxílios existentes.

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Ou seja, nós trabalhamos para que o dinheiro público fosse preservado.

Há uma grande diferença do nosso Governo com os demais: nós protegemos o dinheiro do cidadão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só porque está encerrando o meu tempo, eu tenho várias perguntas, mas V. Sa. já respondeu praticamente a todas. Eu ia fazer as mesmas perguntas, mas o Relator já perguntou.

Então, eu quero aqui, Presidente... Fica muito claro que o INSS foi invadido realmente por pessoas que faziam parte desse esquema criminoso que roubou bilhões dos nossos aposentados. E reafirmo aqui que precisamos chegar nos culpados e colocar atrás das grades todos eles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabênizo, mais uma vez, a vinda aqui do Ministro Onyx, que deu aqui uma aula realmente do que deveriam ser todos os governos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Apenas para destacar

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... agradeço V. Exa. pela oportunidade –, destacar aqui que nós temos 20 alunos pertencentes às cinco regiões do nosso país. Eles vêm da 15ª edição do programa de intercâmbio jurídico da Presidência da República. São selecionados por edital, estão extremamente interessados nesta CPMI, no andamento da CPMI, são jovens que sonham. E aqui, agradecendo também a presença da OAB, que está cuidando das nossas prerrogativas – é importante a presença de vocês –, gostaria de saudá-los e dizer que, sim, vale a pena fazer justiça neste país, vale a pena estudar o direito, vale a pena estudar. Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Sejam bem-vindos todos os estudantes! (*Palmas.*)

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, caro Relator *ad hoc*, Senador Marcos Rogério, na sua pessoa quero cumprimentar o Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que está fazendo um excelente trabalho, demonstrando que esta CPI não tem lado, esta CPI quer encontrar a verdade, e fez perguntas, sem dúvida nenhuma, desconfortáveis – e é assim que um Relator deve agir, porque são perguntas necessárias que precisam ser feitas –, que foram respondidas. Então, depois de cumprimentar V. Exa., Relator, e o Presidente, eu quero





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar o Deputado Onyx Lorenzoni, Ministro Onyx Lorenzoni, porque ele, além de estar aqui contribuindo com esta CPMI, tem respondido, de fato, todas as perguntas.

Nós vimos o ex-Ministro Lupi, quando eu comecei a fazer algumas perguntas que eram desconfortáveis, não quis responder, decidi ficar calado. O senhor em nenhum momento utilizou aqui o direito ao silêncio. E eu gostaria de elogiá-lo por isso, porque, se tem um ressentimento grande desta Comissão, são os *habeas corpus* que são concedidos pela STF, que o senhor também não buscou – também não buscou –, como a maioria dos demais aqui buscaram, e o fato de ter respondido a todas as perguntas...

Então, quero aqui elogiá-lo por essa postura, sem contar que eu aqui também preciso fazer um reconhecimento à trajetória do Onyx Lorenzoni, uma pessoa que eu acompanhava como representante Parlamentar do meu Estado do Rio Grande do Sul, com muito orgulho, desde antes de sonhar um dia estar sentado aqui nesta cadeira, no Senado da República, participando de uma CPMI, justamente porque eu o acompanhava, antes ainda, como Deputado Estadual lá no nosso estado, como uma das figuras que mais ia atrás da verdade e conquistou muita coisa, no momento em que a verdade ainda valia muito no Brasil. Pelo menos para mim continua valendo, mas, lamentavelmente, para um setor da nossa elite, em particular aquele no Judiciário, na cúpula do Judiciário, o trabalho feito no passado, que era em busca da verdade, virou um grande engodo, uma grande narrativa, a ponto de termos o maior líder do esquema que V. Exa. ajudou a denunciar, e foi um dos protagonistas na denúncia, ser hoje Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas dias melhores virão em que a verdade voltará a ser a coisa mais importante, e nós voltaremos a ter um presidente que orgulha o Brasil e ministros que busquem o melhor para o seu país, como foi o seu caso – eu sou testemunha disso –, como Ministro que foi do Presidente anterior, do Presidente Jair Bolsonaro.

Mas, obviamente, querer fazer o bem não significa conseguir e querer acertar não significa sempre acertar.

E aí eu quero começar com uma pergunta que pode ser um pouco desconfortável, Ministro Onyx, mas eu sou conhecido aqui nesta CPMI por fazer as perguntas confortáveis ou desconfortáveis para todos da mesma maneira. O senhor disse, no início do Governo, se não me





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

engano, já foi no dia 1º ou 2 de janeiro, e saiu em todos os jornais: "Queremos 'despetizar' o Governo", ou melhor, "'despetizar' a Esplanada". No entanto, o que nós vimos? Apesar de V. Exa. ter feito um decreto com mais de 300 exonerações logo em seguida, nós vimos que boa parte daqueles que assaltaram a República ao longo dos anos em vários órgãos permaneceram e para outros tantos voltaram. Um deles é o Sr. Virgílio, que é tido como um dos maiores ladrões do INSS do Brasil – sua esposa, Thaisa Hoffmann, esteve aqui, ele próprio também – e que teve o seu primeiro cargo de comissão – isto os petistas odeiam que a gente lembre – em 2008, em 2008, no segundo Governo do Lula. Depois, foi para o Governo da Dilma; esteve no Governo do Temer; acabou indo também para o Governo do Bolsonaro. E aí eu acho que V. Exa... Por mais que tenha se surpreendido com o currículo do ex-Ministro Oliveira, acho que o senhor cometeu talvez o mesmo equívoco que eu cometi quando eu li só o currículo antes de ele falar aqui, achando que ele era uma pessoa extremamente preparada, porque nem do seguro-defeso ele soube dizer exatamente como fazia para protocolar e para conseguir depois, e foi ele que botou o Virgílio, durante o Governo Bolsonaro, como Procurador-Geral do INSS. E aí eu pergunto: por que não deu certo a "despetização" do Governo Bolsonaro, Ministro Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Bom, Deputado Marcel, tudo que o senhor falou a meu respeito eu devolvo pela admiração e o respeito que eu tenho pelo senhor e pelo belo trabalho que o senhor faz no Parlamento Brasileiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Queria deixar claro o seguinte. Eu tinha um conceito de que, ao longo dos 16 – quase 16 – anos do primeiro ciclo em que o Partido dos Trabalhadores ocupou o Poder Executivo, é da natureza deles fazerem o aparelhamento da máquina pública. Isso eu conheci na Prefeitura de Porto Alegre em 1988, acompanhei toda a trajetória. O PT foi fundado no Estado de São Paulo pelas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica junto com os sindicatos, mas ele se desenvolveu de maneira muito intensa no Rio Grande do Sul. Por quê? Porque nós temos uma matriz do cara que vem lá do castilhismo, do borgismo, depois passou pelo getulismo, evoluiu para o janguismo, chegou ao brizolismo e acabou no colo do petismo, não é? Então, lá, nós conhecemos bem. As pessoas olham para o Sul do Brasil e acham que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são iguais, e eu sou a prova viva disso. Eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou a única pessoa de direita do Rio Grande do Sul que em 32 anos conseguiu ganhar um turno eleitoral. Não são três dias, não são 32 dias, são 32 anos, não é?

Mas eu queria dizer o seguinte. Eu fui muito criticado internamente, porque eu realmente tirei todo mundo de onde eu podia, que era a Casa Civil. E levei aí uma semana, mais ou menos, para colocar todo mundo de volta, mas eu sabia quem era, por que era e por que não estava. E eu tive dois episódios no Governo em que eu acabei muito criticado internamente. Esse...

É porque a burocracia estatal é muito poderosa. A burocracia estatal é tão poderosa que ela acabou com a Federação brasileira. A partir do Governo Fernando Henrique para cá, só se desenvolveram contribuições no Brasil. Por quê? O tributo... Tributos diversos. Não tem mais imposto. Isso tem uma lógica. A lógica de concentrar poder em Brasília para garantir que o de mais baixo cargo ganhe como Ministro... Em poucos anos, ganhe como Ministro do Supremo, ganhe o teto. O Senador Izalci conhece bem isso. E, quando foi feita a renegociação da dívida, que começa lá no Fernando Henrique também, foi construído o processo para subjugar os governos estaduais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só vou pedir se puder ser...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E a nova...

Ah, desculpe, não vou lhe tirar o tempo.

E a nova, essa reforma da tributária que está aí, acaba com a Federação brasileira e vai gastar muito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor pode depois comentar.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Por quê? Porque o Governo, que também por uma decisão e uma sugestão minha ao Presidente, extinguiu 21 mil cargos em comissão. Foi o único Governo que fez isso na história do Brasil. E eu sofri, à época, muitas críticas por ter feito isso. É por isso que não avançou para outros ministérios, porque cada ministro tinha autonomia para fazer o que quisesse.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu pergunto isso, Ministro, porque a gente vê, inclusive, nesta Comissão, não só Deputados do PT ou da esquerda que não assinaram a CPMI





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e hoje posam de investigadores, que não são, que fazem muito mais política do que qualquer outra coisa, mas Deputados inclusive de alguns partidos de centro que dizem aqui... Hoje mesmo, eu vi um discurso inflamado, de que são a favor de investigação, contra o roubo dos aposentados, até a Bíblia é citada, mas que blindaram aqui o Frei Chico, a Danielle Fonteles, o Milton Cavalo, o Paulo Boudens, o Edson Claro... Isso me deixa louco, indignado, porque no fundo isso aconteceu também no Governo Bolsonaro. Eu sei que muitas vezes...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... a despeito de opiniões internas como a sua, de um aparelhamento do PT e de outros corruptos aliados ali que levaram o Brasil a essa situação aqui.

A Thaisa Hoffmann criou a empresa dela depois da eleição do Lula, o CNPJ foi criado dois dias depois da eleição, assim como o Domingos Sávio... Estavam prontos já para começar a assaltar os cofres públicos e acontecer essa escalada que foi dada depois, ou seja, durante o final do Governo Bolsonaro, já estavam começando a planejar e colocar em prática o saque que aconteceria depois, com a explosão do número de filiados, com a explosão do número de lotes que foram passados com mais de 50 mil pessoas e, claro, toda essa engrenagem que se repete com todos os demais CNPJs.

Então, e para concluir, Sr. Presidente, eu quero aqui desejar mesmo que essa boa intenção que o Governo Bolsonaro teve, principalmente representado naquelas medidas iniciais do Onyx Lorenzoni – eu ouvi também do Rogerio Marinho e de tantos outros –, a melhor das intenções e os empreendimentos para um Brasil melhor, que, quando o Brasil for governado de novo pela direita, Senador Marcos Rogério – e que seja agora, já em 2027 –, não perca mais a chance de "despetizar" a máquina, que as críticas internas não sejam maiores do que a vontade de lutar pelo Brasil "despetizando", de fato, a máquina pública e acabando com essa corrupção endêmica, explosiva, que estamos vendo neste momento no Governo Lula, inclusive assaltando o bolso dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Parabéns, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, quero saudar todos os meus pares aqui, Deputados, Senadores; saudar aqui a nossa testemunha à mesa, testemunha não, nosso depoente; e dizer, de antemão, Ministro Onyx, que eu vou deixar que V. Exa. faça as considerações que achar conveniente ao final da fala, para ganhar um pouco de tempo aqui.

Eu tenho tido o cuidado de, primeiro, observar o que está sendo dito, avaliar, ver se há alguma situação nova... Esta é a 23ª Reunião, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência. Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É a 23ª Reunião.

E nós temos aqui quase 30 mil pessoas assistindo ao vivo no YouTube do Senado da República, o que mostra que são aposentados, na sua grande maioria, interessados no que está acontecendo aqui.

E acho muito importante o trabalho que está sendo feito pelo Relator, porque, apesar da disputa política, ele tem tido o cuidado de buscar dados e está construindo um relatório vigoroso. Não tenho dúvida nenhuma de que, ao contrário do que torcem e esperam, esta CPI não terá pizza no final.

E preciso fazer um registro. O então Deputado, ilustre Ministro – porque quem é Ministro leva esse título, não é? – Onyx Lorenzoni foi, ao longo do nosso conhecimento e relacionamento, sempre uma referência de sobriedade, de bem exercer a administração pública, de fazer o seu melhor, de ter espírito público.

E V. Exa. dá aqui um *show* de conhecimento e de segurança. E quem não deve, Ministro, não teme. V. Exa., de cabeça erguida, às vezes um pouco exasperado pela forma como é rotulado por aqueles que fazem parte hoje do Governo – de algumas formas, até meio desqualificantes –, tem a justa indignação de um cidadão de bem. E V. Exa. veio aqui com o intuito de contribuir e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está aqui, como foi dito pelos que me antecederam, de cabeça erguida, sem *habeas corpus*, respondendo tranquilamente a todas as indagações que lhe são dirigidas.

Mas eu queria chamar a atenção àqueles que estão nos acompanhando e aos nossos pares: mudou a narrativa do PT. Eis que muda a narrativa do PT na 23ª Reunião!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala, senhores.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É importante, porque isso é uma novidade. Eu estava até achando meio monótona a conversa do PT. Mudou, Presidente, mudou. Foi dito aqui, cinco ou seis reuniões, que o ovo da serpente era a mudança feita em 2016, quando se permitiu que as associações sem carta sindical – coloque a primeira na tela, por gentileza – pudessem entrar no jogo das associações, receber recursos associativos. Bem, pois muito bem, agora o discurso é outro. Agora é o decreto feito em... É o Decreto nº 10.537, que foi feito em 2020. E esse decreto permite a cobrança de pensionistas e de outras associações. Bom, cobrança de pensionistas, desde 1994, é possível, senhores. Não há novidade, vou provar aqui. Eles falam que a revalidação foi colocada por terra pelo Presidente Bolsonaro. Àqueles que nos ouvem, de novo, aqui, Professor Marinho: nunca houve revalidação de cadastro. Nunca. E o PT governou, antes desse processo, 14 anos, agora tem mais três anos, até agora não fez e está no Governo. Então, o PT se omitiu? Prevaricou? Ele nunca fez. Quem apresentou um projeto nesse sentido foi o Presidente Jair Messias Bolsonaro. O primeiro projeto que tratava da administração no seu Governo, dia 18 de janeiro.

Aí está a carta sindical, o ovo da serpente, o pedido da Conafer... E olhem quem foi que deu a procuração! O Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, aquele que veio aqui, que disse que era progressista.

Mas volte à tela anterior, por favor.

Zé Carlos, Carlos Veras, Paulo Paim, Bohn Gass, Zé Neto, Paulo Rocha... Exemplos de algumas emendas que foram apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores contra a revalidação!

Olhe, eu acho que a história é interessante, porque ela preserva essas pegadas. Então, não só trabalharam contra a revalidação como votaram contra todo o escopo da medida antifraude.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou queriam manter a fraude ou queriam manter a boquinha desse sindicalismo pelego que existe no Brasil, desde 1943, da República sindical.

Agora pode passar.

Alessandro Stefanutto, que foi defendido aqui pelos Parlamentares do PT, está aí; é o ovo da serpente, que mudou.

Passe a próxima tela.

Aqui a prova, senhores. Esse extrato é de fevereiro de 2021. Eu vou manter aqui, e, depois, vocês podem disponibilizar para os outros Parlamentares, porque eles vão ter que inventar uma outra moda, uma outra narrativa na próxima reunião. Está ali ó! Pensão por morte: o primeiro, o segundo, o terceiro e o vigésimo primeiro. Tem quase 150 mil associados da Contag que contribuíam – 150 mil associados da Contag – como pensionistas. A Contag transgrediu a lei? A Contag prevaricou? A Contag assaltou os pensionistas, porque cobrou deles uma associação indevida? Não, senhores! Já era permitido desde 1994. É bom vocês mudarem a narrativa na próxima reunião.

Passe a próxima.

Estão fazendo comparação ética entre os dois Governos. Está aí o legado do PT ó: 2004, escândalo dos bingos; mensalão; alopados; Palocci; Operação Porto Seguro; Valec/Dnit; Erenice Guerra; convênios irregulares; Lava Jato; fundos de pensão; e, agora, o INSS. Aí fazem comparação ética com o nosso Governo, um Governo que não roubou nem deixou roubar.

Passe. Pode passar a próxima.

Eu vou parar aqui e vou falar rapidamente aqui.

Um Presidente da República que está sendo condenado – e pode ser preso, é verdade – por um pretenso golpe de Estado, "um crime político", entre aspas, "um crime político", entre aspas. Vocês sabem por que o Presidente Lula estava preso? Não foi por isso. Corrupção passiva e lavagem de dinheiro. E o que é que mudou na questão do Presidente Lula? CEP: "Ah, não devia ser em Curitiba, tinha que ser em Brasília, anula, volta tudo atrás".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui... Outra comparação ética importante. A entidade que foi colocada aqui contra o Ministro Onyx: "Ah, o senhor era Ministro, e o seu filho trabalhou numa entidade que recebeu R\$180 milhões". Verdade. Acontece que o primeiro contrato dele é de outubro de 2020 a abril de 21, e o Ministro Onyx não era Ministro da Previdência; e o segundo é de junho de 2022 a setembro de 23, e o Ministro Onyx era ex-Ministro. Aí qual é a diferença? O Ministro Lewandowski dá uma entrevista dizendo o seguinte: "Não há conflito de interesse o fato de o meu filho ser advogado da Ambec e da Cebap" – que levaram R\$700 milhões. Essa é a diferença ética entre dois Governos.

Passe.

Mas não se estranha, porque está aqui, este é um padrão ó: Marília Góes, Renata Calheiros, Rejane Dias, Aline Peixoto, Onélia Santana... Todas têm uma característica e um padrão: são esposas de Ministros deste Governo, são extremamente competentes e foram indicadas por eles para serem Conselheiras do Tribunal de Contas do estado. Esse é o padrão ético de um Governo contra o outro Governo.

Passe.

Se diz que Onyx recebeu R\$60 mil aqui de uma doação feita às claras, transparente e declarada. O.k., o Ministro já colocou quais foram as condições: campanha majoritária, não conhecia todos os doadores, mais de cem, alguém deve ter feito a contribuição a pedido e quis ajudá-lo. A diferença está ali ó: nessa foto, esse cidadão da direita aqui... Como é o nome dele? Leandro, Leandro... Alguém me ajude aqui com esse nome.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Leandro Fonseca. Quem é Leandro Fonseca? A pessoa ligada ao pai do atual Ministro Wolney. E o que é que aconteceu aí? Dois meses depois, ele recebe R\$50 mil da Prospect. Essa não foi declarada, Presidente; essa não foi às claras; essa não foi transparente; mas é claro que a gente vai comparar, aqui, padrões éticos.

Passe, por gentileza.

Para mim, a coisa mais óbvia foi essa... Eu tomei emprestado de V. Exa., Ministro, esse número aqui, que eu demonstrei em gráficos, mas ele fica tão bom de mostrar dessa forma. De 2019, nós tínhamos 2,778 milhões de descontos associativos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em 22, quando terminou o Governo, tinha 72 mil a menos. Aí falam de explosão no Governo Bolsonaro!

No Governo Bolsonaro, 9 ACTs foram retiradas de uso, e mais de 800 mil associações foram retiradas. No Governo do PT, foi para 7,491 milhões; as reclamações, que eram 50 mil por ano ou 40 mil por ano, aumentaram para 1,5 milhão por ano. E o Governo do PT disse que eles resolveram o problema. Não, eles não resolveram, não; eles foram obrigados a acordar pela ação da Justiça em função de uma provocação da imprensa – bendita imprensa, quando faz o seu trabalho de jornalismo investigativo.

Então, contra fatos, infelizmente... Eu sou obrigado a voltar aqui sempre para falar da mesma coisa, mas, desta vez, com uma novidade, porque o PT mudou o ovo da serpente, só que mudou errado. Na próxima, certamente, eles vão arranjar uma outra narrativa, para ficar mais divertido, aqui, o trabalho.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço, Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra o Deputado Welter.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Para interpelar.) – Meu boa-tarde a todos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde, Excelência!

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – ... Senador Viana, querido Relator Alfredo Gaspar, depoente Onyx e colegas que estão aqui.

Para mim, é uma honra estar aqui para poder apurar e investigar, doa a quem doer. Eu acho que isso é imprescindível numa CPI.

Eu acredito que o Relator deve se debruçar demais sobre essa temática e está fazendo isso – eu vejo isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tenho a impressão de que o nosso depoente – eu vi – passou, com uma clareza na sua fala, como se não tivesse nada a ver com o que está acontecendo e o que aconteceu no INSS. E o afrouxamento das normas e das regras que facilitaram os ACTs, na minha visão, foram flagrantes. E aí eu vou... Dá a impressão de que liberou geral na época. Aí, o senhor disse que não tem nada a ver com isso; aí, se vangloria, inclusive, de decretos. Aí, o senhor, na minha visão, era um superministro, porque o senhor coordenou a transição do Governo, o senhor foi Chefe da Casa Civil e, aí, vetou, por exemplo, dois artigos relevantíssimos. E ali, para mim, é que foi o estouro da boiada para oportunista ligar... Jogou para os... Para ligar para pensionista, que, muitas vezes, de forma inocente... Vendem uma impressão, e ele autoriza o desconto. V. Exa. não atuou... V. Exa. permitiu que não se contemplasse na legislação, de que V. Exa. se vangloria, o art. 124, que proibia a transmissão de dados de beneficiários do INSS a terceiros para fins de *marketing* e captação de clientela. V. Exa. se omitiu, na minha... V. Exa. tinha que ter orientado o Presidente da República da época a não vetar estes artigos: os arts. 124-E e 124-F. O 124-F tratava do seguinte, vedava o *marketing* ativo e a oferta de crédito consignado sem autorização expressa, qualificando tais práticas como assédio comercial. V. Exa. não devia ter vetado isso. Isso liberou geral para que inocentes, aposentados e pensionistas caíssem nesses *telemarketing*, de forma oportuna; e aí, sim, realmente, comprometeram-se muitas coisas.

Outra coisa que é importante: coincidência ou não, após a MP 871/2019, porque, se não houvesse... Aliás, é o decreto de que V. Exa. também fala aí. Se não houvesse esse decreto, somente as entidades exclusivas de aposentados poderiam fazer esses ACTs. Isso permitiu, inclusive, depois dessa medida de V. Exa., que o próprio filho seu, por coincidência, passasse a advogar para Unibap, e só essa entidade, diga-se de passagem, recebeu mais de R\$187 milhões.

Veja só, meu caro depoente: Amar Brasil também, do Sr. Felipe Macedo, que doou para V. Exa. R\$60 mil para campanha, mesmo sendo de fora do seu estado – ele é de São Paulo... Alguém fez *lobby* para ele depositar esse dinheiro na sua conta. Se é legal, prestou conta... Mas doou.

O Governo Lula, que V. Exas. tanto criticam, já é tri e pode ser tetra, viu? Acho que vocês estão preocupados. O Governo Lula mandou investigar, mandou apurar... O erro talvez nosso foi não ter deixado, ainda, em cargos-chave, alguns que começaram essa trama por dentro do INSS. Mas AGU, CGU passaram a investigar, apurar e subsidiaram a Polícia Federal, por isso que estão acontecendo essas investigações, inclusive com prisões. Só nesse período, veja só, os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados... O dinheiro está sendo devolvido. Até o dia 14 deste mês, mais de 3,5 milhões de aposentados já terão seu dinheiro devolvido. Em torno de R\$2,4 bilhões que serão devolvidos para os aposentados.

A derrubada dos artigos a que me referi antes aqui – porque vocês vetaram esses artigos – , isso lesou milhões e milhões de aposentados. Continuou quando o Lula assumiu? Continuou, mas a gente identificou, investigou, apurou e está devolvendo o dinheiro. Essa questão... E o senhor me responde no final se o senhor tem ou não tem participação nisso. V. Exa. precisa dizer para esta Comissão se, de fato, o senhor tem clareza de que, no período em que o senhor foi Ministro, houve ou não houve o afrouxamento das regras.

E eu queria me dirigir também ao Relator para interpretar esses artigos. Sr. Relator, querido, eu queria me dirigir... Que o senhor preste muito carinho a esses dois artigos a que eu me referi, que foram vetados na regra que ele falou que ajudou, e no fundo atrapalhou. Vou dizer aqui: é o art. 124-E e o 124-F, que foram vetados por ele. Foi uma contribuição que a Câmara deu na época, mas foi vetado isso daí. Por isso que ficaram mais fáceis as operações de *marketing*, telefonar para todo mundo e mais gente ser inserida na... Que conseguiram os ACTs depois que ele também virou Ministro.

Então, são tantas as coisas e tantas questões que, nesse período... Por exemplo, qual foi o motivo do veto presidencial? Vejam só, ele vetou ambos os dispositivos sob os seguintes argumentos: sobreposição com a LGPD, a Lei de Proteção de Dados, a 13.709; violação à livre iniciativa... A livre iniciativa para prejudicar idoso, "veinho"? Eu achei isso um absurdo muito grande, usar esse argumento para vetar o artigo, e V. Exa. poderia ter evitado esses vetos.

Efeitos e consequências desses vetos de V. Exa.: exposição contínua de dados de aposentados e pensionistas a terceiros; assédio comercial de *telemarketing* abusivo, com oferta de crédito sem consentimento; endividamento predatório e aumento das fraudes no crédito consignado, contrariando, inclusive, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, que garante proteção contra práticas abusivas. Foi abusivo, sim. Essa ofensiva... E muitas vezes os idosos são iludidos, achando que vão ter uma grande coisa, e são os grandes prejudicados. Risco sistêmico ao INSS, ampliando vulnerabilidades e facilitando esquemas fraudulentos apurados pela CPMI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu fico por aí. Eu queria que V. Exa. respondesse se V. Exa. tem clareza que no seu período houve um afrouxamento normativo das regras, porque eu, entendendo isso, lendo isso, se não tivessem sido vetados esses dois artigos... Certamente essas operações de *telemarketing* facilitaram – e muito – para que muitos idosos caíssem nesses descontos fraudulentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, por favor, Sr. Onyx.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Eu sempre tive... Aprendi, ao longo dos meus 20 anos no Parlamento, Deputado, a respeitar a assessoria técnica do Partido dos Trabalhadores. Por quê? Sempre foi uma assessoria técnica muito competente e sempre fez, dentro do seu viés ideológico, as propostas que achavam adequadas, construíram críticas... Sempre tive respeito pelo corpo técnico. Agora, das duas uma: ou nós perdemos qualidade, ou seja, o Parlamento perdeu qualidade na representação técnica do seu partido, ou eu tenho que me lembrar de Joseph Goebbels. Porque o senhor é o quinto Parlamentar que aborda o mesmo tema da mesma forma, com os mesmos argumentos que já foram sobejamente contraditados por mim, pelo Deputado... pelo Senador Marinho e por outros Deputados.

Quem era Joseph Goebbels? Chefe da propaganda do Partido Nacional dos Trabalhadores Alemães. Ou seja, minta, que a mentira vai se tornar realidade.

Eu compreendo toda a dificuldade que os senhores têm de tentar justificar o injustificável. Ou seja, todas as medidas na história de desconto associativo e consignado, neste país, foram tomadas pelo Governo do Presidente Bolsonaro, pelo Senador Rogerio Marinho, por mim – todas. Eu lhe pergunto claramente o seguinte: qual a medida tomada pelo Governo Lula em relação a fazer fiscalização de descontos associativos e consignados? Sabe o que vai acontecer? Não tem resposta, porque não foi feito nada. Nada. O Governo recebeu denúncia do TCU, o Governo recebeu denúncia da CGU, 2003 e 2004, e nada fez. As medidas foram tomadas pelo atual Governo depois que a Polícia Federal e a Justiça se moveram, 2005.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar muito claro ao senhor que de toda essa construção eu compreendo a necessidade. Eu tenho capacidade de compreender que vocês têm que cumprir uma missão de defender o Governo. Agora, eu tenho clareza – e os números que eu trouxe aqui provam de maneira clara, meridiana – de que a explosão aconteceu a partir de janeiro de 23, da mesma forma como aconteceram a partir de janeiro de 2003, de 2009, de 2015... de 2011 e de 2015, ou seja, lamentavelmente – e eu lamento que seja assim –, o Governo que o senhor defende tem aquele rol de fatos de corrupção, desvio de dinheiro público, relatados pelo ex-Ministro e atual Senador Rogerio Marinho.

Então, eu compreendo a sua circunstância, só que eu a refuto absolutamente. Eu penso diferente, nós governamos de maneira diferente e essa diferença está ficando cada vez mais clara pela repetição em busca da consolidação daquilo que uma vez o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva disse: "Temos que ter a narrativa correta, temos que construir a narrativa". A partir daí, parece que isso virou um dogma de fé para os membros do seu partido. Isso eu lhe digo com profundo respeito e compreensão ao papel que o senhor cumpre; e eu aqui estou defendendo o Governo que eu ajudei a construir, em que eu acredito.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Pois não, Sr. Deputado Welter.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR. Para interpelar.) – Lula sustou esses descontos fraudulentos. Quando teve clareza disso, mandou apurar com veemência e, graças a Deus, as coisas estão clareando. Pararam os descontos fraudulentos.

Outra coisa importantíssima, o grupo de V. Exa. se elegeu no WhatsApp com mentiras de valores morais...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tem tréplica aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhor, não.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Espera aí, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espera aí, não, não, não.

Deixa ele encerrar para a gente dar sequência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu disputei governo. Não disputei no Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Deputado, muito obrigado, o tempo está encerrado.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) – V. Exa. tem uma retórica boa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, com a palavra a Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Relator, eu o cumprimento; também (*Falha no áudio.*) ao Duarte, esse Vice-Presidente que tem feito um trabalho incrível. Inclusive, Duarte, sua Deputada do Maranhão está aqui acompanhando.

Ministro Onyx, seja bem-vindo, tá? Mas eu fiz questão, Ministro Onyx, de, antes de vir para cá, pegar todas as notas taquigráficas de todas as reuniões, quantas vezes o senhor foi citado aqui. E eu tenho a dizer que a montanha pariu um rato. Foi o que aconteceu aqui hoje. Cadê esta sala cheia? Cadê os técnicos da esquerda e os Parlamentares da esquerda?

Sabe por que eles não estão aqui? Porque os sigilos foram quebrados. Nós já recebemos, Ministro Onyx, milhares de documentos. Nossa equipe está gastando horas lendo os documentos. Se eles tivessem encontrado uma indicação com o seu nome, um depósito, uma suspeita oficial, já teriam exibido milhares de vezes nessa tela. Não encontraram nada com todos os sigilos que foram quebrados e que já chegaram até esta CPMI. Então, nesta tarde, a montanha pariu um rato.

Mas eu não esperava nada diferente do senhor, meu Ministro, porque sei da sua idoneidade, da forma como o senhor lidou com aquele Governo, que veio para interromper um ciclo de dor, sofrimento e corrupção no país. O Presidente Bolsonaro fez isso, talvez a missão dele tenha sido só essa. Claro que eu estou sonhando com ele meu Presidente de novo em 27, mas o Governo Bolsonaro interrompeu um ciclo de dor, sofrimento e corrupção.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nesta Comissão, como não tem nada o que falar da gente, ficam criando narrativa, Parlamentares sendo orientados a criarem narrativas nesta CPML, mas não está dando certo.

Por exemplo, Bolsonaro matou 700 mil pessoas! Foi o Bolsonaro ou foi um vírus? E, se eu chegasse aqui hoje e dissesse: "Lula matou 9.211 pessoas de dengue", foi Lula quem matou? Foi o mosquito da dengue. Aí eles querem dizer que o vírus, o coronavírus, que matou, foi Bolsonaro. Bolsonaro matou gente no mundo inteiro?

Se Bolsonaro tivesse sido culpado – Ministro, nós estávamos naquele Governo – da morte de uma pessoa – uma pessoa – na pandemia, a CPI que aconteceu aqui teria prendido Bolsonaro. O que virou o relatório da CPI que aconteceu aqui? Arquivado. Cadê a Polícia Federal prendendo Bolsonaro porque uma pessoa morreu? Morreu gente por falta de respirador, mas não foi Bolsonaro, não, foi um tal de um consórcio daí. Eu nem me lembro, um consórcio não sei de onde, não sei quem estava membro desse consórcio, uns Governadores, parece que um já virou Ministro, mas aquele consórcio deixou de mandar respirador e pessoas morreram por falta de respirador. Todo mundo sabe, mas a culpa é de Bolsonaro.

Estão usando esta CPML apenas para palanque, mas quem está trabalhando de fato está vendo que nós vamos entregar, Relator, para o Brasil um relatório extraordinário e nós vamos colocar muita gente na cadeia.

Ministro Onyx, não tem uma pergunta para lhe fazer, porque você encerrou todas as nossas perguntas com a sua apresentação. Ficou oito meses como Ministro da Previdência, e todo mundo aqui que passou pelo Executivo sabe a dificuldade que é a mudança de uma estrutura de ministério, até você nomear os seus, até você ter o seu gabinete funcionando. É uma loucura, ninguém entende ou finge que não entende. De oito meses você atuou quanto? Dois meses, três meses oficialmente. Aí vêm aqui para dizer que você é culpado de tudo.

Ministro Onyx, eu quero pedir perdão por todas as vezes que te xingaram aqui nesta Comissão, mas o relatório final, as notas taquigráficas, os documentos que estamos analisando... No final, eu acho que o Parlamento vai ter que te pedir perdão, Ministro Onyx.

Parabéns por tudo que você fez naquele Governo. E continue sonhando, nós, nós conservadores, ainda vamos mudar esta nação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu Presidente está preso, está preso por um jogo de narrativa. Meu Presidente não está preso por corrupção, condenado em três instâncias; meu Presidente está preso porque disseram que ele tentou um golpe, mas o meu Presidente não saiu do Brasil, fez cirurgia no rosto para mudar o rosto, não invadiu comunidades no interior do Pará para impor uma ditadura armada no Brasil – o senhor sabe o que estou falando –, meu Presidente não assaltou bancos, meu Presidente não sequestrou embaixadores. Está preso por causa de uma narrativa, mas o Brasil está vendo, e o amor que o Brasil tem pelo Presidente Bolsonaro só cresce.

Parabéns, Ministro Onyx, por ter sonhado com um Brasil diferente e por quatro anos nós transformamos esta nação. Infelizmente, alguns voltaram para o poder, e o ciclo que interrompemos voltou tudo. Esta CPMI vai provar.

Parabéns. Parabéns, Relator; parabéns, Presidente. Duarte, manifesto novamente minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O senhor quer comentar?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Eu quero só agradecer a fala da Senadora Damares Alves. Eu acompanhei a luta e o trabalho dela para proteger os direitos humanos no Brasil, as mulheres, os aposentados e pensionistas, o pessoal do BPC, os indígenas, a luta lá pela recuperação do futuro do Marajó. Ministra, a senhora tem a admiração da sociedade brasileira, o reconhecimento, e agradeço muito as suas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero pedir à Secretaria para colocar esse vídeo. Eu gosto sempre de mostrar porque é recorrente, a gente tem que fazer o contraponto. Começar com esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Veja só, veja só, Sr. Presidente. É muito importante, eu não quis apimentar a discussão, mas, veja só, Sr. Presidente, desde o início desta CPI que eles estão aqui com a narrativa pronta e decorada. O que ocorre? No momento da transição, o hoje Senador Izalci levou a notícia, falou: "Olha, estão ocorrendo fraudes". Mas que fraudes eram essas, que eles utilizaram aqui como uma cantilena, como se já fossem os consignados? Era sobre fraudes de toda sorte que os peritos levaram, dizendo: "Olha, tem morto recebendo dinheiro aí, tem...". E o Governo monta um grupo de trabalho, e esse grupo de trabalho... A partir daí, surgem diversas linhas de trabalho em que... Surge o embrião da MP 871. E, dentro da MP 871, vem um instrumento muito interessante, que era a revalidação, que nunca existiu. E aí, desde o início da CPI, eu vejo eles dizerem assim: "Foi o Governo Bolsonaro que acabou com a revalidação e permitiu as fraudes". Ora, em 2010, meu caro Relator – 2010 –, Contag e esses tentáculos do PT já foram pegos com a boca na botija no contracheque do aposentado. Era o mesmo escândalo – 2010. E aí eu pergunto: quem era o Presidente em 2010? Luiz Inácio Lula da Silva. Quem sucedeu Luiz Inácio Lula da Silva, se é que ele não teve tempo de implantar um sistema que barrasse isso? Dilma. De que partido ela é? Do PT. E eles já... Eles, sim, tinham conhecimento dessa fraude.

E essa mesma turma, a partir principalmente de 2023, quando assume o PT, explode... Mas explode não é em termos de milionário, não; eles desmoralizaram o bilhão. Porque, nesta CPI aqui, a gente via pessoas que... Você veja bem: passaram pela conta do sujeito 300 milhões, 200 milhões. Aí, quando você ia ver, o que caiu na Contag? Bilhões. A outra? Bilhões.

Então, o PT mais uma vez desmoralizou o bilhão. Pela segunda vez, meu caro Relator, porque, da primeira vez, no escândalo da Petrobras, a moeda até mudou de nome, era por Barusco. "Um Barusco" valiam 500 milhões; "dois Baruscos", 1 bilhão; e por aí ia. E um devolvia 100 milhões, 100 milhões... Quando chegou ao final, todos eles se declararam inocentes. Não tinha Bolsonaro para eles jogarem a culpa. Todo mundo ficou inocente, mas ficou um problema: e esse dinheiro, o que é que faz? Ficou parecendo um sujeito que... Em um julgamento que eu li há pouco tempo, anularam todo o trabalho da polícia, decretou-se todo mundo inocente, aí por fim um juiz mais espirituoso falou: "E agora, o que é que a gente faz com a cocaína? Devolve para eles? Porque é tudo inocente!".

Nesse caso aqui, o absurdo do absurdo é o seguinte: o Governo implanta toda uma série de medidas para que os sindicatos e associações ligados ao PT não passassem a mão no dinheiro





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos aposentados; os defensores, todos ligados ao PT e aos puxadinhos do PT... Porque o PT tem o PT que é o plano piloto e a área metropolitana, que é PSOL, PSB... Então, em todos os escândalos que acontecem, não está só o PT no meio; estão as adjacências. Nesse caso do Rio, por exemplo, quem ajuda a defender? Às vezes não é nem o PT; é o baixo clero ali, os puxadinhos, que é o caso, por exemplo, do PSB, que entrou com um pedido para que a polícia não entrasse lá nos morros. Mas é todo um consórcio, é o "grande PT" que eu falo, é a grande... É como se fosse uma grande cidade.

E aí o que é que acontece? Eles vão – eu mostrei ali... Vocês notem que às vezes eram até inocentes, não estavam ali, mas é que mandam falar. Foi que nem aqui, na Comissão de *impeachment*, um dia um Senador falou que aquele *impeachment* era uma conspiração do FBI e da ultradireita brasileira.

E aí, um Senador mais espirituoso também disse: "Senhor, olha, eu quero que vocês perdoem, ele é estudado, mas foi Dilma que escreveu aí, porque ele não ia falar uma coisa dessas, até porque FBI cuida de assuntos internos dos Estados Unidos. Se fosse verdade, isso talvez fosse a CIA ou outro, mas foi escrito no Planalto, e ele tem que ler".

E de fato, os Deputados do PT, às vezes, cumprem missão e fazem o que está no manual e não se atentam para a sandice que é. Porque, quando você olha para o filme todo, e não *frame* por *frame*, o que você tem? Tentáculos do PT que foram no bolso dos aposentados; Bolsonaro tenta barrar; o PT, com sanha e ódio de madrasta, parte para cima, tentando evitar; o atual Ministro da Previdência entra com emenda, Líderes do PDT entram com emenda. E eu não vou citar outros que estão por aqui, para não dar art. 14, defendendo. Lindbergh não está aqui, então não tem art. 14. Lindebergh entrou com pedido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Não, você estava lá no arroz, lá no... *(Risos.)* Você estava não...

Então o que é que acontece? Estavam todos para defender quem? Os sindicatos do PT. Aí, quando chega ao final de tudo, quem roubou? Ah, Bolsonaro. Mas que diabo vai acreditar que Bolsonaro ia facilitar um esquema para passar, para ajuda do PT, para o PT? Mas digamos que ele fosse um incompetente de tudo, um tapado de tudo, um rude da cabeça, que nem minha mãe





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizia, e ainda desse esse mole. Mas eu tenho certeza de que ele não ia fazer uma coisa para beneficiar, não ia roubar para dar para o irmão do Lula. Ia? Não ia.

Então essa narrativa – e, quando eles falam aqui, eu tenho que dar o mérito – é incrível; o sujeito é capaz de acreditar. Mas é que nem a música do Zezé Di Camargo que diz: "Mentes tão bem, que parece verdade". Mentes tão bem, que chego a pensar, chego a querer acreditar.

Mas eu insisto, e é por isso que eu bato sempre nessa tecla: é preciso que a gente olhe para o filme inteiro, porque, se você recortar um *frame*, aí, sim, você vai achar, você vai tirar a conclusão errada.

E eu consigo até entender a agonia dos Parlamentares, e é por isso que, às vezes, fazem uma algazarra danada, tentam tumultuar, porque é que nem goleiro...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... quando ia defender, quando o Rogério Ceni ia bater falta. É indefensável, é no ângulo. Esse negócio aqui é no ângulo.

Então eu sei que eles estão aqui na base da minimização de danos, porque não tem jeito. Por mais que a retórica seja boa, por mais que haja um ritmo na cadência da oratória, mas os fatos são implacáveis. Os fatos se impõem. É que nem a história do golpe. Bolsonaro está preso ali. É que nem a história do golpe. Quem é que vai dar um golpe, deixar para dar um golpe depois que passou o poder? Não tem cabimento. É risível. Quem é que vai dar um golpe com um bando de velhinhas?

Então nós estamos vivendo num metaverso. Mas é uma narrativa malfeita e de mau gosto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A reunião está suspensa por dez minutos.

(Suspensa às 17 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 44 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Rogério Correia com a palavra, por ter sido citado mais uma vez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Presidente, apenas para esclarecer a citação onde eu apareço fazendo uma crítica à retirada de direitos que havia também na Medida Provisória 871.

A Medida Provisória 871 não tratava apenas dessa questão de revalidação ou da questão dos descontos do INSS. Ali, por exemplo, tinha várias questões relativas ao BPC, que, no nosso entendimento, iam limitar, e muito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... iam limitar, e muito, que os aposentados e outros...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... em especial aqueles que recebiam o BPC, continuassem com esse benefício. Então, nós fazíamos críticas a isso e propúnhamos alterações em vários sentidos.

Mas, veja bem, o que aconteceu de fato é que, no frigar dos ovos, nós terminamos o Governo Bolsonaro acabando com qualquer processo de revalidação. Foi no Governo Bolsonaro, em 2022. Isso é fato. Nenhuma revalidação mais, que estava no relatório, não houve veto do Presidente Jair Bolsonaro, porque o Ministro aqui disse que, se estivesse lá, ele faria o veto, mas não fizeram. E, portanto, nós terminamos o Governo Bolsonaro sem que ele vetasse, portanto, sem que fizesse nenhuma revalidação.

No frigar dos ovos, além de não ter revalidação, qualquer entidade que se dissesse dos aposentados podia receber ACTs – também não era assim – e várias passaram a receber os ACTs. Essas entidades aumentaram de tal maneira que levaram, posteriormente, a esse gráfico. Nisso o Zeca Dirceu tem razão: se preparou o terreno para que isso pudesse acontecer.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – As entidades credenciadas durante o Governo Bolsonaro – essa linha amarela – estouraram de ganhar dinheiro. Então, o gráfico não pode ser apenas a análise dos anos que aumentaram, mas também das entidades que passaram a ganhar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, porque as outras, que não eram do Governo Bolsonaro, mantiveram, mais ou menos, exatamente, o mesmo padrão. Ou seja: as entidades foram feitas para fraudar. Conhecem aquele filme, que é Feito para Matar? Esse é "feito para fraudar". Essas entidades foram feitas para isso, gente; a Ambec, do Careca, foi feita para fraudar. E aí a gente pega as entidades... Essas aqui estavam junto ao Ministério aqui do Ministro Onyx. Essas entidades – se o Ministro quiser os números, tem aqui. Não foi o Sidônio que fez isso, não. Essa aqui, pode saber que foi nossa assessoria, que o senhor criticou. Ela mesma fez isso, com muito cuidado.

Por exemplo, a Ambec: a Ambec foram mais de 300 milhões. Olha a curva da Ambec – se você pegar a curva da Contag, não foi essa –, olha a curva da Amar Brasil. A Ambec é do Careca, tá? A Amar Brasil é dos “golden boys” – repito –, aqueles que vieram aqui ostentar riqueza, que têm carro para baixo e para cima, esses que vieram só para roubar. Era entidade só para roubar, e elas foram credenciadas. Não tem como não se dizer isso e não se chegar a essa conclusão.

Então, aqueles que achavam que existia uma CPMI para dizer que o Governo Lula era responsável pela fraude no INSS quebraram a cara. Realmente a montanha pariu um rato. Bolsonarista adora dar tiro no pé. A CPMI... A CPMI do golpe, por exemplo... A CPMI do golpe, por exemplo, foi feita pelos Bolsonaristas, que acharam que iam provar que o problema era do Lula, que não reprimiu aqueles que queriam derrubar o Lula e quebraram tudo. Imagina, essa era a estória, com "e", contada pelos Bolsonaristas. Deu em quê? Na prisão do Bolsonaro.

Aliás, aí, pessoal, faça a enquete: a prisão vai ser 13 ou 14? Que ele vai para a Papuda, preso já está.

Agora fizeram outra CPMI que está dando tiro no pé, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... a história mostra, os fatos mostram. E apenas o Presidente Lula tomou medidas concretas.

Não existem mais e nem vão existir descontos, acabou a fraude. A quadrilha está sendo desmantelada, e os recursos estão indo para a mão, agora, dos aposentados: 5 mil, 6 mil, 3 mil, 4 mil. O aposentado está recebendo do Governo Lula. Por aquilo tudo que foi roubado, o Governo Lula está respondendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, cuidado, vocês estão dando outro tiro no pé: é do crime organizado. As milícias vão entrar nisso. E as milícias vão começar a sofrer, finalmente, o que precisam, para serem também elas liquidadas. E olha, compraram muita arma durante o Governo Bolsonaro, que achava que governar o Brasil era armar bandidos.

O Bolsonaro vai ser preso porque tentou acabar com a democracia, simples assim. E já está, no Supremo Tribunal Federal, com 27 anos de cadeia; o Lula está inocente governando o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Senhores, o Deputado Cléber Verde com a palavra.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa., nosso Presidente Carlos Viana, nosso Senador, cumprimentar também o Alfredo Gaspar, nosso Relator, e, de forma muito especial, cumprimentar aqui o nosso querido Deputado maranhense, ilustre maranhense, que muito honra o nosso estado aqui e que tão bem tem nos representado aqui na CPMI. Quero cumprimentar todos.

Quero aqui, de forma especial, cumprimentar o Onyx Lorenzoni, que está aqui na condição de convidado – não foi convocado, foi convidado. E fez questão de vir aqui trazer os seus esclarecimentos. Eu o cumprimento por isso, porque, como foi dito aqui pelo Rogerio Marinho: quem não deve não teme.

V. Sa., de forma muito apropriada, aqui descreveu a sua participação no Governo. Eu tinha aqui, inclusive, muitas perguntas, mas V. Sa. já respondeu a quase todas, ou, se não, por que não dizer todas?

Eu acompanhei... Votei, inclusive, na MP 871, porque entendia... E eu quero aqui aproveitar e cumprimentar aqui o José Garcês, que é lá do povoado Boa Esperança, em Paulino Neves, que está assistindo. Ele me passou a mensagem: "Estou assistindo aí à CPMI". Prova de que o Brasil está acompanhando o desenrolar do que está acontecendo aqui na CPMI. Então, eu o cumprimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao citar aqui o José Garcês, eu, por exemplo... A importância que teve essa 871, principalmente quando na 871 veio a inclusão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, que foi um acréscimo feito, naquele momento, pelo Governo. A comprovação de atividade rural, é importante ressaltar – e o Governo naquele momento não modificou –, essa política eu tenho dito que é a política mais importante do Governo, Ministra Damares, principalmente para o Nordeste, e especialmente para o Maranhão: é essa política de atenção ao homem do campo, ao lavrador, ao pescador, àquele pescador que trabalha na atividade de pesca, e a pesca é para a sua subsistência. Desvirtuaram isso ao longo do tempo porque outras pessoas, que não são pescadores, estão dentro do processo. Isso é muito ruim porque atenta contra o direito do legítimo pescador, daquele que vive da pesca, ele e sua família, e que na época, por exemplo, da piracema, em que é proibido pescar, porque senão ele comete um crime ambiental, recebe o seguro-defeso. E por conta desse seguro-defeso, infelizmente, muitos, ao verem o seu vizinho recebendo, vão adentrar o sistema buscando uma forma de recebê-lo. Mas na comprovação da atividade rural para lavradores e pescadores, no caso, em especial para aposentadoria rural – a mulher com 55 anos, o homem com 60 anos de idade –, o Governo não mexeu nesse quesito que era muito importante e continua sendo muito importante, como uma medida até de garantia de subsistência do homem do campo. O meu estado tem municípios em que o que entra de aposentadoria e pensão é superior até ao FPM que chega, no município, nobre Presidente. Então, veja a importância desse recurso – mas para um legítimo.

E aí, essa 871 veio, certamente, a trazer ajuste, porque a Constituição diz que ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a nenhuma instituição. E, naquele momento, a declaração do sindicato rural, quando V. Sa. colocou a questão aqui da Contag, era documento imprescindível para concessão do benefício. Teria que homologar a declaração do sindicato, com base, lógico, em documentos comprobatórios. No entanto, essa inovação foi muito importante.

Então, eu já cumprimento e votei... Eu estou aqui e quero aqui aproveitar e dizer que acompanhei o seu trabalho como Parlamentar, fui seu colega durante alguns mandatos aqui, e V. Sa. sempre foi muito combativo, muito claro, conciso nas suas lutas, naquilo que acredita, né? Então, particularmente, eu sou testemunha do seu trabalho em favor do seu estado, especialmente do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que essa política para nós é muito importante. A CPMI aqui está colocando luz a um problema que foi gerado no passado, continuou até o presente momento. Graças a Deus, se identificou o problema, e este Governo, agora, está devolvendo esses recursos; mais de bilhões, mais de 2 bilhões de recursos devolvidos aos aposentados. Isso é muito importante, ou seja... E nós precisamos continuar perseguindo essa liberação dos recursos para que todos os aposentados que foram lesados de alguma forma, porque tiveram suas... tiveram consignações indevidas, porque não foram consentidas essas consignações. Muitos tiveram o desconto de forma indevida. E, graças a Deus... e é lógico, a imprensa, a gente já mencionou aqui, foi muito importante nesse processo; a CPMI aqui está trabalhando fortemente para trazer realmente luz a essa discussão. Vamos ter resultados concretos, relatórios concisos, certamente, através do trabalho aqui da CPMI, que vai identificar culpados e apresentar, com certeza, dentro daquilo que preconiza a lei, a coercitividade da lei, que ele seja punido por ter roubado os nossos aposentados, os nossos pensionistas.

Eu, como disse, tinha muitas perguntas aqui, mas V. Sa., ao ser perguntado aqui pelo Relator se conhecia as instituições beneficiadas, V. Sa. fez questão de dizer que não as conhece, que não conheceu nenhum Presidente. Portanto, não tenho por que perguntar a respeito desse tema.

Mas me permita aqui, Onyx Lorenzoni, tenho três perguntas em que eu acredito que, de repente, você pode me ajudar até a trazer a esclarecimentos aqui para o nobre Relator e para esta Comissão, né?

Era exigido que o desconto só poderia ser realizado mediante autorização por meio eletrônico, que foi instituído exatamente no Governo em que V. Sa. foi Ministro, naquela oportunidade, identificando o beneficiário. Isso foi muito importante para justamente trazer mais segurança para que se evitasse exatamente essa consignação indevida, garantindo, portanto, a integridade da informação, né?

A pergunta que eu faço a V. Sa. é se houve também algum tipo de auditoria do sistema naquela oportunidade, para evitar que entidades envolvidas, inclusive que foram aqui mencionadas, continuassem garantindo, de alguma forma, a autorização por meio eletrônico. Se é do seu conhecimento se tinha alguma atividade de *compliance* ou algum tipo de vigilância





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônica que permitisse evitar que, mesmo utilizando o sistema eletrônico, ali pudesse ter algum tipo de fraude, não é?

Eu tinha outra pergunta, mas eu confesso que eu fui buscar informação sobre a questão da MP 871 e dos artigos que foram vetados. E aí foi perguntado se V. Sa. teve participação no veto relativo à questão da 871, que proibia o *marketing* ativo e a transmissão de dados de beneficiários do INSS para terceiros. Foi vetado. No entanto, a informação que eu tenho e eu fui buscar é que o próprio Congresso, que tinha a capacidade de derrubar o veto, acabou mantendo o veto. Quer dizer: o Congresso aprovou, o Governo vetou, e o Congresso manteve o veto. E aí as fraudes, ao responder, ao trazer essa indagação, acabam até – eu sei que você não precisa de advogado – advogando para V. Sa., porque o próprio Congresso, que poderia ter derrubado o veto naquele momento, não o derrubou. Ou seja... Hoje nós temos mecanismo, porque, agora em março, foram implementados alguns mecanismos, identificando que esses realmente eram portas abertas para fraudes e para avançar, inclusive, para que mais entidades e mais aposentados pudessem ser prejudicados. O Governo atual, inclusive, criou mecanismos. Isso é muito importante, é bom ressaltar isso.

E concluo aqui, perguntando a V. Sa...

Nós tínhamos 2 milhões de trabalhadores que estavam na fila para buscar a aposentadoria. Dentre eles, inclusive, imagina o que é um aposentado, um trabalhador, que completou a mulher 55, o homem 60, o trabalhador urbano que contribui de carteira assinada, ou o trabalhador que trabalha de carteira assinada e estava acometido de alguma doença e tinha o auxílio-doença para receber e ele protocolou e estava ali, passou 30 dias, 60, 90, 180 dias, e o benefício não era concedido.

Eu pergunto...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Eram 2 milhões de processos.

Eu consulto V. Sa. se o fato de eventualmente essa pressão na celeridade dos protocolos internos de segurança e *compliance*, de alguma forma do INSS, o interesse em resolver a fila não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ter atrapalhado um pouco a questão do protocolo interno de segurança e *compliance* do INSS, por conta da importância de garantir a solução?

V. Sa. disse que de 2 milhões caiu para 600 mil. Pode não ter sido, talvez, de alguma forma, uma fragilidade, para que tivesse de alguma forma aí a perpetuação daquilo que não se queria, que eram os descontos indevidos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, Deputado Cleber, primeiro, muito obrigado aí pelas suas considerações. O senhor sabe do respeito, e, muitas vezes, estivemos no mesmo campo de luta em causas importantes para o Brasil. Eu quero enfatizar aqui a qualidade do seu trabalho ao longo dos últimos anos.

Eu quero começar exatamente por essa pergunta – né? – que o senhor está me fazendo.

Eram mundos diferentes. Por quê? Porque a questão da fila, que, quando nós chegamos... É porque, assim, tem que ficar claro: falam daquela... Daquele decreto de 2020. Eu era Ministro da Cidadania. Eu nem imaginava que eu iria ser Ministro do Trabalho e da Previdência, porque, do Trabalho e da Previdência, eu tinha participado do grupo de trabalho que colocou... Porque nós reduzimos. A gente não pode esquecer...

O Governo, os governos que nos antecederam chegaram a ter praticamente 40 ministérios. E nós sabíamos que, para que o padrão de governança fosse eficiente, nós tínhamos que reduzir. E aí nós criamos... Vários ministérios foram fundidos, para permitir que houvesse uma coisa que é muito rara em gestão pública, que é a eficácia, que é o que o senhor está perguntando. Então, nós colocamos o Ministério do Trabalho, da Previdência, de governos anteriores, lá no Ministério da Economia – né? Junto com Indústria e Comércio, lembra? Ou seja: além do Planejamento e da Fazenda. Estavam todos lá.

Hoje, talvez, com a experiência vivenciada, eu deixaria o Planejamento e a Fazenda separados, pelas razões históricas da Constituição desses dois grupos. Mesmo unidos no mesmo ministério, quando tinha reunião, era muito interessante, Deputado: cada grupo sentava de um lado da mesa. Eles nunca se juntavam.

Bom, isso é apenas uma curiosidade de como funcionam os grupos burocráticos, né? A burocracia federal é complexa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, respondendo a uma outra coisa, na MP 871, a revalidação anual dos descontos associativos tinha – e essa é a preocupação –... Foi o programa especial para análise de benefícios, o BMOB... Aqui permitiu, inclusive, que militares, depois, fossem convocados, ex-funcionários do INSS, e nós conseguimos avançar bastante nessa época, mesmo eu nem... Eu, na Casa Civil, e nem imaginando que poderíamos estar um dia à frente desse ministério.

Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade. Havia muitos problemas nisso.

O auxílio-reclusão nós estabelecemos nessa medida provisória, que foi aprovada pelo Congresso, que era apenas para regime fechado, porque antes era uma farra com o auxílio-reclusão. E, aí, não é justo que a sociedade pague por quem tentou ferir a própria sociedade, né? Acho que todos concordam com isso.

O bônus para redução da fila, que aconteceu em 2019... Depois nós lutamos, lutamos, e eu só consegui... Quer dizer, eu vi acontecer, porque foi acontecer em maio de 2022.

Depois, o fim da declaração, que o senhor já reportou, a suspensão cautelar de benefícios com indícios de irregularidade... Ninguém fala disso. Isso foi colocado lá, nessa medida provisória, e não foi retirado pelo Parlamento. Foi mantido.

A recuperação de valores de benefícios depositados em conta de segurado falecido... Não havia medidas de retroatividade. Nós estabelecemos isso. Então, o Estado podia ir buscar aquilo que, por seis meses, quatro meses, oito meses, um ano... Pela fragilidade.

Fizemos um acordo com o sistema notarial. Os cartórios eram obrigados e, após, em qualquer lugar do Brasil... Isso forçou, também, o sistema notarial a organizar um sistema digitalizado, o que hoje está plenamente vigente no Brasil. Eles tinham 72 horas para nos enviar a informação.

A ampliação da atuação do perito médico... Então, aqui... O Senador Izalci já saiu, agora estou lembrando... Esse foi o grande mote daquela visita aqui, que chegou, o Relator perguntou, o Relator Alfredo perguntou – aqui, e agora, com o passar, as coisas vão voltando na cabeça –, e a principal questão dele era a ampliação da atuação do perito médico.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E depois eu enfrentei uma grande luta com eles, que era para agregar a perícia médica – né? –, o atendimento por videoconsulta.

Havia uma resistência muito grande. Nós buscamos um equipamento de última geração, que permitia que 90% dos auxílios-doença que precisavam do o.k. ou outras circunstâncias, um equipamento israelense, e nós conseguimos aí regularizar a vida de milhões e milhões de segurados, com a participação dos peritos médicos, a quem eu, apesar de eles terem resistido, e, depois, eles viraram parceiros da medida, eu agradeço o trabalho deles.

Então, era isso. Eu só fiz esse rememorar e esses pontos, porque isso é importante que fique nas notas taquigráficas, que vai muito além apenas do que se diz aqui da questão da revalidação anual, que, depois, por decisão soberana do Congresso, virou trienal.

Obrigado, Deputado. Muito obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Ministro Onyx, é inegável a sua habilidade retórica, a oratória, a forma com que domina o assunto, e é claro que isso traz maior facilidade para ter acesso a alguns argumentos, a alguns fundamentos, às provas que nós precisamos.

Eu, inicialmente, questiono a V. Exa.: V. Exa. acredita em Deus? É católico? Conhece a Palavra de Deus?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Eu sou convertido no ano de 2018. Sou evangélico.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Evangélico. Então, com certeza, o senhor já leu a Bíblia, e a Bíblia nos ensina, no livro de Romanos, 3.23, o seguinte: lembrar que ninguém é perfeito, todos erram – até os que têm poder. O que nos diferencia é a humildade para reconhecer e mudar.

Nós sabemos que a perfeição está tão somente no reino dos céus, porque, quando V. Exa. fala, com toda a elegância, com toda a seriedade com que apresenta os fatos, parece que o período em que V. Exa. atuou foi um período em que não houve erros, foi um período que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente teve acertos, e isso não é verdade. Um governo feito por homens é um governo que falha. Nós, enquanto seres humanos, podemos errar, mas é importante que a gente reconheça e tente mudar, corrigir, para buscar a tão sonhada perfeição.

Chamou-me a atenção quando o Relator lhe fez a seguinte pergunta sobre o filho do Ministro Lewandowski – e o senhor afirmou que isso é de acordo com a ata notarial. "Se você fosse Presidente", você disse, abro aspas: "Se eu fosse Presidente, eu demitiria o Ministro Lewandowski, porque nos grandes escândalos, até agora, o filho dele está envolvido e tem uma relação enquanto advogado da CBPA".

O senhor se lembra dessa afirmação? O senhor pode me confirmar?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – A minha afirmação se diz por princípios de gestão, né? Nós fomos muito duros no Governo Bolsonaro durante todo o tempo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós erramos. Nós somos humanos e, como qualquer um, erramos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Agora, quando eu venho aqui para apresentar o que nós fizemos, eu tentei mostrar que nós perseguimos ser eficientes, nós perseguimos ser justos, nós perseguimos coibir fraudes.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Agora...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas por qual razão a exoneração do Lewandowski? Pelo fato de o filho dele ser advogado de uma associação, a CBPA?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não. Ao que eu recebi a informação, quando foi feita a pergunta, é que havia a...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É que o filho dele é advogado de uma associação que descontou dinheiro.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Esse rapaz parece que não é de uma só, é mais de uma.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Exato, que tirou dinheiro de aposentado.

Então, pelo fato do filho dele...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Mas a minha...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... ser advogado de uma associação...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Que me disseram...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que tirou o dinheiro de aposentado, o senhor, como Presidente, exoneraria o Ministro da Segurança Pública.

Então, da mesma régua, da mesma forma que o senhor exoneraria o Ministro Lewandowski, por ter um filho que advoga para a associação que roubou dinheiro de aposentado, o senhor exoneraria V. Exa., a si próprio, pelo fato do seu filho ser advogado de uma associação – no caso, aqui, eu me refiro à Unibap, a nova UniBrasil – ou, pelo fato de ser o seu filho, o senhor não o exoneraria, pelo simples fato só de ser o seu filho?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

Deputado, eu tenho critérios claros. Eu não era Ministro da Previdência nem existia o ministério.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, a pergunta não é essa, Ministro.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É essa, sim!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não é essa, porque eu estou fazendo a pergunta. É por isso que eu digo que não é essa.

Educadamente, eu reforço a pergunta. A pergunta é a seguinte: a gente não pode ter dois pesos e duas medidas.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Mas eu não tenho.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se V. Exa. exonera o Ministro da Segurança Pública pelo fato de o filho dele advogar para associação que roubou aposentado, eu pergunto: no plano hipotético, se você, enquanto Presidente, tem um ministro da Justiça que tem um filho que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também advoga para a associação, nesse caso, o senhor não exoneraria o seu próprio filho? Porque o seu filho advoga para uma associação que também roubou aposentado. Então, exonera o filho do Lewandowski, mas não exonera o seu próprio filho, sendo que os dois fazem a mesma coisa e advogam para associação que roubou aposentado?

Essa é a pergunta.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Deputado, o senhor fez uma pergunta... O senhor começa a sua fala lembrando um versículo de Romanos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... escrito por Paulo, mas o senhor usa dois pesos e duas medidas.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não sou eu. Meu filho não advoga; meu filho ainda tem três anos. Quem advoga para uma associação é o filho de V. Exa. E a pergunta que eu faço, com todo o respeito, porque nada há mais importante para mim que a família.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu posso fazer uma pergunta para o senhor?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não pode, porque sou eu que faço a pergunta, e o senhor responde.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Está bem. Eu respeito o senhor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A questão que eu estou perguntando aqui é clara e objetiva. O senhor está aqui como depoente, e eu estou fazendo o questionamento e gostaria que o senhor respondesse. A questão é clara e objetiva. Não há nada, para mim, mais importante que a família – todos aqui sabem disso. Para todos vocês, acredito que é a mesma coisa.

V. Exa. afirmou, nesta CPMI, que, se o senhor fosse Presidente, você exoneraria o Lewandowski, pelo fato de o filho dele advogar para associação que rouba aposentado – ponto. E eu lhe pergunto: o seu filho também advoga para associações que roubaram aposentados. Então, se o senhor exonera o filho do Lewandowski, ou melhor, se exonera o Lewandowski, eu lhe pergunto: o senhor não se exoneraria? O senhor deixaria o seu filho advogando para associação que rouba aposentado, utilizando tráfico de influência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero, aqui, politizar.

Isso me lembra muito, Ministro, o que aconteceu no Governo Bolsonaro, quando ele exonerou o Ministro Moro, por não permitir que ele utilizasse a Polícia Federal para fazer o que é certo, pelo fato de a Polícia Federal alcançar os filhos do então Presidente.

Então, aqui a gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Minha pergunta é clara e já vi que V. Exa. não vai responder.

Eu vou tentar pela última vez.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Vou, sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor se exoneraria?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Vou lhe responder.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta que eu fiz é...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – A colocação que eu vou lhe fazer é a seguinte...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas pode ficar calmo, eu estou...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, eu estou calmo, mas é porque, quando mexerem com o seu filho, quando ele crescer, o senhor vai ficar exatamente igual a mim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Exato, mas eu não estou mexendo com o seu filho; eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Está sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu estou fazendo uma pergunta. Então, por favor...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Está sim, e vou lhe explicar por quê.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não estou.

Eu estou fazendo uma pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, o senhor faça a pergunta, que depois eu respondo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, claro.

Na verdade, veja só... O senhor está indignado, talvez como o Lewandowski esteja agora, porque o senhor disse que exoneraria o Lewandowski, pelo fato de o filho dele advogar para uma associação que roubou aposentado – ponto. Eu sou advogado. Advogar para quem comete crime não significa que você concorda com quem comete crime.

A pergunta que eu estou fazendo é bem simples, é bem clara. O senhor entendeu agora? A pergunta é: o senhor que disse – não fui eu – que exoneraria o Lewandowski, pelo fato de o filho dele ser advogado de associação que roubou aposentado – ponto. Você que disse. E aí eu lhe pergunto: o seu filho também advoga para associação que rouba aposentado. Está aqui: o seu filho advoga para a associação Unibap, que é a Unibrasil. E o senhor, até agora, não consegue me responder.

O senhor se exoneraria?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, o senhor não me deixa responder – é diferente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, eu estou, mas o senhor quer fazer discurso, e eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não quero, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então responda, por gentileza.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Há uma diferença abissal.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual é?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – No momento em que há o contrato com o filho do Ministro, era de conhecimento público o roubo. Não havia nenhum fator que remetesse para roubo e desvio no período, porque eu tenho certeza de que o meu filho, que também é cristão,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se baliza pelos mesmos princípios pelos quais o senhor deve educar o seu, porque foi assim que meu pai me educou, não compactuaria com quem desvia dinheiro público.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, concordo, mas...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, eu estou lhe garantindo o seguinte: não há nenhuma contradição no que eu estou dizendo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu concordo com o senhor, Ministro, mas, por uma questão que eu concordo...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não era Ministro, não havia roubo – não havia roubo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Certo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – E o contrato dele...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas Ministro...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... encerrou antes de eu ser Ministro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, o senhor já respondeu. Mas, veja só, o que o senhor está alegando é presunção de inocência. O que o senhor está alegando é que ninguém pode ser condenado sem o trânsito em julgado de uma sentença...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, não, não. Desculpe. Não há presunção de inocência alguma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu só preciso concluir.

O senhor...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, o senhor conclua.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presunção de inocência, contraditório e boa-fé – boa-fé, boa-fé. O senhor está presumindo a boa-fé do seu filho, como eu acredito na sua boa-fé e na boa-fé dele, mas, assim como o senhor faz um discurso para cortar e fazer o *like*, para dizer que exonera o Lewandowski, esse seu discurso não casa com a sua prática. O senhor está





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo justificar que seu filho não tem conluio com prática criminosa. Eu não estou acusando isso; só estou dizendo que, se o senhor vai exonerar Lewandowski, o senhor tem que ser exonerado também. Esse é um grande erro.

E, por mais que o senhor fale isso, com todo o respeito, o senhor percebe que, pela forma como eu estou perguntando, eu não o estou desrespeitando. Eu respeito a família, respeito não só a minha, principalmente a sua família, de todos, mas eu preciso fazer aqui essas perguntas.

Quando o senhor fala que não há um conluio, é estranho. Por qual razão?

Sr. Presidente, só o silêncio na sala, por gentileza.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte, só uma observação: a fala foi do Relator, não foi do depoente. O senhor pode observar aí nas notas, é do Relator.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, mas aí ele acaba de confirmar aqui que exoneraria, que tiraria se assim o fizesse. Mas, então, só para concluir, se o senhor puder só recompor o meu tempo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Um minuto para o Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

O seu filho advoga para a Unibap. A Unibap cresceu de 53 mil para 99 mil associados. Então, eu não estou dizendo que é... É só aparência de que há um favorecimento durante o Governo de que o senhor participou.

Se a gente pegar mais dados na Unibap, que é a associação para a qual o seu filho advoga, vai perceber que, em 2021, eram apenas R\$3.189.828; subindo, em 2022, para mais de R\$38.452.000 milhões; fechando 2023, com mais de R\$55 milhões. Então, percebe a justificativa da minha pergunta? De fato, existem aparências de práticas ilícitas. Por isso eu fiz a pergunta.

A alteração do decreto...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, está impossível. Está parecendo uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio. Por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Está parecendo um *call center* aqui.

É da Consultoria Curitiba ou não? Tem mais gente com ligação na...

Por gentileza, porque eu estou... Eu preciso só me concentrar aqui.

A alteração do decreto...

Presidente, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Silêncio, por gentileza – por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, só a recondução para eu poder concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A alteração do decreto... Uma pergunta clara, sincera e objetiva: em 28 de outubro de 2020, houve alteração do Decreto 10.537, de 2020, alteração do art. 154, V, que fez com que houvesse aumentos no número de descontos – exemplo aqui a gente pode trazer a Unibap. A mesma Unibap, em 2021, subiu de 5 milhões para, em 2022, mais de 40 milhões. Ou seja, o senhor pode me confirmar que a alteração desse decreto foi um erro? Somente, objetivamente, "sim" ou "não"?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – É claro que não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ah, perfeito.

Eu entendo, então – e discordo –, que há um erro, porque, a partir do momento que você flexibiliza...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... a partir do momento que você abrande os critérios regulatórios, você permite que essa associação roube mais aposentado.

É isso; e, assim, eu concluo a minha fala.

A gente não tem como voltar atrás e fazer um novo começo, mas a gente tem como mudar agora e fazer um final diferente. Enquanto aqui a gente estiver fazendo passagem de pano, dizendo que "o governo do justo...", "o governo do perfeito...", e não reconhecer os seus erros, a gente vai continuar testemunhando aposentado morrendo e sendo descontado. Isso a gente não pode aceitar.

Aqui, eu não vou entrar nessa briguinha de Flamengo e Vasco, de direita e esquerda, de partido A e partido B. Tem gente boa e gente errada em tudo que é partido. Tem gente que rouba em partido de esquerda, assim como tem gente que rouba em partido de direita. O que a gente precisa é fazer um juízo, uma autoavaliação, porque é muito mais fácil criticar o próximo do que fazer uma autocrítica, e, infelizmente, eu vi que V. Exa. não consegue fazer uma autocrítica.

Portanto, Sr. Presidente, aqui eu teria outros questionamentos para fazer, meu tempo acabou sendo tomado, mas eu queria que, nestes segundos que restam, você pudesse explicar por que pessoas que foram beneficiadas pela sua gestão foram as mesmas pessoas que doaram para sua campanha eleitoral. Por exemplo, o Felipe doou 60 mil para sua campanha eleitoral. Quem é o Felipe Macedo? O Felipe Macedo é da Amar Brasil, a Amar Brasil que recebeu mais de 17 milhões durante a sua gestão. Não foi só o Felipe. Tem também a empresa Facta, a empresa Facta que firmou um ACT todo irregular, firmou um ACT em 2021, ACT esse todo irregular, porque a documentação só foi apresentada em 2024, e é exatamente essa empresa Facta, através do Everton, que fez uma doação de R\$25 mil para sua campanha. Aí o senhor vai me dizer que não, que isso é coincidência, que isso é perseguição... Não é. São indícios. São... Os mesmos martelos que martelam em uma gestão têm que ser os martelos que martelam na sua gestão. O senhor não pode dizer que a sua gestão cometeu erros, que esses erros podem ser blindados, e esses mesmos erros praticados por outra gestão têm que ser criminalizados.

Aqui eu não estou para defender a direita nem para defender a esquerda. Aqui eu estou para defender o Zé Belmiro, que fica lá no Município de Miranda do Norte, Zé Belmiro que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

defende o aposentado, defende o pensionista e defende o seu próprio direito. A gente precisa garantir que essa pessoa seja vista e seja lembrada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E é por isso que aqui eu conclamo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que o nosso Ministro que aqui está presente possa, neste tempo que resta, evitar esse discurso de que eu estou certo, de que tudo que eu fiz está certo e que os outros estão errados, porque infelizmente nós somos falhos, mas nós precisamos reconhecer o nosso erro e fazer diferente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Eu estou trabalhando tanto, vou defender aqui meu direito autoral. É o pouco que eu tenho.

Eu coloquei uma fala de um jornal dizendo: "Filho de ex-ministro de Bolsonaro atuou para entidade da Farra do INSS". E, antes de eu fazer a pergunta, eu declarei:

Deixe-me dizer uma coisa [...]. Por exemplo, se eu fosse Presidente da República, eu demitiria o Ministro Lewandowski, porque, nos grandes escândalos de agora, o filho dele é advogado. Todo grande escândalo, inclusive o do INSS, o filho do Ministro Lewandowski, da Segurança, é advogado.

[E continuei:]

Mas, Ministro, o seu filho – [...] [que] é a parte que mais dói na gente – também advogou para aquela entidade de que eu acabei de falar.

A pergunta que eu quero fazer [é a seguinte]: ele virou advogado porque o senhor era o então Ministro da Previdência?

Então, é só para dizer, Deputado Duarte, que a fala sobre demissão do Ministro Lewandowski foi minha. O depoente respondeu outras coisas, mas, nesse caso, eu faço questão





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dizer o que eu penso, e pouco importa se foi o Lewandowski hoje ou quem fosse amanhã ou foi ontem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Presidente, só como... É só para correção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

Mas, de fato, pode ter havido um engano de quem foi o autor na taquigrafia, mas, logo no início, todos aqui viram – e está na taquigrafia agora – que o Ministro Onyx repetiu, ele afirmou que, se fosse, ele demitiria o Lewandowski. E é por isso que eu fiz a questão, exatamente para que a gente não tivesse dois pesos e duas medidas.

É a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar, senhor...?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu queria... Quero, sim – quero, sim.

Primeiro, eu queria dizer que se trata de um sofisma, porque são completamente diferentes as circunstâncias.

Eu lamento muito, peço desculpas públicas ao meu filho Pietro Lorenzoni, porque tudo isso é para me atingir – só isso – e ao Governo Bolsonaro. Mais nada.

Meu filho é um jovem profissional, tem 31 anos, está terminando o pós-doutoramento dele em Salamanca, foi sócio de uma empresa, e é sócio hoje de outra empresa que presta serviços jurídicos. E eu nunca... Como seguramente nenhum pai, vai atrás do fichário de se o filho tem isso ou tem aquilo. Ele tem princípios éticos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu explico aqui, Sr. Deputado Duarte, como se processa o raciocínio lógico, coerente e olhando no seu olho. Qual é? Uma coisa é o Ministro de Estado ter consciência de que há um problema e não ver problema de o seu filho defender o bandido...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Eu acho errado.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Correto?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Outra coisa é: na época em que o meu filho junto com os demais advogados da sociedade dele prestaram trabalho, prestaram serviços jurídicos a uma instituição, essa instituição não tinha nenhuma referência de que estava praticando roubo nas escalas que o senhor que o senhor cita aqui, que hoje todo mundo sabe. Além do que, eu não era Ministro. Então, não tem tráfico de influência, nada disso.

Desde que eu estou aqui em Brasília e participei... Eu fui Ministro da transição, Ministro da Casa Civil, Ministro da Cidadania, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência e fui Ministro do Trabalho e da Previdência, o Presidente Bolsonaro me honrou com esses desafios. Eu era sempre escalado, todo mundo sabia disso, quando tinha problema para resolver. Então, eu quero dizer para o senhor, com toda tranquilidade, que, se eu fosse Presidente da República, eu faria a mesma coisa que o meu Presidente sempre fez. Em todas as reuniões mensais e, às vezes, quinzenais que nós fizemos – eu garanto que elas foram feitas no ano de 2019, enquanto eu fui Ministro-Chefe da Casa Civil –, o Presidente dizia a mesma coisa: "No meu Governo não tem corrupção, no meu Governo quem roubar eu que corto a cabeça e jogo na cadeia".

Ou seja, não somos melhores do que ninguém, mas nós temos princípios e valores muito firmes. O Prof. Olavo de Carvalho dizia: "Os adversários de vocês têm um problema muito sério. Eles não conhecem limite ético e moral".

A pergunta que eu lhe faço é o seguinte: o senhor viu alguma condenação às pessoas que estiveram aqui? Eu nem vou chegar mais perto daqui, eu vou ficar 20 anos atrás. Houve alguma condenação aos condenados do episódio do mensalão? Não falo de condenação jurídica, falo de condenação pública. Jamais, porque para a esquerda destruir o capitalismo vale qualquer coisa. Tomar o dinheiro dos seus semelhantes que pensam diferente não tem nenhum problema. Aliás,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa foi a razão, segundo João Daniel, para que o irmão dele, que era um homem por todos dito como digno, permitisse aquela roubalheira que acabou com o assassinato dele numa condição terrível. Por quê? Porque era para a causa. Celso Daniel, que seria o Ministro da Fazenda do primeiro Governo Lula...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – *Fake news.*

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – *Fake news* não! Eu tenho provas...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Tem que provar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor! Por favor!

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor!

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Então, o que acontece? Eu estou lhe trazendo aqui o seguinte: nós, quando fomos para o Governo, sabíamos que tínhamos de ser disruptivos com tudo aquilo que aconteceu lá.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Tem que...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, está aqui. É só comprar o livro que o senhor lê.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Onyx... Sr. Onyx...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele me fez uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele fez a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. já se manifestou.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O seu tempo já se encerrou.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É que ele me perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, por favor.

Deputado Fernando Rodolfo, com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O art. 397...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Vai ofender os outros aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Deputado Rogério Correia. Aqui todos falam o que pensam.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Mas respondeu se roubou...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O art. 397, inciso VIII...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que trata sobre o uso da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual Regimento, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 397...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas de qual Regimento, Excelência? Do nosso...?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do Senado?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 397, inciso VIII.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os convidados, Ministro de Estado, qualquer convidado que venha até aqui, fica subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Senadores. Ocorre, Sr. Presidente, que o art. 14, inciso I, diz, com toda a clareza, que o debate deve ser realizado em conformidade com o tema da agenda específica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O convidado pode usar a palavra, evidente que ele pode, mas ele pode usar a palavra para falar sobre o tema que está em debate. Então, não há uma Comissão... Não há um convidado na Comissão que tenha aqui um tempo livre para falar sobre o que ele quiser. Ora, se ele quiser falar sobre o desconto associativo, ele pode. Agora, isso aqui não é um palco para vir fazer aqui apologia de Olavo de Carvalho e não sei mais quem! Quer dizer, isso não é assunto desta Comissão.

Então, eu quero que V. Exa. garanta o cumprimento do Regimento e estabeleça – e cabe ao senhor, inclusive, garantir o cumprimento do Regimento – que as manifestações do nosso convidado se atenham aos temas da Comissão.

É isso que eu peço a V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Eu vou responder.

O artigo citado por V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Não tem contraditório em questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O artigo citado por V. Exa. fala da convocação de Ministro de Estado, não se aplica à questão de CPMIs.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como assim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não se aplica à CPMI. Ele se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não... Não há analogia, a CPMI tem um regimento próprio.

Deputado Fernando...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Pode falar o que quer a hora que quer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Fernando Rodolfo, com a palavra.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Eu quero cumprimentar aqui o Ministro Onyx Lorenzoni.

Quero iniciar também me solidarizando com o Deputado Duarte Jr. pela ameaça sofrida e dizer que essa ameaça também é direcionada a todos nós que estamos aqui nesta guerra, neste enfrentamento contra esse esquema que roubou milhões de aposentados Brasil afora.

Mas, hoje aqui, nós presenciamos mais uma vez o que está acontecendo sempre: uma tentativa de politização, uma transformação desta investigação num debate político-eleitoral. Uns dizendo que a culpa é do Governo Bolsonaro, a resposta vem também dizendo que foi do Governo Lula, mas a gente fica sempre nessa aqui, lamentavelmente, muitos utilizando este espaço para fazer recortes para as redes sociais. E isso muito me entristece, porque quem está lá na ponta, lá nos rincões do Brasil, aqueles que foram lesados por essas entidades criminosas esperam respostas, respostas contundentes desta CPMI. Muitos sequer entendem o que está sendo debatido aqui, só querem a notícia de que quem roubou foi preso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente convive diariamente, Ministro, no interior do Nordeste, principalmente, lá em Pernambuco... Aliás, eu sou o único Parlamentar pernambucano ou Deputado pernambucano aqui nesta CPMI, e a gente convive diariamente com diversos casos, relatos... Por onde a gente anda: "Deputado, estou acompanhando lá, ajude a botar esse povo na cadeia. Olhe, descontaram tanto todo mês da minha aposentadoria".

E a gente percebe que todo mundo que senta aí nessa cadeira jura inocência, mas eles juram inocência protegidos por *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. E eu quero aqui, Ministro, hoje abrir um parêntese e elogiar a sua postura de chegar, sentar e fazer o compromisso com a verdade, que poucos fizeram aqui. Nós já estamos há diversas semanas nesta CPMI, e poucos fizeram este compromisso de falar a verdade, poucos sentaram aí sem a proteção do Supremo Tribunal Federal, poucos agiram como o senhor agiu hoje: o tempo inteiro respondendo a todas as perguntas. Chegava a ser angustiante e chega a ser angustiante quando alguém senta aí, ouve uma pergunta e diz: "Vou ficar em silêncio, vou ficar em silêncio". Eu mesmo já fui embora algumas vezes, porque era perda de tempo, graças à proteção do Supremo Tribunal Federal. E o senhor não. O senhor, primeiro, vem convidado, chega, senta e assume o compromisso de falar a verdade. Que fique registrada aqui essa sua postura.

Mas, Ministro, o senhor iniciou aqui a sua explanação, lá pela manhã, fazendo uma análise, trazendo números, apresentando aí um eslaide, e é sobre aquela apresentação que eu quero focar aqui a minha participação.

Há uma frase, há uma declaração do atual Ministro Wolney Queiroz, que conheço pessoalmente... Apesar da nossa divergência ideológica, procuramos manter uma relação de civilidade, somos lá de Caruaru, da mesma cidade. Mas eu queria e não posso deixar de trazer isso aqui neste momento. Ele diz, repetidas vezes: "É exatamente neste momento, [...] entre 2019 e 2022, que o ladrão entra na casa. [...] Porque o fim da revalidação e a expectativa anterior de que houvesse a revalidação fizeram com que [...] 11 empresas se credenciassem [...] no INSS. Dessas empresas, que [...] [agora] descobrimos [...], durante a operação, que eram 100% fraudulentas". Isso é o que diz o Ministro.

Aí, ao mesmo tempo, vem a *Folha de S.Paulo* e diz: "Novo ministro propôs adiar controle de descontos no INSS"; *Estadão*: "Ministro assinou emenda adiando controle de descontos após





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido de associações suspeitas"; *Gazeta do Povo*: "Petistas teriam assinado emendas da Contag para alterar MP de Bolsonaro contra fraudes no INSS".

De uma vez por todas, Ministro, gostaria que o senhor nos explicasse aqui, mais uma vez, a quem está nos acompanhando agora pela TV Senado, pelas redes sociais, como funcionou isso, qual foi a tentativa do Governo Bolsonaro com essa medida provisória, como foi que o Congresso reagiu a isso, exatamente como o senhor falou mais cedo.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Deputado Rodolfo... Fernando... Rodolfo, não é? Está certo. Deputado Fernando Rodolfo, muito obrigado pelas suas palavras e pelo seu questionamento.

O Governo Bolsonaro não tentou apenas impor circunstâncias de controle aos descontos associativos. Nós fizemos isso no Programa Especial de Análise de Benefícios; no Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade; no auxílio-reclusão, que passou apenas para o regime fechado e com penas superiores a 24 meses. Nós fizemos o bônus para redução da fila em 2019, o fim da declaração de atividade rural por sindicatos, a criação do Cnis do segurado especial, a suspensão cautelar de benefícios com indícios de irregularidade – isso não existia na lei –, a recuperação de valores de benefícios depositados em contas de segurados falecidos – também não existia, nós é que introduzimos – e a ampliação da atuação do perito médico para regime próprio, regime FGTS e Receita Federal.

Por que eu estou trazendo isso aqui para tentar esclarecer e contribuir com o trabalho do Relator e dos nobres Deputados e Senadores? Porque o que nós objetivamos com isso era criar um sistema que desestimulasse fraudes não apenas no seguro-defeso, onde nós fizemos medidas muito eficientes, não apenas no associativo... No consignado tem medidas e medidas que nós tomamos – chegamos a uma medida, ainda lá em 22, tratando de biometria para os consignados. Tudo isso para tentar proteger as pessoas, porque, lamentavelmente, qualquer coisa que se faça no Brasil de regulamentação parece que tem pessoas que passam a maquirar como é que elas burlam. Aliás, isso é da natureza humana, lamentável e tristemente. O ser humano pode ser, pode fazer coisas admiráveis como coisas terríveis, né? Então, eu tento encurtar aqui a minha manifestação, para respeitar seu tempo, dizendo que a tentativa que a gente fez foi de criar sistemas que impedissem fraudes em toda a cadeia de problemas que havia na previdência. Isso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo era uma coisa preparatória para que nós depois fizessemos o que por 30 anos no Brasil se tentou fazer, que é a reforma da previdência. Era um tema em que nós estávamos muito focados, porque ou nós reformávamos a previdência ou o Brasil quebrava nos anos do nosso Governo. Por isso, nós tomamos a medida de tentar reerguer fiscalmente o Brasil e nós conseguimos. O senhor sabe os números.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Então, a criação desse sistema para impedir fraudes ou para dificultar a prática dessas fraudes passava pela revalidação?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Uma das medidas. É por isso (*Fora do microfone.*)... Desculpe, peço perdão.

Uma das medidas era a revalidação. Tanto é que quem combateu a revalidação o senhor acabou de dizer. Então, como é que quem combateu a revalidação agora usa o argumento de que não fez o que tinha que fazer, porque acabou a revalidação, que foi votada por eles, com um Parlamentar complexo, para dizer o mínimo, chamado Luis Miranda, que hoje todo o Brasil sabe quem é? E, aí, a responsabilidade passa a ser nossa.

Só tem um problema, eu já disse aqui: tinha um comando infralegal – o Senador Rogerio Marinho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... já falou inúmeras vezes – que obrigava a administração pública a fazer a revalidação em 2023. Esse é um fato que...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Como é que o Governo reagiu a essa resposta do Congresso de barrar essa tentativa de revalidar os descontos?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Bom, aí tem um conjunto que eu já li aqui – posso reler – de instruções normativas: 110, 128, 138...

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Ou seja, tudo o que aconteceu poderia ter sido evitado em larga escala se a medida provisória do Governo Bolsonaro tivesse sido aprovada aqui. É isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não, veja, eu volto a tentar esclarecer, porque o fato de ter um ACT não significa que ali tem um crime. O problema é – e eu demonstrei aqui – que o número de afiliados a esse sistema, vamos usar essa palavra, do início do nosso Governo, que nós herdamos do Governo Temer, ao final, nosso Governo reduziu em 70 mil, o Governo que nos sucedeu elevou para 7 milhões, ou seja, botou mais 4 milhões e setecentos e alguma coisa.

Eu também mostrei que, no último ano do Governo Temer, o valor, se não me falha a memória, era 717 milhões, que vinha já numa série histórica, desde lá adiante, Governo Lula, Dilma, Fernando Henrique, vinha de lá. Muito bem. Quando faz a atualização monetária pelo INPC, e o INPC é porque é o índice que reajusta os benefícios, por isso que eu usei, vai a 794 milhões. E, no último ano do Governo Bolsonaro, foram 706 – ou 7, ou 8, ou 10 – milhões, ou seja, se nós aplicarmos o que é razoável, porque não dá para comparar nominal com nominal, nós vamos encontrar um Governo que termina o seu período com um valor descontado para as entidades que, na época, tinham o direito de fazer, em 2022, menor do que nós recebemos em 2018. E com um número menor de afiliados.

A tal explosão, que é um termo que vem sendo repetido à exaustão – eu já expliquei aqui quem é que inventou isso no mundo, eu não vou repetir –, ocorre todo mundo sabe quando. É isso.

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – O meu tempo acabou, eu queria só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu que agradeço, viu?

O SR. FERNANDO RODOLFO (PL - PE) – Agradecer e parabenizar, mais uma vez, o fato de o senhor – eu tinha várias perguntas aqui, mas o tempo é muito curto – ter vindo aqui, ter falado a verdade. O senhor é uma prova de que quem não deve não teme.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, saúdo todos os Senadores e Senadoras e todas as demais pessoas que nos acompanham, em nome de V. Exas. Saúdo a presença do Ministro Onyx Lorenzoni e do seu renomado advogado, Dr. Adão Paiani.

Eu vim preparada, com inúmeras perguntas, mas os colegas que me antecederam esgotaram todas elas. Eu acho que eu sou a última a falar hoje. Então, por isso, eu declino de fazer qualquer pergunta para o depoente e, mais importante ainda, eu declino de adentrar qualquer espécie de debate. E por qual motivo que eu declino de fazer perguntas ou debater? Primeiro, porque eu tenho legitimidade, eu falo de cátedra. Eu estive lá. Eu não estou aqui reproduzindo algo que eu ouvi falar. Eu presenciei as atitudes de perto, de corpo presente, como muitos outros que acordaram em tempo, como eu acordei. Pessoas como meu amigo Julian Lemos, pessoas como o morto – morto – de desgosto Ministro Gustavo Bebianno, entre outros.

E o motivo pelo qual eu não quero debater, não faço a mínima questão, é porque infelizmente eu e muita gente, muitos de nós estamos diante de uma nítida negação patológica. Nós estamos diante de uma patologia. É um fenômeno preocupante, de cunho psicológico, que vitimou muita gente em nosso país. Uma pandemia mental que envolve características típicas de seita e nada tem a ver com ideologia. E, para isso, eles foram muito inteligentes, Rogério. Eu não vou dizer que o depoente foi... Não sei o grau de envolvimento do depoente. A escola Goebbels – isso ele disse. Acredito que venham da escola Goebbels, mas não sei se ele está envolvido em ter orquestrado isso juntamente com os demais. Não posso afirmar.

E eu cito alguns exemplos desses sintomas de seita que muito me doem, porque pessoas muito queridas do meu convívio foram acometidas. Eu vou dar um exemplo aqui – vários exemplos, na verdade.

Negação de fatos públicos e notórios: "Não existe corrupção no meu Governo". Os números – os números – dos servidores públicos comissionados, no Governo Federal, variam muito, mas eu não tenho condição de perguntar, não dá para discutir. Variam assim, ó: em 2023, fontes dizem que foram 33 mil cargos comissionados, segundo o Senado Federal; em 2020, o número era de cerca de 31,9 mil apenas no Poder Executivo; outras fontes dizem que cerca de 120 mil cargos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissionados, com funções e gratificações, havia em 2019. Como é que alguém pode afirmar que ninguém foi corrupto? Então, é difícil.

Outra questão que me incomoda sobremaneira: ameaças. Há denúncias, mas eu também não posso... Eu não posso afirmar. Há denúncias – do próprio caso do Luis Miranda e seu irmão – de ameaças.

Isolamento em bolha: isso é uma característica de seita, a pessoa se isola em bolhas.

Devoção inquestionável ao líder.

Mudança abrupta de crenças e valores.

Visão dicotômica do mundo – maniqueísta.

Dependência do grupo.

Dominação pelo medo – vide o medo do cancelamento, o gabinete do ódio continua operando.

Perda da individualidade.

Linguagem secreta, exclusiva – quem se lembra da "festa da Selma"?

Sentimento de superioridade: "Eu sou o Messias".

Impossibilidade de questionar decisões, como é o caso de Santa Catarina, em que as mulheres do partido estão sendo obrigadas a engolir uma pessoa de fora para disputar o Senado e são vítimas do gabinete do ódio.

Exploração emocional, financeira, e por aí vai.

Essas pessoas estão envolvidas e não percebem. Elas estão envolvidas, estão enredadas em uma dissonância cognitiva coletiva, semelhante a um relacionamento abusivo. E nada nesta minha vida – nada – vai fazer eu acreditar que um conservador sente que pintou um clima com meninas de 14 anos.

A contradição é tanta que, ontem, na Câmara, nós vislumbramos a aprovação de um projeto de lei, de um PDL, que protege pedófilos – dá uma olhada lá em quem votou.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preferem um filho morto a um filho homossexual.

Nada nem ninguém, na minha vida, vai me fazer aceitar um Presidente que imita um parente meu – um amigo meu, qualquer pessoa – agonizando no leito de morte. Nada! Nada na minha vida vai fazer com que eu me curve a um Governo que se diz reformista, que resolveu a questão da previdência, e não resolveu, porque a conta vai chegar. Quem estiver vivo verá e pagará. É tudo mentira! Como é que alguém que faz tudo isso pode cuidar de pensionistas e aposentados? Como?

Eu poderia fazer perguntas que, nos corredores, todo mundo faz e que envolvem uma pessoa, um empresário chamado Veronezi. O empresário que morreu de covid e, no lugar dele, dizem que quem assumiu a dinâmica foi o Oliveira, do INSS. E dizem essas pessoas... Eu não sou aqui a Márcia Sensitiva, mas vozes dizem que pediram R\$10 milhões para campanha e foram recolhendo de todas as associações e sindicatos. Sabem quem não deu? Não sei se é verdade, porque não dá para discutir, eu não discuto. Contag e Conafer. Dizem que se negaram porque já estavam, assim, sendo extorquidas demais.

Eu gostaria de perguntar, então... Se o Veronezi morreu, poderíamos chamar aqui o Fabio Wajngarten para nos contar. Porque dizem – planos de voo – que o Wajngarten estava junto ali, que vinha sempre de carona de São Paulo para cá no avião do Veronezi, algumas coisas assim. Mas como que eu vou saber? E dizem também – eu poderia perguntar – que o ponto de encontro era na Steak Bull de Brasília. Eu poderia perguntar tudo isso, seria o momento. E, então, assim... Além de tudo, há assessores que dizem que ficavam com medo porque, no final do mandato, quando esqueceram de passar a faixa ou não quiseram passar a faixa, a turma foi toda para Orlando e tem gente muito preocupada.

Eu gostaria aqui, por último, de pedir para que vocês passem um vídeo para mim, por favor.
(Pausa.)

Passa o vídeo porque o depoente acabou de dizer que não havia influência nenhuma, em nenhum ministério. Vamos ouvir.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pode parar, deu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eu vou influenciar em todos os ministérios, sem exceção", enfim. Eu pergunto assim... Eu estou vendo, eu estou vendo, eu estou assistindo, mas eu não acredito. Eu acredito que quem falou a verdade foi o depoente. Entendeu? Eu vivo, de repente, dentro de uma bolha.

Então, eu quero – e gostaria – poder perguntar para o depoente: quem está mentindo? É ele ou o que eu estou vendo é mentira? Ou isso é inteligência artificial? Não sei. Mas eu vou falar para vocês, eu estou vacinada. Eu estou vacinada, graças a Deus.

E, para finalizar, eu quero honrar aqui a memória de um grande amigo, de um parceiro, de um irmão que eu perdi na pandemia implorando por vacina. O nome desse grande homem, desse estadista é Senador Major Olimpio, que tinha uma coragem ímpar de não agradar ninguém. Leiam, tá? *A Coragem de Não Agradar*. Maravilhoso esse livro. É a cara do Major Olimpio. Sabe o que ele dizia? "Eu sou do tempo em que Onix era só um carro".

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O senhor gostaria de comentar, Sr. Onyx?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Olha, eu acho que o Senador Girão, seguramente, pode ter perguntas mais produtivas para o trabalho do Sr. Relator, porque nós estamos aqui, afinal, para cooperar com ele. E eu agradeço as colocações da Senadora que se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas. Quero cumprimentar o senhor pela condução exemplar – o Brasil o admira a cada dia, Presidente Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... assim como também o Deputado Alfredo Gaspar. Quero cumprimentar o Ministro Onyx Lorenzoni. Quero cumprimentar o seu advogado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adão, Dr. Adão, pela postura. Eu estou aqui... nós estamos na 53ª sessão e, a gente vê, tem uma linguagem não verbal que é colocada, né? E, quando a gente compara que alguns usam aquela filosofia onde o ataque é a melhor defesa, a agressividade que, muitas vezes, vem até para advogados aqui. E a sua postura é uma postura, Dr. Adão, por que eu quero parabenizá-lo. E a sua também, Ministro, respondendo a todo mundo, não indo atrás de STF para buscar *habeas corpus*, fazendo o compromisso com a verdade, porque é quase risível você chegar numa Comissão Parlamentar de Inquérito e ver aqui dezenas de pessoas que chegaram e disseram que não vão fazer compromisso com a verdade. O que é que nós estamos fazendo aqui?

E chegamos ao ponto, Presidente Carlos Viana, de ter, segunda-feira à noite, aqui, de madrugada – e o Senador Izalci foi muito feliz quando colocou isso para o Brasil ver... que chegou um depoente aqui com dinheiro contado... Trouxe o dinheiro para, na hora que teve... em que foi decretada a prisão por falso testemunho, ele não passou 15 minutos lá embaixo, já foi pagando a fiança... É a certeza da impunidade. Nós temos que acabar isso neste país.

E eu quero falar que eu gostaria de ir nessa comitiva, se o senhor marcar com o Ministro André Mendonça – eu gostaria de estar junto –, porque tem muito mais gente para ser presa e está demorando – e está demorando. E quem está nos assistindo aqui... tem gente que gosta do Lula, tem aposentado, pensionista lesado que gosta do Lula – faz parte –; tem pensionista, aposentada, idosa, órfã, viúva que gosta do Bolsonaro; tem muita gente que não gosta de nenhum dos dois e foi roubado. Então, esse assunto transcende a politização que a gente vê aqui, muitas vezes.

E o senhor... Ministro, eu tenho perguntas aqui para o senhor e eu vou fazer – pela independência do mandato, eu tenho o dever de fazer. Agora, o senhor foi muito elegante, e eu fico me colocando sempre no lugar – o princípio da empatia –, quando o primeiro Deputado que falou aqui e que nunca tinha aparecido nessa... Eu não o tinha visto nenhuma vez nesta CPMI e foi muito duro com o senhor. Eu acho que é questão pessoal que tem na história, de investigação que o senhor fez, talvez, com o pai dele, que foi condenado por corrupção, lavagem de dinheiro no mensalão. E o senhor foi muito elegante na resposta final, terminando aqui o período da manhã de uma forma muito elegante, quando eu esperava até que o senhor fosse retrucar, mas o senhor fez algo que foi mais forte ainda: a resposta serena que o senhor deu. E é disso que a gente precisa. A gente não precisa de palco ou de guerra, de narrativa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que esse Governo, o anterior, de que o senhor fez parte, tentou colocar trava, está muito claro, no começo do Governo, com a MP, trava de segurança, para estancar essa roubalheira que já vinha de outros governos. Agora, para mim, houve uma falha. E eu quero lhe fazer essa primeira pergunta.

No final do Governo...

Talvez aqui o senhor já não estava, quando nós tivemos, por exemplo, esse aumento de 2021 para 2022. Eu não sei se, porque perdeu a eleição, tirou o pé, afrouxou no aspecto do enfrentamento, porque a sua história, Ministro, é uma história de enfrentamento à corrupção. Eu, antes de sonhar ser político, já o admirava como Deputado, pelas medidas anticorrupção, que foram uma vitória para o país. Agora, no final do Governo, houve aqui um relaxamento, porque nós tivemos um aumento de ACTs aqui.

Por que aconteceu isso no final do Governo de que o senhor fez parte?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – Senador Girão, até o dia 30 de março, eu posso responder. Até ali, nós fomos muito rigorosos. E eu acredito que, ao longo do Governo, porque o Ministro que assumiu fez aquele mandato tampão, nós já vínhamos trabalhando... Eu tenho essa suspeita – é uma suspeita minha – de que a máfia do consignado, dos pastinhas, correspondentes bancários, pequenos bancos digitais... O que é que eles fizeram, né? Eles estavam acompanhando *pari passu* esse grupo de trabalho, eles sabiam que nós íamos chegar na biometria. E, quando viram que a biometria era para valer, buscaram um outro caminho, que aí é o caso – este outro caminho – dos espertalhões que contratavam *hackers* para invadir a Dataprev, e por aí afora vai. Eu acho que houve um outro conluio: com o fim do imposto sindical, abriu-se a porteira ou se vislumbrou que ali, no desconto associativo, talvez tivesse um caminho. Eu acho que são dois interesses que acabaram se encontrando. E as máfias dos dois eu creio que se juntaram. E aí faltou aos atuais governantes poder coibir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas faltou também, no final do Governo de que o senhor fazia parte, talvez uma atenção nisso, para evitar esses ACTs aqui que aumentaram de... Chegamos aqui... De 2021 para 2022, foi de 541 para 783 milhões. E depois é que foi para 1 bi, e mesmo no Governo Lula. É óbvio que todo mundo já entendeu que a explosão dos descontos indevidos foi no Governo atual, no Governo Lula. Isso são dados. E este Governo Lula só foi tomar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma atitude, de verdade, a partir da matéria do *Metrópoles*, que revelou tudo, porque tinha sido avisado internamente por órgão de controle, e nada fez.

Agora, essa percepção...

Eu peço que a Mesa, sempre com atenção, possa colocar aí essa matéria do *Estadão*, que coloca a percepção do brasileiro, que está nos acompanhando como nunca. Eu nunca tinha visto aqui uma CPMI, uma CPI, com tanta audiência.

Olha só essa matéria, Presidente – o senhor, não sei se o senhor tem conhecimento.

"A maioria dos brasileiros acredita que o Governo Lula tem relação com os desvios do INSS [diz pesquisa], direta". Aqui mostrando que a maioria já percebeu, 53%, que a relação é direta.

Agora, no tempo que me resta, quando eu cheguei aqui no Senado, a gente percebeu uma movimentação do senhor, que era uma pessoa importante no Governo anterior, para fazer Davi Alcolumbre Presidente desta Casa. E tem uma mácula, ainda, nesta Comissão, que o Presidente ficou de colocar novamente para votar – e eu tenho certeza de que ele vai cumprir, porque ele cumpre, e está esperando o momento certo –: muitos requerimentos em que, por poucos votos, nós tivemos a blindagem da tropa de choque do Governo Lula aqui. Um deles é do assessor da Presidência do Senado Federal, chamado Paulo Boudens, que hoje é o conselheiro político, ganhando R\$31 mil, por mês. Ele trabalhou no gabinete, também, enquanto assessor do Senador Davi...

E eu lhe pergunto, o senhor conhece o Sr. Paulo Boudens?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Nas vezes em que fui ao gabinete do Senador Davi, sim, mas não tenho relação pessoal nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É uma pessoa de confiança do Presidente do Senado?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu creio que sim, né?, para ser chefe de gabinete...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Eu tive chefes de gabinete de 15, 20 anos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Esse senhor recebeu R\$3 milhões, eu não sei se o senhor sabia...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... de uma dessas empresas investigadas pela Polícia Federal – R\$3 milhões. E a gente precisa ouvir aqui. E foi decretado pelo Presidente da Casa um sigilo de cem anos, para saber onde é que anda esse lobista do Careca do INSS, onde é que ele andou. E tem Parlamentares aqui, como eu, que tem pedido à Polícia Legislativa para informar se ele foi ao gabinete. Nós estamos fazendo por exclusão, porque o Senado proibiu. Isso é, realmente, de rir. Mas é a verdade.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a todos por esta sessão e dizer que a população já entendeu. Está aí o resultado da pesquisa. Quem está acompanhando, a verdade está muito na cara.

E parabenizar... Ai se todos os depoentes tivessem a postura, como o senhor teve aqui, de olhar nos olhos, de se posicionar, e de responder a todo mundo, com muita responsabilidade e respeito, porque a regra da boa convivência é o respeito.

Muito obrigado.

Deus abençoe o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Muito obrigado.

Como nosso último inscrito...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Não posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Não, perfeitamente. Desculpe...

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – Queria só fazer um esclarecimento. E V. Exa., com a perspicácia que tem, com a inteligência que eu admiro, perguntou, por que nós, ainda durante o início do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, apoiamos o Senador Davi Alcolumbre. Porque o adversário dele se chamava Renan Calheiros. Se o Senador Renan Calheiros tivesse sido





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Senado, a história seria completamente diferente e o Presidente Bolsonaro não teria governado. Então, foi para evitar que isso acontecesse.

Dos Senadores do nosso campo político, o único que aceitou disputar foi o Senador Davi Alcolumbre, que é um grande construtor de relações aqui dentro da Casa, e por essa razão ele conseguiu derrotar, porque a imprensa brasileira inteirinha, o mundo político inteirinho dizia, até o dia anterior, que eu tinha me equivocado completamente. Seria a minha primeira derrota, mas, graças a Deus, naquele momento histórico, era necessário que fosse feita essa ação para impedir que Renan Calheiros voltasse a presidir o Congresso Nacional, o Senado Federal. Então, foi essa a razão.

Eu não fujo de nenhuma pergunta e não fugiria a do senhor por quem tenho profunda admiração.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Se o Presidente me permitir, é só uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Menos de 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É uma pergunta importante. O senhor se arrepende de, quando Ministro da Previdência, alguma coisa que o senhor poderia ter feito, mesmo quando saiu, deixando orientação para que essa roubalheira não acontecesse, outras travas, alguma coisa que pudesse ser feita para que tantos milhões de brasileiros não fossem lesados em bilhões de reais? O senhor poderia hoje, analisando todo esse escândalo: "Poxa, eu poderia ter feito aquilo ou...". É uma mea-culpa, é natural isso de qualquer um. O senhor teria alguma ideia para colocar em relação a isso?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – A única coisa que eu gostaria que tivesse sido feita é que o decreto de estrutura do Ministério do Trabalho e da Previdência, que nós produzimos no mês de agosto e início de setembro ele estava pronto, que ele fosse publicado no mês de setembro porque isso nos permitiria ter a estrutura de *compliance*, toda, toda, toda. Eu vivi, por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

oito meses, no ministério com o meu gabinete. Essa estrutura só foi disponibilizada ao Ministério do Trabalho e da Previdência a partir de maio de 2022. Então, tudo que se poderia, quem sabe, fazer a mais ficou impedido por essa circunstância burocrática – briga de burocratas –, e foi esta a razão, porque alguns não queriam que saísse lá da Economia, outros não queriam que o ministério se restabelecesse, e aí nós ficamos no meio de uma briga burocrática que tem em todos os governos. Todo mundo que passou por um governo sabe o que é isso, né? E, lamentavelmente, o decreto de regulamentação e empoderamento dos dois ministérios, do Trabalho e da Previdência, só aconteceu em maio de 2022. Se eu pudesse lamentar alguma coisa, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Vamos passar para o nosso último orador, o Senador Magno Malta, que está em [link](#) para falar com esta Comissão.

Senador Magno Malta, espero que esteja se recuperando bem. O senhor é bem-vindo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o senhor me ouviu bem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos ouvindo, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – É porque tem um delayzinho entre o tempo aqui.

Quero cumprimentar o Presidente e o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, Senador Magno Malta, é bom desligar a televisão e ficar somente com o celular.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Deixa eu tirar esse som e ficar só com o celular.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Um minutinho. Só um minutinho que eu farei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Melhorou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, está o.k.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu quero agradecer ao nosso Presidente Carlos Viana, que, desde o princípio, nas vésperas da minha cirurgia, acatou que eu pudesse entrar por vídeo; agradecer a todos, à própria oposição, que foi solidária neste momento, que não é fácil, mas eu, durante todo o tempo, fiz fisioterapia – hoje, pela manhã; e, agora, à tarde – assistindo a este momento que eu reputo muito importante: o depoimento do nosso querido amigo, que eu cumprimento, Onyx Lorenzoni.

Eu dizia ao nosso grupo: o que nós temos batido aí, Sr. Presidente, é que nós não temos bandido de estimação. Ao longo do depoimento e das explicações, na linha do tempo, ano a ano, o nosso querido e prezado ex-Ministro apresentou uma lisura do tempo do seu mandato em que serviu como Ministro da Previdência no Brasil.

Nós temos um Relator muito preparado. E esse Relator passou todo o seu tempo, como todas as vezes: com gráficos, mostrando e dando detalhes de tudo o que vem ocorrendo a partir da investigação da Polícia Federal, da CGU e desta CPMI, como disse a Senadora Damares.

Nós temos recebido toneladas de documentos, e as nossas assessorias têm se debruçado nesses documentos. E, de tudo o que lhe foi perguntado... E aí eu quero também, respeitosamente ao seu advogado, quando tocaram na questão do seu filho... E aí, quando o Relator diz que o Lewandowski tem o filho, hoje, advogando para as instituições que assaltaram, de forma deliberada e programada, o Brasil, e o filho dele lá está, ele acha que isso é absolutamente normal.

A diferença é que, nos outros, há uma distribuição familiar de recursos subtraídos de aposentados, de pessoas que gastaram sua energia e o seu suor ao longo da sua vida, diferentemente de quando o seu filho advoga, nesse caso, para uma dessas instituições antes do processo eleitoral, e que não encontrou, até agora – e era a minha preocupação, e fui procurar – , qualquer tipo de distribuição de recursos para sua família, para enriquecimento ilícito, para compra de avião, para compra de helicóptero, para compra de Ferrari, para compra de fazenda, para compra de mansões, coberturas. Nada disso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre tive o maior respeito pela sua lisura e pelo seu comportamento. Gostaria de voltar – eu sei que o embate maior que aconteceu é meio paroquial, porque é do Rio Grande do Sul; bom, eu não estou aí; o nosso querido Deputado Líder do Governo tem sido também benevolente comigo, ao votar para que eu pudesse entrar *online* – a um debate mais acalorado, porque é paroquial, é eleitoral; são debates antigos de 30 anos.

Em 94, eu me elegi Deputado Estadual; e nessa época aconteceu a CPI do INSS e a Jorgina foi pega. Essa "rataiada" já agia dentro do INSS. Tem alguns novatos que falam desse assunto como se nunca tivessem ouvido falar sobre isso, como se isso fosse uma coisa que apareceu no Governo Jair Bolsonaro, e que essa metástase tomou conta do Brasil, agora, no Governo Lula. Não! Lá na CPI, eu era Deputado Estadual; e, em seguida, me tornei Deputado Federal, no Governo Fernando Henrique; e, já em 97, a roubalheira aos aposentados, os truques já eram aplicados de maneiras diferentes, é claro, porque ainda não era a época cibernética. Nós não tínhamos *internet*, era o começo, mas eles eram roubados já naquela época. Esse roubo no INSS é endêmico.

Em 2002, eu me elejo Senador da República, no Governo Fernando Henrique Cardoso; em 2000, com o Lula Presidente. Em 2003, começa; em 2010, tem de novo; em 2014, tem de novo. Chega 2018, Jair Bolsonaro põe uma trava. E colocaram aí um vídeo, no dia da votação, em que todos os Deputados e Senadores do PT, todos eles, votaram contra essa trava que Jair Bolsonaro, conjuntamente com os seus Ministros, incluído V. Exa., tentaram barrar, estancar essa sangria de assalto ao aposentado.

É claro que, quando você tem uma estrutura do tamanho do INSS, você não pode olhar todas as portas, você não tem como tomar conta de tudo, mas o pior disso é ver essa gente levar um assunto como esse para a questão da covid, de que o Presidente Jair Bolsonaro deixou morrer 700 mil pessoas no Brasil. Não foi Jair Bolsonaro que criou o vírus. Quero lembrar aos senhores: o vírus foi criado em Wuhan. Sabe onde fica Wuhan? Na China. A China odeia Jair Bolsonaro, a China é amiga de vocês. Quem é parceiro da China são vocês, e quem matou foi o vírus.

As vacinas compradas no Brasil foram compradas pelo Presidente da República. Nenhum Governador, nenhum Prefeito comprou uma gota de vacina nesses dois anos de pandemia para três anos. Não faltou dinheiro para prefeitura, não faltou dinheiro para governo. Todo mundo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerrou os seus mandatos, a cada ano letivo, no azul, com o dinheiro da pandemia. O povo não passou fome.

Houve uma luta desse Presidente para impedir tudo isso. Querem que eu dê uma amostra aos senhores? Foi quando a ciência, os cientistas se curvaram ao dinheiro dos políticos, e os políticos passaram a ser cientistas. Hoje, nós estamos no Novembro Azul, alertando os homens com relação ao câncer de próstata. O mês passado foi o Outubro Rosa, câncer de mama. Mas, com relação a uma doença, a um vírus que foi criado pela Fundação Gates, pelo George Soros, que opera com a esquerda do Brasil aqui, até mesmo nos tribunais... Para que o Brasil saiba qual é a verdade de tudo isso, porque não é possível tentar botar essa roubalheira de 2024-2025 na conta de Jair Bolsonaro.

Aí, tem até as mães dináhs, os visionários e quem sabe... Eles sabem mesmo que tem uma cela esperando Jair Bolsonaro na Papuda, junto com o Careca do INSS. Vocês não são Deus. Vou dizer uma coisa aos senhores, que repetiram isso diversas vezes: quem muito cospe para cima, um dia cai na cara. A verdade vai prevalecer. Jair Bolsonaro está debaixo de uma narrativa que o Lula ensinou: temos que melhorar a narrativa, temos que melhorar nossa mentira, porque assim ele nunca mais vai voltar.

O que os senhores fizeram nesta Comissão é vergonhoso, uma narrativa repetida o tempo inteiro por aqueles que fazem parte dos quadros... É até admirável, porque o espectro político de vocês, o que determina... Faz, repete, repete para que o povo esqueça a verdade absoluta e absorva uma mentira.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar muito claro tudo isso e dizer uma palavra para o Brasil e para os senhores.

Eu já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Jair Bolsonaro não está preso. Jair Bolsonaro está guardado debaixo do esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente, e vocês verão a portentosa mão de Deus destruindo uma mentira, uma narrativa, porque é assim que vive o Brasil hoje, com um Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, queira Deus que isso seja coincidência, essa COP, lá no Pará, exatamente na Ilha do Marajó – sabe? –, dentro de navios, dentro de cruzeiros – sabe? –, dentro de iates...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – ... que não fique no final um passivo horroroso.

Vamos esperar, senão será necessário fazer uma CPMI ou uma CPI dessa COP no Pará, porque no Marajó tem histórias cabeludas. E quando se abandonam os hotéis, as casas não são alugadas, é reclamação do povo, e as festas são feitas em iates, certamente o final nunca será satisfatório.

A você, meu querido Onyx, ex-Ministro, meu abraço.

Muito obrigado, Sr. Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pergunto...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... aos Líderes se pretendem fazer...

Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Uma questão de ordem, eu nunca peço questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É que mais cedo, Senador, o Deputado Sóstenes falou que eu entregaria ao Relator documentos, e eu vou passar à mão dele.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, na primeira reunião, eu chamei a atenção dos colegas do cuidado que a gente vai ter que ter em citar instituições aqui. Inclusive, eu fui uma que defendi o nome da Contag. A Contag pode estar hoje com alguns administradores que estão usando a instituição, mas a gente tem que reconhecer o trabalho dessa instituição nos últimos 70 anos no Brasil. Depois, eu vim e pedi a mesma coisa com relação à Igreja da Lagoinha. E, na semana passada, a gente teve a Fundação Boas Novas citada – e com muita delicadeza pelo Relator –, e, de tabela, a Igreja Assembleia de Deus do Amazonas.

Tanto a igreja, o Pastor Jonatas, como a fundação... A Fundação Boas Novas é muito amada no Brasil. Ela é quem gerencia a TV Boas Novas, as Rádios Boas Novas. São milhões de brasileiros que acompanham o trabalho. Imaginem, assim, o que causou lá na ponta. Então, tanto a fundação como o Pastor Jonatas... A Assembleia de Deus é uma igreja muito séria lá no Amazonas. Eles estão mandando uma nota, Relator, explicando o que aconteceu. Então, eu vou passar para o nosso Relator e aproveitar, Presidente, e mandar um abraço à Igreja Assembleia de Deus do Amazonas, à Fundação Boas Novas, à TV Boas Novas, e reconhecer o grande trabalho que eles fazem, não só na área espiritual, mas também na área social em toda a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pergunto aos Líderes se farão uso da palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Fala aí primeiro hoje, Rogerio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Vou falar, se você falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Fala antes.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Eu estou satisfeito. Só se ele falar... Para eu ajudar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou lá. Vou eu então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Líder do Governo, Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, fica difícil fazer o debate, e a Senadora falou um conceito ali que eu gosto, que é o tal de dissonância cognitiva.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse conceito explica muita coisa. As pessoas, quando se deparam com a realidade, isso dá um "tilt" mental, e elas começam a criar uma teoria para tentar explicar e começam a repetir coisas. Aí, começam a citar Olavo de Carvalho... Esses dias, um outro citava Che Guevara, e vira uma salada de fruta ideológica e psicológica que a gente já nem sabe o que as pessoas estão falando.

Agora, o Senador falava em George Soros, né? E afirmou que o vírus foi criado na China, e que a China é aliada do PT... Você já não sabe mais o que exatamente as pessoas estão falando.

Aí, começam a repetir: "Bolsonaro é muito honesto, Bolsonaro é o mais honesto, nosso Governo é honesto". Está bom, gente; está bom, mas, mas todo mundo sabe aqui, o Capitão Adriano da Nóbrega, Queiroz, a relação histórica com os milicianos, os filhos que enriqueceram todos, quantidade de imóveis comprados com dinheiro vivo sem nunca trabalhar antes de serem Parlamentares. Está bom, mas eles negam, não adianta.

"Ah, mas o Careca entrou para o Governo dentro do Governo Bolsonaro. A Ambec foi no Governo Bolsonaro. Os 'golden boys' da Amar foi no Governo Bolsonaro. A Conafer foi reabilitada no Governo Bolsonaro. O decreto que garantiu que as entidades fantasmas pudessem fazer desconto foi no Governo Bolsonaro". Acabaram com a validação. "Ah, mas tinha uma medida provisória...". Teve três mudanças; por que ele não vetou nenhuma delas?

Em dezembro, entre o Natal e o Ano Novo, ainda estavam concedendo ACTs.

Acabaram com a obrigatoriedade da validação. Foi o Luis Miranda. Está bom, mas por que ele não vetou? Por que ele sancionou?

"Quem assinou a lei acabando com a validação foi o Bolsonaro. Ah, o Fidelis, o Virgílio, o Zé Carlos Oliveira, o Rolim, todos estavam dentro do Governo Bolsonaro".

Então, Presidente, quanto foi devolvido de dinheiro durante o Governo Bolsonaro? Nada! Quando é que acabou o esquema? Agora, no Governo do Lula. O dinheiro está sendo devolvido quando? Agora, do dinheiro do Governo do Presidente Lula.

Então, as pessoas se deparam com a realidade, e não conseguem sair de uma armadilha intelectual, psicológica. E aí, quando elas são apertadas, o que é que elas fazem? Elas têm um traço aí, que pedem desculpa. Pedem desculpa como se tivesse tudo bem, né?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro Senador, aquele que não veio aqui hoje, esses dias foi pedir desculpa pública, porque foi ao *show* da Madonna. "Olha, me desculpa, povo brasileiro. Me desculpa, povo, porque eu fui ao *show* da Madonna". Como se isso tivesse algum valor intrínseco.

Então, cheguei à conclusão, Presidente, de que não adianta eu argumentar, não adianta eu mostrar a realidade, não adianta eu mostrar as provas, não adianta eu mostrar os documentos, o povo já entendeu. O povo brasileiro já entendeu por que esse esquema virou o que virou, esse monstro que virou. Porque foi permitido, principalmente a partir de 2019, dentro do Governo Bolsonaro, que todas essas mudanças tenham acontecido. As regras foram afrouxadas.

E aí, Presidente, não veio aqui o Deputado, aquele que gosta de botar música, né? Eu vou botar uma música hoje, para encerrar aqui e deixar a minha homenagem aqui a todos esses que acham que, quando pedem desculpa, é como uma espécie de confissão e são perdoados, são reabilitados através da desculpa.

Bota aí minha homenagem para aqueles que pedem desculpa e acham que, com isso, estão perdoados de todos os seus pecados.

(Soa a campanha.)

(Procede-se à execução da música Velocidade da Luz.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, por gentileza, o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo de Liderança, Senador Rogerio Marinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Bom, Sr. Presidente, eu, primeiro, quero me dirigir àqueles que até agora ficaram nos acompanhando; são milhares de pessoas interessadas em deslindar esse crime odioso e bárbaro contra pessoas que não podem se defender, na sua grande maioria, pessoas que sempre foram usadas como massa de manobra, pessoas que foram preteridas e, muitas vezes, desprezadas.

Quando um direito não é satisfeito, não é repostado, é evidente que há um desprezo por essa pessoa. Um milhão e meio de reclamações com descontos indevidos, e o Partido dos Trabalhadores dormindo em berço esplêndido. Nada fez. Nenhuma ação foi implementada. Pelo contrário: meteram o pé na jaca, aceleraram, como um bando de piranhas que foi em busca de um boi ferido e se locupletaram e se refestelaram com o dinheiro fácil que subtraíram dos aposentados brasileiros.

Eles querem, o tempo todo, tentar fazer uma diferença entre entidades picaretas e sindicatos picaretas. Na verdade, todos têm o mesmo método, a mesma forma e buscam o mesmo fim: enriquecer os seus dirigentes e aqueles que os ajudaram a assaltar o bolso do trabalhador brasileiro.

A gente escuta aqui uma música ao final. E me permitam: esse é o PT, que faz com que tudo termine em samba. E nós, Presidente, temos a responsabilidade de não permitir que eles consigam terminar esta CPMI numa pizza.

Eu confio em V. Exa., confio no Relator, confio no trabalho que está sendo feito e no volume de informações que nós já recebemos.

Eu me impressiono sempre com a capacidade da repetição do mantra. Eu até brinquei, quando falei anteriormente, se bem que é um assunto sério, mas é importante se fazer a referência, que, na 23ª Reunião, eles mudaram a narrativa. Esqueceram 2016, que, segundo eles, era o ovo da serpente, porque se lembraram de que quem assinou aquele documento foi o Stefanutto, um dos que defendem o Governo progressista e que aqui veio com essa disposição.

Eles já decidiram que o Virgílio e o Fidelis são criminosos, porque há um rastro de dinheiro inegável, 15 milhões, 12 milhões para um filho, para uma esposa. Eles só não podem esquecer que essas pessoas são fruto deste Governo, do Governo do PT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, há um acontecimento, que é 2014, quando André Fidelis era chefe de gabinete do então Ministro da Previdência, o Sr. Virgílio era um dos membros do Ministério Público, e o Stefanutto também estava lá. Olha que feliz coincidência ou que infeliz coincidência para os aposentados brasileiros.

Achar, Sr. Presidente, que a sociedade brasileira que nos assiste, isso está demonstrado por pesquisas, vai acreditar na fábula, na narrativa de que o Presidente Bolsonaro, que é um conservador de direita, que trouxe inicialmente para trabalhar com ele Rogerio Marinho, que foi o responsável, Sr. Presidente, como Relator na reforma trabalhista, por extinguir a obrigatoriedade do imposto obrigatório, que era subtraído do suor dos trabalhadores brasileiros, que esse cidadão de bem, que é o Presidente Bolsonaro, montou um esquema dentro do INSS, para subtrair recursos dos aposentados e financiar sindicatos e associações, é ferir de morte a verdade, o bom senso, a coerência.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas eles não se cansam. Eles não se cansam, porque têm dentro de si o espírito que nós denominamos de centralismo democrático. Foram mandatados. A missão foi dada, e eles vêm aqui e repetem incessantemente, na expectativa de que aqueles que nos assistem possam "introspectar" essa falsa verdade ou essa falsa narrativa.

Mas o senhor, Sr. Presidente, que pacientemente nos ouve, que medeia os eventuais conflitos, que tem tido a serenidade de manter a nossa Comissão viva, apesar das tentativas de desacreditá-la, inclusive com importantes jornais, que pretendem ser a opinião pública do nosso país. Não entenderam que ninguém os lê, ninguém mais os lê. Eles perderam relevância, legitimidade e perderam, sobretudo, a confiança do povo brasileiro.

Mas nós, Sr. Presidente, vamos fazer a nossa parte aqui e vamos fazer o nosso trabalho, para que, ao final, aqueles que estão se escondendo atrás dessa narrativa venham à luz do dia e paguem pelos graves crimes perpetrados.

V. Exa. conta conosco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimentalmente, Sr. Onyx, o senhor tem cinco minutos para considerações finais. Deseja fazer uso?

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI (Para expor.) – De maneira bastante rápida, eu quero repetir o que eu abri dizendo aqui: que a CPMI do INSS irá repetir a CPI dos Correios, porque aqui eu vejo um grupo de Parlamentares decididos, a começar pelo Presidente e pelo Relator, a mergulhar profundamente e trazer luz.

O que os atuais governantes mais temem é a luz, e isso a gente assistiu em 2005, 2006, assistiu depois, em 2010, 2012; assistiu depois, em 2015 e 16. Ou seja, a luz é o maior problema para quem gosta do escuro.

Nós fizemos um governo na luz; na luz do sol, aberto. É por isso que a gente vem aqui, Senadora Damares, e pode enfrentar qualquer questionamento de frente, olhando no olho. Porque quem mente, quem inventa narrativa, quem burla a lei, quem monta esquema baixa os olhos, não encara ninguém. Eu vi isso, em todas as CPIs de que eu participei, do outro lado.

E por isso eu fiz questão de vir aqui sem nenhuma prerrogativa; um cidadão que foi "ex-isso", "ex-aquilo". O.k. Vim dar a minha contribuição e estou aqui da mesma maneira com que eu andei nestes corredores por 20 anos: de peito aberto, cabeça erguida, dizendo e discordando ideologicamente. E nunca, nesse período todo, Senador Girão, eu ataquei, Sr. Presidente, o CPF ou a família de quem quer que seja.

Volto a pedir desculpas ao meu filho, que é um jovem sonhador, empreendedor e talentoso, advogado de grande qualidade, por ele ter sido exposto indevidamente aqui. E eu, como pai, o defenderei.

Eu sempre disse, na época da discussão sobre armamento... Eu disse: "Eu tenho arma. Na minha casa vagabundo não entra. Só se me matar, porque eu morro pelos meus filhos e pela mulher que amo".

Então, eu quero deixar claro que o que acontece aqui é a busca incessante de trazer luz.

Os embates a que nós assistimos aqui, e muitas vezes foram permeados por questões ideológicas, é porque isso é da natureza do Parlamento. E muitas vezes, ao longo desses últimos 20 anos, eu discordei frontalmente do Deputado Pimenta. Tivemos embates duríssimos, como





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui tivemos ao... né? Mas não foi nem perto do que a gente já teve. Mas nós sempre nos cumprimos ao final. Isso é a essência do Parlamento, isso é a essência da democracia.

O que eu vejo hoje, na Suprema Corte do Brasil, é a negação disso. É o desrespeito com a democracia brasileira, com a liberdade do Parlamento, com a liberdade da Casa de leis.

Mas isso não é um processo só aqui, Presidente e Relator. Eu assisti, porque fui estudar em Portugal, e eu assisti... Fiz um curso de pós-graduação em Gestão – o Senador Girão sabe disso –, e eu assisti à Suprema Corte Europeia tentar interferir em decisões na Polônia e na Romênia, decisões dos seus Paramentos.

Isso não é um fenômeno só aqui; isso é um fenômeno mundial. E aqueles que amam a liberdade e que amam a democracia, como todos que estão aqui, inclusive aqueles de que eu discordo, têm que estar atentos para isso.

Nós precisamos que a Câmara e o Senado recoloquem o país Brasil no trilho...

(Soa a campanha.)

O SR. ONYX DORNELLES LORENZONI – ... do equilíbrio entre os Poderes e da democracia.

Eu ouvi aqui uma afirmação de que as pessoas acreditam em algo que psicologicamente é explicável. Muito bem. E as pessoas acreditam que o atual Presidente é inocente? As pessoas acreditam que a 13ª Vara de Curitiba foi criada exatamente para combater a lavagem de dinheiro, porque foi uma experiência única da Justiça brasileira e para lá levou o hoje Senador que está aqui?

Ela tinha essa competência específica. É por isso que ela fez a operação Beacon, no Rio, que prendeu os doleiros, que fez explodir o mensalão.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma dúvida de que aquilo que eu vi na CPI dos Correios... Trazer esperança para a sociedade brasileira de que as coisas podiam mudar.

Eu tenho certeza de que esta CPI, sob o seu comando e do nosso Relator, Deputado Alceu Gaspar, vai... Alfredo Gaspar, perdão. Vai entregar para a sociedade o que a sociedade quer: luz, verdade e punição à quadrilha que roubou os aposentados brasileiros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Relator se tem considerações finais, se podemos caminhar para o encerramento. (*Pausa.*)

Então me permitam aqui, senhores, como sempre faço, uma palavra de confiança ao povo brasileiro.

Lá, na minha querida e histórica Ouro Preto, vive uma aposentada, entre as muitas e os muitos, que nos enviou uma mensagem, mas pediu para que o nome não fosse lido, o nome não ser lido aqui. Vou carinhosamente chamá-la de D. Lourdes.

Uma mulher simples, de fala mansa, mãos marcadas pelo trabalho de uma vida inteira. Durante décadas, ela se esforçou para criar a família e cumprir responsabilidades. Hoje, a D. Lourdes vive sozinha, com a pensão que conquistou com as próprias mãos. Os filhos casados, os netos também, com a vida própria, seguindo o ritmo daquilo que todos nós temos que encarar.

Mas, há alguns meses, começou a perceber que algo estava errado. Segundo ela, na mensagem que me enviou, parte do dinheiro que caía todo mês veio menor, e ninguém sabia explicar o porquê.

Depois, pediu aos filhos que buscassem uma resposta. Eles descobriram. O nome dela foi usado num empréstimo que nunca existiu e, junto com o empréstimo fraudulento, um desconto associativo. Fraude, golpe, roubo disfarçado de erro de burocracia.

Quando perguntaram o que ela sentia, ela respondeu, com os olhos marejados: "Eu não quero vingança, Senador. Eu só quero dormir sabendo que alguém vai pagar por isso".

E é por ela, D. Lourdes, pela senhora, por todas as Donas Lourdes de Minas e do Brasil, que esta CPMI existe: para descobrir quem participou, para responsabilizar quem lucrou com tudo isso, para garantir que ninguém mais mexa com quem trabalhou a vida inteira.

É dessa Minas que eu venho, senhores; da Minas que trabalha, acredita e espera. Da Minas que não grita, mas ora e age na hora certa.

Eu fui escolhido Presidente desta Comissão pelos mineiros que me trouxeram, por este Congresso, e para levar ao Brasil o que os mineiros sempre defenderam: a verdade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, enquanto alguns discutem política aqui dentro, lá fora, uma senhora confere o extrato do banco e chora, porque o dinheiro não deu para o remédio. É por ela que esta CPMI existe.

Enquanto um se exalta no microfone, um aposentado simples, com o rádio ou a televisão ligados, escuta cada palavra aqui e diz baixinho: "Tomara que, desta vez, alguém faça justiça". É por eles, e só por eles, que estamos aqui.

Esta CPMI não é palanque de eleição; é um espaço de verdade e de justiça. Não foi criada para disputa de ego, mas para descobrir, responsabilizar e prender quem roubou o dinheiro dos nossos idosos.

Quem meteu a mão no benefício do aposentado tem que pagar. Quem lucrou com a dor das viúvas precisa ser punido. E quem enganou o povo que trabalhou a vida inteira precisa ser exposto à luz da verdade.

Por muitas vezes, o debate aqui chega perto de ultrapassar os limites. As paixões políticas inflamam, as palavras se acirram, mas, pela graça de Deus e pelo respeito que ainda existe entre nós, a verdade volta para o centro. É ela que vai nos guiar até o fim.

Esta Presidência não vai permitir que a dor do povo brasileiro seja usada como espetáculo. Não há espaço para deboche, para provocação ou para desrespeito. Há aqui o espaço só para uma coisa: a verdade. Quem tentar transformar esta CPMI num circo eleitoral vai se deparar com o silêncio firme desta Presidência e o julgamento do povo nas praças, ruas e nas reuniões familiares no entorno das mesas de domingo, porque o Brasil, senhores, já tem palanques demais.

Temos a obrigação, como Parlamentares, de devolver ao povo brasileiro o respeito, o caráter e a responsabilidade que esperam de nós. O Brasil já viu muitos escândalos, mas nenhum tão covarde quanto este, porque, aqui, não roubaram uma verba pública simplesmente, roubaram o sustento de quem já tem pouco, roubaram o descanso de uma vida inteira de trabalho, roubaram o direito de envelhecer com dignidade. É por isto que esta CPMI existe: para que o Brasil saiba quem planejou, quem executou e quem lucrou com o crime contra os aposentados e para que o nosso Brasil, pela primeira vez, olhe para as vítimas e diga "nós estamos ao seu lado".

Esta Comissão já realizou 23 reuniões, que, juntas, contribuíram para, em números atualizados... Na última sessão nossa, senhores, tivemos 800 mil pessoas que nos acompanharam





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao longo de todo o dia de debates e à noite. Foram 160 horas de reunião, 2.421 requerimentos apresentados, 24 depoentes ouvidos, 648 ofícios expedidos, 2.055 documentos recebidos, totalizando cerca de 200GB de informações, três prisões em flagrante realizadas durante os trabalhos da CPMI, 21 pedidos formais de prisão encaminhados às autoridades competentes. Cada número representa horas do nosso trabalho, noites sem sono e uma só missão: chegar à verdade. Foram oitivas, cruzamentos de dados, análises de relatórios da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, depoimentos tensos, confrontos duros, mas também avanços concretos.

E, até o último dia, esta CPMI seguirá firme, com serenidade, respeito e com fé. Nós sabemos que, lá fora, milhares de brasileiros estão acompanhando cada sessão, cada um dos Parlamentares que aqui estão, compartilhando cada vídeo, orando e esperando que a justiça seja feita. É por eles – pelos aposentados, viúvas e órfãos – que esta Comissão continua de pé.

E, agora, o Brasil sabe que as investigações chegaram também ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro André Mendonça é o Relator do inquérito que investiga o esquema de fraudes no INSS, e esta Presidência quer sempre registrar, diante do país, a confiança, a esperança e o respeito que temos pelo Ministro André Mendonça. Nós confiamos na sua integridade, Ministro, em nossa fé no Evangelho de Jesus Cristo – nosso único salvador de vidas –, em sua serenidade e em seu compromisso com a verdade. Sabemos que ele está acompanhando com atenção cada passo desta CPMI e que, no tempo certo, a Justiça agirá com firmeza, porque a toga que serve ao povo não teme o poder, assim como nós, que servimos aqui à verdade e àqueles que acreditam no nosso trabalho. Não tememos ameaças, não tememos dar responsabilidades ou respostas à população.

Esta CPMI ainda não concluiu os trabalhos, mas o Brasil já sabe o que ela representa: um grito coletivo por dignidade, um basta ao sistema que enriquece atravessadores e empobrece o aposentado, um marco moral na história recente do Congresso Nacional.

Como está escrito em Jeremias, 22,3: "Assim diz o Senhor: "Praticai o juízo e a justiça e livrai o oprimido das mãos do opressor. Não façais mal nem violência ao estrangeiro, ao órfão, nem à viúva; nem derrameis sangue inocente neste lugar". É isso o que nós estamos fazendo aqui, é isso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que o povo brasileiro espera de nós. É isso que, com a graça de Deus, do Altíssimo ou, como muitos chamam, do Grande Arquiteto do Universo, como já ouvi, nós vamos cumprir até o fim.

Quando esta CPMI se encerrar, eu quero poder olhar nos olhos dos aposentados, dos meus filhos e dos meus netos e dizer: "Nós não nos calamos. Nós não desviamos o olhar, nós lutamos por vocês". Porque a verdade, senhores, pode ser até atacada, mas ela nunca será derrotada.

Estão presentes... Eu quero agradecer aqui o acompanhamento do Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia da OAB, do Conselho Federal da Ordem; também do Dr. Newton Rubens de Oliveira, Diretor de Prerrogativas da OAB-DF; do Dr. Rafael Teixeira Martins, Secretário-Geral da OAB-DF. Os senhores serão sempre muito bem-vindos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada 10/11, para a oitiva de Igor Dias Delecrode, apontado como dirigente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (Aasap).

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 42 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Sergio Moro, Eliziane Gama, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Bia Kicis, Alfredo Gaspar, Evair Vieira de Melo, Dorinaldo Malafaia, Zé Trovão, Kim Kataguirí, Ricardo Maia, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Josenildo e Marcel van Hattem. Deixam de comparecer os Parlamentares Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, José Lacerda, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Coronel Fernanda, Cleber Verde, Welter, Jeferson Rodrigues, Beto Pereira, Bruno Farias e Rogério Correia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e trinta e sete minutos e reaberta às dezoito horas e quarenta e oito minutos. A reunião é suspensa às vinte horas e dois minutos e reaberta às vinte horas e doze minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Igor Dias Delecrode, Dirigente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), em atendimento aos requerimentos 2093/2025, 2103/2025, 2105/2025, 2133/2025 e 2141/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 2540 de 2025** que: "Requer a apreensão do(s) aparelho(s) celular(es) do senhor Igor Dias Delecrode (CPF: 448.490.978-2) e acesso aos diálogos presentes em aplicativos de mensagens instantâneas, além de acesso ao conteúdo dos e-mails que se encontram "logados" no(s) respectivo(s) aparelho(s), bem como acesso aos conteúdos armazenados em "nuvem"." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. Em cumprimento, foi realizada imediata apreensão do aparelho telefônico em posse do depoente, e lacrado em seguida. O advogado Levy Magno manifestou seu protesto contra a decisão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/10>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde.
Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 10 de novembro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 06/11.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero dar o boa-tarde a todos que nos assistem, nos acompanham. Obrigado sempre pela companhia.

Temos tido, em média, pessoas que entram e saem, quase um milhão de brasileiros acompanhando os nossos trabalhos. Isso só nos incentiva e aumenta o nosso senso de responsabilidade com o país, com a nossa função de dar respostas aos aposentados.

Quero dar meu boa-tarde também a todos os Parlamentares presentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, meu muito obrigado pela companhia, aqui neste trabalho.

Nesse final de semana, senhores, eu estive numa cidade muito pequena do meu estado chamada Varzelândia. É a cidade que, em Minas, tem, talvez, o maior número de agricultores familiares, pequenos agricultores registrados, para recebimento de apoio no trabalho. É uma cidade que sofre muito com o problema da água, da seca.

Estivemos lá para acompanhar os trabalhos, numa reunião com aproximadamente 500 pessoas, todas muito simples, já a maioria idosos, agricultores familiares com 55, 60, 70 anos de idade.

Eu quero expressar aos senhores aqui a gratidão daquele povo pelo trabalho desta CPMI. Cada momento, cada abraço, cada cumprimento que me foi dado foi estendido a cada um dos senhores, entre aqueles brasileiros mais simples que hoje estão olhando para cá com muita esperança.

Eu tenho dito que são muitos os entraves, são muitos os ataques, são muitas as tentativas de parar o nosso trabalho, mas nós estamos seguindo com paciência, com resiliência, com determinação e estamos dando as respostas de que o país precisa.

Já na sequência...

É interessante, Relator, que o que eles queriam ouvir era o tempo todo sobre a CPMI. As pessoas, querendo saber, cumprimentando, gente simples, pessoas com as mãos totalmente calejadas, pessoas que trabalharam a vida inteira na roça, como nós falamos em Minas Gerais.

Isso tudo me deixa muito feliz e, principalmente, com a certeza de que nós estamos no caminho certo, apesar de todas as questões que envolvem, nós sabemos bem, dos que não querem que nós investiguemos e que estão dispostos a qualquer tipo de ataque para tentar nos parar ou mesmo até para tentar manchar a nossa história.

Mas, graças a Deus, tudo o que nós fazemos, temos feito, e eu tenho feito isto nestes 50 anos que trabalho, desde os 12 anos de idade, eu sigo um princípio que está no Evangelho: tudo o que eu faço, eu faço em cima do telhado, para que as pessoas vejam, saibam e possam ter





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso. Isso fragiliza, muitas vezes, porque se levanta uma série de coisas, mas eu sempre fui desse jeito. Eu não tenho nenhuma preocupação com qualquer tipo de retaliação ou mesmo de questionamentos. É a nossa vida pública, que tem que ser pautada por decisões.

Hoje, os senhores sabem bem, nós temos mais um *habeas corpus*. E, ao que parece, nós estamos realmente cumprindo o nosso papel, porque nós estamos incomodando. Eu vou ler aqui... Daqui a pouco, eu leio os detalhes do *habeas corpus* que foi concedido pelo ilustre Ministro Gilmar Mendes.

Mas há uma parte aqui, Líder Marinho, Líder Pimenta, que eu gostaria de citar, que fizeram questão, Senadora Damares, de colocar no *habeas corpus*. Vejam bem: "[...] destarte não há dúvida sobre a condição de suspeito e de investigado do paciente, a qual não pode ser artificialmente modificada para qualificação como testemunha por simples decisão colegiada dos Parlamentares, de acordo com o entendimento soberano da Comissão". Sabe o que é isso aqui? Isso aqui é o Supremo Tribunal Federal dizendo mais uma vez que o Parlamento hoje pouco importa. É isso que está escrito aqui. O que Parlamentares, Senadores e Deputados, fazem, para a Suprema Corte, ou pelo menos nessa decisão – eu faço esse entendimento –, não vale absolutamente nada.

Isso é para nos fazer pensar sobre o quanto nós precisamos retomar as atribuições do Congresso Nacional, que, infelizmente – infelizmente –, têm sido entregues a outro Poder, por covardia, por conivência, pelo que for. Mas isso aqui é uma demonstração clara de que estão pouco ligando para o que os Parlamentares dizem ou não dizem. Essa é a minha leitura como Parlamentar. E faço esse comentário, esse registro aqui com os senhores, porque tirou exatamente das nossas decisões taquigráficas a mesma frase, só que complementada com a questão de "artificialmente".

Pensem nisto, sobre o quanto nós, nesses últimos anos, temos questionado essa concentração de poder no Supremo Tribunal Federal, que precisa ser independente, porque nós precisamos confiar na Justiça, mas que nós precisamos dar respostas sobre freios e contrapesos. O Parlamento precisa ter altivez e coragem. Este Senado precisa ter coragem de se levantar, questionar e dar respostas dentro da Constituição, novos limites dessa convivência dos Poderes, que, a meu ver, está totalmente deturpada. Hoje nós temos um Poder só: um Ministro, um juiz determina uma decisão monocrática que derruba a decisão de 81 Senadores, 513 Deputados. Isso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode continuar. Não há possibilidade. Em lugar nenhum do mundo, esse tipo de decisão pode acontecer quando você tem Poderes que se equivalem. Porque não tem um Poder que corrige o outro. Nós precisamos retomar – sabe? – a nossa coragem de Poder.

E eu quero dar essa contribuição com aqueles que entendem que nós temos que ter muita responsabilidade, nós temos que ter com o país muito compromisso, mas toda concentração excessiva de poder, na mão de quem quer que seja, não faz bem à democracia.

Pela ordem, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero apoiar integralmente o seu registro; e dizer que V. Exa., neste momento, nos representa.

Eu vou tentar me ater a esse problema, mas claro que tem que ser contextualizado. Nós estamos vivendo um momento em que há uma jurisprudência de exceções. O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente? Que, quando há conveniência, a lei é alterada ao bel-prazer dos supremos ministros do STF. Nós estamos vivendo um momento, por exemplo, em que daqui a pouco nós estamos aguardando a possibilidade da prisão do Sr. Presidente Bolsonaro. Independentemente do mérito – e eu particularmente não acredito que houve golpe –, mas a forma como ele foi julgado... ele contextualiza, ele significa muito este momento. É o primeiro Presidente da República que não tem a possibilidade de duplo grau de jurisdição. Excepcionalmente.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É o primeiro Presidente da República que é julgado numa turma, e não no pleno. É o primeiro Presidente que é julgado por um juiz que se diz vítima da trama, que notoriamente tem divergências públicas com o atual Presidente e que, claramente, julgou de uma forma excessivamente rigorosa. Fecha.

Nós temos hoje, Presidente, um problema de disfuncionalidade de funcionamento dos Poderes. V. Exa. falou covardia ou conveniência ou conivência. Eu digo a V. Exa., para não ser muito rude, que é uma conveniência. Grupos de poder aqui nesta Casa estão imaginando que essa situação vai perdurar indefinidamente, quando dois Poderes se unem para desequilibrar a democracia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado da República votou a questão do voto monocrático. No dia em que houve a votação, o Líder do Governo recebeu uma repreensão, que foi, inclusive, publicada nos jornais, por um dos Ministros que se sentiu agredido pelo fato de o Senado da República cumprir o seu dever.

E essa ação, Sr. Presidente, essa lei está paralisada na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E a lei diz simplesmente o seguinte: na hora em que uma decisão do Congresso Nacional, que é formado por 513 Deputados eleitos, que representam o povo brasileiro, e 81 Senadores, que representam a Federação, os estados, tomam uma decisão, essa lei não pode ser derrubada pela vontade de um único ministro; precisa necessariamente ser submetida ao Colegiado dos senhores ministros.

Pois muito bem, essa lei está paralisada. Não vota, não avança na Câmara dos Deputados. E ela simplesmente equilibra a questão da relação entre os Poderes.

Aliás, a nossa democracia liberal foi fundada sobre a insígnia ou sobre os desígnios de Montesquieu e de Locke, que preveem justamente a separação dos Poderes e o sistema de freios e contrapesos. A decisão do eminente Ministro Gilmar torna-se personalíssima, porque ela "cita", entre aspas, uma posição de que V. Exa. falou aqui publicamente, representando o Colegiado, de que nós temos uma investigação autônoma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que necessariamente não se confunde com a investigação que está sendo feita pela Polícia Federal, pelo Judiciário, dentro das prerrogativas desse Legislativo, numa CPMI mista, representada por Senadores e Deputados, ou seja, pelo Congresso Nacional. E nós estamos vendo mais uma interferência na forma como este Colegiado tem que se comportar, e isso cria jurisprudências; ou seja, esse instituto está sendo desmoralizado – esse instituto de que eu falo, a CPMI.

Eu espero, Sr. Presidente, independentemente das condições ou posições políticas que evidentemente existem aqui – são campos opostos, é natural o embate político, essa é uma Casa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

política –, que nós possamos nos unir na defesa da instituição, da instituição que representa, mais do que todas as outras, o voto popular, porque o Presidente da República é eleito, mas o povo está aqui representado pelos Srs. Deputados; os estados estão aqui representados pelos Srs. Senadores, que é a Casa revisora da Câmara dos Deputados. E na hora em que esse equilíbrio é atingido desta forma, de forma reiterada, por diferentes documentos que estão, na verdade, aumentando o seu grau de intervenção de forma gradativa... Eu espero que a posição do eminente Ministro, que será por nós respeitada... Porque nós defendemos a lei, nós defendemos a justiça, nós defendemos a ordem. E vamos respeitar a posição exarada pelo eminente Ministro. Agora, eu espero que isso não seja jurisprudência, que isso não crie um mecanismo de perpetuação de intervenção indevida de um Poder sobre outro Poder.

Então, minha solidariedade a V. Exa., em nome de V. Exa., a todo o Colegiado, tá?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E espero que o que nós estamos falando aqui possa repercutir, que os Srs. Ministros possam nos ouvir e avaliar sobre a possibilidade de que é necessário um instrumento que a imprensa tanto fala: autocontenção. E se ela não acontecer, nós temos aqui a obrigação, como Parlamentares, se não nessa, na próxima legislatura, fazermos uma reforma do Judiciário, conversada, trabalhada, organizada, discutida com a sociedade para restabelecer os limites de cada um dos Poderes e a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer a V. Exa. que eu nunca tinha tido a oportunidade de trabalhar com o senhor, mas quero aqui ainda dar o meu depoimento sobre a grande figura pública que conheci na sua pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Além de ser um grande Senador, tem demonstrado uma conduta aqui como um magistrado, um Senador que orgulha o Estado de Minas Gerais e o Brasil. E quero dizer que o senhor tem esse reconhecimento de minha parte e,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com certeza, de todos os Parlamentares que compõem aqui a nossa bancada e que acompanham o nosso trabalho.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar essa oportunidade para fazer um anúncio. Agora há pouco, eu estive conversando com o Ministro Wolney Queiroz, que me informou uma ótima notícia: o prazo para que os aposentados, aposentadas, pensionistas que foram lesados nesse esquema bilionário...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... pudessem reclamar e pedir de volta o dinheiro que foi roubado se esgotava agora no dia 14 de novembro, agora há pouco – e quero dizer que tenho certeza de que o trabalho desta Comissão foi também importante para isso – esse prazo foi estendido até o dia 14 de fevereiro de 2026.

Mais do que isso, Sr. Presidente. Nós temos um número importante de aposentados e aposentadas que reclamaram, mas as entidades, sem apresentar provas, insistem que eles haviam autorizado. Pois o Governo decidiu pagar também para estes aposentados e aposentadas que alegam que foram inscritos sem autorização e que, portanto, foram lesados, foram roubados também.

Até a próxima sexta-feira, já terão recebidos o seu dinheiro 3.721.259 pessoas – 3.721.259 pessoas. Somando um total, Sr. Presidente, de R\$2,541 bilhões; 2,5 bilhões já foram devolvidos para os aposentados, aposentadas, pensionistas, beneficiários do BPC, que foram roubadas por estas quadrilhas que a nossa Comissão está ajudando a investigar e fazendo um papel importante, inclusive para que o Brasil conheça detalhes. Se o Brasil hoje conhece a engrenagem dessas organizações criminosas, isso se deve – e muito! – ao trabalho realizado por esta Comissão, que o senhor tem a responsabilidade de presidir e de que o Deputado Alfredo Gaspar tem a responsabilidade de ser o Relator.

E nós já temos, Sr. Presidente, aptos a aderir, 4,827 milhões de pessoas que nós já identificamos que foram lesados. Portanto, nós temos que fazer um esforço para que todos eles... E todos os dias eu sou procurado por alguém que agora está descobrindo. Tem muitos aposentados e aposentadas, muitos familiares que ainda não perceberam que foram roubados. Então, nós temos que fazer, inclusive, uma campanha de esclarecimento, para que todo mundo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha direito de receber o dinheiro que foi roubado. Essa é a determinação do Presidente Lula. É com esse objetivo que nós estamos trabalhando.

Para concluir, Sr. Presidente, no meu Estado do Rio Grande do Sul, nós queremos chegar a 215 mil devoluções, e no seu estado, Minas Gerais, nós podemos chegar a até 502 mil – 502 mil pessoas para receberem o seu dinheiro de volta. É muito dinheiro, Sr. Presidente. E nós temos que fazer um trabalho de divulgação pela CPI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para que todo mundo possa ter o seu dinheiro que foi roubado... ter o seu dinheiro devolvido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, como não ficar indignado com o que está acontecendo? Primeiro, essa decisão do Supremo; de fato, é inadmissível. E o pior é que isso está acontecendo já há algum tempo, e a gente não vê uma reação. Nós Senadores e os Deputados... Porque nós já aprovamos, inclusive aqui, o fim das decisões monocráticas, e está na Câmara. Os Deputados têm que trabalhar isso, falar com o Presidente. Nós temos que botar isso na pauta. As pessoas têm que entender a importância do Congresso Nacional. E eu fico indignado aqui, realmente, como Parlamentar, de ser tratado dessa forma. Uma CPI, um instrumento tão importante e que perdeu totalmente a sua função principal. Então, é triste isso. Espero que os Presidentes do Senado e da Câmara possam, realmente, tomar conhecimento.

E quero, Presidente, reforçar aqui a nossa ida ao André Mendonça, ao Ministro André Mendonça – que seja um, dois, três, sei lá, uma Comissão, todo mundo da CPMI –, para a gente tomar as providências com relação à prisão desses caras. Está aí a prova. Agora essa surpresa nossa de pessoas falsificando biometria, falsificando assinaturas, não é? Então a gente precisa, realmente... E eles estão falando: "Vamos embora para os Estados Unidos". Eu até perguntei numa reunião hoje se lá nos Estados Unidos também tem ACT. Talvez tenha, e eles estejam indo para lá para discutir isso lá, né, Relator? Então, esse é o primeiro ponto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo é o seguinte: é evidente que os aposentados têm que receber de volta, e não tem que ter prazo de vencimento, não. Se o cara detectou que foi roubado, ele tem que ir lá e receber de volta – e de preferência em dobro, como determina o Código do Consumidor. Mas eu gostaria de reforçar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... a nossa ida, então, ao Supremo e me colocar à disposição, que eu também quero ir nesta reunião. Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, me alegra cumprimentá-lo e, além disso, perceber aqui na Comissão que há uma unanimidade em respeito à sua figura, à sua postura, à sua Presidência aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... da CPMI, que a cada dia que passa, deve mais ao senhor pelas revelações que têm sido feitas e, principalmente, pelas apurações e responsabilizações, que é o que todos nós queremos.

Então, fico contente de ouvir que tanto do corredor da direita, como da esquerda, tanto do Governo, como da oposição, independentes, os elogios têm sido constantes e, portanto, também, em uma só alma, unânimes. Talvez eu não possa dizer o mesmo do Relator, mas obviamente que todos que querem uma investigação profunda, aqui, também o estão aplaudindo, Relator Alfredo Gaspar, aqueles que querem a punição e querem a responsabilização têm visto o exímio trabalho que V. Exa. tem feito e, sem dúvida nenhuma, pelo lado da oposição...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... o senhor continuará sempre contando também com o nosso amplo e irrestrito apoio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, rapidamente, sobre a questão do Supremo Tribunal Federal. O senhor leu o trecho que mais chocou e, obviamente, toda decisão, no fundo, é chocante, toda decisão de *habeas corpus*, porque, em lugar de apenas restringir-se aquilo que de fato é direito, que é o direito de não incriminação – e isso se trata de direito de quem é investigado –, nós estamos avançando para uma impossibilidade de fazer a investigação com aqueles que estão aqui.

É claro que a alusão a que eu faço é verdadeira, quando me dirijo aos eleitores e a quem nos assiste agora também ao vivo, que o que vemos aqui é a ponta do *iceberg*. Tudo o que estamos investigando, em matéria de sigilos quebrados, em documentos que vêm a esta Comissão, é o restante desse *iceberg*. E ali está o caminho do dinheiro, ali há muito material que quem nos assiste neste momento pode não estar vendo, e não está mesmo, porque grande parte desse material é sigiloso, mas ali estamos encontrando muita coisa que vai levar à responsabilização e à punição.

E aí, para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de entrar nessa questão da responsabilização, principalmente, daqueles que roubaram e que deveriam devolver o dinheiro, e não o pagador de impostos. A fila no INSS está aumentando, justamente porque o dinheiro que deveria ir para pagar novas aposentadorias... Quem está esperando agora, pode ter certeza: você está levando mais tempo para receber o dinheiro da sua aposentadoria que você requereu, porque o Governo Lula está usando o dinheiro dos pagadores de impostos para pagar o roubo – é uma conclusão lógica e óbvia. E, além disso, nós estamos vendo também que esse pagamento não está sendo feito de acordo com tudo o que foi roubado. Talvez vai ter que se abrir uma nova CPMI depois, Sr. Presidente, porque tem gente dizendo que foi roubado em muito maior monta do que está recebendo, e tem gente que ainda não recebeu absolutamente nada, sem contar que o acordo que foi feito não deu o direito, que é líquido e certo, da compensação em dobro, como deveria ser feito.

E ainda, repito, para encerrar, Sr. Presidente, temos de inquirir a Ordem dos Advogados do Brasil sobre a cobrança de honorários de 5% desses processos, porque não é possível, se no juizado federal, dentro dos valores dessas ações, todas elas ações menores em montas se comparados com os valores que muitas vezes tramitam na Justiça Federal e, por isso, a lei já prevê que não há honorário de sucumbência nesses valores, que a OAB tenha estipulado 5% de honorários sobre o valor que os aposentados receberão. E quem paga isso de novo? O pagador





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de impostos, todos os brasileiros, ou seja, fomos roubados uma vez como nação, em virtude desse escândalo, e estão retirando mais dinheiro do pagador de impostos que deveria ir para outras áreas.

Fica aqui mais uma vez a minha indignação e o meu apoio a V. Exa., além do desprezo realmente por uma decisão como essa proferida pelo Ministro Gilmar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer para V. Exa. que eu estive no seu estado, na última semana, durante dois dias, e tive a oportunidade de falar com muitos mineiros e ressaltar a grandeza não só do seu mandato, mas naturalmente o trabalho que o senhor lidera aqui, de muito orgulho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... pelos quatro cantos das Minas Gerais, o seu trabalho tem repercutido, assim como o do nosso Relator Alfredo Gaspar, que tem orgulhado a sua categoria, orgulhado os alagoanos. Naturalmente, os brasileiros têm se sentido muito contemplado com as manifestações de V. Exa.

Mas os meus três mandatos aqui na Casa já me deixaram com couro grosso, e nada aqui é por acaso. Quando o Governo, de forma desesperada, mesmo sem saber se tinha recurso no caixa, começou a devolver o dinheiro dos aposentados, primeiro, acusou o golpe – isso é muito claro, e os brasileiros perceberam isso –; segundo, todo mundo sabe, é público, que foi retardada a instalação da CPMI, porque o Governo queria iniciar o pagamento para ver se tirava a pressão popular. Isso tem que ser dito também.

Tem que dizer também que esse dinheiro, que o Governo está devolvendo para os aposentados, é muito aquém...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... do que deveria ser devolvido, já está fazendo falta nos caixas do INSS e vai fazer ainda muito mais. Ele está tirando um rombo para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tapar outro rombo. E há culpa! Quem paga de forma imediata reconhece a culpa, porque sabe que os documentos finais aqui desta CPMI, da forma séria... E o Governo, inclusive, já está anunciando que o relatório vai ser reprovado. Olhem a insanidade deles! Já estão dizendo nas entrevistas para ficarem tranquilos, que o relatório não vai ser aprovado – já estão construindo, inclusive, um relatório alternativo. Isso mostra a ousadia de colocar panos quentes nessa roubalheira, ideologicamente o resultado dela tem uma convivência para a manutenção do estado que está aí.

É claro, essa manifestação do STF... E todo mundo sabe da convivência que tem hoje o STF com o Executivo. Naturalmente, o STF está recebendo algum pedido, algum apelo do Executivo para poder dar o silêncio às pessoas que vêm aqui, porque, se contar a verdade, com certeza, a República cai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Encerradas as falas, vamos à primeira parte da nossa reunião.

Oitiva do Sr. Igor Dias Delecrode, dirigente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista, Requerimentos: 2.093, Deputado Kim Kataguiri; 2.103, Deputado Evair de Melo; 2.105, Deputado Paulo Pimenta; 2.133, Deputado Alfredo Gaspar; 2.141, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Solicito à Secretaria que conduza o Sr. Igor Dias Delecrode. (*Pausa.*)

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Gilmar Mendes no Habeas Corpus 264.622, o qual decidiu conceder para assegurar ao depoente o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam por qualquer forma incriminá-lo, o direito de ser assistido por advogado durante todo o depoimento, o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo, o direito de ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, vedada a sua submissão a qualquer constrangimento, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso exerça os direitos acima explicitados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deste modo, eu... Primeiro, saudar aqui o Dr. Levy, meu boa-tarde mais uma vez, sua presença aqui... Ao Sr. Igor Dias, que já está presente à mesa, boa tarde.

Consulto ao Sr. Igor e ao seu advogado se desejam prestar o termo de compromisso.
(Pausa.)

Então, vamos lá.

Eu passo a palavra ao convocado, o Sr. Igor Dias Delecrode, pelo tempo que achar necessário, para que possa fazer as explanações.

Dr. Levy, já conversamos, o senhor já esteve conosco aqui. Em qualquer momento, o senhor poderá interromper a sessão por qualquer decisão ou mesmo de alguma forma se alguém se dirigir ao seu cliente de maneira desrespeitosa, mas, por gentileza, se dirigir a esta Presidência, para que sejam tomadas as providências.

Muito obrigado.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e demais presentes.

Sou Igor Dias Delecrode, tenho 28 anos, sou jovem empreendedor e empresário. Trabalho e resido em São Paulo. Construí minha trajetória na prestação de serviço em diferentes segmentos.

Sou formado em Gestão Financeira e pós-graduado em Controladoria e Auditoria Financeira.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Gostaria só de fazer um pedido ao Sr. Presidente: de deixar o meu advogado explicar o exercício do meu direito ao silêncio nesta ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Igor.

Dr. Levy, o senhor tem a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Sr. Presidente Carlos Viana, quero cumprimentá-lo nesta oportunidade, cumprimentar o douto Deputado Alfredo Gaspar, douto Relator desta Comissão, o Vice-Presidente e gostaria de cumprimentar também as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Na outra oportunidade em que eu aqui estive perante esta seleta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu fiz apenas um apanhado até para justificar o silêncio daquele que eu acompanhei anteriormente e acompanho nesta oportunidade. E eu disse a V. Exas. que a investigação que, enfim, envolve aqui o convocado começou aqui no Distrito Federal, nas mãos do Ministério Público Federal... desculpe, Ministério Público do Distrito Federal, e o Ministério Público do Distrito Federal entendeu, então, que, por haver um envolvimento do INSS, era caso de competência da Justiça Federal e mandou para a Procuradoria da República.

A Procuradoria da República aceita essa questão e ela manda para São Paulo, que foi exatamente o local onde a Polícia Federal, pela primeira vez, determinou medidas cautelares de natureza real, portanto, e patrimoniais em cima do Sr. Igor. Estive com a juíza da 10ª Vara Criminal Federal, e, nessa oportunidade, pedimos à juíza o acesso para que nós pudéssemos, enfim, explicar ao cliente, que pudéssemos, obviamente, dizer do que se tratava. A juíza, então, disse: "O.k., eu vou avaliar a peça dos senhores". E dali três dias... Está aqui a petição do Ministro Dias Toffoli, determinando, portanto, que tudo que tivesse de INSS subisse ao Supremo Tribunal Federal. Portanto, já não conseguimos o acesso em primeiro grau. Viemos ao quê? Ao Supremo Tribunal Federal, fizemos um peticionamento ao Sr. Ministro de Dias Toffoli, solicitando acesso para que nós pudéssemos explicar ao Igor aquilo que nós tínhamos e aquilo que ele teria que explicar. E eu digo a todos: nós não tivemos acesso a isso. Nunca foi despachada qualquer petição da defesa.

Imediatamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a redistribuição daquilo que estava com o Ministro Dias Toffoli. E, portanto, foi encaminhado ao gabinete do Ministro André Mendonça.

Quando ali estivemos também, no gabinete do Ministro André Mendonça, não conseguimos acesso. Logo em seguida, tivemos a segunda medida cautelar decidida por S. Exa., o Ministro André Mendonça, onde novamente a Polícia Federal vai atrás do Sr. Igor para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreender bens, patrimônios, valores, com bloqueios, passaporte, tudo que havia de necessário em relação às medidas cautelares, tudo foi feito pelo Ministro André Mendonça.

De novo, voltamos novamente no gabinete do Ministro para poder ter esse acesso. E eu digo a V. Exas.: estamos neste caso, praticamente desde maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro. E nós não temos acesso a nada. Não se dá acesso ao investigado.

Então, nós não poderíamos, evidentemente... E faço um adendo a V. Exas.: ele sofreu três mandados de busca da polícia civil, que mesmo eu comparecendo nas diligências e dizendo "isto não é da polícia civil, isto é da Polícia Federal", a polícia civil também fez busca de apreensão na casa dele, na empresa dele, o que me levou até ir ao juiz-corregedor da Polícia Judiciária de São Paulo, o Dr. Patiño, para noticiar isso e dizer: "Patiño, a polícia civil está entrando dentro da investigação da Polícia Federal". O Patiño se comunicou com o Ministro André Mendonça, e o Ministro André Mendonça mandou recolher todos os inquéritos que estavam na polícia civil.

Então, vejamos... Mas até então e até o presente momento, nós não conseguimos acesso. Eu não tenho como explicar a ele quais são os elementos que tem contra você, para que você possa explicar aos doutos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras... E aí eu digo mais a V. Exas.: juntamos todas essas argumentações, me dirigi na impetração do Habeas Corpus de nº 264.622, ao Ministro Gilmar Mendes, fomos despachar e dissemos a ele: "Ministro..."

E aqui nós temos sempre uma questão que é uma questão que o Presidente da CPI, sempre... Eu tenho assistido a isto, permanentemente, para acompanhar os clientes... É essa questão do depoente e da testemunha, depoente e do investigado, depoente e, evidentemente, do investigado. E eu dizia agora, nesse último despacho no gabinete do Ministro Gilmar Mendes: "É importante que, para a defesa técnica...". E eu quero pedir mil desculpas a V. Exas., mas faço o papel, na sua totalidade, em favor daquele que se procura, e eu digo a V. Exas. o seguinte – e eu disse: "Ele é um investigado. Ele não tem condições de assumir termo de compromisso nem assumir o compromisso de dizer a verdade".

Então, foi por essa razão que o Ministro, portanto, ali assinando, disse: "Não há dúvidas [diz o HC] à condição de suspeito e de investigado do paciente, o qual não pode ser artificialmente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

modificado para qualificação como testemunha por simples decisão colegiada dos Parlamentares".

Entendo a autonomia de V. Exas., mas frisamos muito na questão do despacho, até para que pudéssemos, de uma certa forma, protegê-lo, em razão daquilo que ele desconhece.

Portanto, eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade e fico à disposição dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares, para quaisquer esclarecimentos que tenham.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Dando sequência, com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, boa tarde. Na pessoa de V. Exa., saúdo a todos os Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputadas, Deputados, jornalistas, assessores, advogados, depoente.

Sr. Presidente, é de revoltar, é de revoltar a blindagem, mas deixe-me dizer uma coisa ao povo brasileiro: o STF não é o principal blindador desta Comissão. Esta Comissão, por seus pares, blindou de vir aqui Gustavo Gaspar; blindou de vir aqui Paulo Boudens – é só olhar quem blindou: recebeu R\$3 milhões do Careca. Esta Comissão blindou aqui a Sra. Danielle Miranda Fonteles: R\$5 milhões na conta. Olha, esta Comissão blindou a vinda da Sra. Roberta Luchsinger. Aí, a pergunta: "Foi todo mundo?". Não. Como alertou o Senador Marinho, houve vencidos e vencedores. Olha, a blindagem, pela própria Comissão, é uma vergonha! Esse pessoal, junto, recebeu mais de R\$10 milhões de dinheiro roubado, roubado do povo brasileiro!

E vou contar uma novidade pra vocês: vocês vão cair de costas no dia em que souberem quem se aliou a Careca do INSS, quem teve mesada paga pelo Careca do INSS. Essas blindagens impossibilitam de nós avançarmos ainda mais na investigação.

Jornalismo investigativo que tiver coragem e independência, procurem quem blindou Paulo Boudens, R\$3 milhões de propina na conta. Procurem quem blindou Danielle Fonteles, R\$5 milhões de propina na conta. Procurem quem blindou Roberta Luchsinger e procurem quem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

blindou Gustavo Gaspar. Se os senhores e as senhoras fizerem o mínimo esforço, vão ver que a República irá balançar.

Outra vergonha para o Senado da República, que ninguém fala: quais são os gabinetes coroados que exigiram sigilo de cem anos para onde Careca do INSS foi fazer negociata? É a única explicação. E aí, Supremo Tribunal Federal? Vocês, os senhores que exigem tanta transparência nas emendas – e estão certos! – deveriam conceder transparência nas visitas do Senado Federal, e nós sabermos quais as portas e os gabinetes que se abriram para negociata com Careca do INSS. Esse sigilo de cem anos é outra vergonha da República.

E toda vez vou repetir a mesma coisa: Supremo, mostre autoridade não apenas para dar *habeas corpus* para investigado. Conceda a ordem para nós termos o sigilo quebrado das visitas do Careca do INSS. Supremo, estou desafiando! Existe um mandado de segurança aí para o Colegiado. Abra essa caixa preta dessas visitas. Isso é coragem.

Mas, senhores, não poderia também deixar de falar desses *habeas corpus*. Olha, o Dr. Levy já está podendo pedir aqui música do Fantástico: está sempre presente. Excelente advogado! Está fazendo o papel dele, mas que é uma blindagem institucional do Supremo Tribunal Federal a investigados, é. Nós temos milhares de delegacias e milhares de suspeitos.

Eu desafio – eu desafio – esse mesmo *habeas corpus* para aqueles que chegam investigados sentando na frente de um delegado de polícia. O povo não tem direito a esse tipo de *habeas corpus*. Essa é a justiça dividida: justiça do pobre e justiça dos ricos. E a culpa é do Congresso Nacional cabisbaixo, muitos com rabo de palha, com medo de Ministro do STF, muitos com medo de perseguição. Falta altivez ao Congresso Nacional! E poucos têm coragem de falar.

Sr. Igor, boa tarde. O senhor é solteiro ou casado?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Solteiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Igor, eu queria saber qual a sua profissão.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Sr. Igor, qualificação o senhor tem que responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Eu sou empresário. Trabalho no ramo de prestação de serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Igor, o senhor tem alguma correlação – o senhor tem alguma correlação –, em termos de formação pessoal, com tecnologia de informação?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Somente *hobby*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Somente *hobby*.

Olhem, nós estamos diante de um jovem de 28 anos, que mostrou uma capacidade de tecnologia embarcada nas suas empresas muito grande. Não é um fato simples e normal o que aconteceu.

O senhor já mexe com esse *hobby* há quanto tempo?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual a sua relação com as empresas de tecnologia Power BI? O senhor pode dizer?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Engaja Soluções?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rhino Tech?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sank Soluções?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Edtech Ltda.?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Clint Hub Ltda.?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, esse é um silêncio que é um tapa na cara do povo brasileiro. Ninguém aqui está perguntando se ele desviou dinheiro. Ninguém aqui está fazendo essa afirmação. Ninguém aqui está fazendo pegadinha para ele. Perguntei a ele qual a relação dele com seis empresas de que ele é o sócio administrador. Quem é o empresário sério brasileiro que não tem orgulho de falar das suas empresas? Quem é o empresário sério brasileiro que não quer falar sobre o sucesso dos seus empreendimentos?

O senhor poderia me dizer se o senhor é o proprietário dessas empresas?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coloque aqui o gráfico.

Senhores, olhem este país...

Agora, eu estava lendo que um pai de santo comprou um terreno dos Correios, que está com um rombo extraordinário, por R\$300 milhões. Quando os Correios foram descontar o cheque, era sem fundo. Está em todos os jornais agora. Minha gente, esse pai de santo é um coitado. Esses aqui tiveram sucesso – esses aqui tiveram sucesso: arrecadaram – arrecadaram – mais de 714 milhões da Amar, da Master Prev, da Anddap e da Aasap.

Mas este que está aqui teve mais sucesso ainda: ele conseguiu colocar as suas empresas num desvio, juntando outras entidades, de R\$1,4 bilhão.

Passa aqui.

Quem é Igor Dias Delecrode? Aos 28 anos de idade, este rapaz aqui, que chegou com *habeas corpus* para ficar em silêncio, com a garantia de não sair daqui preso – pelo STF, essa garantia –, foi Presidente da Aasap.

A Aasap conseguiu o ACT, e a gente vê daqui a pouco, enquanto ele era Presidente. Depois ele também foi Presidente por um tempo da Amar Brasil. Depois da presidência, ele foi para a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretaria administrativa. Ele também foi da Anddap, lá do conselho fiscal, e da Master Prev, ele também esteve lá no conselho.

Passa aí, por favor.

Aasap, de que ele foi Presidente, conseguiu o ACT em 12 de julho de 2023. Quem concedeu o ACT? Jucimar Fonseca foi quem possibilitou. Quem era o Dirben que assinou? André Fidelis e Edson Yamada. Não, André Fidelis. ABCB, ex-Amar, conseguiu o ACT em 9 de março de 2022, Jucimar Fonseca e Edson Yamada. Anddap, em 6 de fevereiro de 2024, conseguiu o ACT, André Fidelis era o Dirben. E Master Prev conseguiu o ACT em 20, em 31 de agosto de 2023, André Fidelis era o Diretor de Benefícios.

Passa aí. Passa mais um.

Aqui está esse rapaz, 28 anos de idade. Olha, a diferença no Brasil é que, se esse rapaz chegasse sem paletó e gravata na delegacia, estaria lá com um delegado e iria ser preso em flagrante por organização criminosa, bastava isso, já ia preso, como milhares são. Mas esse rapaz engravatado aqui tem milhões de reais, esse rapaz conseguiu uma justiça que o brasileiro comum não consegue. O STF está transformando a Justiça brasileira em dois degraus: degrau dos pobres e degrau dos endinheirados. Está aqui, esse rapaz montou uma organização criminosa.

Volta uma.

E a organização criminosa está aqui, o cérebro dela é a Power-Bi. A Power-Bi, da cabeça dele, que não tem formação em tecnologia de informação, mas é um interessado, como ele disse, andou em três núcleos criminosos. Enquanto Américo Monte, Anderson Vasconcelos e Felipe Macedo trabalharam em quatro associações, roubando mais de R\$700 milhões de aposentados e pensionistas, e, diga-se de passagem, todos estão soltos e blindados, ele conseguiu uma mágica maior. Ele meteu, ele é o coração tecnológico da safadeza, ele conseguiu ir a esse grupo do Américo Monte, Felipe Macedo e Anderson Vasconcelos, colocar a Power-Bi para eles, e foi além, ele foi a um grupo da Cecília Mota, que tinha – eu vou já ler – três entidades e foi num grupo também daquele que esteve aqui recentemente, do Seu Abraão Lincoln. Juntando tudo o que ele participou, mais de R\$1,4 bilhão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala, se este Brasil fosse sério, esse elemento estaria preso! E, olha, vem para cá para debochar, com *habeas corpus*, para não sofrer qualquer tipo de constrangimento.

Olha como ele, através da Power-Bi, fez um sistema sofisticado. De quê? De coleta de dados e verificação de autenticidade. Olha como eles foram inteligentes para o mal! Eles fizeram os ACTs, antes criaram as entidades, depois, entre eles, conseguiram desenvolver a tecnologia para certificar a veracidade dos dados.

Vocês se lembram de que, em 2023, foi adotada uma vergonhosa solução provisória, burlando a legislação para, nessa burla da solução provisória, ter direito a inserir dados em massa de aposentados e pensionistas? Olha quem possibilitou que tudo isso fosse verificado.

A Power-Bi trabalhou fazendo a certificação do grupo da Cecília Mota, Cenap, AAPB. Depois, ela veio para esse grupo aqui, desses mais aí recentes: Anddap, Amar Brasil, Aasap, Caap, Aapen e aquela CBPA, além de mais duas, que não deu para colocar e nem me recordo do nome.

E o que foi que ela fez? Muito simples: eles descobriram que os dados... Esse que está aqui, além de certificar tudo falsificado, certificado digital, conseguiu burlar o sistema de biometria facial. Com o quê? A CGU descobriu. (*Pausa.*)

Olha só, pegava a xerox da identidade e, na xerox da identidade, fazia a biometria facial, o que fosse necessário, e o sistema reconhecia como autêntico.

Pior, eles ficaram com o comando de falsificar tudo aquilo que já estava dentro da Dataprev. E ele é o responsável pela TI dessas entidades.

Então, com um comando, sabe o que a CGU fez? Listou para ter desconto associativo quem? Chico Bento, um personagem de quadrinho. Então, eles iam para o passado e mudavam o que estava lá, como eles também podiam modificar no presente e inserir no futuro.

Tem gente que nasceu para ser mau! Esse aqui, com essa cara de bonzinho, foi o cérebro tecnológico das fraudes, que correspondem a mais de R\$1,4 bilhão.

O interesse dele pela tecnologia podia ser para descobrir um aparelhinho que não permitisse que a pessoa tivesse uma parada cardíaca, poderia ser para uma nova droga aí no sistema de automação de inteligência artificial, poderia ser para detectar câncer, poderia ser para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanta coisa boa, mas ele se juntou com várias organizações criminosas para criar um sistema para roubar aposentado e pensionista.

Sabe quantos anos? São 28 anos de idade hoje. Mas isso já vem... Esse rapaz se tornou jovem adulto entrando no mundo do crime, entrando para criar esse conglomerado tecnológico. E o melhor de tudo é que ele criou, para cada associação, um sistema de verificação de autenticidade independente e todos iam para a Power-Bi.

Olha, minha gente: onde isso aqui tem relevância? Tem relevância... Primeiro ponto: deveria estar preso quem autorizou a solução provisória. A solução provisória do INSS foi uma porta aberta para safadeza. Deveria estar preso quem compactuou com o ACT dessas entidades. Deveriam estar presos todos esses presidentes. Todos esses presidentes de associação meteram a mão em mais de R\$6 bilhões e tem gente sendo blindada aqui, minha gente. Aí, depois, vem falar que o STF está dando só *habeas*... Não é só o STF, não. Aqui tem blindagem também. Isso é vergonhoso.

Aí, eu ia perguntar a ele, porque aí seria a melhor fórmula de nós prevenirmos novos ataques ao sistema da previdência... E ainda muito jovem... Poderia só explicar quantos clientes, fora as associações, a Power-Bi teve?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, me mantereí em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aí você vem para Regula.sign, vem para YoDoc, Assine Rápido, Signpuf; você vem para Docfast, para Fastsign, para Assine.pro. É muito bacana.

O cara tem inteligência para fazer o bem, e o cara tem inteligência para criar um sistema complexo desse de tirar dinheiro de aposentado e de pensionista.

Já pensou quantas pessoas estão nos assistindo? O que é, meu Deus do céu, que um ladrão de meia-tigela está pensando disso aqui? Quem rouba pouco é cadeia e cacete; quem rouba muito está no poder. É assim que está funcionando no Brasil.

Passa aqui, por favor.

Agora, olha, Igor Dias Delecrode, esse jovem aí de 28 anos de idade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico perguntando: o trabalhador brasileiro que recebe um salário mínimo, que sai de casa 5h da manhã, volta à noite, que não tem tempo para ficar com o filho, que não tem dinheiro para botar comida na mesa, que vive escravizado, aí chega um jovem desse aqui e consegue fundar um sistema que meta a mão em R\$ 1,4 bilhão dos aposentados e pensionistas.

Aí, olha, eu não sei nem por onde começar, porque tinha mais dez, eu não deixei ele botar porque ia ficar muito enganchado aqui. Mas, olha: Thamires de Araújo Lima. Sabe quem é ela? Uma advogada. Advogada, deixo de passagem, com certeza, muito próxima de ser advogada criminosa, e precisa vir aqui. A Sra. Thamires de Araújo Lima, que é advogada da Amar Brasil, advogada da Master Prev, advogada da Aasap, advogada de outra que, daqui a pouco, eu digo, essa senhora, sem mais nem menos, mandou R\$3 milhões para Igor Dias Delecrode. Volto a dizer: precisa vir aqui urgentemente. E já trabalhou na Câmara dos Deputados, ou seja, tem mais um motivo para comparecer a esta CPML e esclarecer esses fatos. Ela é advogada de quatro ou cinco associações totalmente envolvidas com desvio de recurso.

Agora, vamos para essa teia. Ele cria o sistema. Quem está com ele nessa criação? Anderson Cordeiro, Felipe Macedo... Anderson Cordeiro, Felipe Macedo e Américo Monte, lá em cima. Quem é ele? Ele foi Presidente da Aasap. Cadê a Aasap aqui? *(Pausa.)*

A Aasap está aqui.

Ele foi Presidente de uma entidade, secretário da Amar, membro de outras entidades, junto com aqueles três que eu citei.

Thamires manda 3 milhões para ele. Anderson Cordeiro manda 1,5 milhão para ele. Travagli Imports manda 2 milhões para ele. Engaja Produções manda 500 mil. Entre as contas dele, mais de R\$5 milhões entraram nas contas dele, fora esses repasses que eu estou dizendo. F2A, que é do Felipe Macedo, manda 162. Sank manda 477.

No total – no total –, esse esquema criminoso colocou para dentro das contas dele, aproximadamente, pouco mais de R\$15 milhões. Mas eram tantas informações no RIF, é tanta transferência e recepção de recurso que não deu para botar na tela. O que dá para dizer aqui é que esse investigado virou multimilionário. Quem é o brasileiro que tem milhões de reais na conta? Quem é o brasileiro que transaciona mais de 15 milhões num espaço menor de um ano?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem é o brasileiro que consegue inventar essas ferramentas para tirar dinheiro dos aposentados e pensionistas e compra um carro, por exemplo, de R\$650 mil, tipo uma Porsche, que ele tem? Quem é o brasileiro que viaja o mundo ganhando dinheiro fácil aí?

Então, os senhores estão diante de um personagem que se relacionou com pelo menos nove entidades, que correspondem a mais de 1,4 bilhão, que faz parte do núcleo criminoso do Anderson, do Felipe e do Américo Monte, mas ultrapassou os criadores. Ele foi também prestar auxílio às entidades da Cecília Mota e do Abraão Lincoln.

Olha, minha gente, se esse investigado aqui abrisse a boca, nós teríamos um avanço muito grande nas investigações. Mas quem vai abrir a boca neste Brasil, com *habeas corpus* na frente, protegendo inclusive o dinheiro que arrecadou, sendo tirado de aposentado e pensionista? Quem vai tremer defronte a uma CPMI, se vem com *habeas corpus* aqui para fazer o que quiser e sair daqui solto? Quem vai se acovardar perante homens e mulheres interessados em investigar, se tem um papelzinho de três páginas dizendo, "olha, você vai entrar e sair; só é dizer, 'eu tenho o direito constitucional de ficar calado'".

Passa aí.

O resultado é isso aqui: impunidade, riqueza e tapa na cara do povo brasileiro. Tem horas que revolta. Tem horas que eu fico pensando "o que é que nós estamos fazendo aqui?", se da própria CPMI, como eu disse, Paulo Boudens, Gustavo Gaspar, Danielle Fonteles, Roberta Luchsinger, estão blindados; se a gente não pode ir a gabinete de Senador para saber quem deu guarida e roubou o dinheiro do povo brasileiro, dando poder a Careca do INSS, com cem anos de sigilo – por que o STF ainda não concedeu uma ordem para quebrar esse sigilo? –; se a gente não pode aqui pedir prisão em flagrante de um integrante de organização criminosa? Isso é uma vergonha para o Brasil. Isso é uma vergonha para as instituições brasileiras.

Aí Ferrari, Porsche, dinheiro, isso é impunidade. É dinheiro roubado do povo brasileiro, e não acontece absolutamente nada. Enquanto temos quase 1 milhão de presos que roubam celular e têm que estar presos, que praticam latrocínio e estupro e têm que estar presos, esses aqui que meteram a mão com força no dinheiro de pessoas vulneráveis, esses que se juntaram a políticos, apoio estão tendo e nada acontece, e ninguém faz absolutamente nada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal, mostre ao Brasil, quebre o sigilo dos cem anos do Senado, meta esses mais de 20... que muitos aqui disseram, "é um pedido de prisão antecipado". Que antecipado? Nós estamos diante de um monte de gente que roubou o povo brasileiro e estão soltos. Isso não acontece numa democracia, só se essa democracia estiver altamente enferma, que é o caso do Brasil.

Volta lá. Deixa aí.

Presidente, eu tenho 90 perguntas para esse investigado. Não fui eu só não, fui eu com a equipe técnica.

Agora diga de verdade... O cara está blindado, vem para cá para ficar calado. Já mostrei... Eu vou perguntar o que eu vou colocar no relatório? Não vou fazer isso. Então, o *habeas corpus* para ele, esse silêncio é a vitória da impunidade, é a vitória de quem sabe que o crime compensa neste país. Olha, quando você tem padrinho político, quando você tem dinheiro, quando você tem bom advogado, no Brasil compensa roubar, no Brasil compensa você praticar crime.

Eu quero dizer, Sr. Igor Delecode, que o meu maior desejo é lhe ver num presídio de segurança máxima. Uma mente criminoso como a sua não pode estar solta para continuar praticando crimes. Aí, a diferença é que não foi com revólver, foi com a tecnologia; a tecnologia que permitiu que bilhões fossem roubados do povo brasileiro.

Supremo, é uma vergonha estar solto; Supremo, é uma vergonha estar blindado; Supremo, é uma vergonha ter *habeas corpus*. Esses políticos safados também que estão dando esse apoio político e essa blindagem são uma vergonha. Muita gente faz discurso bonito, mas aqui quer blindar vagabundo.

E digo, Sr. Presidente, que está na hora de essa CPMI reagir, reagir fazendo uma reunião com o Ministro André Mendonça, que é uma pessoa decente, porque o povo brasileiro não pode estar vendo esse desfile de impunidade. Esse é mais um que deveria estar preso.

E discordo de quem falou que o dinheiro do aposentado e pensionista está sendo devolvido. Não. Esses criminosos não devolveram R\$1. A gente precisa ir atrás desse dinheiro e buscar para o povo brasileiro. O povo brasileiro foi roubado, e é o pagamento dos nossos impostos que está devolvendo dinheiro a aposentado e pensionista, mas o dinheiro roubado continua roubado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu encerro essas palavras dizendo, Presidente, que a indignação do povo brasileiro é com essa blindagem e essa impunidade. Aqui a gente só está exibindo um desfile de criminosos que estão impunes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Quero me solidarizar e dar os parabéns pelo posicionamento, pela palavra. Acompanho em todos os detalhes essa indignação e o desejo de que as coisas avancem. E eu tenho muita confiança – muita confiança – de que diante de tudo que nós temos exposto, tudo que tem sido mostrado, haverá justiça neste país. Eu tenho confiança nisso.

Eu vou passar a palavra ao autor do primeiro requerimento, o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Presidente, Relator, Deputados, Senadores, defesa, investigado Igor...

Olha, eu quero dizer, Igor, que apresentei esse requerimento para te convocar aqui, talvez deve ser porque eu tenho inveja do investigado, Senador Izalci, porque o sujeito é sócio de seis empresas de TI que movimentam centenas de milhões de reais e diz que TI, que programação é só um *hobby*.

Deputado Marcel, eu estudei três anos, no colégio da Unicamp, processamento de dados. E o máximo que eu consegui foi ser contratado para fazer sistema de mercearia.

Nós estamos aqui diante de um gênio que não sei se ele vai me responder, mas é sócio não só da Power-Bi, já citada pelo Relator, mas da Engaja Soluções em Tecnologia, da Rhino Tech Desenvolvimento e Tecnologia, da Sank Soluções, da ICD Tech, da Clint Hub, abertas ali entre 2020 e 2025, coincidentemente ali no estouro do escândalo.

Pelo menos ser sócio dessas empresas o senhor quer confirmar?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Deputado, respeitosamente, me mantere em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ô Deputado Kim Kataguiri, essa propriedade, essa sociedade é pública?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então o senhor tem que responder, Sr. Igor. É um documento público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Levy, se ele é sócio ou não é uma pergunta qualificadora, Excelência.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Perfeito. Ocorre, Excelência, que, nós já conversamos, ele é investigado por uma questão... um dos crimes é organização criminosa. Com qualquer informação que ele dê a respeito destas empresas, evidentemente você forma um fecho, que, na realidade, até isto é objeto do próprio *habeas corpus*. Então, não há... a investigação não permite, porque ele não tem acesso aos dados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, só para paralisar o tempo enquanto o advogado fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode ficar tranquilo. Pode paralisar e eu devolvo o tempo.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – É por essa razão, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – ... que eu volto a dizer a V. Exa.: ele é investigado por organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Qualquer informação, nome, empresa, evidentemente, é potencialmente incriminador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Eu protesto, Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Levy...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – "Marcel, você é filiado ao Novo?"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso é que eu ia falar. Com a máxima vênia, Dr. Levy, é uma informação pública que consta numa junta comercial. É uma pergunta qualificadora, ele vai dizer "sim" ou "não" apenas.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Se é um dado público, Excelência, acho que não há por que fazer o questionamento a ele.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É claro que há! Um dado público, numa linha... Vamos lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho. Só um instante.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Eu diria o seguinte, a questão é...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Ô Presidente, quem decide se faz sentido eu fazer alguma pergunta sou eu. A defesa escolhe se responde ou se não responde.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Nós não vamos responder.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Agora, se há uma coerência na linha de raciocínio ou não, se eu devo perguntar ou não, não cabe à defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vai responder?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só uma intervenção aqui do Vice... Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, até para auxiliar na condução dos trabalhos, auxiliar V. Exa., é direito do advogado, de acordo com o art. 7º da Lei 8.906, de 94, fazer uso da palavra pela ordem. Mas eu quero atentar, Sr. Presidente, para o art. 7º, inciso X, que diz o seguinte: "usar da palavra, pela ordem, em qualquer [juízo ou] tribunal [...], mediante intervenção [...] sumária". O que a gente está vendo aqui são discursos. Então, enquanto diz que o cliente tem o direito de permanecer calado... mas o advogado vem aqui para fazer discurso. A intervenção, o direito pela ordem do advogado é de fazer intervenção sumária, objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não de fazer discurso aqui nesta CPMI. Quem aqui tem que falar é o depoente, não o advogado fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado pela colocação, Vice, até pelo posicionamento, mas eu entendo que o advogado tem o direito de se manifestar nessas questões da explicação sobre o direito de resposta ou não. Vejo dessa maneira e nós vamos continuar tratando assim do mesmo jeito.

Deputado Kim Kataguiri, o senhor tem os dez minutos para dar sequência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, o que o investigado não quiser responder, eu vou afirmar. E aí cabe a ele exercer o seu direito de desmentir ou não, né? Não sou eu que vou sair... Definitivamente, se tem uma pessoa que vai sair desta CPMI com fama de ser ou de não ser ladrão, não sou eu.

Então, o Sr. Igor é sócio da Power-Bi, da Engaja, da Rhino Tech, da Sank, da ICD e da Clint Hub. E todas essas empresas foram criadas aí, feitas em alfaiataria, sob medida, para atender à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização criminosa de cada uma das associações que desviaram dinheiro. De muitas dessas associações, ele próprio era dirigente, né? Incluindo a citada pelo Relator, a Aasap.

A Aasap, que teve o seu acordo de cooperação técnica que permitiu que roubasse de aposentado liberado pela Dirben, sob o comando de André Fidélis. André Fidelis, que publicamente é indicação do Senador Weverton Rocha.

Eu não sei se eu já falei aqui nesta CPMI do Senador Weverton Rocha, não me lembro, mas ele é um Senador, Deputado Zé, se o senhor não conhece, ele é do PDT, do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula e ele não gosta, e deixou isso muito claro – e eu acho importante os Parlamentares respeitarem esse desejo do Senador Weverton –, ele não gosta que digam que ele foi o primeiro Parlamentar citado nas investigações do escândalo do INSS. Sabe? É o Senador Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão – de vez em quando, eu esqueço –, Vice-Líder do Governo Lula, que não gosta que digam que ele indicou o André Fidelis e que também blindaram, como bem colocou aqui o Relator, blindaram a vinda aqui, que também era um requerimento de minha autoria, do Sr. Gustavo Gaspar, que também era um elo importante para a gente entender esses relacionamentos republicanos do Senador Weverton Rocha. Vamos lá... É o Senador Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, só para a gente... É importante... Eu tenho um problema de memória.

Em 15 anos, também o nosso investigado... Em 15 anos, não, opa, estou sendo generoso aqui. Em um ano, o nosso investigado aqui movimentou R\$15 milhões na pessoa física. É de fato aí um programador de... Um programador não, um sujeito que tem como *hobby* a programação, um sujeito de muito sucesso.

Houve um documento da Controladoria-Geral da União que coloca o investigado, o Igor, como o elo da engrenagem na rede que ligava os descontos a *sites* de assinatura digital usados para filiar esses aposentados. E essas empresas de tecnologia criadas pelo investigado eram usadas por entidades que roubaram os aposentados, como é o caso da Aapen, da Amar Brasil, da Master Prev e da Anddap.

Sr. Igor, o senhor que era responsável por fazer esse relacionamento entre as suas empresas e essas entidades que contratavam essas empresas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, respeitosamente permanecerei em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Muito bem.

Bom, não só o investigado era responsável por fazer esse relacionamento, como era ele próprio, Presidente, dirigente dessas entidades, ou seja, eu magicamente... Vamos lá, eu tenho como *hobby* TI. Magicamente, eu surjo como dirigente sindical e de associação de aposentado. Eu imagino – o investigado é mais novo do que eu, Presidente –, eu imagino que ele não seja aposentado nem que tenha uma carreira ampla dentro do sindicalismo na representação de aposentados. Então, esse sujeito que tem como *hobby* a programação e que não é aposentado, de repente, surge como dirigente de associações que representam sindicatos. E, aí, ele próprio, como dirigente, faz a influência para contratação das suas próprias empresas. Então, o sindicato faz um acordo de cooperação técnica para permitir que se validem as assinaturas fraudadas. O dirigente desse sindicato, que permite que essas assinaturas fraudadas sejam enviadas ao INSS para fazer o desconto associativo, fornece o próprio serviço, que valida o acordo de cooperação técnica e permite que esses descontos sejam feitos.

E, aí, entra um ponto importante que já foi levantado aqui pelo Relator. Como eu disse aqui, eu não sou nenhum, não sou nenhum programador brilhante. Deixei... faz uns dez anos que eu não escrevo uma linha de código. A minha incompetência não é por causa dos meus professores, é por mim mesmo, mas, mesmo eu, Presidente, que sou um péssimo programador, eu sou capaz de escrever um programa que diferencia uma *selfie* de um xerox. Então, eu acho, no mínimo, curioso que um programa vendido para entidades que movimentam centenas de milhões de reais não seja capaz de fazer uma coisa básica, que assim... Você nem precisa programar isso, você consegue encontrar pronto esse programa na internet. Hoje, até com o ChatGPT, se você mandá-lo agora fazer um programa, ele vai fazer em Python.

Então, eu queria questionar se, de fato... Vamos ver se alguma pergunta o Sr. Igor decide responder.

De fato, o programa, Igor, concedido pelas suas empresas não era capaz de diferenciar *selfies* de um simples xerox de um RG, até em preto e branco? Ele não era capaz de fazer essa diferenciação?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, respeitosamente, ficarei em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Atenção, meus ex-colegas de sala, tem uma oportunidade grande de emprego aqui para vocês. Tem empresas de tecnologia, com contratos na casa das centenas de milhões de reais, precisando de um programador que seja capaz de fazer um programa que diferencie *selfie* de xerox, Deputado Zé Trovão.

Eu acho que tenho alguns amigos trabalhando em algumas multinacionais que, com certeza, não recebem o que o sócio de empresas que tem como *hobby* TI e que está recebendo e vendendo isso aí para os sindicatos.

Bom, o que eu acabei de falar não necessita da confirmação do investigado, porque a própria Controladoria-Geral da União já comprovou. Não só isso, a Controladoria-Geral da União, mas também, no caso da Aasap, senhores, teve uma decisão judicial, veja só... A própria justiça já não aceita como válidas as assinaturas enviadas por associações que contratam a empresa do investigado, porque a justiça já sabe: se vem dali já é falso, porque eu já analisei tantos casos de falsificação dessas associações contratando essas empresas, que, se você quer me exigir algum benefício, quer me exigir alguma indenização, utilizando a validação desse *software*, que é concedido por esse prodígio que nos fala – e não que vos fala, que não estou me elogiando; é que nos fala, é do investigado –, esse programa concedido por ele é tão imprestável, mas tão imprestável que o Judiciário, de pronto, já diz que não serve.

Olha só um caso emblemático. A Aasap, num processo judicial, apresentou um contrato com assinatura digital para aprovar a filiação. A defesa demonstrou que a geolocalização da assinatura indicava que o aposentado estava em São Paulo, a 580km de sua cidade de residência, e a entidade Aasap foi condenada.

E aí, eu acho que essa vai ser minha última tentativa de te perguntar alguma coisa, Igor, para você, enfim... Pelo menos, não sei como você vai... Como você vai se desempenhar no processo judicial, mas, pelo menos, no inquérito do âmbito desta CPMI, você ainda tem alguma chance de, não sei, entregar alguém maior, de dizer que tinha um papel menor, de dizer que era laranja, de dizer que teve uma participação menor e que a gente tem que... Tem pessoas maiores para pegar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho a menor dúvida de que a maior parte dos Deputados e dos Senadores estariam mais do que felizes em abrandar a sua participação no relatório final que vai decidir quem vai ser indiciado, caso você demonstre que a sua participação foi menor e que você tem pessoas maiores para entregar.

Então, eu pergunto: o senhor, como ex-Presidente da Aasap, controlador de empresas de assinatura digital, tinha conhecimento desse caso judicial específico e das inconsistências de geolocalização apontadas pelo juiz? Fez algum ajuste de segurança na plataforma depois dessa condenação? Mais uma vez, é pública, é um processo judicial público. Qualquer um – o senhor não precisa me confirmar a existência –, qualquer um pode ver agora, abrir agora e pesquisar esse processo na internet. Então, o senhor tinha ciência dessa decisão judicial que anulou e condenou a Aasap, que você presidiu, e tomou alguma medida em relação a isso?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Muito bem, senhores.

Bom, eu vou fazer coro...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu vou fazer coro aqui ao que disse o Relator. É uma vergonha, de fato, que a gente tenha no Brasil duas justiças. Que a gente tenha... Porque quem é poderoso, quem consegue fazer grandes roubos, esse é premiado, esse é blindado; quem não é poderoso, muitas vezes, é condenado até sendo inocente. Então, infelizmente, nós temos uma assimetria gigantesca no nosso país, muitas vezes com o respaldo da Suprema Corte, que deveria fazer o trabalho contrário, que deveria representar um equilíbrio. Quando um poderoso rouba, quando um poderoso mata, quando um poderoso trafica, a Suprema Corte devia ter poder e independência para segurar o poder desse criminoso poderoso e aí condená-lo e aí mandá-lo à cadeia. Infelizmente, não é isso que está acontecendo, mas, assim, expressar, assim como o Relator fez, o meu desejo. Investigado, Sr. Igor, no que depender das minhas vontades e da minha sede de justiça, gostaria muito de ver o senhor preso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

Poderia passar a listagem das...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso, sim, Excelência.

Senador Izalci Lucas, Senador Sergio Moro, Deputado Paulo Pimenta, Senador Marcos Rogério, Senador Marcio Bittar, Marcel van Hatten, Deputado Evair de Melo, Senadora Damares, Deputado Coronel Chrisóstomo, Deputado Mauricio Marcon – o senhor é o 11º.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depois, Duarte Jr., Ricardo Maia, Eliziane Gama, Dorinaldo Malafaia, Zé Trovão, Bia Kicis...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Está presente. (*Risos.*) Rogerio Marinho, Alencar Santana e, por último, como 20º, Senadora Soraya Tronicke.

Senador Izalci, com a palavra, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, quem não deve não teme.

Não é possível que jovens como você, Sr. Igor, utilize de conhecimentos tecnológicos para roubar. O pior disso tudo é roubar dos nossos aposentados, gente que passou a vida inteira juntando suas economias para finalmente ter um pouco de paz quando chegasse a essa idade. Eu tenho falado em todas as oitivas aqui da minha indignação que eu sinto quando estou lendo esses documentos que nós recebemos aqui. Como tanta gente envolveu e criou esquema de organização criminoso para roubar os nossos aposentados!

Para as pessoas que estão nos acompanhando, já mostramos vários indícios desse esquema brutal que foi criado.

E olhem: esses criminosos roubaram de quem mais precisa e fizeram isso para viver uma vida de luxo. Eram carros importados, relógios, joias, viagens... Eu não sei como vocês que fazem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte desse esquema imundo conseguem colocar a cabeça no travesseiro e dormir. Não sei. Vocês, com certeza, não têm coração. E que fique aqui claro para quem está nos assistindo: dessa quadrilha, que, ao que tudo indica, o Igor faz parte, serão todos presos e vão pagar por tudo que fizeram. Não vamos descansar até que todos estejam atrás das grades. Então, recomendo que você aproveite este momento para falar a verdade e tentar um destino diferente dos seus colegas de roubo.

Presidente, vamos continuar cobrando do Ministro André Mendonça a prisão preventiva desses envolvidos nessa roubalheira. Eu não vou chamar você de senhor, não, até porque nenhum de vocês merece tal respeito.

Igor, preciso que você responda uma coisa: consta que você era Presidente, dirigente da Aasap, porém algo que não faz muito sentido é que você não era procurador das contas da associação. Vocês utilizaram laranjas para fazer essas transferências milionárias para empresas ligadas a vocês mesmos. Usava laranja? Você assinava o cheque, pelo menos? Só assinava o cheque?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O relatório aponta uma movimentação atípica que você poderia explicar para a gente. Aqui diz que, em 11 de março de 2025, a Aasap recebeu 8,8 milhões do INSS. Primeiro, como você explica do nada a Aasap receber valor duas vezes, 2,3 vezes maior do que o faturamento cadastrado, que é de 3,8 milhões? Aí, no mesmo dia, 11 de março de 2025 – no mesmo dia –, esses quase 9 milhões foram divididos e transferidos para outros envolvidos neste roubo.

Está com sono, porque não deve estar dormindo – espero que seja isso mesmo, questão de consciência.

Por exemplo, tem aqui 1,9 milhão para a AMJC M4, que é do suspeito Américo Monte – o nome está dizendo AM, Américo Monte –; tem 1,7 milhão para AD Vasconcelos Ltda., que também é do suspeito Anderson Vasconcelos; e mais 1,8 milhão para a EMG - JC Ltda., que é do suspeito Felipe Gomes. Aliás, existe aqui mesmo um padrão de criar empresa com siglas dos nomes dos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos que só servia para lavar e distribuir dinheiro do roubo. Eles nem perderam tempo tentando ser criativos com nomes de empresas. Parece que havia uma certa urgência.

Igor, esse dinheiro que foi dividido nessas contas para outros envolvidos era distribuição de lucro do dinheiro que vocês roubaram dos aposentados ou teve alguma prestação de serviço que o aposentado poderia utilizar? Tem alguma dessas empresas que prestou algum serviço de que os aposentados podiam se beneficiar, alguma coisa?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, quem é que mandava realmente fazer as transferências da Aasap? Era você ou os administradores Cícero Martins e Giovanni Cardoso?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Provavelmente, os laranjas que distribuíam esse recurso.

O relatório classifica essa operação de transferência dos quase 9 milhões em um único dia como suspeita, pois não tem justificativa aparente de que foi na tentativa de evitar bloqueios judiciais. Por essa pressa de distribuir esse dinheiro, qual a razão de distribuir no mesmo dia? Recebeu 8,8 milhões e, no mesmo dia, transferiu tudo isso?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso realmente foi para distribuir o mais rápido possível o dinheiro roubado dos aposentados. A sua empresa, a Sank Soluções Desenvolvimento e Tecnologia, em 19 de março de 2025, recebeu R\$160 mil da outra empresa que você administrava, a Aasap. Já começa a ficar estranho aqui, né? Você dirigindo uma empresa e usando a sua posição privilegiada para contratar uma outra empresa que é sua, o que é claramente conflito de interesse.

Aliás, o mais estranho é que todos que passam aqui – aqui, nesta CPMI – só dizem que o serviço foi prestado, mas nunca conseguem comprovar. Você realmente prestou mesmo esses serviços para os aposentados e pensionistas?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, onde é que estão esses contratos, relatórios técnicos, *e-mail*, *logs*, qualquer coisa que comprove esses serviços, se foram realmente prestados? É importante a gente ter conhecimento disso.

Aliás, são várias empresas. Você tem a Sank, a Power, a Rhino Tech. Qual foi o papel dessas empresas para viabilizar os descontos dos aposentados? Era exatamente para falsificar as assinaturas, a biometria? Esse era o grande objetivo da empresa?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Igor, você confirma que essas empresas foram usadas para fornecer a tecnologia que permitiu a inclusão de associados em lote, a validação das biometrias com fotos manipuladas e a falsificação de assinaturas digitais? O sistema permite fazer tudo isso?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, olha, Igor, a sua relação com as associações que roubaram 700 milhões dos nossos aposentados é muito forte. Você dirigia a Aasap, era secretário-executivo da Amar Brasil, foi membro do conselho fiscal da Master Prev. Agora você tem coragem de vir aqui e não falar nada? Devia aproveitar essa oportunidade, até porque eu vi aqui as colocações iniciais. Quem não deve não teme. Só vem para cá com *habeas corpus* quem realmente tem culpa no cartório. E aqui não tem nenhuma dúvida de que você realmente está envolvido até o pescoço realmente com essa roubalheira que aconteceu no INSS, a mesma quadrilha que usou o seu *software* para burlar a biometria, falsificar a assinatura e conseguir fazer descontos em lote desses aposentados.

O que tudo indica é que isso foi feito com a ajuda de servidores do INSS. Quem estava na lista de pagamento de propina de vocês?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É isso, Presidente.

A gente fica...

(*Soa a campanha.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... indignado com as respostas, indignado realmente, como o Relator colocou muito bem, com as blindagens que estão acontecendo aqui.

E fica mais indignado ainda com a posição do Supremo Tribunal Federal, que ainda faz questão de colocar no *habeas corpus* que o Congresso Nacional e nada são a mesma coisa. Colocou isso claro. E eu acho que isso aí é um motivo para que nós Senadores possamos reagir lá, com o Presidente, e cobrar realmente um posicionamento mais concreto. É inadmissível continuar do jeito que está.

E reforço mais uma vez: vamos juntos ao André Mendonça. Nós temos que botar essa turma na cadeia!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Próximo inscrito, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho uma série de perguntas, Sr. Igor Dias Delecode, mas, considerando aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... o exercício do direito ao silêncio, que eu respeito, é um direito constitucional, mas eu quero lembrar aqui, e já falei numa outra oportunidade, Sr. Igor, que essa também é uma chance de o senhor se exonerar, porque, na verdade, há uma investigação, há indícios relevantes em relação ao seu nome, em relação à sua empresa, que teria recebido, segundo os dados aqui levantados, entre junho de 2024 a março de 2025, cerca de R\$63 milhões em descontos associativos.

O senhor é uma pessoa jovem, 28 anos... Imagino que não tenha um passado de experiência em associações ou sindicatos. Então, isso levanta uma sombra de suspeita extremamente significativa.

Veja que são 1.222.637 pessoas que sofreram esses descontos. Próximo a 100% delas não reconhece a autenticidade, a veracidade dessa autorização, em nove meses. Então, se esses fatos,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a suspeita se confirmar, a sua empresa teria lesado, a sua associação, as suas ações teriam lesado mais de 1 milhão de pessoas.

Mas, considerando aí a sua posição de ficar em silêncio, eu vou fazer uma pergunta muito simples, e o senhor escolhe se responde ou não responde, se quer se exonerar dessa responsabilidade ou não, mas a pergunta é a seguinte: Sr. Igor Dias Delecrode, o senhor ou a Aasap, que era a associação que o senhor presidia, pagou propina a funcionários do INSS direta ou indiretamente? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE (Para depor.) – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Uma pergunta simples, Sr. Igor: a sua empresa ou o senhor, Igor Dias Delecrode, pagou ou não pagou propina a funcionários públicos?

Veja, se não pagou, é muito simples o senhor responder que não. E quem tem que provar isso, o ônus é sempre da acusação. Agora, quando se faz uma pergunta dessa, sim ou não, pura e simples, para o senhor, e o senhor não responde, o que é que o senhor acha que nós, Parlamentares, pensaremos, o Relator aqui responsável, nesta CPMI, de fazer o relatório, e, dois, a população brasileira? Sim ou não? Resposta simples.

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quanto o senhor ou a Aasap pagaram ao Sr. Stefanutto, Presidente do INSS, no período em que a Aasap conseguiu 63 milhões em descontos associativos?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quanto o senhor, Sr. Igor, ou a Aasap pagaram, direta ou indiretamente, para o Sr. Virgílio Oliveira?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quanto foi pago pela Aasap ou pelo senhor ao Sr. André Fidelis, todos eles funcionários do INSS?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A sua empresa, a associação Aasap, ou o senhor pagaram suborno ou propina ao Ministro Carlos Lupi? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Por último, entre as minhas perguntas, Sr. Igor, o Sr. Frei Chico... A sua empresa... Eu vou chamar de empresa, até porque não parece mais que é uma associação, era um empreendimento comercial, infelizmente, criminoso, a Aasap, e o senhor pagaram ou não pagaram suborno ao Frei Chico, irmão do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, eu teria várias outras questões a fazer aqui, mas para mim isso é suficiente.

Aqui a gente tem um investigado com a possibilidade de responder até à primeira pergunta que fiz, sem nominar pessoas, de maneira genérica, se pagou ou não suborno a funcionários públicos, e nem isso, nem isso o investigado se sente à vontade para responder.

Eu fui juiz por 22 anos, interroguei traficante de drogas, interroguei ladrões do Erário, e tinha muita gente que chegava lá e respondia. Às vezes, inocente, às vezes, culpado. Mas uma coisa que a gente aprendeu é que, quando você tem um investigado, um acusado que não tem uma boa história, que não tem um álibi que se preste a apresentar, ele fica em silêncio. E essa é uma orientação que é legítima do advogado, não estou criticando isso. Mas quando o senhor fala isso numa CPMI televisionada, o senhor está, na prática, colocando para toda a população brasileira que o senhor não tem uma resposta. E o senhor vê aí, com 28 anos, não sei se entende mesmo desse tema de informática, mas eu tenho certeza de que o senhor não entende nada de direito previdenciário, que o senhor não entende nada de atendimento ao aposentado, que suas empresas aqui não têm a prova de um serviço que foi prestado para elas. Ainda assim o senhor, suspeito...

E quando o senhor aqui se cala nesta CPMI, sem dar qualquer nenhuma resposta, na prática, o senhor está admitindo, para a opinião pública – depois a gente vai ver as provas que vão vir pelo fluxo do dinheiro, mas perante a opinião pública, na prática –, o senhor está admitindo: "Sim,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu, Igor Dias Delecrode, participei de um esquema criminoso", que, só considerando Aasap, roubou R\$63 milhões de 1,222 milhão de pessoas.

Eu espero que o senhor tenha sido bem-sucedido em conseguir aí a sua parte do dinheiro e em esconder, para o benefício do senhor, não da justiça, porque vai ser muito difícil o senhor encontrar qualquer trabalho, qualquer emprego nessas circunstâncias.

Por isso que eu coloco para o senhor novamente, é a oportunidade que o senhor tem aqui de se exonerar com respostas simples. E vou perguntar mais uma vez para o senhor: o Sr. Igor Dias Delecrode, a Aasap, que o senhor presidiu, que recebeu aí R\$63 milhões de descontos associativos com suspeita de fraude, pagou suborno ou propina a funcionários públicos do INSS? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Senador, respeitosamente, eu vou ficar em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – É isso, Sr. Presidente. Encerro aqui minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agora liberou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso pedir silêncio à sala, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a tentativa de construir uma narrativa que esconda da população brasileira as decisões administrativas que foram tomadas dentro dos governos e que permitiram que esse escândalo acontecesse, as narrativas são vergonhosas, também aqui dentro da CPI, desta CPML. Parlamentares que fazem perguntas e fazem perguntas claramente com o objetivo de fazer cortezinho para lacrar na internet, mas não perguntam aquelas coisas que realmente a população quer saber e que vão permitir que a gente entenda como que esse esquema criminoso chegou aonde chegou. Aliás, fazem longas intervenções com um monte de perguntas e não perguntam





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o básico: quando é que tudo isso começou e como que isso começou? Porque esse indivíduo do seu lado tem 28 anos, mas ele não começou hoje nesse esquema, Sr. Presidente. Eu tenho aqui um documento da Amar Brasil de 2020, assinado por ele, Igor Dias Delecrode, Secretário Administrativo, renunciando ao cargo de Secretário Administrativo – 2020, Sr. Presidente! Ele já estava lá na Amar Brasil, ele se relacionava e fazia contato com o Julimar, que vai vir aqui... o Jucimar. Igor Dias Delecrode.

Ainda, Sr. Presidente, em 2021, ele participa da assembleia que criou a Master Prev Clube de Benefícios. Está aqui a ata, onde o senhor Igor está lá, criando a Master Prev. E é curioso, Sr. Presidente, porque vários desses nomes que fazem parte da organização junto com ele já são conhecidos nossos aqui: Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro, Américo Monte Junior. Todos são nomes aqui que nós já conhecemos e que caracterizam, sim, uma organização criminosa. Eles têm o mesmo contador, o mesmo advogado, divisão de tarefas, hierarquia. É a típica organização criminosa que a gente chama do andar de cima, que se relaciona com as *fintechs*. E essa turma está sendo blindada, sim, mas não por nós. Nós queremos ver essa turma na cadeia e temos que cobrar, cobrar do Ministro André Mendonça, que faça a retenção dos passaportes dos integrantes dessa quadrilha e que determine a prisão dos integrantes dessa quadrilha.

Mas, Sr. Presidente, veja bem, ele também está aqui envolvido. Ele era dono, Sr. Presidente, Presidente de uma empresa chamada Chronos Clube de Benefícios, 2022 – Chronos Clube de Benefícios –, grupo de seguros. Ele era também, Sr. Presidente, envolvido quando a Chronos mudou de nome e virou a Aasap (Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista). Junto com quem? Com o Anderson Cordeiro e com os outros parceiros dele. E veja que curioso, Sr. Presidente, ele era também de uma entidade chamada Associação Nacional de Defesa Sobre Rodas. Eles vêm desse ramo, clube de seguros, prestação de serviço, proteção veicular, carro blindado. Todos eles têm essa mesma caminhada.

Mas como é que essa gente conseguiu, Sr. Presidente, um ACT? Como é que essas entidades aqui, Associação Nacional de Defesa Sobre Rodas, como é que a Chronos, de que ele era o dono, Clube de Benefícios, como é que essa gente começou a roubar aposentados e aposentadas? O trabalho deles não tinha nada a ver com aposentados e aposentadas, não tinha nada a ver com pensionistas. Foi por acaso que esses jovens – ele na época com 22, 23 anos, sem nunca ter trabalhado – ficaram milionários da noite para o dia, Sr. Presidente? Foi por acaso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostra um pouquinho para nós aí, por gentileza, bota no quadro, os carrinhos deles, que foram apreendidos – é o segundo documento, mas bota aí para nós vermos o segundo documento.

Olha lá, Presidente! Foram apreendidos com eles aqui, naquela operação esses dias, ele e a quadrilha dele, 29 veículos. Uma Ferrari de 4 milhões, Sr. Presidente; Mercedes-Benz, 2 milhões. Um carro aqui que eu nem sei o que é, LRRR, não sei o que é isso aí. Rolls-Royce, será que é? Porsche, Mercedes-Benz. Olha quantos Porsches eles tinham, Sr. Presidente: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove dez, onze, doze. Olha, 15 Porsches. Audi! BMW!

Nunca trabalharam, Sr. Presidente! Ficaram ricos roubando aposentados, aposentadas, pensionistas e BPC. Mas como que eles conseguiram isso? E ficou claro aqui na vinda do Ministro Onyx: Decreto 10.537, de 2020, assinado por Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx.

O que diz o decreto, Sr. Presidente? E não foi aqui lembrada a data do decreto: 2020. Permitiu que essas entidades passassem a ter direito a ACT, acabaram com a exigência de que só entidades de aposentados e aposentadas pudessem fazer desconto. Isso aqui não aconteceu por acaso. Abriam a possibilidade, através desse decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onyx, e abriam também para que, além dos aposentados, as pensionistas também começassem a ser roubadas.

Veja bem, Sr. Presidente...

Bota lá o documento do Virgílio.

Quando ele entrou com o pedido de ACT e foi negado, o parecer do Virgílio, na época, dizia o quê? Olha lá: "Não se pode olvidar que a intenção do [...] Sr. Presidente da república na edição do Decreto 10.537 [...] foi a de ampliar o rol de legitimados para desconto de mensalidades associativas em benefício previdenciário dos seus filiados".

Está aqui a prova de que essa gente que era para estar na cadeia foi autorizada a roubar dos aposentados, aposentadas e pensionistas por conta desse decreto assinado por Jair Messias Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, Sr. Presidente. Então, não foi por acaso que ele começou a roubar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E olha só, a Instrução Normativa 110, de 2020 – e ninguém aqui perguntou se ele pagou propina para o Rolim, que era o Presidente do INSS na época –, diz o quê? Não há mais a necessidade de que a assinatura seja física. O termo de filiação à associação e o termo de autorização de desconto "poderão ser formalizados em meio eletrônico, desde que contemplem requisitos de segurança". Rolim. Foi aqui, está aqui o documento: a instrução normativa de 2020. Foi aqui que abriram a possibilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de que o Sr. Igor pudesse começar a fraudar a assinatura eletrônica e fraudar biometria. Não podia antes. Pôde a partir de quando? Instrução normativa assinada pelo Rolim, Presidente do INSS. Estão aqui os dois documentos. Sem esses dois documentos não existia Igor Delecode. Sem esses decretos e esta instrução normativa não existiriam o "*golden boys*". Sem esses dois documentos do Governo Bolsonaro, esse roubo bilionário, de aposentados e aposentadas, nunca teria acontecido. Isso aqui não é narrativa. Isso é documento. Isso é prova de que, se o Governo Bolsonaro não tivesse sido conivente, não tivesse mudado a legislação, o esquema criminoso nunca teria entrado para dentro do Estado brasileiro e não seria possível que essa figura, que nunca trabalhou na vida, ficasse bilionária do dia para noite.

R\$1 bilhão – R\$1 bilhão – essa figura que está do seu lado movimentou, Sr. Presidente, sem nunca ter trabalhado na vida. O negócio dele sempre foi roubar aposentado, aposentada e pensionista. E ele só conseguiu isso... *(Fora do microfone.)*

... porque ele teve respaldo de alguém.

Ele só conseguiu isso – Sr. Presidente, está aqui o *Diário Oficial da União* – porque o Governo Bolsonaro assinou esse decreto; porque, no Governo Bolsonaro, foi feita esta instrução normativa. E nós temos que saber por que fizeram isso, porque se eles ficaram bilionários, é porque alguém oferecia proteção. E alguém, com certeza, recebeu parte desses bilhões de reais que os "*golden boys*" e a sua quadrilha de bandido roubaram dos aposentados e aposentadas do nosso país, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Posso ser eu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quer trocar?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Quero, se você permitir, se você quiser. Se não, eu te espero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode ser o Senador Marcio Bittar, então.

Dez minutos, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, falar alto e grosso não significa inocência, não. Eu nunca vi um bandido afinar...

A esquerda, nesta CPI, de forma organizada, como eu conheço... Eu sei, eu já vivi lá quando era jovem, quando os ventos, para o jovem, a utopia encanta. Depois vem a razão. Mas, assim como ela passa o tempo inteiro tentando dizer que toda essa roubalheira saiu do Governo Bolsonaro, o meu papel é dizer que essa roubalheira é o modo, é a operação da esquerda – não há nenhum lugar do mundo em que, para chegar ao poder, não corrompa instituições. E, ao chegar no poder, as corrompe mais ainda. Na minha outra intervenção, eu disse que o mensalão e o petrolão têm o mesmo DNA. "Eu preciso aprovar minha agenda de esquerda." Compra o Senado, compra a Câmara Federal. É o mensalão. "Eu preciso agora pegar dinheiro para bancar campanhas." Pega as estatais e loteia.

Pois bem, já tendo falado do mensalão e do petrolão, hoje vou falar de um esquema muito parecido, que é o prejuízo, o roubo, dos funcionários da Previdência, dos Correios, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, dos fundos de pensão, por coincidência, acontecendo no mesmo Governo da Dilma Rousseff e do Lula. Então, peço que passe aqui o primeiro vídeo sobre fundos de pensão.

(Procede-se exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, entre 2003 e 2016, se transformaram Previ, Petros, Funcef e Postalís, tomadas de assalto. Prejuízo estimado em R\$70





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões. Quem que teria que pagar, como estão pagando até hoje? Os funcionários dessas estatais.

Eu quero agora que passe, por favor, o segundo vídeo, da Globo com Joesley, que, aliás, viraram parceiros de novo. Por favor, o segundo vídeo. *(Pausa.)*

Está sem som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Isso, Sr. Presidente e Sr. Relator, é aparelhamento como projeto de poder. Isso é inerente à esquerda. E interessante que mexer com o dinheiro de aposentado não é novidade, e é por isso que eu estou mostrando.

Peço o vídeo nº 3, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, agora vamos ao último vídeo, que mostra aquele que fez com que a roubalheira nas estatais parasse e que fez com que o escândalo de corrupção dos aposentados dos Correios não explodisse.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, agora vamos ao último vídeo, que mostra aquele que fez com que a roubalheira nas estatais parasse e que fez com que o escândalo de corrupção dos aposentados dos Correios não explodisse. É o depoimento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, por favor, o último vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, esse aí é o que está pagando por um crime que nunca cometeu e que foi responsável por não permitir que esse escândalo, que V. Exas. tão bem pesquisam, não estourasse, explodisse no Governo dele, estourando em seguida.

Meu objetivo, Sr. Presidente – e já peço um minuto a mais, normal para todo mundo... É porque V. Exas., principalmente o Presidente e o Relator, não estão diante de um caso fortuito. Isso não é um erro, isso é um modelo. A mesma coisa que motivou o mensalão é a mesma que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivou o petrolão, é a mesma que motivou a roubalheira nos fundos de pensão, que guarda uma semelhança, porque aqui também são aposentados, talvez mais vulneráveis ainda...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... do que os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos Correios, embora lá tenha muitos funcionários que ganham pouco e de que estão descontando até hoje, até 2030.

Portanto, se o objetivo da esquerda é vir aqui todo dia – e aí não importa a verdade, mas é toda vez –, para tentar dizer que isso aí é um caso isolado e é culpa do Presidente Bolsonaro, eu estou aqui para dizer que tudo isso é a mesma coisa: é a esquerda – repito, para terminar – que, para chegar ao poder, não mede consequências – isso é um modelo – e que, estando no poder, entende que o Estado é dele e se apropria do poder.

Portanto, mensalão, petrolão, fundos de pensão e a roubalheira do INSS têm o mesmo DNA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é uma pena que, mais uma vez, a gente esteja diante de uma reunião em que o depoente não fala. Há uma blindagem aqui a alguns depoimentos, especialmente àqueles em que há evidências de transações obscuras, e que, quando vêm a uma CPI ou uma CPMI, como é o caso desta, e simplesmente usam o direito constitucional ao silêncio, é um desserviço à Comissão e um tapa na cara dos aposentados brasileiros. Obviamente que o papel da defesa técnica é respeitado nesta Comissão – e não quero questionar aquilo que inclusive está abrigado por uma decisão judicial –, mas é lamentável, é lamentável, porque nós estamos diante de uma situação evidente.

E hoje, ao passo que o depoente não fala, o espaço é para a construção de narrativas, e narrativas de lado a lado. Agora, à parte as narrativas, tem um fato, e o fato é: os aposentados do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil foram assaltados, golpearam os aposentados no Brasil. E quando a gente ouve aqui algumas falas no sentido de apontar quem foi que pariu Mateus, quem foi que deu causa a tudo isso... Olhe, quem deu causa a tudo isso foram os bandidos, que encontraram brechas, margem, e simplesmente cometeram um dos maiores crimes contra os aposentados brasileiros.

Agora, quando a gente olha os fatos que estão sendo apresentados e olha o que aconteceu no curso do tempo... Em janeiro de 2019, o Presidente... o ex-Presidente Bolsonaro mandou para o Congresso Nacional – e eu me lembro muito bem – a Medida Provisória 871. Qual era o objetivo dessa medida provisória? O objetivo dessa medida provisória era acabar com as facilidades para o cometimento de crimes contra os aposentados. Era a MP antifraude, porque já se verificavam naquele momento fragilidades. E aí, lá tinha a previsão da revalidação anual, no caso, da lista dos associados.

E aí qual foi o movimento político feito naquela época? Os partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores: campanha ostensiva, no Plenário da Câmara dos Deputados e também no Senado, contra a MP 871.

Eu acho que... Eu considero, tem hora... Eu fico vendo aqui vídeos de lado a lado, colocando aqui vídeos que às vezes estão fora até do contexto daquilo que é o trabalho da CPMI, mas, nesse caso, não é fora de contexto, porque esses vídeos contam a história do que aconteceu.

E qual foi o desdobramento? As evidências estão aparecendo, e fato é, e nós já sabemos disso, que as fraudes contra os aposentados não começaram no Governo Lula 4, começaram muito antes – começaram muito antes –, começaram talvez até mesmo antes de Lula ser Presidente pela primeira vez. Passou pelo Governo Dilma. No Governo Bolsonaro, medidas foram adotadas, sim, para controlar. Agora, a narrativa da esquerda é querer colocar o seguinte: "Não, o Bolsonaro quis favorecer o escândalo com os ACTs". Primeiro que ACT em si não é crime, o problema não é o ACT. O problema é a associação indevida, é você registrar no Dataprev alguém que jamais foi filiado a essa entidade e depois praticar o desconto associativo. Aí que está o problema.

Mas Bolsonaro propôs controlar. Qual foi o movimento da esquerda e do PT? Não ao controle, não às regras de controle. Rejeitaram a medida provisória. Foi aprovado depois um texto que foi fruto de uma construção dentro do Parlamento, liderada pela Contag! E quem disse isso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o ex-Presidente da Câmara dos Deputados – da Presidência da Câmara –, dizendo, anunciando o acordo feito com a Contag. Agora, vem dizer aos brasileiros que o Bolsonaro quis criar um modelo de propinoduto para favorecer Contag, para favorecer Sindnapi, o sindicato do irmão do Lula! Está de brincadeira, não? Porque é isso que querem dizer! Querem dizer: "Acabou o puxadinho dos sindicatos do Brasil, porque nós acabamos com a farra da contribuição sindical!" E aí o que faz a esquerda? "Não, o sindicato não pode ficar sem dinheiro". Como é que faz? "Nós temos que criar um mecanismo". E qual foi o mecanismo? Ah, o desconto associativo. Não por acaso, isso virou tese inclusive no Supremo Tribunal Federal. "Não, o desconto associativo, esse não foi exterminado. Por aqui a gente tem uma brecha".

E alguém vem querer convencer o brasileiro de bem, pagador de imposto, que foi o Governo do Bolsonaro que favoreceu os descontos associativos que beneficiam entidades de que campo político? Da direita? Não! Da esquerda. Sindicato do irmão do Lula. Contag. Só os sindicatos, as associações ligadas a essa instituição levaram 50% de todo o volume dos descontos associativos – 50%! –, mas querem dizer: "Não, é do Governo A, do Governo B". Deixa eu dizer, aqui tem uma diferença: no nosso campo político, não importa se o bandido é filiado ao PL ou ao PT, é bandido do mesmo jeito, pronto! Não tem essa! Não protegemos bandido de estimação! Cometeu crime? Está no campo da direita? Cadeia nele! Agora, tem gente que tem os bandidos de estimação...

Agora, o Senador Marcio Bittar falou aqui agora há pouco, Trovão, e é verdade: tem método, tem meta e tem uma narrativa pronta quando o escândalo acontece. "Não, a culpa não é do Lula. A culpa não é deste Governo".

O que nós estamos fazendo nesta CPMI é investigar para proteger e defender os aposentados do Brasil. E aqui, Sr. Presidente, eu acho que o trabalho da CPMI vai muito além de simplesmente se identificar quem orquestrou essa roubalheira toda, as quadrilhas envolvidas; quem se favoreceu de forma direta, de forma indireta; quem criou o ambiente político para sobreviver, porque se não tivesse suporte político também não teriam, ao longo do tempo, conseguido permanecer de pé. Mas, mais do que isso, o trabalho desta CPMI, ao final, é traduzir um relatório que represente aqui não só o enquadramento de quem cometeu o crime, mas quem vai botar na cadeia é a polícia e o Judiciário. O nosso trabalho é um trabalho paralelo a isso; agora, sobretudo, identificar quais foram os pontos, as brechas que permitiram isso acontecer e aí promover mudanças na legislação para proteger os aposentados do Brasil. O nosso papel aqui





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é só olhar para o passado, no sentido de apontar culpados e exigir punição – é isso também –, mas é, sobretudo, identificar as vulnerabilidades, as fragilidades para corrigir, para que isso nunca mais aconteça na história do Brasil e os nossos aposentados sejam protegidos.

Então, esse jogo de cena de dizer que a culpa é desse ou a culpa é daquele, isso é o menos relevante aqui, porque, se houve alguém lá atrás que tenha cometido erros, falhas, não esperem que da parte deste Senador tenha qualquer tipo de benevolência, porque, se cometeu crime, será enquadrado como todos os demais. Não tem bandido protegido...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... porque é do campo de cá. Essa não é a prática da direita. Essa não é a prática de quem defende um Brasil decente, um Brasil livre de corrupção.

Portanto, eu lamento uma vez mais esse festival de liminares que estão sendo expedidas e, com isso, atrapalhando, impedindo a devida investigação no âmbito da CPMI, mas o trabalho desta Comissão vai continuar e tenho certeza de que vai servir ao Brasil para a gente poder promover um ambiente com mais segurança e mais proteção aos aposentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. É o nosso compromisso.

A pedido do depoente, a sessão está suspensa por dez minutos.

(Suspensa às 18 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Dando continuidade aos Parlamentares inscritos, passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Olá, Presidente.

Bom, vamos direto ao assunto com o depoente de hoje, Igor Dias Delecrode.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria começar perguntando: qual é a sua idade, Igor?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Deputado, 28 anos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vinte e oito anos.

E o senhor foi Presidente – me corrija, se eu estou enganado – da Aasap, que é a Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista, de 17 de maio de 2022 até 12 de janeiro de 2024. Confere?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas é um dado objetivo. O senhor foi Presidente da entidade durante esse período; então, eu afirmo. E, se for diferente disso, o senhor diz: "Não, não é verdade".

O senhor foi Presidente, entre 17 de maio de 2022 e 12 de janeiro de 2024, da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista.

E aí eu queria lhe perguntar, o que lhe fez... O senhor tem hoje 28 anos, não é isso? Em 2022, o senhor devia ter 25. O que lhe fez se interessar por aposentados e pensionistas, aos 25 anos de idade, a ponto de ser Presidente de uma associação de amparo?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor foi Presidente de uma associação, e ser Presidente de uma associação é uma posição honorífica. O senhor tem orgulho de ter sido Presidente de uma associação de aposentados e pensionistas? Alguma coisa o levou a querer ser Presidente. Não foi para fazer o bem?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não foi para fazer o bem, então, que o senhor foi Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista? Porque eu vejo aqui que o senhor depois se licenciou, saiu, renunciou à Presidência e passou procurações ao Felipe Macedo Gomes – que esteve aqui, ladrão de aposentado –, Américo Monte Junior e Anderson Cordeiro, todos ladrões de aposentados. O senhor passou procuração para eles cuidarem, depois





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do término da sua Presidência, depois da publicação do acordo de cooperação técnica, para que cuidassem dessa e de outras também entidades. Inclusive, vários familiares deles estiveram à frente de entidades: Amar Brasil, Master Prev, Anddap. Juntos, desviaram mais de R\$700 milhões dos aposentados.

E aí, Igor, eu queria lhe perguntar – porque assumiu no seu lugar Giovanni Cardoso –: quem é Giovanni Cardoso?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor conhece Giovanni Cardoso?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Deputado, respeitosamente, vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor era Presidente e passou para Giovanni Cardoso a Presidência. O senhor não o conhece? Não sabe dizer se conhece ou não conhece? Acho que é uma coisa muito elementar para dizer que vai ficar em silêncio. O senhor não o conhecia, então?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, Deputado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor o conhecia, é evidente.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – ... vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vai permanecer em silêncio.

Aqui é um deboche, Sr. Presidente, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, porque é um absurdo: eu estou perguntando só se ele conhece ou não conhece quem sucedeu a ele na Presidência.

E aí, Sr. Presidente, a gente faz essas perguntas aqui, que no fundo são um pouco retóricas, sim, mas a gente também faz afirmações. E aqui tem afirmações muito interessantes. Felipe Macedo Gomes, a quem o senhor outorgou uma procuração para cuidar das entidades depois, abriu uma empresa chamada... Uma empresa não, uma lavanderia de dinheiro dos aposentados. O senhor não é empresário. O senhor disse que é empreendedor e empresário. Não, o senhor é golpista, o senhor é um estelionatário.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós estamos tratando aqui de um investigado por crimes muito sérios.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu só peço a V. Exa. o cuidado nos termos, até por conta...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe o que é, Presidente? Eu vou atender ao seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é uma ofensa a um empresário sério ele vir aqui e dizer que é empreendedor e empresário. É uma ofensa a quem trabalha, no dia a dia, para pagar as contas no fim do dia, pagar o jantar, botar pão na mesa, ele chegar aqui e dizer que é um empresário. Isso é que é ofensivo. Eu dizer que ele é estelionatário, bandido, não é ofensivo, não. É a verdade, o que as investigações estão demonstrando.

E aí, Sr. Presidente, veja bem, esses amigos todos dele, Felipe Macedo Gomes, que já esteve aqui, abriu a Maden (Emjc Calculo Certo), no dia 8 de dezembro de 2022, recebeu 26 milhões da Amar Brasil, que é uma dessas entidades aí que roubaram de aposentados.

O senhor foi Presidente de uma associação de aposentados e pensionistas. O senhor tinha noção de que estava tirando R\$50, R\$60, que fizeram falta para aposentado, para senhor de idade, senhora de idade comprar remédio e que faleceram por conta disso? O senhor tem essa consciência?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu tenho essa consciência. Eu tenho convicção de que o senhor também tem.

Agora, se for – e é – o gênio do mal apontado aqui pelo Relator, é natural que queira permanecer em silêncio, porque o mínimo que se deveria ter era empatia por essas pessoas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu faço um apelo, ainda que inútil, somando-me aos Senadores e Deputados que me antecederam, para que o senhor entregue quem realmente se beneficiou ainda mais de tudo o que o senhor fez. Porque, logo depois da eleição de Lula, criaram outra empresa aqui: a ADV Serviços Ltda., também Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, 8 de dezembro de 2022. Depois, outra aqui. No dia 9 de dezembro, o seu outro amigo e filho do atual Presidente da Amar Brasil, Américo Monte Junior, abriu a AMJ Security Ltda., que recebeu 17 milhões da Amar Brasil.

Sr. Presidente, isso tudo aconteceu sob as barbas de uma administração do Ministro Lupi e do Presidente Lula, que criou justamente uma solução provisória, Senadora Damares, que era para justamente garantir algum tipo de fiscalização. E eles se aproveitaram até disso. Criado pelo Stefanutto, que esteve aqui.

O senhor conhece o Alessandro Stefanutto?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor está protegendo o Alessandro Stefanutto?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor conhece o Geovani Spiecker?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor está protegendo Geovani Spiecker?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor conhece o Lupi?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Frei Chico?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thaís Hoffmann?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Virgílio Oliveira Filho?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Todos nomes que são citados, figurinhas repetidas aqui. O Geovani Spiecker e o Alessandro Stefanutto, no final de maio de 2024, fizeram a tal da solução provisória, que era justamente a criação de uma forma de biometria simplificada, que não ficava no controle do Governo ou da Dataprev.

E o que é que esses ladrões fizeram, Zé Trovão? Eles criaram a solução para lavar ainda mais dinheiro. É que nem a história do *call center*, que recebia a ligação dos aposentados para resolver no varejo e continuar roubando no atacado. Então, eles criaram um aplicativo e aproveitaram o tal do aplicativo para roubar mais para comprar carro de luxo, para comprar relógio caro.

É interessante, Sr. Presidente, porque tudo aqui vai demonstrando como essa organização criminosa agiu sem que o Governo desconfiasse. Aliás, mentira, o Governo estava participando disso. Olha para o Igor Dias Delecrude. Olha aqui, população brasileira, para o depoente. Vê se ele tem cara de... O senhor é aposentado?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, não... Mas isso é uma... É aposentado ou é... O senhor disse que era empreendedor, estava na ativa. O direito ao silêncio não lhe protege de dizer fatos óbvios. Dá uma olhada para ele aqui se é aposentado. Quem é que não desconfiava, no Governo, que o cara não era aposentado para ser presidente de associação de aposentado, pô?

Eu me surpreendo que demorou tanto. E aí diz: "Não, o Lula descobriu". Porcaria nenhuma! Graças ao trabalho sério da CGU, lá dentro, que, aliás, cadastrou até o Chico Bento como aposentado no seu sistema; e o seu sistema funcionou retroativo para o Chico Bento.

O Chico Bento é aposentado pelo INSS, Seu Igor Dias Delecrude?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Chico Bento é. Pela sua empresa, é. O senhor...

Esse riso de deboche é bom; é bom para a população ver. É bom para a população ver a cara de pau...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... Sr. Presidente. Porque é o seguinte: ele vai lá, cria um sistema, a CGU cadastra o Chico Bento retroativamente, e ele dá risada aqui quando a gente pergunta se o Chico Bento é aposentado.

Olha, Sr. Presidente, tenho informações até de que o Sr. Igor... Ele, olha, participou de muita roubalheira. Mas eu queria saber, sinceramente, se o senhor está realmente protegendo alguém. *(Pausa.)*

Está ou não está?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque seria muito bom se o senhor viesse aqui ou dissesse para a Polícia Federal, que também está investigando junto com o Supremo Tribunal Federal, quem o senhor está protegendo, quem que permitiu uma falcatrua desse tamanho. Porque não é possível o senhor sentado aí... Até difícil chamar de senhor, 28 anos de idade! Sentado aí, com essa fortuna, com esses carros de luxo, não tem cara de aposentado, aliás, tem cara de recém-saído da faculdade. Disse, inclusive, no início, Presidente, que é pós-graduado em Controladoria e Gestão... *(Risos.)* Controladoria e Auditoria. É a raposa cuidando do galinheiro, realmente.

Olha, Sr. Presidente, eu encerro aqui desejando excelente trabalho para o Relator. A coisa não está difícil; está cada vez mais fácil enxergar essa roubalheira toda. Mas faço aqui também um apelo ao Igor: pare de proteger quem quer que o senhor esteja protegendo.

Está muito claro que tem gente graúda aí que lucrou com isso: tem irmão do Lula que foi blindado, tem assessor de Senador, assessor de Deputado – tem de tudo. Pense bem,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente por ser jovem, no seu futuro, porque tenho certeza de que as barras da Justiça chegarão para o senhor – chegarão –, mas podem chegar com menos força se ajudar a gente a desvendar aqui quem realmente se beneficiou politicamente disso e permitiu que figuras como o senhor chegassem a esse grau de rapinagem do dinheiro dos pobres aposentados gaúchos e brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O Deputado Zé Trovão com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa noite ao senhor, ao nosso nobre Relator. Quero aqui parabenizá-los pelo bom trabalho. Sr. Igor Dias, Sr. Levy Magno, Doutor.

Nós estamos vivendo tempos bem turbulentos, Igor, e eu queria que você, primeiro, entendesse que tudo que eu quero falar contigo não é nada pessoal. Aqui eu faço um papel de investigador e preciso trazer luz a crimes que aconteceram contra pessoas idosas. E claro que, sendo provado no futuro que você tem ou não ligação, o que vai lhe caber é condenação ou absolvição. Mas eu sempre apelo pelo bom senso de que o silêncio nunca é a melhor saída para nada. Mas, assim como o seu advogado lhe instruiu, e o senhor tem, com certeza, que seguir as orientações dele, fica-nos muito difícil ter apenas um diálogo, conversar, perguntar, ouvir respostas, e a gente acaba tendo que fazer algo que eu não gosto muito, que é afirmar.

Mas vamos lá. O senhor faz parte de um sistema de empresas que diretamente e comprovadamente desviaram 700 milhões. Mas esse valor pode chegar, inclusive, segundo a CGU, pode chegar a 1,4 bilhão, né? Ainda tem uma... Está sendo feita uma transação de dados.

O senhor pode explicar como a empresa Soluções Power BI foi contratada pela Aasap, da qual o senhor era Presidente?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Ficando em silêncio, o senhor confirma que o senhor atuava nos dois lados do balcão, controlando quem pagava e quem recebia. Isso é o que eu acabei de dizer para o senhor... O grande problema do silêncio é isso.

O senhor pode... O relatório de inteligência financeira mostra que a Aasap movimentou mais de R\$9 milhões em um único mês, com repasses diretos à Sank Soluções, empresa registrada também em seu nome. Pergunto: Por que a associação sem fins lucrativos transferia 160 mil para a empresa privada sua, do senhor?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mais uma vez, o silêncio comprova e os documentos não mentem. Então, nós estamos aqui falando que essa Aasap foi usada como passagem para lavar recursos públicos, Sr. Igor.

Nos extratos aparecem transferências cruzadas entre a Aasap e empresas ligadas ao Sr. Felipe Macedo, Américo Monte e Anderson Cordeiro – todos já vieram aqui, né? Todos estão sendo investigados. O senhor confirma que mantinha sociedade ou acordos comerciais com essas pessoas durante o período da fraude?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, Sr. Igor, o senhor confirma que fazia parte mesmo em silêncio. É o grande risco do silêncio, Sr. Igor. É muito complicado isso.

O sistema criado pelo senhor foi apontado pela CGU como peça-chave – presta atenção –, como peça-chave para a falsificação de assinaturas. E aí existe um grande risco: essa peça foi tão chave que mais de 5 mil filiações eram de menores de 16 anos.

E olha só que interessante: nós tínhamos uma criança de seis anos e uma criança de nove anos. O senhor consegue, pelo menos, me confirmar se essa... Não que crianças não possam ser aposentadas. Às vezes, a criança tem alguma situação especial e ela pode estar aposentada... O senhor consegue confirmar que essas mais de 5 mil crianças, que foram cadastradas pela sua empresa, vinham de algum espectro especial para estarem cadastradas como aposentadas? Ou o senhor não tem conhecimento?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Igor, o silêncio é a porta da cadeia. O silêncio é a porta de uma cadeia muito perigosa. Deixe-me... Eu vou lembrar dois pontos para o senhor aqui. Fraude, estelionatário: art. 171 do Código Penal, pena de cinco anos de prisão. Lavagem de dinheiro: Lei 9.613, de 1998, pena de três a dez anos de prisão. Formação de quadrilha ou associação criminosa: art. 288 do Código Penal, pena de um a três anos de prisão, podendo ser aumentada se houver uso de armas ou participação de menores.

Somadas as penas, só aqui, o senhor tem aí, no mínimo, 18 anos de cadeia. Só que aí tem um agravante: uso de cargo público, prejuízo ao Erário, continuidade delitiva dos valores altos, a pena pode passar dos 20 anos.

Só para o senhor entender, eu não estou lhe acusando. Se for provado que o senhor fez parte desse esquema, o senhor terá todas essas penas acarretadas ao senhor e mais tudo que eu acabei de falar. O senhor tem 28 anos. O senhor provavelmente... O senhor faz aniversário neste ano ou já fez?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Já fiz.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Já fez.

Se essas investigações findarem no ano que vem, o senhor vai ter 29 anos. O senhor vai sair da cadeia com quase 50 anos. Isso – e isso – se ao longo e ao decorrer de todo o processo não for descoberto mais coisa depois de uma condenação, porque nenhum processo acaba... Só para o senhor entender: quando se encerra um processo, ele continua em outras instâncias buscando outras informações. É assim que Marcola e Fernandinho Beira-Mar estão presos e vão permanecer o resto da vida.

O senhor parou para pensar que o senhor, um garoto de 28 anos, pode passar mais de 20 anos na cadeia?

Deixe-me... Eu vou dar um conselho para o senhor de alguém que respeita muito a todos aqui nesta CPMI, inclusive quem está sendo investigado, porque quem está sendo investigado não pode ser condenado, a não ser depois das investigações, mas os pontos que são ligados ao





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor e o seu silêncio nos mostram que o senhor teve complacência com o crime ou o senhor está protegendo quem cometeu, porque, às vezes, o senhor nem sabe de nada disso.

Aqui sentou-se um senhor que a única coisa que ganhou foi viagens pelo Brasil, e ficou claro aquilo: que ele não sabia de nada, que ele não sabe como opera. A única coisa que ele fazia eram transações bancárias.

Então, é muito triste ver tudo isso acontecendo e muito perigoso, porque um jovem de 28 anos deveria ser exemplo como eu sou. Eu vou falar para o senhor no que eu sou exemplo. Muitos jovens me procuram para se aconselharem sobre dependência química, porque eu fui dependente químico. Assumi a minha dependência química, coloquei isso exposto ao Brasil inteiro, e hoje eu sou procurado por diversos jovens para entender como eu consegui sair disso.

E o senhor deveria ser um exemplo, como um jovem de sucesso, por fazer algo bom; não por fazer algo mau, porque isso a gente já tem bastante gente apresentando.

Mas eu quero rebater umas falas aqui, Sr. Presidente, que eu achei aberratórias.

A CPMI foi criada para desvendar um crime contra idosos, de corrupção, de lavagem de dinheiro. E, nessa investigação podem ter membros da direita, membros da esquerda, membros do centro e não nos está aqui posto proteger ninguém. Mas eu só escuto os Parlamentares da esquerda citarem o nome do Bolsonaro.

Deixa-me avisar aos desavisados da esquerda que falaram que, se o Bolsonaro não tivesse liberado as ACTs, esse roubo não teria acontecido. O roubo maior aconteceu no Governo do PT. Passou, no Governo do PT, de 4.7 bilhões. Então, quer dizer que o Bolsonaro abriu as portas para o Lula roubar – é isso que eu estou entendendo?

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Vocês estão dizendo que os dois são cúmplices agora?

Mas eu vou dar dados aqui. No Governo PT, os Correios já chegaram a um prejuízo de 7,5 bilhões. A Petrobras já está com prejuízo de 42 bilhões. Se a gente juntar todas as empresas, as estatais, o prejuízo já passou de R\$70 bilhões. Então, senhores, se o Bolsonaro não tivesse dado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

as ACTs, e esse crime não tivesse acontecido... Imagina se o Lula não tivesse voltado à cena do crime? As estatais que o Bolsonaro deixou com superávit não estariam no prejuízo.

A COP 30, que é a casinha de ouro de Luiz Inácio Lula da Silva, tem lanches a R\$40. Para quem vai esse dinheiro? Então, de corrupção, quem entende nesta Casa é o PT, é a esquerda e é Luiz Inácio Lula da Silva, e não o Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não uso nem um minutinho a mais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. é benção.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente e Relator.

Eu hoje vi nos olhos do Relator uma indignação que fazia tempo que eu não via, o Relator tão indignado como hoje. E estava esperando, também, o Duarte fazer a conta das penas do depoente, mas aí o Zé Trovão se antecipou. E aí eu vou me dirigir ao depoente.

Eu estou aqui tentando te entender, Igor; tentando entender quem é você, porque tem hora que você parece ser um menino muito corajoso, mas, quando você debocha com o seu sorriso, às vezes, a impressão que me dá é de que você é muito burro; às vezes, muito inteligente; e, às vezes, me dá a impressão de que você deve ter algum transtorno de não ter condição de ler a realidade. Você não está conseguindo ler o que está acontecendo contigo.

Você está numa grande enrascada. E por mais que seu advogado, que é um grande advogado, tente te acalmar, ele não pode garantir inocência para você, mesmo porque ele disse que não teve acesso ainda a todos os documentos. Então ele não pode garantir a defesa.

A gente não contrata um grande advogado, Igor, para nos inocentar. Na maioria das vezes, se contrata um grande advogado, como ele, para garantir que seja feita justiça, e não vingança; para garantir que você receba tão somente a pena que a lei impõe, e não mais que a pena. Não que você responda por outro – o seu advogado vai ter esse tipo de conversa com você –, mas, pelo que a gente lê, Igor, pelos documentos que já chegaram aqui na CPMI, a sua situação é muito grave. É muito grave.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui, Igor, 28 perguntas para te fazer, talvez algumas até lhe ajudariam na sua defesa, mas você não vai responder. Então, eu não vou fazer pergunta.

Mas me chegou uma foto aqui que me parece que você é evangélico, aí eu somei tua idade. É possível que você tenha uma mãe viva ainda, e é possível que ela seja evangélica. Essa comunidade evangélica me segue muito, e, quando eu sou dura com alguém aqui que tem uma mãe evangélica, eu sei a dor que eu causo nessa mãe, mas nada que eu fale ou deixe de falar vai diminuir a dor que a sua mãe tá sentindo agora em te ver exposto da forma como você tá exposto.

Então, Igor, não pense que você é esperto, te pegamos. Olha onde você tá. Se tu fosses realmente tão esperto como talvez você pense, você não estaria sentado nessa cadeira, mas nós te pegamos. Nós não sabemos como será a sua condenação, o tamanho da sua condenação, mas a sua situação é gravíssima. E você pode colaborar em diminuir sua pena, em diminuir o tempo que você vai ficar na cadeia, mas você vai para a cadeia. E quando o Trovão fez a conta aqui, eu juro pra você que eu gelei. Eu sou mãe de uma menina de 26 anos e eu fiquei imaginando: "Meu Deus, quanto tempo esse menino vai passar na cadeia?". E vai, Igor, vai. Sabe por quê? Porque alguns dos crimes que você cometeu, crimes contra pessoas com deficiência e crimes contra pessoas idosas, a pena é muito agravada, e foi o que aconteceu no esquema que te envolveram. Ou você se envolveu apostando que você era muito esperto – e você não é tão esperto – ou te usaram, e você tem medo. É possível que você esteja sendo acuado, porque a gente já percebeu que esse esquema todo aqui na CPMI tem crime organizado envolvido, tem crime organizado envolvido. Eu não sei se tu tá sendo acuado – e aí a gente vai entender o cuidado do seu advogado, inclusive com sua vida –, mas, só para lhe dizer: não vai ser fácil daqui pra a frente pra você. Os documentos que a gente tem, só com os documentos que a gente tem hoje, qualquer juiz te condena, só não sei o tamanho da pena.

E aí, Igor, se você quiser colaborar, colabore. Sabe por quê? A gente precisa evitar que isso aconteça de novo no país. Por exemplo – e aqui eu quero chamar a atenção dos Senadores e Deputados –: você abriu uma empresa no dia 12/07/2024; no mesmo dia 12/07/2024, tu abriste uma outra empresa. A Receita Federal não tem parâmetro para fazer cruzamento de dados, Marcel? Que raio de Receita Federal nós temos no Brasil em que se abrem duas empresas no mesmo dia tendo o mesmo sócio? Aí a gente vai lá para 2025. Essa empresa que você abriu foi 12/07/2024; a outra, no 12/07/2024, mas, no dia – veja só, Marcel – 12/03, de março, 12 de março





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 25, ele abre outra e, no dia 13 de março de 2025, ele abre outra. É uma atrás da outra. A Receita não tem como cruzar os dados, o CPF desses sócios que configuram nessas empresas? Eu acho que o que vai ter que acontecer, Presidente e Relator, é que nós vamos ter que fazer uma grande reforma administrativa no Brasil. Que raio de Receita e INSS nós temos hoje que não cruzam dados, como a semana passada a gente começou aqui a ver que o INSS não estava cruzando, ver que, por minuto, eram 13 associados sendo incluídos – por minuto. Isso é impossível, estava na cara de qualquer um que era um sistema que estava sendo fraudado. Ninguém, nenhum auditor do INSS percebeu? Agora, a Receita não percebe, no mesmo dia, duas empresas abertas com o nome de um sócio, na idade dele? É realmente muito estranho. O Brasil precisa que as instituições funcionem.

E aí, Relator, Presidente e colegas, nós vamos ter que também fazer aqui o nosso mea-culpa. Nós somos o Parlamento e temos a obrigação de fiscalizar. Nós vamos ter que ter instrumentos mais eficientes dentro do Parlamento para fiscalizar.

Senador Carlos Viana, um requerimento de informação nosso, de Senador, a gente manda para a Mesa, fica nove meses na Mesa para a Mesa despachar, para fazer uma cobrança a uma instituição. Nós vamos ter que rever também, como instituição fiscalizadora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo plenamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... instrumentos mais efetivos, porque eu estou me perguntando: que raio de Senador eu sou – estou aqui há dois anos e meio – que não vi que um menino da idade de Igor estava roubando bilhões? Que raio de Senadora, fiscalizadora, eu sou?

O Brasil vai precisar passar por uma reforma administrativa, as instituições terão que cumprir seu papel, e nós teremos que ser mais eficientes.

E aí, Igor, respeitando a tua mãe, a tua família, não vou falar mais nada. Só vou dizer o seguinte: teu pastor vai ter que te visitar muito na cadeia. Você não tem ideia do mal que tu fizeste para a nação, do mal que tu fez para a tua vida. Ai daquele que tira do órfão e da viúva. Se tu conheces Bíblia, tu sabes o que eu estou fazendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As minhas 28 perguntas eu vou encaminhar ao Relator para a gente continuar investigando, porque o nosso encontro com esse menino não vai ser só este, eu tenho certeza de que ele vai ter que voltar à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Concordo plenamente.

Parabéns, Senadora Damares. Concordo plenamente, vamos ter que fazer uma grande reforma administrativa no país.

Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Eu queria só fazer uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Havia matérias dando conta de que o depoente poderia estar planejando uma saída do país. Eu pergunto se o passaporte dele foi recolhido pela Polícia Federal e, se não foi, se não seria de a CPI fazer essa requisição ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Levy... Pois não.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Os passaportes dele estão recolhidos. (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado pelos esclarecimentos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Primeiramente, justificar ao povo brasileiro, que me cobra onde é que está o Marcon, na CPMI, que não apareceu mais, não é? Fui pai de primeira viagem...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Meus parabéns. Nossos parabéns, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

E Aurora Maria estava em casa dependendo de mim. Como um pai presente, quero educá-la para que ela não vire o que virou esse cidadão aí. Então, ela com certeza não vai ser uma ladra, e isso eu tenho muito orgulho de dizer.

Mas, Presidente, eu quero perguntar ao senhor que chefiou aí, que organizou as falsificações, se ele tem pai e mãe. Pergunta simples: tem pai e mãe, "sim" ou "não"?

Vamos lá, vamos lá que tu consegues, garoto!

O SR. IGOR DIAS DELECRODE (Para depor.) – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, tu não vais permanecer, porque isso aí é uma pergunta a que tu tem que responder. Tu tens pai e mãe, ou tu não tens? Tem que responder.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tu não és homem para dizer se tu tem pai ou se tu tem mãe? Então, eu vou te dizer: eu tenho certeza de que tu tens pai e tens mãe, porque tu não é filho de chocadeira. E eu tenho certeza de que tu não roubaste o teu pai e a tua mãe, como tu roubaste um monte de inocente pelo Brasil – pai, mãe, vô, vó. E, agora, um leão para desviar milhões dos coitados, mas um gatinho para responder se tem pai e mãe...

Veja você que esse teu sorriso debochado, que tu fizeste, inclusive, quando o Relator te questionava, vai desaparecer quando tu estiveres encarcerado.

E aí, eu discordo da maioria dos colegas que diz que tu terias que ser obrigado a falar, porque, numa democracia, tu não és obrigado a falar; mas, num lugar onde impera a lei, tu deverias ter entrado por aquela porta algemado, com a polícia penal na tua cola, voltar para a cadeia hoje de noite e dormir onde tu deverias dormir, que não é numa cama quente, é num colchonete ou no concreto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou te dizer mais, amigo: tu te achas muito esperto. Eu te vi rindo quando o Relator te questionava, eu vi ali os carros que tu tens, esse cabelo bem-apanhado, estilo "beijola"... Mas, enfim, tu te achas muito inteligente, mas eu quero te dizer que de roubo tu podes entender, mas, de política, quem entende é quem está aqui sentado, porque o mais bobo é Deputado Federal.

Se tu olhares ao teu redor hoje, não teve um Deputado de esquerda que te defendeu. Tu viste quantos estão aqui para te defender? Não tem ninguém. Paulo Pimenta, que faz o seu trabalho – né? –, de defender o seu Governo, tudo certo, mas ninguém te defendeu. Tu, amanhã ou depois... O governo vai mudar de mão, e, para um governo honesto, o que melhor tem é um troféu como tu – um cara que roubou aposentado, um cara que roubou pensionista – estar na cadeia.

Porque as coisas mudam. O meu avô dizia que a carne assa dos dois lados. Lá no Rio Grande do Sul, a gente tem essa expressão. Ou seja, hoje tu podes estar aí dando sorrisos, ao lado de um advogado muito competente... Certamente, a gente vê que é um advogado muito preparado, mas, amanhã ou depois, amigo, tu vais entrar no esquecimento. Tu já estás no esquecimento, só que tu não percebeste ainda. Hoje tu estás abandonado aqui, não tinha ninguém para te defender. E se tu achas que eu estou te mentindo, olha onde é que está o Careca do INSS. Veja você que ele se achava – Presidente, eu estou mentindo? –, chegou aqui todo cheio, né? "Aqui, olhe, eu estou protegido".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Numa empáfia danada aqui.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – É, nossa! Desviou milhão aqui, milhão acolá, bilhão aqui, bilhão acolá, entrou em gabinete, fez o que queria. Achou que ia chegar aqui, sorrisinho maroto, tudo certo. Sabe onde é que ele está hoje? Está na Papuda, cara, dividindo cela com traficante, com estuprador. Vai saber o que está acontecendo com aquele corpinho do Careca do INSS lá dentro.

Então, tu tens 28 anos. Lá no Rio Grande do Sul, chamar de piá não é ofensa nenhuma. Tu és um piá aos olhos dos gaúchos. Tu estás botando a tua vida fora porque te prometeram te blindar, isso todo mundo sabe que foi feito. Só que, amanhã ou depois, quando tu não tiveres mais valor para essas pessoas, tu vais entrar na vala comum, e aí, meu amigo, tu vais estar sozinho, numa cela, trancado e passando anos e anos da tua vida





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a Senadora Damares falou... Eu, agora que tenho uma filha de 56 dias, sei o que que ela está falando. A gente não cria um filho para virar bandido. A gente não cria um filho para vir numa CPMI e rir de quem está fazendo o seu trabalho para investigar onde é que tu ajudaste a colocar milhões de dinheiro roubado das pessoas. A gente cria um filho para ter orgulho. E o que ela falou de a tua mãe ter vergonha de ti... Tu tem certeza de que a tua mãe tem amiga, tem parente, e ela tem vergonha do que tu viraste.

Então, tu podes dar o teu sorriso quantas vezes tu quiseres, mas tenha a certeza de que, quando tu estiveres numa cela sozinho e abandonado, quem vai rir não vai ser tu.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Marcon.

Com a palavra o Deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... Presidente, quero cumprimentá-lo, Parlamentar, Senador, Relator, e todos os membros aqui desta CPMI.

Nós estudamos, nós elaboramos, durante esse interstício de final de semana, para fazer perguntas ao depoente, aí nós somos deparados com o silêncio... Constitucional, respeitamos.

Essas entidades tiveram como dirigentes procuradores, administradores, os "*golden boys*", os "Menudos", o "Dominó", tudo bem alinhado, perfeito, simpáticos, cabelo alinhado, andando de BMW, Ferrari, contas bancárias recheadas. Américo Monte Junior, Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro e Igor Dias são os "*golden boys*".

Segundo os investigadores, o Sr. Igor não era apenas fornecedor dessas entidades, mas também dirigente de algumas delas, Secretário-Executivo da Amar, Diretor de TI e Conselheiro Fiscal da Master Prev e Presidente da Aasap. O que nós tornamos a ver todos os dias aqui nesta CPMI é que essa organização criminosa tinha o mesmo *modus operandi* de montar empresas, essas empresas de fachada, prestadoras de serviço, porque não têm entrada e saída, somente uma nota que emitiam do serviço prestado, e recebiam milhões das empresas, e assim era desviado o recurso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Igor, com todo o respeito, não posso aqui afirmar, mas o Igor faz parte dessa quadrilha que é uma ruma de laranja, todos eles que chegaram aqui, todos! Porque o histórico, o histórico de homem trabalhador eles não têm, não têm um histórico de que trabalharam e conseguiram evoluir financeiramente anteriormente a esse esquema montado de empresas durante esse percurso desses anos.

Vigésima quarta reunião da CPMI, e eu continuo com o mesmo pensamento. Sou da base do Governo. Não acredito que Governo anterior ou Governo atual é conivente com os "*golden boys*". Não acredito que nenhum Presidente tinha recrutado os seus jovens para chegar ao cargo mais alto do nosso país e recrutar jovens. Eu tenho um filho de 26 anos, Prefeito reeleito. Vejo você com 28 anos com um histórico, se provar – será julgado –, sentenciado e cumprirá mais ou menos aí a idade que você tem hoje – 28 anos de idade – de pena, se for julgado.

Quais serviços foram prestados por sua empresa a essas entidades, Sr. Igor?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE (Para depor.) – Permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Era tão fácil dizer que serviço prestou, tão fácil, não é? "Eu presto serviço de tal empresa." "A minha empresa é serviço de TI, de inteligência facial." Aí, agora, a CGU, a Polícia Federal vai dizer se você falsificava através da xérox de identidade ou não, agora, a sua empresa presta serviço.

A CGU apontou que as entidades que usaram as suas plataformas movimentaram cerca de 1 bilhão desde 2022. Quanto desses valores entrou na conta das suas empresas?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O senhor abriu novas empresas, após a deflagração da Operação Sem Desconto, entre 2004 e 2005? Com qual finalidade o senhor abriu?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – As suas empresas possuem contas e investimentos ou serviços de hospedados fora do Brasil? Estados Unidos?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O senhor ou seus sócios movimentaram bens imóveis ou veículos desde o início da investigação?

O SR. IGOR DIAS DELECRIDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – R\$28 milhões de veículos estão presos pela Polícia Federal. Todos esses veículos, dos "golden boys", dos "artistas" do INSS; dos "artistas" que montaram até falsificação de uma xérox de uma identidade.

Eu conheci um senhor, lá na beira do Rio São Francisco, lá no meu Sertão da Bahia. Eu parei para almoçar nessa BR em que estava andando pelo meu Sertão, e lá um desse senhor aposentado, em seus setenta e poucos anos, ele foi assaltado, Gaspar, pela Amar. Aí eu fiquei pensando quantos, no Brasil – um restaurante lá em Jaguarari, na beira da BR –, quantos foram assaltados. Porque buscaram um senhor, em um restaurante, que vende a sua comida – o seu suor – com a sua família, e foram devolvidos agora esses recursos, porque serviço nenhum foi prestado a esse senhor, porque não tinha rede de serviço, o que algumas delas trazem aqui, a justificativa.

E aqui ele não responde, mas ele vai responder na Polícia Federal, ele vai responder na Justiça, ele vai responder quando o STF, realmente, em vez de lhe dar *habeas corpus*, lhe der a sentença de prisão.

Aí, o senhor irá responder. Aí, você, jovem, a sua empáfia dessa cara de cinismo com que olha aqui... Todos estes que estão aqui representam os idosos do nosso Brasil, legitimamente, porque nós somos eleitos, escolhidos pela ampla e grande maioria do país para estar aqui hoje nesta CPMI, discutindo, não divergindo eu, Ricardo Maia, não divergindo partido; o que eu tenho aqui é o compromisso de estar. Saí da minha casa às 2h da manhã – eu moro no Sertão da Bahia – para pegar o avião em Salvador, para estar aqui hoje, exatamente porque nós precisamos dar uma resposta à sociedade.

Nós precisamos dar uma resposta, Presidente, e eu o parabenizo pela sua condução, porque é visto outras CPMIs virarem pizza. Aqui, não. Aqui é o forno que irá fazer isto aqui virar realidade junto aos nossos aposentados.

Quero aqui, para encerrar, fazer outras perguntas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem ciência de que as autoridades da CGU e do INSS concluíram que os sistemas digitais deram aparência de legalidade às fichas de filiação fraudulentas?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Que medidas sua empresa adotou para evitar uso indevido das plataformas por entidades fraudulentas?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Quero lhe agradecer, Presidente, Relator e demais pares, mas, infelizmente, temos aqui mais um "golden boy", um "Menudo", que resolveu roubar os nossos aposentados e, infelizmente, as pessoas que mais precisam.

Sou pai de dois filhos, um de 26 anos e uma de 16. Eu era, Presidente, tratorista. Na sua idade, eu trabalhava em cima de um trator.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Na sua idade, eu era tratorista e vi que a política poderia ser um instrumento de poder servir e ajudar o meu povo na minha cidade e fui Vereador. E lá eu fui Prefeito. E eu vi que eu poderia fazer muito mais e, hoje, eu estou aqui como Deputado Federal, sem dever a partido nenhum e sem dever a Governador, a Senador, a Deputado, mas, sim, às pessoas que me colocaram: 137 mil votos pela primeira vez; o 13º de 39 eleitos no meu estado.

Então, por isso que, quando eu vi que o MDB tinha uma vaga aqui, eu corri e pedi que me indicassem, porque eu queria participar deste momento, que é o momento em que nós Parlamentares... É esquecer cor de bandeira, cor partidária e defender para o que, realmente, esta CPI foi criada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPARI (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, acabei de dar entrada num requerimento nos seguintes termos: requiero, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, de 1952, apreensão dos aparelhos celulares do Sr. Igor Dias Delecrode e acesso aos diálogos presentes em aplicativos de mensagens instantâneas, além de acesso ao conteúdo dos e-mails que se encontram logados nos respectivos aparelhos, bem como acesso aos conteúdos armazenados em nuvem.

Aqui está a justificção, Sr. Presidente, mas esse é o requerimento, a apreensão do aparelho do Sr. Igor Dias Delecrode.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento será de votação simbólica.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 2540/2025

Requer a apreensão do(s) aparelho(s) celular(es) do senhor Igor Dias Delecrode (CPF: 448.490.978-2) e acesso aos diálogos presentes em aplicativos de mensagens instantâneas, além de acesso ao conteúdo dos e-mails que se encontram "logados" no(s) respectivo(s) aparelho(s), bem como acesso aos conteúdos armazenados em "nuvem".

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar.)

Determino ao Sr. Igor Dias Delecrode que me entregue o aparelho celular que se encontra com ele. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Polícia Legislativa que faça a apreensão do aparelho e o recibo correspondente para ser entregue ao depoente.

Com a palavra, na sequência, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares...

Presidente, esta é a nossa 24ª Reunião da CPMI. Nós já ouvimos até aqui 26 depoentes e recebemos aí já milhares de documentos e a gente percebe, claramente, que todo o material que nós recolhemos, até o presente momento, é um material que confirma aquilo que consta hoje na investigação da Operação Sem Desconto, que aponta, na verdade, um perfil desse tipo de escândalo que a gente está vivenciando hoje no Brasil.

Primeiramente, é bom a gente lembrar que há, na verdade... Primeiramente, o perfil desse tipo de escândalo: claramente a presença de agentes políticos, claramente a presença de servidores de carreira do poder público, mas uma característica que difere das demais é que o desvio desse recurso é um recurso privado, com toda a estruturação, eu diria, com um colchão de respaldo do setor público, com a presença desses integrantes das mais variadas escalas, infelizmente, da estrutura do Poder Executivo, mas claramente – a gente começa a perceber isso – com o apadrinhamento de representantes políticos variados.

Mas ao mesmo tempo também, a gente percebe que há algumas ilhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço silêncio à sala, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Que há algumas ilhas. Percebemos, então, que, por exemplo, a organização criminosa de que o Careca do INSS é um operador central, lá se desviou algo em torno de R\$1,3 bilhão. Nessa outra ilha, eu diria assim, nesse outro grupo, com a presença do Igor, nós temos aí um outro desvio da ordem de R\$1,4 bilhão.

Mas a gente percebe, e talvez, mais tarde, a investigação possa até fazer uma ligação entre esses grupos, mas a gente percebe que não são grupos que se comunicam. E aí, fica muito claro que em todo esse volume de desvio da ordem – agora foi atualizado – de R\$8 bilhões, havia núcleos setoriais. Núcleo do Careca, núcleo, por exemplo, do Fidelis, núcleo da presença de jovens





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Igor, que emprestaram a sua capacidade técnica e a sua inteligência para o fortalecimento e a concretização desse tipo de desvio.

Mas é muito bom a gente lembrar também que todo esse processo foi amparado, foi consolidado por um colchão de legalidade imposta; de legalidade criada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Senadora, eu vou repor o seu tempo. O senhor faça o questionamento, para constar nos autos.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Meu aparelho celular não saiu daqui lacrado e já saiu do meu campo de visão. Eu solicito que ele seja lacrado aqui no meu campo de visão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Igor, vai ser lacrado. Agora, eu quero lembrar a V. Exa. que o aparelho está apreendido, e toda e qualquer determinação sobre direitos ou não passará por esta Presidência. O senhor terá todos eles respeitados. Mas o aparelho estará e permanecerá com a Polícia Legislativa.

A senhora pode continuar, Excelência, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já que está interrompido, quero aproveitar e pedir ao depoente a senha de acesso ao celular dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não pode se recusar.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Desculpe, Excelência, mas onde nós temos que informar a senha? É isso que eu... Não houve nem quebra de sigilo por determinação de autoridade judiciária. Enfim, eu aguardaria um posicionamento, neste caso, até do próprio Ministro Gilmar Mendes, que foi quem deu o *habeas corpus* aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – ... que estaria vinculado a essas questões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Levy, essa decisão é uma decisão autônoma da CPMI. Não cabe aqui... O senhor poderá naturalmente recorrer ao Ministro.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Claro. Ao Ministro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um direito e tudo, mas as decisões vão sendo tomadas.

Eu insto o senhor Igor a ceder à Polícia Legislativa a senha necessária.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Sim, Excelência, ele não vai ceder o número. O senhor me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – V. Exa. pode providenciar a quebra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

E só orientando aqui também, Dr. Levy, que a CPMI pode realizar buscas domiciliares em qualquer parte – não domiciliares, desculpe. Nós temos essa atribuição pela legislação que nos rege.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sr. Presidente, então, na linha do raciocínio, havia então – ou há, na verdade –, em todo esse escândalo, algumas ilhas, ilhas que, pelo que a gente acompanha até o presente momento...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Está difícil, não é, Presidente?

... pelo que a gente acompanha até o presente momento, Presidente, são ilhas que aparentemente não conversam. Então, veja como, na verdade, havia o interesse de vários grupos dentro da administração pública, mas em que todas elas foram respaldadas por um colchão criado, de legalidade, para essa finalidade – para essa finalidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito bom lembrar: tanto as medidas provisórias, como também o decreto que já citamos aqui várias vezes, o Decreto nº 10.537... Mais à frente tem um parecer do Procurador-Geral Virgílio, em que ele aponta que esse requerimento foi criado com o objetivo de ampliar o rol de legitimados para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários de seus filiados. Há um parecer explicando um decreto, um decreto a partir do qual nós temos, por exemplo, o aprofundamento de desconto irregular.

O Igor Dias, que está hoje aqui presente, não estaria, Presidente, se esse decreto do ex-Presidente Bolsonaro não tivesse sido encaminhado para o Congresso Nacional, não tivesse sido realidade, porque foi esse decreto que deu ao Igor a possibilidade de fazer uma série de ajustes nas entidades das quais ele era diretor ou às quais ele atendia através de suas empresas.

Veja, eu quero fazer aqui um levantamento mais didático...

Presidente, eu quero pedir a V. Exa. mais dois minutos. Eu fui várias vezes interrompida. É para eu poder concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senadora. Concordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... o meu raciocínio.

Mas, veja: na linha do tempo – eu peço aos colegas que me ajudem aqui –, na linha do tempo, primeiramente a gente vê aí o Igor. O Igor é ligado precisamente a oito entidades, de três delas ele é ou Conselheiro, ou Presidente, ou Diretor; a todas as demais ele fornecia serviços, ele era um prestador de serviços.

Agora, toda essa mobilização de que ele, milionário, chegou a participar, com um faturamento que chegou a R\$700 milhões, aos 28 anos de idade, um menino – como todos aqui já falaram, uma boa parte dos Parlamentares que integram este Colegiado tem filhos na idade do Igor. E ele chega a um faturamento de R\$700 milhões em cima de uma situação clara.

Alguém pode dizer: "Não, o Igor foi direcionado; ele, talvez, participou ali, envolvido". Ele pegava uma carteira de identidade e, com a carteira de identidade, fazia biometria. Não tem como





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que ele, naturalmente, foi enrolado, ou foi ludibriado, ou foi envolvido numa situação dessa natureza.

Aí, vamos lá adiante. Agora nós temos uma linha do tempo. Nós temos, em 2016, a Procuradoria-Geral do INSS... Aí eu queria colocar o colchão que foi criado pelo poder público para que nós viéssemos a esse resultado que estamos acompanhando agora. Na legalidade, se começa então, em 2016, quando a Procuradoria-Geral do INSS emite um parecer jurídico autorizando entidades sem carta sindical, flexibilizando, abrindo mais lastro, criando mais situações para se fazerem descontos de benefícios de aposentados e pensionistas.

Em 2017, no mês de abril, precisamente, tem o da AAPP, que era cliente do Igor, da Power-Bi. Ele, então, naquele momento, inclusive, com uma movimentação de R\$281 milhões. Ele recebe o ACT nesse momento. O Relator falou uma coisa muito importante nesta Comissão: quem emitiu os ACTs para essas instituições deveria estar preso. É verdade. Porque é o ACT que dá as condições legais para que tudo isso ocorra.

Vamos lá mais na frente. Em 2019, nós temos a medida provisória, que é a 871. Naquele momento o Congresso Nacional cria dois dispositivos: é um dispositivo que impede o compartilhamento de dados de beneficiários e o outro dispositivo era a proibição para que instituições financeiras pudessem celebrar ACT para oferecer empréstimo consignado. E é bom lembrar que havia uma orientação técnica em relação a esses dois dispositivos. O que é que acontece? Bolsonaro veta esses dois dispositivos. Esses dois dispositivos eram o elemento que poderia dificultar a fraude. Mais uma vez uma iniciativa daquele Governo flexibilizando essa iniciativa.

Em 2020, nós temos o famoso Decreto 10.537, um decreto autorizando expressamente o desconto associativo também de pensionista. Foi esse decreto pelo que o Clube de Benefício Cronos, do Igor, é transformado: fazia vários tipos de benefícios, inclusive veicular e outros mais. Ele transforma essa instituição em uma entidade de proteção de aposentados e pensionistas. Foi por conta desse decreto que a Amar Brasil, que era um clube de benefícios, passou também a atender pensionistas e aposentados. Foi por esse decreto que nós tivemos a transformação da Unibrasil na Unipab, também para atender aposentados e pensionistas, ou seja, é mais um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento público proporcionando entidades e empresas a desviarem o recurso privado dos aposentados e pensionistas do Brasil.

E aí nós temos, por exemplo, em 2021, um ACT da AAPB, também onde o Igor tem participação direta, com uma movimentação de R\$191 milhões.

Lá na frente, nós temos uma nova medida provisória que não tinha nada a ver com o tema. E nessa ela acabava com a revalidação de descontos que já tinham prazo de três anos – ela acaba definitivamente. Mais uma vez, o ex-Presidente Bolsonaro recebe a orientação, mas o Presidente Bolsonaro não veta mudança, ou seja, havia as condições, e foram colocadas as condições para que houvesse a permissividade e, portanto, a realização desses descontos fraudulentos.

E aí, Presidente, a instituição do Igor, que aliás chegou a atender a Dataprev, que em determinado momento não tinha como fazer esse serviço de dados de biometria e assinatura digital, passou a atender, para além das suas entidades, as outras entidades também. Ele cria um sistema, burla o próprio sistema utilizando carteiras de identidade para esse tipo de cometimento. Mas é bom a gente lembrar também que a oposição se revolta quando a gente traz essas informações, mas eles só têm é que ficar revoltados, porque, contra fatos...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... não há argumentos.

Em 2023, nós tivemos o plano de auditoria. Nenhuma auditoria foi feita no Governo anterior, com várias denúncias que vieram aqui, inclusive com diretoras da CGU deixando isso claro. Em 2024, tem o plano de... tem a execução deste plano de auditoria sobre os descontos irregulares, e em 2025, nós tivemos aí a Operação Sem Desconto: a ação da CGU; bloqueio de descontos em folha; e o retorno do dinheiro aos aposentados e pensionistas, algo em torno, até o presente momento, de quase R\$3 bilhões, mais de R\$2,5 bilhões, mais de 3 milhões de aposentados e pensionistas tendo a restituição do seu valor. Essa é a diferença.

O Governo do Presidente Bolsonaro, claramente, interrompeu aquilo que foi utilizado – cabeças pensantes e inteligentes, como a do Igor e a de outros jovens da idade dele –, para proceder esse tipo de crime. O Governo Lula interrompeu este crime que vinha sendo cometido, infelizmente, com a presença de capacidades como o Igor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igor, você é um jovem, você pode mudar a sua geração e a sua história, não é? Naturalmente, você vai ter alguma aplicação da sua pena, mas você é muito jovem. Você pode reconstruir a sua vida, e o tempo lhe dará essa oportunidade para dar orgulho para sua mãe, dar orgulho para sua família.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Eliziane.

O aparelho será lacrado na frente do Sr. Igor para que se tenha o acompanhamento, mas está apreendido e só será devolvido no momento correto em que as investigações tiverem encerrado a utilização do celular.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO (*Fora do microfone.*) – V. Exa. vai determinar a apreensão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO (*Fora do microfone.*) – Pela polícia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já está... Nós temos a... Nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Nós temos um Delegado da Polícia Federal que está à nossa disposição, inclusive para esse tipo de perícia, Doutor, viu? Será feito de acordo. E naturalmente, o sigilo será mantido para o relatório. (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, qual é a marca do... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um iPhone, Excelência, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Esse é um 17? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um iPhone 17, Sr. Igor?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – É um iPhone 17, só não recordo o modelo; foi comprado nessa semana, então não me recordo o modelo. Os outros já foram levados pela Polícia Civil e pela Polícia Federal. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando sequência às falas, passo a palavra ao Coronel Chrisóstomo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, eu queria só (*Fora do microfone.*) agradecer ao Coronel que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... fez a troca do tempo dele aqui comigo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... grato por essa oportunidade.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, Senadoras, Deputados, Deputadas, eu fiquei atento, Deputado Líder do Governo, a um discurso que eu ouvi antes da Senadora Eliziane, discurso de um colega que me parece que é do PMDB: é apoiador, sim, do seu Governo. Eu ouvi e aplaudi V. Exa., Senadora, viu? E me traz uma conclusão, Deputado Líder do Governo: nós estamos no caminho certo. E aquele discurso que eu fiz na semana passada de que, para chegarmos à conclusão, não tem esquerda, direita, centro, tem a ver com o esforço de cada um. Com cada um de nós, Presidente, Relator, fazendo a nossa parte, mas investigando de fato, nós vamos chegar ao final e todos venceremos.

Há discussões, sim, aqui, às vezes, laterais, paralelas, é uma coisa do Parlamento. Mas nós não podemos perder o foco de que a nossa missão para o Brasil ver é encontrar todos que roubaram os nossos aposentados e pensionistas; que roubaram os nossos velhinhos, Senadores e Deputados; que roubaram os nossos doentes que estão numa cama sem poder levantar; aquele que está numa cadeira de roda, que depende de outro para empurrar e ele se deslocar. Todos nós estamos aqui em defesa dessas pessoas, em defesa daquele idoso aposentado que ajuda a colocar o leite de cada dia e o pão em casa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Essa é a verdade, Presidente. É aquele idoso que ajuda a pagar a faculdade ou a escola do seu netinho. E todos os senhores entendem isso, e eu acho que essa é a hora de nós Parlamentares encontrarmos quem roubou essas pessoas.

E aqui, diante de um jovem de 28 anos de idade, Igor – e, olha, com que eu estou falando, com certeza, há um concordo de todos os Parlamentares –, nós olhamos para você e imaginamos aqui: "Será que ele não tem um avô, uma avó?".

O senhor tem um avô, uma avó?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE (Para depor.) – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mas para falar disso, o senhor vai ficar em silêncio? Que triste, rapaz! Não há sensibilidade no seu coração?

Coloque aquelas fotos para mim, por favor!

Eu vou solicitar que o senhor olhe para aquele quadro ali, olha.

O senhor está vendo ali, olha. O senhor está vendo ali, olha: uma aposentada, muito velhinha, numa cadeira de roda. Sabe de quem o senhor tirou o dinheiro? Há suspeita, não podemos dizer que o senhor tirou, nós estamos investigando. Dessa senhora, dessa velhinha. Foi dela que o senhor tirou.

A próxima foto, por favor.

O senhor está vendo aquele ali, olha: esse aí tem deficiência visual. Para as pessoas normais, a gente chama de pessoa cega, que não consegue enxergar. Destes que os senhores tiraram, dos que não conseguem enxergar o mundo – é do jeito deles.

Próximo, por favor.

Um aposentado com deficiência, olha. Sabe quem é esse aí? Olha. É um indígena, muito velhinho, totalmente vulnerável. Deputado, é desses que estão roubando. Os gaúchos têm que saber que são esses que o senhor está defendendo. É outro que vocês estão prejudicando. Olha ali para ele, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

O senhor está vendo ali uma criança com microcefalia. Foram desses que o senhor tirou dinheiro, são mais de R\$700 milhões, só de início. Tem até um apelido que eu não vou falar, um apelido que o Deputado gaúcho gosta de falar, mas não vou falar. É desses e dessas crianças que o senhor está roubando.

Próximo, por favor.

São crianças com síndrome de Down. O senhor imaginava que era desse que o senhor estava roubando ou era acintosamente? Sabiam, mas roubavam? O senhor pode responder?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Ainda são covardes. Na hora de roubar, são valentões, são poderosos. Sorriem, fazem festa com uísque caro, com vinhos de muitos milhares de reais. Aqui se calam. É triste nós sabermos disso.

Todos nós ficamos tristes – os Deputados – de os senhores não responderem aqui, olha.

Houve explosões de filiações que passaram de zero a dezenas de milhares em poucos meses. Quantos filiados a Aasap tinham em agosto de 2021 e quantos passaram a ter no final de 24, por favor?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Alguma entre as associações investigadas na Operação Sem Desconto contratou a sua empresa?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – As ferramentas da Power...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – A prova de vida exigida pela previdência...

Como vocês escaparam da validação da Dataprev e INSS? Como vocês escaparam?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Houve distribuição de comissões ou prêmios a dirigentes ou servidores públicos para viabilizar convênios? Por favor.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – É muito triste isso. Se tem a pior tristeza para nós é estarmos aqui dando tudo de nós – todos aqui, olha... Tem Parlamentares que chegam cedo, saem tarde da noite, até na madrugada. Aí a gente vem aqui, pergunta... "Fico em silêncio." "Fico em silêncio." Seja homem, rapaz! E responda para o Brasil! Se você roubou, diga: "Roubei". Se não roubou, diga: "Não roubei". É a hora de vocês serem machões, é aqui, diante dos Parlamentares e das investigações.

Eu queria até falar para a Deputada Eliziane – falou tanto do Presidente Bolsonaro... Eu ia dizer para ela: o Presidente Bolsonaro...

(Soa a campanha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... está há quase cem dias preso sem cometer um crime, rapaz. Não sou eu que estou falando; os processos dizem isso. Temos que ter...

Olha, gente, eu ia falar uma palavra aqui, mas eu acho que está na hora de o Brasil ver que está errado, gente! Está na hora! Nós precisamos esquecer partidos, lados, cores, gente! O Brasil precisa de paz. O Brasil precisa ver um outro rumo. Estamos aí para receber um rechaço grande dos Estados Unidos. Está para chegar, por estes dias, pior do que antes, gente! Ninguém gosta de impostos a mais – nem eu, nem o Presidente Bolsonaro, nenhum de nós –, mas nós temos que corrigir rumos. Meu amigo, Deputado do Rio Grande do Sul, precisamos corrigir rumos.

Chega de briga, Brasil! Queremos a união deste país!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(Suspensa às 20 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Deputada Bia Kicis.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Depois de Bia sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depois de Bia é o Evair de Melo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É verdade – verdade.

Esperar o...

Ô, Marinho, sente-se aqui como Relator *ad hoc*.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, só a sequência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É o Deputado Evair...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Evair, o senhor...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o Rogerio Marinho, o Alencar Santana e a Soraya Thronicke.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Aí acaba?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aí acaba, Excelência.

Aí vêm os tempos de Liderança...

Deputada Bia Kicis...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, colegas.

Cumprimento o Relator *ad hoc*, o Presidente, o advogado presente, o depoente – que lamentavelmente de depoente não tem nada, porque não fala nada e a gente gostaria de ouvir o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu depoimento. Porque nós gostaríamos muito de poder ter a confirmação de suspeitas que nós temos, como, por exemplo, sobre o seu contrato com a Dataprev, se havia uma integração técnica com os seus servidores de validação biométrica, se existia uma integração, quem que autorizou a conexão da sua plataforma aos sistemas da Dataprev... Nós temos que ouvir servidores da Dataprev.

(Soa a campanha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu gostaria de saber se o senhor conhece, por exemplo, o Sr. Saulo Milhomem, se o senhor confirma que a sua plataforma só conseguia validar cadastros fraudulentos porque a Dataprev desativou deliberadamente as travas de conferência biométrica e documental... Por aí vai. A gente teria várias perguntas, Sr. Igor, que seriam muito importantes para o esclarecimento dessa trama, dessa fraude tão gigantesca contra pessoas vulneráveis, aposentados, mas o senhor optou por não colaborar. O senhor optou por não falar, não trazer, não colocar luz na nossa investigação. Isso é muito ruim, até porque isso só vai depor contra o senhor. O senhor não consegue gerar nenhum tipo de empatia aqui com o Colegiado. O senhor se coloca de uma forma arrogante perante, aqui, esta CPMI. Isso é muito triste, até pela sua pouca idade – né? –, chegar aqui com tamanha empáfia, e a gente não percebe no seu olhar nenhum tipo de...

Sr. Presidente, eu queria só um pouquinho de silêncio, porque está me atrapalhando um pouco aqui o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – A gente não percebe nenhum tipo de solidariedade quando passam fotos de pessoas que foram roubadas. E é uma pena – né? –, que o senhor é novo ainda, poderia ter algum tipo de empatia para com os velhinhos, aposentados; mas, talvez, se tivesse essa empatia, não teria participado desse esquema tão vergonhoso, assim como vergonhosa é a participação da base do Governo aqui nesta CPMI, com as suas narrativas...

Sr. Presidente, realmente eu confesso que eu estou tendo dificuldade de desenvolver o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Se V. Exa. puder pedir silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço mais uma vez silêncio!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para a Deputada Bia Kicis, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Obrigada.

Assim como vergonhosa é a narrativa que a base do Governo tenta construir aqui, né? Eu lembro do Lula falando assim: "A gente inventa a narrativa que quiser, daí a gente convence as pessoas da narrativa e aí a gente pode contar a mentira que quiser, basta construir uma narrativa." Só que a narrativa daqui não dá para colar. Como achar que o Presidente Bolsonaro, que, no segundo ato do seu Governo, porque o primeiro foi constituir o seu Governo, a organização administrativa, o segundo foi a MP 871, que é a MP antifraude, que geraria uma economia de quase 10 bilhões com o impedimento das fraudes – primeira e única medida, em 30 anos, que atacou a fraude do INSS –, como achar que ele foi o causador da fraude? Então assim, é uma narrativa tão bizarra, né? Mas a gente tem que falar, porque a gente fica ouvindo isso aqui todo dia!

Então, hoje a gente ouviu aqui que tem um decreto que possibilitou que novos ACTs fossem feitos não por sindicatos apenas... Em primeiro lugar, a Contag é responsável por 80% das fraudes! Então, assim, todos os sindicatos são ligados a quem? Ao Lula, ao irmão do Lula, ao irmão do Deputado do PT! É tudo ligado ao PT e ao Lula, e querem convencer que o culpado é o Bolsonaro! Pelo amor de Deus, gente! Nem que o povo brasileiro fosse imbecil, não daria para convencer as pessoas disso, vocês não têm uma narrativa melhor, não? Procurem algo melhor, porque está ficando cansativo ficar ouvindo toda vez essa patacoada! Muda um pouco, tenta achar alguma coisa que possa convencer o povo.

E agora a gente vendo que a grande maioria dos eleitores do Lula são os que foram fraudados. Quer dizer, a base do Lula é a maior base que foi roubada, fraudada. Quer dizer, eles não têm o menor respeito pela sua base, pelos seus eleitores, por nada! É um bando de gafanhoto que só quer destruir! Então, a gente fica assistindo isso aqui, mas, sinceramente, a gente vê um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeo que foi passado aqui do Presidente Bolsonaro, a gente pensa: "Que saudades, que saudade de ter um Presidente patriota, que cuidava deste país, que cuidava das pessoas, que se importava com as pessoas". Hoje você vê só a "D. Esbanja" gastando o nosso dinheiro, fazendo dancinha, fazendo coquetel fracassado na COP! E não vai um Chefe de Estado no coquetel! Quer dizer, o que isso tem a ver? Tem a ver porque é a mentalidade da ganância, do roubo, da fraude, do desperdício, do deboche para com o povo brasileiro! Essa é a mentalidade que impera há muito tempo! E o Bolsonaro tentou romper com isso, no seu Governo não tinha isso! Como eu falei na última sessão, o MP declarou: "No Governo Bolsonaro não teve corrupção". Não conseguiram pegar nada, nada! Ai, fica o desespero, o PT aqui, a base do Governo querendo jogar no colo do Bolsonaro uma fraude que beneficiou Contag, Frei Chico, irmão do Lula, irmão de Deputado do PT. Quer jogar no colo do Bolsonaro?

Façam-me o favor! Sejam um pouco mais criativos, porque está ficando chato.

E, aí, a gente ainda tem que encarar a interferência do Supremo Tribunal Federal, distribuindo *habeas corpus* à vontade, sendo que, com relação a *habeas corpus* contra os atos deles, Sr. Relator, eles são super-restritos, restritivos. Eu estou aqui há mais de um ano tentando aprovar um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, que altera a lei de *habeas corpus* para deixar claro que cabe *habeas corpus* contra decisão monocrática, porque eles inventaram uma jurisprudência de que não cabe *habeas corpus* contra despacho, quer dizer, cabe contra decisão da turma, cabe contra decisão do Plenário, mas não cabe quando é um só que dá, quer dizer, um ministro manda mais que a corte inteira.

E a gente não consegue aprovar porque a gente sabe que tem telefonema do Supremo que chega: "Não, não pauta isso". Ai, o Líder do Governo, o Lindbergh Farias, fica gritando, dizendo: "Não, esse projeto aí é para beneficiar os presos do 8 de janeiro". Meu amigo, esse projeto é anterior a 2023! Esse projeto vai beneficiar qualquer lado. Não é... Não tem lado. Qualquer pessoa, qualquer advogado vai precisar de um *habeas corpus* um dia contra um despacho, não importa se de direita ou de esquerda. Isso não interessa. Mas, não... Agora, aqui na CPMI, eles mostram que eles não têm o menor respeito – e eu me solidarizo mais uma vez aqui com o Presidente – e saem distribuindo *habeas corpus* para qualquer um vir aqui e não precisar falar nada, fazendo a gente ainda de palhaço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que a gente pode ficar tranquilo porque não somos só nós que estamos sendo feitos de palhaço, não, viu, Sr. Presidente? Hoje o Supremo determinou que se suspendam as investigações da Polícia Civil do Rio de Janeiro que estavam apurando aquela retirada dos uniformes camuflados dos traficantes que foram mortos. Não pode investigar. Então, tem muita gente sendo feita de palhaço neste país, e são sempre as pessoas decentes que estão sendo feitas de palhaço.

Eu quero colocar aqui a minha irrisignação e dizer que fico muito triste que uma pessoa tão jovem também, de apenas 28 anos, se some a essas pessoas que querem atrapalhar, que não colaboram. É realmente uma pena, mas a gente pode imaginar o tipo de promessas que o senhor deve ter recebido, talvez até de ameaças – a gente não sabe dizer –, mas no mínimo de promessas, de que o senhor vai sair impune dessa, de que a sua defesa vai ser toda... de que o senhor terá 500 mil recursos, todas as chances, mas a gente espera que não. A gente espera que o Brasil, que, com a luta que a gente faz aqui, com o trabalho que a gente está empreendendo, com a quantidade de Parlamentares que se engajam de verdade para tentar limpar um pouco a política do Brasil, que infelizmente tem tantas pessoas, tantas pessoas engajadas na corrupção; a gente espera...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... que a gente ainda consiga esclarecer.

E eu tenho certeza de que, nesse caso desta CPML, os fatos serão esclarecidos, Sr. Presidente, porque, por mais que blindem pessoas, que a gente sabe que são envolvidas e são importantes para o esclarecimento de todo o caso, nós sabemos que, com as quebras de sigilo, com as informações sigilosas que nós temos recebido, nós vamos conseguir dar ao povo brasileiro a resposta que eles esperam. Então, assim, é por isso que a gente, apesar de toda a tentativa de blindar, de atrapalhar, os *habeas corpus*, a gente não perde a esperança, o ânimo e a vontade de continuar vindo para cá, trabalhar e desvendar esse crime.

Eu tenho certeza de que, ao final, os aposentados, os pensionistas, saberão quem foi que deu causa a essa miséria deles. Eu tenho certeza de que isso será esclarecido. E que eles deverão receber seu dinheiro de volta, mas que a União deve ser ressarcida também, porque não existe dinheiro público, o dinheiro da viúva, não: o dinheiro da União é o dinheiro dos impostos do povo brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra do Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a índole do PT, por onde passou, foi roubar. O Vice, Geraldo Alckmin, disse isso claramente, qual era a estratégia deles. E, numa linha de investigação, toda linha é necessária. Vou pegar aqui, por exemplo, a COP, mas vamos voltar à Copa do Mundo, os escândalos da Copa do Mundo, os roubos da Copa do Mundo, os escândalos das Olimpíadas e, agora, inventaram essa famigerada COP.

Eu chego ao senhor, Sr. Igor.

Cadê o licenciamento ambiental para a COP? O setor produtivo brasileiro numa fila, querendo trabalhar, produzir, empreender e empregar, mas a Marina Silva está lá passeando em Belém. Deveria ficar por lá e não voltar nunca mais, porque ela é um atraso, quer acabar com tudo agora.

Obras de 231 milhões da COP têm empresas investigadas por superfaturamento e corrupção; nada disso é diferente sabendo que o Governo é do PT.

"Itaipu: gastos com MST e [...] [COP] são ilegais, diz estudo da Câmara". O Sr. Presidente diz que Itaipu gastou 5 bilhões com gastos socioambientais. Despesas deveriam, nesse caso, ser autorizadas pelo Congresso, mas, não, o PT enfiou a mão no dinheiro de Itaipu. A nossa conta de energia é alta, crescendo cada dia mais, muitos pais de família com dificuldade em pagar a conta de energia, o Governo pega o dinheiro de Itaipu e rouba para fazer esse escândalo da COP.

"Transparência falha nas obras da COP: Governo Federal [...] não divulgam os dados essenciais" e fica desse jeito. Pergunto: para quê que tem Ministério Público, TCU? Cadê o STF, cadê o Sr. Flávio Dino, que é tão moralista?

"Belém terá investimento de R\$1,3 bilhão [também de] Itaipu [só] para a [...] [COP]". Uma loucura. E você, na sua casa, sabendo que, além de roubado pelo INSS, você agora tem que pagar a COP com o dinheiro da sua energia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Por que a Presidência da República já gastou R\$382 milhões com a COP? Gastos dizem respeito [somente] à organização [...] [do evento], pagamentos à [taxa da] ONU e até contratação de ônibus exclusivos [...]".

É um escândalo atrás do outro. Tem Governo do PT, pode saber que tem escândalo de corrupção.

"[...] governo já gastou R\$775,9 milhões com o evento em Belém".

Neste momento, a dificuldade nossa é de pagar os produtores de leite, cesta básica faltando, energia cara, o gás subindo, e o PT está roubando.

"O Governo Lula é alvo de denúncia pela Procuradoria e pelo Tribunal de Contas [...] [pela] embarcação de luxo da [...] [COP]". Essa com certeza é uma das formas mais escancaradas do abuso do poder do Presidente Lula e da sua companheira, a sua lancha, o seu iate, o seu hotel de luxo. Ele que falou que ia na simplicidade.

"Suspeita em convênio e falta de transparência aumentam a pressão por fiscalização [...]".

Itaipu está sendo investigada, porque realmente não tem como explicar os gastos bilionários com a COP.

E a gente vai, olha: "Janja foi promovida a porta-voz da COP30 [uma insanidade] por [uma] agência contratada com verba da ONU". O Brasil paga à ONU, a ONU contrata uma agência, que contrata a Janja. É mais ou menos o mesmo esquema, Sr. Relator, que montaram aqui no INSS.

"Oposição denuncia sigilo da gastança de Lula e Janja em iate de luxo na COP30 com dinheiro do povo". E assim vai, olha: "Uso do iate de luxo de Lula durante a COP gera críticas". Está aqui, olha.

E aí, o Sr. Lula, o falso moralista, o demagogo, o homem das narrativas: "Planalto mantém em sigilo custos de iate de luxo usado por Lula e Janja na COP [...]". "Patrocinadora da COP30, Itaipu [...] [vai enfrentar uma] crise bilionária e denúncia de caixa preta." Olha aqui, aí a irresponsabilidade.

Volto a dizer, porque isso se repete, lembrando novamente, como eu disse, Copa do Mundo, Olimpíadas, e agora a COP. Índole para poder roubar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O INSS, na verdade, é mais uma ferramenta disso. É óbvio que esse dinheiro... Aqui eu cito a Contag, porque espero este grande dia aqui na CPMI em que a Contag possa sentar aí no banco dos réus e explicar como é que ela roubou mais de R\$2 bilhões dos aposentados rurais do Brasil.

E aí, o "Ministro aproveita férias de presidente do INSS para fazer mudança". É um compadrio que não tem tamanho, Sr. Relator. Vai vendo, Sr. Relator.

"INSS faz campanha contra atravessadores [...]" Tem que mandar fechar esses sindicatos dos trabalhadores rurais do Brasil inteiro. São os grandes atravessadores. É o presidente do sindicato que vai à casa do vovozinho, da senhorinha lá, do senhorzinho e diz que vai aposentar, que tem que ser associado do sindicato. Isso é quadrilha para roubar os aposentados.

"Gastos com bônus de produtividade [...] [de] servidores do INSS batem recorde [...]" Para isso, não falta dinheiro. Já são R\$170 milhões gastos com tudo isso.

"Após acordo com INSS, financeiras terão de suspender cobrança de seguro no crédito consignado." Eu espero o grande dia, que seja em 2026, para que se possa, enfim, investigar os consignados aqui nesta Casa. Eu quero ver aqui essas entidades, esses bancos e, com certeza, esse roubo bilionário, com a conivência do Governo do PT.

"Comissão deveria servir para entender a roubalheira da aposentadoria e evitar que se repetisse, mas base do Governo barra os trabalhos." Rejeita a convocação. Como é que alguém fala que quer investigar, se não permite que todos venham aqui, cara-pálida?

"CPI aprova acareação de Careca do INSS e advogado." Vai ser o grande dia. Os advogados, que têm sido personagens importantes, cumprindo o seu papel aqui na Casa, mas vai ser muito bom no dia porque, volto a dizer, são advogados bons, caros, do mercado – o mercado que sabe os honorários dos advogados que aqui estão –, e tem gente dizendo que não tem onde morar e está pagando advogado caro. Vai ser um grande momento.

O INSS já começou a se mover com os consignados, porque esse roubo é muito grande.

E aí, parabéns, Presidente, Sr. Relator: "CPMI [...] já pediu a prisão preventiva de 27 pessoas". E quiçá 28. Essa é a minha expectativa. Quiçá 28. Acho que 27 já está um número pequeno. Eu espero que, no final dos trabalhos de hoje, possamos decretar a 28ª prisão, porque merece.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque alguém que vem aqui, que se cala, quem cala consente. Os números estão ali. Não sabe nem se tem pai, se tem mãe. Alguém que tem idade para ser neto de todos os aposentados que foram roubados... Como que um neto tem coragem de roubar o seu avô? Isso é prisão perpétua! Se fosse em outros países, cabeça na degola.

"Entidades usaram cópias de RG para fraudar biometria de aposentados". É nisso aqui que o senhor está metido, Sr. Igor. Vou voltar a dizer: o senhor tem idade para ser neto de todos os aposentados, mas eu estou, assim, impressionado com a sua frieza. O senhor, com 28 anos de idade, se fosse no tráfico, já seria um veterano. Eu não sei em roubo de aposentado qual é o nome que se dá, se eu posso tratar o senhor como um jovem, como um pequeno aprendiz, mas, no tráfico, o senhor já seria um veterano. Pela sua frieza... Mas pelo estresse do pé, que o senhor está... Percebe-se que o senhor está nervoso, embora esteja bem treinado e orientado a ter uma boa aparência. O senhor já se comportou como um veterano, mas, na hora de reagir à prisão do telefone aí, mostrou conhecimento, mostrou agilidade, mostrou sabedoria. Assim é o mundo do crime: quem comete o crime sabe o rigor das estratégias. Amanhã, com certeza, o senhor, com o dinheiro que roubou, já vai comprar um outro 17. Daqui a pouco vai comprar um outro 17 – um outro 17. Eu espero que 17 seja só a primeira condenação do senhor.

Naturalmente, o nosso trabalho aqui, que eu sempre digo, é o de cumprir esse papel sempre, aqui, no nosso dia a dia.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, caros Deputados, caros Senadores, é um momento muito triste da nossa República: um Governo que tem um histórico de corrupção, confirma a corrupção e cria um ambiente para que ela possa se perpetuar. A proteção que se faz de condenado aqui nesta Comissão é algo absurdo, e não é de hoje. O meu videozinho só tem 20 segundos. Você vê que já foi até humor no Brasil.

Retorna o vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Olha só. Isso é velho, hein?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Triste!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Evair.

Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mais uma vez é uma satisfação de estar nesta CPI – CPMI –, tentando, realmente, chegar a um denominador comum dessa roubalheira que, cada vez mais, se aprofunda. E a gente fica realmente assustado com tanta desfaçatez e tanta corrupção.

Eu queria dizer aqui, Presidente, que, primeiro, eu quero resgatar a fala do nosso Relator. O Relator... Eu fiz questão de frisar aqui a palavra proferida pelo Relator quando afirmou que deveria estar preso quem abriu a porta para a safadeza, e eu tenho pleno acordo com isso – pleno acordo.

Eu acho que o Relator foi muito preciso quando afirmou que nós precisamos buscar a origem desse escândalo de corrupção, nesta etapa. Logicamente, o INSS já teve vários momentos de escândalo de corrupção, mas, nesta etapa específica que está sendo investigada pela Polícia Federal, nós precisamos dar causa. Aqui, os dois Deputados que me antecederam falaram sobre isto: falaram sobre dar causa. Muita gente vem falando sobre blindagem – eu tenho acompanhado as redes sociais – e tem um debate sobre isso: quem está blindando quem?

Então, para dar causa e parar de blindar, eu queria que nós pudéssemos nos ater ao que é concreto, ao que é o fato. O fato é que quem deu causa, quem deveria estar preso, quem abriu a porteira desse escândalo de corrupção do INSS, apresentou um decreto, que está aqui nas minhas mãos, quem quiser pode pegar, está certo? Este decreto tem data e tem assinatura. Nós já falamos muito sobre esse decreto aqui. É o Decreto nº 10.537, de 28 de outubro de 2020, no Governo de Bolsonaro, que amplia e inclui no escopo dos ACTs o pensionista. Quando se amplia.... Está aqui, tem data, tem decreto. Então, não podemos tratar de coisas subjetivas.

Começa a roubalheira desse escândalo de corrupção, Presidente, nesse processo de abertura. Nós não podemos ser negacionistas nesse sentido. Começa aqui. E, depois, se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofunda com um despacho do Procurador-Geral Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira, que diz o seguinte: "Aprovo, em parte, o parecer". E segue: "Não se pode olvidar que a intenção do Exmo. Sr. Presidente da República na edição do Decreto 10.537/2020 foi a de ampliar o rol de legitimados para desconto de mensalidade associativa em benefícios previdenciários". Estão as assinaturas, aqui, de três figuras importantes: Jair Messias Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni.

Então, não tem essa história de não ter localização no tempo e no espaço, porque o escândalo tem origem, esse escândalo tem origem. Esse escândalo tem endereço, tem assinatura do Governo, as digitais de Bolsonaro e as digitais de Onyx Lorenzoni.

Como se não bastasse, amplia-se... E aí entra o Sr. Igor Dias, que começa, inclusive, com várias entidades fantasmas, a partir dessa ampliação. A partir dessa ampliação, abre-se caminho para entidades fantasmas e abre-se caminho, também, para seis empresas que lavavam dinheiro.

Portanto, eu queria dizer aqui, já que o depoente vai ficar calado, que a quadrilha do "*golden boys*", coordenada por ele... Porque você dirige uma quadrilha, você coordena uma quadrilha. Aqui teve gente te elogiando de inteligente, disso e daquilo. Eu acho que um bandido é um bandido, quadrilheiro é quadrilheiro. E você é um quadrilheiro.

Sobre essa questão estabelecida aqui pela condução do "*golden boys*", eu vou ficar à vontade de falar, da mesma maneira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... que esteve o depoente calado. Nós vamos garantir a minha fala sobre o que eu entendo, porque está na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Está colocado nos requisitos da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... de que tem uma quadrilha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu, na minha função aqui de Presidente...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... respeito plenamente a vossa fala, de todos os Parlamentares, mas há um código de conduta em relação ao depoente, como a pré-condenação ou termos pejorativos em relação... Eu sei que muita gente gostaria de falar isso. Vamos abrir...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não é pejorativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe, Excelência...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É um termo concreto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas é preciso...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... de alguém que conduziu, que está nos relatórios da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há, inclusive, um *habeas corpus* que dá a ele o direito a um tratamento correto. Então, peço a V. Exa. que meça as palavras, por gentileza.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. Presidente, o esquema de corrupção conduzido por V. Sa. roubou – roubou pode? – um bilhão. Vamos amenizar com eufemismo? Que, porque tem pouca idade, não tem uma mente criminosa? Que, porque tem pouca idade, não tem escrúpulo? É disso que se trata aqui.

Diferente dos outros que estavam aqui, este cidadão foi quem conduziu a fraude virtual. Ele não é um laranja do esquema; o que é mais interessante. Aqui, teve relações intermediárias e laranjas – esse não é um laranja, esse é quem manobrava o sistema, quem conduzia o sistema de fraude.

É disso que se trata. Então eu não concordo com eufemismo sobre um cara, sobre uma pessoa que cometeu um crime dessa magnitude. Então, portanto, Presidente, eu quero dizer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente a todos vocês que o debate de blindagem, para ser coerente – tem muita gente na rede social falando que tem blindagem –, começa a acabar com a blindagem dando origem à abertura do escândalo.

E eu quero aqui terminar dizendo, e usando a palavra do Relator: deveriam estar presos quem abriu a porteira da safadeza. E quem abriu a porteira da safadeza, explicitado aqui, foi este decreto, sob a coordenação, sob o poder e sob a caneta de Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência, pela compreensão.

A palavra é do Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, V. Exa., com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente; nosso inquirido de hoje; senhor advogado; Srs. Parlamentares; eu não vou me dirigir ao depoente porque ele já deixou clara a sua posição, respaldado que está dentro do *habeas corpus*, então eu vou diretamente aqui ao que nos interessa.

Primeiro, Presidente, quero dizer a V. Exa., e ao Relator e aos demais pares que, apesar da tentativa contumaz e reiterada de se tentar desqualificar esta Comissão, esta Comissão já conseguiu avanços extraordinários, desde a prisão de eventuais delinquentes até o fato de que muita coisa que estava encoberta está vindo à luz do dia, e é inexorável: ninguém vai nos parar. Nós vamos chegar a um desfecho, mas, principalmente, nós vamos evitar que, no futuro, nós possamos repetir problemas como esses.

O Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, fala como uma vestal, como alguém que estivesse imaculado. Trinta anos, 18 anos de PT: mais de 60% desse tempo. É uma desgraça muito grande para o Brasil, mas é um fato, é apenas um fato histórico: 18 anos de Partido dos Trabalhadores. Nesse período, a partir de 2003, nós temos uma gama tão grande de escândalos que eu não vou cansar aqueles que estão nos ouvindo para repeti-los aqui, porque são muitos e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

variados. A criatividade do PT é extraordinária em cometer crimes, crimes registrados na história – eu não preciso repeti-los aqui.

E em relação à previdência, da mesma forma. Eu já tive em várias reuniões aqui oportunidade de mostrar reportagens sobre problemas que ocorreram com o sistema previdenciário, desde a questão de consignado, seguro-defeso, auxílio-doença. Olha, a criatividade dessa turma é um negócio fantástico.

De repente, Sr. Presidente, nós vemos uma narrativa aparecer aqui contra um Governo que, depois de 30 anos, começa a administração, em 18 de janeiro, e a primeira medida que é tomada do ponto de vista administrativo é uma medida provisória contra a fraude – primeira!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Este Governo é colocado aqui em cheque como se ele tivesse engendrado uma trama para beneficiar sindicatos e associações de picaretas.

É uma narrativa tão inverossímil, tão pouco crível, mas a gente tem que louvar a disciplina, a gente tem que louvar a criatividade, a gente tem que louvar a persistência com que eles querem cravar uma narrativa.

Eles passaram 20 sessões, Sr. Presidente, dizendo que o ovo da serpente – eu queria que a primeira tela ficasse aí –, ou seja, o pecado original, começa em 2016, desconhecendo 14 anos de história do Partido dos Trabalhadores.

E o que é que aconteceu em 2016? Porque eles mudaram. Eles diziam o seguinte, Sr. Presidente: que começa em 2016, 17, quando naquela oportunidade se permitiu através deste documento que as associações que não tinham carta sindical pudessem receber esse recurso do crédito... desculpa, do desconto associativo.

Você sabe quem foi beneficiado nessa oportunidade? A Conafer, Sr. Presidente. Sabe quem foi que assinou esse documento? O Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, aquele mesmo progressista que veio aqui, defendeu o PT e foi defendido pelos Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores – 2016, aí está o ovo da serpente que eles falaram durante 20 sessões.

Passe o próximo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora apareceu outra versão, Sr. Presidente. Olha a escolinha do Prof. Marinho aqui, por favor, atenção! Eles falam que tem um Decreto 10.537, que permitiu que os pensionistas pudessem também contribuir.

Você sabe quem foi que pediu isso aí? A CUT, Sr. Presidente. Foi o beneficiado o Sintapi da CUT, a Confederação Única... Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT (Partido dos Trabalhadores). É porque eles não leem as letras pequenas, Sr. Presidente. Eles de propósito, seletivamente, pinçam uma coisa para esquecer a outra.

Agora o que é que disse na época o Sr. Vigílio, aquele que chegou aqui e disse: "Presidenta", "Presidenta". Ele não falou "Presidente". Olha, ele demonstrou exatamente de onde ele veio, né? Desde 2006, 2014, não vou rememorar. Pois muito bem, foi esse Procurador. Só que ele se reportou a um despacho de aprovação de 2018. Quem foi o beneficiário em 2018? Sindnapi. Sabe de quem é o Sindnapi, Sr. Presidente? É aquele sindicato de que a gente fala aqui do irmão do Lula, do Frei Chico. Eis o ovo da serpente apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, que beneficia o Partido dos Trabalhadores mais uma vez.

Eu quero saber qual vai ser a próxima versão, que é a terceira versão que vai ser colocada aqui nesta Comissão, porque a criatividade do PT... Claro que Sidônio está fazendo um esforço extraordinário. Ele senta com a turma: "Ó, galera, vamos mexer aqui no cérebro, vamos espremer os miolos para ver de que maneira a gente consegue colocar uma situação nova nesse processo".

Passe o próximo.

Aí eles falam o seguinte: "Ah, os pensionistas só passaram a arrecadar a partir daí". Dois extratos, Sr. Presidente: um, da Contag; outro, da Associação Brasileira de Servidores Públicos – Abap, se eu não estou enganado –; e tem um terceiro, todos mostrando que pensão ou pensionista já contribuíam antes de 2020; aliás, desde 2013. Aliás, eu pedi por lá esses documentos. Desde 2013, os pensionistas já contribuem, ou seja, mais uma falsa narrativa que é colocada aqui pelo Partido dos Trabalhadores.

Passe a próxima, por favor.

Tudo vai ficar à disposição dos senhores, para os senhores compulsarem aqui, espremerem os miolos para ver como vocês conseguem inventar a terceira narrativa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, vem a questão dos números. Eu acho que, pelo menos, os números a gente tem que respeitar.

Nós começamos o Governo em janeiro, de 2019, com 2,778 milhões de associados que pagavam um desconto associativo, terminamos com menos 72 mil: 2,706 milhões. Isso foram os quatro anos: menos 72 mil.

O Governo que de forma subsequente começou a governar termina em abril de 2025 com 7,153 milhões. São mais de 4,460 milhões de novos associados. Triplicou. E o Governo vem aqui dizendo que começou no Governo Bolsonaro e que eles combateram... Mentira grosseira. Absolutamente inverossímil.

Eles querem plantar uma narrativa e eles fazem um esforço que a gente tem realmente que reconhecer... Parabéns! Como se repete, com a cara dura, uma mentira durante 24 reuniões consecutivas? Parabéns!

Veja as reclamações de 2019, 20, 21 e 22. Isso aqui é público. Média de 50 mil, uma pela outra. Em 2022, está errado, inclusive; são cento e poucos mil aí. Está errado esse número, dobrou realmente. Nesse período aí, nós tivemos nove entidades descredenciadas. Quantas foram descredenciadas na época do PT? Nenhuma, nem antes, nem depois.

Em 2023, quadruplica, porque são 100 mil mais ou menos.

Em 2024, aí, são 15 vezes mais, Sr. Presidente. São 15 vezes mais reclamações, e o Governo nada fez – nada fez. Nós sabemos que só aconteceu alguma coisa, porque a Justiça determinou o afastamento do Sr. Stefanutto, o progressista que veio aqui – está certo? –, que era Presidente do INSS. O Procurador, o Sr. Virgílio, que agora eles entregaram as férias, porque o PT entendeu que tem que se livrar de alguém. Aí já entregou o Sr. Virgílio: "Não, esse é ladrão; é nosso, mas é ladrão". E o Sr. André Fidelis, que completa o Trio Irakitan, a turma afinada para roubar o povo brasileiro incrustada dentro do INSS.

Passa a próxima.

Eu não vou nem citar para vocês. Eu vou me dirigir... Deixa aqui na tela, porque esse partido que arrota que está combatendo a corrupção é o mesmo partido de que eu disse aqui, na quinta-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira passada e na segunda-feira passada, que era retórica, Sr. Presidente. Foram 34 Senadores que assinaram o fim do desconto associativo, até agora nenhum do PT.

Sr. Presidente, o nosso grande problema aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e o desafio que está colocado para todos nós é debelarmos essa situação, é resolvermos quem de fato foi beneficiado. Os números vão mostrar, os documentos vão mostrar.

E não tenha dúvida, Sr. Presidente, a legislação que tem que ser proposta aqui, que deve ser ao fim e ao cabo o nosso trabalho seminal, é evitar que esse sequestro da renda dos trabalhadores brasileiros continue a servir para se fazer política para sindicatos e associações picaretas, como foi historicamente nos últimos 30 anos.

Vamos acabar, de uma vez por toda, com os descontos associativos como acabamos, em 2017, o imposto sindical obrigatório, e como temos que acabar, Sr. Presidente, com a contribuição assistencial compulsória, porque o próprio STF definiu que é garantido o direito de uma posição.

Sr. Presidente, eu tenho muita honra de ter servido a um Governo que inicia a sua administração combatendo a fraude. E olho para o Governo atual e vejo que há uma convivência com o que está acontecendo. E tentam varrer para debaixo do tapete o que fizeram ou o que deixaram de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, na sequência, o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Igor Dias, eu não sei se você sabe, mas o Careca está preso, na Papuda. Eu não sei se você sabe, na sexta-feira, o ex-Presidente golpista Bolsonaro tentou um recurso no STF e perdeu, por unanimidade. E já, já vai para Papuda. Não é legal comemorar a prisão de alguém, porque significa que aquela pessoa cometeu um crime e vai perder um tempo da sua vida presa, encarcerada, vendo o sol quadrado.

O senhor é jovem, mas, se tem uma coisa que provavelmente uniu todo mundo aqui nesta CPMI hoje – olha que há muita divergência política – é que você e os seus colegas que roubaram





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os aposentados e os pensionistas sejam presos. Cara, é uma vergonha. Vocês esbaldavam. Esbaldavam. Luxo, carros, tudo, brincando... Vocês estavam fazendo ali é tirando um barato das suas vítimas e do povo brasileiro.

Eu tenho certeza de que, se seu pai for aposentado, sua mãe, você não descontou deles indevidamente, mas vocês descontaram e roubaram de milhões de brasileiros e brasileiras aposentadas, que estão te vendo, esperando uma resposta. E o senhor aqui, numa atitude cínica, não responde, porque tem medo. Mas vai preso, junto com o Oliveira, junto com quem te orientou, junto com o Sr. André Fidelis, que, no Governo Bolsonaro, dava parecer permitindo que a entidade entrasse, junto com algumas figuras daquele período. Você pode ter certeza de que esse será o seu futuro. Não tem escapatória.

Vocês montaram entidades, criaram, participaram... Você, em mais de um momento, presidiu um, abriu mão da prisão... Sai da diretoria de um... Tem documentos, atas, registros. Operou usando uma certa inteligência para criar o crime, bolar o esquema. Mas você é jovem. Alguém pediu que você fizesse. Alguém... Alguém disse que ali poderia, tendo a visão...

Olha, você abre se apresentando, dizendo que é empreendedor. Você nunca pregou um prego na vida. Nunca. Você nunca encheu uma laje. Você nunca trabalhou de porteiro, de carteiro, de professor, de bancário, de motorista. Não, você, do nada, junto com mais alguns – como o Sr. Felipe Macedo – ficaram bilionários e acharam que ia ser... que ninguém ia pegar. Mas vocês foram pegos e, eu não tenho dúvida, irão para a prisão. E já, já vão encontrar com esses dois que eu falei, com o Careca e com o Bolsonaro. Quem sabe vocês não ficam juntinhos ali, e relembrando aquele período?

Eu queria, e aqui numa atitude...

Você tem direito, logicamente, de ficar calado, mas é uma atitude covarde, e, para um jovem, na flor da idade, covardia é vergonha. Você está sendo um covarde ao não responder, se escondendo aqui, e não tem a mínima – a mínima – coragem de dizer, responder a uma pergunta, e nem de assumir aquilo que fez. Mas pode ter certeza – você também perdeu os carros de luxo, perdeu outros bens – de que você vai perder a liberdade por um bom tempo. E ao crime organizado, a pena tá aumentando, vai para 40 anos, vai aumentar um pouco mais já, já, e você vai responder por isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu queria, já que não adianta perguntar aqui que o "golden boy" não responde, explicar um pouco para alguns – e você que nos acompanha é importante você saber disso – porque tem alguns aqui, Senadores e Deputados do campo bolsonarista, primeiro que eles estão fazendo discursos políticos, acusando o Governo Lula A, B, C, D, E de um monte de coisa porque perderam a narrativa e, de uma maneira covarde, também não conseguem admitir a verdade – e eles são bons de *fake news* – e dizem que: "Não, nós assumimos, e fizemos a MP 871 para combater, e mandamos na MP o prazo de revalidação anual". Primeiro que vocês mandaram a MP para combater a fraude – eles sabiam da fraude – e não levaram para a polícia, deixaram acontecer, não cessaram os descontos, não puniram as entidades. Ora, então participaram. E, mesmo assim, naquela MP de três anos, de um ano, que era a proposta original, saiu da Câmara com três anos, lembrando que um Senador do PL, desta Comissão, o chofer da Conafer, fez uma emenda para zerar a revalidação, para não ter, acabou saindo com três anos. E teve outras medidas sequenciais, teve outras medidas.

O veto que o Presidente Bolsonaro – e aqui tem Senador, que falou há pouco, que era Secretário da Previdência, à época, como se fosse ministro –, e ali vetou o acesso aos dados dos aposentados e pensionistas. O que foi aprovado na Câmara era: não podem se comercializar dados de aposentados e pensionistas, tem que ter sigilo. O Governo foi lá e vetou, permitiu que as entidades, como a do Igor, tivessem acesso aos dados e manipulassem, fraudassem, cadastrando e registrando pessoas como associadas, por isso que vai subindo ao longo do tempo.

Houve uma denúncia ao então Ministro Moro, à época, 2019, também não foi apurada, de descontos indevidos, irregulares, também não foi apurada. Em 2019, seis anos atrás, poderia ter cessado. Em 2020, servidor foi ameaçado de morte, fez denúncia de desconto indevido, a Polícia Federal não investigou. Até hoje ele tem medo porque sabe que tem a participação de muita gente criminosa.

O decreto que eu queria mostrar ali. É importante ver esse decreto, de quem que é a responsabilidade do decreto. O Decreto 10.537, que já foi falado pelo Paulo Pimenta e por Dorinaldo, há pouco, autoriza entidades, como a do Igor, a do Felipe e a de outros, entrarem no sistema, mesmo não representando os aposentados. Eles mudaram. Falei isso ao ex-Ministro Onyx, que tem participação, seu filho também teve participação. E está lá, o decreto permitiu... Esse é um outro documento, mas pode deixar. Então, deixe. Depois, eu falo desse já, já. O decreto





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu que essas entidades se cadastrassem no INSS para fazer o roubo, Decreto 10.537, de 2020.

Quem era o Presidente? Em plena pandemia! É brincadeira, hein! Essa turma tramou... Em vez de dar vacina, proteger o povo, estava tramando o roubo dos aposentados. E, depois, nós tivemos...

Mostra aquele documento, por favor.

Foi dito aqui o nome do Sr. André Fidelis. Esse, Presidente, tem que vir aqui. O senhor mesmo tem razão quando fala... Tinha um grupo criminoso, dentro da estrutura de servidores, que tramou com algumas figuras, grupos e entidades, para fazer esse roubo descarado. E está lá o Sr. André Fidelis, é ele quem assina esse parecer.

Mais uma página.

Aumenta, por favor. O nome está lá: André Fidelis – Fidelis. Isso é de 2021, quando ele autoriza uma entidade, Asbapi – aquele montão de "a" aí – Asbapi – Asbapi. Ele permite que a Asbapi entre... Isso já tinha sido negado. É baixado o decreto, e o Sr. André Fidelis dá o parecer para que seja assinado o ACT – ACT é o contrato, para quem nos acompanha –, permitindo que, então, essa entidade fizesse o desconto. Isso eu estou dando de exemplo, mas foram vários outros depois, inclusive uma entidade de que participa o Sr. Igor.

Foi feito anos *a posteriori*, a partir desse despacho do André, a partir do decreto do Governo Bolsonaro... Será que tem participação do Governo anterior ou não? Quem criou o arcabouço? Mas eles dizem que estavam combatendo. Aí vem 2022, é sancionada uma lei...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... em que não se precisa de revalidação nenhuma. Aquilo que tentou o chofer da Conafer, em 2019, é concluído em 2022, no próprio Governo Bolsonaro. Ora, com que corrupção eles queriam acabar? Se sabiam, por que não mandaram investigar?

Sabe qual foi a diferença? O Governo do Presidente Lula mandou apurar, mandou investigar, vai mandar punir, cessou os descontos indevidos, vai pôr figuras, como o Sr. Igor, na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeia – Sr. Felipe e outros –, devolver o dinheiro para os aposentados e vai recuperar cada bem que vocês roubaram.

Vocês têm que ficar – desculpa a expressão – pelados de bens, para devolver para os aposentados e pensionistas, porque eles trabalharam a vida inteira, pregaram muito prego, tomaram muito sol, suaram, ficaram longe de casa, para ter um direito à aposentadoria futura, e a sua aposentadoria será diferente: você vai ficar um bom tempo na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Antes de começar a contar meu tempo, Presidente, gostaria de falar pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – ... rapidamente.

Gostaria de destacar que uma notícia da semana passada disse o seguinte: que Itaú, Unibanco, Bradesco e Santander lucraram R\$21,234 bilhões no segundo trimestre de 2025, uma alta de 17% na comparação anual. E, considerando o calendário, a minha preocupação é sobre a documentação acerca dos bancos, da investigação que faremos sobre os bancos.

Gostaria de reiterar que eu tenho uma servidora que teve empréstimos consignados, que ela não reconheceu, no Banco Bradesco. São sete empréstimos consignados. Então, isso é preocupante; e, por isso, eu gostaria de saber sobre a documentação, para que possamos trabalhar nisso o quanto antes, e, além de tudo, Wagner Rosário, quando ele viria.

Bom, meu pela ordem acabou. Vou passar para o meu questionamento, se isso for possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Começo cumprimentando V. Exa., o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e, em nome de V. Exas., cumprimento todos e todas as demais.

Cumprimento o depoente, Sr. Igor Delecrode, e o Dr. Levy Magno.

Primeiramente, Presidente, eu gostaria de me solidarizar com V. Exa. e todos os colegas, porque têm circulado notícias infames sobre a nossa CPMI, de que vai dar em *pizza*, que não vai funcionar, que nós não chegaremos a lugar nenhum. Eu quero dizer que, sim, estamos trabalhando, com muita garra; e vamos, sim, entregar um relatório robusto. E eu tenho certeza de que a pizzaria não será aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bom, para a população brasileira, obviamente, aquela que foi a população que mais sofreu em relação a esse escândalo, é importante explicarmos como é que a nossa investigação está sendo feita e o que o Sr. Igor faz aqui hoje. Mas, considerando que o depoente Igor, o irmão caçula dos "*golden brothers*", está amparado por um salvo-conduto, um legítimo salvo-conduto, o que me resta é fazer afirmações, Sr. Igor, e eu peço para o senhor, porque eu não quero cometer nenhuma injustiça... Imagino sua família, seus pais, ouvindo apenas afirmações. Então, tudo o que eu vou dizer, posteriormente, se eu estiver mentindo, que o senhor, por favor, se manifeste. É um direito seu.

Bom, o que o Sr. Igor faz aqui hoje na CPMI? Um menino jovem, 28 anos, mas, salvo melhor juízo, ele ingressou neste mundo há seis anos, cerca de 2020. Seis anos... Ele entrou em 2020, é isso? Vinte e dois anos, mais ou menos, um menino muito jovem. Pode ser inteligente, não; pode ser prodígio, não sei; mas é importante que saibam, quem está nos acompanhando, o que o Sr. Igor faz aqui hoje: ele desempenhou, segundo saibamos, um papel técnico crucial com suas empresas de biometria, contratadas pelas associações investigadas, para validar assinaturas de aposentados. E essa tecnologia permitiu que o grupo criasse um sistema próprio de biometria para fraudar assinaturas dos aposentados que filiavam, automatizando o processo de fraude em escala industrial. Na prática, Brasil – na prática –, as associações que fabricavam as filiações falsas também validavam as autorizações digitalmente no INSS, conferindo falsa autenticidade às fichas de filiações para burlar o sistema de controle da autarquia, a autarquia INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa esteira, Igor foi apontado como proprietário de seis empresas especializadas em criar *sites* de assinatura digital, e pelo menos uma delas, a Soluções Power BI Software Tecnologia, teria sido usada para filiar aposentados e pensionistas – vocês aí que foram lesados – sem consentimento algum.

E vamos destacar que a AGU abriu um procedimento administrativo de responsabilização contra a empresa do Sr. Igor, que, diga-se de passagem, entrou neste mundo aos 22 anos. Apurou-se também que a empresa foi usada por pelo menos quatro entidades associativas: a Aapen, a Amar Brasil, a Master Prev e a Anddap, justamente as entidades ligadas aos "*golden brothers*". Ela era utilizada para dar uma aparente legitimidade às filiações, falsificando as assinaturas digitais e eletrônicas dos aposentados. Verdade, Sr. Igor?

Verificou-se também que as assinaturas destoavam das originais e foi possível identificar que as fichas das filiações dos senhores que estão nos assistindo tinham sido manipuladas. Utilizava-se uma xerox. "Xerox" no passado é a tal da impressão – tá, gente? –, a cópia, mas está escrito "xerox" aqui, uma cópia, uma impressão das fotos dos RGs dos senhores e das senhoras, aposentados e pensionistas, no espaço onde deveriam constar as *selfies* dos senhores. Hoje em dia seria por *selfie*.

Além disso, documentos internos do INSS mostraram... Perdão, alguns documentos internos que apareceram no INSS foram disponibilizados por uma área técnica que alertou a diretoria da autarquia sobre a possibilidade de falsificação das fichas de filiação das associações. Contudo, diretores do INSS ignoraram o alerta.

Então, os técnicos cobraram uma lista com os nomes dos beneficiários da Amar Brasil, mas não tiveram resposta da entidade, motivo que ensejou a suspensão dos descontos da Amar Brasil, e, logo após, a associação apresentou a lista de filiados, mas não chegou a ser analisada. Por quê? Porque, antes dessa conferência do material, o Diretor de Benefícios André Fidelis liberou os descontos associativos da entidade. E como se não bastasse, a Divisão de Consignação e Benefícios do INSS apurou que todas as fichas de filiação da Amar Brasil tinham o mesmo código, senhoras e senhores, o que demonstrava a fraude dos documentos, só que a divisão alegou não ter capacidade técnica para avaliação das fichas e recomendou o envio para a Diretoria de Tecnologia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí entra também Ailton. Ailton Nunes de Matos Júnior, que tem histórico de funções no INSS pelo menos desde 2018. E também nós temos de estar atentos ao Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador de Pagamentos da Diretoria de Benefícios. Ele alegou que a avaliação das fichas era desnecessária, visto que o que interessava ao INSS nesse processo era a simples existência... Mas, pasmem, um menino de 22 anos com uma associação nas suas mãos... Não dá para acreditar, né?

E aí nós temos também uma conexão que eu já havia alertado, a conexão dos "*golden brothers*" com a Camargo Alfaiataria, uma das empresas de João Camargo, que presta serviços de alfaiataria para pessoas famosas, inclusive, segundo saibamos – o senhor pode me dizer se eu estou mentindo, não quero ser injusta, ou se eu estou iludida –, e recebeu R\$1,7 milhão da Amar Brasil. Isso é uma das histórias, só de uma das entidades. E a Amar Brasil, ligada aos "*golden brothers*". E, além disso, essas transferências foram realizadas entre novembro de 2022 e março de 23. Existe a suspeita de que a empresa de João Camargo tenha sido usada...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... para ocultar valores recebidos ilicitamente pela entidade.

Bom, nós vemos nitidamente aqui uma organização criminoso com todos os seus... Todas as suas características.

Eu fiz uma conta dos processos, dos crimes nos quais o senhor pode estar envolvido. Vai dar uma pena... Eu coloquei aqui na pena máxima. O senhor, com certeza, tão novo, deve ser réu primário, vai ter a diminuição, mas em torno de 53 anos de prisão na pena máxima.

E aí eu quero dizer para os jovens do Brasil inteiro que não se iludam com esse tipo de exemplo – ganhos fáceis, pessoas aparecendo nas redes sociais com carros luxuosos, roupas de marca luxuosa – e que estudem.

Ontem o Enem foi realizado no Brasil, e o tema do Enem foi exatamente esse; foi exatamente sobre a questão do futuro dos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O envelhecimento da população.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O futuro, o que os... Ah, perdão. Aqui, achei. Qual foi o tema da redação do Enem? Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira, um tema que eu dedico aqui aos meus queridos da Uma (Universidade da Maturidade), da Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e também da minha turma da terceira idade da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para que nós, de uma vez por todas, possamos dar a dignidade que eles nos deram e ainda nos dão, porque muitos deles estão cada dia mais ativos, e nós não podemos entregar um país assim para essas pessoas que tanto lutaram, tanto lutam. E que os jovens não se espelhem neste triste exemplo dos "*golden brothers*".

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O Senador Magno Malta está no *link*. Eu vou permitir a fala dele logo após a do Deputado Duarte Jr. O Senador Magno Malta encerrará as inscrições.

Com a palavra o Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, eu começo questionando ao depoente se é verdade que ele presidia entidades e, ao mesmo tempo, vendia os serviços de tecnologia a elas, serviço esse fornecido pelas empresas de que ele é proprietário, ou seja, figurava na posição de vendedor e comprador. É correta essa afirmação?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE (Para depor.) – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – As plataformas que você utilizava, que você fornecia; essas plataformas eram utilizadas pela Amar Brasil? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Essa plataforma era utilizada pela Master Prev? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ela era usada pela Aasap?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pela Anddap? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu tentei perguntar, como muitos aqui fizeram, e você insiste no seu direito de permanecer calado.

É engraçado: quem costuma tirar o direito dos outros, quem costuma não cumprir os seus deveres, é fácil alegar os seus direitos, mas lhe faço uma pergunta que você precisa responder: você veio a esta audiência usando um sapato, é verdade essa afirmação?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Me manterei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, você precisa responder. Você precisa responder se você está usando um sapato ou não. Qual é a marca de sapato que você está utilizando?

Eu estou aqui com o seu *habeas corpus*...

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Me manterei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não precisa repetir esse negócio de se permanecer em silêncio, não.

Está aqui a decisão do *habeas corpus* do Ministro Gilmar Mendes. Item 1: o direito ao silêncio, isto é, de não responder às perguntas que possam te incriminar.

Eu estou perguntando qual a marca do sapato que você está utilizando. Você é obrigado a responder. Presidente.

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... V. Exa. talvez entenda que ele possa permanecer calado. Já que ele não quer responder, eu não tenho outra alternativa. Coloca na tela a imagem 1, que eu passei para vocês.

Está registrado, está fotografado. Você está utilizando essa botinha, sem meia, da marca Hermès.

Pode dar o *zoom*, por gentileza.

Esse "h" é da marca Hermès. Esse pé é seu? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não reconhece o próprio pé, talvez seja por isso que cadastrou o Chico Bento para receber benefício do INSS.

Por que que ele não quis responder a essa pergunta? Não quis responder porque ele sabe que dizer a simples marca do seu sapato o incrimina. É uma mistura de covardia com a tentativa do bandido de fugir à lei, mas a lei é dura, mas é a lei.

E esse sapato, aparentemente inocente, com o "h" da marca Hermès, que, até agora a pouco, eu conheci como Hermès, mas é Hermès, custa nada mais, nada menos do que quase R\$10 mil.

Põe na tela.

Dez mil reais; R\$9,3 mil é o preço do sapato que você está utilizando; isso demonstra o quão nojento você é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Opa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... e o que é mais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Deputado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... podre, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... o que é mais repugnante neste momento é que aqueles que aqui vêm depois de roubar aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência, pescadores, pessoas que vivem em estado de extrema vulnerabilidade, são as mesmas pessoas que tentam em falar o nome de Deus em vão.

Se diz evangélico, se diz conhecedor da palavra, mas a palavra de Deus que eu conheço, a Bíblia que eu leio, que é a Bíblia que eu acredito que todos vocês aqui leem, nos ensina, em João 10:10, que Jesus veio para que nós tenhamos uma vida digna, uma vida plena, uma vida em abundância, diferente desse depoente, que veio a este plano para matar, para roubar e para destruir, que agora alega um atendimento digno, mas não pensou em dignidade quando roubou aposentados, pensionistas e pessoas que tanto precisam; covardemente tirar de quem pouco ou quase nada tem para usar um sapato de quase R\$10 mil.

A justiça pode ser lenta, muitos podem tentar blindá-lo...

Eu peço que o Presidente só encoste um pouquinho para trás porque eu quero olhar nos seus olhos.

Muitos podem tentar blindá-lo, mas a tua hora vai chegar, de responder por todos os crimes que você cometeu.

Essa sua cara não me intimida, porque você pode colocar medo atrás de todos os seus privilégios que, por enquanto, você tem. Mas quando você estiver lá na Papuda, esse seu sapato vai estar arrestado pela Justiça, porque você não vai mais poder utilizar.

E eu aqui afirmo, Sr. Presidente, esse comentário sobre o sapato tem total ligação, inclusive com o crime organizado. Tem uma conexão da Amar Brasil com a alfaiataria de grife do João Camargo. Essa alfaiataria, que presta serviços, vende peças para pessoas famosas, recebeu nada mais, nada menos do que quase R\$2 milhões da Amar Brasil. Amar Brasil, a mesma Amar Brasil de que você é Secretário Executivo e responsável técnico. Que responsabilidade técnica é essa? Tem que ter técnica para tirar dinheiro de aposentado, para roubar de quem nada tem, para poder aumentar os seus privilégios?

Eu estou perguntando-lhe. Eu estou perguntando-lhe. Você não vai responder? Então diga no microfone que não vai me responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permaneço em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aqui fica calado, mas lá fora, você coloca para fora todas suas garras.

E enquanto aqui alguns tentam tratar com urbanidade, que infelizmente os limites da lei nos exigem, eu não posso aceitar que uma pessoa tire dinheiro de quem quase nada tem para simplesmente maximizar esses seus privilégios.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... aqui eu demonstro a gravidade de seus atos, e eu quero aqui registrar nominalmente toda a minha equipe de assessores, em especial a Dra. Laura, que fez uma pesquisa rápida, precisa, para demonstrar a V. Exas., eu que sou o último orador, um fato inédito, porque enquanto aqui muitos têm a quase certeza da gravidade de seus atos, eu aqui trago, Sr. Presidente, esta decisão judicial. Eu pergunto a Cinderela: conhece Adilson Cezario de Lima? Sim ou não?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Cindy, você não lembra quem é Adilson Cezario? Você não se lembra?

O SR. IGOR DIAS DELECRODE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu queria que as imagens focassem no rosto dele, como ele me olha com a tentativa de fazer alguma coisa, mas o Estado democrático de direito não permite esse olhar ameaçador.

Adilson Cezario é um senhor idoso, aposentado, que você tirou da conta dele, graças ao seu sistema, R\$77,86 por mês, R\$77,86 por mês. E essa decisão, aqui proferida pelo Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, a Comarca de Belo Horizonte, 5ª Unidade Jurisdicional, 13ª Comarca de Belo Horizonte, que fica lá na Avenida Francisco Sales, Santa Efigênia, o juiz julgou improcedente. Veja, o aposentado foi lá, foi roubado, R\$77 todo mês. Ele entrou com uma ação, e aqui eu estou falando de um aposentado que tem acesso a uma informação, de buscar um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, de entrar com uma ação, fora aqueles que não têm acesso a esses mecanismos jurisdicionais. Ele entrou com uma ação, e o juiz decidiu o seguinte: "Diante do exposto, julgo improcedente o pedido, analisando o feito com o julgamento do mérito." Por qual razão? Porque o juiz analisou os autos e constatou que a parte autora realizou a adesão por meio do sistema de assinaturas eletrônicas conforme documento, e aqui não tem a informação do documento, porque tem que ser preservado, utilizando o programa Regula.Sign. Você conhece o programa Regula.Sign?

O SR. IGOR DIAS DELECRUDE – Permanecerei em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ficou em silêncio, porque esse programa foi feito por você. Você foi responsável por elaborar um programa que veio para matar, para roubar, para destruir, que veio para tirar dinheiro de quem nada tem.

Agora, imagina... Eu espero que o Sr. Adilson Cezario de Lima, de Minas Gerais, tenha acesso a essas imagens e saiba que, além de ser roubado, a justiça errou. E, é nesse sentido, Sr. Presidente, que eu conclamo todos os Deputados e Senadores que aqui estão.

(Soa a campanha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A justiça – assim como o Poder Legislativo, como os outros Poderes – é feita por homens, e ela pode errar. É por isso que nós devemos, sim, nesta semana, ir ao Supremo Tribunal Federal, conversar com os Ministros do Supremo, dizer da gravidade desses fatos.

No Estado do Maranhão, nós já conseguimos devolver, com apoio do Governo Federal e de toda a estrutura, mais de R\$150 milhões, mas esse dinheiro não é de quem roubou, esse dinheiro não é da "Cinderela", não é do "Tio Patinhas", não é dos "backstreet boys" ou dos "golden boys"... Não é assim que tem que ser chamado, não; tem que pelo menos passar vergonha aqui, porque fez muita gente morrer, fez muita gente sofrer.

A gente tem que ir ao Supremo mostrar que ou o Supremo condena, julgue e prende, ou nos permite investigar, porque o que não pode é a gente tentar investigar, tentar prender e uma pessoa vir aqui, não responder as perguntas... A gente sabe que roubou, a gente sabe que tem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prova suficiente para condenar, mas a gente não tem como fazer, porque os mecanismos que nós temos não são suficientes.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa manifestação e nosso repúdio a essa postura...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que, infelizmente, prejudicou milhares de pessoas, idosos, vulneráveis por todo o país.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Quem está...

Pois não, Deputado Dorinaldo.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, é bastante rápido.

Eu queria esclarecer que, a minha fala – quando V. Exa. fez a reflexão sobre o excesso – está enquadrada dentro de uma tipificação, a Lei 12.850, de 2013, que define organização criminosa no Brasil e estabelece a associação de quatro ou mais pessoas, grupos que devem ser compostos por, no mínimo, quatro indivíduos; a estrutura ordenada de divisão de tarefas no crime; a questão do objetivo de obter vantagens ilícitas; enfim, uma série de tipificações que se enquadram na minha perspectiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ...da fala.

Então, essa é uma questão recorrente que V. Exa. apresentou, esteve essa mesma reflexão, trazida por V. Exa., na fala do Deputado van Hattem, e me parece que nós estamos enquadrados dentro da tipificação. Então, portanto, me parece que é correta a afirmação que foi feita por mim ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que não houve qualquer dolo de vossa parte, mas essas afirmações passam a existir efetivamente quando há trânsito em julgado, quando a pessoa foi condenada. Nós aqui estamos na fase da investigação. Por enquanto, ele é apenas suspeito, conforme a mesma legislação que V. Exa. citou.

Muito obrigado, Deputado.

O Senador Magno Malta.

Senador, uma boa-noite.

Senador Magno Malta, o senhor precisa desligar a televisão, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa noite, meu Presidente. Não sei se o senhor me ouve bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estamos ouvindo, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Relator, os Srs. Deputados e Senadores que aí estão, e quero cumprimentar esse gênio.

Eu gostaria que a imagem, Sr. Presidente, fosse aberta, porque eu queria olhar para esse gênio. Eu estou a tarde inteira aqui, fazendo tratamento no meu estado, mas acompanhando esta CPMI, por conta da gravidade...

Eu estou olhando para o rosto desse gênio que se negou a dizer o nome do pai – eu espero que você tenha pai, você não nasceu de chocadeira – , que você tenha mãe, que você tenha avó, que você tenha avô. E você, se não tiver... Aparentemente não tem, porque você diz que vai ficar calado, que não vai dizer se tem pai, se tem mãe, se tem avô ou se tem avó.

Mas eu quero lhe dizer uma coisa, gênio. A sua mãe, quando o viu adolescente e o viu um gênio, só não achou que era um gênio do mal, aos 22 anos de idade. O senhor hoje tem 28. O senhor deve ter fraudado, com esses milhões que na sua conta entraram, milhões de avós, de avôs, de mães, de pais, que têm nome: D. Maria, D. Josefa, Sr. Antônio, Sr. Paulo, Sr. Carlos, que estão olhando para a sua cara de gênio, de deboche, de alguém que foi orientado a ficar calado para facilitar a vida no Judiciário. Explico: o seu advogado é preparado, é um homem inteligente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tem estratégia, eu imagino. Mas só que você precisa saber que uma CPMI tem a estatura do Supremo Tribunal Federal, que o Presidente Viana não depende de nenhum dos Ministros. O fato de você ter recorrido ao Supremo é constitucional, o senhor tem direito de ficar calado, mas esse mesmo texto não diz que o Parlamentar não possa lhe perguntar.

Ministro André Mendonça, V. Exa. é o prevento desse processo, dessa ladroagem instalada, dessa investigação, desse roubo descarado contra os aposentados do Brasil. Desse cidadão, eu ouvi aí a Senadora Damares dizendo sobre a mãe e o pai, que devem estar envergonhados. Deixem a câmera na cara dele. Você precisa ser reconhecido na rua, rapazinho, você precisa ser reconhecido, com essa carinha sua, no aeroporto. As pessoas precisam saber que você é um gênio do mal, que você é um gênio do mal, que você desfalcou, que você subtraiu, que você roubou. E, certamente, deve... Quanto custa uma palestra sua? Porque um gênio como você deve ensinar aos jovens a serem empreendedores, a ficarem ricos.

Vocês viram aqueles jovens do tráfico com 18 anos, 20 anos? Você viu, Igor, ele cheio de ouro no pescoço, cheio de ouro nos braços, andando de moto BMW, andando de carro zero? Sabe tudo aquilo? É roubado. Tudo o que você fez não é nada diferente do que eles fizeram, do que eles fazem: subtrair na rua, tomar o carro das pessoas na marra, roubar a moto na marra, invadir uma casa na marra.

Só que o senhor é um gênio, criou as empresas, foi donos delas, sócio delas. Saiu, participou, distribuiu lucros, tirando, subtraindo. Quanto custa uma palestra sua, irmão?

André Mendonça, falta a esse irmão em Cristo... Olha a cara dele! Olha a cara dele! Falta a você, falta a você, rapaz, as palavras de Zaqueu. Quando Jesus entrou na casa de Zaqueu, ele disse... Se você conhece a Bíblia, se é que você conhece, porque está na moda, o cara ficou rico, já diz que é evangélico, né? E aí vai para as costas da igreja, de irmãos simples, das irmãs do círculo de oração – é possível que você não conheça nenhuma –, de irmãos que são pescadores, dos irmãos que são garis, dos irmãos que limpam a igreja, que trabalham ali voluntariamente pela obra de Deus – pela obra de Deus – e que foram subtraídos por você.

Faltaram a você, rapaz, as palavras de Zaqueu. Quando Jesus entra na casa dele, ele diz: “Senhor, se eu tenho, em algum momento, subtraído de alguém aquilo que não me pertence, eu devolverei quatro vezes mais”. E você tem muito mais para devolver. Não é ficar calado. Põe o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

rosto, enfrenta de frente. Se alguém te conduziu... Duvido que um homem feito, já com 22 anos de idade, já com empresa... E você me dizer que faz isso por *hobby*! *Hobby* é pescar, *hobby* é jogar futebol, é brincar de futebol.

O senhor brinca de tirar dinheiro de aposentado. O senhor brinca de zombar da sociedade, de fazer pega de carro novo – sei lá o quê –, de tirar onda com a cara da sociedade, de debochar da cara da sociedade. Agora está aí você, exposto. Tomara que você não mude o seu cabelinho. Tomara que você não faça uma plástica, para você ser reconhecido. Pode olhar para a frente. Pode olhar para a frente.

Medo eu conheço de ouvir falar, rapaz. Eu nunca fui apresentado, não. Não tenho medo nem de você nem de qualquer um neste país que se disponha a roubar o suor, a energia, os dias vividos, mal vividos, de aposentados que hoje não têm dinheiro nem para comprar remédio.

E eu encerro, Sr. Presidente, te dando um conselho, rapaz. A Bíblia diz que Jesus foi crucificado no meio de dois ladrões. Porque a informação que eu recebi aqui é de que você, no começo, se disse evangélico. Seu pastor deve estar morrendo de vergonha, ou o seu pastor não sabe de onde é que veio esse dízimo? Não sei se você é dizimista ou se você é ofertante, mas oferta gorda demais...!? Quando a esmola é muito grande, o cego desconfia de onde é que está vindo essa esmola grande demais. Eu não sei.

Tem toda uma igreja exposta, não só a congregação onde você congrega. Eu tenho uma tia que é amputada no Estado de São Paulo, uma tia que morreu cega, amputada, roubada nos seus proventos. Cega, amputada, uma mulher crente, uma mulher de oração, quem sabe foi roubada pela sua instituição, Sr. Igor, que meteu a mão naquilo que não lhe pertence, naquilo que não lhe era de direito.

Então, a mim cabe, Sr. Presidente, para além das minhas dores, a minha sede de justiça. Já a essa altura, enquanto um médico aqui diz que eu já deveria estar deitado, já medicado, por conta da minha cirurgia, que todos sabem, mas eu esperei até o final, como todo dia, porque não aguento ver uma canalhice desse tamanho, de quem, diante da verdade... E o pior é que nós temos uma CPMI séria, de um Presidente sério, Relator sério, todos trabalhando sério, e uma Suprema Corte que dá de ombro – que dá de ombro –, que passa a mão, que glamoriza aqueles que cometem crime, porque vale a pena cometer crime neste país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomara que você apodreça na cadeia. Eu estou até com medo de você dizer que você é de menor. "Eu sou de menor, eu conheço os meus direitos". Daqui a pouco você vai dizer que você é menor. Vamos ter que fazer uma redução da menoridade para você, porque você é menor.

Sr. Presidente, eu agradeço pelo tempo usado. Parabenizo V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – ... e a todos aqueles que se utilizaram da palavra. Mas se você realmente já leu a Bíblia, rapaz, faça como o ladrão da cruz, diga: "Senhor, lembra-te de mim". Arrependa-te dos seus pecados e diga: "Senhor [como Zaqueu], se defraudei alguém até hoje eu vou restituir quatro vezes mais". Faça isso, porque você vai conseguir dormir em paz.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Melhoras, Senador Magno Malta. Desejamos um breve retorno aqui ao Parlamento.

Pergunto se V. Exa. fará o uso do tempo de Liderança...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Falará no tempo...

Então, o Relator tem mais alguma observação? (*Pausa.*)

Sr. Igor, o senhor tem, regimentalmente, cinco minutos para se manifestar.

O SR. IGOR DIAS DELECRIDE (Para depor.) – Agradeço, não vou utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem.

Olha, quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO (*Fora do microfone.*) – Posso fazer uso da palavra depois?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode fazê-lo agora, Dr. Levy, porque logo em seguida eu encerro.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Digníssimo Sr. Presidente, Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – ... a defesa técnica requer que fique consignado em ata o inconformismo com relação à apreensão do celular do convocado nesta oportunidade, e o faz com base...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – ... e o faz com base no art. 240 do Código de Processo Penal, pelo qual a redação dita que a busca poderá ser domiciliar e pessoal. Sabe-se que a busca domiciliar é exclusiva de jurisdição. Portanto, em termos de busca domiciliar, somente magistrado pode determiná-la. No entanto, a busca pessoal não prescinde de mandado.

De qualquer maneira, o art. 240, §2º, e art. 244, ditam as regras de quando a busca pessoal pode ser realidade, e, neste caso, basta observar a redação tanto do art. 240, §2º, quanto do 244, que nenhuma dessas hipóteses se adequam à situação hoje vivida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, a defesa requer, evidentemente, com essa manifestação, a restituição do aparelho celular.

Caso V. Exa. entenda em sentido contrário, a defesa fica à disposição para tomar ciência da decisão de V. Exa., do Colegiado, sempre muito respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A Presidência recebe o requerimento, será colocado e consignado em ata, mas o aparelho celular permanecerá...

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... retido para a perícia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Igor, eu tenho certeza de que as milhares de pessoas que estão nos assistindo, diante de tudo que foi exposto aqui, diante da capacidade profissional e inteligência que o Criador lhe deu, que o Altíssimo lhe proporcionou, e o uso que o senhor fez dele... Eu teria aqui uma satisfação enorme em dizer que o senhor está preso, em conduzir o senhor, ainda que por alguns momentos, pela polícia, para que o senhor comece a perceber o que o espera daqui para a frente. Principalmente, por vários momentos em que o senhor aqui até sorriu de algumas perguntas que foram feitas, eu gostaria muito de dizer, de colocar o senhor na cadeia. Mas, como eu respeito e sigo a legislação, e V. Sa. está amparado por um *habeas corpus* – um *habeas corpus* que, mais uma vez, mostra claramente que, no Brasil, há diferenças, e muitas diferenças, entre quem pode ou não pagar –, nós vamos dar sequência, mas eu tenho muita confiança, mas muita confiança, em que o senhor vai pagar, o senhor vai responder por cada uma das pessoas de quem o senhor tirou o dinheiro, usando a inteligência que o senhor poderia usar para o bem.

Meus irmãos brasileiros e brasileiras, hoje o Brasil ouviu mais uma vez o silêncio. Mas foi o tipo de silêncio que ensurdece, o silêncio da culpa.

Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros que nos acompanham em todo o país, esta não foi uma sessão comum. Foi um espelho. E o que vimos refletido aqui é o retrato de um Brasil ferido pela corrupção.

Durante horas, o depoente permaneceu diante desta mesa, ouviu perguntas do Relator, de Senadores, de Deputados, de Deputadas, de Senadoras, e respondeu a todos com o mesmo escudo, o silêncio. Mas o silêncio também fala, e hoje gritou aqui. Gritou nas casas dos aposentados que foram enganados, nas mesas simples das viúvas, que foram enganadas, nos lares dos órfãos que herdaram o silêncio da injustiça.

O depoente, senhores, tem 28 anos de idade. Em 2022, tinha 25. E, aos 25, já presidia uma associação de amparo a aposentados e pensionistas. Não por vocação, mas por negócio. Um negócio que mexe com vidas de pessoas. Um negócio cruel, travestido de solidariedade. Após a renúncia, entregou procurações a Felipe Macedo Gomes, Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro, nomes já conhecidos desta CPMI e ligados a entidades como Amar Brasil, Master Prev, Anddap. As mesmas pessoas, os mesmos sobrenomes e o mesmo roteiro para enganar e retirar dinheiro de aposentados e pensionistas do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, segundo as investigações, esse círculo movimentou valores altíssimos, mais de bilhão, dinheiro que saiu do bolso de quem trabalhou a vida inteira.

Essas empresas nasceram quase no mesmo dia. Foi tudo, muito bem, meticulosamente planejado. Uma inteligência voltada para o mal.

Em 8 de dezembro de 2022, Felipe Macedo abriu a Maden e a EMJC Cálculo Certo.

No mesmo dia, surgiu a ADV Serviços, de Felipe Macedo Gomes e Anderson Cordeiro.

No dia seguinte, dia 9, Américo Monte Junior, hoje Presidente da Amar Brasil, abriu a AMJ Security Ltda.

Tudo dentro da mesma engrenagem, um sistema que transformou benefícios de aposentados em fonte de luxo e ostentação.

Em maio de 2024, criaram a chamada "solução provisória", assinada por servidores públicos que deveriam zelar pelo que estava ali sendo depositado, a confiança dos brasileiros. Não...

O Sr. Geovani Spiecker e o Sr. Alexandre Stefanutto criaram uma medida para favorecer as entidades que passaram a roubar os aposentados, deram como explicação modernizar a chamada biometria. Na prática, abriram um canal de fraudes, um aplicativo que permitia desviar ainda mais, longe dos olhos do Estado. Enquanto isso, os ministérios e os órgãos responsáveis se calam. Silêncio na fiscalização, silêncio na punição, silêncio cúmplice de toda essa roubalheira. Do lado de fora, a vida real: aposentados cortando o remédio ao meio, muitas vezes, para fazer durar o mês inteiro, viúvas contando moedas para comprar pão, órfãos crescendo sem o amparo que o Estado prometeu. Enquanto esses esquemas cresciam, uma senhora chorava porque o desconto no benefício levou o dinheiro do gás. Enquanto abriam empresas de fachada, um idoso deixava de pagar a conta de luz para comprar remédio.

E agora, para agravar ainda mais, vemos o Governo transformar em propaganda aquilo que é apenas obrigação. Usam o *marketing* para dizer que estão devolvendo o dinheiro dos aposentados, quando, na verdade, estão devolvendo o dinheiro do povo, o dinheiro realmente roubado continua desaparecido. Vamos falar a verdade: o sistema continua fraudado. O que se devolve hoje é o mínimo, e o mínimo não é conquista, é reparo de um crime. Enquanto o Governo sorri diante das câmeras, o povo chora diante das contas a serem cumpridas para se manter o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem mais valioso de uma pessoa pobre: o nome limpo, a consciência em paz. Essa é a diferença entre a encenação e a realidade, entre o discurso oficial e a verdade que esta CPMI revelou.

E agora, como se não bastasse, o Brasil acorda com a notícia de que depoentes que movimentaram somas bilionárias, valores que representam o suor de milhares de aposentados estariam sendo blindados nesta Comissão. Repito: blindados. Isso não é apenas inaceitável, é uma vergonha nacional, é um tapa na cara das viúvas que foram enganadas, dos aposentados que tiveram o benefício reduzido, dos órfãos que ficaram sem o sustento deixado pelos pais. Quem tenta blindar culpados não defende o Estado, defende o crime. E, sob a minha Presidência, nenhum criminoso vai ser protegido, porque blindar corruptos é trair o povo brasileiro.

O depoente pode escolher o silêncio, mas esta Comissão não vai se calar. Se ele se esconde atrás do direito de não responder, nós temos o dever de não nos omitir. O silêncio dele é o retrato da culpa, a nossa voz é o retrato da verdade. Ai daquele que tira do órfão e da viúva, mas não só isso: ai também de nós se nós nos calarmos diante de tudo que está acontecendo no Brasil.

E a verdade, senhores, é que, enquanto combatemos aqui os roubos contra os aposentados, o Parlamento brasileiro também está sendo ferido, ferido por quem deveria defender a Constituição. Eu li com atenção o *habeas corpus* concedido pelo Ministro Gilmar Mendes, e lá está escrito, com todas as letras, que a condição de investigado não pode ser artificialmente modificada por decisão colegiada dos Parlamentares. Sabe o que significa? Significa que, mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal olha para o Congresso Nacional e diz: "Vocês não importam". Nós não importamos, e isso é que está dito, é isso, nas entrelinhas, e nas entrelinhas do silêncio e nas atitudes que nós temos costumeado ver nos últimos anos no Brasil.

É como se as decisões de 81 Senadores e 513 Deputados, eleitos pelo povo, valessem menos do que o desejo isolado e a decisão de um único homem. Isso não é democracia, senhores, é desequilíbrio entre Poderes, é o esvaziamento deste Parlamento, é a negação da soberania popular, porque aqui não tem nenhum Parlamentar que pagou ingresso, todos aqui foram eleitos pela população. E o que mais me dói é ver que, enquanto lutamos por justiça aqui dentro, lá fora tentam calar o Parlamento.

Um Ministro, sozinho, decidiu que a voz de 594 representantes eleitos pelo povo não vale nada. Isso não é democracia: isso é o país de cabeça pra baixo. E eu digo isso com respeito às





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições, à Constituição, mas com a indignação de quem não aceita mais ver este Congresso ajoelhado diante de decisões monocráticas. Um Ministro não pode valer mais do que um Parlamento inteiro. Nenhum juiz pode se sobrepor à vontade de milhões de brasileiros que colocaram cada um de nós aqui. Em nenhum lugar do mundo civilizado, isso é normal, porque, onde há poder que não se pode questionar, já não há equilíbrio, há apenas domínio; e onde há domínio, não há liberdade.

Nós respeitamos o Supremo – eu respeito o Supremo Tribunal Federal, a Constituição brasileira, a democracia do nosso país, a República –, mas o Supremo precisa respeitar o Parlamento, respeitar o voto, respeitar o povo.

Está na hora de este Congresso acordar, está na hora de este Senado levantar a voz altiva que tem tido nos últimos séculos, porque se calar diante disso é abdicar do poder que a Constituição nos deu. E, quando o Parlamento se cala, senhores, a democracia desaba.

O que o Brasil está vivendo é mais do que uma crise entre Poderes, é uma prova de coragem. E esta CPMI mostrou que coragem ainda existe neste Parlamento: coragem para enfrentar o sistema, para desafiar o medo e para falar o que muitos pensam, mas que poucos têm ousadia de dizer, quando se trata do poder daqueles que deveriam zelar pela Constituição e pelo equilíbrio entre os Poderes.

O Congresso precisa voltar a ser o Poder ativo que a Constituição desenhou, não um espectador, mas o coração pulsante da democracia brasileira. Enquanto alguns tentam esconder o que fizeram, nós seguiremos revelando o que o Brasil precisa saber, porque a verdade pode ser adiada, mas ela nunca será silenciada, senhores.

Esta CPMI não é contra pessoas, é a favor da verdade. Não é contra um Governo, é a favor do Brasil. E é o Brasil feito de gente simples, de aposentados, que confiaram; de viúvas, que resistem; de órfãos, que esperam justiça. Foram eles os verdadeiros prejudicados; foram eles que pagaram, que estão pagando a conta; e é por eles que nós estamos aqui lutando.

Esta CPMI nasceu para devolver dignidade a quem foi roubado até no fim da vida. E nós não descansaremos até que cada nome, cada documento e cada centavo sejam rastreados. Roubar o trabalhador na velhice é o crime mais covarde de todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem tentar adiar a verdade, mas não vão impedi-la de aparecer. Podem se esconder atrás de advogados, de empresas ou de *habeas corpus*, mas não há *habeas corpus* contra a consciência, especialmente a consciência do povo, que está acompanhando o trabalho desta Comissão. O silêncio dos culpados é passageiro, mas a voz dos justos é eterna.

Mas eu ainda acredito no Brasil – no Brasil, que acorda cedo, que trabalha, que respeita, que não desiste. Acredito que a verdade pode ser empurrada, mas nunca será sepultada. E é por isso que nós seguiremos de pé, até que cada aposentado, cada viúva e cada órfão tenham de volta o que lhes foi tirado: o direito de viver com dignidade.

A verdade, senhores, vai vencer o silêncio. Eu acredito no Brasil, eu acredito num país que pode fazer justiça a todas as pessoas, inclusive – e principalmente – aos mais simples.

E o Brasil não voltará a ser enganado – esse é o nosso desafio, é a nossa missão.

Muito obrigado a todos. Deus abençoe o Brasil e cada aposentado, cada viúva, cada órfão que esperou por justiça e que agora começa a vê-la nascer e que acredita no trabalho desta CPMI. Nós estamos aqui lutando pelo nosso país.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta sessão e convido, para a próxima quinta-feira, para a oitiva do Sr. Eric Fidelis, que tem advogado, que já está devidamente cientificado e será recebido por esta Comissão, espero que com um *habeas corpus* que repita aquilo que nós temos feito, garantias constitucionais, mas que ele venha responder às informações que o povo brasileiro tem o direito de saber.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 16 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 52 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Sergio Moro, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Marcio Bittar, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Tereza Cristina, Sóstenes Cavalcante, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., AJ Albuquerque, Cleber Verde, Zeca Dirceu, Josenildo, Bia Kicis, Kim Kataguirí, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima, José Medeiros e Evair Vieira de Melo. Deixam de comparecer os Parlamentares José Lacerda, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Leila Barros, Damares Alves, Coronel Fernanda, Jeferson Rodrigues, Beto Pereira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e reaberta às onze horas e três minutos. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta e três minutos e reaberta às doze horas e seis minutos. A reunião é suspensa às treze horas e três minutos e reaberta às quatorze horas e vinte e oito minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e dezesseis minutos e reaberta às quinze horas e vinte e dois minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 180 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual (PSB-MA) e Presidente licenciado da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (FECOPEMA)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 487 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Araújo." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 523 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Araújo." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1033 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Edson Araújo, que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, possui relevância no estratagema do fluxo financeiro, tendo participado de transações atípicas que somaram montante significativo, incluindo o recebimento de substanciais valores da Federação das Colônias dos Pescadores do Estado do Maranhão." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2301 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Daniel Diran, advogado." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 2319 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. João Carlos Camargo Júnior, proprietário da empresa MKT Connection Group." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 2321 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Rodrigo Rosolem Califoni, empresário do Grupo Total Health." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 2280 de 2025 que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Igor Dias Delecrode, empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 2304 de 2025 que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Igor Dias Delecrode, ex-Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionistas (AASAP), ex-secretário administrativo da ABCB/Amar Brasil e ex-membro do Conselho Fiscal da MASTER PREV." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 2306 de 2025 que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Americo Monte, ex-Presidente da ABCB/Amar Brasil." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 2578 de 2025 que: "Requer a representação pela prisão temporária do Sr. Danilo Berndt Trento, imprescindível para as investigações desta Comissão Parlamentar." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado.

ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 2518 de 2025 que: "Requer que seja oficiado o Senhor Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, para que ingresse, na qualidade de amicus curiae, na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1.236." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2300 de 2025 que: "Requer, ao Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre as mais de três mil senhas do Sistema SUIBE bloqueadas pelo INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2532 de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre as iniciativas governamentais, citadas em oitiva pelo ex-Ministro Onyx Lorenzoni, de combate a fraudes na concessão e manutenção de benefícios previdenciários, inclusive os descontos indevidos supostamente implementadas na gestão 2019-2023 do governo federal." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 313 de 2025 que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sandro Temer de Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2478 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CLEBER OLIVEIRA MEDEIROS, CPF nº 887.379.181-68, advogado, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2479 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CLEITON DOS SANTOS MEDEIROS, CPF nº 009.320.831-61,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pela LMC Corretora de Seguros de Vida LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2480 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LMC CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA, CNPJ nº 11.965.952/0001-66, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2481 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ATUAL HOLDING DE PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 34.720.248/0001-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2482 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ANDRADE & MEDEIROS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 31.703.106/0001-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2483 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CSM PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.863.007/0001-96, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2484 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GTS HOLDINGS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 31.392.289/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2485 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LCS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.373.530/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2486 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NUNES & ALVES PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.221.333/0001-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 2487 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE HOLDING DE PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 37.321.679/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 2488 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE BRASIL CORRETORA DE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.699.051/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 2489 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.699.051/0002-81, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 2490 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa THINKING BLUE - GESTAO DE ESTRATEGIAS PARA COOPERACAO E CONSENSO LTDA, CNPJ nº 31.707.436/0001-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 2491 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ADVOCACIA DANIEL GERBER, CNPJ nº 28.376.527/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 2492 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DANIEL GERBER, CPF nº 644.236.620-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 2493 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO GABRIEL NEGREIROS DE ALMEIDA, CPF nº 096.957.634-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 3 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 2537 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, CPF nº 096.957.634-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2494 de 2025** que: "Requer elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor VINÍCIUS RAMOS DA CRUZ, CPF nº 079.072.946-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2530 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG-BA), CNPJ nº 15.243.363/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2553 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da Senhora ROSIANE RAMOS SALOMAO, CPF nº 089.665.179-78, referentes ao período de 1º de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2554 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor SILVIO DALLA COSTA, CPF nº 038.503.799-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2555 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor ALEXANDRE GONCALVES FERREIRA, CPF nº 689.783.591-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2556 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da Senhora LEOPOLDINA DE ALMEIDA SOUSA, CPF nº 008.760.194-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2557 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TUTTANO CULINARIA ARTESANAL LTDA, CNPJ nº 41.938.649/0001-35, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2558 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVAH LOCACAO DE MATERIAIS, BUFFET E ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 18.731.788/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2559 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VOGA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA (matriz), CNPJ nº 10.943.907/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2560 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VOGA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA (filial), CNPJ nº 10.943.907/0002-29, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2561 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALEXANDRE CAETANO DOS REIS, CPF nº 287.157.991-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2562 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RODRIGO MARTINS CORREA, CPF nº 006.655.591-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2563 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LICIO PIRANGY BARBOSA, CPF nº 010.575.341-61, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 2568 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Diego Luiz Nobre Barros, CPF nº 008.847.561-14, referentes ao período de 19 de abril de 2022 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 2569 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CINAAP- CIRCULO NACIONAL DE ASSISTENCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, CNPJ nº 37.014.107/0001-07, referentes ao período de 19 de abril de 2022 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2570 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ASABASP BRASIL – ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS, SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL, CNPJ nº 41.034.197/0001-67, referentes ao período de 12 de junho de 2023 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 2571 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ACOLHER - ASSOCIACAO DE PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS, CNPJ nº 07.699.920/0001-99, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2315 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa FAG-JC Serviços LTDA, abrangendo o período de 11 de dezembro de 2023 a 23 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2316 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa FAJC Gomes Consult LTDA EPP, abrangendo o período de de 16 de abril de 2024 a 23 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 2317 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Monte Consultoria LTDA, abrangendo o período de 9 de abril de 2024 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 2318 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Monte Consultoria LTDA, abrangendo o período de de 9 de abril de 2024 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2469 de 2025** que: "Requer Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal da CINDEAS COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZACA, CNPJ nº 02.287.694/0001-15, referentes ao período de 21 de fevereiro de 2020 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2470 de 2025 que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANTOS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de fevereiro de 2018 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 2471 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa SANTOS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de fevereiro de 2018 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 2473 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TO HIRE CARS LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 7 de dezembro de 2020 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 2474 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa TO HIRE CARS LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 7 de dezembro de 2020 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 2475 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 2476 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 2534 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HM Moto Pecas Pneus e Artefatos Borrachas LTDA, CNPJ nº 27.752.264/0001-58, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 2535 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Sra. Renée de Souza Pazeto, CPF nº 194.962.038-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 2536 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) da Sra. Renée de Souza Pazeto, CPF nº 194.962.038-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edson Cunha de Araújo, entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 211 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Cunha de Araújo, presidente licenciado da FECOPEMA e Deputado Estadual do Maranhão, entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 2527 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário, telemático e fiscal do Sr. Edson Cunha de Araújo, portador do CPF nº 090.317.744-72, referente ao período de julho de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 2528 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Federaçao dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceara, CNPJ nº 07.340.961/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 2538 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), CNPJ nº 92.886.860/0001-92, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 2539 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar no Estado de Goiás (FETAEG), CNPJ nº 01.664.002/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 2541 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANA - FETAEP, CNPJ nº 78.637.337/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 2542 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA, DATAS E MONJOLOS, CNPJ nº 16.888.679/0001-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 2543 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO PIAUI (FETAG-PI), CNPJ nº 06.527.360/0001-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 2544 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal da empresa FED.EMP.RURAISS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 58.998.915/0001-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 2545 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FETAESC), CNPJ nº 83.900.399/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 2546 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (rifS) e A quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FETAPE, CNPJ nº 11.012.838/0001-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 2547 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ nº 06.062.327/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 2548 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE FORMOSA DO RIO PRETO - BA, CNPJ nº 13.904.735/0001-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 2549 de 2025** que: "Requero a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SAO PAULO - FETAESP, CNPJ nº 62.469.952/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 2551 de 2025** que: "Requer na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE AGUA BRANCA - PI, CNPJ nº 06.503.056/0001-45, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 2552 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PAULINO NEVES - MA, CNPJ nº





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

03.357.620/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva.** **Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Eric Douglas Martins Fidelis, Advogado, em atendimento aos requerimentos 45/2025, 380/2025, 409/2025, 416/2025, 480/2025, 792/2025, 953/2025, 1176/2025, 1179/2025 e 1205/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, **juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/13>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia. Bom dia a todos, senhores e senhoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 13 de novembro de 2025.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Srs. Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, hoje é um dia muito importante para todos nós que estamos aqui, há várias e várias semanas, lutando contra uma opinião geral de que esta CPMI não traria resultados para o povo brasileiro. Nessas datas em que temos nos reunido, sei que os senhores têm ficado, como eu, longe da família, com dificuldades para chegar a Brasília, mas a nossa missão é grande, é heroica em dar respostas ao povo brasileiro de uma forma como nunca foi dada em nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa. *(Palmas.)*

Obrigado.

Primeiramente, eu quero, mais uma vez, publicamente, agradecer a colaboração, a confiança que tem sido depositada em nosso trabalho pelo Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, um homem que está decidido, como nós, a esclarecer ao Brasil quem roubou e colocar na justiça, punidos, aqueles que quebraram a confiança do povo brasileiro. Portanto, é com muita satisfação que faço aqui, mais uma vez, o meu voto de confiança nos trabalhos do Ministro André Mendonça.

Hoje, entre os vários presos, há diversos personagens que os senhores e quem nos assiste em casa conhecem muito bem. Chegaram aqui com *habeas corpus*, com o direito de ficar em silêncio, arrogantes, dizendo-se que estavam sendo perseguidos, que essa era uma Comissão que não dava direitos, não respeitava advogados. Hoje, está muito claro que esse núcleo operador do sistema vai ter que responder e está na investigação, no inquérito, e agora está em boa parte na cadeia. Outros ainda têm explicações a dar e também serão alvo de operações. Podem escrever o que eu estou colocando, assim como, na semana passada, eu disse a esta Comissão e ao povo brasileiro: "Acreditem! Novas operações e prisões virão. Não ficarão impunes aqueles que tomaram de assalto a Previdência brasileira!".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, daqui para a frente, um trabalho que exige paciência e mais ainda determinação, porque é a montagem de todo esse esquema, de ouvirmos todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram, para que a gente possa chegar aos três escalões desse escândalo. Eu o divido dessa maneira e acredito que o Relator – nós temos conversado também, vai ter a sua palavra – possa colocar.

Primeiro, nós temos o terceiro escalão dos operadores e laranjas que desviaram o dinheiro. Esses operadores corromperam os servidores públicos do segundo escalão. E esse segundo escalão só foi mantido de governo para governo, porque há um primeiro formado por políticos e pessoas que estavam no poder ou estão no poder e que colaboraram para que eles permanecessem ali montando e facilitando o esquema. O terceiro escalão está praticamente todo preso, o segundo escalão também. Agora, eles poderão colaborar e muito, e esta CPMI também, em dizer quem foram os que se beneficiaram de todo esse esquema de desvio da Previdência.

Eu, há pouco, conversando com a imprensa, disse o seguinte: todo o dinheiro que foi desviado dos brasileiros, quando a gente faz as contas, uma parte apareceu em imóveis, em carros, como os senhores têm acompanhado – 14 Porsches, quatro Ferraris –, mas esse dinheiro – é muito alto o valor, a soma – está em algum lugar. Uma parte foi para o exterior, para paraísos fiscais – isso está sendo monitorado também, já se sabe o rastro de tudo isso –, mas esse dinheiro, uma boa parte dele sacado em moeda corrente, está em algum lugar ou em alguns lugares. Agora, há pouco, já chegou da Polícia Federal, pelo menos o Duarte me passou, um cofre cheio de dinheiro, então nós temos aí um *bunker*, ou *bunkers*, com dinheiro, que nós esperamos sejam descobertos muito breve, para que a população possa ter de volta tudo isso que foi colocado.

Quanto aqui ao nosso trabalho, eu primeiro quero dizer aos senhores: tenham força, porque, daqui para a frente, o mar vai ficar mais revoltado. Os senhores estão observando o que aconteceu conosco esses dias – ataques pessoais, tentativa de sujar os nossos nomes... Fiquem atentos, porque o mar vai ficar revoltado, mas nós vamos navegar, nós vamos chegar ao nosso destino independentemente das dificuldades. E eu faço aqui... Cito o que para mim é muito importante: no Evangelho, quando os apóstolos estão no barco que está para afundar, Jesus vem sobre as águas e diz para eles "homens de pouca fé". Não tenhamos esse mesmo medo; tenhamos fé, confiança de que nós vamos dar ao povo brasileiro as respostas de que o país precisa. Os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores estão fazendo história! Prestem bem atenção nisto: os senhores estão fazendo história no Brasil.

Eu quero dar os parabéns e agradecer ao Relator Alfredo Gaspar, que tem sido firme nas decisões; ao Líder Rogerio Marinho, que tem ouvido, ao Líder Paulo Pimenta, porque eu sei da missão dele aqui, árdua, mas que tem colaborado. E nós temos caminhado passo a passo. Nós vamos caminhar devagar, sem que a gente crie crises no país desnecessárias ou faça desta CPMI um palanque político.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, já falo.

Então, eu quero dizer aqui do trabalho desses Líderes, que estão fazendo história também ao comandar e que estão colaborando.

Embates virão. Eu tenho certeza absoluta de que novos embates acabarão acontecendo, mas acabarão sempre no sentido de que o Brasil possa ser respeitado e que essa CPMI traga todo o resultado que nós esperamos. A sujeira, senhores, que se queria colocar debaixo do tapete, que se queria esconder, essa sujeira nós vamos limpá-la. Essa sujeira... O Brasil vai conhecer com clareza o que aconteceu nesse esgoto – desculpe a minha indignação – de desvio de dinheiro de aposentados em nosso país.

Quero passar a palavra ao Relator Alfredo Gaspar e, em seguida, passo aos Parlamentares, também ao Vice Duarte, que foi o primeiro a sentir os efeitos desse primeiro escalão que nós estamos começando a deixar claro aqui.

Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, acho que nós temos mostrado muita indignação em relação a algumas ações com ordens judiciais do STF e, neste momento, temos que fazer um reconhecimento. Esse reconhecimento que Deus foi bondoso com esta CPMI e colocou, na relatoria deste grande roubo dos aposentados e pensionistas, um homem com coragem: o Ministro André Mendonça está mostrando ao Brasil que valoriza os trabalhos de investigação da CPMI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos vários presos. Não comemoramos prisão. O que nós comemoramos é o fim do ciclo da impunidade. Muitos chegaram aqui arrotando honestidade, e agora estão muitos deles atrás das grades. Mas quero deixar bem claro: isso é apenas o início da jornada do fim da impunidade. Ainda tem muita coisa para acontecer.

Eu quero dizer, Presidente, fazendo esse reconhecimento: CPMI, na mente da população brasileira, é algo feito para terminar em pizza, mas nós tivemos a sorte de tê-lo como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e de ter vários membros que estão aqui para apurar a verdade. Não adianta blindar na CPMI, porque tem outra investigação em curso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E aí eu volto a falar: tem muita gente que precisa ser retirada de baixo do lixo, do tapete, seja ele de onde for, e pouco importa de que bandeira ideológica seja, volto a dizer, Paulo Boudens, volto a dizer Danielle Fonteles, Gustavo Gaspar, Frei Chico e tantos outros que estão blindados, mas a investigação está indo por caminhos colaterais.

Agora mesmo, Presidente, fiz mais de 150 requerimentos que estão já sob a responsabilidade da CPMI que nós precisamos votar, e as digitais daqueles que querem blindar cada vez ficarão mais expostas. E para aqueles que acham que isso começou no Governo A ou no Governo B, tem para todo gosto. Então, não adianta ficar com narrativa, a verdade vai aparecer. O importante é o que o senhor disse desde o começo, Presidente: estamos aqui em nome do povo brasileiro, aposentados e pensionistas que não aguentam mais de tanta safadeza. O dinheiro ainda não foi recuperado desses bandidos, o dinheiro que está sendo pago a aposentados e pensionistas é dinheiro do contribuinte brasileiro, nós precisamos recuperar o dinheiro roubado da mão desses bandidos.

Portanto, Presidente, tenho muito orgulho da sua condução e dos colegas membros, independentemente de ideologia, que estão aqui com o sentimento de fazer justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, com certeza hoje é um dia para a gente comemorar. A partir do momento em que a Polícia Federal teve independência para agir, que a CGU teve independência para agir, nós iniciamos um processo neste país de desbaratar uma quadrilha que tomou de assalto o INSS.

E desde o início, Sr. Presidente, nós temos sustentado aqui – e esta operação de hoje comprovou isto – que este roubo bilionário não teria sido possível sem que mudanças tivessem ocorrido nas regras do INSS para que estas entidades-fantasmas, para que estas entidades que roubaram os aposentados e aposentadas pudessem agir da maneira como agiram. E nós já demonstramos aqui, com documentos, com provas, as mudanças que foram feitas no INSS, os decretos que foram publicados e que permitiram que este grupo de servidores corruptos, que já tinham posição de comando dentro do INSS desde o Governo anterior, promovessem com estas entidades este escândalo, Sr. Presidente.

Poucos dias atrás, a Polícia Federal... E aqui, senhoras e senhores, são iniciativas da Polícia Federal, são operações da Polícia Federal autorizadas pelo Ministro André Mendonça, que poucos dias atrás desbaratou o núcleo dos "*golden boys*"; o núcleo dos "*golden boys*", aqueles jovens milionários que nunca trabalharam, que foram pegos com dezenas e dezenas de carrões de luxo e que ganharam seus ACTs por conta do decreto publicado pelo Bolsonaro, pelo Onyx e pelo Paulo Guedes. Hoje, Sr. Presidente, é a CBPA e a Conafer, instituições que só ganharam a robustez do roubo que fizeram pelas facilidades que encontraram e pelos esquemas de corrupção que encontraram facilidade dentro do Governo Bolsonaro.

E agora, Sr. Presidente, ao que o Brasil está assistindo? Em primeiro lugar, nós estamos devolvendo o dinheiro que foi roubado. Mais de 3,7 milhões de aposentados e pensionistas já receberam o seu dinheiro de volta; e nós temos que garantir que todos eles, todos eles, possam receber o dinheiro de volta, por isso prorrogamos até dia 14 de fevereiro para que possam solicitar o dinheiro roubado. Segundo, essas quadrilhas, nós temos que tirar delas o dinheiro, os carros, os imóveis, o dinheiro que está nas *offshores*, porque esse dinheiro tem que ser reposto para o Tesouro, esse dinheiro que esta gente roubou. E, por fim, Sr. Presidente, nós temos que ser





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

implacáveis na responsabilização desses servidores corruptos. Estão aí hoje José Carlos Oliveira, que se sentou nessa mesa, que foi Ministro da Previdência, que foi Presidente do INSS; Stefanutto, servidor de carreira do INSS; André Fidelis e Virgílio, e nós temos aqui, repetidas vezes, dito o papel nefasto deles dentro desse esquema criminoso; Parlamentares, pessoas de grande influência, que precisam também ser tratados da forma implacável como nós estamos tratando.

Portanto, hoje é um dia a ser comemorado. E eu espero que, assim como foram pegos os "golden boys" – hoje foram pegos estes –, que estas operações possam prosseguir e que nós possamos pegar todos eles, Sr. Presidente, e colocá-los na cadeia, que é o lugar que deve estar quem roubou aposentado e aposentada; mas botar junto com eles os servidores corruptos do INSS e os políticos que botaram esses servidores nas posições de mando que permitiram que fizessem parte dessa organização criminosa.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Muito obrigado.

Com a palavra o Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente... *(Fora do microfone.)* Sr. Presidente... Está desligado ainda?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É. Eu queria saber por que não assinaram a CPI.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Recebi um vermelho do PT aqui no meu microfone. *(Pausa.)*

Sr. Presidente... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem áudio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... me ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem áudio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que eu estou recebendo aqui um vermelho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ai! Agora sim!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – O.k.

Não combina muito comigo, não, o vermelho.

Bom, Presidente, primeiro, eu acho que hoje é um dia realmente para se comemorar, que mostra a relevância desta Comissão, apesar de todo o ceticismo. O próprio Governo trabalhou violentamente contra a instalação desta CPMI. É sempre bom lembrar que, com exceção do Senador Contarato, nenhum deles assinou o pedido de instalação da CPMI, e é bom fazer justiça a quem o fez.

É bom dizer que esta CPMI foi cercada de todas as formas para impedir o avanço das investigações. Nós estamos vendo aqui a blindagem que o Governo tenta estabelecer a cada reunião. Hoje, por exemplo, V. Exa. teve que retirar da relação que vai ser votada hoje, por um acordo que V. Exa. fez com o Líder que me antecedeu, o núcleo, a segunda camada do núcleo de Sergipe de associações que criminosamente meteram a mão no bolso dos aposentados, que receberam milhões de reais de pessoas que, inclusive, estão presas hoje, de associações etc. Espero que, na próxima sessão, nós possamos votar esses requerimentos e que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estarão todos lá, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e que o Partido dos Trabalhadores faça o seu papel, que saia da retórica e do discurso para a materialização, para a prática.

Ontem, Sr. Presidente, é bom falar que nós tivemos uma extraordinária vitória para a sociedade brasileira. V. Exa. sabe que nós passamos aqui quase dez reuniões discutindo o assunto – dez, não, doze reuniões – de que nós éramos favoráveis ao fim, em definitivo, do desconto associativo. O que é que nós ouvimos aqui dos integrantes do Governo? "Nós somos favoráveis, nós queremos isso", mas nenhum deles assinou o requerimento de urgência que foi votado ontem no Senado da República – 41 Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e nenhum do PT assinou. Na hora de fazermos o processo de votação, nós tivemos, é verdade, a unanimidade da Casa, mas nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos um discurso relutante daqueles que, inclusive, representavam o Governo e queriam, nas palavras deles, separar o joio do trigo, como se associações picaretas e sindicatos picaretas tivessem alguma diferença; são todos iguais: roubam o trabalhador brasileiro há 30 anos, Sr. Presidente.

Agora, houve uma escalada no Governo do PT, a partir de 2023. Quando voltaram ao poder, escalou a roubalheira.

Nós hoje tivemos a prisão do Sr. André, do Sr. Stefanutto, a evasão do Sr. Virgílio, que fugiu da prisão, mas teve a sua prisão decretada, a tornazeleira no Sr. Oliveira e vários outros membros de associações e entidades que estão envolvidas no roubo. Depois o senhor, oportunamente, até o final desta manhã, com certeza, a gente vai ter a relação completa daqueles que foram presos.

Agora eu quero lembrar aqui aos senhores o que eu tenho falado aqui, vou relembrar: em 2014, para não voltar muito – isso vai ser em 2002, 2003, mas, em 2014 –, há um encontro que mudou a história do INSS, o encontro entre o Sr. Virgílio, entre o Sr. André Fidelis e o Sr. Stefanutto no Governo do PT – na época, o Sr. Carlos Gabas era o Secretário-Executivo –, todos de mando. Essas pessoas se perpetuaram, são funcionários de carreira. Todos eles são funcionários de carreira do INSS.

Existem governos que convivem com a corrupção, existem governos que combatem a corrupção. Agora, ninguém é imune à corrupção.

Nós não temos bandido de estimação. Ninguém me ouviu aqui falar, enquanto havia uma crítica, a favor de A ou de B especificamente, em especial, o Sr. Oliveira. Vamos verificar o que foi que aconteceu com ele. Se ele tiver culpa, ele tem que pagar por isso. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós estamos deste lado: nós não somos aliados de bandidos e nós não aceitamos a corrupção. Quando acontece, ela tem que ser identificada e tem que ser combatida.

Agora, Sr. Presidente, é importante dizer também que, na transição, na transição deste Governo, quem estava fazendo, quem estava comandando a transição era o Sr. Stefanutto, que foi preso, que foi quem fez o trabalho de transição de um Governo para outro Governo, de Bolsonaro para o Sr. Lula da Silva. Ele foi defendido aqui como um progressista e se colocou como um progressista, como alguém dentro do Partido dos Trabalhadores, que foi depois para o PDT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem fez parte daquela comissão? Ricardo Silva, que foi justamente o Deputado que, segundo o Relator, acabou com a validação. Quem fez parte dessa comissão? A Sra. Tonia Galleti, que é justamente uma das principais envolvidas na questão do Sindnapi. Então, as digitais estão por todo lado. São funcionários antigos, que vêm desde 2003 dentro da estrutura da Previdência e que, em algum momento, foram combatidos.

Então, parabéns à CPMI, que está fazendo um grande trabalho. E vamos nos dedicar a apurar e encontrar mais ilícitos ainda, porque hoje quem virá para cá é um daqueles que foi beneficiado, claramente, pelos recursos ilícitos que foram tomados dos trabalhadores brasileiros aposentados. Ele é somente filho deste que foi preso hoje e que era Diretor de Benefícios do Governo do PT, Sr. André Fidelis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Bem, nós temos 15 inscritos. Eu vou passar dois minutos para cada um – pode ser? – para que a gente possa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está inscrito.

Então, com a palavra o Vice-Presidente Duarte Jr.

Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu quero, mais uma vez, iniciar a minha fala agradecendo a Deus pela oportunidade de estar aqui e dizer que Deus é bom o tempo todo, porque os momentos de maior dificuldade, de maior temor, de maior preocupação são os momentos em que Deus nos dá algumas respostas. Eu sou católico, e, nas últimas semanas, o terço que eu uso quebrou. E isso é um sinal, para nós que somos religiosos, de que está nos livrando de alguma coisa não muito agradável.

Na semana passada, todos aqui sabem que eu fui ameaçado por um Deputado Estadual do meu estado, o Deputado Edson Araújo, que é Vice-Presidente da CBPA, uma ameaça que tira de nós a tranquilidade e a paz...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... uma ameaça que me faz, durante todo o dia, ligar para minha esposa, saber onde ela está, se ela está com alguém, se ela está acompanhada por alguma outra pessoa que possa evitar que algo pior aconteça, perguntar se o meu filho já saiu da escola... Esse tipo de situação não é uma situação nada saudável. E não é justo que a gente que está aqui fazendo o que é certo, lutando contra uma instituição criminosa que vem passando por vários governos e tirou dinheiro de aposentados e pensionistas, passe por esse tipo de situação.

E, hoje, eu fiquei muito feliz, aliviado de saber que a Polícia Federal, no exercício da Operação Sem Desconto, muito também por força e auxílio desta CPMI, que tem dado visibilidade aos fatos para que a sociedade possa acompanhar, possa cobrar, fez uma série de operações de mais uma etapa da Operação Sem Desconto no Estado do Maranhão. E, entre...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... prisões, entre buscas e apreensões, uma das residências visitadas foi a residência do Deputado Estadual Edson Araújo, que me ameaçou na semana passada. Nessa residência, foi encontrado um cofre cheio de dinheiro, ainda não sei a quantidade de valores que ali estavam, mas eu não tenho dúvida de que, aos poucos, a gente está encontrando o dinheiro que foi roubado dos aposentados e garantindo que esse dinheiro possa ser devolvido.

É por isso que agradeço a V. Exas. pelo apoio, pelo auxílio, por autorizar, Sr. Presidente, a escolta, a segurança para a minha esposa, para o meu filho, para a minha família e pedir, claro, a V. Exa... Cada vez que passa, está mais do que provada a culpabilidade, a responsabilidade e que ele tem que responder – o Deputado Edson Araújo – pelos crimes que cometeu. E é por isso que eu peço a V. Exa. e a todos que aqui estão que, independentemente de partido político, de ideologia, possam aprovar por unanimidade os requerimentos de convocação e quebra dos sigilos do Deputado Estadual Edson Araújo, para mostrar que aqui ninguém compactua com um político que usa o poder para se servir. Mandato não deve ser utilizado para se blindar, mandato deve ser utilizado para cuidar das pessoas, e é isso que essa CPMI está mostrando. Não importa quem cometeu o crime, de que partido é, de que lado ideológico é, vai responder com todo o rigor que a lei prevê.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... O.k., obrigado.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

Eu primeiro quero aqui publicamente, até porque...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu tenho sido muito crítica em relação à blindagem que o STF faz, aos abusos de autoridade, mas eu quero aqui parabenizar, agradecer e enaltecer o Ministro André Mendonça pela sua coragem, pela sua atitude, por dar esperança e por valorizar o trabalho desta CPMI e por realmente estar ao lado dos aposentados do povo brasileiro.

Quero parabenizar a sua condução...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... o nosso Relator Alfredo Gaspar, que tem feito um trabalho brilhante e corajoso, mas eu venho aqui fazer um pedido especificamente para essa Presidência, porque a gente tem recebido informações importantíssimas, especialmente as que são enviadas pelo Coaf – eu quero chamar a atenção do senhor e dos membros desta Comissão –; muitas e muitas informações de quebra de sigilo...

Gente, pode falar mais baixo, por gentileza? Obrigada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Pessoal, por favor...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É, realmente atrapalha. Eu gostaria de chamar a atenção de todos os membros dessa CPMI... Grande parte das informações de quebra de sigilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário ainda não chegaram, e são informações importantíssimas da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, e muitos requerimentos de quebra de sigilo foram quebrados na reunião no início de setembro, há mais de dois meses. Então eu tenho certeza de que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil não estão blindando, mas eles não enviaram absolutamente nada. Essa CPMI tem prazo para começar e para acabar. Eu não quero acreditar que a Caixa Econômica e o Banco do Brasil estejam retardando para blindagem de Governo, mas é o que está aparecendo.

Então eu gostaria de solicitar à Presidência dessa CPMI que esses dois bancos fossem intimados a cumprir o que foi demandado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... em respeito a esta Comissão, em respeito ao povo brasileiro. É o que eu peço, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputada Adriana, a Caixa Econômica – e quero deixar aqui claro aos Parlamentares – realmente tem demorado, tem atrasado, e nós...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Tem que ser intimada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se permanecer, persistir essa situação, nós podemos convocar o Presidente da Caixa Econômica...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Eu... Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para que ele venha aqui dizer exatamente por que é que a Caixa não está cumprindo as determinações desse Parlamento.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente. Hoje é um dia importante, precisamos elogiar o Ministro André Mendonça. Essas prisões preventivas são muito importantes, porque ficou evidenciado aqui... Tivemos um misto de silêncio,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos um misto de mentiras, contradições, mas o que chamou muito a atenção desta Comissão foi a arrogância de vários desses depoentes que aqui estiveram.

E ficou claro nos depoimentos que estariam fabricando documentos. Se falava aí que os serviços... que a remuneração era por serviços, que nós sabemos que é inexistente, que era pura lavagem de dinheiro, mas todos eles falavam que iam apresentar os documentos – que iam apresentar os documentos –, sinal de que eles estariam fabricando uma história cobertura e falsificação documental para acobertar os seus crimes.

Esta CPMI, bem conduzida pela Presidência e pelo Relator, fomentou, apresentou os pedidos, os requerimentos de prisão preventiva ao Ministro André Mendonça.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Nós insistimos nessa decretação, e hoje foi dado esse passo importante.

Primeiro, preserva as provas; dois, dá uma resposta importante à sociedade, porque são R\$5 bilhões estimados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Pelo menos 5, estou sendo conservador. São R\$5 bilhões roubados dos aposentados e pensionistas.

E tivemos aqui, então, a notícia da prisão preventiva do Alessandro Stefanutto, que foi nomeado Presidente do INSS pelo Governo Lula. Tivemos aqui a prisão preventiva do Procurador-Geral do INSS, o Virgílio Oliveira, nomeado pelo Governo Lula, que, coincidentemente, é onde também teve a escalada desses descontos fraudulentos, e aí a matemática não mente.

Também precisamos destacar aqui, ontem, a aprovação do projeto que suspende, acaba com os descontos associativos, que é um remédio definitivo. Chega de meias medidas, temos que proteger os aposentados e pensionistas. A CPMI avança e avança muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Deputado Kim Kataguirí, com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, bom dia.

Eu vou começar discordando do Relator. Ele disse que não se comemora a prisão, hoje eu faço questão de abrir um saquê em homenagem à prisão do Stefanutto. Acho que nós temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Um saquê, Deputado Sóstenes. V. Exa. está convidado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse Deputado veio do Japão para ironizar o Relator. Vou pedir o 14, viu? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo é o excelente humor nipônico: "Vamos abrir um saquê".

Com a palavra, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não. Eu vim para exaltar o Relator, que tem feito um excelente trabalho.

E quero concordar com o Presidente Viana e dizer que tem um núcleo político, para além do financeiro, do operacional, que nós temos que perseguir dentro desta CPMI. A gente não pode deixar que quem fez as indicações políticas saia impune.

E quero concordar e reforçar o que disse o Deputado Pimenta, dizendo que nós não podemos tratar...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... os Parlamentares com menos dureza do que os outros investigados.

Inclusive, Deputado Gaspar, eu conto com o apoio do Governo para a gente convocar aqui – eu não sei se eu já falei desse Parlamentar aqui nesta CPMI – o Senador Weverton Rocha, do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

PDT, do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula. Conto com o apoio da base do Governo para a gente chamá-lo aqui nesta CPML, porque o Senador Weverton Rocha, Vice-Líder do Governo Lula, do PDT, do Maranhão, não gosta que digam que o Senador Weverton Rocha, Vice-Líder do Governo Lula, do PDT, do Maranhão, foi o primeiro citado nas investigações relativas ao INSS e pediu a minha prisão no Supremo Tribunal Federal, porque eu disse que o Senador Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão, Vice-Líder do Governo Lula, foi o primeiro citado nas investigações relativas ao INSS. Conto com os votos, Deputado Pimenta, da base do Governo para a gente chamar o Vice-Líder do Governo para depor nesta CPML.

Obrigado, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual foi o Senador mesmo?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, senhores.

Senador Eduardo Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – MUITÍSSIMO obrigado, Presidente.

Eu queria dizer que é um dia de esperança – não é, Deputada Bia Kicis? –, um dia de esperança para as pessoas que têm visto tanta notícia ruim vindo da política brasileira e hoje veem, a partir do trabalho desta CPML...

E eu fico muito feliz em ter podido participar da eleição de V. Exa., Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e também do Deputado Alfredo Gaspar. Eu era candidato à Presidência, e, com os votos pelo menos do Novo, nós conseguimos carrear, consolidar a vitória desta Comissão independente, que está mostrando ser independente, nem de um lado nem de outro, buscando a verdade. E é isso que a gente quer para o Brasil.

Eu quero cumprimentar o Ministro André Mendonça, que passou, Deputado Sóstenes Cavalcante, quatro meses sendo cozido...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... dentro da CCJ do Senado Federal, porque era o Presidente Davi Alcolumbre, na época, que decretou os cem anos de sigilo, para a gente saber onde é que o Careca entrou, Deputado Kim Kataguiri, nos gabinetes de Senadores – cem anos! E o Ministro André Mendonça está sendo o que eu esperava: uma pessoa firme em propósitos e valores.

O Brasil está acreditando. Eu acho que a gente tem que chegar nesse núcleo político. É o que o Brasil quer saber! Quem são os políticos que estão por trás? A base do Governo Lula, isso é fato. A tropa de choque dele aqui tem colocado a digital para blindar: Paulo Boudens, que é assessor da Presidência do Senado, recebe R\$31 mil por mês e continua recebendo, mesmo depois de 3 milhões... de a PF ter identificado na conta dele, de dinheiro roubado; várias outras peças fundamentais, sócio de Careca do INSS também, como o Gaspar... Não, é outro, é o Gustavo Gaspar, que precisa vir aqui. *(Risos.)*

Eu acho que a gente tem que chegar em núcleos políticos. Tem muitos nomes... Por exemplo, saiu uma matéria... E a gente tem que sempre ressaltar o trabalho do *Metrópoles*, porque o Governo Lula sabia... Um ano e meio antes, tinha sido informado por órgãos internos de fiscalização e não tomou medida. Só a partir do *Metrópoles*... O *Metrópoles* continua acompanhando esta CPMI, e aqui tem uma matéria, Sr. Presidente: "Coordenador do PT recebeu R\$ 2,6 milhões de empresa da Farra do INSS".

Só para concluir: "Ricardo Bimbo recebeu R\$ 2,5 milhões. No mesmo período, pagou R\$ 10 mil a contador investigado por lavar dinheiro para o PCC". E aí, na matéria – a gente precisa esclarecer isso –: "No mesmo intervalo, [Sr. Presidente] o petista pagou um boleto de [R\$10 mil] [...] ao contador João Muniz Leite, então responsável pelas contas de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha".

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Que é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, que a gente possa avançar, que é isso que o Brasil precisa saber.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – ... cumprimentar V. Exa., nobre Presidente Carlos Viana, Senador, que nos honra aqui nesta Comissão; Relator Alfredo Gaspar; colega Deputado Duarte Jr. e todos os Parlamentares desta Casa.

Sr. Presidente, Marcos, 4, 22 – sim, Presidente, estou citando a Bíblia de novo aqui e, sempre que possível, vou citar, sempre que possível –: diz o seguinte: "Pois tudo...".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O áudio está... Ponha o microfone mais perto, Excelência.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – "Pois tudo que está escondido será revelado, e tudo que está em segredo será trazido à luz".

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Graças a Deus.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Lucas, 12, 2 e 3, diz o seguinte, Sr. Presidente: "Não há nada escondido que não venha a ser revelado nem segredo que não venha a ser conhecido. O que vocês disseram nas trevas será ouvido à luz do dia e o que sussurraram a portas fechadas será proclamado dos telhados".

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) – Então, Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. e esta Comissão e dizer que, com certeza, todo o mal praticado contra os nossos pescadores aposentados, todos aqueles que praticaram, espero, disse aqui e repito, que esta Comissão vá fazer justiça, punindo severamente, certamente, todos aqueles que são culpados desse ato leviano, maldoso, cruel, da mesma forma aqueles que lesaram nossos aposentados do nosso país.

Portanto, está aqui a Bíblia, trazendo à luz exatamente aquilo que todos nós sabemos, mas é fundamental o trabalho desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui dizer a V. Exa. que continue firme nesse propósito, o nosso Relator, porque nós estaremos aqui, sim, também para dar esse apoio, para conduzir esta Comissão, para trazer luz e, eventualmente, punir todos os culpados, todos os que roubaram os nossos aposentados e pensionistas do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho que vem fazendo, porque não há blindagem com a Polícia Federal.

É importante, e eu relembro do debate que estamos tendo na Câmara de Deputados, que a Polícia Federal não possa perder o seu poder de combate ao crime organizado.

Então, o relatório que está lá, diminuindo o papel da Polícia Federal, precisa do nosso mais veemente repúdio. E isso fica, hoje, mais uma vez comprovado.

O relatório do Deputado Derrite não pode prevalecer na Câmara de Deputados. Isso é a primeira demonstração.

A segunda, quero também elogiar o trabalho da Controladoria-Geral da União e, portanto, do Governo Presidente Lula, que quer que tudo, de fato, seja desvendado, e, claro, também o Supremo Tribunal Federal, o André Mendonça, o Ministro André Mendonça, que teve uma participação importante, assim como o Alexandre de Moraes está tendo no STF, também para que outros crimes não caíssem também em pizza.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, é importante o Supremo Tribunal Federal, que muitos aqui atacam, mas que é preciso também que a gente elogie; e também, é claro, a própria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A operação de hoje visa àqueles que contribuíram com a CBPA, que é lá do Rio Grande do Norte, uma associação de mentira essa CBPA, e também a Conafer, todas as duas que tiveram uma trajetória enorme, desde o Temer até o Governo Bolsonaro, que nada apurou.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministros de Bolsonaro sabiam de tudo desde 2019. E isso veio agora levar também que essa operação pegasse exatamente José Carlos Oliveira, ex-Ministro de Jair Bolsonaro, até Stefanutto, que foi, até 2014, ainda do INSS, sendo que também entrou no INSS como funcionário de carreira há muito tempo. Ou seja, essa quadrilha que já age há muito tempo está caindo agora.

E é preciso que a gente saiba que tudo aquilo que nós viemos falando, que existe uma quadrilha que vem aqui dentro do INSS roubando os aposentados... ela está sendo investigada, vai ser punida, e o dinheiro está sendo devolvido.

Agora, é bom dizer: isso só pode ser feito se não houver blindagem da Polícia Federal. E a gente sabe que, no Governo Bolsonaro, não foram poucos os que denunciaram blindagem, inclusive ministros, que chegaram a dizer que Bolsonaro queria blindar até a família dele, para que não chegasse aos seus filhos.

Felizmente, a Polícia Federal, hoje, age e eu queria parabenizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, hoje, com certeza, é um desses dias por que vale a pena o sacrifício que a gente faz de ficar distante da família, de ficar distante dos amigos – perto do nosso estado –, para poder cumprir uma missão nobre à qual nós fomos delegados aqui nesta Casa, que é o papel da fiscalização. E, infelizmente, muitos Parlamentares abdicam dessa prerrogativa, talvez uma das mais necessárias, ainda mais no primeiro momento.

O PT vir aqui falar, querer se vangloriar e levar louros dessa operação de hoje é, no mínimo, um ato falho, porque eles não assinaram a instalação da CPML.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Verdade.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Portanto, quem não assinou não tem a mínima prerrogativa de levar os louros das prisões do dia de hoje.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – E nem bateram palmas para a prisão.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Ministro do PT foi avisado por nós, pelo nosso gabinete, ainda em 2023. E foi necessário atravessar quase um ano e meio para que o *Metrópoles* denunciasse e aí iniciassem as investigações.

O PT retardou a instalação desta CPMI, de forma proposital, porque o Presidente da República, sabendo que isso vai chegar aos porões do Palácio do Planalto, foi orientado a retardar a instalação para iniciar a devolução dos dinheiros com recurso público, que é o roubo pela segunda vez: usar recurso público para cobrir o roubo do qual era conivente.

E aqui nesta Casa ainda tem muita gente para poder vir. E a mãe de todos os sindicatos e associações fraudulentas é a senhora Contag, que é um braço deste Governo, do Governo do PT. A Contag é que está lá na COP, representando o Governo.

Portanto, vai ser um grande dia a Contag vir aqui – e, com certeza, vai sair daqui preso e investigado –, porque, junto com o Governo, foi conivente com essa roubalheira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, o motivo da minha fala é, primeiramente, para cumprimentar V. Ex. pela excelente condução dos trabalhos. E nós já começamos a ver os primeiros resultados, as primeiras vitórias desse trabalho da CPMI.

E tenho que cumprimentar também o nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar, pelo trabalho, exímio trabalho, pela firmeza na sua condução também do relatório, pela sua capacidade de expor tudo o que vai descobrindo, a situação de cada depoente que vem aqui, pela sua capacidade de inquirir, por sua ampla experiência.

É óbvio que a gente precisa registrar aqui também os cumprimentos ao Ministro André Mendonça, que tem feito o papel...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... como Relator, de ajudar a que esta CPMI possa fazer o seu trabalho.

Quando se concede *habeas corpus*, é apenas no sentido de garantir aquilo que está na lei, de preservar o direito ao silêncio, para que a pessoa não se autoincrimine, mas tem possibilitado as prisões e as quebras de sigilo que são fundamentais para que a gente possa ir em frente nesse trabalho.

Nós estamos chegando aos peixes graúdos, Relator. Não estamos ficando agora restritos aos bagrinhos; estamos subindo nessa escala de responsabilidade e chegaremos aos agentes políticos, certamente, que estão envolvidos e que são os mandantes dessa operação, os mandantes dessa fraude bilionária.

E quero dizer que não se trata apenas de R\$6 bi, não, porque nós temos ainda os consignados que serão... Então, chegaremos a, quem sabe, mais de R\$20 bilhões de roubo.

E eu quero aqui também louvar o Senado pela aprovação, na data de ontem, do fim do desconto na folha de pagamento dos aposentados. Agora, sim. Isso é uma medida que a Câmara já havia aprovado, e agora, por força do trabalho dessa CPMI, estamos alcançando mais esse sucesso.

Parabéns ao Senado por essa grande vitória ontem também.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, parabenizo a V. Exa., o Relator e a todos os membros desta Comissão pelo excelente trabalho.

Eu cobrei, por diversas vezes, de V. Exa. uma reunião com o Ministro André Mendonça. Acho que a gente tem que continuar pedindo a reunião, mas, neste momento, para elogiá-lo realmente porque, de fato, ele fez o que nós esperávamos: nós aprovamos o requerimento aqui de prisão preventiva de vários atores, que hoje está sendo contemplado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Presidente, como foi dito aqui, a Caixa Econômica tem atrasado muito as informações. Eu apresentei vários requerimentos, lá no início da CPMI, inclusive com relação aos bancos e ao PicPay. O PicPay, por exemplo, além de estar no consignado, tem a questão do INSS; foram mais de 500 mil pessoas aposentadas que tiveram a sua antecipação, e houve também desvio. Então, a gente precisa quebrar o sigilo, e já pedi. Agora, eu acho que a gente precisava aprovar os requerimentos porque vem o recesso, e só nós vamos entrar nos consignados somente em fevereiro, no início de fevereiro.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se a gente conseguir quebrar os sigilos agora, a gente tem a informação mais rápida para a gente poder trabalhar, inclusive, neste recesso. Então, fica muito mais fácil. Se deixar para aprovar em fevereiro, nós teremos dificuldade.

Então, eu faço um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e aos Líderes para que possamos votar os requerimentos dos consignados e seguro-defeso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Seguro-defeso. V. Exa. viu aqui que o seguro-defeso também está com muito problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke. Passo a palavra pra ela daqui a pouco.

O Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Preliminarmente, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para que a Câmara dos Deputados pudesse entrar como *amicus curiae* na ADPF 1.236 – isso aqui é um requerimento da Deputada





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel Fernanda –, que é para estender o prazo de solicitação de ressarcimento dos aposentados. V. Exa. já falou que esse requerimento será aprovado hoje, mas eu gostaria de acrescentar também que a Câmara pudesse entrar junto.

E outra informação importante, Presidente, é a seguinte: eu acabei de ver uma matéria feita e recebi também... Liguei para o repórter da Jovem Pan, Bruno Pinheiro, que está lá na COP. Obviamente que, neste momento, a gente não pode colocar vídeo aqui, mas é uma matéria que interessa a todos, e, no momento certo, devo apresentar porque veja bem: no momento em que nós estamos levantando todas as informações aqui, o Ministro do MDA tem se reunido com a Contag, e a Contag está lá com uma cabana, como se nada tivesse acontecendo.

E a gente tem que destacar aqui, apesar do esforço que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... alguns defensores do Governo têm feito de tentar colocar uma cortina de fumaça, que, em 2010, a Contag inaugurou esse tipo de desvio. O Governo na época era o Lula e nada fez. E o único azar que a Contag teve é que os outros descobriram e começaram também, e se avolumou... Mas, mesmo assim, a Contag é a recordista desses descontos aí – e aí na casa de bilhões. E essa simbiose de membros do Governo – e eu sempre digo que a Contag é um tentáculo do PT – nos levanta aqui bastante curiosidade a respeito de estar lá um ministro se reunindo com uma entidade suspeita dessa forma.

Então, eu vejo aqui o esforço dos Deputados. Parece até que a gente está naquele cenário da Casa Verde do livro *O Alienista* – aqui para fazer uma ode à nossa literatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra, o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Parabéns, Carlos Viana, Senador! Parabéns, Alfredo Gaspar!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, às vezes, não consegue mensurar o bem que esta CPMI está fazendo, porque a gente cruza os dados, né? Com a prisão hoje do Alessandro Stefanutto... Eu me sentei nesta mesma cadeira e eu fiz uma pergunta para ele: "Sr. Alessandro Stefanutto, o senhor não se sente culpado de nada? Absolutamente nada?". Ele falou: "Deputado, o senhor quer imputar uma culpa a mim? O senhor quer que eu fale aqui que eu sou culpado ou não?". Olha, não fui eu que falei, foi Eliane Viegas que falou – que foi a nossa segunda depoente – que, em julho de 24 e no dia 9 de agosto, pessoalmente, de 2024, alertou Alessandro Stefanutto de tudo que estava acontecendo.

Quando a gente traz essas pessoas aqui, por mais que a Polícia Federal trabalhe, o Ministro André Mendonça, a gente faz com que essas pessoas: "Olha, está tão evidente o que a CPMI está fazendo que a gente vai ter que prender essas pessoas".

Alessandro Stefanutto se sentou aqui, disse que tinha lado, que era PT, que era esquerda, que foi nomeado pelo PDT...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... que fez o que fez.

Então, parabéns, Senador Carlos Viana! Foi feita justiça, começa a ser feita justiça.

Mas, registrando aqui, como o Senador Girão fez: "Coordenador do PT recebeu [...] 2,6 milhões de empresa da Farra do INSS" e pagou 10 mil ao contador Sr. João Muniz Leite, que fez, inclusive, o Imposto de Renda já do Presidente da República e que ganhou 250 vezes na loteria. Olha, que país, que piada!

E, ontem, eu também vou deixar registrado aqui, a *Veja*: "[...] [Polícia Federal] deu de cara com filho de Lula ao cumprir mandado contra [...] [nora] do presidente", em relação à corrupção no Ministério da Educação e organização criminosa. Olha a que ponto chegamos! É tudo tão claro!

Parabéns à CPMI por constranger órgãos do Governo a tomarem medidas sérias!

Parabéns, Senador!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, somo-me aos parabéns dados a V. Exa., ao Relator Alfredo Gaspar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e a todos os membros da Comissão que querem investigar, porque tem membro aqui que quer investigar e tem membro aqui que não assinou a CPI e a está blindando. Inclusive, eu tenho que ouvir aqui discursos de quem blindou a vinda de vários que deveriam estar aqui, os sigilos quebrados, utilizando a Bíblia.

Eu fico aqui ouvindo até com certo desdém, porque me causa realmente um sentimento muito ruim ouvir isso. Nós estamos aqui trabalhando realmente para que a verdade apareça, e se ela precisa aparecer, precisam também ser expostos todos aqueles que estão blindando. Que estão blindando e usando a palavra de Deus aqui para dizer que estão indo atrás os investigados todos, mas na hora de votar, blindaram. Que mudem, então, de atitude, a partir de agora, Sr. Relator, e passem a votar de acordo com aquilo que a Bíblia mesmo diz...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... buscando a verdade e buscando o esclarecimento dos fatos e não blindando investigados como Frei Chico, Danielle Fonteles e tantos outros.

Mas, Sr. Presidente, aqui vai diretamente ao Presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes. O senhor precisa tomar atitude! A Caixa não pode ficar demorando a mandar aqui as quebras dos sigilos bancários, porque está atrapalhando a investigação. O senhor, daqui a pouco, vai ser corresponsável por não permitir que a CPI faça seu trabalho na velocidade que deveria estar fazendo. Então, é preciso também que a Caixa, Sr. Carlos Vieira Fernandes, que é o Presidente da Caixa, participe dos esforços que nós estamos fazendo de uma forma correta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero elogiar o Ministro André Mendonça; está fazendo um excelente trabalho. Enquanto ele está ajudando o Brasil a descobrir quem roubou dos aposentados, o Toffoli, que estava antes responsável pela investigação – na verdade, em algum momento foi dado para ele –, sentou em cima, sentou em cima, e, se dependesse dele, provavelmente estava todo mundo inocentado, como é o caso da Lava Jato aí, que até no Peru o cara quer inocentar os bandidos. É um absurdo! Até no Peru, quer inocentar os bandidos.

E, para finalizar, chegou no Rio Grande do Sul, aí, a investigação, Gilmar Stelo, o advogado. Lembra, Relator Alfredo Gaspar, o senhor perguntou para o Alessandro Stefanutto, o santo que estava aqui sentado, santo Alessandro Stefanutto! Não sei se já foi beatificado, mas precisa ser, porque ele chegou aqui, não tinha nada a ver com roubo; foi Presidente do INSS do Lula, mas não tinha nada a ver com roubo. Aí, quando o senhor pergunta do Gilmar Stelo, ele aqui se revolta, briga com V. Exa., e, inclusive, sugere que V. Exa. tivesse algum tipo de culpa no cartório, suspende-se a sessão, e eu, por desacato, peço a prisão dele. Pois bem, depois o Gilmar Stelo não voltou aqui aos questionamentos, mas foi, neste momento, nesta manhã, alvo de busca e apreensão da Polícia Federal.

Eu quero saber, agora, daqueles 5 milhões que o Metrôpoles diz que o Gilmar Stelo cobrava para ter ACT no INSS do Stefanutto, se é por isso que o Gilmar Stelo teve busca e apreensão.

Finalizando mesmo, Sr. Presidente, e o RIF que apontou o contador do Lula? Não estou falando do Lulinha, do filho, não. O RIF apontou o Lula, o chefe da quadrilha apontado no RIF! Vai chegar lá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. E vou encerrar, depois, com o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente e colegas, a casa caiu para a "petezada". É impressionante! E eu quero dizer ao Brasil: se dependesse dos Parlamentares do PT, com exceção do Senador Contarato, porque a gente é justo, que é do PT... Só ele assinou a CPMI – só ele. Se dependesse do resto, Presidente e Deputado Alfredo Gaspar, não tinha CPMI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se dependesse de ministros indicados por outros governos, Ministro do STF, eu não sei, porque eu não quero ser leviano, se estariam agindo como o brilhante Ministro André Mendonça está agindo, sem se apressar, porque, se ele fosse um Ministro apressado, Deputado Alfredo Gaspar, ele tinha prendido toda essa raça, essa quadrilha de ladrão já no primeiro dia, mas não fez isso, não. A casa está caindo aos poucos. E é bom...

Eu sou eleito pelo Rio, mas...

(Soa a campanha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... sou alagoano de nascimento, e lá na nossa Alagoas, Deputado Alfredo Gaspar, tem o ditado que "bom cabrito não berra", mas eu tenho certeza de que vão começar a berrar, Deputado Kim Kataguiri, porque a coisa está ficando feia. Quer ver como fica feia? Além da brilhante notícia que o Senador Girão deu aqui do coordenador do PT, que recebeu 2 milhões da empresa da farra do INSS, 2,6 milhões, e ainda foi chegar lá num parente do Lula, R\$10 mil no contador... É um rolo danado. Assim, onde tem corrupção, nós vamos ver o PT metido nesse meio aí. É difícil, a gente tem que falar a verdade.

Agora, para piorar, Presidente, hoje de manhã...

(Soa a campanha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... busca e apreensão... Eu não sei se tem alguém aqui com esses... Espero que não – espero que não –, mas o atual Presidente do Porto de Santos, do Governo do descondenado, Pomini... Busca e apreensão na casa. Olha só: esse cidadão parece que tem... Parece, eu não sei. Eu estou só falando aqui, estou no Parlamento, estou amparado pelo art. 53. Acho que quem vai ter que dar explicação é o Ministro Márcio França, porque, lá em Santos, parece que tem negociações, dinheiro de campanha para 2022... Ó, o rolo é grande. Aí, nós vamos ver. Parece, inclusive, que esse cidadão que sofreu busca e apreensão está em viagem – espero que não seja verdade – com o Presidente do Republicanos, Marcos Pereira. O pessoal do Republicanos aí tem que começar a colocar a barba de molho, porque a gente não entende como é que estão essas ligações. Espero que não.

Agora, eu vou terminar, Presidente, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... duas coisinhas, porque eu sei que nós estamos com muito trabalho hoje pela frente.

A primeira coisa: além de o PT não assinar a CPMI, eles vêm aqui com a cara de pau e ficam lá falando: "Nós temos que punir; nós estamos devolvendo o dinheiro dos aposentados roubados...". Nós o caramba! Quem está devolvendo o dinheiro dos aposentados somos nós, os brasileiros, que estamos pagando pelo roubo e agora para devolver. O PT não devolve nada, não. O PT quer posar de bonzinho; não tem nada de bonzinho. É roubo duas vezes: a primeira é quando roubam e a segunda é quando devolvem com o dinheiro dos impostos dos brasileiros. A gente tem que falar a verdade. Querer aqui ficar posando de bonzinho...

E eu vou concluir – eu aqui não sou daqueles que só acusam o PT –: tem roubo no INSS há vários governos, mas quem sempre profissionaliza a corrupção no Brasil é o PT. Na gestão deles agora, do Governo Bolsonaro, Relator Alfredo Gaspar, aumentou em quatro, cinco, seis vezes a roubalheira. Não sei quantas vezes, é tantas vezes, é tanto milhão, que o PT cansou de roubar milhão, agora é só bilhão.

A casa caiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Para encerrar, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, antes do Senador, se me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Senador Randolfe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Quero só fazer um esclarecimento ao Deputado Sóstenes...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de que esse cidadão citado aí, que sofreu busca e apreensão, da Autoridade Portuária de Santos já tinha sido identificado nas relações financeiras e estava no nosso indicativo aí. Saiu em dois RIFs.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, a casa está caindo, graças, é importante que se diga... Nossos cumprimentos ao Ministro André Mendonça, mas nossos cumprimentos à Controladoria-Geral da União e à Polícia Federal.

Polícia Federal, sabe qual é a Polícia Federal, Presidente? Aquela Polícia Federal de que o pessoal aqui, bolsonarista, queria tirar as atribuições no PL da facção criminosa. Um dos relatórios deles, um dos relatórios que eles prepararam, retira fundo da Polícia Federal, retira o poder da Polícia Federal de fazer operações como esta. É essa Polícia Federal que fez essa operação no dia de hoje, Presidente, baseada em dois núcleos nessa operação. O primeiro núcleo, o núcleo da Conafer; o segundo núcleo – segundo a imprensa, Presidente – o da CBPA.

Presidente e Sr. Relator, Conafer entrou no INSS quando? Entrou em 2020, ou melhor, entrou em 2017.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E teve seu contrato, seu ACT renovado, meus caros colegas, em 2022. Eu falei em 2020, sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Porque, em 2020, a Conafer, pelos seus ilícitos no INSS, foi denunciada. Ela foi denunciada por servidores, foi denunciada por empresários – 2020.

Deputado Paulo Pimenta, em 2020, quem era Presidente da República? Acho que era o Sr. Jair Bolsonaro. O Ministro da Justiça não era Ricardo Lewandowski. Houve denúncia, naquele





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

período, sobre a Conafer. A Conafer podia ter sido descredenciada. Por que a CGU não atuou em 2020 com as denúncias? Por que a Polícia Federal...? Talvez porque naquele tempo a Polícia Federal estivesse intimidada, como eles querem intimidar hoje por lei, como vocês querem intimidar pela lei hoje, retirando atribuições, retirando os fundos da Polícia Federal, tentando aprovar leis contra a Polícia Federal, o que só não avançou, porque a sociedade e a própria Polícia Federal, através de suas associações de delegados e de policiais federais, denunciaram.

Presidente, Conafer, o primeiro núcleo foi abordado hoje; o segundo é CBPA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não entrou no Governo atual, não, Presidente. Entraram, em 2020, as duas. Os ACTs, um foi de 2017, o outro de 2020, e o ACT da Conafer foi renovado em 2022.

Presidente, teve dez mandados de prisão. Dos dez, nove têm relação com vocês – segure que o filho é de vocês! – entre eles, o Sr. José Carlos Oliveira, que está com tornozeleira, no dia de hoje. E isso vocês não falam, é porque o discurso é seletivo.

Tem que parabenizar o Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que vocês querem fechar. Tem que parabenizar a Polícia Federal, de que vocês queriam tirar atribuições e queriam tirar os fundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tem que parabenizar a CGU...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... que neste Governo funciona, porque, se funcionasse no Governo de vocês, os aposentados não seriam somente lesados, seriam ressarcidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Neste Governo, que investiga, que ressarce e que responsabiliza, estão sendo bloqueados os fundos daqueles que estão roubando o INSS,



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que roubaram o INSS. Neste Governo que investiga e que ressarce, 3,7 milhões de aposentados já foram ressarcidos. Poderiam ter sido ressarcidos por vocês. Não foram. Os aposentados estão sendo ressarcidos agora. Dois vírgula cinco bilhões de reais tiveram de descontos de aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, gente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... que estão sendo retornados novamente aos aposentados.

Vocês não gostam muito de ouvir a verdade, não, mas a verdade toda é essa. É assim, é com autonomia que a Polícia Federal investiga. E sobre partido político, se procurar nos RIFs, me parece que nos RIFs doação de campanha teve, foi para o Partido Novo. E doação de dinheiro teve, para o Sr. Onyx Lorezoni. Não me parece que o Sr. Onyx seja do Partido dos Trabalhadores, me parece que ele foi candidato a Governador pelo Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, está encerrada...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, estão encerradas as falas. Deputada, por favor.

Senhores, conforme a pauta, vou colocar em votação os itens de 1 a 66, já anunciados.

Esta Presidência está retirando o item 11, Requerimento 2.578, de prisão temporária.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE**ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 2578/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a representação pela prisão temporária do Sr. Danilo Berndt Trento, imprescindível para as investigações desta Comissão Parlamentar.

Autoria: Senador Carlos Viana)

Os advogados entraram em contato com a CPMI e já se ofereceram para que as pessoas possam comparecer. Então, o item 11, Requerimento 2.578, está retirado.

Portanto, em votação, os itens, em consenso, de 1 a 66, com exceção do item 11.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 180/2025**

Requer a convocação do Sr. Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual (PSB-MA) e Presidente licenciado da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (FECOPEMA).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 487/2025**

Requer a convocação do Sr. Edson Araújo.

Autoria: Deputado Rogério Correia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 523/2025***Requer a convocação do Sr. Edson Araújo.***Autoria:** Deputado Alencar Santana**1ª PARTE****ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 1033/2025***Requer a convocação do Sr. Edson Araújo, que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, possui**relevância no estratagema do fluxo financeiro, tendo participado de transações atípicas que somaram montante significativo, incluindo o recebimento de substanciais valores da Federação das Colônias dos Pescadores do Estado do Maranhão.***Autoria:** Deputado Paulo Pimenta**1ª PARTE****ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 2301/2025***Requer a convocação do Senhor Daniel Diran, advogado.***Autoria:** Deputado Paulo Pimenta



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 2319/2025**

Requer a convocação do Sr. João Camargo, proprietário da empresa MKT Connection Group.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 2321/2025**

Requer a convocação do Sr. Rodrigo Rosolem Califoni, empresário do Grupo Total Health.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 2280/2025**

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Igor Dias Delecrode, empresário.

Autoria: Deputado Rogério Correia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 2304/2025**

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Igor Dias Delecrode, ex-Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionistas (AASAP), ex-secretário administrativo da ABCB/Amar Brasil e ex-membro do Conselho Fiscal da MASTER PREV.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 2306/2025**

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Americo Monte, ex-Presidente da ABCB/Amar Brasil.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 2518/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja oficiado o Senhor Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, para que ingresse, na qualidade de amicus curiae, na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1.236.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 2300/2025**

Requer, ao Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre as mais de três mil senhas do Sistema SUIBE bloqueadas pelo INSS.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 2532/2025**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre as iniciativas governamentais, citadas em oitiva pelo ex-Ministro Onyx Lorenzoni, de combate a fraudes na concessão e manutenção de benefícios previdenciários, inclusive os descontos indevidos supostamente implementadas na gestão 2019-2023 do governo federal.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 313/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sandro Temer de Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 2478/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CLEBER OLIVEIRA MEDEIROS, CPF nº 887.379.181-68, advogado, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 17****REQUERIMENTO Nº 2479/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CLEITON DOS SANTOS MEDEIROS, CPF nº 009.320.831-61,



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pela LMC Corretora de Seguros de Vida LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 2480/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LMC CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA, CNPJ nº 11.965.952/0001-66, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 2481/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ATUAL HOLDING DE PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 34.720.248/0001-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 2482/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ANDRADE & MEDEIROS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 31.703.106/0001-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 2483/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CSM PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.863.007/0001-96, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 2484/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GTS HOLDINGS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 31.392.289/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 2485/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LCS PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.373.530/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 2486/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NUNES & ALVES PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 33.221.333/0001-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 25****REQUERIMENTO Nº 2487/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE HOLDING DE PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 37.321.679/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 26****REQUERIMENTO Nº 2488/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.699.051/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 27****REQUERIMENTO Nº 2489/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COLLEGE BRASIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 36.699.051/0002-81, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 28****REQUERIMENTO Nº 2490/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa THINKING BLUE - GESTAO DE ESTRATEGIAS PARA COOPERACAO E CONSENSO LTDA, CNPJ nº 31.707.436/0001-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 29****REQUERIMENTO Nº 2491/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ADVOCACIA DANIEL GERBER, CNPJ nº 28.376.527/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 30****REQUERIMENTO Nº 2492/2025**

Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor DANIEL GERBER, CPF nº 644.236.620-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 31****REQUERIMENTO Nº 2493/2025**

Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO GABRIEL NEGREIROS DE ALMEIDA, CPF nº 096.957.634-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 3 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 32****REQUERIMENTO Nº 2537/2025**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Paulo Gabriel Negreiros de Almeida, CPF nº 096.957.634-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

1ª PARTE**ITEM 33****REQUERIMENTO Nº 2494/2025**

Requer elaboração de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor VINÍCIUS RAMOS DA CRUZ, CPF nº 079.072.946-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 34****REQUERIMENTO Nº 2530/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (FETAG-BA), CNPJ nº 15.243.363/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 35****REQUERIMENTO Nº 2553/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da Senhora ROSIANE RAMOS SALOMAO, CPF nº 089.665.179-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 36****REQUERIMENTO Nº 2554/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor SILVIO DALLA COSTA, CPF nº 038.503.799-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 37****REQUERIMENTO Nº 2555/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor ALEXANDRE GONCALVES FERREIRA, CPF nº 689.783.591-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 2556/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da Senhora LEOPOLDINA DE ALMEIDA SOUSA, CPF nº 008.760.194-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 2557/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TUTTANO CULINARIA ARTESANAL LTDA, CNPJ nº 41.938.649/0001-35, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 40****REQUERIMENTO Nº 2558/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INOVAH LOCAÇÃO DE MATERIAIS, BUFFET E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 18.731.788/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 41****REQUERIMENTO Nº 2559/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VOGA SERVIÇOS CONTÁBEIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA (matriz), CNPJ nº 10.943.907/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 42**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2560/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VOGA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES LTDA (filial), CNPJ nº 10.943.907/0002-29, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 43****REQUERIMENTO Nº 2561/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALEXANDRE CAETANO DOS REIS, CPF nº 287.157.991-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 44****REQUERIMENTO Nº 2562/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RODRIGO MARTINS CORREA, CPF nº 006.655.591-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 45****REQUERIMENTO Nº 2563/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LICIO PIRANGY BARBOSA, CPF nº 010.575.341-61, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 46****REQUERIMENTO Nº 2568/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Diego Luiz Nobre Barros, CPF nº 008.847.561-14, referentes ao período de 19 de abril de 2022 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 47****REQUERIMENTO Nº 2569/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CINAAP- CIRCULO NACIONAL DE ASSISTENCIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, CNPJ nº 37.014.107/0001-07, referentes ao período de 19 de abril de 2022 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 2570/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ASABASP BRASIL – ASSOCIAÇÃO DE SUPORTE ASSISTENCIAL E BENEFICENTE PARA APOSENTADOS, SERVIDORES E PENSIONISTAS DO BRASIL, CNPJ nº 41.034.197/0001-67, referentes ao período de 12 de junho de 2023 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 2571/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ACOLHER - ASSOCIACAO DE PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS DOS APOSENTADOS, CNPJ nº 07.699.920/0001-99, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 50****REQUERIMENTO Nº 2315/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa FAG-JC Serviços LTDA, abrangendo o período de 11 de dezembro de 2023 a 23 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 51****REQUERIMENTO Nº 2316/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa FAJC Gomes Consult LTDA EPP, abrangendo o período de 16 de abril de 2024 a 23 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 52****REQUERIMENTO Nº 2317/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Monte Consultoria LTDA, abrangendo o período de 9 de abril de 2024 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 2318/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Monte Consultoria LTDA, abrangendo o período de 9 de abril de 2024 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 2469/2025

Requer Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal da CINDEAS COOPERATIVA DE INDUSTRIALIZACA, CNPJ nº 02.287.694/0001-15, referentes ao período de 21 de fevereiro de 2020 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 2470/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANTOS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de fevereiro de 2018 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 2471/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa SANTOS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 29.595.625/0001-25, referentes ao período de 1º de fevereiro de 2018 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 2473/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TO HIRE CARS LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 7 de dezembro de 2020 a 17 de outubro de 2025.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogerio Marinho**1ª PARTE****ITEM 58****REQUERIMENTO Nº 2474/2025**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa TO HIRE CARS LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 40.033.061/0001-70, referentes ao período de 7 de dezembro de 2020 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho**1ª PARTE****ITEM 59****REQUERIMENTO Nº 2475/2025**

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho**1ª PARTE**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 60

REQUERIMENTO Nº 2476/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades

Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira da empresa NOBRE SERVICOS DE EVENTOS LTDA, CNPJ nº 16.731.067/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 61

REQUERIMENTO Nº 2534/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HM Moto Pecas Pneus e Artefatos Borrachas LTDA, CNPJ nº 27.752.264/0001-58, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 2535/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Sra. Renée de Souza Pazeto, CPF nº 194.962.038-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogerio Marinho**1ª PARTE****ITEM 63****REQUERIMENTO Nº 2536/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) da Sra. Renée de Souza Pazeto, CPF nº 194.962.038-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho**1ª PARTE****ITEM 64****REQUERIMENTO Nº 38/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edson Cunha de Araújo, entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas**1ª PARTE****ITEM 65****REQUERIMENTO Nº 211/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Cunha de Araújo , presidente licenciado da FECOPEMA e Deputado Estadual do Maranhão, entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 66****REQUERIMENTO Nº 2527/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário, telemático e fiscal do Sr. Edson Cunha de Araújo, portador do CPF nº 090.317.744-72, referente ao período de julho de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Após a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa eu terminar, só um instantinho, que eu passo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os itens extrapauta que foram combinados entre os Líderes que eu vou colocar aqui: itens dos Requerimentos 2.528, 2.538, 2.539, 2.541 até o 49, 2.551 e 2.552.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 2528/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Federaçao dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceara, CNPJ nº 07.340.961/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 68

REQUERIMENTO Nº 2538/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), CNPJ nº 92.886.860/0001-92, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 69****REQUERIMENTO Nº 2539/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar no Estado de Goiás (FETAEG), CNPJ nº 01.664.002/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 70****REQUERIMENTO Nº 2541/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANA - FETAEP, CNPJ nº 78.637.337/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 2542/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DIAMANTINA, DATAS E MONJOLOS, CNPJ nº 16.888.679/0001-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 2543/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO PIAUI (FETAG-PI), CNPJ nº 06.527.360/0001-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 73****REQUERIMENTO Nº 2544/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FED.EMP.RURAISS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 58.998.915/0001-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 74****REQUERIMENTO Nº 2545/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FETAESC), CNPJ nº 83.900.399/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA**

**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 75**REQUERIMENTO Nº 2546/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (rifS) e A quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FETAPE, CNPJ nº 11.012.838/0001-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 76****REQUERIMENTO Nº 2547/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ nº 06.062.327/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 77**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2548/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE FORMOSA DO RIO PRETO - BA, CNPJ nº 13.904.735/0001-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 78****REQUERIMENTO Nº 2549/2025**

Requeiro a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE SAO PAULO - FETAESP, CNPJ nº 62.469.952/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 79****REQUERIMENTO Nº 2551/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE AGUA BRANCA - PI, CNPJ nº 06.503.056/0001-45, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 80****REQUERIMENTO Nº 2552/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PAULINO NEVES - MA, CNPJ nº 03.357.620/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos extrapauta.

Quero fazer uma comunicação. É o seguinte: para que esta CPMI pudesse caminhar, nós temos feito, esta Presidência tem trabalhado sempre buscando o consenso entre os lados. Como todo líder ou como quem comanda um barco ou um avião, a gente precisa evitar os problemas para que a gente possa chegar até um determinado ponto. Esta CPMI chegou ao ponto médio, em que os operadores e o núcleo dos servidores foram descobertos, estão presos. De agora para a frente, nós vamos entrar no chamado núcleo político. Então, a partir da próxima reunião





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberativa, não haverá mais consenso para votações, todos irão a voto. Todo e qualquer requerimento essa Presidência colocará em voto; e, assim, nós vamos dar sequência e deixar o povo brasileiro saber quem quer ou não trazer para cá as informações.

Segunda parte da nossa reunião de hoje: oitiva do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis.

Requerimentos 45, Senador Izalci Lucas; 351, Deputado Beto Pereira; 380, Deputado Duarte Jr.; 409, Deputada Adriana Ventura; 416, Senador Carlos Viana; 480, Deputado Rogério Correia; 792, Senador Randolfe Rodrigues; 953, Deputado Sidney Leite; 1.176, Deputada Coronel Fernanda; 1.205, Deputado Paulo Pimenta.

Convido o Sr. Eric Fidelis a tomar assento junto à mesa. *(Pausa.)*

Vamos providenciar o nome da advogada, por gentileza?

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Luiz Fux, a quem também devo render aqui meus cumprimentos, por ter sido um fiel garantidor da Constituição, em defesa das prerrogativas dessa CPMI. Há o Habeas Corpus 264.188, que concede, parcialmente, a ordem para que o Sr. Eric Fidelis... Primeiramente, ele está, aqui, na condição de testemunha. Está no *habeas corpus* do Ministro Luiz Fux que ele:

[...] compareça para prestar depoimento; [...] seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha em que fora convocado, fica assegurado ao próprio depoente, em conjunto com sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco de autoincriminação [então, vou deixar claro aos Parlamentares que os advogados podem, a qualquer momento, orientar o cliente com relação às respostas; a resposta não pode ser dada, mas a orientação é direito constitucional]; [...] seja acompanhado por defensor e de comunicação irrestrita com ele; [...] não seja preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação.

Outrossim, impende ressaltar que a aplicação do postulado da não autoincriminação [e aqui quero chamar a atenção, dessa vez, dos senhores advogados e do Sr. Eric] não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Passo, agora, ao termo, à leitura, de compromisso do depoimento.

O senhor vai... Sempre que falar, por gentileza, o senhor vai falar no microfone, Sr. Eric.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade da testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e for perguntado?

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Presidente, tenho um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Dra. Clarissa.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Bom, primeiramente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Queria só dizer que, na verdade, o *habeas corpus* concedido parcialmente... Porque foi solicitado que ele não viesse. Então, nesse sentido, é parcial, para que ele viesse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – ... e que, na condição de investigado, ele possa, acompanhado do seu defensor, escolher as perguntas que irá responder.

Nesse sentido, independente de V. Sas. serem ou não da área do direito, né? Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – ... só de esclarecer que, se fosse testemunha, se fosse na condição de testemunha, seria obrigado a responder a todas as perguntas. Na medida em que o Ministro, em seu HC, disse que ele pode escolher que perguntas vão ser respondidas, ele está na condição de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dra. Clarissa, primeiramente, apesar de muitos aqui não serem do direito, com toda vênica, nós temos aqui um corpo de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogados que nos acompanha e nos presta os esclarecimentos. Esta Presidência está amparada por uma série de advogados, mestres, doutores, que têm nos ajudado a cumprir aqui, fielmente, a Constituição.

Segundo ponto a V. Exa., eu vou reler aqui o que o Ministro Fux colocou: "[...] seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação".

Outro ponto interessante: "[...] não implica o direito ao silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias".

Então, vou pedir a V. Sa. que oriente o Sr. Eric neste sentido de que qualificações, perguntas que não estejam ligadas à investigação ele responda. E a senhora, a qualquer momento, poderá parar, solicitar uma pausa para que possa conversar com ele, a senhora terá tudo isso. Peço também que, havendo algum tratamento que a senhora entenda não seja respeitoso, que a senhora se dirija a esta Presidência, porque assim eu tomarei as providências, para a gente evitar as cenas que tivemos aqui no passado.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Portanto, ele está aqui, a nosso ver, obrigado ao compromisso de falar a verdade. O.k.?

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Excelência, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – ... um aparte. Então, estamos de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – ... no que diz respeito a sempre me dirigir a V. Exa., será feito dessa forma. A única ressalva é que, em momento algum, no final aqui da decisão do Ministro Fux, ele usou a palavra "testemunha". Somente isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos fazer o seguinte. Cadê a parte...? Eu quero a original, porque está aqui... Tragam o original para a gente poder esclarecer essa dúvida levantada pela advogada. Por gentileza.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 11 horas, a reunião é reaberta às 11 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, está reiniciada a sessão.

Já conversado aqui com a advogada e esclarecido que ele está aqui na condição de testemunha, conforme...

V. Sa. promete quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que lhe for perguntado?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Conforme a orientação da minha defesa, não firmarei esse termo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, eu quero alertar o senhor, Sr. Eric Fidelis, que, apesar de não fazer o cumprimento, a legislação é muito clara sobre falar a verdade nesta Comissão. O.k.?

Passo a palavra ao Sr. Eric Fidelis, a testemunha, por 15 minutos.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de iniciar cumprimentando os componentes aqui da Mesa, o nobre Relator, o Deputado Alfredo Gaspar; o Vice-Presidente também, que está aqui presente, Duarte Junior; o ilustre Presidente desta Comissão, o Senador Carlos Viana; o Secretário que nos acompanha aqui. Estendo os cumprimentos aos demais Parlamentares aqui presentes, membros ou não desta Comissão. Também estendo os cumprimentos aos jornalistas aqui presentes, servidores da Câmara, advogados, assessores, enfim, todos aqui presentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Eric Fidelis, sou advogado, formado há dez anos, possuo Pós-Graduação em Direito Previdenciário e estou aqui hoje para contar a V. Exas. um pouco da minha trajetória profissional.

No início da minha carreira, eu já atuei com diversos escritórios em diferentes estados da Federação. A princípio, me especializei em análise documental para subsidiar ações de revisões de aposentadorias e pensões. Também, em parceria com outros escritórios, cheguei a coordenar a pasta de direito previdenciário, sem deixar de também atuar em outras áreas adjacentes, como direito do consumidor, direito civil e direito administrativo.

Junto a um grande escritório de Recife, coordenei o que eu acredito ser um dos marcos mais importantes da minha carreira, quando iniciamos um projeto de recuperação de ativos para fundos previdenciários de estados e municípios, regimes próprios, por meio de uma ferramenta estabelecida na Constituição Federal conhecida como compensação previdenciária, que é quando os regimes próprios de previdências, historicamente deficitários, buscam junto à União a recuperação deste crédito.

Eu acredito que foi um marco para mim, que tivemos muito sucesso nessa jornada. Chegamos a atender, à época, mais de 40 municípios e estados da região, e certamente foi algo que me alavancou na carreira.

Posteriormente, nós tivemos um julgamento significativo pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do que seria considerada uma das revisões mais importantes na área previdenciária da nossa geração, conhecida notoriamente como a revisão da vida toda. Essa revisão buscava – brevemente vou comentar aqui – um incremento no cálculo da aposentadoria e pensões de milhares de aposentados e pensionistas que tiveram contribuições significativas descartadas no momento do seu cálculo e, portanto, ficou reconhecido pelo plenário do Supremo o direito a que eles pudessem refazer esse cálculo.

Diante dessa decisão, houve uma demanda crescente, uma demanda enorme, junto a advogados previdenciaristas, o que me motivou a iniciar, então, uma etapa mais autônoma da minha carreira. Desde então, já contamos no escritório hoje com mais de uma centena de clientes, pessoas físicas, jurídicas, empresas, sindicatos. E, dentro do que temos como objeto da advocacia, o papel do advogado, já prestei diversos serviços, diferentes serviços, como: ministrei palestras;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministrei cursos; forneci material infojurídico, material mais simplificado, didático, para fomentar o conhecimento jurídico, elaboração de pareceres jurídicos também e, obviamente, também ingresso de diversas ações judiciais.

Hoje, no escritório, não trabalhamos tão somente com o direito previdenciário, também temos especialistas em direito trabalhista, em direito civil, em direito administrativo. Eu gostaria de lhes afirmar que eu sempre atuei de acordo com os princípios que regem a advocacia, de acordo com o que prega a ética do Estatuto da OAB. A advocacia privada é uma função essencial à Justiça, conforme estabelecido no art. 133 da Constituição Federal.

Obrigado. Retomo agora a palavra ao Ilmo. Presidente, Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para o rejuvenescimento da esperança do povo brasileiro. Essa é a etapa principal de uma CPMI. Começa forte, mas são horas e horas de trabalho, mais de dez horas em cada momento. O povo começa a achar que está se prolongando, que não vai dar em nada; a imprensa começa a dar menos atenção. E, pelo trabalho da CPMI, hoje o STF está começando a dar uma grande resposta à população brasileira, principalmente às vítimas.

Presidente, V. Exa., como condutor da CPMI, foi atacado, a CPMI foi atacada, procurou-se desqualificar membros da CPMI e, o pior de tudo, deixa eu lhe dizer, muitas vezes partindo aqui de dentro, como cortina de fumaça para não descortinar a verdade.

Quando pedi aqui, logo no início, a prisão de dezenas de suspeitos e V. Exa. colocou em pauta e foi aprovado, muita gente disse que era precipitado. Olha, quando a gente começou os trabalhos, teve Parlamentar que disse: "A CPMI está a reboque da Polícia Federal". Deixa eu dizer uma coisa ao senhor, todos os presos hoje, sem exceção, já tinham sido expostos e da grande maioria nós tínhamos pedido prisão aqui.

Então, quero parabenizar a CPMI, porque nós conseguimos sair atrás e estamos chegando à frente, Presidente. Isso não é um trabalho fácil, é um trabalho coletivo. Aqueles que apostaram contra a CPMI vão perder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu disse que não era para comemorar prisões, mas era para comemorar o fim do ciclo da impunidade. Hoje muitos foram presos, mas isso é só o começo, Presidente. Nós sabemos que as peças ainda tão ou mais importantes precisam cair, e cair uma a uma. E, olha, Presidente, se algumas dessas peças falarem o que estão dizendo que vão falar, a República vai balançar fortemente. E digo isso sem felicidade, digo isso baseado, Presidente, na minha cidadania. É uma pena o Brasil vivenciar tanta corrupção.

Mas vamos ao depoente, Presidente.

Depoente, eu quero lamentar e lhe informar: o seu pai acaba de ser preso. Nós o convidamos e o convocamos aqui duas vezes. O Sr. André Fidelis mandou atestado dizendo que estava internado e fugiu desta CPMI. Se ele tivesse vindo prestar esclarecimento, talvez não fosse preso, mas hoje foi preso. E isso, para ele, significa, Sr. Eric Fidelis, que a jornada de cadeia vai ser muito longa. O que pode interromper esse percurso e contar com a ajuda da CPMI é a sua ajuda, como depoente, esclarecendo os fatos. O Sr. André Fidelis está hoje na cadeia, porque muito do que foi imputado a ele passa pelo senhor. Eu, como filho – e o senhor, como filho –, preferiria entregar a minha cabeça à do meu pai, que hoje está no céu. Então, acho que é uma obrigação de filho assumir as responsabilidades que detém. Não é justo, não é honesto, não é digno o pai ser preso pelas ações do filho – eu não acho. Eu acho que quem ama um pai de verdade assume a responsabilidade e coloca os pontos nos is. E o senhor... Perante o Brasil, o senhor tem a oportunidade de salvar o seu pai e esclarecer os fatos, mas vai depender exclusivamente do senhor. Eu só sei que o seu pai acaba de ser preso pela Polícia Federal.

Sr. André, a primeira pergunta que eu lhe faço... Sr. André, ó... Sr. Eric, a primeira pergunta que eu lhe faço... O senhor falou do seu sucesso profissional, e é motivo de orgulho a gente crescer na vida com sucesso profissional. Esse sucesso profissional do senhor, para mim, tem ponto inicial. E o senhor citou algumas ações. Eu queria lhe perguntar qual era a sua condição no ano de 20 e de 21, já que o senhor e a sua esposa receberam o auxílio emergencial.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Excelência, em respeito à orientação dos meus advogados, não responderei a essa pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Eric, eu não estou fazendo uma pergunta para incriminá-lo, não. Isso é uma constatação em documento público. Eu só queria saber qual é a motivação para o senhor receber auxílio emergencial e a sua esposa também.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu mantenho a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu quero dizer aos brasileiros.

Olha, milhões de brasileiros passaram fome, milhões de brasileiros tiveram as atividades prejudicadas na pandemia. E aí houve o auxílio emergencial.

E eu tenho certeza e convicção de que o Sr. Eric e a esposa dele foram alguns desses brasileiros e receberam auxílio emergencial porque estavam precisando do auxílio emergencial. Era um estudante de direito. É justo receber.

Ah, Alfredo, por que você está dizendo isso? Porque, na vida, a gente pode separar as etapas.

Eric, estudante, recebeu auxílio emergencial. Eric, profissional, pouco tempo depois, é um *case* de sucesso que pode ou não servir de exemplo para outros profissionais.

Então, se recebeu auxílio emergencial em 20 e 21, a gente pode considerar que, até esse momento, Eric passava dificuldades na vida. Para isso foi criado o auxílio emergencial.

Eu gostaria de saber do senhor qual foi o ano em que o senhor se formou.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu me formei em 2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e dezesseis?

O senhor poderia me dizer qual foi o momento que a sua vida profissional deu um salto que permitiu que o senhor mudasse de condição em termos de sucesso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, como eu falei, minha trajetória passou por diversas fases. Eu não posso creditar a uma especificamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, doutor, o senhor é um advogado tão respeitado, o senhor é um advogado com causas de tanto sucesso. O senhor não poderia...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, pelo que eu estou vendo, até 2021, o senhor passava privações. Eu queria saber exatamente onde foi essa mudança de rota na sua vida.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu mantenho a resposta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor acha justo um profissional do seu gabarito manter silêncio em dizer como foi essa mudança de rota? Isso vai servir de exemplo para o Brasil inteiro.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Como eu falei, a trajetória passa por diversas fases. Não vou creditar aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, é justamente disso que eu estou falando. Me fala que fase foi essa que mudou a sua trajetória profissional.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Foram diversas fases, Excelência. Não vou especificar uma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu vou citar algumas empresas e eu gostaria que o senhor me dissesse qual a sua participação nessas empresas.

Lago e Fidelis Advogados.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Desculpa, eu não entendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou citar empresas e gostaria de saber qual a sua participação e se essas empresas estão ativas ou inativas.

Lago e Fidelis Advogados Associados.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Foi um dos primeiros escritórios que eu construí e já está inativo há um bom tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quando foi a abertura desse escritório?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi o fechamento?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Starprev Consultoria em Gestão Empresarial.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Também está encerrada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer que tipo de serviço ela prestava?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Faz parte daquilo que eu comentei, daquela assessoria a regimes próprios de previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Meu escritório atual.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Continua ativo?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Ativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a data em que foi aberto?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – O primeiro, em 2018.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas esse especificamente?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Esse, em 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2022.

O senhor tem esse escritório em qual local do país?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Em Recife.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recife.

Sarapintar Comércio de Vestuário e Acessórios, o senhor faz parte dessa empresa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Em relação a essa pergunta, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor pode dizer pelo menos o que é que isso vende ou representa?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação da minha defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem.

Concilium Soluções e Participações Empresariais?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual é a orientação?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – De não pronunciar a respeito disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não falar nada sobre isso?

Eric Fidelis Sociedade de Advocacia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse escritório tem qual diferença daquele outro que eu acabei de citar?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Foi apenas uma diferença.

Ah, tem também as filiais, não é? Pode ser uma filial do escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ECT Empreendimentos Imobiliários?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Em relação a essas empresas, vou seguir a orientação da minha defesa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, aí diga qual é a orientação, por favor?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – A orientação é de não comentar sobre fatos que podem estar sob investigação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ECT Participações e Empreendimentos Ltda.? Já é outra com um nome muito parecido.

Aqui, pelo que estou vendo, o senhor também é sócio dessa ECT.

O senhor pode me dizer quais são os outros sócios da ECT Participações e Empreendimentos?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Vou manter a orientação da minha defesa, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anne Saizla Micropigmentação & Estética? Qual é a sua participação nisso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Vou manter a orientação da minha defesa, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aloha Empreendimentos e Participações?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Manterei a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Metrópole Empreendimentos e Participações?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Também manterei a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Profession Empreendimentos e Participações?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação da minha defesa em não me pronunciar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Duatx Tecnologia Ltda.?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação da defesa em não me pronunciar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – MetrÓpole Empreendimentos e Participações? Já é outro aqui.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E&P Empreendimentos Negócios e Participações?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Possivelmente, uma filial do escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Gaia Enterprise?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe perguntar: achei interessante aqui, tem um nome bastante conhecido desta CPMI: Mauro Palombo Concilio.

Mauro Palombo Concilio é seu contador?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Por orientação da defesa, não comentarei fatos investigados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, só um instantinho, por favor.

Advogada, Dra. Clarissa, essa é uma informação pública, está na junta comercial e em todas as declarações.

Vou solicitar a gentileza de que ele responda essas questões em que há ciência pública de tudo o que está sendo colocado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARISSA DA SILVA GOMES OLIVEIRA – Excelência, com todo o respeito, se é uma informação pública, a resposta dele é indiferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. A resposta dele é necessária aqui, dentro do ponto, e peço que oriente, por gentileza. É uma informação pública, Sr. Eric. O senhor é advogado e o senhor sabe bem diferenciar tudo isso.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu vou seguir com a orientação da minha defesa técnica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu protesto, Presidente. Eu protesto porque isso é o seguinte: a gente está tentando entender se é um inimputável aqui porque, se ele não sabe quem é o contador... Pô, aí não tem condição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Van Hattem, todo e qualquer posicionamento aqui tem consequências.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não pode calar a verdade, é crime.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, por favor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Relator, Relator, só pra saber: isso tudo aí que o senhor citou de empresa é tudo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia falar justamente sobre isso.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ah, tá. Eu fiquei curioso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu vou mudar um pouco a pergunta: o senhor conhece Mauro Palombo Concílio?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação da minha defesa e não me pronunciar sobre fatos investigados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Eric, todas essas empresas que eu citei significam que, a partir de 2023, a vida desse rapaz, saído do auxílio emergencial, virou esse *case* de sucesso absoluto e, nos anos de 2023 e 2024, se tornou um dos maiores empresários do Brasil, empresas dos mais diversos naipes. Por isso, você, brasileiro, que trabalha duro e pena para ganhar um salário mínimo está vendo aqui que a pessoa estava numa vida profissional muito difícil e, de repente, conseguiu o sucesso. Agora, o que a gente quer esclarecer é qual foi o motivo do sucesso.

Já que o senhor não responde isso, eu gostaria de saber quem é Maria das Dores Neta.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Ela é minha esposa, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se Maria das Dores Neta recebeu o auxílio emergencial?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo, mas, se mencionou, possivelmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se é sócio de Maria das Dores Neta em alguma das empresas citadas?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantereí a orientação da minha defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, depois, ficam mandando mensagem para mim perguntando por que eu estou convocando esposa ou filho. O depoente vem e não esclarece. A gente vai esclarecer com quem? A gente vai esclarecer com quem? Então, vou voltar a perguntar: o senhor pode dizer quais dessas empresas Maria das Dores Neta é sócia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a resposta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Seu pai, que, agora, neste momento, está sendo levado para a Polícia Federal e depois para o sistema prisional: qual a profissão do seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – O meu pai é servidor público.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Servidor público vinculado a alguma instituição?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Ele já foi vinculado aos Correios e atualmente ao Instituto Nacional do Seguro Social.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quais as funções que seu pai exerceu no Instituto Nacional de Seguridade Social?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Ele exerceu certamente algumas funções. Não sei todas, mas eu sei que ele já passou por superintendências, por gerências, diretorias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se o seu pai foi chefe de gabinete de algum ministro da Previdência Social?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu me recordo que ele chegou a ser Chefe de Gabinete do Ministro Garibaldi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi a época em que o Sr. André Fidelis, ou qual Governo, foi Chefe de Gabinete no Ministério da Previdência Social?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se o seu pai hoje, que nós estamos aqui, ainda exerce alguma função no INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Acredito que ele esteja afastado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe me dizer qual era a função que o seu pai exercia no INSS e até quando ele exerceu essa função?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Desculpa, não entendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou que o seu pai está afastado. Antes do afastamento, o seu pai estava exercendo que função no INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Acredito que ele estava auxiliando a superintendência regional. Não me recordo exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coloca aqui, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não chega a tanto, aqui tem tanta autoridade.

Olha, eu já disse para diminuir esse nome.

"Bora", passa.

Olha, eu já vi ladrão de todo jeito na minha vida de combate ao crime. Agora, ladrão para gostar de carro é quem roubou aposentado e pensionista. Olha, hoje esses carros foram apreendidos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hoje: um Mustang e um Cadillac.

Agora, mesmo com o dinheiro roubado, os caras têm bom gosto, porque são dois carros bonitos. É só para dizer essa particularidade.

Passa aí.

Outra coisa que a moçada gosta muito: dinheiro em espécie. Olha que coisa linda.

Aposentado e pensionista, estão vendo esse dinheiro guardado aqui? É dinheiro de vocês. Isso aqui é uma pequena amostra para onde foi o dinheiro de vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu não sei aonde foi. Eu só sei que foi na casa de algum corrupto.

Aqui também.

Agora a turma também se previne. Não confia muito no real, aí é dólar, aí gosta de dólar também.

E outra coisa: cheio de munição. Por que essas desgraças não reagem à polícia? Mas é para tudo...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Bora", passa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa mais.

Passa.

Passa.

Passa.

Passa aí.

Passa mais.

Pronto.

Olha, nós temos que reconhecer a capacidade inclusive de quem age de forma criminosa. O pai dele, que agora está preso, foi o Diretor de Benefícios do INSS, de fevereiro ou março da atual gestão, de 2023 até quase o final 2024. E, nesse período de 17 meses, ele foi o Diretor de Benefícios que mais concedeu acordo de cooperação técnica da história do INSS. Então, vai ser difícil – vai ser difícil – alguém bater esse recorde. Então, respondendo a pergunta que ele não soube informar, o pai dele foi o Diretor de Benefícios do INSS que mais concedeu esses ACTs.

Passa aí, por favor.

Quem é o pai dele e, consequentemente, por que ele está aqui? O pai dele começou a carreira como Gerente da Superintendência Regional Nordeste, em 2010; da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste, de 2011 a 2014. Pelos grandes e relevantes serviços prestados à nação – deve ser – e ao instituto, vira Chefe de Gabinete do Ministro, em 2014 a 2015, Ministro Garibaldi Alves. E aí, entre 2015 e 2020, ele, em 2015 a 2019, foi Superintendente Regional Norte/Centro-Oeste, voltando ao cargo que já tinha exercido. Depois, caiu para analista da Superintendência Nordeste, de 2020 a 2022. Depois, foi ser chefe de serviço, que eu não sei o que significa, no INSS, em abril a setembro de 2022. Já em setembro, voltou a Superintendente Regional, de 2022 até fevereiro de 2023, quando, escolhido pela competência – deve ser –, foi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alçado pelo Ministro Carlos Lupi – e Carlos Lupi, André Stefanutto e outros aqui falaram – a Diretor de Benefícios do INSS.

Por que a importância dessa passagem dele? Porque nós estamos focados na Diretoria de Benefícios do INSS, onde os acordos de cooperação técnica são realizados e os descontos são direcionados para a Dataprev.

Eu lhe pergunto, Sr. Eric Fidelis, o senhor já esteve na Diretoria de Benefícios do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve na Presidência do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bota uma foto aí, por favor.

O senhor conhece Leandro Chaves?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da minha defesa, mantere o silêncio sobre esse tema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, rapaz, é uma coisa tão simples. Porque você coloca as pessoas sob suspeita.

O senhor conhece Leandro Chaves?

Na minha concepção, se o senhor não conhecesse, o senhor ia dizer "não".

Aí eu volto a lhe perguntar: o senhor conhece Leandro Chaves?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da minha defesa, não comentarei sobre casos em investigação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá bom. Nem sabia que esse rapaz estava investigado.

Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca mais famoso do INSS, o senhor conhece?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a resposta a V. Exa.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece André Fidelis?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Certamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguma vez seu pai lhe apresentou o Careca do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da minha defesa, não responderei sobre fatos de investigação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Rogério Souza?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Carlos Lupi?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Conheço por ter sido Ministro, mas não pessoalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, estou falando conhecer pessoalmente.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não o conheço pessoalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece José Carlos Oliveira?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Só por notícias, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Wolney Queiroz?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Só por notícias também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Osório Oliveira?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme a orientação da defesa, me mantereis em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, então, vou fazer uma pergunta agora mais simples de o senhor responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor conhece Virgílio de Oliveira Filho, que foi colega do seu pai em várias oportunidades, inclusive quando seu pai era Chefe de Gabinete de Ministro no Governo em 2014?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantereí a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor conhece Alexandre Guimarães?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantereí a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Marcos de Brito?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Também mantereí a orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu perguntei o Careca do INSS... O senhor falou da sua trajetória profissional. Eu vou já lhe mostrar. O Careca do INSS contratou o senhor em algum momento para prestação de serviço?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme a orientação da defesa e resguardado por sigilo profissional, não posso responder essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

Passa aqui, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas ele respondeu à pergunta: "Resguardado por sigilo profissional, não vou responder", ou seja, Careca contratou ele.

Agora volta para o início. *(Pausa.)*

Não, não. Desculpa. Mais para cá.

Pronto.

Agora, "bora" saber a importância do pai dele nas fraudes do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pai dele, como Diretor de Benefícios no atual Governo, 2023-2024, colocou ACT para 14 entidades. Que entidades são essas? Asabasp Brasil, data da assinatura: 7 de junho de 2023 – Presidente do INSS nessa oportunidade era Glauco Wamburg –, R\$22 milhões.

Aí eu vou perguntar ao senhor: o senhor advogou ou prestou algum serviço das suas empresas de tecnologia à Asabasp?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme a orientação da minha defesa, não comentarei fatos investigados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve o seu pai concedendo também uma ACT para a Aapen em 14 de julho de 2023, Diretor de Benefício, R\$80 milhões. O senhor foi contratado por essa empresa para prestar algum serviço?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Unsbras, 22 de setembro de 2023, o ACT (Acordo de Cooperação Técnica), que permitiu que essa recolhesse módicos R\$149 milhões do povo mais sofrido do Brasil. O senhor prestou serviço à Unsbras?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, manterei a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu pai, em 30 de outubro de 2023, também assinou o ACT, esse acordo com a AAB. E o Presidente que – hoje, das duas uma: ou está preso ou foragido – é o Alessandro Stefanutto, porque tem uma ordem de prisão, não sei dizer, arrotou tanta dignidade, foi tão defendido aqui, estava tão arrogante, agora está rodando na cela lá com o dedo em riste.

Então, olha só, o senhor foi contratado pela AAB a prestar algum serviço? Ela retirou quase 28 milhões dos aposentados e pensionistas.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Em 6/11/2023, mais uma vez, seu pai assina um ACT com a Abapen. A Abapen, R\$100 milhões. E aí vem a dupla, André Fidelis e Alessandro Stefanutto, hoje, os dois ou estão presos ou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão foragidos, porque o mandado de prisão... Eu não sei afirmar do Stefanutto com certeza se ele está corrido, ou se escondeu, ou se foi preso.

Olha, sabe dizer se o senhor foi contratado pela Abapen?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Sindnapi, que também a gente pediu prisão dos integrantes. Em 8/11/2023, mesmo com indicativo contrário, o seu pai, junto com o Stefanutto, formalizaram esse ACT – 599 milhões. O senhor prestou algum serviço para o Sindnapi?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Master Prev, seu pai, Diretor de Benefício, em 17/11/2023, juntamente com o Stefanutto, mais uma vez, meteram a caneta para formalizar ACT, R\$231 milhões. O senhor prestou algum serviço, foi contratado?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, é chato que só a pessoa ficar dizendo o nome da empresa, a data do ACT e quanto ela roubou dos aposentados e pensionistas, mas, se eu não disser, quem vai falar?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Entidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Entidade, empresa não, entidade, associação; as empresas foram as laranjas que...

Asbrapi, em 23/11/2023, seu pai, André Fidelis e Alessandro Stefanutto – para o Brasil conhecer e eles ficarem mais famosos – assinaram um ACT, R\$16 milhões. Você foi contratado pela Asbrapi?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a orientação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu pai, mais uma vez, em 20/12/2023... Eita, neste aqui eu errei. Este aqui foi o Geovani Spiecker. O senhor conhece Geovani Spiecker?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o seu pai, através da Abenpreb, em 23 de janeiro de 2024, assinou um ACT. Para a sorte de todo mundo, este aqui só tirou R\$75, graças a Deus. Tu imagina se todos tivessem esse sucesso, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Neste aqui vai ser furto de pequena monta, possivelmente não vai ter execução de pena.

Mas aí, em 20 de janeiro de 2024, seu pai, mais uma vez, assinou um acordo com a Aaspa. Essa – ele e Stefanutto – tirou R\$6 milhões dos aposentados. Teve mais duas aqui que não... fizeram ACT com seu pai, mas não tiveram tempo de recolher.

E teve duas: com a Anddap, em 7 de março de 2024, seu pai e Stefanutto, assinaram o ACT; essa entidade roubou 94 milhões dos aposentados. Quando eu digo roubou, é com convicção. Hoje é com convicção. Quinze: com a Aasap, em 8 de março 2024. André, que está preso hoje, e Stefanutto, que está preso hoje, mais uma vez, permitiram que uma entidade fosse criada para roubar. E, diga-se de passagem, para se lembrarem que foi o Stefanutto que deu início a essa possibilidade de não ter carta sindical, em 2016. Roubou R\$63 milhões.

Então, a atuação do seu pai diretamente como Diretor de Benefícios do INSS, num período de 17 meses, permitiu que 15 entidades fossem aos cofres do dinheiro suado do aposentado, do pensionista e roubassem 1,66 bilhão de aposentados e pensionistas. Eu pergunto a você: desse dinheiro aqui, 1,66 bilhão, alguma parte pode explicar o seu repentino sucesso profissional?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a orientação da defesa: não comentar fatos investigados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor. *(Pausa.)* Não, volta. Volta lá para o início. Pronto.

Eu vou falar de uma coisa que o senhor vai poder explicar sem grandes dificuldades. Estamos falando da sua profissão. Quando vêm para cá e dizem que escritório de advocacia não precisa ter *compliance* em relação a lavagem de dinheiro, eu discordo completamente. E eu sou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, acho que ninguém está acima da lei. É Deputado, é Senador, é ministro do STF, seja quem for; mas advogado também tem que estar sob as regras da transparência. Olha como ele falou, olha como ele falou forte: "Não vou responder porque isso é sigilo".

Eric Fidelis Advocacia, ele já disse que é uma empresa dele; então, aqui é a empresa dele e aqui é ele – aqui é ele. Eric Fidelis Advocacia teve repassada, repassou para Eric Fidelis, um cara que, até 2021, recebia auxílio emergencial, quase R\$7 milhões.

Eu acho que essa é a grande oportunidade de o Eric salvar o pai dele e a reputação dele próprio.

O senhor poderia me dizer – o senhor poderia me dizer – se esses quase R\$7 milhões foram fruto de trabalho honesto?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa de não comentar fatos investigados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha a pergunta que eu estou fazendo, e ele está pedindo o silêncio constitucional! Olha, uma pergunta simples: eu só queria saber se esses quase 7 milhões que foram identificados em relatórios financeiros documentados... Eu só fiz uma pergunta: Dr. Eric Fidelis, o senhor recebeu honestamente esses quase R\$7 milhões?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. A sua resposta de silêncio, para mim, é a maior resposta.

Sr. Eric, um dos maiores criminosos dessa estrutura bandida que se instalou no INSS e organizações criminosas tem o tal do Careca do INSS, que está na Papuda, e é um apelo que a gente faz todo dia: não o deixem sozinho, não; é preciso levar os outros criminosos do INSS para fazer companhia. Esse elemento é dono da Acca Consultoria, da Prospect e da ACDS Call Center. Cada uma dessas empresas tiveram um papel fundamental na fraude estruturada dentro e fora do INSS. Pergunta simples: o senhor recebeu, por meio do seu escritório, quase 7 milhões, mas o seu escritório recebeu da Acca Consultoria quase R\$900 mil. O senhor poderia dizer qual foi o serviço honesto que o senhor concedeu à Acca Consultoria?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, a orientação da defesa é para não comentar fatos investigados. Eu vou respeitar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei o que é que o Brasil pensa disso. Dando a oportunidade – dando a oportunidade – para esclarecer que serviço profissional honesto foi esse.

Vamos esquecer a Acca; vamos para a ACDS Call Center, também do Careca, que colocou quase R\$150 mil no seu escritório de advocacia. O senhor pode dizer qual foi esse serviço?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Vou manter a resposta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu até me esqueci de perguntar: o senhor tem quantos anos?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Trinta e quatro anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trinta e quatro.

A Prospect, também outra empresa do Careca, colocou para o senhor, através do escritório de advocacia, 646 mil. O senhor pode dizer que serviço profissional foi esse prestado?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Manterei orientação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem.

As três empresas do Careca colocaram para ele mais de R\$1,5 milhão – ele não quer justificar, mas vamos pensar que foi serviço prestado.

Aí vamos para outra etapa. E esse 1,8 milhão que Careca passou para o senhor, pessoa física, é fruto de quê?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu vou manter a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a gente chegou a um ponto em que o filho do Diretor de Benefícios do INSS até há pouco tempo recebeu do principal membro da organização criminosa – só aqui, só aqui – mais de R\$3 milhões...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, a advogada solicita um intervalo de dez minutos, por gentileza.

Está suspensa a sessão pelo tempo.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 11 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, vou tentar ser o mais breve possível por conta do horário do almoço aí.

Volte mais um.

Então, a gente começou nisso aqui. Mais de R\$3 milhões chegaram ao depoente via Careca do INSS. Eu lhe pergunto: qual foi o serviço que o senhor prestou às empresas do Careca do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, a orientação da minha defesa é que eu não comente fatos sob investigação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Ô, Eric, aí você vai me forçar a fazer uma pergunta. Esse fluxo saindo do operador financeiro mais conhecido do roubo do INSS, aqui, que resultou em mais de R\$3 milhões para o filho do Diretor da Dirben... O seu escritório foi o propinoduto para o seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aí, por favor.

Passe aí outra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mauro Palombo Concilio. Eu já lhe perguntei, e o senhor ficou em silêncio. Mauro Palombo Concilio é contador da Master Prev. Seu pai assinou o ACT. O senhor pode me dizer a partir de quando Mauro Palombo Concilio se tornou seu contador?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mauro Palombo Concilio é contador da Master Prev, que tem como ex-Presidente Waldemar Monte Neto, diretamente ligado a Américo Monte, que é da E&A Security, tendo como contador Mauro Palombo Concilio. E por que isso é importante? Porque a gente está falando aqui de Américo Monte. Já estamos falando de outra figura. Américo Monte passou para a Eric Fidelis Advocacia 842 mil. Nós falamos daqueles 3 milhões e agora estamos botando outras associações. O senhor pode me dizer desde quando o senhor conhece Américo Monte Junior?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se foi Mauro Palombo Concilio que intermediou com a E&A Security, de Américo Monte Junior, essa sua remessa recebida de R\$842 mil?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa de não comentar fatos sob investigação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual foi o serviço que o senhor prestou na área de segurança aqui?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a resposta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Mauro Palombo Concilio é o contador da sua empresa Duatx Tecnologia. O senhor pode me dizer qual o endereço da Duatx Tecnologia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí silêncio nessa resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhem que coincidência, olhem que coincidência! A Duatx Tecnologia foi fundada depois que teve a participação do seu pai na





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da solução provisória. Essa quadrilha de bandido criou uma solução provisória dentro do INSS, agora, nessa gestão, e essa solução provisória permitiu fraudar os dados de aposentados e pensionistas. Os senhores viram como aumentou o fluxo de inserção de dados? Aí olhem a coincidência, a solução provisória em maio de 2024, abril de 2024 ou maio de 2024, a Duatx Tecnologia, que é dele, foi criada concomitantemente à solução provisória. Olha que bacana: o pai aceita a solução provisória, e o filho cria uma empresa de tecnologia. Eu achei isso muito bacana.

Agora, sabe qual é o mais bonito disso? O senhor pode me dizer em qual estado do Brasil está a Duatx Tecnologia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a Duatx Tecnologia está no mesmo prédio, no mesmo andar da Power-Bi. Vocês se lembram que a Power-Bi do Igor Delecrode, a Power-Bi, foi quem fez toda a conexão das organizações criminosas, entidades e alguns sindicatos? Pois é, a Power-Bi e a Duatx Tecnologia estão situadas no mesmo endereço.

Aí eu lhe pergunto: qual o serviço prestado pela Duatx Tecnologia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Desde quando o senhor conhece Igor Delecrode?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio de Igor Delecrode?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Olha, o filho do Diretor de Benefícios do INSS, que participou da solução provisória, criou uma empresa de tecnologia no mesmo endereço da Power-Bi, que é uma empresa feita para fraudar as soluções "implantadas" – entre aspas – pelo INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

De todos que participaram da solução provisória, no final do relatório – já posso adiantar – , vou pedir a prisão. Não tem, não... Eles foram gênios do mal. A solução provisória permitiu que ele criasse essa empresa, e essa empresa se juntou com a do Igor Delecode, ou seja, tem coisa mais bonita do que isto: o pai faz, passa a bola para ele e ele faz o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ele faz o gol. Ele faz o gol da corrupção.

Mauro Palombo Concilio, contador, através do Grupo Contábil Nelma, recebeu R\$212 mil dele, Eric Fidelis. Aí o INSS, para que essa quadrilha aqui, essas organizações se juntassem, só nesse caso aqui, o INSS – a Master Prev, o pai dele, participou do ACT, acho que foi em 2023 ou 2024 – sangrou de aposentados e pensionistas R\$231 milhões.

Passa aí, por favor.

Olha, ainda tem outra depois dessa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem.

Aqui está Eric Fidelis, filho do Diretor de Benefícios do INSS, saiu em 2024. Eric Fidelis tem a Concilium Soluções; Eric Fidelis tem a esposa, Maria das Dores Pessoa Neta; tem o pai Diretor do INSS; tem a Sarapintar Vestuário; tem a Corretora de Câmbio Wise Brasil... O que é que aconteceu aqui? Fora, lembrem-se, daquele todo dinheiro que a gente já vem dizendo aqui – mais de R\$4 milhões. O Eric Fidelis... O Eric Fidelis passou para a empresa dele 110 mil, a Concilium, e recebeu 440. Aí a Concilium mandou 850 para o escritório de advocacia. Aí me diga: está ou não sendo usado para lavagem de dinheiro? Está ou não o escritório de advocacia aqui no fluxo da lavagem? Aí o dinheiro volta para ele. Ele manda para a esposa dele 823 mil, manda para Renata Maria Silva Ventura...

O senhor poderia dizer quem é Renata Ventura?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantere a orientação da defesa quanto a esses fatos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, a Sarapintar Vestuário, que foi um dia desses aberta, agora em 24, uma das últimas empresas dele, recebe quase 1 milhão dele. Mas o mais interessante é que ele, pessoa física, manda quase R\$40 mil para Geovani Spiecker.

Geovani Spiecker é colega do seu pai do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe quem é Geovani Spiecker?

Passe aí, por favor.

Spiecker.

Passe aí, por favor.

Outro.

Pronto, aqui.

O pai dele assinou 14 ACTs na gestão de Diretor de Benefícios, mas um ele não teve tempo de assinar; quem assinou foi o Geovani no lugar dele.

Volte lá para o gráfico, por favor.

Então...

Não, aí já é outra coisa.

Volte para essa aqui.

Aí, o Geovani – o Geovani –, que vai vir aqui em breve, também está envolvido na safadeza. A gente sempre desconfiou de que ele fazia parte da organização criminosa do INSS.

Passe aí, por favor.

Aí, minha gente, agora vem uma parte interessante para que eu vou pedir a atenção de vocês. Teve duas associações de Sergipe que estão bem interessantes. Daqui a pouco, eu vou mostrar. Mas as duas associações têm este cara aqui, Ivaldo Carvalho Silveira, que é do CadÚnico, o proprietário, que recebeu aqui... Eu acho que recebeu, aqui, ou 50 milhões, ou 10 milhões... Não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigo de cabeça. Mas esse cara é do CadÚnico, o Ivaldo Carvalho Silveira. Depois da Operação Sem Desconto, essa ADS foi fechada. Olha que bacana! Sergipe entrando na rota aí. Sergipe, através da Acolher e da Universo, duas associações bandidas que não prestavam serviço nenhum, a não ser roubar o dinheiro de aposentado e pensionista – e me parece que hoje teve alguma busca e apreensão lá na região –, passaram para ele, através do escritório, R\$4,367 milhões. Guardem este nome: ADS. Eu vou passar um gráfico dela daqui a pouco. Quatro milhões!

Aí eu queria, porque é importantíssimo, deixar claro aqui que tem a Acolher e a Universo por trás disso.

Aí eu queria saber do senhor qual foi o serviço que o senhor prestou à ADS.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, a instrução da minha defesa é de não comentar fatos sob investigação. E eu vou respeitar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor tem um respeito danado à defesa, e é de louvar isso. Parabéns!

Bom, então, fora aquele dinheiro que a gente passou aqui, ele recebeu R\$4,367 milhões da ADS, que é a Acolher e a Universo.

Agora, como esse rapaz conseguiu advogar para o Brasil inteiro? Ele foi para o Ceará também e recebeu da Cecília Mota, que a gente vai ouvir aqui, vindo direto do Ceará: R\$2,4 milhões. Olhem que bacana: grupo da Cecília Mota, grupo da Universo e da Acolher. Só aqui – só aqui –, ele recebeu praticamente R\$7 milhões. Só aqui, só aqui!

Quem é Cecília Mota? Ex-Presidente da Aapen. A Aapen recebeu o ACT quando? Na gestão do pai dele enquanto Diretor da Dirben.

Olhem como esse pessoal é engenhoso: o pai assina o acordo de cooperação, a Aapen tira R\$80 milhões de aposentados e pensionistas, e ela está repassando para ele R\$2,4 milhões.

Quanto é R\$2,4 milhões na proporção de R\$80 milhões? Não consigo. Dá o quê? Três por cento, 4%, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Três por cento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três por cento. Pronto.

Recebeu R\$2,4 milhões.

Então, aqui, aparece esta empresa ADS Soluções e Marketing, tendo essa empresa como dono o cara do CadÚnico.

Fred, me passa aquele gráfico da ADS. Passa aí, por favor.

Eu vou passar um gráfico para os senhores.

A Acolher e a Universo foram criadas em Sergipe. Os elementos Alexsandro Prado Santos e o outro... Esqueci o nome. Mas o Alexsandro Prado Santos, conhecido como Lequinho, que precisa vir aqui, fez um contrato com a ADS.

A ADS está onde aqui? Acho que a ADS não está nem aqui.

A ADS recebeu, através de empresas relacionadas a esses dois institutos, mais de R\$50 milhões e repassou esse dinheiro para ele. Agora essas duas instituições bandidas... No RIF, ela aparece dando R\$8 milhões – gravem esse nome –, R\$8 milhões, à Datacore, que eu pedi a quebra do sigilo, e quero ver quem vai blindar a Datacore aqui – R\$8 milhões, gravem esse nome. Esses R\$8 milhões, retirados através da ADS, que já recebeu 50 milhões...

O que é... "Alfredo, por que você está dizendo isso?" Porque nessa conversinha, a Datacore mudou de mãos e, em 2024, foi para a mão do Sr. Ricardo Bimbo Troccoli, que é Secretário-Geral, ou foi, ou tem alguma ligação com um partido político. E eu vou... já fiz o pedido e eu quero ver quem é que vai se levantar para blindar isso aqui, porque, minha gente, se isso aqui não for blindado – escrevam aí, eu estou dando o caminho –, a República vai tremer – a República vai tremer.

Fiz o pedido para quebrar o sigilo da Datacore e fiz o pedido para quebrar o sigilo do Sr. Ricardo Bimbo, que, além de ser dono da Datacore, recebeu, na sua conta pessoal, R\$320 mil. Tudo isso através da ADS, que recebeu por volta de R\$50 milhões e, após a operação, fechou.

Aonde isso vai chegar eu não sei, mas vou trazer aqui e eu quero ver quem vai ter coragem de votar a favor disso aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta lá.

Eu quero ver quem vai votar a favor e votar contra.

Passa outra, por favor.

Não, é a última aquela? Essa é a última? Tem mais alguma? *(Pausa.)*

Essa já foi.

Está bom, já deu para entender.

Sr. Eric, eu não vou continuar as perguntas, porque o senhor está aí sempre dizendo que vai se manter calado.

A grande questão é uma só: seu pai é ou não é um funcionário público corrupto? A Polícia Federal prendeu seu pai. Seu pai foi preso hoje. Nós o convocamos aqui; ele chega sempre com atestado. Agora não teve atestado que resolveu. Você como filho tem uma grande oportunidade de explicar esses milhões de reais que foram para sua conta. Teu pai está preso. A dignidade de um filho está em jogo e o pai está preso porque o dinheiro suposto da propina caiu na sua conta.

O senhor diz que é especialista em direito previdenciário.

Vou lhe dar mais uma chance. O senhor quer explicar quais serviços prestou de tudo o que foi mostrado aqui?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu vou seguir a orientação da defesa e não vou responder essas perguntas.

E acredito que os esclarecimentos vão vir após a consolidação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois aposentados e pensionistas, a nossa maior felicidade é quando um filho nosso tem sucesso. A nossa maior felicidade é quando a gente encaminha um filho para poder sobreviver. Mas não é justo com os aposentados e pensionistas que um funcionário de carreira da estrutura do Brasil se corrompa e repasse, através de corrupção, mais de R\$10 milhões, com indicativo certo de propina.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, pior de tudo, em pleno século XXI, a coragem dos homens de antigamente não se repetir. Eu defenderia o meu pai até a morte. Ele está deixando o pai dele, que diz que está doente, preso.

Por que o pai dele está preso? Porque o dinheiro suposto da propina foi para ele. Ele mudou de vida. Ele fez esses encaminhamentos.

Então, o que eu posso dizer para o senhor é que é uma pena um filho não proteger o pai nem esclarecer os fatos. E, pior do que isso, acho que falta muita dignidade na sua atitude. Seu pai vai morfar na cadeia e você, se não tiver o dinheiro apreendido, vai luxar com a propina que foi retirada dos aposentados e pensionistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

Uma comunicação aos Parlamentares.

O Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios do INSS, foi convocado, no dia 21 de outubro, para depor perante a CPMI. O depoimento seria realizado na próxima segunda-feira, mas ontem o convocado apresentou atestado médico que cita textualmente a impossibilidade de comparecimento em depoimentos.

O atestado é assinado pelo Dr. Cassiano Teixeira de Moraes e foi emitido ontem.

Diante disso, para assegurar o bom andamento dos trabalhos da Comissão e também para resguardar os direitos do convocado, determino que a Coordenação-Geral de Saúde do Senado Federal proceda à avaliação do quadro de saúde, por junta médica da Casa, com vistas a verificar se o convocado pode ou não prestar depoimento nesta CPMI.

Pela ordem de inscritos, com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Eric, eu quero aqui economizar o seu tempo, o meu, o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... dos Parlamentares desta CPMI e dos aposentados, que levaram o tempo de uma vida inteira para juntar economias e que perderam tudo, em curto





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço de tempo, porque alguém roubou os aposentados. Então, vou logo ser direto, até porque sei que o padrão dos culpados que passam por aqui é ficar em silêncio, e até porque todos nós sabemos que, se responder algo, vai ficar difícil não parecer culpado.

Eu me lembro da oitiva aqui da Tonia, que também é advogada. Nesse dia ficou muito irritada quando eu perguntei sobre o serviço que ela prestou.

Ela acha normal a imoralidade que é distribuir recursos do roubo dos aposentados entre empresas de familiares e que o serviço prestado como advogado vale milhões. Custa acreditar, até porque nunca comprovaram essa prestação de serviço e, realmente, esse dinheiro todo que passou pelo escritório de advocacia de vocês é legal. Óbvio que é totalmente ilegal. Não estou querendo colocar preço no trabalho de nenhum de vocês, agora achar que somos Parlamentares sem condições nenhuma de olhar todos esses documentos e ter a certeza de que tudo isso foi fruto de roubo dos aposentados, aí é demais.

Sendo direto: o seu pai, André Fidelis, facilitou ou não o roubo do dinheiro dos aposentados?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, não posso comentar fato por terceiros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você recebeu pagamentos milionários de honorários advocatícios de serviços que nunca foram prestados; eu estou afirmando isso. Ou você tem vídeo, fotos, qualquer prova que seja que prestou esse serviço?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, iremos juntar aos autos oportunamente toda a documentação necessária a esclarecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, remeta também aqui para a CPMI a cópia desses documentos que você prestou esse serviço.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nem precisava também responder porque a gente sabe que não tem e, se tem, foi montado, como outros fizeram aqui uma montagem muito grande de nota fiscal e serviço que não foram prestados. Sei que não, porque isso já se tornou padrão





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui de todos os culpados que passaram aqui na CPMI, gente que recebeu pagamento de serviços sem sequer trabalhar. É muito boa essa vida de gente que já aposentou sem trabalhar e que ainda ganha a vida roubando dinheiro dos aposentados que trabalharam a vida toda.

Mas sobre esses pagamentos milionários do seu escritório de advocacia, é verdade que esses pagamentos não eram honorários, mas, sim, propina destinada ao seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da defesa, não comentarei fatos sob investigação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eric Fidelis, além de você ser filho de André Fidelis, Diretor de Benefícios do INSS, suspeito de facilitar o roubo de bilhões dos aposentados, você também é um empreendedor de sucesso. Você está vinculado a 13 empresas, muitas foram criadas recentemente para pulverizar esse dinheiro roubado. Vamos pegar a sua empresa individual, por exemplo. Você abriu um escritório em 2022, logo após a nomeação do seu pai; porém, no *site* do seu escritório, fala que sua empresa atende desde 2018 e que o ramo forte é direito previdenciário, e, em apenas três anos, com somente R\$13 mil de renda mensal declarada, você movimentou mais de R\$14 milhões.

O seu sucesso é algo dentro da lei ou o seu escritório foi usado para prestar "serviços", entre aspas, a entidades que foram beneficiadas pelo seu pai enquanto era Diretor de Benefícios do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa técnica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, a sua empresa nasceu e cresceu, coincidentemente, ao mesmo tempo em que seu pai, André Fidelis, se tornou Diretor de Benefícios, suspeito de facilitar o roubo dos aposentados. Isso tudo é mera coincidência ou realmente a sua empresa foi criada para receber propinas das associações beneficiadas pelo seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou continuar seguindo a orientação da defesa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Uma outra coisa que eu vi no *site* do seu escritório foi o *compliance*.

Eric, eu tenho certeza de que você não escreveu esse texto e nunca deve ter lido. Ele fala exatamente assim, entre aspas aqui: "Compromisso com a ética, com a transparência, e a responsabilidade está presente em todas as nossas ações". Além disso, afirma que configura conflito de interesse qualquer situação em que interesses pessoais ou de terceiros possam influenciar, direta ou indiretamente, a atuação profissional de integridade do escritório.

Isso está escrito lá no teu escritório? Você já leu isso lá?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Possivelmente, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Hein?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Possivelmente, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Possivelmente?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não administro diretamente o *site*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas já viu essa frase em algum lugar?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não que eu me recorde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você pode explicar o porquê atendeu às associações em que seu pai estava ajudando a roubar dinheiro dos aposentados?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, seguirei a orientação da defesa de não comentar fatos sob investigação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, e não foi só sua empresa individual, não. Sua sociedade recebeu cerca de 2,66 milhões da ADS Soluções e Marketing; 535 mil da Inovar Assessoria & Consultoria. Essas empresas também são investigadas por descontos indevidos. Você pode dizer que serviços foram prestados para essas empresas?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sei que é muito repetitivo para todos essa questão dos serviços que foram prestados. Já sabemos que não tinha serviço prestado de ninguém. O esquema era criar empresas fantasmas com familiares e laranjas, distribuir milhões para essas empresas e depois fazer a divisão dos lucros, do dinheiro que foi roubado dos aposentados, inclusive em forma de dividendos, como é o caso de V. Sa., que recebeu e foi declarado 11 milhões de distribuição de dividendos ou distribuição de roubalheira dos aposentados.

Olha, esse esquema é tão bem organizado e pensado. Imagine se essas mesmas mentes, os jovens como você, tivessem sido utilizados para fazer o bem e ajudar os aposentados a ganharem mais dinheiro ou ter uma vida melhor. Quantos aposentados do Brasil teriam ferraris, porsches, apartamento de luxo, relógio de luxo, joias? A mente perversa de vocês precisa ser estudada – a sua, a do Igor, que são jovens que estão começando agora.

É claro que não foram só essas empresas. Esse roubo tem sempre as mesmas ligações, sempre os mesmos nomes. Agora temos alguém que já apareceu várias vezes aqui nesta CPMI. Você recebeu 1,75 milhão da empresa Prospect Consultoria e da Acca Consultoria, ambas empresas ligadas ao famoso Careca do INSS. Que coincidência! É sempre uma empresa de consultoria que não consegue comprovar que fez alguma coisa.

Você consegue explicar essa ligação com o Careca do INSS sem você parecer ainda mais culpado? Quem indicou você para ele? Como ele te achou? Será que ele pesquisou no Google: "escritório de advocacia Fidelis"? Será que foi isso? Vai que ele amava esse nome e tinha sonho de pagar milhões para esse nome maravilhoso. Como é que você conheceu o Careca? Quem é que te indicou o Careca?

(Soa a campainha.)

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantereí a orientação da defesa quanto a essa pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas você conhece o Careca?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantereí a orientação da defesa em relação a essa resposta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não assistiu nem ele aqui, ao depoimento dele?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Só vou seguir a orientação da defesa quanto a essa pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Dizer que assistiu ou não o depoimento não vai te comprometer em nada. Assistiu o depoimento do Careca aqui ou não?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Assisti em parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, outra coincidência para você não explicar: por que a sua empresa do nada parou de fazer movimentações financeiras justamente a partir de junho de 2025.

Foi por causa da investigação da Polícia Federal?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, manterei a orientação da defesa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou esse negócio megarrentável passou por um problema financeiro por causa da economia do Brasil? O que aconteceu que vocês fecharam, pararam de movimentar? Só tinha esses clientes?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – O escritório não fechou, continuou funcionando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Continua funcionando? Continua faturando? Continua prestando serviço para o Careca do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, a respeito dos fatos sob investigação, não responderei.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, é sempre a mesma coisa, é sempre o mesmo método, é sempre a mesma lista de empresas, é sempre a mesma lista de nomes, é sempre as mesmas. Coincidência. Todos estão envolvidos, mas ninguém diz que roubou. O incrível caso do roubo sem culpados. E se eu fosse dizer o que realmente penso sobre esses criminosos que roubaram os aposentados... Para não insultar ninguém, é melhor parar por aqui, até porque meu tempo também já está esgotando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço, Presidente.

E realmente eu clamo que esses jovens aí – 34 anos, o outro tinha 28 anos –, que têm mentes maravilhosas e que poderiam fazer o bem, hoje estão fazendo o mal para os aposentados e pensionistas...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado e parabéns pela exposição, Senador Izalci.

O próximo inscrito é o Deputado Duarte Jr., que está cedendo a vez à Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Só pede para ele combinar comigo antes, tá, Presidente? (*Risos.*)

Eu vou começar cumprimentando o depoente e os advogados.

Sr. Eric, você quando entrou aqui, sinceramente, doeu o meu coração ver você, um rapaz tão jovem, novo, envolvido nisso. Eu sempre fico realmente sensibilizada porque eu vejo como jovens se envolveram nesse crime horroroso.

E acho que a exposição do Relator foi muito clara, que, nos anos de 23 e 24, você recebeu rios de dinheiro por meio das suas empresas, por meio da sua pessoa física. Então, isso é fato, está ali, eu não vou ficar também aqui repetindo o que já foi dito.

Mas uma coisa é fato: você tem um pai que era Diretor de Benefícios do INSS, que estava numa posição, você se beneficiou disso. O que para mim não está claro, mas... Porque para todo mundo ficou muito claro que ou você é laranja, laranja, laranja do seu pai e tal... Mas, com 34 anos, você já tem idade para valer alguma coisa. Quando você entrou aqui, eu pensei que você tivesse 20. Falei: "Nossa Senhora, não sabe nem o que está fazendo, está assinando as coisas aí do pai". Quando você começou a responder, eu perguntei... eu falei: "Não, ele sabe; 34 anos, já é um homem, já é casado, já responde". E proteger ou não o seu pai mostra duas coisas.

Gente, dá licença, eu não consigo fazer a exposição aqui! Quem não está a fim vai e sai da sala! Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem todo o direito de defender o seu pai e assumir a postura que você quiser. Agora, eu fico indignada de um jovem como você não responder com clareza coisas básicas. E eu sei que você tem um direito constitucional, mas você tem um direito muito maior – na minha visão e se eu fosse você – com o teu futuro, com o futuro do teu filho, com o futuro das próximas gerações, com o futuro do país. E a tua postura me choca, me choca, porque defender teu pai eu entendo; agora, negar o óbvio... Então, das duas, uma: ou você é laranja do seu pai ou você é cúmplice do seu pai, não tem outra alternativa; querendo ou não, não tem outra alternativa.

E aí todas as empresas que foram... Ali a gente está vendo... A gente vê as empresas dos operadores, o que foi para suas empresas e para a tua pessoa física. Tem que ter explicação para isso – tem que ter explicação para isso. E perguntas simples e verdades simples você se recusa a responder. E isso não tem nada a ver com defender o seu pai ou se defender, a menos que você realmente seja cúmplice ou seja laranja. E todos os grandes operadores de esquema... Você se recusou a responder o óbvio: "Eu conheço", "eu vi", "eu faço".

Então, me entristece o coração ver você aí nessa posição, porque eu sei que é uma situação extremamente delicada, mas eu sugeria para você colaborar – colaborar. Não pague pelo que seu pai fez, não seja laranja do seu pai, não seja cúmplice do seu pai, porque o teu destino a gente sabe qual é, a menos que você colabore.

Eu diria, inclusive, que os milhões e milhões que foram desviados, roubados, transferidos... Ninguém sai de um auxílio emergencial em 21 e passa a ser milionário no ano seguinte, isso não existe. Então, ou você já praticava crime, recebia auxílio sem precisar antes, ou você começou a fazer depois. Então, é bom que você esclareça isso.

Então, eu vou fazer algumas perguntas que eu espero que você responda, apesar de que a tua postura, a menos que ela mude agora, eu já sei qual é.

Minha pergunta é: o senhor conhece o Sr. Ricardo Bimbo?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Não conheço.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor conhece o Sr. João Muniz Leite?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, não me recordo de conhecer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor conhece o Lulinha, filho do Lula? O Fábio?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo de conhecer.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Foi seu pai que te orientou a abrir o escritório de advocacia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Qual era o acordo que você tinha com seu pai em relação aos clientes que começaram a chover no teu escritório, esses que repassaram milhões e milhões de reais?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, sobre fatos investigados, eu seguirei a orientação da minha defesa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você sabe explicar, ou justificar, por que, depois que o seu pai saiu da diretoria do INSS, o dinheiro das empresas operadoras do sistema começaram a minguar nas suas empresas, até sumir naquele final de ano?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu mantereí a orientação da minha defesa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, olha, Sr. Presidente e Sr. Relator, para mim é muito claro: nesta CPMI, todo mundo terceiriza o Governo, né? "O sicrano fez no Governo A", "o sicrano fez aquilo no Governo B", depois "os ACTs foram assinados no Governo C", "o Governo C afrouxou norma", mas todo mundo sabe aqui que a roubalheira ocorre há muito tempo.

Mas tem uma coisa que qualquer narrativa aqui não apaga: são números objetivos. São duas coisas que são muito objetivas. Uma é que os descontos aumentaram de uma maneira avassaladora no Governo Lula – isso é fato, 23 e 24, o Governo Lula. Então, a narrativa pode ser a que for, o blá-blá-blá pode ser o que for, mas, nos anos de 23 e 24, isso aumentou drasticamente, triplicou, quadruplicou. E o outro, que para mim é o pior de todos, é o número e o valor das propinas. Estamos falando aqui de propinoduto, o dinheiro que era recebido por funcionário





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

público corrupto do INSS, indo para sindicato e empresa operadora de sistema. Então, isso para mim é muito claro.

A gente recebeu aqui o Virgílio, que é Procurador-Geral do INSS, recebemos a esposa do Virgílio, todo mundo. E eles começaram a receber esse dinheiro nesse propinoduto quando? Em 23, Governo Lula, 15 milhões. Virgílio, ainda bem, preso. A gente recebeu aqui o Alexandre Guimarães, que era ex-Diretor de Governança do INSS. A empresa começou a receber dos operadores do esquema, em 23, Governo Lula, R\$2 milhões. Ele ainda não está preso, mas em breve estará.

Hoje, a gente está recebendo você, Eric, que é filho do André Fidelis, Diretor de Benefícios do INSS, e o teu escritório, a gente já viu, recebeu R\$6 milhões, R\$7 milhões, R\$10 milhões das empresas operadoras do esquema, vindo dos sindicatos, a partir de 23, Governo Lula, e o seu pai está preso. Então, está todo mundo vendo, isso é claro para todo mundo.

Então, é claro que o PT criou todo esse esquema de propina, propina, propina, mas o roubo, o roubo... turbinou esse roubo de aposentado. Então, esse roubo de INSS de aposentado existe há muito tempo, muitos falaram, é em 2016, em 2014. Agora, roubo institucionalizado, megalomaniaco de aposentado, fábrica de propina é Governo Lula, não tem discussão, o número é claro, e podem falar o blá-blá-blá que quiserem aqui.

A gente sabe, o Governo do PT conhece corrupção e já tem muita experiência em grandes corrupções; a Lava Jato, que foi enterrada, que o diga. E é por isso que eles blindam tanta gente, algumas empresas, para que o povo não veja a verdade com coisas óbvias.

Agora, assim, para você, Eric, porque você ainda tem tempo: respeita a tua vida, respeita a tua família, respeita os teus filhos, os teus futuros... Você tem filho?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Tenho filho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Respeita o teu filho, respeita, sabe? Faz alguma coisa para virar essa chave, virar essa história. E, se você errou, vire essa chave, fale. Você não tem que pagar por erro do teu pai, você tem que pagar pelos teus. Então, se blindar não te dignifica. Proteger teu pai eu consigo entender; agora, blindar bandido e todo mundo, eu não consigo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu queria novamente fazer o apelo que eu fiz aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para que o senhor realmente...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... até porque segunda-feira a gente não se sabe o que vai acontecer... Que saia um ofício desta Comissão exigindo que Caixa Econômica, Banco do Brasil tenham prazo, deem um prazo ou, então, convoquem os Presidentes para falarem aqui, porque estão retardando as respostas dos sigilos bancários e da documentação feita. Esta Comissão não pode permitir isso, já deu de tempo. Eu queria que o senhor exigisse que viessem na semana que vem ou, então, que chame os Presidentes aqui.

Sr. Eric, eu espero que, até o final deste dia e até o final desta semana, o senhor reverta essa situação, não jogue sua vida no lixo, não vale a pena. Pague pelo que o senhor fez e siga outro rumo.

Obrigada. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Eu vou dar a palavra a mais um inscrito e depois faremos um intervalo.

Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pergunto inicialmente ao Eric Fidelis se ele reconhece alguém nessa imagem.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Sim, meu pai, com certeza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quem é o seu pai nessa imagem aqui, por favor?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – É o de óculos, com camisa branca.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – De óculos, camisa branca, então é o seu pai. É o André Paulo Fidelis?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É correto afirmar que o seu pai, André Paulo Fidelis, foi Diretor de Benefícios, nomeado em fevereiro de 23 e saindo do cargo em julho de 2024?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Esse homem ao lado do seu pai, de boné e camisa azul, o senhor sabe quem é?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu sei que ele veio depor aqui recentemente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então o senhor sabe quem é?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sei por causa do depoimento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. É o Abraão Lincoln, ele é Presidente da CBPA. Essa imagem, com esses dois personagens aqui, aparentemente pode não dizer muita coisa, mas por trás dessa imagem tem muitas coisas que precisam ser esclarecidas nesta CPML.

Por exemplo, a CBPA, Confederação Brasileira da Pesca e Aquicultura, tem como Vice-Presidente o Edson Araújo, que hoje, Deputado Estadual, teve busca e apreensão na sua casa e que semana passada me ameaçou, todos aqui sabem; e nessa busca e apreensão, ao final dela, ele saiu com uma tornozeleira eletrônica. Isso demonstra que a justiça pode tardar, mas ela jamais falhará. A Justiça precisa seguir regras, procedimentos, para não viciar o processo, por isso que demora; mas, quando ela chega, ela chega para trazer a verdade.

E é nesse sentido que aqui eu demonstro a V. Exas.: a CBPA repassa – através desse gráfico – recursos para a empresa Prospect.

Eu lhe pergunto, Eric: você conhece a empresa Prospect?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme a orientação da minha defesa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, a pergunta é sobre fatos públicos. Não estou pedindo para que você faça um juízo de valor. Você, como advogado, sabe que pode responder "sim" ou "não", se conhece. É fato público.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – A minha defesa me orientou sobre fatos investigados, para não me pronunciar, por isso eu vou respeitar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

A empresa Prospect, que recebeu recursos da CBPA, é uma empresa que tem relação com você, com o seu escritório. Então, você não pode confirmar que conhece a CBPA, que conhece a Prospect?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sobre fatos investigados...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – ... eu vou seguir a orientação da defesa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A CBPA repassa recursos para a empresa Prospect. E aonde nós queremos chegar com isso? A empresa Prospect é exatamente a mesma empresa que, após receber recursos da CBPA, após a CBPA ter roubado dinheiro de aposentados por todo o Brasil, inclusive no meu estado, o Estado do Maranhão, a empresa Prospect passa recursos para Eric Douglas Martins. Essa é a total conexão.

Eu lhe faço uma pergunta, Eric: onde está esse dinheiro? Você pode me informar onde está o dinheiro que saiu da conta dos aposentados, dos pensionistas, dos pescadores de todo o Brasil, inclusive do Maranhão, que foi para a CBPA, que foi para a conta do Edson Araújo, dos assessores do Edson na Assembleia Legislativa do Maranhão, que foi para a sua conta? Porque está aqui a prova, isso é um RIF, quebra do sigilo bancário. É dinheiro saindo de toda essa organização e indo para a sua conta. Eu lhe pergunto, onde está esse dinheiro?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, seguirei a orientação da minha defesa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Como eu sei que você não vai responder, insiste em não responder, tendo a oportunidade de contraditar e ampla defesa, de se defender... Você abre mão não de me responder, mas você abre mão da sua defesa. Você não quer informar onde está o dinheiro? Eu lhe digo: o dinheiro está aqui, ó. A Polícia Federal, hoje de manhã, foi à casa do Deputado Estadual Edson Araújo e encontrou esse cofre cheio de dinheiro. Sabe de onde vem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse dinheiro? Dos aposentados, dos pensionistas, dos pescadores. Nós estamos tirando o dinheiro dos cofres daqueles que se achavam inalcançáveis, daqueles covardes que se utilizam do seu mandato para tentar blindar os seus crimes. E aqui nós estamos mostrando que o crime não compensa, que ninguém está acima da lei. Pode ser Deputado, pode ser Senador, pode ser o que for. A lei é dura, mas é lei – e vai responder.

Está aqui o dinheiro. Esse dinheiro nós vamos ter o prazer de devolver aos seus verdadeiros donos: os aposentados, os pensionistas, as pessoas com deficiência, aqueles que recebem BPC. Aqui está o dinheiro que foi roubado.

E eu digo mais: um ponto que precisa ser sublinhado, em que não há coincidência: o André Fidelis, Diretor de Benefícios, que é pai do Eric, assumiu, ele foi nomeado como Diretor de Benefícios no dia 15 de fevereiro de 23 e foi exonerado no dia 17 de julho de 24. Qual é a relação dessas datas? É porque a CBPA, empresa do Abraão, associação do Abraão, associação em que o Edson Araújo é Vice-Presidente, a CBPA começou a receber e realizar descontos de aposentados e pensionistas exatamente no dia 20 de maio de 2023 – ou seja, dia 20 de maio de 23, a CBPA começa a realizar descontos. No dia 15 de fevereiro de 23, ou seja, antes, quem assume a direção de benefícios que autoriza os descontos? André Fidelis, Diretor de Benefícios. Quando a CBPA deixa de realizar descontos? No dia 9 de maio de 24. E quando o André deixa de ser Diretor de Benefícios? No dia 17 de julho de 24. Ou seja, o André assume a direção de benefícios e libera a porteira para a CBPA roubar os aposentados e pensionistas. O André sai da direção de benefícios e a CBPA não consegue mais realizar descontos de aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência. Mais claro do que isso não tem como.

É por isso que eu digo, sem ser até ofensivo, mas – desculpem o rigor da minha fala – é indignação do injustiçado, é indignação de quem foi ameaçado, é indignação de quem está vendo a sua esposa, o seu filho, com preocupação; minha esposa, com oito meses de gestação. Isso não é qualquer um que aguenta. Isso é um absurdo.

Ao contrário do que disse a Deputada Adriana aqui – eu entendo a palavra dela – não tenho pena de ver aqui alguém que cometeu crimes, eu não tenho pena de vê-los nessas condições. Eu tenho pena, eu tenho preocupação com aqueles que foram roubados, e não tiveram a chance de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se defender; eu tenho preocupação com aqueles que lutam por justiça, e não têm a paz de sobreviver.

É por essa razão que aqui eu digo, Sr. Presidente, que não temos dúvidas.

Só na sua conta, Eric, você, que tem 34 anos – você não é um gênio, você não é um *golden boy*; você é um advogado que deveria, assim como eu, estudar a lei e aplicar a lei doa a quem doer, e não utilizar a lei, as lacunas da lei, para tentar se beneficiar e prejudicar quem mais precisa –, na sua conta pessoal, caíram R\$6,33 milhões. E o que é mais absurdo é que você usou sua conta pessoal, você usou a conta do seu escritório e você usou até mesmo a conta da sua esposa.

Eu lhe digo, Eric, você acha, como advogado – digamos que isso seja um caso concreto, você, que está lá na universidade, estudando no curso de direito, mas, quando você faz uma pós-graduação, existem os *cases*, o caso concreto é sinalizado –, você, como advogado; você, como professor de direito; você, como jurista, diante de um caso concreto, você diria que esse personagem é culpado ou é inocente?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Excelência, me manterei na orientação da minha defesa de não comentar fatos sobre investigação.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Como jurista e advogado, você acredita que quem cala consente?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você acredita que quem cala perde a oportunidade de se defender, de esclarecer?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, no momento oportuno, juntaremos toda a documentação necessária para a comprovar a validade...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Esse é o momento oportuno.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... nestes dois minutos que me restam, eu quero dizer que esses últimos dias, essas últimas semanas realmente não foram fáceis. Eu quero aqui, nominalmente, agradecer a toda a minha equipe, a todo o meu time de gabinete, a todos eles. Poderia aqui citar o nome de cada um deles, mas eu queria, muito especialmente, citar o nome de dois assessores que têm me auxiliado muito, na pessoa do Thiago Rios, na pessoa da Laura, na pessoa também do Pedro Paulo, Bárbara, Leo, Alex, todos que atuam e têm me dado todo o suporte para que a gente possa estar aqui.

Quero também registrar que esta CPMI precisa se fortalecer, ela precisa se unir, porque esse rombo, esse que é o maior escândalo, o escândalo mais brutal de corrupção, não é um rombo da direita, não é um rombo da esquerda. E a gente precisa ter a coragem de cortar na própria carne. E, se tiver que fazer como eu fiz, denunciar alguém que é do seu próprio partido...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... alguém que é do seu próprio estado, nós precisamos fazer, porque quem merece nossa atenção, quem merece nossa consideração, nossa preocupação são aqueles que mais precisam, que nos deram um poder, que é transitório e temporário, para cuidar das pessoas. O poder é para servir as pessoas, o interesse público; jamais para nos beneficiar.

E é por isso que eu concluo falando do meu orgulho de ter votado contra a PEC da blindagem. Nós não podemos aceitar que o mandato seja utilizado como escudo. Tem pessoas que ganham eleições e pensam apenas em se beneficiar e beneficiar os seus. Nós estamos aqui para servir as pessoas.

Portanto, essas são as minhas considerações.

E deixo aqui o meu registro de repúdio a esse silêncio que quer muito mais esconder do que se defender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Antes de passar para o intervalo, eu tenho aqui a relação dos dez mandados de prisão que estão sendo cumpridos em todo o país pela Polícia Federal: Sr. Vinícius Ramos da Cruz, Presidente do Instituto Terra e Trabalho, ligado à Conafer; Procurador Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neto, a informação é a de que tentou evadir, mas foi preso pela Polícia Federal na fuga; a Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, que esteve conosco aqui e disse que aqui era um ambiente hostil, ela, ao que parece – a informação que temos –, cumprirá a pena em casa, por estar com a criança em amamentação; Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, ex-Presidente do INSS; mandado de prisão contra o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer, que não foi localizado em casa; o Sr. André Paulo Fidelis, preso; o Sr. Tiago Abraão Ferreira Lopes, preso; o Sr. Antônio Carlos Camilo, que já estava detido e agora tem mais um mandado de prisão contra ele; o Sr. Samuel Chrisostomo do Bomfim Junior, preso, operador financeiro da Conafer; e o Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, que também esteve nesta Comissão, também está preso, segundo as informações. E temos mandados em 15 estados de busca e apreensão.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, perdão. Eu queria só complementar: o Deputado Edson Araújo, além da busca e apreensão, também está com tornozeleira eletrônica, como aqui eu disse. É só deixar registrado o que aconteceu nesta semana aqui, no Estado do Maranhão, na cidade de São Luís.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, juntamente com o Sr. Oliveira, ex-Ministro da Previdência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O senhor tem informação de quem são os que estão com tornozeleira eletrônica?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sr. Oliveira e o Sr. Edson.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – José Carlos Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O José Carlos Oliveira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e o Edson. E tem mais gente? Ou não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Até o momento, são esses dois nomes. Até o final do dia, devemos ter com clareza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Edson é o Deputado Estadual que ameaçou o Duarte lá do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa, a sessão retornará às 14h15.

(Suspensa às 13 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão. Está reaberta a sessão.

Só informo aos Srs. Parlamentares que a Caixa Econômica... Agora há pouco fui procurado aqui pelo relacionamento institucional – Aspar da Caixa... de que realmente eles reconhecem os atrasos, mas que a Caixa está fazendo o compromisso de liberar a documentação toda o mais rapidamente possível. Eu disse a ele que vem em uma hora boa, porque o chefe dele escapou de ser aprovado num requerimento aqui, para vir aqui dar esclarecimentos.

Dando sequência aos inscritos, com a palavra o Deputado Rogério Corrêa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, é o Alencar? Aqui está que o senhor trocou com o Alencar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, deixe o Deputado Alencar Santana retornar. Ele pediu só um instante. A gente já retoma aqui os detalhes todos.

Na semana que vem, já adiantando para os senhores aqui, na segunda-feira, como tem atestado médico o Sr. Jucimar Fonseca da Silva, que nós vamos averiguar se é verdadeiro ou não – é claro que não duvidando aqui do médico, mas há uma junta que também ajudará a entender –, nós estamos convocando – e já se comprometeu a vir – o Sr. Felipe Schettini, não é isso? Cadê o nome do... *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tiago Schettini está comprometido a vir aqui na próxima segunda-feira, e o Sr. Jucimar, estando em condições, também ouviremos os dois.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Tiago quem é mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tiago está bem enfronhado em toda a questão da passagem do dinheiro dentre as associações e as empresas que nós... Ele terá muito... Ele terá boas explicações.

Na terça-feira – os senhores se lembrem bem, nós teremos sessão na segunda e na terça da próxima semana –, estão confirmados a Sra. Cecília Rodrigues Mota, lá do Ceará, advogada titular de escritório, de associações, e também está confirmado o Sr. João Camargo, alfaiate, que foi citado aqui algumas vezes e se prontificou... Nós convocamos, e ele se prontificou a vir.

Então, na semana que vem, segunda e terça-feira, teremos as sessões e desdobramentos com relação às informações.

Pergunto ao Deputado Alencar Santana, se podemos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Terça de manhã, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terça de manhã cedo. Todos os dois, segunda e terça pela manhã. (*Pausa.*)

Terça-feira é às 10h, inclusive, tá, Deputado? Na terça-feira. Na segunda às 9h e na terça, às 10h. (*Pausa.*)

Ah, não. Como é que é? (*Pausa.*)

Ah, tá, desculpe. Segunda-feira, nós vamos manter o horário de 14h30. Na terça-feira é que será a partir das 10h da manhã, o.k.?

Então, confirmando aos senhores: segunda-feira, 14h30 daremos início, e na terça-feira, a partir das 10h da manhã.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, é só nessa segunda ou em todas as segundas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, só nessa segunda-feira agora; nas outras, todas voltam para as 4h da tarde. É que, como vamos ouvir duas pessoas, a expectativa é essa, a gente precisa de mais tempo.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Queria relembrar alguns fatos. Estamos aqui hoje com um depoente e estamos tendo reunião dessa CPMI. Essa CPMI só existe, só houve hoje a operação da Polícia Federal com prisão de algumas pessoas envolvidas com essa fraude porque, lá trás, o Governo Bolsonaro não investigou, não mandou parar e deixou esse esquema continuar. Se tivessem feito algo naquele período, não estaríamos aqui hoje, a realidade seria outra, e milhões de aposentados não teriam sido roubados.

Relembrando, em 2018 ainda, o chofer da Conafer disse, num debate comigo, que teria avisado o Bolsonaro, na transição, de roubos no INSS. E algo foi feito? Não. Mandou-se investigar? Não.

Ainda em 2019, o então Ministro da Justiça, Senador, também membro dessa CPMI, foi avisado de maneira formal, documental. Mandou parar? Não. Mandou investigar? Não. E o roubo continuou, com a quadrilha lá dentro e seus comparsas agindo de fora.

Em 2020, um servidor do INSS denunciou. A Polícia Federal investigou, Deputado Rogério? Não. Ele foi até ameaçado de morte. O esquema continuou.

Em 2021, Deputado Paulo Pimenta, também houve nova denúncia de um servidor. Algo foi feito pela Polícia Federal? Não. O esquema continuou.

E assim foi até a Polícia Federal, até a AGU do Governo do Presidente Lula apurarem, investigarem e cessarem os descontos e devolverem também o recurso aos aposentados lesados, que foram roubados por essa quadrilha. E gente já está sendo punida com prisão, e a investigação continua. E sabe por que continua também, senhoras e senhores? Porque a Polícia Federal tem autonomia. Ela tem competência para investigar, apurar, mandar prender, pedir decisão judicial.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mostrar algo ali, porque olha só, Deputado Rogério, essa semana, se tivesse sido aprovado esse projeto... Está aqui o primeiro relatório do Deputado Derrite. O primeiro relatório está aqui, do Projeto 5.582. Está lá: gabinete Derrite.

Próxima página, por favor.

Olha o que ele faz no inciso II do §11 do projeto que ele apresentou, roubando a autoria do Presidente Lula. E ele muda completamente. Lá ele diz, no final do inciso II:

II – nos crimes previstos no art. 2º-A [que é organização criminosa], e aqueles a eles interligados por conexão ou continência, a investigação caberá às Polícias Cíveis e a competência para processamento [...] à Justiça estadual [...].

Olha só, senhoras e senhores, se isso já existisse, a Polícia Federal não tinha desbaratinado a quadrilha; esse roubo continuaria. Se esse projeto fosse aprovado, a investigação hoje em curso da Polícia Federal ia para a Justiça estadual. Essa é a primeira versão. Aí ele mudou para a segunda.

Por favor.

Segunda versão, também aqui do gabinete do Derrite. Olhem só! Pasmem, senhores e senhores.

Por favor, próxima página.

No art. 12: "Para os crimes previstos nessa lei..."

Esse é outro dispositivo.

Na outra lei... Na outra versão – não está nessa página ali –, ele pede: se a polícia investigar, tem que avisar o Governador do estado. Essa operação está no país inteiro! Imagina avisando cada Governador... Não ia ter sequência. Ele tentou acorrentar a Polícia Federal.

Na última versão – a quarta –, o Governo Lula mandou um projeto garantindo o perdimento de bens das quadrilhas, mesmo de pessoas jurídicas utilizadas pelas quadrilhas e organizações criminosas, facções e afins. Olha o que ele coloca no 12: "Para os crimes previstos nesta Lei, fica instituída a ação civil autônoma de perdimento de bens, que tem por [objetivo] [...] a extinção dos direitos de posse e propriedade [...]".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que ocorre? A proposta do Presidente Lula é perdimento de bem imediato, podendo isso ser usado e utilizado pela Polícia Federal na área da segurança pública: compra de equipamentos, valorização profissional, equipamento de inteligência... Aqui ele cria um processo à parte, uma parte que vai demorar anos para se decidir se os bens são perdidos ou não.

Eu digo, Deputado Pimenta, que a preocupação deles é a consequência com a Operação Carbono Oculto realizada pela Polícia Federal e a Receita Federal, e tem muita gente tremendo. Por isso que eles estão protegendo ali os chefões do crime organizado, porque não é o moleque da favela que tem empresa laranja para lavar dinheiro do crime organizado. Isso aí são os chefões. Eles estão protegendo os chefões. E, se tivesse essa lei, ações que estão sendo feitas hoje contra as empresas laranjas não estariam acontecendo. Então, barbaridade! Tomemos cuidado, porque eles querem aprovar isso na terça, e nós não vamos deixar.

Tem gente aqui que está rindo porque quer, né? A turma do Bolsonaro aqui atrás está louquinha para proteger os barões do crime, do crime organizado.

Sr. Eric, a operação de hoje foi muito boa: prendeu um grupo de servidores do INSS que está na essência e na origem – na origem – desse grande escândalo, desse grande crime, contra as senhoras e os senhores, que foi praticado neste país. E, desculpe, o seu pai é um deles. Que bom que você sinaliza positivamente com a cabeça concordando. Obrigado. Você não responde, mas está concordando, pelo menos. Seu pai estava na origem, assim como o Virgílio. O Stefanutto foi preso, participou do Governo anterior, assumiu a Presidência neste Governo, e há fortes indícios... Ele vai responder... O seu pai ocupou cargo no Governo anterior, e o erro do Stefanutto foi tê-lo colocado como Diretor no nosso Governo, onde novos ACTs também foram assinados, mas tem atos deles praticados lá atrás que permitiram que a assinatura fosse agora. O que me espanta, Presidente...

Mas, antes, eu vou mostrar uma outra página.

Por favor.

Isso daqui é um parecer... Processo nº 35014346647/2020.

Próxima página, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo foi assinado pelo Sr. André Fidelis – esse parecer – junto com o Sr. Geovani Batista. O que me estranha é que o Geovani não teve ordem de prisão, mas ele também está na origem. Isso é assinado em 2020, onde, ali, num convênio, depois de o Bolsonaro ter baixado um decreto, seu pai autoriza a assinatura, dá um parecer, permitindo que novas entidades operassem e fizessem ACT, entidades que não representavam os aposentados. Ali é a origem onde várias outras entraram. Mudaram a norma, mudaram o parecer. E está lá André Fidelis; ao lado dele, o Sr. Geovani Batista.

Aí vem mais uma, do Sr. Virgílio, também 2020, 18 de dezembro de 2020. Quem era o Governo? Bolsonaro. Quem era o Virgílio? Procurador-Geral do INSS. Então, ali, tinha um conluio de Virgílio, André Fidelis, do Geovani, que tem que ser também processado, punido e preso. Ele está ileso, por ora. Os demais foram presos, mas tem mais gente.

O André, seu pai, participou, dando pareceres na gestão anterior. Assumiu a diretoria na gestão atual e permitiu que o roubo continuasse, mas foi o Governo Lula que mandou investigar e parar. E seu pai, inclusive, foi mandado embora em 2024, já com suspeitas, antes mesmo de toda a operação, porque já havia indícios, mas eu quero ir além, Presidente.

Sabe o que me espanta?

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Virgílio, que trabalhou nos dois Governos, foi preso, servidor do INSS. E os servidores do INSS merecem respeito. Esses criminosos, não. Temos que separar o joio do trigo. Nós temos 18 mil servidores do INSS. Não podemos jogar todo mundo na mesma vala. Tem gente que merece respeito, que, na ponta, atende essas pessoas que precisam de orientação.

O Sr. Virgílio trabalhou nos dois, preso. O Sr. André Fidelis trabalhou nas duas gestões, preso. Stefanutto, idem. Por que o Ministro não foi preso, o Ministro de Bolsonaro, também servidor de carreira? O chefe, ele é o chefe de todo esquema, o Sr. Oliveira, que entrou...

Presidente, peço mais 30 segundos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que entrou em 2016, no Governo Temer, como ele disse aqui, que continuou no Governo Bolsonaro, como Superintendente em São Paulo e tem uma ascensão meteórica no Governo Bolsonaro, Diretor de Benefícios, que assinava os ACTs. Essa era a diretoria responsável, que o seu pai, depois, assumiu, na gestão atual, o Sr. André Fidelis. Depois, ele virou Presidente do INSS, o Sr. Oliveira. E, por fim, ele virou Ministro do Governo Bolsonaro, do INSS.

O que me estranha, Presidente, nós aprovamos de início, inclusive, a prisão do Oliveira: o Oliveira é o único que teve a prisão pedida pela Polícia Federal e não concedida. O Virgílio foi, o Stefanutto foi, o André Fidelis foi, e pessoas das entidades, da Conafer e outras, mas o Seu Oliveira, estranhamente, não tem a prisão concedida pelo Ministro André Mendonça, mas tem transformada em tornozeleira.

Acho que esta CPMI tem que insistir e reiterar o pedido de prisão do Oliveira, porque ele é o chefe do esquema desse grupo de servidores e mais: tem várias entidades ligadas diretamente a ele.

Esperamos que o rigor desta CPMI se repita pedindo a prisão do Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, queria, em primeiro lugar, dizer que concordo com o Deputado Alencar no sentido de que precisamos reiterar o pedido de prisão do José Carlos Oliveira. Vou explicar por quê, mas me parece óbvio, por tudo o que nós vimos. José Carlos Oliveira talvez esteja preparando, Deputado Alencar, uma delação premiada. Às vezes, não foi preso por isso. Tomara que ele faça uma delação premiada, porque ele tem muito a dizer! O que ele fez dentro do INSS, por que o Onyx Lorenzoni o indicou e assim por diante. Eu acho que pode ser também um bom caminho.

E é também preciso pedir, novamente, ao Ministro André Mendonça, que venha aqui o Camisotti. O Camisotti disse que está preparando uma delação premiada e não pode vir aqui? O Ministro André Mendonça não o libera? Tem dois esclarecimentos a serem feitos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É ele quem não quer vir, por enquanto, o Camisotti.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, mas teve um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem interromper. Eu tenho mantido contato, e eles vão fazer, possivelmente, a delação, após a investigação toda pronta, e saber se, de fato, colabora em algum ponto. Posteriormente a isso, eles vão avaliar a possibilidade de vir aqui.

Pois não, Excelência.

Mais um minuto, por favor, para o Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Um minuto.

Presidente, mas eu disse, porque houve um *habeas corpus* do Ministro André Mendonça para que o Camisotti não precisasse vir. Foi o único *habeas corpus* que liberou a pessoa de vir aqui, foi o do Sr. André Mendonça, do Ministro André Mendonça. Eu acho que ele devia rever esse *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a esposa dele também ganhou, do Ministro Dino.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – De não vir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De não vir. O Ministro Dino também deu a ela o direito de não vir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O que também é outro erro. Então, que ele possa vir aqui. Se esse tipo de decisão for tomada, nós não vamos ter ninguém na CPMI. Então, acho que precisa ver isso com o Ministro André Mendonça, para o Camisotti vir, bem como, também, o Oliveira ter a prisão dele decretada, a não ser que exista alguma delação premiada, mas não se justifica o Oliveira não ser preso. Mas o que eu queria apenas era, nesse sentido, concordar com o Deputado Alencar.

Mas eu começaria perguntando ao Sr. Eric: o senhor tem 34 anos, certo? (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem três escritórios de advocacia: um em Pernambuco, um em São Paulo e um em Brasília?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Tenho um escritório com três filiais, isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E esses escritórios acumularam aí em torno de 5,8 milhões de entidades que eram também associadas ao INSS e tinham recurso do INSS. Esse valor é mais ou menos dessa ordem, de 5,8 milhões?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou seguir a orientação da defesa e não vou comentar casos sobre investigação em curso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k. Mas, pelo que ouvi do Relator, seriam em torno de 5,8 milhões.

O senhor parece um menino-prodígio, né? Eu olho assim e falo: será que é o Robin, o filho do Batman? Porque não é possível ter tanto dinheiro, 5,8 milhões num escritório. Quantos advogados de 34 anos têm escritório e estão aí sofrendo para poder manter o seu escritório funcionando? Eu tenho um filho, por exemplo, que é desta idade e ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É, o Robin não é filho do Batman, mas é amigo, companheiro... Então, eu fico pensando como é que pode ter tanto dinheiro numa conta?

Você tem alguns outros clientes grandes que não são de entidades que faziam desconto do INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, devido ao sigilo profissional e ao Código de Ética da OAB, não posso me pronunciar sobre isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou então pressupor que, se tem, são muito poucos, porque o que vem de recurso mesmo são aquelas entidades que estavam lá. Isso por quê? Porque o pai do senhor fez sete ACTs. Só fez mais ACTs do que o seu pai, o Zé Carlos Oliveira, esse que está com tornozeleira. O seu pai está preso e ele com tornozeleira. Só o Zé Carlos Oliveira fez mais ACTs, tudo com entidade picareta também. A gente já sabe como funciona. Faz ACT de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidade picareta, a entidade desconta do aposentado, o aposentado sequer é filiado a ela, nem sabe que essa entidade existe, e o dinheiro vai cair no bolso, depois, também, de escritórios de advocacia que fazem lavagem de dinheiro. A gente viu aqui o Wilians, que veio, fez uma lavagem e, depois, foi até encontrar com o seu Governador, o Tarcísio, o Governador de São Paulo, lá no Palácio, Nelson Wilians.

Então, esse *modus operandi* está parecendo que é o mesmo. Só Zé Carlos Oliveira é que fez mais ACTs do que o seu pai, fez mais de sete, deve ter feito uns dez. Depois que o seu pai saiu, sabe quantos ACTs foram feitos? Nenhum. Senadores, Deputados e Deputadas, depois que o pai dele saiu, nenhum ACT foi feito; e ele saiu antes da operação, ele saiu em junho de...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – 24.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... 2024. Seu pai saiu de lá antes, exonerado, porque tinham ACTs que, evidentemente, estavam chamando atenção de entidades picaretas, assim como o Zé Carlos Oliveira o tinha feito, aqui ele indicado por Onyx, dois Ministros do Governo Jair Bolsonaro. E os bolsonaristas dizem: "Oh, será? Isso não começou agora, não?". Ora, pelo amor de Deus! Isso é uma quadrilha que vem de longe, pelo menos esse consenso nós deveríamos ter aqui.

Na operação de hoje, Sr. Eric, Conafer era cliente do senhor?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da defesa, não comentarei sobre fatos em investigação em curso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu aposto que a Conafer tinha também coisas lá, porque a Conafer era muito ligada aí. O Carlos Lopes foi preso hoje. E a operação hoje foi Conafer e CBPA, e está preso o Carlos Lopes. O Carlos Lopes é aquele que antigamente andava em carro de Senador, que era o motorista dele. Isso era o Carlos Lopes. Agora ele está andando de camburão. Caiu, não é, o Carlos Lopes? Saiu, mandou no camburão. Antes ele andava era de motorista de Senador...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Leva para almoçar, mas não leva para prender.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Senador que dirigia carro para ele. Carlos Lopes está lá. Ligações políticas, viu, Presidente? O senhor está atrás de ligações políticas, essa aí é uma.

A CBPA, a CBPA, a CBPA é o Abraão Lincoln, também, lá do Rio Grande do Norte. Abraão Lincoln também está preso, CBPA. A CBPA também é cliente do senhor? Tem recurso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, vou manter a orientação da defesa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aposto que tem recurso da CBPA também, mas tem outras ligações aí em que nós precisamos ficar de olho também. Eu já falei aí que tem partido envolvido com a Amar Brasil. Isso ainda vai chegar, mas não vou tocar nesse assunto hoje, não, porque fica muito assunto para uma intervenção só.

No dia de hoje, eu quero me ater aí à operação da Conafer e da CBPA. E, olha, é importante dizer que esta operação de hoje e a sua vinda aqui conseguem nos esclarecer e para a população brasileira, especialmente para os aposentados, o *modus operandi* de como é que isso funcionou: uma quadrilha que vem de longe – a gente já sabe disso –, perpassou vários governos e que agora, graças à ação da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União, de um Governo que não faz blindagem e não impede a Polícia Federal de trabalhar, que é o Governo do Presidente Lula, essas coisas estão sendo desmanteladas. E, por isso, prisões estão sendo feitas, vão ser feitas outras, recursos estão sendo repostos para os cofres, e os aposentados estão recebendo o dinheiro de volta; ou seja, aquilo que foi roubado antes, Senadora Soraya Thronicke, está sendo devolvido. E esta ação é importante a gente dizer: ninguém, nenhum outro Governo devolveu recurso desse tipo, embora isso fosse já uma operação antiga.

Um Senador da República hoje, que era Ministro, em 2019, recebeu por escrito, através lá de São Paulo, do Ministério Público, uma correspondência dizendo a ele que esse problema já existia – aliás, do Procon, de São Paulo – e resolveu não agir. Isso em 2019. Nós estamos chegando, finalmente, a que isso possa ser feito.

Agora, eu queria reforçar algo. Se não fosse a Polícia Federal, nós não conseguiríamos chegar a isso. É claro, a CPMI aqui ajuda muito, o Presidente Senador Carlos Viana está de parabéns. Não tenhamos dúvida disso. Mas a investigação, quem sabe fazer é a Polícia Federal,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Ela tem os instrumentos que a gente não tem aqui. É a Polícia Federal que tem esses instrumentos, mas ela precisa estar apta a agir. Se a Polícia Federal é impedida de agir, como foi no passado... E o mesmo Senador que já foi Ministro chegou a denunciar isto: que, no Governo Bolsonaro, ele queria interromper a Polícia Federal para que ela não investigasse, até para que não chegasse aos filhos do Presidente Jair Bolsonaro – e ele falou isso com todas as letras. A Polícia Federal, naquela época, embora tenha aberto dois processos, não terminou. Não vamos nos esquecer disto: que servidores e funcionários já tinham denunciado. Portanto, agora a Polícia Federal está agindo e as coisas estão, de fato, andando.

Mas, se fosse aprovado o projeto de lei a favor das facções criminosas, porque infelizmente é nisso que se transformou o projeto do Presidente Lula de combater o crime organizado, no relatório do Deputado Derrite, que saiu de São Paulo, da Secretaria de Segurança do Governador Tarcísio, para fazer um desserviço a esta CPML... Ele deveria ter um voto, inclusive, nosso de repúdio ao que ele fez para retirar a Polícia Federal do âmbito das investigações contra o crime organizado.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para fazer qualquer coisa, a Polícia Federal teria que pedir licença para o Governador e avisá-lo, ou o próprio Governador deveria pedir à Polícia Federal para fazer a investigação. Imagina um negócio desse! Isso sai de um projeto de lei de um Deputado da extrema direita, que é Secretário de Segurança Pública em São Paulo.

Então, eu quero hoje parabenizar muito essa operação da Polícia Federal. Isso nos dá um alento e, com certeza, isso vai chegar a mais coisas. E aquilo que nós viemos fazer aqui vai prevalecendo: em primeiro lugar, devolver os recursos aos aposentados. Isso após, que é o que o Governo do Presidente Lula determinou, todas as investigações serem feitas e todos os responsáveis serem punidos. Eu acho que esse é o trabalho que nós devemos levar em frente aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

E, mais uma vez, vou dizer que, infelizmente, Sr. Eric, com o seu silêncio, a gente só tem a confirmar aquilo que nós já pressupomos: o senhor não é um menino prodígio, o senhor simplesmente se apoderou de dinheiro público.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Kim Kataguirí não se encontra.

Vou passar a palavra ao Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar. Obrigado, Eric, Clarissa, Bruno.

É de se comemorar. Hoje foram presas dez pessoas, das quais uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete pessoas estiveram aqui, Presidente Senador Viana.

E, quando eu falei que esta CPMI ajuda, é porque, de certa forma, ela constrange e força Poderes do nosso país a efetuar essas prisões, porque é constrangedor, com tanta evidência que a gente traz aqui, o Supremo Tribunal Federal e a Polícia Federal não agirem. Então, quando a gente vê o Virgílio, que sentou aqui com a Thaisa, com aquela advogada que ficou brava comigo quando eu perguntei quem é que estava pagando seus honorários... A Thaisa e o Virgílio, que reservaram um apartamento de 28 milhões no Senna Tower, em Balneário Camboriú, estão presos. A Thaisa não está presa porque ela está amamentando, ela tem um nenenzinho. E eu lembro aqui que eu, perguntando para Thaisa essa questão do pagamento dos advogados, ela falou que aqui era um ambiente hostil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E eu sendo o máximo educado com ela. Ela está presa agora.

O Cícero Marcelino, da Conafer, lembra o Cícero, que vendia terno em Presidente Prudente? Que ganhava R\$20 mil por empresa que ele abriu, e ele chegou a administrar, digamos, R\$300 milhões recebidos? Está preso.

Eric, você está correndo sério risco de ser preso, Eric. É muito evidente. Três empresas, rapidamente; recebeu o auxílio emergencial em 21.

Eu tenho um carinho enorme por Pernambuco e minha mãe é de Limoeiro. Minha avó é de Salgadinho, tenho família em Carpina. Minha mãe foi para o Rio e teve uma vida muito difícil. Ficou órfã com sete anos. Então, Pernambuco é um estado muito querido e é um estado que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraçou todo esse time aqui. Daquela foto clássica que tem nove pessoas, seis são de Pernambuco, incluindo o Ministro Wolney; Virgílio, seu pai, pernambucano, muita gente de Garanhuns, cidade do Presidente Lula.

Mas, Eric, a gente está aqui e cada vez mais que a gente cutuca e fuxica as informações, o seu pai foi o recordista de Acordos de Cooperação Técnica. Foram 14. E 1,660 bilhão o seu pai autorizou, a partir do primeiro ano do Governo Lula, 2023.

Para os representantes do PT que se encontram aqui nessa sala, olha, eu dou os parabéns, porque ter a coragem de vir aqui, criar uma narrativa fictícia para defender o indefensável, eu acho que a advocacia criminal perdeu grandes e excelentes potenciais aqui e também dramaturgistas, porque a dramaturgia brasileira também perde com a ausência desses Deputados.

Nós tivemos aqui, revelado pela Eliane Viegas... E quando o Deputado do PT fala aqui que não tem blindagem, é claro que tem. A Eliane Viegas foi a nossa segunda depoente, da Controladoria-Geral da União. Ela falou que no dia 9 de agosto esteve com o Stefanutto, preso hoje, Alessandro Stefanutto, e avisou de tudo o que estava acontecendo, primeiro em julho e depois no dia nove de agosto. Stefanutto veio aqui, disse que era petista de carteirinha, esquerda de carteirinha, que tinha lado, sim, filiado ao PDT, indicado pelo Carlos Lupi, Ministro nos governos petistas anteriores, faz parte do grupo.

Eric, o PT está rifando o Virgílio e o André Fidelis para salvar, principalmente, a pele deles, que têm uma ligação forte com a Contag, um esquema muito mais profissional do que o de vocês, porque a Contag filiou os seus filiados voluntariamente, voluntariamente no sentido figurativo, porque, igual à confederação de pesca, eles atrelavam o recebimento dessas aposentadorias mediante o desconto voluntário de R\$50, R\$60, R\$40.

Mas o que chama a atenção hoje: notícia do coordenador. O coordenador do PT recebeu R\$2 milhões de empresas da farra do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio na sala, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ricardo Bimbo recebeu R\$2,5 milhões, no mesmo período pagou R\$10 mil ao contador investigado por lavar dinheiro. Quem é Ricardo Bimbo? Ricardo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bimbo é um petista desde 89. Bimbo integrou o grupo de trabalho da campanha de Lula em 98 e ocupou cargos na estrutura do partido na gestão Marta Suplicy, na Prefeitura de São Paulo. Atuou com Rui Falcão, então secretário de Governo. Seu nome foi citado em investigação no Ministério Público paulista sobre suposto favorecimento a instituições ligadas militantes do PT, como o instituto Florestan Fernandes.

E quem é João Muniz Leite? Contador, já fez inclusive Imposto de Renda do Presidente Lula. Recebeu R\$10 mil, aqui, pagos através de um boleto do Ricardo Bimbo. Então responsável pelas contas de Fábio Luís Lula da Silva, o Sr. João Muniz Leite, que ganhou 250 vezes na loteria. Olha, é essa turma que compõe a turma do PT desde 1998. Uma coisa eu admiro: eles são fiéis, hein? Eles são um grupo forte

Parabenizo a Polícia Federal também por ter visitado a casa da nora do Presidente do Brasil que está sendo acusada de corrupção e organização criminosa. Então, parabéns à Polícia Federal! São 70 milhões do Ministério da Educação sob investigação.

Eric... Sr. Eric, vou fazer duas perguntas para o senhor.

Pelo relatório da Polícia Federal, há transações de R\$2,6 milhões da ADS Soluções e Marketing entre agosto de 23 e fevereiro de 24. A empresa foi aberta em fevereiro de 23, segundo mês do Governo Lula, primeiro ano do Governo Lula, e foi dado baixa em junho de 25, após a Operação Sem Desconto. Quais serviços foram prestados pelo seu escritório de advocacia para a empresa ADS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Excelência, por orientação da minha defesa, não vou comentar ações da investigação em curso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Reportagem de quarta-feira agora, de ontem, do portal Metrópoles mostrou que:

O [...] Coaf identificou movimentações suspeitas entre o coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia e Informação do PT, Ricardo Bimbo, e a ADS [...] [O Ricardo Bimbo é aquele senhor que é afiliado ao PT desde 1989, que fez parte da campanha do Governo Lula, que trabalhou com Marta Suplicy em São Paulo] Soluções e Marketing [...].





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ADS transferiu R\$120 mil para a conta pessoal de Bimbo e outros [...] [R\$8 milhões] para a Datacore [que foi revelada lá pelo Relator Alfredo Gaspar, citando que, se a gente conseguir ali desvendar, a gente vai estremecer a República], empresa de tecnologia da qual ele é sócio. [...].

Segundo Relatórios de Inteligência Financeira enviados à CPMI do INSS [...] entre agosto de 2023 e julho de 2024, a ADS realizou 22 transferências à Datacore que somaram [...] [R\$8 milhões] – R\$ 2,5 milhões foram transferidos após Bimbo ter ingressado na sociedade.

O senhor conhece o Ricardo Bimbo, do PT?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não conheço, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O seu pai conhece o Ricardo Bimbo?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não sei informar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Seu escritório já prestou ou intermediou qualquer negócio com o Ricardo Bimbo, do PT?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não conheço Ricardo Bimbo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eric, você tem disposição para prestar um depoimento secreto, para denunciar algo que seja relevante para a gente desvendar o maior roubo aos aposentados do Brasil?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu sigo com a orientação da minha defesa e não apresentarei...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu vou fazer uma pergunta, então, para o senhor para finalizar.

Eu perguntei aqui para o Alessandro Stefanutto – ele esteve na minha frente e ele está preso hoje, né? –, Presidente do INSS do Governo Lula. Eu vou repetir: o Presidente que foi preso do INSS...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alô, revista *Metrópoles*, jornal *Metrópoles*. Eu vi duas manchetes hoje, né? Uma manchete diz o seguinte... Deixa eu só abrir o meu celular aqui. Manchete do *Metrópoles*: "INSS: ex-ministro de Bolsonaro é alvo da PF e usará tornozeleira". E a outra: "ex-Presidente do INSS é preso pela PF". E não tem "ex-Presidente do INSS do Governo Lula". É muito importante ter essa referência aqui.

Mas eu fiz uma pergunta para ele, Eric. Eu perguntei se ele se sentia culpado de algo ou se ele havia errado em algum momento.

Quando a gente vê uma transferência do seu escritório de advocacia para você mesmo, num valor alto de 6 milhões, transferências das suas empresas para você, para a sua esposa...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... é algo que leva a gente a imaginar que está sendo lavado dinheiro. E isso tem acontecido muitas vezes com os escritórios de advocacia.

Eu vou lhe fazer uma pergunta: você se sente culpado de alguma coisa? Você errou em algum momento?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, continuo seguindo a orientação da defesa: não vou comentar a investigação em curso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Eric, eu vou falar o que eu estou sentindo aqui olhando para você. Eu vejo uma pessoa, me parece, muito arrependido, com medo, inseguro e ciente de tudo que foi feito. Então, mesmo você sendo um jovem advogado, isso tudo aqui está muito claro. E eu sinto muito dizer para você o que pode acontecer e é muito provável que aconteça: daqui a poucos dias ou poucos meses a gente vai desvendar coisas muito piores, mas você vai ter que responder pelos seus atos.

Obrigado, Eric. Obrigado, advogada Clarissa e Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Paulo Pimenta com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão, Sr. Eric Douglas Martins Fidelis... Presidente, eu fico impressionado com a capacidade de retórica e com a tentativa... A impressão que eu tenho às vezes é que alguns Parlamentares, como inclusive o Parlamentar que me antecedeu, que as pessoas que acompanham a CPI, elas não conhecem a história do Brasil, elas não sabem o que aconteceu no Brasil, elas não sabem quem é quem, inclusive aqui nesta CPI.

Qualquer pessoa que está acompanhando a CPI, qualquer pessoa que conhece minimamente esse assunto sabe – isso não é narrativa, isso são documentos, são provas – que tudo isso começa a acontecer quando, Presidente? Quando a Presidente Dilma foi afastada. Até a Presidente Dilma ser afastada, nada do que aconteceu seria possível.

O Líder da Oposição gosta de falar que eu fui o primeiro a trazer esse fato aqui. É real. Está lá o parecer do Stefanutto, em setembro de 2016, dizendo o quê? Que não havia necessidade de ser entidade sindical para poder firmar ACTs com o INSS. Mudaram ali, abriram a porteira para que o escândalo pudesse começar.

E um dos primeiros episódios, Sr. Presidente, é curioso isso, é o episódio da Conafer. A Conafer, hoje foi preso o Presidente da Conafer – arma, cofre com dinheiro –, que tem muitas relações, inclusive aqui no gabinete, entre outras pessoas... O chofer do Presidente da Conafer é integrante aqui da nossa Comissão, né?.

Em 31 de agosto de 2020, é assinado o acordo com a Conafer – 31 de agosto de 2020. Na realidade, o que foi feito aqui, Sr. Presidente? Aqui foi quando foi suspenso o ACT da Conafer, em 2020. Ele havia sido concedido lá na pandemia, e perceberam que tinha alguma coisa errada. Estavam descontando de BPC, estavam descontando de pensionista, estavam descontando de... Suspenderam o ACT da Conafer.

O servidor de carreira anotou. E o que fez na época o Leonardo Rolim, Presidente do INSS, que nós temos que trazer aqui, temos que quebrar o sigilo dele. Tem muita coisa envolvendo o Rolim. Ele tira da Dirben a competência de firmar ACT e passa para a Dirat. Ele tira dos servidores. Eles afastam os servidores que tiraram o direito, a oportunidade que a Conafer tinha de roubar os aposentados, as aposentadas, naquela oportunidade, as pensionistas. E aí, Sr. Presidente, a Conafer entra de novo com o pedido; o Roosevelt reitera, não dá, não concede. Aí o Rolim acolhe





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o recurso e estabelece um grupo de trabalho para monitorar a Conafer. Quem é que estava nesse grupo? André Fidelis, 16/11/2020. Então, veja bem, Sr. Presidente, o André Fidelis já está aqui, ó, para viabilizar a Conafer lá no início, em 2020.

E veja que curioso, Sr. Presidente: no período em que o Fidelis, durante o Governo Bolsonaro, estava lá de Superintendente do Norte e Centro-Oeste, ele era convocado pelo INSS como analista. Ele era analista sênior da equipe do José Carlos Oliveira. E qual era a tarefa principal do Fidelis, Sr. Presidente? Era analisar os casos mais complicados. Então, se nós formos ver todos esses casos mais complicados, inclusive aqueles que nós aqui demonstramos com o Ministro Onyx, o analista era o Fidelis, que era uma pessoa de confiança de quem? Do José Carlos Oliveira. Todo esse time, Sr. Presidente – Virgílio, Fidelis, José Carlos Oliveira... Isso é um time. Esse é o time que comandou o esquema dentro do INSS.

E eu acho, sinceramente, Presidente, estranho hoje o José Carlos Oliveira não ter sido preso. Por que o Ministro André Mendonça, Presidente, não acatou o pedido da Polícia Federal de prender o José Carlos Oliveira? Se é o único de todos esses nomes, o único que era o Ministro, que passou em todos os cargos. No mínimo, Sr. Presidente... Será que tem algum tipo de blindagem aí? Por que os outros pedidos da Polícia Federal foram acolhidos e o José Carlos Oliveira não foi preso, foi colocada só tornozeleira eletrônica? Todos nós aqui sabemos que o José Carlos Oliveira era o chefe deles, Ministro do Bolsonaro, Presidente do INSS, era o chefe do Fidelis, era o chefe do Virgílio. Foi ele que trouxe os "*golden boys*" para dentro do INSS. Foi ele que salvou a Conafer. A digital do José Carlos Oliveira é a digital do Governo Bolsonaro em todo esse esquema. Por que razão, hoje, foi dada só tornozeleira eletrônica e não botaram ele na cadeia, que é o que nós queremos que aconteça com ele, Sr. Presidente?

Portanto, nós temos aqui o agradecimento da Conafer para o Rolim, o agradecimento a todos eles, a liberação do ACT.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que nós estamos avançando a passos largos para pegar não só os servidores, porque os servidores nós já sabemos quem são. Nós já sabemos que o José Carlos Oliveira é o chefe do esquema; nós já sabemos que o Fidelis, o Virgílio, o Stefanutto e outros nomes do INSS também estavam envolvidos, isso nós já sabemos; nós já sabemos que as entidades que receberam o ACT fantasma o receberam dentro do Governo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro. A CPI... Foi a CPI que mostrou para o Brasil que, se não fosse o decreto assinado pelo Paulo Guedes, pelo Onyx e pelo Bolsonaro, as entidades fantasmas jamais teriam tido a oportunidade de roubar os aposentados, aposentadas, pensionistas do Brasil. Agora, nós precisamos saber quem é que está por trás dessa organização, Presidente. Ou alguém vai acreditar que essa turma iria roubar bilhões de reais do Brasil sem ter um respaldo dentro do Governo Bolsonaro para que ocupassem as posições de comando que ocuparam?

Então, Presidente, na minha opinião, hoje é um dia importante, porque ele consolida aquilo que a gente tem dito. Essa turma de bandidos tomou de assalto a estrutura do Ministério da Previdência, do INSS, e foi graças a essas mudanças que foram feitas nas legislações e nas normas do INSS que eles fizeram o que fizeram.

E o que ficou claro hoje, mais uma vez? Aquilo que eu já disse muitas vezes aqui nesta CPI, Sr. Presidente. A Polícia Federal, quando tem independência para trabalhar, como ela tem no Governo do Presidente Lula, ela não é tutelada para proteger...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... parente de bandido, como ela era no Governo Bolsonaro, a Polícia Federal e a AGU podem agir. E está aí mais uma operação da Polícia Federal.

E nós vamos buscar todos esses criminosos, Sr. Presidente, um por um. E vamos garantir que cada centavo que essa gente roubou dos aposentados e aposentadas seja devolvido. Essa é a determinação do Presidente Lula, e nós vamos fazer cumprir essa determinação. Mas não vamos aceitar que esta indignação seja uma indignação seletiva.

Não há nenhuma dúvida de que o Sr. José Carlos Oliveira deveria ter sido... Não há nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que o Sr. José Carlos Oliveira hoje deveria ter sido preso, porque ele é o chefe. Como diz o senhor, talvez seja uma estratégia deixar ele solto, porque, ficando solto, ele continua fazendo relação com os demais integrantes da organização ou – quem sabe? – até o José Carlos Oliveira resolve fazer uma delação e nos entregar de fato quem é que trouxe ele para cá de São Paulo, quem é que o botou na Dirben, quem é que o botou como Presidente do INSS, quem é que o botou como Ministro da Previdência. Com certeza, na hora em que o José Carlos Oliveira resolver falar, ele deve ter muito para dizer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. V. Exa. é muito observador.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 15 horas e 16 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciada a sessão.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está no vermelho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir à Secretaria para abrir o...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Oi... Oi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., estamos ouvindo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, nosso convidado, senhores advogados, eu vou falar rapidamente a respeito do nosso depoente, porque ele já colocou aí claramente que as perguntas que seriam mais importantes para nós ficarão sem resposta em função do *habeas corpus* e do seu direito de não produzir prova contra si mesmo.

Eu não vou fazer juízo de valor, acho que é evidente, pelo que existe hoje nos autos do processo a que nós tivemos acesso, pelas quebras que nós temos, que há fortes indícios de lavagem de dinheiro, mas a presunção de inocência existe; vamos aguardar o final do processo. Prisões já aconteceram, e aconteceram hoje também.

Mas eu acho que é importante a gente sempre ter essa oportunidade de mostrar à população brasileira – e esta CPMI tem feito esse trabalho com maestria – as entranhas, o intestino, as vísceras do sistema previdenciário brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos que louvar aqui, eu diria, a disciplina férrea do Partido dos Trabalhadores, que, há quase 20 anos, assalta o Brasil e o faz de uma forma absolutamente contumaz, acreditando que isso pode ser feito em nome de um projeto de perpetuação no poder.

A primeira afirmação que é feita aqui é que as fraudes começaram no Governo Bolsonaro. Depois, eles começaram a refazer a estratégia... Está em 2016. Eu queria que a população entendesse que R\$1 trilhão de benefício, de BPC, de previdência, de pensão, de seguro-defeso, de auxílio-doença fazem com que isso já aconteça no INSS desde 1947. Está aqui o registro. Estão um pouco atrasados, mas vamos para uma história mais recente.

Em 1991, o problema lá com a Jorgina; 2009, 2010... Vejam aqui: "Idosa descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos após escândalo de fraudes". Isso eu estou dizendo desde o início, Presidente. Faz 30 anos que isto existe: desconto associativo. E a avó, a mãe, a matriz inicial é a Contag, que tinha uma função cartorária e recebia os recursos de forma indevida, enganando o trabalhador na hora da sua aposentadoria.

"Número de servidores demitidos por fraudes no INSS...", 2006. Quem era o Presidente de 2006?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois é. "... já supera o de 2006." Está aqui, demissão por fraudes.

"Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões." Sabe de quando é essa reportagem, Presidente? De 2010. Quem era o Presidente na época?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – "PF desarticula organização criminosa ligada ao Ministério da Pesca", 2015. Quem era a Presidente na época? Dilma.

"PF conclui inquérito que investiga Gleisi e Paulo Bernardo e envia relatório ao STF", desconto consignado, Sr. Presidente. Isso aqui é 2010.

"INSS fará pente-fino em convênios por suspeita de fraude."





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, primeiro, essa memória seletiva e absolutamente desfocada da realidade!

Depois nós vemos aí que esta CPMI está fazendo um grande trabalho, mas o PT não assinou a CPMI, Presidente. Isso precisa ser dito aqui. Foi contra, trabalhou contra! O PT não assinou o documento de urgência... Na semana passada – o senhor é testemunha –, eu convidei aqui o Líder da Oposição... Do Governo, desculpe – oposição em 2027, a partir de 2027 a oposição. Eu disse a eles: "Vamos assinar aqui a urgência para acabarmos de uma vez com todo o desconto associativo". Nenhum Parlamentar do PT assinou – nenhum! Passou ontem por unanimidade. Blindaram convocações e quebras de sigilo aqui. E são várias.

Aí eles vêm dizendo o seguinte: "Olhem, vamos nos livrar daqueles que foram identificados como fraudadores". Vamos para a história.

Alessandro Stefanutto: Chefe de Assuntos Estratégicos do INSS, em 2004 e 2006, Governo Lula 1 e 2; Coordenador e Procurador do INSS, 2006 e 2008, Lula 2; Procurador-Geral do INSS, 2011 a 2017, Dilma 1 e Temer; Presidente do INSS, de 2023 a 2025, Lula 3. Dá para dissociar esse cidadão aqui de Lula?!

Virgílio Oliveira – eles estão se livrando de Virgílio Oliveira, porque o Alessandro foi defendido por eles, mas o Virgílio, que chegou aqui e disse "a Presidenta Dilma", se apresentou com todas as credenciais –: Assessor da Casa Civil do Presidente, em 2008, Lula 2; Coordenador-Geral do Ministério da Previdência Social, 2011, Dilma 1; Conjur no Ministério da Previdência Social, 2013 e 2014, Dilma 1; Procurador-Chefe do INSS no Governo de Bolsonaro e depois no Governo do Presidente Lula. Dá para dissociar esse cidadão, que é funcionário de carreira, do Governo, como eles querem se livrar?!

Aí vem o pai de V. Sa., de quem eles querem se livrar, que querem jogar aos leões: Gerência do INSS, Região Norte e Nordeste, de 2009 a 2012, Lula 2 e Dilma 1; Chefe de Gabinete do Ministério da Previdência Social, de 2003 a 2014, Dilma 1; e Diretor da Dirben, de 2023 a 2024, Lula 3.

E aqui é uma situação que tem que ser colocada. Em 2014, todos estiveram juntos, todos: o Virgílio, o André Fidelis e o Alessandro Stefanutto, quando o Ministro da Previdência era o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Garibaldi, mas o Secretário Especial, quem mandava, era o Gabas, o Carlos Gabas que mandava na Previdência na época.

Então, o ovo da serpente, como eles gostam de falar, foi gestado e faz tempo, porque quem passou 18 anos governando o país não fomos nós; foi o PT. E essas fraudes e escândalos contra a Previdência existiram nesses Governos. Nós começamos combatendo a fraude com a MP 873. Nós não temos um bandido de estimação, Sr. Presidente. Nós temos que louvar aqui o trabalho desta Comissão.

Se o Sr. Oliveira tem indícios que demonstram que ele está envolvido na fraude, que ele seja preso, condenado, que ele tenha a condição de fazer a sua ampla defesa e, se ao final ficar comprovado, que ele, junto com aqueles que roubaram os aposentados, sofra por isso. Nós não estamos aqui passando a mão na cabeça de ninguém. Não somos nós que estamos blindando esta Comissão.

Eu queria que colocasse a primeira carta aqui, a primeira tela aqui.

Eles começaram dizendo que o ovo da serpente era 2016. O que eles se esqueceram de dizer é que, em 2016, o pedido foi da Conafer, mas quem assinou foi o Sr. Stefanutto, esse que permitiu que as associações sem carta sindical comesçassem a receber recursos. E o Sr. Stefanutto eu já mostrei quem é, é aquele que veio aqui defender a esquerda e que disse que tinha lado.

Aí mudaram, quando souberam que era o Sr. Stefanutto, para um segundo problema, que é o Decreto 10.537. Qual é a alegação? Ele disse que esse decreto ampliou o número de filiados, porque ampliou a base, Presidente, as pensionistas puderam ingressar.

Bom, primeiro, em 2020, ou seja, dois meses após a edição do Decreto 10.537, há um parecer técnico a pedido da Sintapi-CUT – para quem não sabe, a CUT é a Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT, porque tem que deixar claro, é o Partido dos Trabalhadores – que pede justamente para que haja a inclusão de pensionistas, o que eles colocam aqui como o problema. E o Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira, esse mesmo que veio anteriormente, que foi afastado pela Justiça, no Governo do Lula, se refere a um expediente de 2018 e se refere ao decreto para dizer que isso já existia dentro do sistema previdenciário, é apenas uma filigrana.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, em 2018, você sabe quem solicitou incluir pensionistas na base? O Sindnapi, do irmão do Lula.

Passe aí para a próxima.

E está aí, para provar que o que eles estão dizendo é uma bobagem. Estão aí o extrato da Contag e o extrato da ABSP, onde já se cobrava contribuição de pensionistas, antes da emissão do decreto que ele disse que é o tal do ovo da serpente.

Passe para o próximo.

Mais uma falácia, mais uma narrativa que cai por terra.

E, por fim, isso aqui, para nós, eu acho que é importante para mostrar o seguinte: fraude e corrupção sempre existiram – sempre existiram. Agora tem governos que combatem e tem governos que convivem. Nós combatemos a fraude. Se houve funcionários que deram azo para flexibilizar situações que permitiram a fraude, que sejam encontrados e punidos. Repito, nós não temos bandido de estimação, que eles paguem por isso.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agora, estão aí todas as associações que tiveram ACTs assinados por André Fidelis.

Eu queria mostrar aos senhores que, em 2019, R\$73 milhões foram auferidos por essas instituições, a 2022. No período do PT, de 2023 a 2025, 3,119 bilhões, Sr. Presidente – olhe a diferença. E o Sr. Eric, que está aqui presente, recebeu 7,4 milhões dessas associações em 2023 e 2024. Quem era o Presidente em 23 e 24? O Lula.

Então, aqui, para nós, o importante é encontrarmos quem fraudou a previdência. O importante é encontrarmos quem prejudicou os aposentados e evitar que isso se repita no futuro, Sr. Presidente, evitar que isso seja um crime perpetrado de forma contínua – 30 segundos para encerrar – e, identificando essas pessoas, saber quem as apadrinhou, porque o apadrinhamento, Sr. Presidente, pode ter sido genuíno – "vou botar alguém aqui porque tem um critério técnico" –, mas a quebra do sigilo das empresas, daquelas que o PT, inclusive, está sobrestando – espero





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na próxima edição, ele permita essa quebra –, vai identificar para onde foi o dinheiro, quem foi beneficiado.

E, se a classe política brasileira tem algum envolvimento nesse processo, é um dever imperativo desta Comissão não acobertar e permitir que nós cheguemos até as últimas instâncias, porque, Presidente, de uma forma muito sincera, eu estou acreditando muito no nosso trabalho, que já está dando excelentes frutos. Agora, nós não podemos terminar aqui trabalhando apenas com operador, ou com quem foi o gestor, ou quem deu causa. Eu quero saber quem é o beneficiário final desse processo. E aí o Governo tem que parar de blindar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Marinho.

Foi bom, V. Exa., ter lembrado... Quero colocar para todos os milhares de brasileiros e brasileiras que nos assistem que ontem o Senado deu sequência a um trabalho que a Câmara dos Deputados já havia feito e proibiu todo e qualquer tipo de descontos de sindicatos, associações e entidades automaticamente nas aposentadorias e pensões. Isso é um avanço muito grande aos brasileiros que foram roubados e que continuam, inclusive, tendo os descontos feitos, o que, a partir de agora, está proibido. Inclusive, os empréstimos consignados também passarão a ter uma sequência muito mais séria, responsável, para serem liberados. Estamos conseguindo...

O fato de termos colocado ontem em medida extraordinária, extrapauta, extraordinariamente, em regime de urgência e ter sido votado em Plenário foi uma vitória também desta CPMI e dos senhores que estão trabalhando firmemente.

Eu passo a palavra...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Rapidamente, em relação ao tema que V. Exa. abordou, em relação aos empréstimos consignados, nós mudamos a questão da antecipação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Porque hoje existe um limite de endividamento de 30%, se eu não estou enganado, do valor total.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De 30%.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E, com essa antecipação, se faziam até 100%, porque se antecipavam os benefícios futuros, 110%, 120%, o que fazia com que, em alguns casos, os beneficiários chegassem no final do ano com zero real no seu contracheque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inclusive, não só essa questão do endividamento, mas, quando a pessoa já não tinha mais crédito... Isto eu já vou até adiantando aqui: eu tenho observado nos contratos que tenho lido que os aposentados eram instados, sem saber, a fazer créditos direto, a juros de 18,5% ao mês. E muita gente... Os bancos ganharam muito dinheiro com isso. Agora, eles vão ter que dar explicações aqui.

Vamos, muito em breve, começar a votar os requerimentos, para a gente já deixar pronto, para, no ano que vem, não se ter essa discussão. A gente vai fazer isso agora.

E começaram a devolver. O Banco BMG, por exemplo, do Sr. Ricardo Guimarães, fez uma conta para devolver 7 milhões, que não é nada – nada. Milhões. Não é nada. Isso é algo irrisório diante do que eles roubaram.

Tomei o vosso tempo, Deputada Bia Kicis.

Com a palavra, por favor, dez minutos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente, seu Relator.

Cumprimento o Eric Douglas e seus advogados, Sra. Clarissa, Sr. Bruno, Dr. Bruno, Dra. Clarissa.

Presidente, primeiramente, eu quero dizer que eu estou muito feliz com o que aconteceu hoje. Não que a gente fique feliz com a prisão em si, mas é porque isso é fruto, é resultado do nosso trabalho, porque, agora, essas prisões preventivas vão impedir destruição de provas, vão impedir que investigados atrapalhem o nosso trabalho aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Polícia Federal, o Ministro André Mendonça, que é o Relator do processo, do inquérito, vão poder, com mais segurança, apurar a verdade. E a nossa função aqui é essa.

Então, em razão disso, eu quero me dirigir ao Sr. Eric e perguntar.

Aqui, eu percebi que o senhor fez um gesto afirmativo quando foi questionado pelo Relator se tinha negócios com o Careca do INSS. Depois, o senhor se calou, mas, primeiramente, o senhor fez um gesto afirmativo. E, depois, foi demonstrada a relação no painel.

Eu pergunto novamente: o senhor tem relação profissional com o Antônio Carlos Camilo Antunes?

Em caso afirmativo, qual o tipo de relação profissional?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Excelência, conforme instrução da defesa, me mantenho silente em relação aos fatos sob investigação.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – De qualquer forma, eu preciso perguntar: o senhor tem relação profissional com a Sra. Cecília Rodrigues Mota, via a AAPB?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu mantenho a resposta, Exa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Com a Innovar Assessoria?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a resposta, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ADS Soluções?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a orientação da minha defesa.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O.k.

Bom, saiu uma matéria dizendo o seguinte: André Fidelis, Virgílio, Stefanutto, em 2014. E fala de também de "costelão" e reunião sobre *cannabis*; Careca do INSS teve encontros com o Senador Weverton Rocha. E diz o seguinte: além de Careca do INSS, Weverton teve contato com o ex-Diretor de Benefícios do INSS André Fidelis, seu pai, outra figura que a PF aponta como um dos principais personagens do suposto esquema. À época, o servidor buscava ajuda no Congresso para ser nomeado na cúpula do Instituto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o Senador Weverton disse: "Fiz o apoio ao André Fidelis por ser um funcionário de carreira, que chegou a mim com um ótimo currículo dentro da previdência".

Então, diante disso, eu pergunto, há quanto tempo o senhor conhece Carlos Gabas?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, não me recordo de conhecer Carlos Gabas.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Virgílio de Oliveira Filho?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, conforme orientação da defesa, não comentarei a respeito de fatos sobre investigação.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Alessandro Stefanutto?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho a resposta, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – O senhor conhece Benedito Adalberto Brunca?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não se recorda.

A gente percebe um padrão, que, quando o senhor não conhece, o senhor afirma "não conheço", "não me recordo". Mas, quando o senhor conhece, o senhor diz "não vou falar". Então, a gente, de qualquer forma, consegue identificar qual é a sua resposta.

O senhor sabe há quanto tempo o seu pai conhecia esses personagens, já que ele era superintendente do INSS naquela ocasião, em 2014? O senhor sabe dizer há quanto tempo o seu pai conhecia essas pessoas?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, não posso responder por terceiros, não tenho conhecimento sobre esse fato.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não tem conhecimento. Tá.

Bom, eu queria dizer o seguinte: nós estamos vendo aqui o senhor tendo um padrão aqui de não querer falar, de optar pelo silêncio, até mesmo a gente tem percebido em situações, que é claro que isso é uma função da sua advocada, mas que a gente entende que seriam situações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não seriam incriminadoras, como alguns dados que são perguntados, datas, mas, enfim, é sua opção, e a gente sabe que esse tipo de silêncio, muitas vezes, poderá vir a ter implicações.

Mas eu quero dizer o seguinte: a gente fica aqui ouvindo uma narrativa que não tem como se sustentar, e o senhor faz parte desse esquema, a sua empresa recebeu aí, o senhor recebeu em torno de R\$8 milhões como advogado, alguém que presta serviço jurídico. E aqui a gente percebe um padrão, por exemplo: teve uma outra advogada aqui, do Sindnapi, a Sra. Tonia Galleti, que recebeu, ela e sua família, R\$20 milhões pelos serviços prestados, serviços de advocacia.

Então, assim, realmente é uma coisa... Eu sou advogada também, a gente sabe que não é fácil receber honorários nessa monta e a gente percebe que isso realmente é uma questão de lavagem de dinheiro, vai ficando tudo muito claro, eu acho, tanto para nós, que fazemos parte dessa CPMI, como para aquelas pessoas que estão assistindo, vai cravando essa convicção no coração, nas mentes do povo brasileiro.

E é por isso que é tão importante a gente continuar ouvindo as pessoas, Presidente. Mesmo que elas se cale, a história vai sendo revelada. Não é o silêncio gritante dessas pessoas que vai fazer com que a verdade seja escondida.

E eu quero dizer também que essa narrativa ridícula de que "Ah, o Governo Bolsonaro, foi lá que tudo começou", o Senador Rogerio Marinho sempre consegue mostrar com dados e com precisão o absurdo dessa narrativa. A gente quer lembrar aqui que Bolsonaro sancionou leis de combate a fraudes no INSS, o PT sempre lutou para manter esses descontos lá atrás, fez de tudo para derrubar na medida provisória e, de fato, conseguiu derrubar medidas que impediriam esse tipo de fraude, e nenhum Deputado do PT, a não ser um Senador, que é o Contarato, nenhum deles assinou a CPMI, e continuam aqui cada vez mais blindando pessoas que deveriam, mereciam ser investigadas, vir aqui depor, ter os seus sigilos quebrados. Nós não estamos nem um pouco preocupados em blindar ninguém.

Hoje nós sabemos que tem uma lista de pessoas presas, entre elas o seu pai. Temos aqui Vinícius Ramos da Cruz, Presidente do ITT, que é o Instituto Terra; Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Neto; Thaisa Hoffmann, que veio aqui e se comportou de forma arrogante; Alessandro Antônio Stefanutto, preso, Presidente do INSS; Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer, que, segundo eu fui informada, não foi encontrado ainda – não sei se já foi ou não –;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

André Paulo Félix Fidelis, seu pai; Tiago Abraão Ferreira Lopes, irmão daquele que está desaparecido; Antônio Carlos Camilo, que já estava preso e vai ter o cumprimento no presídio; Samuel Crisostomo; Cícero Marcelino de Souza; e a gente tem aqui o Sr. José Carlos Oliveira, de tornozeleira. Nós queremos que todos eles, todos, não importa em que época que ocuparam que cargo, sejam investigados e, havendo Parlamentares, que sejam investigados também, porque nós estamos aqui para fazer um serviço que é um serviço que nós devemos à população brasileira. Essa é a nossa função, como Parlamentares, como representantes do povo.

E, por último, Sr. Presidente, eu quero me solidarizar aqui com os advogados dos presos do 8 de janeiro, porque, sinceramente, eu vi aqui uma Senadora que sempre sai na defesa dos advogados atacar advogados ontem, por ocasião da sabatina. Eu não entendi por que ela fez isso. Achei que foi uma coisa completamente fora da sua conduta normalmente para ajudar e defender a advocacia e os advogados. Eu quero me solidarizar, porque conheço vários desses advogados, são pessoas de bem, pessoas... Muitas atendem até... Fazem um serviço gratuito, gracioso, porque sabem que as pessoas que estão lá têm necessidade, muitos não têm como arcar...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... com a defesa jurídica e são perseguidos políticos.

Agora, parece que a Senadora queria que eles levassem os seus clientes a querer botar a culpa no Presidente Jair Messias Bolsonaro. E o fato de eles não falarem isso, porque não seria verdade, então, fez com que gerasse esse inconformismo. Eu sinto muito ver uma Senadora que sempre defendeu os advogados fazer um ataque tão despropositado aos valorosos advogados que têm se colocado a favor daqueles mais perseguidos e daquelas pessoas hoje mais vulneráveis.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Senadoras, Senadores, Deputados, Srs. Parlamentares, eu inicio aqui minhas palavras hoje com um elogio especial ao Presidente desta CPMI. A sua liderança, Senador...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – ... firme e equilibrada vem guiando os trabalhos com absoluto compromisso institucional e respeito à legalidade, demonstrando o espírito público de que o Brasil todo precisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – E o Brasil inteiro está ligado nesta CPI.

Da mesma forma, eu registro aqui o meu reconhecimento ao Relator, que, com sua competência técnica inquestionável, dedicação incansável e, sobretudo, coragem cívica, tem colocado, sobre as sombras, os fantasmas que assombram e que devastaram esse Instituto Nacional do Seguro Social de forma ainda mais nefasta a partir de 23. Então, muito obrigada pelo trabalho incansável de V. Exas.

E aquilo que estava destinado a ser um escândalo abafado encontrou, nesta CPMI, a força e a coragem necessárias para trazer à tona o rombo aos aposentados do Brasil. E hoje nós vimos aí um dia em que esta CPMI mostra que está valendo a pena esse esforço de todos que estão aqui, o sacrifício de horas a fio sentada aqui, com oitivas em que, na maioria das vezes, não temos respostas que deveríamos ter, porque as pessoas vêm para cá com HC – tudo bem, isso faz parte. Mas faz valer a pena hoje o que nós estamos vendo.

Pessoas de que nós, lá atrás, já tínhamos pedido a prisão, que já tínhamos pedido para que fossem investigados, hoje a gente já vê algum resultado. Resultado não para nós, mas para a sociedade brasileira, que espera desta CPMI resultados concretos. Então, hoje é um dia que, para nós, faz valer a pena todo o sacrifício.

E aqui também, essa... Mostrar, continuar mostrando... E a gente tem visto que é tudo muito parecido. Aliás, as nossas sessões aqui, às vezes, são muito parecidas. Gente querendo jogar o Governo do Presidente Bolsonaro... Ah, foi lá. Não, a gente tem visto ao contrário, que já existia um núcleo, uma semente do mal lá atrás. Essas pessoas estavam incrustadas dentro do INSS, infelizmente, pessoas que trabalharam no Governo anterior e que continuaram na transição, continuaram, e depois muitos continuaram neste Governo. E a forma de fazer continuou, só que houve uma escalada, estão os números aí para mostrar, uma escalada! Acho que perderam aí um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco do medo. Então, aquilo que era mais tímido, escalou para volumes impressionantes aí de recursos que passaram aí por essas associações todas.

Então, por isso, é preciso essa apuração rigorosa para garantir que os responsáveis por lesar os aposentados, aqueles que representam a base da nossa sociedade e com o sustento de suas famílias, sejam punidos...

(Soa a campainha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – ... com todo o rigor da lei e com a exemplaridade que o caso requer.

Esta CPMI está fazendo mais do que investigar, está restaurando a esperança de milhares de brasileiros que confiaram no sistema previdenciário e que viram esse sistema ser estraçalhado por esquemas escusos e criminosos, que é o que a gente tem visto aqui toda segunda e quinta-feira, e tudo se repete em graus maiores ou menores, é tudo muito parecido, tudo se repete. Mas a verdade é a seguinte: é uma fraude em cima... uma enorme fraude no país em cima dos aposentados. Por isso, reafirmo aqui o meu total apoio a esta Comissão, que mostra essa trajetória necessária para resgatar a integridade do INSS e fortalecer os mecanismos de controle que impedem que essa história volte a se repetir.

E aí, ontem, nós tivemos uma outra vitória, que foi o Plenário do Senado aprovar que os descontos não possam ser mais feitos na folha. Agora, quem quiser pagar, que tenha que fazer o boleto e dizer que quer mesmo ser descontado. Então, isso foi uma vitória. E, pasmem, para a nossa surpresa, de todas as assinaturas que tiveram, foram muitas, eu não me lembro aqui, cinquenta e poucas, mas nenhuma do Governo atual, de quem faz parte deste Governo! E, hoje de manhã, a gente acorda com essa notícia de que toda a diretoria foi presa, então... deste Governo. Então, é uma coisa mostrando que aqui, o que nós estamos fazendo, os resultados começam a aparecer.

Deixo agora aqui meus questionamentos para o Sr. Eric Fidelis. Infelizmente, mais um jovem que vem aqui, metido aí nessa fraude monumental. Eu sei que ele não vai responder, mas eu vou deixar algumas perguntas aqui para o Sr. Eric.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os relatórios financeiros que nós vimos indicam que o senhor movimentou 10,4 milhões em transações financeiras entre 23 e 24, o que é bastante singular para um advogado jovem, começando sua carreira.

Quais os principais contratos ou consultorias e quais as principais especialidades com que o escritório de V. Sa. trabalha?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu, com todo o respeito à Senadora, pediria que fosse suspenso o tempo dela só para eu dar uma informação, Senadora, que eu acho que vai ser importante até para a senhora. O senhor permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senadora, não é desrespeito, não, viu? É só que eu recebi aqui uma reportagem do *Estadão*:

A Polícia Federal [...] afirma que uma confederação envolvida em desvios de aposentadorias do [...] INSS tinha planilhas de pagamentos de propina a diretores do órgão e que incluía até mesmo o nome de políticos.

Um dos citados nas planilhas, por exemplo, o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto [...].

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Duzentos e cinquenta mil por mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "[...] [recebia com] o codinome 'italiano' [...] uma propina mensal de R\$250 mil".

Isso é uma vergonha, Presidente.

Desculpa, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos? (*Pausa.*)

É isso. O.k., Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Não tem nada que desculpar, eu acho que é importante essas coisas serem colocadas. Estamos vendo repetir o passado, né? Até o nome, os codinomes das planilhas aí se repetem, o que teve lá atrás na Lava Jato.

Qual era a relação profissional ou pessoal com o Sr. Antunes, o chamado Careca do INSS? Recebeu pagamentos diretos ou indiretos originados desse lobista, por exemplo, via consultorias e contratos?

Em 23... Em março de 24, seu pai assinou 14 acordos de cooperação técnica, os famosos ACTs, com associações de aposentados e pensionistas. O senhor ou seu escritório participaram de alguma forma na negociação, assessoria ou elaboração desses acordos? Alguma dessas entidades investigadas foi seu cliente durante o processo de firmar os ACTs com o INSS? Houve consultoria jurídica prestada por sua parte nesses convênios? E se havia interação sua com funcionários do INSS visando viabilizar tais acordos.

Eu vou deixar essas perguntas. Eu sei que não serão respondidas.

Mas aqui a primeira fala minha... Na primeira audiência dessa CPMI, eu disse que, aqui, nós não estávamos aqui para defender nenhum dirigente, nenhum partido; nós estávamos aqui para resolver e para elucidar o problema das fraudes do INSS, doesse a quem doesse, Girão. E ninguém aqui tem bandido de estimação. O que nós precisamos é levar à luz essa fraude monumental.

Volta e meia nós temos aí que fazer... Nós temos aí um problema da Previdência do Brasil tão sério que já fizemos reforma da Previdência, vamos ter que fazer outra em breve, mas aí a gente vê um escândalo desse tamanho, dessa monta, um escândalo que o Brasil não esperava e que nós estamos colocando aí... Todo dia que a gente vem aqui, a gente vem mostrando mais coisas. E as cifras são monumentais. Fala-se aqui em milhões, 300 milhões, 1 bilhão, 5 bilhões, 6 bilhões, como se fosse uma coisa corriqueira. Gente, isso é um absurdo – isso é um absurdo.

Então, é muito bom a gente ver que essa CPMI está não só dando luz aos malfeitos que temos aí no INSS... E eu tenho certeza de que tem outras coisas que, se forem investigadas, não serão talvez tão grandes, mas tem coisas que a gente vem ouvindo e onde há fumaça geralmente teve fogo, né?

Então, eu fico aqui muito feliz...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Que esta CPI, que muita gente, quando nós começamos, perguntava, Girão, perguntava, Medeiros: "Isso não vai dar em nada, isso vai dar em pizza". Então, acho que a pizza está assando e vai assar aqui para muita gente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Eric, o senhor pode comentar.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Boa tarde, nobre Senadora.

Eu vou repetir uma parte que é importante de que não vou comentar a respeito de fatos sobre investigação em curso. Contudo, você perguntou a respeito da especialidade do meu escritório, e é preciso afirmar que a gente trabalha hoje não só com direito previdenciário, obviamente que sim, é uma especialidade, entramos com diversas ações sobre revisões de aposentadoria, pedidos de novas aposentadoria, mas também direito administrativo, direito trabalhista e direito civil. Então, só para esclarecer que a gente também trabalha com essa gama de direitos adjacentes.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Eu lhe agradeço a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Magno Malta trocou com o Senador Eduardo Girão. Peço à Secretaria que faça o contato via *link*.

Senador Magno Malta, boa tarde. Feliz em vê-lo cada vez melhor, viu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente. O senhor me ouviu bem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, alto e claro, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, quero comemorar junto com V. Exa., com o Relator, com os membros da CPMI. Eu tenho acompanhado desde cedo, tenho feito... Fiz com o fisioterapeuta aqui do meu lado, a minha fisioterapia vou fazer novamente, mas sem tirar os olhos da CPMI.

E fico alegre, porque, depois de 2007, com a CPI da pedofilia, de um grande resultado, nunca mais eu tinha visto CPI alguma que tivesse dado qualquer tipo de resultado, porque vira um imbróglio de defesa de políticos, de acordos que acabam em pizza, e o povo realmente tem razão no final. Mas essa CPMI regozija meu coração e o do povo brasileiro, porque o trabalho é sério, profícuo e com uma parte da Polícia Federal que é polícia por vocação, que não tem qualquer tipo de empatia com assaltante, com quem rouba, quem subtrai. E é verdade que, numa CPMI ou numa CPI – já presidi duas enormes, narcotráfico, pedofilia, maus-tratos –, sei que quem senta do outro lado não está nem aí para confirmar os crimes que cometeu, os erros que fez, como esse cidadão que é ainda muito jovem, teve uma boa escola que é a escola do pai.

Alguém dizia, e dizem ainda no interior, que casa de pai, escola de filho. Agora ver um pai que abre caminho, que está preso neste momento, e uma gama daqueles que passaram por esta Comissão, também com *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal para ficarem calados, e a velha máxima é verdadeira, jovem: quem cala, consente; quem diz que não vai confirmar, que vai ficar calado está dizendo sim, está confirmando. O seu pai está preso e é para onde você também vai. O senhor, com esse rosto de criança, não mostra qualquer tipo de sentimento ou arrependimento. Até me assustei quando pediu palavra para falar que o seu escritório também mexe com direito previdenciário.

Aliás, disso vocês devem entender muito como se faz e como não se faz, porque o senhor não respondeu nada para ninguém por orientação do seu advogado, já que você é um advogado tão brilhante, não é? Uma mente brilhante, você é um gênio; você é um gênio, você é filho de um gênio. Porque só um gênio pode produzir, pode movimentar tanto dinheiro sem origem, tirado na calada da manhã, da noite, da madrugada, onde tiver um computador ligado; surrupiar de forma covarde alguém que está dormindo, descansando, porque passou o dia inteiro fazendo, por exemplo, uma diária, como uma diarista, um aposentado que tem problema de coluna, que trabalhou de ajudante de pedreiro, que passou de 60 anos de idade carregando caixa, descarregando caminhão, ou até mesmo dentro do escritório, ou até mesmo o dono da empresa,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerando dignidade. Porque o aposentado vai depositando ali algo em que ele faz para si uma poupança, para ser usado no momento devido, no momento de uma doença, para uma viagem que ele deixou de fazer na juventude, para viver a sua vida com um pouco de qualidade – e nada disso o comove. Olhei para o seu rosto...

Sr. Presidente, eu queria pedir que a câmera...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – ... a câmera pudesse abrir na mesa, porque eu queria ficar olhando para o rosto desse rapaz, para esse gênio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Eu queria olhar para o rosto desse gênio, porque a câmera precisa mostrar o rosto desse gênio, para que as pessoas reconheçam esse gênio, digno de aplausos nos aeroportos, para que ele seja reconhecido, nas ruas, nas lanchonetes, como um surrupador de dinheiro público daqueles que menos têm.

É, aí está ele, o rosto dele. Ele está meio de lado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Magno Malta, tem aqui um protesto da advogada. Peço a V. Exa. que, por gentileza, apenas tome cuidado com os termos, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – Que termo que eu falei errado aí para eu mudar? (*Pausa.*)

Eu falei "surrupiar"? Então o termo é "roubar". E se eu falei o termo "roubar", eu mudo para "surrupiar". Qual é o outro termo que eu tenho que mudar, para quem rouba dinheiro de aposentado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só peço que, por gentileza, tenha um tratamento mais devido a ele aqui, no caso, porque não há uma condenação já, né, Excelência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – O pai dele está preso, e o envolvimento dele é tamanho que o próprio Relator e todos aí... E será uma afronta ao povo brasileiro se ele não sair daí preso hoje; uma afronta ao povo que paga imposto e que foi surrupiado por esse rapaz.

Aqueles rapazes que saem fazendo exposição de moto roubada, de carro roubado, que roubam celular, que tomam carro das pessoas na rua, a que a gente assiste na televisão... É possível que ele ache isso um absurdo também. Essas pessoas não estão fazendo nada diferente do que você fez, do que o seu pai fez, do que o Stefanutto fez, do que todos esses canalhas que estão presos fizeram. É a mesma coisa, é subtrair das pessoas, sem qualquer preocupação com o suor, com a energia que elas tenham gastado.

Ora, eu encerro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – ... porque hoje é dia de comemorar essas prisões, mesmo sem encerrar o meu tempo.

Mas esse rapaz que está depondo aí e exigindo respeito, para mudar os termos, ele, que foi treinado para surrupiar e mexer com o dinheiro, sem origem, de um lado para o outro, de outro lado, quantos empregos ele gera? Quantos empregos? Quantas honras ele gera? Porque quem gera emprego gera honra. Qual é a origem do dinheiro? O que ele gera para o Brasil? O que o Brasil ganha com esse tipo? Ganha... É que eles fazem vida fácil, ficam ricos facilmente, devem esnobar no meio dos amigos: é um gênio, ficou rico muito fácil, ele dá consultoria, é o cara. Deve ter sido glamourizado. E hoje está todo mundo te vendo, te olhando, sabendo que o cavaco não cai longe do pau. Teu pai está preso e você também vai ser preso.

Agora, se no final da minha fala eu não puder tratar um indivíduo que está depondo por roubar e desviar dinheiro público do Erário, porque o dinheiro, na verdade, está depositado ali em poupança, mas pertence ao cidadão... Eu queria estar aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Por videoconferência.*) – ... para poder realmente falar olhando, não é? Porque não tem o que se falar do ponto de vista técnico. O PT tenta fazer mil invenções, mil malabarismos para dizer que isso começou em governo tal e governo tal. Não tem governo tal.

A Jorgina, a Jorgina deve estar com inveja desse rapaz, a Jorgina deve estar com inveja do pai dele, a daquela CPI histórica do INSS, porque essa não é a primeira vez.

Então, eu não estou aqui para poder passar manteiga, para tratar com cortesia, para ser muito educadinho com alguém que não teve o mínimo de respeito nem qualquer tipo de educação com as pessoas que foram furtadas pela família dele. Bateu carteira – bateu carteira. E de quem bate carteira o lugar é a cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador. Desejo, mais uma vez, melhoras contínuas aí.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Sem áudio, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... Sr. Relator. Na pessoa de V. Exas., cumprimento os demais colegas, servidores, todos que nos assistem. Cumprimento também o depoente, Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, sua advogada e seu advogado, Dra. Clarissa de Oliveira e Dr. Bruno Cardoso.

Acerca da última fase, dessa mais nova fase da Operação Sem Desconto, eu desejo exaltar a operação conjunta da Polícia Federal na pessoa do Diretor-Geral, Dr. Andrei Rodrigues, e também da CGU, na pessoa do Ministro Vinícius de Carvalho. Destaco também o trabalho do Supremo Tribunal Federal na pessoa do Relator, Ministro André Mendonça, acerca das prisões e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das medidas tomadas porque provocado para tais por uma CGU e, principalmente, por uma Polícia Federal absolutamente independentes – isso é de suma importância destacar.

Sr. Eric, o seu pai, se eu não me engano... Gostaria que o senhor, se puder, falasse. Ele foi preso hoje numa clínica? Ele estava internado?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Não tenho informações, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não tem, não? É, eu tive... Eu ouvi esse boato. Então, eu gostaria de ter certeza, justamente porque, dentre os 17 pedidos de prisão preventiva efetuados pela Polícia Federal e depois, em outro processo, mais 3, eu gostaria de destacar o não acolhimento da prisão do Sr. José Carlos Oliveira e gostaria de destacar também o acolhimento da prisão domiciliar da Sra. Ingrid, se não me engano – tem tanto nome aqui –, Ingrid Pikinskeni Moraes Santos, porque ela tem dois filhos abaixo de 12 anos, mas, dentro da mesma relatoria – são processos, são petições diferentes, autos diferentes, mas o mesmo Relator –, a Sra. Thaisa Hoffmann foi presa, foi presa e tem um bebê. Ela esteve aqui conosco, prestou seu depoimento, mas ela é uma mãe que está amamentando. Dois pesos e duas medidas. Para mim isso soa estranho. Gostaria de saber o que é que está acontecendo. Para mim não faz sentido nenhum. Não seria um julgamento *extra petita*, porque o pedido foi o de prisão, e quem pede mais pode levar o menos. Nessa senda, eu indago o Ministro André Mendonça por que é que ele assim decidiu concomitantemente nos dois autos. Fica a pergunta para todo mundo tentar entender, mas o Sr. José Carlos de Oliveira foi poupado; o seu pai, que se encontra enfermo... Não sei se é verdade ou não, justamente por isso que eu gostaria de fazer esse contraponto...

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sim, ele está afastado por motivos de saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k., mas estava em clínica?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Está afastado por motivos de saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, é aí que eu pergunto. Resposta para isso eu não tenho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de destacar também que a entidade Conafer, que foi suspensa por irregularidades durante três meses no período da pandemia... Depois, ela volta, ela foi reabilitada pelo Sr. Rolim, nomeado no Governo passado. E eu tenho em minhas mãos – posso disponibilizar para os senhores – uma carta de agradecimento do Sr. Carlos Lopes, Presidente da Conafer, agradecendo. Mas o mais intrigante e interessante, que também é uma pergunta retórica, porque com certeza vai ficar sem resposta... Não de V. Sa., porque não vem exatamente ao caso, não foi o senhor que reabilitou, o senhor não se chama Carlos Rolim, certo? Eles requereram e conseguiram receber um valor de quase R\$12 milhões – nós temos esse documento aqui, eu estou falando em fatos – desse período em que eles estavam suspensos por irregularidades, obviamente não prestando serviços. Estranho, não? É muito estranho.

E, por fim, eu quero dizer para o senhor que, de repente, o senhor pode até pensar em uma colaboração premiada. Não sei qual é a linha dos seus advogados, os quais eu respeito sobremaneira, mas, de repente, quando a gente está dentro do seio familiar, eu sei que deve doer muito. Não sei se o senhor foi enredado, se o senhor realmente tinha consciência quando começou.

O senhor tem 34 anos, é isso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Diferentemente do último depoente, que iniciou aos 22 anos, o senhor deve estar nesse conluio há um tempo e deve ter sido enredado pelo próprio pai. Eu não sei, mas pense. Pense.

O senhor se sente ameaçado, de alguma forma, por alguém?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor sabe se o seu pai foi ameaçado?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não sei informar, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Por fim, eu quero agradecer a Deputada que me antecedeu e citou o meu nome.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a denúncia que eu efetuei ontem na sabatina do Dr. Paulo Gonet.

Engraçado como a vida é. A vida dá voltas. Eu virei agora a protetora dos patriotas golpistas. Interessante, né? Sinto muito.

A Deputada também é formada em direito, foi procuradora, acredito, aqui do DF. Não quis aguardar. Eu pedi para ela aguardar para ouvir a minha fala. Mas me deram tanto engajamento que eu estou extremamente feliz. Por quê? Porque eu pude trazer à lume uma denúncia que há muito tempo foi protocolada na Polícia Federal e foi protocolada também na PGR, no Supremo Tribunal Federal, e foi protocolada aqui no Senado, na Comissão de Defesa da Democracia, com a Senadora Eliziane Gama, que é a Presidente, e comigo, a Vice-Presidente. Só que eu não sei como é que isso está sendo investigado, porque tramita em segredo de justiça, mas eu fiz questão de trazer à lume um problema que me preocupa.

O senhor é advogado, o senhor constituiu advogado de renome, e eu tenho certeza absoluta de que o senhor não permitiria jamais não ser bem assistido na sua defesa. Só que a maioria das pessoas que já foram condenadas – e algumas ainda estão sendo processadas pelo 08/01, os bagrinhos – são pessoas extremamente humildes, pessoas que não tiveram oportunidade de ter instrução.

E eu já assisti a cerca de 250 audiências, entre audiências de instrução e audiências de custódia. Eu duvido que a Deputada tenha assistido a tantas audiências. Se ela tivesse feito isso, ela não estaria falando o que falou. E o mais engraçado é como serviu a carapuça. Ontem eu não falei o nome de nenhum advogado. São não sei quantos mil réus.

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu não falei o nome de nenhum advogado ou advogada, e eles já saíram na defesa e me xingando. Foi muito interessante porque a carapuça serviu. A carapuça serviu, Relator, e está tudo muito patente para ser visto. É só as pessoas terem a paciência de assistir a tudo isso.

Eu já indico o canal do Victor Panchorra, porque este rapaz traz o caso, os casos e as audiências de uma forma bastante simples para que leigos compreendam o que está acontecendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que mais...

Eu te peço um minutinho, só para eu poder concluir, Presidente.

Uma das questões que mais me angustia é que a maioria dos réus tem provas nos seus celulares que foram apreendidos.

Um minutinho só, senão eu vou pedir para o meu amigo Pimenta.

As provas estão aqui, e os advogados falam para o cliente continuar mentindo. Não há como mentir, a materialidade está ali exposta, patente, não há como mentir.

Em segundo lugar, eles não pedem causas de diminuição nem atenuantes, porque, se você tem a materialidade, é melhor você falar: "Sim, eu queria dar um golpe de Estado, eu fui incitado, eu vim aqui para isso". Porque, sim, é possível também tratar dessa questão de desconhecimento da lei em tese. Mas eu não estou nem falando disso, estou falando em confissão e eu estou falando também em agir sob a influência de multidão, em tumulto. Eles não pedem essa atenuante.

Um minutinho só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já passou um minuto, Excelência, já passou um minuto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, a questão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... é que tirem a preguiça do corpo.

E, sim, é importante representar na Ordem dos Advogados do Brasil essa excrescência e essa atitude. Eu sempre defenderei os bons advogados. Agora, quando eu vislumbro a atitude dessa espécie que não alega atenuante nenhuma, tão patente, e, acima de tudo, que protege o nome do grande líder, eu não posso ficar quieta e não ficarei quieta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E todos esses que puderem, que tiverem a oportunidade de se debelar contra esse tipo de atitude... Porque é igualzinho a uma questão de um médico socorrista, a gente livra vidas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... para concluir, Presidente, para super...

Ixe, eu já vi tanta gente ter tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

Muito obrigado, Excelência.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – A questão é de uma morte civil...

Calma, fica calmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Por favor, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É uma morte civil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É uma morte civil do cliente. Então, a nossa responsabilidade é muito grande, eu não vou permitir isso.

Muito obrigada, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Por nada, Excelência.

Pois não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, esse não é o debate aqui. Por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor. Por favor.

Com a palavra o Senador Styvenson, por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza. Por favor.

Senhores, senhores, por favor.

Eu não vou suspender a sessão, porque a gente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

Capitão Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco/PSDB - RN) – Ainda não.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora é General, né?**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco/PSDB - RN) – Obrigado, Sr. Presidente...**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco/PSDB - RN) – ... todos os Parlamentares, espero que...

Sr. Eric, o senhor está vendo o que o senhor está causando aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu? *(Risos.)***O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco/PSDB - RN) – Não, o Sr. Eric.**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, o Sr. Eric.**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco/PSDB - RN) – O Sr. Eric está causando esvaziamento da sessão, um debate desnecessário.

Não adianta perguntar ao senhor que o senhor não responde, o senhor está muito bem instruído. O senhor deve estar bem triste com o que aconteceu com o seu pai. O senhor é um jovem aí com uma carreira iniciando de forma brilhante, com toda essa movimentação financeira, com o seu escritório. Eu acho que, quando o senhor estudou direito, o senhor deve lembrar... Se não lembrar, a gente vai reforçar para o senhor.

O que é que o senhor entende de *compliance*, ética? Pode responder?**O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS** (Para depor.) – Posso responder.

Compliance é uma forma de você blindar, fazer com que instituições hajam da forma correta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O.k. E ética?**O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS** – Ética vai em sentido parecido, quando você merece respeitar a moral subjetiva.



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor reconhece o material aqui?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Conheço.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tirei de onde?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Esse material está no *site* do escritório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Do escritório do senhor?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor já o leu?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sei que foi feito... Sei que foi feito por um advogado, sob minha supervisão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Ah, o senhor supervisionou isso aqui?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O.k. Então, o senhor conhece o que é ética, sabe o que é *compliance*, mas pratica totalmente o contrário, porque está no material do senhor... E eu vou deixar aqui uma sugestão: já que o senhor disponibiliza o canal de ética para receber relatos, sugestões, então, fica a minha sugestão aqui para o senhor, porque, infelizmente, o material que o senhor disponibiliza na internet... Foi perguntado pelo Relator no início, e o senhor não cumpre com nada.

O código de ética... Vou citar aqui, aspas: "O código de ética, expressão de compromisso institucional da Fidelis Advocacia, com ética, legalidade, responsabilidade social, respeito a direitos humanos, observância obrigatória, normas legais...". Isso tudo está escrito aqui pelo senhor.

Princípios fundamentais.

O comportamento ético deve ser [...] [fundamentado em] toda e qualquer ação profissional [...]. A integridade deve ser evidenciada na postura pessoal, na honestidade intelectual, no respeito aos limites legais e na recusa [...] [de] qualquer tipo de favorecimento indevido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou lendo o material do senhor, que o senhor supervisionou, feito no seu escritório, disponível publicamente para todo mundo ver.

"A Fidelis Advocacia atua com estrita observância à legislação aplicável, especialmente ao Estatuto da [...] [Ordem dos Advogados], à Lei [de] Anticorrupção...". Está aqui, 3.2 – Legalidade.

Eita... Infelizmente, o senhor força a gente a fazer isto: expor o senhor de uma forma, o escritório do senhor, a forma do senhor... de uma carreira que o senhor pode ter, porque eu acho que o senhor tem família... Tem, né? Tem pai, que está preso. O senhor deve ter filho, e espero que não tenha mesmo o mesmo DNA corrupto – entendeu? –, que segue nessa cadeia. Espero que o senhor o eduque de forma diferente da que foi educado pelo seu pai, porque aqui, entre os conflitos de interesse, dentro desse material que eu colhi no seu *site*, supervisionado pelo senhor, "configura conflito de interesse qualquer situação em que interesses pessoais ou de terceiros possam influenciar, direta ou indiretamente, a atuação profissional [...] [e a integridade] do escritório". O senhor cumpriu com isso? O senhor cumpriu com isso aqui? Cumpre com isso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, como eu mencionei no começo, eu sempre respeitei a ética da OAB, o ordenamento, aquilo que é determinado ao advogado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não, mas eu estou perguntando do material que o senhor supervisionou. Estou perguntando uma pergunta... É simples: se o senhor cumpre com o que o senhor escreveu aqui.

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu acabei de responder, Excelência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Vamos lá.

"Relação com o poder público" – está no material do senhor.

A Fidelis Advocacia adota [uma] posição institucional isenta e apartidária. Qualquer interação com o poder público deve ser conduzida com urbanidade, transparência [transparência] e estrita obediência à legislação.

É terminantemente proibido:

- Oferecer, prometer ou autorizar vantagens indevidas a agentes públicos.

Olha só, havia alguma relação entre você e seu pai no seu escritório de pagamento?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa responder, não, porque, de tudo que o senhor escreveu, parece que o senhor não cumpre com nada.

A minha sugestão fica para o senhor tirar do *site* isto aqui. Tire o *site* do ar ou pelo menos o Código de Conduta e Ética, porque o senhor pode até saber o que é, mas não aplica nada, não exerce, o senhor não pratica isso. Um garoto jovem, 34 anos, não responde as perguntas que realmente interessam. O senhor pode sair daqui como o seu pai. Isso não é ameaça, não; isso é uma possibilidade. Espero que...

Eu não sei se o senhor tem filho, mas me perdoe estar expondo sua família – me perdoe –, mas que não tenha a mesma educação, a mesma conduta... Que ensine ética para ele, na prática, porque, quando o senhor andar na rua, seu rosto vai ser lembrado, como está sendo lembrado no meu estado, o das pessoas que roubaram, que fizeram as mesmas coisas que a gente está aqui julgando, hoje, ou buscando um esclarecimento.

Presidente, não tenho nenhuma pergunta, já que o depoente não responde.

A sugestão fica para ele melhorar. Ou melhora o *site*, ou o senhor começa a praticar na vida o que o senhor escreve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... aqui, às vezes é preciso lembrar que nós estamos investigando o roubo dos aposentados. Infelizmente, tem aqueles que querem desviar do foco. Aliás, tem aqueles que nem assinaram a CPI e dizem aqui que estão ajudando a investigar, quando, na hora de votar os requerimentos, inclusive blindam alguns daqueles que ajudaram a roubar, que receberam dinheiro roubado, que passaram adiante... Mas a verdade vem à tona, e hoje nós estamos vendo que, depois da lista da Odebrecht, agora tem a lista do INSS do PT.

O PT é useiro e vezeiro dessas listas de propina. Então, antes tinha a lista da Odebrecht, agora tem a lista do INSS. Na lista do INSS, apreendida hoje com a Conafer, tem o "Italiano"...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Engraçado que tinha o "Italiano" da Odebrecht também, era o tal do Palocci. Agora o "Italiano" é o Stefanutto. Os dois têm sobrenome italiano. Tem o "Herói V", o "Herói E"... O "Herói V", segundo o que foi descoberto, seria o Virgílio, Procurador do INSS, que esteve aqui, cuja esposa abriu uma empresa, dois dias depois da eleição do Lula, já preparada para assaltar os velhinhos, os aposentados. O "Herói E" é o Deputado Euclides, lá do seu estado – falei aqui –, que tinha mandado emenda, depois vendeu o avião para a Conafer, que recebeu a emenda, e jurou de pé junto que não tinha nada com isso, entregou um relatório, um PDF – está nas minhas mãos, está na assessoria. Tem algumas perguntas que a gente ainda quer fazer sobre aquele documento, mas, agora, a explicação fica mais difícil para o Deputado Euclides. Segundo o que saiu, R\$14 milhões. E dizem que, além desses R\$14 milhões que ele teria recebido em mesadas, também outros políticos receberam.

Então, as investigações vão demonstrar, as investigações, aliás, que estão sob a condução do Ministro André Mendonça, porque, se fosse com o Toffoli, estava tudo enterrado como ele está fazendo com a Lava Jato. Até a corrupção lá no Peru, ele quer enterrar, que foi fruto do que aconteceu aqui no Brasil com a Odebrecht.

Mas vamos aqui ao que interessa. Nós temos um depoente. Não que o resto não interesse; aliás, o resto é parte do contexto, mas o que interessa diretamente aqui é o Eric Douglas Martins Fidelis, filho do André Fidelis.

Eric, você é um prodígio, sim, prodígio, segundo as investigações estão demonstrando, não do mundo empreendedor, empresarial, do direito, mas do crime. Nós vemos aqui que apenas a sua empresa de advocacia recebeu, além de você, pessoa física, diretamente, quase R\$7 milhões. Foi o levantamento feito aqui pela nossa assessoria do Partido Novo, com base nas investigações. E aí nós temos, assim, vários fatos que tornam muito difícil acreditar em qualquer tipo de inocência, muito antes, pelo contrário; me parece que o senhor já tá prejulgado e condenado, apesar de ter todo um devido processo, em virtude dos fatos que chegam aqui ao nosso conhecimento.

A sua renda mensal, o senhor poderia nos dizer qual é a sua renda mensal declarada, Eric?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Excelência, por orientação da defesa, permanecerei em silêncio sobre fatos investigados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A sua renda mensal declarada – e eu queria confirmar, pelo menos com aquilo que nós recebemos nos documentos que foram disponibilizados aqui para a CPMI – é de pouco mais de R\$13 mil. O senhor confirma isso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Mantenho em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aí eu queria que quem está nos assistindo, os aposentados, obviamente, em particular, que trabalharam uma vida toda, quem está aqui nos assistindo, em particular aqueles que foram assaltados por essa quadrilha ou máfia, que se instalou no seio do poder aqui em Brasília e que, como nunca antes na história deste país, diria Luiz Inácio Lula da Silva, fez do roubo dos aposentados, que, lamentavelmente, já é histórico no Brasil, algo exponencialmente anabolizado... O senhor gastava R\$47 mil por mês. Eu queria entender como é que é essa mágica da multiplicação. O senhor declarou pouco mais de R\$13 mil de ganhos por mês e gastava mais de R\$47 mil. Como isso é possível, Eric?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a orientação da defesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor comprou oito televisores de última geração. Quantos quartos tem sua casa? Salas?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, mantenho a orientação da defesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Modelos 8K, QLED, NanoCell, The Frame – quem está nos assistindo aí, os aposentados, também no meu Rio Grande do Sul –; *notebooks* de alto desempenho; dois iPhones 14 Pro – tem dois ouvidos, tem muita ligação pra receber –; AirPods Pro, de segunda geração. Mas não foi só isso, não – mobiliário, decoração, sofás, cadeiras, prateleiras. Tudo de última geração, quando se trata de eletrônicos, e tudo da melhor qualidade, quando se trata de mobiliário. E um carro Ford Territory 1.5, que custa mais de R\$200 mil. Ah, Presidente – neste momento, inclusive, o Relator Alfredo Gaspar nos preside –, comprou também dois manuais de direito previdenciário para pelo menos as aparências tentarem enganar os incautos.

Então, Eric, eu lamento que você seja mais um daqueles que integraram famílias que hoje estão enfrentando as barras da Justiça.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu pai está preso. Como você se sente com essa prisão do seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, tive conhecimento há pouco e não vou comentar sobre isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu imagino que deva ser duro ver o pai preso – deva ser duro – e deva ser duro também ter embarcado nessa infâmia que o seu pai, André Fidelis, e outros criaram, funcionários públicos de carreira que deveriam servir ao Brasil, e não se servir dele, e que assaltaram os cofres públicos e fizeram passar esse dinheiro todo por CNPJs como os seus. Porque o senhor...

Quantos clientes o senhor tem no escritório de advocacia?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, por orientação da defesa e também guardando sigilo profissional, não responderei a essa pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é um escritório que o senhor está vendendo aí, tem o *site*, tudo. Eu imagino que não seja um problema dizer quantos clientes o senhor tem, não?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu informei, no começo, que contamos com mais de cem clientes no escritório.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mais de cem clientes. Um escritório que a gente vê, Sr. Presidente, que tem, no seu *website*, supostamente, o respeito aos princípios da ética, da integridade, mas que aqui não quer, por alegado sigilo profissional, revelar mais detalhes, porque, na verdade, funcionou como uma grande lavanderia de dinheiro roubado dos aposentados.

Eric, eu lamento mesmo, também pelo bom nome dos advogados que eu conheço, que são bons advogados, que nós vejamos o seu CNPJ sendo utilizado para esse tipo de expediente, e eu lamento muito, pelos gaúchos todos que me assistem, que nós vejamos, mais uma vez, um esquema de corrupção desse tamanho afetando famílias que não têm dinheiro, muitas vezes, para botar o pão na mesa ou para comprar um remédio.

Eu queria saber como você se sente sobre isso, Eric.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, eu sou completamente... Apoio completamente a investigação e me sinto solidarizado com essas pessoas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor conhece alguém da sua família que foi assaltado pelo INSS?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não me recordo agora, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor se solidariza. Espero que também com arrependimento, porque eu não consigo acreditar que o senhor não soubesse.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem 34 anos, já é um profissional há dez anos, é impossível que não soubesse que, com pai dentro do INSS e com todo esse dinheiro circulando nas suas contas, sem serviço prestado, porque ninguém aqui diz qual foi o serviço que prestou... O senhor não sabia nem dizer para o Relator o que suas dez empresas, dez CNPJs... Odeio falar empresas, tem tanto empresário honesto no Brasil que luta para sobreviver e que não merece ser comparado a alguém que se diz empresário, mas, na verdade, estava ajudando a lavar dinheiro. O senhor não sabe nem dizer o que as empresas ou esses CNPJs faziam. Então, claramente o senhor sabia que tinha algo muito errado acontecendo ali, porque o dinheiro não dá em árvore e não passa desse jeito simplesmente pelas contas sem o serviço efetivamente prestado.

Senador Carlos Viana e Deputado Alfredo Gaspar, parabéns pelo trabalho desta Comissão! Parabéns àqueles que querem investigar!

E, mais uma vez, nós vemos, na história deste país, que Lula voltou à cena do crime, o mesmo que fizeram no passado, agora numa escala ainda maior e de uma forma ainda mais cruel e brutal, roubando dos aposentados desta nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, desde o início dessa CPI que uma coisa ficou bem clara: assim que começou o Governo de Jair Bolsonaro, já começou um trabalho com foco e uma lupa em cima do INSS. Ficou bem claro também aqui que, ainda no Governo de transição, o atual Senador Izalci Lucas, com a equipe de peritos do INSS, foram até o Presidente eleito Jair Bolsonaro e informaram da situação geral do INSS, e o Presidente nomeou, criou, inclusive dentro da CGU, um departamento para observar o INSS, porque sempre foi uma preocupação nossa, de toda a oposição em relação aos governos do PT, o INSS, porque tinha histórico.

E volto a dizer o que já foi repisado, mas toda vez a gente tem que fazer o contraponto, que em 2010 a Contag, a Contag já fazia esse esquema. A única coisa que mudou, de 2010 para 2025, neste momento em que estamos, é que mais gente descobriu que, em Brasília, embora existam paredes, não existe segredo, e isso começou a vazar, e mais espertos começaram a beber da fonte.

Também ficou muito claro, nessa CPI, a que grupo político o senhor Stefanutto pertence. Ele disse aqui, ali onde está sentado o Eric. Mas o Sr. Stefanutto foi jogado na lata de lixo, sem nenhuma defesa, e ele já, assim, não nos pertence mais. Só está faltando... Só está faltando, não, já estão falando que Stefanutto é da responsabilidade de Bolsonaro. Assim como só está faltando... Boa parte das associações e sindicatos já conseguiram passar para a responsabilidade do Bolsonaro. Faltam duas coisas que eles não conseguiram chegar ainda a ter um fundamento para jogar na culpa de Bolsonaro: é jogar a parentalidade do Frei Chico para dizer que é irmão do Bolsonaro e também dizer que a Contag é ligada ao Bolsonaro. Mas está faltando só isso, porque até o Sindnapi, que é do Frei Chico, já está na responsabilidade do Bolsonaro. Mas até o final eu sei que eles são competentes na construção de narrativas, vão conseguir fazer isso com certeza.

O problema é que a Contag e alguns Ministros do PT não facilitam ao pessoal que está aqui fazendo essa defesa. Por quê? Porque hoje e agora, na COP, o Sr. Paulo Teixeira, a agenda dele... Quem tiver o trabalho de entrar na internet e verificar a agenda do Paulo Teixeira, Ministro do MDA, e a da Contag, elas praticamente se misturam, e eles não se constrangem de tirar fotos, inclusive com toda a turma da Contag. Estão lá, juntos e misturados, e aí tem Talíria Petrone; vários Deputados do PT; o Ministro do PT, Paulo Teixeira; a Ministra do PT, Anielle; um rapaz que gostava de tocar fogo na Esplanada, que agora está ali representando aquele movimento dos invasores, o Sr. Boulos, que, se fosse para medir com a régua com que estão medindo o pessoal do 8 de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro, era para estar preso, mas estavam lá todos misturados hoje, sorridentes, como se a Contag fosse o supracumulo da defesa do trabalhador e dos aposentados.

Esse é o cenário que essa galera pinta, como se "não é conosco". Mas sempre foi assim, desde o primeiro escândalo do Governo do PT, lá com o Waldomiro, lá o escândalo dos Correios, mensalão, petrolão, vários que explodiram. E vários eles conseguiram abafar. Cito dois. O da OI. O escândalo da OI é uma coisa gigantesca. Esse eles conseguiram abafar. E o da Zelotes, que eu vi um ministro do PT, ministro da Dilma dizer – porque aqui, em Brasília, a gente escuta essas coisa – da seguinte forma: "Graças a Deus que não conseguiram puxar o fio da Zelotes", porque a Zelotes, aquela Operação Zelotes deixa essa Lava Jato no juizado de pequenas causas. E eles conseguiram abafar a Zelotes.

Só que eles estão tão acostumados a abafar tudo... E eles ficaram tão tranquilos... E é por isto que acabam os maiores gatunos, às vezes, caindo: porque o costume do cachimbo entorta a boca. E eles menosprezaram essa CPI. E, Deputado Evair, essa CPI já entra para a história como a CPI que mais produziu resultados, porque eles confiaram que seria possível, como o Bolsonaro virou a Geni deste país: "O Bolsonaro está preso, está fácil, vamos jogar tudo para lá". Mas só que tem um problema: a verdade irritantemente parece com a luz do sol: pode estar o maior nevoeiro, mas uma hora ela aparece.

E é o que tem acontecido aqui: eles não contavam – e talvez subestimaram também – que, às vezes, também o imponderável acontece no Congresso Nacional e que nós íamos ter Carlos Viana e um sujeito lá de Maceió, Procurador de Justiça, que vieram aqui e estão trabalhando, e as coisas estão aparecendo. Com a voz mansa, o Procurador vai chegando ali, vai puxando o fio e vai... Fato puxa fato, palavra puxa palavra, e geralmente ele termina: "Pois muito bem...". E, nesse "pois muito bem", o Brasil está tendo a oportunidade de ver as entranhas de um tumor que vem há décadas. E, das últimas seis eleições, dos últimos seis mandatos de Presidente da República, quem governou este país? O PT. Mas quem é o culpado de todos os escândalos? Ah, é o Bolsonaro – é o Bolsonaro.

Bem, hoje eu tive... Seria trágico se não fosse cômico. Um dos defensores aqui do PT disse o seguinte: "O Bolsonaro teve a oportunidade de devolver o dinheiro dos aposentados. E por que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não fez?". Não fez porque não tinha sido roubado. Foi roubado a partir de 2023. Como é que ia devolver 6 bilhões?

E tem mais: coisas estranhas acontecem neste Governo, mas eles estão tão acostumados a lapidar tudo com o esmeril da retórica que não se apercebe dos absurdos.

Veja só, vamos lá. O dinheiro... Esta fala mesmo: como é que ia devolver um dinheiro que não tinha sido roubado ainda? E mais, o Governo não tinha que devolver não. Sabe por quê? Porque esse dinheiro não é dele. Se o dinheiro fosse do Lula e da galera que está governando, tudo bem, mas esse dinheiro que está sendo devolvido é de cada um de nós. É de cada um dos aposentados. Como é que eu vou pagar você... Eu te roubo e vou pagar você com o dinheiro que...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Que você tem na poupança.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... você tem na poupança? Não faz sentido isso.

Então, vamos lá. Esse é outro absurdo que a retórica não consegue explicar. Mas tem mais – tem mais –: foi feito um acordo. Foi numa das primeiras sessões – e eu achei um absurdo –, foi feito um acordo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... do qual, inclusive, os advogados estão ganhando 5%. Isso é um absurdo. Advogado, não se ata o boi que puxa a mó, mas o Governo fazer um acordo no qual os aposentados não levam nada para poder devolver o dinheiro deles próprios...

E, se não fosse esta CPI, Sr. Presidente, até agora não tinha tido uma – uma – ação, estava quietinho. Esse moço que foi reconduzido ontem, inclusive com fala de uma vivandeira do PT, culpando os advogados do 8 de Janeiro – não vou entrar nesse ponto –, mas esse moço que foi reconduzido ontem, estava inerte.

Então, eu parablenizo a Presidência e a relatoria desta CPI por tudo que proporcionou e que está proporcionando ao Brasil. Então, eu lamento dizer, mas esse escândalo é do PT. Quem pariu o Mateus que o embale.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, hoje, vamos dizer que hoje é o dia da vitória. Ver o Governo de joelhos, sem argumentos, tentando construir narrativas, para nós é uma vitória.

O Governo sabe que está chegando a investigação nas portas do Palácio do Planalto. E esse caso das fraudes do INSS não é apenas um desvio administrativo, é uma demonstração cristalina de um Governo que falha, um Governo que reitera e abre mão do cumprimento dos seus deveres jurídicos básicos.

Há anos, especialistas alertam para a vulnerabilidade estrutural do INSS. O Governo, porém, manteve-se inerte. Foi necessário uma matéria jornalística expondo e escancarando a responsabilidade para que se tomasse alguma atitude. Criou-se um ambiente institucional muito permissivo e perigoso: enquanto o cidadão comum enfrenta filas, perícias, exigências documentais e meses de esperas, fraudadores, com conivência da fragilidade estatal, enfiam a mão no nosso dinheiro.

O Governo precisa e deve ser responsabilizado pelas omissões. Permissão de assalto continuada do INSS, porque foram avisados, foram alertados. O país exige uma resposta jurídica, administrativa e política para esses ladrões.

Sr. Eric, eu lhe faço a seguinte pergunta: qual foi o último contato que você teve com o seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Acredito que 15 dias atrás, eu não me recordo exatamente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Você se lembra da última conversa de vocês?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Não, Excelência, ele já estava afastado por motivo de saúde.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Deixa eu falar para o senhor: um empresário e um advogado que escondem o contador têm muito a esconder, porque, se tem alguém que sabe da vida, é o contador. Portanto, acho que seria... aconselho o senhor a entregar ao Relator os dados do seu contador, para que possamos desmascarar e pôr isso em definitivo.

O senhor, só por ter recebido o auxílio emergencial, deveria estar preso, porque, pela renda do seu pai, você jamais teria acesso ao auxílio emergencial. Que covardia, que maldade, que crueldade! Que formação que você tinha, técnica e até moral, para ir lá no *site* da Caixa Econômica, no momento emergencial, de gente morrendo na fila, de fome, com dificuldade...? E você se deu ao luxo, possivelmente deve ter gastado com alguma coisa sem muita responsabilidade o auxílio emergencial que o senhor recebeu.

Mas, na verdade, o senhor é parte de um processo de um Governo que está atolado até o pescoço, porque o Governo é conivente com entidades criminosas.

Está aqui, ó: "Investigada pela [...] [Polícia Federal], Contag [senta na mesa do Governo] na COP [...]". Uma COP que já foi feita para roubar, para desviar dinheiro público, aí coloca a Contag, que roubou os aposentados, na sua mesa.

O Presidente da República, que só sabe, que só tem oratória... "Empresa que contratou ex-nora de Lula aumentou capital em 113 vezes" – até o 13 aqui de novo aparece. O seu capital "saiu de R\$ 300 mil para R\$ 34 milhões em [...] 2 anos". Nem um gênio do mercado financeiro tem um ganho ou crescimento com esse patamar. É o Lula envolvido com roubo até o pescoço. Ele, sua família e seus amigos.

MST, de novo, sentado na cúpula do Governo. O MST tem que ser caracterizado como terroristas, porque ameaçam, amedrontam, depredam patrimônio.

E aí, o que acontece? Você, cidadão brasileiro, que está com sua conta de luz atrasada e cara... "Contas de luz vão bancar aporte bilionário de Itaipu [...] [na COP]." São bilhões de reais que a Itaipu, na conta dos brasileiros, está gastando com essa famigerada COP, para o Lula ficar passeando de iate lá com a "Espanja".

"Itaipu paga R\$ 90 milhões por reforma de mercado de Belém." Pode ter certeza que roubaram muito mais do que metade disso. Fizeram isso na Copa do Mundo, fizeram nas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olimpíadas. Com certeza... Como o Geraldo Alckmin disse, eles querem "voltar à cena do crime". Voltaram e cometeram os crimes.

Fico horrorizado. "Itaipu assina convênios de infraestrutura de R\$ 1,3 bilhão [...] [para a COP]." Aí, brasileiros, vocês pagando conta de luz cara, inflação alta, juros altos; e o Lula enfiando a mão no nosso dinheiro para gastar com vaidade e luxo.

"A manobra para incluir a COP 30 e o MST na sua conta de luz." Foi pensado e planejado. Aumentou a conta de luz não foi à toa. Depois querem falar de programa social.

"[...] ministro tem agenda com entidade investigada por fraudes no INSS." Os ministros do Lula, mesmo com as denúncias, com as prisões, não perdem a vergonha na cara – esculhambam, esculacham de vez.

"Com recursos da Itaipu, governo do Pará entrega [edifício] [...]", tudo para roubar.

"Itaipu gasta...", não vou nem falar de Itaipu mais.

Vamos lá agora.

A grande visita da COP: "Comitiva da Venezuela desembarca na COP 30 com o avião de maior consumo e mais poluente entre os demais países [...]". São os amiguinhos do Seu Lula, que foi à Colômbia para tentar defender o Seu Maduro – idem, igual. Maduro, narcotraficante, com certeza, vai ser punido e penalizado pelas cortes internacionais. E que leve o seu amigo Lula junto, porque eles estão juntos, são conviventes na ideologia, no *modus operandi*! Maduro, que já disse, mandou dinheiro para as eleições aqui no Brasil. Para o Bolsonaro, não foi. Para quem foi esse dinheiro? As Farc colombianas já admitiram transferências financeiras para o MST fazer suas mobilizações. Portanto, o INSS é só parte disso.

"ONG investigada por fraude no INSS...", agora, abriu até uma igreja. Estava demorando. Eles são gênios na lavagem de dinheiro, gênios! É uma igreja de que eu nem nunca ouvi falar, sobre essa igreja aqui, não sei nem o nome dela. Sempre digo: vai vendo, Brasil!

Agora, ver Deputados e Senadores, com o salário que têm, com o conforto que têm, virem à CPMI e blindarem a convocação de investigado que roubou os aposentados é o fim da picada. O Relator está aqui na capa, com a sua indignação, Sr. Relator. É uma loucura. O Brasil precisa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber: nós somos bem remunerados, temos salários, e vir aqui blindar ladrão? Que vergonha os seus mandatos!

Agora, a Caixa começou a se movimentar – inclusive, eu já vi nos bastidores daqui –, começou a suspender a venda atrelada a crédito consignado. Enfiavam a mão, uma loucura os juros, a taxa de juros, as facilidades, a afronta que se faz.

Já foi dito, vou repetir: "Coordenador do PT recebeu 2,6 milhões de empresa na farra do INSS. O Sr. Ricardo Bimbo recebeu 2,5 milhões. No mesmo período, pagou R\$10 mil a contador investigado por lavar dinheiro do PCC". Está vendo o rolo do roubo, da lavagem de dinheiro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E são os mesmos personagens envolvidos.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – "[...] antes de gerir ONG investigada, [...] era motorista. Além de presidir a Associação dos Aposentados [...] é fundador de uma igreja evangélica [...]" Que Deus perdoe e conserve as igrejas evangélicas! As igrejas evangélicas sérias deste país não tem nada a ver com esse laranja que foi montado aqui.

O Ministro não respeita mais o INSS: "Ministro exclui presidente do INSS de evento e gera novo desconforto". É o Governo tentando limpar a sujeira do próprio Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – "[...] [Polícia Federal] desmonta esquema que lesou aposentados em 17 estados [...]" Tem gente do Espírito Santo envolvida nisto daqui: 63 mandatos. Com certeza, a fila é muito grande.

"A prisão do Alessandro Stefanutto é o carimbo da participação do Governo Lula no roubo dos aposentados."

"Entidades ligadas a fraudes [...] pagaram R\$5,1 milhões a escritório [de quem?] de filho de ex-diretor do órgão", isso aqui é quadrilha.

"Diretor exonerado [...] autorizou R\$142 milhões em descontos só em 2024."





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ligados a ex-diretor do INSS receberam 5 [...] [milhões] de empresas associadas."

E há aqui que Polícia Federal diz que Diretores do INSS do Governo do PT receberam 17 milhões para manter fraude. E assim vai, Sr. Presidente.

Só faço esse registro realmente para poder lamentar, Sr. Eric...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor, pela formação que tem, envergonha o mundo do direito, envergonha os seus professores. Não sei se o senhor é casado, se é solteiro... Não sei seu estado civil. Eu imagino a vergonha de o senhor passar pelas ruas onde o senhor mora, dos seus colegas de faculdade, dos seus colegas de escola, que, até bem pouco tempo atrás, talvez o invejavam pela fortuna, pela esbanjação de dinheiro, pela exposição que se faz. E hoje o senhor é uma vergonha moral para aqueles que frequentaram os cursos de Direito e se formaram.

E eu estou assim... Eu nunca vi um filho tão frio sabendo que o pai está preso. Isso é digno realmente dos grandes bandidos de série, porque a sua frieza realmente nos assusta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Eduardo Girão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quantos faltam?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um só, o Deputado Sóstenes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Microfone aqui... Ah, agora está liberado o microfone.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nobre Relator.

Sr. Eric, Dra. Clarissa, Dr. Bruno, parabéns pelo comportamento aqui nesta CPMI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Sr. Eric, me desculpe, é triste ver um jovem como o senhor, com um futuro pela frente... Falou que tem um filho. O senhor comentou há pouco numa pergunta de um colega... Quinze dias que o senhor não fala com o seu pai... É isso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Mais ou menos isso, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor mora no mesmo estado do seu pai?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mesma cidade?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Deixa eu perguntar: o senhor está arrependido disso tudo – 6,8 milhões passando pelas contas do senhor, das suas empresas, do dinheiro que veio dessa fraude? Como é que o senhor se sente em relação a isso?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Excelência, seguindo a orientação da defesa, não comentarei sobre fato sob investigação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Na verdade, eu não estou falando sobre fato em investigação, estou perguntando se o senhor se sente arrependido, mas cabe ao senhor responder ou não, porque é uma oportunidade que o senhor tem aqui de ajudar a passar o Brasil a limpo. O senhor se sente arrependido ou não? Se não quiser tocar nesse assunto... Porque não é investigação...

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Eu mantenho a resposta, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu peço para passar um vídeo para o senhor ver a dor das pessoas que foram lesadas com essa fraude. O senhor até se solidarizou com elas, mas dinheiro dessas pessoas passou pelas contas que chegaram às suas empresas e não foi pouco, não. Repito: R\$6,8 milhões. Vou pedir para passar esse vídeo aqui rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, o... Já está repetindo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A boa-fé dos brasileiros é um negócio impressionante, né? Mas é um povo sedento por justiça, é um povo íntegro, correto, que está vivendo esse drama. Aí, a turma da bancada do... da tropa de choque do Governo Lula, vai dizer assim aqui, "não, mas está sendo devolvido, já foi devolvido", e tal. Ouviu isso aqui? Estão pagando duas vezes, porque o brasileiro é que está pagando duas vezes. É quem paga imposto. E este Governo aumenta imposto a cada 37 dias. Era a margem que nós tínhamos.

E... olha as coincidências. Eu gosto de observar os sinais, sabe, Alfredo Gaspar? Eu gosto muito de observar os sinais, porque eu tenho convicção de que Deus está agindo aqui, a partir da oração de muita gente do bem. Deus está agindo. E olha só essa coincidência do nome que surge aqui, Carlos Gabas. Esse nome não é de hoje.

Naquela tragédia da pandemia, o Carlos Gabas era uma peça-chave do Consórcio do Nordeste, que blindaram também. Adivinha quem que blindou? ... que a gente não pudesse investigar lá no Nordeste, dos nove Governadores, dos 300 respiradores, comprados a 49 milhões, superfaturados. A empresa tinha duas notas fiscais na vida. Eu fui lá na sede, em São Paulo, fiz lá um filme na frente, mostrando a fraude... um prédio residencial. Era a sede. E um detalhe: vendia maconha. É uma empresa que vendia produtos à base da maconha. O que é que... O que é que tem ligação com isso aqui? A World Cannabis. Essa World Cannabis, que recebeu aí a Thaisa, que foi presa hoje, esposa do Virgílio... R\$6,7 milhões.

E sabe qual é o PL que está lá na Câmara dos Deputados? Porque onde há fumaça, há fogo. Tem um PL 399 para liberar maconha medicinal. Outra fraude, porque já tem em laboratório o CBD. Não precisa plantar, mas essa turma quer plantar. É *lobby* do lobista do Careca do INSS que fazia aqui dentro e que não deixou a gente saber por onde é que ele andou.

Mas, olha. Foi xeque-mate, Deputado Alfredo Gaspar. Hoje é xeque-mate, porque o ex-Presidente do INSS, Stefanutto... Nomeado por quem? Governo Lula. Pelo Lupi. O Lupi é aquele mesmo que pediu... que trouxe para ele todas as indicações, algo que não acontecia jamais na história do Brasil, na autarquia do INSS. O Lupi nomeou. O Governo Lula nomeou. O cara está recebendo o mensalão 2. O mensalão 2; R\$250 mil por mês. A partir de quando, Senador eterno José Medeiros? A partir de janeiro de 2023, a partir do momento que assume o Governo Lula. Você quer mais o quê?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabou a narrativa, não tem mais que fazer narrativa. Vamos para a frente, tem mais gente para ser presa. Mas estão muito claras as digitais do Governo Lula aqui. Esse cara estava na transição, o Stefanutto, o "Italiano", nessa nova lista do mensalão 2.

Olha, eu queria também dizer, Sr. Presidente, que nós temos uma crise moral no Brasil: não é crise econômica, não é crise política, não é crise social; a maior crise deste país é a crise de valores. E eu acho que essas entranhas apodrecidas estão vindo novamente. Eu fico triste quando eu vejo aqui dois pesos e duas medidas, porque a gente tem que respeitar, a regra da boa convivência é o respeito.

Então, eu me solidarizo... Eu sei que é um assunto que não tem muito a ver, mas foi trazido para cá, eu tenho que me solidarizar, porque é outra pauta que a gente procura analisar, conhecer e estudar, que são os advogados dos presos políticos do dia 8 de janeiro. Não podemos absolutamente ter dois pesos e duas medidas quando se critica o Ministro André Mendonça, que tal é o herói nacional hoje em dia, porque está aí a podridão, a justiça acontecendo. Se critica porque ele prendeu alguém que tem filho pequeno. E o Alexandre de Moraes? A tragédia de 2 mil presos, um que morreu na Papuda com pedido da PGR para ser solto, morreu sob a tutela do Estado. E as crianças da Débora do batom? E tantas outras crianças, e os seus pais estão com a vida desgraçada, presos políticos em pleno século XXI.

Então minha solidariedade a esses advogados abnegados que, por amor, fazem um trabalho dedicado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E eu sou testemunha disso.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que o senhor precisa tomar uma posição com relação à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil. É um desrespeito não apenas ao Presidente e ao Relator, mas a todos que fazem este Colegiado, seja do Governo Lula, seja da oposição, nós aqui estamos empenhados. E eu acredito que não vai mais ter blindagem, tá? Senão vai... Realmente, eu acredito, Deputado Alfredo Gaspar, que não se sustenta mais blindagem depois do xeque-mate dado hoje, aqui. Nós temos que, todo mundo junto, oposição e Governo, a partir de agora – o que passou, passou –, ir para a frente para quebrar sigilo de quem quer que seja e também fazer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

as convocações que tem que fazer, inclusive aquelas que foram negadas aqui neste Colegiado, para vergonha dos brasileiros que querem ver a verdade.

Mas eu acho que, com o xeque-mate de hoje, essa operação abre um caminho para um consenso para que a gente possa, como disse aqui um colega há pouco tempo, que disse... Só para concluir, Sr. Presidente, eu já lhe agradeço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – "E nós vamos buscar todos [...] [os] criminosos [...] [colega da base do Governo Lula], um por um. E vamos garantir que cada centavo que essa gente roubou dos aposentados e aposentadas seja devolvido. Essa é a determinação do Presidente Lula, e nós vamos fazer cumprir essa determinação". Então, não tem motivo para blindar mais ninguém aqui – não tem motivo. Se é para fazermos isso, vamos fazer juntos, pela verdade do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Que Deus abençoe esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, só pela ordem, para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – O senhor poderia disponibilizar para a CPMI há quantos dias ou semanas aguarda-se resposta tanto de Banco do Brasil, Caixa e de eventuais outras instituições que não enviaram as informações? Isso é importante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente. Determino à Secretaria que disponibilize...

Mas, hoje mesmo, depois da nossa fala aqui e da possibilidade de convocação do Presidente da Caixa, fui procurado pelas assessorias parlamentares tanto do Banco do Brasil quanto da Caixa, que se comprometeram a ser mais céleres na liberação. Nós vamos aguardar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está ótimo. Nós estamos fazendo a nossa parte.

Como nosso último orador inscrito, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ilustre Relator, nobres colegas... Alô, Rio de Janeiro; alô, Rondônia! *(Risos.)*

Eu hoje vou falar em pé em homenagem ao meu colega Deputado Coronel Chrisóstomo, que, por forças das circunstâncias, está no seu estado trabalhando, falando do quanto tem sido importante esta CPMI porque ele falou que nunca recebeu tanto abraço de idosos e idosas, agradecendo pelo que nós estamos fazendo. Eu tenho quase convicção de que, se o Coronel Chrisóstomo sonhasse que hoje ia ter tanto ladrão preso, ele estaria aqui para celebrar, porque, se esta CPMI existe – e eu vou falar em pé mesmo, em homenagem ao Coronel Chrisóstomo... Alô, Rondônia! Se não fosse o Coronel Chrisóstomo para colher assinatura, se não fosse a Coronel Fernanda e a Senadora Damares, os coitados dos aposentados do Brasil e pensionistas continuariam sendo roubados tristemente.

Então, eu faço esta homenagem ao Coronel Chrisóstomo, inicialmente, e quero ao nosso depoente fazer algumas perguntas, para um comentário final.

Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, V. Sa. tem filhos?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS (Para depor.) – Tenho sim, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Quantos?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Um filho, uma filha.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Um filho?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Isso, uma filha.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Um filho.

V. Sa...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o último inscrito, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O último.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Com tudo o que ouviu aqui até agora, um dia...

É triste a gente ter que festejar a prisão de qualquer pessoa. Eu acho que nem um promotor de Justiça, que estuda para isso... Sua função, Deputado Gaspar, é isto mesmo: é cobrar, é punir, é acusar. O senhor estudou para isso. Eu não estudei para isso, não; eu sou teólogo, eu sou pastor. O meu estudo, o meu seminário me fez acreditar e faz com que eu acredite que até bandido tem direito à recuperação. Eu acredito nisso. Eu visito penitenciária, eu visito preso, eu prego o Evangelho para eles, eu falo de Cristo, eu falo que eles podem mudar, porque eu acredito que o ser humano é capaz de mudar – até ladrão! É minha convicção de fé, de prática e do que eu acredito. E eu já vi muita gente mudar.

É por isso que, em alguns momentos, Deputado Pimenta, eu, que sou da direita – e, às vezes, acusam... Ser de direita não quer dizer que a gente concorde com tudo que o outro pensa. Eu tenho colegas que são de segurança pública – e eu respeito todo operador de segurança pública –, e a frase deles é: bandido bom é bandido morto. Eu não concordo com essa frase – eu, pessoalmente –, porque, mesmo o cara sendo bandido, mesmo o cara tendo errado... e até porque eu lembro a lição de Maria Madalena. Jesus, um dia, chegou para uma mulher, e a lei naquela época falava: é para apedrejar, é prostituta... E Jesus falou: Quem não tem pecado, atire a primeira pedra.

E aí, com todo o respeito, porque eu tenho respeito – V. Sa. tem, salvo engano, 34 anos...

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Correto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tem um filho?

O SR. ERIC DOUGLAS MARTINS FIDELIS – Correto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Pode ter acontecido tudo.

Eu vi aqui que as acusações contra V. Sa., na minha avaliação, são sérias, mas V. Sa. é um ser humano: tem direito de errar, porque ninguém é perfeito a vida toda.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o bonitão, Marcel van Hattem ali, esse Parlamentar... Todo gaúcho é bonito, eu não sei por quê. Eu queria ter nascido no Rio Grande do Sul, mas eu nasci lá nas Alagoas, a gente não consegue ter a mesma virtude.

Olha só...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – As gaúchas...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Mas você quer falar que, com toda essa beleza estética que V. Exa. tem, você nunca errou na vida?

Lógico, todos nós já erramos.

Agora, uma coisa é errar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Outra é...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... outra coisa é praticar crime.

E até quem pratica crime, como é o caso de V. Exa., tem o direito, à luz do que eu acredito, do que eu ensino, de se recuperar e mudar. E a isso eu quero fazer justiça.

O Presidente desta CPMI só consegue presidir, com o equilíbrio e com a maestria que ele tem, porque ele acredita igual a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – A gente sabe que até o criminoso, errado, pode mudar de rumo e mudar de vida.

E aí, Sr. Eric, eu faço esse apelo a V. Sa. Talvez, quem sabe, V. Sa., que é tão jovem...

Eu tive agora o desprazer de ter meu filho mais velho se mudando para os Estados Unidos, porque foi assaltado no meu bairro e, por desespero disso, foi uma das motivações que o levou a estudar nos Estados Unidos, ficar lá um tempo, pelo menos para ver se o Brasil melhora, porque num país onde o Presidente da República foi condenado em todas as instâncias por corrupção, com provas, aí é "descondenado", no jeitinho brasileiro, e volta para a cadeia, fica difícil para falar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o povo não roubar, porque eu aprendi com meu pai que o exemplo vem de cima. Quando o exemplo... Já está lá um ladrão; o que vai sobrar para o resto, Deputado Alfredo Gaspar?

É um péssimo exemplo. Mas isso eu tenho que aceitar, porque eu defendo a democracia. E a maioria do povo brasileiro, nesse voto, no estilo que nós temos, decidiu que ele deveria voltar, e ele está aí, perseguindo os outros, falando de um golpe que nunca existiu...

E eu acho interessante que, nesta CPMI, Deputado Carlos Viana...

Eu, desde que cheguei aqui, no meu primeiro mandato, participei de três CPIs, lá na Câmara. Eu tinha prometido para mim mesmo que eu nunca mais ia participar de CPMI, porque eu não tenho a vocação de V. Exa. e do Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que é um promotor. A minha vocação é para ficar com pena das pessoas.

Eu, com toda sinceridade, Sr. Eric, coloco-me no seu lugar. Eu não vou tripudiar em cima de V. Sa., não. Ao contrário, a minha oração aqui hoje é para que V. Sa. possa refletir, contribuir com o Brasil. Você tem muito tempo pela frente ainda, você tem um filho para criar, e a gente pode errar na vida, mas pode consertar também. E a virtude do homem não são seus erros; são seus acertos. Não é porque teu pai, aparentemente, errou e hoje está preso, que você tem que seguir o mesmo caminho, apesar dos indícios serem fortes. Eu acho que V. Sa. tem toda a oportunidade do mundo, tem uma vida inteira adiante.

E aí eu vou falar muito mais como Pastor do que como Deputado, apesar de a minha função aqui ser Parlamentar: aproveite essa oportunidade, ajude esse nosso Brasil. As pessoas estão desesperançadas. O crime não compensa, a vida errada não vale a pena.

Eu falo isso para um monte de gente lá na favela; agora, no Complexo do Alemão, onde mataram 121 lá. Só naquele lugar, a nossa Igreja tem 30 igrejas – 30! Dos 121 mortos, quatro... Um era neto de alguém da minha Igreja... três filhos e netos de gente que foi criada na Igreja, mas o crime... Em algum momento ele não se cuidou, foi atraído pelo crime, e estão lá, vida ceifada cedo. Para que isso? A gente tem tempo de mudar na vida.

E a minha esperança... Eu estava falando com o Deputado Pimenta antes: você é jovem, tem tudo pela frente. Para que desperdiçar um futuro desse? Contribua com o Brasil, com o que você sabe. Seu pai tem muita experiência nesse assunto. A apresentação do ilustre Relator foi excelente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou terminar dizendo: Presidente Carlos Viana, esta CPMI... Se Deus não tivesse usado o Zé Trovão, que nem veio aqui hoje... Me reuniu com a Deputada Bia, com os Deputados do PL, na minha sala, e falou assim: "Ô, Líder, o que nós vamos fazer na CPMI?". Eu já estava desanimado. Sabe por quê, Pimenta? Porque você e o Governo do PT já tinham cooptado esta CPMI, iam botar aqui o Omar Aziz, iam botar um Relator que ia ser chapa branca, que não ia resolver o problema. É igual a CPI do crime organizado – é igual a CPI do crime organizado –, não...

(Soa a campanha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... ia dar em nada. Aí o Zé Trovão chegou para mim e falou: "Que pastor é você? Você não tem fé, não, Tomé?", Zé Trovão, na reunião, quando eu falei: "Olhe, esquece, eles vão ficar fazendo lá de conta que estão investigando, não vai ter nada".

Porque CPI, Deputado Pimenta, é um instrumento da oposição, nunca é do governo. Se amanhã o meu partido voltar para o Governo, e eu vir alguém falando: "Vamos tomar a CPI de assalto", eu vou ser contra, porque CPI é para a oposição, é regimental, mas...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Porque a gente não toma nada de assalto.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... não é assim que funciona com alguns.

Aliás, quando é para advogar para uns, tem gente aqui que defende; quando é para advogar para outros, aí esse advogado não presta. Parece que só presta aqui, advogado que veio aqui...

Inclusive, advogado que veio aqui, eu não sei se V. Exas. prestaram atenção, eu sou observador e vou terminar: teve uma advogada aqui que veio com uma bolsa de R\$32 mil. É o direito dela, ela é advogada, ganha bem para isso, bons honorários, R\$32 mil. Que marca era aquela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Chanel – Chanel.

Então, parece que advogado com bolsa de R\$32 mil, da Chanel, tem gente aqui que quer proteger. Agora, advogado que trabalha de graça, para quem é do dia 8 de janeiro, tem que ser esculhambado aqui, nesta CPMI, ou aqui, no Senado; mas nós respeitamos todos advogados,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive a advogada que está aqui, que foi respeitosa com esta Comissão, diferente de alguns depoentes que vieram aqui e enfiaram o dedo na sua cara, advogados que alteraram a voz.

Aqui nós estamos fazendo um trabalho pelo Brasil, e estou aqui feliz, Deputado Carlos Viana, para dizer que valeu a pena o Zé Trovão chamar a minha atenção e me chamar de Tomé, porque, por causa daquilo, nós articulamos, V. Exa. está aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... o Relator está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... e aqui esta CPI não vai terminar em pizza. Quem roubou vai para a cadeia e vai ter que devolver dinheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Estão encerradas as falas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, o senhor me permita aqui só dois esclarecimentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 14, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Presidente, se for dar art. 14 para ele, eu vou querer também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... porque eu mandei até para a V. Exa. que ela citou o meu nome. Quando o Deputado Marcelo falou, ela falou: "Eu estou respondendo à Deputada Bia".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra: eu concordo que a gente evita citar o nome, para ficar uma coisa menos pessoal, mas no momento que a Deputada, que a Senadora Soraya fala "Ela foi Procuradora..."; "Saiu daqui, não quis ouvir!"... Eu tinha acabado de falar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência, a senhora...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos fazer o uso dos cinco minutos? Me dá um instantinho só.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em primeiro lugar, o nome dela não foi citado, Presidente. Em segundo lugar, ela não estava presente. E o nome dela não foi citado. Então, eu só quero antes resolver essa questão, porque o nome dela não foi citado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E o Parlamentar não estava.

Não, não. O senhor falou que estava aqui com a intenção de tomar de assalto...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu não falei com você isso não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Falou que o Governo... Citou o meu nome...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Governo é uma coisa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tá bom.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você é Líder do Governo agora?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso falar Presidente?

Coloca o meu tempo Presidente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, eu só queria entender. Agora que eu entendi que ele é Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Sa. citou o nome dele.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, eu citei o nome dele, mas não para falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é, mas...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas, como Líder do Governo, ele tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque nós temos uma regra aqui: mostrou o vídeo, falou o nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu sei, mas falou o nome?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ah, não pode nem falar o nome?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. *(Risos.)*

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só para elogiar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque no...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mas eu te elogiei!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas teve uma hora que não me elogiou.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Mas falou mal do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, eu vou dar...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Do Governo eu falo mal mesmo. Eu não falo dele não porque ele é meu amigo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar os cinco minutos. Agora, eu sinceramente, Deputado, não vi o vosso nome sendo citado. Sinceramente que não ouvi.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Excelência, eu até mandei o vídeo em que ela fala: "Estou respondendo à Deputada Bia".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ela tem o direito de pedir.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Agora, tem um detalhe: a gente, quando fala, sem citar o nome, a gente procura também ser mais vago, porque, se eu falo assim "Essa pessoa aqui do meu lado...", e não falo o nome, ela tem direito ao art. 14! Ela falou: "A Procuradora acabou de sair". Me acusou de não querer ficar para ouvi-la...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Luiz Lima também merece o art. 14.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... sendo que eu avisei para ela: "Senadora, eu tenho que sair, porque estão me esperando para uma entrevista, mas eu volto".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Dá o art. 14 para ela.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Então, me dá uns minutos para falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, não, eu vou seguir...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... senão, na próxima sessão, vai ter que fazer tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou seguir a regra. Se me provarem que ela disse o vosso nome, eu vou dar o artigo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu mandei o vídeo!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Olha as notas taquigráficas. As notas taquigráficas.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu mandei o seu vídeo!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Se tiver o nome na nota taquigráfica, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como é que chama aquele negócio no futebol que...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ela disse que estava me respondendo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, nós estamos caminhando para o final, hoje foi um dia vitorioso...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Chama o VAR, Presidente! Chama o VAR.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou olhar o VAR aqui.

Enquanto eu olho o VAR aqui, o Relator tem a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, quero fazer dois esclarecimentos. O primeiro é que Alagoas é terra de gente bonita, e a prova disso, aqui na CPMI, é a beleza de dois alagoanos, o senhor e eu. *(Risos.)*

O segundo, o segundo... Mas, falando sério, tirando eu, que estou fora da estatística, Alagoas é terra de gente decente e bonita. Eu tenho muito orgulho e o senhor também, e Alagoas tem orgulho do senhor também.

Segundo, é que o Coronel Chrisóstomo emocionado, pediu para, em nome dele, agradecer ao senhor por ter citado Rondônia e ter citado o nome dele.

Só queria fazer esses dois registros.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, a Deputada disse que, se eu não pedir o art. 14, ela também não vai pedir. Como eu tenho tempo de Liderança também, então, vamos deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora concorda, Excelência?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – V. Exa. disse que daria os cinco minutos.

Agora, se ele não for usar, for trocar para usar o tempo de Liderança, não; aí, eu quero responder. Só se ninguém for falar mais nada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

Então, vamos fazer o seguinte, olha: V. Exa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou falar sim, cinco mais cinco.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ou ninguém fala nada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... ou todo mundo fala o que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Deputada Bia Kicis...

O senhor concorda? Podemos tirar os cinco minutos dos dois?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas, Sr. Presidente, eu não abri mão do tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, eu não estou falando de tempo de Liderança não; estou falando aqui de art. 14, tanto para o Paulo Pimenta quanto para a Senadora Bia Kicis... A Deputada – Senadora, quem sabe, não é?

Podemos dar sequência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tempo de Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não? A senhora quer falar?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, art. 14, cinco minutos, Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para explicação pessoal.) – Pois não.

Sr. Presidente, como V. Exa. ouviu, foi dito o meu nome, a Senadora disse que estava respondendo à Deputada Bia Kicis, mas eu não quero usar o meu tempo para agredir a Senadora.

O meu propósito aqui era defender os Deputados, desculpa, os advogados do pessoal de 8 de janeiro, os perseguidos políticos, porque eu achei, realmente, totalmente... Uma coisa totalmente fora do esquadro a Senadora ter usado o tempo da sabatina para denunciar, com base numa denúncia de um youtuber, dizer que tinha uma denúncia para apresentar contra os advogados de 8 de janeiro, porque eles não estavam atuando de forma ética, porque eles estariam fazendo uma defesa coletiva, sem fazer com que os seus defendidos, os seus representados citassem o nome do Presidente Jair Bolsonaro.

Então, assim, é uma coisa tão absurda, que parece o quê? Que ela está levando ao PGR o inconformismo dela, mas usando a vida de pessoas profissionais, pessoas sérias, dedicadas, que até mesmo defendem pessoas que não têm condições de pagar, que teriam que se utilizar da Defensoria Pública, e eles estão se dispondo a defender essas pessoas, botando a vida desses advogados agora nas mãos, talvez, de uma representação da PGR.

Sinceramente, ao que nós estamos assistindo, denúncias sem crime, pessoas perseguidas políticas... Agora, não bastam aqueles inocentes que estavam se manifestando, muitos que nem em Brasília estavam, mas agora os próprios advogados? A Senadora quer que esses advogados também respondam, passem por essa intimidação, por essa tortura, por essa perseguição?

Então, assim, eu fui procuradora, ela disse que eu...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Não falei em nome de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Que se espantava por eu ser procuradora e parecer não entender de nada, que talvez eu não tenha assistido a nenhuma audiência...

Eu assisti a várias audiências. Inclusive, desde as audiências de custódia em que eu via juízes que até tinham que segurar o choro, porque eles viam pessoas inocentes e tinham ordem que não podiam fazer nada, porque eles estavam ali cumprindo um papel, fazendo uma audiência de custódia de fachada, porque só quem poderia tomar decisão era o Ministro Alexandre de Moraes.

Então, a Senadora, que se diz defensora dos advogados, quer que advogados passem por isso também? Quer que eles sejam criminalizados porque ela entende que eles não estão fazendo a defesa que ela imagina que deveria ser feita, que ela imagina que deveria ser que eles delatassem Jair Messias Bolsonaro?

Então, assim, isso é uma coisa absolutamente inacreditável!

Mas se for para ela, então, querer acusar alguém, perseguir alguém, que seja para cima de mim, porque dizer que eu, como procuradora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Se a carapuça serviu...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não tem carapuça mesmo servindo aqui. É um direito de defesa. É uma resposta. E, quando a pessoa responde a uma acusação injusta, ela não está usando, botando carapuça nenhuma não; ela está repudiando uma denúncia, uma acusação injusta, infundada.

Sinceramente... Eu acho isso um absurdo! Eu fiquei inconformada de ver usar aquele momento da sabatina para tentar incriminar.

Estou com um dossiê, um dossiê de um cara, nem sei o nome dele, é um youtuber fracassado que tem aí, que fica usando, pegando falas dos advogados, fica usando imagem de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas inocentes e debochando da cara dessas pessoas, debochando de mães, debochando de pais que estão afastados dos seus filhos...

(Soa a campanha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... de filhos que estão afastados dos pais idosos, de evangélicos, católicos... pastores, pessoas que estavam se manifestando de forma pacífica, e fica debochando dessas pessoas.

É esse que está servindo de fonte, o dossiê dessa pessoa, para tentar incriminar, tentar que o PGR faça uma denúncia contra advogados.

Eu preciso repudiar isso! Isso é o fim da picada!

Eu não esperava dessa Senadora, não esperava esse tipo de atitude. Para mim foi chocante. Eu já vi muita coisa, mas preciso dizer que isso me chocou, e é preciso uma voz que se levante, aqui neste Parlamento, em defesa desses advogados.

Nós temos alguns que estão aqui acompanhando esta CPMI e outros que estão fora, pelo Brasil inteiro, como ela diz, todo canto do Brasil, defendendo inocentes, e eles têm liberdade para defender de acordo com as suas convicções, não de acordo com a convicção da Senadora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Paulo Pimenta, vai fazer uso do art. 14, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou, Presidente, e já vou aproveitar e usar o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Dez minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu assisti, acompanhei aqui, de forma atenta, as manifestações dos Parlamentares da oposição e confesso a V. Exa. que hoje eles se superaram, Presidente. Eles se superaram, porque são capazes de uma cara de pau, de criar uma narrativa mentirosa, que envergonha qualquer pessoa que, minimamente, acompanha a política deste país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu cheguei aqui... Acho que não tinha ninguém aqui que era Parlamentar quando eu cheguei aqui a esta Casa. Cheguei aqui a esta Casa, nenhum de vocês era Parlamentar aqui.

Eu cheguei aqui e convivi com o Bolsonaro Deputado Federal, Presidente. Eu convivi com o Bolsonaro afrontando jornalistas mulheres, colegas mulheres, porque ele sempre foi covarde. Então, o Bolsonaro, Presidente, com homem ele nunca se atravessou; ele sempre foi covarde, para brigar com mulher. Perseguia Deputadas, jornalistas, um Parlamentar medíocre, que era conhecido, Presidente, por defensor de bandido, o Bolsonaro era conhecido por defensor de bandido.

Eu conheci o Bolsonaro, Presidente, indo para a tribuna defender miliciano. Bolsonaro era defensor de milicianos, Presidente. Ia para a tribuna defender extermínio, grupo de extermínio.

O senhor já ouviu falar num camarada chamado Adriano da Nóbrega, Adriano da Nóbrega, Capitão Adriano da Nóbrega, braço armado do escritório do crime da milícia do Rio de Janeiro, homenageado com a Medalha Tiradentes, Bolsonaro, o Flávio Bolsonaro deu a medalha, e foram entregar para ele preso, na cadeia do Rio de Janeiro.

Depois mataram ele – queima de arquivo – lá na Bahia.

A mãe e a mulher eram nomeadas no gabinete do Flávio Bolsonaro – nunca foram trabalhar – na Alerj. Nunca botaram os pés. Nomeadas as duas no gabinete do Flávio Bolsonaro na Alerj. Recebiam o dinheiro e entregavam para o Queiroz, e o Queiroz pagava as contas de toda a família, inclusive da Michelle. A Michelle ficou anos sendo sustentada com o dinheiro da família do Adriano da Nóbrega, com todas as contas pagas pelo Queiroz.

Presidente, isso que eu estou dizendo aqui eu disse várias vezes na tribuna e pedi que eles me processassem. Pedi que eles me processassem para provar. E sabe por que nunca processaram, Presidente? Porque eu ia pedir a quebra do sigilo do Queiroz para produzir prova e ia mostrar para eles que a família Bolsonaro, a Michelle, todos eles... Os imóveis comprados pelos filhos, boa parte do dinheiro é o dinheiro que vem do crime organizado, que vem da milícia. Então, como essa gente aqui vai ter moral para acusar alguém de bandido, Presidente? Essa gente aqui que idolatra o maior bandido que a política brasileira já conheceu, envolvido com o crime





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado no Rio de Janeiro. Enriqueceram comprando imóveis a dinheiro vivo. Eu não admito e não aceito uma vírgula de acusação. Querendo pregar moral essa turma aqui, que é defensora do maior bandido que a política brasileira já conheceu, chamado Jair Messias Bolsonaro. Vai para a cadeia agora no primeiro inquérito, que é sobre o golpe, mas poderia ter ido em vários outros. Aliás, irá em vários outros.

Aliás, o Ronnie Lessa, que era vizinho dele, que morava no mesmo condomínio dele, foi preso com mais fuzil do que apreenderam agora nessa operação do Rio de Janeiro. O Ronnie Lessa, que está lá no esquema do assassinato da Marielle – que o filho... a filha foi namorada de um dos filhos do Bolsonaro, que era vizinho dele –, foi preso com mais fuzis do que foram pegos agora lá no Morro do Alemão.

Então, não me venham... porque eu sei quem é Jair Bolsonaro. Eu conheço a trajetória do Bolsonaro. E eu fico constrangido de ver Parlamentares até jovens que apareceram aqui se prestarem a esse papel. Daqui a uns anos vão ter vergonha, vão querer apagar da sua biografia terem vinculado o seu nome a um camarada como esse, que representa o que de pior à política brasileira já produziu, Presidente.

Em segundo lugar, acham que enganam quem, Presidente? Acham que enganam quem? Hoje foram presos... Conafer e CBPA. Querem botar no nosso colo, Conafer e CBPA? Carlos Lopes? Querem botar no nosso colo? Vocês criaram esse monstro, gente! Foram vocês que deram um ACT para ele. Depois, quando os servidores do INSS cassaram, botaram o Rolim de Presidente do INSS, tiraram da Dirben, botaram na Dirat. E depois, Presidente, durante o período em que ele ficou sem arrecadar, devolveram os 11 milhões para ele, que ele cobrou atrasado. E quem é que deu o parecer? Virgílio. Quem é que estava lá? O Fidelis. Conafer é filho legítimo de vocês. Tanto é que o chofer dele é membro desta CPI, Senador da Bancada da Oposição – o chofer do Carlos Lopes, da Conafer, o Mão Preta, que veio aqui. E foi preso um monte de gente junto com ele, inclusive foram presos arma, munição, dinheiro.

Alguém aqui, em sã consciência acha que a Conafer, que o Carlos Lopes, tem alguma coisa a ver conosco, gente? Tem alguma coisa a ver com o PT? Tem alguma coisa a ver com o Lula?

Aliás, ficam repetindo essa ladainha do Frei Chico, do Frei Chico... Tem centenas, milhares de documentos aqui dentro da CPI. Eu desafio vocês a me apresentarem uma linha, uma linha de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer documento, de qualquer RIF, de qualquer quebra de sigilo. Eu desafio vocês a acharem num inquérito, seja onde for, da Polícia Federal, da CGU, qualquer coisa em que apareça o nome do Frei Chico. Eu desafio vocês a me mostrarem, nas centenas de milhares de documentos que tem dentro desta CPI, vocês acharem o nome do Frei Chico. Vocês não vão achar porque não tem.

Enchem a boca aqui para dizer: "Ah, mas no RIF de não sei quem apareceram 10 mil, que foram pagos por um contador que lá, 20 anos atrás, fez o Imposto de Renda do Presidente Lula", como se isso fosse um grande achado.

Olha, gente, aparecer no RIF de que alguém pagou, por si só, não quer dizer nada, até porque o Partido Novo... O Partido Novo aparece no RIF da Amar Brasil, aparece depósito para o Partido Novo, a gente sabe disso há muito tempo, mas não achamos que era algo tão grave, por quê? Porque foi uma pessoa, mas está lá no RIF da Amar Brasil, identificado como transação suspeita.

O único partido que até agora apareceu recebendo dinheiro do esquema do INSS, Sr. Presidente, é o Partido Novo, não foi nenhum outro partido. E enchem a boca aqui para querer aparecer como paladinos da moralidade, Sr. Presidente, como se fosse algo tão grave o que foi dito aqui.

Então, aqui a gente sabe quem é quem, ou vocês acham que enganam alguém com o Abraão Lincoln, da CBPA, querendo colocar no nosso colo, gente... O Abraão Lincoln, lá do Rio Grande do Norte. O Abraão Lincoln, da CBPA, que ganhou tudo o que ganhou em 2022. Ou alguém, em sua consciência aqui, acha que o Abraão Lincoln tem relação com o PT, com o Lula, com o nosso Governo?

Deixem de ser bobos! Todo mundo aqui sabe que ele veio da casa de vocês. É um cara em que as relações políticas dele, todas, estão no campo deste grupo político...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que vem aqui fazer demagogia, que vem aqui fazer discurso vazio.

E nós nunca fomos contra investigar. Nós sempre dissemos que a Polícia Federal estava conduzindo uma investigação e achamos que era importante preservar informações importantes





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa investigação, e nós sempre defendemos – e vamos continuar defendendo – que era fundamental, antes mesmo de concluir a investigação, garantir que os aposentados e aposentadas que fossem roubados recebessem o seu dinheiro de volta, e é isso que nós estamos fazendo: já são 3,7 milhões de aposentados e aposentadas e pensionistas que receberam o seu dinheiro de volta, mais de 2,5 bilhões.

E nós vamos garantir, Sr. Presidente... Nós vamos garantir que todos eles recebam o dinheiro que foi roubado, e foi roubado, Sr. Presidente, por conta desse esquema criminoso que, se não fossem os decretos e as mudanças que foram feitas dentro do Governo Bolsonaro, jamais teria existido, Sr. Presidente.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ...isso tudo aqui é narrativa falsa para tentar tirar a responsabilidade daquilo que o povo brasileiro já descobriu. Se não fossem as mudanças que Bolsonaro, Onyx, Rolim e Paulo Guedes fizeram, nada do que está acontecendo neste país jamais teria acontecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. O seu tempo de...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, art. 14. Fui citado pelo Deputado Sóstenes, mas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não foi citado, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não foi pelo senhor, fui citado pelo Deputado Sóstenes, mas fui citado, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para o partido não vale, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vale, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu fui citado, sim. Por que é que não vale?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é para o nome.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu fui citado pelo Sóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É para esclarecimento de fato para o Parlamentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, vou esclarecer o fato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. O artigo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, deixe-me só aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel Van Hattem, só um instante. Se eu...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Citar o Marcel, eu citei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Questão de ordem sobre o art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, se eu for...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Questão de ordem sobre o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Preste atenção. Durante... Só na tarde de hoje, todos os Parlamentares...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concordo com o Líder Pimenta. Eu concordo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu não estou falando do PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Sóstenes, só um instantinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor. Só um instante, por favor.

Durante toda a tarde, toda a tarde, aqui foram feitos... Aqui eu sou obrigado, como Presidente, a colocar. Foram feitos vários discursos contra o partido do Governo. Eu não dei art. 14 para ninguém sobre isso, porque o art. 14 aqui é sobre o Parlamentar citado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o Sóstenes me citou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas o Sóstenes...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, ele me citou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o Sóstenes não o citou negativamente em absolutamente nada. Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas quem faz esse julgamento não é V. Exa., Sr. Presidente. Ele fez...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Presidente, eu não citei o Deputado Pimenta negativamente. Eu elogiei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele disse que eu poderia ter cometido erros. Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, Excelência, o senhor citou o nome dele. E ele pode pedir.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, mas eu citei o nome do...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o Deputado Sóstenes disse que eu poderia ter cometido erros. E citou meu nome. Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Marcel Van Hattem, a questão é...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – As pessoas estão me perguntando sobre que erros que ele está falando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não acolho a questão de ordem de V. Excelência.

Com a palavra...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, mas antes disso, apenas pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem. Pela ordem.

O que nós ouvimos há pouco é o seguinte: nós não temos problema nenhum. Uma pessoa afiliada ao Novo recebeu R\$6 mil, segundo o RIF; R\$2 mil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu aqui aprovo agora a convocação dessa pessoa em troca inclusive da Danielle Fonteles, do Frei Chico. O PT escolhe. Escolhe quem quiser. E não blindem. Nós não vamos blindar ninguém. Agora, nesta hora, extrapauta. Eu desafio...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, está escrito Partido Novo...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ...o Governo PT...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Partido Novo no RIF. Demagogo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Extrapauta, agora.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Partido Novo está inscrito lá no RIF. Demagogo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem... Se tiver qualquer problema, está expulso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Demagogo, picareta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero ver o PT expulsar o Frei Chico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto. Excelente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quero ver o PT expulsar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito Obrigado, Deputado. Está feito o desafio. Muito obrigado, Excelência.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência. Obrigado, senhores.

Senador Rogerio Marinho, por favor. Com a palavra, pela Liderança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Está no vermelho aqui. Pronto.

Bom, Sr. Presidente, eu vou aproveitar aqui meus cinco minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já está...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, eu vou cortar, por gentileza, a fala, se for necessário.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, Sr. Presidente, eu tenho uma montanha de argumentos em relação ao que foi dito aqui.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, montanha, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós ouvimos aqui que fulano, beltrano, sicrano é de fulano, não é nosso. Nós assistimos aqui a essa patuscada do PT de jogar contra aqueles que ingressaram no seu Governo e fizeram parte do seu Governo, porque foram vendo, ao longo do tempo, que o castelo estava desmoronando. Em especial, o Sr. Stefanutto, que, no relatório da Polícia Federal que foi publicado hoje, mostra que aquele primeiro ovo da serpente – é bom que a população possa ler o relatório –, desde 2016, 2017, ele recebe uma mesada da Conafer, e a Conafer é uma central sindical.

Gente, não existe maior mentira do que dizer que o Governo de direita do Presidente Bolsonaro montou um esquema para beneficiar centrais sindicais e sindicatos picaretas.

Aliás, Presidente, eu tive a oportunidade de ser o Relator da reforma trabalhista. Foi de nossa lavra a ação que impediu o primeiro roubo – que foi retirado –, que era o imposto obrigatório. E, ontem, nós tivemos outra vitória, acabando com o desconto associativo.

Eu não vou me alongar muito, mas só para lembrar que o Stefanutto – que eles estão jogando às feras agora e que defendiam até ontem – foi Chefe de Assuntos Estratégicos do INSS de 2004 a 2006: Governo Lula. Você não pode se desvencilhar disso. Coordenador da Procuradoria do INSS de 2006 a 2008: Governo Lula. Procurador-Geral do INSS de 2011 a 2017: Governo Dilma e Temer. E Presidente do INSS de 2023 a 2025. E mais grave, Senador: ele foi o coordenador da equipe que fez a transição. Foi ele escolhido diretamente pelo Presidente Lula para fazer a transição, ou seja, para continuar assaltando a Previdência em nome dos companheiros. Isso está muito claro, está muito cristalino. Está, assim, tão claro que eu fico olhando assim e dizendo: "Poxa".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí ele faz uma série de agressões aqui ao Presidente Bolsonaro, que não está aqui para se defender. Olha, eu convivi com o Presidente Bolsonaro e eu posso afirmar aqui que não conheço figura pública como o Presidente Bolsonaro: com desprendimento, com espírito público, com a condição de servir o Brasil. Ele foi alguém que não permitiu, por exemplo, o aparelhamento da máquina pública, como o PT faz. E o resultado é que nós terminamos o nosso Governo com 54 bilhões de superávit e as estatais no azul. E o Governo, agora, quebrou as estatais, quebrou os Correios, está quebrando os fundos de pensão, porque voltou a aparelhar a máquina pública.

Os números mostram o que é que a corrupção faz de mal ao Brasil. Ele faz aqui uma série de diatribes, falando a respeito de um processo e dizendo que não se pode comparar o Presidente Bolsonaro. Vamos comparar com Lula: Lula foi preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro; o Presidente está sendo preso por um crime político. Há uma diferença fulcral, há uma perseguição contra o espectro político da população brasileira. O maior líder popular do Brasil está impedido de falar, há cem dias amordaçado. Enquanto isso, o outro foi preso durante quinhentos e tantos dias e foi descondenado, porque as ações contra ele não foram retiradas. Houve um problema técnico ou processual e voltou-se à escala zero, mas ele teve três instâncias de julgamento, ao contrário do Presidente Bolsonaro, que não teve direito a uma segunda instância, e nós quebramos, inclusive, o Pacto de São José da Costa Rica.

Eu queria, por favor, que botassem na tela aí o exemplo do que é o PT nesses 18 anos, que são um bando de gafanhotos contra o Brasil.

Está aí.

Lista de petistas presos: Aldemir Bendine, ex-Presidente da Petrobras e do Banco do Brasil; Wagner Pinheiro, ex-Presidente dos Correios; Othon Silva, ex-Presidente da Eletronuclear; Juquinha das Neves, ex-Presidente da Valec; Renato Duque, ex-Diretor da Petrobras; Cerveró, ex-Diretor da Petrobras; Jorge Zelada, ex-Diretor da Petrobras; Guilherme Lacerda, ex-Diretor do fundo de pensão de funcionários do BNDES; Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobras; João Vaccari, ex-Tesoureiro do PT; Paulo Ferreira, ex-Tesoureiro do PT; Delúbio, ex-Tesoureiro do PT; Paulo Bernardo, ex-Secretário do PT; Cândido Vaccarezza, ex-Líder do PT na Câmara dos Deputados; Delcídio do Amaral, ex-Líder do Governo do PT no Senado...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... José Dirceu, ex-Ministro-Chefe da Casa Civil no Governo Lula; Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda no Governo Lula; Pedro Barusco, ex-Gerente Executivo de Engenharia da Petrobras; André Vargas, ex-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; Lula; Alessandro Stefanutto, agora Presidente do INSS, progressista e ligado à esquerda, preso hoje; Virgílio Oliveira, progressista e ligado ao PT, preso hoje; André Fidelis, progressista e ligado ao PT, preso hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Essa é a diferença de um legado de quase 18 anos de assalto ao país. Eles não vão poder apagar a história. Eles estão tentando reescrever a história fazendo uma série de artifícios do ponto de vista jurídico, mas a história não prescreve, está tudo registrado. E eu não tenho dúvida de que a história vai fazer justiça e está nos observando a todos.

Eu espero, Sr. Presidente, de verdade, que essas disputas políticas fiquem apenas disputas políticas. Agora, que nós não tenhamos a possibilidade de, na próxima vez que nós nos debruçarmos aqui sobre os requerimentos, fazer um discurso e ter uma prática diferente: vamos deixar de blindar os bandidos e vamos aprovar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... Para encerrar aqui, vou ler uma parte pública da decisão do Ministro André Mendonça, a parte que pode ser divulgada, com relação à operação de hoje. Diz o seguinte:

Ante o exposto, com fundamento nos artigos 262, 311 e 312 do Código de Processo Penal e com alicerce em toda fundamentação acima, para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução e para assegurar a futura aplicação da lei penal, decreto a prisão preventiva dos investigados: i) Carlos Roberto Ferreira Lopes, ii) Cícero Marcelino de Souza Santos, iii) Vinicius Ramos da Cruz, iv) Samuel Chrisostomo do Bomfim Junior, v) Tiago Abraão Ferreira Lopes, vi) Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, vi) André Paulo Félix Fidelis, e vii) Alessandro Antônio Stefanutto.

[...] Determino, com fundamento no art. 319, IX, do CPP, a monitoração eletrônica dos [seguintes] investigados: i) Lucineide dos Santos Oliveira, ii) Ahmed Mohamad Oliveira Andrade [...], iii) Rogério Soares de Souza, iv) Pedro Alves Correa Neto, v) André Luiz





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins Dias, vi) Walton Cardoso Lima Junior, vii) Gilmar Stelo, e viii) Ingrid Pikinski Morais Santos.

[...] Indefiro, pelas razões acima apresentadas, o pedido de monitoração eletrônica do investigado Deputado Federal Euclides Marcos Pettersen Neto.

[...] Indefiro [também] o requerimento da autoridade policial de fixação de valor de fiança em montante correspondente ao valor do suposto montante obtido ilicitamente por cada um dos investigados com esteio nos fundamentos mencionados ao longo desta decisão.

Ausente a determinação do pagamento de fiança neste momento processual, ficam, por ora, prejudicados os pedidos subsidiários da Polícia Federal de decretação de prisão domiciliar, bem como, pela mesma razão, prejudicado o pedido subsidiário de suspensão do exercício da função pública de Deputado Federal em relação ao investigado Euclides Marcos Pettersen Neto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, negou. Ele negou. A Polícia Federal fez o pedido, mas o Ministro negou o afastamento da função pública e a prisão domiciliar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – De quem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do Deputado Euclides Marcos Pettersen Neto.

Bem, tem aqui também: "Ante o exposto, com fundamento [...] decreto a prisão preventiva [...]: i) Thaisa Hoffmann Jonasson, ii) Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, e iii) Antônio Carlos Camilo Antunes".

As demais partes da decisão são apenas complementação do voto do Ministro.

Aqui, Deputado Sóstenes, a Polícia Federal pediu o afastamento e a prisão, ele negou. De toda maneira, se tivesse dado provimento, o aceite teria que ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Eu sei, mas a Polícia Federal...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, me permitam aqui encerrar, como sempre gosto, numa palavra aos brasileiros e brasileiras.

Olha, a gente aguenta a vida; o que a gente não aguenta é a injustiça.

Há três tipos de vidas que revelam o que o Brasil tem de mais cruel e mais verdadeiro, mesmo quando o país insiste em ignorá-las: os idosos, as viúvas, os órfãos.

Os idosos passaram a vida inteira pagando o INSS, não por escolha, mas por obrigação. Foi descontado no salário deles mês após mês, ano após ano, durante décadas. Pagaram quando eram jovens, quando eram fortes, quando o país precisava deles. Pagaram mesmo quando o salário mal dava para chegar ao fim do mês. Pagaram porque o Estado prometeu que, no final da vida, teriam dignidade. Mas, quando finalmente chegaram ao tempo do benefício, o que milhões de idosos brasileiros receberam? Uma realidade vergonhosa, uma aposentadoria que humilha, que envergonha o trabalho, que diminui a história de cada cidadão. Durante décadas, foram obrigados a pagar e, no dia em que precisavam receber, descobriram que estavam roubando o pouco que lhes restava. Idoso no Brasil não vive, sobrevive. É como se o Brasil dissesse aos idosos: "Agradecemos por sustentar o país por quarenta anos; agora, sobrevivam, se conseguirem".

As viúvas conhecem uma dor dupla, primeiro a da perda, depois a da cobrança injusta. A pensão que recebem, fruto de toda uma vida construída ao lado de alguém, deveria ser proteção, mas o sistema as trata como se estivessem pedindo favor. Enfrentam filas, portas fechadas, burocracias intermináveis e, para completar, descobrem descontos indevidos, cobranças invisíveis, associações que nunca existiram em benefício delas. São obrigadas a sobreviver com um valor que não paga nem a dignidade básica. Viúva no Brasil, senhores, não recebe pensão, recebe migalha.

Os órfãos sofrem o golpe mais cruel, porque, quando o Estado falha com o órfão, falha naquilo que é mais essencial: proteger quem não pode se proteger. A pensão que recebem não é apenas um número, é vida, memória, sustento, futuro de todos eles. E, quando essa pensão foi atacada pelo esquema criminoso denunciado pela CPMI, investigado por todos nós, foi como se deles arrancasse, mais uma vez, aquilo que perderam. Órfão no Brasil não tem o futuro garantido; o desrespeito é companheiro de toda uma vida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, diante dessa realidade, ecoa a advertência eterna das Escrituras: “Não maltratem nenhuma viúva, nenhum órfão. Se vocês os maltratarem e eles clamarem a mim, eu certamente ouvirei o seu clamor”. Está em Êxodo, Capítulo 22, dos versículos 22 a 23.

Por muitos anos, essas vidas caminharam sem esperança, não porque não acreditassem no país, mas porque o Brasil, há muito tempo, passou a tratá-las como se elas não existissem. E talvez seja por isto que essa luta me toca tão fundo: porque eu me lembro do meu pai, caminhoneiro, chegando em casa cansado, depois de atravessar metade do país. Chegava com as mãos doídas do volante, com as costas marcadas pela viagem, mas com a dignidade intacta. E ele sempre dizia: "Meu filho, a única coisa que resta ao trabalhador é o direito de envelhecer com respeito e de se aposentar". E, quando eu olho para esses idosos enganados, eu vejo meu pai. É por isso, senhores, que eu não recuo.

Tentaram nos calar, tentaram nos intimidar, tentaram nos ignorar, tentaram transformar silêncio em regra e medo em método, mas eles não conseguiram. Esta CPMI escolheu fazer o que o Brasil esperava: falar o que muitos não querem ouvir.

O Brasil vive um daqueles raros momentos em que a verdade sobe à superfície com a força de uma maré, momentos em que uma nação machucada finalmente começa a enxergar a própria coragem. E esta CPMI faz parte desse momento. Ela não investiga apenas um esquema; ela expõe uma ferida nacional que muitos tentaram esconder.

Hoje, porém, o Brasil viu um sinal diferente. Nós acordamos com uma operação da Polícia Federal e da CGU, em 17 estados e no Distrito Federal, que cumpriu mandados, desarticulou estruturas e prendeu o ex-Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto. O país compreendeu que essa injustiça não é normal e não será tolerada.

Durante muito tempo, esses criminosos caminharam como sombras no meio de nós, usando a escuridão como proteção e a arrogância nesta CPMI para se dizerem inocentes e perseguidos politicamente por um grupo que tinha apenas interesses na própria vida. Erraram! Mas a verdade, senhores, tem uma regra simples: ela não aceita a noite para sempre; mais cedo ou mais tarde, alguém acende a luz.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a verdade foi conhecida e se tornou uma realidade no Brasil com relação aos roubos do INSS. E, para o bem dessa verdade – e que fique corretamente registrado para a história –, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União só conseguiram trabalhar com a independência que foi tão acalentada aqui nesta Comissão, porque existem núcleos dentro do próprio STF que não se dobram à pressão dos superiores. Foi essa pequena faixa de autonomia construída no limite que permitiu que a verdade viesse à tona hoje nessa operação.

Esta CPMI viu com os próprios olhos o Delegado da Polícia Federal, que só aceitou falar aqui depois que o superior dele, sentado na primeira fileira, deixou a sala. Quando a pressão saiu, a verdade entrou. Isso mostra o tamanho da interferência que existia e o tamanho da coragem que está sendo necessária para romper esse cerco.

Hoje, os idosos viram que sua vida inteira de pagamento obrigatório não será jogada no lixo. Hoje, as viúvas perceberam que sua voz atravessou o silêncio. E os órfãos, os mais indefesos, viram que não estão invisíveis.

É preciso reconhecer o papel decisivo do Ministro André Mendonça. Num momento difícil para o Judiciário brasileiro, quantas decisões parecem distantes da verdadeira justiça. E Deus, em quem acredito, soberano de todas as coisas, separou um homem íntegro, temente a Deus, para ouvir o clamor dos aposentados, das viúvas e dos órfãos. A operação histórica de hoje só aconteceu porque um Ministro honrado escolheu ficar do lado certo da verdade.

E eu digo aos brasileiros e brasileiras, isto é apenas o começo: novas prisões virão; novas estruturas serão desmontadas; novos envolvidos aparecerão; muita gente que vivia na sombra já não está nem dormindo mais; o que foi escondido vai aparecer; e todos que lucraram com a dor dos aposentados, das viúvas e dos órfãos vão pagar pelo que fizeram. A justiça está apenas começando.

Estamos diante do maior escândalo de corrupção contra vulneráveis da nossa história, e a justiça começou a alcançá-los. O que fizeram com os aposentados deste país é um escândalo moral, é uma crueldade, é abuso contra quem não tem força para se defender. E isso nunca mais será tratado como normal no Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sensação de hoje não é de comemoração, mas de esperança. Esperança, porque, acredito: Deus levanta homens certos na hora certa. Esperança, porque, depois de anos de abandono, alguém finalmente ouviu o clamor dos que mais sofrem. Esta CPMI tocou no ponto mais sensível do Brasil: a dignidade dos que deram tudo pela nação. E a operação de hoje é a resposta de que não estamos andando em vão.

Quero deixar aqui mais uma vez meus parabéns aos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que estão firmes, acreditando e dando respostas ao nosso país. Nós estamos fazendo história, senhores, e a história vai nos reconhecer, as futuras gerações vão nos agradecer.

Quem saqueou os idosos? Prepare-se. Quem roubou as viúvas? Prepare-se. Quem tirou dos órfãos? Prepare-se. Porque a CPMI não vai ser intimidada e nós iremos até aonde for preciso para colocar cada um no seu devido lugar.

Se hoje foi um grande dia, amanhã precisa ser ainda maior, porque o Brasil não pode continuar tratando os idosos como peso, viúvas como estatística, órfãos como um detalhe. Eles são o país e foi por eles que chegamos até aqui e é por eles que vamos até o fim.

O Brasil merece respeito, e nós vamos devolver esse respeito ao povo brasileiro.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Não, não. Me dê o final aí, já tivemos discussão demais aqui. Vamos encerrar.

Cadê a... *(Pausa.)*

Não está, não.

A última página com os nomes de segunda-feira, por favor. Cadê os nomes de segunda-feira? Só um instante. *(Pausa.)*

Aqui, é este aqui? *(Pausa.)*

Então vamos lá. Obrigado, obrigado. Isso, foi rápido. Muito bom.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada 17/11 para as oitivas de Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Pagamentos e Benefícios do INSS, e Tiago Schettini, alvo de inquéritos conduzidos pela Polícia Federal.

Graças a Deus! Cada dia uma vitória, não é?

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 02 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Marcio Bittar, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Fernanda, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Ricardo Maia, Jeferson Rodrigues, Carlos Jordy, Bia Kicis, Kim Kataguirí, Evair Vieira de Melo, Cleber Verde, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Sóstenes Cavalcante, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, Fabiano Contarato, José Medeiros e Carla Dickson, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Eliziane Gama, José Lacerda, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Leila Barros, AJ Albuquerque, Zeca Dirceu, Josenildo, Beto Pereira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e cinquenta e quatro minutos e reaberta às dez horas e cinquenta e nove minutos. A reunião é suspensa às treze horas e reaberta às quatorze horas e vinte e oito minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e vinte e três minutos e reaberta às quinze horas e vinte e oito minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e treze minutos e reaberta às dezessete horas e vinte e nove minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e trinta minutos e reaberta às dezenove horas e quarenta e dois minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e trinta e nove minutos e reaberta às vinte e um horas e quarenta e nove minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitivas. Oitiva da Cecília Rodrigues Mota, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB, em atendimento aos requerimentos 52/2025, 352/2025, 403/2025, 448/2025, 590/2025, 601/2025, 766/2025, 870/2025, 938/2025 e 958/2025; do João Carlos Camargo Júnior, Sócio-administrador da Mkt Connection Group LTDA, em atendimento aos requerimentos 2229/2025 e 2319/2025. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e dois horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/18>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, 2025, que se realiza nesta data, 18 de novembro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Srs. Parlamentares, antes de começar o depoimento previsto, quero compartilhar com os senhores aqui algumas observações sobre o andamento dos nossos trabalhos e um pequeno balanço ainda da semana passada para cá, do que tem acontecido em todo o país.

Esta Comissão tem recebido documentos, depoimentos e relatos que revelam um cenário que merece toda a atenção do Estado e, principalmente, desta CPMI. O que temos observado até aqui não são casos isolados, são indícios preocupantes de descontos feitos sem a devida





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização, de contratos que precisam ser reavaliados, de procedimentos bancários e administrativos que fogem ao padrão mínimo de segurança e transparência.

Há ainda informações preliminares indicando que somente em um conjunto específico de operações pode haver até R\$12 bilhões em créditos concedidos de maneira irregular ou em condições que precisam urgentemente serem revisadas para os aposentados brasileiros. São números que não permitem a nossa omissão. Documentos já divulgados pelo próprio INSS, senhores e senhoras, apontam que mais de 1,6 milhão de aposentados podem ter sofrido descontos que carecem de reavaliação contratual. É um volume gigantesco que exige cuidado, proteção e ação imediata. Estamos falando de idosos que trabalharam a vida inteira e hoje ficam com R\$400, R\$500 para sobreviver, porque o restante do benefício some em consignados que muitos sequer se lembram de ter autorizado.

Diante desse cenário, anuncio e peço o apoio de todos os Srs. Parlamentares para que encaminhem ao Banco Central um ofício, também à Polícia Federal, ao Ministério Público, à Direção do INSS, todas as informações preliminares que esta CPMI reuniu. Cabe a cada órgão, dentro de suas competências legais, analisar os dados, investigar, esclarecer e agir para proteger o cidadão.

Eu registro aqui também a minha posição institucional e humana. Considero indispensável que os órgãos competentes avaliem a possibilidade de uma suspensão temporária por 180 dias da cobrança das parcelas dos consignados já existentes. Quero deixar claro, essa medida não impediria que novos empréstimos sejam contratados. Quem quiser fazer um novo consignado continuará podendo fazê-lo normalmente. A pausa valeria apenas para os contratos já ativos, muitos deles, talvez a maioria, com indícios de irregularidades. Durante esses 180 dias, nenhuma parcela seria descontada do benefício e ninguém seria considerado inadimplente. É uma pausa emergencial, uma medida de proteção social para que o aposentado não continue pagando por algo que ainda precisa ser revisado. Não se trata de punir bancos ou travar crédito. Trata-se de dar tempo para revisar contratos, corrigir erros e impedir que injustiças continuem acontecendo.

A missão desta CPMI é clara: proteger o aposentado, enfrentar irregularidades com coragem e trazer luz ao que estava escondido. Esta Comissão seguirá atuando com responsabilidade, seriedade e total compromisso, como mais precisa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu digo aos senhores é o seguinte, nós temos conseguido, chamando a atenção sobre tudo o que está acontecendo, levando com clareza as informações aos brasileiros, que muitas decisões sejam antecipadas. A questão da devolução tem sido feita, uma decisão correta, apesar de com dinheiro, mas uma decisão que já devolveu a milhões de aposentados brasileiros dinheiro que faz falta. Mas há muitos outros ainda que precisam.

Nós temos já acordos que estão sendo feitos com os bancos. O banco BMG, por exemplo, tem 7 milhões, que é muito pouco a ser devolvido, mas há pelo menos dez bancos que nós temos sequências de reclamações em todo o país sobre contratos irregulares.

Sobre a questão também dos aposentados que faleceram, temos chamado a atenção aqui de que não é correto que as famílias dos que faleceram não recebam o dinheiro que foi descontado indevidamente. Ao que parece, já há uma movimentação nesse sentido de se pagar também àqueles que têm direitos, os herdeiros, o que é mais do que correto.

E eu chamo a atenção sobre a questão dos empréstimos consignados. Já que nós estamos conseguindo dar passos à frente, que proponhamos às autoridades federais essa suspensão nos contratos já existentes, até que a gente possa dizer ao país que esses contratos são corretos, estão perfeitos, e as cobranças voltem. Mas hoje, eu posso dizer para os senhores com muita clareza: há milhões de aposentados brasileiros que têm descontos nas aposentadorias, nas pensões, sem ter autorizado, e não sabendo com clareza os juros. Porque, quando a gente fala em consignado, para quem está em casa nos acompanhando, não se entende corretamente o que é isso. Pensa-se que é apenas todo e qualquer desconto que é feito na conta com aqueles juros que têm contratualmente 1,5% e 2% ao mês pela segurança. Porque os bancos alegam o seguinte: que os juros do Brasil são muito altos, porque há inadimplência, e o risco é grande. Então, quando é descontado, os juros podem ser mais baratos.

O problema é que a pessoa, quando não tem mais o crédito dos 30% no consignado tradicional, vamos dizer assim, os bancos começam a empurrar nas pessoas o crédito direto do consumidor com juros de até 18%. Isso é ilegal, isso é incorreto. E muitos aposentados, porque precisam, assinam esses contratos com os bancos sem saber exatamente o prejuízo que estão tendo no final do mês.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha proposta aos senhores – e aqui quero ouvir, tenho certeza de que muitos vão pedir a palavra nesse início – é pedir o apoio dos senhores no sentido de divulgarmos isso e fazermos ao Governo... enviarmos ao Governo Federal, ao Banco Central e à própria Febraban – que eu tenho certeza, tem interesse de que os contratos sejam responsáveis, porque é uma das principais fontes de renda dos bancos hoje –, para que isso seja suspenso a bem das pessoas que foram enganadas e que o prejuízo não aumente, porque desse não há como as pessoas serem reparadas da maneira como nós esperamos.

Portanto, fica aqui a minha posição aos Srs. Parlamentares e gostaria muito do apoio para que pudéssemos dar esse passo à frente nesta CPML.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, só para eu entender melhor, seria suspensão do pagamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, do pagamento por seis meses...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só do pagamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só. Dos contratos já existentes, os novos....

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só para eu entender, antes de eu me manifestar: durante seis meses, não seria feito pagamento, e esse juro dos seis meses seria suspenso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – No final...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele vai ser jogado processo fim? Como é que seria?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, ao final de seis meses, ficando claro que, por exemplo, o aposentado assinou um contrato que não é um consignado oficial, assinou um crédito direto ao consumidor com 18% de juros, esse contrato tem que ser desfeito. Ele não pode... porque a pessoa não tem condições de pagar isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa é a proposta. Nós moralizarmos o instrumento de empréstimos consignados no país.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Seriam seis meses sem pagar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seis meses suspensos, até que fosse feita uma grande auditoria em todos os contratos do país, e nós dêssemos a resposta aos aposentados que, de fato, aqueles contratos são legítimos e que eles têm condição de continuarem pagando.

Pois não.

Senador Izalci Lucas.

Ah, não... Só um instantinho, por favor.

Deputado, vou pela ordem que está aqui.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Primeiro, parabéns pelo excelente trabalho.

Finalmente a imprensa brasileira aqui está começando a dar espaço às nossas denúncias, muito claras desde a nossa segunda depoente, Eliane Viegas, da Controladoria-Geral da União.

Eu vou ler aqui: A AGU [...] [foi alertada sobre] INSS e Messias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... Jorge Messias, cotado para ocupar um cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, "[...] ignorou [...] [o caso do] sindicato de irmão de Lula.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou novamente aqui reforçar. "Órgão afirma que agiu tecnicamente, com base em apurações da CGU e do INSS, e que relatório [...] [mencionaram não trazer elementos suficientes para providência]". É mentira!

É igual a um afogado... Morrendo afogado na sua frente, e você esperando o corpo do bombeiro, você dizendo que não pode interferir no trabalho do bombeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É muito claro: o Ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, ignorou um alerta do próprio órgão...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... que apontou o sindicato do irmão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um dos principais envolvidos em suspeita de descontos associativos ilegais a aposentados.

O que é que aconteceu? Representantes da AGU nos estados, principalmente no sul do país, em abril de 2024, avisaram a AGU aqui em Brasília, cujo Ministro da AGU é Jorge Messias, que eles querem empurrar para o Supremo, para interromper os descontos não autorizados.

Demorou um ano para a Operação Sem Desconto. Aí, eles agem e põem, como representante da AGU, para investigar o braço direito do Virgílio – Virgílio, aquele Procurador do INSS que reservou apartamento de 28 milhões –, para eles investigarem.

Olha, Virgílio e Fidelis, eles largaram. Stefanutto, que está enrolado até o talo, que era defendido aqui pela esquerda, recebia a propina...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... segundo o próprio *Estado de S. Paulo* e a Polícia Federal, de R\$250 mil por mês de uma pizzaria.

Presidente, é muito grave tudo isso que está acontecendo.

Olha, eu quero ver como os Deputados que defendem o Governo vão se virar aqui para defender o indefensável.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o brasileiro... Eu já estou vendo várias postagens, que o brasileiro já está entendendo.

São os ativos, são os trabalhadores ativos que sustentam os inativos, e muitos brasileiros que ganham um salário mínimo talvez não tenham nem contribuído para o INSS, mas eles recebem o benefício de forma digna, justa. Só que quem está sendo roubado mesmo são os ativos.

Então, como é que se comporta um trabalhador que está trabalhando, está pagando o INSS, para a gente estar financiando pizzaria, dando R\$250 mil para representantes do PT, financiando apartamento em Balneário?

Parabéns, Alfredo Gaspar.

Parabéns, Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e que não acabe em *pizza*, como o Deputado Jordy aqui está apontando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair de Melo, por três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vamos deixar três. Eu dei três para o Luiz, vamos deixar três para todos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, são estarrecedoras as últimas notícias da cumplicidade do Governo Lula, do PT, com essa roubalheira do INSS.

O Advogado-Geral da União, que querem agora, na verdade, no ditado popular, colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, indicado para o STF... O Presidente está forçando essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

barra, porque sabe que, se colocar uma pessoa séria e decente no STF, será uma pauta para a moralidade, mas isso não é interesse do Governo. Foi alertado não em 24; a AGU tinha conhecimento e informação, desde 23, oficialmente, pelo nosso gabinete.

Portanto, o Messias, o mau Messias – porque tem o bom Messias. Esse é o mau –, da AGU, deveria ser convocado aqui nesta CPMI, para explicar por que ele, tendo informação, tendo conhecimento, sendo da sua responsabilidade, não agiu. E, quando agiu, foi para colocar a cortina de fumaça.

Portanto, o Brasil tem que ficar atento.

Messias, esse mau Messias, indicado pelo Lula para o STF, tem que vir aqui e, se não se explicar bem, quiçá até sair preso, porque essa é a nossa coragem para fazer o enfrentamento do crime.

Quanto aos consignados, o drama é muito sério.

Muitos de nós já ouvimos o aposentado, Sr. Presidente. É um esquema sorrateiro. O aposentado simples e humilde fala assim: "Mas, Evair, eu fui lá receber a minha aposentadoria, e achei mais R\$1 mil na minha conta". "Achei mais R\$500 na minha conta". O aposentado humilde e simples saca todo o seu dinheiro, ele saca esses R\$1 mil, ele saca esses R\$500. Foi um crédito não autorizado, colocado na sua conta, e, quando ele fez o saque, ele estartou o consignado e o juro, a gente sabe o valor que é.

Um crime maldoso...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... de má-fé.

E, naturalmente, pedir ao Sr. Stefanutto, que aí o Sr. Messias também deveria agir... Como criança pede consignado? É uma loucura!

Pegando as crianças nossas, que têm direito aos benefícios, e têm consignado no nome delas, com autorização delas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, assim, é uma insanidade. Isso mostra que o Stefanutto é só parte e o Messias tem responsabilidade, porque ele deveria cumprir esse papel.

Nós temos que passar isso tudo a limpo, porque o Brasil não pode mais conviver com isso.

Tendo em vista, olha os nomes que, abaixo do Governo do PT e do Lula, protegem aqui nesta CPMI, as entidades que ele protege. E, agora, está mais do que claro que, pelo bem do Brasil, pelo bem da moralidade, o tal do Frei Chico tem que vir aqui ou ir para o presídio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, reforçando o que foi dito aqui com relação ao consignado das crianças, 12 bilhões foram emprestados para crianças. Crianças, inclusive, de três meses, quatro meses.

Vem aqui uma...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, está difícil. Enquanto os Parlamentares estão falando, tem Parlamentar atrás de mim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É muito cara de pau.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É muito cara de pau.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem limite até para o cara ter paciência com um cara de pau.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Justamente quem pediu para...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Cara de pau é o Governo autorizar roubar essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, essa é uma arena livre para a fala, todos terão o seu tempo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu acho que a regra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, todos...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Mas foi combinado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., Presidente, só por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez uma manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e eu tinha entendido que o senhor tinha... Abriu a palavra para a gente se manifestar sobre o que o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. As pessoas pedem pela ordem e se manifestam livremente, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não é...

Não vai ter um debate sobre o que o senhor falou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, cada um se manifesta livremente, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não vai, então, ter uma discussão?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o debate aqui é livre.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aquela sua fala inicial vai ficar ao vento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a minha fala, se os Parlamentares quiserem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, é a sua fala.

Achei que o senhor estava fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se os Parlamentares quiserem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu fiz, e quem quiser se manifestar... Porque eu, como Presidente, posso enviar o ofício, mas eu estou fazendo, comunicando a todos, pedindo o apoio de todos. Quem for contra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu entendi...

Eu tinha entendido mal. O senhor me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu achei que o senhor tinha feito uma fala e o senhor iria abrir para a gente se manifestar sobre o que o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu entendi mal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Então, damos continuidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois os outros que são cara de pau.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Por favor. Por gentileza, senhores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não falei com o rapazinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Por gentileza. Os senhores do Rio Grande do Sul, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu me dirigi ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, fica complicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, calma.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O Deputado chamando os Deputados da direita de cara de pau, "esse gurizinho"...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não foi gurizinho não. Não foi gurizinho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, Presidente, isso aqui está um fiasco!

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Tem que ter respeito. É um desrespeito, e a gente quer respeito aqui. Não admitimos esse tipo de coisa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, eu vou, eu vou retomar...

Por favor. Por favor.

Eu vou retomar a fala do Senador Izalci...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aqui eu estou sendo atacado por vários Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cada um dos senhores terá tempo para se manifestar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem que ser um de cada vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Um de cada vez. Falarão e terão seu tempo. Por gentileza.

Com a palavra, por três minutos, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, quando o Ministro Wolney esteve aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu indaguei se ele sabia que existiam mais de 500 mil crianças com financiamento com empréstimo consignado. Ele disse que não conhecia. Na audiência aqui com o Ministro Lupi, fiz a mesma pergunta. O Ministro Lupi disse que não sabia e ficou: "Mas como? Para criança?".

Então, nós temos empréstimo... Aqui é criança de três meses, quatro meses, muitas crianças, milhares de crianças.

O exemplo que foi dado aqui na reportagem, a Clara, tem sete anos. Está com a dívida de R\$38 mil para pagar em 84 meses. Ou seja: dos sete até os 14 anos, ela vai estar pagando essa dívida aqui.

E muitas dessas crianças foram abandonadas. Pegaram o dinheiro, o cara foi embora, deixou lá, abandonado.

Então, a gente tem que ter um carinho especial com relação a esse aspecto.

No ano passado, foram 694.542 crianças. Este ano já são 452 mil crianças.

Então, eu queria reforçar aqui, Presidente, a questão dos consignados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se possível, na próxima reunião de deliberação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na próxima quinta-feira, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... que nós possamos votar todos os requerimentos de quebra de sigilo de todos os consignados e seguro defeso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Para a gente trabalhar no recesso e ter as informações mais adequadas.

Então, concordo plenamente com V. Exa. Eu acho que tem que realmente confirmar. Todo mundo que tem empréstimo consignado tem que dar o "de acordo" lá.

Eu digo, até nessa sugestão que o V. Exa. colocou, que é evidente que, se o cara tem consciência de que fez, para não ter que, depois, pagar juros acumulados, alguma coisa, ele pode sim, mas, realmente, tem que suspender, porque tem muita irregularidade.

E o rombo, eu acho que é maior do que os descontos assistenciais.

Portanto, é prioridade nossa essa questão dos consignados.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Deputada Coronel Fernanda com a palavra, por três minutos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... primeiro, é uma alegria estar retornando aqui, e triste de estar ouvindo Parlamentares gastarem o tempo... Em vez de falarem dos aposentados e pensionistas, ficarem xingando os colegas aqui. É uma coisa absurda.

Mas eu estive visitando várias cidades do meu estado e percebi, constatei que os idosos não estão pedindo cancelamento dos descontos indevidos, porque eles têm dificuldades de acessar até o Meu INSS.

Não que o sistema do Meu INSS seja ruim, mas é que é uma parte tecnológica, e a maioria dessas pessoas não tem acesso, não sabe mexer. Quando ligam no 135, demora muito a atender.

E também nós temos municípios, Presidente, no meu estado, e deve acontecer...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E deve acontecer também isso em outros estados em que não há o posto do Meu INSS.

E, para que eles consigam, às vezes, a senha, para eles terem o seu INSS mais disponível, eles têm que ir a 300 quilômetros, 200, até 600 quilômetros, à próxima cidade em que vai ter o posto do Meu INSS.

Precisamos, Presidente, aqui – eu sei do cuidado do senhor e do nosso Relator –, que o próprio INSS promova mutirões, para que essas pessoas possam ser atendidas nesses rincões que existem no nosso país.

A exemplo do que o senhor falou, várias pessoas me procuraram, para falar dos empréstimos consignados: que tiveram lá os empréstimos consignados, tentaram devolver esses empréstimos consignados, e o banco que fez rejeitou, não aceitou a devolução, falando que o empréstimo tinha sido feito e que a pessoa que se virasse para resolver essa situação.

Nós não podemos, Presidente, perder essa oportunidade de chamar as autoridades cabíveis, para dar esse suporte a esses idosos, principalmente aos idosos. Eles estão sendo roubados, foram roubados, vão continuar sendo roubados, porque eles não sabem...

(Soa a campanha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... não têm conhecimento suficiente e não têm acesso ao INSS, para fazer esse questionamento ou cancelamento.

Eu tenho feito a minha parte: aonde eu vou, eu levo uma equipe, sento com eles, oriento, mas não é suficiente.

Nós precisamos estar perto desses idosos que hoje ainda são fruto do crime organizado do Governo que está aí presente, que colocou pessoas para dirigir o INSS, que estavam na AGU e que não tomaram providência que era da sua função, como o Messias, como o Stefanutto, como tantos outros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui nesta Casa está acontecendo isso, aqui nesta Comissão: representantes do Governo, em vez de defenderem o povo, defenderem os aposentados, as pensionistas, ficam querendo criticar o governo A e B.

Eu quero ver, no final desta CPMI, que foi um fruto do meu trabalho com a Senadora Damares, que essas pessoas sintam realmente que a justiça foi feita.

Eu tenho certeza de que o senhor e o Deputado Alfredo Gaspar estão fazendo um bom trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência. Obrigado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... mas nós precisamos ter uma atenção maior. E que essas pessoas que roubaram, que estão vindo aqui... Graças a Deus, um dos presentes de aniversário – o meu aniversário foi na semana passada – foi a prisão desses canalhas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Já temos um projeto aprovado, proibindo todo e qualquer tipo de desconto das entidades, sindicatos e associações, que eu espero o Presidente sancione. Se não sancionar, nós, do Parlamento, temos a chance de derrubar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, o INSS até hoje não encaminhou para cá – foi um requerimento aprovado desta Casa, eu não tive acesso ainda a isso – a relação de todos os aposentados e pensionistas, por estado, que foram prejudicados. A gente precisa ter acesso. Isso aí não foi feito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos pedir, Excelência. Vamos pedir.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ontem a imprensa brasileira... Aliás, vários meios deram uma informação com grande destaque...

Só um minutinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma informação com grande destaque. Aqui está o *Estadão*, por exemplo, Vinícius Valfré, 17 de novembro de 2025, ou seja, data de ontem à noite: "AGU sabia de problema no INSS, e Messias ignorou alerta sobre sindicato de irmão de Lula no esquema".

Pois bem, Sr. Presidente, também a Band deu... Aliás, uma matéria muito boa, Sr. Relator, muito completa sobre esse escândalo, falando sobre a prevaricação do Messias – vamos usar as palavras certas.

Agora, é importante lembrar que nós já havíamos denunciado isso, e saiu no mesmo *Estadão*, de uma forma, infelizmente, muito amena, no dia 2 de outubro de 2025: "Chefe da CGU [Vinícius Marques de Carvalho, no caso] diz que não informou governo sobre desvios no INSS para manter sigilo da investigação".

Olhem, muito amena, muito discreta a forma como, naquele momento, o *Estadão* divulgou algo que é gravíssimo, gravíssimo, que foi a prevaricação, que eu mesmo aqui na CPMI denunciei, do Ministro Vinicius Carvalho!

Agora é muito importante lembrar... E, por isso, a imprensa tem que estar aqui todos os dias, não pode só aparecer agora que o Messias é candidato ao STF, e estão querendo queimar o cara, me parece que... Que bom, que bom que estão botando o nome nos bois, mas, no dia 4 de setembro de 2025, quando a servidora Eliane Viegas Mota esteve aqui, eu perguntei a ela sobre esse comunicado que acabou retirando... Aliás, acabou blindando o Sindnapi, dentre outros sindicatos – Sindnapi do irmão do Lula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque ela informou a CGU e informou o seu superior, Ronald Balbe, que... Não se sabe até agora se ele havia ou não informado a CGU, quando ela informou. Agora, de que a CGU tinha conhecimento, ficou muito claro quando ele veio aqui, porque o Vinicius Carvalho disse que soube, mas não quis atrapalhar as investigações. Que desculpa esfarrapada, que desculpa furada! Todo mundo prevaricou.

E agora, Sr. Presidente, nós percebemos que aquele que veio aqui, Senador Rogerio Marinho, que tem lado, que é progressista, que recebia R\$250 mil por mês, inclusive por meio do escritório lá do Rio Grande do Sul do advogado Gilmar Stelo... Esse cara tinha uma pizzaria!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Stefanutto, da esquerda, que diz que tem lado, que é do Lula, Presidenta Dilma e assim por diante, agora foi pego, está preso.

Então, nós estamos vendo, Sr. Presidente, que, no fundo, todas essas desculpas que Vinicius Carvalho deu, Messias deu, na verdade, são uma forma de acobertar o que eles fizeram: permitir que esse esquema chegasse justamente a esse montante de roubo dos aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... para passar em propina para o Stefanutto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e tantos outros que se locupletaram.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de falar sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que fez com que nós não tivéssemos a CPMI ontem. Eu acho muito preocupante que... Uma coisa é a pessoa ser obrigada a vir e exercer o seu direito ao silêncio, que é constitucional; outra coisa é o Supremo interpretar que, em decorrência do direito ao silêncio e à não incriminação, a pessoa sequer precise comparecer aqui. Isso significaria um enfraquecimento muito significativo não só desta CPMI, mas de todas as CPMIs no futuro, se esse for o entendimento adotado.

Sobre Jorge Messias, como foi colocado aqui, ele recebeu o alerta lá atrás de que a irregularidade no sindicato do qual o irmão do Lula é Vice-Presidente havia acontecido; não fez nada; e, não satisfeito, depois que tinha elementos robustos, não incluiu o sindicato do irmão do Lula na ação que apresentou contra os sindicatos que estavam desviando, fazendo os descontos associativos. Um dos primeiros requerimentos que eu apresentei a esta CPMI, Presidente, foi justamente o da convocação do Ministro Jorge Messias, nem por isso, mas em razão do acordo que foi feito no Supremo Tribunal Federal, que retirou o direito dos aposentados de terem uma indenização por terem sofrido estelionato. Todo mundo que sofre qualquer tipo de estelionato





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no país tem direito a receber não só aquilo que foi roubado, mas 100% desse valor como indenização, e esse direito foi retirado no Supremo Tribunal Federal com a anuência do Procurador-Geral da República, com a atuação do Advogado-Geral da União, com a anuência da OAB. E ninguém... Basicamente todos aqueles que eram responsáveis por proteger os direitos dos aposentados não fizeram absolutamente nada!

Então, acho fundamental que a gente convoque o Advogado-Geral da União nesta CPMI, mas não só isso. Aproveitando que eu falo aqui também com os Senadores, nós temos a oportunidade...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... os senhores têm a oportunidade histórica de, pela primeira vez, barrar uma indicação ao Supremo Tribunal Federal de um Presidente da República. O Ministro Jorge Messias não tem nenhuma condição de ser Ministro do Supremo. Primeiro, não tem nenhuma produção na área do direito relevante, nem do ponto de vista acadêmico – sua doutrina não é citada para nada –, nem do ponto de vista da sua carreira como advogado público, absolutamente medíocre e incompatível para exercer um cargo na mais alta corte do país, sem falar que todos nós sabemos do porquê que Jorge Messias chegou à posição de Advogado-Geral da União: porque ele foi o responsável, o ajudante de ordens responsável por levar o termo de posse para o Lula assumir a Casa Civil, à época no Governo Dilma, para escapar da prisão, para escapar das investigações da Operação Lava Jato. Portanto, este Senado tem o dever moral de barrar a indicação do Ministro Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, agradeço a V. Exa. por trazer este assunto aqui. Acompanhei também pelas suas entrevistas e redes sociais. E é um tema extremamente importante.

E aqui eu trago uma grave denúncia. Acreditem, crianças com deficiência, crianças de sete ou oito anos já têm dívidas superiores a R\$30 mil, R\$40 mil. Eu trago, para ilustrar, o caso da Clara, uma criança de sete anos que tem trissomia do cromossomo 21, que tem uma dívida de mais de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

R\$39 mil. Isso porque, desde o ano 2022, 2023, o INSS passou a realizar empréstimos consignados, a autorizar empréstimos consignados a crianças menores de idade, a crianças a que bastava postar uma *selfie*. E, indo além desse serviço de empréstimo consignado, mas também RMC (reserva de margem consignável), RCC (reserva de cartão consignado)... E esse empréstimo, Sr. Presidente, utiliza um serviço que é lícito, um tipo contratual que é previsto pela lei, que são os empréstimos consignados, para fins de prática criminosa. Pasmem, uma criança de sete anos tem uma dívida de mais de R\$39 mil – uma criança que tem trissomia do cromossomo 21! É óbvio que o banco tem responsabilidade objetiva. É óbvio que, de acordo com o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, há uma responsabilidade, responsabilidade essa que é consagrada também pela Súmula 479 do STJ.

A sua sugestão, Sr. Presidente, de pedir a suspensão, pelo prazo de 180 dias, para verificar o que é empréstimo lícito e o que é aquele empréstimo fraudulento... A suspensão desse pagamento se faz extremamente necessária.

E é importante também, para além desse ofício...

(Soa a campanha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É importante também provocar a Presidência da Câmara e do Senado, pois ambos têm legitimidade para ingressar com ações alegando a inconstitucionalidade. Podemos ingressar com uma ADPF, uma ADI, que são mecanismos constitucionais fundamentais para proteger o cidadão, alegando a inconstitucionalidade dessas práticas.

Eu queria aqui também, Sr. Presidente, lembrar que, na manhã de hoje, o Presidente do Banco Master, o Daniel Vercaro – e tem um requerimento da minha autoria, o Requerimento 1.499, de convocação do Daniel Vercaro, que ainda não foi apreciado, e é importante ser apreciado nesta próxima fase da CPMI –, acaba de ser preso pela Polícia Federal, juntamente com o seu sócio, por fraude de emissão de títulos de crédito.

Lembro também que o Eli Cohen, no momento do seu depoimento, trouxe aqui essas informações dos contratos fraudulentos. É por isso que aqui eu reforço a necessidade de suspensão desses pagamentos pelo prazo de 180 dias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero também sugerir a participação de dois especialistas aqui, nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... como a Yasmin Melo, que é especialista sobre essa questão relacionada ao empréstimo consignado, e também o Prof. Cristiano Sobral, especialista na área da defesa do consumidor, para poder nos auxiliar nessas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... está evidente aqui, hoje, uma ofensiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... uma campanha de mentiras aqui, por parte da oposição. E claramente uma das linhas da ação é uma campanha contra o Ministro Messias, certamente pela especulação que tem na imprensa de que ele possa ser indicado para o Supremo Tribunal Federal.

É mentira tudo o que foi dito até aqui. Tudo o que foi dito aqui é mentira, Presidente. Aliás, eu nunca vi tanto mentiroso junto como tem aqui dentro desta Comissão, indicado pela oposição, escolheu os que melhor sabem mentir...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, mais uma vez, ofensa a gente não aceita...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não! Não, Coronel Fernanda, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... me chamar de mentirosa eu não vou aceitar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Coronel Fernanda. Por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Se alguém chamar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Coronel.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Coronel. Por gentileza.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Quartel não é aqui, não, Coronel.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor! Por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Não vou aceitar! Não vou aceitar!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não falou seu nome.

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não falou seu nome, Fernanda.

(Soa a campainha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não vou aceitar!

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Mas, Fernanda, não falou seu nome!

(Soa a campanha.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda, por gentileza.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por favor!

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Retire essa palavra aí!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor!

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Retire essa palavra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou cortar a palavra de V. Exa.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pode cortar a palavra, porque eu não vou aceitar! Retire essa palavra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pode pedir para ele retirar! Pode pedir para ele retirar!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pede para retirar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deu...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Retire essa palavra, porque eu não vou aceitar essa palavra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores... Por favor.

Enquanto nós estivermos aqui, na CPMI, cada um terá o tempo de fala e poderá ser retrucado pelos demais, se se sentirem ofendidos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, as ações fora daqui, se vão entrar com processo, deixar de entrar, não passam por esta Presidência, e eu peço que isso não contamine aqui o nosso ambiente.

O Deputado Paulo Pimenta com a palavra por três minutos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Chame!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ó Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agora, chamam todo mundo de mentiroso, ofendem todo mundo, chamam de ladrão... Aí a Coronel mentirosa ouviu que eu chamei ela de mentirosa e teve aqui esse chique aí, Presidente. O que é isso?!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Falta de respeito!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza. Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não é possível, Presidente. Eu não citei... Presidente, eu não citei nome de ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós, da mesma forma...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não citei nome de ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Da mesma forma como eu pedi à Coronel Fernanda, por gentileza, o respeito à manifestação, eu peço também o respeito na forma de lidar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu não citei o nome de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... com a Parlamentar, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não citei nome de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas a forma como o senhor lida com a Parlamentar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas ao falar do Messias pode ofender?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí o senhor deixa!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – As críticas ao Messias são lides no Parlamento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, mas chamar de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São lides do Parlamento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Parlamentar não é livre?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, a forma...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Parlamentar não é livre?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o Parlamentar tem imunidade para falar o que ele desejar e assumir a responsabilidade. O senhor sabe disso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, então, me responsabilize, porque eu chamei de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. sabe disso. Agora, eu só peço...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou falar de novo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

Eu peço a gentileza do cuidado no trato...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... entre Parlamentares.

Por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu sei disso.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolve o meu tempo, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou devolver os três minutos ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu nunca vi tanta mentira junta como a oposição hoje aqui nesta CPI. Os Parlamentares que me antecederam, o Senador, o chofer da Conafer, o outro Deputado que falou antes de mim, mostraram uma matéria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, nós estamos cheios, uma montanha de problemas aqui, hein? Uma montanha de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci, por gentileza!

Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolva meu tempo, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trinta segundos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolva, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vá lá, trinta segundos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

A matéria que o chofer da Conafer apresentou e o outro colega apresentou, falando sobre 12 bilhões em empréstimos consignados do INSS... A matéria é verdadeira, só que nenhum dos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois leu a matéria. Está escrito aqui: esta menina Clara, de sete anos, tem uma dívida de R\$38.780, empréstimos contratados em 2022! Sr. Presidente, está escrito aqui na matéria: o ovo da serpente – está escrito aqui – foi a medida provisória que liberou o empréstimo consignado para quem ganha BPC!

Sr. Presidente, isso aqui é um escândalo, Presidente, gravíssimo! O Governo Bolsonaro publicou uma medida provisória que foi regulamentada em setembro, às vésperas da eleição, permitindo empréstimo consignado para BPC e também para as pessoas que recebiam auxílio emergencial. Presidente, o índice de inadimplência é 88% – 88%!

Dos grandes bancos, Sr. Presidente, só a Caixa Federal que embarcou nessa furada e gerou um prejuízo bilionário, que está sob investigação.

Essa gente não tem limite para mentir. Quem permitiu que o BPC ou que as crianças que recebem o benefício de prestação continuada fossem roubadas foi o Governo Bolsonaro.

Presidente, tem que trazer aqui... Vou apresentar um requerimento para convocar o Bolsonaro, o Paulo Guedes, o Zé Carlos Oliveira...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Presidente do INSS na época, a Presidenta da Caixa Econômica Federal e o Pedro Guimarães, os seis que bolaram isso aqui, Presidente; os seis que permitiram, através dessa medida provisória, que o Brasil assistisse a um roubo que é o dobro do valor do desconto associativo. Só do BPC, eles roubaram 12 bilhões.

Essas crianças aqui têm 90 meses de dívida. Essa menina aqui que eles citaram, Presidente, que foi roubada, até ela ter 13 anos, vai continuar pagando, vai tendo o desconto.

E o que é pior, Presidente: eles permitiram que fossem descontados 40% – 40% do benefício eles permitiram que fossem usados para fazer consignado. Portanto, uma criança que nasceu logo após a publicação da medida provisória já nascia com uma dívida de R\$15.593. Não há o que discordar. Está aqui, Presidente, o documento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... está aqui a medida provisória, está aqui o decreto. Não há como se calar diante da mentira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qualquer um se indigna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É verdade.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem que se indignar, porque eles roubaram até ali quem está no BPC.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E tem que se indignar por eles mentirem aqui que o nosso Governo tem alguma responsabilidade com esse roubo que eles montaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado.

Senhores, por isso é que eu sugeri logo no início – eu já vislumbrava tudo isso, essas discussões – a questão de nós suspendermos por seis meses todos esses contratos de consignado até que o país faça uma auditoria completa em todos eles.

Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado "Malagueta Vermelha" falou que a oposição está trazendo mentiras aqui, mas eu gostaria de saber se isso aqui é mentira. Onde é que está? Isso aqui é mentira? "AGU foi alertada sobre INSS e Messias ignorou caso do sindicato de irmão de Lula". Se é mentira, foi o *Estadão* que está trazendo. O *Estadão*, o *Jornal da Band* trouxeram matérias esclarecedoras, reveladoras de algo que, inclusive, nós já estamos relatando há muito tempo, e, inclusive, se não fosse esta CPMI, nada disso estaria vindo à tona. Nenhuma investigação, inclusive, na própria Polícia Federal, estaria acontecendo, porque eu não sei se vocês se recordam de que lá atrás, quando explodiu a investigação, o Andrei Rodrigues, que é o Diretor-Geral da Polícia Federal,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que o Sindnapi não era investigado e que o Frei Chico também não tinha nenhuma culpa no cartório.

E lá atrás, em abril de 2025, outra matéria do jornal *O Globo*: "AGU exclui Contag, sindicato que tem irmão de Lula como diretor e mais duas entidades em pedidos de bloqueios de recursos". Quais foram as entidades? Contag, Sindnapi e Conafer, todas que têm relação com o PT. Só que a coisa foi muito mais grave, ele não só não determinou o bloqueio da Contag quando explodiu o esquema: ele já sabia; desde 2023, já havia sido alertado pelas regionais da AGU que fizeram...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – ... um relatório demonstrando que havia uma explosão de descontos irregulares. Foi omissivo, prevaricou.

Por isso que é necessário, Sr. Presidente, que nós paremos aqui de dourar pílula. Nós temos que convocar tanto o Frei Chico quanto o Jorge Messias. O Jorge Messias, esses dias eu debati com um Deputado do PT aqui, porque ele estava dizendo que ele era o melhor nome para o STF. Eu falei: "Se ele já está blindando o sindicato do irmão do Lula, está blindando o Lula, é óbvio que ele vai reproduzir isso no STF". E ele está para ser sabatinado aqui. Diante dessas graves irregularidades, denúncias que foram trazidas, nós temos que ouvi-lo aqui antes de ele ser sabatinado pelo Senado.

Por isso, eu peço que tanto o Jorge Messias quanto o Frei Chico possam novamente ser alvo aqui de requerimentos de convocação para questioná-los sobre essas denúncias gravíssimas dos seus envolvimento no roubo dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, nós temos mais uma notícia que acabou de sair aqui, publicada pelo *Metrópoles*. Eu quero dizer aqui que...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... o irmão de Ministro do STM, Francisco Joseli Parente Camelo, recebeu dois Pix de José Lins de Alencar Neto, da AAPB, que é investigada. Ele recebeu R\$731 mil e ele é irmão do Ministro do STM, que hoje é Vice-Presidente do STM (Superior Tribunal Militar), o Brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo.

Os pagamentos feitos por José Lins e pela Aapen... É preciso dizer que ambas as associações, a AAPB e a Aapen, são presididas pela Sra. Cecília Rodrigues Mota, Sr. Presidente, que será...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ouvida hoje.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... inquirida hoje aqui nesta CPMI.

Foram 731 mil, mas a associação teve 191 milhões bloqueados pela Justiça Federal em junho deste ano. E o Coronel Joseli, que é Ministro, Vice-Presidente do STM, é figura ligada ao Lula desde sempre, foi piloto da Força Aérea do Lula e da Dilma, quando Presidentes. Sempre defendeu a história de que houve golpe no dia 8 de janeiro. Ele é ligadíssimo a Lula e a PT, ligadíssimo.

Então, o que a gente vê é que não escapa ninguém, é inacreditável. Cada enxadada, uma minhoca, Sr. Relator, é impressionante; só que essas minhocas que estão surgindo são bilhões, bilhões de reais que têm sido retirados do povo brasileiro.

Um país rico como esse, que poderia ser um país próspero, as pessoas poderiam viver bem, algo que a gente visualizou...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... no portal que se abriu durante o Governo Bolsonaro; agora, em décadas de PT, é só miséria, corrupção, roubalheira, Sr. Presidente. A cada enxadada, uma minhoca: até irmão de Ministro do STM participando dessa roubalheira infernal.

Pelo amor de Deus, Brasil, povo brasileiro, isso precisa acabar. Essa roubalheira precisa acabar. E graças a Deus a mídia agora está começando a parar de nos ignorar, porque está demais. Fizeram tudo para nos ignorar até agora, mas o trabalho aqui está sendo profícuo graças à condução de V. Exa., graças à *expertise* do nosso Relator e a todos que estamos aqui para não blindar ninguém.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, peço aí aos governistas que parem de blindar porque a verdade tem que aparecer, parem de tentar proteger não sei quem. Não sei quem vocês querem proteger, mas certamente não é o povo, os pensionistas e aposentados brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rogério Correia.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Qual é a ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, estou encerrando agora com o Rogério Correia, o Alencar Santana e o Rogerio Marinho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Mas eu fiz inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fez? Eu não percebi. Será dada a palavra, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Santana... Rogério Correia. *(Risos.)*

Perdoe, perdoe, perdoe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu estou abismado hoje, aqui, de ver o desespero dos bolsonaristas.

Bolsonaro vai ser preso semana que vem. Isso aí já está...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem até Senador, Deputado, visitando já a Papuda para saber onde ele vai ficar, então vai ser preso semana que vem. Vai ser bem tratado na Papuda, a gente está lá para defender os direitos humanos, então ele vai ser bem tratado.

Agora, querem virar agora um problema do Supremo Tribunal Federal, como disse um dos Deputados aqui, claramente, uma campanha contra o Messias. Então, vieram para aqui ofender o Jorge Messias.

Aqui todas as entidades estão sendo investigadas, todas! Aliás, tudo está sendo investigado.

Sabe o que foi investigado no Governo desse pessoal que está aqui mentindo? Ninguém! Bolsonaro não investigou ninguém, passou a mão na cabeça de tudo e deixou para a frente. Tudo está sendo investigado agora.

Quem que vocês investigaram como Deputados do Governo Bolsonaro? Ninguém! Zero! Zero investigação, acobertaram tudo! Toda a roubalheira que vem desde lá. Tinha até Senador que era Ministro na época e recebeu em 2019 todo o esquema. E o que ele fez? Nada! Fingiu que não existia, saiu de lá dizendo que Bolsonaro queria acabar com a Polícia Federal.

Agora quem quer acabar com a Polícia Federal são eles de novo. Está lá esse Derrite com um vexame de um relatório para não pegar as facções criminosas, está fazendo um relatório para encobrir o trabalho da Polícia Federal e tentar liquidar com a principalidade da Polícia Federal para haver crime organizado.

Então, portanto, uma blindagem absoluta que nós estamos vendo.

Agora, hoje, tiveram outra notícia ruim, que foi a prisão do Vorcaro. O Vorcaro é amicíssimo, viu? Podem saber disso, o Vorcaro é muito amigo de Jair Bolsonaro e muito amigo de também de Tarcísio. Eu vou mostrar isso para vocês...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... daqui a pouco e vocês vão ver.

Mas esse Vorcaro é lá de Belo Horizonte. Ele tem muita coisa, Deputada Soraya, de crédito consignado, muita coisa de crédito consignado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento do Duarte Jr. tem que ser aprovado, nós temos que trazer esse Vorcaro aqui.

Vocês vão ver a quem esse Vorcaro é ligado em Belo Horizonte.

Meu tempo agora é curto para anunciar, mas o Vorcaro é muito amigo de alguém que já foi citado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o Sr. André Valadão, da Igreja da Lagoinha, que é cunhado do Zettel, que é um outro Pastor que está com muitos problemas lá.

O pessoal depois vai ligando as pontas e vai ver esse Zettel, que é cunhado dele e que foi um dos maiores contribuintes da campanha de Bolsonaro, Zettel deu 3 milhões para o Jair Bolsonaro.

Essa Igreja da Lagoinha tem lá uma *fintech*, um banco. Eu nunca vi isso, uma igreja que tem um banco, uma *fintech*, chama Clava Forte, que nós vamos ter que também ver o que tem de recursos ali e por que a Amar Brasil, através do Felipe Macedo, foi financiar essas questões lá.

Então, nós vamos ligar Vorcaro junto com André Valadão, vamos juntar isso com o Bolsonaro, Tarcísio. Isso vai dar muita coisa para a gente averiguar aqui.

Tomara que não haja nada de blindagem em relação a isso, mas eu vou dar os dados daqui a pouco, muito certinho, em relação a essas relações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Eu estou vendo que tem muita gente preocupada com o Messias, Advogado-Geral da União, um dos possíveis indicados pelo Presidente Lula ao STF. Parece que foi ali uma matéria muito – muito – encomendada, um ataque, diria, até covarde e baixo. É importante lembrar o que é a AGU, o papel dela e o compromisso do Ministro Messias. A AGU é um órgão técnico formado exclusivamente por profissionais de carreira, concursados, procuradores, advogados que defendem a União nas mais diferentes causas. Por exemplo, a AGU atuou firmemente contra os golpistas do 8 de janeiro. O Ministro Messias, com toda a sua juventude, conhecimento e capacidade, tem sido um excelente Ministro e, assim, trabalhado ali, com toda a equipe. E há um temor de alguns setores, por isso que vem esse ataque numa matéria confusa, muito confusa!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora me estranha que essa mesma voracidade contra o Messias não tenha acontecido na quinta-feira passada, quando o ex-Ministro do Bolsonaro, o Sr. Oliveira, um chefe do esquema, não foi para cadeia, por uma decisão do Ministro André Mendonça. O Ministro André Mendonça tira da cadeia praticamente, porque a Polícia Federal pediu a prisão do Oliveira. A Polícia Federal tira, mandou os demais, não prendeu o Oliveira, e ninguém aqui ficou bravo. A turma da ordem, da prisão, disso e daquilo, que diz que quer investigar... Ficaram todos pianinho. E a um trabalho sério da AGU...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... assim como foi o da CGU, assim como está sendo o da Polícia Federal, a gente vê ataque. Parece que eles querem atacar aqueles que estão investigando. Não é à toa que tentaram, inclusive, blindar, impedir a Polícia Federal de investigar o crime organizado, porque essa organização é crime organizado, e essa turma vai presa.

A AGU agiu, entrou com processos, há processos judiciais propostos pela AGU, pela equipe do Ministro Messias para tentar... para reaver o dinheiro que essa quadrilha roubou dos aposentados e pensionistas. O Governo já está pagando os aposentados, já pagou boa parte, mas está indo atrás de todas as entidades suspeitas e que fraudaram. Não tem proteção a ninguém, não tem proteção a ninguém!

Porém, eu não posso dizer o mesmo da decisão do Ministro André Mendonça, que claramente protegeu não só o Oliveira – para concluir, Presidente, mais 30 segundos, por favor –, que protegeu não só o Oliveira, mas protegeu os aliados do Oliveira. E aqui nesta Comissão tem muitos – tem muitos, literalmente tem muitos –, do chofer a outros, mas eu tenho certeza de que no final serão revelados e também pagarão pelo que fizeram.

Todo o apoio ao Ministro Messias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e toda a sua equipe pela seriedade no trabalho conduzido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Adriana Aventura, a palavra com V. Exa.

Eu encerro, mais uma vez...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, são lamentáveis algumas posturas de certos Parlamentares aqui que são fiadores de bandido. Eu acho lamentável, e o nível é tão baixo que eles começam, assim, a defender ladrões, a defender pessoas que metem a mão em dinheiro de aposentado ainda, assim, posando de deuses da idoneidade. É uma coisa que assusta ver Parlamentar fiador de bandido aqui.

Eu queria fazer dois comentários. Seja o Oliveira, seja o Stefanutto, seja o raio que o parta, eu quero que eles apodreçam na cadeia.

Dito isso, com toda clareza, a gente não pode se eximir aqui de falar que teve muito servidor que sentou aqui e prevaricou, sim. Muitos. Muitos sabiam e não falaram. Inclusive, a primeira depoente, a Sra. Elaine, a Diretora, muito séria, muito competente, falou claramente: "Tinha um grupo onde estavam todos". Estava ali a Defensoria, estava a AGU, todos sabiam e não fizeram nada. Então... O INSS também não fez nada. Então, não dá para ficar defendendo Stefanutto, Oliveira ou quem quer que seja.

Agora, o que eu acho muito interessante é que os dados são tão claros que podem falar o que quiser, que assinou, até porque eu estou numa posição muito confortável, que eu não tenho que defender Governo nenhum, nenhum. Ainda bem. Eu não estou aqui para defender ninguém, mas os números são claros: a roubalheira começou em 23, 24. A roubalheira e as empresas foram





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertas depois da eleição do Lula. Isso é fato. Então, podem se exaltar, ser fiador de bandido, fazer o discurso que quiser para a rede, mas os números são claros.

Mas a minha pergunta, Presidente, indo muito diretamente, falando da prevaricação...

(Soa a campanha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... assusta realmente a gente ver que alguém cotado para ser Ministro do STF sabia, não fez nada e passou a mão. Então, isso não é ataque. Isso é fato. É fato. E a Sra. Elaine falou isso, ditou isso. Então, não vamos brincar de bobo aqui, pelo amor de Deus.

Agora, o que eu quero saber é o que a CPMI pode fazer – e é uma pergunta a V. Exa. –, de fato, para agir contra funcionários e servidores públicos que foram, no mínimo, omissos, outros que prevaricaram. Porque são muitos. É uma lista infindável de gente que fechou o olho, gente que não fez nada e protegeu o bandido a mando ou não de alguém. Então, essa é uma pergunta: o que a gente pode fazer? Eu queria falar até com o Relator aqui para ver se ele podia realmente responsabilizar, porque omissão também é crime, na minha visão, contra aposentado.

E minha outra pergunta também, que eu já fiz aqui para nossa... Eu fiz um comentário aqui sobre a Caixa e o Banco do Brasil. Eles, inclusive, me procuraram. Parece que procuraram V. Exa. também. E eles se comprometeram a mandar toda a documentação faltante e checar até sexta-feira da semana passada. Eu só queria que confirmassem tudo. Foi recebido. Agradeço já o empenho dos dois bancos nesse envio.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Para encerrar, Senador Rogerio Marinho.

Logo em seguida, daremos início à oitiva do Sr. João Carlos Camargo Júnior.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero começar dizendo que hoje é um dia importante nesta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero saudar a todos, porque nós estamos vendo aqui que 24 Parlamentares se escreveram até as 10h da manhã, porque é até uma hora antes e uma hora depois: 5 do Governo e 19 da oposição. Olha como é difícil defender o indefensável, Presidente. É bom deixar isso claro, que o Governo é Governo, mas está tendo muita dificuldade de manter aqui os seus Parlamentares para defender o que é impossível ser defendido, porque a cada dia fica mais cristalino que o roubo é endêmico, está no DNA do Partido dos Trabalhadores.

Nós temos 14 ou 15 anos que antecederam, no século de 2021, este Governo e estamos com três anos agora.

E olha, é cada uma que é de espantar, mas espantar-se, se essa é uma rotina, se essa é uma prática, se isso acontece de forma reiterada?

Nós estamos aqui assistindo, Presidente, hoje, por exemplo, a uma defesa, assim, eu diria, meio confusa do Advogado-Geral da União. Olha, vamos nos debruçar sobre fatos. Desde abril de 2024, houve uma orientação, houve uma sinalização, houve uma arguição de procuradores, de membros da AGU, do Sul do país, de que havia problemas. Em outubro de 2024, o próprio Corregedor – e depois foi assinado pelo substituto do Messias – orienta a suspensão dos ACTs. E sabe quando é que aconteceu, Presidente? Em junho, maio de 2025, quando foi deflagrada a operação. Isso claramente é prevaricação, e eu quero frisar que vou representar para que isso seja apurado nos órgãos competentes.

Agora, o mais é narrativa, e a narrativa a gente combate com fatos, com verdades. E a verdade, Sr. Presidente, é que o roubo aconteceu sob o olhar complacente daqueles que estavam...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... acostumados a fazer isso em tempos anteriores. E eles se espantam, como freiras, virgens, vestais, "ah, nunca vi isso". Viram, sim. A diferença é que existem governos que combatem a corrupção e existem governos que são inertes, que são complacentes, que são coniventes, que são cúmplices, e isso está fartamente documentado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós assistimos aqui também a uma tentativa de se mudar o foco do processo, falando da questão dos empréstimos de crianças. É realmente uma situação muito complicada, eu diria até indecorosa, tem que ser suspenso, sim; apurado, sim. "Ah, o ovo de serpente acontece em agosto, são 12 bilhões em 22." São 24 bilhões, Sr. Presidente, o dobro, em 23, 24 e 25.

Este Governo do PT se refastela, ele se esponja, ele adora o processo da corrupção, e quando ele é pego com as calças na mão, ele sai gritando, como aquele bandido que rouba uma carteira numa feira livre, "pega ladrão", para desviar a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senhores, oitiva do Sr. João Carlos Camargo Júnior, Sócio-Administrador da MKT Connection Group Ltda., Requerimentos 2.229/2025, do Deputado Paulo Pimenta, e 2.319, do Deputado Evair de Melo.

Peço à Secretaria que conduza, juntamente com a defesa, o Sr. João Carlos Camargo Júnior até a mesa da Presidência. *(Pausa.)*

Bom dia.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço à Secretaria que providencie uma cadeira a mais para os defensores. *(Pausa.)*

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Alexandre de Moraes no *Habeas Corpus* 265.056, ligado ao depoente, com o seguinte dispositivo: manter o efeito convocatório, tendo o paciente, na condição de testemunha, o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia da não autoincriminação, se instado a responder a perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; garantir ao paciente ser assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI. Consta da decisão ainda o seguinte: o privilégio contra a autoincriminação em momento algum consagra o direito de recusa de um indivíduo a participar de atos procedimentais, processuais ou previsões legais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidas licitamente. Órgãos estatais não podem ser frustrados ou impedidos de exercer seus poderes investigatórios e persecutórios previstos na legislação.

Dois pontos importantes que esta Presidência, juntamente com a Advocacia do Senado, depreende e passa aos senhores: entre os pedidos formulados pela defesa, constava a concessão do direito fundamental ao silêncio e em não produzir provas contra si mesmo, ou seja, o direito de não responder, querendo, a quaisquer perguntas a ele direcionadas, inclusive aquelas que os próprios Parlamentares entendam como não incriminadoras; e a garantia, tal qual no interrogatório judicial, de declarar que pretende exercer o direito ao silêncio por uma única vez no início do ato e que não lhe seja imposta a obrigação de repetir a cada pergunta que está exercendo esse direito.

Aqui passo a ler o posicionamento da advocacia do Senado e nosso, da Presidência.

A ordem de *habeas corpus*, como consta do dispositivo, não acolheu os pedidos da defesa integralmente. Consignou expressamente que: o depoente é testemunha, deve responder às perguntas que não lhe incriminam e que o juízo sobre o que é ou não é autoincriminatório não compete apenas à defesa, mas pode e deve ser exercido por esta Comissão, em linha com outros procedimentos do Supremo. A testemunha é obrigada a responder a tudo que não seja autoincriminatório, e esse juízo não é apenas da defesa. Ponto dois: a defesa pediu reconhecimento, abro aspas, "do direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo". A ordem do *habeas corpus*, como consta no dispositivo, não acolheu esse pedido. Logo, o depoente, como testemunha que é, fica obrigado a firmar o termo de compromisso.

Passo agora à leitura...

Primeiramente, quero dar boas-vindas aqui aos Drs. Francisco Agosti e ao Dr. Ticiano Figueiredo, os advogados; ao Sr. João Carlos, e colocar, senhores, que os senhores são muito bem-vindos aqui, a defesa, podem interromper a sessão a qualquer tempo e a qualquer momento por questões particulares ou para orientação da defesa. Isso está garantido.

Vou pedir, faço questão de deixar claro, que, se houver algum tratamento que os senhores entendam desrespeitoso com o seu cliente, os senhores, por gentileza, se dirijam a esta





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência para que as providências sejam tomadas, que evitem o contato direto para que a gente não repita aqui cenas lamentáveis que tivemos no passado. Os senhores terão toda a liberdade de trabalho, de defesa, podendo interromper.

Sr. João Carlos, o senhor poderá interromper também a todo instante, pois lhe é garantido aqui amplo direito de defesa.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, sobre esse tema, agradeço a gentil palavra de V. Exa., a forma como V. Exa. – e eu o parabenizo – tem conduzido os trabalhos; cumprimento a todos os Parlamentares aqui, mas, com relação ao termo de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Melhorou.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Com relação especificamente ao termo de compromisso, como foi concedida a ordem, ainda que parcialmente, essa defesa diverge do entendimento da Advocacia do Senado. Então, por orientação específica e exclusiva da defesa, como há termos e temas os quais não serão tratados aqui, em respeito até à investigação que está em curso no Supremo, o Sr. João não irá tomar esse termo, não irá assinar, por orientação específica e exclusiva da defesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Mas eu vou ler aqui novamente a decisão do Ministro Alexandre de Moraes de que ele não poderá, na condição de testemunha, deixar de cumprir todo o rito decidido pela Presidência da CPMI. E esta Presidência decide pela leitura do termo de compromisso. E alerta, Excelência, que ainda que ele não faça o juramento, ele está, pela lei, obrigado a falar a verdade.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não, com certeza, Sr. Presidente. É porque, ainda que não tenha sido concedido totalmente... E aí a Advocacia do Senado pode até me socorrer – são todos aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – ... formados em Direito; temos até alguns advogados Parlamentares –, quando há aqui expressamente assegurado o direito ao silêncio e a garantia da não autoincriminação, ainda que de forma parcial ele seja obrigado a falar, ele é desobrigado, nos termos da mais pacífica jurisprudência do Supremo, a assinar o termo.

E eu realmente não gostaria de começar com esse cavalo de batalha com V. Exa., com esse tribunal...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – ... mas ele não vai assinar o termo de compromisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu vou ler aqui a decisão do Ministro Alexandre de Moraes: "O privilégio contra a autoincriminação em momento algum consagra o direito de recusa de um indivíduo a participar de atos procedimentais, processuais ou previsões legais". Esse é um ato procedimental.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Isso aí foi em relação, Sr. Presidente, ao pedido de ele não comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, vou pedir à Secretaria, à Advocacia...

Um instantinho só.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspensa às 10 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Está reaberta a sessão.

Por gentileza, vamos tomar assento?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vindo. Bem-vindo, Coronel. Bem-vindo, senhores.

Vou pedir aos assessores parlamentares...

Eu vou ler o termo de compromisso e vou perguntar ao depoente se ele vai assinar ou não. A defesa estava orientando para que não assinasse. Não há esse direito garantido no *habeas corpus* do Supremo, quero deixar isso aqui bem claro.

Sr. João Carlos, toda e qualquer resposta o senhor faça no microfone, por favor.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e for perguntado?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para esclarecer, Doutor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Esclarece o "sim" que é naquilo que não for incriminatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Naquilo que... O senhor tem todo o direito assegurado de responder que ficará em silêncio nas perguntas que o senhor entender que possam criar incriminação. Isso é um direito constitucional que vai ser respeitado.

As perguntas de qualificação e que não o incriminem, o senhor está obrigado a responder. Perfeito?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Perfeito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Conforme Regimento, passo a palavra ao Sr. João Carlos Camargo Júnior, para apresentação.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Obrigado, Doutor.

Alô...

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na pessoa do Exmo. Presidente desta Comissão, o Senador Carlos Viana, cumprimento a todos aqui presentes.

Antes de tudo, quero deixar registrado o meu mais profundo respeito ao Congresso Nacional e aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de inquérito.

Na data de hoje, venho aqui exclusivamente tratar da minha trajetória e, desde já, quero esclarecer uma tremenda confusão que foi feita e disseminada em matérias publicadas por alguns veículos da imprensa: não há nenhuma relação direta ou indireta entre a minha alfaaiataria e as suspeitas do INSS. Definitivamente não há.

Numa tentativa de expor e constranger pessoas físicas, até clientes da alfaaiataria foram expostos em matérias sobre o INSS, algo sem nenhuma relação com a investigação, uma grande injustiça com a alfaaiataria e, conseqüentemente, com os colaboradores, principalmente com os clientes, que não têm absolutamente nada a ver com o INSS.

Como é público e notório, este Colegiado já detém dados da vida financeira das minhas empresas e da minha vida pessoal, e está claro e comprovado que a alfaaiataria não recebeu nenhum centavo direta ou indiretamente de nada, absolutamente nada que tenha a ver com o caso do INSS.

A alfaaiataria tem vida própria, com histórico de 20 anos no mercado, com uma carteira consolidada de clientes e a qualquer suspeita em relação à sua atuação.

Tenho, sim, uma empresa de *marketing* que prestou serviços a uma associação. Tais serviços foram declarados, os impostos devidamente pagos, despesas quitadas e os lucros realizados, como o dia a dia de qualquer empresa.

Quero deixar registrado que tenho uma biografia marcada por muita dedicação em todos os meus empreendimentos que atuo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comecei a trabalhar aos 11 anos de idade com meu pai, motivo de muito orgulho para mim. Com a morte dele, aos 17 anos, passei a trabalhar em grandes empresas do mercado de vestuário masculino. E, 20 anos atrás, fundei a minha própria marca que leva o meu nome, o legado da minha família e que é um exemplo de sucesso da indústria têxtil nacional e no mercado de alta costura.

É uma empresa da qual muito me orgulho, por ser fruto de um trabalho árduo, além de ser uma maneira de divulgar as inúmeras qualidades que a indústria têxtil brasileira tem a oferecer, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Vejo a alfaiataria não só como um dom ou uma herança, mas também como um fruto de um trabalho de continuidade dos aprendizados com meu pai e minha família, já que nossa história foi pautada pela moda e pelo trabalho dedicado a este segmento que me deu tudo o que eu tenho hoje.

O que eu posso garantir, em relação à minha trajetória profissional, é que sempre segui todas as regras de boa governança, de atuação ética e correta; tenho um padrão de vida absolutamente compatível com a minha renda e com o trabalho que exerço desde muito cedo.

Gostaria de também deixar registrado que também já atuei em outras áreas de *marketing* – já fui influenciador de outras marcas –, portanto, os serviços que prestei à associação não destoam da minha trajetória, não são um ponto fora da curva, mas uma consequência do meu trabalho, que realizo há anos.

Por isso, afirmo categoricamente que as suspeitas não procedem, não são verdadeiras.

Todos os pontos aqui citados serão comprovados no seu devido tempo à Justiça e demais autoridades, onde eu terei o direito ao contraditório e ao devido processo legal.

Gostaria que meu advogado explicasse, portanto, qual será o meu proceder aqui.

Muito obrigado.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, já até foi dito – né? – que seria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – O Sr. João tem todo o interesse em colaborar com esta Comissão, com o Congresso. Inclusive, já há documentos que esta defesa está separando para trazer e auxiliar na apuração.

A única coisa que não será respondida aqui será tão somente aquilo que está sendo investigado no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque o João foi alvo de medida cautelar naquela investigação; sofreu busca e apreensão; está na condição de investigado; e, como os objetos são coincidentes, para preservar a ampla defesa... A plenitude do direito à ampla defesa, nesses pontos tão somente é que ele irá, por recomendação da defesa, exercer a garantia constitucional de não se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pois não.

Quero dizer que fazer o juramento, o compromisso, já é um bom começo, um bom passo, para que a gente possa manter o respeito mútuo aqui.

E, Sr. João Carlos, o senhor, em momento algum, está pré-condenado aqui. Nós sabemos da sua vida pública e, naturalmente, das explicações que o senhor poderá dar.

O senhor pode sair dessa CPMI com todas as coisas esclarecidas, respondendo com franqueza a todos – perfeito? –, ou pode sair com mais suspeitas – vai depender do seu posicionamento diante dos Parlamentares.

Com a palavra, o Deputado Alfredo Gaspar, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa., quero saudar todos os Parlamentares, saudar os servidores da Casa, os jornalistas, os advogados e o depoente.

Sr. Presidente, eu primeiro queria começar fazendo um chamamento, um pedido a V. Exa. de chamar um feito à ordem.

Ontem, nós tivemos Jucimar Fonseca, que esteve ausente, apesar de convocado. Eu pediria a V. Exa. que incluísse na pauta do dia também, já que está sob a sua Presidência, o depoimento dele e mandasse a Polícia Legislativa buscá-lo, para que hoje ele compareça a esta Comissão.

Isso aqui não é casa de mãe joana, para ele decidir o dia que vem ou deixa de vir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o primeiro pedido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O segundo, Sr. Presidente, antes de adentrar especificamente nos fatos relacionados diretamente ao depoente, eu gostaria de apresentar aqui alguns vídeos.

Primeiro...

Presidente, eu recebi essa matéria ontem e fiquei escandalizado. Ou isso é uma montagem contra o candidato a Ministro do STF, ou o candidato a Ministro do STF cometeu crime.

Passa aí, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor.

Passa mais um.

Isso foi o Jornal da Band.

Passa o outro, por favor.

Este é *O Estado de S. Paulo*: "A AGU foi alertada sobre o INSS, e Messias ignorou caso do sindicato de irmão de Lula".

Olha só: nós estamos falando de dois grandes veículos de comunicação.

Eu não acredito em matéria comprada ou fabricada por diferentes meios. Acredito que nós temos a obrigação de convidar ou convocar o Sr. Messias, para prestar depoimento nesta Comissão, sob pena de prevaricação nossa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Salvo melhor juízo, Sr. Relator, já está até aprovada a convocação, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O convite está aprovado.

Por gentileza, não vamos interromper o Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, Sr. Presidente, nós estamos discutindo um personagem que está para ir para a Suprema Corte.

Para não ficar só nele, o outro cotado, o Sr. Rodrigo Pacheco, teve o seu nome enviado ao STF, num caso citado da mineração em Minas Gerais. A que ponto nós chegamos na República?

Portanto, acho prudente nós termos responsabilidade e trazermos aqui o Sr. Messias, sendo ele o favorito a ser Ministro do STF ou não, apesar de.... E foi dito aqui... Isso aqui já tinha sido falado há muito tempo aqui na CPMI, e é bom deixar registrado.

Quanto à outra situação, eu quero repetir o que disse a Deputada Adriana Ventura: aqui não pode ter bandido de estimação de governo A nem de governo B. Lamento também profundamente o Sr. José Carlos Oliveira não estar preso. Para mim não tem diferença nenhuma. E lamento profundamente o Sr. Stefanutto ter ganhado uma mesada de R\$250 mil por mês do dinheiro suado de aposentados e pensionistas. Enquanto uns passavam fome, outros estavam enriquecendo. Para mim, quanto mais prisão de bandido, melhor.

Volte lá, por favor. O segundo vídeo...

Desculpe, eu estou com uma crise de garganta.

Antes de passar, hoje eu vi o Presidente falando sobre suspensão de consignados. Olhe o que eu falei em 2 de outubro deste ano. Bote aí, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Isso foi em 2 de outubro deste ano. A CPMI aqui, através da Presidência, do Relator e dos senhores, já tinha – eu fiz questão de dizer a data – pedido formalmente a suspensão dos descontos dos consignados, até nós termos uma conclusão dos trabalhos.

Agora, a próxima, por favor.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esta CPMI e os trabalhos foram iniciados por conta da imprensa. Deixo isso bem claro. A imprensa deu causa à investigação, e a CPMI está nesse bojo.

Olhe a número 2 do INSS criticando a imprensa, porque Stefanutto foi para a cadeia roubando o povo. Sra. Lea Bressy, imprensa boa é imprensa calada e comprada. A imprensa que investiga e denuncia tem que ser valorizada.

Portanto, minha gente, fiz questão de dizer, a Sra. Lea Bressy está no processo, junto com outros, de fritura do atual Presidente do INSS, para assumir... A relação próxima dela com muitos dos investigados... Vai ser um desastre para o Brasil se essa senhora assumir o INSS, como muitos poderosos querem, tanto que o Ministro Wolney Queiroz está praticando uma série de atos sequer convidando o atual Presidente do INSS. Motivo? Querem Lea Bressy na Presidência do INSS. Não pode, não tem a imparcialidade para presidir o INSS – será um caos.

Passe aí, por favor. (*Pausa.*)

Eu queria o início da minha apresentação.

Passe uma, por favor.

Não, mais.

Mais.

Aí.

Senhor depoente, em 1800 aproximadamente, na Bahia, tinha um aprendiz de alfaiate. Ele não sabia cortar as roupas perfeitamente, ele não sabia bem pontuar os ternos. Ele, como diz o nome, era um aprendiz de alfaiate e se chamava Manuel Faustino. Manuel Faustino defendia os direitos sociais, Manuel Faustino brigou contra o Império português, Manuel Faustino não aguentava mais a escravidão no Brasil. Ele foi pego, capturado, mas ele manteve o ideal dele, e aquele aprendiz de alfaiate foi esquartejado. O sangue dele foi derramado em Salvador, mas ele manteve a dignidade de continuar lutando pelos direitos sociais.

No outro lado da história, tem um livro muito interessante: *O Alfaiate do Panamá*. Quem era o alfaiate do Panamá? Um cidadão que, como subterfúgio, passou a atuar na profissão de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alfaiate. Ele atendia ricos, poderosos, artistas, estrelas. O país era um país muito corrupto, um país violento, que tinha muita miséria social, muita brutalidade, um país desigual na década de 90 – lembra muito o nosso país de agora. Esse alfaiate cortava ternos impecáveis, ele costurava com aquelas emendas perfeitas. As pessoas tinham orgulho de vestir seu terno, mas, no meio disso tudo, o alfaiate usava a profissão como escudo, como um escudo para tramas enganosas, que tinham como vítimas Estados estrangeiros e espões de outros países.

Eu estou dizendo isso, porque temos dois lados da moeda: um que era aprendiz de alfaiate, mas teve a dignidade de morrer esquartejado, mantendo a verdade e o seu ideal de justiça social; e outro que usou uma profissão tão digna para esconder tramas internacionais enganosas.

E aí vem à minha cabeça: nem nos meus piores sonhos, eu esperei que, nesta CPMI, fosse convocado um alfaiate. O que é que um alfaiate está fazendo no meio de uma erupção de corrupção e safadeza do roubo dos aposentados e pensionistas?!

O senhor corta bem, o senhor costura perfeitamente, o senhor mede as pessoas pelo aspecto físico, a roupa cai perfeitamente. O senhor é reconhecido, acho até que internacionalmente, como um grande alfaiate, mas aqui, nesta CPMI, a gente não quer medir ninguém pela aparência, a gente quer medir a alma. O que nós queremos saber do senhor aqui é... Se o senhor costurava ternos, se o senhor tirava as medidas corretas, nós sabemos. O que nós queremos saber é se o senhor usou a sua profissão para encobrir criminosos e corrupção, para colocar fantasias em autoridades, fantasias em empresários fictícios, e ajudou a esconder o fluxo do dinheiro. Portanto, ao final do seu depoimento, o senhor sairá daqui consagrado como o alfaiate das estrelas ou o alfaiate do INSS. É sobre isso que nós vamos conversar.

Primeira coisa que eu gostaria de saber do senhor... Licença aqui... Primeira coisa que eu gostaria de saber do senhor: quais as suas empresas em que o senhor é sócio, abertas ou inativas, dos últimos cinco anos? Quais as suas empresas abertas ou inativas dos últimos cinco anos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, sobre esse tema, por orientação dos meus advogados, não vou me manifestar neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Camargo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ticiano, essa é uma pergunta de qualificação, de informação pública. Independentemente da investigação, isso é de junta comercial e é parte da qualificação do depoente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, se os dados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São públicos, e ele...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Se os dados são públicos, eles estão à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, ele tem o dever de colaborar, Excelência, Sr. Ticiano.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Mas esses a defesa entende que não são.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, os dados são públicos, estão todos em junta comercial. Ele tem que colaborar conosco nessas respostas.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Com todo o respeito, essa pergunta estou orientando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o Relator perguntasse, Doutor, qual dessas empresas está sendo investigada, qual dessas empresas foi usada, eu concordaria com o senhor, mas perguntar de quais ele é sócio, abriu ou fechou, é uma pergunta de qualificação. Ele tem que nos dar a resposta.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, eu quero só reforçar aqui, porque já não é a primeira vez, em poucos minutos aqui de oitiva, que o advogado insiste em algumas teses que não merecem prosperar, sem qualquer tipo de jurisprudência. Neste caso aqui, o depoente tem o dever, enquanto testemunha, de dizer a verdade e testemunhar sobre os fatos. Que os fatos são públicos, nós sabemos, mas cabe a ele... Ele tem o dever de confirmá-los. O que ele tem como direito de permanecer calado diz respeito ao princípio da não autoincriminação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E, nesse caso, está resguardado pela Constituição, pelo Supremo. Então, ele tem o dever de responder.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu respeito profundamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas a pergunta tem que ser respondida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu respeito profundamente se ele vai responder ou não. Ao final do testemunho, aí eu farei as minhas considerações. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu volto a perguntar, Sr. Camargo: quais empresas abertas ou inativas o senhor possui ou possuiu nos últimos cinco anos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – A Le Tailleur, que é a Camargo Alfaiataria, e a MKT...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, eu tenho mais de 14 CNPJs que dizem respeito ao senhor. O senhor poderia me dizer quais são esses 14 CNPJs? E se tratam de quais empresas?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpe-me, Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, eu tenho a informação que a minha assessoria me passou. Eu não tenho dados, mas gostaria de saber... Aqui tem 14 empresas abertas ou inativas relacionadas ao senhor. É verdade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – O senhor poderia, Excelência, me mostrar? É porque eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não tenho aqui. Se eu tivesse, eu não estaria perguntando ao senhor, perguntando ao senhor... O senhor poderia me dizer, fora essas duas, a MKT e a alfaiataria, quais são as outras empresas do senhor?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – É a O Alfaiate, que está aberta ainda. Conforme dito no processo, tem uma que eu abri e fechei...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome dela?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Kairos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É sobre a Kairos que eu gostaria de falar com o senhor. O senhor abriu a Kairos em que ano?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou permanecer... Não me manifestarei neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou fazendo uma pergunta que não o incrimina em absolutamente nada, perguntando em que ano o senhor abriu a Kairos. Se o senhor quiser permanecer em silêncio, não tem problema nenhum.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – De verdade, eu não me lembro da data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximadamente. Não vou pegá-lo, porque o senhor vai dizer a data...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Em 23, provavelmente? 22?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Kairos ainda continua aberta?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo a Kairos passou em atividade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me recordo, Excelência, mas foi muito pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor abriu a Kairos com qual finalidade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse assunto não me manifestarei neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem era ou quais eram os outros sócios da Kairos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manifestarei em silêncio, V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse uma coisa para mim, que – para mim não, para todos – a sua empresa principal, que é a...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Alfaiataria... Camargo Alfaiataria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca transacionou com nada relacionado ao INSS, não é isso? O senhor não falou isso?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, o senhor tem milhares de clientes, é um alfaiate muito badalado, eu queria saber do senhor: o senhor já fez ternos para o Sr. Felipe Macedo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse tema não me manifestarei neste momento, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para Anderson Cordeiro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei neste momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para Igor Delecode?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei neste momento, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já fez ternos para Américo Monte?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei neste momento, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o motivo de o senhor se associar a esta organização criminosa que meteu a mão em mais de R\$700 milhões de aposentados e pensionistas: Américo Monte, Anderson Vasconcelos, Felipe Macedo e Igor Delecode?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei neste momento, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me falar... Vamos fugir um pouco desse assunto chato e vamos para outro: o senhor poderia me dizer quando abriu a empresa MKT?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Creio que em 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2022. Interessante. A Amar Brasil conseguiu o direito de roubar dinheiro de aposentado e pensionista a partir de um acordo de cooperação técnica lá para o meio do ano de 2022, e a sua empresa foi aberta de forma concomitante.

Para eu não ficar com uma má impressão, nem o público, o senhor poderia dizer nomes de clientes da MKT fora dos que a gente está relacionando com o INSS?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse tema não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Camargo, deixe eu lhe dizer, eu já vi tanto o senhor em capa de revista, eu queria ter juntado dinheiro para fazer um terno – eu peço até desculpa, o meu terno velho já tem mais de três anos –, mas deixe eu lhe dizer uma coisa, eu não queria me decepcionar com o senhor.

Quando o senhor falou uma coisa aí, achei muito interessante: "Meu pai morreu, eu venci na vida, trabalhando desde cedo...", o senhor se torna um alfaiate famoso com sede em Brasília, seja lá onde for. Tanta gente querendo fazer um terno com o senhor. Eu estou falando de um profissional que muita gente até o presente momento respeita. E o senhor abriu uma empresa de que o senhor é o proprietário, e, pelo que eu vi aí, proprietário único.

E aí vem aquela história do Manuel Faustino e do Harry, de *O Alfaiate do Panamá*. Quem é o senhor? O que é que a MKT prestou de serviço a outros clientes? O senhor é a única pessoa que pode esclarecer essas dúvidas da gente.

Quais são outros clientes da MKT? Fora Amar Brasil, por exemplo.

Diga ao Brasil que essa MKT age corretamente, presta serviço, que não foi criada para fraude. É a sua oportunidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são os clientes da MKT?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse assunto, não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o relógio começa a apontar o ponteiro para o lado errado da história.

O senhor é um profissional respeitado, está perante o público brasileiro, tendo a oportunidade de dizer que a sua empresa é uma empresa digna. Poxa, o que é que a gente vai pensar do senhor?

Aí eu vou fazer pela última vez.

Quais serviços a sua empresa MKT prestou?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Senhor, sobre esse assunto, não vou me manifestar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Olha, queria que botasse ali um quadro para eu dizer onde o senhor foi se meter: Felipe Macedo Gomes, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, José Branco Garcia, Américo Monte Junior.

Essa organização criminosa se juntou em várias empresas e retiraram mais de R\$700 milhões roubados de aposentados e pensionistas. Trataram milhões de reais como se fosse um nada!

Aí você pega quatro criminosos, junta aqui, cada um montou uma empresa diferente. Está ótimo, é direito do cidadão montar uma empresa diferente. Receberam milhões de reais, mas de dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas.

Aí, minha gente, do nada aparece o alfaiate. O alfaiate aparece ligado a todos eles na Kairos, que é uma empresa que abriram e fecharam juntos. Sabe quanto o alfaiate conseguiu? Quase R\$32 milhões até agora descobertos.

E eu perguntei a ele, o que é que a empresa MKT prestou de serviço? Está tendo a oportunidade, está calado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dinheiro aqui foi retirado, roubado dos aposentados e pensionistas. Não dá para você meter a mão no dinheiro do povo sofrido, chegar a uma Comissão Parlamentar de Inquérito e se calar. É a mesma coisa de admitir que faz parte do fluxo criminoso de lavagem de dinheiro.

Agora, deixe eu dizer uma coisa a vocês. Todos esses – Américo, Anderson, José Branco Garcia, Felipe Macedo –, todos eles meteram dinheiro, fisicamente ou por meio de suas empresas, para a Rob e-Commerce. A Rob e-Commerce movimentou R\$78 milhões. E sabe quem botou dinheiro também na Rob e-Commerce? O Sr. João Camargo recebeu 31 milhões e botou também dinheiro na Rob e-Commerce. Agora, o dinheiro foi roubado na origem: 31 para ele e 78 milhões à Rob e-Commerce aqui. Agora, deixe eu dizer se este Brasil não é uma zona, se este Brasil não está entregue à própria sorte: tudo isso sendo movimentado nas barbas dos órgãos de fiscalização.

Agora, tem uma moça no meio disso aqui que é a sócia-administradora da Rob e-Commerce, Sra. Juliana Campos da Silva. Sabe quem é Juliana Campos da Silva? É uma senhora que recebeu Auxílio Brasil e auxílio emergencial, até um dia desse recebe Bolsa Família. Me diga uma coisa: até quando nós vamos permitir lavagem de dinheiro nessas proporções? Olha, esse pessoal aqui meteu 31 milhões, quase 32, para a MKT, que tem ele, o alfaiate, como único sócio. E eu só fiz uma pergunta: que serviço foi prestado? E ele se calou. Vocês acham, em sua consciência, que quem presta um serviço digno, um serviço sério, o de uma empresa que está aqui sendo exposta ia perder essa oportunidade de explicar esse tipo de serviço?

Mas tem mais.

Passe aí, por favor.

Minha gente, e como essa turma – Felipe, José Branco, Anderson, Américo –, que nós já vimos que está ligada a várias entidades que retiraram mais de R\$700 milhões dos aposentados e pensionistas... Minha gente, estamos falando de R\$700 milhões! Eles se juntaram todos com o Sr. Camargo na Kairos. Eu perguntei também ao senhor depoente: qual o papel da Kairos? Então, se fez paletó, se fez terno, se fez camisa, eu não sei dizer, mas ele fez sociedade na Kairos e, mais do que isso, recebeu desse grupo de que ele foi sócio mais de R\$31 milhões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Alfredo, e o que junta todos eles no núcleo principal?". De novo, Mauro Palombo Concilio. O Mauro Palombo Concilio, o contador que vai vir aqui, uniu Anderson, uniu Felipe, José Branco, João Carlos, por quê? Porque o Mauro Palombo Concilio é contador de cinco empresas ativas do Sr. João Camargo e contador da Kairos, que une todos eles, contador da Emjc Calculo, do Felipe Macedo, contador da JBG Apoio, José Branco Garcia, contador da MKT Connection dele, que recebeu 31 milhões, e contador da Camargo Alfaiataria, ou seja, o contador da organização criminosa uniu todos eles e também entrou na alfaiataria, que ele fez questão de dizer que estava totalmente isenta de responsabilidade.

Mas vamos mais um? Volta lá, por favor. Volta. Volta mais um. Volta mais.

Tem outros que eu coloquei aí, mas eu vou segurar um pouquinho. Olha só, o senhor está vindo aqui não é porque é alfaiate, é porque as informações que chegaram aqui é que o senhor é o elo principal dessa organização criminosa que se estruturou num vínculo com essas pessoas citadas. Aí a pergunta que eu faço: onde o senhor conheceu o Felipe Macedo Gomes?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse tema não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Camargo, o senhor tem milhares de clientes, quando essas pessoas estão vendo o senhor na televisão, uma pergunta tão simples para o senhor se safar completamente desse equívoco que o senhor cita, não é hora de esclarecer, não?

Sendo muito sincero, o senhor vai jogar a sua aptidão de profissional, de alfaiate reconhecido, misturando dinheiro sujo com dinheiro limpo. A oportunidade é agora. Onde o senhor conheceu o Felipe Macedo Gomes?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Neste momento, eu não me manifestarei, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde o senhor conheceu o Anderson Vasconcelos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde o senhor conheceu o Igor Delecode?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio de Igor Delecode?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Camargo, onde e quando o senhor conheceu o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando Mauro Palombo Concilio, o contador de várias células da organização criminosa, o senhor teve a oportunidade de conhecê-lo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, minha gente, eu tenho muitas perguntas aqui. Eu tenho perguntas, e eu fico me perguntando se vale a pena continuar. Olha, eu vi esse rapaz muitas vezes, sabe onde? Quando eu fui a consultório médico, quando eu fui a restaurante, quando eu viajei em avião, sabe onde ele estava? Ele estava aqui, em capa de revista. Pois eu vi. Eu vi... Ele estava aqui ó, em capa de revista. Pois eu vi. Eu vi...

Olha, eu, um nordestino de Alagoas, uma terra que eu tanto amo... Pô, eu tenho orgulho das pessoas, eu tenho orgulho de as pessoas crescerem com o trabalho. Mas, da mesma forma como eu tenho orgulho, eu também me decepção numa velocidade tremenda. Poxa, por que o alfaiate precisou se misturar com a organização criminosa que roubou mais de R\$700 milhões? Poxa, foi porque o senhor montou aqui em Brasília um escritório? Aqui, a sede do poder tem essa magia de corromper? O que é que fez o senhor sair da sua profissão para se meter num imbróglio desses de um roubo bilionário, Sr. Camargo?

O senhor tem a oportunidade, estão os seus clientes... Como é que o senhor vai medir as pessoas para vesti-las se as pessoas estão medindo o senhor agora, achando que o senhor, em vez de produzir ternos, camisas, seja lá o que for, o senhor produziu foi uma trama criminosa, uma trama de roubo bilionário? Para que o senhor se meter nisso? Poxa, esclareça aí. Todo mundo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer saber. Esqueça, esqueça o passado de glória, porque de hoje em diante o senhor é o alfaiate que cobra milhares de reais por uma peça, e esse dinheiro não é mais do seu suor, esse dinheiro vai ser sempre lembrado como dinheiro de aposentados e pensionistas. Isso é um baque muito grande na sua imagem. As pessoas vão ter vergonha de sair para jantar com o senhor, de recebê-lo em casa, de recebê-lo em gabinetes de autoridade. As pessoas vão pensar muito antes de contratar o senhor para uma profissão digna. Por que o senhor não aproveita essa oportunidade? São poucas perguntas. O esclarecimento é fácil.

Advogado tem todo o direito de o orientar, está na lei. Mas o que está em jogo aqui não é reputação de advogado, não. Pelo contrário, advogado aqui, quando vem, sai prestigiado, porque está sendo visto, está sendo olhado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas... Eu não estou sendo... Presidente, eu não estou sendo desrespeitoso em absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Doutor, o senhor terá que se manifestar toda vez no microfone para constar nas notas, por favor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Como todo bom promotor de júri, S. Exa. está agora questionando o trabalho da defesa. Eu pediria que V. Exa. intercedesse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou deixar o Relator dar sequência, porque tudo que ele tem falado aqui, eu tenho certeza, é exatamente o que a população gostaria de saber desta Comissão.

O Sr. João se prontificou aqui a esclarecer todos os fatos, inclusive até a questão da continuidade do negócio dele, que nós gostaríamos, porque ele é um alfaiate talentoso. Mas ele tem que explicar, Doutor, ainda que ele não queira responder, ele tem que explicar, porque ninguém passa quase 50 milhões numa conta, em empresas que são suspeitas, e pode sair sem querer dizer por que esse dinheiro foi para a conta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma questão, Sr. João Carlos, aqui, independente da sua defesa... O senhor vai seguir a sua defesa, mas a sua trajetória profissional aqui está sendo colocada, não sua qualidade de alfaiate, nunca, mas o seguinte: o senhor recebeu, estão no seu nome as empresas. O senhor pode dizer para nós aqui: "Olha, eram meus clientes, me pediram ajuda, eu caí". Não, agora o senhor prefere o silêncio. O promotor vai continuar falando, como Relator, exatamente por isso, Doutor. Eu peço desculpas, Dr. Ticiano, mas...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – A minha intervenção, a minha intervenção foi só porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, obrigado. Perfeitamente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – ... S. Exa. começou a questionar o trabalho da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não questionei, Excelência.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não, não. Não V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem sou eu para questionar o trabalho de V. Exa. como advogado?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – O promotor. O promotor começou a questionar o trabalho da defesa, a reputação da defesa, como se eu estivesse aqui orientando o meu cliente tão somente para que eu saísse aplaudido ao final. E eu pediria respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Doutor. Não, não, Doutor...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Eu pediria respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Você tem todo o respeito aqui.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Eu pediria respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Perfeitamente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não é minha primeira CPI, não é a última. Sempre tive o maior respeito por V. Exa. aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Pediria respeito à Ordem e à advocacia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Vossa manifestação aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, eu fui Promotor por 24 anos, mas não foi o Ministério Público que me ensinou a ser decente, não; foram meus pais, lá na origem. Deixei o Ministério Público para entrar na política, não fiquei nem aposentado, mas tenho o maior orgulho de ser chamado de promotor. Eu acredito que um bom promotor faz bem à democracia na ação. Mas estou com um orgulho maior ainda, sendo Deputado, representando o povo decente e bom do meu estado, sem comprar um voto.

Aí, Sr. Camargo, eu volto a perguntar ao senhor: de onde o senhor conhece o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De onde o senhor conhece o Sr. Alessandro Stefanutto?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De onde o senhor conhece o Sr. André Fidelis?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. João Camargo, o senhor envolveu a sua família em relação à MKT?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio de algum familiar seu em alguns dos CNPJs que constam como o senhor sendo parte da sociedade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não que eu me lembre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é proprietário da WC Produções Ltda.?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me recordo, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a WC Produções Ltda.?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me recordo, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse uma coisa que eu achei muito interessante e já disse ao senhor: a Camargo Alfaiataria é sua?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Uma empresa familiar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor poderia me dizer qual é o escopo da Camargo Alfaiataria. O que é que ela faz?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Comercializa trajes, vestuário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela presta algum outro serviço? Ou é direcionada a...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – A trajes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A trajes, né?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Comércio de trajes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: aqui nós temos uma entidade chamada – volta aí, por favor –, aqui nós temos uma entidade chamada Amar Brasil, que hoje se chama ABCB, que roubou 324 milhões dos aposentados e pensionistas. Roubou! Não prestou serviço nenhum. Roubou! Eu falei da MKT, do senhor, como sócio único, que recebeu quase 32 milhões, mas deixei de fora aí a sua alfaiataria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua alfaiataria recebeu da Amar Brasil – a sua alfaiataria –, nos documentos fiscais e nos extratos que chegaram, R\$1,7 milhão. O senhor pode dizer... Vamos esquecer outra coisa, é o seu negócio principal, a sua alfaiataria, a Alfaiataria Camargo recebeu, com documentos, R\$1,7 milhão. O senhor poderia me dizer qual foi o serviço prestado pela sua alfaiataria à Amar Brasil? É simples.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, a pergunta é dividida em duas partes. A primeira parte...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, Sr. Relator. O senhor não ficou claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu vou pedir o...

A primeira parte: o senhor conhece a Amar Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A segunda parte: o senhor fez questão... No introito aí, o seu discurso todo foi direcionado a tirar a sua alfaiataria de qualquer envolvimento. Aí, na etapa seguinte, a sua alfaiataria... Não foi a MKT, que é do senhor e que recebeu quase R\$32 milhões, e o senhor não disse que serviço prestou. Estou falando da sua alfaiataria, com a clientela estrelada. Essa alfaiataria recebeu de uma empresa criminosa, de uma associação criminosa... Eu não botei aqui, não. Mas, qualquer coisa, seus advogados têm direito aí a requisitar o documento. Tem 1,7 milhão depositado na sua alfaiataria por uma entidade criminosa. O senhor pode me dizer, em prol do bom nome da sua alfaiataria, qual foi o serviço que o senhor prestou pela alfaiataria à Amar Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, se o senhor puder mostrar o documento, porque realmente eu não tenho conhecimento disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, na resposta do senhor, eu posso entender que o senhor não tem conhecimento de ter prestado qualquer serviço à Amar Brasil enquanto alfaiataria?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não tenho conhecimento de depósito, não tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, aí eu volto antes. O senhor prestou serviço à Amar Brasil enquanto dono da alfaiataria?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não pela alfaiataria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que 1,7 milhão via alfaiataria?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não tenho conhecimento desse depósito, V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, eu não vou insistir, mas olha o que é que nós aqui podemos esclarecer: que a alfaiataria, que em nada o senhor prestou serviço, a sua continha recebeu R\$1,7 milhão do roubo do INSS – a alfaiataria. Não é o Alfredo que está dizendo, não, são os documentos sigilosos que chegaram de afastamento de sigilo. Então, o senhor entrou aqui com o discurso de que a sua alfaiataria está fora da trama. Está não, Seu Camargo. A sua alfaiataria recebeu 1,7 milhão de uma entidade criminosa.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – O senhor tem os documentos, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tenho o documento, não. Eu não fico com o documento, não. A CPMI tem – a CPMI tem. Está lá, à disposição do seu advogado. Está à disposição do seu advogado.

Mas quero lhe dizer que a sua alfaiataria está dentro da trama criminosa. Além dela, tem a MKT. Para a alfaiataria, o senhor não recorda. E a MKT, o senhor quer falar sobre ela?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas tem mais. E isso também me chamou a atenção. O senhor recebeu R\$31 milhões, quase 32, na MKT, da Amar Brasil, que é uma entidade criminosa, que retirou quase R\$350 milhões de aposentado e pensionista. Mas o senhor devolveu R\$10 milhões para a mesma Amar Brasil. O senhor pode me dizer por que é que um prestador suposto de serviço está devolvendo R\$10 milhões para a suposta contratante, que é a Amar Brasil?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me manifestarei a V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está vendo, Polícia Federal? Está vendo, Ministro André Mendonça?

Essas operações têm que andar a passos largos. Quando nós iniciamos aqui, nós iniciamos... Todo mundo está a reboque da Polícia Federal. Ainda está faltando muita gente ser presa. Eu lamento profundamente.

Ainda tinha outras perguntas, mas não vou fazer, não. Eu lamento profundamente de o senhor ter enviado dinheiro para uma pobre coitada, uma mulher que luta para sobreviver, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil, Bolsa Família. Essa moça, coitada, não sabe, movimentou R\$78 milhões.

Eu lamento profundamente que a MKT, que não prestou serviço nenhum, tenha se envolvido nesse roubo de aposentados e pensionistas. Eu lamento profundamente que a Alfiataria Camargo, tão famosa, tenha usado as suas contas com dinheiro sujo roubado dos aposentados e pensionistas.

Quando eu comecei aqui, eu fiz a pergunta. E a primeira delas, o que um alfaiate está fazendo aqui? A segunda, esse alfaiate está mais para o Harry, de O Alfaiate do Panamá, ou está mais para o Manuel Faustino, um aprendiz de alfaiate da Bahia, que morreu esquartejado para manter seus ideais?

Eu termino dizendo, minha gente: tinha necessidade, não. Esse rapaz aqui é um profissional de sucesso. Sujou a carreira, o futuro, pela ganância. Usou as suas contas para lavar dinheiro e pegar em dinheiro sujo. Infelizmente, essa é a realidade que nós temos visto na CPMI do INSS. Podia ter usado a sua habilidade para fazer ternos, mas a habilidade dele, infelizmente, foi desviada para costurar tramas criminosas no meio de organizações criminosas.

Sr. João Camargo, na próxima semana, estarei apresentando o pedido de prisão para o senhor também. O senhor é uma vergonha para os alfaiates decentes do meu país.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto se podemos dar sequência ou gostaria de interromper um momento, Sr. João?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não. Podemos continuar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, como autor do primeiro requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. João Carlos Camargo Júnior, a sua alfaataria costura e lava também?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Sr. Carlos...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor (*Fora do microfone.*) Excelência. Desculpe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Faz lavagem? Lavagem? Lavagem?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não, senhor, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vi na imprensa que o senhor foi cogitado para fazer o terno da posse do Presidente Jair Bolsonaro.

Foi o senhor que fez o terno da posse do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não, senhor.

Excelência. Desculpa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez o terno de algum político?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse tema, me manterei nesse... Não me manifestarei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez o terno de algum político ligado ao Governo Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez o terno de alguma pessoa próxima dos filhos do Presidente Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse tema, não me manifestarei, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez o terno de alguma pessoa próxima à Sra. Michele Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor fez o terno de pessoas próximas ao maquiador da Sra. Michele Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não pode responder que não fez ternos para políticos próximos ao Jair Bolsonaro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu preciso preservar a identidade dos meus clientes.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

Eu posso deduzir com isso, então, que o senhor precisa preservar, entre os seus clientes, os políticos próximos ao Jair Bolsonaro, à Michele Bolsonaro e ao maquiador e, por conta disso, o senhor não pode nos revelar para não deixar eles expostos, é isso?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O senhor... Então, Camargo, o senhor tem uma trajetória de sucesso, mas, de fato, em determinado momento da sua trajetória, o senhor se associa aos chamados "*golden boys*" – Américo Monte Junior, Anderson Cordeiro, Felipe Macedo Gomes... Aliás, "*golden boys*" que foram apresentados por mim a esta CPI e ao Brasil – a ponto de o senhor criar uma empresa junto com eles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual era a finalidade dessa empresa?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Essa empresa teve movimentação financeira, a Kairos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que serviços prestava a Kairos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Kairos tinha outros clientes, além dos "golden boys"?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A MKT... A MKT é uma empresa de quê? (*Pausa.*) A MKT é uma empresa de quê?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem uma empresa chamada MKT Connection Group, que recebeu dinheiro principalmente da Amar Brasil. E era curioso, porque a Amar Brasil recebia o dinheiro num dia, e, no mesmo dia, ela depositava.

Da Amar Brasil, por exemplo, o senhor recebeu, numa oportunidade, um conjunto de depósitos que chegou a R\$1.731.532, relativo a que serviços a MKT prestou para a Amar Brasil nesse período, Sr. João?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Numa outra oportunidade, a MKT, prestando serviço, mais uma vez, que o senhor não quer nos dizer que serviço era, juntamente com Anderson Cordeiro, Américo Monte Junior, recebeu R\$13.152.000.

Que serviço a MKT prestou para a Amar Brasil, junto com os "golden boys", Sr. João Camargo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Posteriormente, nesse esquema de entra e sai, o senhor recebeu também outros depósitos, chegando ao total de em torno de R\$31 milhões, principalmente da Amar Brasil.

O senhor pode nos explicar que serviço foi esse prestado? Porque fica difícil a gente entender.

Veja bem, a gente já sabe que os "*golden boys*" são jovens. Houve um decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e por Onyx Lorenzoni, que permitiu que essas entidades, que não tem nada a ver com aposentados, eram entidades de clubes de seguros, de veículos, pudessem passar a fazer descontos de aposentados.

Vou falar um português mais claro: passassem a roubar aposentados e aposentadas.

Sem nunca terem trabalhado, do dia para a noite, enriqueceram: Anderson Cordeiro, Felipe, Igor, Américo Monte Junior... O senhor conhece esses rapazes?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor já fez terno para eles?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E aí, no momento em que eles começam a ficar milionários, repito, sem nunca ter trabalhado, compram Ferraris, Lamborghinis, Rolex, Porsches, iates, resolvem também se vestir bem. E aí, cansado das roupas que usavam, procuraram o senhor.

Até então, o senhor tem uma alfaiataria, imagino eu, que também não fica perguntando para cada cliente que vai lá de onde é que ele tirou o dinheiro para comprar os ternos.

Eles eram seus clientes? O senhor os conheceu como clientes, na sua alfaiataria?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu não vejo problema de nos dizer se o Felipe Macedo... Qual é o problema de nos informar aqui se os "*golden boys*" eram clientes da sua





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

alfaiataria? Está bom que o Bolsonaro o senhor não pode dizer, o maquiador da Michelle o senhor não pode afirmar, mas os "*golden boys*" o senhor também não pode nos dizer se eles eram clientes da sua alfaiataria?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, para mim está claro – para mim está claro, Sr. Presidente –: além de costurar, ele lava para fora, Presidente.

E essa alfaiataria, infelizmente – infelizmente –, criou essas outras empresas, como essa MKT, e depois essa tal de Kairos Representações, uma empresa que durou só cinco meses.

Por que é que fechou cinco meses depois, Sr. João Carlos? Por que é que a Kairos durou só cinco meses?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me mantereí em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – João, na boa, essa turma nunca trabalhou. Estão todos milionários, todos com *offshore* no exterior. Tu tens um nome no mercado, tu tens clientes. Eu vi a festa que vocês fizeram lá no Teatro Municipal, com boa parte dos grandes empresários do Brasil...

Tu vais enterrar o teu negócio por conta dessa fria em que os "*golden boys*" te meteram? Tu vais enterrar um negócio familiar, respeitado?

Tu és um camarada que já teve como cliente boa parte do empresariado brasileiro. Aí, você se junta com quatro vigaristas, que, através do José Carlos Oliveira, vieram para dentro do Governo. E aí, beneficiados pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onyx, foram autorizados a roubar os aposentados, tirando R\$30, R\$50 das pessoas que precisavam comprar remédio.

Agora nós descobrimos, hoje, João Carlos, que eles roubavam até do BPC! O Bolsonaro permitiu que eles roubassem até das crianças do BPC!

Aí, eles pegavam esse dinheiro e, entre outros luxos, não satisfeitos, ainda te envolveram nesse esquema, João?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tu não queres fazer uma sessão secreta aqui conosco e poder trabalhar a hipótese de nos entregar aqui esse esquema criminoso e sair limpo dessa história? E poder retomar o teu trabalho?

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me manterei em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Olha, João, vou ter que falar aqui: de todos os "golden boys", o único que tem uma profissão, o único que tem um trabalho, o único que tem um nome a zelar... Porque eles não têm nada! É tudo... Um, de 28 anos, sentou aqui onde tu estás sentado. Enriqueceu do dia para noite. Todos milionários, sem nunca terem trabalhado.

Mas tu não. Tu és um cara de sucesso, de renome. E tu tens a oportunidade de fazer um bem para o Brasil, de dizer: "Olha, de fato, esses caras me envolveram nisso aqui. Começaram a... Dinheiro fácil, e dali a pouco me propuseram fazer uma empresa. Eu entrei nessa furada, não sabia que o dinheiro era dinheiro roubado dos aposentados. Mas eu estou disposto a colaborar e entregar". Inclusive, porque eu sei que eles compraram ternos para políticos, que eles deram de presente. E tu sabes quem são, porque tu tiveste que tirar as medidas deles.

E nós poderíamos, Sr. Presidente, a partir da colaboração dele, mostrar para o Brasil.

Tu sabes quem são, tu tiraste as medidas deles, tu foste a apartamento tirar medidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não quer fazer uma colaboração e nos entregar quem é esse time criminoso que sustentou politicamente os "golden boys" e permitiu toda essa roubalheira dos aposentados e aposentadas, João?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me manterei em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Quero cumprimentar V. Exa., Presidente, o Relator, o depoente e seus advogados.

Sr. João Carlos, eu sei que não é nada confortável estar sentado aí, até porque o senhor é um alfaiate de renome – eu sou de São Paulo – e o senhor vive no meio de celebridades políticas, artistas e tudo.

Só que causa muita estranheza mesmo – e eu acho que o senhor há de convir – que o senhor se envolveu com vários negócios no mínimo estranhos, que não têm nada a ver e nenhuma conexão com a sua atividade de excelência, que é ser alfaiate.

Eu consigo entender você querer empreender em outras áreas, querer fazer outras coisas – isso eu consigo entender. O que eu não consigo entender é o senhor não falar o que é que cada empresa faz, porque isso depõe contra o senhor.

O fato de você estar em silêncio, com coisas que você poderia esclarecer, realmente incomoda. E falo, inclusive, porque as empresas que o senhor abriu, especificamente no finalzinho de 22, em dezembro de 22... Teve muito dinheiro envolvido que está associado às fraudes do INSS. Isso já é comprovado, isso tem dado, isso tem documento. Já passaram vários depoentes por aqui. Então, assim, ninguém está questionando, porque isso já é fato.

Agora, uma outra coisa é a questão de o senhor ser sócio dos "*golden boys*", que já vieram aqui também – esse Felipe Macedo, esse Anderson Cordeiro, esse Américo Monte –, na empresa Kairos, que a gente já viu também, que passaram milhões e milhões de reais.

Então, os indícios são inúmeros. A situação, o quadro está claro para muitas pessoas. E, na minha visão – e é só a minha visão –, o senhor tem o direito constitucional que precisa ser respeitado, mas, na minha visão, o senhor poderia sair daqui maior do que o senhor entrou, ou maior do que o senhor vai sair. Até para honrar o seu passado, honrar o seu empreendimento – honrar.

Então, eu vou fazer perguntas; acho que serão retóricas, mas, se o senhor quiser responder, eu acho que eu agradeço, acho que o Brasil agradece também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, assim, o senhor tinha a alfaiataria, o senhor é alfaiate. O que é que te levou a abrir a *marketing* Connection Group? Imagino que MKT seja *marketing*. O que te levou, que tipo de serviço ela prestou?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, vou me manter em silêncio, me perdoe.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Por que é que o senhor resolveu abrir essa empresa em dezembro de 22? Tinha alguma coisa a ver com o cenário político, de eleição, por exemplo, do atual Governo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereis em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você pode me falar um pouco sobre a Kairos Representações Ltda.? O que ela faz? Essa que você abriu e é sócio dos "*golden boys*"?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereis em silêncio, V. Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Em qual contexto você conheceu o Felipe Macedo, o Anderson Cordeiro e o Américo Monte Junior?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., eu me mantereis em silêncio.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que a gente está vendo aqui, no mínimo, uma bela amizade. Uma bela amizade, porque você está colocando o seu pescoço, o seu currículo, tudo o que você construiu, ao longo da vida, em nome de pessoas que todo mundo já sabe que não merecem nenhuma credibilidade. Então, no mínimo, é muito bonita essa amizade, porque a história de vocês é igual.

Quero falar para você, Seu João Carlos, que a história de você com os "*golden boys*" que vieram aqui, que fizeram essa roubalheira, que raspam dinheiro de aposentado, é muito parecida, não dá para desconectar. Então, infelizmente, você não falou, mas é claro que... É igual! Todos abriram empresas em dezembro de 22 para roubar aposentado. Receberam juntos rios e rios de dinheiro de sindicatos e de roubo de aposentado.

E a história dos quatro amigos – eu estou achando que você está protegendo seus amigos – são datas. Se a gente pega as datas, a gente vê.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Felipe Macedo abriu a Maden em 8 de dezembro de 22; a empresa recebeu 26 milhões da Amar Brasil em 2023 e 2024 – Governo Lula, lembrando. O "golden boy" Anderson Cordeiro abriu a ADV Serviços; na mesma data, 8 de dezembro de 22, recebeu 16 milhões da Amar Brasil, em 23 e 24 – Governo Lula.

Inclusive, as falas são muito parecidas, porque é coisa óbvia, é data, é número, não tem o que discutir. Narrativa e blá-blá-blá, se é governo A ou governo B... Podem ter o que quiserem, mas a data aqui é muito clara.

O outro "golden boy" Américo Monte abriu, no dia 9 de dezembro, no dia 9, dia seguinte, a empresa dele; ele abriu a AMJ Security; e a empresa dele recebeu 17 milhões da Amar Brasil. E três dias depois você abriu a sua; no dia 12 de dezembro de 22, você abriu a MKT Connection, que recebeu... Eu tinha 24, o Relator – eu não sei se eu ouvi direito – falou 31, mas...

E depois, juntos, os quatro amigos abriram a Kairos Representações para selar essa amizade, eu imagino.

Então, dá para ver nitidamente que essas empresas viram, no governo de plantão, uma oportunidade para roubar aposentado, conseguiram roubar aposentado, milhões e milhões andaram, só que ninguém contou que seriam pegos juntinhos outra vez.

Então, eu espero, Sr. João Carlos, que a justiça venha, que esses esclarecimentos sejam feitos. Lamento que o senhor perca uma excelente oportunidade de esclarecer. O senhor está protegendo ou os amigos ou os gráudos, e me entristece ver que o senhor sai daqui com o apelido de Alfaiate do INSS. Eu acho que a sua trajetória não merece isso. O senhor tem que... Sinceramente, não tem que ser o que costura roubalheira. Você tinha que costurar a transparência, a clareza. O senhor tem a oportunidade de fazer isso. Se eu tenho uma coisa para falar para o senhor, é: faça uma delação premiada, delete a roubalheira, delete os gráudos. É isso que eu tenho que falar para o senhor. Ninguém vale a pena isso. E, se o senhor cometeu um erro e foi o costurador da roubalheira, o senhor tem tempo de corrigir, colocar os que estão acima de você nisso tudo, porque o senhor ainda é um peixe pequeno no meio de tudo isso. Então, é uma pena que o senhor não queira colaborar, uma pena que o senhor esteja em silêncio, uma pena que o senhor compactue e continue no silêncio para proteger bandidos do INSS, me entristece ver... O senhor é da minha cidade, o senhor trabalha para muitas pessoas importantes, e o senhor... Eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que, até o final do seu depoimento, você pode mudar a postura. O seu direito constitucional tem que ser preservado, sim, mas a pessoa que tem aí dentro, que tem valor, que tem princípio, que sabe que tem muita coisa errada, pode mudar isso. Então, esse é o meu pedido para você.

E eu vou devolver o tempo para você fazer as considerações que o senhor quiser. O senhor gostaria de fazer? O tempo é seu, pode falar.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Obrigado, Excelência. *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – O senhor não quer falar nada?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não vou me manifestar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vou abrir mão dos meus dois minutos para dar para os colegas, mas é com muita tristeza que eu vejo que ele teve a oportunidade de contribuir e está protegendo bandidos, os amigos. Lamentável.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde a todos e todas.

Sr. João Camargo, eu estou aqui ao seu lado direito.

Eu inicio a minha fala fazendo uma pergunta muito simples: o senhor, em algum momento da sua vida, foi sócio da MKT Connection Group e da empresa Kairos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Permanecerei em silêncio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, essa é uma pergunta de...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim, sou. Sim, fui, desculpe...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, vou repetir a pergunta: você foi sócio ou é sócio da MKT Connection Group e da empresa Kairos? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nessa linha, Sr. João Camargo, eu pergunto qual serviço de consultoria você realizou para receber R\$24 milhões da associação de aposentados Amar?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sobre esse assunto, vou permanecer em silêncio, Doutor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não sabe informar qual serviço você prestou para receber R\$24 milhões?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor consegue demonstrar algum relatório, algum contrato, alguma entrega que justifique... Por exemplo, você foi contratado por determinado consumidor para prestar um serviço de alfaiataria, um terno, uma camisa, um terno sob medida. Se eu lhe perguntar qual foi a roupa que você confeccionou, por exemplo, para o cantor Toni Garrido, você sabe me informar, não sabe?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Você sabe me informar se você fez roupa para o Bruno Gagliasso? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Rodrigo Faro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ratinho?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu acho que eu vou preservar os meus clientes.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você acabou de confirmar vários. Perfeito. Então, eu não vou perguntar, porque todo mundo sabe, Amaury Jr., Marcelo Serrano, Toni Garrido, o ex-jogador de futsal Falcão, ou seja, quando você de fato prestou um serviço, você diz com toda a coragem que sim, prestou o serviço. Agora, quando eu lhe pergunto por que recebeu R\$24 milhões da associação de aposentados Amar, você fica calado. Por que cala? Por que silencia?

Eu lhe faço uma pergunta simples: você recebeu R\$24 milhões, qual foi o serviço que você prestou para a associação de aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor consegue apresentar algum contrato, algum relatório?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se a sua empresa atua dentro da legalidade, por qual razão o Coaf descreve as movimentações financeiras como movimentações atípicas, típicas de uma lavagem de dinheiro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por que a sua empresa recebeu dinheiro, valores, altos valores e, no mesmo minuto em que recebeu, em que caiu do fundo de previdência da Amar Brasil...? No mesmo minuto em que esse recurso veio da previdência, ele foi repassado para outras empresas. Havia alguma automação? Quem é que controlava esse depósito, esses repasses, esses pagamentos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Vou permanecer em silêncio, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. João, quem pagou R\$24 milhões estava roubando aposentados. É por isso que o senhor está aqui, e a gente está fazendo esses questionamentos. O senhor nunca se perguntou de onde vinha esse dinheiro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, eu discordo veementemente de que o Sr. João Camargo aqui está como inocente, como uma pessoa que foi usada, como uma pessoa que foi manipulada por jovens que aqui chamam de "*golden boys*". Na verdade, quando silencia, ele não defende os amigos, ele se defende porque, de fato, participou. São perguntas simples que eu acabei de fazer. Qual serviço de consultoria o João prestou para a associação de aposentados Amar? Ele não soube dizer. Quando eu pergunto qual roupa, qual terno você forneceu para essas celebridades, ele sabe informar. Então, está claro, todos conseguem perceber. Quando é crime, quando é empresa de fachada, ele se cala para não se incriminar. Quando ele, de fato, presta o serviço, ele sabe falar. Então, não há dúvidas quanto a isso.

Ainda nessa linha, eu aqui trago dados do Coaf. Segundo o Coaf, a MKT Connection Group, empresa da qual você é sócio único, recebeu R\$24 milhões da Amar Brasil. Essa entidade é apontada como centro do esquema de fraude dos aposentados do INSS, de 22 a abril de 2025. Nesse mesmo período, a sua empresa, após receber, devolveu R\$784 mil, quase R\$1 milhão para a Amar Brasil. Suponhamos, com base no princípio da boa-fé, que você tenha prestado um serviço que você não sabe aqui informar. Agora, me explique como é que a sua empresa presta um serviço, recebe por isso, serviço esse que você não informa... Mas qual é a empresa que paga para trabalhar? Porque eu quero entender por que a sua empresa, que em tese prestou serviço de consultoria – e você não informa qual é a consultoria, qual foi o serviço –, devolveu quase R\$1 milhão para a Amar Brasil? Que processo é esse? Que prestação de serviço é essa? Por que devolveu quase R\$1 milhão para Amar Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Como o senhor explica essa devolução de dinheiro quase que no mesmo momento em que recebe esses pagamentos para essas outras empresas? Também não vai responder?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpe.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor consegue comprovar que o seu patrimônio cresceu de forma lícita? Sim ou não? A pergunta é simples. Olhe... Entenda a pergunta. O senhor consegue... O senhor que é alfaiate, o alfaiate das celebridades, consegue comprovar que o seu patrimônio cresceu por uma atividade lícita? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o senhor autoriza a quebra do seu sigilo fiscal e bancário para provar que o senhor está falando a verdade?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Vice-Presidente, há uma investigação em curso perante o Supremo Tribunal Federal...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... a pergunta é para o depoente, não é para o advogado.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – A defesa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Ticiano...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – A defesa está orientando que há uma investigação em curso no Supremo Tribunal Federal, em que, inclusive, já houve essas quebras. Então, por orientação da defesa, ele fará referência a essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Ticiano, eu vou pedir ao senhor, a V. Sa., mais uma vez, a todo e qualquer momento em que V. Sa. queira se manifestar, que se manifeste junto a esta Presidência e não diretamente aos Parlamentares, por favor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para que a gente evite futuramente qualquer tipo de embate com a advocacia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E, naturalmente, o senhor pode manter a orientação ao Sr. João Carlos de continuar em silêncio naquilo que ele entende. Perfeito?

Por favor, Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu só peço atenção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, claro. Mais um minuto para o Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu vou repetir a pergunta ao depoente de forma clara, inequívoca e objetiva.

Sr. João, o senhor consegue comprovar que o seu patrimônio cresceu por meio de uma atividade lícita? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o senhor aceita, o senhor apresenta, o senhor abre o sigilo fiscal e bancário? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Já foi quebrado pelo Supremo, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, me apresente o sigilo. O senhor apresenta à CPMI o sigilo? Sim ou não? *(Pausa.)*

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem o direito de se manifestar e ficar em silêncio ou não, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, é porque o advogado está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o advogado está orientando, vamos aguardar a orientação.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, fica a cargo do meu advogado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu não entendi a sua resposta, Sr. João.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpe. *(Pausa.)*

Essa decisão cabe ao meu advogado, não a mim, desculpe.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, eu pergunto: o senhor apresenta o seu sigilo, apresenta os dados bancários para comprovar que o seu patrimônio cresceu de forma lícita ou o senhor não vai apresentar? *(Pausa.)*

A resposta é objetiva: sim ou não. Eu não entendo essa preocupação.

O senhor afirma que o seu patrimônio cresceu de forma lícita. Perfeito. Já que cresceu de forma lícita, o senhor apresenta os seus sigilos? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – A decisão é do meu advogado, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu quero saber qual a decisão: vai apresentar ou não?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente, posso, então, eu responder, já que...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. Não, Excelência. Quem tem que responder...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quem tem que responder é o cliente, a pergunta é simples.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode pedir a suspensão da sessão até, se desejar, por alguns minutos para poder...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO *(Fora do microfone.)* – Não, não precisa, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, deixe ele orientar. O advogado tem um tempo da orientação aqui.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.?

Por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, vou repetir a pergunta. O senhor confirma, o senhor entende que o seu patrimônio cresceu de forma lícita, legal? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o senhor abre o sigilo bancário para comprovar que, de fato, o que o senhor fala é verdade, para comprovar que o seu sigilo não esconde nada de errado, para comprovar que, de fato, o seu patrimônio cresceu de forma legal, lícita e de acordo com a lei? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, já está no Supremo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aqui não é o Supremo, aqui é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem uma atividade independente do Supremo, com poder de fiscalização.

E pergunto: o senhor apresenta a esta CPMI ou esconderá os sigilos para com a CPMI?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não apresentarei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não apresentará. Perfeito.

Se tudo era legal, por que o senhor abriu uma empresa de consultoria exatamente no mesmo dia em que o esquema começou a operar?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quem lhe apresentou a Amar Brasil? Foi o Felipe?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor está disposto, sob juramento, a confirmar que nunca participou de nenhuma reunião com os "golden boys", com o Felipe, para tratar desses repasses?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor não percebeu em nenhum momento...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... ou não sabia que esses seus ex-sócios enriqueceram de forma incompatível com as suas empresas?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por fim, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... o senhor admite... Sr. João, o senhor admite que sua empresa pode ter sido usada como instrumento para ocultar dinheiro roubado de aposentados? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Olhe, é extremamente inequívoca, clara a sua participação, João. O senhor entra nesta CPMI conhecido como o alfaiate dos famosos, que já vestiu celebridades como Silvio Santos, Bruno Gagliasso, Rodrigo Faro, Ratinho, Danilo Gentili, Amaury Jr., dentre outros, e sai desta CPMI não como alfaiate dos famosos, mas como um lavador de dinheiro roubado de aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Eu lembro que faremos o intervalo para o almoço às 13h ou em torno. O.k.?

Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, vou direto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor recebeu 31 milhões. O senhor tem uma das profissões mais difíceis de se encontrar hoje no Brasil: de alfaiate. Minha mãe é costureira; então, eu sei muito bem a dificuldade que é ser um alfaiate, não é para qualquer um. Tem que saber, tem detalhes, cuidados.

Quanto custa hoje um terno que o senhor faz?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Depende muito do tecido, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O mais barato?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – De dez para a frente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E o mais caro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Cem mil. Depende muito do tecido, da raridade do tecido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Cem mil a dez mil.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpa, Excelência.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... por favor, reponha para mim, por favor!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu também, Excelência, não tenho condições de comprar um terno desse. *(Risos.)*

Coronel Fernanda, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Espere aí, eu perdi a... Presidente, só para repor. Eu perdi a... Deixe eu voltar aqui, de novo, por favor, me perdoe.

Trinta e um milhões foi o que o senhor recebeu. Vou colocar aqui R\$50 mil. *(Pausa.)* Seiscentos e vinte ternos o senhor fez, o senhor vendeu 620 ternos a R\$50 mil para o senhor ter recebido esses R\$31 milhões!

O seu trabalho não é um trabalho fácil, porque eu sei o que é ser costureira, eu sei o que é ser alfaiate, mas o senhor está jogando fora a sua profissão, porque, para mim, o senhor é um bandido: recebeu dinheiro de bandido, bandido é; recebeu dinheiro de crime, criminoso é. Eu acho que o senhor não merece isso. A sua profissão não é qualquer profissão, não!

Diante disso, eu queria saber, que o senhor me informasse: quem é que o apresentou a essas associações que colocaram o senhor nesse rolo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me manterei em silêncio.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor faz tantos ternos. O senhor já fez terno para os Deputados do PT?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu me manterei em silêncio.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Aprendi e vou aproveitar.

O senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, por favor.

O senhor fez terno para o Lula?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu me manterei em silêncio, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Para a Janja? *(Risos.)*

Para os Ministros do Lula?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor fez terno para o Ministro Jorge Messias?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu me manterei em silêncio, senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor passou por algum treino, um *trainee*, para poder ficar desse jeito sério? Tomou algum Rivotril, alguma coisa para ficar com essa feição, assim, como se nada estivesse acontecendo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor sabe o que é ir para uma cadeia? O senhor já visitou um presídio?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, eu não interrompo ninguém. Por favor, recupere meu tempo aí, senão, toda hora, eu fico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Dê continuidade, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Eu preciso ter...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor já foi a um presídio?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor sabe o que é uma cela de presídio?

Uma cela tem mais ou menos cinco por cinco, a cama é de cimento, o senhor tem horário de banho de sol, a sua comida é quase uma lavagem, o seu banho é frio, a sua família vai passar por uma revista vexatória. É isso que vai acontecer com o senhor, é isso que vai acontecer com a sua família, porque os grandes não vão para o presídio; os grandes vão jogar os pequenos, como o senhor e outros que estiveram aqui, para cumprir a pena deles lá no presídio. Os mesmos que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aí o orientando a ficar em silêncio são os mesmos que não vão ser presos, que estão jogando, nas suas costas, esse crime.

Trinta e um milhões não é qualquer dinheiro. São mulheres, idosas, crianças com deficiências, viúvos que deixaram de receber porque houve uma participação sua nesse crime.

E, se brincar, ainda vão fazê-lo de mulherzinha no presídio. O senhor é homem, eu estou sendo bem sincera, porque, como policial militar e já trabalhei em presídio, é isso que acontece, principalmente quando um preso descobrir que a mãe dele, a avó dele, a irmã dele foi vítima do roubo do INSS. Vai ser muito mais caro para o senhor ir preso do que fazer um terno de R\$100 mil. Vai ser muito mais caro, para a sua família, o seu silêncio, porque é a sua vida que vai estar em risco.

Eu gostaria que o senhor repensasse. Você tem a oportunidade de se blindar, de não ir para a cadeia, porque já foram dez, dia 13 agora. Para o senhor ir, é o próximo.

Não jogue fora a sua profissão, que está em extinção, que é uma das melhores profissões que tem, que tem que ser respeitada e preservada. São poucos no Brasil que têm o dom que você tem. E esse dom você vai gastar dentro da cadeia. Esse dom que você tem de fazer um terno bem-feito, você vai ter que fazer uniforme dentro de presídio.

Se você não teve noção ainda disso, era bom você perguntar para o seu advogado se ele já foi em presídio salvar clientes dele que ele vai te falar essa cena. E eu não estou descrevendo para você como ameaça, não. Estou te orientando, porque, se ninguém te falou essa realidade, eu estou te falando. É isso que vai lhe acontecer lá. E, se você está bem calmo para não responder para nós aqui, não tem problema, não. Tenho certeza de que você não vai ficar calmo dentro do presídio. No seu primeiro banho de sol, os presos vão lhe cobrar esses descontos indevidos. A população de São Paulo, que te via como exemplo, vai te cobrar os descontos indevidos. A sua família vai começar a ser cobrada pelos seus descontos indevidos.

Se você tem respeito pela sua família, repense. Repense, porque não vai ser fácil para eles. Vai-lhe custar muito caro. Não perca os seus ternos de R\$100 mil, de R\$10 mil que você ganhava honestamente, em troca, para proteger marginais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta fazer terno para PT, achando que ele vai te blindar. A primeira coisa que ele vai fazer é soltar os botões do terno e jogar o resto do tecido no chão, para ser pisado, e você, massacrado.

Aproveitando os dois minutos que faltam, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... vou pedir, mais uma vez, para o senhor para a gente fazer um clamor para toda a sociedade brasileira ter compaixão com os idosos, com as pensionistas e, de uma em uma, orientar como é que faz o pedido de cancelamento.

Os valores não estão cancelados, estão suspensos por determinação judicial. Não é por causa do Governo ladrão, não. É por causa de determinação judicial.

Nós precisamos recuperar esses valores dessas pessoas, e isso só vai acontecer se todas as pessoas que foram vítimas forem alertadas e orientadas.

O INSS não está fazendo o serviço correto. Ainda tem mais de 2 milhões de pessoas que não receberam o seu dinheiro. Ou melhor, mais de 2 milhões de pessoas que não fizeram cancelamento porque elas não sabem mexer no celular. Eu sou analógica. Imaginem essas pessoas. Nós precisamos ter esse olhar.

Vamos colocar esses marginais atrás das grades? Vamos, mas precisamos também recuperar o dinheiro dessas pessoas. O INSS não está fazendo questão disso, porque quem não pedir o cancelamento vai ter considerado como verdadeiro aquele desconto.

E quero dizer mais uma coisa, Presidente, minha maior honra foi servir meus 27 anos num quartel, porque no quartel tem respeito, tem ética, tem sinceridade, tem compromisso. Quando falam aqui que aqui não é quartel, sinto muito por aqui não ser quartel, porque, se aqui fosse quartel, tem muito Deputado aqui que estaria atrás das grades, porque defende bandido, e no quartel a gente não aceita bandido. Quem entra para o mundo do crime a gente tira fora do quartel. Quer falar de quartel? Pode falar, porque eu tenho uma honra muito grande. Policial militar e bombeiro militar são honrados. Eu sou honrada.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, eu prefiro estar num quartel do que de lado de bandido, marginal transvestido de político. Se político quer ser bandido perto de mim, sai de perto, que vai tomar porrada, sim. Não estou aqui para passar a mão na cabeça de ninguém. Não passei a mão na cabeça de ninguém em torno da minha vida profissional, e não vai ser aqui, nesta Casa. Aqui, se fosse quartel, eu teria o maior prazer: tem muita gente em que eu já tinha colocado algema e jogado atrás das grades, porque não vai ser nem homem nem mulher que vai me fazer ter medo de ser quem eu sou, quem eu fui a vida inteira e continuo sendo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu fiquei aqui abismado. Comentei com o Deputado Pimenta que estou com dó do Jair Bolsonaro, depois que foi dito o que acontece nas prisões aqui no Brasil. Ele que vai preso semana que vem, vai para a Papuda, mas eu penso que vai ter uma boa proteção. E a gente que defende os direitos humanos vai estar atento a isso, para que não ocorram essas coisas desagradáveis. O que foi ameaçado e pode acontecer com o Sr. Camargo Júnior que não aconteça com o ex-Presidente da República, que, semana que vem, já estará na cadeia, o que demonstra o desespero de alguns aqui. Mas isso não vai acontecer com ele. É melhor a gente tomar os cuidados. E aqui já foi relatado.

Mas eu queria dizer que eu estou abismado de ver como que esses chamados “*golden boys*” lavam dinheiro e quanto dinheiro ganharam: R\$1 bilhão, é mais ou menos isso que esses “*golden boys*” ganharam da roubalheira do INSS – R\$1 bilhão. E aí a criatividade para lavar dinheiro é absoluta. Então, nós já tínhamos visto aqui o Felipe Macedo, que veio aqui e não quis dizer nada. O Américo Monte Junior ainda não veio, mas precisaria vir.

Mas olha só, nós vimos deles adegas impressionantes, como é que eles entravam naquela adega e vinho caro. Um negócio assim que a gente nem pensava que existia. Carros nem se diz, carros de todo tipo. Relógios. E agora alfaiataria, porque, ao que tudo indica... Embora o Sr. Camargo não queira nos responder, tudo indica, o Relator colocou isso aí muito bem também, que esta empresa que é dele recebeu da Amar Brasil em torno de 24,3 milhões. No mesmo período, diz que a MKT Connection Group devolveu R\$784,5 mil para a Amar Brasil. E, portanto,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os recursos... Há a suspeição de que Amar Brasil teria repassado 24 milhões dos desvios para a entidade que tinha o Felipe Gomes como Presidente, repassando então para a pretensa alfaiataria. Portanto, uma lavagem de dimensões enormes.

Agora, nós também vimos aqui, e eu cheguei a perguntar isso para o Sr. Felipe Macedo, é que ele também ajudou ou financiou o Réveillon da Igreja da Lagoinha, que era chamado Vira Brasil, lá no Allianz Parque. Ele disse que não financiou, que era um recurso... que ele é muito amigo do pastor, etc., mas evidentemente a relação ficou clara, a existência.

Já o Américo Monte, esse entregou R\$200 mil para um pastor da Lagoinha de Alphaville, que é o Sr. Pastor André Fernandes. Isso é o que consta também nas denúncias que estão aí e que estão sendo investigadas.

Essa Igreja da Lagoinha acabou também montando um banco, uma *fintech*, que chama Clava Forte – aliás, tive notícia de que acabou de fechar esse banco Clava Forte, precisa ser investigado, porque é uma investigação que nós precisamos de fazer, se houve, se está lavando o dinheiro até com a fé das pessoas. É algo que também precisa-se saber.

E por que isso aumenta nessa perspectiva de lavagem? É que hoje foi preso o Presidente do Banco Master, Daniel Vorcaro. Esse Daniel Vorcaro é Presidente do Banco Master, e aí vai envolver recursos também de financiamento de crédito consignado, muito crédito consignado, que aí foi feito, e aí nós vamos ver ligações que nos deixam estarrecidos, e nós vamos ter que ampliar essas investigações.

Uma dessas ligações é a seguinte. O... Eu já pego aqui, Presidente, para não perder. O Fabiano Zettel, que é um outro Pastor, é cunhado do Henrique Vorcaro... a filha do Henrique Vorcaro é casada com ele. É deste... O agora Presidente do banco. O Henrique Vorcaro é sócio do André Valadão – é pai desse do Banco Master – em alguns negócios. O André Valadão deu autorização para o Fabiano Zettel abrir a Igreja da Lagoinha do Belvedere, e foi aí que apareceu, então, esse banco digital Clava Forte.

O André Valadão é o Presidente da Lagoinha Global, comanda todos... são mais de 700 templos que são ali comandados, que esteve em relação também, repito, com aquilo a que o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felipe Macedo ajudou também, o Réveillon que foi feito lá no Allianz Parque. Esse André Fernandes é o Pastor da outra igreja, essa do Alphaville.

Então, o que a gente vê é que, realmente, há uma mistura muito grande, e todos lá de Minas Gerais, em relação a isso, o que coloca a gente numa obrigação de ver essas relações, se não tem havido também relações entre lavagem de dinheiro também em igrejas, que às vezes funcionam muito mais como empresa.

É um caso que tem que ser verificado, evidentemente eu não posso afirmar, mas nós vamos ter que pedir algumas quebras de sigilo aí, a quebra de sigilo desse Clava Forte, que foi fechado, nós temos que ver essa relação aí do Fabiano Zettel, casado com a Natalia Vorcaro, que é irmã do Daniel Vorcaro, filha do Henrique Vorcaro, o Vorcaro é sócio do André Valadão, o André Valadão deu autorização para o Zettel abrir a Igreja da Lagoinha, o banco Clava Forte abriu com essas relações, enfim, tudo isso vai colocando possibilidades enormes.

E mais: agora, na revista *Piauí*, sai também uma denúncia de ligação do PCC com esse Vorcaro, preso hoje, de que eles teriam, inclusive, neste caso, feito lavagem de dinheiro do PCC naquela ligação que tiveram, naquela Carbono Oculto, que foi feita em São Paulo, que vai se ligar também ao Vorcaro.

E a revista *Piauí* hoje traz uma trajetória do Vorcaro em Belo Horizonte, onde cita, mais uma vez – vocês vão ver hoje essa matéria da *Piauí* –, envolve novamente a questão da gratidão que o Vorcaro tinha, o Pr. Henrique, a Valadão pela virada na vida dele, do filho Henrique. Segundo a revista, Daniel Vorcaro ganhou então um programa musical chamado Supersônica, que é também de uma rádio, uma TV comprada com a ajuda do pai dele.

Os laços dos Vorcaro com a Igreja Batista da Lagoinha se estreitaram. [E] [...] o filho do pastor Márcio [...] Valadão, hoje o novo líder da igreja, confessou para os amigos que gostaria de ter uma BMW [olha só!]. O desejo era tamanho que ele comprou o carro à prestação. Logo, passou a ter dificuldades para quitar a dívida. Ao saber do aperto, Henrique Vorcaro rasgou as promissórias e bancou o sonho do rapaz. A felicidade foi tamanha que André Valadão anunciou, na igreja [...] que “Deus [tinha feito] um milagre”.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O filho de André Valadão... Foi com o filho do André Valadão que a filha do Vorcaro casou – dançou a valsa e depois vieram a se casar –, uma trajetória fulminante que depois vai mostrar todo o enriquecimento que teve no Banco Master.

E o pior: o Vorcaro, depois, entra com financiamento na SAF, é outra denúncia que está sendo feita aqui, do meu time do coração, que é o Clube Atlético Mineiro, e o Vorcaro teria colocado lá 300 milhões também para fazer lavagem de dinheiro na SAF, outra denúncia séria que está sendo colocada aqui.

É impressionante como é que esses "*golden boys*" se misturam a tudo isso na lavagem de dinheiro.

Então, eu realmente não estranho que o senhor possa ter se envolvido nisso através dessa lavagem de dinheiro. Sua alfaiataria...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Realmente o senhor não se coloca... E nem quis colocar quanto dinheiro ganha nessa alfaiataria fazendo terno. É meio incrível que isso possa acontecer.

Então, essa lavagem de dinheiro e essa forma de fazê-lo pelos "*golden boys*" está sendo, Pimenta, cada vez mais inovada. E nós vamos ter que seguir o rastro desse dinheiro, onde é que eles lavaram R\$1 bilhão, como é que a Receita Federal não pegou isso tudo. E a gente vai ver a diversidade de por onde eles atuaram. Sinceramente, nós vamos ter que ver isso.

Já vimos, lá em Minas Gerais também, Presidente, disse outro dia, que tem três Parlamentares que estão encalacrados nessas questões. Um deles a gente está vendo que é lá junto com aquela empresa da Conafer. Os outros dois não faço ideia de quem sejam, embora tenha um também que eu sei que já deu muita emenda para lá, mas não vou falar o nome porque não sei quem é. Mas olha só como eles vão se entranhando no mundo político e, a partir daí, fazendo lavagem de dinheiro. Eu acho que, em Minas Gerais, nós vamos ter que ter mais cuidado para ver onde que essa lavagem está sendo feita...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e abrir também essas investigações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Sergio Moro e, logo em seguida, faremos o intervalo, senhores.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Muito rapidamente, Presidente.

Aqui ao depoente João Carlos Camargo Júnior. Eu já entendi que ele vai ficar em silêncio na maioria das questões, mas o senhor já confirmou que o senhor era sócio da Marketing Connection Group. O senhor era também administrador dela?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Sim?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Na verdade, só tem um sócio, né?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Onde ficava essa empresa, Sr. João?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Sa., eu permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ela tinha um endereço, uma sede fixa, tinha funcionários?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Sr. João, aqui já foi dito por todos os demais, né? Foram recebidos aí, segundo os dados preliminares que temos, 24 milhões da Marketing Connection Group, dessa associação Amar. O senhor confirma esses valores, esse recebimento?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., me mantereis em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Aqui ficou evidenciado que a Amar é uma dessas empresas envolvidas no roubo dos aposentados e pensionistas, foi beneficiária de descontos fraudulentos feitos nos benefícios desses aposentados e pensionistas. E, seguindo o fluxo de dinheiro, chega-se a essa empresa de que o senhor é sócio. O senhor tem alguma explicação? O senhor foi usado? A empresa existia? Era de fachada? O senhor se locupletou? O





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor entrou nessa, vamos dizer assim, de inocente? O senhor tem alguma defesa em seu favor em relação a esses fatos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., neste momento, permanecerei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta também, Sr. João, que mais do que o desconto dos benefícios fraudulentos, que enriqueceu muita gente... Mas ficamos todos nós estarecidos, semana passada, ao ver as notícias de que o ex-Presidente do INSS, que esteve aqui... Aliás, confrontou os Parlamentares, falou com enorme arrogância, como se fosse uma espécie de vestal, a pessoa mais honesta do mundo. Mas a Polícia Federal colheu evidências – e isso motivou o pedido de prisão preventiva – de que ele recebia um mensalão de R\$250 mil mensais. O Presidente do INSS nomeado durante este Governo Lula, então, estava ali no topo desse esquema criminoso. E temos outros personagens também em relação aos quais já se tem indicativo de pagamento de suborno, como o ex-Procurador-Chefe do INSS, o Virgílio de Oliveira; o André Fidelis, que era Diretor de Benefícios geral do INSS.

A indagação que fica, evidentemente: a sua empresa recebeu 24 milhões, em princípio suspeita de lavagem de dinheiro, já que o senhor também não esclarece os motivos desse fato. Esses pagamentos de suborno a funcionários do INSS... O senhor tinha conhecimento desses pagamentos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., me mantereí em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A sua empresa efetuou pagamentos, direta ou indiretamente, a funcionários do INSS?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, senhor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Havia um percentual desses 24 milhões que foram direcionados a funcionários do INSS?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Agentes políticos, Sr. João Camargo... Um esquema desse tamanho é muito difícil que tenha sido realizado sem qualquer espécie de convivência ou participação de agentes políticos.

Aliás, eu entendo que aqui nós precisaríamos, sim, decretar a quebra do sigilo fiscal e bancário do ex-Ministro Carlos Lupi, da Previdência, e do atual Ministro Wolney Queiroz. Pode ser que não tenha nada nessas quebras, mas, diante da dimensão desses acontecimentos, me parece que, no mínimo, nós temos que investigar e apurar esses fatos.

Agentes políticos envolvidos nesse esquema criminoso. O senhor tem conhecimento de agentes políticos envolvidos? Sua empresa pagou suborno para algum deles?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., eu me manterei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Sr. João, evidentemente é um direito do senhor ficar em silêncio, ninguém vai censurá-lo em relação a isso, mas eu já disse para outros, também investigados nesta Comissão, que aqui o senhor está falando para o país, para o Brasil. Essa é aquela oportunidade que o senhor tem de apresentar um álibi.

Não vejo o senhor, não vejo com clareza que o senhor seria o mentor desse esquema criminoso, que o senhor seria o grande artífice de um grande esquema de lavagem de dinheiro. Pelo menos essa é a percepção que eu tenho, considerando que o senhor tinha uma atividade econômica lícita e através da qual o senhor retirava proveitos com a alfaaiatária. E na dimensão que o senhor praticava, imagino que o senhor tinha aí ganhos. Agora quando o senhor vem aqui... A empresa que o senhor administrava recebeu R\$24 milhões roubados, roubados de aposentados e pensionistas, o que a gente espera é ouvir uma explicação. Se o senhor não tem, normal que não fale; mas se o senhor tem, essa seria a oportunidade de o senhor fazer uma mínima defesa aqui do seu lado.

É claro que o seu advogado deve orientar: "Não, faça isso nos autos, no processo". Mas o senhor não vai ter um outro momento como esse no qual o senhor vai poder falar para as câmeras de televisão e para o país; ou senão vai sair daqui com a imagem mais quebrada do que já está, desde que o seu nome apareceu nesse escândalo pela primeira vez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, indago ao senhor novamente: o senhor tem algum álibi, alguma defesa, alguma justificativa em relação a esses R\$24 milhões que a Marketing Connect Group recebeu? A empresa que o senhor administrava? Alguma explicação mínima que o senhor gostaria de manifestar?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – V. Exa., infelizmente, neste momento ficarei em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, só quero aqui também registrar – não estava no começo da sessão – a necessidade de nós nos debruçarmos sobre esse comportamento do Advogado-Geral da União. As notícias de hoje, na imprensa, são de que teria inicialmente poupado daquelas medidas de bloqueio administrativo tanto o Sindnapi – e aqui me parece que a razão é óbvia, porque tem por Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula, o Frei Chico –, mas inclusive também a Conafer.

A Conafer é uma situação hoje que grita, porque o dirigente dela, que esteve aqui, outro também que compareceu com toda a sua arrogância, está foragido, é um fugitivo da Justiça. E foi aqui revelado, pelo pedido da Polícia Federal, que pagava um mensalão para o Presidente do INSS, o Alessandro Stefanutto. E fico imaginando, Presidente, quanto esse Stefanutto deve ter recebido, se ele recebia R\$250 mil mensais só da Conafer.

Mas diante desses fatos, dessas revelações, fica ainda mais gritante aquela omissão inicial do Advogado-Geral da União, Ministro Jorge Messias, e creio que esta Comissão tem o dever de solicitar explicações e esclarecimentos a respeito desse comportamento de deixar essas duas associações, tão envolvidas nesses delitos, de fora daquele pedido de bloqueio.

Em relação ao depoente, não tenho mais perguntas a fazer, lamentando, porém, Sr. João, que o senhor tenha se envolvido em um crime tão grave e que o senhor venha aqui e não consiga prestar um esclarecimento mínimo. Poderia até chegar aqui e dizer: "Olha, foi isso, eu não tinha conhecimento, fui usado, vou detalhar minha defesa oportunamente ali perante a Polícia Federal". Mas o senhor chegar aqui e não dar a mínima explicação, sinceramente, a meu ver, é algo vergonhoso da sua parte. Espero que o senhor preste contas na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado ao Senador Sergio Moro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não somente a questão do Advogado-Geral da União, mas também a da Controladoria-Geral da União. O Ministro esteve aqui, foi confrontado com essa informação, negou, mas hoje a gente tem as informações de que a CGU também não agiu no combate aos descontos, e isso poderá ser revisto junto ao Ministro Vinícius.

Senhores, a sessão está suspensa por uma hora.

(Suspensa às 13 horas, a reunião é reaberta às 14 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Dando continuidade às oitivas, passo a palavra ao Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em se tratando de quase que uma indústria de confecção, Sr. João Carlos, eu estou convencido, pelos argumentos apresentados pelo Relator Alfredo Gaspar – e seguindo aqui até o que o outro proponente do requerimento fez –, que está caracterizado que o senhor é membro ativo de uma lavanderia.

Recomendo ao senhor realmente encontrar bons advogados. A Receita Federal já está atuando no caso e, a se confirmarem esses fatos, com certeza o senhor vai estar bem enrolado. Não esperava nunca que o senhor, que é famoso nas redes sociais, na imprensa, nas colunas, por vestir famosos, que pudesse estar o senhor vestido desse dinheiro sujo dos nossos aposentados.

"[...] alfaiate de famosos alvo da [...] [Polícia Federal] foi sócio de empresários da farra".

Por si só, alguém que aceita uma sociedade, com o mínimo conhecimento, tem que procurar saber a índole, a origem, o histórico de qual negócio participa. E o senhor, pela aparência e pelos clientes que tem, o senhor não é um homem inocente. Vai vendo!

""Alfaiate dos famosos" é suspeito de receber R\$ 24 milhões de desvios do INSS".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é Polícia Federal. Portanto, a explicação fica... lá o senhor não vai poder ficar em silêncio, protegido por esse *habeas corpus* absurdo que o senhor recebeu – legal, mas absurdo –, porque, tendo em vista a sua apresentação, seria desnecessário ficar em silêncio aqui.

"[...] João Camargo [...] [é] conhecido por vestir celebridades [...] investigado por [...] [suspeita e participação em desvios milionários] do INSS [...]".

Eu imagino os clientes sérios e decentes que a alfaiataria do senhor vai ter. Embora eu diga para o senhor: se juntar meus ternos que eu tenho, todos, não dá o mais barato que o senhor vende. Portanto, eu jamais vou ser cliente da alfaiataria do senhor, porque eu acho uma esnobação gastar esses valores numa roupa, só por aparência. Possivelmente, tem que ser muita gente envolvida com corrupção para usar uma roupa dessas. Volto a dizer, os meus ternos todos não dão o valor do mais barato. E isso não é nenhum demérito pelo mandato e pelas entregas que eu faço.

Possivelmente – o senhor foi questionado, e não respondeu...

"Presidente Lula usa sapato de grife de R\$ 8.050 [...]".

Talvez o terno seja o de cem do senhor, já que o senhor nega a liberar a lista de clientes do senhor. Vai ser investigado, porque o Sr. Lula também tem muito a explicar. Isso porque chegamos, em definitivo, nos porões do Palácio do Planalto.

Vou voltar ao tema.

A AGU sabia dos problemas do INSS, e um falso Messias ignorou o alerta. De quem? Do sindicato do irmão do Lula no esquema, que teve a convocação aqui barrada pela mobilização da base do Governo Lula.

Portanto, o Brasil está horrorizado, neste momento, em saber que o queridinho do Presidente da República, que ele quer a qualquer custo levar para o STF, é um homem que já tem o currículo sujo pelo pior dos seus crimes, que é a prevaricação, ainda mais por ele ser Advogado-Geral da União.

E o alerta... diz que a AGU ignorou o alerta sobre associações. Isso mostra, Sr. Relator, o escândalo deste Governo, a omissão deste Governo. E esse esforço, essa pressa de levar o falso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Messias para o STF é clara: é para colocar mais um "blindador de investigação-geral" naquele órgão. Além de saber da fraude, Messias ignorou o alerta do sindicato do Lula, p

Portanto, tem 15, 20 veículos de imprensa hoje repercutindo essa matéria. Quem chama essa matéria de mentirosa tem que entrar com ações contra esses jornais, contra essa televisão, contra esses *sítes*, porque, naturalmente, tem *sítes* menos conhecidos, vídeos menos conhecidos, mas tem a alta cúpula da imprensa brasileira, todo mundo repercutindo a prevaricação do Messias.

Indícios apontam o favorecimento a aliados, pelo Governo Lula, no INSS; na CPI do INSS, suspeitas sobre a Contag e o Sindnapi.

Sr. Presidente, grande vai ser o dia em que a Contag sentar no banco dos réus aqui nesta CPMI. É preciso vir até por ter roubado aposentados rurais, homens e mulheres das mãos calejadas, mas ela tem assento na cadeira ao lado do Presidente da República.

No Sindnapi, todo mundo sabe que o irmão do seu Lula era um lobista lá dentro, esse era o papel dele, por isso foi protegido aqui, porque o Vice-Presidente tem responsabilidade administrativa, porque participa, inclusive, do colegiado que delibera.

A AGU, do falso Messias, exclui Contag, sindicato que tem irmão de Lula como diretor. Olha o esforço, olha a AGU de novo envolvida nessa trama que levou a essa corrupção.

A AGU exclui sindicato do irmão de Lula. Vou repetir todos os dias para entrar nos nossos ouvidos: esse falso Messias, esse é o sujeito, não vou nem chamar de cidadão, que o Lula quer levar para o STF.

Irmão de juiz do STM – agora envolveram até o STM – recebeu R\$731 mil de entidade da farra do INSS. Isso mostra que esse câncer da corrupção, essa índole da corrupção está infiltrada em todas as esferas do serviço público brasileiro.

Na fraude do INSS, R\$12 bilhões foram liberados para crianças em empréstimos. Isso é uma afronta, principalmente das instituições financeiras, Sr. Presidente, porque mostra que isso não tem critério. Esse valor é completamente acima, desproporcional, mesmo com autorização. Claro, a autorização é necessária para em caso de urgência, de necessidade, de uma emergência, mas foi usada para roubar as nossas crianças com a conivência deste Governo. Se apropriou de uma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação que, quando de necessidade, podia executar, e se apropriou para roubar. É a índole deste Governo, que faz isso todos os dias.

INSS liberou R\$12 bilhões de consignados. Vou repetir aqui: a legislação, inteligentemente, Sr. Relator... Porque em caso de urgência, de emergência, no caso de saúde, é preciso fazer o consignado para fazer a antecipação de receitas e fazer o atendimento, agora, os fraudulentos e os ladrões, a partir de 23, foram roubar.

Preso pela Polícia Federal, ex-chefe do INSS coordenou a transição do Lula. Colocaram a raposa para cuidar de galinheiro. Vai vendo, Brasil! Vai vendo o escândalo.

De novo, e aqui esse é o melhor destaque. Em *O Globo* – *O Globo*, que tantas vezes nós criticamos –, em *O Globo* está aqui: "AGU exclui Contag, sindicato que tem irmão de Lula como diretor e mais duas entidades [...]". Até *O Globo*, que a gente sabe que politicamente trabalhou para a base deste Governo em anos passados, mas que, numa roubalheira desse tamanho, não poderia omitir.

O Stefanutto, esse que é PT por convicção, filiado ao partido do Presidente da República, ao seu grupo, se diz um militante de esquerda convicto, foi expulso do apartamento funcional – expulso. Portanto, começou, foi colocado até na rua.

Então, Sr. Presidente, eu tenho aqui mais dezenas de matérias que eu trago todos os dias para cá, porque, na verdade, a imprensa repercute, mas quem está nos assistindo em casa não tem acesso a todas elas. Tem mais outras tantas de dezenas aqui que eu vou deixar para outra audiência, para a gente poder fazer, para poder mostrar que é quase que o fim da República.

É vergonhosa essa insistência que eles fizeram para voltar à cena do crime. O processo que foi feito, liderado dentro do STF, para colocar o condenado por corrupção, Luiz Inácio Lula da Silva, condenado em diversas instâncias... Ele, sim, teve direito à livre defesa, mas não conseguiu justificar, mas construíram uma cortina de fumaça para permitir que o chefe maior da quadrilha sentasse na cadeira da Presidência da República e pudesse colocar uma proteção sobre essa nuvem de gafanhoto, que, na verdade, vieram para depredar a coisa da máquina pública, as nossas estatais; vieram para roubar dinheiro do nosso Governo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa famigerada COP, que já tem CPI para poder investigar, foi a vergonha global do século. O Brasil não precisava de ter sido exposto, até porque os paraenses, que viram bilhões sendo gastos lá... Hoje é um dos estados que tem o maior percentual de pessoas sem saneamento básico e sem água tratada, e o PT diz que tem orgulho disso.

Portanto, fica escancarada aqui a lavanderia que o Sr. João Carlos montou para esconder ou lavar essa nuvem de gafanhoto ligada diretamente aos partidos que têm base no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana; obrigado, Relator Alfredo Gaspar e todos na mesa; obrigado, Sr. João Carlos, pela presença.

Hoje o dia fica marcado pela exposição do Ministro da AGU, Jorge Messias, estampado aqui em um dos maiores jornais do nosso país, *O Estado de S. Paulo* – ontem no *Jornal da Band* –, e fazendo uma referência que pesa ainda mais ao Governo. Eu classifico o primeiro escândalo, no início da CPMI, quando foi revelado que o filho do Ministro da Justiça do Brasil, o Sr. Ricardo Lewandowski, havia prestado serviço, através do seu escritório de advocacia, para instituições consideradas sindicatos de fachada, o que não é imoral, obviamente, mas não é... É imoral, aliás, não é ilegal, é imoral você ter um pai, Ministro da Justiça, e um filho prestando serviços de advocacia para esses sindicatos.

E hoje é a segunda bomba, *O Estado de S. Paulo*: "AGU foi alertada sobre INSS e Messias [Sr. Jorge Messias, candidato a ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal] ignorou caso do sindicato de irmão de Lula" – está aqui. E há fortíssimas evidências já apontadas por órgãos estaduais da AGU nesse sentido, que apontavam que o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi) aparece em um processo interno da AGU, do início de 24, que listou nove principais entidades com aumento significativo de reclamações judiciais, e nada foi feito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Viana, outro ponto aqui: o Sr. Carlos Roberto Lopes, Presidente da Conafer, que foi fundada em 2011, com a presença do ex-Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no Governo Dilma. Em 2011, o Lupi estava na foto; se eu não me engano, estava ali o Paulinho da Força também, hoje do Partido Solidariedade; e eu lembro que tinha uma briga entre Contag e Conafer numa disputa de mercado.

Um parecer aqui, pontos principais da decisão do Ministro André Mendonça: o Sr. Carlos Roberto, que teve a coragem de chamar um Deputado Federal aqui, perguntar se o Deputado era míope... Eu até me dirigi ao Carlos Roberto, Presidente da Conafer, falando o seguinte: se ele tem coragem de falar assim com Deputados, imagina como ele trata o homem do campo. Segundo o Ministro André Mendonça, Carlos Roberto Lopes, Presidente da Conafer, é apontado como o líder máximo da organização criminosa; controlava as ordens, distribuição de pagamentos e articulação política. O Sr. Carlos Roberto está foragido da Justiça. Hoje é quarta-feira, o mandado de prisão foi decretado na quinta-feira, portanto – sexta, sábado, domingo, segunda, terça – é o sexto dia em que ele se encontra foragido. Sete foram presos... dez mandados de prisão, nove presos; e dos nove presos... dos dez com mandados de prisão, sete estiveram aqui.

Sr. João Carlos Camargo Júnior, Sr. Camargo da Camargo Alfaiataria, o senhor tem uma história brilhante, é um alfaiate brilhante, tem um valor agregado à sua marca brilhante. Eu fico perguntando aqui, eu já li... Até a minha mãe, de 80 anos, me ligou aqui, porque, quando a Coronel Fernanda perguntou se o senhor havia costurado para a Janja, a minha mãe, de 80 anos, já ligou: Janja, terno de 100 mil – minha mãe e, como ela, muitos aposentados que estão assistindo.

Eu não consigo entender por que o senhor entrou nessa. Assim, não dá para entender por que o senhor recebeu 24 milhões da Amar, do Sr. Felipe; por que o senhor está nesse gráfico recebendo aqui 31 milhões, envolvido nesse esquema. São esquemas muito parecidos aqui, desde Maurício Camisotti, Careca, Sindnapi, Conafer, eles são muito parecidos. E eu fico muito triste de ver uma pessoa de sucesso como o senhor, um empresário de sucesso, que já costurou para tantos brasileiros bons, estar envolvido... Eu não consigo compreender, sinceramente, porque é tão gostoso a gente ter sucesso sem depender de político ou de fazer coisa errada assim.

E aí eu gostaria de fazer uma pergunta simples para o senhor: o que levou o senhor a entrar nesse esquema? O senhor foi pressionado por alguém? Foi usado por algum político? Foi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

chantageado? Qual o motivo, Sr. Camargo? Acho que todos os seus clientes fazem esse... Está muito alto, está muito alto, vai. Eu acho que os seus clientes fazem essa pergunta, né?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tem certeza de que não vai responder?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É muito bom responder, porque o seu destino já está traçado. Assim, eu não digo nem para coisa ruim ou para coisa má, mas o seu destino já está traçado. Eu acho que o senhor tem uma chance muito grande de falar.

É que nem o Bolsonaro, quando esteve na frente do Alexandre de Moraes. Ele podia ter falado tanta coisa ali, com o coração, porque fica registrado.

O senhor é um pouquinho mais velho que eu, só: eu estou com 48, o senhor tem 50. O senhor tem coisas muito mais positivas na vida do que apenas esse acontecimento.

Fica à vontade, mas eu gostaria muito de que o senhor falasse, para o seu bem.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpa, senhor, Excelência, mas eu ficarei em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sério? Então, eu vou... Eu vou aqui. Tem uns pontos que chamam muita atenção da gente, e eu vou ter que fazer essas perguntas, né? Porque é uma pena. Eu acho uma pena, porque a gente separou aqui, para fazer as perguntas.

O senhor tinha conhecimento de que a Amar Brasil realizava desconto sem autorização de aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Qual era a relação societária e operacional entre o senhor e Felipe Macedo, um dos jovens aqui que o PT torna em falar que foi Bolsonaro, mas não foi? Acordos de cooperação no final de 22, ali na transição, e depois vieram quatro instituições dos "golden boys", e mandaram ver, mesmo sendo alertados pela AGU, pela CGU. E qual era a relação





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

societária e operacional entre o senhor e Felipe Macedo Gomes antes e durante os repasses dos descontos associativos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Qual foi o motivo da sociedade com Américo Monte Junior e o destino dos lucros dessa empresa?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí silêncio, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente, eu fico, assim, cada vez mais estarrecido, mas teve dois momentos que me chamaram a atenção, assim, aqui. Um foi o modo como o Sr. Carlos Roberto tratou a gente, a certeza da impunidade que ele tinha, e, graças a Deus, essa CPMI está mostrando para a Polícia Federal, para o Supremo Tribunal Federal, dados tão evidentes que levam essas instituições a pedirem a prisão dos envolvidos, né?

A gente recebeu aqui até quem vendia terno também, mas em Presidente Prudente, o Cícero, operador financeiro que movimentou centenas de milhões por meio de empresas de fachada, pagou propinas e gerenciou o fluxo ilícito. Nesse caso, Sr. Camargo, o Cícero vendia ternos em Presidente Prudente. Era muito simples, era vendedor; não era um alfaiate renomado como o senhor. E aqui a gente passa até a entender a fraqueza do ser humano porque ele recebia R\$20 mil por empresa aberta, cada empresa que ele abria, só que passaram nas mãos dele R\$300 milhões. E o senhor vendia cada terno entre 10 e 100 mil. Vamos imaginar que um terno de 100 mil tem um custo para o senhor aí, explodindo, de R\$20, coisa que eu acho difícil – é pela sua arte, pela sua marca. E ficam, assim, dois momentos para mim muito evidentes: a maldade explícita do Sr. Carlos Roberto, que eu considero a pessoa mais pesada que passou por aqui, e o senhor eu não consigo nem entender por que o senhor entrou nessa. Acho que todos nós aqui comentamos, hoje, almoçando, o motivo de o senhor ter entrado nessa enrascada.

E eu lamento muito por o senhor não ter dado nenhuma palavra aqui. Eu acho que seria uma janela de oportunidade para o senhor, até para o senhor criar uma expectativa perante os seus clientes, de que o senhor é uma boa pessoa, é uma pessoa correta. Então, ainda tem aí mais alguns Deputados para lhe fazerem perguntas, e, se o senhor puder falar...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... é uma dica que eu estou dando para o senhor, assim, de coração. Se o senhor puder falar, é ótimo para cá. Aqui tem pessoas que podem, de certa forma, criarem oportunidades e serem agradecidas mediante as informações que o senhor puder passar para o Relator Alfredo Gaspar.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Só fazer uma comunicação, se V. Exa. permitir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olhe, desde cedo tenho recebido de forma insistente que o Sr. Carlos Lopes estaria sendo visto na Terra Indígena Caramuru/Paraguassu, fica no sul da Bahia. Recebi seis *e-mails* no mesmo sentido.

Falando aqui porque a própria Polícia Federal pode fazer uma inspeção e, se isso for verídico, vai forçá-lo a se movimentar, a região não é pequena, mas que pudesse fazer uma inspeção na aldeia indígena Caramuru/Paraguassu, no sul da Bahia.

Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – ... falei isso aí de passagem. Eu vim aqui para dizer que ele citou o nome do Carlos Lopes para dizer que uma pessoa muito próxima a ele, que ele botou, que ele colocou no centro do esquema, recebeu uma visita da Polícia Federal entre quinta e sexta-feira e se matou no sábado, provavelmente se enforcou.

Isso demonstra – isso demonstra – a responsabilidade daqueles que brincam com a vida do próximo. Colocou a moça numa empreitada criminosa, a moça recebeu a visita da Polícia Federal e, possivelmente, se matou logo em seguida. Apenas 25 anos, uma indígena de nome Íris.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, a melhor coisa que esse criminoso pode fazer é evitar novas tragédias e se entregar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Até... Só como complemento, Deputado Luiz Lima, o Sr. Marcelino, que veio aqui, a gente... Nós todos percebemos: na quebra de sigilo, estão todas as comunicações dele por escrito, perguntando as contas das pessoas para quem ele depositaria, inclusive Parlamentares.

Então...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Cícero Marcelino...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cícero Marcelino.

Infelizmente, a mentira não tem cara – né? –, mas uma hora aparece.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas complementando, Sr. Presidente, já que o senhor tocou nesse fato: esse Cícero Marcelino e o Tiago da Conafer, irmão do Carlos Roberto, eles tiveram a ousadia de vender uma caminhonete Hilux que estava apreendida na Polícia Federal. A caminhonete foi furtada e eles venderam, e ainda venderam com ágio de R\$60 mil.

Isso é uma esculhambação.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pela ordem, para reforçar aqui: a suposta localização do Sr. Carlos Lopes, inclusive, faz parte...

Olhe só a coincidência: o Ministro Lewandowski, do STF, declara de posse permanente ao povo indígena pataxó – que é Paraguassu, que o senhor acaba de citar, esse território – a Terra Indígena Comexatiba, localizada no Município de Prado, no sul da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Curumuxatiba.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, Curumuxatiba é a praia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hã-hã.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Essa terra indígena é, na verdade, uma variante do nome Comexatiba. Foi assinado neste mês, pelo Ministro Lewandowski, retirando, inclusive, expulsando centenas de pequenos produtores rurais que estão ali há décadas, gente decente da agricultura familiar, média propriedade agrícola, tem produções recentes também de fruticultura naquela região. Simplesmente o Lewandowski, aqui de Brasília, faz um decreto, reconhece como terra, como território indígena. A gente sabe das milícias que são montadas ali, desses falsos índios, autodeclarados, e agora eu não tenho dúvida nenhuma, porque o Sr. Carlos Lopes tem forte ligação com aqueles movimentos milicianos daquele território, possivelmente então é um território que tem que ser observado. Já estou acionando, inclusive, o Governo do Espírito Santo para cercar as fronteiras...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... para o estado, e não vai fugir, mas o Lewandowski está protegendo esse território, inclusive agora, dizendo que aqui só pode entrar a Polícia Federal, principalmente para proteger o Sr. Carlos Lopes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar Santana com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Eu só espero que, onde eventualmente esteja o Sr. Carlos Lopes, ele não esteja vendo esta CPMI, porque, depois da informação de onde ele está, provavelmente ele vai fugir, continuar a sua fuga. Então, que a gente seja mais discreto em eventuais informações nesse sentido, sendo elas verdadeiras ou mesmo suspeitas. É mais ou menos o gato avisando o rato: "Estou chegando aí".

Ou igual o projeto do Secretário do Tarcísio, o Derrite: "Se a Polícia Federal for fazer algo, avise o Governador, ele precisa saber", não sei por quê. Imagine nesse caso do Vorcaro, que foi preso hoje, e do ex-Presidente do Banco de Brasília, foragido, mas, se fosse ter uma operação com ele, e aí o Governador Ibaneis... "Nós estamos indo lá pegar o Presidente do Banco de Brasília". É uma aberração aquele projeto, a proposta do Secretário Derrite, Secretário do Tarcísio, que foi exclusivamente liberado para vir aqui e dar esse parecer. Em dez dias só fez lambança,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentando acorrentar a Polícia Federal, proteger o crime organizado e, em especial, o patrimônio do crime organizado, dos mandachuvos do crime organizado. É isso que ele está fazendo com a proposta que vai a voto hoje.

Esperamos que até lá ele demonstre que, de fato, está combatendo os chefões do crime organizado e mude aquele parecer em relação ao confisco de bens, porque o Vercaro tentou fugir, o Presidente do Banco Master está nos Estados Unidos, e ainda queriam que a Polícia Federal avisasse, e aqui nós estamos avisando o fugitivo de que ele está em determinado lugar no sul da Bahia. Eu não sei qual foi a intenção, se foi dar algum aviso ou não.

Talvez valha perguntar aqui também para o Senador, o chofer da Conafer, Deputado Paulo Pimenta, se ele sabe onde está o Carlos Roberto, o Presidente da Conafer. Afinal de contas, ele buscou o Carlos Roberto, o Presidente, de carro oficial, dando carona no banco da frente, todo preparado. Pode ser que ele saiba e vá lá dar uma carona para ele – por que não? – até a polícia, até a delegacia, até a prisão. Esperamos. Vamos ver a manifestação do chofer da Conafer, se ele vai dar uma carona para o fugitivo Presidente da Conafer.

Eu queria fazer novamente aqui uma menção e a gente tentar pôr a verdade no centro e fazer justiça. Essas investigações estão ocorrendo hoje, esta CPMI também, porque houve uma atuação autônoma dos órgãos de controle.

Se os órgãos de controle tivessem agido dessa maneira em 2019, em 2020, 2021 e 2022, provavelmente a gente não chegaria aonde nós estamos, esse problema já estaria resolvido e mais pessoas não teriam sido vítimas, ou porque foram diretamente roubadas por essa quadrilha ou porque foram levadas a participar desse crime, mas os órgãos de controle à época não agiram – não agiram. O próprio Ministro foi Advogado-Geral da União, o Ministro Relator desse caso, no Governo anterior.

E eu queria aqui falar da responsabilidade, da cautela e, ao mesmo tempo, do compromisso ético e profissional do Ministro Messias e da sua equipe, porque, Presidente Carlos Viana, nós precisamos, nesses cargos de liderança, de controle e de fiscalização, pessoas muito responsáveis, porque elas têm um poder ali muito forte de eventualmente acusar alguém, criminalizar alguém, denunciar alguém, mesmo, eventualmente, essa pessoa não tendo responsabilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos marcos legais a seguir. Temos, no caso de órgãos internos, também seus protocolos.

Esse caso é complexo, Presidente, o Relator também sabe disso. Envolver uma quadrilha de servidores... E nós temos que identificar o grande líder desses servidores, porque eles não agiram simplesmente um tabelando o outro, tinha alguém aqui em cima.

Particularmente, eu acho que foi o Oliveira, o grande mentor, o grande cabeça desse esquema: ex-Presidente do INSS, ex-diretor de benefícios no Governo Bolsonaro e ex-Ministro, o último Ministro. Infelizmente, o pedido de prisão dele não foi aceito pelo Ministro André Mendonça, mas a hora dele chegará, eu não tenho dúvida.

Mas esse grupo de servidores atuando depois, porventura, com alguns políticos – tudo indica que sim –, alguns tiveram busca e apreensão, alguns mineiros, e também outros agentes, empresários, os ditos empreendedores, como aqueles "*golden boys*" que vieram e falaram de boca cheia que são empreendedores; na verdade, são outras coisas: criminosos, mas, se houvesse... Houve uma apuração. É complexa. Houve dados, houve elementos, houve documentos, houve depoimentos. Houve a CGU apurando administrativamente naquilo que lhe compete, um órgão de controle sobre um órgão interno do próprio Governo, apontando falhas, problemas, pedindo medidas; a AGU entrando na defesa daquilo que interessa à União como um todo, portanto ao país; e a Polícia Federal na investigação criminal – cada uma com a sua competência. Mas, por exemplo, na última semana nós tivemos novas prisões. Eu não tenho dúvida, não vai acabar ali, mas as próximas serão frutos de mais investigações, de novos atos judiciais, de novos atos da polícia, para prenderem mais pessoas.

Quando a equipe da AGU, sob o comando do Ministro Messias e quem o estava substituindo à época, toma a primeira medida responsável, não abusando do poder do cargo, de abrir processos de buscar de volta o patrimônio público, ali abriram-se 12 processos. Contra quem? Contra as 12 entidades em que pairavam suspeitas de serem laranjas – entidades e empresas, de serem laranjas. Ali, verificou-se que eram – o Relator, pode não gostar –, mas esse é o dado. Esperamos que ele dê o relatório dele com base nos elementos desta Comissão, não com base só na ideia dele ou da vontade política.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ali foram abertos os 12 processos contra essas entidades suspeitas de serem laranjas e continuou-se apurando, trocando-se informação sobre os órgãos. Depois, novos doze processos, inclusive da Conafer, cujo Presidente é fugitivo. Que talvez o Senador chofer saiba onde esteja ou alguém aqui já avisou para ele fugir: "Saia daí, tamo chegando na aldeia do sul da Bahia, no Pataxó. Vai embora, dá uma olhada aí, tem satélite, Cezinha, da Bahia". Conterrâneo, da terra da minha mãe, Deputado Cezinha, com muito orgulho, lá de Gandu. "Chegando, avisa, tamo chegando aí, olha a sirene, vamos embora, hein".

É o PL da não investigação, aquilo que o Derrite quer.

Pois bem, a AGU agiu e ali ela abriu 12 novos processos. Contra quem? As entidades fraudadoras, que pairavam suspeitas: Sindnapi, Conafer e outras dez.

Ora, isso é agir com responsabilidade, com elementos, documentos, nos processos internos, onde fez com que a AGU assim agisse.

Agora, a gente utilizar esta CPMI para fazer outra disputa? Ah, desculpa, é vergonhoso! Isso nos desmoraliza, é muito ruim.

Há uma disputa em torno de vontade política em quem o Presidente Lula deveria indicar a Ministro do STF e nós vamos aqui fazer ataques descabidos, sem razoabilidade, sem analisar de maneira responsável aquilo que foi feito?

Eu acho muito prejudicial ao nosso trabalho – ao nosso trabalho – porque nós também temos responsabilidades, com as nossas palavras, inclusive, com o comando da CPMI como Presidente ou na entrega final do relatório e na produção desse relatório...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... por parte do Relator.

Nós temos que agir aqui com muita seriedade, porque as pessoas querem que esses verdadeiros ladrões sejam pegos, processados, julgados, condenados e presos.

Uma leva já está, mas eu não tenho certeza de que uma outra ou mais de uma leva ainda virá, porque essa turma tem que ir para cadeia. Todos que participaram! Quem agiu diretamente,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem foi o mentor, quem facilitou, quem autorizou, quem praticou ato, quem lavou dinheiro e assim vai.

Agora, não dá também para a gente blindar alguns, dar alguns toques, dar alguns sinais. Acho isso muito ruim e, repito, muito ruim.

Eu espero que não seja verdade que ele esteja nessa aldeia indígena, que tenha visto esta sessão e de lá fugido. Vai comprometer todo o trabalho da CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha só, às vezes a gente na pressa e acostumado um pouco com investigação, eu me esqueci que estava num colegiado.

Eu peço perdão, Deputado Alencar Santana. Eu combinei uma contrainformação, mas V. Exa., com tanta ânsia de atacar, eu tenho que dizer que era uma contrainformação combinada, mas esqueci de combinar com o...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Combinada com quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Colegiado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Combinada com quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, é da investigação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas, espera aí, combinada com quem?

Espera aí, Presidente, desculpa.

Eu sou membro desta CPMI, nós somos membros.

Combinada com quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a minha equipe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, mas desculpa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, nós começamos a colocar a Comissão em suspeita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Suspeita de quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Suspeita de quê, Excelência?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Espera, você está dizendo o seguinte, que você deu uma informação precipitada... E eu não estou atacando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não, não. Eu não dei informação precipitada, não! Eu dei uma informação pré-engendrada para possibilitar a tranquilidade do rapaz no canto, que nós recebemos a informação.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, Presidente, primeiro assim, desculpe. Primeiro que eu não fui atacar; fiz observação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque, como membro desta CPMI, a gente não tem que ficar dando toque para fulano e beltrano, se ele está em tal lugar... A pessoa é foragida. Nós temos responsabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ô, Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque a dúvida que porventura... E o senhor fala que foi combinado. Combinado com quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Comigo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. O meu erro...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Com o Deputado Paulo Pimenta? Com o Presidente? Com quem?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O meu erro...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Com o Senador Rogerio Marinho?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O meu erro... O meu erro, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Poderia escutar, Deputado Alencar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O meu erro, Deputado – eu quero dizer –, foi não ter informado aos membros da Comissão que eu iria falar isso. E entendo perfeitamente a sua colocação. Aí, também eu não quero entrar... Pessoalmente, posso lhe dizer, mas não gostaria de entrar em detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, na sequência, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... a nossa Comissão pode ter todos os defeitos, só não é monótona, porque realmente as coisas são trepidantes. E nós estamos encontrando elementos e situações que nos permitem afirmar que esta tem sido uma Comissão vitoriosa. Eu não vou elencar hoje, para não perder meu tempo, mas tem muitas vitórias que a gente pode comemorar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Estamos tirando de dentro de esconderijos pessoas que permitiram, que proporcionaram esse escândalo terrível, esse crime horrendo contra pessoas desprotegidas.

Mas, saudando aqui todos, em especial o nosso depoente de hoje, o Sr. João Camargo, eu pergunto a ele: o senhor abriu a empresa MKT Connection Ltda., não é isso? Não é isso?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Qual foi a data? O senhor pode me dizer a data da abertura dessa empresa?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Final de 22.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Final de 22, pronto.

Bom, feita essa afirmação e satisfeito com o que aconteceu anteriormente, eu queria que trouxesse à tela exatamente a primeira...

Eu chamo atenção dos meus pares a este padrão – em especial a do nosso Relator, que saiu aqui um pouquinho, mas ele vai voltar –: vejam que, após a eleição do Presidente Lula, no final de outubro de 2022, aqueles que passaram 14 ou 15 anos depredando, depenando o patrimônio público brasileiro, que se especializaram em diversos escândalos, os mais variados, voltaram à cena do crime. Esta frase é importante: eles voltaram à cena do crime.

Vejam que, logo após, em outubro de 22, o Careca já faz uma empresa e, em 23, 13 CNPJs diferentes. O Sr. Virgílio, através da sua esposa, em novembro de 22 e em fevereiro de 24, abre empresas para prestar serviço a essas entidades. O Sr. André, através do seu filho Eric, três CNPJs no segundo semestre de 2023, que é o primeiro ano do Governo do Lula. O Sr. Alexandre Guimarães, coincidentemente em novembro de 22, após o resultado da eleição. O Sr. Felipe Gomes, aqui da Amar, que é tão falado aqui como um dos "*golden boys*", quatro CNPJs no segundo semestre de 23 e primeiro semestre de 24.

Pode passar.

Há um padrão, Sr. Presidente; há um padrão, Sr. Relator; há um padrão, Srs. Parlamentares! Aparentemente – e todos os fatos nos induzem a esta situação –, a vitória do Lula permitiu que os perpetradores de crimes contra a previdência se sentissem ouriçados e estimulados a literalmente se armarem e se municiarem para assaltar o Erário público. É sempre bom falar isso, porque, aqui, os Deputados do PT falam muito sobre "*golden boys*".

Sr. Camargo, estão aqui as quatro entidades: Amar Brasil, Master Prev, Anddap e a Aasap.

Em 2022, em dezembro de 22, após o período da eleição, é a primeira vez que a Amar Brasil recebe recurso, R\$1 milhão. Depois, no Governo do Lula, 316 milhões. A Master Prev, no Governo do Lula, 233 milhões. A Anddap, no Governo do Lula, 84 milhões. A Aasap, no Governo do Lula, 57 milhões. Quase R\$700 milhões. Por que eu falo isso? Porque é dito aqui que o ovo da serpente é a assinatura dos ACTs. Dos quatro, três foram assinados no Governo do Lula – três foram





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinados, três quartos do problema. E do recurso, todo ele, recebido quase 99,89% no Governo do Presidente Lula.

É claro que bandido, ladrão, perpetrador de crime contra Erário público tem em todos os Governos. A corrupção é endêmica. Agora, qual é a diferença? Governos combatem a corrupção. Outros governos convivem com ela.

Passe o próximo.

Vamos falar aqui de uma questão que eu acho que precisa ser repetida, porque quem é professor, Relator – eu fui professor no início da minha atividade laboral, profissional, muitos anos atrás –, entende que a repetição traz o conhecimento. Eu tenho repetido aqui, mas parece que há uma dificuldade, talvez cognitiva, de entendimento do que a gente tem passado para os senhores.

Aqui, se falou em ovo de serpente. Então, o primeiro ovo da serpente que foi gestado aqui e, em seguida, foi mostrado para a sociedade aqui pelos Deputados vermelhos foi que, a partir de 2016, começa o processo porque muda-se a forma como descontos associativos teriam que ser concedidos. Eles poderiam ser, a partir dessa data, inclusive para entidades que não tinham uma carta sindical, que é uma estroenga da nossa legislação, que é a unicidade sindical, que é toda aquela questão pelega de que a gente já falou a respeito.

Aí eu mostrei a eles que quem fez essa ação foi o Procurador-Chefe do INSS na época. Quem? O cidadão chamado Alessandro Antônio Stefanutto. Ora, Stefanutto foi aquele que foi preso na semana passada? Stefanutto foi aquele que aqui esteve dizendo que tinha lado e que era progressista? Que tratou a ex-Presidente como "Presidenta Dilma"? Que foi defendido pelo pessoal do PT aqui com unhas e dentes? Foi ele? Ah, foi ele; o perpetrador do início do primeiro ovo da serpente, o Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, que, aliás, recebeu, como prêmio por essa longa ação, o título de ser o condutor, o coordenador do processo de transição, em nome do Presidente Lula, do sistema previdenciário. Foi ele que coordenou a transição, ao lado da Sra. Tonia Galletti, filha do João Feio, que aqui esteve também, e ao lado do Sr. Ricardo Silva, Prefeito do interior de São Paulo, que, segundo o Sr. Luiz Lima, que foi quem solicitou o fim definitivo da validação dos cadastros.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pedras se encontram, o quebra-cabeça bate, e me parece que está muito claro quem estava dentro do sistema previdenciário, há muitos anos, perpetrando crimes os mais variados.

Tiveram um problema no início do nosso Governo e quase durante todo o Governo, porque nós combatemos o crime, mas, quando eles viram que ganhou o Lula – passa aí o próximo –, aí a festa foi feita.

O segundo ovo da serpente que apareceu aqui. Aí disseram: "Olha, tem um ovo da serpente novo". Eu digo: "Opa, qual é o novo ovo da serpente?", chocado pelos Deputados vermelhos. "Ah, em 2020 houve o Decreto 10.587, que permitiu que essas associações pudessem colocar, dentro do bojo dos descontos associativos, os pensionistas." Eles esqueceram que quem solicitou isso foi o Sindnapi. Quem é o Sindnapi, Sr. Presidente? Ah, é aquele sindicato de que o irmão do Lula é Vice-Presidente. Ah, é aquele sindicato que o nobre Ministro da AGU esqueceu no início das investigações, apesar de, quase seis meses, dez meses antes, ter recebido uma solicitação, um documento da sua própria Secretaria-Geral, da AGU, assinado pelo seu Corregedor, dizendo que era a segunda empresa que mais cometia ilícitos na área. É esse Sindnapi.

E o processo, em 2020, após o decreto, quem solicita? Sintapi-CUT. A CUT? O que é a CUT? Ah, a Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT, ligada à Contag – olha que surpresa! E quem assina? Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, o Procurador-Geral, que passou a ser Procurador-Geral do Governo do PT e foi afastado não pelo Lula, não pelo Lupi, mas pela Polícia Federal... desculpe, pela Justiça, a pedido da Polícia Federal, já em abril de 2025. E esse cidadão, que aqui chegou também chamando de "Presidenta Dilma", se colocando dentro de um espectro político, já foi descartado pelo PT: "Ah, nós não temos nada a ver com ele", como se não houvesse uma vida pregressa. Em quase 12, 14 anos de atuação, vários postos importantes dentro do Governo do Presidente Lula.

Passa o próximo, por gentileza.

Aí vem o terceiro ovo da serpente: "Ah, em 2020, desde agosto, houve autorização para se fazer desconto de BPC e de pessoas, crianças que têm, sem autorização judicial, através dos seus representantes".

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Considero que isso é uma coisa grave, que precisa ser corrigida. Sabe quanto tempo demoraram para corrigir, Sr. Presidente? Dois anos e cinco meses. Só fizeram por causa de uma ação do Ministério Público Federal. E, nesse período de 2022, deu 2,2 bilhões, e em 23, 24 e 25... 26... R\$34 bilhões, 15 vezes mais no Governo do PT. E o PT só se movimentou porque foi obrigado pela Justiça Federal, a exemplo das outras ações.

Passe.

Hoje: "A AGU foi alertada sobre INSS e Messias ignorou caso do sindicato do irmão do Lula". A gente viu aqui, eles se revezaram no microfone. "Ah, o Sr. Messias é gente do bem." Acredito. Só que claramente ele prevaricou e, se ele prevaricou, é crime e, como crime, como os outros, tem que responder por ele. É simples assim. Não sou eu que estou afirmando, não: são os documentos que vieram à tona, tanto no *Jornal da Band* como no *Estado de S. Paulo*.

Eu espero que, ao final, o Sr. Presidente – já estou encerrando –, nós possamos nos debruçar sobre o que interessa, que é encontrarmos aqueles que perpetraram esse crime, é encontrarmos aqueles que se beneficiaram com esse crime.

Vamos deixar aqui de cortina de fumaça. Existe uma série de requerimentos importantes que precisam ser aprovados, eu não tenho dúvida de que a gente vai contar com o apoio de todos.

E a gente tem que comemorar, Presidente, porque, para mim, uma das ações mais importantes desta Comissão foi: acabou de maneira definitiva o desconto associativo – uma vitória para os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, Relator, senhores colegas Parlamentares...

Presidente, nós temos aqui uma montanha de crimes sendo exposta aqui na CPMI, uma montanha grande, e, mesmo assim, vemos suspeitos e culpados sendo blindados por esse exército vermelho que tem aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que começou esta CPMI, eu não votei contra convocação. Pelo contrário, sou campeão de requerimentos, convocando todos os que estão envolvidos, sejam de esquerda, sejam de direita. Eu, assim como o povo brasileiro, também quero saber quem são os culpados e condenar todos eles, independentemente do lado político.

Precisamos dar resposta para os aposentados que encontramos nas ruas, que estão acreditando nesta CPMI, que estão vendo pessoas sendo presas e que acreditam que vamos chegar aos culpados. Por isso eu peço a verdade, de verdade, aqui, em nome de todos os aposentados que foram roubados, e que todos da esquerda parem de fazer blindagem para podermos votar e convocar peças importantes para a nossa investigação, como o famoso Frei, que de frei não tem nada, só tem a careca, que me remete muito a outro famoso careca dessa CPMI, sendo que este já está preso. Presidente e ilustre Relator, vamos colocar em pauta novamente as pessoas que foram blindadas e ver se a esquerda toma coragem e vota favorável a esses requerimentos.

Outra coisa que me chamou muito a atenção no fim de semana é a Contag. Pasmem, pessoal, a mesma que tem, como Vice-Presidente, o irmão do Deputado Carlos Veras, do PT; a mesma que está sendo investigada nesta CPMI e pela Polícia Federal, essa mesma Contag está participando da COP 30 com uma grande comitiva. Olha, é muita cara de pau, é não ter um pingão de vergonha na cara! Eu fico indignado. Só não me espanta tanto, afinal, temos aqui gente que estava na lista da Odebrecht, porque seria imoral para eles ter contas... A Contag na COP 30, acho que para eles não faz diferença. Realmente temos aqui uma montanha de acontecimentos suspeitos. E qualquer pessoa se perguntaria: por que a esquerda mantém essa relação com quem participa de esquema de propinas, roubos? Fica aqui a pergunta.

Bem, sinceramente, eu fico assustado quando essas pessoas que estão envolvidas no roubo dos aposentados eram prósperas. O João era conhecido como alfaiate dos famosos. E, do mais absolutamente nada, resolveu abrir uma empresa de consultoria e *marketing* corporativo. A ideia foi tão boa que, mesmo sem ter portfólio, funcionário registrado e nenhum histórico comercial, conseguiu fechar um contrato de R\$24 milhões com a Amar Brasil, que teve a sua ACT aprovada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

João, a minha pergunta é bem simples: você teve essa ideia brilhante de abrir a MKT Connection Group ou o Felipe Macedo o chamou para fazer parte desse esquema brutal que roubou os nossos aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, me manterei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vai ficar em silêncio?

Agora vamos para as ligações entre os envolvidos, João. Estou bem curioso para saber se você já conhecia o Américo Monte, o Felipe Macedo, o Anderson Cordeiro, o José Branco, antes de abrir essa empresa MKT. Já conhecia eles?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, dizer que conhecia ou não tem problema.

Não?

Bem, eu fiz essa pergunta porque, entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, o senhor foi sócio da Kairos Representações Ltda., que tinha, em seu quadro societário essas pessoas que citei. Esse chamado deles para a sociedade foi por causa do sucesso que você teve com a lavagem de dinheiro do esquema?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Hein?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vou fazer aqui uma pergunta de sempre. Você prestou serviço a Amar Brasil e eles te pagaram 24,3 milhões. Agora você poderia provar para todos nós aqui que serviço você prestou. Não falo da emissão de nota fiscal. Eu quero saber se você teve algum vídeo, alguma foto, algum tipo de registro desse serviço. Teve algum, não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Uma coisa que me chamou bastante a atenção foi a movimentação financeira da sua empresa. No tempo em que você teve contrato com a Amar Brasil, foram pagos para a sua empresa 24,3 milhões por serviços que não foram prestados. E isso já está claro aqui. Fala para os nossos brasileiros que estão assistindo aí por que você devolveu R\$784.500 para a Amar Brasil. Por que devolveu?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Senhor, me manterei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Houve um erro na remessa dos 24...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É?

João, você tinha sua empresa com capital de R\$100 mil; fechou o contrato de 24,3 milhões com a Amar Brasil; devolveu 750 mil para eles. Depois de todas essas movimentações, quanto de dinheiro ficou na sua conta da sua empresa? Depois que você distribuiu.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você fez o saque desse dinheiro para passar para alguém?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Fez igual a todos os outros envolvidos nesse esquema? Comprou carro de luxo, mansões, relógio de luxo, joias? Comprou também? Fez algumas compras?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou você simplesmente pegou esse dinheiro e saiu distribuindo como propina aí ou dividindo os lucros para essa corja?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No começo das minhas perguntas, eu usei o termo alfaiate dos famosos. Agora eu quero finalizar os meus questionamentos com a seguinte





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta: quantos clientes foram na sua alfaiataria que receberam descontos, viagens ou pagamentos custeados pela MKT Connection, de 2023 a 2025?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mesmo da alfaiataria? Você não pode falar nada da alfaiataria? Você chegou a dar algum *print* para o pessoal ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, eu fiquei curioso com uma coisa: quem era o contador das suas empresas?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Não, senhor. Esse... Esse o senhor...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – Excelência, não, não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O contador é o nome do cara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa pergunta é pública porque está na Receita Federal. Ele tem que responder.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Não, não. Excelência, isso é desrespeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Isso é desrespeito... Com todo o respeito, Excelência, essa pergunta ele não vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O contador é uma informação pública disponível. Ele tem que responder.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – ... ele não irá responder essa pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não diz porque é uma informação pública na Receita Federal. Ninguém pode fazer qualquer declaração, se é um contador, que não seja conhecido publicamente.

Eu suspendo a sessão por cinco minutos e peço a colaboração dos senhores.

(Suspensa às 15 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Senador Izalci Lucas, por gentileza, refaça a pergunta. Repita a pergunta, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – O.k..

Bem, eu fiquei curioso com uma coisa, João. Quem era o contador das suas empresas?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Nós já trocamos de contador algumas vezes, e essa informação teria que perguntar para o meu gestor. Eu não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu vou facilitar, então. Só confirma se é ou não.

Estou perguntando isso porque o seu contador, o Mauro Palombo, é o contador também da Amar Brasil. Lembra do Mauro Palombo como contador?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas não lembra dele?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem que indicou? Os seus contadores, quem é que indicou para você?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, só que essa coincidência, Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... fica ainda maior. O Mauro também prestou serviço para o Virgílio Oliveira, que é o ex-Procurador-Geral do INSS; para o André Fidelis, que é o ex-Diretor de Benefícios do INSS. Quero saber uma coisa simples: quem te indicou o Mauro Palombo? Quem é que te indicou o cara?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, ficarei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem é o seu contador da alfaiataria, então? Vamos esquecer isso e vamos para a alfaiataria.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Precisaria consultar o financeiro, o gestor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Precisaríamos consultar o financeiro, o gestor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você não sabe o nome do contador de confiança sua, das suas atividades?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não me recordo. Não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Contador é um nome que não pode esquecer, hein, cara! Eu sou contador, fico assim chateado quando eu vejo um empresário que não valoriza os contadores. Até tenho que chamar esses contadores aqui, viu, Presidente? Eu vou comunicar, inclusive, ao Conselho Federal de Contabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sr. Mauro Palombo está confirmado, Excelência, semana que vem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... para a gente questionar essa questão do CRC dele lá.

Bem, ele fazia a contabilidade de todos vocês para poder ajudá-los a distribuir o dinheiro roubado dos aposentados e pagar a propina para aquela quadrilha de servidor do INSS. Então, para o seu conhecimento, para que você tenha uma observação maior com relação aos seus contadores, este contador aqui, Mauro Palombo, que era contador da tua empresa, da MKT, e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também da Amar Brasil, e prestou serviço para vários deles, porque isso aí era uma armação... Acho que ele teve uma participação significativa nesse processo aí de distribuição de propina, distribuição de dividendos, e aí orientou todo mundo sobre como fazer.

Eu sei que se a gente pedir a nota fiscal com relação à MKT, a tua empresa, você emitiu nota fiscal para a Amar Brasil, eu não tenho nem muita dúvida disso, não. Você mesmo disse aqui que pagou os impostos direitinho na sua apresentação inicial. Você disse que pagou os impostos e que não tem problema nenhum. Nesse caso aqui da nota fiscal, você recolheu esses R\$24 milhões, você recolheu o imposto?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, parece que tudo isso é uma cópia, tudo igual, tudo feito da mesma forma, com nomes que aparecem em todos os lugares. São laranjas, empresas de familiares, servidores do INSS, contadores, associações que têm diretores com parentesco com políticos.

O dinheiro andava em círculos para chegar a um único lugar, aos responsáveis por esse esquema criminoso e que envolve muita gente.

Eu vou aqui parafrasear novamente aqui o Relator: "Se alguém abrir a boca, a República vai tremer.". Confere, Relator? V. Exa. disse aqui.

Presidente, bem, lamento não poder... a gente não tem as respostas. Mas, Presidente, eu queria também testemunhar. Eu estive ontem, antes de ontem, aliás, no domingo, lá na feira de Planaltina, e conversando com alguns aposentados. Tinha um casal na banca lá da feira. Ela disse que tem dez anos que está aposentada e que estava descontando dela R\$60, R\$100. E eu disse a ela, "você procurou, você já pediu de volta o recurso?". Ela me disse o seguinte: que foi ao banco...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e lá no banco não deram informações para ela, ou seja, o banco não tem, não dá informação se teve desconto ou se não teve; eles não recebem esse contracheque do INSS. Então eu disse para ela, que é uma senhora aqui na feira que acorda de madrugada e que trabalha dia e noite, quem conhece feirante sabe como é que funciona; eu disse a ela: "R\$60; em dez anos dá R\$5 mil, R\$6 mil", o que é bastante significativo para ela. Agora,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que ela fica sabendo se teve ou se não teve? Ela não tem o contracheque, ela não sabe entrar no aplicativo, o banco não informa. O que o INSS teria que fazer nesse aplicativo é fornecer os extratos de todos os aposentados. Assim como tem o extrato do Fundo de Garantia e outros, o INSS tem obrigação de fornecer, e a gente podia insistir nessa cobrança, de fornecer para os aposentados um extrato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... para que eles possam reivindicar a devolução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Era isso. Obrigado.

O SR. FRANCISCO AGOSTI – Pela ordem, Excelência.

Sr. Presidente...

Presidente, por favor... Recebeu uma... Consultou o gestor dele aqui.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Acabei de receber a informação de que o contador é o Mauro Palombo.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Coincidência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Ricardo Maia.

O senhor escapou de ser preso por calar a verdade.

Deputado.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator Gaspar, Deputado Gaspar, demais Senadores, Deputados, Sr. João Camargo e advogados, mais um com *habeas corpus*, mais um que permanece em silêncio. Mas vamos para a CPMI do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A imprensa divulgou que é suspeito de receber quase R\$24 milhões dos desvios providos pela Amar Brasil, entidade que tinha Felipe Gomes como Presidente, de fato, conforme dados da Coaf recebidos pela CPMI.

Havia nítida prática de lavagem de dinheiro, mas recursos recebidos por entidades de aposentados, em especial, Amar Brasil, eram depositados em contas de suas empresas MKT, e sua empresa transferia diretamente para empresas de Felipe Macedo, Anderson Cordeiro Vasconcelos, de Américo Monte Junior, José Branco Garcia, aqueles que são conhecidos como os *golden boys*, que montavam esquema de fraudar o INSS celebrando acordo com cooperação e, com isso, abrir as portas para descontar recursos de aposentados e pensionistas, e em troca de serviços que não eram realizados, prestados a esses milhares de segurados da Previdência Pública.

Qual serviço o senhor poderia prestar aos milhares de aposentados que pagaram ao senhor?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Em novembro de 2022, começou a receber os recursos fraudados entre 16/11/2022 e 30/3/2023. A sua empresa MKT Connection recebeu R\$1.731.532,50. Que serviços prestavam, Sr. Camargo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – A sua empresa MKT Connection qual serviço ela prestava?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – *Marketing*, a base, que ainda era *marketing*.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Toda empresa, eu acredito que a defesa, os advogados vão estar encaminhando para a CPMI – e até, Presidente, eu solicito, se puder encaminhar para a CPMI – o plano de ação, as mídias. Como é *marketing*, trabalhou fazendo o *marketing* das empresas, dessas que foram citadas aqui e de que o senhor recebeu recursos, se o senhor prestou serviço, tem as mídias do *marketing* elaborado durante todo esse período. Se o senhor recebeu recurso, o senhor prestou serviço. E, desses serviços prestados, o senhor tem arquivo digital, e eu gostaria que encaminhasse para a CPMI para a gente analisar, porque foi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito o serviço prestado aí, se de fato foi ,porque recebeu a bagatela de mais ou menos meio milhão de reais/mês de uma empresa recém-aberta por uma excelente empresa de comunicação.

Entre 17/10/2023 e 13/5/2024, sete meses, a sua empresa MKT Connection recebeu R\$9,470 milhões e depois repassava recursos para os "*golden boys*". Para a Polícia Federal, a CGU e esta CPMI, o senhor não era alfaiate dos ricos, sua empresa era uma lavanderia de sujeira desses rapazes chamados Felipe, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, Américo Monte Junior e José Barros de Garcia. Do que poderia nos prestar esclarecimento sobre esse recebimento de mais de R\$9 milhões em sete meses, Sr. Camargo?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Mas aí agora o faturamento aumentou, saiu à média de mais de R\$1 milhão de serviços prestados em uma grande empresa. E um detalhe: eu fui procurar – porque hoje em dia todo mundo tem uma rede social, seja de lá do Sertão da Bahia ou de São Paulo, da grande civilização, tem rede social, e isso nos conecta com o mundo e sabe o dia a dia – e aí eu fiz uma busca na sua rede social. Parabéns. Excelente alfaiate, de trabalho renomado, de pessoas... Não irei citar os nomes das pessoas que são clientes do senhor com respeito à alfaiataria. Mas eu tive a curiosidade de buscar: ou a internet me enganou, ou o Google, ou as redes sociais, ou não existe uma empresa de *marketing*, não tem um *marketing* oficial da sua empresa, da MKT Connection publicidade. Como é uma empresa de publicidade e ela mesma não faz a publicidade do seu próprio material, que está para prestar serviço a n empresas? E o senhor poderia prestar, como indicação, em empresa de aviação, poderia prestar no ramo do senhor, que é de alfaiataria, a empresas de moda. Não, o senhor escolheu prestar serviço para os "*golden boys*", para os "menudos" que assaltaram os aposentados e pensionistas do nosso Brasil. E, curiosamente, o contador que abriu a MKT foi o mesmo que abriu as dos "*golden boys*". É muita coincidência, é muita coincidência, Sr. Camargo.

E eu li a ficha curricular do senhor. Diferentemente dos "*golden boys*" que sentaram aí, o senhor foi um jovem, como muitos que estão aqui, homens e mulheres, que trabalhou, que foi *office boy*, que venceu na vida, que teve uma profissão honrada, que conseguiu se identificar em uma profissão, mas achou pouco o que o senhor tinha de patrimônio político. E, às vezes, é um erro do ser humano nunca se contentar com o que já tem. E aí enveredou a ser marqueteiro,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo criar uma empresa-fantasma, que os números, as contas, as investigações da CGU, da CPMI mostram que foi uma empresa... simplesmente uma lavanderia para lavar o dinheiro dos "golden boys".

Por fim, entre 14/5/2024 e 24/4/2025, aí um ano até a primeira fase da Operação Sem Desconto, os créditos somaram R\$13 milhões para a MKT Connection "Golden" Ltda. Como vive hoje a sua empresa sem esses recursos milionários?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantere em silêncio.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Eu respondo: quebrou. Quebrou porque bloquearam o recurso do senhor. A sua empresa só tinha os "golden boys" e ela teve que fechar. Ela foi criada especificamente para lavar dinheiro dos "golden boys", mas os "golden boys" já estão parte indo para a Papuda e outros estão sendo presos.

E esse Mauro, o Mauro cara de pau, o Mauro contador, que eu acredito que deve estar em breve aqui, porque ele já era para estar, Presidente, preso, já era para o nosso Ministro do STF ter decretado a prisão dele, porque ele era, na organização criminosa, o maior núcleo, porque ele é, com todas as empresas, o contador, ele é o mentor de criação...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... de todas essas empresas.

Em relação à lei que nós estamos votando hoje na Câmara Federal, eu acredito que os "golden boys" e o senhor serão enquadrados nela, porque é uma organização criminosa e nos dá ânsia de vômito ver cada um de vocês aqui sentado, alinhado e olhando com essa cara de como se nada tivesse acontecido, e ver a Amar Brasil... Seja a Amar Brasil ou Contag; seja qual for, para mim, se roubou dos aposentados, tem que pagar. Se Presidente do INSS, Presidente da República, que está ou que passou, tem que pagar – e continuo com o mesmo raciocínio de que nenhum Presidente da República era conivente com isso –, que doa na carne de quem for doer, seja de direita ou seja de esquerda.

Meu Presidente, isso nós não podemos aceitar. Que essa CPMI seja a CPMI que mostre que povo que mais precisa, no nosso país, de amparo foi abandonado pelos órgãos de fiscalização durante longos anos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. João Carlos Camargo, Dr. Ticiano Figueiredo, Dr. Francisco.

Colegas, eu vou começar aqui me dirigindo às pessoas que estão nos assistindo, Presidente, porque muitas ligam a televisão, acessam as redes sociais e, às vezes, não sabem o que está acontecendo.

Então, hoje nós temos aqui, como primeiro depoente, o Sr. João Carlos Camargo, um alfaiate muito reconhecido no Brasil, famoso, uma pessoa de sucesso na sua carreira como alfaiate. O senhor chegou a fazer ternos, roupas para pessoas muito importantes no Brasil, como Silvio Santos e outros. Então, uma pessoa reconhecida, que tinha uma vida, acho que boa, tranquila; mas essa pessoa, por algum motivo, não se contentou com o patamar de sucesso que alcançou, pelo seu talento reconhecido, e resolveu se aventurar por novos mares. E, no dia 12 de dezembro de 2022, portanto já no apagar das luzes do Governo Bolsonaro, já no momento de transição, abriu, como sócio único, a MKT Connection Group. Ao que tudo indica, MKT é um grupo, uma empresa de *marketing*. E, até abril de 2025, essa empresa recebeu 24,3 milhões da Amar Brasil. No mesmo período, a MKT Connection Group também enviou R\$784,5 mil para a Amar Brasil. Ao todo, foram registradas 65 transações entre as empresas e a associação, sendo 54 com destino para a MKT.

Lamentavelmente, o depoente de hoje, que chegou aqui, como tantos outros, com *habeas corpus*, tem se... infelizmente, tem deixado de colaborar, tem optado pelo silêncio. E, assim, deixa de prestar, talvez, um serviço à nação brasileira, o de ajudar o CPMI a esclarecer quem são os verdadeiros culpados, porque nós não estamos interessados apenas nos peixes miúdos; nós queremos chegar aos grandes, àqueles que realmente idealizaram esse roubo, esse golpe contra aposentados, pensionistas, pessoas simples, pessoas que dependem dessa renda para comprar um remédio, para educar um filho, pagar uma escola muitas vezes. E é tão sofrido: pessoas sofridas, às vezes um aposentado que ajuda uma filha, que é uma mãe responsável por criar filhos que aí encontra, às vezes, num avô, numa avó, a possibilidade de ajudar na criação... Então, essas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas foram roubadas, essas pessoas foram enganadas, e nós queremos chegar aos agentes políticos. Nós não queremos ficar apenas no nível de associações – essas, sim, que roubaram bilhões –, nós queremos chegar aos verdadeiros, aos grandes culpados, para que a gente possa estancar essa roubalheira. Infelizmente, o senhor tem se negado a colaborar com esta CPML.

Eu gostaria de saber, já que o senhor afirmou aqui que toda a sua renda é fruto de atividades lícitas, contratos – embora o senhor não saiba ou não queira dizer que serviços foram prestados –, se o senhor estaria disposto a devolver os R\$24,3 milhões caso comprovada a origem ilícita?

O senhor pode responder essa pergunta?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois não.

O senhor tinha conhecimento de que a Amar... Amar Brasil, isso me lembra um pouco essa coisa de Governo do amor, já que tudo isso é feito no Governo Lula, o Governo do amor que está destruindo um país por tanto amor, é tanto amor que o país está sucumbindo. O senhor tinha conhecimento de que a Amar realizava descontos sem autorização de aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois não.

Bom, mais cedo, Sr. Presidente, um Deputado da base do Governo afirmou que essa operação de hoje que prendeu Daniel Vorcaro – e está tudo ligado ao Banco Master, porque a gente viu também que foram recebidos valores de empresas que estão ligadas à próxima depoente, associações presididas pela próxima depoente –, que o Daniel Vorcaro, que essa prisão dele, do sócio do Banco Master, iria colocar o Bolsonaro numa posição difícil, porque ele era ligado, muito próximo ao Bolsonaro, porque ele sabia que, em Minas, o pessoal do Banco Master era muito ligado ao Bolsonaro. E aí a gente vê aqui, *Metrópoles*, coluna Mirelle Pinheiro: "PF faz buscas no BRB e prende Daniel Vorcaro, do Banco Master". Aí aqui diz o seguinte, na coluna Andreza Matais do *Metrópoles* também, aliás, Andreza: "De Moraes a caciques do Centrão e do PT, as conexões do Master".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então não adianta mais uma tentativa de querer colar no Bolsonaro. Gente, pelo amor de Deus, o Senador Rogerio Marinho cansa de mostrar as falácias que são mostradas. "Ah, '*golden boys*' do Bolsonaro." Como assim? Um deles criou a sua empresa já no período de transição para o Governo Lula, com o Lula eleito. E os outros todos no Governo Lula. E aqui, olha só, o escritório da mulher de Alexandre de Moraes foi contratado por Vercaro, seu sócio, que eu acho que é o que também foi preso hoje, o Augusto Lima, é íntimo do Líder de Lula no Senado, Jaques Wagner.

Então a gente fica aqui, é um Engov antes e um depois de a gente ouvir a esquerda ficar tentando colar no Presidente cujo Governo não teve casos de corrupção – pelo menos foi o Ministério Público que falou: não teve –, apesar de que ninguém consegue dominar todas as pessoas num Governo. É claro que você pode ter um alguém corrupto, um agente corrupto, mas aí você pune, você faz de tudo para bloquear a corrupção, para estancar, cria leis para o combate – tudo o que foi feito no Governo Bolsonaro e nada que foi feito no Governo Lula.

Então, o que a gente está vendo é que, de escândalo em escândalo, todos acabam dando as mãos e estão juntos. A verdade é essa. E, vamos falar sério: os escândalos do PT, lá atrás... Lá atrás você pega mensalão, aí você pega Abreu e Lima, aí você pega petrolão, aí você pega escândalo do BNDES, aí você... Gente, é tanto escândalo – é tanto escândalo –, que você não tem como dizer qual é o pior.

E aí a gente desemboca neste aqui, Sr. Relator: um roubo desse tamanho, bilionário. Cada dia que a gente abre é uma notícia a mais, é um volume maior. Agora, consignados para bebês e crianças, de bilhões – da ordem de bilhões –, daqui a pouco nós vamos chegar nos trilhões. Alguém disse aqui ó: o PT começou roubando milhões; milhões agora ficou pouco, agora eles já estão nos bilhões; daqui a pouco chega nos trilhões.

E aí a gente, infelizmente, assiste a pessoas talentosas, como o senhor aqui, se envolvendo em algo tão sórdido como roubo de aposentados, roubo de velhinhas. É muito triste, porque os outros "*golden boys*" que vieram aqui – você olhava para cara deles: os moleques de 30, 31, 32, 34, que nunca fizeram nada na vida – nunca tinham feito nada, e de repente se tornaram donos de seis, sete...

(*Soa a campainha.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... oito, dez empresas, miliardários, todos com carrões, todos assim com as contas cheias de milhões, mas você fala assim: "Eram pessoas que não tinham nada na vida, de repente, viram uma oportunidade para ganhar muito dinheiro, tentar fazer a vida roubando". Agora, quando a gente vê alguém talentoso, que já tinha alcançado um patamar, uma pessoa de sucesso, a gente pensa: "O que leva uma pessoa a entrar num esquema como esse? A sujar, manchar o seu histórico, a sua vida de sucesso?". Eu imagino que apenas a ambição desmedida, e isto é algo que a gente precisa combater com todas as nossas forças: a ambição desmedida. Ela acaba levando as pessoas a cometerem crimes terríveis, a serem gananciosas e jamais se satisfazerem com o que têm.

Eu sinto muito pelo senhor, eu gostaria muito que o senhor colaborasse, para que pudesse ter também, no futuro, penas atenuadas, porque o senhor é uma pessoa talentosa. Infelizmente, escolheu o mau caminho.

Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra para o Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Tem mais de um, para eu falar logo depois?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Trocando então com a Senadora Soraya Thronicke. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Randolfe. *(Pausa.)*

Ausente também.

Tem o Deputado Carlos Jordy e...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Damares.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Damares? (*Pausa.*)

Então, Senadora Damares e, em seguida, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, obrigada colegas, por sempre deixarem a idosa falar na frente.

Obrigada.

Presidente, Relator e Vice-Presidente, antes de me dirigir ao silencioso depoente, eu quero dizer dos efeitos desta CPMI: são maiores do que a gente possa imaginar.

Vou falar uma coisa que talvez até meus eleitores fiquem bravos. Semana passada, eu recebi a inusitada visita do atual Ministro da Previdência, ele pediu para ir ao meu gabinete. Não sei se os senhores sabem, ele era Secretário-Executivo do Lupi e se tornou Ministro. Quando Lula o nomeou, entrei com uma ação no final de semana para ele não tomar posse na segunda, porque eu achava que todo mundo tinha que sair. E, naquela semana, ele veio ao Senado e fiz perguntas muito duras, e mostrei uma preocupação muito grande com os idosos da região ribeirinha, com as crianças. E o Ministro veio, de forma inusitada, delicada – que eu depois aplaudi –, já prestar conta de tudo que o INSS está fazendo para devolver aos aposentados o que foi roubado e também as novas iniciativas dele, preocupado com o meu povo da região ribeirinha. Gente, até um novo barco da Previdência ele está fazendo. Eu vou contar uma coisa que me deixou muito feliz, Bia: ele nomeou, pela primeira vez na história, dois peritos para o Marajó. As pessoas ficam um ano numa fila lá. Aí, quando vi tantas entregas, ficou muito claro que é por conta do trabalho desta CPMI. Ele está acompanhando o trabalho, nós estamos cobrando o INSS. Então esta CPMI está indo para além, além das investigações. Ele vai vir aqui na CPMI, vai apresentar um relatório, e é isso que a gente quer. A gente não quer só colocar os bandidos na cadeia; nós queremos que as vítimas sejam ressarcidas – infelizmente vai sair dos cofres públicos.

Quando eu ando pelo Brasil e as pessoas falam CPMI do INSS, eu me preocupo. Não foi o INSS que roubou ninguém, foram os bandidos que usaram a fragilidade do sistema do INSS. Fico





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

até preocupada, não tinha que ser, Deputada Carla, o nome CPI, CPMI do INSS, tinha que ser CPMI dos bandidos que roubaram os idosos e aposentados.

Mas eu quero dizer que esta CPMI está avançando. Nesse sentido, eu me dirijo ao depoente, que sei que não vai responder nenhuma das minhas perguntas. Eu tinha perguntas muito sérias para lhe fazer, mas o senhor está com *habeas corpus*, e dizer que o senhor deveria ter ficado lá fazendo os seus ternos, que são maravilhosos, todo mundo aqui tinha o sonho de ter um. Sei da sua trajetória lá atrás com outras alfaiatarias, mas não sei o que o levou a se envolver com bandidos, juro que não sei. E quero dizer para o depoente o seguinte: o trabalho desta CPMI não é só isso aqui, não. Nós estamos recebendo milhares e milhares e milhares de documentos, e a gente está lendo, e o seu nome está lá. E a gente chegou no senhor, o senhor está aqui porque nós chegamos, tem documentos que o trouxeram para essa mesa. Cada membro aqui, acho que nós somos 60 membros da Comissão, cada membro tem pelo menos um assessor técnico agora – eles não estão aqui, estão lendo os documentos sigilosos –, e seu nome está lá.

Mas, para além do trabalho desta CPMI, e às vezes, sabe, Sr. João Carlos, hoje é um dia tão ruim, está tendo operação policial aqui no meu DF, eu estou com criança sendo estuprada, violência, tanta coisa para fazer e tenho que ficar aqui sentada vendo o seu silêncio. Mas é minha obrigação, meu partido confiou a mim a missão de estar aqui sentada. Como eu queria estar na rua agora prendendo um monte de pedófilo, mas estou aqui o ouvindo. Mas não vai ficar só aqui.

Nós temos – deixe-me lembrar – um Ministro da Suprema Corte que é um dos homens mais inteligentes do país conduzindo esse inquérito. E eu conheço o André. André foi nosso Ministro da AGU no Governo anterior, e ali é que eu o conheci: que homem sério e extraordinário. Mas depois ele foi Ministro da Justiça e foi ali que eu conheci a coragem. Na AGU ele era o inteligente extraordinário, mas, quando ele foi Ministro da Justiça e eu de Direitos Humanos, foi que eu conheci como ele é xerife, como ele enfrenta o crime.

Poucas pessoas falam dos feitos de André como Ministro da Justiça. Ele sabe investigar, ele sabe conduzir um inquérito. É um homem justo, mas que não passa a mão na cabeça de ninguém. Então, além desta CPMI, nós temos um Ministro da Suprema Corte que está fazendo desse processo uma causa de vida, porque ele também é cristão e está indignado com o que fizeram com órfãos e viúvas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. João, seu silêncio, que aparentemente o protege, pode estar o condenando, porque não é só isso aqui, não. É leitura de documento, é perícia, é quebra de sigilo. Eu vi seu RIF, mas a gente vai pedir a quebra do sigilo telemático também, e, aí, eu vou saber com quem o senhor conversou, o que foi dito, o que não foi dito. Aí, quando quebra o seu, quebra o de terceiros com quem o senhor falou, é uma cadeia – e uma cadeia que está me deixando tão triste porque eu estou lendo o nome lá de pessoas que eu conheço. Daqui a pouco vão estar todos aqui.

Até meu primeiro suplente recebeu dinheiro do Careca, porque foi contratado pelo Careca. Meu primeiro suplente é um advogado conhecidíssimo. Aí, quando eu leio o nome de pessoas... Mas os documentos existem.

Temos uma Polícia Federal atuando, temos uma CGU. Então, Sr. João, não é só isso aqui, não é só uma reunião transmitida, são horas, e horas, e horas de trabalho de técnicos da CPMI; de um Ministro corajoso, ousado e inteligentíssimo – sou apaixonada pelo Ministro André –; de uma Polícia Federal que está querendo pôr bandidos na cadeia. Então, seu silêncio hoje, que o senhor pensa que o está protegendo, pode estar o condenando. Lamento. Ficasse nos seus ternos, mas não se deixasse ser influenciado pelo canto da sereia de um monte de gente que não tinha escrúpulo nenhum, para roubar idosos.

E espero que o senhor não tenha feito também intencionado de roubar idosos, espero que o senhor tenha sido envolvido. Mas é lamentável o senhor vir aqui e não contribuir, porque eu não vou me dar por satisfeita. Mas, Sr. João, não vou mesmo. Eu vou começar a ler mais, e mais, e mais, tudo o que tem do senhor lá. Não vou me dar por satisfeita com o seu silêncio.

Boa sorte. O senhor tem grandes advogados, grandes. E eles vão, uma hora, chegar para o senhor e dizer assim: "Ó, não é hora mais de silêncio, não, é hora de colaborar". Eu tenho certeza. Seus advogados são excelentes.

Boa sorte, mas a sua situação é muito delicada, e eu vou mergulhar na sua história mais e mais e mais, porque causa indignação um empresário tão bem-sucedido, tão bem-sucedido, ou foi iludido, ou foi picado pelo mosquito da ganância para também roubar idosos, aposentados. Detalhe, crianças – crianças com deficiência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa sorte para a sua defesa e para o senhor. Lamento que o senhor não queira colaborar hoje, mas não encerra aqui. A gente vai se encontrar outras vezes.

Boa sorte para o senhor.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra agora ao Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar também o Relator e todos os Deputados presentes aqui.

Sr. Presidente, tendo em vista que o depoente tem feito silêncio, não tem se manifestado muito... Aliás, isso já se tornou corriqueiro aqui, devido às interferências do Supremo Tribunal Federal, que acaba concedendo *habeas corpus* aos depoentes e atrapalhando o resultado do órgão que efetivamente vem trazendo mais resultados para a investigação da fraude do INSS no nosso país.

Mas, tendo em vista que ele vai ficar em silêncio, eu gostaria de falar a respeito desse fato que ocorreu ontem. Aliás, toda semana nós estamos vendo fatos demonstrando a participação do Governo Lula na fraude do INSS. Na verdade, todos já sabíamos, mas as digitais estão ficando cada vez mais nítidas. Semana passada nós vimos a prisão de diversos membros do Governo. Vimos também a prisão do Presidente do INSS, o Stefanutto, que veio aqui e ficou cheio de marra, botando numa bronca danada e foi preso, demonstrando que recebia R\$250 mil de mesada.

Mas ontem nós vimos que a AGU do Jorge Messias – Messias que agora vai ser indicado ao STF por Lula – teve uma participação efetiva com a sua omissão, com a sua prevaricação. E nós vimos aqui alguns Deputados do PT tentando fazer uma ginástica, tentando fazer um contorcionismo lógico para defendê-lo, mas para vocês verem que nem eles têm firmeza, acreditam no que estão falando, e todos foram embora. Aqui só tem Parlamentares de oposição. Todos deram pinote, porque sabem que é indefensável a atitude de Jorge Messias e da sua AGU.

Nós estamos falando já há algum tempo que a AGU vem blindando o Governo Lula. E, se não fosse esta CPMI, muito do que foi revelado e que vem sendo investigado sequer teria vindo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a público. Inclusive, quando explodiu a fraude do INSS, se não me engano foi em final de abril, Andrei Rodrigues, o Diretor-Geral da Polícia Federal disse que o Sindnapi, o sindicato do irmão do Lula, não estava sendo investigado, não tinha nenhuma participação na fraude. Falo de uma forma muito categórica, sendo advogado de defesa do Frei Chico e do Sindnapi.

A AGU, naquela época, determinou o bloqueio de algumas entidades, o bloqueio de recursos de algumas entidades que tinham descontos irregulares e que vinham demonstrando um crescimento muito grande da sua arrecadação, mas deixou de fora três entidades: a Conafer, a Contag, ligada à CUT – que é presidida por Aristides Veras, irmão do Deputado do PT, Carlos Veras –, e o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o Frei Chico, o irmão do Lula.

Eu, inclusive, debati com o Deputado Rogério Correia, esses dias, no SBT News, e ele disse que era mentira minha, que não havia tido esse bloqueio por parte da AGU, deixando de fora a Contag, o Sindnapi e a Conafer. Mas hoje nós estamos vendo por que que ele estava deixando de fora. Ele estava blindando e ele sabia de tudo.

A reportagem trazida pelo *Estadão*... E, inclusive, vimos aqui os Deputados do PT que sempre falaram em defesa da imprensa livre, mas atacando a imprensa, dizendo que a matéria é comprada, atacando o *Estadão* e atacando a Band, que são dois veículos totalmente diferentes e que fizeram matérias demonstrando a omissão da AGU nesse caso.

Para quem está nos assistindo, para compreender como foi essa omissão, eu vou trazer aqui passo a passo, para mostrar que a AGU demorou um ano para agir, até que foi feita a Operação Sem Desconto.

Em março de 2024, as unidades regionais da AGU alertaram sobre a fraude do INSS; em julho de 2024, as unidades da AGU regionais, de Santa Catarina, sugeriram suspender os ACTs (Acordos de Cooperação Técnica) de entidades junto ao INSS. Talvez se tivessem suspenso as entidades, suspenso os ACTs, pessoas como o depoente de hoje, o João Camargo, que está aqui, não teriam roubado tanto os aposentados, porque isso continuou até a Operação Sem Desconto. Em outubro de 2024, o relatório foi aprovado, esse relatório feito pelas unidades, e a AGU nada fez, a AGU prevaricou. Um ano depois a PF deflagrou a Operação Sem Desconto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo dia em que houve a Operação Sem Desconto – aí, depois –, a AGU, sabendo de tudo, no mesmo dia, cria um grupo especial para enfrentamento à fraude. E aí o Jorge Messias, esse que quer ser Ministro da STF, nomeou, para presidir esse grupo de trabalho, Rodrigo Bezerra Dowsley. Quem é esse cidadão? O braço direito do Stefanutto, o ex-Presidente do INSS que foi preso na semana passada e que recebia mesada de R\$250 mil. E aí eles querem vir aqui com essa cara de pau e dizer que o Governo Lula é que está investigando, que isso só aconteceu porque investigaram. A AGU sabia disso há muito tempo e nada fez.

Jorge Messias não pode ser Ministro do STF. Jorge Messias tem que, antes de ser sabatinado... Porque eu acredito que ele nem será mais sabatinado para o STF, aqui no Senado. Ele tem que ser sabatinado aqui, tem que ser sabatinado na CPMI. A gente quer entender por que, sabendo de toda essa fraude, tendo acesso a todas essas informações, ele não fez nada e só fez quando ocorreu a Operação Sem Desconto. Mesmo acontecendo a Operação Sem Desconto, determinou o bloqueio de recursos de entidades, mas deixou de fora a Contag, que é dos amiguinhos do PT, o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o irmão do Lula, e a Conafer.

Eu não vou fazer questionamentos aqui ao alfaiate, que, além de alfaiate, fez lavanderias para concluir todo esse esquema que já vem acontecendo, mas eu gostaria de falar com ele: realmente, nós ficamos muito chateados ao ver que uma pessoa com uma carreira renomada, uma pessoa que se destacava no cenário nacional, até internacional, tenha se envolvido com um crime tão repugnante de roubo de aposentados.

Aí mesmo onde você está, João Carlos Camargo Júnior, sentaram-se também a Thaisa Hoffmann, sentaram-se Alexandre Guimarães e outros que tinham muitas semelhanças com você. Algumas semelhanças: no final de 2022, todos vocês fizeram empresas logo após a eleição do Lula; todos vocês fizeram lavanderias, além de serem empresas que receberam milhões de aposentados; e todos vocês alegam que prestaram serviços. A Thaisa alegava que fazia pareceres médicos, o Alexandre Guimarães alegou que prestou serviço fazendo consultoria financeira. E aí você, através dessa empresa MKT Connection, que não tem nem Instagram... Eu nunca vi isto...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – ... uma empresa de *marketing* não ter Instagram.

Qual era o serviço que você prestava para os aposentados através dessa sua empresa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu ficarei em silêncio.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – A gente já imaginava que ia permanecer em silêncio, porque, na verdade, a MKT Connection é uma lavanderia. Um alfaiate que pega o dinheiro e manda para a lavanderia, dinheiro de aposentado... E eu acredito que essa MKT Connection deve ser uma empresa que faz atividades no estilo daquela história A roupa do rei, O rei nu, O rei está nu. Faziam roupas que ninguém via, faziam serviços que ninguém via, mas roubavam muito dinheiro de aposentado. Só na MKT Connection, foram R\$24 milhões e, para a sua alfaiataria, Camargo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – Alfaiataria, R\$ 1,7 milhão.

Eu só tenho a lamentar por você estar jogando a sua biografia no lixo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Deputado Jordy.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caro Relator, todos aqui que estão presentes, eu compartilho da decepção de muitos aqui, de verem um profissional que sempre foi muito respeitado na sua área, conhecido como Alfaiate dos Famosos... Eu vejo fotos aqui... Obviamente que as pessoas – vou citar os nomes – também devem estar decepcionadas. Eu vejo aqui Ratinho, Marcelo Serrado, Silvio Santos – que Deus o tenha! –, todos aqui em fotos com o João Carlos Camargo Júnior, porque, realmente, ele teve uma empreitada de sucesso ao longo da vida como um alfaiate.

Eu confesso que eu fiquei também inicialmente animado quando o senhor disse quealaria apenas a verdade, mas depois me desapontei, quando, na primeira pergunta do Relator – que, aliás, era uma pergunta que tratava das suas empresas; domínio público, portanto –, o senhor já disse que permaneceria em silêncio. Com um pouco de insistência o senhor respondeu alguma coisa, mas praticamente a nada que foi perguntado aqui, até porque o senhor tem um *habeas*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

corpus. É direito seu – mas eu entendo que o STF interfere demais aqui no nosso trabalho –, o senhor está se preservando para não se autoincriminar.

Por isso, eu queria começar, de qualquer maneira, perguntando ao senhor se o senhor não gostaria de desistir desse direito de não se incriminar, ou – de não se incriminar eu não diria – de manter o silêncio, para contribuir, para colaborar.

O que fez o senhor decidir a não colaborar com a CPI?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Em respeito à investigação do Supremo, eu estou preservando a minha defesa.

Eu mantereí silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho uma pena, porque o senhor poderia nos ajudar, sinceramente, poderia contribuir muito com essa CPI.

E aí eu me pergunto, e pergunto ao senhor, se o senhor se arrepende do que aconteceu e das suas decisões em relação a todos esses fatos que o tornam investigado no STF e testemunha aqui, nos últimos anos.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, mantereí silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não tem uma resposta objetiva para se o senhor está arrependido ou não está arrependido? Sim ou não?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Mantereí silêncio.

Não cometi nada errado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho difícil acreditar que não tenha cometido nada errado, porque nós vemos aqui, nesse gráfico que o Relator fez, o Mauro Palombo Concílio, que é o mesmo contador de uma série de empresas de fachada, mas também da sua alfaiataria, Camargo, que, espero – apesar de algumas informações aqui já em contrário, mas não tenho acesso a esse documento –, seja a única legítima dessas que esse contador atendia, porque claramente a MKT Connection tem problemas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor, que é uma pessoa renomada, faz alfaiates caríssimos – de R\$10 mil, no mínimo, até mais de R\$100 mil –, sabe os serviços que presta a sua empresa original, não tem condições de aqui na CPI dizer que serviços prestava com a MKT Connection, que recebeu R\$24 milhões de uma entidade de aposentados presididos por um rapaz de 28 anos de idade – que foi criada, aliás, em dezembro de 2022, logo depois da eleição do Lula –, tudo vai se conectando... A empresa MKT Connection foi criada em dezembro de 2022. Se o senhor não sabe dizer ou não quer dizer aqui, prefere o silêncio a revelar quais são os serviços, me parece que essa empresa está bem enrolada, essa MKT. E por isso eu fico insistindo, e aqui nós vemos talvez o Dr. Jekyll e o Mr. Hyde – *O Médico e o Monstro* –, porque tem uma empresa legítima, Sr. Relator Alfredo Gaspar, e tem outra que é uma lavanderia, ou, pelo menos, assim a Polícia Federal está dizendo.

O carro, aliás, um BMW M3 Competition, que foi apreendido, é de sua propriedade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Esse carro não foi apreendido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não foi apreendido? As informações que saíram na imprensa estão equivocadas, então?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Está equivocada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É equivocado.

Mas é de sua propriedade?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não tenho esse carro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem esse carro.

Importante, Sr. Presidente, aqui, nós observarmos essa diferença entre as atividades lícitas e as atividades ilícitas feitas pelas empresas – ou por uma empresa e uma lavanderia – do Sr. João Carlos Camargo Júnior, porque ela me faz lembrar de também outro autor, que é o Hans Christian Andersen.

O Relator falou do John Le Carré, falou do Alfaiate do Panamá, e o senhor conhece muito bem a história do alfaiate, ou dos vigaristas que chegaram – assim dizia a história de Hans Christian Andersen – num reinado e ofereceram ao rei o melhor traje que ele poderia vir a vestir na sua vida. E o rei mandou o seu melhor ministro verificar o trabalho dos tecelões vigaristas, porque





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele quis comprar aquele traje daqueles que disseram que fariam, inclusive com fios de ouro – e precisavam de fios de ouro para fazer esse traje maravilhoso para o rei. Mandou o seu melhor ministro, o mais confiável, olhar os teares. E esse ministro chegou lá, olhou os teares, não viu nada, mas não quis acreditar no que os seus olhos viam e dizia: "Talvez eu esteja ficando louco, talvez eu esteja muito velho, talvez o rei vá me demitir". Então, voltou para o rei e disse: "Não, eu vi, eles estão trabalhando no seu novo traje". E o rei mandou mais duas pessoas de altíssima confiança. Essas duas pessoas foram olhar os teares e, da mesma forma, confirmaram que o serviço estava sendo feito. Até que o rei disse: "Pois bem, chegou o grande dia, o traje está pronto". Foi colocado numa liteira, desfilou em procissão. O povo todo vendo o rei nu, porque o traje não existia. Foi desmentido por uma criança pura, ingênua talvez, mas que, olhando para o rei nu, disse a verdade: "O rei está nu". Esses que fizeram o traje do rei eram, portanto, vigaristas, eram pessoas que não estavam cumprindo com o seu serviço.

E o que o senhor talvez espere, ou esperava, das autoridades brasileiras era a total impunidade.

Aliás, nós vemos ministros deste desgoverno do Lula que sabiam o que acontecia, da lavagem de dinheiro toda. Saiu ontem do Messias, do Ministro Carvalho... E protegeram, pelo que se percebe, esses sindicatos e essas entidades-fantasma, achando que ninguém ia enxergar a realidade: que o rei está nu. E quem é o rei? É o povo. É o aposentado pobre, despido de todas as suas principais necessidades, porque não consegue mais nem ver atendido aquilo que é mais básico, porque, por exemplo, a sua empresa, uma lavanderia de dinheiro... Diz a Polícia Federal, foram R\$24 mil, essa empresa do monstro. A do médico, a do alfaiate, continuava funcionando.

Mas, a partir de dezembro de 2022 – eu queria entender isto também –, o senhor entrou, talvez antes, mas é o que nós temos aqui, nesse esquema criminoso. E aí eu lhe pergunto: como o senhor conheceu esse Mauro Palombo Concilio? Ele era das suas relações anteriores?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, me mantereí em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Me parece, Sr. Presidente, que essa aqui é uma engrenagem fundamental para entendermos todo esse esquema, porque ele envolveu, fez envolver muita gente, inclusive o Sr. João Carlos Camargo Júnior.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu lamento pelo seu histórico, mas, tendo cometido crimes, terá de pagar por eles. Lamento por todos aqueles que utilizaram dos seus serviços, com muito orgulho, porque bem-feito, e que agora veem sentado aqui na CPMI uma pessoa que é testemunha aqui e investigada pela Polícia Federal.

Eu espero que o senhor contribua com as investigações, porque me parece que o senhor poderia, realmente, fazer um bem para a nação, um bem para os aposentados, para aqueles que foram roubados. O senhor tem condições de sentar aqui, de pagar bons advogados, de ter uma vida boa...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez, não tanto no momento em que vier a ser preso, mas talvez o senhor possa evitar isso, talvez o senhor possa colaborar, talvez o senhor possa dizer para o Brasil o que está acontecendo, principalmente, contra aqueles que não têm esse mesmo conforto que o senhor tem – os aposentados que foram roubados.

E aí eu queria lhe perguntar também o quanto o senhor tem conhecimento dessa roubalheira que aconteceu no INSS e o que o senhor sente por esses aposentados que foram lesados.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É uma pena, porque o senhor teve uma oportunidade agora de, pelo menos, demonstrar empatia por quem foi roubado.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – A única coisa que eu... O senhor permite?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por gentileza...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – A única coisa que eu te asseguro...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... claro que eu permito. Eu estou lhe perguntando, fique à vontade.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Desculpa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única coisa que eu te asseguro é que eu nunca montaria nenhuma empresa para roubar ninguém – muito menos velhinhos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor talvez não soubesse de onde estava vindo o dinheiro, mas esse dinheiro claramente veio – e está comprovado – da Amar, de pessoas que tiveram descontos nos seus contracheques sem autorização, portanto é dinheiro roubado.

E aí eu repito a pergunta, dando nova oportunidade para o senhor: qual o sentimento que o senhor tem por esses aposentados que foram lesados no Brasil, roubados, independentemente de onde foi parar esse dinheiro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Lamento.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode repetir no microfone, por favor?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Lamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Marcel van Hattem.

Agora, por dez minutos, com a palavra o Deputado Kim Kataguiiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Presidente, testemunha, defesa, já foi narrada aqui a história clássica da nova roupa do rei, mas eu quero trazê-la aqui sob uma perspectiva diferente.

Como já colocado aqui, é uma história basicamente de dois vigaristas que se passaram por alfaiates. E aí diziam que estavam fazendo uma roupa para o rei e que só os inteligentes ou aqueles dignos de ocuparem os seus cargos seriam capazes de ver. E aí ninguém tinha coragem de dizer para o rei que não estava enxergando a roupa, e nem o próprio rei tinha coragem de dizer que enxergava a roupa, porque todos eram vaidosos demais para sequer passar a possibilidade de que não eram dignos de ocupar os seus cargos ou de que não eram inteligentes. Até que uma criança chega e diz que o rei está nu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Marcel disse que o rei que está nu é a população. E eu quero aqui, respeitosamente, divergir dele, porque eu acho que o rei que está nu, Sr. João Camargo, é o senhor, porque essa é uma história sobre como a vaidade entorpece e pode levar uma pessoa a cometer um erro crasso; inebriada por aquela vaidade e envolta em tudo aquilo, ser levada a cometer um erro que a faça inclusive passar por um vexame público muito grande.

O senhor, na sua introdução, João, se preocupou mais em separar a sua alfaiataria do escândalo do que em provar a sua própria inocência. Você acabou de dizer que nunca montou nenhuma empresa para roubar nenhum aposentado, mas se negou, até agora, a falar quais foram os serviços prestados, portanto, por essa empresa, que recebeu – sua empresa que não é a alfaiataria, é uma empresa de *marketing* – milhões de reais.

Então eu vou colocar aqui... E, mais uma vez, dentro dessa fábula sobre a vaidade, você é uma pessoa, como já foi colocado aqui várias vezes, que seria rico sem roubar, que já era rico antes de roubar.

Eu tenho um certo vício por história política e, apesar de não ser da minha época, eu me lembro de reportagens que li na época da ascensão do Maluf. E muitos veículos de imprensa e formadores de opinião diziam que a gente podia confiar no Maluf, porque ele já tinha nascido rico e um político que já era rico jamais iria pensar em roubar os cofres públicos. A gente sabe muito bem o fim que o Maluf teve.

Você tem a oportunidade aqui... Eu acho difícil provar a completa inocência, provar que não tinha ciência de nada, até pelo volume dos recursos movimentados, mas pelo menos de provar aqui, Sr. João, que o senhor tinha um papel menor e que, portanto, em tendo esse papel menor, merece uma pena menor, merece um regime mais brando, mesmo porque a gente sabe que tem gente muito mais poderosa envolvida nesse escândalo. E o senhor tem a oportunidade de responder com uma pena muito menor do que essas pessoas se o senhor colaborar. Se o senhor não colaborar, sem dúvida nenhuma a pena em cima do senhor será mais dura, como vários dos que já se sentaram no seu lugar exerceram o mesmo direito de ficar calados e hoje estão presos, sem nenhuma perspectiva de saírem.

Eu quero começar perguntando, Sr. João, se a sua empresa, a MKT Connection Group, recebeu recursos da Amar Brasil? Recebeu?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, já que você não diz, eu digo: ela recebeu R\$24 milhões da Amar Brasil, que foi justamente uma associação montada para roubar dinheiro de aposentado.

Você pode, pelo menos, dizer qual foi o motivo declarado desse repasse?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, os serviços realizados também você não é capaz de dizer? Ou, ao menos, entregar os relatórios ou as notas fiscais, ou mesmo mostrar alguma materialidade do serviço que foi prestado? O senhor é capaz de nos fornecer?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, se os serviços tivessem sido prestados, haveria entrega dos documentos aqui para esta CPMI. Como é que um sócio-administrador não saberia de milhões de reais sendo repassados para as suas empresas?

Mas, bom, a empresa é sua; a empresa recebeu recursos de uma associação que estava roubando aposentados. Agora, uma questão central: o senhor sabia que esses repasses vinham de roubo de aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Algum Parlamentar, assessor ou agente público intermediou algum dos seus contratos ou dos seus pagamentos?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor já se encontrou com o Ministro Carlos Lupi?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me mantereí em silêncio, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor já se encontrou com o Senador Weverton Rocha?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor ou sua empresa já contrataram ou foram representados pelo escritório do Dr. Nelson Wilians?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O escritório do Sr. Nelson Wilians teve alguma participação nos contratos envolvendo a sua empresa e a Amar Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Existe alguma participação do escritório do Nelson Wilians em formatar contratos que foram assinados pelo senhor em nome da sua empresa? Ou alguma instrução dada por esse escritório para o seu comportamento aqui na CPMI?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, fato é que, por se deixar levar por esse conto, Sr. João, de dinheiro fácil... E, como eu disse e todo mundo aqui já afirmou, o senhor tem ou tinha uma carreira antes desse esquema, antes desse escândalo, já era conhecido, já ganhava dinheiro, já circulava em círculos da elite – tanto da elite financeira, da elite empresarial e da elite política. Mas, agora, eu acho que o senhor vai aprender que uma grife não se constrói com seda ou com fios de ouro, como se diz na fábula; uma grife se constrói com nome. E, ao manchar o seu nome com o envolvimento do desvio de dinheiro de aposentados, o prejuízo que o senhor vai ter vai ser muito maior, dentro dos seus ganhos honestos, dentro dos seus ganhos dentro da lei, do que aquilo que o senhor pode ter recebido roubado de aposentado.

Ou você acha que o comportamento em relação ao senhor concedido pelos seus clientes vai permanecer o mesmo? Você acha que hoje um alfaiate que está aqui agora, ao vivo, numa CPMI do INSS, aparecendo para o Brasil inteiro com uma suspeita fortíssima de uma empresa de *marketing*, recebendo R\$24 milhões... Você acha que algum grande empresário, você acha que alguma grande figura pública, você acha que algum Parlamentar, algum político famoso, qualquer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que tenha alguma imagem a zelar vai querer continuar fazendo roupas com o senhor? É evidente que não. Ninguém quer ter nenhuma vinculação com alguém que tem sua imagem ligada a um escândalo. Seria diferente se fosse uma pessoa que deixasse muito claro que não tem nenhum envolvimento com nenhum tipo de roubo, que afastasse de maneira irrefutável a sua participação no esquema. Não é o caso do senhor.

Mesmo em perguntas simples, que sequer em tese seriam capazes de incriminá-lo, o senhor desejou permanecer exercendo o direito ao silêncio. Então, ninguém que tenha uma imagem a zelar, nenhum político, nenhum empresário, nenhum artista vai querer ver... porque qualquer um que publique nas suas redes, qualquer um que apareça com o senhor tomando as medidas de algum político ou de algum empresário, amanhã vai estar no jornal: "Político tal, empresário tal manda fazer terno com o alfaiate do escândalo do INSS". E essa vai ser uma alcunha que vai te perseguir por muito tempo, talvez até o resto da sua vida. E o senhor perde aqui uma oportunidade muito grande de limpar o seu nome para as suas atividades lícitas, de mostrar que sua alfaiataria não tem nenhuma relação com desvio nenhum de aposentado e que seus clientes podem ficar tranquilos que...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... ser cliente do senhor não vai implicá-los na sua imagem, a manchar a reputação dos seus clientes, eventualmente, só pelo fato de ser atendido pelo senhor já recair a suspeita ao seu cliente de que ele está, de alguma maneira, lavando dinheiro ou utilizando um terno caro para esconder um patrimônio fruto de roubo.

Então, eu lamento muito, Sr. João, que o senhor perca essa oportunidade de salvar a sua carreira, de salvar o seu nome, de salvar a sua reputação e que o senhor afunde uma alfaiataria que demorou tanto tempo para construir um nome tão sólido por causa de meia dúzia aqui do que o pessoal gosta de chamar de "*golden boys*", que enriqueceram sem trabalhar, sem nenhuma carreira, sem nenhum nome a zelar, sem nada a perder. O senhor tem muito a perder e, ao que tudo indica, vai sair dessa CPMI perdendo tudo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Kim Katagui e...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Desejo usar do tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Cinco minutos de tempo de Liderança, mas antes, Deputado Pimenta, eu queria só fazer uma reflexão breve na fala do Deputado Kim, na afirmação que ele faz. O movimento de defesa do consumidor lembra muito os consumidores que deixam de utilizar marcas que utilizam mão de obra escrava. Então, nessa mesma linha, imagine aqueles consumidores que rejeitarão esse produto a partir do momento que ali não se utiliza de mão de obra escrava, mas se utiliza de exploração dos nossos idosos e aposentados brasileiros.

Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, claramente, há uma iniciativa, inclusive articulada aqui nessa CPMI, hoje, que procura repercutir matérias em imprensa, que tem por objetivo atingir o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, certamente por conta de um debate que existe no país da possível indicação do Advogado-Geral para uma vaga para o STF.

Infelizmente, Sr. Presidente, está sendo repetido aqui, de forma sistemática, um conjunto de mentiras, de inverdades. E a primeira delas: é mentira que a AGU não tenha entrado com uma ação buscando a apreensão dos bens e valores das entidades, inclusive do Sindnapi. Portanto, Parlamentares que aqui estão repetindo que a AGU não entrou com ações cautelares, medidas judiciais para a apreensão de bens e valores das entidades, entre elas o Sindnapi, estão mentindo, Sr. Presidente.

O que ocorre é que havia um relatório de correção ordinária, em 2024 – não era uma investigação, não era uma auditoria de corrupção –, que tratava de fluxo de trabalho, que trazia algumas informações que não indicavam, inclusive, a possibilidade de fraude, nem de ilícitos; não produziu nenhuma prova técnica e nem fazia menção a essas entidades.

A partir, Sr. Presidente, do momento em que este relatório chega à AGU, antes mesmo da operação, na época já foi recomendado ao INSS que avaliasse a suspensão de convênios, mantivesse um monitoramento, articulasse junto à Justiça Federal e ao Centro de Inteligência,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma série de medidas, mas, Sr. Presidente, até abril de 2025, não havia base jurídica para ações cautelares, bloqueios ou instalação de grupo especial.

A partir da operação, em abril deste ano, a AGU, Sr. Presidente, seguiu a mesma forma do trabalho realizado pela CGU, que dividiu as entidades em dois lotes.

O primeiro lote era entidades de fachada, com o uso de laranjas e com vantagens indevidas comprovadas a agentes públicos; foram 12 entidades. Foi assim que a CGU procedeu e, tão logo houve a ação da CGU, a AGU entrou com as medidas.

Em setembro tivemos o segundo lote: 14 entidades. Entidades que foram identificadas posteriormente e que tinham outras características: não o uso de laranjas, não entidades de fachada. E aqui, entre outras entidades, está o Sindnapi.

Portanto, Sr. Presidente, a AGU entrou com as ações cautelares no tempo do andamento das investigações, seguindo o próprio calendário das iniciativas da CGU. Não houve alerta ignorado; não havia, Sr. Presidente, provas nem base legal para judicialização.

Além disso, Sr. Presidente, todos nós aqui sabemos que o grupo de trabalho criado pelo Ministério Público Federal para analisar possíveis irregularidades nos descontos associativos data de 11 de abril...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de 2019.

E eu pergunto, V. Exa.: qual foi a iniciativa tomada na época pelo AGU André Mendonça, hoje Ministro do STF? Ele foi AGU até agosto de 2021, portanto ficou dois anos como Chefe da AGU, e já tinha o grupo de trabalho do qual o INSS e Previdência faziam parte. Posteriormente, Bruno Bianco, Secretário Especial de Previdência e Trabalho. Qual foi a iniciativa que foi adotada pela AGU na época? Nenhuma.

Portanto, Sr. Presidente, se formos falar aqui em prevaricação... Prevaricação aconteceu no Governo anterior, onde a Polícia Federal, a AGU não fez absolutamente nada. Essa narrativa é frágil, é falsa e, claramente, tenta criar aqui um factóide absolutamente inverídico, que tem por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo, única e exclusivamente, atingir o Ministro Jorge Messias, que agiu dentro da legalidade, que agiu com agilidade, que garantiu que as medidas judiciais fossem adotadas, inclusive...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... com relação ao Sindnapi...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pimenta...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... onde há o pedido cautelar de apreensão dos bens e valores dessas entidades, e algumas questões, inclusive, Sr. Presidente, aguardam manifestação da Justiça Federal.

Então, faço questão de trazer esses fatos, porque a verdade precisa ser restabelecida através de documentos e de provas, e não de narrativas falaciosas que foram aqui expostas no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Pimenta.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Chrisóstomo. *(Pausa.)*

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Excelência, podia zerar lá o relógio, por favor? *(Pausa.)*

Zerar o relógio.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Primeiramente, Srs. Deputados, composição da nossa mesa, Senadores, Deputados, assessores, ao povo brasileiro meus cumprimentos, e uma boa tarde a todos.

Primeiramente, Relator, meu amigo, Sr. Presidente Duarte, eu tenho que agradecer ao feito que ocorreu na semana passada, na quinta-feira, quando eu estava correndo o meu estado. Eu estava correndo os municípios, e aqui o Líder do PL fez um trabalho, pensando no Coronel Chrisóstomo, pensando em Rondônia, e falou como o Deputado Coronel Chrisóstomo age nesta CPI. Então, eu tenho que fazer um agradecimento público ao grande Deputado do Rio de Janeiro e Líder do PL, Deputado Sóstenes: muito obrigado, Deputado!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, não é fácil – não é fácil – investigar, ouvir alguém que diz que veio para não falar nada. Não é fácil. E o povo brasileiro está olhando, assistindo, e todos eles ficam com raiva, com ódio de alguém vir aqui com suspeita de roubo e se calar.

Dessa forma, Sr. João Carlos, o senhor não soma nada, assim como os outros não somaram nada. Aqui o cara tem que ser verdadeiro. Como foi, caso o senhor tenha sido, não está comprovado ainda, pelo menos por nós, que o senhor roubou os aposentados e pensionistas? A hora de falar é agora, a hora de dizer a verdade é agora, aqui é que o cara tem que ser machão, e não por trás, roubando nossos aposentados e pensionistas. Não é assim que se faz. Nós, seres humanos, temos que ter vergonha na cara; quando erramos, temos que assumir. Assim faz um soldado.

Tenho visto nas notícias que o senhor é considerado e conhecido como o alfaiate dos famosos. Eu lhe pergunto, o senhor prefere ser chamado o alfaiate dos famosos ou o alfaiate do INSS? Por favor.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – João Carlos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu fiz uma pergunta, uma e outra. O senhor não precisa falar nada.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Nenhum dos dois, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelente, já respondeu.

O senhor roubou mais de 31 milhões via empresa MKT?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Certo.

Alguém pediu dinheiro para o senhor do roubo dos aposentados?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me manterei em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Está bem, não vai falar nada, né, fica difícil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, vamos prosseguir. O Sr. João Camargo entrou no radar das investigações em 28 de outubro de 2025, quando documentos do Coaf foram apresentados à CPMI do INSS, suspeito de ter recebido cerca de 24 milhões de recursos desviados. Isso aqui tem a ver com o Coaf. É verdade isso?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Eu me manterei em silêncio, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Brasil, ele não vai falar, ele vai ficar calado, mas é suspeito de roubar o povo, os nossos doentes, os aposentados, os pensionistas, as pessoas mais vulneráveis. Eu não vi nenhum machão aqui ainda assumir esse roubo. Já estamos chegando ao 30º, Deputado Duarte. Ninguém fala, mas roubar por trás é tanto que já estamos chegando a quase 20 que estão presos. Não gostaria de ver o senhor preso, não, mas acho que o caminho do senhor é esse.

Vamos lá, vamos continuar. O senhor disse que seus ternos custam, o mais baratinho, R\$10 mil, e o valor mais alto, R\$100 mil. Eu vou ficar no sonho, não vou conseguir ter nenhum terno desses. Imaginem os nossos aposentados, que, segundo as investigações, o senhor roubou. Esses não vão ver nem a cor do terno. Que tristeza, hein? Que pena, que raiva nos dá. E o povo chateado; em Rondônia, está todo mundo chateado, os nossos aposentados e pensionistas estão raivosos com quem rouba no seu contracheque o seu pouco dinheiro que ajuda a pagar a prestação do seu netinho, que ajuda a pagar o café com leite, o pão. São os nossos aposentados e eles fazem isso. E estão sendo roubados. É inadmissível.

Essa turma aqui, olha, essa turma, Senador, esses Deputados e Senadores são guerreiros, vocês estão fazendo a diferença! Saiu uma matéria, Deputado do Maranhão, Duarte, dizendo que por mais de 20 anos, Relator, por mais de 20 anos não surgiu uma CPI como essa atualmente, do roubo dos aposentados. Eu me orgulhei, eu me orgulhei, porque cada um aqui constrói essa caminhada que o povo brasileiro está aplaudindo, graças a Deus!

Vamos prosseguir. Eu não posso perder a oportunidade, Srs. Parlamentares; quinta-feira eu não estava presente, mas estava rodando o estado. O povo lá de Costa Marques, do município, estava falando comigo sobre a CPI, e lá em Forte Príncipe da Beira, de onde eu sou desde zero ano de idade, da beira do rio, também. O Brasil todo está comentando sobre essa CPI. Estive também na festa em São Francisco do Guaporé, lá com o Prefeito, meu amigo Zé Wellington, o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo reunido estava comentando a CPI também, a CPMI – Prefeito Zé Wellington, um belo trabalho foi feito aí, parabéns pelos 30 anos do Município de São Francisco –, e lá em São Francisco, a Sra. Sílvia, mãe do meu Secretário Bill, foi roubada no mês passado em duas prestações do consignado: uma, R\$183, e outra, R\$134. Está vendo? Roubada e nem sabe do quê, mas estão sendo descontadas no seu contracheque duas prestações do consignado. Dá raiva disso, dá ódio, a gente tem que botar mais gente na cadeia, não tem condições.

Um abraço também para o povo do Vale do Paraíso, encontrei gente lá do Vale do Paraíso e Ouro Preto – um forte abraço para vocês – também falando de CPI. O pessoal para a gente para falar da CPI e dar um abraço. Muito bem, povo de Ji-Paraná, a direita conservadora de Ji-Paraná, um abraço para vocês, os taxistas, os mototaxistas, os motoboys, o Brasil está falando de CPI, de CPMI, meu amigo querido.

Presidente, eu gostaria de pedir autorização de V. Exa. para colocar um minuto aqui do que enviaram e me emocionaram, uma autoria de um compositor. Esquece o nome Coronel Chrisóstomo, é como se fosse para todos nós aqui, não só nós, Parlamentares, porque essa turma aqui, assessores, também fazem parte dessa CPI.

Me permita, não é carnaval, não é nada, é uma música que os senhores vão prestar atenção. Por favor, excelência.

(Soa a campainha.)

(Procede-se à reprodução de áudio)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Coronel, peço que V. Exa. conclua.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelência!

Excelência, eu trouxe isso aqui... Chrisóstomo é um nome, mas é como se fosse o nome de cada um, porque o autor, ele fez, por si só, uma música para falar da CPI e do trabalho de todos nós aqui, Presidente. Eu me emocionei, e isso serve para cada um de vocês, por estarem construindo uma nova rota para a CPI no nosso Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Coronel Chrisóstomo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra o Relator Alfredo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só vou pedir ao pessoal da CPMI para ninguém copiar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra para o nosso querido amigo, Senador Eduardo Girão, do Ceará para todo o Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Deputado Duarte Jr.

Parabéns pela sua condução nesse momento da CPMI.

Quero cumprimentar o Deputado Alfredo Gaspar, que é sempre muito assertivo nas suas perguntas.

Quero cumprimentar também o Sr. João Carlos, o seu advogado Ticiano, e Francisco, também advogado.

Olha, antes de fazer uns questionamentos, eu espero que o senhor possa nos ajudar.

Eu gosto muito de... Meu querido e eterno Senador José Medeiros, eu gosto muito de acreditar na capacidade de reflexão do ser humano.

Nós tivemos vários apelos aqui, de Deputados e Senadores, para o senhor colaborar com esse trabalho. Aliás, foi um pedido até do senhor, da viagem – eu não sei se foi do advogado –, para o senhor ser o primeiro hoje. Porque a grande expectativa aqui está, inclusive, na vinda de uma conterrânea minha lá do Ceará – que faz parte, ao que tudo indica, da operação central desse esquema que roubou milhões de brasileiros.

O senhor tem duas empresas que receberam dezenas de milhões de reais, e uma das suas empresas, a Kairos ou Kairós, ela... Nós...

Chegou o sigilo agora há pouco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algo que até prejudica o trabalho da gente. Éramos para estar ali ouvindo até, eu acredito, em outro momento, mas já que o senhor está aqui, para que não precise voltar, inclusive, eu quero lhe perguntar o seguinte: sentou nessa mesma cadeira do senhor o Sr. Cícero, que prestou serviços – não conseguiu justificar que tipo de serviço – para a Conafer, para o foragido Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da entidade, que também conheceu o Sr. Cícero vendendo terno – no interior de São Paulo. Olha a coincidência aqui. Não é lavagem de roupa suja, mas vendeu terno também. Então, esse assunto de alfaiate passa duas vezes aqui nesta CPMI.

Esses R\$24 milhões, pelo menos da parte que a gente não conseguiu ainda identificar, pelo menos analisar a quebra do sigilo, foi para algum político? Isso... Foi beneficiado alguém? Esse dinheiro o senhor repassou, como dono dessa empresa, para algum político, alguém?

Porque tem gente com costa larga. Para esse esquema acontecer dessa forma, bilhões de reais...

O senhor começou a trabalhar desde cedo. Uma história, uma trajetória bonita de vida, contou aqui para a gente. Tem um dom, que Deus lhe deu, de fazer ternos, de trabalhar nessa área, que é uma área muito delicada.

O senhor recebeu 24 milhões e, ao que tudo indica, não tem nada a ver com isso, foi de empresas que receberam do roubo, da fraude, de pessoas velhinhas, pessoas que têm problemas de deficiência, Sr. João, pessoas que têm problemas – órfãs, viúvas...

Então, esses 24 milhões, foram repassados para quem? Nos ajude aqui. Chegou a quebra de sigilo, não deu tempo, chegou praticamente agora. Para onde é que foi esse dinheiro?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, eu me manterei em silêncio neste momento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Difícil!

Essas autorizações do STF também acabam sabotando – sabe, Relator? –, boicotando o trabalho da gente, e é uma... É Davi contra Golias. Mas a gente chega lá.

A gente sabe, pelo menos o que a gente conseguiu de quebra de sigilo, de convocações, que Stefanutto – e isso está incomodando muita gente poderosa... Stefanutto, chefe do crime,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse esquema todo, tem ligações, inclusive ligações políticas, de ideais, com o PT, com Carlos Gabas, que já deveria ter vindo aqui.

O Carlos Gabas já deveria ter vindo. Ele está fugindo de CPMI e não é de hoje não. Desde 2021, da CPI da pandemia, que a gente tenta trazer esse cidadão aqui, e a gente não consegue. Mas "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Não tem como ele escapar, depois do Consórcio Nordeste, depois deste escândalo aqui, em que o nome dele surge – escapar desta CPI, desta CPMI.

Eu quero dizer também que três quartos das ACTs que foram feitas, Deputado Marcel, é muita coincidência, ali no período, começando o Governo Lula... Terminou a eleição, Lula ganhou – parece que estava esperando para se lambuzar, a turma se lambuzar de novo.

E essa história da AGU, Deputado Jordy – o senhor, que trouxe esse assunto mais uma vez aqui –, como é que a gente não traz um assunto desse? Manchete dos principais veículos de comunicação do país, dizendo que a AGU sabia do problema do INSS e que o Messias ignorou o alerta sobre o sindicato do irmão do Lula no esquema.

Está hoje, nas manchetes do país!

Agora, essa falta de ação da AGU... Para algumas coisas a AGU é omissa, mas, para perseguir brasileiros que estão na Argentina, presos políticos, que estão lá, fugindo aqui da ditadura da toga que a gente vive, eles contratam, por US\$1 milhão de dólares, escritório de advocacia para caçar lá os brasileiros. Nisso age. Para fazer o acordão que eles fizeram, negando o direito dos aposentados que foram roubados, que estão nos assistindo – e vou dar voz a um deles aqui agora... –, para fazer um acordão, para não terem direito de pedir danos morais, de não receberem em dobro... Porque essa turma tinha que receber em dobro. Isso é fato.

Agora, a AGU se mete para fazer um acordo, junto com o STF.

Pensa que a gente é trouxa? E isso é defender os pobres?

Essa turma, que diz que defende pobre, da AGU, que quer ser Ministro do STF!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem que vir aqui, Presidente Carlos Viana. Antes de qualquer conversa de STF, tem que vir aqui o Ministro Messias e explicar por que é que está surgindo tanto nome da AGU com relação a essa fraude por omissão – para não dizer conivência –, que nós temos que investigar.

Eu peço à secretaria para passar um vídeo, por gentileza. *(Pausa.)*

Só dá um descontozinho aí, Presidente, no meu tempo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu estive, Presidente, nesse final de semana, em Minas Gerais, em Pedro Leopoldo – nas suas Minas Gerais –, e fiquei impressionado, encontrando pessoas que foram roubadas. Pessoas pobres, com um salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Mais.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, mas eu vi lá, na rua, em Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... de Pedro Leopoldo.

E parte desse dinheiro, Seu João Carlos, caiu na conta de suas empresas, 24 milhões.

O senhor está tendo a oportunidade, aqui, perante o Brasil, de defender a sua vida, a sua biografia, a sua história, e o senhor está desperdiçando.

E eu quero reiterar uma pergunta que foi feita pelo Deputado Marcel van Hattem: o senhor se arrepende de ter deixado... Porque o Palombo, esse contador, aqui, coincidentemente é seu contador, mais de várias empresas que participaram dessa roubalheira. Alguém lhe apresentou isso aqui. Alguém lhe apresentou esse contador.

O senhor se arrepende de ter aceito essa sugestão, de ter recebido esses R\$24 milhões, que o senhor não está justificando para onde veio?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Jamais eu fui conivente a essas fraudes, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não foi conivente?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Não fui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E esses 24 milhões vieram de onde?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Direito ao silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Há?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o senhor está dizendo que não foi conivente... Então, os 24 milhões, que vieram dessas entidades, o senhor não gostaria de se manifestar...

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... ter a oportunidade de justificar?

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu estive, agora, no final de semana, na cidade de Juscimeira, em Mato Grosso. Festa da Jabuticaba. Fiquei impressionado, lá, com a beleza, 75 anos alguns pés de jabuticaba, uma festa realmente.

Mas, por incrível que pareça, o assunto que estava dominando lá, entre as pessoas que estavam lá colhendo jabuticaba, naquela festa, era a CPI daqui do INSS, para o senhor ver o alcance que está tendo – e Juscimeira é um pequeno município do Estado de Mato Grosso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que isso está tendo tanto alcance? Por mais que o Governo tente tapar o sol com a peneira, por mais que o Governo tente hoje, aqui, fazer uma defesa da AGU, sem um verdadeiro batalhão para tentar fazer essa cortina de fumaça... Mas a grande verdade é que: a realidade se impõe, os fatos se atropelam; e, no fundo, o aposentado só sabe que tungaram o dinheiro dele.

E essa prática não é de hoje, essa prática é muito antiga, era feita... A gente já repetiu isso aqui, mas é preciso fazê-lo sempre: isso aí vem de muito tempo. Esses tentáculos do PT não utilizavam tanto esse expediente, porque eles tinham garantida por lei essa tungagem.

Eu cresci... Minha primeira carteira assinada, nobre Relator, foi com 13 anos de idade, e um dia nosso por ano, um dia de trabalho de um servente de pedreiro era tirado, para essa gente fazer *show*, pagar *show* dos apaniguados deles. Era e foi assim que eles abasteciam e abasteceram os cofres do PT por muito tempo.

Esses tentáculos se estenderam, fortaleceram-se, mas chegou a um determinado momento em que isso foi cortado. E eles não conseguiram voltar, começaram a buscar meios de se subsidiarem, e aí ressuscitaram uma coisa que já tinha sido feita em 2010. Porque a Contag foi um escândalo, saiu na *Folha*, no *Estadão*, de São Paulo, saiu na grande imprensa, mas abafaram e ficou tudo tranquilo.

O que é que ocorre? Eles, com a língua seca, estavam bastante tempo sem... Já tinha dois anos de Temer, mais o tempo do Governo Bolsonaro. Quando o Lula entrou, ficou parecendo aquele sujeito que está no deserto e, de repente, acha um oásis com um pouco d'água. Chegou a sair pelos ouvidos o tanto que se refestelaram.

E aí eu vejo toda hora aqui uma provocação: "Por que o AGU, por que o Ministro André Mendonça não fez, por que o fulano não devolveu o dinheiro?". Ora, não devolveu porque não tinha sido roubado ainda. "Por que que não fez tal coisa?". Porque não tinha acontecido ainda; não existe pré-crime.

Agora, é muito importante saber que o Governo Jair Bolsonaro, já no início... Tanto é, que esse grupo de trabalho do Ministério Público Federal é aberto logo em abril de 2019. Nesse período, foram cassadas permissões de descontos; houve um olhar, uma lupa muito forte da defensoria, da CGU, da AGU em relação a isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é importante saber que aliados de longa data, operadores de longa data, com ligação muito intrínseca com o Partido dos Trabalhadores, estavam impregnados dentro...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... dessa estrutura.

Nós vimos aí, no lugar onde o João Carlos está sentado, alguém falar com muita arrogância: "Eu me orgulho de ser esquerda, de ter um lado" e tudo. Pois é.

E esse rapaz, Stefanutto, que está preso por causa desta CP – senão não tinha tido nem uma denúncia – , ele disse muito bem e ele fez parte da transição. Então, essa gente hoje tenta fazer uma blindagem aqui, mas, infelizmente, infelizmente, eu não desejo mal a ninguém, as digitais do atual CGU estão ali, estão ali e não sei como é que eles vão sair dessa, apesar da retórica feita aqui. A CPI já prestou um serviço grande à população brasileira.

Conversando com o Sr. Dorvalino, de Nova Xavantina, lá no Mato Grosso, ele contando que a esposa morreu e, daí a pouco, aconteceu a mesma coisa que está acontecendo com todos os aposentados, porque ele herdou a aposentadoria, os descontos. Então, é no Brasil inteiro e por isso que a CPI é assunto do boteco, da igreja, da maçonaria, de todo lugar onde se reúne o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu começo a minha fala com um assunto que está aqui estampado na estatal brasileira de comunicação, G1: "Empresa de secretário nacional do PT recebeu R\$ 11,1 milhões de intermediárias de associações que fraudaram aposentadorias do INSS. Demonstrações financeiras ainda apontam que empresa tem a receber R\$ 6,7 milhões dessas intermediárias". E aqui vem dizendo as intermediárias e que, juntas, já descontaram dos beneficiários do INSS 493 milhões em quase três anos.

Eu venho solicitar a essa Presidência, Sr. Presidente, se seria possível suspender esses repasses de 6,7 milhões à empresa desse secretário, já que ele – e eu já quero parabenizar a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe técnica desta Comissão –, que é o Sr. Ricardo Bimbo Troccoli, que ele já, através de cruzamento de dados, já vai ser ouvido aqui, tem requerimento para ouvir esse senhor. E eu gostaria muito que uma solicitação partisse, se for possível, da Presidência, que esse repasse possa ser suspenso.

Em relação ao Sr. João, o senhor tem muita coragem, coragem de não responder, de se manter em silêncio, jogar sua reputação no lixo, ser chamado de alfaiate do INSS, manter-se calado e sob o risco de ser preso, como já foi falado aqui pelo nosso nobre Relator. Proteger quem que o senhor está protegendo? A si mesmo é até plausível, os outros "*golden boys*", vale a pena? Quem o senhor está querendo proteger protegeria o senhor? São perguntas que eu quero deixar para o senhor refletir, porque as perguntas que eu tinha para fazer, os colegas já repetiram, já fizeram e o senhor se manteve calado.

Outra coisa que eu quero falar rapidamente aqui...

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Escutei muito sobre blindagem, blindagem, blindagem, principalmente para o lado dos Deputados vermelhos. Blindagem quem faz é o que se diz pai dos pobres, quando aciona o "Supremo puxadinho" para fazer com que as pessoas cheguem aqui com *habeas corpus* e fiquem calados. Isso é blindagem. Se ele fosse pai dos pobres mesmo, eu queria que ele pegasse dois desafios aqui. O primeiro desafio: libera essa blindagem para que todos, todos, inclusive o falso Frei Chico, seu irmão, venha falar aqui; e segundo, que se some a essa Presidência e suspenda o pagamento por seis meses do desconto das parcelas dos empréstimos, seis meses, velhinho não vai pagar empréstimo até a auditoria acontecer, até a faxina acontecer e a sujeira baixar.

Então, é este desafio que eu faço ao Líder do Governo e aos pais dos pobres: que suspenda o desconto das folhas de INSS não só de idosos, velhinhos, mas das crianças e dos bebês de colo, porque é uma vergonha que no Brasil se nasce, completa um mês e ganha já uma dívida até 12 anos de idade de empréstimo, e a criança não sabe nem o que é dinheiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a lista de oradores, pergunto ao Relator Alfredo Gaspar se há alguma observação.
(Pausa.)

Pergunto ao Sr. João Carlos Camargo se gostaria de fazer alguma complementação.

O SR. JOÃO CARLOS CAMARGO JÚNIOR (Para depor.) – Gostaria de agradecer a toda a Mesa, a todos os Parlamentares pelo tempo de vocês, e tenho fé em Deus de que eu vou provar minha inocência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A oitiva está encerrada.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E a sessão suspensa por 15 minutos até a troca de depoentes.

(Suspensa às 17 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está reaberta.

Oitiva da Sra. Cecília Rodrigues Mota, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB).

Requerimentos: 52, Senador Izalci Lucas; 352, Deputado Beto Pereira; 403, Senador Carlos Viana; 448, Deputado Beto Pereira; 590, Deputado Luiz Lima; 601, Deputado Rogério Correia; 766, Deputado Alencar Santana; 870, Senador Fabiano Contarato; 938, Deputado Duarte Jr.; e 958, Deputado Sidney Leite.

Solicito à Secretaria que conduza a Sra. Cecília Rodrigues Mota até a mesa da Presidência.
(Pausa.)

A CPMI foi notificada da decisão em Habeas Corpus nº 264.483, do Ministro Flávio Dino, com o seguinte dispositivo:

[...] defiro parcialmente a liminar para assegurar à paciente, em sua inquirição perante a CPMI do INSS: a) o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas potencialmente incriminatórias a ela dirigidas; b) o direito à assistência plena por advogado durante o ato, frisando que este profissional não pode ser alvo de humilhações ou indevidos cerceamentos, sem prejuízo das atribuições regimentais do Presidente da CPI quanto à condução dos trabalhos; e c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Dentre os pedidos formulados pela defesa constava, abro aspas – vou ler aqui o que foi colocado e levado ao Supremo:

[...] seja garantido o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação, cabendo pontuar que, na condição de testemunha em que fora convocada, fica assegurado à própria depoente, em conjunto com sua defesa técnica, definir as perguntas que possam eventualmente lhe causar risco de autoincriminação. Esse pedido não foi deferido de forma integral. O juízo sobre o que é ou não autoincriminatório não compete apenas à defesa, mas pode e deve ser exercido por esta Comissão, em linha com outros precedentes do Supremo.

A depoente é obrigada a responder tudo que não seja autoincriminatório e esse juízo não é apenas da defesa.

Passo agora à leitura do termo de compromisso da depoente.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Exa., pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Exa., senhora.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Boa tarde, boa tarde a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – A gente não vai assinar o termo de compromisso. O *habeas corpus* é expresso aqui em especificar que a convocação, ainda que formalmente na qualidade de testemunha, se insere em uma dinâmica investigativa que pode expô-la à produção forçada de prova contra si própria, situação que justifica a incidência das garantias constitucionais inerentes à condição material de investigada, notadamente os direitos ao silêncio e à não autoincriminação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Isso é o primeiro motivo. Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente, Doutora. Por gentileza.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Além disso, o *habeas corpus* é muito claro, a decisão é muito clara em dizer que ela tem o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício do direito ao silêncio e do direito à assistência plena a advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – E tem mais dois pontos que eu gostaria de acrescentar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – É que, a primeira coisa: muito embora a convocação seja na qualidade de testemunha, própria notícia do Senado, publicada na página do Senado, em 2 de setembro de 2025, dá conta de que esta CPMI pediu a prisão da depoente, não foi aceito, né? Então, mais um motivo para a gente insistir no direito à não autoincriminação.

E, por fim, a depoente está investigada aqui por fatos relacionados ao exercício da advocacia. De acordo com o art. 26 do Código de Ética, ela tem o dever de silêncio e, inclusive, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – e aqui eu cito como exemplo o RHC 179805 –, o próprio advogado não está exonerado do seu dever de silêncio, né? Do seu dever de sigilo. Então, como esses fatos são relacionados à advocacia, a gente pede que ela não assine o termo de compromisso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Terminou, Doutora?

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, primeiramente, no *habeas corpus* que V. Exa. encaminhou...V. Sa. encaminhou ao Supremo, não foi pedido o direito de não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer o termo de compromisso. Portanto, não foi deferido pelo Ministro, uma vez que ele não foi provocado.

Segundo ponto: todos os pontos citados por V. Sa., inclusive na questão da advocacia, a nosso ver, não são pertinentes porque ela está aqui respondendo como presidente de duas associações, não pela função profissional dela como advogada. No caso, a defesa será feita pela senhora, Dra. Ilana. Mas eu quero, também, cientificar a Dra. Cecília que, naturalmente, sabe até mais do que eu, que, mesmo não fazendo o termo de compromisso, V. Sa. está obrigada a falar a verdade nesta Comissão.

Então, eu vou ler o termo. Se a senhora quiser não concordar, a senhora diz que não concorda.

Passo, agora, à leitura do termo de compromisso da depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha – porque é assim que a senhora foi convocada e é dessa forma que o Ministro Dino reconheceu sua presença aqui –, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Boa tarde a todos. É... tá ligado? Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Exmo. Sr. Relator, Exmos. Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, e demais senhores presentes. (*Pausa.*)

Não, eu não vou assinar o termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutora, a senhora é Presidente de uma associação e também, como disse a sua advogada, a senhora também é advogada. Uma advogada que não presta um termo de falar a verdade?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Veja, eu quero esclarecer que eu vou ler aqui algumas coisas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar o tempo à senhora. Então a senhora não vai ler? Pois não.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando início à nossa ordem de abertura, passo a palavra...

Primeiro, Dra. Ilana, uma gentileza que vou pedir à senhora e que tenho pedido a todos os advogados: em algum momento, se houver qualquer tipo de fala que a senhora considera ofensiva, se dirija, por favor, a esta Presidência, para a gente evitar a discussão desnecessária com Parlamentares, como nós já tivemos aqui. Peço essa gentileza.

A senhora poderá também interromper a sessão a qualquer tempo e hora, para que possa orientar a Sra. Cecília, ou mesmo por questões particulares.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Inclusive, eu até gostaria de pedir um pouco de paciência desta Comissão, porque, como eu estou gestante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... eu eventualmente vou pedir alguns momentos de suspensão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... até porque a gente está aqui aguardando o depoimento há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Damos os parabéns pela gestação...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e pedindo a Deus que abençoe...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Amém.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... desde já a criança com muita saúde e felicidade.

Eu passo a palavra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente, só porque... Só para entender, nós vamos ter agora mais um depoimento de alguém que é advogado e que não vai prestar aí a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela só não responde nas perguntas incriminatórias, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nas perguntas incriminatórias, ela tem o direito ao silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O compromisso com a verdade, então não vai prestar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas isso independe, porque, mesmo não fazendo compromisso, por ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com todos os poderes atribuídos a ela, ela terá de responder a verdade.

Ela poderá manter-se em silêncio naquilo que ela entender como autoincriminatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu digo porque eu sou do Estado do Ceará, mesmo estado da depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Acho que da advogada também, não sei.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Sim, sou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E quero dizer que o nosso estado está acompanhando com muita atenção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... esta sessão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nosso abraço aos cearenses, né? Passo a palavra à Sra. Cecília Rodrigues Mota para a apresentação inicial dela, por favor.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Sim, pois não.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Meu nome é Cecília Rodrigues Mota. Nasci em Fortaleza, capital do Ceará, Advogada formada pela Universidade Federal do Ceará, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, e compareço hoje, perante esta Comissão, com respeito, serenidade e plena consciência da responsabilidade desse ato.

Agradeço a oportunidade dessa fala inicial.

Como é de conhecimento desta Comissão, há um inquérito policial em andamento, no qual ainda não fui ouvida e ao qual não tive acesso completo. Por isso, preciso resguardar meu direito de defesa e evitar quaisquer declarações que possam interferir no curso regular das investigações. Compareço hoje porque fui convocada e, estando aqui, manifesto o respeito devido ao trabalho desta Comissão.

No entanto, justamente para não prejudicar o curso das investigações policiais, após essa manifestação inicial, farei uso do direito constitucional ao silêncio, conforme me foi assegurado por decisão do Exmo. Ministro Flávio Dino.

Nos últimos dois meses, fui colocada no centro de uma espiral de especulações e de conclusões precipitadas. Vivemos um tempo em que infelizmente a presunção de inocência vem corroída pela opinião pública. Antes éramos inocentes até prova em contrário. Hoje, muitas vezes, somos culpados até que consigamos provar o contrário.

É isso que se agrava quando, como agora, se cria uma personagem simples para ocupar o papel de bode expiatório. Vale ressaltar que, na história humana, sempre que a complexidade assusta, elege-se um alvo único. Da mitologia grega ao Antigo Testamento, essa é uma prática conhecida. E é assim que, em vários momentos, senti que tentaram me colocar.

É por isso que preciso reafirmar, de forma clara, que a narrativa que circula na imprensa não corresponde à realidade. A primeira inverdade que circulou foi que eu estaria foragida. Isso não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sustenta. Meu endereço sempre esteve atualizado nos sistemas oficiais do Governo Federal. Nunca me escondi. Apenas me preservei diante da exploração midiática. Qualquer autoridade sempre pôde me localizar pelos registros oficiais. Chamar de foragida alguém cujo endereço consta no GOV é evidentemente um contrassenso.

Passo, então, a explicar quem eu sou e o que efetivamente fiz ao longo da minha trajetória profissional. Sou advogada. Minha carreira sempre foi voltada à proteção de grupos vulneráveis, como mulheres vítimas de violência, crianças na linha de extrema pobreza, sem acesso à alimentação ou à prática de esportes, em especial aos idosos, aposentados e pensionistas.

Como Presidente de entidades que fui, como profissional jurídica, minha atuação sempre esteve concentrada na defesa contra os abusos bancários, cláusulas lesivas, contratos irregulares e práticas que prejudicam os idosos.

E aqui faço um destaque importante, do qual me orgulho. Ao longo da minha trajetória, fui uma das vozes jurídicas que mais atuaram contra o uso irresponsável da Reserva de Margem Consignável, a chamada RMC. Muitos aposentados eram levados a acreditar que a RMC era um benefício, quando, na verdade, se transformava em um mecanismo perigoso de superendividamento. A RMC separa um percentual, geralmente até de 5% do benefício, permitindo a contratação de novos créditos, especialmente cartões consignados. Na prática, isso driblava a margem consignável tradicional e empurrava o idoso para dívidas impagáveis. Combati firmemente este abuso: entrei com mais de 3 mil ações, esclareci aos associados, confrontei bancos e financeiras, sempre defendendo que o aposentado tinha o direito à subsistência, à informação clara e ao crédito responsável. Minha atuação nessa área está registrada em centenas de processos e decisões judiciais.

Sobre os períodos de Presidência.

Presidi a ABSP, hoje denominada Aapen, entre os anos de 2018 e 2022, período em que estruturamos atendimentos, ampliamos capacidade jurídica e fortalecemos a representação dos associados com ações nos temas citados.

Também presidi a AAPB, entre 2019 e, aproximadamente, 2020, e faço aqui um esclarecimento essencial: nesse período não havia ACT vigente, portanto qualquer tentativa de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vincular minha Presidência à existência de ACT naquela época é simplesmente incorreta. E eu não sou Presidente dessa associação AAPB – só para esclarecer.

Após deixar essas funções, passei a dedicar-me exclusivamente à advocacia associativa. Prestei serviços jurídicos como advogada a quatro entidades – Aapen, que é a antiga ABSP; Caap; AAPB e Cenap –, sempre de forma estritamente técnica, sem qualquer ingerência administrativa, gerencial ou decisória em suas rotinas internas.

Minha atuação era externa e limitada ao suporte jurídico necessário para a obtenção dos ACTs junto ao INSS, nos termos das instruções normativas aplicáveis. Não cabia a mim alimentar ou inserir dados nos sistemas da Dataprev, tampouco operacionalizar ou autorizar desconto nos benefícios dos associados.

Em relação a essas associações às quais prestei serviços jurídicos, posso afirmar, com base nas informações por mim recebidas na qualidade de advogada, que eram associações reais: ofereciam serviços como telemedicina, assistência jurídica, convênio com planos de saúde, serviços funerários e outros tipos de apoio institucional.

Desculpem.

Passo a esclarecer agora o que se refere às viagens nacionais mencionadas pela mídia: cumpre esclarecer que todas foram integralmente realizadas a trabalho. À época, eu mantinha estrutura profissional em diferentes capitais, escritório próprio em Brasília, sede administrativa em Fortaleza, unidade em São Paulo e *coworking* em Salvador. Trata-se de uma operação robusta, jamais compatível com a ideia de escritório de fachada.

Meu escritório era composto por uma equipe ampla e permanente de advogados contratados em regime de CLT, estagiários, equipe administrativa e prestadores de serviço, totalizando 34 profissionais celetistas, além de correspondentes em todo o país. Para garantir a adequada prestação dos serviços às entidades contratantes, estabeleci, ainda, parceria com outros escritórios especializados, assegurando capilaridade e atuação técnica qualificada.

A estrutura do meu escritório conta com documentação comprobatória, pagamentos de verbas salariais, encargos trabalhistas, contratos de parcerias e investimentos constantes na qualificação dos profissionais, incluindo custeios de cursos e pós-graduação, despesas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente incompatíveis com organizações fictícias. Somando-se a isso, a aquisição e manutenção de sistemas processuais avançados que permitiam o acompanhamento de mais de 40 mil processos, seja por atuação direta, seja por suporte às associações contratantes, garantindo o cumprimento de prazos e adoção de todas as medidas necessárias ao regular andamento das demandas. Todo esse aparato tinha como finalidade assegurar a plena execução das obrigações assumidas e zelar pela manutenção do Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com as exigências formais e materiais estabelecidas.

Agora eu quero falar sobre a acusação de 33 viagens internacionais. Isso é totalmente inverdade: o máximo que pode ter ocorrido dessas viagens internacionais são umas sete ou oito – no máximo – e todas podem ser verificadas pelos registros de fronteira, passagens e controles alfandegários. Os destinos, a duração e até a quantidade de bagagens constam desses sistemas oficiais.

A ideia de que todas as malas eram minhas em viagens feitas em grupo é simplesmente absurda. Mais absurdo ainda é insinuar que alguém conseguiria atravessar aeroportos internacionais carregando algo ilícito sem ser fiscalizado. Quem já viajou sabe, toda bagagem é inspecionada, rastreada e registrada. Trata-se, portanto, de alegações desconectadas da realidade, dos procedimentos internacionais de segurança e destituídas de qualquer suporte fático.

Diante desses esclarecimentos, reafirmo: toda renda que recebi veio do meu trabalho e sempre vivi com as condições que esse me proporcionou.

Pelo exposto, repito, não sou o centro de nada, não sou o epicentro, sou uma advogada que trabalhou dentro da lei e que se viu envolvida em uma tempestade de interpretações rasas e conclusões precipitadas.

Encaminharei às autoridades memoriais detalhados com documentos que comprovam cada ponto dessa fala. Aproveito para requerer o prazo de 30 dias para compilar o material e submeter a esta Comissão.

Por fim, reafirmo com total respeito à Constituição Federal e à jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, que, após essa declaração...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... exercerei o meu direito constitucional ao silêncio, em respeito à lei e em respeito ao devido processo legal.

Finalizo com a certeza de que, assim como o óleo sempre sobe à superfície da água, a verdade também emerge, por mais que tentem encobri-la. Confio que esta Comissão, analisando os documentos e os fatos, poderá ver além das narrativas.

Agradeço a atenção de todos e esta oportunidade de fala, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu peço somente à Dra. Ilana que, por gentileza, converse com a cliente porque o *habeas corpus* concedido pelo Ministro Dino é muito claro: "O direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, às perguntas potencialmente incriminatórias a ela dirigidas".

A senhora terá todo o direito de dizer que ficará em silêncio naquilo que a senhora entender que possa incriminá-la, mas, nas demais perguntas, a senhora tem a obrigação de responder para esta Comissão.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Dra. Ilana.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... a defesa entende que o direito de decidir quais são as perguntas incriminatórias é da defesa. E no *habeas corpus* está assegurado o direito de não sofrer qualquer constrangimento físico, se ela decidir exercer o direito ao silêncio e o direito à assistência de advogado, além de ter o salvo conduto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dra. Ilana...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Eu gostaria de frisar, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... que a própria decisão do Ministro Flávio Dino é expressa em dizer que, muito embora a convocação seja na qualidade de testemunha, a justificativa da convocação é uma justificativa que permite concluir por toda a incidência das garantias constitucionais inerentes à condição material de investigada.

Então, assim, a gente entende, com todo respeito a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – ... a gente entende que ela está, sim, na condição material de investigada, que compete à defesa exercer esse juízo do que é ou não autoincriminatório e que foi assegurado a ela, pela letra "c" aqui da decisão, da parte do dispositivo, o direito de não sofrer qualquer constrangimento físico ou moral decorrente do exercício do direito ao silêncio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Primeiro ponto. A decisão de se ela é testemunha ou investigada só muda quando há um proferimento de sentença por parte do Supremo, que não aconteceu. Eles reconheceram... o Ministro Dino reconheceu – corretamente, inclusive – que ela está aqui na condição de testemunha. Isso está muito claro nos autos.

Segundo ponto. Exigir que ela fale a verdade perante a lei, conforme manda a Constituição, à Comissão não é qualquer tipo de constrangimento. Ela, por estar aqui na condição de testemunha, Presidente de associação, será instada a responder às perguntas, e não há, em momento algum, no *habeas corpus*, o direito ao silêncio absoluto.

Segundo ponto. As perguntas autoincriminatórias, a senhora, da defesa, terá, mas a Advocacia do Senado entende que também poderá ser feito questionamento por parte desta Comissão.

Então, peço a colaboração de V. Exa., com todo o respeito que foi dado com esses esclarecimentos, para que oriente a Sra. Cecília Rodrigues Mota a responder às perguntas, ainda que permanecerá em silêncio. Por gentileza.

Pois não, Deputado Carlos Jordy.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Pela ordem.) – Na verdade, tem um questionamento, né?

Eu até conversava aqui, com o Senador Sergio Moro, sobre essa questão da testemunha prestar o seu compromisso, prestar o juramento.

Acredito que... não sei se isso está no Regimento, mas, como V. Exa. mesmo disse, como se trata de uma CPMI, e é uma Comissão que tem os poderes investigativos que, inclusive, são conferidos paralelamente, analogicamente, ao inquérito policial...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – ... na verdade, não seria necessário ela prestar esse juramento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – ... prestar esse compromisso.

Então, ela já está automaticamente prestando o compromisso, por se tratar dessa CPMI. Então, somente para a gente então tomar isso como uma regra, de não pedir mais para ninguém prestar o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, é um procedimento necessário, Excelência.

Agora, mesmo que...

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – Mas, se ela não vai prestar o compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ela está cientificada do assunto. Está no Código de Processo Penal. Ela está cientificada de que ela tem que falar a verdade aqui nesta Comissão, e que o não falar a verdade enseja, inclusive, no crime de calar a verdade. Isso eu tenho certeza que está muito claro aqui nas nossas palavras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A defesa tem um posicionamento, tem naturalmente a sua condição de colocar aqui o que entende, mas esta Comissão também tem o seu posicionamento muito firme em relação à necessidade de ser respeitada nos questionamentos que forem colocados pelos Parlamentares.

Vamos...

Relator, por gentileza. O senhor com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos para a segunda etapa desta longa sessão.

Já saudei a todos; faltava a depoente e sua advogada.

Sra. Cecília, a senhora fez, há poucos instantes, uma leitura muito importante sobre a sua trajetória de vida. Olha, a senhora disse outra coisa: "Eita, imprensa danada; eita, imprensa para antecipar fatos!". A senhora disse, com todas as letras, que a imprensa noticiou fatos que não são verdadeiros.

Pois bem. De um lado, está a senhora; no meio, estamos nós, Parlamentares; e ali, do outro lado, está a imprensa. E só uma pessoa pode esclarecer essas dúvidas – E em qual oportunidade? Agora! –: a senhora.

Lá nos tribunais, a senhora terá a oportunidade de esclarecer juridicamente.

Para aquelas câmeras, para o povo brasileiro, a hora é agora.

A senhora é uma pessoa elegante; está aqui, cabeça erguida, é a hora do povo brasileiro saber a verdade. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente.

Essa imprensa, que a senhora diz que lhe acusa injustamente, publicou dois veículos chamados Mustang. Eles são elétricos. Cada veículo desse custa R\$350 mil ou mais.

Pergunta que eu faço, simples: ganhando R\$7 mil, ex-servidora do INSS comprou Mustang de 903 mil. Vou para a primeira pergunta: a senhora é ex-servidora do INSS, por favor?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. E por que a senhora recebe uma pensão do INSS?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Porque meu pai, Excelência... Acho que até 1990 havia esse direito de a filha solteira receber esse direito, então é o que acontece. Isso é uma pensão, e não ex-servidora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está vendo por que a Previdência não aguenta? A Previdência não aguenta. Porque uma advogada de sucesso como ela recebe uma pensão porque o pai dela foi servidor e ela era solteira em relação à lei. Então...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, mas se me permite.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Meu pai... Isso aí não é segurado. Isso aí é outro tipo de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ele era funcionário, então essa pensão vem daí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele era funcionário de onde?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas ele não é um segurado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, então, quem escreveu ex-servidora do INSS, uma pequena correção. Agora vamos desmentir o resto, que é muito importante a gente desmentir o resto.

A senhora comprou dois Mustangs recentemente, ou há um ano, há dois anos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência, mas eu quero lhe dizer o seguinte...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Esse dinheiro veio de onde? O meu escritório de advocacia é outra história, não tem nada a ver com quem recebe R\$7 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, olha, a senhora não sabe como está sendo importante a senhora esclarecer os fatos.

O primeiro fato que a senhora esclareceu é que a senhora não é servidora do INSS. Recebe uma pensão – filha solteira, 1990, uma regra – e a senhora, mesmo tendo trabalho, profissão, tendo essa capacidade, a senhora recebe porque era um direito. E os Mustangs, 903 mil, ela comprou porque o dinheiro é da profissão dela. Para mim, isso é muito claro.

Em 2020 – vamos para 2020 –, qual era o carro que a senhora tinha?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu não me recordo, mas provavelmente não estava no meu nome, ou estava no nome do marido ou algo assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou lembrar a senhora. Em 2020, o carro que a senhora tinha era um Ford Ka, valor R\$59 mil.

Então, dizendo à senhora, nós temos um intervalo até 2020 e, apesar do seu bom gosto, o carro que a senhora possuía, pelo menos declarado, era um Ford Ka. Em 2023, 2024, nós passamos para dois Mustangs.

"Oh, Alfredo, por que isso é importante?" Porque isso faz parte de uma linha temporal.

Passa aqui.

Olha, eu nem queria botar, mas achei as fotos bonitas. Paris, Lisboa, Dubai.

A senhora disse que, nessa questão de viagens, houve um aumento de descrições na quantidade de viagens. Eu ia fazer uma pergunta à senhora: nos últimos cinco anos, a senhora visitou quantas vezes Lisboa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é que visitei, Excelência, talvez passei por lá fazendo conexões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não lembra?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Umas três, quatro vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três, quatro vezes?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Isso deve estar no meu passaporte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Paris?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também, do mesmo jeito, mas eram destinos para onde eu já viajava antigamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes a senhora foi a Dubai?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Uma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, qual é o problema de alguém que trabalha viajar? Eu, se pudesse, eu só vivia viajando. Viajar, vamos ser sinceros, é bom. O que eu quero saber da senhora, mas a gente vai saber mais adiante, é se o dinheiro dessas viagens foi dinheiro lícito.

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É simplesmente isso. A senhora... Passa aqui, por favor. A senhora sabe dizer se, nessas viagens, em algum momento, a senhora foi acompanhada de alguém além da sua família próxima? Nas viagens internacionais.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu vou ficar, exercer o direito de silêncio nisso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Olha, vamos fazer... Tem muitas perguntas, a gente vai ter tempo de ir e voltar. Vamos fazer uma perspectiva.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2022, para destinos domésticos, a depoente viajou nove vezes; em 2023, 15; mas, em 2024, para destino doméstico, pulou para 88. Qual a importância disso? Volto a falar, é a linha do tempo.

Passa aqui, por favor.

Destino. O maior destino dela foi a residência, 38 vezes, em 2024; 28, Brasília; 21, São Paulo; 87 vezes que houve esses destinos.

De novo, repete. Saiu de 9 e 15, para 87 em 2024.

Passa aí, por favor.

Aqui é a mesma coisa, basicamente. Vamos para outro, mas eu vou mostrar uma tabela aqui que é bem interessante. Nessa tabela, coincidem os voos da depoente com o principal operador do esquema criminoso, chamado Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS. Coincidem os dias dos voos, e o destino ou a partida.

Eu pergunto: a senhora conhece o Careca do INSS?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora esteve alguma vez com ele?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que ela está respondendo. Olha, olha o que é coincidência da vida.

Tudo isso aqui é Brasília, tudo isso na mesma data.

Passa. (*Pausa.*)

Tudo na mesma data.

Passa.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – O mesmo voo? Voo igual?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Mesmo voo?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa. Não.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Não. Voo diferente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Passa.

Tem uma lista muito maior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode ser que tenha, eu nem prestei atenção a esse detalhe.

Então, você veja, há uma coincidência da vida. Muitas vezes chegaram em Brasília no mesmo dia. Então, a gente não pode fazer prejulgamento antecipado.

Estamos falando aqui de quatro entidades. Essas quatro entidades roubaram do povo brasileiro mais sofrido, aposentado e pensionista, R\$747 milhões.

A senhora confirma que foi Presidente da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora confirma que é conselheira ou foi da CAAP?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Conselheira eu não sei, não lembro. Se fui, não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O nome da senhora está como conselheira fiscal e também como advogada.

A senhora foi Presidente da Aapen?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora possui procuração da Cenap?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. E a senhora praticamente tinha dito isso aqui.

A senhora poderia me dizer se a sede da Aapen e a sede da AAPB eram no mesmo endereço?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Posso responder. Não eram. Inclusive, eu posso até apresentar isso aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Tudo que a senhora disser a gente vai precisar depois que a senhora diga.

A senhora poderia me dizer se tem alguém da sua família que faz ou fez parte de alguma dessas entidades?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – No passado, não me recordo, fizeram. Duas irmãs falecidas até.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – As suas irmãs – que Deus as tenha – fizeram parte de qual ou quais entidades aqui?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Que eu me lembre, da Aapen, que à época era a ABSP.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi na época que a senhora era Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aí, por favor. *(Pausa.)*

A senhora tem o escritório de advocacia Cecília Rodrigues Mota?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem mais alguém sócio com a senhora?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, mas já teve.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até perguntar à senhora: qual foi o ano em que a senhora adquiriu a capacidade de advogar?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Quando eu tirei a OAB? Excelência, faz tempo, mais de 20 anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. A senhora tem esse escritório há quanto tempo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Uns 15...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Inovy Consultoria e Soluções?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – A Inovy... Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não se recorda de ser sócia da Inovy Consultoria e Soluções?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é que eu não me recorde; eu não me lembro a época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora ainda tem essa empresa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não sei lhe responder com precisão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixe-me perguntar: qual é o serviço prestado pela Inovy?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu vou me resguardar o direito ao silêncio, porque eu precisava, realmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A Pascred Processamento de Dados... A senhora faz parte dela?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim. Eu acredito, até, que ela foi dado baixa, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o serviço prestado por ela?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – O serviço prestado por ela era de captação de pessoas para trabalhar em outras empresas – administrativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor me explique, porque eu estava pensando que o serviço prestado por ela fosse de captação de pessoas para se associarem.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a Pascred, o trabalho dela não era processamento de dados não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Processamento de dados, mas não de segurados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é... Porque olha só: processamento de dados... A senhora disse que ela fazia captação de pessoas para trabalho, seja lá o que for. Que tipo de trabalho?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Às vezes, jovens que... Outras empresas que precisavam de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E isso é processamento de dados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, de dados de pessoas, de profissionais, que eu quero dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu confesso que não entendi, mas aí a senhora vai me explicar outra coisa: quem é Igor Oliveira Freitas, sócio da senhora nessa empresa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, uma coisa tão simples de responder, um sócio da senhora...

Vai ficar chato lá para o seu estado a senhora não dizer quem é Igor Oliveira Freitas.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bom.

Passa aqui, por favor.

A senhora conhece a Maria Liduína Pereira de Oliveira?

Presidente da AAPB.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Conheço, mas não, assim, de estar no mesmo... Não tenho um total conhecimento dela. Sei que ela é a Presidente, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe perguntar... Maria Liduína Pereira é Presidente e foi ela quem concedeu à senhora procuração para advogar para a AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não me recordo, mas deve ter lá as procurações e os presidentes que assinavam.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Queria saber da senhora como é que um contratante, seu cliente, a contratou? Quem foi que apresentou à senhora a Sra. Maria Liduína Pereira, para ela lhe dar uma procuração em defesa dessa entidade?

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência...

Presidente, pela ordem. Posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Pois não, Doutora.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – É que isso se trata de informação de sigilo profissional, não é? Então, a depoente não pode responder e não vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Então, Doutora, é só orientá-la a dizer que ela não vai responder.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Não, tudo bem, é só porque isso daí, como é questão de dever do advogado, eu queria só frisar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente, a senhora só...

Quando se trata de sigilo profissional, viu, Sra. Cecília?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Cecília, como é que a Sra. Maria Liduína, Presidente da AAPB, lhe concedeu uma procuração? Quem foi que a apresentou a ela?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu prefiro ficar em silêncio, porque é um sigilo profissional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, vou aceitar o seu silêncio.

Dra. Cecília, a senhora conhece Maria Luzimar Rocha Lopes?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece.

Maria Luzimar Rocha Lopes foi Presidente da AAPB antes da senhora. Depois de Maria Luzimar, a senhora assumiu a Presidência da AAPB.

A senhora poderia me dizer quantos associados tinha a AAPB quando a senhora se elegeu Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu não me recordo. Eu teria que ter acesso às documentações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, perguntei à senhora quem era Maria Luzimar, a senhora disse que conhecia. A senhora virou Presidente.

Agora, o que eu queria mesmo saber da senhora era quem é José Lins de Alencar Neto, que sucedeu a senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu o conheço, mas o que você quer saber exatamente, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber qual é a profissão dessa pessoa, qual foi a condição, se a senhora o apoiou para ser Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acredito que era até de uma chapa contrária. Não teve o meu apoio não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não teve o seu apoio?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando José Lins de Alencar Neto teve a Presidência conquistada, a senhora tinha a procuração da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não me recordo, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, Doutora, uma pergunta tão simples dessa!

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas eu realmente não me recordo. Ainda tem a questão profissional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, isso não é sigilo profissional não.

Não, Doutora, me desculpe aí fazer tudo para não discutir com a senhora, respeitando a sua condição de gestante. A senhora poderia dizer...

É simples: ao que a senhora não quiser responder a senhora diz: "Não", "não sei", como a senhora quiser.

Durante o tempo em que José Lins de Albuquerque Alencar Neto foi Presidente da AAPB, a senhora tinha a procuração?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Infelizmente, Excelência, eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Raimunda Cunha a senhora conhece?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando ela foi Presidente, a senhora tinha a procuração?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que era um outro advogado, que eu assessorava a ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou ser bem mais direto: quais os períodos em que a senhora tinha a procuração da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu peço um prazo para lhe responder, colocar nesta Comissão, porque realmente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessas pessoas que eu citei aqui, a senhora poderia me dizer qual é a condição aparente econômica da Sra. Maria Liduína? Porque eu recebi aqui informações de ela ser credora de auxílio emergencial, algo desse tipo.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu não sei, mas o que eu posso lhe adiantar é que, para ser presidente, para participar da diretoria das associações ligadas aos ACTs do INSS, ela tem que ter a condição de segurado. Então, assim, antigamente... O senhor vai me perguntar "como você foi Presidente lá?". Porque não tinha esse critério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Eu estou perguntando à senhora é outra coisa. A senhora sabe informar se Liduína recebe, recebeu, durante um período, auxílio emergencial?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Bolsa Família ou algo do tipo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quero dizer para a senhora, porque a gente fica mais tranquilo: pode chamar de Deputado. Fica mais fácil o diálogo.

A senhora pode me dizer quem é Francisco Aurílio Saraiva?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu acho que não conheço por nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Agora vamos para a Aapen. Quem é Maria Eudenes dos Santos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que ela presidiu a associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela a substituiu na associação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Francisca da Silva de Souza?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também era Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tenho aqui uma série de informações, e, nessas informações, está sendo dito que essas duas aqui são pessoas muito simples e, na verdade, foram colocadas aí pela senhora, como laranjas.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu lhe respondo que por mim não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Passa aí, por favor.

Mota e Oliveira é da senhora?

Mota e Oliveira é da senhora?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi?

Que tipo de serviço prestava?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu teria que ver o CNPJ, porque às vezes...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... coloca assim essa questão de processamento de dados, mas não é só isso. Então, assim, eu não lembro realmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bem.

A senhora pode me dizer quem é esse sócio Igor Oliveira Freitas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu já respondi, da outra vez, que eu prefiro não responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, a senhora prefere... Foi isso que eu perguntei, foi?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É seu filho, é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Se fosse, eu diria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Highway Comércio e Serviço de Informática.

Essa Highway aqui, de todas, é uma das mais importantes, e o Igor está administrador, com 50%, e a senhora, com 50%.

Qual é o papel da Highway?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É uma empresa realmente de informática, *softwares* e fabricação de *sites*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer se essa Highway, em algum momento, produziu algum material para aquelas associações que eu citei?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Pode ter ocorrido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recorda o valor dessa prestação de serviço?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Também peço um tempo para mostrar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer se a Highway era captadora de dados de terceiros para inclusão de descontos associativos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Isso eu posso lhe precisar: não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos funcionários tem na Highway?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu também não lembro. Na época, a gente não tinha celetistas, a gente... Eram pessoas contratadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Quantas pessoas contratadas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acho que quatro ou cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatro ou cinco. Está joia.

Mercadinho Oliveira: mais uma vez o Igor divide com a senhora, aqui, a sociedade.

A senhora pode dizer se esse mercadinho ainda está aberto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acho que não. Isso aí era um sonho da minha mãe. Ela faleceu, e a gente esqueceu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, a senhora, em quase todas as empresas, tem Luiza Helena de Moura Castro como contadora.

A senhora conhece a Sra. Luiza?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela é sua contadora desde quando?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não me recordo, mas faz muitos anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas muitos anos o quê? Cinco, dez, quinze, vinte?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De 15 a 20 mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Será uma pessoa importantíssima para nós ouvirmos.

Passa aí, por favor.

Aqui tem duas associações que a senhora está diretamente vinculada a elas. Uma é a AAPB. Está aqui com 100%, representando 283 mil pessoas que foram ao INSS contestar. Dessas, 0,8 reconheceram desconto, e 99,2 não reconheceram. Ou seja... AAPB.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora é advogada da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Desculpe, Excelência. A última pergunta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a CGU fez um recorte da AAPB e mostrou que, de 283 mil filiados, 99,2 disseram que eram fraude as autorizações para descontos associativos.

O que é que eu estou perguntando à senhora? A senhora é advogada da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, a minha grande pergunta: quais os serviços prestados pela AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É o que eu já li aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu estou perguntando à senhora, a senhora responde quanto e como quiser. Quais os serviços...

Olha, ali é uma câmera, transmitindo para todo o Brasil. Tem quase 300 mil pessoas que foram contestar as autorizações. Essas pessoas estão ávidas para receberem a verdade. A senhora é advogada e já foi Presidente da AAPB.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Um tempo atrás, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um tempo atrás – eu sei –, mas, poxa, esse pessoal está querendo da senhora saber coisa simples: quais os serviços que a AAPB prestava ou presta?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Que o meu escritório prestava o serviço?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não.

A senhora disse que prestava serviço à AAPB.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ah, sim. Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, assim: se eu sou advogado de uma entidade, eu sei muito bem se aquela entidade presta algum serviço, o que é que ela faz, porque ninguém é maluco, hoje em dia, com essas ramificações de organizações criminosas, de ser advogado de uma entidade sem saber que tipo de ação ela promovia.

Agora, para os 300 mil sócios que foram ao INSS, quais os serviços que a AAPB prestou a esse pessoal?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acho que tinham vários serviços, como eu citei aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Seriam serviços funerários, não sei se eles ... Jurídicos não, mas também acho que telemedicina e clínicas eles tinham.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Clínicas, não é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já acompanhou – porque isso também é muito importante –, como advogada, a prestação desses serviços?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer quantas unidades, sem a sede, quantas filiais da AAPB tem pelo Brasil?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu me recordo que eles tinham representantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu falo espaço físico.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Físico eu acho que era só um. Eu não tenho certeza, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só uma?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, mas eu não posso dizer isso porque eu não tinha a menor gestão em relação a isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria mostrar à senhora aqui para a senhora confirmar se era nesse local que a senhora frequentava para prestar o seu...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu ia raramente às associações. Elas que vinham ao meu escritório, os representantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, pronto. Então...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas, assim, eu fazia visitas às sedes, mas não era corriqueiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me descrever, eu não vou nem mostrar, que imóvel abarcava a AAPB? Era um imóvel grande, pequeno?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Era grande, não era... Tinha andares, eu me lembro disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha andares.

E nesses andares... Quantas pessoas trabalhavam lá na AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Olha, eu acredito que umas 50, 40.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cinquenta pessoas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, fora o jurídico, prestava algum outro tipo de serviço à AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor.

A Aapen é a mesma da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É outra?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – A Aapen é a antiga ABSP.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trinta e quatro mil pessoas ingressaram na Justiça contra a Aapen. Em 21, poucas; em 22, poucas; em 23, aumentou um pouco; em 24, 1.947, e, em 2025, explodiu.

A senhora é advogada da Aapen?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora é quem está defendendo a Aapen nesses processos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – O escritório defendia em alguns.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora se recorda qual o motivo dessas ações judiciais?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu vou pedir o silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Pelo sigilo profissional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, tá. Isso é importante.

"Bora", passa.

ABSP. A ABSP é a Aapen ou é a outra?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – A ABSP atualmente é a Aapen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aapen.

A ABSP foi descredenciada em algum momento enquanto a senhora era advogada ou Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Quando eu fui Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando a senhora foi Presidente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora contratou José Idemar Ribeiro para atuar com a senhora na qualidade de Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De Presidente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a senhora Presidente...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aqui a assinatura da senhora, eu peguei em documento público.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E aqui tem José Idemar Ribeiro.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é o do escritório do Hauschild?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Está lá em cima, ó, Hauschild. Quem é Hauschild? Quem é Hauschild?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Um advogado de renome em Brasília ele é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De renome, muito bem. Passa aí... Volta.

Deixa eu dizer uma coisa à senhora: Hauschild foi Presidente do INSS, a senhora sabia?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabia que Hauschild foi chefe de gabinete do Ministro Dias Toffoli, do STF?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Esses detalhes, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, em algum momento, esteve com Hauschild?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Estive no escritório dele, quando ele não era Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, sabe qual é o interessante disso? É que o Hauschild, hoje, é sócio sabe de quem? Do Stelo. Sabe quem é Stelo? A investigação está dizendo que era através dele que se pagavam 250 mil de propina a quem? Ao Stefanutto. Olha todo mundo se encontrando. Que negócio interessante.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Relator...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O eslaide anterior é 19 mil, não é 1.900, não. É só em 24, só fazendo a correção, porque aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, foi o que eu li errado, mas quero dizer que Hauschild foi Presidente do INSS, chefe de gabinete do Ministro Toffoli – ligadíssimo a Stefanutto –; e, por sua vez, sócio de Stelo.

Quem é Stelo? Aquele de que eu falei, o elemento que está preso hoje e se levantou com o dedo em riste. Ficou aperreado, ficou aperreado, porque o Stelo é o principal suspeito de pagar a propina ao Stefanutto, que hoje não pode mais levantar o dedo, porque está na cadeia.

Então, a senhora, em 2017, teve descredenciada, ou 2018, não me recordo, a associação. Por quê? Porque, em 2020, foi feita uma investigação e essa associação de que falei aqui, a ABSP, o INSS tacou uma investigação em 2020 e tirou ela. Olha, sabe quando é que ela voltou com outro nome?

Em 2023, ela mudou de roupa e voltou para meter a mão no dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Passa aí, por favor.

Passa mais.

Mais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Epa, mais.

Mais.

Mais.

Volta então, por favor. Acho que eu me...

Volta mais, por favor.

Volta mais.

Mais.

Aí, aí... Aquela.

Olha, eu agora... A Aapen, que é a antiga ABSP, foi descredenciada em 2020, praticando sabe o que? Fraude. Foi botada para fora.

Sabe quem deu o parecerzinho para ela voltar? Imagina... Stefanutto – olha só –, que depois virou Presidente. Olha: quem foi que assinou o ACT, em 14 de julho de 23, dessa entidade criminosa? Olha, que novidade: André Fidelis. Quanto é que isso possibilitou? Roubar 280 milhões do povo mais sofrido – aposentado e pensionista.

Aí eu vou lhe perguntar, com franqueza: a senhora conhece André Fidelis?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Institucionalmente, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora trabalhou com André Fidelis... Quando eu digo trabalhou é: a senhora fez gestão, durante esse momento de assinatura do ACT, para que o INSS fizesse a assinatura com essa associação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É o sigilo da profissão – né? – de advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Aí eu digo à senhora: e por que a senhora colocou quase R\$ 4 milhões na conta do Sr. Eric Fidelis, filho do André Fidelis, após esse ACT?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu prefiro ficar em silêncio, porque isso pode...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Então, minha gente, olha que coisa bacana: o pai assina o ACT – a procuradoria especializada já tinha dito que não –; Jucimar reforma o parecer; André Fidelis mete a assinatura no ACT em 14 de julho de 23, e, como um acaso do destino, recebe mais de R\$4 milhões em vários pagamentos. Então...

Mas vamos dar o benefício da dúvida. Qual o serviço que o Sr. Eric Fidelis, que esteve aqui, advogado, prestou à senhora ou ao seu escritório?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Como tem uma investigação em curso, Excelência, eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora é uma advogada de 20 anos, uma advogada que o povo do Ceará conhece. A senhora é uma pessoa que tem um nome a zelar. Está tendo a oportunidade de esclarecer se esse dinheiro dado a Eric Fidelis, filho do Diretor do INSS, foi propina, se isso foi ou não propina.

A pergunta que eu faço de novo... A gente já viu que a ABSP com a roupagem antiga foi botada para fora do INSS. Aí eu vou voltar a uma pergunta: a senhora era a Presidente; como é que a senhora disse que não tinha ACT, se ela perdeu justamente foi o ACT na época em que a senhora era Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu falei que quem não tinha ACT era a AAPB. Aqui na fala...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, obrigado pelo esclarecimento.

Na época em que a senhora era Presidente, a sua associação foi acusada de fraude – fraude – e foi excluída do INSS. Trocou de roupa, voltou três anos depois. Quem deu a assinatura para ela voltar? Eu vou dizer à senhora: foi André Fidelis.

Depois desse ACT (Acordo de Cooperação Técnica), 14 de julho de 23, a senhora ou o seu escritório meteram mais de R\$4 milhões para o Sr. Eric Fidelis, filho do Diretor de Benefícios do INSS. A pergunta é muito simples: ou foi propina... E eu não acredito que uma pessoa como a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora, a essa altura da vida, depois de uma longa trajetória profissional, se passe a pagar propina. Qual foi o serviço que Eric Fidelis prestou à senhora ou ao seu escritório de advocacia?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Como eu não tive acesso ainda aos autos, estou respondendo a um inquérito, nem fui ouvida ainda, então eu prefiro ficar em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. E quem sou eu...?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – A única coisa que eu posso lhe dizer é que todos esses ACTs cumpriram as INs *ipsis litteris*. Isso é...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou vendo – eu estou vendo.

Doutora, eu queria saber da senhora...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ah, ele está achando que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vamos ser mais sinceros: em relação a Eric Fidelis, a senhora conhece Eric Fidelis?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, melhorou bastante.

A senhora contratou Eric Fidelis para prestar serviço ao seu escritório ou à senhora, pessoa física?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu prefiro ficar em silêncio, por conta do... É, eu vou responder no inquérito, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

Olha, se fosse uma suspeita, ainda dava para passar, mas aqui, depois da atuação do Sr. Virgílio Filho, que hoje está preso juntamente com a sua esposa, Thaisa Hoffmann, a senhora ou seu escritório passou para eles, depois dessa data, R\$680 mil. Eu pergunto à senhora: qual o serviço que a esposa do Procurador-Geral do INSS em 2024, 2023, após esse ACT, prestou? Thaisa Hoffmann Jonasson recebeu R\$630 mil da senhora ou do seu escritório.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu também vou ficar em silêncio pelo mesmo motivo da pergunta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou facilitar. Por um valor que eu não me recordo agora, mas também foi na casa dos milhares de reais, a senhora contratou um escritório chamado Xavier, da irmã do Procurador-Geral – da irmã do Procurador-Geral. Olha, esse escritório fica em Recife, a senhora mora em Fortaleza, tem filial aqui em Brasília.

A senhora já disse que conhece o Eric Fidelis, que também mora em Recife. Agora eu estou falando de outra pessoa completamente distinta, irmã do Procurador-Geral do INSS. Para a mulher que mora em Curitiba, a senhora já enviou milhares de reais. Agora para a irmã, não me lembro se é Maria Xavier, eu não me recordo agora o nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, obrigado. Maria Paula Xavier.

Por que a senhora enviou milhares de reais para a irmã do Procurador-Geral do INSS, enquanto a senhora tinha procuração de algumas das entidades?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Pelo mesmo motivo, eu não vou... Vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Maria Paula Xavier?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora contratou os serviços da Sra. Maria Paula Xavier?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, me desculpe, mas eu vou continuar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

A senhora poderia me dizer se numa dessas dezenas de viagens que a senhora fez, local, 138 pernas de voos domésticos, geralmente destino Brasília ou São Paulo. Mas, internacional, eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

botei ali só três cidades, porque eram as três mais conhecidas, mas aparece a senhora viajando... Se tem uma coisa para que a senhora tem bom gosto é carro e viagem.

Eu pergunto à senhora: Maria Paula Xavier já embarcou com a senhora para algum destino internacional?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, não. Se embarcou, eu desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desconhece. Então eu vou refazer. A senhora viajou junto com Maria Paula Xavier?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não posso lhe precisar, porque, se viajei, não encontrei, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Está bom.

A senhora conhece Maurício Camisotti?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, não, só pela mídia, igual...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Olha só, aí eu vou perguntar, a senhora conhece Virgílio Antônio, Procurador-Geral do INSS?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Institucionalmente, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A senhora conhece André Fidelis?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece José Carlos Oliveira, que foi Ministro?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Wolney Queiroz, que é Ministro?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Carlos Lupi, que foi Ministro?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, em relação a Ministro da Previdência Social, com qual... Eu citei três nomes, tem dez. Com quais Ministros a senhora esteve na Previdência Social? Em reunião de trabalho.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, eu sei, Excelência, mas estou tentando lembrar, porque eu acredito que com... Acho que com o Oliveira e o Lupi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Oliveira e o Lupi.

Qual é a sua relação com José Carlos Oliveira?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Totalmente institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Carlos Lupi?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Da mesma forma, institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em uma dessas visitas a Carlos Lupi, eu vi que a senhora esteve acompanhada do Sr. Igor Delecode. A senhora conhece Igor Delecode?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não fui com ele, não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não conhece?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Conheço ele, mas não fui com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, é porque está na lista. Pode ser equívoco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ah...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora contratou um sistema do Igor Delecrode chamado Power Bi para as entidades?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, esse tipo de serviço eu não fazia, eu não contratei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

A senhora tem alguma relação comercial com o Sr. Igor Delecrode?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu prefiro permanecer em silêncio por conta do inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o contador Mauro Palombo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Rubens Costa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Domingos de Sávio Castro?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Rubens Costa... Desculpa, como é o nome do filho... Romeu, filho do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o Careca do INSS?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, a não ser pela mídia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A não ser pela mídia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora já disse aqui que não conhece o Careca do INSS; a senhora já disse que não conhece outras pessoas citadas; aí eu vou colocar aqui... Eu queria aquele eslaide do Igor ou do Felipe.

A senhora conhece Felipe Macedo Gomes?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Anderson Vasconcelos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Américo Monte?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Branco Garcia?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, a senhora conhece Felipe, Anderson e Américo; conhece o Igor, quatro.

Mauro Palombo Concilio? Não. A senhora não conhece o Careca?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não conhece Maurício Camisotti, mas aí a senhora conhece o André Fidelis e conhece o Virgílio.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Jucimar Fonseca?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece a Dra. Ingrid?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Posso conhecer, mas não assim... não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Stefanutto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Rolim?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Qual dos Rolim... Meu Deus, esse nome não me é estranho... *(Pausa.)*

Não tem o primeiro nome?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Leonardo Rolim, é? *(Pausa.)*

Leonardo Rolim.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas no INSS eu posso dizer que a senhora conhece Stefanutto, José Carlos Oliveira, André Fidelis...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Jucimar Fonseca e Virgílio.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é isso?

A senhora conhece Alexandre Guimarães?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu posso conhecer, mas não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De cabeça...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... não está.

Alessandro Roosevelt?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece?

Não... É esse aqui.

Deixe eu dizer: a senhora já confirmou aqui que Cenap... a senhora é advogada, certo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cenap.

Tiago Araújo quem é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Trabalhava no meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalhava no seu escritório?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Importante.

AAPB. A senhora foi Presidente da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Fui Presidente da AAPB, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O Mauro Palombo Concílio é contador do Igor. A senhora sabe dizer qual foi o momento em que a senhora se encontrou com Américo Monte, Anderson Vasconcelos, Igor Delecrode e Felipe Macedo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou perguntando isso para a senhora...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aham.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... porque aqui está um esquema em que o Igor Delecrode montou para fraudar dados associativos. E, nesse esquema aqui, as entidades de que a senhora foi Presidente ou advogada, todas utilizaram a mesma. Aí, posso dizer à senhora,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a senhora pode estar de boa-fé, se a senhora não explica eu não consigo entender. E o povo também não. Essas entidades todinhas juntando aqui tiraram mais de R\$1,5 bilhão de aposentados e pensionistas. E o que une todos vocês aqui é o Igor Delecode.

A senhora já está dizendo que não contratou. Tudo bem. A senhora o conheceu onde?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu já respondi a V. Exa. que prefiro ficar em silêncio por conta de que eu não tive todo acesso às provas, etc.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sendo muito sincero, Doutora: o que é que prejudica uma pergunta de onde a senhora conhece Igor Delecode? O que é que isso prejudica? Realmente eu não consigo entender.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, na dúvida, eu prefiro...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ (*Fora do microfone.*) – Direito de defesa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo.

Passa aí, por favor.

Igor Dias Delecode. A senhora... Deixe-me ver onde é que a gente pode lhe ver...

Aasap, a senhora é advogada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ABCB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De maneira alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez na ABCB, na Master Prev, na Anddap, na Aasap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, não... A não ser que eu fui em algum escritório que era de alguma delas, mas não na associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece Carlos Roberto Lopes, da Conafer?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, então a gente já tira a senhora do núcleo da Conafer, tira a senhora do núcleo da Ambec, porque a senhora disse que não conhece nem Camisotti, nem Careca.

Tira disso aqui e volta para aquele outro.

Qual a sua relação com a Deputada Federal Maria Perpétua, é? Do Ceará?

Maria Gorete? (*Pausa.*)

Maria Gorete. Qual é a sua relação com a Sra. Maria Gorete, que foi Deputada, Vereadora, Deputada Estadual?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu assessorei ela nas eleições...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer se essa senhora, que foi Parlamentar... Ela hoje não está com mandato, não é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não está.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vi que recentemente houve uma procuração para ela resolver a questão do ACT de uma daquelas entidades. Foi a senhora que concedeu a procuração?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não, porque eu não fazia parte da administração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe que ela atuou junto ao INSS para a feitura, para a concretização do ACT com as entidades? A senhora sabe?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu prefiro não responder a essa pergunta também, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora passou quanto tempo assessorando a Deputada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Talvez um ano e meio ou menos disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a senhora que apresentou a essa Deputada as associações?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De maneira alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi ela que apresentou à senhora essas associações?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Enquanto a senhora estava presidindo duas dessas associações, a Deputada ia às associações, exercia alguma função...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... lhe ajudava?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu posso dizer que a participação da Deputada, buscando a formalização dos ACTs, nada tem a ver com a sua participação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Gestão... Com a minha gestão, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A senhora ainda mantém contato com essa Deputada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Outra coisa que tem em comum, que eu queria dizer à senhora...

Volta lá para a data dos ACTs.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem a consequência. É isso aqui, olha. Quero dizer para a senhora que aqui o que tem em comum é que muitos presidentes, antes e após a senhora ter passagem, recebiam Bolsa Família, eram pessoas muito simples, eram pessoas que não tinham capacidade gerencial de assumir as funções. E o interessante é que a senhora está antes ou depois dessas pessoas, em algum momento dessa sucessão de fatos.

Antes de ir para as outras perguntas, eu quero mostrar uma coisa à senhora.

Ali, volta lá.

Cecília Rodrigues Mota, a senhora pode me dizer quem é Laurentius...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Janes Slegers. Quem é essa pessoa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Slegers.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é essa pessoa? Quem é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Laurentius Johannes Slegers.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele é padre, é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, foi meu companheiro. Ele é ex-padre, foi meu companheiro por 18 anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a senhora que tirou ele da igreja? (*Risos.*)

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não sou mula sem cabeça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntei, porque isso é menos um pecado na vida, né? (*Risos.*)

Mas deixe eu lhe dizer, esse rapaz aqui tem quantos anos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Atualmente ele já tem uns noventa e alguma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, ele tem capacidade...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É holandês...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele tem capacidade de lhe remeter esse recurso aqui, R\$247 mil?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Teve, talvez porque teve uma ação judicial que ele ganhou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... teve várias coisas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Aapen, aquela que eu falei que foi expulsa do INSS por fraude, depois Jucimar, Fidelis e companhia, Virgílio, reabilitaram ela; aí a senhora, não sei por qual motivo, mandou 630 mil para a Thaisa Hoffman, mandou outros milhares de reais para aquela irmã do Virgílio e mandou mais de 4 milhões para o filho do Diretor de Benefícios; mandou R\$1,280 milhão para a senhora. A pergunta: ela tem um ACT e recebeu 200 milhões, isso foi serviço advocatício?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, da Aapen, para deixar bem claro, a senhora recebeu 1,280 milhão de serviço advocatício. Bacana.

Agora, quem é Rayama Belmonte Riella?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Rayama eu só conheço, mas eu também prefiro ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, a senhora trabalha para burro, porque foram 35 mil reclamações, recebeu 1,280 milhão da Aapen, mas a senhora, pessoa física, mandou 2 milhões, quase 3 milhões para Rayama.

Qual foi o serviço que ela prestou à senhora?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu vou responder no inquérito também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, essa pessoa é uma pessoa muito simples, recebeu Bolsa Família, foi porteira, até um dia desses vivia de menos de um salário mínimo. A gente está querendo ver a boa-fé da senhora. Essa moça aqui, Rayama Belmonte Riella, ela já viajou com a senhora alguma vez?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

Ela trabalhou na sua casa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalhou no seu escritório?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi o serviço que ela prestou à senhora para a senhora mandar quase 3 milhões para ela?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É o que eu estou falando para V. Exa., que eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, quando a gente paga uma conta um pouquinho mais salgada a gente passa o resto da vida lembrando por que pagou e a quem pagou. À Rayama, quase R\$3 milhões.

Aí a senhora também pagou 1,241 milhão a Charles Goes Freitas. Quem é Charles Goes Freitas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Se chega a tudo isso... Ele é meu companheiro atual.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora passou para ele quase R\$1,250 milhão. O Charles trabalha com o quê?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ele trabalhava comigo, ainda trabalha comigo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mardonio Uchoa Freitas quem é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também é alguém que trabalhou comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que... A Mota & Oliveira, a senhora é sócia?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, como eu falei a V. Exa., eu fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi sócia. Qual é a lógica? É porque, assim, a lógica que eu vejo é lavagem de dinheiro, mas, olhando para a senhora, eu não acredito, aí eu tenho que perguntar.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Hum-hum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora manda 265 e recebe quase a mesma quantia.

Qual é a lógica de você mandar e receber para uma pessoa jurídica a mesma quantia? Não é mais fácil, esse dinheiro, cada um ficar no seu canto, não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu também, Excelência, quero...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Mas o mais interessante é que a senhora movimentou quase R\$20 milhões, entre a senhora mandando oito e recebendo nove, entre a sua conta pessoa física e a Cecília Rodrigues Mota. Também não consigo entender um fluxo deste: é nove indo, nove voltando. Não era mais fácil não pagar imposto e cada um cuidar da sua vida, não?

Olha, isso aqui é tudo documento que está aí...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim. Mas, Excelência, eu quero ressaltar que, em relação aos recebimentos, não eram só de uma associação que recebia, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu falei de uma porque vou falar de outras.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber da senhora é se a senhora pode me explicar.

Se alguém me mostrasse esse gráfico sem ter direito de explicação, eu diria que a senhora está lavando um dinheiro empurrado. Mas a senhora está aqui, a senhora pode explicar. Por que vai nove e volta oito, por exemplo? Tem uma lógica nisso? Quer explicar?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu também prefiro me reservar o direito ao silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Francisca Edma Oliveira do Nascimento?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Francisca Edma? Excelência, não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora mandou 450 mil para ela. *(Pausa.)*

Mas vamos passar adiante.

José Lins de Alencar Neto, por meio da Caap Processamento de Dados, mandou para a senhora 3,5 milhões. O que é a Caap Processamento de Dados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu também prefiro responder no inquérito, eu não tive acesso a todas as provas do inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, vamos fazer uma pergunta mais simples.

Quem é José Lins de Alencar Neto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu acredito que é um dos administradores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Caap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é a Caap, Doutora?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é uma associação?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual é a sua relação com a Caap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – O meu escritório fazia até teleatendimento aos próprios associados deles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, a senhora está falando isso pela primeira vez agora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, está aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar: a senhora tem empresa de teleatendimento?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Como é o nome da sua empresa de teleatendimento?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não é que era uma empresa, era contratada. A gente contratou um robô, porque, era tanta demanda, que ele tinha que fazer uma triagem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Vamos tocar nesse assunto.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas está aqui, ó!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse assunto, Doutora, pode resolver muita coisa.

Cecília Rodrigues Mota, como advogada ou como pessoa física, contratou para teleatendimento? Vamos começar por aí. Quem foi?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a senhora pessoa física?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, pessoa física...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou foi a senhora advogada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, advogada: o escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então pronto.

Então agora a senhora... Vamos tirar Cecília física e vamos para o escritório de advocacia. Perguntei à senhora qual serviço a senhora presta. Posso até puxar as notas. Eu entendi que a senhora me disse que prestava serviços jurídicos.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi isso que eu entendi.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas isso faz parte do serviço jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, eu não sabia.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Um robô para atender as pessoas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabia, Doutora...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Então tudo bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sabia, deve ser ignorância da minha parte.

Olha, o seu escritório, então, montou uma estrutura de teleatendimento.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Para quem? A senhora montou o teleatendimento para quem?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Para os associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quais entidades?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Apenas da Caap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Vamos para cá.

Vamos voltar. Vamos voltar para a gente lembrar porque ninguém sabe mais nem quem é Caap.

Vamos voltar só um pouquinho.

Mais um pouquinho.

Não, não, mas é aquela dos ACTs. *(Pausa.)*

Pronto. Pronto. É aquela.

Caap, 10 de maio de 2022 foi o ACT, a assinatura do Dirben, Sebastião de Paula. Recebeu R\$251 milhões.

Essa entidade aqui tem a senhora como o quê?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Advogada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi que a senhora fez o contrato com a Caap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não me recordo, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem a cópia do contrato com a Caap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Temos, é tanto que eu peço 30 dias para anexar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer se, no seu contrato com a Caap, a senhora tinha taxa de inclusão de associado?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha teleatendimento?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, volta para aquela... Para aquele gráfico da Caap.

Qual o papel do teleatendimento que a senhora como advogada disponibilizou? Pode me dizer? Eu sou um associado. Vou lá no 0800 da entidade se tiver...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não era 0800. Era para tirar dúvidas jurídicas. O associado procurava a gente para tirar dúvidas jurídicas, qualquer que fosse ela. Existia esse atendimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu perguntei isso à senhora. Está aí, ó. Vou pedir para puxar. À senhora perguntei se tinha a questão de atendimento jurídico. A senhora disse "não".

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu disse que era a única que tinha atendimento jurídico.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência, pela ordem. Pela ordem, por favor. Posso falar?

É porque, no discurso dela inaugural, tem essa passagem.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, e vocês vão ter acesso.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – No discurso dela inaugural, tem essa passagem que, em relação a esses associados, ela prestava o serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu ia pedir quem responder se fosse a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A senhora orienta a cliente, Doutora. Por gentileza, Dra. Ilana.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria que pegasse a descrição da fala dela quando eu perguntei sobre consultoria jurídica.

Então, os clientes da Caap tinham o teleatendimento jurídico, é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

E a senhora fazia que tipo de prestação de serviço? Porque a senhora disse aqui que era um robô.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, o robô apenas faz uma triagem e passa para os advogados, os que estivessem de plantão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos advogados foram contratados por seu escritório para a prestação jurídica desse serviço?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eles faziam revezamento, mas, assim, celetistas, uns 20, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, fora os correspondentes em todo o país, na verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia disponibilizar a esta CPMI, por favor, o nome desses advogados, né?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o telefone de contato.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Faz parte aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.

Vamos voltar lá para aquela que a gente está.

Mais um pouco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, aquela do gráfico.

A gente já viu aqui... A senhora já esclareceu aqui dentro do... dentro do que foi possível.

Aapen Processamento de Dados. O que eu achei interessante é que tem várias empresas que têm outras atribuições e competências com o mesmo nome das associações.

A senhora é sócia da Aapen Processamento de Dados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Aapen Processamento.. Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o motivo de a senhora receber quase R\$300 mil da Aapen Processamento de Dados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acredito que é... eu acredito que essa empresa ela presta serviço para a própria Aapen tipo para fazer um pagamento, algo assim... eles usam... Eu não tenho certeza. Não posso falar porque não tenho gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor. Já passou? (*Pausa.*)

Não, volta... volta um aqui.

Performance Highway. A senhora é sócia dessa empresa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, é a mesma empresa que eu te falei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Performance Highway... A senhora é sócia junto com quem?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Atualmente eu acho que só, não sei se... não tenho certeza, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse rapaz, Laurentius, que a senhora falou que foi seu companheiro, tem 93 anos.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse rapaz virou Presidente da Assesp. Quem fundou essa associação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não me lembro, mas ele foi convidado à época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quem?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – E já faz algum tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quem? Recorda?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aí também eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse rapaz tem 93 anos, ele está lúcido, está?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Completamente lúcido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então ele tem toda condição de gerenciar uma associação, não é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Teria, mas ele passou pouco tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Relator, ele seria holandês?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É holandês.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Holandês...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É. Segundo ela, né?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É holandês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora sabe dizer por que a sua empresa mandou para ele 800 mil e recebeu de volta quase a mesma quantia?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não tenho certeza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o serviço que a Performance Highway prestou à Caap, que... A Caap recebeu mais de 250 milhões, mas mandou 3,151 milhões para a Performance, de que a senhora é a sócia única. Qual foi o serviço que a Performance prestou para a Caap para receber 3,151 milhões?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É que ela não é mais Performance, ela é Highway...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Informática.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, olhe só...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas assim, eu não geri a empresa, então, assim, eu não tenho essa precisão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora é uma empresária de sucesso, porque montar uma empresa de informática, receber em tão pouco tempo 3,151 milhões e ainda não gerir... A senhora podia me dizer quem geria? Porque esse vai ser contratado como CEO no Brasil facilmente. Quem é que geria?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acredito que os meus próprios funcionários da administração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, a senhora é um caso único de sucesso. Não sabe nem quem geria e recebeu mais de R\$3 milhões.

A Highway prestou que serviço à Caap? Por favor, descreva.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acredito que esses serviços de *software*, de questão de *sites*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora é a dona da empresa.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A empresa recebeu mais de R\$3 milhões. A senhora é advogada, tem conhecimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora poderia descrever qual tipo de serviço que a Highway presta aos seus clientes?

Se a senhora pudesse descrever, eu ficaria muito grato.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É o que eu falei, é formação de *sites*...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é isso, formação de *sites*? É fazer uma página, é?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É. E acompanhar, não é só fazer a página.

Mas, assim, eu preciso realmente desses 30 dias para lhe responder tudo, porque eu não me recordo de muita coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a Alan Aguiar Construtora Ltda. é uma empresa do Rio Grande do Sul. A senhora conhece essa empresa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Conheço a empresa, mas eu também prefiro ficar... Reservar o silêncio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, tem gente do INSS – tem gente do INSS – que é lá do Rio Grande do Sul e que está aparecendo aqui com alguns contatos.

A senhora pode dizer quem lhe indicou essa empresa aqui?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também vou lhe pedir para ficar em silêncio, porque eu não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora recebeu, através da Highway, de que a senhora é a dona, R\$4.021.000. Qual foi o serviço que a Highway prestou a senhora não quer dizer, não é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é que eu não queira dizer. Para não ser precisa, eu prefiro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí, vou contar uma novidade: a Rayama Belmonte Riella também mora em Gravataí, Rio Grande do Sul. É sócia dessa empresa. Não satisfeita em mandar 4 milhões para a sua empresa,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela pegou e mandou mais 7 milhões, perto de 7 milhões. Juntando – ela, a pessoa física, e a empresa –, foram mais de R\$11 milhões.

Poxa, o Brasil está lhe assistindo, a senhora vai voltar para o seu estado, a senhora é advogada, uma coisa tão simples de explicar: qual foi o serviço que a sua empresa, a Highway, prestou à Rayama?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Como não tenho uma precisão, eu prefiro responder no inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas nem quer dar uma luz para a gente?

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência, pela ordem. Ela já disse que não vai responder, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein, Doutora, quer dar uma luz?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Relator.

Doutora, eu vou pedir, Dra. Ilana, mais uma vez para, quando a senhora quiser se manifestar, se dirigir a essa Presidência, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora quer explicar isso da Rayama?

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência, posso me dirigir à Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sou todo ouvidos, Excelência.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Por favor. Obrigada.

Ela já respondeu várias vezes que ela vai se limitar a responder no inquérito. Então, eu gostaria que fosse respeitada essa resposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sra. Cecília, a senhora, por gentileza...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que o microfone não está...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... repita a orientação da sua advogada, por favor, para constar nos autos.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

Como eu não tive acesso ao inquérito na sua totalidade e para ser aqui imprecisa, eu prefiro juntar esses dados e responder lá. E o que eu puder passar para a CPMI eu vou passar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Além de todo esse dinheiro de que eu estou falando, para não ir muito longe, 13 milhões saíram da Performance Highway e foram para o seu escritório de advocacia. A senhora pode explicar o que é que essa transação significa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu vou realmente esclarecer no inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Aqui tinha muitos milhões de reais para perguntar à senhora, mas vou passar para outra etapa.

Olha: mulher, advogada, bem vestida, apresentável; sabe esclarecer os fatos; defendeu, pelo jeito, muita gente; está perante uma CPMI. A senhora chega aqui com uma suspeita de organização criminosa; a senhora chega aqui como uma lavadora de dinheiro, reclamando que a imprensa julga de forma antecipada. Aqui, todo mundo lhe tratando com o maior cuidado e dando a oportunidade para a senhora esclarecer fatos.

Eu vou reviver com a senhora alguns, para a gente poder ou pensar que o lugar da senhora é realmente como ré ou que a senhora está sendo injustiçada.

A senhora é advogada.

Olha, Cecília Rodrigues Mota, seu escritório mandou 700 mil para Virgílio Oliveira, através da Thaisa Jonasson.

Vou perguntar de forma direta: esses 700 mil para a esposa, para a consultoria da esposa do Procurador-Geral do INSS, foi propina?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu vou me resguardar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora mandou – eu me equivoquei –, a senhora mandou para a irmã do Sr. Virgílio, Procurador-Geral do INSS, agora, em 2023, 2024, a senhora mandou 1,128 milhão para Maria Fonseca Oliveira, através da Xavier Fonseca.

Esse 1,128 milhão foi propina para o Sr. Virgílio Oliveira Filho?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, essas perguntas realmente eu vou esclarecer no inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A Abrapps mandou 413 mil para a senhora. A senhora pode me dizer qual a sua relação com a Abrapps?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Realmente, todas essas questões financeiras, Excelência, eu prefiro responder no inquérito, até porque eu tenho que ter dados e entender algumas coisas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Caap mandou 18 milhões para a senhora. Esses 18 milhões para o seu escritório foi advocacia ou foi *telemarketing* ou foi dinheiro sujo dos aposentados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi para advocacia, com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Aapen mandou 1,691 milhão para o seu escritório.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eram todas associações que são contratantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a AAPB mandou 1,394 milhão.

Eu poderia concluir que a Caap, a Aapen e a AAPB mandaram esses mais de 20 milhões para o seu escritório pelo exercício da advocacia? É isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Performance Highway mandou para a senhora R\$13 milhões para o seu escritório. A senhora pode me dizer o motivo dessa remessa? Era ganho pessoal, e a senhora tirava do seu escritório? Como é esse fluxo financeiro?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, realmente eu preciso primeiro conversar com o contador – a contadora, no caso – e entender e me esclarecer melhor no inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe mostrei ali que a senhora se encontra com o Felipe, com o Delecrode, com o Anderson Vasconcelos, com o Américo Monte e todo mundo junto por uma empresa de TI.

A senhora mandou R\$2 milhões para a F2A Construtora, sócio: Felipe Macedo Gomes.

A senhora pode me dizer o motivo dessa remessa?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, desculpe-me, mas eu vou também responder no inquérito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi mais do que isso, mas, nesta remessa aqui, 2,4 milhões, a senhora mandou para o filho do Diretor de Benefícios do INSS.

Foi propina para o Sr. André Fidelis?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, desculpe-me também, mas eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Vamos lá, passa aí, por favor.

Passa aí.

Terminou?

Olha, Doutora, nunca chegou uma pessoa aqui para ter tantas perguntas para fazer. Mas olha: cada um desses Parlamentares está tendo que votar em um projeto antifacção e estão aqui desde cedo também, estão cansados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali deu, mais ou menos, para entender esse fluxo. Então, eu vou poupá-los de continuar as perguntas, porque a senhora adotou o silêncio, que está garantido aí no seu *habeas corpus* e é um direito da senhora.

Deixe-me lhe dizer: quando a senhora entrou aqui, a senhora me deu uma ótima impressão. Eu disse: "Que moça alinhada, que moça bem penteada, uma advogada já há 20 anos... Poxa, já tem idade de ser avó, como eu sou avô, uma pessoa que tem uma carreira para zelar, uma pessoa que defendeu tanta gente, uma pessoa que, pelo amor de Deus, onde eu vou dizer que eu cruzo com uma moça dessa, no meio da rua, e vou ter medo de correr dela por achar que ela está armada ou é uma criminosa? Onde?".

Diga-me aqui. Diga-me onde alguém, no Brasil ou no mundo, vai mudar de calçada, encontrando essa senhora numa calçada? Quem vai levantar a mão, rendendo-se, porque está com medo dessa moça? Quem é que vai fechar os vidros do carro, para não ter o celular furtado ou roubado porque encontrou essa moça?

Diga-me aí. Quem é que não receberia essa moça em casa para jantar, para conversar?

Pelo amor de Deus!

Quando a senhora entrou aqui, eu queria que todas as suspeitas fossem jogadas na lata do lixo, mas deixe-me lhe dizer: minha gente, quem vê cara não vê coração.

São milhões de reais retirados de aposentados e pensionistas. Olha, dinheiro roubado do povo sofrido brasileiro, dinheiro que permitiu luxo por conta de ganância de organizações criminosas.

Aí, minha gente, diga aí: este Brasil vai para a frente?

Essa pessoa teve oportunidades; essa pessoa podia interromper a trajetória de organizações criminosas; mas o silêncio é a resposta fatal para – pelo menos no meu coração – indicar a culpabilidade.

Olha, se uma pessoa me apertasse para dizer: "Alfredo"... Eu poderia ir preso, eu poderia pagar pena, eu poderia sofrer as consequências, mas ninguém nunca iria me acusar por eu ficar calado. Está doido!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só tenho uma vida e uma honra. Eu defendo a minha vida até a morte, mas a minha honra eu prefiro à minha vida. A vida acabou, eu tenho a minha fé, mas a minha honra eu não vou reconquistar.

Por isso, eu sinto, para dizer ao país que, olha, meteram a mão com força no dinheiro suado do povo brasileiro mais sofrido.

Teve menino novo, menino velho; teve rico, teve gente mais ou menos; teve mulher, teve homem; teve gente que acredita em Deus e teve gente que não acredita em Deus; teve de toda qualidade; mas eu, hoje, digo: lamento profundamente por sair com a imagem da senhora exatamente igual à de muitos outros que desfilarão aí.

Eu, hoje, se encontrasse a senhora numa calçada, eu mudaria...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente... Presidente, pela ordem, pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... se encontrasse a senhora num sinal, eu fecharia o vidro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Dez minutos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Digo à senhora: para mim...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a senhora é o retrato da impunidade...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e irei pedir a sua prisão.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 19 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está reaberta.

Iniciando a lista de oradores, passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, fiquei animado quando, na exposição da Cecília, eu tinha a impressão de que ela realmente iria falar tudo e esclarecer tudo. Estava muito animado. Mas fiquei triste depois, com as respostas ao Relator, porque eu sei que quem não deve não teme.

Acho que aqui é o local adequado para esclarecer as coisas, independente da questão jurídica, como disse o Relator. É uma grande oportunidade de realmente mostrar para a sociedade que V. Sa. prestou serviço e, em troca do serviço, recebeu os honorários.

Mas, ó: Cecília, você aparece aqui como dona do escritório de advocacia e também como presidente de associações que contrataram esse mesmo escritório.

Ou seja: Você, é você, em uma associação que recebe dinheiro de aposentados, contratando você mesma para receber esse dinheiro. No mínimo, parece conflito de interesse. Não acha que tem conflito de interesse nisso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, mas não teve a questão temporal aí. Eu não sou mais... faz tempo que saí da Presidência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você acha normal você presidir as associações, sair, e depois ser contratada como advogada? Será que não tinha nenhuma outra advogada, eles foram escolher você mesmo? Não há conflito de interesse?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu acredito que não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quando você saiu da Presidência, você articulou para pegar esses contratos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, e até passou uma época em que eu não tinha nem contato com essas associações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eles que a procuraram para contratá-la?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, mas sabe o que é pior? Isso é exatamente o que aconteceu em todas as associações aqui. Em todas as associações que aqui vieram e que roubaram dinheiro dos aposentados, que foram investigadas aqui, o *modus operandi* é sempre o mesmo.

Então, Cecília, você admite também que essas associações roubaram dos aposentados e que você prestou serviço, mas recebeu dinheiro roubado dos aposentados? Ou não tinha noção disso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu não posso presumir que foi roubo, até porque eu conhecia algum trabalho dessas associações em que prestei serviço. Então, elas realmente tinham serviços.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Igor, que aparece ali na apresentação do Relator, falsificou assinaturas, conseguiu, inclusive, burlar a questão da biometria através de uma cópia da identidade. E V. Sa. repassou recursos para eles.

Então, eu pergunto aqui: Cecília, você era Presidente da AAPB. Você contratou o seu escritório, ou o Presidente, ou o laranja, quem normalmente estava lá? Porque o que a gente percebe aqui é que há uma utilização muito grande de laranjas, tanto nas empresas quanto nas associações, inclusive de pessoas que eram do BPC, de pessoas que recebem um salário mínimo, como conduzindo essas associações.

Aqui, eu queria saber o seguinte: você, neste contrato com a AAPB, transferiu para você mesma R\$15,6 milhões em apenas seis meses, de maio a outubro de 2024; R\$15 milhões foram repassados para o seu escritório. Quer dizer, neste caso aqui, se concordasse, você teria feito isso como advogada? Como advogada, se você tivesse feito isso, você diria para o seu cliente explicar a sua inocência ou diria para ele ficar calado em silêncio aqui para não se comprometer? Qual é a orientação que você daria para uma advogada se cometesse exatamente isso: receber R\$15 milhões de dinheiro de aposentado e pensionista? Porque todo mundo sabe que essas instituições todas, com as pessoas que a V. Sa. conhece, desviaram milhões e milhões. Qual é a recomendação que a senhora daria para essa advogada?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu prefiro não responder.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem.

É uma pergunta especulativa. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É só ela não responder, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Fiz uma pergunta e ela responde. Se ela achar que não responde, ela diz não.

A CGU afirma, a CGU, que você fez a alteração do nome ABSP para Aapen como uma manobra para fugir de sanções administrativas por conta do nome sujo da ABSP, e, com isso, continuar usando essa associação.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, até porque eu não tinha nenhuma ingerência. Isso aí eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você era Presidente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Quando eu saí..

Como?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você era Presidente da ABSP?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Fui, mas saí da Presidência. Quem fez essa reformulação já não fui mais eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não foi na tua gestão que mudou o nome?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não me recordo se foi na minha gestão, mas assim foi...

A sugestão foi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas a ABSP foi descredenciada e seria, inclusive, punida com sanções pelo INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, foi, à época, mas há controvérsias em relação a isso. Mas, enfim...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Há controvérsias?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas foi descredenciada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi descredenciada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A CGU também constatou que 97,6% dos aposentados entrevistados disseram que não autorizaram os descontos, e 95,9% sequer eram associados e nunca nem ouviram falar em AAPB. Como foi que você teve acesso aos dados de cadastro desses aposentados que foram usados para fabricar essas filiações?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, você está falando da AAPB, eu nunca fui Presidente enquanto ela teve a ACT.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas você foi advogada; é advogada deles.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, fui advogada deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E como advogada não acompanha nada? Não sabe o que acontece na empresa? Nada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Claro, acompanhava, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Essa questão da CGU, de mostrar aqui que 97% dos aposentados disseram que não eram filiados...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, eu realmente não tinha gestão. E o que eu observo do mercado em si é que, se você liga para a pessoa para perguntar se ela conhece tal serviço, ela vai dizer que não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Noventa e nove por cento?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aí eu já não...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E desconta da remuneração dela. A pessoa ganha salário-mínimo, vai dizer...? Bem...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, pelo que eu já vi, sim. Até pessoas que contratam contratos bancários fazem isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Sa. tem experiência, né? Conhece bem o que aconteceu com os consignados também?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, mas de outras coisas, né?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nessas associações, V. Sa. acompanhou...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não só nessas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... esses processos de consignação e desconto associativo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu até expliquei que alguns...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, a senhora explicou, mas eu fiquei muito entusiasmado quando a senhora explicou, depois a senhora não respondeu mais nada, contrariando, inclusive, o que disse no início. Eu achei assim...

Agora, eu perguntaria aqui, com relação a essa questão, esses dados aí, né, porque o Igor, essas empresas de informática, usavam, falsificavam e tal para fabricar as filiações, porque é o que está dizendo aqui: 97% nem reconhecem.

No caso aqui dessas filiações, esses dados foram comprados ilegalmente de empresas de processamento de dados, como a Caap, como a Mota & Oliveira, ou a Performance Cobrança e Processamento de Dados? Essas empresas trabalhavam também com captação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Com captação não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nenhuma delas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Nenhuma delas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Essa empresa, a Performance Cobrança e Processamento de Dados, essa empresa, além de outras, repassou para o seu escritório de advocacia mais de 9 milhões apenas entre maio de 2024 e maio de 2025.

Veja bem, você preside uma associação, aí você contrata uma empresa que faz pagamentos para outra empresa que é sua e que você também administra. É, no mínimo, suspeito, para não dizer criminoso, porque que serviço jurídico justifica pagamento de quase 10 milhões vindo de uma empresa que presta serviço para você, a mesma associação que você presidiu?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas, Excelência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sabe que, se não explicar direitinho isso aí, fica parecendo que estão dividindo dinheiro roubado dos aposentados.

Se não puder explicar, se a senhora não explicar direitinho isso, a impressão que fica é que realmente esse dinheiro foi dividido, foi roubado.

Bem, por que eu falo isso?

Quer responder?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, o que eu tenho para responder é que realmente eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Recebeu 10 milhões? A senhora tem comprovação desse trabalho que foi feito para essas empresas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, sim. E essa questão aí das associações...

(Soa a campainha.)

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... está por mais de dois anos que eu saí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ixi, está acabando o tempo e tem umas dez perguntas aqui. Deixe-me falar aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, falo isso. Por que eu estou falando isso? Porque o mesmo se repete com a Sop Processamento de Dados, empresa que parece ser também responsável por inserir os arquivos de desconto do sistema Dataprev, que transferiu para você também 3 milhões e 900.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Qual o nome dessa empresa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Três milhões e 900.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, mas a empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Sop Processamento de Dados.

E tem ainda a Highway Comércio e Serviços, que investiga também lavagem de dinheiro, que transferiu 723 mil, num mês, para o seu escritório. Por que receber esse valor de uma empresa em que os sócios são acusados de fraudar inclusive as funerárias? Tem conhecimento de que realmente essas empresas usavam cadastro das funerárias e descontavam até de gente que está morta já esses descontos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não tenho esse conhecimento, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... eu tenho muitas perguntas, mas de fato o tempo está esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E é lamentável, né, mas que todos que vêm aqui ficam no silêncio, tendo a oportunidade de mostrar para o Brasil realmente o que aconteceu.

Então, agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar o senhor, o Relator, a depoente e a sua advogada.

Eu vou ser muito breve. As minhas perguntas são muito específicas porque, D. Cecília, a senhora é a dona das entidades associativas do Ceará, ao que consta. E, pelo fato de você ter sido Presidente da Aapen, da AAPB, de todos que foram colocados ali, entre 17 e 20, mas acho que essas duas eram as principais, depois, ao que consta – e é uma pergunta também que eu quero fazer, porque para mim não ficou claro –, ao que consta, e o que pareceu, é que a senhora continuou a controlar essas entidades por meio de presidentes que a senhora colocou, porque a gente viu que tinha uma senhora de 88 anos, e que são, inclusive, beneficiárias do Bolsa Família. A senhora não foi responsável pela indicação dessas pessoas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A senhora conhece essas pessoas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De maneira alguma.

Conheço, assim, as presidentes. Quando tinha a assembleia, às vezes eu era convidada, mas eu realmente não tenho nada a ver com a gestão dessas empresas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A senhora vê sentido em uma presidente de uma associação que movimentava tanto dinheiro ter 88 anos e ser beneficiária do Bolsa Família?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Deixe-me falar uma coisa para V. Exa.: esse critério não é meu, porque eu realmente não geria essas associações.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Minha pergunta, minha outra pergunta é a seguinte, porque a gente teve, dentro dessas...

Eu queria que mostrasse o mapa, por gentileza, ali.

Esse mapa que vai ser colocado ali é de uma parte do que foi levantado. O Relator já levantou bem mais coisa que isso, mas isso é uma parte. Acho que ele está cortado, eu queria pedir para subir um pouco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a minha pergunta é a seguinte. Muito foi falado das viagens internacionais, Dubai, Paris e tal; muito foi falado dos carros e tudo, mas tem duas coisas nessa história que me intrigaram muito, até porque a gente tem um mapa ali que tem os sindicatos, tem algumas empresas operadoras dentro dos 20 milhões; ali tem a parte do dinheiro que foi repassado. Então, minhas perguntas, com base naquilo ali, são as seguintes: a primeira é perguntar se a senhora tem algum padrinho político, porque, para mim, é inconcebível que alguém consiga ter tanta empresa, ter tanto vínculo, tanta ligação, sem ter o padrinho político.

Já foi falado aqui da Deputada Maria Gorete. Existe algum outro Parlamentar, além da Deputada Maria Gorete, de que a senhora seja uma afilhada, protegida? Que tem...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também não sou protegida da Maria.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, foi uma pergunta.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Por isso que eu perguntei.

E a segunda questão – e a gente pode ver claramente nesse mapa que está projetado – é que Rodrigues e Lima Advogados, sua empresa, destinou para a irmã do Virgílio, para a empresa da irmã do Virgílio e para a empresa do filho do André Fidelis, Eric Fidelis, aqueles valores. O Relator falou de 4 milhões, e não de 2,3 mi, mas teve também a questão da irmã do Virgílio. Você confirma que fez essas transferências?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu vou me manter em silêncio, porque realmente eu prefiro responder no inquérito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque isso foi no mesmo período. Foi de novembro de 23 a outubro de 24. É o mesmo período, período dos anos de 23 e 24. E eu fiquei pensando aqui: o que será que o Virgílio e o Fidelis fizeram ou deixaram de fazer no INSS para beneficiar as entidades de que a senhora era Presidente?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Que eu fui Presidente... E aí não teve nem esse "quê".

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Que você foi Presidente quando esses milhões foram repassados para eles. Eles...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Eu não fui Presidente quando esses milhões foram repassados para eles. Não sou Presidente de associação. Se você... Desculpa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pode falar.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Se V. Exa. puder vir... Eu saí da ABSP eu acho que em 2022.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – E da outra nunca tinha nem ACT.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Agora, em junho de 24, eu acho que a senhora consegue... seja como advogada ou seja como Presidente, teve aquela instrução normativa que proibia desconto associativo, precisava da biometria.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E várias entidades... Todo mundo foi suspenso, as entidades foram suspensas, mas a direção do INSS excepcionalizou o uso da biometria. A gente viu que teve a Sindnapi, que já esteve aqui, que já teve essa discussão. Mas, quando a gente lê o material da Polícia Federal e da CGU, é que, nesse mesmo escopo, a direção do INSS abriu exceção para outras entidades incluírem descontos – a questão da biometria. Entre elas, estava a AAPB, em que foram 36 mil associados pelo levantamento aqui, e a Caap, 20 mil novos associados.

Então, minha pergunta é... O teu escritório recebeu dinheiro da AAPB, da Caap, direcionou parte desse dinheiro em 2024 para o Virgílio e para o Fidelis, que são as datas ali, o.k.? É o teu escritório mandando dinheiro para eles. Então, a minha pergunta específica é: qual é a explicação para repassar 1,7mi para o Xavier Fonseca Consultoria? O teu escritório.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, Excelência, eu já até respondi essa pergunta. Eu prefiro me manter em silêncio e responder no inquérito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só para frisar: associações não têm dono. Então, assim... E atribuir a mim...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas tem quem as dirige.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não tem dono, mas tem um Presidente...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... que assina, que manda...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Concorde.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... que contrata.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas eu não sou essa pessoa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas foi essa pessoa.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Em que época?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tudo bem; mas, de qualquer maneira, mantinha o vínculo, porque recebeu milhões das associações. Continua recebendo o teu escritório.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, o escritório.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Dentro desse período de que estamos falando aqui. Então, é o período de 23 e 24. Você recebeu milhões das associações, algumas de que você foi Presidente; repassou milhões para os servidores corruptos que estão presos, então alguma explicação tem.

Agora, a minha pergunta é: qual é sua relação com José Lins de Alencar Neto? Porque vocês criaram uma empresa chamada Planos Funerários Anjos Ltda.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Comigo? Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, não tem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você conhece Francisco Joseni Camelo Parente, irmão do Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

Eu acho que o Relator já perguntou isto: agora, como você justifica o recebimento de 1 milhão na tua pessoa física, indo diretamente da Caap?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não... Eu realmente prefiro manter em silêncio, porque eu tenho que...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tudo bem.

Na sua fala, quando estavam falando dos dois Mustangs, dos carros, perguntaram do Ford Ka, você falou que esse Ford Ka era do seu marido, correto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu falei que esse podia estar no meu nome, mas eu já tive outros carros no meu nome, e outros carros que eu dirigi estavam no nome de outras pessoas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, eu acho que eu ouvi que era do seu marido.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas você chegou a falar daquela pessoa que foi seu companheiro por 18 anos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, a minha pergunta agora, de uma maneira também muito objetiva... É que eu acho que foi esse Charles, né...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... que teve o repasse de 1.241.203.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha pergunta é: você é pensionista do INSS, dentro daquela lei estatutária da filha solteira maior.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você ficou 18 anos com o companheiro e você continuou recebendo a pensão?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, porque a gente não chegou a se casar, etc.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas, assim, o ponto aqui é você estava casada, porque união estável, 18 anos, e continuou recebendo. Então, você fraudou a sua própria aposentadoria?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aposentadoria, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A sua pensão, desculpa.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você fraudou...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, porque...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você sendo casada, tendo um companheiro estável de 18 anos, você continuou recebendo uma pensão de filha solteira, sem ser solteira. Você não casou para não perder pensão. Seria isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, porque não casei por outros motivos que não cabem aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Questão de ordem, Presidente.

A CPMI informa à Previdência Militar...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, eu gostaria...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... para suspender imediatamente...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desculpa. Senadora, desculpa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Absurdo. Ela está admitindo, ela está admitindo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É por isso que eu estou fazendo a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Nesse ponto, eu queria pedir... Eu queria que voltasse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

Então, porque a gente vê que teve fraude aqui. É que normalizaram a fraude; neste país tudo é normal, né? A gente é casado ou não casa para não receber. A bandidagem, assim, é meio normalizada. Então, parece que é normal, mas isso é fraude. Eu queria realmente pedir para ser notificado o Ministério Público, que ela recebeu por 18 anos, e sei lá por quanto mais tempo, uma pensão que não deveria receber. Então, esse é o ponto um.

E queria também falar aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Dê sequência, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Estou tentando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas eu queria também falar aqui que esse 2024 foi marcado como um ano bem sombrio do roubo dos aposentados. Primeiro porque todos os números explodiram...

Eu queria pedir aqui para o colega aqui de trás, o nosso querido Malagueta Vermelha, falar um pouco mais baixo.

Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, assim, ao longo de 24, o valor dos descontos chegou a 6 bi. Então, enquanto a gente viu aqui a D. Cecília viajando pelo mundo, os funcionários corruptos do INSS, o Fidelis, o Stefanutto, o Virgílio, estavam se beneficiando das entidades, inclusive, a de que a depoente foi Presidente e advogada.

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, a gente viu muitos desbloqueios em lotes, inclusões sem biometria, mas também eu quero deixar claro que a gente viu que foi... 2024 foi marcado pela maior covardia e omissão das autoridades dessa história. A gente viu hoje, já falamos sobre isso, o Ministro da AGU, Jorge Messias, que sabia de tudo e não fez nada. A gente viu o Ministro da CGU, que também não fez nada. A gente viu uma omissão institucional e uma convivência com atitudes como, por exemplo, a da D. Cecília, que recebia uma pensão do povo brasileiro, do dinheiro público, que não poderia receber, uma vez que não era solteira. Então, forjava uma solteirice sem ser solteira.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Com licença só, eu já te devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela está terminando; aí eu passo a palavra para a senhora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu só quero deixar claro que parece que o Governo Lula e os Ministros dele não tomaram atitude, porque parece que sindicato é extensão da casa, e dinheiro roubado dos aposentados, ele finge que paga com o próprio dinheiro dos aposentados.

Então, a gente vive num país em que as pessoas normalizaram fraude, normalizaram bandidagem, e acho que a senhora, D. Cecília...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... tem muito a explicar.

Estou tentando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu fui interrompida muitas vezes.

A gente normaliza bandidagem, e acho que a senhora tem muito o que explicar com as suas ligações.

Eu vou devolver para a senhora, em respeito a senhora, porque a senhora queria falar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo está encerrado, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passo a palavra à D. Cecília para resposta ou comentário, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso, até porque teve um entrevero aqui, e eu fui interrompida três vezes – quatro, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o tempo foi dado, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Foi nada. Eu faço aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, D. Cecília.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, só queria esclarecer que a legislação não fala em união estável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu acredito que todas as oitivas que são feitas aqui, de alguma forma, contribuem para que fique mais claro para todos nós o quadro grave que se instalou no sistema previdenciário





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos anos, mas sobretudo o problema sistêmico que existe no sistema previdenciário há muitos anos.

Eu quero lembrar aos senhores que nós estamos tratando de quase R\$1 trilhão entre benefícios, entre seguridade, aposentadorias, pensões, e esses recursos tão vultosos que contemplam dezenas de milhões de brasileiros historicamente – e os dados que nos antecedem provam isso – são vítimas de esbulho, ou de tentativa de fraude, ou de fraude por parte de diversas pessoas, e normalmente pessoas incrustadas dentro do sistema previdenciário. Eu já mostrei aqui, por várias vezes, e qualquer um que nos assiste pode compulsar a internet e verificar que as fraudes contra o sistema previdenciário sempre existiram, desde 1947 – nós resgatamos aqui, inclusive, uma reportagem da época. Agora, uma diferença fulcral, essa diferença é: governos enfrentam o problema ou governos convivem com o problema.

Então, com todo respeito à Sra. Cecília – eu não vou lhe fazer indagações, Dra. Cecília –, acho que a senhora já mostrou aqui, por diversas falas, e intervenções, que vai resguardar o seu direito de não produzir prova contra si mesma, orientada pela sua advogada; responde a um inquérito e claro que vai buscar, da melhor forma possível, sair do imbróglio em que a senhora está metida.

Mas, dito isso, eu quero dizer aos senhores que a mim causa muita espécie e até uma certa indignação assistir a determinados discursos recorrentes aqui, como se o Partido dos Trabalhadores não conhecesse as palavras dilapidação do patrimônio público, fraude, esbulho, roubo ou apropriação indevida.

Nós tivemos hoje uma notícia, que começou ontem à noite, num jornal que, para quem não estava atento, surpreendeu, mas, para quem estava debruçado sobre o processo, foi mais do mesmo. Veja essa questão.

Bote a primeira, por gentileza. É essa? Acho que não... É.

"AGU exclui Contag, sindicato que tem irmão [não é o sindicato, até foi um erro da reportagem] de Lula como diretor e mais duas entidades em pedidos de bloqueios de recursos". Ah, sim: Contag, vírgula, sindicato do irmão do Lula e tal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos assistindo ao fato de que foi denunciado, que desde abril de 2024 havia informações dentro da Advocacia-Geral da União de que estavam ocorrendo desvios, tanto no consignado como no desconto associativo.

Eu já mostrei aqui: de 40 mil reclamações em 2019, foi para 1,5 milhão de reclamações em 2024, e o Governo nada fez. E qual é a diferença? Em 19, quatro entidades foram descredenciadas porque houve uma informação do Ministério Público de São Paulo de que haveria problemas nesse desconto. Em 2020, quatro foram descredenciadas e uma suspensa, pelo mesmo motivo. Em 2024, apesar de a própria Corregedoria da AGU determinar que havia o malfeito, apesar de o segundo do Ministro da AGU ter falado a respeito do tema, no sentido de que deveria ser oficiado o INSS para suspender os ACTs, nenhum ACT foi suspenso; pelo contrário, meteram o pé na jaca.

Passa para o próximo aí, por gentileza.

Quando a gente disse que há parcialidade e há uma falta de critério na maneira como o Ministro se comportou, ele imediatamente se apressou a dizer o seguinte, que as falas do INSS eram relativas ao Governo do Presidente Bolsonaro, sem fazer a investigação devida, sem ter a preocupação de mostrar imparcialidade, porque ele, a exemplo do CGU, é Ministro de Estado, apesar de ter uma indicação política, AGU e CGU. O Advogado da União é o meu advogado, de qualquer um de nós aqui, do Judiciário, do Executivo. Ele precisa, necessariamente, minimamente, parecer imparcial. Ele faz uma crítica a Nikolas. Olha que... E esse cidadão está cogitado para ir para o Supremo Tribunal Federal. Já basta, gente, de se colocarem nulidades ou pessoas que não têm compromisso com a isenção, que trabalham contra a respeitabilidade que o Judiciário precisa ter.

Passa para o próximo.

Olha a declaração: "CPMI do INSS [Presidente, por favor, queria que você prestasse atenção a essa declaração feita pelo Sr. Jorge Messias] pode atrapalhar ressarcimento de descontos, segundo Messias", ou seja, é a tentativa que o Governo fazia de não se instalar a CPMI. E ele claramente engajado num processo de esconder a verdade, de varrê-la para debaixo do tapete, de fazer uma investigação seletiva. Isso é indigno do papel de quem se propõe a ser, dizem as revistas aí, Ministro do Supremo Tribunal Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa para o próximo.

"AGU foi alertada", aí tem toda a entrevista, tem toda a reportagem a respeito do assunto, que mostra, sobejamente, que houve prevaricação. Aliás, eu estou falando aqui e fiz uma representação – e vou dar entrada amanhã ainda, na PGR –, farei uma outra ao TCU, mostrando que, pelo fato de haver inação do nosso Advogado-Geral da União, houve um prejuízo ao Erário público – ao TCU –, e à Comissão de Ética da própria Presidência da República, apesar de acreditar que vai ser um pouco inócuo, mas para mostrar a nossa indignação, que ela não pode ser apenas discurso, ela tem que ser materializada em gestos.

Passe para a próxima.

"Diálogos obtidos pelo PF mostram ordens de propina ao Presidente do INSS: "Paga o italiano". Não é só "paga o italiano": paga só o italiano. A aspa do jornal não corresponde ao que está escrito dentro do relatório.

Aliás, aqueles que nos antecederam aqui foram muito rápidos em criticar o Ministro André Mendonça. Relator, eles disseram o seguinte: que ele agiu com dois pesos, duas medidas. A Polícia Federal pediu a prisão do Sr. Stefanutto, o chefe do esquema dentro da Previdência. Pediu a prisão a Polícia Federal, porque ele disse que é deles. O Ministério Público corroborou essa afirmação. No caso do Oliveira, não! E aqui não estou defendendo ninguém, não, porque nós não temos bandidos de estimação – quem fizer alguma coisa que pague por isso. No caso do Oliveira, a Polícia Federal não pede a prisão, pede medidas cautelares. E o Ministério Público também não pede a prisão. Então o Ministro André Mendonça agiu de acordo com orientação e aconselhamento dos órgãos de investigação. Não foi usando dois pesos, duas medidas, não, como eles querem fazer crer.

Passe aí para o próximo.

Quem é Alessandro Stefanutto? A gente precisa repetir para as pessoas saberem, gente. Chefe de Assuntos Estratégicos da PGE-INSS, 2004 a 2006, Governo Lula 1; Coordenador-Geral da Procuradoria do INSS, 2006 a 2008, Governo Lula 2; Procurador-Geral do INSS, 2011 a 2017, Dilma e o finzinho de Temer, ou o início; transição em 2022, esse cidadão foi escolhido pessoalmente pelo Presidente Lula para fazer a transição: "Você tem a minha confiança para fazer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a transição e formular as ações que vão ser implementadas na Previdência em 2023 e em diante". E ele estava ao lado da Tonia Galleti, que é filha do João Feio, ex-Presidente do Sindnapi, que é o sindicato do irmão do Lula. E também com o Ricardo Silva, que foi quem propôs ao Relator da MP – conta com o Relator da MP – se retirar a revalidação. As pedras se encontram, e fecha-se o quebra-cabeça.

E tem um episódio que eu gosto de repetir aqui, porque, olha, se reuniram em 2014, no Ministério da Previdência Social: um era chefe do gabinete, outro era o procurador, outro era o Presidente do INSS. E aí está, André Fidelis preso, Virgílio preso e o outro preso também.

Passe aí, por favor.

Os afrouxamentos da INSS: INSS libera 34 mil descontos. Começou o desconto em lote. Quando? Stefanutto.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mudou a forma como eram celebradas os ACTs, permitindo que não passassem para a Diretoria de Benefícios. Quem fez isso? Stefanutto e André Fidelis.

"INSS dispensou a exigência de biometria para o sindicato do irmão de Lula". Quem fez isso? Stefanutto.

E por fim, quando a solução tecnológica foi dada pela Dataprev, em meados de setembro de 2024, ou julho... Isso não sou eu que estou dizendo, não, é uma declaração do atual Presidente da Dataprev, em entrevista à *Folha de S.Paulo*. Foi orientado por quem? Pelo Sr. Stefanutto, para não implementar a biometria, Sr. Relator.

Passe.

"[...] pede suspensão de descontos do INSS e indenização a aposentados.

"[...] Alessandro Stefanutto, afirmou ao *Metrópoles* que 'recebeu a intimação para a ação civil pública [...]".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quem fez isso em 2024? Justamente o Sr. Jorge Messias, que já estava defendendo o Stefanutto para continuar as irregularidades e não estava tomando providências que o próprio sistema ou os seus próprios procuradores mandavam tomar, que era a suspensão dos ACTs. Ele estava defendendo a continuidade! Daí, claramente...

"INSS e entidades suspeitas de fraude travam auditoria do TCU". Não sou eu que estou dizendo, gente.

Eu tenho mais cinco minutos, Sr. Presidente. Pediria que aplicasse meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, V. Exa. vai usar o tempo da Liderança?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, mais cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Então, vejam que a prevaricação é evidente, está clara.

Passa aí para o próximo, por gentileza.

No tempo do Sr. Stefanutto, que é claramente o cérebro desse processo dentro do INSS, ou seja, ele é o funcionário graduado que está lá desde 2004, que esteve ao longo do tempo ao lado do Sr. Gabas, que era o cérebro do processo, que cooptou outros funcionários, que recebeu uma mesada de R\$250 mil e, literalmente, lavou o dinheiro numa pizzaria... Olha que piada pronta. Lavou o dinheiro que recebeu do INSS numa pizzaria. Queria transformar a vida dos aposentados em pizza, literalmente, em *offshore*. E olha os dados deles. Veja o que é que aconteceu no período em que esse cidadão foi o Presidente do INSS. Quase 1 ano e 9 meses, teve 5,4 milhões no período que foi estabelecido pelo Presidente e pelo Relator, de 2015 para cá. Em 1 ano e 9 meses, quase 54%, desses dez anos, o valor mensal arrecadado sobe geometricamente quase cinco vezes, a média mensal sobe três vezes. O Sr. Stefanutto realmente é um campeão, um campeão de roubo, de falcatura e de malversação de recursos públicos e merece um prêmio, que é a cadeia.

Passe para o próximo, por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Entidades relatam abordagem de advogado em nome do presidente do INSS." Isso aqui... Isso aqui é outra piada pronta, que tem que ser investigada. Então, entidades sindicais falaram à imprensa – está aí relatado – que o Chefe de Gabinete do Ministro, do gabinete do Ministro da Previdência Social, o Sr. Marcelo de Oliveira Panella, cobrava, junto com Gilmar Stelo, esse que foi alvo, inclusive, de uma busca e apreensão no Rio Grande do Sul, R\$5 milhões pela realização de ACTs, além de 200 mil por mês para manter o contrato.

Senhores, nós estamos diante de uma verdadeira barbaridade perpetrada contra aposentados por uma quadrilha incrustada dentro do nosso sistema de previdência social há muitos anos. O que aconteceu? Aconteceu que, de repente, eles encontraram uma barreira. E eles lutaram arduamente para desfazer a barreira, que foi o Presidente Bolsonaro, que começa o seu Governo na contramão dos outros governos, iniciando, combatendo fraudes. Está aí a MP 871. E quem foi que se contrapôs a essa MP, gente? Estão, lá nos *Anais* da Casa, tanto na Câmara como no Senado da República, discursos, pronunciamentos, mobilizações, emendas contrárias ao processo. E, ao final, votaram contra a MP 871, que combatia as fraudes das formas mais diversas no sistema. O PT e seus aliados, o Partido dos Trabalhadores e seus aliados, sob o argumento de que isso fragilizaria o sistema sindical, a república sindical pelega que foi armada no Brasil, votaram contra e trabalharam contra arduamente.

Eu mostrei aqui anteriormente, inclusive, a questão do padrão que se repete quando termina o período entre outubro e dezembro de 2022, que é justamente quando se conhece o resultado da eleição. Esses bandidos incrustados dentro do INSS começam a fazer empresas, empresas que foram contempladas com milhões de reais em 23, 24 e 25. Isso aconteceu com a esposa do Sr. Virgílio; isso aconteceu com o Sr. Alessandro Roosevelt; isso aconteceu com aquele que nos antecedeu aqui – o alfaiate, o cabeleireiro, como é? –, o alfaiate que esteve aqui, o Sr. Camargo; isso aconteceu com o Sr. Fidelis; isso aconteceu com o Sr. Antônio Camilo.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Todos eles como um padrão que se repetiu como um mantra. Aliás, nós estamos diante da Sra. Cecília, como estivemos diante aqui do Camisotti, ou do que foi alcunhado aqui como *golden boys*. Aliás, quem fala de *golden boys* esquece de dizer – e fala de ovo da serpente –: "Ah, o problema são os ACTs"; dos quatro ACTs,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

três assinados no Governo do Lula; dos R\$699 milhões recepcionados, 1 milhão no Governo do Presidente Bolsonaro, 698 milhões no Governo do Lula.

Olha, gente, são fatos tão inquestionáveis, tão claros, tão evidentes, tão cristalinos, que me espanta a repetição do mantra, mas nós temos que dizer o seguinte: eles são soldados aguerridos e determinados a repetir um chavão. A mentira repetida mil vezes se torna verdadeira. Nós estamos escutando essa litania aqui à exaustão, mas a população não está engolindo, a sociedade não está entendendo, a sociedade sabe que o padrão e que o DNA do roubo, da malversação de recursos é do Partido dos Trabalhadores.

Eu espero, Sr. Presidente, que nós possamos chegar ao fim, principalmente na próxima semana, quando V. Exa. vai colocar em votação requerimentos, e que o Governo aqui representado saia do discurso e venha para a prática, deixe de blindar bandido e vote conosco para quebrar essa blindagem e sabermos de fato quem roubou o INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Paulo Pimenta, V. Exa. vai fazer uso do tempo da Liderança também, Excelência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele já usou, Sr. Presidente. Ele já usou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. já usou? Ah, pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu usei no outro depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Usei no outro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É a mesma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente... Só um pouquinho, tá? Só um pouquinho. Eu tenho uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu tenho direito ao tempo de liderança, a outro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, é uma sessão só.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k. Está bom. Então, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, a oposição quer enganar a quem, Presidente? O discurso falacioso, mentiroso da oposição foi destruído nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, contra a falsa narrativa e as mentiras da oposição, nós mostramos provas, documentos, e contra fatos e documentos não há argumentos.

E eu vou mais uma vez aqui provar aos senhores e às senhoras e às pessoas que nos acompanham, através de documentos, a responsabilidade do Governo Bolsonaro e de seus cúmplices em tudo o que aconteceu. E vou usar, inclusive, Sr. Presidente, o caso da Sra. Cecília Rodrigues Mota, porque ele é um caso curioso, para que a gente possa observar o que eu estou aqui explicando.

A Sra. Cecília é uma pessoa muito poderosa, Presidente, uma pessoa muito influente, uma pessoa muito rica, uma pessoa milionária.

Aliás, é curioso, porque eu não sabia que... milionária, mesmo assim continuou recebendo aposentadoria, fingindo que era filha solteira. Isso revela um pouco também, infelizmente, com todo o respeito, mas do caráter da pessoa.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Por favor, Excelência, eu queria pedir que não fossem feitos juízos de valor em relação à minha cliente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está anotado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolve o meu tempo, por favor, Presidente. Devolve o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado.

Presidente, vamos lá.

Sra. Cecília Rodrigues Mota, por gentileza...

Vejam os senhores e as senhoras quando que ela recebe o primeiro ACT: 2017, Sr. Presidente – 2017 –, foi uma das primeiras instituições junto com a Conafer, está lá a assinatura dela, Cecília Rodrigues Mota, abril de 2017. E aí, Presidente, o que acontece? No dia 12/11/2019, a fiscalização do INSS percebe que há alguma coisa errada: aumento exponencial do número de associados, 885% – 885% – de aumento do número de associados. E aí é identificada essa irregularidade pelos servidores, no dia 12/12/2019, documento, não é narrativa, não são conversas nem palavras ao vento, como usa o Líder da Oposição, e é encaminhada para a Sra. Márcia Eliza de Souza, então Diretora de Benefícios, o relatório das irregularidades que foram detectadas na entidade representada pela Sra. Cecília.

Aí o que é dito aqui? Ela não é uma entidade de aposentados e aposentadas, ela é uma entidade de servidores públicos; portanto, ela não tem direito a ter esse ACT. E aí, Presidente, quando, no dia 14/12, a Sra. Márcia Eliza faz esse relatório, no dia 10 de fevereiro de 2020, é rescindido o ACT – é rescindido o ACT da Sra. Cecília. E sabe o que acontece, Sr. Presidente? Dois dias depois, a Sra. Márcia Eliza é exonerada. Dois dias depois que a Sra. Márcia Eliza assinou a rescisão do ACT da Cecília Mota, Governo Bolsonaro, ela foi exonerada. Botaram para a rua. Veja a força dessa pessoa, Sr. Presidente. Ela conseguiu que fosse exonerada a Diretora de Benefícios, porque teve a audácia desta pessoa que era muito próxima ao esquema da cúpula do Governo Bolsonaro, ela foi exonerada.

E, veja bem, é tão grande a força dela, Sr. Presidente, que o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, no dia 08/10, tira da Diretoria de Benefícios a competência para firmar ACTs. Tira, Sr. Presidente! E, logo em seguida, o Bolsonaro, o Onyx e o Paulo Guedes assinam o famoso Decreto 10.537. E aí, está enganado o Líder do Governo... o Líder da Oposição... Os "*golden boys*" surgiram





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por conta deste decreto. Foi aqui que o Governo Bolsonaro permitiu que as entidades fantasmas pudessem começar a roubar aposentados, aposentadas. E esse decreto também permitiu que eles roubassem de pensionistas.

Coloca lá no quadro, por favor. Coloca lá no quadro, por favor.

Vejam bem, isso é Governo Bolsonaro. Olha lá, o Procurador-Geral era o Virgílio; Diretor de Benefícios, Zé Carlos Oliveira; Diretor de integridade, Alexandre Guimarães; Divisão de Consignação, Jucimar; Jobson; Geovani; e o Fidelis, Sr. Presidente, que não aparecia ali, era uma figura-chave.

E ele, Sr. Presidente, que não aparecia ali, era uma figura-chave, porque o Fidelis era superintendente do Norte e Centro-Oeste, mas olha que curioso, quando a D. Cecília entra com um pedido de outra entidade, a APB (Associação dos Aposentados e Pensionistas), no dia 20 de janeiro de 2021, portanto, no Governo Bolsonaro, quem foi chamado para ser o analista do pedido dela, convocado para vir a Brasília? André Fidelis – André Fidelis! –, convocado pelo time de Bolsonaro, ele estava lá na superintendência. Que curioso, foi o Fidelis que veio. E quem assinou o ACT logo em seguida, Sr. Presidente, no dia 24/8/2021? José Carlos Oliveira – José Carlos Oliveira.

Então vejam, senhores e senhoras, todos os personagens estão aqui: Bolsonaro, Paulo Guedes, Onyx, José Carlos Oliveira, Fidelis, Virgílio, Jucimar – com todos eles a D. Cecília tem relação. E aí, Presidente, coloca lá, olha lá, Presidente: R\$749 milhões, R\$749 milhões as entidades das relações da Sra. Cecília Rodrigues Mota movimentaram. Aí ela chega aqui e diz assim: "Não, mas a Presidenta não sou eu, é uma pessoa de 88 anos". Alguém aqui vai acreditar que essas pessoas que ela colocou de Presidente das entidades, Sr. Presidente, conheciam o Fidelis, conheciam o Virgílio, conheciam o José Carlos Oliveira, que foram essas senhoras de 88 anos que vieram a Brasília para negociar a publicação do decreto, a liberação dos ACTs? A Sra. Cecília viaja para o exterior, Dubai, Paris, como quem vai para o seu estado, movimenta milhões de reais, tem uma vida nababesca com o dinheiro roubado, Sr. Presidente, o dinheiro que falta para pensionista comprar o remédio. Ela não gostou quando eu falei, mas vou repetir: como é que pode uma pessoa que rouba centenas de milhões, R\$749 milhões, ainda se dar ao trabalho de enganar a previdência e mentir que é solteira para continuar ganhando pensão. Não era o suficiente roubar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

749 milhões dos aposentados e aposentadas, ainda precisava roubar um pouquinho mais fingindo que era solteira, omitindo que tinha união estável! Veja a ganância, Sr. Presidente!

Agora, isso aqui foi Governo de quem? Onde que a Sra. Cecília construiu esse império? Com que relações? Todas elas durante o Governo Bolsonaro. Nenhuma, nenhuma, Sr. Presidente, nenhuma dessas mudanças, nenhum desses documentos data do período do Governo do Presidente Lula. Sem o decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Ônix...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nada disso seria possível. Não existiriam os "golden boys", não existiria a Sra. milionária Cecília Rodrigues Mota.

Então, Presidente, não adiantam narrativas falaciosas que não são baseadas em provas, em documentos, porque o povo brasileiro já entendeu.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Estado brasileiro foi tomado de assalto por uma quadrilha de bandidos que ficaram bilionários roubando aposentados, aposentados e pensionistas, e o povo brasileiro já entendeu que essa quadrilha só virou o que virou porque ela teve cúmplices dentro do INSS e que foram colocados lá durante o período do Governo Bolsonaro.

Isso que eu estou dizendo não é narrativa; isso é prova, isso é documento, isso são fatos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, cada dia que eu passo aqui nesta Comissão, eu fico indignado, não com o trabalho que nela vem sendo realizado, mas pelos fatos que são revelados aqui, a todo instante, para nós. Fico também muito revoltado, às vezes, com a montanha de mentiras que nós somos obrigados a ouvir aqui.

Vou ler uma manchete do G1, 5/7/2023, só para lembrar às pessoas: "Lula troca comando do INSS e nomeia Alessandro Stefanutto para a Presidência do órgão".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo Stefanutto que era afiliado ao PSB, que depois se filiou ao PDT, que foi nomeado pelo Lula e que esteve aqui, bradando inclusive, que politicamente ele tinha lado, confrontando os Parlamentares, todo arrogante, como se fosse um técnico. E o que os fatos sob investigação estão revelando, nós já sabíamos naquela data, mas isso foi ainda mais confirmado, que era um ladrão, e ladrão da pior espécie, ladrão de aposentado, ladrão de pensionista, ladrão das pessoas mais vulneráveis.

Agora, não vamos inverter os fatos. Quem o colocou na Presidência do INSS se chama Luiz Inácio Lula da Silva, e ele até recebeu o apelido de "Italiano". Tem até um paralelo com o que a gente viu no passado, no escândalo da Petrobras.

E fomos informados, na decisão da preventiva, dos indicativos de que ele recebia um mensalão. E ele recebeu um mensalão quando? Recebeu um mensalão durante o Governo Lula, R\$250 mil por mês.

Então, é muita cara de pau vir aqui e defender o Governo Lula, que nomeou o ladrão-mor, pelo menos dentro do INSS.

Certamente, tem mais gente fora, tem que se aprofundar a investigação, mas negar a condição de um dos principais ladrões do INSS ao Sr. Stefanutto e negar que ele foi nomeado pelo Lula Presidente do INSS é uma montanha de mentiras.

Quero aqui destacar também o caso da Sra. Cecília.

Eu nem vou perguntar muito, Sra. Cecília, porque a senhora não consegue nem explicar por que o escritório de advocacia que a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... pagou 1,7 milhão ao Xavier Fonseca Consultoria. A senhora não consegue responder. E todo mundo sabe aqui que é suborno, propina, que a senhora estava pagando ao Procurador-Chefe do INSS, o Virgílio.

Então, assim, eu não vou ficar fazendo perguntas para a senhora ficar aqui mentindo, ficar enganando as pessoas.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Excelência, pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Lamentavelmente...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, eu estou falando, não estou lhe dando a palavra não.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Não, eu sei, mas eu estou me dirigindo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela pode fazer interferência e pedir à Presidência.

Vou apenas pedir a V. Exa. não prejudicar, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, eu estou julgando, porque ela não consegue responder por que ela pagou 1,7 milhão...

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... à Xavier Fonseca, que é suborno para o Virgílio – ou não é. Ela que explique o que é esse valor pago.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutora.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, a depoente já esclareceu aqui, diversas vezes, que vai esclarecer no inquérito, no momento oportuno. Quem tem que julgar ou não isso não é o Senador Moro, que já deixou de ser juiz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutora, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é um deboche... Esclarecer um esclarecimento...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutora...

Não, só um instante. Só um instantinho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, eu vou pedir a V. Exa. que sempre se dirija a mim, por gentileza, nisso, e também que não faça prejulgamentos ou posicionamento aos Parlamentares.

Reponha dois minutos ao Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu vou votar o relatório final eu vou fazer um julgamento, uma conexão dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não sou o juiz que vai condenar a Sra. Cecília, outro juiz vai fazer isso, mas fica evidente aqui, pelos fatos, Sr. Presidente – aqui a gente não pode dourar a pílula nem para a senhora Cecília, nem para a advogada dela –, que ela pagou, e ela não consegue explicar a esta Comissão, 1,7 milhão à Xavier Fonseca Consultoria, que é empresa da irmã do Virgílio Oliveira.

Mais um mensalão pago a um funcionário altamente graduado do INSS, nomeado Procurador-Geral do INSS no Governo Lula.

Aliás, os pagamentos aqui foram entre 11 de 2023 a outubro de 2024. Quem era o Presidente? O Presidente Lula. Propina, paga durante o Governo Lula.

Temos aqui também – que a senhora Cecília não consegue explicar – 2,3 milhões pagos, entre novembro de 2023 e outubro de 2024, a Eric Fidelis, coincidentemente, filho do Sr. André Fidelis, Diretor-Geral de Benefícios.

Então, o que a gente tem aqui é um quadro muito claro de pagamento de suborno a altos funcionários do INSS pela Sra. Cecília, pela empresa dela. E, em vez de ela dar alguma explicação...

Tudo bem, pode ficar em silêncio, mas não adianta negar as evidências que estão aqui muito claras, que se juntam com todos esses elementos, e eu não sei mais quem recebeu suborno e propina aqui, porque o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, destacou lá diversos pagamentos que a senhora ou suas empresas fizeram a pessoas que aparentam ser laranjas, que aparentam não ter nenhuma justificativa de causalista para fazer esses pagamentos.

Então, assim, eu tenho que confessar, Presidente – mas eu não vou usar todo o meu tempo –: eu venho aqui e fico indignado com a facilidade com que foram roubados aposentados, com a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilidade com que foram roubados pensionistas, aos milhões, e também roubados aí bilhões de reais. E esse dinheiro sendo utilizado para pagar mesada de propina.

A gente já viu isso no passado, na ação penal julgada lá pelo Joaquim Barbosa, só que o suborno era direcionado a Parlamentares federais, e, agora, a gente vê esse grande esquema.

Eu espero que a gente consiga identificar todos aqueles que receberam propina durante esse período.

Se teve gente que recebeu no Governo anterior, ótimo, que seja identificado e que sejam presos, que paguem por esses crimes. Agora, negar que, durante o Governo Lula, foi colocada, na posição de comando do INSS, uma quadrilha, e que, durante o Governo Lula, essa quadrilha recebeu um mensalão dessas associações – dinheiro roubado de aposentados e pensionistas – e que houve essa grande escalada do volume desses roubos, aí é querer brincar com os fatos, é querer negar o que está já evidenciado.

Lamentavelmente, Sra. Cecília, a senhora se corrompeu, a senhora pagou o suborno, a senhora se locupletou, e eu espero que a senhora encontre a justiça que a senhora merece e seja devidamente punida por esses fatos, porque, nesta Comissão, já ficou claro que ninguém vai aliviar para a senhora, nem mesmo o Governo.

O Governo, a base do Governo, tentou até aliviar aqui, lá atrás, para o Stefanutto. Os fatos, depois, mostraram que esse foi um movimento desastrado, porque as evidências contra ele foram cada vez mais se afirmando, mas o que a gente viu aqui, nesta Comissão, é que nem eles vão buscar poupar a senhora de qualquer maneira. Então, sugiro que, lá no inquérito, a senhora busque esclarecer os fatos, busque lá fazer uma colaboração.

Agora, eu não vou perguntar para a senhora se a senhora não respondeu a essas duas básicas perguntas, mas dou a última chance aí para a senhora.

O que são esses pagamentos que a empresa da senhora fez de 1,7 milhões a Xavier Fonseca e de 2,3 milhões a Eric Fidelis?

Se a senhora me responder e me apontar uma causa lícita, eu peço até desculpas para a senhora, mas eu tenho certeza de que a senhora não vai fazer isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não vou fazer isso porque já coloquei que vou falar, me manifestar, no inquérito. E não é questão de eu não saber, de eu não saber explicar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, é que a causa não é lícita. Vamos ser francos. A causa não é lícita.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não é essa a questão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A senhora não tem a dever? A não ser que a senhora vá produzir documento falso.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E, aí, vai seguir o mesmo caminho dos outros que foram presos.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aí você já está pressupondo, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, eu pressuponho aqui que a senhora corrompeu funcionários do INSS e que a senhora merece ser condenada criminalmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputado Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, estou um pouco rouca já.

Fica difícil a participação nossa, porque nós queremos que as coisas sejam esclarecidas, e eu estou, assim, abismada de ver que os depoentes... Não sei se eles estão tomando algum remedinho, fazendo algum treinamento, antes de chegar aqui, porque eles se mantêm de um jeito, assim, apático, desdenhando do povo brasileiro. Perguntam, não responde, não lembra, não faz...

Mas eu quero fazer uma pergunta que me encafifou, Senador.

Eu sou mulher. Toda vez que eu viajo com duas malas, eu volto com mais uma. Mas a depoente, em uma das viagens... Essa é a informação que eu tenho aqui do relatório da Polícia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. A senhora viajou, em uma das suas viagens para Dubai, que hoje é considerada uma região para fazer investimentos, com 31 malas.

Isso é verdade?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, pode repetir, por gentileza.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência, isso não é verdade. E deve ter o registro de que malas eram minhas.

Como é que eu viajo em grupo... Quantas malas se falou?

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Trinta e uma.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Trinta e uma malas? Isso é um absurdo!

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Indo para Dubai.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – De maneira alguma.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – As suas viagens... A sua ida a Dubai foi por qual o motivo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, foi totalmente... Foi só um passeio, com amigos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E para Paris?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Também.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Só passeio?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, e é só ver quem pagou, porque a polícia deve saber.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, mas foi a polícia que deu essa informação para a gente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas eu acho que ela está equivocada, sinceramente. Eu acho que precisa...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Eu até ia perguntar como é que a senhora conseguiu carregar 31 malas, se eu, quando viajo, não dou conta de duas.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, até eu me impressionei. E aí, por isso mesmo, na minha fala aqui, eu expliquei, porque é impossível.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A área de atuação da senhora como advogada é em qual?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, desculpa, eu não...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A sua área de atuação dentro da advocacia é qual?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É empresarial... É de direito do consumidor também.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Direito do consumidor é uma coisa importante.

Eu vi, num dos eslaides anteriores, o número de reclamação em relação aos descontos indevidos nas associações das quais a senhora presta serviço ou foi Presidente.

Qual foi a sua atuação como advogada? Quais foram as ações? Qual foi a sua defesa em relação a esses casos de denúncia? A senhora fez o acordo? Pagou as vítimas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu, não, porque...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A senhora como advogada...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu não tenho ingerência sobre as associações.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, a senhora como advogada... Eu estou falando no final do processo. Eu também sou advogada. A senhora não tem ingerência? Não, a senhora tem ingerência sim. É o advogado que faz as peças; é o advogado que faz o encaminhamento...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, mas eu estou falando...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Eu quero saber o seguinte: como advogada, tendo conhecimento do direito do consumidor, qual foi o seu papel nesses acordos, nesses processos? Eles foram finalizados? Houve o pagamento, o ressarcimento das vítimas? A senhora chegou a orientar o seu cliente de que esses excessos de reclamações não eram bons?

A senhora poderia me explicar?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, nós fizemos isso. Tinha uma controladoria do meu escritório em relação a isso.

Alguns acordos foram pagos, sim. E a questão de quando... E muitas ações nós realmente ganhamos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quantas ações, mais ou menos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não tenho aqui precisamente, mas...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Eu gostaria que a senhora encaminhasse para esta Comissão aqui...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... quais foram os processos que vocês ganharam, tá?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu falo isso aqui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Por favor.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu requeri um prazo de 30 dias para apresentar a documentação.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, eu vou dar um prazo menor, porque nós estamos chegando ao final do ano. Dia 04 de dezembro é o último período nosso aqui, deste ano, nessa primeira fase, e é importante demais a gente ter acesso a isso.

Eu gostaria de saber quais foram as pessoas que perderam a ação e as que ganharam a ação, em que momento aconteceu isso...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que a senhora informasse os processos, já que a gente mesmo pode baixar os processos, porque não é segredo de justiça.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, ele é facilmente público para nós.

Eu gostaria que a senhora encaminhasse para nós o número dos processos em que vários desses processos aconteceram, para que a gente possa ter conhecimento do que foi que deu causa de ganho para as associações e do que não deu causa de ganho. E quem já recebeu, a quem foi devolvido e a quem não foi devolvido.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas, diante de tudo isso que a senhora ouviu hoje, que a senhora foi inquirida, a senhora não tem nenhum sentimento de revolta ou de remorso de estar envolvida nessa teia que causou um prejuízo tão grande ao povo brasileiro?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Eu fico estarecida com algumas conclusões, de eu ser uma pessoa tão poderosa, como disse a Excelência aqui – que eu esqueci qual foi o Deputado –, de eu ter exonerado alguém.

Eu não conhecia nem essas pessoas a essa época a que ele se reportou. Então, assim, eu acho um absurdo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A senhora recebia os honorários mensais ou por ações?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mensais, mas, assim, se havia um número maior de ações, o escritório também era mais remunerado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Qual era o valor dos seus honorários?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Aí também eu tenho que ver, porque, assim, como eram quatro contratos, eu tenho que ver em cada um.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Qual é a média, só para a gente ter uma ideia?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu, sinceramente, assim, no momento...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Solicito a cópia dos seus contratos junto às associações.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim. Mas isso eu já coloquei à disposição. Isso eu vou trazer para cá.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, acho que não tem muito o que fazer pergunta, já foi falado bastante. Eu fico aguardando esses documentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... para que a gente tome conhecimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado à senhora.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, cumprimentando-o pela sua condução exemplar sempre.

Cumprimento aqui a Sra. Cecília, a Sra. Ilana. E, Sra. Cecília...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu tenho uma filha chamada Cecília e sou do Ceará. Temos aí algumas convergências nesse aspecto.

Agora tem uma... Eu não vou absolutamente colocar nenhuma música aqui, como alguns colegas fizeram, mas tem uma canção... Porque o que está acontecendo aqui me deixa, como cidadão cearense da Terra da Luz, extremamente constrangido, porque Luiz Gonzaga já dizia:

Tenho visto tanta coisa
Nesse mundo de meu Deus
Coisas que prum cearense
Não existe explicação





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualquer pinguinho de chuva
Fazer uma inundação
Moça se vestir de cobra
E dizer que é distração
Vocês cá da capital
Me adesculpe esta expressão
No Ceará não tem disso não.

A senhora sabe do povo íntegro que nós temos no Ceará, povo de bem, trabalhador, rachado na seca. E eu entendo o seu silêncio aí. Fico triste porque a senhora é advogada, podia aqui fazer o compromisso pela verdade, mas a senhora optou. E eu digo que meu telefone não para de tocar. As pessoas lá na nossa terra, muito chateadas, e eu ando pelo interior e estou vendo as pessoas sofridas, se sentindo indignadas porque foram roubadas.

E as empresas e a senhora, na conta tanto da Highway como da Caap Processamento de Dados, a sua conta pessoal de advogados e tudo recebeu R\$27 milhões - R\$27 milhões! - nesse período. E coincidentemente, o Relator falou aí dos voos. Tudo bem, pode ser coincidência mesmo. Agora, não pode ser coincidência que a senhora tinha uma média de voos antes dessa ACT, antes desse escândalo, passar de dez a 15 viagens para 87 viagens por mês.

Aí depois foi descoberta a roubalheira do esquema do INSS, em que o Governo Lula esperou um ano e meio para agir depois do sistema de controle avisar. Aí veio o Metrôpoles, fez a matéria e as viagens começaram a cair, da senhora. Isso pode ser coincidência. Eu acho difícil.

Mas eu queria também perguntar à senhora o seguinte. A senhora fala muito em narrativa, tem narrativa, mas aqui são números. A senhora não respondeu a nenhum colega sobre esses quase 2 milhões passados para a empresa de Maria Paula Xavier, irmã do Virgílio, do INSS. E 2,5 milhões, quase, passados para o Eric Fidelis, o escritório do Eric Fidelis, que é o filho do André Fidelis, pessoa-chave nesse esquema que roubou os brasileiros. O que é que justifica – e a senhora tem a oportunidade mais uma vez, Cecília –, o que é que justifica esse dinheiro sair do seu escritório para pagar essas pessoas que estão aí enroladas até a medula? Vieram aqui, não justificaram de onde vem esse dinheiro, e a senhora manda quase 4 milhões para essas pessoas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a senhora justifica? Eles prestaram que tipo de serviço para a senhora se as empresas eram de fachada?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., é aquilo que eu já falei: há um inquérito policial, né? Eu sinceramente não me sinto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas há o inquérito policial, mas há também aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... que precisa ser respeitada.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – E por isso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Nós estamos aqui para isso.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... em respeito à Comissão que estou aqui, que apresentei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E não foi fácil achar a senhora, viu? Eu quero dizer aqui que a Secretaria... Eu fui confirmar, porque eu lembro... A senhora disse que "não, quando fui consultada...", mas eu lembro que fazia tempo que tentava a Secretaria, que é séria, daqui.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas, quando se põe o endereço no gov, Excelência?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, mas espera aí. Mas aí teve que o Presidente falar aqui publicamente para localizar. Desde o começo, o seu nome está sendo suscitado aqui para vir. Desde o começo! Nós estamos aqui há o quê? Dois meses e meio? Três meses?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Três meses. Então... Mas, tudo bem, a senhora está aqui. O fato é esse.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Cecília, é difícil achar que não tem costa larga de político nessa história. E a gente tem um dever. Eu tenho o dever, por ser até do Ceará e conhecer as relações, de lhe perguntar, porque a senhora deu uma dica. A senhora deu apenas uma dica aqui para a gente, que foi a Deputada Gorete Pereira. A senhora trabalhou na campanha dela de que ano, por favor?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que foi da última eleição para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Da última eleição...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A senhora, por participar de tantas associações, de alguma forma participou da ABCR também?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sabe o que é a ABCR?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que é alguma entidade ligada à Deputada, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, é uma entidade ligada, a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação.

Essas viagens internacionais que a senhora fez...

Antes disso, das viagens internacionais, a Deputada Gorete Pereira, que teve filiação pelo PR, teve filiação pelo MDB, mas é um elo que a senhora citou, o único que a senhora citou... e está aqui em foto com o Ministro Camilo Santana e com o Governador do Ceará, Elmano de Freitas, ambos do PT; está aqui também com o Ministro Renan Filho, do MDB. De alguma forma a senhora conhece essas autoridades? A senhora já esteve com essas autoridades?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Estive, mas num momento institucional, sem... Acho que eles nem se lembram de mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ah, então a senhora esteve com esses personagens?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu não me recordo. Talvez uma...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Institucionalmente?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, uma delas talvez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Qual foi? O Ministro Camilo, o Governador Elmano ou foi o Ministro Renan?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que o Ministro Camilo, mas por outra questão, da educação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi? Que relação da educação a senhora teve com o Ministro Camilo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não eu; foi a Deputada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ah, é a Deputada que lhe apresentou ao Ministro Camilo.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É, não é que ela me apresentou... O que que eu posso falar? Que ela ia resolver bastantes coisas – e eu assessorava ela à época, né? – ligadas à educação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A senhora passou quanto tempo com ela?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que um ano e pouquinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Porque a senhora disse que a assessorou na campanha passada, não é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Foi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E aí ela não foi eleita?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E aí, nesse período, foi que a senhora conheceu o Camilo Santana, nesse período em que a senhora estava assessorando?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu, sinceramente, não me lembro. A Deputada vinha muito aqui e, às vezes, pedia para eu acompanhá-la numa coisa ou outra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas não foi enquanto a senhora estava nas associações...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... ou fazendo essas intermediações aqui, não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, essa Deputada que veio... Foi em Brasília esse encontro com o Ministro Camilo Santana?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não. Mas foi algo breve, era coisa entre eles, questão da educação mesmo, que ela veio resolver alguma coisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ela, de alguma forma, estava fazendo algum tipo de *lobby*, alguma coisa nesse sentido?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não era *lobby*, não. Eu não me lembro, eu não me recordo, porque eu realmente não a assessorava nesse nível.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pergunta...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu assessoriei na campanha, eu quero deixar bem claro isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Desses R\$27 milhões que circularam aqui nas suas contas, a senhora recebeu nas empresas e, na conta da advocacia, a senhora financiou alguma campanha eleitoral?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A senhora já foi filiada a algum partido político? Lá atrás?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Talvez na juventude, alguma coisa assim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi? Lembra qual foi o partido?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não sei, se foi PCdoB, algo assim.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá. Olha, Cecília. Foram 749 milhões dessas associações. Vamos lá, chegando perto de 1 bi, 749, você vai R\$800 milhões de associações que foram abastecendo, de alguma forma, esse montante. Como colocou o Senador, inclusive, o Deputado da situação, o pessoal da oposição também. E é difícil explicar realmente esse montante na sua conta.

Eu sei que a senhora é uma advogada, já atuou em algumas causas... Antes, até 2020, quando a senhora começou a receber esses recebimentos vultuosos de milhões de reais, a senhora trabalhava com o quê?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sempre trabalhei em associações, sempre trabalhei também em *factories*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A última pergunta, a senhora fez alguma *offshore* com base nesse dinheiro, dinheiro para o exterior?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não teve isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá, então, Presidente, eu gostaria de também reiterar que eu acho que ficou público aqui a questão da pensão de filha solteira durante 18 anos, você multiplicando isso por 12 meses e pela pensão dá R\$1,5 milhão. Então, é um dever nosso, aqui, acionar o Ministério Público para esse dinheiro ser devolvido aos cofres públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só oficialar, Excelência.

Deputado Rogério Correia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Bem, Dra. Cecília, a soma das entidades, em que a senhora ou foi advogada ou presidiu, de recursos que entraram do INSS o desconto, chega a R\$724.324.674,61. A senhora confirma esses dados? É próximo disso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para expor.) – Excelência, eu não tenho esses dados, esse conhecimento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esses são os dados das entidades, somando cada entidade, o que entrou do dinheiro dos aposentados. Eu não vou fazer juízo de valor se foi roubo ou não, mas os aposentados dizem que esse dinheiro, eles não autorizaram esse desconto. E aí começa toda essa novela e essa história. Mas é preciso saber de onde começa, porque me parece que Senadores ligados a Jair Bolsonaro sofrem de amnésia, amnésia aguda.

Tem um, então, que foi Ministro e hoje é Senador. Esse recebeu um documento em 2019, um documento do Procon de São Paulo, que já dizia a ele que existiam aposentados sendo roubados, porque eles não eram filiados a entidade e tinham desconto indevido. Esse Senador não fez nada, absolutamente nada. Na época, ele era Ministro do Bolsonaro, chegou a dizer que o Bolsonaro queria interferir na Polícia Federal – a senhora deve se lembrar dessa história –, e, portanto, fez uma denúncia de que o Bolsonaro queria proteger os filhos dele das rachadinhas; eu lembro dele dizendo isso. Hoje ele está aí desmemoriado, falando que é dinheiro do Lula, mas ele, desde 2019, estava com isso tudo em mãos, e nada fez.

Tem um outro que esquece os partidos. Ele falou aqui, mostrou o retrato de uma Deputada, Maria Gorete Pereira – que a senhora disse que conhece. A senhora sabe o partido da Maria Gorete Pereira?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não me lembro, mas ela era ligada ao PL, não era?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – PL. É, do PL. O Relator não quis perguntar o partido dela, e ele também não quis falar do partido. Foi filiado no Republicano; é do PL, partido do Presidente Jair Bolsonaro. Já pensou se fosse do PT, como é que eles iam estar dizendo? "Partido de ladrão!". Eu digo: "PL é partido de ladrão, é tudo ladrão!". Não dá, né? Por isso que, às vezes, eu fico bravo quando generalizam assim. Essa é do PL, essa senhora, e ela disse que foi uns 245 mil de 2018 a 2023, segundo a Polícia Federal. Então, a gente vai olhando essa roubalheira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos pegar ali; olha lá aquele quadro. Era bom que o Relator estivesse aqui, Presidente, mas se alguém pudesse tirar uma foto para o Relator... Porque ele só tem memória de 2023 para frente; ele também sofre de amnésia, é outro. Para ele só existe 2025 para lá. Antes de 2025, o Relator parece ter amnésia.

Olha lá, olha as entidades de 2019 e 2021, entidades que firmam acordo: AAPB, 191 milhões; Ambec, 500 milhões; Abrapps, 6 milhões; Sinab, R\$57 milhões. Isso até 2024. Em 2025, o Lula acabou com essa farra, mas, até 2024, olha essas entidades, todas vieram de lá. Olha ali quem segue aquilo: Paulo Guedes, que não veio aqui ainda. Olha aí o Bruno Bianco, Secretário de Previdência; Leonardo Rolim. Olha o Zé Carlos Oliveira; esse aí, vou te contar, é o chefe. Jucimar, Virgílio Oliveira, que está preso.

Vira o outro, para o pessoal ter memória. Olha aí, quadro de 2021-2022; Governo Jair Bolsonaro, como era o outro também. Então, vamos lá: Riaam Brasil, 81 milhões; Unibap, 178 milhões. Cinaap, 35 milhões. Unaspub, 267; AAPPS, 255; Caap, 251; Conafer, 809 milhões. Total: na página anterior foi 755 milhões; aqui, 1,89 milhão.

Todas as entidades que vieram de 2021, 2022, Governo Bolsonaro. Olha lá quem está lá: Onyx... Bilhões, hein? Um bilhão, 890 milhões essa aí. Nossa Senhora! Em 2021, 2022, até 2024; 2025, o Lula acabou com tudo, acabou com a roubalheira e está devolvendo dinheiro. Onyx Lorenzoni, Zé Carlos Oliveira, Sebastião Faustino, Jucimar Fonseca, Virgílio Oliveira. Olha aí o Virgílio – ó o Virgílio aí.

Pois bem, muda a página – 2022, Governo Bolsonaro –: AP, 137; 221 CBPA; Amar Brasil, olha os "*golden boys*", 325 milhões – essa que parece que a senhora conhecia todo mundo lá, né? –; Cebap, 195; Acolher, 224 milhões; Abenprev, 83 milhões. Total: 1,187 bilhão. A turma lá, ó: José Carlos Oliveira, aí ele está ao lado do chefe, né? Que vai ser preso semana que vem. Virgílio Oliveira, ó o Virgílio aí de novo. Guilherme Serrano, Edson Yamada, Jucimar de novo, Sebastião Faustino de novo. Um bilhão, cento e oitenta e dois.

Mais uma página, aí nós vamos ver tudo. Essas entidades em laranja são as entidades que vieram desde aquela época, que vão somar 3.758.786.145,12 – mais de 3 bilhões das entidades que vinham lá de trás, ou seja, o roubo começou lá atrás e veio até o Presidente Lula mandar interromper os descontos, que foi em 2025, e começar a fazer, portanto, toda a investigação. "Ah,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Lula demorou um ano e meio." E o Bolsonaro, que deixou roubar? E o juiz que estava aqui, ex-juiz, que deixou roubar, não fez absolutamente nada? E os ex-Ministros que estiveram lá e não fizeram nada? Eu fico bobo de ver a cara de pau, querendo enganar a quem? São negacionistas dos fatos? Ora, sinceramente!

Passa mais uma página para o pessoal lembrar dessa turma aí, ó, todos sorridentes. Ó lá, José Carlos Oliveira, Onyx Lorenzoni, Leonardo Rolim. Vira mais um pouco aí, ó, olha o Oliveira aí, Vereador, candidato aí do PSD. "Ministro do Trabalho nomeia ex-sócia em cargo com salário de [...] 16 mil." E mais para a frente, olha a Conafer aí também, ó. Jucimar, Jucimar do Proerd, Vereador, 22. Eu não vi nenhum 13 aí, hein? Vai lá. "Farra do INSS. Filho de ex-ministro de Bolsonaro atuou para entidade na Farra do INSS."

Olha, pessoal é só pegar as coisas e ir vendo. O Presidente agora esteve lá em Minas, foi lá em Teófilo Otoni... Foi bom lá, viu, Presidente? Vi sua visita lá, parabéns pelo trabalho. E o senhor revelou lá que tem três Deputados mineiros que estão sendo investigados. Um a gente já sabe quem é, que é o Euclydes Pettersen, que já está aí na Polícia Federal. Os outros dois eu não sei, mas quem deu emenda para... Ele é do Republicanos, muito ligado ao Cleitinho, que é Senador aqui também, do Republicanos – são ligados, estão na televisão fazendo campanha juntos. Não sei se é ele que está sendo investigado, mas ele que é a dobradinha, é o parceiro do Pettersen. Nenhum do PT até agora, hein? O outro que entregou muita emenda, foram 5 milhões, foi o Eros Biondini. É do PL, não sei se é ele que está sendo investigado. Ele deu 5 milhões de emendas. E a Ana Paula Leão, do Progressistas, que deu pouca emenda, se eu não me engano, foram 477 milhões, não sei... mil reais. Esses é o que estão envolvidos em Minas com emendas para a Conafer.

Bem, nós vamos chegar nos políticos. Aqui teve gente que dirigia o carro como motorista, que foi buscar uma pessoa da Conafer lá, lá na casa dele. Vamos olhando essas ligações.

Tem um outro Senador aqui que ia na festa do rega-bofe, do Maurício Camisotti, todo chique, em Santa Catarina, na festa. O outro pergunta aqui se uma Deputada tirou foto com o Ministro. É bem provável, né? Deputada tirar foto com ministro não me estranha de nada, mesmo que não seja ministro, às vezes, do partido dela. Ela é Deputada, está fazendo o trabalho dela. Mas o Camisotti lá não tem... ninguém estranha. Aliás, esse Senador se arrepende muito. Ele se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrependeu de estar na festa da Madonna, não sei por quê, mas depois foi para a festa do Camisotti. São uns arrependimentos também... São muito estranhos.

Então, o que a gente vai vendo é que, de fato, tem muito envolvimento, e esse envolvimento, até agora, tem levado à trajetória de partidos, como eu li aqui. Eu vi Republicanos, eu vi PL, vi Partido Novo, vi PP. Não vi nada ainda desses partidos e Parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores, para o pessoal fazer esse escândalo que faz aqui. E assim vai, Presidente.

Já também alertei: nós vamos ter que ver essas questões de Minas Gerais...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é coisa séria, das relações que estão tendo também lá agora, da prisão do Presidente, ex-Presidente, do Banco Master – que agora acaba de uma vez –, com relações que ele tinha também com igrejas e com financiamentos e também da própria turma aí, Dra. Cecília, dos chamados "*golden boys*", que a senhora parece que conhecia todos, que também em Belo Horizonte transitavam para lá e para cá, a quem também nós vamos ampliar essas investigações.

Então, eu estou gostando da CPMI. O que eu não gosto aqui, às vezes, é da cara de pau das pessoas querendo passar uma borracha no passado. Aliás, eles tentaram fazer isso com a história do golpe, tentaram passar uma borracha no passado e dizer que o 8 de janeiro foi só o 8 de janeiro, que não existiu o antes, e o que está dando do antes é que o STF – já estou terminando, Presidente – não acabou, não engoliu essa história, e o Presidente que tramou o golpe durante todo aquele período vai agora ser preso, para valer o processo democrático brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dra. Ilana, podemos continuar? Ou a senhora quer uma pausa?

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Não, pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Eu queria fazer uma pergunta aqui à depoente, Presidente.

Primeiro, quando ela assinou o primeiro ACT, o primeiro contrato com o INSS que permitia os descontos associativos, qual o ano?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Acredito que final de 18.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Final de 18, Governo Temer.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E houve um crescimento muito forte durante 2019, exponencial, do número de associados. Ao que a senhora justifica? Como a senhora justifica isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – À época foi realmente um trabalho a nível nacional, com os chamados pastinhas e escritórios conveniados.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas pastinhas para fazer o quê? Eu não entendi. Como é que são esses pastinhas? O que é isso aí?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Os chamados corretores, que oferecem os serviços, etc.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas que serviço?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – O serviço das associações – no caso, da que eu presidia; não só a minha, de outras pessoas também.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, mas da senhora... No caso, estamos falando da senhora, para a gente saber o que esse pastinha fazia.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, realmente eles captam associados, mas de maneira lícita, e inclusive...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, não falei que é ilícito, não, só estou perguntando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, só estou explicando. E também, de muitos, na época, eu exigia até que fossem... que tivessem a autenticação não por semelhança da assinatura da pessoa, mas por autenticidade.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E tinha esse controle de fato?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Tinha. E eu posso mostrar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E por que houve um crescimento, em 2019, de 885%? E aí houve um parecer apontando esse crescimento exponencial, apontando ali a necessidade de uma eventual suspeição. A senhora sabe disso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sei, mas eu acho que o impeditivo maior foi porque à época mudou as regras da IN, da instrução normativa. E antes... Porque antigamente poderia, a essa época aí, qualquer pessoa poderia se reunir e fazer uma associação de segurados. Mas as INs foram mudando, e aí, por exemplo, eu, como não sou segurada, porque a pensão que recebo não é de segurados, então, ocorria esse fato.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que me espanta primeiro é a senhora dizer que cria uma entidade, se filia em 2018 e bota os tais dos pastinhas. Ao que o pastinha visa? Ele visa a ganhar dinheiro. E você bota...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, mas eles...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, só um segundinho.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... são escritórios conveniados, né?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. Aí você bota um tal de pastinha para sair a rodo...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não a rodo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas como não? A senhora mesmo falou que eles saíram no Brasil inteiro.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não fui eu, foi a senhora que acabou de responder. Aí sai pegando clientes e não associados.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, só associados.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E vocês não tinham ali uma representação direta de defesa dos interesses dos aposentados; vocês queriam vender serviços, enganar essas pessoas, pegar dinheiro fácil. É isso que vocês fizeram.

Mas aí houve um parecer em 2019: a realização da fiscalização foi motivada pelo aumento considerável no número de associados apresentado pela associação no período de janeiro a outubro de 2019, que evoluiu de 4.140 a 40.816, representando um acréscimo de 8,85%. Isso é de 12/11/2019. Aí vem, dia... Comezinho de 2020, é indicada uma rescisão do acordo entre a entidade que a senhora presidia, a ABSP, 10/12/2020, o termo de rescisão proposto pela Sra. Márcia Eliza de Souza, uma procuradora, Diretora de Benefícios da gestão Bolsonaro.

Sabe, Presidente, o que ocorre logo na sequência, dois dias depois? Dois dias depois, simplesmente dois dias depois... Aqui é 10 de fevereiro. Aqui é 12 de fevereiro. A Sra. Márcia Eliza é exonerada do cargo de Diretora de Benefícios. A única diretora do Governo Bolsonaro que efetivamente atuou para combater é exonerada dois dias depois de rescindir o contrato que a senhora possuía. E, na sequência, é mudada a competência da Diretoria de Benefícios para a Diretoria de Atendimentos para assinar os novos contratos. E ali a farra continua. E depois volta para a Diretoria de Benefícios quando a turma do Oliveira entra, ganha cargo, vai para a Diretoria de Benefícios e vai ganhando mais força. Você vê ali que é a gangue atuando. Ela começa a agir. Manda uma procuradora, que nós trouxemos como Diretora do INSS, no Governo do Presidente Lula, pela seriedade que ela demonstrou, pelo compromisso ético à defesa do INSS e dos aposentados... Ela rescindiu lá atrás e dois dias depois é demitida. Não há coincidência na política.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu quero lhe dizer que essa é uma tremenda de uma coincidência, porque eu não tenho a menor ingerência sobre isso. E outra, ela rescindiu...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas eu não falei que é a senhora, eu falei que são alguns...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ela rescindiu só o acordo com a ABSP? Pelo que eu saiba, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pois é, ela rescindiu e foi mandada embora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas só o da ABSP?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E que sejam outros, mas foi mandada embora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mas aí...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que eu estou dizendo é que não é coincidência o ato do Governo Bolsonaro, a demissão dela. Demitiu porque ela estava... Sabe o que ela estava fazendo, se me permite? Fazendo isto nos contratos com vocês: mandando rescindir. E por isso é que ela foi mandada embora e foi demitida. E aí, inclusive, mudaram a competência de lugar. Então, isso é um absurdo.

É importante lembrar que, em 2019, o então Ministro Sergio Moro foi avisado, por um documento do Procon de São Paulo, de dez contratos irregulares para tomar providência e rescindi-los. Providências não foram tomadas e ele era Ministro da Justiça. E, na mesma reunião, estava o Sr. Rolim, que era Presidente do INSS, que também não tomou providência.

O que nós estamos demonstrando com isso? Que a roubalheira começou com um grupo agindo, foi tomando corpo no Governo Bolsonaro, foram mudando peças para facilitar a entrada, o contrato, o convênio de entidades para fraudarem os aposentados, roubarem o dinheiro dos aposentados. Entidades laranjas e outras literalmente roubando de ponta a ponta, criadas com essa exclusiva finalidade. E as peças foram ganhando corpo, Diretor, Presidente do INSS, e assim vai. Por isso que, repito, como falei de manhã, Oliveira é um dos chefes dessa quadrilha, porque é ele que vai para a diretoria depois, que retoma o poder para a Diretoria de Benefícios voltar a assinar contrato. Isso, sim. Então, teve vários outros movimentos, vários outros atos.

E ironia do destino. Passado um tempo depois, a senhora volta a operar no INSS. O mesmo Governo que tira – só que aí a funcionária é demitida –, ele volta na sequência, porque esse grupo estava agindo. Se ele tinha um combinado, alguém com a senhora ou com alguém que a representava, não sei dizer, não posso aqui afirmar. Esperamos chegar a essa verdade. Mas que é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito estranho é, e nesse caso não tem estranheza, não há coincidência, foram atos deliberadamente praticados com determinada intenção. Fraudar os aposentados, e alguém ganhava por detrás. E é nessa figura que nós queremos chegar, porque a senhora vai ter que dar muita explicação para a Polícia Federal para se safar de uma situação dessas. Os núcleos começaram a ser presos. Falta a cereja, falta o líder principal, que é o Oliveira.

Mas eu queria fazer uma última pergunta.

A senhora citou aqui o Ministro Camilo; me explica mais o que a senhora quis dizer ali.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – O Ministro Camilo... não tenho nada a dizer. Apenas o Deputado perguntou se eu o conhecia. Sim, conhecer eu conheço, mas não de reuniões, não de... Conheci informalmente até.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá o.k.

Eu queria perguntar para justamente a gente poder ter a clareza, porque algumas pessoas tentaram deixar isso em dúvida. E é muito ruim a gente trabalhar com dúvida...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... durante uma investigação, senão a gente pode gerar suspeitas sobre outras pessoas.

O Ministro Camilo é um excelente Ministro como Ministro da Educação, faz um trabalho excepcional, assim como fez como Governador de estado.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E não dava para alguém aqui, de maneira maliciosa...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... tentar plantar uma dúvida para passar para fora determinada impressão. Isso seria leviano. Por isso que fiz questão de perguntar. E é importante a senhora ter dado essa resposta para que ninguém aqui, principalmente quem está





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos acompanhando, fique com qualquer tipo de interrogação. Então quero deixar isso muito claro.

Mas voltando. Eu espero, Presidente – acho que estamos indo, e evoluindo cada vez mais no nosso trabalho –, que a gente continue nessa toada para que a gente possa aprofundar as investigações e chegar a muito mais gente, envolvida diretamente ou que, de maneira oculta, recebeu muito dinheiro produto do crime, do roubo contra os aposentados e aposentadas deste país, que foram vítimas, lesados. Mas, graças ao compromisso e a seriedade do Governo do Presidente Lula, eles estão sendo ressarcidos. E da mesma maneira, graças ao compromisso e a seriedade do Governo Lula, os bandidos serão presos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Talvez a depoente esteja achando estranho o plenário estar vazio. É porque, Dra. Cecília, o que nós temos contra a senhora em forma de documento é o suficiente para a nossa conclusão, para as nossas tomadas de decisões.

Mas eu só vou fazer uma pergunta. Se não perguntar, eu posso, inclusive, afirmar.

A senhora foi Presidente da Aapen de 2012 a 2022, certo?

Aí, de 17/12/2022 a 14/03/2024, foi a D. Maria Eudenes; e, em 14/03/2024, entra a D. Francisca. E a senhora não é mais Presidente, mas presta serviços para Aapen. Aí, a D. Francisca quem é, Presidente e Brasil que está nos ouvindo? Uma senhorinha de 72 anos que entra no lugar dela como Presidente, analfabeta. E eu tenho aqui a peça da Defensoria Pública. A Defensoria Pública do Ceará entrou com uma ação de anulação do ato de nomeação de D. Francisca, a Presidente, porque ela não sabia o que estava assinando, virou Presidente de uma instituição com 72 anos, analfabeta, doente, vivia de benefício social e essa mulher se torna Presidente da Aapen, que movimentava esses milhões todos que os senhores viram.

A senhora não acha que é uma senhora cruel, não, Dra. Cecília? Uma senhorinha de 72 anos, analfabeta. Aí a senhora vai dizer o seguinte: "Mas não tenho nada a ver". A senhora era advogada





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não viu que a Presidente tinha 72 anos e era uma mulher vulnerável? A senhora não se lembra disso? A senhora não teve dó de D. Francisca? Porque quando eu leio a peça aqui da defesa dela, pedindo para anular a nomeação dela, eu fico perguntando quem fez tamanha crueldade com essa senhorinha.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Ela não entrou após a minha saída.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ela entrou depois que saiu D. Maria Eudenes. D. Maria Eudenes substitui a senhora, e a Dona Francisca entra. Mas a senhora continua prestando serviço para a Aapen.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A senhora não viu que a Presidente da Aapen era uma pessoa vulnerável que estava sendo usada para fraudar o INSS? Essa senhorinha começou a receber intimação e notificações judiciais de tudo que é lugar. Ela quase morreu quando ela descobriu que ela estava envolvida num grande golpe. Eu não quero nem falar dos milhares de aposentados que vocês fraudaram. Basta para mim a D. Francisca. Inclusive, eu quero que os nossos colegas tenham muito cuidado em não trazer D. Francisca para depor aqui, porque ela não vai resistir, ela não vai aguentar ficar numa cadeira dessa, porque ela foi colocada por pessoas que planejaram, de forma cruel, destruir a vida de uma senhorinha de 72 anos.

Por conta disso, Doutora, a gente tem muito documento. Os segredos estão chegando e, quando eu começo a ler a quebra de sigilo da senhora, eu vejo assim que crueldade. Num único dia R\$17 mil de roupa. Só de telefone celular... A senhora gosta de telefone, aparelho caro. De 2019 a 2024, R\$81 mil de aparelho. Em 18/11 e 23/12/2023, numa loja famosa, R\$8 mil de roupa. Uma outra grife famosa, gente, em apenas março e julho de 24, R\$53 mil só de uma grife famosa.

Eu só estou mostrando isso... Eu podia trazer as coisas grandes. Estou mostrando o pequenininho para mostrar para a senhora que nós estamos lendo tudo. E, com todos os documentos que nós temos, Dra. Cecília, lamentável, a senhora é uma das que vai pegar as penas mais altas no final desse inquérito. É possível que a gente aqui não tenha extraído tudo que a gente queria da senhora, mas os documentos estão chegando. Três carros, um Ford Ranger, dois





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mustangs, no valor de 1,236 milhão. E a coitada de D. Francisca Presidente da associação. Joias de uma marca boa, R\$69 mil em uma única compra. Mais roupa de outra marca, uma marca famosa, R\$43 mil. E aí vai. Dra. Advogada, se a senhora não combinou honorários com ela, reveja seus honorários, porque ela gastou muito, ela tem muito dinheiro.

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, por favor, por favor...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E a D. Francisca, uma senhorinha de 72 anos, passando mal, morrendo porque foi usada como laranja.

Só vou citar esse exemplo, me dou por satisfeita. Nós estamos em um grupo pequeno aqui porque os nossos assistentes técnicos todos estão lendo documentos. Se a senhora puder responder apenas para mim quem é o policial Mardonio Uchoa e por que ele recebeu R\$110 mil da senhora? Vocês tinham policiais também envolvidos no esquema, a senhora pode responder quem é ele? E aqui eu me dou por satisfeita, Presidente.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu continuo me valendo do direito de silêncio, mas acho que esse prejulgamento aí de que eu estou, eu que tenho a responsabilidade pelas entidades que tinham seus gestores, o meu papel, eu volto a reafirmar, era de advogada, o meu escritório. Então, assim, eu realmente não tinha essa ingerência dentro das associações. E, graças a Deus que vocês estão recebendo documento e espero que recebam muito mais.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, como eu tenho três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, deixa ela terminar, Excelência. Eu deixo o tempo.

Pois não, senhora, por favor.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, só falando que eu acho que ainda bem que estão chegando documentos e eu ainda vou, como eu falei, a verdade aparece e não é com suposições ou documentos que, a princípio, está havendo alguma coisa, mas espero que realmente esta Comissão chegue aos documentos necessários para provar que tipo de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação eu tive em tudo isso, porque eu estou, assim, até assustada com o meu poder, porque nem eu sabia. Mas tudo bem, pode...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A senhora não admite os crimes com relação à fraude do INSS? Então corre lá, refaz seu Imposto de Renda, porque, no mínimo, crime contra o Fisco a senhora cometeu, quando a senhora declarava que ganhava só 8 mil por mês e gastava no cartão 53 mil numa única compra. Então, corre lá, refaz seu Imposto de Renda, porque, se a senhora não for indiciada pelo crime contra o INSS, será indiciada por crime contra o Fisco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, Srs. Parlamentares da mesa, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, senhores assessores.

Olá, Rondônia, olá, Brasil.

Dra. Cecília Rodrigues, fiquei aqui, durante todo o tempo, ouvindo a oitiva, as perguntas dos Parlamentares e as suas respostas. Confesso que, diante das suas respostas, pouca conclusão nós temos de todo esse alvoroço, segundo suspeitas de roubo dos aposentados e pensionistas. A senhora falou muito pouco, respondeu quase nada, então fica difícil nós tirarmos uma conclusão e mostrarmos para os brasileiros o que, vindo da senhora, podemos concluir, se roubou muito, roubou pouco ou não roubou, segundo as suspeitas.

Eu sou do Estado de Rondônia, e o meu estado tem três assuntos que estão bombando lá, três assuntos. E vou passar os assuntos para o Brasil que Rondônia está tratando. Um deles, Presidente, é a CPMI do roubo dos aposentados, porque não há aposentados e pensionistas que não estejam indignados com esse roubo que ocorreu. Foi no Governo Bolsonaro e nem só no Governo do Lula, isso ocorre desde lá de trás. O discurso aqui, "ah, foi o Bolsonaro." Não, não foi o Presidente Bolsonaro, e não foi só o Lula no seu terceiro Governo. Isso vem acontecendo também no Governo do Presidente Temer. Isso vem lá de trás, foi passando os governos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico que o Presidente Bolsonaro criou a MP 871 para diminuir esse roubo ou pelo menos impedir que isso acontecesse. Isso é real, isso, os meus colegas, até os meus colegas do PT sabem disso. Eles vivenciaram isso. Pelo menos os que estão aqui na CPMI vivenciaram. Houve um esforço, sim, do Presidente Bolsonaro de impedir esse roubo. Há um discurso do Presidente, é só puxar lá, que vai ver o que ele fala.

Então esta CPMI é um dos tópicos que o Brasil está tratando.

O outro é a anistia já. O Brasil quer paz, o Brasil não quer briga mais; mas, para isso, tem que ser resolvida essa questão da anistia, e o Brasil quer anistia ampla, geral e irrestrita. Essa é uma verdade.

O outro que se fala muito, porque o meu estado é direita conservadora, lá a direita vence sempre as eleições. E eles querem o Presidente Bolsonaro fora desta situação que ele está vivendo. Um homem que sofre por estar preso há mais de cem dias, parece-me que hoje são 106 dias, 107 dias. E até agora, não há prova de um crime que ele cometeu. "Ah, mas esse Deputado é bolsonarista." Sou bolsonarista sempre e serei, assumo. Esses três assuntos.

Mas vamos trazer o assunto daqui, Doutora, do roubo dos aposentados. E, ouvindo discursos, inclusive da minha querida Senadora... Olha ali ó: nossa Damares...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... que esteve lá em Rondônia. Exatamente.

O discurso dela o Brasil sabe – o meio dela, um é nove, o outro é noventa, mas é coincidente. Nós queremos justiça, nós queremos respeito aos nossos velhinhos aposentados e pensionistas, e o meu estado é ferrenhamente favorável a isso. Nos entristece a senhora não falar. É triste isso, para todos nós, porque o Brasil precisa fazer justiça sobre isso, porque o roubo que está ocorrendo é dos mais frágeis, é dos mais vulneráveis, e todos os que sentam aí onde a senhora está, quase todos vêm com *habeas corpus* para não falar nada, e isso é muito difícil.

Presidente, aproveitando esta oportunidade, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que não se esquecesse de acrescentar, para convocar aqui – o requerimento está com V. Exa. –, o Sr. Henrique Veiga de Barros e Silva, servidor do INSS que desbloqueou quase R\$1 bilhão em empréstimos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consignados. Nós temos que trazer esse senhor aqui. Gostaria que V. Exa. não se esquecesse desse requerimento.

Eu vejo aqui, Doutora, que a senhora, em 11 meses, viajou 33 vezes, viajou praticamente mais do que os Deputados aqui – quase –, mas a gente sempre viaja a trabalho. Agora, a senhora: passeios e passeios, pelo que mostra, pelo que mostra... Não sou eu que estou falando, mas tudo isso mostra, e, pelo salário da senhora, parece que não daria para isso.

Doutora, essas viagens... Quem bancou essas viagens, por favor? Quem bancou essas viagens?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Excelência, antes de mais nada eu vou dizer que não foram 33 viagens internacionais. Isso não existe.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Está bem.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Houve várias viagens nacionais, porque, como eu já expliquei, eu tinha três escritórios físicos e um *coworking* em Salvador, então era comum que eu viajasse.

Agora, quanto a essa questão da segunda pergunta que o senhor fez, eu realmente tenho necessidade, sim, de me preservar em relação a minha defesa. Não é desdenhando a Casa...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhora.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... pela qual eu tenho muito respeito – a todos os senhores –, mas, sinceramente, é uma coisa em que nem seguro você se sente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Está bem. Obrigado.

Eu gostaria de falar para o Brasil que, Presidente, nós Parlamentares temos como ajudar os nossos velhinhos, os 60+. E, como eu estou fazendo?

Eu soube, em Rondônia, que tem muitas filas de velhinhos aposentados que precisam realizar cirurgias eletivas. E só para a capital, a minha capital, enviei 41 milhões...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... para cirurgias eletivas também, a minha capital Porto Velho. E muito desse recurso é para as cirurgias eletivas dos nossos velhinhos.

Porque agora aparece tudo. Não é? A gente fica sabendo da dificuldade dos velhinhos.

Para Ariquemes também 1 milhão, para cirurgias ortopédicas.

Sabe quem se beneficia disso? São esses velhinhos e velhinhas que ficam numa fila aguardando tempos e tempos, e muitos morrem sem realizar a sua cirurgia.

Isso serve não só para o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo. Sugiro aos Srs. Deputados que façam o mesmo: olhem os velhinhos e as velhinhas, olhem os aposentados e pensionistas e enviem recursos para a saúde dos nossos velhinhos e velhinhas do Brasil, porque saúde em primeiro lugar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel.

Deputado Marcel van Hatten.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa noite. Boa noite ao Sr. Relator também, à depoente...

Vamos direto ao assunto aqui, até porque quem está nos acompanhando sabe que a hora tarda e que temos perguntas aqui a fazer.

Talvez algumas não serão respondidas, como tem sido a praxe aqui de muitos depoentes, mas espero que, de outra parte, V. Sa. contribua com os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Agora eu preciso começar também dizendo que eu fico chateado em ver que muitos depoentes acham que esse trabalho aqui é menos importante, por exemplo, que o da Polícia Federal.

Esse trabalho é tão importante quanto, ou até mais, Sr. Presidente. Então, calar-se aqui pode significar, principalmente para quem está assistindo, para quem está acompanhando e para as autoridades que também, em colaboração com a CPMI, estão investigando, que há o que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esconder. Então, eu prefiro que nós estejamos investidos do espírito de colaboração, para que a verdade venha à tona.

Cecília Rodrigues Mota, a senhora é Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil. Eu lhe pergunto: desde quando a senhora lida com aposentados do INSS?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Primeiramente, eu quero lhe dizer que eu não sou presidente de nenhuma associação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, a senhora é o que da associação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu presto serviço do meu escritório de advocacia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não sou Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é Presidente. Mas a senhora presta serviços para a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil e por esse motivo está sendo investigada pela Polícia Federal. Correto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Então, uma pequena correção aqui, por esse motivo está sendo investigada pela Polícia Federal.

Peço a sua licença, Sr. Presidente – nós estamos em votação no Plenário da Câmara –, só para rapidamente registrar o voto aqui.

Se puder... Agradeço se puder segurar o relógio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou suspender a sessão por dez minutos.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 21 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 49 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem, por dez minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, vamos continuar de onde nós paramos.

Sr. Presidente, eu perguntei à Cecília Rodrigues Mota se ela era... Aliás, perguntei não; eu afirmei que era Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil; ela disse que não, que presta serviço. Porém, a senhora foi Presidente, não foi, da AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Fui Presidente de ambas, da AAPB e da Aapen.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que, quando eu disse que a senhora era Presidente, a senhora disse “não sou, eu presto serviço”, e a senhora não disse “mas fui Presidente no passado?”.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ah, agora estou dizendo. Desculpe-me então.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, porque quem quer colaborar esclarece. A senhora podia ter dito: “Ó, eu não sou hoje, mas eu fui Presidente”.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Desculpa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... mas, na minha manifestação aqui, no que eu falei, eu abordei esse assunto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sei. Nós estamos aqui cada um no seu papel de inquiridor, então nós queremos a colaboração.

A senhora quer colaborar com a CPMI ou não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sempre, né?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim, ótimo. Então, vamos continuar em espírito colaborativo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora foi Presidente da AAPB, de 29 de março de 2017 a 14 de fevereiro de 2020, tá? Quem assinou foi o Diretor de Benefícios José Oliveira.

A senhora pagou alguma propina para ele assinar o ACT para a AAPB?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu não era nem Presidente da AAPB à época em que ele assinou. Não tem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em 24 de agosto de 2021, a senhora prestava serviço para AAPB...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, prestava serviço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e tinha relação com a entidade.

A senhora pagou propina para o José Oliveira? Essa é minha pergunta objetiva. Sim ou não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois, eu tenho aqui que a senhora foi conselheira fiscal e prestou serviço por meio do seu escritório de advocacia, aliás, continua. O Caap, é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em 10 de maio de 2022, foi a assinatura do ACT. Quem assinou no Dirben foi Sebastião de Paula.

A senhora pagou propina para Sebastião de Paula?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Olha, eu realmente... Eu acho que eu já até... Eu sou a que mais falou aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu prefiro me reservar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não vai responder...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, eu não vou responder. Mas isso não quer dizer que...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... se pagou propina ao Sebastião de Paula? A senhora não sabe se pagou... Não vai responder, aliás.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É. Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não vai responder.

Eu perguntei sim ou não? A senhora pagou propina ao Sebastião de Paula, e a senhora não vai responder?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Porque responder pode incriminar. É isso que foi dito no início aqui.

Vamos adiante.

A Aapen, que antigamente era ABSP, assinatura do ACT, no dia 14 de julho de 2023, por André Fidelis, que a senhora disse que conhece, e a senhora foi Presidente, de 14 de junho de 2012 a 17 de novembro de 2022, da entidade.

A senhora ainda tem relação com a Aapen?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Atualmente não tenho, com nenhuma delas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Zero.

Até quando a senhora teve relação com a Aapen?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Até bem pouco tempo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora pagou propina para André Fidelis para assinar o ACT?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É como eu estou falando...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ou para seu filho Eric Fidelis? Sim ou não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Para assinar o ACT? Assim, eu prefiro não responder, mas, assim...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Prefere não responder.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só para as empresas de Eric Fidelis, o seu escritório Rodrigues e Lima Advogados repassou mais de R\$2 milhões. É o filho do André Fidelis, que esteve aqui, sentado. E a senhora não quer responder se André Fidelis ou seu filho receberam propina de V. Sa. para assinar o ACT ou para outros motivos.

Cenap.Asa, assinatura do ACT dia 29 de janeiro de 2024, a senhora possui procuração e é tida como jurídico da entidade. O ACT foi rescindido no dia 10 de abril de 2025 pelo INSS.

Também a assinatura do Dirben, do ACT, foi feita por André Fidelis, que a senhora conhece.

A senhora pagou propina a André Fidelis ou Eric Fidelis para que fosse assinado esse ACT?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – É como eu estou falando, eu prefiro não responder, no meu direito de silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora recebeu muito dinheiro nos seus escritórios, milhões de reais vindos dos aposentados brasileiros, que foram depois para escritórios ligados à gente do INSS, que a senhora diz que conhece. Virgílio, que já esteve aqui e está preso; André Fidelis, que já esteve aqui e está preso; Eric Fidelis, que esteve aqui e deve ser preso logo. Aliás, a senhora, não demora, vai presa também.

Então, eu pergunto para a senhora: Quando a senhora descobriu que era fácil ganhar dinheiro com o aposentado no Brasil?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Essa pergunta, Excelência, com todo respeito... Eu não participei de fraudes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora ganhou muito dinheiro dos aposentados brasileiros, não foi pouco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vamos esconder os fatos. Um aposentado que ganha um salário mínimo e vê alguém que, só nos seus escritórios, teve mais de R\$20 milhões, só um deles...

A senhora acha que é pouco dinheiro R\$20 milhões? Seja sincera: sim ou não? É pouco ou é muito?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não estou dizendo que é pouco nem muito, mas que...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não? R\$20 milhões?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, mas eu estou dizendo para você que eu não participei de crimes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não estou perguntando se participou de crime. Eu perguntei quando a senhora descobriu que era um baita de um filão trabalhar para o aposentado e enriquecer no Brasil, independentemente se foram cometidos crimes ou não.

Quando a senhora percebeu isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acho que não tem nenhuma, assim... Eu vou me abster de responder a essa pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em algum momento a senhora percebeu que era muito fácil ganhar dinheiro de aposentado e era mais fácil ainda roubando?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, porque, como eu estou dizendo para você, para o senhor, Excelência, desculpa, eu não roubei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas a senhora pelo menos recebeu o dinheiro que foi roubado. Isso está claro!

Esse dinheiro foi descontado ilegalmente. A senhora foi confrontada, com dados objetivos do Relator – até seria bom se nós tivéssemos o gráfico na tela aqui, não sei se vai ser possível –, de um aumento enorme do número de reclamações, de processos judiciais contra a Aapen. Por que motivo isso teria acontecido se não fosse porque houve falcatura, houve fraude?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja só: de 610, em 2023, passou a ser acionado judicialmente, em 2024, mais de 19 mil vezes! E a senhora diz que não sabe de nada? Não sabe que era dinheiro fruto de roubo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Repito aqui para V. Exa.: eu não tinha nenhuma ingerência nas associações. Por mais que queiram dizer que eu tinha, eu não tinha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, peço um minuto de novo, porque começou a votação aqui. Um minutinho só. *(Pausa.)*

A senhora... Retomando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foram 30 segundos, não mais.

A senhora é advogada, advoga para essas entidades.

A senhora ganha por ação?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, não era por ação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria entender melhor também, Sr. Presidente...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Em alguns contratos, realmente era por ação, por isso eu preciso que a minha defesa faça um levantamento desses dados. Por isso, eu também...

Como eu já repeti várias vezes, eu não tive acesso aos autos do inquérito, a todo o teor. Então, assim, eu espero aguardar.

E, assim, para esta Comissão, que eu já falei que respeito muito, que é tanto que eu acho que eu fui a que mais falou aqui... Se eu não falo mais, é porque eu não tive acesso a tudo. E muita coisa eu vou passar aqui, como já me comprometi. Tudo que eu falei aqui eu vou passar, vou submeter.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muita gente ficou de passar coisa. Sabe qual a impressão que dá? Eu não estou dizendo que é o que a senhora está fazendo, mas a impressão





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dá de muita gente que diz que vai passar e não vem com as coisas é que as coisas ainda vão ser fabricadas.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, pois não é o caso. Eu posso lhe garantir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Veio aqui um tal de Cecílio, que sentou aqui, que iria mandar as planilhas quando fossem liberadas pelo STF.

Sabe o que tinha nas planilhas dele? Justamente a propina, inclusive para o Stefanutto, que está preso.

A senhora pagou propina para o Stefanutto?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, é como eu já falei: eu prefiro ficar em silêncio. Eu vou me manifestar depois, mas não neste momento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é.

O Stefanutto é o Presidente do INSS do Lula. O cara que tem lado: disse que era progressista, de esquerda. Veio aqui e disse que não tinha nada com roubo.

Pelo visto, ele ganhava mesada de R\$250 mil por mês. Até porque não tem riqueza evidente nele e na família, pelo menos que nós tenhamos encontrado, é bem possível que ele tenha distribuído esse dinheiro para alguém...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ou para muitas pessoas, para políticos, quem sabe, gente influente.

A senhora tem ideia de para quem talvez o Stefanutto vinha dividindo essa bolada, já que a senhora o conhece?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu o conheço, mas não dessa forma. Eu conheço institucionalmente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, Sr. Presidente, aqui mais uma vez nós temos uma pessoa que vem amparada pelo direito ao silêncio. Até agradeço por ter respondido algumas das perguntas, mas as principais ficaram sem resposta.

Quando começou a ver o filão que eram os aposentados, o dinheiro para tirar, ela não quis responder. Sabe por quê? Porque isso constrange muito, Sr. Presidente. Porque, além da situação pessoal dela – que foi revelada aqui pela Deputada Adriana Ventura –, que recebe uma pensão de filha solteira, mas é casada há quase 20 anos... Isso vai ser denunciado no Ministério Público. Ou seja, já tira do dinheiro da União, dinheiro do pagador de impostos para próprio proveito, ilegalmente, há muito tempo.

Mas nós estamos falando só do salário, pensão de oito mil e tantos reais, que poderia ir para algum aposentado que precisa, que não tem o dinheiro para comprar as roupas caras, a bolsa cara que a senhora carrega e assim por diante.

Além disso, a senhora viu esse filão aqui, olha, e ajudou, lamentavelmente, a assaltar os aposentados brasileiros, tão sofridos e que merecem justiça.

Por isso, Sr. Presidente, peço mais uma vez que a CPI siga esse trabalho sério que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E parabênizo o trabalho de V. Exa. e do Relator Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Viana. Obrigado, Relator Alfredo Gaspar, todos da mesa. Obrigado, Cecília, Ilana, pela presença.

Hoje de manhã, o Deputado Alfredo Gaspar citou que se encontra foragido o Presidente da Conafer, Carlos Roberto Lopes. E para a gente fazer uma reflexão aqui de como a vaidade, a busca pelo poder, o enriquecimento ilícito, o vício de ter bens de consumo, carros, viagens, joias, pode





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar nisso aqui, ó: "Jovem encontrada morta em casa um dia depois da Polícia Federal cumprir mandado de busca e apreensão na residência dela em Águas Formosas [Minas Gerais]".

A moça de 25 anos teria ligação com o investigado no caso das fraudes do INSS, Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer. A jovem de 25 anos foi encontrada morta na manhã desse sábado na Fazenda dos Ipês, em Águas Formosas. A polícia acredita – a polícia acredita – que a jovem tenha cometido autoexterminio. O caso segue em investigação.

Olha, isso é de uma gravidade. Olha... E quem esteve aqui, a gente observa o comportamento de alguns depoentes – que não é o seu caso, tá, Cecília? –, que afrontam Deputados, e de uma coragem, assim, de quem já está habituado, há vários anos, a afrontar as pessoas, aposentados que não sabem ler, aposentados que não têm nível de instrução, pessoas que ganham um salário mínimo.

Então, Sra. Cecília, o seu esquema aqui apresentado praticamente é uma cópia de todos os esquemas apresentados aqui, em que, no fundo, servidores do INSS, como Virgílio e André Fidelis, eram os verdadeiros recebedores de propina, a ponto de reservar um apartamento de 28 milhões. E o que está chegando... De 28 milhões, reservou a Thaísa, a esposa do Virgílio, né?

A gente senta aqui na frente das pessoas e a gente tenta enxergar o lado bom das pessoas. Em algum momento, a gente fica até meio constrangido com a tamanha pequenez das pessoas que sentam aqui...

Eu, no sábado, encontrei com um vendedor de biscoito Globo ali na praia de Copacabana. Eu até fiz um vídeo, eu postei no Instagram. Pô, esse senhor ganha um salário mínimo e era descontado pelo INSS. Um senhor de 76 anos precisando vender biscoito Globo para dar um ganho aí na sua aposentadoria de um salário mínimo.

O que as pessoas estão começando a notar em casa é que quem está sendo roubado é quem está pagando o INSS agora, porque nós, somos nós, ativos, que pagamos para os inativos receberem. Então, quando o Seu Carlos, lá, dono de um comércio, paga R\$10 mil para o funcionário, ele sai por 18, na verdade, né? Ele paga 8 mil a mais; quem recebe 10, recebe 7 mil, e o Governo, nessa operação de 18, fica com 11 mil. A gente... Com esse roubo do INSS, a roda não está conseguindo mais girar. Por quê? As pessoas vão, cada vez mais, tentar burlar, sonegar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, porque imagina um trabalhador que ganha R\$10 mil e que recebe 7, e que o Governo fica com 11 mil dessa operação de 18, ele fica pensando que está pagando INSS para as pessoas comprarem.

Aqui, eu não estou dizendo, mas a senhora esteve na Tiffany Brasil, a senhora esteve na Hugo Boss, na Prada, se hospedou no Hotel Fasano, e as pessoas vão ficando p... da vida com isso. Mas o que me chamou a atenção aqui... Eu gosto muito de carro, quem não gosta, né? Tem gente que não gosta, eu gosto; o Evair não gosta de carro, mas teve uma vez que eu estive nos Estados Unidos e aluguei um Mustang; fui eu e a minha esposa. Pela primeira vez, eu aluguei um Mustang, e o Mustang é um carro sensacional. Por que a senhora comprou dois Mustangs elétricos?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Excelência, com todo respeito à Casa, etc., eu acho que é uma pergunta que é meio... que eu não vou responder.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dois Mustangs elétricos? Quem gosta de Mustang gosta de V8, a gasolina; não gosta de carro elétrico. Foi o seu marido que prefere o carro... Dois Mustangs elétricos?

Isso aqui... Mulher, quando vai a uma loja, compra duas camisas, né? Porque gostou muito. A senhora foi capaz de comprar dois carros, porque gostou muito?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Um milhão de reais, ganhando R\$7 mil de pensão? Olha, se a gente...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não são apenas 7 mil de pensão.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, é mais.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Você sabe que o meu escritório... Eu recebia dinheiro pelo meu escritório de advocacia.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Pô, mas...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – E eu tinha um serviço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Olha, mas deve...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Oferecia um serviço.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas deve ser muito dinheiro, porque nem talvez uma pessoa que tenha ganhado o que a senhora ganhou vai comprar dois Mustangs elétricos.

Eu vou às perguntas aqui.

O duro é que a gente fica aqui parecendo que está calmo, mas quando a gente chega em casa, a gente... Poxa vida, a gente...

A PF diz ter localizado movimentos financeiros que não condizem com a capacidade econômica declarada, apontando o envio de valores para empresas como Tiffany, além de gastos com estabelecimentos Hugo Boss, Prada e Hotel Fasano. Senhora Cecília, o que a senhora comprou na loja Tiffany?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não me recordo, mas acho que foi um presente para alguém, para uma amiga.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Foram joias?

A senhora declarou esses dois Mustangs aqui no Imposto de Renda?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu tenho realmente que falar com o meu contador. Não tenho certeza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, aí é brincadeira. Aí não. A senhora não declarou a compra desses Mustangs elétricos, no valor de R\$1 milhão? (*Pausa.*)

Não, né? E eu fico preocupado em declarar o meu Imposto de Renda tintim por tintim.

Segundo a Polícia Federal, observa-se que o seu comportamento transacional é de entrada e saída de recursos de maneira rápida, o que demonstra pressa na evasão dos recursos recebidos, deixando saldo irrisório na conta, se comparado com a movimentação financeira transacionada no período. A senhora pode explicar o motivo de movimentar tão rapidamente suas contas e de suas associações em 23 e 24?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mais uma vez, Excelência, eu digo que não eram minhas associações e também não tinha ingerência. Todas as associações têm uma diretoria e têm gestores, e não era eu.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não era a minha pessoa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Entre o mês de novembro de 23 e outubro de 24, o seu escritório recebeu 17 milhões, quer dizer, em 11 meses de serviço. O que justifica ganhar aí cerca de R\$1,25 milhão de honorários advocatícios? A senhora defendeu alguma causa milionária? O que justifica?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Acho que o serviço é uma questão que não tem um valor exato de mensurar, o valor de um serviço.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sra. Cecília, a senhora não é mais uma menina, Sra. Cecília. A senhora tem filhos, não?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, tenho um adotivo. Adotivo, não; eu criei.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

Para a senhora ganhar 17 milhões em honorários advocatícios, a gente tem que partir do princípio de que a senhora ganhou uma ação de 170 milhões, no mínimo, 10%. Então, fica muito difícil aqui acreditar na senhora. A senhora recebe uma pensão.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu recebo mais de 40 mil ações. Eu acho que foi tudo lido aqui; eu não estou inventando números. Vou passar para esta Casa...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, eu sei, mas essas 40 mil ações podem ser 40 mil ações de R\$1. A senhora teve ações que totalizaram 170 milhões, defendendo?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Mais uma vez, Excelência...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É, fica difícil...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – ... eu prefiro não me manifestar neste momento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Cecília, então fica aqui registrado que é muito difícil acreditar na senhora. A senhora recebe uma pensão do INSS desde 1990, há 35 anos. O pai da... Consta aqui que o pai da senhora foi funcionário do INSS de 1954 a 1990, então, daqui a pouco a senhora vai passar o número de anos que ele trabalhou para o INSS – por isso que o Relator Alfredo Gaspar fez essa observação, não há INSS que aguente, né? Mas aí eu não vou entrar no mérito.

Então, eu agradeço muito a sua presença. Provavelmente a senhora irá arcar com as consequências dessa maluquice que a senhora fez.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E quando eu perguntei do Mustang, não foi uma brincadeira, não. Porque eu acho que a senhora não entende de Mustang.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Pois vou dizer, eu entendo de Mustang, sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá. Quando a senhora acelera o Mustang, o que acontece se o volante estiver um pouquinho inclinado para a direita ou para a esquerda?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu não vou responder.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ah, a senhora não entende de Mustang...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA *(Fora do microfone.)* – Meu Deus...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ele dá uma rabiada forte de traseira, ainda mais esse elétrico, que acelera muito mais. Então, dois Mustangs elétricos, para mim, é muito autoexplicativo de tudo que a senhora fez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputada Bia Kicis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, parabéns pela sua condução, pela firmeza. Há quantas horas estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é, né, Excelência?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não é fácil, não. E a gente faz isso por dever de ofício, porque estamos aqui trabalhando para que o povo brasileiro tenha uma satisfação, para que essa organização criminosa seja revelada e para que os aposentados tenham um mínimo de justiça, não só os aposentados e pensionistas, mas o povo brasileiro, porque os aposentados vão acabar recebendo de volta – se depender do Governo, não em dobro, como merecem, como teriam direito –, mas o povo brasileiro está pagando tudo, porque esse dinheiro está saindo da União. Então, é mais uma vez o povo sendo sacrificado.

E eu fico pensando: cada depoente que vem aqui, um após o outro, pessoas que do nada – do nada – se tornaram milionárias às custas do povo brasileiro, do sofrimento, da miséria, da pobreza... É complicado isso, não é? Porque o Brasil é um país muito rico, mas é espoliado. Pobre Brasil, pobre povo brasileiro, tão espoliado.

Sra. Cecília, senhora advogada, Dra. Ana... É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Ilana. Ilana, está o.k. Eu sou advogada também, fui Procuradora do Distrito Federal por 24 anos. Eu queria entender: você é advogada das associações, o seu serviço é no sentido de defender as associações ou defender os aposentados?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA (Para depor.) – Na Caap, como eu falei, a defesa era além das associações, não no sentido de ações, mas no sentido de manutenção do ACT, etc., mas, nesta associação, Caap, advogávamos para os associados.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Caap, advogava para os aposentados.

Procura aqui para mim aquela tabela, vê se tem essa Caap... *(Pausa.)*

Porque o que nós estamos vendo aqui, nas tabelas, é que aqui tem Caap, estou vendo aqui, essa empresa, mas, nas outras associações, Abapen, AAPB, o índice... E a Aapen... A Caap não tem,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? O índice de contestação dos associados era de 99,2%, eles não reconheciam; e na Abapen, 99,4%, eles não reconheciam sequer que eram filiados.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Eu acredito...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Então, quando a gente tem um advogado que... É impossível o advogado não saber, é impossível o advogado não ter ciência disso.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, eu acho que a senhora está falando do relatório da CGU. E, a CGU, ela pegou os que reclamaram. Então, assim, esse percentual não corresponde...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, aqui, me desculpa, é assim: reconhecem, não reconhecem. Não é só quem... Então, das pessoas que contestaram, exatamente... Então, você tem aqui: não reconhecem 305 mil. Você não vai dizer que isso é um número inexpressivo. Ao passo que 1.781 pessoas reconhecem a associação, e 305.075 não reconhecem. Isso na Aapen. Ai tem a outra também, aqui acima, que é a AAPB... a AAPB: 2.170 reconhecem, é 0,8%; e 281.177 não reconhecem.

Então, assim, esse é um universo gigantesco. Não tem como uma advogada não saber.

Então, assim, eu estou querendo entender, porque você fala que você tinha 40 mil processos, mas nesses processos você estava defendendo as associações dos associados? Quer dizer, na verdade, você não estava defendendo os pensionistas e aposentados: você estava defendendo as associações que teriam que cuidar, proteger os associados. Você estava defendendo as associações deles, é isso?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Sim, algumas, como eu expliquei. Mas também tinha ações dos aposentados contra bancos, contra instituições financeiras, etc.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas isso... Eu conheço vários escritórios grandes que fazem trabalhos para bancos, por exemplo. Então é aquele volume imenso de processos trabalhistas, vários processos. Nenhum deles ganhou 20 milhões por defender essas causas. Não é isso que se ganha. Então, assim, é muito descarado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já é a terceira advogada que vem aqui... Aliás, segunda advogada; teve um que era um advogado, mas... É a segunda advogada que vem aqui justificar seus ganhos bilionários porque trabalhava muito, porque tinha muito processo. E eu falei para ela, para a Tonia e vou falar para você: eu conheço centenas, milhares de advogados que ralam muito, que trabalham muito e não ficam milionários. E trabalham e têm até bons escritórios, mas a vida para quem trabalha e não rouba é diferente, sabe? Você se esforça, você consegue, você festeja um honorário que você recebeu um dia: "Nossa, recebi 20 mil, recebi 50 mil numa causa!". Você comemora, tem uma distribuição de lucros. Agora, 20 milhões? Isso, assim, é muito... Em um ano? É muito absurdo. Está na cara que isso não é uma coisa normal. Está na cara, ainda por cima, que você sabia do esquema. Ainda mais como advogada, você não pode dizer que você era uma pessoa ingênua. De onde está vindo esse dinheiro todo, esses contratos? É 1 milhão na pessoa física, no seu CPF, aí a empresa recebe milhões e milhões e vai repassando, ó: 5,1 milhões repassados...

E são sempre às mesmas pessoas, né? Eric Fidelis aqui, ó, que esteve sentado aqui outro dia... O Eric Fidelis recebeu 2,3 milhões; Xavier Fonseca Consultoria, 1,7 milhão; Associação dos Aposentados repassou para Rodrigues & Lima, advogados, 17,7 milhões. É tudo assim: números estratosféricos. Enquanto isso, os aposentados sendo descontados do seu salário mínimo, daquela miséria que eles recebem. E a gente não vê uma pessoa sentar aqui e falar: "Olha, eu realmente estou arrependida, eu sinto muito". Não, é todo mundo com cara de paisagem, como se fosse tudo isso muito normal.

Eu te pergunto: nas suas viagens nacionais e internacionais – de fato não foram trinta e tantas internacionais, mas teve várias internacionais e outras nacionais –, o que você levava? Qual o conteúdo das suas malas, das 31 malas em um voo? Qual o conteúdo de 31 malas? Quantos pares de sapato você tem?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência, mais uma vez, eu vou dizer para esta Casa que eu não... Essas malas, 31 malas não eram minhas. Isso não existe.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas é a polícia que está dizendo.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Pois ela está equivocada, porque era só ver o que está registrado no meu nome. Você viaja com um grupo... Aí quer dizer que vamos viajar aqui em grupo, aí todas as malas são minhas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não, eu não sei. Eu estou dizendo que a polícia é que colocou no relatório que essas malas eram suas.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Ela não pode ter colocado isso aí.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Trinta e uma malas, e eu fiquei curiosa para saber...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, é engraçado. Eu também estou curiosa e quero saber...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... qual é o conteúdo.

Então, a senhora está afirmando que essas 31 malas não eram suas?

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não são minhas. E tem os registros.

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas isso é o de menos importância. Eu perguntei como mulher mesmo, por curiosidade.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA *(Fora do microfone.)* – Meu Deus do céu!

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É mais uma curiosidade feminina mesmo, mas isso não é importante.

O importante são os vinte e tantos milhões que, como advogada da empresa... E você foi Presidente dessas associações. Quando o Deputado Marcel questionou, você calou, omitiu o fato de ter sido Presidente, falou que era só uma advogada, mas depois, quando ele trouxe a informação de que você havia sido Presidente...

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Excelência...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... aí você falou: "É, eu já tinha falado antes". Houve uma omissão, sim, para que você parecesse o quê? Uma simples advogada – uma simples advogada milionária às custas dos pobres brasileiros. Mas, na verdade, você foi Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pergunto, já que a Senadora Damares afirma que a Presidente da associação é uma analfabeta, quem assinou o contrato com a senhora? O seu contrato de prestação de serviços, quem assinou, uma vez que a Presidente, segundo a Senadora Damares, é analfabeta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo encerrou, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Só para essa pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A senhora pode se manifestar, Sra. Cecília.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Primeiro, eu vou me manifestar, dizendo que, infelizmente, eu acho que nem todos os Parlamentares escutaram a minha fala, porque aqui eu reporto que eu fui Presidente de duas associações e que uma delas não teve ACT – não tinha ACT à minha época – e que saí e que fui só advogar e não tive mais nenhum tipo de ingerência. E quem assinou eu acredito que foi ela mesmo, eu não acredito que essa mulher seja... É um fato novo ela me falar que ela é analfabeta, sinceramente.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Bom, a gente vai requerer os documentos que ainda não tiverem vindo a esta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu gostaria de requerer esses contratos assinados, inclusive para a gente avaliar essa questão da assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode apresentar, Excelência, o requerimento.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Só estamos votando isso aqui, Sr. Presidente. Só um segundinho, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Nosso último orador, inclusive, da noite.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Ó o meu tempo... O senhor ajusta? Estou votando ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Cecília e nobre advogada, eu fui ao folclore brasileiro, pensei em ir à mitologia grega, mas o folclore brasileiro sempre tem boas histórias. E diz a lenda no folclore brasileiro que a mulher do padre se transforma em mula sem cabeça e que o fruto dos dois é o lobisomem. Eu digo isso porque esta CPMI está nos levando a ter alucinações, a ver fantasmas e a acreditar que o transcendente e o irreal, o imaginário possam estar nas nossas mentes, tamanha é a frieza das pessoas que se apresentam na nossa frente. E eu nunca vi advogados com uma memória tão fraca igual à daqueles que estiveram sentados aí nessa CPMI.

Digo isso porque é impossível alguém não saber de quem recebeu 1,7 milhão, 2 milhões, 17 milhões... Que diabos de gestão de escritório que se tem dessas que você não conhece os seus clientes, o valor dos seus clientes, não sabe que ação que você fez. Você não sabe mais... Porque se fosse uma pessoa de pouca formação, mas a D. Cecília vem aqui com uma frieza, elegantemente vestida, maquiada, dizer que não sabe mais as empresas que são dela, não sabe mais se é sócia, se não é sócia, de quem recebeu ou pagou 1,7 milhão, R\$2 milhões. Que loucura! Só no folclore mesmo, que nos remete a lobisomem e a mula sem cabeça. Não teria outros dois personagens do folclore para representar todos aqueles que se sentaram na nossa frente aqui e nos trataram talvez como fantasmas, mas isso é só parte da podridão que se tornou a coisa pública brasileira.

D. Cecília, pela sua memória, pelo que a senhora respondeu aqui, que não lembra, não sabe, não conhece, era melhor a senhora até pedir suspensão da OAB, não ficar na profissão. A profissão de que a senhora paga a anuidade, a entidade a que a senhora é filiada, a OAB, é de profissionais de que se exige memória, presença, lucidez, conhecimento dos fatos, mas a senhora perdeu a cabeça, literalmente, fazendo uma referência aqui ao folclore brasileiro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA MARTINS LUZ – Presidente, por favor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas desse mesmo apagão sofre também o Governo. E eu vou lembrar aqui por onde comecei hoje: que a AGU foi alertada sobre o INSS; e o Messias – o falso Messias, o lobisomem Messias, que o Barrabás quer levar para o STF – é um homem que sabia, que tinha conhecimento e que prevaricou. Eu quero ver se os Senadores vão ter coragem de botar o seu voto para poder levar esse falso Messias para o STF.

Na matéria do *Estadão*, *O Estado de S. Paulo*, capa de hoje também, "AGU sabia de problema no INSS". Os advogados que trabalham para a União, indicados para os cargos de diretoria pelo Luiz Inácio Lula da Silva, que carinhosamente atende pelo nome de Barrabás, porque é sempre importante fazer uma citação bíblica, o Messias ignorou os alertas. Esses crimes em que a senhora está sendo envolvida, porque pela inocência da senhora, a senhora foi envolvida... A senhora se comporta aqui como quem não tem nenhum tipo de conhecimento dos milhões das suas contas. Portanto, a Advocacia-Geral da União do Lula – porque ele fala "a minha Polícia Federal", fala "a minha AGU" – sabia e nada fez.

"Diálogos obtidos pela Polícia Federal mostram ordem de propina para presidente do INSS. [Só] 'Paga o italiano'". Aliás, o negócio de apelido, parece bem uma... Quem conhece a esquerda, a sua estrutura, a sua metodologia, sabe que apelidos são muito corriqueiros, assim se comportaram durante todas as suas ações na América Central, aqui no Brasil. Não vou citar apelidos aqui que levaram na ficha da Odebrecht, tudo é apelido. Portanto, parece muito autêntico esse envolvimento do Sr. Stefanutto, esquerdista de carteirinha, eleitor do Lula de carteirinha, convicto, arrogante, prepotente, propineiro e ladrão. Também não difere muito de quem o acompanha. Ele foi afastado, embora tente mentir aqui, mas o Stefanutto, esse mesmo que recebia uma mesadazinha modesta, 250 mil, isso é muito pouco diante do volume que eles roubaram, mas se contentou com pouco e parece que escondeu bem esse dinheiro, porque não foi rastreado ainda nenhum bem ao seu redor. Ele foi afastado pela Polícia Federal. Se dependesse de Luiz Inácio Lula da Silva, o Barrabás, ele estaria até hoje lá, mas a Polícia Federal do Brasil, não a do Lula, atuou.

"Ex-presidente do INSS preso permitiu R\$ 2 bilhões em descontos após revelação da farra". Ou seja, isso chama arroz de festa: "Vamos juntar o pouquinho que tem aqui [porque sabe que ia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter consequência] e vamos roubar o máximo que puder, no menor tempo possível, antes que apaguem as luzes". E o Presidente do INSS do Lula autorizou, mesmo após a denúncia, 2 bilhões dessa farra.

E aí ele veio aqui e, ao invés de ser humilde, reconhecer as limitações, poderia ter tido oportunidade de entregar os seus superiores, mas se calou, não, preferiu bater boca com o competente e respeitado Relator Alfredo Gaspar.

Estou aqui nesta Casa já há 11 anos, tive oportunidade de participar da necessária Comissão do Impeachment daquela corrupta Dilma, conivente da estrutura de Governo, tantas outras CPIs, CPMI, Comissões de inquéritos nesta Casa. Olha, eu estou orgulhoso, Alfredo Gaspar – meu depoimento é de um Parlamentar já por três mandatos –, da qualidade do trabalho que V. Exa. está exercendo aqui. Mas o ladrãozinho veio aqui e quis te afrontar, quis ser arrogante, quis bater boca, ou seja, o bandidinho mordeu a isca, como diz o ditado.

E aí eles insistem nessas coisas do apelido porque isso mostra a estratégia. Aliás, o Vice-Presidente que eles recrutaram para tentar melhorar a imagem do atual senhor que foi levado a Presidente da República, porque ele não foi eleito, foi levado lá – apelido é coisa normal no meio deles, isso é estratégia deles –, ele já dizia: "Eles querem voltar para a cena do crime". Mas eles são tão caras-pálidas que preferiram ignorar essa frase, chamar o denunciante para o seu lado, se aliar a ele, estão aí confirmando as nossas premissas, ou seja, o fantasma está posto, o lobisomem está posto. Esse Governo virou assim uma mula sem cabeça, porque ninguém sabe, ninguém viu, ninguém conhece, só mesmo o folclore brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... para poder trazer essa lucidez.

Sr. Presidente, o Brasil está chorando, o Brasil sério e decente, que levanta cedo, trabalha e produz, que paga os seus impostos. Os bons advogados deste país estão envergonhados daqueles que, porventura, em algum momento, fazem da profissão, igual alguns que já estiveram aqui, para ficar rico com o dinheiro alheio, o dinheiro dos aposentados. Os bons profissionais públicos, os bons funcionários públicos estão envergonhados daqueles que, em cargos de liderança, nomeados, se apropriaram de bens. É claro que isso transcende governos, mas a índole





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a mesma. É óbvio que tem sempre gente infiltrada, tem gente que faz papel de bom moço a vida toda, mas, na primeira oportunidade, tem a índole do mal, acaba participando do roubo.

Portanto, eu encerro a minha fala lamentando que a nossa geração tenha que conviver com um Governo corrupto, que acaba de votar no Plenário da Câmara dos Deputados contra um projeto para enfrentar as facções, Governo que acaba de votar contra um projeto que vai enfrentar o crime organizado e ainda quer pagar de moralista. Como eu sempre digo, vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Encerrada a lista de oradores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, estou, fui questionado hoje sobre uma visita que foi feita na Papuda por quatro integrantes da nossa Comissão. E eu não sei se o senhor, como Presidente, ou... Uma visita que foi feita para conhecer as condições em que será, onde vai ficar preso o ex-Presidente Bolsonaro. Eu não entendi o que isso tem a ver com a nossa Comissão, mas como tinha quatro, três Senadores e uma Senadora, isso acabou criando uma confusão, e as pessoas ficam me questionando, porque, como eles estiveram aqui durante todo o dia hoje, se todos nós éramos convidados, se nós podemos ir lá também para conhecer as condições em que vai ficar preso o Bolsonaro, se tem algum envolvimento.

Eu falei hoje que nós vamos convocar o Bolsonaro, mas a Comissão já está indo ver o local em que ele vai ficar preso. É uma "precursoria"? O que é que nós temos a ver com essa visita dos integrantes da Comissão lá à Papuda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, questão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência, para eu responder.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu queria responder-lhe.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, só um instante. Só um instantinho, Senadora Damares.

A questão de ordem, Excelência, não tem qualquer ligação com esta Comissão, porque qualquer visita em nome da CPMI tem que ser aprovada pelo Plenário.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou passar a palavra à Senadora Damares, para que ela possa... Acredito que a visita tenha sido feita no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É, Presidente. Era só o Deputado ter lido um pouquinho melhor ou conversado comigo. Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e chegou um relatório da Defensoria Pública à Comissão, de que está um horror o presídio e de que não comporta mais um idoso lá. Então a Comissão foi para constatar o relatório da Defensoria, produzir um outro relatório e dizer para o Brasil que lá não é lugar de mais um idoso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Então, Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para mim, está explicado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É só isso, Deputado. A gente foi como Direitos Humanos, porque esse é o meu papel como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Lamento que a sua assessoria o induziu a erro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para mim, está explicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está resolvido, Excelência?

Eu coloco-me apenas, Senadora Damares, num questionamento que faço sobre as diferenças no Brasil, porque o Presidente Lula, quando foi preso, não ficou numa penitenciária.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Nem o Collor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nem o Collor.

E, ainda que não se concorde com tudo, seria de se entender por que o ex-Presidente Bolsonaro tem que ir para uma penitenciária. Acho que tem uma diferença muito grande.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu não... Mas tem uma decisão de que ele vai ir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Ele está lá para ir. Pelo menos é o que está colocado. Mas que há uma diferença de tratamento, há, com toda...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas há uma decisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom, é o que se diz, Excelência, que vai. Se for, fica configurado.

Muito bem. Esse assunto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, pergunto ao Relator, dentro da nossa programação, se V. Exa. tem mais alguma colocação, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto à Sra. Cecília Rodrigues Mota se deseja fazer uso da palavra para alguma alegação final.

A SRA. CECÍLIA RODRIGUES MOTA – Não, Excelência. Obrigada também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Então quero agradecer à Dra. Ilana pela presença, o acompanhamento.

Senhores, hoje o Brasil assistiu aqui a uma das reuniões, eu diria, mais elucidadoras da história desta CPMI. São quase 14 horas de trabalho, dois depoentes fundamentais, uma enxurrada de documentos, extratos, rastros financeiros, indícios gravíssimos e, do outro lado, um silêncio que ecoou como um grito de culpa, a meu ver.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui em defesa dos aposentados, das viúvas, dos órfãos deste país, enquanto aqueles que deveriam explicar escolheram se esconder atrás, mais uma vez, do silêncio. E esse silêncio não é proteção jurídica, é medo, é confissão moral, é a reação de quem sabe que o dinheiro que movimentou não resiste à luz e às investigações.

Os depoentes de hoje chegaram amparados, mais uma vez, por *habeas corpus*, sentaram-se diante do Brasil e não tiveram aqui a coragem de dizer uma palavra sobre o que fizeram, mas, lá fora, em casas humildes deste país, esse silêncio se torna um barulho muito grande.

A verdade, senhores, é dura, mas ela está sobre a mesa. A verdade não tem dono, mas tem preço, e quem paga, há décadas, é o aposentado brasileiro, o aposentado do nosso país: o idoso que trabalhou a vida inteira, a viúva que depende da pensão, o órfão que precisa do benefício para sobreviver – eles pagam quando o sistema falha, pagam quando os servidores se corrompem, pagam quando os fraudadores agem, pagam quando as instituições se calam.

Esta CPMI existe para impedir que continuem pagando sozinhos. Aqui, senhores, não tem medo, aqui tem dever; aqui não existe silêncio conveniente, nem conveniente, aqui há compromisso; aqui não tem lado político, aqui tem lado moral, e o lado moral é o lado do aposentado, do vulnerável, de quem sempre pagou e foi traído por um sistema que deveria protegê-lo.

Quando seguimos o dinheiro, aí a revolta aumenta. O rastro financeiro não mente. Pessoas ligadas a associações receberam centenas de milhões de reais. Mais de 90% dos beneficiários que reclamaram pediram devolução porque nunca autorizaram um desconto qualquer. O dinheiro sempre cai nos mesmos operadores, nos mesmos servidores, no mesmo núcleo criminoso: um padrão claro de propina, lavagem de dinheiro e desvio.

Um alfaiate de luxo movimentou mais de R\$30 milhões sem comprovar a origem legítima. Não apresentou notas, registros ou documentos. Não apresentou, sabe por quê? Porque não tem o que apresentar, não podia. O silêncio dele fala mais alto que qualquer resposta.

Nossa segunda depoente movimentou centenas de milhões de reais, repassados a servidores corruptos, às entidades fantasmas, ao coração da engrenagem criminosa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto aposentados sofriam, todos aqueles que estão envolvidos nessa história faziam dezenas de viagens internacionais para destinos de luxo – Paris, Dubai, Abu Dhabi –, uma vida de extravagância construída sobre o sofrimento de quem vive com o salário mínimo.

O silêncio dos dois não os absolve, os condena moralmente diante do país. Por trás de cada número há uma vida. Enquanto alguns movimentavam milhões e viajavam ao redor do mundo, um aposentado brasileiro estava sentado numa mesa simples – e isso são milhões de brasileiros –, olhando para o extrato e tentando entender por que o dinheiro não deu para o final do mês.

Quando alguém rouba um aposentado, não rouba um número, rouba dignidade, rouba sossego, rouba o pouco que sustenta a vida de quem não tem mais de onde tirar. E essa cena silenciosa é que revolta; é por eles que esta CPMI existe.

E, antes de um apelo final, quero citar aqui as palavras de Davi, rei de Israel, que entendia o peso moral de proteger os vulneráveis: "Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o necessitado, livrai o pobre e o desvalido, tirai-os das mãos dos ímpios", Salmos, 82, versículos 3 e 4.

Essa orientação atravessou séculos porque traduz um princípio eterno. Líderes – líderes como nós neste Congresso – existem para defender os que não têm força nem voz, para levantar os que foram derrubados pela injustiça, para proteger os que sofrem. E é por isso que eu afirmo com convicção e com responsabilidade: o Brasil precisa suspender imediatamente, por 180 dias, no mínimo, todos os descontos dos consignados já existentes dos aposentados e pensionistas. Mais de 1,6 milhão de idosos foram atingidos por descontos questionáveis. Senhores, mais de 1,6 milhão de brasileiros que não têm de onde tirar.

Hoje nós temos a condição de dizer que os descontos são, sim, duvidosos. Há operações que podem chegar a R\$12 bilhões. Não existe possibilidade moral, humana ou jurídica de seguir cobrando enquanto tantas irregularidades são expostas pela CPMI e não foram esclarecidas. Deixo claro que essa suspensão não atinge quem quer fazer novos consignados, não trava crédito, não prejudica a economia, protege apenas quem já está sendo descontado em meio a um ambiente de fraude e de irregularidades. Todos daqueles milhões que tiveram empréstimos feitos sem autorização, eu tenho certeza, concordam com esse apelo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro para o país inteiro que o Banco Central, o INSS, o Ministério da Previdência, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil, passam a dividir essa responsabilidade. A omissão agora não é neutralidade, é escolha. Essa escolha ficará marcada na memória dos aposentados e das viúvas de todo o nosso país.

Faço um apelo ao Governo Federal, um Governo que se apresenta como defensor dos mais pobres precisa comprovar isso com atitude concreta, não só no discurso. Está disposto a apoiar essa suspensão de 180 dias ou permitirá que o aposentado continue sendo descontado, enquanto o país assiste ao desmonte desse esquema?

Deixo um recado direto aos criminosos que roubaram os aposentados: a CPMI já sabe quem vocês são, temos nomes, núcleos, o rastro financeiro, os operadores e quanto cada um dos senhores desviou. Nada ficará escondido da nação. Este trabalho está sendo conduzido com precisão pela CPMI, pelo nosso Relator Alfredo Gaspar, e com pleno respaldo jurídico do Ministro André Mendonça, no STF. E podem ter certeza de que muita gente que se achava intocável vai cair, escutem o que eu estou falando para vocês. Quem tirou o dinheiro de aposentado, de viúva, de órfão, vai responder, quem quebrou a confiança do povo brasileiro, em um mandato, usando os votos de forma irregular, vai cair, vai aparecer.

Eu creio que, primeiramente, dentro da minha fé, quem conduz os nossos trabalhos é Deus Altíssimo, justo juiz. E quando Deus revela, senhores, quando ele move a mão, ninguém esconde. Os aposentados vão ver justiça, as viúvas vão ver justiça, os órfãos vão ver justiça. O Brasil inteiro vai ver que esta Comissão não recua diante do mal.

Suspensão imediata por 180 dias dos contratos de empréstimos consignados, até uma auditoria completa e transparente, é o mínimo que os aposentados pedem hoje. É o justo, é o necessário, é aquilo que nós precisamos dar como mais um passo de resposta ao povo brasileiro.

Muito obrigado a todos pelas horas de trabalho.

E, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada 24 de novembro, às 16h, para ouvirmos Rodrigo Moraes, da Arpar, e o Sr. Jucimar, funcionário do INSS, Jucimar Fonseca, que, se não comparecer, será feita a condução coercitiva.

Está encerrada a sessão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 44 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

AATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana, Eduardo Girão e Bia Kicis, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, José Lacerda, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Rogério Carvalho, Beto Faro, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Rogerio Marinho, Damares Alves, Sóstenes Cavalcante, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, AJ Albuquerque, Ricardo Maia, Orlando Silva, Ricardo Ayres, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Fernando Rodolfo, Zé Trovão, Delegado Fabio Costa, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Jussara Lima, e ainda dos Parlamentares Delegado Caveira, Carla Dickson e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Professora Dorinha Seabra e Duarte Jr.. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às treze horas e doze minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e um minutos. A reunião é suspensa às quinze horas e quarenta e um minutos e reaberta às quinze horas e quarenta e sete minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos e reaberta às dezessete horas e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa.**

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 242 de 2025 que: "Requer, ao INSS, o envio de relatórios de auditoria, dados estatísticos, contratos e informação sobre medidas de segurança e investigações internas relativas a fraudes em empréstimos consignados e descontos indevidos dos anos de 2020 a 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 243 de 2025** que: "Requer, ao TCU, o envio de documentos e informações relativos ao acórdão TCU nº 1115/2024 e à fiscalização das fraudes no crédito consignado do INSS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 244 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central, o envio de relatórios de fiscalização, dados de sanções, e informações sobre medidas de prevenção a fraudes no âmbito do crédito consignado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 245 de 2025** que: "Requer, ao Departamento de Polícia Federal, o envio de relatórios informações detalhadas sobre operações de combate a fraudes e empréstimos consignados." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 247 de 2025** que: "Requer, ao Ministério Público Federal, o envio de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações consolidadas sobre a atuação do Ministério Público Federal no combate a fraudes em empréstimos consignados do INSS (2020-2025)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 248 de 2025** que: "Requer, à Caixa Econômica Federal, o envio de relatórios e informações detalhadas sobre fraudes em empréstimos consignados, investigações internas, sanções a correspondentes bancários e vulnerabilidades sistêmicas identificadas no período de 2020 a 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 251 de 2025** que: "Requer, à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), o envio de documentos e informações referentes a relatórios e dados sobre as ações de fiscalização, regulação e combate a fraudes em operações de crédito consignado sob a competência da SENACON." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 389 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, o envio de cópia integral das auditorias realizadas junto ao INSS com vistas a avaliar a conformidade dos descontos de mensalidades associativas e empréstimos consignados realizados na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS e, em especial, cópia integral da Tomada de Contas nº 032.069/2023-5." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1109 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, informações acerca de esquema desarticulado pela Polícia Federal no âmbito da Operação Egrégora." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1189 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o envio de informações sobre a existência de contratos de crédito consignado ativos para beneficiários com mais de 120 anos de idade e beneficiários do BPC idoso com menos de 60 anos, em decisão considerada inconsistente com os critérios legais." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1201 de 2025** que: "Requer à Polícia Civil do Estado de Alagoas o envio de cópias do Inquérito destinado a apurar fraudes na contratação de empréstimos consignados no Estado." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1492 de 2025** que: "Requer ao Departamento de Polícia Federal a listagem de senadores da República e deputados federais implicados na Operação sem Desconto, ou que constam como investigados de inquéritos em geral sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1513 de 2025** que: "Requer ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS informações acerca do menu digital do INSS, segurança do atendimento remoto, proteção dos beneficiários e medidas de controle do INSS, nos termos relacionados no requerimento." **Autoria:** Deputado Lucas Redecker. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1562 de 2025** que: "Requer, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, relatório sobre os impactos dos descontos irregulares em benefícios previdenciários nas comunidades indígenas e quilombolas do Estado do Acre." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1563 de 2025** que: "Requer, ao Instituto





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional do Seguro Social - INSS, informações sobre descontos de benefícios de aposentados e pensionistas residentes no Estado do Acre." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1600 de 2025** que: "Requer ao Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, o envio de informações sobre a Operação Data Leak e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à operação citada, que investigou fraudes envolvendo o uso indevido de dados de beneficiários do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1607 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, Gilberto Waller Júnior, o envio de informações relativas à identificação dos números de contas bancárias indicadas pelas entidades listadas." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1625 de 2025** que: "Requer à Advocacia-Geral da União informações sobre a atuação do órgão no âmbito da operação "Sem Desconto"." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1627 de 2025** que: "Requer ao senhor Eli Cohen, advogado, informações e a disponibilização, em formato digital, das atas, recibos e documentos relacionados às entidades de beneficiários do INSS que estejam em sua posse." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1634 de 2025** que: "Requer, ao Ministro da CGU, a prestação de informações e documentos sobre ofícios e comunicações, via sistema E-CGU, relativos ao encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 1619307 ao INSS e ao Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1635 de 2025** que: "Requer, ao Ministro de Estado da Previdência Social, informações e documentos sobre a tramitação no sistema SEI dos relatórios da CGU (Auditoria nº 1619307), cópia de todos os documentos internos e atas de reuniões relacionados ao tema, identificação das providências administrativas adotadas e esclarecimento se houve ou não iniciativa da CGU em tratar pessoalmente os achados com o Ministro da Previdência." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1690 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de informações detalhadas e diversos documentos sobre descontos em benefícios previdenciários e assistenciais, no período de janeiro de 2019 até 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1691 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações detalhadas e diversos documentos referentes a descontos em folha de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais no período de janeiro de 2019 a 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1692 de 2025** que: "Requer, ao Ministério Público Federal, o envio de informações detalhadas e diversos documentos referentes a descontos em benefícios previdenciários e assistenciais, no período de janeiro de 2019 a 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1693 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, o envio de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações detalhadas e diversos documentos referentes a descontos realizados em benefícios previdenciários e assistenciais, no período de janeiro de 2019 a 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1705 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, relatório de visitas e Acessos de Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências da instituição, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1706 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal do Brasil (RFB), o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1707 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de Relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências às dependências da instituição, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1708 de 2025** que: "Requer, à Secretaria-Geral da Presidência da República, o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1709 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências às dependências do órgão, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1710 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1711 de 2025** que: "Requer, ao Supremo Tribunal Federal (STF), o envio de Relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências às dependências do órgão, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1712 de 2025** que: "Requer, à Casa Civil da Presidência da República, o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1713 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o envio de Relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências às dependências do órgão, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026."





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1714 de 2025** que: "Requer, ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1715 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), o envio de Relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências da instituição, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1716 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União (TCU), o envio de Relatório de Visitas e Acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências das unidades do órgão no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1717 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Justiça, o envio de Relatório de visitas e acessos da sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às dependências da instituição, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de janeiro de 2015 a junho de 2026." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1719 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), cópia dos processos, documentos, notas técnicas, análises internas, memorandos e demais peças administrativas que embasaram a elaboração do Relatório de Auditoria nº1675291 – INSS, publicado em abril de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1720 de 2025** que: "Requer, ao Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de informações detalhadas sobre denúncias e reclamações registradas na plataforma Fala.BR, envolvendo o INSS, o Ministério da Previdência Social e a própria CGU, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1776 de 2025** que: "Requer ao Departamento de Polícia Federal informações, com o envio, em formato digital, de cópia integral de inquéritos sobre descontos indevidos de mensalidades associativas em benefícios do INSS que tratem da atuação do Sr. Bruno Deitos, da empresa Premier Recursos Humanos e da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER, pelos fatos e fundamentos expostos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1778 de 2025** que: "Requer ao Ministério da Previdência Social o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências do Ministério da Previdência Social, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1779 de 2025** que: "Requer ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito , no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1780 de 2025** que: "Requer à Advocacia-Geral da União - AGU o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências da Advocacia-Geral da União - AGU, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1781 de 2025** que: "Requer à Casa Civil da Presidência da República o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos –SINDNAPI, às dependências da Casa Civil da Presidência da República, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito , no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1782 de 2025** que: "Requer ao Ministério da Justiça o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências do Ministério da Justiça, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito , no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1783 de 2025** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal - STF o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências do Supremo Tribunal Federal - STF, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1784 de 2025** que: "Requer à Receita Federal do Brasil - RFB o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências da Receita Federal do Brasil - RFB, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1785 de 2025** que: "Requer à Secretaria-Geral da Presidência da República o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências da Secretaria-Geral da Presidência da República, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito , no período de1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1786 de 2025** que: "Requer à Controladoria-Geral da União - CGU o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos –





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

SINDNAPI, às dependências da Controladoria-Geral da União - CGU, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025."

Autoria: Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1787 de 2025** que: "Requer ao Gabinete Pessoal do Presidente da República para que o dirigente máximo dessa instituição encaminhe a esta Casa o Relatório de Visitas e Acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI, às dependências do Gabinete Pessoal do Presidente da República, incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1805 de 2025** que: "Requer ao dirigente máximo da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) o envio de relatório de visitas e acessos de Milton Baptista de Souza Filho às dependências da referida empresa — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025, para instrução dos trabalhos da CPMI do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1806 de 2025** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União (TCU) o envio de relatório de visitas e acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Sindnapi, às dependências do Tribunal — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025, para instrução dos trabalhos da CPMI do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 1807 de 2025** que: "Requer ao Banco Central do Brasil (BC) o envio de relatório de visitas e acessos de Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Sindnapi, às dependências da instituição — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025, para instrução dos trabalhos da CPMI do INSS." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1820 de 2025** que: "Requer, ao INSS, informações sobre o processo administrativo nº 35000.001023/2018-53, que resultou na celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 174/2025 com o Banco Mercantil do Brasil." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1833 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o envio do Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às dependências da AGU no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1834 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio do Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às dependências do Ministério da Previdência Social no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 1835 de 2025** que: "Requer, à Casa Civil da Presidência





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República, o envio do Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às dependências da Casa Civil no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 1836 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio do Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às dependências do INSS no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 1837 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Justiça, o envio do Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às dependências do Ministério da Justiça no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1870 de 2025** que: "Requer, ao STF, o envio de documentos e informações relativos ao contrato do STF com a empresa Orleans Viagens e Turismo; aos serviços prestados pela empresa durante a vigência do contrato; às notas fiscais e notas de pagamento do referido contrato; à documentação da licitação; à identificação do fiscal do contrato; e à identificação do ordenador de despesa responsável pelo pagamento das despesas deste contrato." **Autoria:** Senador Cleitinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1876 de 2025** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o envio de informações sobre a designação de servidores, agentes e delegados, bem como a suficiência da estrutura disponível para a investigação de fraudes relacionadas a descontos associativos indevidos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1877 de 2025** que: "Requer ao Advogado Geral da União, Jorge Messias, o envio de informações sobre a designação de servidores, bem como a suficiência da estrutura disponível para a investigação de fraudes relacionadas a descontos associativos indevidos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1928 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal do Brasil (RFB), informações completas acerca da situação fiscal e patrimonial do investigado Antônio Carlos Camilo Antunes, em especial quanto à apreensão de 14 automóveis e motocicletas de luxo, conforme operação da Polícia Federal amplamente noticiada pela imprensa, bem como requer a apresentação de documentos." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1948 de 2025** que: "Requer, ao INSS, informações sobre Termos de Compromisso e Manutenção de Sigilo (TCMS) firmados por representantes de todas as entidades parceiras cujos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) estejam sob investigação, bem como minutas e textos finais dos acordos." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1963 de 2025** que: "Requer, à Casa Civil, informações e o encaminhamento de documentos, em meio digital, referentes aos critérios, fundamentos e procedimentos adotados pela Procuradoria-Geral Federal no exame técnico e jurídico e na indicação para os cargos de Procurador-Chefe do INSS e Presidente do INSS, bem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como os processos concernentes às nomeações de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Alessandro Stefanutto." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1964 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), informações e o encaminhamento de documentos, em meio digital, referentes aos critérios, fundamentos e procedimentos adotados pela Procuradoria-Geral Federal no exame técnico e jurídico e na indicação para os cargos de Procurador-Chefe do INSS e Presidente do INSS, bem como os processos concernentes às nomeações de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Alessandro Stefanutto." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1965 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, informações e o encaminhamento de documentos, em meio digital, referentes aos critérios, fundamentos e procedimentos adotados pela Procuradoria-Geral Federal no exame técnico e jurídico e na indicação para os cargos de Procurador-Chefe do INSS e Presidente do INSS, bem como os processos concernentes às nomeações de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Alessandro Stefanutto." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1992 de 2025** que: "Requer, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1993 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1994 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1995 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Justiça, o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1996 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1997 de 2025** que: "Requer, ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Domingos Sávio de Castro às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 01/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 1998 de 2025** que: "Requer, à Casa Civil da Presidência da República, o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1999 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 2000 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o relatório completo de visitas e acessos do Sr. Domingos Sávio de Castro às suas dependências, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 2001 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal do Brasil (RFB), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 2002 de 2025** que: "Requer, à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Domingos Sávio de Castro às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 01/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 2003 de 2025** que: "Requer, à Secretaria-Geral da Presidência da República, o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 2004 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 2005 de 2025** que: "Requer, ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 2006 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal do Brasil (RFB), o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Domingos Sávio de Castro às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 01/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 2007 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Domingos Sávio de Castro às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrito —, no período de 01/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 2008 de 2025** que: "Requer, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 2009 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 2010 de 2025** que: "Requer, ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Domingos Sávio de Castro às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 01/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 2011 de 2025** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 2012 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central do Brasil (BCB), o Relatório de Visitas e Acessos de Luís Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG e das Lojas Help!, às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1º/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 2014 de 2025** que: "Requer, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Relatório de Visitas e Acessos do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Sindnapi, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 2015 de 2025** que: "Requer, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Relatório de Visitas e Acessos da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galleti às suas dependências — incluídas sede, gabinetes, unidades regionais, anexos e áreas de acesso restrito —, no período de 1/01/2015 a 23/06/2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 2016 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, cópias dos documentos e contratos firmados pelas empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes com prestadores de serviços, incluindo aqueles contratados de forma terceirizada e quarteirizada, destinados ao exercício de suas atividades empresariais." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 2031 de 2025** que: "Requer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o envio de informações sobre os números e o acesso, no SEI, de todos os processos administrativos referentes à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

homologação dos acordos de cooperação técnica (ACTs) e dos blocos de associados, incluindo todos os documentos e etapas da tramitação administrativa (cadeia processual completa)."

Autoria: Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 2044 de 2025** que: "Requer à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), informações sobre o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, que apresentou atestado da instituição à Polícia Legislativa."

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 2054 de 2025** que: "Requer, à Confederação Nacional das Agriculturas Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER, informações sobre a execução do Acordo de Cooperação Técnica – ACT firmado entre a Confederação Nacional das Agriculturas Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER e diversos municípios do Brasil." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 2065 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Delegada de Polícia Civil, Milena Sapienza, informações sobre o Inquérito Policial que tramita no 23º Distrito Policial de Perdizes envolvendo Edson Claro Medeiros e Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem.

Resultado: Não apreciado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 2071 de 2025** que: "Requer à Advocacia-Geral da União informações sobre a abertura de procedimento administrativo de apuração das condutas de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Alessandro Antônio Stefanutto, tendo em vista o posicionamento da Controladoria-Geral da União (CGU) que decidiu pelo arquivamento dos respectivos procedimentos afirmando ser competência da Corregedoria-Geral da AGU." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 2099 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, o envio de informações sobre possível vazamento de operação contra fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)."

Autoria: Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 2146 de 2025** que: "Requisita cópia integral, em formato digital, com transferência de sigilo, dos autos do processo nº 0800040-92.2025.4.05.8310, em trâmite na 28ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, decorrente da Operação Unblok." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo.

Resultado: Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 2183 de 2025** que: "Requer à Junta Comercial do DF o estatuto ou o contrato social e demais alterações estatutárias a respeito da sociedade GM Gaspar LTDA." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 2194 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal, o envio de cópia integral do contrato social e das alterações societárias da empresa Giacomasi Business and Management Ltda."

Autoria: Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 2195 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio dos relatórios de auditoria interna referentes aos acordos de cooperação técnica (ACTs) e à Diretoria de Benefícios do INSS, no período da gestão do Sr. Benedito Adalberto Brunca." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 2197 de 2025** que: "Requer, ao Cartório de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo (SP), o envio de certidão simplificada, cópia do contrato social, alterações contratuais e quadro societário completo da empresa Giacomasi Business and Management Ltda." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 2198 de 2025 que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União (TCU), o envio de relatórios, acórdãos e deliberações que tratem dos acordos de cooperação técnica (ACTs) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos mecanismos de descontos em benefícios previdenciários no período da gestão do Sr. Benedito Adalberto Brunca." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015..

ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 2199 de 2025 que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de todos os relatórios de auditoria interna referentes aos acordos de cooperação técnica (ACTs) e à Diretoria de Benefícios, no período da gestão do Sr. Benedito Adalberto Brunca." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015..

ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 2239 de 2025 que: "Requer o envio de pedido de informações às entidades de classe (conforme lista especificada no requerimento) que autorizavam a consignação de mensalidades em benefícios previdenciários, para que especifiquem se já realizaram restituições aos seus associados ou sindicalizados." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 2268 de 2025 que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações e documentos referentes às comunicações realizadas pelo ex-Presidente do INSS Alessandro Antônio Stefanutto e por seus subordinados junto à Polícia Federal, Polícia Civil, Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito das apurações relativas a fraudes e irregularidades em descontos associativos incidentes sobre benefícios previdenciários." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 2269 de 2025 que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações e documentos complementares referentes aos Documentos nº 112 e nº 115, remetidos pela CGU a esta CPMI, de modo a suprir eventuais omissões relativas às Investigações Preliminares Sumárias (IPS) e Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) das entidades Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN) e Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas (CINAAP)." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 2271 de 2025 que: "Requer, à Polícia Federal, informações sobre a eventual presença do nome e CPF de João Pedro de Moura nas investigações relacionadas à Operação Sem Desconto e demais apurações sobre descontos indevidos nos benefícios do INSS." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 2272 de 2025 que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, informações sobre a eventual menção a João Pedro de Moura (CPF 371.269.970-00) em auditorias, relatórios ou apurações relacionadas aos descontos indevidos nos benefícios do INSS e aos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) celebrados com entidades sindicais e associativas." **Autoria:** Deputada





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 2297 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações referentes às agendas oficiais e compromissos institucionais do ex-presidente do INSS Alessandro Antônio Stefanutto, especialmente no período compreendido entre março de 2024 e maio de 2025, em que se verificou o auge das irregularidades envolvendo descontos indevidos sobre benefícios previdenciários." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 2314 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social, o envio de cópias de todos os acordos de cooperação técnica (ACTS), convênios, aditivos, renovações e instrumentos correlatos firmados com operadores de crédito consignado junto ao INSS, no período de 2015 a 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 2521 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre a omissão do registro de uma reunião ocorrida há 966 dias, em 13 de março de 2023, entre o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", e o atual Secretário-Executivo do Ministério, Adroaldo da Cunha Portal dentro das dependências do prédio do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 2584 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre expedientes instaurados no INSS, entre 2020 e 2022, sobre investigações de descontos indevidos aplicados pela Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 2613 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, informações sobre a reunião que a comitiva da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) realizou com o Ministro da Previdência Social, senhor Carlos Lupi, em 15 de março de 2023." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 2614 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS, informações e envio de documentação sobre as notas fiscais emitidas pela empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A. (CNPJ 48.366.042/0002-58) entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 2721 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 2722 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo CEO da LATAM BRASIL, Jerome Cadier, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 757 de 2025** que: "Requer o envio, para AGU, INSS e Ministério da Previdência Social, de solicitação para manutenção da suspensão dos descontos associativos nos benefícios previdenciários de todos os aposentados e pensionistas até a finalização dos trabalhos da CPMI." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 761 de 2025** que: "Requer o envio, ao INSS, a AGU e ao MPS, solicitação para ressarcimento integral dos descontos associativos nos benefícios previdenciários de todos os aposentados e pensionistas que os contestaram." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2025** que: "Requer providências da Advocacia-Geral da União no sentido de buscar o bloqueio de ativos da CAMILOT INVEST LIMITED nas Ilhas Virgens Britânicas." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 2192 de 2025** que: "Requer seja representado, junto ao TCU, pela análise dos contratos firmados entre o Banco do Brasil e o escritório Nelson Willians Advogados e/ ou o NW Group." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 2285 de 2025** que: "Requer que seja deliberado sobre a decretação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, sobre a imposição de outras medidas cautelares, ou, subsidiariamente, encaminhamento ao Ministério Público para apuração e representação de ação penal pelo crime de falso testemunho, em desfavor da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galetti, Diretora Jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI) e ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 2305 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galletti, ex-Coordenadora Jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI/FS)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 2308 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 2648 de 2025** que: "Requer a representação pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, da investigada CECÍLIA RODRIGUES MOTA, CPF: 426.945.313-34, nascida em 09/02/1968, natural de Fortaleza/CE, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 2701 de 2025** que: "Requer a representação pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, do investigado JOÃO CARLOS CAMARGO JUNIOR, o "Alfaite do INSS", CPF 166.113.438-65, nascido em 14/04/1975." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 2522 de 2025**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer acareação entre ANDRE LIMA, LUIA MONTEIRO e EUGÊNIO KRUSCHEWSKY, e RIFs dos alvos mencionados, de Gabino Kruschewsky (CNPJ 02.885.124/0001-27) e de sociedades que integrem." **Autoria:** Deputado Josenildo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 2658 de 2025** que: "Requer a realização de acareação entre o Senhor EUGÊNIO DE KRUSHEWSKY, procurador do Estado da Bahia e sócio do GABINO KRUSCHEWSKY ADOGADOS E ASSOCIADOS, o Senhor ANDRÉ KRUSCHEWSKY LIMA, diretor do BANCO MASTER, e a Senhora LUIA KRUSCHEWSKY MONTEIRO, gerente jurídica" **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 1984 de 2025** que: "Requer a realização de acareação entre os Srs. Antônio Carlos Camilo Antunes, Milton Salvador de Almeida Júnior e Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 2083 de 2025** que: "Requer a realização de acareação entre os Srs. Milton Salvador de Almeida Júnior, Rubens Oliveira Costa, Antônio Carlos Camilo Antunes e Eli Cohen." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 1487 de 2025** que: "Requer o bloqueio de bens da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), bem como das entidades do grupo Total Health Group (THG), incluindo CEBAP e UNASBRAS, e de seu controlador, Maurício Camisotti." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 1488 de 2025** que: "Requer o bloqueio de bens do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 1489 de 2025** que: "Requer seja representado, junto ao Ministro Relator André Mendonça, relator dos inquéritos que apuram descontos indevidos de segurados do INSS no âmbito do Supremo Tribunal Federal, pela decretação de INDISPONIBILIDADE DE BENS E ATIVOS FINANCEIROS de todas as empresas intermediárias de pagamentos de vantagens indevidas a agentes públicos vinculados ao INSS e pessoas físicas a elas relacionadas, excluídas do pedido feito pela ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO na TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR ANTECEDENTE (INDISPONIBILIDADE DE BENS c/c QUEBRA DE SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL) por ela proposta, por meio do SISTEMA SISBAJUD, com ordem direcionada a todas as instituições financeiras sediadas no País, com a indisponibilização imediata dos valores creditados às contas dos requeridos, bem como dos valores mantidos, em seus nomes, em fundos de investimento de qualquer natureza." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1490 de 2025** que: "Requer seja submetido à deliberação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o envio de ofício à Advocacia do Senado Federal, para que ingresse, em nome da CPMI do INSS, com pedido judicial de bloqueio preventivo de bens de todos os envolvidos, conforme a seguinte relação de investigados apresentada." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 1951 de 2025** que: "Requer que seja oficiada a Controladoria Geral da União - CGU, o Tribunal de Contas da União - TCU e a Polícia Federal - PF, para que realizem, em caráter conjunto, auditoria técnica e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

independente sobre os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) celebrados pelo INSS após a edição da Portaria DIRBEN/INSS nº 1.151/2023." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (FECOPEMA) entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 213 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (Fecopema), entre Janeiro de 2020 e Julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 2626 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DAS COLONIAS DOS PESCADORES DO ESTADO DO MA, CNPJ nº 06.994.941/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1º de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 2627 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa FEDERACAO DAS COLONIAS DOS PESCADORES DO ESTADO DO MA, CNPJ nº 06.994.941/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1º de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA / FETAPE) entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 214 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA / "FETAPE"), entre Janeiro de 2020 e Julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Rodrigo Rosolem Califoni, executivo do Grupo Total Health (THG), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 150 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Rodrigo Rosolem Califoni, vinculado ao grupo THG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Inês Batista de Almeida, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Giovanni Batista Fassarella Spiecker, ex-coordenador-geral de suporte ao atendimento ao cliente do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) de Philippe Roters Coutinho, Agente da Polícia Federal (PF), entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) de Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) de José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-Presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e da Previdência, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Marcelo Oliveira Panella, Chefe de Gabinete do Ex-Ministro da Previdência Social Carlos Lupi e Tesoureiro Nacional do PDT, entre janeiro de 2023 e maio de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) de Edson Akio Yamada, Ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, entre junho de 2022 e fevereiro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) de Sebastião Faustino de Paula, Ex-Diretor de Benefícios do INSS, entre novembro de 2021 e junho de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 39 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Priscilla Mattos Gomes, sócia da Centro Médico Vita Care, entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Priscilla Mattos Gomes, Sócia do Centro Médico Vita Care, entre janeiro de 2021 e Julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal Luciene de Camargo Bernardo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeira (RIF) referente ao Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Jose Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-Presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e da Previdência, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 503 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e Previdência, abrangendo o período de 1º de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 2617 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE), CPF nº 074.195.818-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 1188 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 1861 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 1865 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 1867 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Orleans Viagens e Turismo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ltda., entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Orleans Viagens e Turismo LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 2265 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes à empresa Orleanstur – Orleans Viagens e Turismo LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2018 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 2266 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Orleanstur – Orleans Viagens e Turismo LTDA, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2018 a 14 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Rede Total Benefícios Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 200 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa 123 Tele Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 - REQUERIMENTO Nº 253 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Fayard Organização e Serviços LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 314 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Edjane Rodrigues Silva, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Daiane Silva, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 319 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Rubens Oliveira Costa, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 182 - REQUERIMENTO Nº 505 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Fábio Lucas De Albuquerque Lima, ex-subprocurador-Geral do INSS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 183 - REQUERIMENTO Nº 637 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 184 - REQUERIMENTO Nº 650 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Maria Tereza da Silva Rego, CPF sob o nº 494.354.347-20, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 185 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Tracao Diligence Incorporadora Ltda, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 186 - REQUERIMENTO Nº 726 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Irmãos Antunes Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 187 - REQUERIMENTO Nº 742 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Quasar Diligence Incorporadora SPE Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 188 - REQUERIMENTO Nº 779 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Ricardo Serzi Sandano Carvalho, presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas – CEBAP, bem como dos diretores Sr. Elio Zemuner e Sra. Terezinha de Lira Favalli." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 189 - REQUERIMENTO Nº 1034 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à União Nacional de Aposentados e Pensionistas Brasileiros (UNAPB), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 25 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 190 - REQUERIMENTO Nº 1409 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Meu Bem Protegido, referente ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 191 - REQUERIMENTO Nº 1410 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Meu Bem Protegido, referentes ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 192 - REQUERIMENTO Nº 1413 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Global Saúde, referentes ao período de 31 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 193 - REQUERIMENTO Nº 1416 de 2025** que: "Requer ao COAF o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Global Saúde, referente ao período de 31 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 194 - REQUERIMENTO Nº 1414 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Corretora de Seguros Pryde LTDA., referente ao período de 15 de agosto de 2019 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 195 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1524 de 2025 que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal empresa Corretora de Seguros Pryde LTDA., entre 15 de agosto de 2019 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 196 - REQUERIMENTO Nº 1417 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 197 - REQUERIMENTO Nº 1523 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 198 - REQUERIMENTO Nº 1587 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Central Nacional de Aposentados – CENAP.ASA, CNPJ nº 23.490.345/0001-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 199 - REQUERIMENTO Nº 1588 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS - CABPREV, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 200 - REQUERIMENTO Nº 1589 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS (CABPREV), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 201 - REQUERIMENTO Nº 1592 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas - KEEPER, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 202 - REQUERIMENTO Nº 1593 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas (KEEPER), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 203 - REQUERIMENTO Nº 1636 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Aiello Motors LTDA, referentes ao período de 29 de fevereiro de 2016 a 4 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 204 - REQUERIMENTO Nº 1637 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Aiello Motors LTDA, entre 29 de fevereiro de 2016 a 4 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 205 - REQUERIMENTO Nº 1642 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 206 - REQUERIMENTO Nº 2330 de 2025** que: "Requer seja





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO ao CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, em formato digital, da ENTIDADE FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FETAEMG, CNPJ 17.388.158/0001-83, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2015 e 14/10/2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 207 - REQUERIMENTO Nº 2331 de 2025** que: "Requer quebra e transferência, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FETAEMG, ENTIDADE LIGADA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG), conforme detalhamento e pelos fatos e fundamentos que apresenta, no período entre 1º/1/2015 a 14/10/2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 208 - REQUERIMENTO Nº 1656 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa RPLD Construtora e Incorporadora S/A, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 209 - REQUERIMENTO Nº 1682 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Ordem Brasileira de Assistência ao Servidor Público - OABSP, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 210 - REQUERIMENTO Nº 1684 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Progoods Comércio Atacadista de Medicamentos Ltda, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 211 - REQUERIMENTO Nº 1788 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Sra. Renata Martins Costa de Siqueira, referentes ao período de 30 de agosto de 2017 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 212 - REQUERIMENTO Nº 1792 de 2025** que: "Requer ao Controle de Atividades Financeiras - COAF o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Adalton Coelho Takashima, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 213 - REQUERIMENTO Nº 1793 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor TIAGO ALVES DE ARAÚJO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 214 - REQUERIMENTO Nº 1794 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que se proceda à quebra de sigilo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal da empresa Tiago Alves de Araujo Sociedade Individual de Advocacia, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 215 - REQUERIMENTO Nº 1795 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Amazonriente Rural e Sustentavel LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 216 - REQUERIMENTO Nº 2591 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AMAZONRIENTE RURAL E SUSTENTAVEL LTDA (ADALTON COELHO TAKASHIMA), CNPJ nº 50.383.610/0001-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 217 - REQUERIMENTO Nº 1796 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ADEILSON SILVEIRA HORA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 218 - REQUERIMENTO Nº 1825 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Empresa Valestra Assessoria Auditoria e Gestão Ltda., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 12 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 219 - REQUERIMENTO Nº 1826 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Valestra Assessoria Auditoria e Gestão Ltda., entre 1º de janeiro de 2015 a 12 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 220 - REQUERIMENTO Nº 1841 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Tânia Carvalho dos Santos, referente ao período de janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 221 - REQUERIMENTO Nº 1895 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e telemático do Sr. Silvio Emilio Silva e Silva, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de julho de 2025." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 222 - REQUERIMENTO Nº 1913 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal do Instituto Nelson Wilians, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 223 - REQUERIMENTO Nº 1914 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Nw Participações Unipessoal Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 224 - REQUERIMENTO Nº 1915 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Nw Soluções e Recuperação de Crédito Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 225 - REQUERIMENTO Nº 1916 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Nelson Wilians Advogados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 226 - REQUERIMENTO Nº 1917 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Lionfort Participações S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 227 - REQUERIMENTO Nº 1918 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Nelson Wilians e Oliveira Sistema de Comunicação Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 228 - REQUERIMENTO Nº 1919 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da NW Corretora de Seguros Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 229 - REQUERIMENTO Nº 1920 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da NW Corretora Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 230 - REQUERIMENTO Nº 1921 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da TMA Administração de Bens Próprios Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 231 - REQUERIMENTO Nº 1922 de 2025** que: "Requer ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira - RIF, e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal da Nelson Wilians Advogados Associados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 232 - REQUERIMENTO Nº 1923 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Nelson Wilians Participações Ltda, no período de 1º/1/2015 a 31/8/2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 233 - REQUERIMENTO Nº 1925 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Nelson Wilians & Oliveira - Auditoria e Assessoria Empresarial S/C LTDA, no período de 1º/1/2015 a 31/8/2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 234 - REQUERIMENTO Nº 1926 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatório de Inteligência Financeira e a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Nelson Wilians Assessoria Empresarial LTDA, no período





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1º/1/2015 a 31/8/2025." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 235 - REQUERIMENTO Nº 2020 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Sudacred Sociedade de Crédito Direto S/A, abrangendo o período de 2019 a 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 236 - REQUERIMENTO Nº 2021 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Sudaseg Seguradora de Danos e Pessoas S.A., abrangendo o período de 2019 a 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 237 - REQUERIMENTO Nº 2059 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025, bem como o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira (RIF), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 15 de agosto de 2025, referentes ao Sr. Jeronimo Arlindo da Silva Junior, ex-diretor da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 238 - REQUERIMENTO Nº 2082 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referentes ao Sr. Tiago Abraão Ferreira Lopes, vice-Presidente e tesoureiro da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares(CONAFER),abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 239 - REQUERIMENTO Nº 2649 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor TIAGO ABRAAO FERREIRA LOPES, CPF nº 102.986.897-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 240 - REQUERIMENTO Nº 2163 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da IVALDO CARVALHO SILVEIRA, referente ao período de 1º de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 241 - REQUERIMENTO Nº 2166 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. IVALDO CARVALHO SILVEIRA, referente ao período de fevereiro de 2023 a junho de 2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 242 - REQUERIMENTO Nº 2596 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor IVALDO CARVALHO SILVEIRA, CPF nº 000.252.065-67, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 243 - REQUERIMENTO Nº 2180 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e societário da empresa HKM Consultoria Ltda., entre o período de 1º de abril de 2022 a 8 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 244 - REQUERIMENTO Nº 2200 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal referente à empresa Giacomasi Business and Management Ltda, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 245 - REQUERIMENTO Nº 2251 de 2025** que: "Requer o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

envio de RIF e a quebra de sigilo bancário da empresa Santmax Engenharia e Serviços Ltda. referente ao período de 01/01/2022 a 30/09/2025." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 246 - REQUERIMENTO Nº 2252 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo fiscal da empresa Santmax Engenharia e Serviços Ltda. referente ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 247 - REQUERIMENTO Nº 2259 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, abrangendo o período de 31 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025, e fiscal, abrangendo o período de agosto de 2023 a junho de 2025, referentes à empresa Expresso Servicos de Publicidade e Marketing LTDA." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 248 - REQUERIMENTO Nº 2261 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025, e fiscal, abrangendo o período de janeiro de 2021 a junho de 2025, referentes à empresa Solution Servicos Especializados LTDA ." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 249 - REQUERIMENTO Nº 2332 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Pietro Cardia Lorenzoni, advogado e filho do ex-ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, abrangendo o período de 1º de abril de 2021 a 30 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 250 - REQUERIMENTO Nº 2477 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GUTEMBERG TITO DE SOUSA, CPF nº 620.850.181-49, ex-Presidente da UNIBAP, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 251 - REQUERIMENTO Nº 2517 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos telefônico e telemático, no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025, da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galletti, CPF nº 266.161.448-60, advogada, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) e coordenadora jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi)." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 252 - REQUERIMENTO Nº 2529 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais Civis no Estado do Amapá (SINDSEP-AP), CNPJ nº 23.076.078/0001-95, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 253 - REQUERIMENTO Nº 2531 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, CPF nº 287.157.991-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 6 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 254 - REQUERIMENTO Nº 2533 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) da empresa HM Moto Pecas Pneus e Artefatos Borrachas LTDA, CNPJ nº 27.752.264/0001-58, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 17 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

255 - REQUERIMENTO Nº 2550 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BARRO DURO - PI, CNPJ nº 09.581.273/0001-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 256 - REQUERIMENTO Nº 2564 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GUSTAVO MARQUES GASPAR, CPF nº 780.238.663-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 257 - REQUERIMENTO Nº 2565 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GM GESTÃO LTDA, CNPJ nº 18.350.050/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 258 - REQUERIMENTO Nº 2566 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 259 - REQUERIMENTO Nº 2567 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo telemático do celular apreendido em posse do Senhor Igor Dias Delacrode, CPF nº 448.490.978-20, durante a 24ª Reunião da CPMI/INSS, realizada em 10 de novembro de 2025, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 260 - REQUERIMENTO Nº 2572 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INTER PROMOTORA DE VENDAS NEGOCIOS E BENEFICIOS LTDA, CNPJ nº 40.625.593/0001-04, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 261 - REQUERIMENTO Nº 2573 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa L H G DE ALBUQUERQUE, CNPJ nº 63.407.456/0001-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 262 - REQUERIMENTO Nº 2575 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALESSANDRO SILVA RAMOS, CPF nº 858.339.145-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 263 - REQUERIMENTO Nº 2577 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO MUNIZ LEITE, CPF nº 043.526.218-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 264 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2576 de 2025 que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 265 - REQUERIMENTO Nº**

2610 de 2025 que: "Requer a QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL do senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT, referentes, respectivamente, ao período de 6 de fevereiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura.

Resultado: Não apreciado. **ITEM 266 - REQUERIMENTO Nº 2588 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ELSON RAMOS DO NASCIMENTO, CPF nº 459.445.043-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 267 - REQUERIMENTO Nº 2590 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa G1 COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 01.924.150/0001-54, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 268 - REQUERIMENTO Nº 2592 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa A ALVES PEREIRA EIRELI, CNPJ nº 38.109.873/0001-00, referentes ao período de 1º de novembro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 269 - REQUERIMENTO Nº 2593 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MULTIPAR INVESTIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 51.190.240/0001-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 270 - REQUERIMENTO Nº 2594 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora PERCIA COELHO TAKASHIMA, CPF nº 595.851.702-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 271 - REQUERIMENTO Nº 2595 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MARIZA DE ALMEIDA COSTA SILVA, CPF nº 051.897.553-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 272 - REQUERIMENTO Nº 2597 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor FILETO FREIRE BRANDAO, CPF nº 533.621.525-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

Resultado: Aprovado. **ITEM 273 -**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2598 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor THIAGO ARAUJO MENDONCA, CPF nº 711.975.325-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 274 -**

REQUERIMENTO Nº 2599 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RONALDO RIBEIRO SANTOS, CPF nº 006.497.135-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 275 -**

REQUERIMENTO Nº 2600 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANTONIO NUNES DA SILVA, CPF nº 935.448.983-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 276 -**

REQUERIMENTO Nº 2601 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RICARDO GOMES COSTA, CPF nº 077.348.675-53, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 277 -**

REQUERIMENTO Nº 2602 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora JANAINA SANTIAGO PEREIRA, CPF nº 052.161.473-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 278 -**

REQUERIMENTO Nº 2603 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JASSO OLIVEIRA, CPF nº 098.729.435-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 279 -**

REQUERIMENTO Nº 2604 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MANOEL SILVA FROES, CPF nº 337.076.005-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 280 -**

REQUERIMENTO Nº 2605 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAITH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 37.294.994/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 281 -**

REQUERIMENTO Nº 2606 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDSON ANTONIO LENZI FILHO, CPF nº 032.740.359-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 282 -**

REQUERIMENTO Nº 2607 de 2025 que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A, CNPJ nº 34.841.787/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 283 - REQUERIMENTO Nº 2608 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FOLIUMED BRASIL - IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 31.217.077/0001-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 284 - REQUERIMENTO Nº 2609 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDGAR LENZI, CPF nº 014.722.399-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 285 - REQUERIMENTO Nº 2615 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES, CPF nº 436.473.754-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 286 - REQUERIMENTO Nº 2625 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Tiago Schettini Batista, referente ao período de 1º de janeiro de 2024 a 1º de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 287 - REQUERIMENTO Nº 2634 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Tiago Schettini Batista, CPF nº 708.741.231-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 1º de novembro de 2025" **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período inicial como 01/01/2015.. **ITEM 288 - REQUERIMENTO Nº 2631 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor HENRIQUE VEIGA DE BARROS E SILVA, CPF nº 060.914.574-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2016 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 289 - REQUERIMENTO Nº 2632 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HENRIQUE VEIGA DE BARROS E SILVA, CPF nº 060.914.574-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2016 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 290 - REQUERIMENTO Nº 2644 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LEONARDO SOARES DE ARAUJO, CPF nº 789.621.371-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 20 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 291 - REQUERIMENTO Nº 2645 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora BRUNA BRAZ DE SOUZA SANTOS LOPES, CPF nº 085.614.316-28,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 292 - REQUERIMENTO Nº 2646 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora EDNA CARDOSO DOS SANTOS, CPF nº 018.370.851-29, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 293 - REQUERIMENTO Nº 2647 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PEDRO ALVES CORREA NETO, CPF nº 646.146.031-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 294 - REQUERIMENTO Nº 2650 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAFER/GO - FEDERACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS DO ESTADO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, CNPJ nº 37.392.064/0001-95, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 295 - REQUERIMENTO Nº 2651 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora TALINE NUNES CAMPOS DAS NEVES, CPF nº 031.338.161-52, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 296 - REQUERIMENTO Nº 2652 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TL Agropecuária Ltda, CNPJ nº 37.358.889/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 297 - REQUERIMENTO Nº 2653 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TL Cerealista Ltda - TL INTERMEDIACOES E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 35.235.402/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 298 - REQUERIMENTO Nº 2654 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa N&C Produtos Agropecuários Ltda, CNPJ nº 41.064.693/0001-63, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 299 - REQUERIMENTO Nº 2655 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa N&C PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 48.760.955/0001-73, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 300 - REQUERIMENTO Nº 2656 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da empresa AMEVITA INTERMEDIACOES E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 61.070.960/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 301 - REQUERIMENTO Nº 2657 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FUTURE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 56.428.640/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 302 - REQUERIMENTO Nº 2660 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TL INCORPORADORA LTDA, CNPJ nº 54.284.486/0001-66, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 303 - REQUERIMENTO Nº 2661 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WILSON ALEXANDRE S. PANACIONE, CPF nº 214.276.358-89, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 304 - REQUERIMENTO Nº 2662 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora TAYSE FERREIRA DA SILVA, CPF nº 703.995.844-98, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 305 - REQUERIMENTO Nº 2663 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALDEMIR MIRANDA NETO, CPF nº 439.555.094-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 306 - REQUERIMENTO Nº 2664 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora KALLYNE STEPHANNIE DE SOUZA, CPF nº 091.429.974-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 307 - REQUERIMENTO Nº 2665 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa JBO Comércio de Veículos Ltda, CNPJ nº 31.563.002/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 308 - REQUERIMENTO Nº 2666 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa STELO ADVOGADOS E ASSOCIADOS, CNPJ nº 03.157.995/0001-97, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 309 - REQUERIMENTO Nº 2667 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa DELÍCIA ITALIANA PIZZAS LTDA, CNPJ nº





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

40.762.276/0001-21, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 310 - REQUERIMENTO Nº 2668 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MOINHO IMOBILIÁRIA LTDA, CNPJ nº 34.331.422/0001-61, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 311 - REQUERIMENTO Nº 2682 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ROGÉRIO SOARES DE SOUZA, CPF nº 041.900.814-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 312 - REQUERIMENTO Nº 2683 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SANCHEZ SALVADORE SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ nº 14.559.407/0001-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 313 - REQUERIMENTO Nº 2684 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GILMAR STELO, CPF nº 374.455.610-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 314 - REQUERIMENTO Nº 2685 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LEONARDO GONCALVES MURARO, CPF nº 660.033.930-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 315 - REQUERIMENTO Nº 2686 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MAURO LUCIANO HAUSCHILD, CPF nº 538.590.570-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 316 - REQUERIMENTO Nº 2687 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDUARDO DA ROSA, CPF nº 092.405.539-16, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 317 - REQUERIMENTO Nº 2688 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDUARDO DE MELO LUZARDO, CPF nº 340.695.260-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 318 - REQUERIMENTO Nº 2689**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JEFERSON RICARDO SCHULTZ, CPF nº 558.991.610-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 319 - REQUERIMENTO Nº 2690 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LUIZ FERNANDO ETZBERGER, CPF nº 411.673.250-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 320 - REQUERIMENTO Nº 2691 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MARCELO SANCHEZ SALVADORE, CPF nº 116.324.408-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 321 - REQUERIMENTO Nº 2692 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MARCELO FLORIANO, CPF nº 147.912.068-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 322 - REQUERIMENTO Nº 2693 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANDRÉ LUIZ MARTINS DIAS, CPF nº 926.067.096-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 323 - REQUERIMENTO Nº 2694 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HELENO MÁRCIO PEREIRA MAGALHÃES, CPF nº 047.314.456-55, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 324 - REQUERIMENTO Nº 2695 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HM MOTOPEÇAS E ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, CNPJ nº 27.752.264/0001-58, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 325 - REQUERIMENTO Nº 2696 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALTON CARDOSO LIMA JÚNIOR, CPF nº 013.054.456-60, referentes ao período de 1º de janeiro





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 326 - REQUERIMENTO Nº 2697 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora ANDREIA PEREIRA COUTO MAGALHAES, CPF nº 075.141.506-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 327 - REQUERIMENTO Nº 2698 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora MARIA JOANA PEREIRA MAGALHAES, CPF nº 026.168.436-17, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 328 - REQUERIMENTO Nº 2699 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ACX ITC SERVICOS DE TECNOLOGIA S/A, CNPJ nº 29.696.023/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 329 - REQUERIMENTO Nº 2700 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RODRIGO ALVES DE FRANCA, CPF nº 215.378.838-28, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 330 - REQUERIMENTO Nº 2702 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SMARTCON CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA, CNPJ nº 22.538.290/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 331 - REQUERIMENTO Nº 2703 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa WM SYSTEM INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 66.055.047/0001-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 332 - REQUERIMENTO Nº 2704 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HBR CAPITAL SOLUCOES E SERVICOS FINANCEIROS S/A, CNPJ nº 47.545.361/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 333 - REQUERIMENTO Nº 2705 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TPR TUBOS PLASTICOS LTDA, CNPJ nº 36.257.310/0001-33, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 334 - REQUERIMENTO Nº 2706 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BAHIA ADMINISTRACAO DE FUNDOS LTDA, CNPJ nº 34.879.983/0001-08, referentes ao período de 1º





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 335 - REQUERIMENTO Nº 2707 de 2025** que: "Requer a Transferência de sigilo RIF, bancário e fiscal de a RECOVERY BLACK INTERMEDIACOES E CONSULTORIA LTDA, pelo PERÍODO 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 336 - REQUERIMENTO Nº 2708 de 2025** que: "Requer a transferência de sigilo RIF, bancário e fiscal de MARGO ASSESSORIA DE IMÓVEIS LTDA, pelo PERÍODO 27 de fevereiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 337 - REQUERIMENTO Nº 2709 de 2025** que: "Requer a transferência de sigilo RIF, bancário e fiscal de MARGARETE HOFFMANN JONASSON, mãe de Thaísa Hoffmann Jonasson e sócia da empresa MARGO ASSESSORIA DE IMÓVEIS LTDA, pelo período de 27 de fevereiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 338 - REQUERIMENTO Nº 2710 de 2025** que: "Requer a transferência de sigilo telemático de MARGARETE HOFFMANN JONASSON, CPF nº 487.126.809-82, referente ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 339 - REQUERIMENTO Nº 2711 de 2025** que: "Requer a transferência de sigilo RIF, bancário e fiscal de THIAGO HOFFMANN JONASSON, pelo período de 27 de fevereiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 340 - REQUERIMENTO Nº 2712 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO AUGUSTO DE ARAUJO BOUDENS, CPF nº 501.698.746-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 341 - REQUERIMENTO Nº 2713 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa VENNTURE HOLDING S.A, CNPJ nº 53.310.099/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 342 - REQUERIMENTO Nº 2714 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TERRA BRASIL GESTAO E INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 46.877.851/0001-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 343 - REQUERIMENTO Nº 2715 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SUPALUH TRANSPORTES E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ nº 30.938.403/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 344 - REQUERIMENTO Nº 2716 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NPS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 22.369.654/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 345 - REQUERIMENTO Nº 2717 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NICKELPAY INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA, CNPJ nº 38.181.919/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 346 - REQUERIMENTO Nº 2718 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa JK GLOBAL, CNPJ nº 07.716.257/0001-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 347 - REQUERIMENTO Nº 2719 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ISABELA V R O LTDA, CNPJ nº 45.134.316/0001-04, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 348 - REQUERIMENTO Nº 2720 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CREDIFY ADMINISTRACAO DE FUNDOS LTDA, CNPJ nº 51.867.237/0001-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025."

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 349 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e tesoureiro nacional do PDT."

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 350 - REQUERIMENTO Nº 1849 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi."

Autoria: Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 351 - REQUERIMENTO Nº 1887 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi."

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 352 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Priscilla Mattos Gomes, sócia do Centro Médico Vita Care."

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 353 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2025** que: "Requerimento de convocação da Senhora Priscilla Mattos Gomes, apontada como sócia do Centro Médico Vita Care."

Autoria: Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 354 - REQUERIMENTO Nº 183 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Luiz Blotta, vinculado ao grupo Total Health (THG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 355 - REQUERIMENTO Nº 2320 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Luís Blotta, empresário do Grupo Rede Mais." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 356 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Ademir Fratric Bacic, vinculado ao grupo Total Health (THG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 357 - REQUERIMENTO Nº 186 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Ramon Rodrigues Novais, vinculado ao grupo Total Health (THG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 358 - REQUERIMENTO Nº 1501 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Ramon Rodrigues Novais, gerente financeiro de empresas ligadas ao senhor Maurício Camisotti." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 359 - REQUERIMENTO Nº 187 de 2025 que: "Requer a convocação da sra. Luciana Lupiano, vinculada ao grupo Total Health (THG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 360 - REQUERIMENTO Nº 188 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Renato Aroldo de Sousa costa, ex-diretor da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 361 - REQUERIMENTO Nº 189 de 2025 que: "Requer a convocação da sra. Rita Pereira Andrade." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 362 - REQUERIMENTO Nº 190 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. Ademir Humberto Califoni, diretor da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - UNSBRAS" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 363 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Maria Cezarina Aparecida Moraes Policarpo, diretora da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - UNSBRAS." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 364 - REQUERIMENTO Nº 322 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Alirian Rodrigues Costa Batista, sócia da Premier Recursos Humanos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 365 - REQUERIMENTO Nº 323 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Layhene Rodrigues Costa, sócia da Premier Recursos Humanos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 366 - REQUERIMENTO Nº 324 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Paulo Sergio Salum Carvalho de Menezes, sócio-administrador da Target Pesquisas de Mercado Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 367 - REQUERIMENTO Nº 325 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Nadja Reis Santos de Menezes, sócia-administradora da Target Pesquisas de Mercado Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 368 - REQUERIMENTO Nº 329 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia em empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 369 - REQUERIMENTO Nº 472 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia em empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 370 -





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 622 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia de empresas de Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 371 - REQUERIMENTO Nº 800 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia de empresas de Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 372 - REQUERIMENTO Nº 887 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia em empresas do sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 373 - REQUERIMENTO Nº 996 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia em diversas empresas de Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 374 - REQUERIMENTO Nº 2017 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Alcantara Alves Zago, sócia em empresas do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 375 - REQUERIMENTO Nº 473 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, beneficiária de boletos pagos por José Arnaldo Bezerra Guimarães e filha de José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex ministro do Trabalho e Previdência." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 376 - REQUERIMENTO Nº 623 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 377 - REQUERIMENTO Nº 799 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, suposta beneficiária de pagamentos sem justificativa aparente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 378 - REQUERIMENTO Nº 1023 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Yasmin Ahmed, filha de Ahmed Mohamad (anteriormente identificado como José Carlos Oliveira)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 379 - REQUERIMENTO Nº 499 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao sr. Hélio Queiroz da Silva, conselheiro do CNPS, para comparecer a esta CPML." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 380 - REQUERIMENTO Nº 529 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Deitos, empresário que, em 2021, apresentou denúncia formal apontando suspeitas de irregularidades na Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 381 - REQUERIMENTO Nº 789 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Deitos, empresário que, em 2021, apresentou denúncia formal apontando suspeitas de irregularidades na Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 382 - REQUERIMENTO Nº 1022 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Deitos, empresário que, em 2021, apresentou denúncia formal apontando suspeitas de irregularidades na Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CONAFER)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 383 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2025** que: "Requer que seja convidado o Sr. Obede Muniz Teodoro, dirigente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP, para prestar depoimento perante esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 384 - REQUERIMENTO Nº 558 de 2025** que: "Requer o convite do sr. Raimundo Nonato Filho, Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes e Consumidores de Operações Financeiras e Bancárias - ABRADÉB, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as ações acerca dos descontos indevidos em aposentadorias e pensões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 385 - REQUERIMENTO Nº 566 de 2025** que: "Requer seja convidado o sr. Bruno Bisinoto, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, a fim de prestar informações sobre o período em que esteve no cargo." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 386 - REQUERIMENTO Nº 569 de 2025** que: "Requer seja convidado o sr. Ronald Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da CGU, a fim de prestar informações sobre sua atuação no Relatório da CGU sobre os descontos indevidos do INSS." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 387 - REQUERIMENTO Nº 1608 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Ronald Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da CGU." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 388 - REQUERIMENTO Nº 1622 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Ronald da Silva Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU)." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 389 - REQUERIMENTO Nº 589 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Alexandre Pereira Lima, empresário." **Autoria:** Deputado Luiz Lima e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 390 - REQUERIMENTO Nº 600 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Edmar Policarpo Júnior, Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 391 - REQUERIMENTO Nº 614 de 2025** que: "Requer que seja convocada a Sra. Ruth Maria Fernandes Corrêa, vice-presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos - ABAMSP." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 392 - REQUERIMENTO Nº 763 de 2025** que: "Requer que seja convocada a Sra. Ruth Maria Fernandes Corrêa, vice-presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos (ABAMSP)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 393 - REQUERIMENTO Nº 912 de 2025** que: "Requer que seja convocada a Sra. Ruth Maria Fernandes Corrêa, vice-presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos - ABAMSP." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 394 - REQUERIMENTO Nº 1165 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Ruth Maria Fernandes Corrêa, vice-Presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos – ABAMSP." **Autoria:** Deputado Orlando





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 395 - REQUERIMENTO Nº 1329 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ruth Maria Fernandes Corrêa, vice-Presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos – ABAMSP." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 396 - REQUERIMENTO Nº 625 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Sonia Maria de Oliveira, secretária-geral do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 397 - REQUERIMENTO Nº 665 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Antoniêta Sousa Garcia, dirigente da Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 398 - REQUERIMENTO Nº 1131 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Maria Antoniêta Sousa Garcia, dirigente da Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 399 - REQUERIMENTO Nº 1137 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Antoniêta Sousa Garcia, dirigente da Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 400 - REQUERIMENTO Nº 710 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Afonso Galleti Junior, advogado." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 401 - REQUERIMENTO Nº 1721 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Afonso Galleti Júnior, sócio da empresa Gestora Eficiente Ltda." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 402 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Anderson Claudino de Oliveira, apontado como sócio da WM System Informática LTDA" **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 403 - REQUERIMENTO Nº 995 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Rita Cesarina Araújo de Oliveira, representante da União Brasileira de Aposentados da Previdência (UNIBAP), Ex-União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil (UNIBRASIL)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 404 - REQUERIMENTO Nº 1056 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Daugliesi Giacomasi Souza, esposa do presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Sindnapi, para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 405 - REQUERIMENTO Nº 1729 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Daugliesi Giacomasi Souza, empresária." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 406 - REQUERIMENTO Nº 1085 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 407 - REQUERIMENTO Nº 1624 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 408 - REQUERIMENTO Nº 2621 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União, para que compareça a esta Comissão a fim de prestar informações." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 409 - REQUERIMENTO Nº 2633 de 2025** que: "Requer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a convocação do Senhor JORGE MESSIAS, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 410 - REQUERIMENTO Nº 2735 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 411 - REQUERIMENTO Nº 1172 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Regime Geral de previdência Social no Ministério da Previdência." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 412 - REQUERIMENTO Nº 2196 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Benedito Adalberto Brunca, ex-Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 413 - REQUERIMENTO Nº 1178 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Elvis Gallera Garcia, atualmente ocupante do cargo de Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada do INSS." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 414 - REQUERIMENTO Nº 1633 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Elvis Gallera Garcia, Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada do INSS." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 415 - REQUERIMENTO Nº 1243 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Senhor Paulo César Silva Pretextato, Corregedor-Geral do INSS, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 416 - REQUERIMENTO Nº 1254 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Yara Gaspar Sato, presidente da União Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Beneficiários do Brasil - UNIBRASIL." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 417 - REQUERIMENTO Nº 1370 de 2025** que: "Requer a a convocação da Senhora Yara Gaspar Sato, presidente da União Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Beneficiários do Brasil - UNIBRASIL." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 418 - REQUERIMENTO Nº 1455 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Yara Gaspar Sato, Presidente da União Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Beneficiários do Brasil (UNIBRASIL)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 419 - REQUERIMENTO Nº 1296 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Henrique Veiga de Barros Silva, servidor público." **Autoria:** Deputado Fernando Rodolfo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 420 - REQUERIMENTO Nº 1884 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Henrique Veiga de Barros Silva, servidor público." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 421 - REQUERIMENTO Nº 1401 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 422 - REQUERIMENTO Nº 1472 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Nívio de Freitas Silva Filho, Subprocurador-Geral da República, do Ministério Público da União." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 423 - REQUERIMENTO Nº 1473 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cristiana Koliski Taguchi, Procuradora Federal." **Autoria:** Senador Randolfe





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 424 - REQUERIMENTO Nº 1509 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Celso Maldaner para prestar esclarecimentos perante a CPMI do INSS acerca da destinação de emenda a entidade investigada." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 425 - REQUERIMENTO Nº 1606 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Roberta Moreira Luchsinger, empresária." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 426 - REQUERIMENTO Nº 2024 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Roberta Luchsinger, empresária." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 427 - REQUERIMENTO Nº 2047 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Roberta Moreira Luchsinger, empresária." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 428 - REQUERIMENTO Nº 1621 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Zélia Luiza Pierdoná, Procuradora do Ministério Público Federal e Coordenadora do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Investigação dos Descontos Previdenciários." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 429 - REQUERIMENTO Nº 1638 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Victor Infante Aiello, Sócio-Administrador da empresa Aiello Motors LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 430 - REQUERIMENTO Nº 1643 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Vilson Luiz da Silva, presidente da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 431 - REQUERIMENTO Nº 1663 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Antônio da Silveira Machado Neto, representante da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 432 - REQUERIMENTO Nº 1671 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Guido Martinez, Diretor Financeiro do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 433 - REQUERIMENTO Nº 1673 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Luís Marcos, "controller" do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 434 - REQUERIMENTO Nº 1674 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Douglas Moreira." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 435 - REQUERIMENTO Nº 1675 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Fernando de Araújo, contador do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 436 - REQUERIMENTO Nº 1676 de 2025** que: "Requer a convocação d Sr. Vinícius Siqueira, jurídico do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 437 - REQUERIMENTO Nº 1680 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maurília Ishikawa, especialista em contenção de danos do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 438 - REQUERIMENTO Nº 1681 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Juliana Jesus, auxiliar do grupo THG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 439 - REQUERIMENTO Nº 1726 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, jornalista." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 440 - REQUERIMENTO Nº 1866 de 2025** que: "Requer a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 441 - REQUERIMENTO Nº 1899 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 442 - REQUERIMENTO Nº 2519 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 443 - REQUERIMENTO Nº 1743 de 2025** que: "Requer a convocação José Hermicesar Brilhante Palmeira, Antonio Fratic Bacic, Marilisa Moran Garcia e Luciene de Camargo Bernardo, dirigentes e sócios da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos – AMBEC." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 444 - REQUERIMENTO Nº 1744 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiiri. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 445 - REQUERIMENTO Nº 1815 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiiri. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 446 - REQUERIMENTO Nº 1850 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, Advogado." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 447 - REQUERIMENTO Nº 1894 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gilmar Stelo, advogado." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 448 - REQUERIMENTO Nº 2178 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Gilmar Stelo, advogado." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 449 - REQUERIMENTO Nº 1851 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Hugo Rafael Torma de Lima, coordenador de infraestrutura e monitoramento de T.I do INSS." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 450 - REQUERIMENTO Nº 1853 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Sandro Gonçalves, advogado, youtuber e ex-candidato a deputado federal." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 451 - REQUERIMENTO Nº 1880 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wagner Ferreira Moita, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 452 - REQUERIMENTO Nº 1890 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wagner Ferreira Moita, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME." **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 453 - REQUERIMENTO Nº 1891 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Cláudio Azevedo Costa, Assessor de Controle Interno do Ministério da Previdência." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 454 - REQUERIMENTO Nº 1945 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Márcia Martins Dantas Santos, servidora do INSS ligada à área de Tecnologia da Informação." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 455 - REQUERIMENTO Nº 2045 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Swedenberger Barbosa, Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabinete Pessoal da Presidência da República." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 456 - REQUERIMENTO Nº 2064 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 457 - REQUERIMENTO Nº 2066 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 458 - REQUERIMENTO Nº 2072 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles, ex-publicitária do PT." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 459 - REQUERIMENTO Nº 2077 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 460 - REQUERIMENTO Nº 2075 de 2025** que: "Requer a convocação do sr.Tiago Abraão Ferreira Lopes, vice-presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedoras Familiares Rurais - CONAFER." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 461 - REQUERIMENTO Nº 2081 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Cecílio Galvão, advogado." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 462 - REQUERIMENTO Nº 2086 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Leandro de Almeida Lima Alves, um dos pilotos que mais realizou voos em aeronaves ligadas a Silas da Costa Vaz, vinculado à Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 463 - REQUERIMENTO Nº 2094 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário-Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura e Pecuária." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 464 - REQUERIMENTO Nº 2177 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti, responsável pela empresa Rede Mais Saúde Ltda." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 465 - REQUERIMENTO Nº 2193 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Ernildo Júnior, dono da casa de apostas Pixbet e cofundador da fintech XBank Digital." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 466 - REQUERIMENTO Nº 2207 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Simone Inocentini, colaboradora do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 467 - REQUERIMENTO Nº 2240 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Pamela Silva Grecco, sócia-administradora da empresa Gestora Eficiente LTDA." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 468 - REQUERIMENTO Nº 2255 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Igor Oliveira Freitas, sócio-administrador da Empresa Highway Comércio e Serviços, TI e Segurança LTDA." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 469 - REQUERIMENTO Nº 2303 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. João Pedro de Moura." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:**





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 470 - REQUERIMENTO Nº 2416 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 471 - REQUERIMENTO Nº 2520 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gustavo Marques Gaspar, empresário e ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 472 - REQUERIMENTO Nº 2581 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia e Informação do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 473 - REQUERIMENTO Nº 2585 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, coordenador do Setorial de Ciência e Tecnologia do PT, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Kim Kataguirí. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 474 - REQUERIMENTO Nº 2586 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, Coordenador do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia/ TI do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 475 - REQUERIMENTO Nº 2611 de 2025** que: "Requer que seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 476 - REQUERIMENTO Nº 2612 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Francisco Joseni Camelo Parente, servidor público estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 477 - REQUERIMENTO Nº 2630 de 2025** que: "Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre violações a direitos de aposentados e pensionistas relacionadas a descontos indevidos e contratação irregular de empréstimos consignados em benefícios previdenciários, o Senhor Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário Nacional do Consumidor; a Senhora Renata Ruback, presidente da Associação Brasileira dos Órgãos de Defesa do Consumidor." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 478 - REQUERIMENTO Nº 2641 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Samuel Chrisostomo do Bonfim Júnior, empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 479 - REQUERIMENTO Nº 2643 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor LEONARDO SOARES DE ARAUJO, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Mauro Palombo Concílio. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Mauro Palombo Concílio, Contador, em atendimento ao requerimento 2228/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/27>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS 2025, que se realiza nesta data, 27 de novembro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

A primeira parte da nossa reunião...

Pergunto à Secretaria se o Congresso Nacional já iniciou a sessão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu só quero ter certeza para depois constar em ata que nós não iniciamos a votação para depois não ter reclamação. *(Pausa.)*

Não abriu, não.

Então, primeiramente, nós vamos à deliberativa de hoje.

Em reunião com os Líderes, Oposição e Governo, a Presidência decidiu que nós votaremos hoje todos os itens que são consensuais para que a gente possa limpar a pauta e terminar os requerimentos necessários para a finalização da primeira parte da CPMI. De todos os requerimentos que estão aqui tanto o Líder do Governo quanto o da Oposição concordaram com esse posicionamento. Os itens que eu vou ler agora serão colocados em votação semana que vem para votação um por um deles, porque, como não há consenso, semana que vem, teremos uma deliberativa na quinta-feira para votação de um por um destes requerimentos que eu vou ler agora, que serão retirados de pauta. *(Pausa.)*

Não... Eu vou ler direto aqui do meu relatório, porque eu marquei todos aqui.

Item 96.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE**ITEM 96****REQUERIMENTO Nº 2065/2025**

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Delegada de Polícia Civil, Milena Sapienza, informações sobre o Inquérito Policial que tramita no 23º Distrito Policial de Perdizes envolvendo Edson Claro Medeiros e Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem)

Itens 117, 118...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – ... pela ordem, os itens 117 e 118, eu ia fazer um requerimento, estou vendo aqui que foi da Deputada Bia Kicis, é um requerimento simples, um requerimento de lista de passageiro do Voo JJ8148, com origem Guarulhos e destino Lisboa, que tem como pagador da passagem o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca.

Quem é que está querendo proteger a lista de passageiro do voo pago para cinco pessoas pelo Sr. Careca? Eu queria saber quem foi que pediu a retirada desse item, porque a gente está com o principal bandido do dinheiro do INSS roubado dos aposentados e pensionistas, e levou cinco passageiros nesse voo JJ... E eu queria saber se a gente não tinha consenso para requerer a lista de passageiros.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O senhor entendeu mal. Nosso objetivo é incluir outras listas de passageiros junto e não só essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem problema, a gente inclui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por isso que nós vamos deixar para a semana que vem, porque tem outros voos em que nós queremos saber também quem é que voou. Não é só essa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Tem muita coisa que precisa ser feita, que não está aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, a gente vai incluir outros voos junto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas não podemos aprovar esses e semana que vem aprovamos o de V. Exa.?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não. O acordo está feito, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu quero saber, porque que o Zema está sendo protegido, por exemplo, não entrou o requerimento dele. Para quê? Por que estão querendo proteger o Governador, porque tem lá uma financeira?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por mim, bota o Zema.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não está aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas eu quero que entre.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza. Nós estamos votando os requerimentos que têm mérito nessa CPMI. Aquilo que não tem nexos causal nem mérito aqui não vai ser votado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – O meu tem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esse do Zema que eu apresentei e vários que eu coloquei de...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, já foi...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom. Senhores, por favor. Está bem, há consenso. Não vou nem falar em acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se há consenso são os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O consenso é dos dois lados.

Então, eu vou...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Joga para um lado só não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Tanto o Líder da Oposição quanto do Governo, nós sentamos ali por um bom tempo e chegamos a um consenso para que a gente possa andar.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O meu pela ordem é em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Então, eu quero fazer uma pergunta a este Plenário aqui, já que nós estamos retirando, inclusive, a convocação do Jorge Messias aqui, está afirmado pela esquerda, pelo PT e pelos partidos de centro, que semana que vem, na quinta-feira, vocês vão votar favorável à convocação dele ou vocês estão fazendo balela?

(Tumulto no recinto.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu não sou fanfarrão igual a você, não. Eu não sou fanfarrão igual a vocês, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem que convocar o Paulo Guedes, Moro, Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ou tem acordo ou não tem. No grito não vai convocar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Tragam o remedinho do Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, a Presidência vai manter o consenso que foi feito para que a gente possa avançar...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Tragam o remédio do Rogério Correia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Segue o acordo, Presidente. Segue o acordo e pronto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (Bloco/PSDB - MS) – Corta o microfone, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Senhores, nós temos que ter regra de convivência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor... Por favor...

A decisão desta Presidência é que nós vamos dar sequência a todos os requerimentos que são importantes e há consenso para que a gente possa continuar os trabalhos de investigação. O que não há consenso, os senhores já viram bem, vai ser acalorado o voto. Quinta-feira da semana que vem, um por um deles, a gente vota e cada um dá o seu posicionamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu sou do Novo. Por mim, põe o do Zema e põe a lista de passageiros, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, isso virá na hora certa, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Bote. Eu quero também. Semana que vem vou botar o Zema. Roubou demais lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se houver pertinência com essa Comissão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Põe agora! Põe logo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, se houver pertinência...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Põe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se houver pertinência, será votado pela Comissão. Mas nós não vamos permitir que nós criemos aqui qualquer tipo de situação que fuja do objetivo da investigação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, Sr. Presidente, não dá para o Deputado chegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores... Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e acusar o melhor Governador do Brasil...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Um vagabundo chamou o melhor Governador do Brasil...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vagabundo é você!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por favor... Um vagabundo...

(Tumulto no recinto.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem que é vagabundo, rapaz?

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem que é vagabundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem é vagabundo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem é vagabundo, rapaz?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Lava a boca para falar do...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não vou suspender.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... Zema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vou suspender.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Pimenta, pede a calma aí. Pede a calma aí, para a gente poder resolver esse assunto!

Senhores, por favor...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ô, van Hattem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ô, van Hattem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixem para semana que vem...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. Senhores, por favor...

Senhores, por favor...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Corta o microfone de todo mundo aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, o van Hattem chamou o cara de vagabundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou cortar o...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor... Por gentileza...

Se nós fôssemos levar esses ânimos desde o início, essa CPMI não teria chegado ao lugar a que chegou. Então, eu volto a dizer, como Presidente, nós vamos caminhar no que é possível hoje e, na semana que vem... Senhores, por favor...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Orlando Silva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por favor, Medeiros. Por gentileza, todos... Orlando, por gentileza... Rogério, Deputado Rogério Correia, por gentileza... Deputado van Hattem...

Vamos caminhar no que é possível caminhar. A gente avança um pouco mais. Semana que vem, nós teremos a última semana deste ano da CPMI. Então, nós...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Peço que retire o xingamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não, não. O senhor chamou o Zema do quê? O senhor chamou o Zema do quê?

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – O senhor chamou o Zema do quê? O senhor chamou o Zema do quê?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Não...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – O senhor chamou o Zema... O senhor chamou o Zema do quê? O senhor chamou o Zema do quê?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – O melhor Governador do Brasil!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – O Presidente da República chamou o Zema de quê? Repete!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa amainar. Pronto.

Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante... Deixa acalmar! Calma!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Vai retirar ou não vai retirar?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai... Não... Deputado Rogério Correia ... Deputado Rogério Correia... Deputado van Hattem... Senhores, por favor, por favor...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não... Vamos... Vamos dar sequência... Senhores...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. Calma, Pimenta! Deixe... Senhores... Senhores...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Tumulto no recinto.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu...*(Tumulto no recinto.)**(Soa a campainha.)***O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Quem chama o Zema de ladrão é vagabundo!**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputado van Hattem... Deputado van Hattem...*(Tumulto no recinto.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor... Não, calma... Senhores, por favor... Eu vou... Vou continuar...*(Tumulto no recinto.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou continuar lendo a lista dos itens que vão ser retirados de pauta aqui.

Então, o item 117, 118 – senhores –, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 137, 138, 139, 141, 142, 150...

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE**ITEM 117****REQUERIMENTO Nº 2721/2025**

Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aérea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024.

Autoria: Deputada Bia Kicis



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 118****REQUERIMENTO Nº 2722/2025**

Requer que sejam prestadas, pelo CEO da LATAM BRASIL, Jerome Cadier, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aérea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE**ITEM 120****REQUERIMENTO Nº 761/2025**

Requer o envio, ao INSS, a AGU e ao MPS, solicitação para ressarcimento integral dos descontos associativos nos benefícios previdenciários de todos os aposentados e pensionistas que os contestaram.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE**ITEM 123****REQUERIMENTO Nº 2285/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja deliberado sobre a decretação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, sobre a imposição de outras medidas cautelares, ou, subsidiariamente, encaminhamento ao Ministério Público para apuração e representação de ação penal pelo crime de falso testemunho, em desfavor da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galetti, Diretora Jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINDNAPI) e ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE

ITEM 124

REQUERIMENTO Nº 2305/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galletti, ex-Coordenadora Jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI/FS).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 125

REQUERIMENTO Nº 2308/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva do Sr. Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI).





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar**1ª PARTE****ITEM 128****REQUERIMENTO Nº 2522/2025**

Requer acareação entre ANDRE LIMA, LUIA MONTEIRO e EUGÊNIO KRUSCHEWSKY, e RIFs dos alvos mencionados, de Gabino Kruschewsky (CNPJ 02.885.124/0001-27) e de sociedades que integrem.

Autoria: Deputado Josenildo**1ª PARTE****ITEM 129****REQUERIMENTO Nº 2658/2025**

Requer a realização de acareação entre o Senhor EUGÊNIO DE KRUSHEWSKY, procurador do Estado da Bahia e sócio do GABINO KRUSCHEWSKY ADOGADOS E ASSOCIADOS, o Senhor ANDRÉ KRUSCHEWSKY LIMA, diretor do BANCO MASTER, e a Senhora LUIA KRUSCHEWSKY MONTEIRO, gerente jurídica

Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante**1ª PARTE****ITEM 137**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (FECOPEMA) entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 138****REQUERIMENTO Nº 213/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (Fecopema), entre Janeiro de 2020 e Julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 139****REQUERIMENTO Nº 2626/2025**

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FEDERACAO DAS COLONIAS DOS PESCADORES

DO ESTADO DO MA, CNPJ nº 06.994.941/0001-74, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1º de novembro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 141****REQUERIMENTO Nº 3/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA / FETAPE) entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 142****REQUERIMENTO Nº 214/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA / "FETAPE"), entre Janeiro de 2020 e Julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 150****REQUERIMENTO Nº 20/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Medeiros...

Deputado Medeiros...

Deputado Medeiros, eu vou pedir a V. Exa. para se retirar do Plenário, se continuarmos assim.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou pedir para se retirar do Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Gardenal dele foi suspenso, o de Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, olha, eu penso que todos aqui já falaram o que tinham que falar. Vamos retornar ao nosso centro aqui de atenção e vamos dar sequência. Eu peço a gentileza. Cada um já falou, já teve o seu desabafo, está tudo bem. Agora vamos para a frente, senhores: 154... Itens 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 179, 180, 183, 205, 206, 221, 249, 251, 252, 253, 256, 257, 258.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE**ITEM 154****REQUERIMENTO Nº 24/2025**

Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Marcelo Oliveira Panella, Chefe de Gabinete do Ex-Ministro da Previdência Social Carlos Lupi e Tesoureiro Nacional do PDT, entre janeiro de 2023 e maio de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 164****REQUERIMENTO Nº 126/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 165****REQUERIMENTO Nº 294/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 166****REQUERIMENTO Nº 1187/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério**1ª PARTE****ITEM 167****REQUERIMENTO Nº 1188/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social,

entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério**1ª PARTE****ITEM 168****REQUERIMENTO Nº 1861/2025**

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem**1ª PARTE****ITEM 169**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1865/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE**ITEM 170****REQUERIMENTO Nº 1867/2025**

Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE**ITEM 179****REQUERIMENTO Nº 314/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Edjane Rodrigues Silva, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 180****REQUERIMENTO Nº 315/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Daiane Silva, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE**ITEM 183****REQUERIMENTO Nº 637/2025**

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE**ITEM 205****REQUERIMENTO Nº 1642/2025**

Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas**1ª PARTE****ITEM 206****REQUERIMENTO Nº 2330/2025**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO ao CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, em formato digital, da ENTIDADE FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FETAEMG, CNPJ 17.388.158/0001-83, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2015 e 14/10/2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas**1ª PARTE****ITEM 221****REQUERIMENTO Nº 1895/2025**

Requer a quebra dos sigilos bancário e telemático do Sr. Silvio Emilio Silva e Silva, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de julho de 2025.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí**1ª PARTE**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 249

REQUERIMENTO Nº 2332/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Pietro Cardia Lorenzoni, advogado e filho do ex-ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, abrangendo o período de 1º de abril de 2021 a 30 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 251

REQUERIMENTO Nº 2517/2025

Requer a quebra dos sigilos telefônico e telemático, no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de outubro de 2025, da Sra. Tonia Andrea Inocentini Galletti, CPF nº 266.161.448-60, advogada, ex-integrante do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) e coordenadora jurídica do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi).

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 252

REQUERIMENTO Nº 2529/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais Cíveis no Estado do Amapá (SINDSEP-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

AP), CNPJ nº 23.076.078/0001-95, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 253****REQUERIMENTO Nº 2531/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Alexandre Caetano dos Reis, CPF nº 287.157.991-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 6 de novembro de 2025.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE**ITEM 256****REQUERIMENTO Nº 2564/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GUSTAVO MARQUES GASPAR, CPF nº 780.238.663-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 257****REQUERIMENTO Nº 2565/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GM GESTÃO LTDA, CNPJ nº 18.350.050/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 258****REQUERIMENTO Nº 2566/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar)

O SR. ALFREDO GASPARG (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPARG (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O 258 é da Sra. Danielle Miranda Fonteles. A Sra. Danielle Miranda Fonteles... Foi feito aqui um requerimento e foi solicitada a retirada, ou foi derrubado, não me recordo. Da Sra. Danielle Miranda Fonteles, eu fiquei, até esta madrugada, analisando alguns RIFs e tive a oportunidade de ver o RIF dela. Foi dito aqui que ela tinha feito uma negociação com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes numa casa. Olha, infelizmente esse fato não é verdadeiro. A irmã dela está na folha do Sr. Careca, num balanço patrimonial da empresa Brasília ou Prospect. A Sra. Danielle Miranda Fonteles não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebeu apenas R\$5 milhões, em seis parcelas, do Sr. Careca, ela recebeu mais de R\$8 milhões, inclusive recebeu dinheiro direcionado a Dinar. A Dinar com a Spyder são as maiores lavadoras que nós encontramos até hoje, na relação dos pagamentos indevidos. A gente precisa... Depois eu quero fazer uma demonstração dessas empresas. Somando-as, Presidente, mais de R\$8 bilhões foram fruto de lavagem de dinheiro, inclusive com correlação com o PCC. Isso é muito grave.

Aí, eu pergunto: tem algum problema a gente votar hoje, porque isso está relacionado a bilhões de reais, o da Danielle Miranda?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, esse requerimento voltará à pauta na próxima quinta-feira, para ser votado nominalmente.

Os itens 263, 264, 265... Os itens 281, 282, 283, 284, 285, 293.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE**ITEM 263****REQUERIMENTO Nº 2577/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO MUNIZ LEITE, CPF nº 043.526.218-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 264****REQUERIMENTO Nº 2576/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 265

REQUERIMENTO Nº 2610/2025

Requer a QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL do senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT, referentes, respectivamente, ao período de 6 de fevereiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 281

REQUERIMENTO Nº 2606/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDSON ANTONIO LENZI FILHO, CPF nº 032.740.359-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 282****REQUERIMENTO Nº 2607/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A, CNPJ nº 34.841.787/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 283****REQUERIMENTO Nº 2608/2025**

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FOLIUMED BRASIL - IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 31.217.077/0001-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 284**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2609/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDGAR LENZI, CPF nº 014.722.399-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 285****REQUERIMENTO Nº 2615/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES, CPF nº 436.473.754-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE**ITEM 293****REQUERIMENTO Nº 2647/2025**

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PEDRO ALVES CORREA NETO, CPF nº 646.146.031-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quinta-feira, nós colocamos aqui, e deixa cada um votar de acordo com a consciência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, me esclareça só um fato. O item 290 está dentro ou fora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O 290 está dentro, vai ser votado hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, deixe-me terminar de ler.

Itens 325, 340, 349, 350, 351 387, 388, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 425, 426, 427, 430, 439, 440, 441, 442, 444, 445, 455, 456, 457, 458, 459, 463...

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 325

REQUERIMENTO Nº 2696/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira RIFS) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALTON CARDOSO LIMA JÚNIOR, CPF nº 013.054.456-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 340

REQUERIMENTO Nº 2712/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO AUGUSTO DE ARAUJO BOUDENS, CPF nº 501.698.746-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 349

REQUERIMENTO Nº 110/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e tesoureiro nacional do PDT.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 350

REQUERIMENTO Nº 1849/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.

Autoria: Deputado Carlos Jordy





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 351****REQUERIMENTO Nº 1887/2025**

Requer a convocação do Sr. Marcelo Oliveira Panella, ex-chefe de Gabinete do ex-Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE**ITEM 387****REQUERIMENTO Nº 1608/2025**

Requer a convocação do Sr. Ronald Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da CGU.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE**ITEM 388****REQUERIMENTO Nº 1622/2025**

Requer a convocação do Sr. Ronald da Silva Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU).





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 404

REQUERIMENTO Nº 1056/2025

Requer a convocação da Senhora Daugliesi Giacomasi Souza, esposa do presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos -Sindnapi, para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 405

REQUERIMENTO Nº 1729/2025

Requer a convocação da senhora Daugliesi Giacomasi Souza, empresária.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 406

REQUERIMENTO Nº 1085/2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Senador Jorge Seif

1ª PARTE**ITEM 407****REQUERIMENTO Nº 1624/2025**

Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Senador Magno Malta

1ª PARTE**ITEM 408****REQUERIMENTO Nº 2621/2025**

Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União, para que compareça a esta Comissão a fim de prestar informações.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE**ITEM 409****REQUERIMENTO Nº 2633/2025**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor JORGE MESSIAS, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento

perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante

1ª PARTE

ITEM 410

REQUERIMENTO Nº 2735/2025

Requer a convocação do Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

1ª PARTE

ITEM 411

REQUERIMENTO Nº 1172/2025

Requer a convocação do senhor Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Regime Geral de previdência Social no Ministério da Previdência.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 412

REQUERIMENTO Nº 2196/2025

Requer a convocação do Sr. Benedito Adalberto Brunca, ex-Diretor de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 425

REQUERIMENTO Nº 1606/2025

Requer a convocação da senhora Roberta Moreira Luchsinger, empresária.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 426

REQUERIMENTO Nº 2024/2025

Requer a convocação da Sra. Roberta Luchsinger, empresária.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 427

REQUERIMENTO Nº 2047/2025

*Requer a convocação da Sra. Roberta Moreira Luchsinger, empresária.***Autoria:** Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 430

REQUERIMENTO Nº 1643/2025

*Requer a convocação do senhor Vilson Luiz da Silva, presidente da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais).***Autoria:** Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 439

REQUERIMENTO Nº 1726/2025

*Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, jornalista.***Autoria:** Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 440

REQUERIMENTO Nº 1866/2025

Requer a convocação do sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 441

REQUERIMENTO Nº 1899/2025

Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 442

REQUERIMENTO Nº 2519/2025

Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 444****REQUERIMENTO Nº 1744/2025**

Requer a convocação da sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

1ª PARTE**ITEM 445****REQUERIMENTO Nº 1815/2025**

Requer a convocação da Sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

1ª PARTE**ITEM 455****REQUERIMENTO Nº 2045/2025**

Requer a convocação do Sr. Swedenberger Barbosa, Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 456****REQUERIMENTO Nº 2064/2025**

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa.

Autoria: Deputado Kim Kataguiiri

1ª PARTE**ITEM 457****REQUERIMENTO Nº 2066/2025**

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE**ITEM 458****REQUERIMENTO Nº 2072/2025**

Requer a convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles, ex-publicitária do PT.

Autoria: Deputado Carlos Jordy





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 459

REQUERIMENTO Nº 2077/2025

Requer a convocação da sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa.

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 463

REQUERIMENTO Nº 2094/2025

Requer a convocação do Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário-Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

)

E 461? (*Pausa.*)

Não, esse não foi marcado. Pergunto ao Líder Paulo Pimenta se o item 461 também estava...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, Presidente. Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, pela ordem.

O 461 é um convite de autoria do requerimento do Deputado Rogério Correia para o Sr. Cecílio Galvão. Saiu uma reportagem esta semana mostrando que ele é o maior intermediador de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpes em providências municipais e estaduais. Acho muito importante a presença dele. O Deputado Rogério Correia, do PT, quem fez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza, no microfone, Deputado, para constar na ata.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Eu sou a favor de entrar o que for, desde que os meus entrem também. Então, nós vamos discutir em conjunto, não podem ser só os que o Relator queira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas esse é do senhor – mas esse é do senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas se foi e entrou no acordo de retirar, eu quero discutir o que vai entrar e o que não vai entrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Então, estão retirados o 461, 463, 470, 471, 472, 473, 474, 475 e 476.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE**ITEM 461****REQUERIMENTO Nº 2081/2025**

Requer o envio de convite ao Sr. Cecílio Galvão, advogado.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE**ITEM 470**



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2416/2025

Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE**ITEM 471****REQUERIMENTO Nº 2520/2025**

Requer a convocação do Senhor Gustavo Marques Gaspar, empresário e ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE**ITEM 472****REQUERIMENTO Nº 2581/2025**

Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia e Informação do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 473

REQUERIMENTO Nº 2585/2025

Requer a convocação do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, coordenador do Setorial de Ciência e Tecnologia do PT, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Kim Kataguirí

1ª PARTE

ITEM 474

REQUERIMENTO Nº 2586/2025

Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, Coordenador do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia/ TI do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 475

REQUERIMENTO Nº 2611/2025

Requer que seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Adriana Ventura**1ª PARTE****ITEM 476****REQUERIMENTO Nº 2612/2025**

Requer a convocação do senhor Francisco Joseni Camelo Parente, servidor público estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

)

Está finalizada a relação.

Também foi solicitado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, põe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o ajuste temporal nos seguintes itens. Para que se firme dentro do que já foi acertado na CPMI, a partir de 2015. Esses requerimentos estão com marco temporal diferente do que foi acertado inicialmente. Itens: 102, 104, 105, 111, 151, 196, 286, 287. Esses apenas terão o marco temporal estendido para 2015. Está compreendido pelo Plenário?

Então, dentro dos requerimentos de consenso, excetuados os números que eu li e feita a modificação temporal também nos itens previstos em pauta, os Parlamentares – Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu quero fazer um último pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por gentileza. Essa parte deliberativa eu preciso encerrar antes...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é para participar da deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, mas deixe-me...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu quero que coloque o do Partido Novo junto com essa lista dos passageiros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quinta-feira que vem, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pode botar na lista dos passageiros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quinta-feira que vem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... é só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quinta-feira que vem V. Exa. poderá fazer, votaremos um a um.

Os Parlamentares que concordam com os itens de consenso elaborados na pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens.

Os demais serão votados na próxima semana nominalmente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O PT arregou. O PT arregou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não... Pois não....

Por favor, Deputado Van Hattem.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rapidamente, Deputado...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, o pessoal vem de provocação aqui. Põe o Novo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Van Hattem, por gentileza... Por gentileza...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e põe a Danielle Fonteles, põe o Frei Chico, põe o Zema...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, deixe-me dar sequência na oitiva?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – É um assunto importante, não vai atrapalhar ninguém aqui. E não é briga.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Eu tenho o protocolo, achei que já estava protocolado, acabei de confirmar com a Mesa, infelizmente, foi feito hoje pela manhã. Requerimento 2.742, de 2025. Diante da gravidade dos fatos, eu protocolei a apreciação imediata e gostaria que isso fosse votado aqui, se possível, uma extrapauta, para que a gente fizesse a aprovação do fim dos descontos imediato dos empréstimos dos aposentados, dos descontos dos aposentados dos empréstimos. As provas são claras: descontos indevidos das fraudes estruturadas, contas abertas sem autorização, em um sistema que movimentou 466 bilhões enquanto milhares eram lesados, Presidente.

Então, eu peço que o Plenário possa deliberar e que a gente votasse isso aqui hoje, porque é muito importante a gente dar fim imediatamente aos descontos que estão sendo feitos dos aposentados – descontos que eu estou dizendo são de empréstimos que a gente não sabe se foram aceitos ou não foram aceitos –, por 180 dias, até que a gente elucide esse problema.

Então, eu fiz esse requerimento à Mesa, está aí o protocolo, está aqui, e a gente poderia abrir uma extrapauta para votar e aprovar. Isso foi inclusive um pedido, uma fala do senhor, um pedido do senhor, e nós fizemos o documento, e gostaria muito que o Plenário pudesse abrir este momento aqui hoje, porque eu acho que é consenso de todos que os descontos associativos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham que parar imediatamente, esses descontos de consignados, de empréstimos, até a gente descobrir quem pediu empréstimo e quem não pediu.

Isso não vai trazer problema para quem quer solicitar o empréstimo, mas é só para que a gente consiga barrar isso aqui porque é muito dinheiro. É um extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, nós já fizemos, eu concordo plenamente, o apelo que está sendo feito ao Governo Federal, porque é uma decisão do Executivo junto ao INSS e também junto ao Banco Central, para todos os contratos ora realizados serem suspensos por até 60 dias até que haja uma auditoria, mas não novos contratos. Inclusive, esta semana eu recebi, e quero fazer um alerta a todos que estão nos assistindo, um golpe que as financeiras estão dando, enviando aos aposentados mensagem de que eu, como Presidente da CPMI, determinei a suspensão imediata e o fim dos empréstimos consignados por 180 dias.

Isso não é verdade. Estão orientando as pessoas a anteciparem os empréstimos, porque nós estaríamos proibindo. É uma das coisas mais absurdas desse mundo, que é golpe atrás de golpe.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Malandro é malandro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o apelo está feito. Eu concordo plenamente com V. Exa. em relação a isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O documento é claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas não vamos colocar como item extrapauta, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... só um esclarecimento.

Eu não sei se foi equívoco da minha parte, mas, quando nós iniciamos os trabalhos da CPMI, com a presença dos Líderes aqui, que se encontram, Deputado Paulo Pimenta, Senador Rogerio Marinho, estava presente também o Deputado Marcel van Hattem, sob a sua Presidência, nesta





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião – eu queria que o senhor me esclarecesse –, ficou acordado que nenhum requerimento de informação iria ser obstaculado, apenas os de convocação, convite, afastamento de sigilo.

Eu pergunto: tem até hoje na CPMI algum requerimento de informação que foi reprovado ou obstaculado? Porque eu pensei que esse fosse o acordo dos Líderes, não haver obstaculação para requerimento de informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, é um acordo que foi feito no início dos trabalhos. Naturalmente, durante o andamento de todas as investigações existem mudanças de interesse de cada um dos lados.

O que essa Presidência vai fazer é dar sequência ao que pode ser feito e, semana que vem, nós faremos a disputa no voto a voto dos requerimentos que forem colocados.

É o que nós vamos fazer.

O SR. ALFREDO GASPARI (Bloco/UNIÃO - AL) – Até de informação?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Até de informação, todos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, nós não vamos deixar de votar nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só uma pergunta, Presidente. Só uma pergunta, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Acho que é importante, Presidente, que a gente tenha, de fato, um compromisso de que todos os requerimentos que foram apresentados sejam incluídos na pauta da próxima quinta-feira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos, de fato, limpar a pauta, votar todos os requerimentos, mas nós queremos essa garantia de que nenhum requerimento apresentado em tempo hábil para a sessão de quinta que vem não estará incluído na pauta. É isso que a gente quer garantir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se estiverem na pertinência da CPMI, Excelência, nós vamos colocar para votar, o.k.?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E isso, naturalmente... Esta Presidência apenas cumprirá com o papel e a obrigação nossa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos dar sequência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sei, mas é uma consulta importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado van Hattem, hoje V. Exa. acordou firme.

Então, vamos dar sequência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Louco para trabalhar e chegar atrás de quem roubou os aposentados!

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas é sobre essa questão do acordo. Foi feito um acordo, e o senhor disse que as coisas mudaram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, olha, eu não gosto dessa palavra acordo; eu falo consenso, porque acordo fica parecendo que nós concordamos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acordo se cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Houve um consenso de votação do que é possível votar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas quem decidiu voltar atrás?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O que não há consenso, semana que vem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas sobre os requerimentos de informação, especificamente. Ficou no ar essa pergunta. Quem rompeu o acordo? Porque, se houve acordo para que não tivesse obstaculização a requerimento de informação, alguém decidiu diferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os dois lados apresentaram os requerimentos que não tinham interesse de votação hoje, tanto de um lado quanto do outro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas aí eu vou consultar o Rogerio, para a gente entender o que aconteceu, porque não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foram apresentados à Presidência...

Não, mas os dois lados apresentaram requerimentos que ficaram para a próxima semana, e a Presidência vai seguir.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Mas é bom registrar que foram 2 só do nosso lado e 38 do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – É bom ficar claro!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Está registrado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... eu gostaria só de registrar aqui e que os amigos que estão em casa entendessem os ataques de um Deputado Federal de Minas Gerais ao Governador Zema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, por favor. Esse assunto já está superado, Excelência, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu ia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, houve um lado que se manifestou; houve um outro lado que se manifestou também forma violenta.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu só queria dizer que o Zema vence o Lula em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senão nós vamos retornar a um tema aqui e não vai dar sequência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Zema vence o Lula em Minas Gerais por 49 a 37.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É o único presidenciável que passa com um trator em cima do Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos em frente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Esse é o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Primeiramente...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente Viana, eu tenho um pedido pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Excelência, por gentileza, eu já dei a voz e agora eu vou dar sequência aos trabalhos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Esse negócio do Zema ficou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado.

Senhores, quero esclarecer a todos...

Por favor, atenção!

Primeiramente, esclareço que nós tínhamos previsto dois depoentes para hoje. O outro depoente convocado, o Sr. Danilo Trento, que, inclusive, teve o requerimento de prisão temporária colocado por esta Presidência... O advogado se apresentou e o requerimento de prisão foi retirado, mas o Sr. Danilo Trento obteve o direito de não comparecer a esta CPMI, por decisão do Ministro André Mendonça, no *Habeas Corpus* 265.105.

Posteriormente à decisão, a Secretaria foi informada de que o Sr. Danilo Trento optou por não comparecer, o que deixa de trazer informações muito importantes, mas a quebra de sigilo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Então, volta à prisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, diante de um *habeas corpus* não é possível, Excelência. Aí é uma outra...

Uma coisa é a pessoa não se apresentar à convocação, outra é ela ter um *habeas corpus* não dando o direito de ela vir.

Oitiva do Sr. Mauro Palombo Concílio; profissão: contador.

Requerimento 2.248, de 2025, do Deputado Paulo Pimenta.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Mauro Palombo Concílio.

Solicito à Polícia Legislativa e à Secretaria que procedam ao acompanhamento do Sr. Mauro Palombo até a mesa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto... (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só dar um abraço num Prefeito amigo nosso, o Ronaldo, de Santa Maria do Salto.

Muito obrigado pela presença!

O Vice.

Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Enquanto o depoente está sendo conduzido à Mesa, eu acho importante fazer aqui um registro.

Primeiro, em respeito a V. Exa., dizer que nós tivemos uma conversa que antecedeu esta reunião. Eu fiquei calado ouvindo aqui, porque é natural que os ânimos se acirrem, mas também quero elogiar a postura de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... com muita sinceridade. Dizer que houve dissenso em mais de 40 itens, se não estou enganado aí.

E esse dissenso foi acordado entre nós, que vai ser votado item a item na semana seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ninguém aqui vai abrir mão de votação, tá? Então, primeiro ponto.

Segundo, Sr. Presidente, nós estamos vivendo momentos muito difíceis.

Dois minutinhos aqui, rápido. Ontem, nós tivemos a informação de que a esposa do Sr. Ramagem foi parada pela Polícia Federal, no Galeão, revistada, ela e as crianças, sem nenhum inquérito contra ela.

Sr. Presidente, isso está muito sério. O xerife do Brasil não está respeitando mais a lei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, depois desse abuso contra uma senhora e contra crianças, nós tivemos aqui mais um artigo da Sra. Malu Gaspar, que fala: "Depois de superar o golpismo, Brasil precisa enfrentar a falta de limite do Supremo". E ela, dentro do artigo, fala o seguinte, Sr. Presidente, que o que aconteceu antes foi por uma "boa causa", aspeado.

Presidente, quando o direito é golpeado e a democracia é golpeada, em nome da democracia, a democracia está doente, está fragilizada, está esgarçada.

Eu peço desculpa a V. Exa. por trazer esse assunto aqui, mas ele compete a todos nós. Nós estamos hoje, literalmente, entregues, onde um Poder pode tudo e não é moderado por ninguém. A maneira como o Supremo Tribunal Federal tem se comportado, a partir das ações do Sr. Alexandre Moraes, é vergonhosa contra a democracia brasileira.

E a imprensa que respaldou tudo isso vem com este tipo de afirmação: "Ah, era possível antes, por uma boa causa, passar por cima da lei e da Constituição"; relativizar direitos individuais, abrir mão da questão do juiz natural, não dar o devido processo legal e o direito de defesa aos cidadãos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... porque era o inimigo do Estado brasileiro.

Isso é intolerável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Desculpe o desabafo a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente... Eu pediria a V. Exa. para que eu pudesse fazer a contradita do que foi dito aqui pelo Senador. Pois não?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah não, aí eu vou querer falar também. Pela ordem...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não?

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Este é um Parlamento de livre manifestação.

V. Exa. tem dois minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor cortou minha palavra, Presidente, naquele momento.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas o assunto de V. Exa. já havia sido superado. Eu pedi a gentileza...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não, mas poxa, isso é injusto, o senhor cortou minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pedi a gentileza... Não, porque, olha, não, desculpe, mas...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu ia falar aqui sobre o Jorge Messias, o absurdo que é a não convocação dele. Eu ia dar pontos importantes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um minutinho, Deputado Luiz Lima, só um instante.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu pedi a contradita exatamente por isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe-me fazer uma pergunta aqui.

Além, além... Só um instante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Pimenta, por favor.

Além do Deputado Luiz Lima e do Deputado Rogério Correia, mais algum outro Parlamentar gostaria de se manifestar?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Medeiros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero falar também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa., hoje... Já tomou um tempo até em excesso, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não falei ainda. Eu só respondi, eu não falei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, encerrei as inscrições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bia Kicis, Deputada Bia Kicis, Paulo Pimenta...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Coronel Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Chrisóstomo.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos colocando.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Alencar Santana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alencar Santana.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Van Hattem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Agora eu vou pedir...

Eliziane.

Eu vou pedir o cumprimento...

Deputado Malafaia.

Vou pedir dois minutos, por favor. O.k.?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone.*) – Dorinaldo Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar dois minutos para a gente poder dar sequência e cada um falar e vou pedir para os outros não interromperem.

E lembrem-se: se citarem nominalmente qualquer outro colega, ele terá direito à resposta. Prestem bastante atenção nisso, que eu tenho sido muito duro com essa questão. O.k.?

Com a palavra o Deputado Rogério Correia. Dois minutos, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, não é o assunto aqui, mas eu gostaria – como foi trazido – de colocar uma contradição, uma contraposição em relação ao que foi colocado.

Acho que o Brasil vive momentos plenos de democracia. Nós conseguimos, finalmente, colocar para cumprir pena aqueles que cometeram o golpe de tentar acabar com a democracia no Brasil. Portanto, a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de quatro generais golpistas tem que ser comemorada como algo que garante o processo democrático brasileiro. O que tentaram e o que pediram foi exatamente que o Brasil voltasse ao regime militar e tivesse intervenção de forças armadas. Era para isso que funcionava o golpe e para isso que golpistas foram mobilizados no Brasil inteiro, fechando rodovias, colocando bombas em aeroportos, quebrando e tentando invadir a Polícia Federal, que tentaram, inclusive, ocupar as estradas, as portas dos quartéis...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e que, no dia 8 de janeiro, quebraram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal. Felizmente, esses estão agora cumprindo a pena merecida. Comemora-se no Brasil, portanto, o processo democrático. E isso é importante.

Agora, em relação aos temas da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu pediria a V. Exa. que incluísse todos os requerimentos que são colocados e que têm pertinência ao tema. Eu apresentei um em relação a uma agência que chama Agência Zema, do Governador, que faz muito crédito consignado em Minas Gerais. Ela precisa ser investigada, porque há sinais de fraudes dentro dessa financiadora do Governador. Ela está aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Assim como coloquei vários outros – eu já disse a V. Exa. – relativos também a igrejas que têm suspeita de lavagem de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu gostaria que estivessem incluídos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se estiver pertinente...

Deputado Zé Medeiros, dois minutos.

Pois não, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há muito tempo, eu denunciei a invasão das prerrogativas e o desrespeito ao Legislativo. Eu ainda estava no Senado quando comecei a denunciar isso.

Agora, o Senado entrou com uma ADPF junto ao STF para ver os limites sobre a invasão, sobre a entrada de policiais aqui na Casa, tanto no Senado quanto na Câmara. Vejam só. Em vários países onde se respeita a independência dos Poderes, a autorização nas dependências da Casa depende da Presidência do Poder, depende da Mesa. Nessa ADPF, o Supremo aproveitou para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislar por vias transversas – aliás, ultimamente, tem legislado muito. E aí o Supremo se colocou como o autorizador, ou seja, a qualquer...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – ... momento, eles podem mandar revirar gabinetes, podem fazer o que quiser. Na verdade, a ADPF pedia justamente para que fosse respeitada a independência desse Poder.

Eu faço aqui um apelo ao Presidente Hugo Motta, mas principalmente ao Presidente do Congresso, Davi Alcolumbre: isso não pode estar acontecendo. Vejam que o Supremo expandiu a jurisdição por ofensas ao Supremo até onde alcançarem os sinais de internet, porque eles disseram que hoje, com a internet, é como se fossem expandidos os cancelos do Supremo. Então, não dá para admitir que ele possa ter jurisdição infinita, e aqui jurisdição nenhuma. Eu deixo isso aqui para a reflexão de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Luiz Lima, dois minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente Viana, o povo brasileiro, na expectativa da convocação de Jorge Messias, um indicado do Presidente Lula para ocupar um cargo no Supremo Tribunal Federal durante 30 anos... E eu vou mostrar novamente aqui. *O Estado de S. Paulo* do dia 18 de novembro, "AGU foi alertada sobre INSS e Messias ignorou caso do sindicato de irmão de Lula." Fiscalização aponta Sindnapi; Frei Chico é Vice-Presidente. Um ano antes da Operação Sem Desconto, Jorge Messias ficou inerte, não fez nada; aquele que é indicado a ficar 30 anos no STF – porque é um absurdo da nossa Constituição permitir que uma pessoa fique perene em um cargo tão importante.

Eu vou ler aqui. "São atribuições do Advogado-Geral da União: [...] assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração."

Será que o Presidente Lula foi avisado e o próprio Presidente Lula permitiu que o Sindnapi continuasse roubando os aposentados?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

E eu vou aqui continuar com a assessoria do Partido Novo.

A partir do momento que a AGU tomou conhecimento de que a unidade, que sua unidade, havia recomendado o cancelamento dos ACTs pela explosão do número de ações judiciais apontando as fraudes, e percebendo que esse processo estava parado no INSS, ele tinha – o Jorge Messias – a obrigação, por lei, de comunicar imediatamente ao Presidente da República, propondo as medidas concretas para controle da legalidade, inclusive da maneira cautelar, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784.

A presença de Jorge Messias aqui é fundamental. É indigno essa CPI não o convocar. É indigno partidos do centro movimentarem representantes aqui para que não sejam aprovados. Lula sabia ou não sabia do roubo dos aposentados um ano antes?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelente.

Deputada Bia Kicis... Deputada Bia Kicis... *(Pausa.)*

Vou passar à frente.

Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nitidamente, alguns Parlamentares, inclusive Parlamentares de pouca expressão, apresentam requerimentos, tentando encontrar alguns minutos de fama, com videozinhos de lacração. É evidente que esse é o objetivo da apresentação deste requerimento do Dr. Jorge Messias, indicado pelo Presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal, que já está com sua sabatina marcada no Senado, no próximo dia 10.

Nós temos agido aqui, inclusive, com procedimentos muito claros e transparentes com relação à questão de ministros, ex-ministros, e não há nenhum fato, Sr. Presidente – nenhum fato –, que vincule ou que justifique um requerimento para que...

(Soa a campainha.)



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Dr. Jorge Messias precisasse comparecer a esta Comissão.

Todos os atos da Advocacia-Geral da União, durante a sua gestão, foram absolutamente de acordo com aquilo que a legislação estabelece, nos prazos que a legislação estabelece, a partir do momento que havia indícios que justificassem a abertura de ações penais.

Aliás, se nós vamos falar em prevaricação, se nós fôssemos convocar aqui prioritariamente, nós temos que convocar aqueles que foram advogados-gerais da União durante o período do Governo Bolsonaro, quando de fato nenhuma investigação andou. O próprio Ministro, Relator hoje, André Mendonça foi Advogado-Geral da União nesse período, o Bruno Bianco foi Advogado-Geral da União e tantos outros nesse sentido.

Esta é uma CPI séria, esse é um espaço sério, o debate sobre o Supremo Tribunal Federal é sério, e nós não podemos, Sr. Presidente, por conta da necessidade de Parlamentares de querer o tempo inteiro virar notícia, perder o nosso tempo com esse tipo de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Antes, quero fazer uma correção aqui. Na pressa saudei o Prefeito Ronaldo, o Vice e o ex-Prefeito Oximane e falei Santa Maria do Salto; é Saldo da divisa. De Santa Maria do Salto, o ex-Prefeito é o Vena, grande amigo. Então um abraço a vocês, Oximane, ao Prefeito Ronaldo. Parabéns pelo trabalho e muito obrigado pela visita.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer que apoio a manifestação do Relator, quando insistiu para que os dois requerimentos de minha autoria pudessem ser votados hoje, afinal de contas o que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Das viagens.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Das viagens, das listas de passageiros. Será na semana que vem, o.k., mas a gente sabe que tem alguma coisa muito estranha nessas passagens pagas pelo Careca. Então é fundamental que a gente saiba quem estava nesses voos com o Careca, passagem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

paga por ele. E eu não entendo, sinceramente, como é que alguém que diz que quer, que está aqui para esclarecer quem roubou os aposentados se opõe a votarmos esses requerimentos. Mas, enfim, vamos aguardar até a semana que vem. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que a verdade virá à tona e que teremos gente graúda nessas listas de passageiros, caso contrário não fariam tanto esforço para adiar.

(Soa a campanha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Outra coisa, estão aqui dizendo que o Jorge Messias era outro que a gente esperava... V. Exa. anunciou que essa CPMI ouviria hoje o Jorge Messias...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Que votaríamos o requerimento.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Que votaríamos o requerimento. Ele está com a sabatina marcada para o dia 10 – dia 10 está ali. E agora ele está aqui, ele se encontra na Casa e foi agora, estamos recebendo aqui a notícia de que ele se dirigiu agora à Liderança do PT. Então aqueles que tentam blindá-lo, que evitam que ele seja ouvido aqui, estão recebendo o Jorge Messias aí na Liderança do PT. E o Relator, o Senador Weverton, declarou o seguinte: "Jogaram para mim, ao me dar essa relatoria, uma granada sem pino". É uma bomba, realmente é uma bomba essa indicação de uma pessoa que precisa ser ouvida aqui, aqui nessa CPMI, e não em sabatina do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu espero, sinceramente, que o Senado barre essa indicação tão nociva para o Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência. Obrigado.

Antes de dar sequência ao Coronel Chrisóstomo também, quero dar os parabéns ao Vice-Presidente Duarte Jr., cujo filho Levi nasceu essa noite. Nossos parabéns a ele. Deus o abençoe. Muita saúde ao Levi. *(Palmas.)*

Deputado Coronel Chrisóstomo, montanha!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Montanha!

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a gente ouve aqui os discursos de lá para cá, e os brasileiros ficam imaginando: "Mas o que é essa briga toda? Afinal de contas, depois dessa discussão, o que é que sobra para nós?". Sobra para os brasileiros que nós temos que apresentar para eles o nosso propósito. Para que foi instalada essa CPI ou CPMI? Para mostrarmos as verdades dos que roubaram os aposentados e pensionistas do nosso Brasil, e ainda tem muita gente sendo roubada. Para isso surgiu a CPI, a CPMI.

E é esse recado que a gente tem que dar para os brasileiros, Presidente. Discussões aqui são desnecessárias – desnecessárias. O que nós precisamos é mostrar a verdade para o Brasil, não importa quem esteja no avião e não importa que lista que tem que ser apresentada. Se tiver que ser apresentada uma lista aqui, que seja de todos, independentemente de quem quer que seja. Pronto.

E é isso que nós vamos votar na próxima semana.

Presidente, com relação ao Ministro Jorge Messias, ele deve vir aqui, sim. É importante os brasileiros saberem o que ele tem a dizer, por que ele não tomou providência quando soube do roubo dos aposentados. E, com certeza, Tonia Galleti, de quem solicitei, via requerimento, a prisão dela... É importante essa prisão.

Portanto, Presidente, os brasileiros esperam que a gente cumpra o nosso dever aqui, nesta CPMI. Muita discussão, mas vamos praticar os atos e vamos votar os requerimentos, Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana, com a palavra. Dois minutos.

Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, colegas, nós aprovamos um plano de trabalho aqui, de início, que devido à conjuntura, às disputas, ao andamento da Comissão, infelizmente não foi possível a gente cumpri-lo integralmente. E ali se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

previa a oitiva de todos esses Ministros, Presidentes do INSS, Diretor de Benefícios e outras pessoas.

Do Governo do Presidente Lula, ouvimos praticamente todo mundo: o ex-Ministro, o Ex-Presidente, o Ministro Vinicius, que tiveram ali ações efetivas. Não conseguimos ouvir do governo anterior na sua plenitude. Acho que foi um prejuízo, porque muito dos atos permissivos para que essas entidades entrassem e roubassem os aposentados foram justamente praticados na gestão anterior.

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Ministro Messias, da AGU agiu, com toda a sua equipe, prontamente, de maneira muito eficaz; aliás, durante toda a sua gestão. Por isso que isso o credencia a ser Ministro do STF.

E não dá para esta Comissão fazer uma disputa que não é dela – não dá. Aliás, colocar Deputados nessa disputa não tem sentido algum. Se, porventura, alguém diverge do Ministro Messias como indicado ao STF, que faça o debate no Senado, na CCJ, no Plenário, mas não dá para envolver quem não faz parte dessa disputa.

E se houvesse razão concreta de trazê-lo à CPMI, não teria problema nenhum, mas não há – não há. Nós temos razões para trazer pessoas diretamente envolvidas, do INSS, na gestão anterior que não vieram. Infelizmente, assim como eu entendo...

Se puder mais 20 segundos, Presidente...

Assim como eu entendo – e apresentei um requerimento – que nós deveríamos cassar a aposentadoria do Oliveira, ex-Ministro, Ex-Presidente do INSS, ex-Diretor de Benefícios, que não foi preso por decisão do Ministro André Mendonça, mas que está diretamente envolvido. É nesses casos que nós temos que aprofundar, e não fazermos disputas outras que só atrapalham o andamento, não esclarecem a verdade; e as pessoas que nos acompanham, os aposentados e pensionistas, sem dúvida alguma, acabam ficando decepcionados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... primeiro, ressaltar que, já que a gente não teve um extrapauta desse pedido – que eu acho importante a gente votar aqui para complementar o fim dos descontos aí dos consignados –, que sejam, então, votados na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... pois essa é uma medida urgente.

Eu quero dizer aos Parlamentares do PT, que falaram que não tem cabimento a convocação de Jorge Messias, que eles estão equivocados, porque hoje foi designado o Relator do processo contra ele, por prevaricação, André Mendonça, Ministro André Mendonça.

Por quê? Ele prevaricou, sim. Quando foi informado a Jorge Messias que havia descontos irregulares de aposentados do INSS, ele sentou...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... em cima para proteger, segundo *Estadão*, *Folha de S.Paulo*, para proteger o sindicato em que o irmão do Lula faz parte como Vice-Presidente. Então, a falácia daqui de trás é a mesma de sempre, e eu quero saber deles, aqui e agora, com calma.

Eu não votei contra nenhuma – nenhuma – convocação e não votaria. Pode ser Bolsonaro, os filhos do Bolsonaro, parente do Bolsonaro, pode ser qualquer político, eu jamais votaria contra porque eu não estou aqui para proteger, estou aqui para esclarecimentos.

Mas eles mentem, e não faz esse papel. Então, se esse papel que eles estão falando, de um cronograma de descoberta de uma fraude, realmente tem interesse da parte da esquerda – só 20 segundos para completar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... que não assinou, que não assinou a CPMI, se eles têm compromisso com ela aqui hoje, então que, na próxima quinta-feira, sem discussões, seja votada imediatamente a convocação de todos e o convite de todos. E acabou.

Assim, vocês param com narrativa e mostram através de atitudes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, nesses dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... fazer um breve balanço da CPMI.

Nós temos resultados positivos aqui. Eu acho que é importante destacarmos que nós já tivemos aqui dez presos, 800 documentos recebidos. Essa é a nossa 27ª reunião, com esse resultado. E, para mim, é importante esse resultado, porque eu acho que é parte de um balanço também para a população brasileira. Tem muita conversa de descrédito sobre a CPMI, mas eu queria destacar esses números. Eu acho que é importante que V. Exa. sempre estabeleça essa conexão, para informar o resultado desse nosso trabalho aqui.

Gostaria de dizer também que o Governo Federal, desde o momento do escândalo instalado, já pagou e já fez o ressarcimento de em torno de R\$2,65 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – São 3,3 milhões de pessoas que já foram ressarcidas desse prejuízo. No meu estado, Amapá, são R\$11 milhões que já foram feitos e pagos a aproximadamente 12 mil pessoas.

Então, portanto, tem uma prestação de contas a fazer, que eu acho muito importante, que diz respeito a esse trabalho permanente de todos os Deputados e Deputadas aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero finalizar, comendo um pãozinho de queijo, para homenagear o meu companheiro Rogério Correia, porque Rogério apresentou aqui uma informação fundamental nesses requerimentos, que são pertinentes, e aí deu um desespero na oposição, Rogério.

Está aqui, em sua homenagem, esse pãozinho de queijo, para as pessoas honestas e lutadoras, diferentemente do que se falou aqui de você, de V. Exa., que é um representante de Minas Gerais que tem grande credibilidade. Então, em sua homenagem, em seu respeito, eu quero parabenizá-lo, porque o Rogério – meu companheiro Rogério – trouxe a informação aqui que é o seguinte: o caso Zema não é um caso qualquer, isolado, por isso deu um piti num Deputado aqui do Novo. Ficou agoniado, ficou agoniado!

Para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... Presidente, porque, de fato, o Zema tem uma financiadora de crédito, chamada financiadora Zema, que tem conexões diretas com o bolsonarismo e o crédito consignado, consignação e Auxílio Brasil – lá atrás. Então, o Rogério começou a puxar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Para finalizar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não!

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... puxou aí o fio do novelo.

É importante destacar, então, essas conexões.

E quero dizer o seguinte: Zema não é nem traço de pesquisa para concorrer à Presidência deste país.

Portanto, finalizo aqui com o respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Obrigado, Excelência.

(Manifestação da plateia.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado... Senhores, por favor.

Deputado Marcel van Hatten.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Bom, vou começar desmentindo a *fake news* aí.

Pesquisa Genial/Quaest: Romeu Zema, 47%; Lula, 34%, em Minas Gerais, segundo turno.

Vou repetir: Zema, 47%; Lula, 34%, em Minas Gerais.

Vai ver é porque o Zema está fazendo um excelente trabalho.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não! Senhores!

Eu vou devolver o tempo ao Marcel, porque todos foram ouvidos aqui com respeito e silêncio.

Dois minutos para o Deputado Marcel van Hatten.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

Aí você vê por que estão tão angustiados – essa turma, aliás, que não assinou investigação de CPI. O Novo, 100%, assinou; os Deputados e Senadores do PT, olha, praticamente ninguém assinou.

Quando estão aqui... O Senador, que é o Paulo Paim, do PT, que é o defensor, supostamente, dos aposentados, veio aqui para blindar o Frei Chico, Senador Carlos Viana – veio para blindar o Frei Chico! Blindaram o Frei Chico, blindaram a Danielle Fonteles, agora blindaram o Messias e blindaram hoje o Careca do INSS, Alfredo Gaspar – não querem a lista de passageiros!

Eu repito aqui o meu desafio: PT, pode botar o requerimento que quiser do Novo, do Zema! Vamos botar também os requerimentos de novo do Frei Chico, esse voo do Careca do INSS, e vamos ver se votam também!

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, não, o negócio deles é perseguição política aqui, nesta CPMI, que tem que investigar o maior roubo, o mais absurdo, aos aposentados que estão nos assistindo.

O Zema, homem de bem, abriu mão de morar no palácio, com 32 empregadas, para ir morar na cidade, de aluguel, e pagar uma única doméstica. O Romeu Zema doa o salário dele; não precisa! Ele abriu mão, justamente, Senador Carlos Viana, de uma série de privilégios e regalia, e daí eu não fico indignado quando eu ouço esse tipo de coisa que vem aqui? A "petezada", que quebrou Minas Gerais... Teve Prefeito que se suicidou em Minas Gerais por falta de repasse do Governo do estado! Botaram no SPC e Serasa todos os funcionários públicos servidores de Minas que estavam com o salário atrasado!

O Zema consertou o estado e vai consertar o país! E é por isso que estão extremamente nervosos, porque ele já está na frente, muito na frente, nas pesquisas e vai deixar o Lula e o PT para trás e essa roubalheira também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero iniciar fazendo solidariedade ao meu amigo Rogério Correia, que é um grande Parlamentar, tem feito um trabalho formidável nesta Comissão; parabenizar V. Exa. pela condução da CPMI, Presidente, mas registrar aqui a euforia, o nervosismo da oposição.

E o que a gente percebe, Rogério, é que agora centraram, porque, tão logo o Jorge Messias foi indicado pelo Presidente Lula, para ser Ministro do STF, começou toda uma celeuma aqui na Comissão para trazê-lo. Não havia essa inquietação com o Jorge Messias lá atrás, antes da indicação. Houve a indicação, começou uma polvorosa aqui na CPMI, claramente numa tentativa de instrumentalizar e usar essa possível convocação do Jorge Messias para expor o Jorge Messias...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que é um profissional ilibado, uma pessoa correta, proba e que teve um papel importante agora no pagamento de mais de 2,5 bilhões de ressarcimento para os aposentados e pensionistas no Brasil.

Eu não vejo aqui a inquietação da oposição, porque nós já recebemos aqui o Vinícius, por exemplo, da CGU, mas não há uma inquietação para trazer o Wagner Rosário, para trazer o Bruno Bianco, para trazer os outros que integraram o Governo do ex-Presidente Bolsonaro, que foi informado no iniciozinho lá na transição, em 2019, do roubo do desconto irregular e fraudulento dos aposentados e pensionistas no Brasil.

Então, há claramente aqui, companheiros Pimenta, Rogério e demais colegas, uma seletividade para tentar atingir o Governo do Presidente Lula, mas não vão conseguir.

E eu quero finalizar, Presidente – dois minutos passam muito rápido –, cumprimentando os 3,3 milhões de brasileiros que receberam até agora R\$2,5 bilhões; os meus maranhenses, 187 mil maranhenses, que receberam R\$150 milhões, e parte deles não foi, a fraude...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência, para encerrar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Só para finalizar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... não foi fruto do Governo do Presidente Lula, não; foi fruto do Governo do ex-Presidente Bolsonaro, do ex-Presidente Temer e que agora estão sendo ressarcidos pelo Presidente Lula.

Então, Presidente, eu quero cumprimentar e dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... a todos vocês que nós estamos aqui atentos: seletividade jamais nós vamos permitir aqui na CPMI!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputada Carla Dickson.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caros colegas, eu ouvi aqui sobre Parlamentares de pouca expressão, de alguém da esquerda. Se Parlamentar de baixa expressão é aquele que estampa os jornais com corrupção, roubo, escândalo, eu fico feliz de ser de baixa expressão, esse tipo de expressividade eu dispenso.

Eu quero deixar aqui uma sugestão de requerimento para a próxima semana, de convocar o Sr. Paulo Henrique da Costa, um dos diretores do BRB.

Uma coisa interessante que eu observei com o advogado Eli Cohen, que esteve aqui nesta CPMI, é que ele fez um alerta importante sobre possíveis fraudes na contratação de empréstimos consignados por aposentados do INSS envolvendo o Banco Master. E a gente viu, dia 18/11, explodir a Operação Compliance Zero, em que o BRB...

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – ... está completamente envolvido.

As investigações apontam que 12,2 bilhões em créditos consignados, equivalentes a mais de 20% das operações do BRB, foram transferidas sem justificativa, com informações falsas ou contratos forjados.

Então, assim, eu penso: quem não deve, não teme. É interessante a gente investigar essa linha de coincidências aí e observar se houve mesmo esses descontos indevidos do INSS, captação agressiva ou uso irregular de dados sensíveis e potenciais danos aos nossos aposentados, porque os grandes raramente sofrem alguma coisa. Quem tem problema mesmo é o vovô e a vovó que estão lá na ponta e, agora, crianças e pessoas com deficiência, nesse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que eu estava com saudade aqui da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está fazendo falta, Excelência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Fazendo falta, porque não teve segunda-feira. E não é a primeira vez que isso acontece.

O STF está sabotando, está boicotando os trabalhos desta CPML. É importante que se diga... Ninguém tem Ministro de estimação aqui, não. É importante que se coloque isso. Chega de abuso, chega de blindagem!

E, olha, por falar em blindagem, Sr. Presidente, eu vejo aqui a base, a tropa de choque do Governo Lula – e de manhã já saiu a matéria – calculando que tinha voto para barrar a vinda do Messias aqui, na CPI, de novo. Mais um que eles estão querendo blindar.

Mas, olha, eu acho que a Parlamentar que me antecedeu há pouco tempo, talvez não esteja acompanhando esta CPML...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... porque não é a primeira vez que o Messias é... A gente tem o objetivo de trazê-lo aqui, não. Desde o início o nome do Messias é colocado. Sabe por quê, Deputado Zé Trovão? Porque ele soube antes, foi avisado do que aconteceu. E ele perguntou ao Presidente Lula? Ele falou com o Presidente Lula? Porque era para ter estancado a sangria dessa roubalheira dos brasileiros, e não o fez. Ele tem que vir aqui.

E mais, Presidente: ele fez esse acordo ridículo. Ele participou desse acordo... Porque era para estar devolvendo em dobro para os brasileiros. Era para dar danos morais para os brasileiros. E esse acordo que foi feito é ruim, tirou o direito dos brasileiros. Ele tem que explicar aqui. Ele tem que sentar aqui, o Messias.

E eu espero que, nesta CPI, por unanimidade, se querem a coisa verdadeira, votemos por unanimidade para a vinda dele para explicar para os brasileiros esse acordão que foi feito, prejudicial aos mais pobres, assim como também a ação que poderia ter sido feita, que ele poderia ter tido com relação a não deixar que essa sangria continuasse no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O último inscrito para darmos início às oitavas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sem áudio, Excelência.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Obrigado, Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

Vejam que notícia vergonhosa foi publicada ainda há pouco, e citada pelo nobre colega, o Senador Eduardo Girão: "Planalto calcula já ter votos para blindar Messias na CPMI do INSS".

Isso é uma notícia vergonhosa, Sr. Presidente. Acaba recaindo essa vergonha, Zé Trovão, sobre todos nós, mas quem deveria se sentir envergonhado aqui é a base do Governo, são os petistas que estão a todo instante, desde o princípio desta CPMI, que não assinaram o requerimento para a instalação da CPMI, e agora vieram para cá para tumultuar e para blindar os ladrões dos nossos aposentados.

Eu não sei como essas pessoas conseguem chegar em casa à noite, colocar a cabeça no travesseiro e dormir – protegendo esses vagabundos, esses criminosos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Encerradas as falas, já está conosco o Sr. Mauro Palombo Concílio, contador.

A CPMI foi notificada da decisão da Ministra Cármen Lúcia, no *Habeas Corpus* 264.030, na qual deferiu parcialmente o *habeas corpus*, apenas para assegurar ao depoente os direitos já consagrados no ofício convocatório: o direito de ser assistido por seu advogado e com ele comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94; o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a responder a perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe, entretanto, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

Registre-se que a defesa havia pedido liminar sobre, abre aspas, "O asseguração do exercício do silêncio total ou parcial e da faculdade de selecionar as perguntas às quais pretende responder com a delimitação objeto às matérias não alcançadas pelo sigilo profissional". Esse pedido não foi deferido pela Ministra. A esse respeito, consta da decisão, abre aspas: "Decisão do Supremo. O dever de sigilo profissional, invocado pelo impetrante como fundamento para a alegada impossibilidade de o paciente depor sobre os fatos dos quais tenha conhecimento como contador, não está previsto em lei formal, mas em norma regulamentadora que institui o Código de Ética Profissional do Contador: a NBC PG 01, de 7 de setembro de 2019."

O dever de sigilo profissional fixado naquele Código de Ética não é absoluto e tem expressa ressalva no mesmo dispositivo pelo qual estipulado:

São deveres do contador: [...]

c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes [o que é o papel desta Comissão].

Feitos os devidos esclarecimentos, passamos ao termo de compromisso.

Primeiramente, quero saudar o Dr. Luciano.

Muito obrigado pela presença, Dr. Luciano. Quero dizer que o senhor poderá interromper a sessão, assim como o Sr. Mauro Palombo, a qualquer momento, para que possam exercer o direito de defesa, de orientação ou mesmo questões particulares. Sr. Palombo, sei que o senhor tem uma debilidade física e poderá solicitar a qualquer momento que se pare aqui. O.k., Doutor?

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Excelência, posso fazer só uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Está sem áudio, Excelência...

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Não, está com áudio, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Só uma consideração bem rápida para os...

Aliás, primeiro, bom dia a todos. É um prazer aqui estar nesta Casa, é uma honra, uma alegria muito grande estar aqui.

Só para esclarecer só um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – ... com relação ao *habeas corpus*, porque, enquanto contador, que é uma das profissões onde o segredo, assim como o da advocacia, é extremamente relevante, foi o questionamento ao Supremo Tribunal Federal. E a Primeira Turma entendeu que o contador tem que prestar as informações à CPMI.

A nossa questão apenas, Excelência, é que, eventualmente, algum documento será fornecido aos senhores, as informações serão prestadas, mas como nós estamos numa reunião aberta, que está sendo transmitida pelo YouTube, então eu vou pedir a consideração de V. Exas. que, se eventualmente tiver alguma questão que envolva o segredo, eu vou ter que orientá-lo de que ele não pode, numa reunião aberta, expor por um simples detalhe: senão ele incorre no risco de responder pelo crime do art. 154 do Código Penal.

Então, neste caso, com a consideração de V. Exa., a gente vai fornecer o documento...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor. Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tenho uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, vamos deixar o advogado concluir.

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Não, é só para evitar que eu tenha, por dever profissional, que orientar o meu cliente a não responder à questão porque senão ele pode incorrer num crime.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Mas ele vai participar, ele vai assinar um termo de compromisso.

Então, eventualmente, algum documento ou alguma resposta que envolva um segredo mais profundo, eu posso apresentar por petição, mas todas as perguntas, sem exceção, serão respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Antes de passar a palavra ao Líder Pimenta, eu só quero fazer uma observação de que, no próprio Código de Ética dos Contadores, há de que o sigilo não pode ser mantido nos casos ilícitos. Nas questões lícitas, naturalmente, ele poderá dizer aqui e argumentar que não pode. Mas, naquilo que é ilícito, que for apresentado pelo Relator, o Sr. Mauro Palombo terá que responder.

Pois, não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, a minha sugestão, considerando a boa vontade expressa aqui pelo Dr. Luciano, é a seguinte: se, eventualmente, tiver alguma informação que a defesa entenda que merece um grau de sigilo ou de cuidado, nós poderemos, num segundo momento, fazer uma sessão fechada, sem a participação da imprensa e sem a transmissão; e, nesta outra sessão, os documentos que eventualmente não possam ser apresentados nesta sessão, possam ser disponibilizados para nós.

Essa é a minha sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se for necessário, faremos essa questão.

Bem, em que pese o advogado do depoente já ter esclarecido esta Presidência que será prestado plenamente, destaco o trecho do *habeas corpus*: sendo testemunha, como se tem no caso em análise, tem a pessoa convocada o dever de prestar o compromisso de dizer a verdade, na forma da legislação de regência.

Passo agora à leitura do termo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa., Sr. Mauro Palombo Concílio, promete, quanto aos fatos que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que lhe souber e for perguntado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra, inicialmente, por 15 minutos, ao Sr. Mauro Palombo Concílio, para a apresentação.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Carlos Viana; Sr. Relator Alfredo Gaspar; e todos os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Sou Mauro Palombo Concílio, casado, pai de três filhos, dono do escritório Contábil Nelma. Tenho muito orgulho de minha equipe de colaboradores, com a qual tive e tenho a honra de compartilhar minha sólida carreira profissional.

Aos 14 anos, comecei a trabalhar no escritório de contabilidade de meu falecido pai como *office boy*, com carteira de trabalho assinada, e hoje tenho orgulho de dizer que o escritório tem 63 anos de atuação correta. Aos 16 anos, fui emancipado pelo meu pai e fiquei sócio do escritório. Estudei contabilidade na tradicional, conceituada e renomada Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) e, posteriormente, na Universidade São Judas.

Sou da época em que a contabilidade ainda era feita em livro diário copiativo, com ficha tríplice e gelatina. Com a modernidade, o trabalho passou a ser feito através de uma máquina de contabilidade, como se fosse uma máquina de escrever gigante, com vários carros, teclados, e posteriormente vieram os primeiros computadores, disquetes, CDs, DVDs e, hoje, nas nuvens, onde a contabilidade é basicamente feita *online*.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive, em minha carreira profissional, 154 certificações, premiações e medalhas nacionais e internacionais em nome de minha empresa e também em nome de meu próprio reconhecimento profissional. E cito aqui apenas os principais: medalha de mérito profissional em Ciências Contábeis, em São Paulo; medalha e homenagem profissional em líder do setor contábil em Brasília; empresário do ano, *lender and business manager*, em Rio de Janeiro; e empresário contábil do ano, em Brasília.

Em nome da Contábil Nelma: em 2006, o Programa de Qualidade de Empresas Contábeis (PQEC) do CRC, conselho regional de São Paulo, certificação primeira turma do PQC Sescon, carta do CRC (Conselho Regional de Contabilidade), parabenizando os dirigentes e a equipe de funcionários da Contábil Nelma; PQC segunda turma, em 2007; em 2008, PQC terceira turma do Sescon; em 2009, Prêmio Qualidade Top of Quality, Troféu Empreendedores de Sucesso, Prêmio Qualidade São Paulo; em 2010, Prêmio Internacional Empreendedores da América Latina, Troféu Empresarial América do Sul, Prêmio Brasileiro de Qualidade, Troféu Brasil Empresarial, grande prêmio Mercosul; em 2011, Prêmio Excelência em Sustentabilidade, Troféu Brasil Empresarial; em 2012, ISO 9001:2008 ABNT, Excelência de Qualidade Brasília, Brasil Quality Certification, Prêmio Qualidade Mercosul, Excelência em Negócios, Prêmio Top Empresarial Internacional, Troféu Líder do Setor, Troféu Top of Business, Troféu Qualidade Brasil, Top Qualidade Brasil na Prefeitura Municipal de São Paulo, Academia de Honrarias de Mérito. Prêmios Internacionais: Golden International of Quality em Madri, na Espanha; Prêmio Latin America Quality Institute, Panamá.

Em 2013: Excelência em Qualidade; Brasil Quality Brasília; Top Qualidade Brasil, Senado Federal; Academia Brasileira de Honrarias de Mérito Contábil, em Brasília; Mérito em Ciências Contábeis; Prêmio Quality Gold; Prêmio Quality 9000; Prêmio Empreendedores de Qualidade Brasil; Prêmio Qualidade das Américas; Troféu Líder do Setor. Prêmios internacionais: Gold Art of Quality and Business Prestige, Roma, na Itália; Top Qualidade Managing of Quality, em Berlim, na Alemanha; Prêmio Latin America, em Panamá; Platinum Technology Award of Quality, em Berlim, na Alemanha; Golden Quarterly, em Londres, Reino Unido.

Em 2014: Prêmio Brasil Empreendedores; Top Qualidade Brasil; Prêmio Qualidade Brasil em Gestão Empresarial Contábil; Top of Business; Prêmio Empresa Referência Nacional; Prêmio Qualidade Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2014, Prêmios internacionais: Member Latin America, Panamá; Best Quality Leadership Award, Reino Unido; Debs World Conference Business, Texas, Estados Unidos.

Entre outros prêmios nacionais em 2015, prêmios internacionais: Debs Elite Member World Conference of Business, Texas, Estados Unidos; Total Quality Manager, Berlim, na Alemanha; The Global Award of Perfect Quality, em Berlim, na Alemanha; International of Quality Paris, na França. Prêmios Nacionais: Referência Empresarial, em 2016, Prêmio Empresa Referência Nacional. Prêmios Internacionais: Golden Medal for Quality & Service Award, em México; Certificado de Conformidade ISO-ABNT, ISO 9001:2008, e Prêmios Internacionais Best Quality Leadership Awards, em Las Vegas, Estados Unidos.

A partir desta data, tive inúmeros outros convites para novamente ser reconhecido profissionalmente, e, por força maior, tive de recusá-los devido a uma invasão em minha residência e tentativa de sequestro.

Em 2026, a Contábil Nelma já possui cartas-convites para novamente ser homenageada e reconhecida internacionalmente, em cidades como Chicago, em maio de 2026; Viena, em agosto de 2026; e Istambul em dezembro de 2026.

Por possuir uma contabilidade terceirizada, dessa forma não tenho conhecimento de atos ou práticas jurídicas, administrativas, gerenciais, comerciais, financeiras e estratégicas internas, as quais não dizem respeito à contabilidade fiscal e tributária propriamente dita, que me compete atender de acordo com o escopo do contrato de prestação de serviços profissionais contábeis, bem como a legislação em vigor.

Vim aqui hoje na condição de testemunha, não para defender, acusar ou julgar alguém, mas para falar o pouco que sei da verdade, com o trabalho profissional realizado pelo meu escritório, para contribuir com esclarecimentos para esta CPMI, dentro do que me cabe, de meu conhecimento técnico, referente aos documentos que me foram apresentados para serem contabilizados.

Agradeço a presença de todos, e que possamos ter uma reunião esclarecedora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Sr. Mauro Palombo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero dar bom dia e, em nome de V. Exa., saudar a todos os Parlamentares, servidores da Casa, jornalistas, o depoente e seu advogado. Quero saudar o povo brasileiro que nos assiste.

Eu estava pensando ali sentado: tanta discussão, oposição e situação, tantos interesses contraditórios, mas a gente está aqui por um único motivo, porque, como empregados do povo brasileiro, temos que dar as respostas do roubo que foi feito ao pessoal mais sofrido, que são os aposentados e pensionistas.

Quando você visualiza o montante, em relação a descontos associativos, Deputado Marcel, nós estamos tratando aí de um roubo que pode atingir, Deputado Rodolfo, mais ou menos R\$10 bilhões. Vocês sabem, os senhores sabem que milhares de pessoas nos assistem, porque foram roubados na casa dos R\$10 bilhões.

E se eu contar uma novidade que nós já sabemos? Que vamos entrar na segunda parte da CPMI, e hoje um jornal stampa que os empréstimos consignados dos últimos cinco anos correspondem a quase R\$500 bilhões.

Olha, se está tendo conflito de interesse em R\$10 bilhões, imagine como é que vai ser para convocar aqui presidente de banco envolvido em desconto de empréstimo consignado irregular. Olha, se esse bate-boca todinho é por conta de R\$10 bilhões, para o ano eu quero saber quem vai botar a digital para proteger presidente de banco.

Eu vou ficar aqui assistindo, estou preparando uma série de requerimentos.

Vamos sair de R\$10 bilhões para empréstimos da ordem de R\$500 bilhões. Me parece que o problema vai ser um pouco maior.

Sr. Mauro, eu fiquei impressionado com o seu currículo. O senhor tem uma lista de premiação gigantesca, mas eu também já vi muita gente premiada que terminou presa. Para mim, prêmio não quer dizer muita coisa, não.

Toda hora eu recebo um telefonema: "Olha, quer ganhar o prêmio tal? Paga tanto." Quero não, meu amigo, eu não estou com dinheiro nem para terminar o mês, e ganhando como





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado. Imagine se eu for, se eu for estar pagando o prêmio. Se, todo mês, cabra pede ajuda para isso, ajuda para aquilo, ajuda para aquilo, e eu agora vou pagar?

No caso do senhor, eu espero que os seus prêmios sejam fruto da seriedade com que o senhor conduz a sua ação profissional. Mas quem vai dizer isso não é o Deputado Alfredo, quem vai dizer isso será o senhor perante as dúvidas que nós temos.

Por que o senhor está na CPMI? Porque, aqui, muitas vezes, apresentamos nesse quadro associações, entidades e sindicatos que meteram a mão com força no dinheiro do povo mais simples e sofrido: aposentado e pensionista.

E aí eles traziam uma montanha de papel, documentos. Quando a gente ia olhar a primeira camada do dinheiro, quando a gente... A gente encontrou o quê? Uma estratificação criminoso. Várias empresas abertas, de fachada, para lavar dinheiro. E aí lavaram dinheiro em tudo que o senhor imaginar: lavaram dinheiro com apartamento multimilionário; lavaram dinheiro com Ferrari; lavaram dinheiro com avião; lavaram dinheiro com a miséria do povo brasileiro.

E o que é que o povo brasileiro pensa? O povo brasileiro pensa que as instituições estão fadadas ao fracasso e que, daqui a pouco, passa tudo, porque vem um escândalo maior e vai enterrando o anterior.

Nós estamos em um momento muito delicado da CPMI: o de descobrir a verdade sobre fatos que são relevantes. E por que o senhor está aqui? O senhor está aqui porque o senhor é uma peça principal para esclarecer fatos gravíssimos, e eu vou dizer ao senhor que fatos são esses. E não quero, deixe eu lhe deixar bem claro.

Eu quero mandar até um abraço para os contadores do Brasil, porque eles têm uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade da prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro.

Eu vou dizer ao senhor rapidamente o que é que nós encontramos aqui.

Nós encontramos aqui o seguinte, o aposentado recebe do INSS, em algum momento o Estado brasileiro achou por bem que determinadas entidades, sindicatos, associações, descontassem para a pessoa se associar e o dinheiro saísse da conta do próprio associado. Depois,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a associação dizia que prestava uma série de serviços e esse dinheiro associativo vinha através de uma autorização falsa ou viciada. Aí esse dinheiro saía do aposentado. O Governo brasileiro dizia bem assim: "Olha, não é problema meu! Não é problema meu porque isso não está sendo sacado dos cofres do Brasil, é do aposentado". E isso passou mais de década.

O escândalo estourou! Quando um escândalo estoura, o que é descoberto? Que esse dinheiro saía e ia para as associações ou os sindicatos. Daí se criavam várias empresas lavadoras de dinheiro... E eu, na minha inocência, achei que, na hora em que nós quebrássemos ou afastássemos o sigilo dessas empresas, nós iríamos chegar à camada que iria esclarecer para onde esse dinheiro foi. Mas o senhor acredita que essa fraude, esse roubo foi tão estruturado a ponto de, muitas vezes, a gente estar na décima camada da estratificação e a gente ainda não chegar ao destinatário final? E como é que isso foi possível?

E, quando a gente chega ao destinatário final – para quem diz que lavagem de dinheiro não tem metodologia nova –, uma parte desse dinheiro, depois de rodar muito, vai para moedas digitais. E aí, mais uma vez, o Brasil está anos-luz atrás da prevenção da lavagem de dinheiro, mas nada disso seria possível se as organizações criminosas não tivessem técnicos capacitados para montar esse desvio, essa fraude, esse roubo estruturado.

Mas, sim, o que é que Mauro Palombo Concílio tem a ver com isso? É que, em muitas dessas empresas, o senhor, assim como as associações, é contador. E se teve alguém aqui citado e muitas vezes indicado, eu não me recordo de nenhum outro contador tantas vezes citado quanto o senhor e vou lhe mostrar.

Primeira coisa, o senhor mora no Brasil?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (*Fora do microfone.*) – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode responder, por favor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mora onde?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Desde 2018, moro nos Estados Unidos, devido ao sequestro que eu relatei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor mora nos Estados Unidos, mas o senhor mantém no Brasil quantas empresas em que o senhor é sócio em relação à sua vida profissional, empresas em que o senhor é sócio?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um minuto, senhor. *(Pausa.)*

Seis empresas, sendo três contábeis e três de outras atividades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mantém, então, seis empresas.

Abra aqui o mapa, por favor. *(Pausa.)*

Passa aí. Passa aí, por favor. Passa aí. Passa. *(Pausa.)*

Volta um aí.

Contábil Nelma. Essa empresa fica onde?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Fica em São Paulo.

É uma empresa de contabilidade e ela está ativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer exatamente o endereço da Contábil Nelma?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Rua Santa Luzia, número 48, Liberdade, Sé.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa. Eu achei interessante, e a gente vai começar aqui.

Na Contábil Nelma, existe uma coincidência muito grande de endereço. Eu vou só pegar aqui o nome para o senhor me explicar.

A Rua Santa Luzia fica no Estado de São Paulo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, Sr.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Me dê só um segundo aqui para eu poder localizar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço isso para o senhor poder realmente me esclarecer e esclarecer aos nobres Parlamentares.

A Contábil Nelma, o senhor disse que fica na Rua Santa Luzia, 48.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Número 48, sala 41, 4º andar, Sé.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Deixe-me voltar aqui. Volta aqui uma, por favor. Volta aí mais. Mais. Mais. Mais uma, por favor. Volta mais. Volta mais. Volta mais uma.

Então, desculpa, é para a frente. Para a frente.

Pronto.

Deixe-me perguntar uma coisa ao senhor: qual a sua relação com a Anddap, a Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu sou o contador.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é contador da Anddap.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – A Anddap está com endereço na sua empresa Nelma ou ela está, coincidentemente, no mesmo endereço, em outra sala?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela está no mesmo endereço, em outra sala.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. A Contábil Nelma, então, coincidentemente, ela está no mesmo endereço da sua... da Anddap.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não coincidentemente. Está no mesmo endereço.

No mesmo prédio, em outra sala, em outra área.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Em outra sala. Certo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está também lá, nesse mesmo endereço, a Gestora Eficiente. O senhor conhece a Gestora Eficiente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

Eu fui o primeiro a habitar a sala nesse prédio, em 2000, quando teve o habite-se da Prefeitura.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Então a Gestora Eficiente, o senhor não conhece.

O senhor poderia me dizer se a Anddap tem alugado esse imóvel ao senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, é uma das outras três empresas que eu citei das seis que estão ativas, sendo três contábeis e três de outros ramos em uma *holding*.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, essa *holding* alugou a sala...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Alugou. Eu estou com um contrato de locação de R\$6 mil por mês.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Eu queria perguntar ao senhor, então, para a gente começar... A gente está começando a falar das seis empresas. A primeira, que é a Contábil Nelma, eu ia até lhe perguntar, mas o senhor esclareceu. A Contábil Nelma é de 1984? 1972? De quando é a fundação dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não tenho a data, porque ela foi fundada pelo meu pai. Quando o meu pai faleceu, eu fui obrigado a encerrar o CNPJ e fazer um CNPJ novo.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que começou lá com 14 anos, não é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Como o senhor é de 1972, não é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então o senhor começou a trabalhar em 1980 e...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – 1986.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 1986.

Relação do senhor com a Aasap?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Contador também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Relação do senhor com a Amar Brasil?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A relação do senhor com a Anddap, o senhor já disse. E a relação do senhor com a Master Prev?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Mauro, essas quatro empresas aqui, essas quatro entidades...

Passa aí, por favor.

Dessas quatro entidades das quais o senhor é contador – e para cada uma delas nós temos um gráfico específico, eu não vou tomar esse tempo aqui, quero ser mais objetivo –, foram retirados... Não foram retirados prestando serviço, não; foram retirados roubado, isso aqui já está provado; roubado. Está provado pela CPMI, está bem encaminhado pela Polícia Federal, e essas quatro entidades aqui têm em comum o fato principal que é que o senhor é o contador.

Passa aqui, por favor.

Dessas quatro, 714 milhões foram roubados.

A Aasap. A Aasap... A gente vai falar daqui a pouco dos Presidentes.

Qual a sua relação com Cosimo Barretta, contador?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Diego Costa Sandes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Anderson Cordeiro de Vasconcelos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele é um cliente do escritório que presta serviço para a associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. É exatamente aí que a gente vai ver a boa-fé do senhor.

Em qual momento o senhor conheceu Anderson Cordeiro de Vasconcelos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu fiz aqui uma linha do tempo também, Sr. Relator, com os *e-mails* de quando as empresas vieram para o escritório.

Eu o conheci no dia... No início de dezembro, quando foi aberta uma empresa chamada ADV Serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar.

Estamos falando aqui de Anderson Cordeiro de Vasconcelos, que a Aasap... Ele foi Presidente, da qual o senhor é contador.

Essa empresa aqui, a Aasap, essa empresa Aasap, que... Empresa não, dessa associação, Aasap, o senhor hoje é contador. O senhor assumiu essa função desde quando?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Da Aasap?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Dia 23 de fevereiro de 2024.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então... Está sendo registrado aqui.

A Aasap o senhor assume, no mês de fevereiro de 2024, a função de contador.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, e ela veio transferida para mim de um outro escritório contábil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer o nome?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

Olha, segundo esse *e-mail*, ela foi transferida dia 23 de fevereiro de 2024 pelo escritório contábil Coan Contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o contador responsável?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aqui não tem o nome do contador, no *e-mail* tem o nome do auxiliar de relacionamento ao cliente, Gustavo Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer como é que esse *e-mail* chegou direcionado ao senhor? A pessoa disse por que o senhor foi o contatado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na verdade, neste mesmo *e-mail*, foi transferida a contabilidade da Chronos Prime, atual Aasap; da Master Prev; do Meu Bem Protegido; e de Erika Cristina.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eles vieram através da decisão dos sócios, transferindo a contabilidade para o meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, a gente está falando aqui de mais de R\$700 milhões de uma estrutura criminoso, que esse pessoal está todo descoberto, e eu digo isso sem nem ser contador, mas tendo o auxílio poderoso de grandes técnicos... Mas dava para visualizar isso sem muitas delongas.

Eu pergunto ao senhor: o senhor está dizendo aqui, na CPMI, que recebeu a contabilidade disso aqui em fevereiro de 2024 através de um *e-mail*?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, através do *e-mail*, juntamente com o *link* digital dos documentos que eu tinha que acessar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me dizer, não houve nenhum contato prévio do senhor com esse pessoal, não?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com a contabilidade?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Com a contabilidade, não. Eu estou falando aqui... Não vou nem muito longe. Vamos falar da Aasap, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, antes do *e-mail*...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esteve com o senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim. Em dezembro de 2022, eu fui contratado para abrir a empresa para o Anderson. Em janeiro de 2023, me contrataram para fazer a contabilidade retroativa de dezembro de 2022 da Amar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, espera aí.

Agora... Eu tinha perguntado da Aasap. O senhor virou o contador, o senhor disse fevereiro de 2024, não é isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... Fevereiro de 24.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 24.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não – não –, da Aasap de 24.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – De 24, não, tudo bem.

E que o senhor assumiu essa função porque recebeu um *e-mail* de um responsável pelo relacionamento com o *link* para documentos, não é?

Basicamente o senhor...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É, mas não foi pelo Anderson.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem.

Aí eu perguntei: "O senhor... foi por *e-mail*?", e o senhor disse: "Não foi só da Aasap, foi de também mais algumas entidades, em 24 de fevereiro".

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu perguntei: "Quer dizer que o senhor conhece antes o Cordeiro de Vasconcelos, em 24?". Aí o senhor disse: "Não. Estive com ele em dezembro de 22".

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Em 22, fiz uma reunião por vídeo. Eu estava nos Estados Unidos.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu conheci ele pessoalmente em janeiro de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, em 22, o senhor manteve um contato por vídeo com o Anderson?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Nesse contato, qual foi o pedido de Anderson ao senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi para abrir uma empresa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que empresa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A ADV Serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A ADV.

O que é que o senhor praticou em relação à Aasap? Quais atos profissionais o senhor praticou em relação à Aasap antes de se tornar contador em 24?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nada?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nada.

Inclusive, quando eu assumi a contabilidade, em fevereiro de 2024, a empresa ficou na ativa até junho de 24.

A escrituração começou no mês 7 – julho – de 24 em diante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amar Brasil. Qual a sua relação com Felipe Macedo Gomes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Felipe Macedo Gomes veio para o meu escritório em outubro de 2022, dia 17 de outubro. A empresa tinha sido aberta em agosto de 2022 pela contabilidade Decastro Prime. E ela veio para o meu escritório em outubro para cuidar da contabilidade da empresa Rendbank. Foi aí o meu primeiro contato com o Felipe.

Em dezembro, o Felipe convocou essa reunião, onde me apresentou o Américo, o Anderson, o José Branco e o João Camargo, para abrir a empresa para eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vamos aqui relembrar. O senhor já conhecia, antes dessa reunião, Felipe Macedo Gomes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Conheci em outubro, quando passei a fazer a contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes de outubro, o senhor conhecia?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conhecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa data, o senhor conhecia Igor Dias Delecode?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Conheci o Igor nesta data de fevereiro de 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só queria saber se o senhor conhecia.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conhecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhecia o Sr. João Camargo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nessa data também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhecia. O senhor conhecia o Sr. Américo Monte?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhecia o Sr. Branco?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode só repetir qual foi a data em que o senhor conheceu todos eles?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, Senhor. *(Pausa.)*

Foi no início de dezembro de 2022, quando foi feita a reunião para abrir... Quando o Felipe me apresentou o Américo, o Anderson, o José Branco e o João Camargo, para abrir uma empresa para cada um.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Aasap, em 24, em fevereiro, o senhor assume a parte contábil?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amar Brasil?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A mesma data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anddap?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Anddap já foi numa outra data. *(Pausa.)*

A Anddap foi no dia 6 de fevereiro de 2024.

E eu passei aqui por um documento também que o Igor foi dia 12 de janeiro de 24, quando foi feita a transferência da outra contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Master Prev?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi no mesmo *e-mail* do dia 23 de fevereiro de 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa reunião que o senhor se reuniu com todos esses personagens bastante conhecidos aqui, qual foi o assunto tratado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na primeira reunião, em dezembro de 22, foi com o Felipe, o Américo, o Anderson e o José Branco por vídeo, através de Zoom, para fazer a constituição... Para fazer a minha indicação como contador e para fazer a constituição de uma empresa para cada um.

Isso foi em dezembro, na quinta-feira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos parar aí: fazer uma empresa para cada um.

Os descontos associativos estão coincidindo com essas reuniões.

Eu pergunto ao senhor: em relação a Igor Dias Delecrode, qual foi a empresa que o senhor se encarregou de abrir para ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi a empresa Sank e a empresa Rhino em 24; e depois eu abri mais duas empresas que não tiveram movimento chamadas ICD e Clint.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer, em relação a Américo Monte, quais as empresas abertas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um minuto, Relator. *(Pausa.)*

Foi a empresa E&A, em 8 de dezembro de 2023; a empresa AMJ, em 9 de dezembro de 2022...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha só, o senhor diz que essa reunião foi quando?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi em dezembro de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe a data dessa reunião? *(Pausa.)*

Se o senhor puder, o senhor pede ao advogado do senhor, que está ali com dados mais digitais pra...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A data foi no início de dezembro, eu tenho a data certinha.

Daqui a pouco eu passo para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Aí o senhor falou de duas. Quais foram as empresas abertas? *(Pausa.)*

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Do Américo, a empresa E&A, em 8 de dezembro de 23; a empresa AMJ, em 9 de dezembro de 22; Meu Bem Protegido já era uma empresa que existia, aberta em 25 de novembro de 2020, e foi para o meu escritório dia 23 de fevereiro de 2024, transferida pela Coan Contábil. A empresa Erika Cristina é uma empresa que foi constituída dia 29 de maio de 2023, 2013, perdão, foi para o meu escritório dia 23 de fevereiro de 2024, também transferida da Coan Contábil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, bora falar de Felipe Macedo Gomes.

Quais as empresas vinculadas a ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Felipe Macedo Gomes teve uma empresa chamada RendBank, que foi aberta dia 19 de agosto de 2022, pela Decastro Contábil, e foi para o meu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

escritório no dia 17 de outubro de 2022. Depois, teve a abertura da empresa EMJC, dia 8 de dezembro de 2022, aberta pelo meu escritório. Depois ele tinha uma outra empresa, chamada FAE Magazine, aberta em 13 de agosto de 2020, que foi para o meu escritório no dia 26 de janeiro de 2023 – também estava com a Decastro Contábil. Tinha uma outra empresa chamada Fema, aberta em 20 de setembro de 2013, e foi para o meu escritório no dia 26 de janeiro de 23, também do escritório Decastro Prime; a empresa FAG-JC, aberta em 11 de dezembro de 2023; a empresa Vista Empreendimentos, aberta em 24 de fevereiro de 2023, transferida para o meu escritório, do escritório Confira Assessoria Contábil, em 13 de março de 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse aí... Depois eu vou retornar a essas empresas, o senhor vai falar sobre ela. O senhor conhece o contador Lúcio Dias?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual a sua relação com André Fidelis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço André Fidelis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Eric Fidelis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou Eric Fidelis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O Eric Fidelis me foi apresentado pela Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Master Prev. Quando o senhor diz "Master Prev lhe apresentou", eu quero saber a pessoa física. Quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele pegou meu telefone com a Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a Master Prev?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Thaisa Hoffmann... O Eric Fidelis é filho do Diretor de Benefícios do INSS. Thaisa Hoffmann, esposa do Procurador-Geral do INSS. Quem o apresentou?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Thaisa pegou meu telefone também na MasterPrev. Eu não conheço ela pessoalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Inicialmente, era para resolver um problema de Imposto de Renda da Pessoa Física do ano-calendário 2022, que estava na malha fina já fazia mais de um ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E eu pedi para ela o certificado digital para poder saber qual é que estava sendo a divergência e, no certificado digital, eu consegui constatar que, na contabilidade da empresa Centro Médico, não estava informada a distribuição de lucros na Dirf. Aí ela perguntou se eu podia arrumar, eu falei que eu precisava refazer essa contabilidade. Ela passou a contabilidade para mim, eu arrumei no dia 23 de fevereiro, em que foi feita a retificação do Imposto de Renda dela, que é a mesma data que consta no e-CAC, onde a declaração saiu da malha fina, e ela me passou a contabilidade a partir de março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com o advogado que esteve presente desde o nascedouro dessas associações que retiraram mais de R\$700 milhões? O nome desse rapaz se chama Daniel Dirani.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi ele que me apresentou o Felipe para cuidar da contabilidade da Rendbank.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só. Então, para fazermos essa linha do tempo, nós estamos querendo saber quem apresentou quem a quem, e o senhor deixou claro que conheceu, a partir daquela linha de 2022, o Sr. Felipe Macedo...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e depois os demais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, o senhor está trazendo para nós um esclarecimento importante: quem trouxe todo esse contexto foi essa pessoa aqui chamada Daniel Dirani.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual é a sua relação e desde quando com o Sr. Daniel Dirani?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu abri o escritório do Daniel Dirani em 2011.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Abriu o escritório de?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De advocacia dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De advocacia. E o senhor vem sendo o contador dele desde então?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a especialidade do escritório do Dr. Daniel? O senhor sabe dizer?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu sei que ele só não atua na área criminal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Talvez seja a área em que ele mais precisasse atuar.

O Dr. Daniel Dirani, que o senhor disse que apresentou ao senhor esse pessoal... Qual foi o contexto dessa apresentação? O senhor pode nos dizer?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Inicialmente, ele me apresentou apenas o Felipe para que eu cuidasse da contabilidade da RendBank.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, para a gente encurtar essa história e ir mais rápido, a Rendbank está atolada até o talo com os desvios associativos. O senhor era o contador da Rendbank?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, e, pelo que eu tenho contabilizado, é uma empresa sem movimento, que acabou sendo encerrada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o objetivo da abertura da Rendbank?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A abertura já veio para o meu escritório. Foi aberta pela Decastro Prime.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor pode dizer qual era o Cnae, ou seja lá o que for, que determina o tipo de operação dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não tenho essa informação aqui, Sr. Relator, porque, como a empresa está fechada, a própria Receita Federal tira os dados do cartão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não foi...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas eu posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não foi contador dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Fui, mas é empresa sem movimento. Não tinha o que contabilizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor não sabia nem que tipo de atuação ela se predispôs a realizar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De cabeça, certo, eu não tenho exatamente a descrição, mas era alguma coisa acho que relacionada a mercado financeiro, pelo nome, mas eu não tenho, como eu falei, o CNPJ com o Cnae aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi...

Aí, eu vou fazer perguntas, e eu acho que perguntas interessantes de o senhor poder especificar.

Qual foi a última vez que o senhor manteve contato pessoalmente, por telefone, por *e-mail*, seja lá o que for, com o Sr. Daniel Dirani?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pessoalmente, foi a última vez que em eu estive no Brasil em, acho que, abril ou maio deste ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. Por telefone...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Por telefone, acho que há cerca de um mês, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O último contato que o senhor esteve fazendo com ele foi há cerca de um mês, então – posso dizer isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Qual foi o último contato que o senhor teve com Igor Dias Delecrode, pessoalmente ou por telefone?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pessoalmente, deve ter sido acho que em janeiro de 2025...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... porque não são todas as vezes que eu venho para cá que eu encontro as pessoas. Por telefone, eu não me recordo, até porque eu não tenho muito contato de trabalho com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu iria lhe fazer uma pergunta: o senhor falou com o Sr. Igor dias Delecrode após a deflagração da Operação Sem Desconto pela Polícia Federal, após abril de 2025?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, foi pedido documento de balanço, obrigações acessórias...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Felipe Macedo Gomes; qual foi a última vez que o senhor manteve contato com ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Já faz cerca acho que de um mês também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um mês.

O Sr. Anderson Cordeiro de Vasconcelos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também. Todos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E foi um contato coletivo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não; cada um fez o seu contato pedindo determinados documentos, conforme solicitação do advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Volta aqui, por favor, um pouco. (*Pausa.*)

Volta mais. (*Pausa.*)

Mais.

Empório do Algodão Ltda. O senhor é contador; e o sócio majoritário é Felipe Macedo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Desconheço essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor desconhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim. Não está nem no Redesim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Fajc Gomes Consult. Felipe Macedo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Dessa eu sou contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi essa que o senhor abriu?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não; essa veio... a que veio aberta da Decastro Prime Contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cnae dela?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa é a que não aparece aqui, Sr. Relator, porque o CNPJ já está encerrado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor também não recorda?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não sei de cabeça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Redebank, o senhor já falou.

Clint Rab Ltda., do Sr. Igor Delecrode?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – As empresas do Igor, há cerca de mais de um mês, eu fiz a renúncia de todas essas empresas dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber é o Cnae do contador.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O Cnae, de cabeça, eu não sei, Sr. Relator. São muitos CNAEs para saber de cabeça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor trouxe...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem aí...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não tenho; é isso o que eu ia falar agora. Eu posso me prontificar a pegar e a mandar para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe do que se trata essa empresa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É empresa de *software*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De *software*?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De *software*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve pessoalmente nessa empresa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Engaja Soluções em Tecnologia?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Engaja eu estive uma vez, em 2024.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cuidava de quê?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Conhecer a empresa apenas.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a empresa.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ah, o que ela cuidava? *Software* também.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – *Software*?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – *Software*.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – ICD Tech Ltda.?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa empresa foi aberta em 2025 se não me engano, mas não chegou a funcionar.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rhino Tech Desenvolvimento?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa também era uma empresa de *software*.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sinnc Soluções?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa também era uma empresa de *software*.

O SR. ALFREDO GASPÁR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber o seguinte, da Sinnc, por exemplo, era o senhor que fazia a contabilidade dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Era o meu escritório.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era? Metrópole Empreendimentos, irmãos Fidelis.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu abri essa empresa e ela ficou sem movimento até hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem eram esses irmãos Fidelis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Só um segundo, por favor. *(Pausa.)*

Caroline Martins Fidelis, Thales Martins Felix Fidelis e Eric Douglas Martins Fidelis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – JBG Apoio Empresarial?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Quem é o sócio?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Branco Garcia.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – José Branco Garcia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do que se trata essa empresa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É apoio de serviço administrativo, alguma coisa assim, na Cnae.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor quem a abriu?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, senhor, em dezembro de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Metrópole foi o senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sinnc foi o senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sinnc foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Coral Empreendimentos e Participações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa empresa foi aberta pelo João Camargo...

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... também ficou sem movimento e também foi encerrada.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Le Tailleur é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Le Tailleur...

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Le Tailleur.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... é uma empresa do... Todas essas empresas do João Camargo vieram para mim, em janeiro de 2025, de outro contador.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor abriu algum?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, veio de outro contador.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – A MKT?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa eu abri em dezembro de 2022.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou falar dessa aqui. Eu queria falar de todas, mas vai ficar muito maçante.

A MKT, do João Camargo... Esse rapaz chegou aqui, ele é um alfaiate conhecido no Brasil, movimentou milhões de reais. Deixa eu lhe perguntar, quem fez a contabilidade dela foi o senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi o meu escritório.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa, o senhor com um currículo premiado desses, um homem que demonstra ter conhecimento técnico, o senhor pode dizer qual foi o serviço que essa empresa prestou? *(Pausa.)*

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pelo que está na nota fiscal, serviços de transações realizadas nos benefícios do Clube de Desconto Ações Sociais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Confesso ao senhor que eu não entendi. O senhor, como é um técnico, o senhor poderia traduzir isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É o que está discriminado na nota fiscal emitida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas assim, eu não consegui entender. O senhor, como técnico, que tem a responsabilidade de não estar acreditando documentos ideologicamente falsos, nem, muito menos, corroborando com lavagem de dinheiro, o senhor, que acompanha pessoalmente isso aí e me parece ter essa preocupação, diz aí o que é que isso significa.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não acompanho pessoalmente a atividade da empresa. Meu escritório...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor, como contador, entendeu isso aí como o quê?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pelo que eu entendo aqui, é alguma coisa relacionada ao que ele faz no clube de desconto perante o associado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, espera aí um pouquinho. Clube de desconto, o senhor quer dizer o que com clube de desconto? Porque eu não sei. O que é clube de desconto?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pelo que eu entendo aqui na nota...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... como eu falei para o senhor, eu não participo fisicamente da atividade. Mas pelo que eu entendo aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas o senhor não vai acreditar o que não sabe.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... é o que ele tem na atividade de desconto junto com as empresas que fizeram alguma associação com a entidade para poder comprar alguma coisa e ganhar 5% de desconto, por exemplo.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu realmente não estou fazendo por ironia, não; é porque eu não estou conseguindo entender. Que tipo de empresa é essa MKT? Que tipo de empresa? O que é que isso significa? Porque eu não sei.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pelo que eu entendo, analisando a parte contábil, eu não sou jurídico...

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, se o senhor é o contador. Mas o senhor é contador, sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pela parte contábil, eu entendo que ele é o responsável...

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – O João...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O João.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – ... é o responsável...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... de fazer essa associação com as empresas, para oferecer o desconto para o aposentado, para o associado, no caso.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diz uma coisa: mas desconto para quê? Para a alfaiataria dele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí eu já não sei, senhor.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque eu fico sem entender. Um contador que vem cá e diz que o terno dele é de 10 mil a mais de 100 mil. O senhor está dizendo que essa empresa, o senhor, como contador, pelo que o senhor está dizendo a nós, ele está funcionando





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como alguém que está oferecendo uma cartela de desconto aos associados das entidades. Ou eu estou enganado, pelo que o senhor disse?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É. Não, com relação à alfaiataria, eu assumi a contabilidade este ano, transferida de outro escritório. Então eu não tenho muito o que falar do que aconteceu no passado, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem. Eu só queria saber, o alfaiate...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O que eu sei, pelo que eu sei da nota fiscal, a função do trabalho dele seria essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. O senhor pode me dizer que tipo de produto, de serviço, seja lá o que for, que esse homem...

De quanto foi essa nota aí?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Abril de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Posso falar o valor?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode, isso aí é de conhecimento público.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É 1.548.003,77.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor tem outras notas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não tenho outras notas, mas eu tenho uma relação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga qual tipo de serviço em alguma outra relação aí.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O serviço é sempre o mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A mesma coisa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A mesma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, pelo que ele entendeu e está dizendo, o João Camargo oferecia às associações algum tipo de serviço ou desconto nesse serviço. Dessa figura, eu só conheço a alfaiataria. Então, vamos perguntar aí. Pode ser que tenha aposentados e pensionistas que tenham tido desconto – nos ternos – de milhões de reais.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Pode ser intermediação nessas atividades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Passe aí, por favor.

Pax Serviços de Apoio Administrativo. Foi o senhor que abriu?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Deixe eu dar uma olhada, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vou deixar para o senhor responder ao longo da jornada.

Qual a diferença de Contábil Nelma para Contábil Nelma S/S?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu acho que, basicamente, foi quando teve uma mudança entre o cartório e a junta comercial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Somar é do senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Somar é minha e, se eu não me engano, ela já está encerrada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Three Brothers Participações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Three Brothers era uma *holding* que eu tinha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... mas ela foi encerrada também, porque ela tinha um patrimônio e foi vendida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era sócio dessa *holding*?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Inicialmente fui eu, depois ficaram meus filhos, quando eu tive o problema da minha doença.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Wheel Of Life?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É uma empresa que não tem operação no mercado. Ela tem um processo judicial e ela é credora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aí.

A Sphere Empreendimentos e Participações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É uma empresa que eu abri para a Sra. Thaisa. Também não tem movimento desde a data de constituição até hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem o quê?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não teve movimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dirani. O senhor já teve relação comercial com o Sr. Dirani, fora a sua atividade profissional?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Land Rover que o senhor transacionou diretamente com ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Land Rover não estava no meu nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estava no nome de quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Estava no nome de uma *holding*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De uma *holding*. E a *holding* era de quem?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A *holding* era minha, mas foi uma transação de pessoa jurídica, e não de pessoa física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

De pessoa jurídica, então, fora essa Land Rover e tirando a sua ação como contador, o senhor manteve mais algum tipo de relação comercial com o Sr. Dirani?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, tem vários processos que é ele que cuida para mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele teve um processo de duas – três – reintegrações de posse de casa; aquele processo da empresa que eu citei, que é credora num processo judicial, também é ele que cuida... Esses são os que estão ativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então quer dizer que ele é seu advogado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele é advogado do meu escritório também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mandala Music Gravadora e LDG Cobranças, o senhor é contador de ambas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Da Mandala eu já fui – não sou mais, já faz alguns anos – e da LDG Cobranças eu sou contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, através da MLAM, o senhor locou para a Anddap. O senhor tem mais alguma locação de empresa associativa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sigrun Consultoria?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É uma empresa do Daniel Dirani, da qual eu sou contador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde o senhor conheceu a Sra. Thamires de Araújo Lima?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela era advogada do escritório do Dr. Daniel e ela passou a ser advogada da associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que associação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Da Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Master Prev.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para dizer ao senhor, a essa altura do campeonato, que eu acho fundamental que nós possamos aprovar e ouvir o Sr. Daniel Dirani.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Está aprovado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já está aprovado. Precisamos ouvi-lo, e a Sra. Thamires.

Vision?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É uma empresa minha de contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aberta?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aqui, por favor. (*Pausa.*)

O senhor me disse que tinha seis empresas.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Relate quais são elas, por favor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Seis empresas ativas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, ativas mesmo. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Só um minuto, Sr. Relator, por favor. *(Pausa.)*

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe ajudar...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Wheel of Life é do senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É uma empresa minha, que está sem movimento, com processo na Justiça, da qual eu sou credor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu dei uma olhada e, entre julho e dezembro de 2022, a Wheel of Life somou R\$1.219.467,00, que o senhor foi o principal remetente, enviando R\$947 mil para ela, através de Pix e do Itaú. Tá?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No mesmo período, a Wheel of Life enviou R\$1,210 milhão através de quatro transações para a RCX Group Investimentos e Participações.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É esse o processo na Justiça.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que motivou essas transferências?

O senhor sabia do envolvimento da RCX com o PCC?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que é que o senhor movimentou dinheiro para a RCX?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O processo que eu tenho da RCX com essa Wheel of Life é de quando eu vendi uma aeronave e eu apliquei o dinheiro na promessa de ganhar 3% ao mês. Depois, quando eu pedi o resgate, eles não pagaram. Eu fiz um boletim de ocorrência na polícia e movi um processo – e, esse processo, quem está movendo é o Daniel.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E da RCX com as pirâmides financeiras?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu já não sei disso. Na verdade, o que eu sei é que era uma *fintech*, que me foi oferecido a receber 3% ao mês... Aí, eu pedi o resgate de dinheiro, eles não pagaram. Tem um destrato, inclusive, deles, e eles não cumpriram. Eu fui na polícia, fiz o boletim de ocorrência e eu tenho esse processo no fórum já faz mais de um ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem é Osvaldo Cardoso Júnior?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É o funcionário do escritório da Contábil Nelma. Ele é o portador, motoboy.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que esse rapaz, em espécie, depositou dinheiro nas suas empresas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Porque era um dinheiro que estava comigo, declarado no meu Imposto de Renda. Eu tenho as cópias de cheque, inclusive. E, quando a empresa precisou do dinheiro, eu fiz um aporte. E é ele que faz o serviço de banco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Kairos Representações, quais eram os sócios dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Kairos, os sócios eram o Felipe, o Américo, o Anderson, o João Camargo e o José Branco. É uma empresa que foi aberta, também não funcionou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era o objetivo dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um minuto, que eu tenho aqui. (*Pausa.*)

Até peço um pouco de desculpa na quantidade de documento, mas eu trouxe o que eu achei que poderia ser útil. E aqui o espaço está um pouquinho pequeno.

Essa empresa Kairos abriu dia 2 de outubro de 2023, foi encerrada dia 13 de fevereiro de 2024, e o objeto social é a prestação de serviços de cotas de clube de benefício, respeitando os critérios e normas estabelecidas pelo cliente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei o que quer dizer isso. O senhor pode me explicar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, Sr. Relator, acho que isso é uma pergunta que tem que ser direcionada exatamente a eles, né? Eu não tenho o conhecimento do que ele vai fazer de serviço, na prática. Eu só recebo os documentos para contabilizar no meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como contador, o senhor movimentou documentos dessas empresas relacionadas a Felipe, Américo, Anderson, Igor com o BK Bank?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – BK Bank?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço, não me recordo disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor prestou algum serviço ao BK Bank?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, nem conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe para o primeiro eslaide aí, por favor. (Pausa.)

Cinco dias após a Operação Sem Desconto, o senhor deu baixa na empresa Lomci's Premier Quality Solutions.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que empresa é essa, e de quem é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Era uma empresa de contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E que ia trabalhar para a associação, e aí, com a operação, não fazia mais sentido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espere aí, ia trabalhar para quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Para a associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu lhe pergunto: e por que o senhor ia abrir uma empresa... Por que o senhor abriu uma empresa específica para trabalhar para a associação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Para ter a transparência do pagamento direto da associação para a contabilidade, de forma que ficasse, por exemplo, a nota nº 1: associação; nº 2: associação; nº 3: associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Macon Elite e Service.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A mesma situação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não entendi. A mesma situação como?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também era uma empresa aberta para trabalhar para a associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas que tipo de prestação de serviço?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor ia abrir uma empresa para cada associação, era?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então a Premier Quality ia trabalhar para qual associação?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí eu não sei. Só me pediram para abrir a... para deixar pronto.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, eles pediram, foi?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, eles pediram para que abrisse as empresas; que iam ter mais associações.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, que iam ter mais associações. E o senhor abriu as empresas sem saber para quais associações o senhor ia trabalhar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, porque a empresa era para mim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei que a empresa era para o senhor. Mas olha só: o senhor é uma pessoa que relação de cliente o senhor tem, ele chega para o senhor e diz: "Olha, vai entrar aí mais associação. Preciso que o senhor abra uma empresa para movimentar essa associação". Qual é a lógica disso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na verdade, era uma empresa para cada prestador. Não era só para mim isso. Era para deixar separada a estrutura de uma associação, separada de outra associação.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor atendeu esse pedido abrindo essas duas.

Aí eu lhe pergunto: a Palio, a empresa Palio também era a mesma coisa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – A empresa Combo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A mesma situação. Essa acho que o senhor já citou, se não me engano.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu não estava sabendo disso.

A Conta Justa?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa Conta Justa já não tem a ver com essa situação. É para um outro cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Somar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também é para outro cliente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Prime?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Prime já é um trabalho mais direcionado à consultoria. Também não tem a ver com associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A All Star?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A All Star é uma empresa que prestou serviço para associação e acabou sendo encerrada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Conciliar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Conciliar é uma empresa que está aberta, está sem movimento, e também não tem a ver com associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Rendbank?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Rendbank era uma empresa do Felipe que foi encerrada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Kairos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também é uma empresa que era dos cinco, também foi encerrada, também sem movimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A T&M Intermediação de Negócios?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A T&M?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – T&M.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Atens ou não?

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não? Então, essa eu não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vai me explicar. A gente falou ali de quatro associações. Quem prestava serviço contábil para essas quatro associações era a Nelma Contabilidade?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Está lá, todos os *e-mails* têm a Nelma Contabilidade.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que essa mudança de rota em determinado momento do senhor abrir novas empresas? Eu queria entender, eu não consigo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Porque quando começou em 2023...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na verdade, eu comecei a trabalhar nessas cinco empresas dele em dezembro...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ...abrindo uma empresa para cada um. Até então não...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor não abriu uma empresa para cada um.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Abri uma... Sim, eu citei para o senhor os nomes. Eu abri uma empresa para o Américo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor abriu empresa para eles.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou falando do senhor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, para eles. Aí eu abri essas empresas. Até então eu... Não estava definido que eu ia ser o contador da associação.

Quando foi em janeiro de 2023, eu passei a assumir a contabilidade, tendo que ser feito o mês de dezembro, porque o outro contador não fez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Inclusive a DCTF foi entregue atrasada em fevereiro de 2023, referente a dezembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí passou o ano de 2023 inteiro só trabalhando nessa estrutura.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí passou o ano de 2023 inteiro só trabalhando nessa estrutura.

Quando chegou em 2024, que eles me passaram, naquele *e-mail* do dia 23 de fevereiro, a contabilidade da Master, da Aasap e daquelas outras três empresas, foi aí que foi determinado que eu ia fazer a contabilidade dessas empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E eu separei também... Na mesma estrutura que eles tinham separado, eu também separei para mim, para poder ter a transparência dos pagamentos direto, de qual entidade para qual contabilidade, para ter um controle mais fácil na parte contábil, uma transparência maior.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia esclarecer, nesse relacionamento com esse sistema que nós estamos apresentando, pessoa física e jurídica, quanto o senhor transacionou com esse pessoal?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O meu escritório?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Olha, mais ou menos assim, de cabeça...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não vamos pegar o senhor por causa de detalhes, não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De dezembro de 2022 até dezembro de 2024, mais ou menos, na Amar, uns R\$250 mil; na Master, mais ou menos uns 860, talvez; na Anddap, uns 400 e alguma coisa; e na Aasap também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu poderia falar de algo em torno de um pouco menos de R\$2 milhões, não é isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Até dezembro de 24, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar numa empresa chamada Arpar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Arpar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Fiquei sabendo através da CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não. Fiquei sabendo pela CPMI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Nelson Wilians?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não, só pela CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece esse contador aqui, que eu vou dizer o nome para o senhor, Rodrigo França?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está o senhor, e olha a quantidade de vínculo que o senhor tem com esse pessoal que está no problema.

O senhor é contador da Sphere, que é da esposa do Procurador-Geral do INSS; recebeu mais de R\$10 milhões. Aí, agora, vamos arrematar.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou a Thaisa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Thaisa pegou meu contato na Master Prev...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com quem? – com quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... para arrumar o Imposto de Renda de sua física. Não sei com quem ela pegou, provavelmente com alguém da direção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca esteve pessoalmente com ela, certo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Thaisa não conheço pessoalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O marido dela, Virgílio Antônio, o senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu acabei fazendo o Imposto de Renda dele em 2024...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... sem saber quem era o Virgílio, com a situação de toda a CPML.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor, então, é contador do Virgílio?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu fiz a contabilidade do Imposto de Renda de pessoa física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Encontrou alguma inconsistência nisso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Inclusive, eu fiquei surpreso quando eu vi a CPML, porque o que ele tem no Imposto de Renda é 1 milhão e pouco de patrimônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe perguntar – é só por curiosidade –: quando um contador, de acordo com o código de ética ou algumas leis específicas que existem na legislação, se depara com lavagem de dinheiro, qual a obrigação do contador?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É relatar, mas, pelo que está no Imposto de Renda dele, eu não tive...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: o senhor, enquanto contador, já fez quantas comunicações ao Coaf de lavagem de dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não passei por nenhuma situação que fosse necessário fazer o relato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

André Paulo Fidelis é pai dos seus clientes Eric, Caroline e Thales e Diretor de Benefícios do INSS, e o senhor é contador da empresa deles, da Metrôpole. O senhor conheceu o André Paulo Fidelis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço o André, não conheço a Caroline e não conheço o Thales. Conheci apenas o Eric. E sou contador da empresa Metrôpole, e ela não tem envolvimento desde o início.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve quantos contatos com o Eric?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pessoalmente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Talvez uns três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou o Eric?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O Eric pegou também meu contato na Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Maria Luciana Walter Concílio quem é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Márcia. Minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Márcia. Desculpa.

MLAM são as iniciais dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, são as iniciais da minha família.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da sua família. A sua família, o senhor já disse aqui, que fez o contrato...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De locação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... R\$6 mil da Anddap.

Essa Anddap... Eu não entendi ainda: essa Anddap está no mesmo endereço do seu escritório?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – No mesmo prédio, em outro andar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em outro andar, não é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu tenho várias salas nesse prédio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A sala estava vazia, e eu loquei, porque queriam algo próximo ao metrô e é a um quarteirão do metrô.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – EMJC Cálculo. O senhor foi quem criou essa empresa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Felipe Macedo, e o senhor contador. Qual tipo de serviço essa empresa prestava?

É que citou ela, mas eu quero saber o serviço e alguma nota aí que está contabilizada. *(Pausa.)*

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Prestação de serviços e assistência jurídica revisional dos benefícios da aposentadoria e tempo de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é um escritório de advocacia, é?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Ele presta esse serviço e contrata um profissional habilitado. Ele não é advogado, até onde eu sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então quer dizer que ele subcontrata um advogado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto é o valor dessa nota especificamente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa nota eu não tenho ela inteira, senhor, mas provavelmente é em torno do valor da outra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um milhão e meio, 2 milhões talvez. Eu não estou com essa informação precisa aqui comigo, mas me prontifico a fornecer posteriormente, se for necessário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, minha gente, aqui eu tenho uma série ainda de perguntas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pode perguntar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, Doutor, a primeira coisa: eu ia pedir que o senhor deixasse todos esses documentos aqui.

Eu vejo o senhor... O senhor tem um escritório que herdou do seu pai praticamente essa função, não é? Assumiu responsabilidade muito cedo. Desde 2022, a sua vida se encontrou com vários personagens. Entre esses personagens, os principais que meteram a mão no dinheiro do aposentado e pensionista. Houve uma estruturação contábil, e o senhor foi o responsável por ela. Como é que a gente vai saber aqui? Como é que a gente vai esclarecer que o senhor não detectou que isso era um esquema estruturado de lavagem de dinheiro?

O senhor tem muito prêmio, o senhor tem muita experiência, o senhor é um homem capacitado. Olha, o senhor abriu empresa aqui para eles. Olha que interessante: o senhor abriu empresas, como essa EMJC, que o elemento não era advogado, subcontratava – olha que negócio da China! – e ainda conseguia mensalmente arrecadar uma fortuna. O senhor abriu empresa para o alfaiate, que prestava desconto, serviço, seja lá o que for, mas o senhor também tem conhecimento. O senhor abriu empresas individuais para atender essas associações. Esse dinheiro aqui, R\$794 milhões, passou pela estrutura contábil do senhor. Não foi minha não; passou pela do senhor.

Eu lhe pergunto primeiro: o senhor já esteve no INSS alguma vez?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou das tratativas de inserção de alguma dessas associações no ACT do INSS?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor, porque não é um dado contábil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca desconfiou que estava no centro de um esquema dessa grandiosidade de lavagem de dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Tanto é que eu assinava pessoalmente, com meu nome em pessoa física, todas as declarações de todas as empresas. E, pelo que eu vislumbrava no extrato bancário, não tinha como ter sequer a desconfiança de alguma coisa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tinha como ter desconfiança?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pelo extrato bancário, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo extrato bancário?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente está espantado aqui com o extrato bancário.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu também estou espantado com a questão que, por exemplo, na empresa Amar, ele tinha 208 funcionários, tinha duas apólices de seguros, uma de 3 milhões e alguma coisa, uma de 4,7 milhões. Ele tinha 19 milhões, lançados na contabilidade, de cancelamento de associados. Teve 28 milhões de DARFs pagos no Ecac, na Receita Federal.

Teve, no extrato bancário... Se pegar um extrato bancário – eu tenho um aqui, posso até mostrar –, eu visualizo num extrato bancário, crédito de, por exemplo, 20 milhões do INSS. Na mesma página, eu tenho alguns lançamentos de bloqueios judiciais com determinados valores. Na mesma página, eu tenho liberação de bloqueio judicial. E, se fizer conciliação, dá para você perceber que, por exemplo, 186,40 é esse daqui; então, você tem a conciliação que liberou esse crédito. Embora não seja uma informação jurídica, mas é uma análise contábil. E, nessa mesma folha, eu tenho liberação de créditos, processo improcedente. Então, na minha visão contábil, eu não tenho conhecimento do ACT, porque não é um documento que deva ser registrado na contabilidade, nem tampouco a ficha de associado. E isso, o número de associados, é algo que eu nem sei quanto tinha de cada associação.

Mas vendo essas informações contábeis que eu passei para o senhor e que eu tenho aqui, inclusive, no momento que existem processos judiciais discutidos em todas as varas, e a própria vara libera, me dá credibilidade de entender que, daquele bloqueio, alguns são devidos, outros, não. E o crédito vem do INSS.

Então, para mim, são duas contabilidades: uma contabilidade onde tem o desconto de cada aposentado, por exemplo, R\$50. Então, tem lá dez lançamentos, R\$50 para cada um, e entrou na conta do INSS o dinheiro. Aí o INSS ficou com R\$500. E uma segunda contabilidade, que é a que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente, contador, faz, que é quando tem, por exemplo, desses R\$500 que recebeu do INSS, mandou R\$125 para a Amar, R\$75 para a Master e assim por diante.

Eu não tenho acesso a essa primeira contabilidade, eu não sou contador do INSS. No momento que eu vejo, no extrato, o crédito do INSS, a primeira coisa que eu penso, até porque eu tenho que renovar certidões e tirar Sicafe mensalmente, a primeira coisa que eu penso é o quê? É uma operação séria. A gente só veio ter conhecimento depois da operação da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Mauro, eu até quero acreditar no senhor, mas sabe por que é que eu não acredito? Porque o senhor esteve reunido com esse pessoal, o senhor passou a ser contador das associações, esse pessoal não era mais presidente – ou era e tinha ido embora –, e o dinheiro dessas associações estava indo para as empresas que o senhor criou individualmente para cada um. Onde é que está a boa-fé do senhor aí?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Por exemplo, tem empresas que têm 13 milhões de despesas lançadas, tem empresa que tem cinco, tem empresa que tem 18. Eu não tenho como saber, no documento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor que criou.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... a diferença da prática.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem criou a estrutura de estratificação do dinheiro foi o senhor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, o cliente me liga e me pede para abrir uma empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O escritório abre uma empresa. Agora...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que se o PCC ligar para o senhor para abrir uma empresa, o senhor vai abrir?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Como eu vou saber que é o PCC, senhor?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem um filtro de integridade de o senhor estar trabalhando com A, com B, com C?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não existe isso na parte contábil. O procedimento perante o Redesim é pegar o documento de RG, CPF, endereço dos sócios, o contrato de locação, o habite-se ou alvará do local da empresa, preenche as informações no *site*, e o *site* libera a viabilidade ou não da abertura da empresa. Não existe nenhum padrão, nenhuma legislação, nenhum critério onde o contador é obrigado a pegar certidão de antecedentes e sei lá que tipo de informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, em outras palavras, o escritório de contabilidade do senhor trata da parte contábil. Chegando lá com a documentação necessária...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A gente é obrigado a contabilizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É? O senhor é obrigado a abrir empresas para lavagem de dinheiro, por exemplo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, não. Obrigado a contabilizar, eu disse. Uma vez que a empresa está aberta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não estava vendo...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Veja que muitas dessas empresas já vieram para mim abertas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não acha isso um conflito de interesse que o senhor tinha que se negar a abrir, não? O senhor estava abrindo empresa para retirar dinheiro de associações que o senhor não teve nenhum contato.

Eu mostro aqui. Eu mostro, olha.

Volta lá. Volta, por favor, mais um. (*Pausa.*)

Mais. Mais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu perguntar ao senhor aqui quem eram os Presidentes dessas empresas na hora em que o senhor resolveu assumir a contabilidade e, se eu ler os nomes, o senhor nunca vai ter se encontrado com eles.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu fiz Imposto de Renda, inclusive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na Amar, a Presidente era a Janie, que faleceu recentemente. Eu fiz o Imposto de Renda dela.

Na Master...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Giovanni Cardoso, o senhor já esteve com ele quantas vezes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu já estive com ele duas vezes, fiz o Imposto de Renda dele. Ele é o Presidente da Aasap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele é o Presidente da...?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aasap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Aasap. Me fala aí quem é o Giovanni Cardoso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É o Presidente da Aasap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas me fala quem é, o que é que ele faz e qual é a atividade dele. O senhor sabe dizer?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí eu não tenho todos esses detalhes, eu não convivo com a pessoa. Eu não moro nem aqui no Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, pelo menos, teve a percepção de que ele era uma pessoa instruída, consegue discutir com o senhor os detalhes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, sim. O Giovanni, sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Giovanni. O Luiz Carlos Soares?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Esse eu não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Marlene Pereira da Silva?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Marlene já foi no meu escritório, mas eu não estava no Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A Solange Aparecida?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Solange, eu conheço ela pessoalmente, eu já vi ela na Master. Ela também já foi no meu escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela é parente do Felipe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela é parente do Felipe, né?

Olha, Presidente, vou encerrar isso aqui. Eu acho que nós temos que dar um passo adiante: trazer o Daniel Dirani.

Custo a crer – custo a crer, infelizmente –, que o senhor, por trás dessa rede de criação de empresas, que serviram tão somente... nenhuma prestou serviço. Estou dizendo aqui, com a investigação que a gente fez: o senhor está na origem, como contador das associações. Ao longo da jornada, o senhor criou as empresas para essa organização criminosa, essa organização criminosa lavou dinheiro de aposentado e pensionista. O senhor é um contador e o senhor mora nos Estados Unidos.

O senhor vem quantas vezes ao Brasil por ano?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Depende do ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dez, vinte e cinco?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, umas três, quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Umas três vezes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha como nós estamos analisando aqui: o senhor é o principal elo entre todos eles. Já disse que não foi o senhor que apresentou; o senhor foi apresentado a eles por Daniel Dirani. Então, a gente já transferiu do senhor essa responsabilidade. O senhor está dando essa estrutura contábil e o senhor fez toda essa legalização – o senhor está dizendo que não sabia desse dinheiro lavado – e está dizendo que não tem mecanismo de integração que impeça que isso aconteça.

E eu estou dizendo ao senhor: Sr. Mauro, nós estamos aí já na décima etapa de estratificação desse dinheiro. O senhor virou contador dos parentes dos criminosos do INSS, o senhor virou contador das organizações criminosas tidas como entidades que desviaram mais de R\$700 milhões, o senhor virou contador de todas as empresas laranjas desses bandidos. E fica muito difícil dizer que o senhor não tem nenhum envolvimento nessas organizações criminosas. Mas, como nós estamos ainda aprofundando os fatos, só tem uma coisa que pesa ao seu favor: é que o senhor saiu dos Estados Unidos para vir prestar depoimento nesta CPMI...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E venho quantas vezes forem necessárias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e eu espero – e eu espero – estar profundamente equivocado quanto à sua participação nessa rede de organizações criminosas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

A sessão está suspensa por uma hora.

(Suspensa às 13 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Vamos aguardar apenas a chegada do Sr. Palombo. *(Pausa.)*

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada Adriana Ventura?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um ponto para falar (*Fora do microfone.*), que eu acabei de... Eu estava na sessão do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e o Presidente Davi Alcolumbre avisou que semana que vem terá uma sessão para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu fui conversar com o Presidente Davi Alcolumbre para entender que dia seria, e ali ele conversou com o Líder do Governo, o Randolfe, o Senador Randolfe, e falaram que será na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu só queria chamar a atenção e fazer um pedido a V. Exa., porque, como eu sei que quinta-feira ficamos de votar todos os requerimentos e como eu sei que há uma impossibilidade de votação quando tiver Ordem do Dia em sessão do Congresso, eu indago a V. Exa. se não seria talvez mais prudente a gente ou mudar o dia ou resolver... Porque isso realmente é fato, foi confirmado, não é a confirmar, ele pediu inclusive para o Secretário-Geral da Mesa avisar, anotar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e foi confirmado com o Randolfe.

Então... Como eu sei que a gente está com a agenda apertada, que V. Exa. determinou que, semana que vem, a gente pararia no dia quatro de dezembro, e tem depoimentos importantes, eu indago se já há um plano B para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, nós vamos manter a deliberativa na quinta, e hoje nós conseguimos, por exemplo, praticamente limpar a pauta.

Nós vamos ficar com uma parte dos requerimentos que não têm consenso, não acredito que sejam muitos, e vamos começar, na semana que vem inclusive, já pela votação do Advogado-Geral da União, a convocação, que é o mais importante, a meu ver, que tem que ser decidido pela Casa, e os demais... Quando a sessão do Congresso começar, a gente para a votação e vamos apenas para as oitivas.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, autor do requerimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Mauro Palombo Concílio...

Presidente, eu confesso a V. Exa. que é uma história bastante confusa a que nos foi apresentada aqui pelo Sr. Mauro Palombo. Contador, mora nos Estados Unidos.

Tem tanto contador no Brasil, milhões de contadores. Por que alguém escolheria um contador que mora lá nos Estados Unidos, que vem duas, três vezes por ano ao Brasil, Presidente?

Aí, curiosamente, coincidentemente, esse núcleo todo dos "*golden boys*", todos eles escolhem o mesmo contador. Escolhem um contador que mora nos Estados Unidos?

Aí o Eric Fidelis monta uma empresa para a filha. Quem é que o Eric Fidelis escolhe de contador? O mesmo contador.

Aí vem o Virgílio, precisa arrumar uma empresa para a esposa receber dinheiro dos "*golden boys*". Quem é que o Virgílio escolhe de contador? O Mauro Palombo Concílio, que mora nos Estados Unidos, que ele não conhecia, que ele conheceu dois anos depois.

Presidente, vamos combinar que está difícil essa história.

O Sr. Mauro Concílio juntamente com o advogado Dirani desmontaram, Sr. Presidente, essas empresas, essas entidades, participaram de todo aquele processo de alteração dos contratos para poder receber os ACTs. Eu imagino, e nós aqui sabemos, que essas entidades nunca prestaram serviço para ninguém. Como é que um contador faz a contabilidade de uma hora para outra e uma empresa começa a receber 100 milhões, 200 milhões, relativo a quê?

Então, uma coisa nós temos que reconhecer, o Sr. Mauro é especialista no que ele faz, Presidente. Tanto é que todo esse grande esquema de corrupção que roubou bilhões tem como ponto de encontro aqui o Seu Mauro Palombo Concílio.

O Sr. Mauro também tem relação, Presidente, com um camarada chamado Genival Leite.

Quem é Genival Leite, Sr. Mauro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Posso começar respondendo as suas primeiras perguntas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode, pode.

O Sr. Genival Leite.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A empresa que eu abri para a Sra. Thaisa é a empresa Sphere, que não tem movimento nenhum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo, mas eu estou perguntando sobre o seu Genival.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu vou responder, só estou complementando...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Genival Leite, o senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu vou responder.

A empresa THJ, que é a empresa...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou perguntar depois sobre isso.

Agora eu estou perguntando do Genival.

Genival Leite, o senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Conheço o Genival, é presidente de um sindicato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sindeepres.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Isso, que não é mais meu cliente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E que a empresa citada na reportagem do Metrôpoles também não é meu cliente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Sindeepres, Sr. Presidente, é uma empresa em que há uma investigação sobre ela sobre suspeita de contratos fraudulentos com empresas que oferecem serviço a trabalhadores, muito semelhante ao esquema dos "golden boys", Sr. Presidente. A polícia civil investiga denúncias sobre contratos firmados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos olhar, Sr. Presidente, que o Sr. Mauro é o contador e, mais do que isso, Sr. Presidente, os serviços odontológicos, os serviços prestados, são muito parecidos.

Albus Dente Serviços Odontológicos e Médicos, as mesmas denúncias que nós estamos vendo sobre os "golden boys". Esse camarada, o Genival, tem uma empresa chamada MCLD. Foi o senhor que montou essa empresa para ele, Sr. Mauro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi, a empresa é da esposa dele, não é dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Da esposa dele, Luciana Doria.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – LD?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E o que quer dizer o MC do início da sigla, MCLD?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A empresa inicialmente era uma empresa que tinha um imóvel meu e dela.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, então quer dizer que MC é Mauro Concílio.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E o LD é Luciana Doria?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, olha só o que eu descobri aqui. Que a empresa do Sr. Genival, MCLD, quer dizer Mauro Concílio, Luciana Doria!

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E o senhor viu a data da saída?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que a empresa, Sr. Presidente, que a empresa do cara que fraudou, que está sendo investigado por um golpe parecido que foi dado aos aposentados, está aqui, MCLD, Mauro Concílio, eu olhei aqui Luciana Doria é LD. São sócios, Sr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente. A empresa que foi montada para receber o dinheiro é deles. É ele com a D. Luciana Doria.

E veja bem, Sr. Presidente, essa empresa recebeu depósitos da Contábil Nelma. E tem um episódio curioso: ela recebeu um depósito feito por um motoboy chamado Osvaldo Cardoso Júnior. Olha o que diz aqui, Sr. Presidente: notas mofadas. Notas mofadas, Sr. Presidente. Quem é o Osvaldo, Sr. Presidente? É um motoboy que presta serviço para o Sr. Mauro. E olha que curioso, Sr. Presidente, são vários depósitos feitos.

Quem é o Seu Osvaldo, Seu Mauro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É um motoboy.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um motoboy ganha R\$1,5 mil por mês?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Negativo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Bom, é o que consta aqui, Sr. Presidente, e que faz depósitos vultosos, Sr. Presidente. Entre eles, notas... Por que notas mofadas, Sr. Mauro? Depositar na MCLD. O que quer dizer isso, notas mofadas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu gostaria que o senhor pegasse, por favor, o breve relato da junta comercial e verificasse em quantos meses após a abertura da empresa eu saí da sociedade, isso nós estamos falando há anos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas continuava recebendo recurso.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E sua esposa ficou.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu recebo da sociedade...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A sua esposa ficou.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... referente... Não, ela saiu da sociedade e eu recebo honorários de prestação de serviços contábeis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, veja bem, Sr. Presidente, é uma história que não para em pé. O Sr. Mauro tem um conjunto de movimentações financeiras que envolvem essas figuras em situações muito estranhas. Por exemplo, tem um depósito do senhor, através da Contábil Nelma, para o Anderson Cordeiro, de R\$104 mil. Por que o senhor depositou R\$104 mil para o Anderson Cordeiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É um empréstimo e eu tenho o documento aqui na caixa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Anderson Cordeiro movimentava milhões de reais?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Era um dos "golden boys" mais ricos.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi o valor de um empréstimo de uma sexta-feira para uma segunda-feira. Foi num final de semana.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí o senhor era um prestador de serviços dele, só que quem paga... Não é ele que pagava para o Sr. Mauro, é o Sr. Mauro que deposita dinheiro para o Anderson. E agora o Sr. Mauro vem nos dizer... Claro, contador profissional, Presidente! É claro que ele vai ter um contrato de mútuo, deve estar escrito mútuo aí. É evidente que ele não ia simplesmente botar o dinheiro na conta sem deixar nada, sem deixar um rastro.

Então, contador, Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... é para isso. Contador profissional, contador de esquema criminoso é para isto: é para montar o esquema da engrenagem da lavagem do dinheiro, Sr. Presidente. E nós temos que trazer aqui essa turma toda, temos que trazer o advogado. Vamos trazer o *motoboy*, Presidente! Vamos trazer o Josias, a mulher do Josias, Sr. Presidente. O Josias, que trabalhava para ele, a mulher movimentou mais de R\$3 milhões, Sr. Presidente. Recebia créditos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, vou dizer uma coisa para o senhor: na minha opinião, a história do Sr. Mauro não para em pé, ele é um profissional. Se ele não é um profissional gabaritado, ele não seria um contador morando nos Estados Unidos, que compra avião, que vende avião. Por que razão, Sr. Presidente, com milhões de contadores aqui dentro do Brasil, alguém ia escolher um contador, que mora nos Estados Unidos, que vem aqui três vezes por ano? E curiosamente todos eles, todos os investigados desse núcleo criminoso do INSS escolheram o mesmo contador, o mesmo advogado para fazer a documentação, para registrar as empresas e para justificar essa engrenagem contábil e criminoso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... através do mesmo contador, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Sr. Mauro, o senhor poderá, todas as vezes que terminar, fazer as respostas que o senhor deseja, como ampla defesa. O senhor poderá anotar e, assim que terminar a fala, o senhor terá o tempo para poder responder da maneira que achar melhor.

Com a palavra, o senhor pode se posicionar.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O depósito de R\$104 mil está aqui a entrada do dinheiro para ele e a devolução. Foi um empréstimo de um final de semana.

E o meu escritório tem 28 funcionários, entre os departamentos contábil, fiscal, contábil e tributário. Pelo escritório ser grande, o meu escritório, assim como todos os escritórios de contabilidade são de indicação de um cliente ao outro, a gente não faz anúncio no Google, em jornal. E, quando os documentos chegam ao escritório, eles são direcionados a cada departamento, que faz a classificação, e, de um departamento fiscal, passa para o contábil, passa para o departamento pessoal, até o balanço estar formado, e o que eu recebo é o balanço pronto. Eu não mando... Não existe mais nota fiscal em papel na escrituração contábil hoje em dia, é tudo digital. Muitos deles são documentos importados, via sistema.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Mauro, só complementando aqui a fala do Líder Pimenta, há vários depósitos em dinheiro nas contas, feitos pelo *office boy* que o senhor colocou.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E há este detalhe a que ele chamou a atenção, de dinheiro mofado, ou seja, dinheiro que estava guardado há muito tempo. O senhor sabe explicar por que isso? A origem desse dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sr. Presidente, as origens do dinheiro estão todas declaradas no meu Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor guardava esse dinheiro em casa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Guardava. Eu tenho as cópias do cheque com a relação e todos os cheques sacados, todos eles numerados – item A, B, C –, tem a relação de 2020, a relação de 2021, a relação de 2022, a relação de 2023, a relação de 2024 e 5. E isso é uma prática que eu adoto desde a época do Plano Collor. Eu era novo na época, devia ter uns 18, 20 anos. Eu vendi meu carro para comprar um outro e, no dia seguinte, eu fiquei sem nada por causa do Collor. De lá para cá, eu tenho o hábito de sacar o dinheiro. Estou aqui com as cópias de cheques todas, e quem saca é o motoboy Osvaldo, e todos estão declarados no meu Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E por que mofou o dinheiro, senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tem essa história de dinheiro mofado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem. Tem; está no relatório, o que chamou a atenção.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, não é dinheiro meu. O meu está declarado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas foi para a conta do senhor?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Está bem.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – É a minha vez?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, sim, sua vez.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Eu pensei que ele quisesse perguntar alguma coisa para mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. eu tenho certeza de que não tem dinheiro mofado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Com toda a certeza. Aliás, eu não tenho nem dinheiro em casa, Presidente. Adoraria. E nem na conta.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E meu sigilo bancário está à disposição, inclusive.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O meu também.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Bom, Presidente, eu quero cumprimentar essa mesa, o Relator; cumprimento o depoente e seu advogado.

Palombo, você está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor está aqui porque o seu nome apareceu, muitas e muitas vezes, como responsável da escrituração contábil das entidades associativas, e também às empresas dos operadores ligados aos operadores financeiros desse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquema, e também aos funcionários corruptos do INSS. Então, você está ligado a esses três eixos: às entidades associativas, às empresas dos "golden boys" e às famílias dos corruptos do INSS, que a gente já viu aqui, que são o André Fidelis e o Virgílio Filho. Então, você esteve em todas essas esferas, em todos esses três eixos: você fez as escriturações de sindicatos, das empresas dos operadores que recebem dinheiro dos sindicatos, e também as propinas dos funcionários públicos – os sindicatos que enviaram propinas para os funcionários públicos –, e também fez a escrituração das empresas e dos familiares dos funcionários públicos corruptos.

Então, minha pergunta, até com base no teu depoimento ou nas respostas que você deu para o Relator, é assim: primeiro, em relação ao Master Prev, você disse que a Master Prev passou seu contato para a Thaisa Hoffmann, esposa do Virgílio; que a Master Prev passou para o Eric Fidelis; que a Master Prev passou para todo mundo... Minha pergunta é: você tinha algum contato lá? Lá tem um *stand* onde você possa ser anunciado? Quem era a pessoa da Master Prev que te indicava para tanta gente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Boa tarde.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Boa tarde.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Primeiro, eu gostaria de deixar claro que a empresa da Sra. Thaisa que movimentava o dinheiro foi a empresa chamada THJ, aberta em 30 de maio de 2022, por um outro contador – não sei se eu posso divulgar o nome dele.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não; não precisa.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas, enfim, o dinheiro passava desde 24 de agosto, de 2022, nesta empresa, a THJ, de que eu não era o contador. Eu assumi a contabilidade em março de 2024, o.k.?

Eu fui indicado pela Master Prev, como eu disse, para resolver um problema do Imposto de Renda da Sra. Thaisa, pessoa física.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem te indicava, esta é a minha pergunta, por favor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Master Prev.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem na Master Prev? O contato.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Provavelmente um dos procuradores.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque, assim, teve o Felipe, teve várias pessoas. Então, a pergunta é: quem era o contato na Master Prev?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um dos procuradores deve ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É. Na verdade, essa é uma pergunta que ela deveria ter respondido quando ela veio, porque eu recebi o contato por telefone, para arrumar a situação de pessoa física.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k., eu vou para a próxima pergunta.

Gente, está atrapalhando, desculpa. *(Fora do microfone.)*

Não, estou calma, mas... Eu respeito quando fala, eu quero ser respeitada. "Malagueta Vermelha", é com você mesmo.

Outra coisa que gerou uma dúvida no interrogatório do Relator: você disse que o Felipe Macedo te indicou para o Anderson, para o Américo, para o alfaiate, e todo mundo... Vocês fizeram uma ligação, no final de 2022, e depois dessa reunião você virou contador de todos e abriu empresa de todos, até porque todos tinham empresa no mesmo dia, ou no dia seguinte, aquela coisa.

Então, eu queria entender, que o senhor contasse muito brevemente: como foi essa reunião? Eu fiquei pensando: "Como será que é essa reunião?", "Olha, a gente quer fraudar aposentado", "A gente quer prestar serviço para aposentado"...

Todo mundo nessa reunião tinha o mesmo objetivo? Você abriu todas as empresas juntas? Conta um pouco como foi essa reunião, por gentileza, Sr. Mauro.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A reunião foi por vídeo. O Felipe convocou a reunião indicando o Américo, o Anderson e o José Branco. O João Camargo não participou nesse dia – isso foi numa quinta-feira –, ele participou na segunda-feira de manhã, só eu e o João Camargo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião teve o intuito de perguntar quais eram os documentos necessários para abrir uma empresa, quanto tempo demorava, como funcionava...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Funcionava o quê? O funcionamento para prestar... Todo mundo resolveu abrir empresa para...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O funcionamento de abrir...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para prestar serviço para sindicato?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Nesse momento não se tinha comentado a associação, nem cogitado que eu iria ser o contador da associação. Como eu disse, eu vim saber dia 13 de janeiro... Dia... Acho que 3 ou 6 de janeiro, que eu tinha citado aqui no *e-mail*, que eu tenho esses documentos inclusive... Treze. Em 13 de janeiro é que eu ia assumir a contabilidade de dezembro de 2022, tanto que estava atrasada e foi entregue à DCTF em fevereiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, assim... A minha pergunta é: essa reunião foi feita para apresentar o senhor ou para...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Para apresentar eu como contador e saber...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Contador, e daí você abriu a empresa de todo mundo nessa reunião?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Inclusive...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, um momentinho só, é que eu tenho várias perguntas, depois eu vou dar tempo para o senhor fazer o seu detalhamento, por gentileza.

Você foi sócio da empresa MLAM Empreendimentos e Participações. O que quer dizer MLAM?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Como eu citei, são as iniciais da minha família.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – São... O.k. A minha pergunta é: que tipo de serviço ela prestava?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não prestava serviço nenhum, era uma incorporadora, uma *holding*.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. E, na verdade, ela tinha uma aeronave e um sítio, correto? O que...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, foi feito um *leasing* junto ao Banco Bradesco de 36 meses; assim que eu terminei de pagar a última prestação, eu refinancei um outro *leasing* em cima da mesma máquina para me capitalizar.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. E a minha dúvida é a seguinte: por que, quando a empresa vendeu a aeronave e o sítio, você passou a receber o pagamento parcelado na sua conta pessoa física... Eu vou continuar a pergunta e daí o senhor vai entender o que eu quero falar: você continuou a receber o pagamento na sua pessoa física, mesmo depois – assim, eu não sei, o senhor deixou a empresa formalmente, parece que sua mulher ficou... Mas a minha dúvida é que eu ouvi o senhor falando que tinha 26 milhões em créditos a receber. Então, na minha visão, se o patrimônio é da empresa, a aeronave é da empresa, se você vende a sua aeronave, porque o dinheiro a receber é da empresa, mas você recebeu esse dinheiro na sua pessoa física. Está correto isso? Essa é a minha pergunta só.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Vou responder.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, se a resposta for longa, eu só queria um "sim" ou "não". Eu não...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não é longa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, é que o meu tempo está acabando.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Quando eu saí da sociedade, eu tinha mais do que 26 milhões para receber...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Certo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... que eu integralizei o capital através dos imóveis que eu fui comprando no decorrer dos anos, e quando eu saí do contrato social, a empresa não tinha caixa para me pagar. E contabilmente, eu fico com o valor em crédito em conta corrente, para receber quando a empresa tem o recurso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então o senhor ficou com crédito a receber, não foi a empresa.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exato.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Minha outra pergunta é assim, você falou para o BTG, você declarou, na operação de câmbio que o senhor ia fazer, que o senhor possuía...

Presidente, está difícil. Eu queria mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não, um minuto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

O senhor falou que possuía imóveis e empresas fora do país. Você pode, por gentileza, listar os imóveis que o senhor tem fora do país? Rapidamente. Eu sei que o senhor mora em Orlando, porque o senhor falou.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um, dois... Eu trouxe todos os contratos aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso é tudo imóvel que o senhor tem fora do país?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – São imóveis que eu tenho no Brasil, que eu vendi, que é a origem desse recurso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Certo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Que eu mandei para fora do país, porque é um recurso que era crédito das cotas sociais que eu vendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tudo bem.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E a empresa não tinha caixa, e eu fiz uma tabela para mostrar que, desde 2017, eu tenho esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Fala no microfone, por gentileza.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu tenho esses recursos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, tudo bem.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... e estou me mandando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, está certo, você pode ter esses recursos. Mas a minha pergunta é quantos imóveis você tem fora do país?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu tenho minha casa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você tem um imóvel fora do país?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Minha casa hoje.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E quantas empresas você tem fora do país atualmente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Já tive outras, que eu vendi e capitalizei em outro imóvel.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está certo.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... eu tenho, assim, até pelo que a gente vê e ouve aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agora, conectando algumas coisas, eu tenho certeza de que grande parte do dinheiro roubado dos aposentados está fora do país. E o que me chateia é que as autoridades brasileiras e que o Governo, este Governo de plantão, que é o Governo Lula, não está fazendo absolutamente para ver esse dinheiro de volta. Porque boa parte desses bilhões roubados estão no exterior. Essa movimentação.

E quero aqui chamar a atenção para que quem tem obrigação e papel para fazer isso é a Advocacia-Geral da União, porque a gente está falando de dinheiro público. Enquanto não era dinheiro público, não era papel da AGU. A partir do momento em que a gente usa dinheiro público para ressarcir o aposentado, porque quem pagou o roubo foi o próprio aposentado e a população brasileira, certo? Então, a partir do momento, a AGU, em que nós temos o Ministro Jorge Messias, que é postulante ao STF, passando pano, porque ele sabia de tudo e não fez nada para reaver esses recursos que foram enviados para o exterior.

Porque o Careca do INSS tem empresa fora do país, nas Ilhas Virgens Britânicas; o Presidente da Conafer tem empresa nos Estados Unidos; a esposa do Milton Cavalo, do Sindnapi, que é o sindicato do irmão do Lula, tem empresa nos Estados Unidos; o senhor tem empresa nos Estados Unidos, tem fora do país.

O que foi que a AGU fez? Contratou um advogado lá fora para pegar...

(Soa a campanha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... o dinheiro roubado dos aposentados? Não fez. Não fez, não fez nada até agora. E é lamentável que, depois de seis meses de tudo, que ela teve para proteger o patrimônio, ela só foi se mexer... Nunca, em relação a esse dinheiro.

E o triste de tudo é que a gente vê dois pesos e duas medidas, porque, dando outro exemplo: quando o Ministro Alexandre de Moraes foi sancionado pelos Estados Unidos, no dia seguinte ele contratou advogado no exterior para protegê-lo e tudo mais.

Então, o Governo de plantão não quer recuperar dinheiro. Nós sabemos, objetivamente, que os aposentados estão completamente desprotegidos. E o que acontece com o chefe da AGU, que não faz seu trabalho e não buscou esse dinheiro roubado? Na verdade, ele é punido? Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deveria, porque prevaricou, mas, na verdade, ele recebe um prêmio: ele é indicado para o STF por este Governo, que passa a mão em cabeça de bandido.

Sr. Mauro, o senhor aqui... Eu entendo que o senhor seja contador, entendo que ao senhor não cabe questionar, mas o senhor, com certeza, viu muita movimentação irregular. O senhor não tem que questionar para onde vai o dinheiro, mas, dinheiro, milhões e milhões passando... Com certeza, nessa "Turma do Amor", o senhor viu muita coisa errada. O senhor trabalhou nas três eixos da "propinagem", do "propinoduto". O senhor trabalhou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... tanto com quem gerava o dinheiro como com quem repassava o dinheiro e com os funcionários corruptos. Então, no mínimo, o senhor, para ser contador no meio desse esquema... O senhor, no mínimo... O senhor parece ser uma pessoa muito bem preparada, muito inteligente: o senhor, com certeza, sabia que tinha alguma coisa errada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Olha, só gostaria de deixar informado que meu recurso é proveniente da venda dos meus imóveis e estão todos comprovados. A título de exemplo, eu tirei um relatório do Banco Central, e a THJ não fez câmbio para fora do país. Tirei também do Eric, tirei de outras empresas e eu tenho os documentos aqui.

Então, de fato, quem mandou recurso para fora fui eu, porque eu moro lá fora e é natural que eu mande o meu recurso dos meus imóveis para fora. Agora, com relação a eles, eu tirei o relatório, e isso vocês mesmos podem pedir para o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Rogério Corrêa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Sr. Mauro Palombo, o senhor tem, no sindicato de que o senhor era contador, e também com o senhor, uma denúncia e um processo, um procedimento que foi aberto pela Polícia Civil de São Paulo, não é isso? (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Palombo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Estou ouvindo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Estou perguntando se o senhor tem um processo que está sendo averiguado pela Polícia Civil de São Paulo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Tenho. Inclusive, no relatório do processo – que eu trouxe –, o contador é outra pessoa, o.k.?

Está escrito aqui, e vocês têm acesso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E qual é a relação do senhor com o sindicato?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu já fui contador do sindicato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já foi contador.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não sou mais contador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O que a polícia civil apura lá é um esquema de um sindicato ligado a um contador que está ligado à farra do INSS. Esse é o senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Isso foi a notícia do *Metrópoles*?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso. É exatamente junto aos "golden boys", porque o senhor também é contador de várias empresas deles: a Amar Brasil e assim por diante.

A polícia civil investiga que esses contratos, aliás, são de sindicatos de trabalhadores terceirizados. Como eu conheço um pouco de sindicato, sei que isso é chamado de sindicato de fachada. Trabalhador, que é bom, nem sabe que existe lá, direito. É um sindicato terceirizado, sem representação. A gente sabe como é que isso funciona. E, lá dentro, esse sindicato presta serviço e o contador também assim o faz. Aqui na denúncia o senhor também entra como ex-contador, que não presta serviço, mas que, na época, estava ainda prestando serviço para esse sindicato. É o que a denúncia fala.

E, através, inclusive, de serviços odontológicos inexistentes, etc., vai arrecadando dinheiro dos coitados dos trabalhadores sindicalizados e o serviço não é prestado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a denúncia, muito semelhante ao que faz a Amar Brasil, por exemplo, dos "golden boys", que o senhor é contador. Eles vão lá, fingem que prestam algum serviço para o aposentado, cobram R\$30, R\$40 de consignado, do INSS, vão se enriquecendo, milhões de dinheiro... O problema é que tem que lavar o dinheiro em algum lugar. É aí que, talvez, eu queria estender um pouco a conversa com o senhor.

Essa lavagem de dinheiro, os mecanismos, nós estamos vendo. São vários mecanismos diferenciados. Esse, agora, é mais um deles. Pode ser feito, é o que a polícia está vendo, através de escritórios e de empresas, e o senhor tem mais de 20 empresas. Algumas delas...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor. Tenho apenas seis e estão no Redesim, atualizadas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Seis empresas? Me falaram que o senhor tinha mais de vinte, mas vamos lá.

Seis empresas agora ou já teve várias outras, que foram fechadas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na minha vida inteira, sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já abriram umas 20 empresas? Está certo. E tem 6 agora, mas já foram abertas umas 20.

Essas empresas vão sendo abertas e servem, é o que está sendo apurado, como lavagem de dinheiro. É uma forma de lavar o dinheiro. Nós já vimos essa forma de lavar dinheiro em alguns escritórios de advocacia... A cada dia surge uma forma diferente de lavar dinheiro. E, agora, me parece que também escritórios de contabilidade estão servindo a isso também. Porque é muito dinheiro, tem que ser lavado de alguma forma.

Então, é exatamente isso a pergunta que eu faço para o senhor, para responder sinceramente: serviam, essas empresas do senhor, para lavagem de dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, e eu gostaria muito que vocês todos tivessem acesso aos RIFs e aos COAFs, que vocês iam ver que esse dinheiro não passou, não existe na contabilidade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não existe?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não existe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Das empresas Amar e etc. também não existe absolutamente nada?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O que existe foi a mensalidade dos valores que eu citei para o seu Relator.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O.k. Isso aí, com certeza, a Polícia Federal vai fazer um trabalho muito minucioso...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Vai ver, com certeza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque esse dinheiro deve ter ido para algum lugar. Esse dinheiro não está guardado em banco. Esse dinheiro se espalhou por aí, tem muita entidade espalhada e, com certeza, vai ser descoberto.

Agora, eu, hoje, entrei até num debate com Deputados do Novo porque estou querendo descobrir um outro processo de lavagem de dinheiro.

O senhor foi contador do Governador Romeu Zema? Não, né?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não conhece.

O Sr. Romeu Zema, Governador de Minas Gerais, ele tem uma... Zema Crédito e Financiamento, que eu pedi para quebra de sigilo dessa empresa do Governador Zema e vou explicar o porquê. Eu não pedi para convocá-lo, não. Aliás, nem queria que esse Governador viesse aqui, que eu não gosto nem de ver a cara dele, por tanta bagunça que ele faz em Minas, mas tenho interesse em saber como que ele fez para esta empresa, Zema Crédito e Financiamento, crescer tanto rapidamente e por que ele ficou tão rico.

E o que nós estamos vendo é que essa empresa dele foi uma das únicas 12 empresas... Sr. Presidente, o senhor é de Minas também, Senador, e tem interesse nisso. Essa empresa do Zema, só existiram 12 empresas, financiadores e bancos, que puderam fazer crédito consignado para BPC e o programa, que era o antigo Bolsa Família, que é o Auxílio Brasil, do ex-Presidente Jair





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro. Apenas 12. Caixa Econômica Federal, na época, exatamente o Presidente Bolsonaro pediu para que fizesse esse crédito consignado – aliás, iniciou-se isso no dia 11/10/2022, exatamente no segundo turno –, e foram liberados R\$9,77 bilhões no segundo turno das eleições. Imagina.

Foram só 12: Caixa Econômica; Crefisa; o resto são só bancos pequenos, Banco Pan; a Facta Financeira – que, aliás, tem relação com o Sinab, que é uma dessas entidades que estava roubando dinheiro aposentado. E, aí, vem: Pinto Sociedade Anônima, QI Sociedade e a Zema Crédito e Financiamento, e muito dinheiro passou por ela, de crédito consignado, provavelmente, também, com entidades que se associavam a isso para também fazer descontos no INSS. .

É por isso que eu estou pedindo a quebra de sigilo bancário e fiscal dessa empresa que o Governador Zema faz parte, que é da família dele, que diz ele que tem – diz ele – apenas 15%, Pimenta, do capital da empresa. O resto, também, são de seus familiares.

Isso é fundamental porque foi uma forma de lavagem de dinheiro de crédito consignado. Fizeram através de bancos e através de *fintechs*, e isso está demonstrado que até o PCC fez. Nós estamos descobrindo isso agora. Essa lavagem de dinheiro é muito importante de ser descoberta.

Então, eu estou pedindo a quebra, porque tem a ver com os assuntos que nós estamos colocando aqui, tanto de crédito consignado como de desconto também de aposentados – nesse caso, ainda pior, de quem recebe o BPC e recebe o Bolsa Família, na época, o tal chamado Auxílio Brasil.

E eu apresentei também – por isso, semana que vem, nós vamos discutir – uma outra forma como eu estou verificando de lavagem de dinheiro. Infelizmente, através de pastores evangélicos e até bancos; eu descobri que algumas igrejas têm esse banco.

Aliás, eu fiz essa denúncia, depois o Daniel Vercaro foi preso, e o banco ligado à Igreja da Lagoinha, esse banco, foi fechado. O Pastor Valadão solicitou que fechasse agora, e fechou. Rapidamente, depois dessa denúncia, ele pediu para fechar a Clava Forte Bank.

Esse banco de igreja, coisa estranha... Aprovei até um requerimento na Comissão de Finanças e Tributação, que eu presido na Câmara, para poder verificar o que é essa Clava Forte Bank. O que isso significa? Por que uma igreja faz esse banco e por que, também, pessoas ligadas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos "golden boys", da Amar Brasil, estavam também financiando, inclusive, compras de empresa de comunicação para uma igreja em Minas Gerais?

O Vercaro era mineiro, muito amigo também do próprio Pastor. E, por isso, nós estamos também fazendo, com toda essa ligação desses pastores e desses "golden boys", qual a ligação que isso tem a ver com essas formas, e se isso também significa uma lavagem de dinheiro. Porque eu estou abismado de ver quanto dinheiro rolou nessa roubalheira e por que, rolando isso tudo, esse dinheiro não aparece.

E a criatividade para lavar dinheiro é muito grande. É muita gente que aparece para fazer lavagem de dinheiro. Deve ser muito compensador financeiramente.

E, por fim, quero dizer que ainda bem que esse esquema foi paralisado. E ele paralisou, é claro, *Metrópoles* fez denúncia, mas denúncia já vem de muito tempo, né? O ex-Ministro do Bolsonaro recebeu uma denúncia disso em 2019, mas deixou parado. A denúncia chegou no Governo do Presidente Lula e, felizmente, parou de haver desconto do INSS.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Hoje não há mais. Portanto, não existe desconto, não permanece essa roubalheira através de desconto de aposentados.

E, mais do que isso, passou a fazer uma investigação onde a Controladoria e a Advocacia-Geral da União participam do processo, e participaram do processo, para mandar investigar, coisa que os outros não fizeram.

E aí a base do Governo Bolsonaro quer convocar quem está exatamente fazendo a fiscalização. Deveria chamar quem não fez a fiscalização, mas aí é mera questão política, porque tem uma rixa e não quer que o Presidente Lula possa indicar alguém para o Supremo Tribunal Federal.

Aí não dá – né, Presidente? – para misturar CPMI com questões políticas de oposição do bolsonarismo ao Presidente Lula, senão a CPMI perde o seu contexto. Não tem nada a ver uma ligação com outra. Esse, sim, é um requerimento que não tem nada a ver.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, olha, ainda bem que o Presidente Lula está devolvendo o dinheiro para os aposentados. E aonde a gente vai, a gente fala: "Olha, agradece ao Presidente Lula porque eles roubaram meu dinheiro, e o Presidente..."; eu falo: "Não é o Presidente, é o Governo do Brasil que está devolvendo". A CPMI tem muito a ver com isso, todos nós temos, mas realmente é um Presidente diferenciado, que tem apreço pelos aposentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu estou achando que o Sr. Palombo deve ter arrumado alguns clientes hoje, porque, de fato, ele conseguiu segurar bem aqui as informações, protegendo as pessoas para quem ele trabalhou, envolvidas no INSS.

Parabéns, Sr. Palombo!

Mas eu queria fazer a seguinte pergunta: quantos clientes, mais ou menos, o senhor possui?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Por volta de 80 a 100 clientes hoje.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E no período até 2023, 2024, 2022, 2021, esses anos aí, aumentou muito nesse período recente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, sempre nessa faixa, porque eu não tenho sócio e eu opto em fazer uma reciclagem de clientes ano a ano, porque eu tenho um limite de tempo para poder olhar o documento e dar atenção a todo mundo e à minha equipe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Hoje, vamos considerar que hoje, 2025, o senhor tem 80, tá? Qual o perfil das empresas com que o senhor atua?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Comércio, indústria, serviço, empresas nacionais, internacionais, pessoas de mídia.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dos envolvidos na investigação do roubo do INSS, para quantas pessoas, empresas ou pessoas físicas, o senhor foi contador?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um minuto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, só peça aí – como ele não está falando também – que o meu tempo...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Umas 30, mais ou menos, fora esses 80.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Umas 30 dos envolvidos no INSS?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Trinta empresas. Não, não, do INSS...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dessa... pessoa física ou jurídica envolvida no roubo do INSS?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Trinta empresas, sendo que algumas delas são sem movimento.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá... Porque não deu tempo do dinheiro ser depositado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, porque a empresa nunca operou, nunca emitiu nota, não teve nem conta em banco. O caso, por exemplo, da empresa Sphere, da Thaisa, e da empresa Metrópole, do Eric, nunca tiveram emissão de nota fiscal junto à prefeitura, nem, tampouco, abertura de conta em banco.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Dessas 30 empresas, qual o volume, mais ou menos, de recurso estimado que foi movimentado nesse período?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tenho de cabeça essa informação precisa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É quase 1 bilhão. Quase 1 bilhão.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu acredito que, tecnicamente, não possa ser esse número, a não ser que existia uma movimentação contábil em outra conta, que não fosse enviado para a contabilidade para ser contabilizado. Por quê? Se o número que o Sr. Relator passou de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

714 milhões for o número correto, imagina que, deste valor, tem as despesas operacionais da própria associação, tem os funcionários, tem os impostos. Aí, o que sobrar, tem a distribuição de lucros, no caso, a prestação do serviço deles.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, vamos pegar o número do Relator, vamos pegar o número de 700 milhões.

Então, elas receberam do INSS, roubando os aposentados, mais de 700 milhões. É um volume considerável. Não é dinheiro do café. Como é que o senhor... O senhor nunca se preocupou, assim, uma empresa recém-criada e, de repente, explodir de movimentação financeira? Como é que o senhor vê isso?

O senhor tem alguma outra empresa, entre as oitenta, que tem repentinamente... Hoje, ela é criada e, de repente, está cheia de dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Olha, Sr. Relator...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, não sou Relator, não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Perdão – Sr. Deputado.

No caso, por exemplo, da empresa Assap, eu tive seis meses de escrituração contábil, desde a data em que ela abriu até dezembro. Estou dando um exemplo aqui e eu tenho de todas.

Quando ocorreu a operação da Polícia Federal, no dia 23 de abril, eu não tinha sequer fechado o balanço ainda, porque eu não tinha todos os documentos. Mediante os documentos que me foram remetidos, eu tive a segurança contábil em fazer a contabilidade, para que pudesse ser entregue a ECD, que é a Estruturação Contábil Digital, que é um Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no dia 5 de junho.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor não estranhou uma empresa que o senhor ajudou a criar, no dia seguinte, semana seguinte, 15 dias seguintes, um mês seguinte, enfim, de repente estar recebendo milhões na conta?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, porque a empresa foi aberta pelo escritório nos sites do Governo, que é o site que você usa para abrir empresa. E, no momento em que você abre a empresa, você não sabe quanto ela vai faturar, e o faturamento foi sendo crescente mês a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mês. Ela não abriu hoje e, no mês que vem, já estava faturando milhões. No primeiro mês, faturou 100 mil; depois, faturou 180... O faturamento foi gradativo, não foi direto um faturamento de milhões.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. O senhor era sócio daquela empresa – o Deputado Pimenta perguntou –, da MCLD?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, eu tentei explicar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era o senhor que era o sócio?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... ele não me deu oportunidade. Eu abri a empresa como sócio, saí da sociedade logo no mês depois. Se puxar o breve relato da junta comercial, tudo isso vai estar lá discriminado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E a sua esposa foi ou não?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A minha esposa saiu.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, ela foi também?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela foi. Nós compramos um terreno juntos. E, na compra desse terreno, teve um desacordo comercial, a minha esposa saiu da sociedade, e a sociedade ficou 100% para a outra sócia. Isso foi em dois, três meses depois que a empresa abriu. A partir daí, a empresa nunca movimentou no mercado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em 2024, quanto que ela faturou?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela nunca teve emissão de nota fiscal, não foi uma empresa criada para prestar serviços. Ela foi uma empresa criada na condição de ter um investimento de um imóvel, do qual a minha esposa saiu. Depois de anos, o prédio ficou pronto. Ela recebeu um apartamento e ela usou essa empresa depois para ela, para a vida dela. Então, não foi uma empresa que operou no mercado, não teve nota fiscal emitida. Foi uma empresa criada no intuito de ter um imóvel; e, no momento em que ela se separou, ela usou a empresa para integralizar os bens dela.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sr. Palombo, na minha avaliação... Porque nós temos uma certidão de que sua esposa, de fato, fez parte, como sócia, dessa empresa, aberta aí já com capital de 10 milhões – quase 10 milhões, 9 milhões e pouco.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Isso está errado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Teve algumas pessoas que foram os cérebros dessa trama toda – eu não tenho dúvida sobre alguns servidores do INSS, entre eles o ex-Ministro do Bolsonaro, o Oliveira, que também tinha que estar na cadeia. Infelizmente, blindaram ele e ele não está lá na cadeia, mas ele tinha que estar, até porque ele tem relação ainda com os servidores, tem muito tempo de casa no INSS, é um servidor de carreira.

Mas, sem dúvida, aparentemente, o senhor, além do trabalho profissional, que podia ser só um trabalho profissional, o senhor ligou muitas pontas: de gente do INSS que era servidor que assinava documentos, permitia os descontos, que recebeu propina dessas empresas; o senhor criou as empresas, na outra ponta, dos "golden boys" e algumas outras figuras, depois as prestadoras do serviço. É muita conexão, é muita conexão.

O senhor disse que participou de uma reunião com alguns para ali decidir a criação das empresas. Parece o crime se reunindo, organização ali para poder tramar, ver o que fazer.

Então, aparentemente, o senhor tem... pode ter uma participação maior do que um simples profissional de contabilidade. Esperamos, de fato, que a investigação por parte da polícia se aprofunde e a gente possa chegar a mais gente – chegar a mais gente. Nós não estamos tratando de mera contabilidade ou de meros documentos protocolizados, feito pedidos de registro. Não, tem uma engenhoca por detrás, tem ali algumas mentes que tramaram, participaram, organizaram e de fato roubaram milhões de aposentados e pensionistas no país – é a isso que nós queremos chegar.

Então... E eu não tenho dúvida, o senhor mesmo, se pegar o seu histórico de documento dessas empresas, elas foram, a maioria delas, abertas no período anterior, começou esse grupo a atuar no período anterior. E como o senhor mesmo disse há pouco, elas começam...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... vão recebendo, vai crescendo o número de associados, e de repente estão recebendo milhões. Teve empresa que, em um ano, aumentou em 16.000% o número de associados. Portanto, o volume de recursos que elas movimentaram foi de fato estrondoso, num período muito curto. Tinha que ser um gênio para poder ter tanto lucro, rentabilidade, sem sequer produzir riqueza: não tinha produto, não tinha bem, não tinha serviço de fato feito, tinha ali uma apropriação do que não era seu. A empresa foi a sociedade criada com 9,887 milhões, a MCLD.

Mas enfim, eu quero aqui, Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... um pouco mais de segundos... Só um segundo, o senhor vai ter oportunidade de responder.

Eu queria fazer uma outra consideração. Já falei sobre o Ministro Messias pela manhã, mas como foi falado aqui há pouco por uma Deputada, que está trazendo uma disputa outra para cá... Como o Deputado Rogério disse: quero investigar quem investigou, Rogério; quero investigar quem investigou. Nós deveríamos, então, trazer figuras que participaram como Secretário da Previdência, Ministro da Previdência, que participaram da AGU do Governo anterior ou da CGU; teve gente que foi Secretário da Previdência e CGU – ora, vamos trazê-lo aqui, é do Governo Bolsonaro. Nós estamos aqui condenando o Ministro Messias porque querem fazer uma disputa prévia.

E sabe por que, Presidente, se for a voto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... eu não vou votar no Ministro Messias? Porque esta Comissão vai ter na última quinta-feira o último dia deste ano, e se a gente aprovar o Ministro Messias, ele não vai estar mais na AGU, porque ele vai ser aprovado para ser Ministro do STF e vai estar num outro papel, com certeza engrandecendo ainda mais o nosso Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Pedir a V. Exa. só...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixa só o Relator terminar e eu passo a palavra ao senhor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, Presidente, assim que ele terminar, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O senhor pode... Com a palavra, Sr. Mauro Palombo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Se for possível, eu peço ao senhor que solicite a sua equipe para pegar o breve relato da Junta Comercial do Estado de São Paulo da MCLD.

O senhor vai conseguir ver que o capital social da empresa não era este. A minha esposa saiu da sociedade, e, por volta de 2023, mais ou menos, o capital passou a esse devido à separação que o Sr. Genival fez com a ex-mulher e integralizou o capital social nessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, é só questão de esclarecimento.

Sr. Palombo, o senhor disse que recebeu primeiro o Felipe Macedo, por meio de uma ligação, em 2022, não é isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Foi através da apresentação do Dr. Daniel Dirani, para cuidar da contabilidade da empresa Rendbank...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... em outubro de 2022, uma empresa que foi criada em agosto pela contabilidade Decastro Prime.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas eu queria saber: o senhor teve esse primeiro contato foi por telefone?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Por vídeo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por vídeo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas eu não lembro o aplicativo, porque não fui eu que fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem. Mas foi por vídeo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas foi por vídeo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor disse que depois se reuniu com todo o grupo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Por vídeo, em dezembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por vídeo também?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Em dezembro, por vídeo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que as duas reuniões iniciais foram por vídeo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, se o senhor puder puxar a certidão migratória da Polícia Federal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... o senhor vai ver que eu vim para o Brasil em 2023, por volta de setembro, e foi inclusive o casamento da minha filha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode me dizer, fora Américo, Igor, Anderson e Felipe, quem participou da reunião de dezembro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na reunião de dezembro, eu nem conheci o Igor em dezembro de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu vim conhecer ele em fevereiro de 2024, quando ele me passou a contabilidade. Até então, eu não conhecia.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Mas quem participou desta reunião?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na reunião de dezembro...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... participou o Felipe, o Américo, o Anderson e o José Branco.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na quinta-feira. E o João Camargo foi na segunda-feira.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O João Camargo foi na segunda-feira.

O senhor falou que cada um deu detalhes da empresa que queria criar.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na verdade, cada um falou a razão social, o endereço e o objeto social.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor opinou sobre essas empresas ou eles já foram para essa reunião com o que eles queriam?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, cada um já sabia o que ia fazer.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor chegou a dialogar com eles, a respeito dessas empresas, quais as finalidades delas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor só cumpriu a determinação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, ele pediu para abrir a empresa, e a empresa foi aberta pelo escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou querendo chegar é a uma coisa que eu não entendo: quando você cria uma empresa, você não tem que botar o capital social?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O capital social é declarado em cima de quê? Da perspectiva de faturamento?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, o capital social é uma conta independente de quanto a empresa fatura. No caso de uma empresa prestadora de serviço...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... geralmente o capital é um valor baixo, porque não tem necessidade de ter um imóvel, uma sede, um recurso, quantidade de funcionários...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que mesmo uma empresa que tenha um faturamento anual, por exemplo, de 50 milhões, ela pode ter um capital social de mil reais?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pode.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E isso não...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pode, porque, quando você constitui a empresa, você não sabe o porte da empresa, o que ela vai se tornar, se vai ser uma empresa de pequeno porte... Não estou falando aqui de opção de Simples. Dentro do lucro real e presumido, você tem a opção de empresa de pequeno porte ou empresa de grande porte. E, nesse momento, em que você abre a empresa, você não tem como vincular um valor de capital social com o valor do faturamento e o porte dessa empresa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É aí que eu queria chegar: quando você abre a empresa, não tem, mas e se, depois desse ano que passou, a empresa faturar...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nesse primeiro ano, ainda estaria dentro da mesma faixa de pequeno porte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É? E no segundo ano?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – No segundo ano, o porte começa de novo, porque mudou o exercício. Então, o limite começa do zero novamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. E...

A gente está falando de empresas aí que têm alguns anos. Não seria obrigatório mudar esse porte não?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Pela legislação da Receita...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... a cada ano fiscal começa do zero. Com exceção, no caso, de empresas do Simples, em que o faturamento é cumulativo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ...dos últimos 12 meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... essas empresas, eu tenho visto muito, e aconteceu com algumas dessas: por que a escolha de *holding* de instituições não financeiras? Pergunto porque há uma discussão muito grande de que essa é uma porta aberta, na verdade gigantesca, para esconder lavagem de dinheiro.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu entendo e vou explicar duas situações.

A *holding* não financeira...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... é o que a gente conhece como a *holding* familiar, que tem o intuito de que o genitor aporte os imóveis pensando na sucessão. Então, ele é o usufrutuário desses bens, para deixar a sucessão patrimonial para a família.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas não é o caso dela.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

Na *holding* financeira, ela tem, além dessa função, ela também exerce a função de compra, venda, faturamento, exercício, enfim, e essa *holding* familiar não tem a característica de blindagem, como a outra *holding*.

Então, no caso dele, a *holding* é familiar só para efeito sucessório, e não tem efeito de blindagem perante a lei. Tá?

Também, perante a ECD, na contabilidade, a gente tem a figura das empresas controladoras – isso, no documento declarado –, controladas, interligadas e investidores. Então, quando a gente tem esses lançamentos na contabilidade tanto da empresa onde ele tem o faturamento quanto na *holding*, a gente afasta a figura de ocultação, porque você já está falando ali para onde foi o dinheiro, a conta de débito da firma que pôs e a conta de crédito da que recebeu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esse pessoal aqui... Esse pessoal fez investimento em debênture?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Que eu tenha conhecimento de documento recebido pelo escritório, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor tem, no seu escritório, algum cliente que adquiriu debênture?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – De cabeça, não sei. Precisaria ver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não... O senhor pode me dizer onde é que fica registrada a debênture?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – No balanço?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela fica no ativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fica no ativo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, pode ter compra de debênture sem estar no ativo, e essa compra não representar uma ocultação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Se foi uma informação que não foi para a contabilidade, pode ser que ele tenha.

Por exemplo, se a pessoa tem a conta no Bradesco, que é a conta que ela manda para eu contabilizar, e ao mesmo tempo ela tem uma conta no Itaú e não me manda, eu não tenho como descobrir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu sei que o senhor não tem, mas ele está fazendo ocultação disso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – No caso de não estar contabilizando?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

E qual é a obrigação do senhor, descobrindo que teve isso e o senhor descobriu que não foi repassado esse documento?

Qual é a obrigação do contador?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Se eu não recebo o extrato, eu não tenho conhecimento; então, não tenho como informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas e se o senhor teve conhecimento?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A primeira situação, vamos supor que fosse no mesmo banco que ele me manda para contabilizar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... eu iria conseguir identificar que tem uma divergência de valor e eu iria pedir a informação complementar para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E se fosse fora do banco a que o senhor teve acesso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aí eu não tenho como descobrir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas se a informação tiver chegado ao senhor?

Tendo alguma...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas se eu tenho acesso, a informação chega para mim; se eu não tenho acesso, a informação não chega.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas veja bem, se o senhor tem acesso, eu sei que chega, mas se de alguma forma o senhor tomou conhecimento desse fato?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu tenho que pedir a informação complementar para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor pede ao seu cliente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Se acontecer, com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Estou aqui com os dados, até o final do depoimento do senhor eu volto a esse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por solicitação do advogado, a sessão está suspensa por cinco minutos.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 15 horas e 41 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 47 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está reaberta.

O Sr. Mauro Palombo deseja fazer uma colocação antes de darmos sequência.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Alô?

Com relação à empresa MCLD que foi citada, eu puxei o breve relato da Jucesp. Ela foi aberta dia 29 de agosto de 2014, com capital de R\$100 mil, sendo que 50 representava a minha parte, da minha esposa. Em 11 de agosto de 2015, minha esposa saiu da sociedade ainda com capital de R\$50 mil. Dia 17 de janeiro de 2017, entrou a filha da Luciana; o capital, em 2020, foi aumentado para R\$1,3 milhão; em 2021, R\$5,8 milhões; e em abril de 2024, para R\$9,8 milhões, provenientes da separação judicial. E aqui foram aportados os imóveis que eram do casal. Então não tem correlação nenhuma com as informações da minha família.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, com a palavra.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo aí pela iniciativa de um dos projetos mais importantes do nosso momento no Brasil. O senhor está fazendo um excelente trabalho neste Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E eu espero que, em 27, o senhor volte para cá. O senhor vai voltar, mas eu espero que o senhor volte com o dobro de votos que o senhor veio da outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se Deus quiser.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor está merecendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... cada dia mais.

Sr. Mauro Palombo, é uma honra conhecê-lo. Obrigado por prestar depoimento. É muito importante o que o senhor está fazendo aqui hoje. Eu fico muito revoltado quando a pessoa senta aí e sequer quer responder o que sabe. O senhor está fazendo um belíssimo trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor advogado, muito obrigado pela calma, pela tranquilidade que o senhor está conduzindo.

Sr. Mauro, o senhor é contador e atuou como elo que conecta empresas, associações e servidores do INSS. O senhor também foi responsável pela abertura dessas empresas, pela contabilidade e administração de cerca de mais de 510 empresas – muitas dessas empresas registradas em nome de familiares e servidores do INSS ou com endereços compartilhados, configurando o que a PF descreve como uma estrutura triangular para dissimular fluxos financeiros no ilícito, lavar dinheiro e repasse de propina.

O senhor também é contador das empresas ligadas ao Sr. Virgílio, que é o Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, e ao André Paulo Félix, que é o Sr. Fidelis. O senhor prestava serviços contábeis à associação e empresas ligadas a ex-autoridades do INSS. Essas informações são verdadeiras ou falsas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – São falsas. *(Fora do microfone.)*

Alô? Não são verdadeiras. Eu puxei o Redesim desde o meu primeiro dia de trabalho. Somando as empresas que são minhas, empresas canceladas, ex-clientes, empresas atuais, empresas inativas, eu cheguei no número total, desde o meu primeiro dia de trabalho, de 445 empresas.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k., mas essas pessoas que eu perguntei aqui para o senhor, que eu citei os nomes delas, o senhor...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O André Fidelis, eu nunca prestei serviço para ele, nem o conheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não conhece.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu abri cinco empresas para o Eric, sendo quatro que ficaram sem movimento até hoje. Não sei nem por que ele abriu as empresas e não movimentou. Uma empresa que o Eric abriu comigo, movimentou...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... e ele saiu da sociedade depois.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Thaisa, ela abriu duas empresas comigo. As duas ficaram sem movimento até hoje.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E as duas outras empresas que ela transferiu de outro escritório para mim, uma delas é o Centro Médico, que é uma empresa que só tem consulta médica, e a outra foi a empresa que já emitia nota para essas pessoas relatadas na CPMI.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor teve conhecimento dessa triangulação aqui da Amar Brasil? De todas as empresas envolvidas no...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Porque o senhor prestou serviço para Amar Brasil, correto?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k., então tudo bem.

O nosso tempo é bem exíguo, mas eu queria saber do senhor... Só para o senhor ter uma ideia, desde 2017 o Brasil adotou o Noclar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, só um instantinho. Eu vou precisar me ausentar por 30 minutos. Eu vou pedir à Deputada Bia Kicis para ocupar a Presidência, por gentileza, durante este período.

Um minuto a mais para o Deputado Zé Trovão, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desde 2017, o Brasil adotou o Noclar, uma norma internacional que permite que as organizações contábeis deixem de lado o princípio da confidencialidade e relatem atos ilegais.

Isso é verídico ou não, essa informação do Noclar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não tenho conhecimento assim de cabeça.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não tem, né?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Precisaria pesquisar.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Porque... O que que acontece? Eu sempre parto aqui... Eu fico vendo algumas pessoas que vão atacando, acusando, e eu fico me perguntando se eles têm bola de cristal. Eu não parto desse pressuposto, porque o princípio da inocência, para mim, vai sempre se manter em primeiro lugar.

Esse esquema é muito absurdo. O que acontece? Nos parece que escritórios – eu já falei isso aqui, inclusive fui processado por isso pela OAB – de advocacia foram usados para fazer a lavagem do dinheiro desse esquema, que passa, facilmente... Chega aos 10 bilhões. Isso nós estamos falando só da aposentadoria, dos descontos indevidos. Se a gente pular para o lado de lá, que é a parte já dos empréstimos consignados, vai dar mais de 400 bilhões... R\$400 bilhões.

O que acontece? O senhor, em algum momento, pôde perceber ou o senhor não se deu por atento de que empresas que tinham sido criadas há menos de um ano, dois anos, três anos, elas deram um salto meio – porque o senhor é contador – inexplicável financeiramente? Ou isso o senhor não observou?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não pude observar, por causa da documentação que chegava para mim na contabilidade, entre extratos bancários...

Eu citei aqui, até vou mostrar um fato interessante, que eu estava falando no momento que o Sr. Relator me perguntou: eu tenho aqui, por exemplo, o extrato do INSS, o extrato da associação onde tem o crédito do INSS.

Então, eu tenho aqui o valor em amarelo, é o crédito que vem do INSS.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Hum-hum.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O valor aqui em laranja são bloqueios judiciais.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O valor em verde são liberações de bloqueios judiciais, e o valor em azul são as liberações de bloqueios judiciais de ações improcedentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todos esses valores... Porque a maioria do extrato você vê que é valor laranja, verde e azul.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k., entendi. Só para...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nessa questão aqui, tem só uma liberação judicial de R\$620 mil, e isso é proveniente de ações que estão na Justiça.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, analisando contabilmente, quando eu olho um extrato que tem essas liberações, isso está dando credibilidade no sentido de que...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Do que está recebendo, do que está saindo e entrando.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Do que está liberando...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... de questões judiciais na Justiça.

Além disso...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor, além dessa... Eu vou pedir desculpa, porque o nosso tempo é exíguo.

Depois de cair essa... de esse barranco cair na cabeça do senhor, porque caiu, o senhor está aqui hoje...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... respondendo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Depois da CPML...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor se sente usado por essas empresas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, com certeza. Depois de ter a operação da Polícia Federal, sem dúvida alguma; tanto que, até então, eu assinava com o meu nome de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificado, pessoa física, o meu CRC, a documentação de todas as empresas, porque eu não conseguia vislumbrar essa questão.

No dia a dia, a estrutura da empresa era muito grande. Ela era pelo menos umas seis vezes o tamanho dessa sala.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – A gente...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Tinha 208 pessoas, isso só no caso da Amar.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi.

Só para o senhor ter uma ideia: então, a gente pode afirmar aqui, hoje, que não foi coincidência alguma que quatro associações diferentes, que estavam cometendo esses supostos desvios de dinheiro, procuraram o escritório do senhor, e eu vou dizer o porquê – e aí não o estou acusando.

O escritório do senhor presta um serviço... Pelo tamanho, pela idade, por todo o *know-how* que o senhor tinha, esse escritório é bem falado e mostrou capacidade de atuação. Quatro associações diferentes procuraram o escritório do senhor. A gente não pode chamar isso de coincidência: esses caras foram indicados ao senhor...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... esses caras foram aproximados do senhor.

Eu até vou – como disse, partir da impessoalidade e da inocência – dizer o seguinte: o senhor foi usado como bucha de canhão por esses caras, e eu sei que, por isso, o senhor deve ter aí relatórios e pilhas e pilhas de documento que, se o senhor já não entregou para a polícia, o senhor se compromete a entregar tudo que o senhor tem para a gente descobrir ainda mais? Porque eu acredito que tem coisas a que a gente ainda não conseguiu chegar – nem a Polícia Federal chegou. O senhor tem esse compromisso conosco aqui hoje, de entregar tudo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com certeza.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer o seguinte: às vezes a gente quer chegar aqui e apontar, e dizer, e fazer aquela fala, né? Porque o povo lá fora está desesperado, Sr. Mauro. Mas hoje, diante de mim, eu não vou afirmar isso, porque eu não quero queimar minha língua com café quente. Eu vejo o senhor como um laranja sem saber que era laranja.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu vejo o senhor, hoje, como uma empresa que foi usada para um esquema que destruiu a vida de pessoas inocentes.

E quantos prêmios o senhor teve ao longo da sua vida, só pra...?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Cento e cinquenta e quatro.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Cento e cinquenta e quatro prêmios. Eu não quero acreditar que o senhor ia manchar uma imagem tão limpa, de um trabalho tão feito pelo mundo afora, com essa porcaria de ladroagem.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas também vou afirmar uma coisa ao senhor: aqui nesta Casa, passou alguém muito parecido com o senhor. Um homem que, inclusive, faltou com muito respeito a este Parlamento, coisa que o senhor não fez. Foi arrogante, gritou com Deputados, levantou, deu de dedo na cara e, graças a Deus, ele está lá na Papuda agora; está preso. Porque é um bandido.

E eu vou pedir muito para o senhor: nos ajude, e ajude o Brasil a botar cada um desses bandidos... Porque eu tenho certeza, com essas transações desses escritórios que o senhor fazia – e o senhor fazia para muitos deles –, a gente vai chegar a gente muito poderosa aqui em Brasília. Porque o que eles querem defender...

(Soa a campanha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... aqui em Brasília é exatamente os poderosos. Porque tem gente aqui no Parlamento brasileiro hoje que é explícita a ligação dele com o Careca do INSS. E sabe o que muitos aqui têm feito? Blindado eles. O medo, o desespero está batendo na porta dessa turma.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu peço ao senhor e reafirmo esse meu pedido: ajude o Brasil a ter a boa impressão que está tendo pelo senhor agora. O senhor iniciou falando, o senhor vai encerrar falando. E, muitas vezes sendo atacado, o senhor ainda se prestou ao trabalho de responder, e isso é honroso.

E é por isso que eu vou manter aqui a minha posição que eu sempre mantenho: se a Justiça não provar que o senhor é um bandido, eu não o chamarei de bandido. Mas, se a Justiça provar que o senhor é um bandido, que o senhor pague. Hoje o senhor está... Há quantos anos o senhor mora nos Estados Unidos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sete anos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sete anos. Então a gente não pode nem dizer que o senhor foi embora, morar nos Estados Unidos, por conta do início da corrupção. Porque a corrupção se alastrou a partir de 2023. E eu afirmo isso aqui, porque eles gostam de dizer que isso aconteceu no Governo Bolsonaro. Mentira! No Governo Bolsonaro, a lei foi só cumprida, ACTs foram entregues, mas o crime aconteceu em 2023, porque, de 2023 a 2024, a 2025, foram mais de 4.7 bilhões de roubo aos aposentados.

Então fica aqui o meu agradecimento pelo seu testemunho aqui hoje, fica aqui o meu agradecimento ao seu advogado, que o orientou a responder, isso é um papel muito importante, e eu digo que espero que o Brasil faça justiça porque não estou aqui desde sábado para chegar ao final desta CPMI e não ter resultados positivos e não ter bandido preso. O senhor hoje prestou um bom serviço à sociedade, está prestando e espero que continue assim. E espero que a minha visão do senhor hoje não mude amanhã, mas, se mudar...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com certeza.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... logicamente, o senhor vai ficar sabendo disso.

Muito obrigado, Sra. Presidente, muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Deputado Coronel Chrisóstomo, agora, com a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Para eu poder estar aqui defendendo os aposentados e pensionistas de Rondônia e do Brasil, nossa, me permita chamar a senhora de nossa futura Senadora aqui no DF, nossa Deputada Bia Kicis, grande guerreira.

Srs. Parlamentares, Senadoras, Senadora, meus cumprimentos, o senhor... Parece que está baixo o som, não? Parece que estou sentindo.

Sr. Mauro Palombo, quero aqui dizer que não sei se o senhor está enrolado nessa parafernália toda, mas uma coisa é certa e eu tenho que elogiar o senhor: o senhor respondeu tudo que foi perguntado, o senhor foi muito claro, com documentos na mão. Não estou dizendo que está certo ou está errado, mas foi muito claro. Quero elogiar também o Dr. Luciano de Freitas Santoro, instruiu muito bem o seu cliente.

Então, parabéns! Pelo menos o senhor não enrola a gente aqui, não tenta enrolar o Brasil. O senhor está falando, está com o papel na mão.

O tempo não é dez minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF. *Fora do microfone.*) – Dez minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mas eu acho que...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Está certo, você tá falando aí...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Começou em sete ali mesmo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – É, então vamos atualizar lá, porque não está nos dez minutos, não.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Retoma o tempo do Deputado, então, em dez minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhora, está bem. Então, obrigado, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Mauro Palombo, pelo menos nisso o senhor está dando exemplo para quem senta nessa cadeira e vem mentir para o Brasil, vem tentar enganar os Deputados, tenta enrolar o Relator, tenta enrolar o Presidente. O senhor, pelo menos, está respondendo tudo, não está ficando calado, e todos nós estamos vendo que o senhor está respondendo. Os documentos estão aí. Se estão certos ou errados os documentos, não sei.

Agora, então, vem o meu pensamento, como um representante do Brasil e de Rondônia: que os nossos aposentados e pensionistas estão atentos a esta Comissão. Hoje mesmo me ligou uma senhora do Paraná, de Porto União, D. Belle, dizendo: "Deputado [eles acham o telefone da gente, né?], Deputado, eu fui no INSS, estou roubada há anos, disseram que eu não tenho mais direito de pedir recomposição de todas as minhas perdas".

Está vendo aí, Presidente? Esses vagabundos, que estão aí no INSS, mentindo para o povo... É mentira dele! Todo cidadão que foi roubado, todos os velhinhos, aposentados e pensionistas, de todo o Brasil, têm direito, sim, a receber aquilo que tiraram dele. O senhor está vendo como está difícil aqui para nós? Está vendo, Doutor? Tem direito, sim!

Portanto, eu quero dizer para o senhor o que eu penso. O senhor, morar nos Estados Unidos, ter clientes aqui no Brasil... Quantos excelentes contadores nós não temos aqui? O senhor também pode ser um deles. Quanto, em recurso, o senhor trata dos Estados Unidos aqui? Isso deixa uma abelha aqui no ouvido da gente, zunindo. Estou lhe falando o que eu penso. Não me parece razoável um camarada morar nos Estados Unidos e ter vários clientes, num montante de dinheiro, conforme está relatado aqui. Então, alguma coisa me parece que tem que ser explicada, muito mais explicada para o Brasil e para os nossos aposentados. Tem coisa que me parece que não está cheirando bem, mas isso são os processos que vão dizer. Nós aqui vamos investigar a fundo tudo isso de que eu estou falando.

Não estou aqui criminalizando o senhor, estou dizendo aquilo que eu penso em nome dos brasileiros e em nome dos rondonienses. Eu sou de Rondônia, lá o povo não quer dar moleza para quem está roubando aposentados e pensionistas, e é por isso que eu sempre me volto para o povo de Rondônia, porque eu represento aqueles cidadãos que estão lá, em especial os nossos velhinhos aposentados e pensionistas de Rondônia. Eu me dirijo muito a eles, porque é a minha principal missão aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Mauro Palombo, tem coisa que não está bem explicada. De repente, como disse o meu colega aqui, Zé Trovão, parece que o senhor caiu numa arapuca – parece! Se caiu voluntariamente ou não, é outra história, mas que tem rolo aí tem. E nós temos que saber quem são as pessoas que estão fazendo o rolo. Aí chega a sua hora, Sr. Mauro Palombo. Aquilo que o senhor sabe é a hora de o senhor dizer aqui, é a hora de o senhor explicar: "Isso aqui realmente é algo que eu acho que não está certo, Relator, Srs. Deputados e Senadoras". É a sua hora, porque, se o senhor deixar passar aqui e o senhor tiver que voltar, aí a coisa fica pior. Todos estão aqui para se defender, mas não deixe passar esta oportunidade para que o senhor possa minimizar, caso tenha culpa, o seu prejuízo.

Muito bem. Agora, Srs. Parlamentares, olá, Brasil! Falaram aqui de bancos, falaram de Master. Olha, o Banco Master, gente, eu até me senti assim um pouco, sabe...? Uma semana antes de eles serem presos, eu relatei o nome de cada um, porque eu ia chamá-los aqui. Uma semana depois, presos.

Falaram hoje do BRB. Deputada Presidente Bia Kicis, o BRB, pelo que a gente está ouvindo, está até o pescoço nesse rolo de consignado também, porque está um emaranhado, Master e BRB. É o que se leva a crer.

E olha, gente, não vamos dar moleza para o BRB também. Já estou pensando aqui em fazer um movimento de CPI. Eu gosto de CPI. Eu gosto de colher assinatura. Assim como fiz... Fui o primeiro que fiz isto aqui, senhor. O senhor sabia?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Fui eu que iniciei tudo isso. É por isso o senhor está aqui.

Aí, depois, veio a CPMI, com a Senadora Damares e a Coronel Fernanda, que pegaram... Sabe? Porque a CPI não ia ser, como não foi... Não conseguimos realizá-la lá na Câmara dos Deputados, mas – não importa – estamos cumprindo nosso dever aqui.

Então, BRB, cuidado! Nós vamos para cima de vocês agora, hein? Já estou pensando nisso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, gente, também tem mais gente – tem mais gente. Aqui, um Deputado falou da Facta Financeira: Sr. Evaldo Costa e Everton Costa. Não vamos dar moleza, não, para a Facta Financeira! Está nesse emaranhado também. Vamos partir para cima, porque o Brasil não aguenta mais ser roubado, em especial os nossos aposentados e pensionistas.

Nós temos que cuidar dos velhinhos, nós temos que cuidar dos avós, cuidar dos pais mais velhos. É essa a nossa missão, e eu estou aqui para isso, e me orgulhando do trabalho, não só meu, mas dessa galera que está aqui, desses Parlamentares, porque aqui só tem gente que quer fazer a coisa correta, só tem trabalhador. E a Mesa, então, é digna de orgulho. Eu sou puxa-saco da nossa Mesa. O Relator, então, é lá de Alagoas, de onde meu pai é. É conterrâneo do meu pai, aí fica melhor ainda.

Senhores... Então, BRB, cuidado! Vamos para cima!

Consignados dobram no INSS e chegam a R\$466 – pasmem – bilhões. Bilhões! A gente estava achando que quase 10 bilhões aqui no INSS eram muito. O Relator já está se sentindo... Meu Deus do Céu, 466 bilhões! Saiu hoje no *Metrópoles*. Veja o montante que os bancos estão ajudando a roubar dos nossos aposentados através dos consignados. Não vamos dar moleza para bancos. Vamos ter que partir para cima. Bancos tinham as conexões meteóricas, está vendo? Os bancos, roubando o povo, aposentado e pensionista, nos consignados, tiveram crescimentos meteóricos. Por isso, nós temos que partir agora para cima dos bancos – dos bancos! Se preparem, porque nós não vamos dar moleza para vocês.

Portanto, meus amigos... Falaram aqui também do acordo de cooperação técnica com o INSS, que são, no total, em torno de 87 bancos. É muito banco, gente; muito banco para roubar muito aposentado e pensionista.

Senhores, eu fico pasmo com isso. Eu confesso que fico... Muitas vezes, vou para casa pensando na missão que nós temos de resgatar...

(Soa a campainha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... a alegria dos nossos aposentados e pensionistas. Nós temos que fazer isso. Essas pessoas, os aposentados e pensionistas, são os avós, as pessoas que deram o seu sangue, deram a sua vida para ter a sua família bem cuidada, os seus





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

netos. E, hoje, nós aqui defendendo a dignidade dos mais velhinhos dos nossos estados e do Brasil.

É uma tristeza imensa. Nós temos muita gente roubando, sem dó, dos nossos aposentados e pensionistas. Por isso, Brasil, por isso, Rondônia, precisamos estar unidos, juntos, em defesa dos mais vulneráveis da nossa nação, que são os aposentados e pensionistas.

Se o senhor tiver alguma coisa a falar do meu discurso direcionado ao senhor, esteja à vontade, Sr. Mauro Palombo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Obrigado.

Quando eu me mudei para os Estados Unidos sete anos atrás, como eu citei, foi por uma questão de que invadiram a minha casa, uma tentativa de sequestro. E, lá nos Estados Unidos, eu acabei também tendo a oportunidade de fazer um tratamento médico de um problema de saúde que eu tenho, porque o tratamento lá é muito melhor do que o que eu estava recebendo aqui, em qualidade de vida que eu estava tendo.

O meu escritório no Brasil já... É da época do meu pai. Eu tenho funcionários hoje que começaram comigo, que já estão há 30 anos no escritório, e a minha fonte de renda hoje não é nem o escritório, são os imóveis que eu vendo, quando eu saí daquela *holding* que eu mencionei. Então, também não posso hoje abandonar quem correu comigo na minha equipe nesses 30 anos porque, se hoje eu cheguei aonde eu estou, eu sou grato a eles também.

E, com certeza, quando chegar o meu Coaf, o meu RIF, a quebra que até o Deputado Rogerio Marinho pediu, vocês vão ver que eu, de fato, não tenho envolvimento com nada disso, e o dinheiro que eu recebi foi o dinheiro do meu contrato de mensalidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Passo a palavra agora ao Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, é incrível como os petistas gostam de desviar o foco aqui nesta Comissão. E, pelo bem da verdade, preciso iniciar aqui falando sobre a situação de Minas Gerais: "Zema, o pagador de dívidas do Pimentel".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia falar sobre mil dívidas que o Pimentel deixou, que era o Governador do PT, anterior, que destruiu o Estado de Minas Gerais. Nunca o Estado de Minas Gerais esteve tão mal a ponto de Zema se eleger; um desconhecido com excelente reputação na iniciativa privada, mas que nunca tinha concorrido a nenhum cargo político, se elegeu e fez uma verdadeira revolução administrativa no Estado de Minas Gerais e foi reeleito em primeiro turno.

Pois bem, mas, só para ficar em uma das dívidas, que tem a ver com esta Comissão, porque eu não gosto de desviar o assunto, Minas Gerais quitou, Sra. Presidente, mais de R\$500 milhões que não foram repassados em empréstimos consignados dos servidores públicos mineiros.

O que aconteceu? A gestão do Pimentel se apossou de R\$1 bilhão, segundo a imprensa, segundo a polícia, de servidores. E como é isso? Essa aqui foi a primeira parte da quitação.

Como é que foi isso, Sra. Presidente? Os servidores tiveram empréstimos consignados que foram recolhidos pelos bancos, mas que não foram pagos pelo Governo, e isso levou os servidores para o SPC. "Falta de repasse do estado põe servidores no SPC." "Empréstimo consignado põe servidor de Minas no SPC." Veja só, o empréstimo consignado. A falta de pagamento do PT, daquilo que os servidores deviam aos bancos e que era a parte que o Governo tinha que passar, não era feito. E o servidor foi parar onde? No SPC. E depois o ex-Governador de Minas Gerais foi indiciado por suposto desvio de quase R\$1 bilhão.

Agora, como estamos falando aqui de aposentados, Sra. Presidente, os mineiros aposentaram, na política, Fernando Pimentel. De ex-Governador do estado que destruiu Minas Gerais, foi o quarto suplente do PT na eleição passada para Deputado Federal. De ex-Governador para quarto suplente de Deputado Federal. O povo mineiro aposentou o Pimentel.

E é por isso que o Zema ganha do Lula nas pesquisas. E é por isso que os petistas estão tão nervosos.

Vamos à oitiva do Sr. Mauro Palombo Concílio.

Sr. Mauro, eu queria entender, em primeiro lugar, por que foi tão difícil a CPMI localizá-lo? Porque houve um período em que não era possível encontrá-lo, estava difícil a comunicação. O senhor poderia esclarecer?

Uma boa tarde para o senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Boa tarde.

Eu não tenho informação dessa notícia. A primeira vez que o Marcelo entrou em contato com o meu escritório, eu fiz o contato com ele e passei para o meu advogado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quando foi isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Um mês atrás, mais ou menos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor veio especialmente...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Foi em final de outubro, porque eu estava de férias. Embora eu more nos Estados Unidos, eu tenho direito a férias também. E já faz dez dias que eu estou aqui, no Brasil, separando os documentos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor veio especialmente para este depoimento?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, e custei minha própria viagem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois eu gostaria de iniciar inclusive reconhecendo que o senhor está colaborando aqui com esta CPMI. Aqui, de todos aqueles que aparecem nesses gráficos – tem um que me entregaram agora há pouco –, nesses gráficos que mostram a roubalheira, que passou por uma série de entidades, uma grande lavanderia de dinheiro, de todos que passaram por aqui e sentaram na sua cadeira, eu tenho, assim, pelo que eu tenho sentido dos demais colegas, a impressão de que o senhor é o que mais passa, realmente também, a impressão de que não atuou, não participou ativamente do roubo dos aposentados.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É o que o senhor inclusive está demonstrando aqui, com o advogado ao seu lado, que pouco tem sido consultado, porque o senhor tem os papéis, apresenta, responde a todas as perguntas. E faço esse reconhecimento.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E sinto, talvez, de não ter mais documentos, porque eu não sabia o que fosse perguntado, mas todos estão à disposição.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas há de se reconhecer também, Sr. Palombo, que, ainda que o senhor tenha sido pago pelos serviços prestados, esse dinheiro que circulou e que acabou chegando para pagar os serviços vem de ilícitos cometidos por essas empresas. O senhor tem esse sentimento, essa percepção?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Depois da operação da Polícia Federal, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E como o senhor, quando soube dessa informação... Como o senhor reagiu, no primeiro momento, quando soube dessa informação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com desculpa pela palavra, "p da vida".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor poderia me dar um pouco mais de esclarecimento? O que é que significaria isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A minha reação foi de estar indignado – como o Deputado Zé Trovão comentou – por estar sendo usado. Era o cenário perfeito pegar uma contabilidade exemplar, para que fizesse a contabilidade, e tentar deixar a coisa mais bonita da parte fiscal, por exemplo, mas, na operação da entidade, o que eu via no dia a dia é o que representam os documentos: uma estrutura supergrande, com muitos funcionários, um alto custo de aluguel, o IPTU...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor via os números, mas não via a realidade; o senhor via as transações, mas o senhor não via a origem – o senhor explicou isso mais cedo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O que eu via da origem era o que estava no extrato.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas sabe o que causa um pouco de estranhamento, talvez? E aí eu lhe dou a oportunidade de responder. É que o senhor atendeu essas empresas todas, alega que não teve participação em fraude nenhuma, recebeu pela prestação de serviço.

Todas essas diferentes... Eu não gosto de chamar de empresas, inclusive, porque são, na verdade, CNPJs frios para fazer lavagem de dinheiro. O senhor contribuiu até na feitura da papelada – o senhor alega que sem saber a finalidade. Todas essas empresas tinham relações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre si, todos esses CNPJs tinham relações com servidores do INSS. Ou seja: ainda que o senhor não visse o que estava acontecendo, não ficava claro que havia um conflito de interesse entre servidores do INSS – como no caso do Eric Fidelis e seu pai, na verdade, André Fidelis; Virgílio e Thaisa, que era sua esposa – e as atividades das suas empresas? O senhor não chegou a suspeitar que havia um conflito de interesse muito claro e que algo errado estava acontecendo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, pelo fato de que a Thaisa, em todos os documentos que chegam a mim, se apresenta como divorciada. Então, se pegar o Imposto de Renda da Pessoa Física dela, em todas as declarações, onde tem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas aqui ela disse que era esposa. Não disse, mas foi tratada como tal.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aqui ela disse, mas, para mim, não, e é isso que eu quero deixar claro. Em todos os documentos de declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física dela, tem uma informação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então chamou a atenção... Desculpe eu cortá-lo, porque meu tempo é curto, mas já deu para entender.

Chegou então a preocupá-lo, eventualmente, um conflito de interesse por ela...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu nem sabia que ela era casada com o Virgílio, é isso que eu quero deixar claro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso nunca chegou ao conhecimento do senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. No Imposto de Renda, ela mencionava: casada, "sim" ou "não"? Não. E ele também mencionava "não". E, nos contratos todos em que ela tinha qualificação – da THJ, Centro Médico –, era sempre divorciada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, agora...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E o sobrenome não era o mesmo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tudo bem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... o endereço da identificação deles também não era o mesmo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tudo bem. Está entendida essa parte.

Agora, o senhor, desde abril de 2025, sabia do que tinha acontecido. O Brasil todo...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim. Depois da Polícia Federal, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... tomou conhecimento da operação da Polícia Federal. O senhor ficou "p" da vida, o senhor...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Renunciei às empresas dela, mandei para outro contador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Renunciou às empresas dela – e imagino que de outros –, mas, há pouco, o Relator lhe fez uma pergunta a respeito de alguns desses personagens, e o senhor disse que ainda um mês atrás estava tratando com ele sobre declaração – se eu não estou enganado – de Imposto de Renda.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, ele me...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor poderia me explicar...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... perguntou se eu falei...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não foi só um: três ou quatro.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele me perguntou se eu falei com o Felipe...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... se eu falei com o Igor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Todos envolvidos nesse escândalo, todos ladrões.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

... e mais uma pessoa. E eu falei... Inclusive está nas notas taquigráficas que falei porque eles me pediram documentos da contabilidade para mandar para os advogados deles.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor fez a declaração do Imposto de Renda do Virgílio recentemente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Fiz a deste ano de 2025...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois de abril...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... depois da operação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que o senhor faria isso, se já está claro que a operação pegou ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Porque, quando eu fiquei sabendo da operação, não foi no dia. A notícia chegou para mim só em junho porque o meu acesso de Instagram, Facebook...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas essa não fecha. Mas essa não fecha...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas é o que aconteceu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque o Virgílio, nós todos já sabíamos, no final de abril. Passou mais de um mês e o senhor ainda fez a declaração de Imposto de Renda dele.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Porque eu não sabia que esse Virgílio, marido da Thaisa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Era o Diretor Jurídico do INSS, indicado pelo Lula e que ajudou a roubar os aposentados.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Porque no Imposto de Renda dele, a qualificação do Imposto de Renda dele vem como advogado, e a fonte pagadora... Não está mencionado INSS no Imposto de Renda dele. Está mencionada a Advocacia-Geral da União.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu, vendo a declaração do Imposto de Renda, a qualificação dele – Casado? Não; Profissão: advogado – e fonte empregadora, Advocacia-Geral da União, eu não tenho como associar que é o mesmo Virgílio da reportagem do INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, meu tempo já se esgotou.

E eu entendo que o senhor tivesse muitas empresas e continua tendo muitas que o senhor atende e que, às vezes, a gente se perde com o tanto de nomes e de empresas, e talvez não faça as conexões adequadas. Mas, por mais que fique, ainda, essa impressão, de que seja possível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que foi, Deputada?

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF. *Fora do microfone.*) – Estava falando com a Senadora Damares.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, por mais que fique, ainda, essa impressão, de que seja possível que o senhor não tenha participado ativamente, fica também claro: sim, os serviços pagos foram com esse dinheiro sujo – é algo que certamente deixaria qualquer cidadão honesto indignado e pronto para tomar alguma ação – e que, apesar disso, pouco tempo depois de deflagrar a operação – o senhor alega porque não soube de todos os envolvidos –, o senhor ainda fez a declaração do Imposto de Renda do Virgílio. São coisas que ainda precisam ser melhor esclarecidas, sinceramente.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, eu fiquei sabendo depois.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu acho importante que isso fique registrado e consignado.

E, para concluir, Sra. Presidente, eu queria só perguntar ainda ao Sr. Mauro – e assim deixo a palavra final para ele: quais foram as ações que o senhor tomou em relação a essas empresas, às fajutas, a esses CNPJs falsos, a essas pessoas envolvidas? O senhor fez alguma denúncia posterior, foi procurar a Polícia Federal, além dessa declaração aqui à CPMI? Porque...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Para concluir, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Estou concluindo, é a pergunta.

Quais foram as ações tomadas? Porque me parece que, se eu estou envolvido – e sou uma pessoa honesta – nesse roubo todo... Envolvido, eu digo... No roubo, você não pode ser honesto, mas, se eu fui usado de alguma maneira, o que eu vou tentar fazer, ainda, é lutar para restituir o dinheiro daqueles que foram roubados, lesados, e entregar para a polícia os nomes daquelas pessoas, por exemplo, que ajudaram nesse crime monstruoso.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com relação às associações, assim que eu tive notícia de tudo que foi da operação da Polícia Federal, até coisas que saíram no jornal *Metrópoles*, logo no início da própria CPMI, aqui, do INSS, conforme eu fui entendendo o que estava acontecendo, eu renunciei a todas as associações. Há cerca de mais ou menos uns 20 dias, no depoimento do Igor – que, para mim, foi uma surpresa aquela questão da biometria –, também renunciei à empresa dele. Com relação às empresas pessoais de alguns deles, teve algumas que eu já renunciei também.

E, outras, eu ainda não renunciei porque a Polícia Federal foi no meu escritório coletar documentos, fez a apreensão de computadores, documentos, tudo, e contratos, inclusive. Então, tem coisas que eu nem tenho, de fato, o documento para mencionar a data. Até, eu demorei um pouco para reunir isso porque a gente teve que buscar servidor de *e-mail*, recuperar coisas. Então, eu não tenho todo o material, até para poder chegar, por exemplo, a Polícia Federal e mostrar alguma coisa.

Hoje, a gente está recorrendo a informações que a gente tira com certificado digital, através de todas as obrigações acessórias, inclusive a contabilidade, que está no banco de dados da Receita Federal; as próprias telas que eu mostrei, que não tinha operação de câmbio junto ao Banco Central, a gente também tira com certificado; e as notas fiscais da Prefeitura. Então, isso é o que eu consigo resgatar de documento.

Então, uma parte... Assim, em todas as associações foi feita a renúncia; as empresas do Igor, assim que eu tive conhecimento, também fiz a renúncia; e algumas das outras empresas, eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também fiz a renúncia. Só não pude fazer de todas porque não tenho os documentos ainda para chegar e ter as provas, mas me coloco à disposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Sr. Palombo.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Obrigada.

Bom, agora é a minha vez de fazer os questionamentos.

Então eu gostaria, primeiramente, de agradecer o fato de o senhor estar colaborando. O senhor está aqui como testemunha.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente. A senhora tem que passar a Presidência para outro Parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Não, não. Eu posso. Eu perguntei aqui na mesa se eu deveria passar para outro, e eles disseram que não, que eu poderia fazer os questionamentos daqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu considero algo absolutamente inusitado, nunca vi isso na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Bom, o próprio Presidente muitas vezes faz questionamentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Na condição de Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O Presidente faz questionamentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Para mim, Deputado, não faz o menor problema, eu posso pedir ao Deputado Marcel para assumir aqui.

Para mim não faz a menor diferença. Eu apenas questionei e disse que não teria problema.
(Pausa.)

Não precisa? Então eu vou continuar, Deputado. Se não precisa... Eu perguntei à mesa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para mim, é um fato novo.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Mas fatos novos acontecem todos os dias e haja fato novo, mas vamos lá então.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A gente está sempre aprendendo.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF. Para interpelar.) – Deputado, eu vou permanecer aqui, então, não tem problema.

Bom, o senhor está colaborando. Isso é muito bom. O senhor está aqui na qualidade de testemunha. Eu estava até dando uma olhada no seu *habeas corpus* e vi que o senhor tinha solicitado não comparecer ou ter que guardar sigilo por suas atividades profissionais, mas a Ministra Cármen Lúcia entendeu que não era o caso.

Portanto, o senhor de fato precisa contribuir e calar apenas em algo que possa vir a incriminá-lo. E o senhor está colaborando. Agradeço também ao seu advogado, Dr. Luciano, pela postura correta e respeitosa aqui nesta Comissão.

Eu pergunto ao senhor a respeito de algo que me chamou a atenção. Essa empresa Joy Homes - Rental é do senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Ela é uma empresa que eu abri em 2011, 13, mais ou menos, e hoje ela já é uma empresa encerrada. Era uma agência de viagem.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – A empresa Contamax é do senhor?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, mas eu não me recordo se ela está encerrada. Eu precisaria consultar o documento.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Conciliar Serviços Contábeis?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Essa eu acho que está encerrada. Já confirmo.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Bom, enfim, são várias empresas. Wheel of Life?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Wheel of Life é a empresa que tem o processo da RCX, que o Relator citou, que eu sou credor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, caí num golpe.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Bem, uma coisa que chama a atenção... Ainda tem a Contábil Nelma, também?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, é a empresa atual.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – A empresa atual. Contábil Nelma Ltda., o.k.

Todas essas empresas, elas estão no mesmo endereço?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, eu tenho um andar de um prédio.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Santa Luzia, 48.

Mas o que é interessante... Então, todas as suas empresas estão nesse mesmo endereço. As fechadas...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – São várias salas.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Várias salas. É interessante também que a Anddap tenha o mesmo endereço das suas, também na Rua Santa Luzia, 48. É o mesmo endereço?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É o mesmo prédio, em outro andar, e é uma sala que é minha, locada, no caso, para a Anddap.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – A empresa Pellegrino & Galleti, da Sra. Tonia Galleti, também está na Rua Santa Luzia, 48. Esse imóvel é seu também? O senhor também faz a locação para a empresa da Tonia Galleti?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Inclusive, eu não conheço ela, mas, pelo número da sala, ela fica no outro bloco do prédio.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Rua Santa Luzia, 48, conjunto 38.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, a parte do fundo do edifício.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – É interessante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É outro elevador, outro *hall*.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Gestora Eficiente, Rua Santa Luzia, 48, sala 38. Gestora... O senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Sala 48 não, porque a sala 48 é minha.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Sala 38. Rua Santa Luzia, 48, sala 38.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Qual o tamanho desse prédio?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ele tem 88 salas.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Oitenta e oito salas e, por uma coincidência da vida, essas salas estão locadas ou são de propriedade do senhor e suas empresas ou estão locadas para pessoas envolvidas nesse esquema fraudulento. O senhor teria alguma explicação para isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não conheço essa pessoa, mas o prédio é um prédio que é um quarteirão do metrô, na Praça da Sé.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O senhor não conhece a Tonia Galleti?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O senhor sabe que ela é do Sindnapi, que ela é ligada ao Sindnapi, que é o sindicato do irmão do Lula.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu vi na CPML.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – E o senhor não conhecia?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O senhor prestava serviço para o Sindnapi?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. E eu não conhecia até porque já estava morando nos Estados Unidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Mas as suas empresas... Então, não o senhor pessoalmente, uma vez que o senhor está nos Estados Unidos, mas as suas empresas prestam serviços contábeis para o Sindnapi?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Não? O.k.

Agora, as suas empresas prestam serviços para os "*golden boys*"? O senhor citou aqui o Felipe, o Igor, esses o senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Conheci.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Tá. E é interessante porque aqui, várias vezes, foi dito que os "*golden boys*" estão ligados ao Governo Bolsonaro, o que é uma grande mentira porque somente um deles, a primeira empresa, foi criada já durante o Governo de transição. E todos os outros, em 2023; todos os outros, Sr. Relator, já sob o desgoverno Lula. Então, são falácias que vão sendo desmontadas aqui.

Mas chama atenção essa questão desses endereços, essa coincidência. Eu acho que é algo que precisa ser olhado com cuidado porque São Paulo do tamanho que é, essas empresas estarem todas, várias delas, no mesmo prédio da sua contabilidade, até... aqueles para os quais a sua empresa presta serviços, talvez fosse uma questão até de comodidade; mas no caso do Sindnapi, que o senhor diz que não conhece, não presta serviço, realmente é de chamar atenção, é uma curiosidade, digamos assim.

O senhor já respondeu. Eu ia perguntar: o senhor conhece a Gestora Eficiente?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não. Inclusive, se tivesse alguma correlação, quando a Polícia Federal foi ao meu escritório, também foi procurando eles, e a Polícia Federal não teve nenhum indício de ligação das minhas empresas com as empresas dela.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O senhor conhece João Paulo, João Pedro de Moura?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Pamela Grecco?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – E o Sr. Milton Cavalo, o senhor conhece?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Também não.

Dessas pessoas que já passaram por aqui, que o senhor teve a oportunidade de acompanhar, pelo visto –o senhor disse da questão da biometria, que o senhor ficou surpreso –, quais dessas pessoas o senhor conhece e para quais presta serviço?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu conheci o Felipe, o Américo, o Anderson e... O Felipe eu conheci em outubro de 2022, quando eu comecei a prestar serviço para a Rendbank; o Américo, o Anderson, o José Branco e o João Camargo, em dezembro de 22.

Eu comecei a prestar serviço para a Amar em janeiro de 23 e, depois, eu vim prestar serviço para o Igor em fevereiro de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Bom, o Ministério Público e a Polícia Federal estimam que a Amar Brasil – que o senhor acabou de citar – arrecadou R\$324 milhões, até agora; a Master Previdência, R\$231 milhões; a Anddap – essa que tem o endereço no seu prédio –, R\$94,4 milhões; e a Aasap, R\$63,2 milhões.

O senhor tinha ciência desse volume que era arrecadado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Esse é um volume arrecadado acumulado ao longo de todos os anos.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Sim, de 23 para cá, né? Não é tanto tempo assim e é muito dinheiro. Então, o senhor tinha conhecimento desse volume?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O senhor, em nenhum momento, estranhou que empresas recém-criadas, de jovens que não tinham... Pelo menos, quando foi perguntado aqui





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual era o serviço prestado na nota fiscal, o senhor disse que não sabia. Era um clube de desconto. Ninguém está conseguindo compreender aqui qual é o tipo de serviço.

Então, eu pergunto ao senhor: esse tipo de atividade e o volume arrecadado não levantou nenhum tipo de suspeita? O senhor não chegou, pelo menos, a imaginar que pudesse ser alguma atividade ilícita?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Como eu disse, os documentos que eu recebo na contabilidade, quando eu pego o extrato, eu pego um crédito do INSS. Nesse crédito do INSS, a empresa tem que, mensalmente, renovar as certidões negativas e apresentar Sicafe. Nesse mesmo extrato, tem os bloqueios judiciais, tem as liberações de bloqueios judiciais, liberações de bloqueios judiciais improcedentes. Então, isso tudo já é uma decisão dos fóruns, das varas, e isso me deu uma credibilidade. Além de que, se eu pegar na própria contabilidade, eu tenho informações como, por exemplo, de que, no ano de 2024 – eu peguei um exemplo aqui –, o faturamento foi 165 milhões, teve 13 milhões de cancelamento de associados...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... que representaria 8,19%. Eu tenho R\$14,611 milhões de DARFs pagos no site da Receita Federal, no e-CAC; tenho uma apólice de seguros de R\$4,774 milhões; tenho 38 funcionários registrados em CLT, 170 estagiários, então, num espaço que é, pelo menos, umas cinco ou seis vezes este tamanho aqui. Então, é difícil...

Enquanto não se deflagrou a operação da Polícia Federal, os documentos que o escritório recebia para contabilizar me davam segurança no que eu estava vendo. Era uma estrutura muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Deixe eu te perguntar uma coisa: em depoimento recente, a senhora Thaisa Hoffmann, que está em prisão domiciliar, permaneceu em silêncio quando questionada sobre o senhor, se o senhor era o contador dela e dos dirigentes dessas associações. Por que motivos ela iria esconder essa relação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não faço ideia por que todos esconderam. Isso é uma coisa que eu não consigo entender até agora, porque eu sou contador de todos eles e todos eles se ocultam. Ninguém falou que me conhece ou não, mas ocultaram a informação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Isso é uma coisa bem ruim para o senhor...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – ... porque quando nós ouvimos...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A impressão que dá...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – O comportamento é que o senhor teria algo muito sério a esconder, porque eles faziam questão de esconder que o senhor era o contador.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Talvez fosse o receio de eu estar aqui hoje falando, porque eu não consigo entender por que todo mundo ocultou.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Nós também não entendemos e a gente espera que as investigações possam mostrar. Se o senhor for inocente como diz, que isso possa aparecer...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Vai aparecer, eu tenho certeza absoluta.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Mas se o senhor estiver escondendo alguma coisa, que isso possa aparecer também.

De qualquer forma, a gente agradece a sua polidez, a sua disponibilidade nas respostas, mas eu confesso que, para mim, tem muita coisa que não está esclarecida, não está claro. E a gente espera que as próximas... Com as quebras de sigilo, com os ritos, com os documentos que ainda vão chegar, que a gente consiga descobrir o que é que estão realmente tentando esconder.

Muito obrigada.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Isso eu também espero.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PL - DF) – Muito obrigada.

Bom, agora nós vamos... A Senadora Eliziane Gama não está, não é? Não está presente.
(Pausa.)

Deputado Sóstenes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ilustre Presidente, Relator, colegas Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, ilustre convidado contador Marco Palumbo... É isso mesmo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mauro Palombo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Mauro Palombo, é que... Mauro Palombo. Obrigado pela presença de V. Exa... V. Sa. e o advogado.

Antes de me pronunciar sobre o depoente, eu gostaria de, como membro da CPMI, cumprir um dever que me foi solicitado, ilustre Relator, por um colega nosso, Deputado, que em alguns dias anteriores, na apresentação de V. Exa. – que tem conduzido com muita responsabilidade e seriedade o trabalho de relatar, para mim, uma das principais CPIs, CPMIs das últimas décadas no Brasil; e, diga-se de passagem, o histórico anterior de V. Exa. ser Deputado como um membro do Ministério Público, capacita-lhe a fazer o belo trabalho que vem fazendo.

Em um dos dias de uma apresentação, V. Exa., em um dos depoentes, trouxe aqui, de forma muito clara e, inclusive, com o cuidado necessário, dizendo que temos um colega Deputado que tem familiares envolvidos – e, neste caso, estou me referindo ao Deputado Silas Câmara –, que me procurou com um vasto material, em especial da Fundação Boas Novas, e eu posso dizer que conheço toda a estrutura da rede de TV e Rádio Boas Novas por todo o Amazonas. É uma das principais redes de televisão cristãs do Brasil, uma das maiores, e presta relevantes serviços a toda a região da Amazônia. Ele fez questão de me enviar, para que passasse às suas mãos, e quero fazer, todas as APIs de divulgação do que foi contratado por aquela empresa de que V. Exa. fez aqui o PowerPoint; as APIs, os contratos; ele fez questão de fazer todo um compilado e as justificativas jurídicas.

Eu gostaria, até em nome do testemunho que eu posso dar pelo Pastor, que é Presidente da Fundação Boas Novas, que é o Pastor Jonatas Câmara, um Pastor que eu conheço há décadas, um homem de conduta ilibada, tem mais de 800 mil membros a igreja dele, no Estado do Amazonas. Conheço, dou testemunho pela vida dele, é um dos homens mais corretos que conheci ao longo da minha vida, bem como o trabalho do Deputado Silas Câmara aqui há muitos anos... Então, a documentação está aqui, farta, e, como V. Exa. é um técnico do direito, poderá analisar com toda a seriedade possível.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em algum momento, faria a solicitação de que, em V. Exa. dizendo e se sentindo satisfeito com essas explicações, se puder, em algum momento, se manifestar, porque isso tem gerado, logicamente – a seriedade dessa CPI tem dado efeito em todo o Brasil –, tem gerado muitas dúvidas e suscitado dúvidas lá, com relação não só ao Parlamentar, como a todos os demais. Então passo às mãos de V. Exa., para que V. Exa. faça todo o seu trabalho, como tem feito até agora.

Muito obrigado, ilustre Relator.

Dito isso, eu quero agora passar...

Sr. Mauro Palombo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, queria que suspendesse o tempo, se fosse possível, do Líder Sóstenes, só para eu fazer um esclarecimento.

Acho isso muito importante, porque nós temos tratado, ao longo daqui da explanação de alguns Parlamentares... E aqui é um ambiente propício para que as justificativas sejam dadas. Esteve prestando justificativa aqui –estou falando ao Relator – o Deputado "pettersen", Pettersen...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Euclydes Pettersen.

Ele trouxe uma série de documentos em relação à aeronave, e eu comuniquei ao Deputado, naquela oportunidade, que eu estava também com o Presidente, que não tinha tido tempo hábil para fazer qualquer discussão prévia com ele, porque também não é o meu papel. Meu papel aqui é apontar os fatos.

Ele trouxe a relação dos documentos em relação a uma aeronave que foi aqui discutida numa venda para o ITT.

Logo depois desse encontro, eu já tinha feito a apresentação, eu recepcionei pela imprensa que a Polícia Federal tinha feito, em desfavor do Deputado Euclydes, uma ação de busca e apreensão, e não me senti confortável de declinar nenhum juízo de valor sobre a participação ou não dele, porque não estava devidamente esclarecido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa... Aí vem o outro Parlamentar que até agora nós não conseguimos aprofundar, porque peça chave que é para vir aqui, infelizmente, a maioria da CPMI ainda não aprovou.

Por terceiro, vem a questão do Deputado Silas Câmara, que eu não conhecia. Eu apenas fiz um relato, porque é minha obrigação de seguir o caminho do dinheiro. E, com a ajuda da assessoria técnica – eu acho isto muito importante: não é nada da minha cabeça, é da assessoria técnica –, foi feito o caminho do dinheiro, e a CBPA, que está sob a gestão do Sr. Abraão Lincoln, repassou para empresas um valor de aproximadamente R\$1,8 milhão, R\$1,9 milhão. E, desse valor, em alguns momentos, isso foi direcionado a familiares do Sr. Deputado.

Após ter dito isso aqui em público, tomei conhecimento de que esse Deputado – que, eu volto a dizer, não tenho conhecimento – é que tem uma rede de televisão vinculada à igreja. Eu posso dizer, em relação a esse Pastor – ao Pastor que o senhor acabou de citar, eu esqueço o nome...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Jonatas Câmara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Jonatas Câmara –, que não tem absolutamente nada em desfavor desse Pastor. Eu espero que esses documentos aqui demonstrem a efetiva prestação do serviço, deixando isso bem claro. Agora, não cabe a mim – não cabe a mim – interromper o fluxo do dinheiro. Para onde o dinheiro foi, eu tenho que estar seguindo. Então, recebo esses documentos – quero fazer a ressalva do Pastor – e direi, o mais breve possível, se esses documentos esclarecem as dúvidas pertinentes em relação ao sistema de comunicação, que, talvez seja o alvo da discussão, está certo?

Só para dizer a V. Exa. e deixar esses pontos especificados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, me permita também só, em relação ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Deputado, vamos só ouvir... Quem está com a palavra é o Deputado Sóstenes.

Depois eu lhe concedo, depois eu lhe concedo, Deputado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Mas como...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Por gentileza, porque eu acho que fica complicado, porque quem está com... A não ser que o Deputado Sóstenes permita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – O.k., perfeito. O senhor está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Só para dizer ao Relator... – os Presidentes que entram aqui entram muito tensionados politicamente, e fica difícil de discutir.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Está na minha palavra, não faz isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente... Relator, eu tenho vários requerimentos solicitando quebra em relação a essas questões, tanto da igreja quanto dos outros. Isso está também nos requerimentos que eu aprovei, que hoje não entraram em pauta, mas eu queria que levassem em consideração também esse requerimento, em que pedem a quebra dessas questões.

Como ele está entregando documentos deles, seria bom que nós tivéssemos documentos da quebra, que já estão em requerimentos já protocolados.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria fazer só dois esclarecimentos. Quem pauta requerimento não é o Relator. Segundo: eu jamais votarei contra qualquer requerimento que tenha pertinência para a gente esclarecer o caminho do recurso, seja contra quem quer que seja.

Agora, nesse caso, como saiu da minha boca, eu tenho que ter a responsabilidade a respeito de uma pessoa que eu não conheço: o Sr. Câmara, o Sr. Jonatas Câmara. Então, isso eu posso deixar aqui.

Esse Seu Jonatas Câmara, esse, eu fiz um aprofundamento do estudo. Ele é Presidente de uma fundação, e essa fundação recebeu R\$9 mil.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Exatamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, pronto.

Esse... Lá, a gente conseguiu puxar a programação. Do Jonas Câmara.

Agora, da família do Deputado, isso aí eu vou verificar com a documentação, para deixar isso bem esclarecido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, eu estou dizendo que eu apresentei os requerimentos. Eu sei que não é V. Exa. que pauta, eu apenas estou dizendo a V. Exa...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu sou totalmente favorável.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... como V. Exa. está recebendo o documento, saiba que eu também estou fazendo investigação nesse caso e, por isso, apresentei esse requerimento.

Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para mim, quanto mais informação tiver, Deputado Rogério, eu acho importante para esclarecimento, tá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Continua, por favor, Deputado Sóstenes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, Deputado, eu pedi ao Presidente para dar entrada formalmente para a documentação estar acessível a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – O.k., recebido.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Bom, Presidente, seguindo, é bom até que o colega que me antecedeu possa ter acesso aí tranquilamente, de repente pode tirar alguma dúvida dele. Até porque ele tem muito costume, apareceu aqui uma igreja evangélica, parece que o PT odeia evangélicos mesmo, eles já vão para cima como urubus na carniça, faz parte.

Ilustre Sr. Mauro Palombo, eu tenho um amigo pessoal, que é inclusive meu contador na pessoa física, que se especializou em fazer do seu escritório um escritório especialista em entidades religiosas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que eu faço a V. Exa., o seu escritório se especializou, e por que tem essa vocação para se dedicar tanto a essas associações ligadas ao INSS? Foi uma decisão do seu escritório? Isso foi um acaso? Começaram a cair esses clientes do nada?

Eu queria entender.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – O meu escritório não é especializado em terceiro setor, nem em associação. Como eu citei, eu tenho clientes de comércio, indústria, serviço, pequeno, médio e grande porte, internacional.

As empresas vieram para mim numa linha cronológica de tempo, uma a uma. E eu tenho os *e-mails* e cartas de transferência de outras contabilidades vindas para o meu escritório.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Às vezes a gente aqui repete, até porque V. Sa. não é obrigado a entender o nosso funcionamento, é que a gente aqui...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, claro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... por exemplo, estou numa sessão no Congresso, a gente roda... Desculpa se eu for repetitivo...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Imagina, estou aqui para esclarecer.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... mas não é minha intenção fazer nenhuma pegadinha, nem nada, até porque, de todos que vieram aqui até hoje, o que tem pelo menos se prestado a responder tudo, com clareza, com tranquilidade, tem sido V. Sa. Então, se for repetitivo, não é pegadinha, não é nada disso...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, estou à sua disposição.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... não é a minha intenção.

Quando o senhor vê e descobre as denúncias, todos... Hoje o senhor não presta mais nenhum tipo de serviço a nenhum desses, dessas associações, desses CPFs envolvidos. O senhor cortou com todos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Todos não, que nem eu citei, tem alguns ainda, que eu estou dependendo de informações para poder fazer a renúncia, porque quando a Polícia Federal foi ao escritório levar documentos e computadores, eu fiquei sem até recurso de nada.

Eu estou buscando, nesses dez dias que eu estou aqui, através do certificado digital, os documentos para poder recompor essa contabilidade.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tá.

Sr. Presidente, eu quero... agradeço... *(Pausa.)*

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Só um detalhe também.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A gente também solicitou o acesso ao inquérito e ainda não teve acesso.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O inquérito é sigiloso.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, então a gente nem sabe o que está acontecendo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Tá.

Sr. Presidente, hoje todos nós fomos surpreendidos com uma notícia na imprensa de que bate recordes de consignados o INSS. Ora, se existe uma especialidade do Governo que aí está, é roubar, assaltar, de tudo que é jeito, de formas possíveis. Se já não basta mensalão, petrolão, quebradeira de Correios, quebradeira de Petrobras, quebram tudo. Onde o PT chega é terra arrasada. Agora, eu estava acostumado com governos do petista, dos petistas, quando a gente via os jornais, as notícias, roubavam 1 milhão, mas não ficaram satisfeitos com 1 milhão. Aí já passaram para a casa, a "petezada" roubando bilhão, que é agora, esta CPMI aqui, bilhões. Aí a "petezada", não satisfeita, já está quase chegando... Porque, se for verdade, e nós estamos aqui na CPMI falando, o que o Governo do descondenado fez para parar, estancar esse consignado? Pelo amor de Deus, vai chegar na casa do trilhão para falar que estão roubando os aposentados ainda? Não basta para o PT roubo de milhão, de bilhão, vai esperar que chegue ao trilhão de empréstimo consignado para travar esse consignado? Não está dando para entender se é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, eu estou esperando a hora de chegarem os bancos aqui. Porque, se são verdade as informações que nos estão chegando, de que tem consignado desses bancos, aí eu tenho que dar parabéns ao PT, porque eles falam que não gostam de banqueiros; se não gostam, nós temos que trazer a turma do banco aqui para perguntar, porque estou sabendo que tem bancos que estão emprestando para esses coitados desses aposentados e pensionistas, à taxa de juros de 18% a 23% ao mês, coisa que nem agiota faz. Ora, e o Governo Lula... Está parecendo que não está acontecendo nada com os aposentados?

Parem, por favor, estanquem logo, vocês fazem MP de tanta coisa para ajudar tanta gente, por que não fazem MP para travar os consignados aos coitados dos aposentados e pensionistas?

(Soa a campanha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Travem, se não querem travar para todo mundo, quem ganha – eu vou ensinar –, quem ganha até um ou dois salários mínimos, pelo menos os pobres que ganham um ou dois salários mínimos, BPC... Se quiserem, não podem mais pegar consignado. Protejam, vocês são Governo para quê? Protejam os pobres coitados, os aposentados e pensionistas, gente. Nós não podemos brincar com esse negócio! Tem uma CPI funcionando, a roubalheira acontecendo, banqueiro deitando e rolando no lombo dos coitados aposentados e o Governo nada faz.

Me desculpe a indignação, Presidente, mas não dá! Quando eu li hoje que já está quase chegando, ilustre Relator, Deputado Alfredo Gaspar, à casa do trilhão, não é possível! Nós estamos aqui há quantos meses já falando sobre isso e vão continuar deixando os consignados deitando e rolando nos coitados dos aposentados. Faça alguma coisa, "petezada", por favor, travem isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

A pedido, Deputado Paulo Pimenta, a pedido do depoente, eu vou precisar suspender por cinco minutos a sessão.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 16 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 05 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente, cumprimento o Relator e todos os nossos Parlamentares.

Estava no Congresso. Acabou a sessão do Congresso neste minuto, e eu era Relator.

Mas eu queria perguntar... Mauro, vou te perguntar sobre uma história que aconteceu muito antes de todos nós nascermos, no século passado ainda, mais de cem anos atrás. Então, nessa você não pode usar o direito de silêncio – e eu sei que você está falando muitas coisas.

Você conhece a história do mafioso Al Capone? Conhece? Sim ou não?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Eu, até hoje, não usei o direito ao silêncio até agora. Conheço mais ou menos. Conheço o filme.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, você é contador. Eu também sou contador. Se você conhece mesmo a história, você deve saber aonde eu quero chegar. O Al Capone e a sua máfia ficaram conhecidos por cometerem todo tipo de crime. Ele e a sua máfia roubaram, mataram, extorquiram, traficaram. E eles nunca eram presos por esses crimes. Eles eram tão certos da impunidade que cada vez mais cometiam mais crimes. Mas um dia o FBI conseguiu provas de sobra para condenar todo mundo dessa máfia.

Mauro, sabe por que crime...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... o Al Capone e toda a sua máfia foram presos? Você sabe por que eles foram presos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Por um crime de contabilidade: sonegação de impostos. Foi por conta do contador que Al Capone e toda a máfia foram presos. Tudo porque o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

FBI encontrou os dados financeiros da máfia. Todos os dados financeiros iguais a estes daqui e que eu tenho sobre você em mão também.

Então, o mafioso pode dizer X ou dizer Y ou pode até ficar em silêncio, mas nós dois somos contadores, e você também sabe que os números sempre falam a verdade.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você acha que essa história aqui vai terminar diferente?

Então, Mauro, esta é a sua chance de explicar os números. Se eu fosse você, aproveitaria esta oportunidade, porque você pode até vir com o *habeas corpus* que você conseguiu, com o advogado também, que está aí, pode até fazer silêncio se quiser, mas, a cada pergunta que você não responder, você só vai confirmar que todas as acusações são verdadeiras, porque os números não mentem.

Mais uma vez, eu vejo como o esquema era igual para todos os envolvidos: eles roubavam bilhões dos aposentados, empresas criadas, dinheiro aportado, movimentações sem sentido, isso tudo para que o dinheiro roubado não fosse visto. Agora vamos para as coincidências. O Rodrigo Correa é seu amigo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mauro, eu lhe pergunto isso pelo simples fato de você ter recebido, durante quase dois anos, R\$524.389,17. Foram 30 transferências para chegar a este valor. Nessa linha do tempo que eu comentei, qual o tipo de serviço você prestou para eles, para essas entidades?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço o Rodrigo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não conhece o Rodrigo. Você tem provas de que esses serviços que foram prestados, que foram colocados aqui pelo Relator, que tem somente nota fiscal... Não tem prova nenhuma para eles mostrarem o serviço apresentado. Você chegou a conhecer os documentos?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Uma dúvida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A contrapartida do serviço?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Esse Rodrigo, que o senhor comentou, qual foi o valor? Quantas parcelas foram?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – R\$524.389,17 – está aqui no RIF.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Quantas parcelas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foram 30 transferências, tem aqui no RIF.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Talvez possa ser um dos imóveis que eu vendi, que eu apresentei uma tabela hoje mais cedo. Posso apresentar para o senhor, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... como eu vendi 18 imóveis, de cabeça eu não sei quem que é quem. Eu precisaria olhar o documento de novo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você disse que não conhecia o Rodrigo. Agora, já se lembrou de alguma coisa.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, preciso pegar o documento para ver se de fato é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, as coisas começam a ficar mais claras. Você recebeu esse dinheiro todo, você disse aqui para a gente que foram prestados serviços, aí você está dizendo agora que é compra de alguma coisa?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Preciso pegar esses contratos para ver.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora explica para a gente então, para esta CPMI, por que você injetou R\$947 mil para a empresa Wheel of Life? Também do Rodrigo Correa. Você recebeu 524 e injetou 947.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, esse é um caso que o Relator citou de manhã de um processo judicial que eu tenho numa *fintech*, que eu fiz um aporte para receber um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

rendimento, pedi o meu resgate, eles não me pagaram. Eu fiz um boletim de ocorrência, entrei com uma ação na Justiça da Wheel of Life contra o RCX.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Muita coincidência, porque de fato é sempre igual aqui, sempre dinheiro que entra e sai. Você é contador, eu também sou contador. Como você acha que eu ou alguém vai acreditar que isso era algo certo e que não tem nenhum problema? Esses faturamentos todos, milhões e milhões, sem prestação de serviço, porque todos já confessaram aqui, não tem nem dúvida, criaram as empresas, e V. Sa. é que criou essas empresas, que eram simplesmente para lavagem de dinheiro, não tem dúvida disso.

Mauro, já que estamos falando de números e que números não mentem, você declarou que tinha R\$3 milhões em dinheiro vivo em mãos – R\$3 milhões! –, lembrando que declarou depois que o banco pediu explicações. Eu, sendo contador, olhando esse monte de dinheiro vivo, parece prova de que alguém está tentando dificultar que o dinheiro seja rastreado, mantendo longe do banco. Você também é contador, então pode tirar a minha dúvida. Você não gosta de dinheiro rendendo no banco? Ou você não queria que o banco rastreasse esse dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Hoje mais cedo, eu mostrei aqui, eu declaro saques em dinheiro em espécie no meu Imposto de Renda, desde os meus 18, 20 anos de idade, quando eu tive um problema no Plano Collor, em que eu perdi todo o dinheiro que eu tinha. Eu tenho aqui a relação, ano a ano, com as cópias de cheque de todos os valores que eu saco, tenho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Três milhões no caixa, em dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... tenho, e trouxe a relação aqui para mostrar. Na verdade, a relação que eu tenho dá seis milhões e pouco, durante os cinco últimos anos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Sa. é alguma exceção, porque colocar 3 milhões...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu posso... Eu posso pegar e mostrar para o senhor, se o senhor me permitir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Relator já perguntou aqui de você sobre... O que eu estou curioso. Por que a Contábil Nelma, da qual você é sócio, com a Márcia Luciana, fez transferência para o Eric Fidelis, filho do André Fidelis, do INSS?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não existe essa transferência. Eu nunca depusitei um centavo para ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem transferência...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... da Contábil Nelma. Está aqui num RIF.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tem. Então, eu queria ver porque eu nunca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vou mostrar.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... mandei um centavo para ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mauro, olha só, o André Fidelis está preso por ter feito parte deste roubo. Você tem envolvimento por transferir dinheiro para ele. Acha mesmo que, com todas essas provas, você vai sair daqui livre e solto?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu gostaria, por favor, de ter acesso porque eu não tenho essa transferência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vou te passar, então, as informações, já que você não tem.

Eu queria até perguntar se lá no escritório tem alguém que fica aqui participando disso, porque eu não acho viável um contador fora do país, que vem aqui três vezes por ano, ter essas empresas sem controle, só contigo. Alguém no seu escritório cuida disso? Tem essa relação com os clientes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, eu tenho um gestor financeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, eu preciso saber depois quem é esse diretor, o telefone de contato, para que a gente possa conversar com ele, porque, com certeza, ninguém faz uma contabilidade desse tamanho, com tantas empresas... V.Sa. tem mais de 500 CNPJs, devem ser clientes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu trouxe o meu Redesim atualizado de todos os clientes que eu tenho desde o início da minha carreira, clientes ativos, as minhas empresas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k. É porque meu tempo está terminando...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... deu 445, não 510.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá. Sobre o dinheiro vivo, então. Osvaldo Cardoso Júnior é motoboy da Nelma Contábil...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... uma das várias empresas que você usou para lavar o dinheiro e enviar para o exterior.

Osvaldo, que ganha apenas R\$1,5 mil, aparece nos relatórios fazendo vários depósitos, que somam milhões, e com notas em mau estado de conservação, descritas, inclusive, como úmidas e mofadas: R\$3 milhões foram depositados com dinheiro mofado.

Onde e como você guardava esse dinheiro?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Aqui está a relação dos cheques, as cópias dos cheques...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, eu quero saber o dinheiro do caixa, o dinheiro.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É o dinheiro também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Osvaldo depositava o dinheiro mofado, quer dizer, estava no depósito.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tem dinheiro mofado. Se o dinheiro é mofado pelo Banco Central, ele não pode nem ser depositado no banco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vamos ver isso aí, porque há depoimento disso.

Outro número que me chamou a atenção. Você é contador de 510 empresas, como eu disse. Todas...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e várias delas ligadas ao esquema. São centenas de CNPJs ligados ao mesmo esquema de roubo de aposentadorias.

Mauro, a gente é contador; eu sei que esse tipo de coincidência não existe. Para você ser contador de várias empresas, todas ligadas ao mesmo roubo, a conclusão é de que você é arquiteto financeiro desse esquema, ou você quer explicar a probabilidade matemática dessa coincidência impossível? Não tem lógica. Todo esse esquema está concentrado na sua empresa.

No meio dessas empresas que você arquitetou, a parte vital é a Amar Brasil... O Felipe Macedo, que é investigado; a Aasap, do Igor, que também é investigado; a Master Prev, do Anderson Cordeiro. Você é contador de vários nomes que se tornaram conhecidos aqui nesta CPI.

Tivemos aqui investigado um alfaiate famoso, como foi dito aqui, e agora você, contador de todos esses famosos. Como contador, qual a justificativa para que todas as empresas de que você cuida da contabilidade estejam com problema de contabilidade? Isso é incompetência ou é um método para distribuir dinheiro roubado?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não houve um centavo sequer de lavagem de dinheiro. Eu mostrei hoje cedo aqui também e vou mostrar para o senhor a origem do meu dinheiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, as empresas todas lavaram dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso aqui não tem mais dúvida, aqui não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Mas aí é uma questão que tem que ser fiscalizada e investigada nas empresas dele. O meu dinheiro é oficial, e eu tenho uma relação de todos os imóveis que eu fiz e vendi desde 2017, antes de me mudar para os Estados Unidos. O que eu mandei de câmbio para os Estados Unidos é proveniente desse dinheiro. E eu mandei cerca de 51% do que eu poderia ter mandado. Eu estou com todos os câmbios aqui, todos os contratos dos imóveis que eu vendi. E eu vou olhar agora se tem alguma outra informação que seja pertinente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Para concluir, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como contador, eu não tenho nenhuma dúvida. Não existe a mínima lógica de ter tantas empresas que usavam nota fiscal fria, porque não tinha comprovação de prestação de serviço, já confessado aqui. E o mesmo contador que contabiliza as associações. Essa de cada associação abrir uma empresa, isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A não ser que seja para fugir da tributação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É para dar maior transparência, exatamente na identificação financeira. Quando você pega a nota fiscal nº 1, está para a associação; a 2 está para a associação; a 3 está para a associação. Isso transmite uma transferência, inclusive na conciliação bancária. E o senhor sabe que, quanto mais simples estiver uma conciliação bancária, mais fácil é de fazer o rastro também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. quer fazer uso do tempo da Liderança, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo da Liderança, cinco minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Presidente, eu fico perplexo com a capacidade de mentiras e a narrativa insistente e mentirosa da oposição nesta Comissão, Presidente. Qualquer pessoa que está acompanhando os trabalhos aqui sabe que nós nem estaríamos aqui sentados, ouvindo o contador dos "*golden boys*", se Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni não tivessem assinado um decreto que permitiu que as entidades fantasma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudessem receber as sentenças. Todo mundo sabe, Presidente. Não adianta ficar aqui repetindo, porque a gente já provou que, sem esse decreto, essas entidades fantasma jamais poderiam ter roubado os aposentados, as pensionistas do nosso país.

Em segundo lugar, Presidente, consignados. Consignados, Sr. Presidente, eram 30% a margem. Quem aumentou para 40% foi o Governo Bolsonaro, Presidente. Está aqui a minuta, a exposição de motivos, está aqui a MP, assinada por quem? Onyx Lorenzoni, João Roma e Paulo Guedes, que assinam, Sr. Presidente, a nota técnica que deu origem à MP.

E mais do que isso, Sr. Presidente, às vésperas da eleição, não satisfeitos com a roubalheira, abriram a possibilidade de fazer consignado para BPC e para auxílio emergencial, Sr. Presidente – às vésperas da eleição. Quem abriu a possibilidade de os bancos roubarem aposentados, pensionistas e as crianças? Crianças foram roubadas graças ao Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, está aqui: 93% de inadimplência da Caixa Econômica Federal, 84% dos benefícios foram concedidos no período do segundo turno da eleição, Presidente – 11 de outubro, Sr. Presidente. E aí 12 empresas, 12 instituições foram autorizadas a fazer o consignado do auxílio emergencial e do BPC, uma delas, a instituição do Zema – uma delas, a instituição do Zema, Sr. Presidente. Foi um jogo de amigos.

E quem era o AGU na época, Sr. Presidente? Bruno Bianco. Aliás, Bruno Bianco, que foi, Sr. Presidente, antes de ser AGU – o que ele era nessa época –, ele era o responsável pela política da previdência; portanto, alguém que conhece tudo isso, alguém que montou esse esquema todo. E o senhor sabe o que aconteceu, Presidente? Uma das 12 empresas autorizadas a roubar dinheiro do BPC, dos aposentados e aposentadas, foi o BTG – uma das 12. E o senhor sabe para onde que foi o Bruno Bianco, Sr. Presidente, depois que saiu do Governo Bolsonaro? Trabalhar para o BTG, trabalhar para o Banco Pan, do BTG.

Então, quando vocês quiserem falar em prevaricação de AGU, vamos falar no Bruno Bianco. Vamos quebrar o sigilo do Bruno Bianco, vamos trazer o Bruno Bianco aqui, porque esse conhece passo a passo tudo o que foi feito, junto com o Rolim, junto com o José Carlos Oliveira, junto com o Onyx Lorenzoni.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não satisfeito – não satisfeito –, arquitetou um esquema para roubar BPC, para roubar pensionista, para roubar aposentado, para roubar criança, e saiu do Governo Bolsonaro e levou o conhecimento, a *expertise*, para dentro dos bancos, para poder roubar ainda mais.

Nosso Messias, Sr. Presidente, é um Advogado-Geral da União que honra este país, que nunca prevaricou, que agiu com absoluta determinação, que, no momento em que a legislação permitiu, entrou com todas as ações necessárias para responsabilizar quem roubou aposentado e aposentada. E é dessa maneira que nós denunciemos aqui essa tentativa de fazer um factóide político. Há alguns Parlamentares, inclusive, de baixa expressão, que querem se promover às custas de um requerimento patético de tentar trazer aqui o Advogado-Geral da União às vésperas da sabatina que vai permitir que ele possa ser conduzido à Suprema Corte do nosso país.

Então, se querem trazer aqui AGU que prevaricou, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... vamos trazer o Bruno Bianco, vamos trazer essa turma que fez parte desse esquema criminoso montado durante o Governo Bolsonaro e protegido por esse time de mentirosos e caras de pau que a oposição indicou para fazer parte desta Comissão.

... vamos trazer o Bruno Bianco, vamos trazer essa turma que fez parte desse esquema criminoso montado durante o Governo Bolsonaro e protegido por esse time de mentirosos e caras de pau que a Oposição indicou para fazer parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Meu querido Presidente, paz e bem para o senhor, para toda a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quero saudar aqui o nosso Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, também o Sr. Mauro Palombo, o Dr. Luciano, que estão aqui contribuindo com esta CPI.

Em primeiro lugar, eu quero manifestar minha solidariedade e meu respeito ao povo brasileiro, que fica vendo tiro de um lado, tiro de outro aqui, politizando, fazendo briga política, inclusive regional. É vergonhoso isso, trazer para cá um debate eleitoral, do ano que vem, agora. É isso que está acontecendo aqui desde o começo. Estou sem entender.

Inclusive, o Deputado que me antecedeu agora, falando que nós não estaríamos sentados aqui se não fosse... Por favor! Nós não estaríamos sentados aqui se fosse vontade do PT! Jamais nós estaríamos aqui! Porque essa CPI o PT não assinou, à exceção de um Parlamentar da base do PT, tanto na Câmara como no Senado. Um só assinou, e os outros todos blindaram aqui. Todos da base do Lula blindaram a quem a gente quer investigar para saber do roubo, da roubalheira, dos bilhões de reais, de criança, de órfão, de deficiente, de viúvas, de aposentados e pensionistas.

Então, trazendo o debate de Minas Gerais para cá... Meu Deus! Querem tumultuar, querem fazer uma régua, colocar uma régua, a régua deles em cima do Governador melhor do Brasil? Por quê? Porque ele é pré-candidato a Presidente? Está com medo?

O chefe de vocês foi condenado em três instâncias por lavagem de dinheiro e corrupção, ou vocês já esqueceram? Ou vocês já esqueceram que o Lula foi condenado? "Ah, mas foi inocentado". Foi não! Ele não foi inocentado, apenas disseram que, em Curitiba, não era para ter sido investigado, era em outro lugar. Ele foi descondenado, é diferente. Mas está lá.

Vocês lembram do que é que o Palocci falou?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Lógico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quantos milhões?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Trezentos? Na conta da Odebrecht... Milhões... Rapaz, está de brincadeira isso aqui. Aí, traz...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, vão falar aqui de AGU, Sr. Presidente. O Sr. Messias tem que vir aqui dar explicações. E, se quiser que tragam outros AGUs, eu voto a favor.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Isso aí.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – O Zema também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu voto a favor.

Agora, ele tem que vir aqui. O Messias tem que vir, sabe por quê? Porque ele não contratou... Há uma série de argumentos: do acordo fajuto que foi feito, para prejudicar os pobres nessa devolução; acordo indecoroso; sabia do que estava acontecendo e não acionou ou avisou o Lula também. É isso que ele não pode dizer aqui? Por que ele não vem aqui? Ele não estava, de manhã, hoje, aqui? O Sr. Palombo deixaria ele falar. Ele poderia vir aqui, mas não.

Sabe o que é que aconteceu, Sr. Presidente? A AGU não contratou escritório para reaver o dinheiro desse roubo. Esse roubo, que está com dinheiro, muito provavelmente, nos Estados Unidos, em Ilhas Virgens... Ele não trouxe, ele não foi atrás.

Então, Sr. Presidente... Agora, não falta dinheiro, sabe para quê? Para o AGU contratar escritório para ir caçar brasileiros refugiados lá na Argentina. Aí, não falta dinheiro, Deputado Marcel van Hattem. Agora, dinheiro para buscar, de quem está nos assistindo aqui, que foi roubado para comprar remédio, para comprar comida, isso, a AGU, do Messias, não vai atrás. Muito pelo contrário, blinda.

Então, essa coisa dos "*golden boys*"... A gente já ouviu falar aqui "*golden boys*". Quem é que fala muito em "*golden boys*" aqui? É a base do Lula.

Agora, vamos aos fatos. Aqui, ó. Aqui: Amar Brasil, Master Prev – inclusive, eu tenho uma pergunta para o senhor, da Master Prev –, Anddap... Olha aqui quando é que foram feitas os ACTs. Uma só em 2022. Todas as outras em 2023, 2024. Em 2024, quem era o Presidente? Quem é o Presidente de 2023 a 2024?

Sabe quanto rolou aqui de roubo nesses ACTs? Está aqui, está aqui. Tivemos aqui R\$690 milhões. Sabe quanto foi no único que foi feito no final do Governo do Bolsonaro? Chuta. Foi R\$1 milhão. A diferença é de R\$1 milhão para R\$690 milhões.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde é que foi que explodiu o roubo? Vamos acabar com esse negócio. O brasileiro quer saber onde está o dinheiro dele. Isso é que é importante.

Então, eu queria aproveitar e pedir para passar um vídeo, para que essas pessoas tenham voz. E depois eu quero fazer umas perguntas ao Sr. Palombo.

Por favor, esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor falou, Sr. Palombo, aqui, numa resposta adaptada à Bia Kicis. O senhor não deu o nome, mas era importante para a gente ter nome.

Quem foi do Master Prev que o indicou dentro dessa engenharia? Porque, aqui para nós, é difícil, com todo respeito ao senhor, mas é difícil acreditar nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por quê? Porque o senhor está numa engenharia que envolve servidores, pessoas ligadas a servidores, a associações, de que o senhor, coincidentemente, é o contador. Inclusive, coincidentemente, estão no mesmo prédio alguns desses escritórios, como foi mostrado aqui. Não pode ser coincidência. É inimaginável que isso possa ser uma coincidência.

Mas eu lhe pergunto: qual foi o nome da pessoa do Master Prev? Porque eu disse aqui que jabuti não sobe em árvore. Alguém pegou e colocou na árvore o jabuti. Quem foi a pessoa que o indicou lá da Master Prev?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – O que eu tenho conhecimento é que ela pegou o meu contato com a Master Prev. Provavelmente com um dos procuradores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ela quem? Ela quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Thaisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A Thaisa. Então ela pegou com alguém lá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Na Master Prev, provavelmente com algum dos procuradores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Certo. E o senhor teve algum contato com político durante esse tempo? Nem que seja numa reunião virtual, sabe? Foi comentado... Porque é muito dinheiro que rodou aqui nessas empresas de fachada. O senhor tem conhecimento de algum político que possa estar por trás disso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor. Tanto que eu expliquei agora há pouco, não me recordo para quem, que, quando eu fiz o trabalho para o Eric, eu não sabia que ele era filho do André, que eu não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu ouvi.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E quando eu fiz o trabalho para Thaisa, ela se identificava como divorciada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor, com a experiência nos Estados Unidos – que o senhor está morando lá, vem três vezes ao Brasil –, o senhor participou de algum processo de *offshore* dessas empresas, dessas pessoas que o senhor faz a contabilidade, desses CNPJs ou pessoas físicas, algum *offshore*, o senhor ajudou?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – *Offshore* em qual lugar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Em *offshore* fora do Brasil.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Dependendo do estado da *offshore*, eu não posso nem atuar, porque pela legislação é obrigado a ser uma pessoa com residência fiscal de lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o senhor tomou conhecimento de que foi feito *offshore*?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim, tomei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Dentro dessas empresas?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor pode dizer quais foram?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A empresa Pixel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha aí, Relator. De quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Do Felipe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sabe de quem? Do Felipe. Olha aí, Relator.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E a empresa Inovare, do Américo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Inovare, do Américo.

Presidente, é muito importante isso aqui. Se o senhor puder me dar mais um minuto...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E Century, do Anderson.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E Century, do Anderson. Bingo!

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – A Sphere, da Thaisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A Sphere, da Thaisa, também?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – E a Metrópole, do Eric.

Porém, essas empresas não iniciaram as atividades...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sim...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu trouxe um relatório do Banco Central, que eu mostrei hoje cedo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas algumas delas iniciaram?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha aí, o dinheiro seu foi parar nos Estados Unidos. Roubado. Está aqui. Eu lhe agradeço por essa informação.

Sr. Presidente, já para encerrar, só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, a verdade vem a galope, né?

Olha aqui a manchete. Agora: "'Roubo dos aposentados': a vitória de Romeu Zema sobre o PT na Justiça. Ação movida pela legenda pedia indenização por dano moral de R\$30 mil por Governador ter associado escândalo do INSS ao partido". Perdeu PT. Está aqui a verdade vindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas, as inscrições.

Pergunto quem vai fazer uso da Liderança pela Oposição?

Marcel van Hattem, por cinco minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, aqui, inclusive, com a licença do Líder do PL, amigo Sóstenes, e também do Líder da Oposição no Congresso, Senador Rogerio Marinho, quero congratular esta Comissão por mais um dia de êxito aqui, de trabalhos, apesar de muitas informações aqui repetirem aquilo que já estava previsto. Afinal de contas, nós tivemos acesso também a muitos documentos aqui. Nós pudemos, por meio do debate, chegar também a novos desenrolares.

A última manifestação aqui do Senador Girão foi muito importante, porque esse dinheiro, Senador Girão, que está indo para fora do país, ou que foi para fora do país, também foi dinheiro roubado dos aposentados e que certamente alimentou contas de pessoas muito importantes e muito influentes, que deram guarida a esse escândalo, e nós vamos chegar nelas.

Tem gente, inclusive, que está fora do país e que, certamente, é beneficiário desse grande esquema. E aí o trabalho do Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que é fantástico, certamente vai revelar e desvelar essas informações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero lembrar aqui também que essa politização do debate acaba fazendo mal, porque os petistas vivem tentando desviar o foco. Processaram a mim e outros quatro Parlamentares desta Comissão por dizer a verdade: que Lula foi descondenado. E, agora, tomam uma derrota no Judiciário, por terem movido uma ação contra Romeu Zema, que disse o óbvio. No dia 1º de maio, feriado do Dia do Trabalho, ele disse: "Hoje, era para o Brasil estar celebrando o Dia do Trabalhador, mas, na verdade, está de luto, porque quem trabalhou a vida inteira foi roubado. Foram R\$6 bilhões da sua aposentadoria, e sabe para quê? Para comprar joia, obra de arte, carrão tipo Porsche e Ferrari".

O que tem demais no Zema falar isso aqui? Foi exatamente o que todos nós dissemos, em quantas e quantas vezes aqui nesta Comissão, Sr. Presidente? Ele só repetiu o óbvio: foram R\$6 bilhões desviados para comprar carrão, joias... A gente está vendo aqui as imagens, a gente está vendo os documentos, a gente está vendo os depoentes confirmando. Mas o que que o PT fez? Foi lá e processou o Zema e pediu uma indenização de R\$30 mil por danos morais. Olha só, o mesmo PT que entregou o Estado de Minas Gerais quebrado, destruído.

Sabe o que foram capazes de fazer, Sóstenes? O servidor de Minas Gerais que tinha um empréstimo consignado viu o empréstimo consignado ser debitado, mas o estado não cobriu, não pagou os bancos. Sabe o que aconteceu com milhares de servidores que já estavam com salário atrasado inclusive e por isso recorriam ao consignado? Foram parar no SPC.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – No SPC!

Em Minas Gerais, Sr. Presidente – V. Exa., que é de lá –, os repasses constitucionais para os municípios não eram mais feitos pelo Governador do estado Fernando Pimentel que não se elegeu nem Deputado Federal na última eleição.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual o partido mesmo?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Teve Prefeito que adoeceu, Prefeito que renunciou – PT, claro, Fernando Pimentel, do PT –, teve Prefeito que se suicidou!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Que isso!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, Sr. Presidente... Aí o PT vem aqui atacar o Zema, um homem probo, um homem limpo, uma pessoa de trajetória ilibada?!

O PT, aliás, Sóstenes, disse que ia entregar uma fila do INSS menor...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Já está chegando em 3 milhões.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Já está chegando em 3 milhões...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... de aposentados que não podem usufruir seu direito à aposentadoria. E sabem por quê? Por causa da roubalheira do Governo Lula, porque está faltando dinheiro para pagar os novos benefícios. É por isso que a fila aumenta, até porque roubaram dos aposentados, e como estão fazendo para pagar? Em vez de ir lá para o exterior, como fazem para perseguir politicamente cidadãos brasileiros, na Argentina, na Itália, nos Estados Unidos, em vez de ir para o exterior tentar repatriar esse dinheiro que foi roubado dos aposentados, usaram o nosso dinheiro, o dinheiro dos pagadores de impostos, num acordo feito pela AGU, do Messias – e por isso ele tem que vir aqui, sim, dar explicação –, para pagar esse roubo, e não estão pagando tudo, Presidente. Esta CPI vai ter que investigar isso também; tem muita gente nos assistindo dizendo: "Fui roubada, e não me pagaram tudo".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por isso, Sr. Presidente, encerrando aqui... Parabéns mais uma vez pela condução, mais uma oitiva que termina aqui numa tarde-noite de quinta-feira. E que, na semana que vem, nós votemos e aprovemos todos os requerimentos; que o PT não venha aqui só querer que seja aprovado de um lado – eu não tenho lado aqui, pode aprovar de quem quiser –; e que se aprove de todos aqueles que estão blindando Frei Chico...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não dá, Presidente!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, gente. Por favor, senhores!

Todos os dois ultrapassaram o tempo, e eu não fiz objeção alguma. Por favor!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Danielle Fonteles...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Todos os dois ultrapassaram o tempo. Todos os dois. Eu não fiz objeção alguma. Por favor. Por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que... Eu termino com uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Não, eu não fiz objeção alguma.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que querem blindar o Careca do INSS? Eu quero saber quem viajou com o Careca do INSS no voo cuja lista de passageiros o PT não quer ver ser divulgada.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, Presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está encerrado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E feito o desafio para o PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Relator... Pergunto ao Relator se tem alguma observação final.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tenho, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu gostaria de botar um gráfico e fazer umas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ninguém fala do PT...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O Zema?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quer saber quem viajou junto com ele?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O Zema?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Por gentileza. Vamos lá. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Presidente, eu trouxe um gráfico feito às pressas agora para aproveitar a presença do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproveitar a presença do contador. O contador tem um portfólio gigantesco. Gigantesco...

Olha, se for para o Líder Paulo Pimenta falar, eu vou dar a minha vez, porque hoje o Paulo Pimenta está impossível. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem. Presidente, posso pegar o tempo, então?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. As falas estão todas encerradas. Só o Relator e o Sr. Mauro Palombo é que terão o direito de encerrar, e o Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Disse que ia ceder o tempo para mim.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Dá tempo para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, fiz esse gráfico aqui... Solicitei fazer esse gráfico rapidamente para explicar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para explicar, Presidente, que nós estamos diante do contador que está no núcleo central de organizações criminosas e a gente está discutindo a boa-fé dele ou não em relação à participação. Pelo menos está colaborando e está falando.

E eu trouxe aqui várias empresas... E deixar isso claro para CPMI. Olha, está aqui discutindo "blinda fulano", "porque é sicrano", e por aí vai...

Nós chegamos a uma empresa chamada Arpar.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – O quê?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Arpar.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Arpar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Arpar meteu dinheiro para outras empresas, e uma dessas empresas movimentou mais de R\$6 bilhões, misturando...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Bi?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bi. Bi. O tanto dos descontos associativos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero que os senhores gravem esses nomes: Arpar. Quero que grave: ACX, Wave, Recovery, essa LN Serviços, a Supaluh, a Rinaulio, a Conecta, a ACX. Olha só, eu trouxe umas principais. Quero que os senhores olhem para esse quadro e imaginem que por aqui passou mais de R\$6 bilhões. Bi. Bi.

Essa Arpar, que está aqui no núcleo central – está aqui Arpar, em que está no núcleo central o Careca, ela movimentou, ela movimentou R\$200 milhões.

O Careca do INSS movimentou quase 50% desse dinheiro da Arpar, com dinheiro... Olha só, meteu aqui quase 80 milhões para a Arpar, com dinheiro de quem? Aposentados e pensionistas.

Primeira pergunta que eu faço ao senhor: o senhor foi contador da Arpar? O senhor conhece os sócios da Arpar?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

"Ah, Alfredo, está trazendo isso para quê"? Porque todo mundo aqui termina se comunicando, de uma forma ou de outra, com o esquema criminoso. Qual é o problema? É que tem empresa aqui, bilionária, em que o cidadão é sabe o quê? É dono de uma van; o outro era balconista, é...

Aí, eu digo aos senhores: aqui, na Arpar, veio a Prospect, através do Careca do INSS, só a Prospect, a Acca e a Brasília meteram quase 80 milhões.

O senhor conhece a plataforma Titanium?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi contador dela?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi contador ou conhece a WM System?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Recovery Black Intermediações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Wave Intermediações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A ACX ITC Tecnologia?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Spyder Intermediações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Dinar Participações?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A ... Gestão?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Stallone Transportes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conecta Corretora?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Moneycorp?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Supaluh Transportes?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu estou perguntando a ele aqui, porque nós temos dois contadores. Nesse esquema todinho, nós temos dois contadores que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem esclarecimentos. Um está aqui, foi o mais citado de todos, e a coincidência disso aqui tudinho é que tem outro contador com isso tudo – com isso tudo.

Então, o senhor está dizendo... Eu já perguntei o nome dele ao senhor, e o senhor disse que não tem nenhum tipo de contato.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não tenho contato, mas eu sei quem é, porque é o contador anterior a mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe...

Então, deixe-me dizer uma coisa aos senhores. Minha gente, a gente tem divergência aqui, mas eu não estou vendo nenhum bandido. Olha, eu vou dizer, tem horas que dá vontade de pular da cadeira para pegar na garganta do Paulo Pimenta (*Risos.*), mas olha, porque discordo dele ideologicamente, mas não considero o Paulo Pimenta um inimigo de ninguém. Aqui a gente está tendo um debate político e civilizado, mas, veja bem, todos nós queremos ir ao fio da meada.

Então, olha só, estamos aqui falando de bilhões. Eu não sei aonde vai chegar, não, mas o dinheiro que os aposentados e os pensionistas perderam aqui para a Arpar – quase R\$100 milhões – eles terminam numa rede muito estruturada de lavagem de dinheiro, que está passando da décima camada.

Aí você diz: "Ô, Alfredo, e qual é o problema disso?". O problema disso é que, pela primeira vez aqui, a gente vê esse dinheiro rodando, passando, passando, passando e termina sabe em quê? Em criptomoedas.

Então, nós nos deparamos com uma fase ainda mais difícil para chegarmos. E qual é outro fato interessante – daqui a pouco só vai falar do contador –, qual é outro fato interessante? Minha gente, tem empresa aqui de R\$100, R\$200 milhões que a pessoa recebia auxílio emergencial. Aí me diga: esse sistema brasileiro não pode continuar o mesmo, não tem como você manter isso aqui.

Aí eu fiz uma pergunta ao senhor Palombo. Eu digo: "O senhor, como contador tão premiado, o senhor não faz nenhum filtro de integridade?". A resposta que eu entendi dele, a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta que eu entendi é: recebe o cliente, recebe a documentação, dá entrada no sistema e está todo mundo livre para agir.

Então, perguntando de novo ao senhor – que eu já perguntei –, perguntando de novo ao senhor: o senhor conhece Rodrigo França?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor conhece quem?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Daí, ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acabou de dizer que conhecia o contador!

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O que eu comentei de manhã é que a empresa THJ, da Thaisa, foi uma empresa aberta em agosto de 2022, que tinha notas para essas empresas citadas na CPMI...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... e que ela veio para o meu escritório em março de 2024. Eu sei quem é o contador anterior, mas eu não posso afirmar que esse contador é o contador do esquema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, agora é que eu estou...

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, foi uma empresa aberta dia 30 de maio de 2022, por outro contador, e ela veio para o meu escritório em março de 2024. E, puxando o relatório de notas fiscais da prefeitura – que eu puxei por causa da CPMI –, eu consigo visualizar aqui algumas dessas empresas citadas, porém eu não conheço as empresas e não posso afirmar que o contador anterior da THJ conheça essas empresas, mas ele sabe... ele tem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas essas empresas que o senhor está citando aí são empresas que eu citei aqui?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – O senhor citou, por exemplo, a Prospect.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ela está aqui no relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, então o senhor está se referindo às empresas do Careca do INSS: Acca, Prospect e Brasília, não é isso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Prospect.

Da empresa THJ, era o contador Altamir Santos Turbay, da empresa que veio para o meu escritório, da contabilturbayeregailo.com.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi bom o senhor explicar isso, porque eu estava me referindo a outro contador. Estava me referindo ao França.

Agora, olha como a gente não pode estar falando aqui de ideologia política, nem botando a mão no fogo para ninguém.

Quando a gente começou – e aqui tem outros personagens que eu vou trazer –, quando a gente começou, foi dito que a Sra. Danielle Miranda Fonteles tinha sido publicitária do PT em 2014.

Minha gente, podia ser do PT, podia ser do PL, podia ser... O que é que o partido tem a ver com pessoa física? Então, vamos primeiro parar com narrativa. Ninguém aqui está para pegar o partido A ou o partido B.

O problema é o seguinte: que o Sr. Careca, que está no meio disso tudo aqui – e essas empresas aqui, eu vou explicar –, ele mandou, além de 80 milhões para a Arpar, também mandou R\$8 milhões, ao longo de uma jornada, em pagamentos totalmente distintos para a Sra. Danielle Miranda Fonteles.

"Mas, Alfredo, pode ter sido a casa".

Ocorre que as duas irmãs da Sra. Danielle Miranda Fonteles também estão na folha de pagamento do Sr. Careca do INSS. Mas você está dizendo isso por quê? Porque essa empresa aqui, essa empresa aqui, Spyder, que é uma lavadora, e lavou milhões de reais, também mandou dinheiro para a Danielle Miranda Fonteles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui também tem dinheiro para o PCC. Aqui tem gente que não tem onde morar, que movimentou milhões e milhões de reais. O que é que... Aonde eu quero chegar? Primeiro, os trabalhos da CPMI em relação ao desconto associativo não podem se encerrar em dezembro, porque a gente ainda precisa chegar lá na ponta. A gente precisa... De tudo que os senhores e as senhoras viram, aqui está o núcleo que mais movimentou recursos de lavagem de dinheiro. Qual é o problema? É que foram vários núcleos se encontrando, vários núcleos! Ninguém sabe aonde isso vai dar.

Só se sabe que aqui falam da Carbono Oculto. Pronto, a CPMI começou como quem não quisesse nada e terminou se metendo no vespeiro do qual a gente não está dando vencimento. São bilhões de reais, empresas de transporte de uma van que se transforma da noite para o dia em lavadora de milhões de reais. Quando eu falo milhões, é 400, 500 milhões. Então, assim, a gente está chegando ao encerramento dessa primeira etapa e a gente botou a mão aqui em algo que temos que levar adiante.

Então, não adianta aqui... Eu não estou preocupado com essa moça porque recebeu isso ou aquilo. Ela que explique por que recebeu R\$200 mil ou 8 milhões. Não estou aqui para acusar PT, porque o PT... O que é que o PT tem a ver com essa senhora? Mas esse negócio de dizer que vendeu uma casa para o Careca não é verdade.

Aí perguntam: "por que, Alfredo, você quer a lista de passageiros do voo tal?". Porque, Sr. Presidente, um jornalista me procurou e me mostrou com fotos e com prova que Careca do INSS bancou uma ida de algumas autoridades, envolvendo o INSS, para Lisboa, para Frankfurt. Por isso que eu estou insistindo nisso aí. Meu amigo, e eu quero saber quem é ou quem não foi, não sendo eu, que não conheço e não fiz, por que é que vou botar a mão no fogo por quem? Outra coisa, "ah, chama fulano de tal". Homem, por mim chamava Bolsonaro, Lula, Dilma e Temer, porque foram Presidentes da República. Ouve todo mundo, cada um diz o que fez, porque nomeou, porque teve, então, assim, a gente não pode ter esse tipo de blindagem.

Mas aqui eu quero dizer aos senhores que estou pedindo a continuação dessas investigações. Eu não quero ser sócio do PCC, eu não quero ser sócio de bandido. Aqui foi a maior lavadora que nós encontramos até agora desse esquema do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu fiz questão de perguntar ao contador e estou dizendo ao senhor que aqui, de tudo que a gente investigou até agora, muitos personagens se encontram aqui, e os proprietários são proprietários de auxílio emergencial e gente que não tinha condições de absolutamente nada.

A CPMI não vai ter tempo de fazer essa quebra para o ano. Se a gente quiser realmente chegar no núcleo do crime organizado, a gente vai ter que aceitar dar um passo adiante. Então, de tudo que os senhores viram, a parte que concentrou mais dinheiro e encontrou outras organizações criminosas foi essa que está aqui exposta, começando pela Arpar. A gente pensou que era um buraco de fechadura e, quando foi analisar, não tinha nem fechadura, nem porta, nem buraco, nem parede, o rombo é muito maior do que nós pensamos.

E o PCC, que todo mundo diz que quer combater, um diz que tem blindagem, o outro diz que não tem, o outro diz que fulano está ligado, o outro não está, está aqui no meio, está aqui lavando dinheiro. Se a gente quiser melhorar o sistema de lavagem, de combate à lavagem de dinheiro, se a gente quiser melhorar os procedimentos que o Brasil faz hoje e não evita a lavagem de dinheiro, a gente, enquanto CPMI, precisa ir a fundo para descobrir qual é o mecanismo que estão usando para poder branquear esses capitais. E aí não adianta proteger A, B ou C, porque aqui, minha gente, não vai ser narrativa. Aqui é o que é, responsabilidade nossa enquanto Parlamentares. Foram bilhões de reais, bilhões de reais, vai depender da consciência de cada um.

E o senhor, como contador principal junto ao contador disso aqui tudo, o senhor hoje esteve aqui, fez esclarecimentos. Só vou fazer duas pontuações.

Olha, lamento profundamente que, enquanto nós estamos aqui, o STF continua concedendo *habeas corpus*. Eu acho que não é justo com o povo brasileiro concessão de *habeas corpus*. Vou dar o exemplo do senhor. O senhor não precisava de um *habeas corpus*, o senhor não se calou, o senhor não foi tratado aqui como investigado, eu não acho justo.

O segundo ponto que eu queria dizer ao senhor: olha, eu custo a crer que um profissional do seu gabarito, um profissional que nasceu em um escritório de contabilidade, um profissional que tem um nome a zelar e tem patrimônio angariado com o trabalho profissional – suponho –, como o senhor falou, eu custo a crer que, no esquema de desvio de recurso por meio das empresas que o senhor criou a pedido dos investigados, eu custo a crer que, em nenhum





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento desse percurso, o senhor, com o seu gabarito, não tenha botado o olho, não tenha visto que isso era um esquema de branqueamento de capital. Custo, sinceramente.

Se estivesse falando de uma pessoa inexperiente ou uma pessoa que não tivesse toda essa compreensão de como funciona a lavagem de dinheiro, eu até poderia dizer que o senhor estava completamente isento, mas, para mim, o senhor entra e sai, o senhor entra e sai, e não esclareceu as dúvidas pertinentes a essas transações. Não esclareceu por três fatos. Primeiro fato, o senhor esteve na origem de tudo lá, quando o senhor assumiu, muitas vezes, lá em outubro de 2022, o destino contábil dessas entidades. Segundo, o senhor criou as empresas que lavaram o dinheiro. Terceiro, o senhor trouxe, para dentro dessa estrutura, empresas de funcionários ou parentes de funcionários do INSS que permitiram isso.

Então, concluindo, é muito difícil para mim, enquanto Relator, olhar para o senhor e dizer ao senhor: "Sr. Palombo, poxa, que bom que o senhor veio para cá e esclareceu todos os fatos". Eu não fico convencido da sua isenção, Sr. Palombo. Não fico, porque até alguém que não conhece, como eu não conheço, a parte contábil, até alguém como eu desconfiaria dessa movimentação estúpida de recursos, e o senhor sabendo exatamente de onde saíam esses recursos. Aquela história de dizer que via o dinheiro desbloqueado judicialmente, aquilo dali poderia ser um contraponto ao senhor analisar que estava havendo muita contestação judicial dos descontos associativos.

Mas aí, dando esse ponto final, eu ia lhe pedir para que o senhor fizesse a juntada desses documentos para que a gente não cometa injustiça em relação à sua atuação. Quanto mais documento dessas empresas e dessas associações, quanto mais nota fiscal o senhor fizer a juntada, maior a possibilidade de nós fazermos uma análise mais acurada da sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Só uma questão, bem rápida: é uma requisição formal da CPMI, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, por favor.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Só para ficar constando nas notas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como o senhor pediu, Doutor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Só uma questão, porque eu fiz uma pergunta a ele e ele disse que não conhecia o Rodrigo Correa Nasario.

Então, eu quero informar aqui que, primeiro, entre 27/11/2020 e 11/07/2022, houve créditos do Rodrigo para o depoente de R\$1.053.404; e depois, nesse mesmo período, mais 160,6 mil – isso, de crédito. E, depois, no outro período – aí já é débito –, 524.389,17 mais 242.650. Então, é só para tirar essa dúvida. Como eu perguntei, ele disse que não conhecia, depois ele lembrou que fez alguma coisa... Nós temos aqui a movimentação. Isso está na RIF 135.558. Está lá na RIF cada transferência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É só para confirmar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, finalizando...

O senhor disse que está residindo nos Estados Unidos desde 2018. O senhor recebeu, nos Estados Unidos, alguns desses citados: Igor, Américo...?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... o advogado fez a pergunta se era uma requisição, e o senhor disse que era oficial.

Se o senhor puder deixar isso em estrutura física, eu prefiro, para que nós possamos continuar com essa separação que o senhor trouxe para cá. E o senhor complementa depois com os dados digitais.

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – ... a gente pode verificar aqui... É que eu anotei aqui muito rabiscado, esse é o problema, porque ele rabiscou antes de trazer porque estava fazendo os estudos. A gente pode conferir até após a reunião alguma coisa. Mas há um compromisso formal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se não comprometer...

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Ou, se quiser...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se não comprometer a entrega...

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Excelência, a gente pode até fazer uma relação do que tem, mas eu vou mandar tudo, e aí a gente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, se não comprometer, eu gostaria de receber essa documentação aqui.

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Vai ser exatamente a mesma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas, se não comprometer e puder deixar essa, eu agradeceria bastante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Essa aqui está muito rabiscada pela defesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem...

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Esta aqui não está completa, e está rabiscada pela defesa. Então, eu vou entregar tudo digitalmente, a gente pode fazer uma relação de documentos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor se opõe a deixar essa?

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Essa é porque está rabiscada e tem umas informações aqui que eu preciso separar e entregar de forma organizada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Me parece que V. Exa. pode pedir a requisição imediata...

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Sim, claro, mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... dos documentos, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu não queria chegar a esse ponto. O senhor pode deixar essa documentação?

O SR. LUCIANO DE FREITAS SANTORO – Sim, a gente pode...

Eu posso fazer uma ponderação? A gente verifica, assim, no final, o que não está adequado ainda para entregar, e aí eu entrego. A gente faz uma relação aqui com o Dr. Marcelo também. Não há problema algum.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu tenho o maior respeito – o advogado, além de muito competente, também é muito cortês –, mas são documentos que foram trazidos para cá, me parece que documentos baseados em fatos verdadeiros. Eu gostaria muito de ter exatamente o que está aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência, eu determino à Secretaria a apreensão de todo o material trazido pelo depoente. Ficará à disposição da Secretaria e também para consulta da defesa.

Para encerrar a fala, o Sr. Mauro Palombo.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – Só para concluir aquela explicação da *offshore*, a Pixel tem um relatório do Banco Central que não tem câmbio, que vai ficar, a Sphere também, e a Metrópole também, tá?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria, se fosse possível, dessa informação do RIF porque, de fato, olhando os documentos que eu trouxe, eu não tenho aqui. E eu não tenho memória desse Rodrigo. Então, se o senhor puder me fornecer também, eu posso buscar esse documento no meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Rodrigo não é um que o senhor citou, que tem uma questão judicial com ele?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Então, mas, nessa época, 2020, não existiu isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A data é essa, Excelência?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No RIF eu tenho aqui os valores, de "tal" a "tal". (*Fora do microfone.*) Então, não sei exatamente o dia, mas é nesse período: de 2020 a 2022.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Ah, se foi 22, sim. Provavelmente deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o senhor lembra quem é o Rodrigo?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Eu não conheço o Rodrigo, porque quando eu fiz a aplicação, era no Banco RCX, que era do Paulo e do Caio. Eu não conheço o Rodrigo, e aí eu não recebi o dinheiro na data que me foi permitido, fiz o boletim de ocorrência e fiz o processo na Justiça, que está correndo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E você recebeu, depois, o recurso?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não recebi ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas aqui tem débito e crédito.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não, mas eu não recebi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, então tem que explicar isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – ... o débito e o crédito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor encerrou, Sr. Mauro, ou quer fazer mais alguma observação?

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – Não. Toda a informação que for pertinente, que eu puder fornecer, tanto para esta Casa como para a Polícia Federal, eu estou à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – ... eu estou comprometido a explicar e juntar documentos. Inclusive, eu vou fazer uma linha do tempo mais detalhada para o Sr. Relator, embora eu vá deixar uma aqui... E esta é muito importante porque ela tem, além da data em que cada empresa veio para o meu escritório, tem também os *e-mails* e as cartas de transferência de quando as empresas vieram, que é a ordem cronológica de cada uma delas.

Está vendo? Então, eu fui enumerando aqui e ela está enumerada neste outro relatório aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO – É, está bagunçado, eu precisava só arrumar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor terá tempo para arrumar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Peço ao senhor que reorganize o tempo aqui para que a Secretaria possa fazer a apreensão correta da documentação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Presidente, só ficou uma pergunta para mim, assim, no ar. O Relator fez... Como o depoente reage a essa suspeição do Relator, a essa dúvida em relação à suposta ingenuidade, ou de ele não ter percebido lá atrás o tanto que estava circulando de dinheiro e que podia ter lavagem de dinheiro? Ficou no ar isso aí, Sr. Presidente.

O SR. MAURO PALOMBO CONCÍLIO (Para depor.) – É como eu mencionei, foi pouquíssimo tempo de contabilidade que eu escrevi. No caso da empresa Anddap e Aasap, eu tive seis





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses, só, de escrituração contábil. No caso da Master, eu tive nove meses de escrituração contábil.

Quando ocorreu a operação da Polícia Federal, eu não tinha nem terminado o balanço para ser entregue à ICD. Então, eu não tive tempo de manusear o documento e ter essa segunda visão porque eu não tinha nem concluído um balanço ainda; foram meses de trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... só pela ordem aqui, eu sei que o senhor vai encerrar os trabalhos agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... mas é uma pergunta de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – O senhor se comprometeu aqui com todos nós e ficou acordado que na quinta-feira nós vamos fazer a última, pelo menos até o recesso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deste ano. É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... leva de requerimentos, né? Deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E aí um colega, depois que o senhor anunciou, eu estava assistindo do gabinete... Ele chegou aqui, um colega Parlamentar, e disse o seguinte: "Ah, mas o Jorge Messias, da AGU... Se for votada na quinta-feira a convocação dele, a sabatina é na semana seguinte e não vai ter mais sessão da CPMI, então vai ser inócuo". Eu ouvi isso aqui claramente.

E eu queria fazer uma sugestão para o senhor, porque isso até coloca a gente numa situação meio de pirotecnia, de que a gente está querendo fazer algum tipo de espetáculo. Isso é ruim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria sugerir, caso nós aprovemos essa convocação do AGU Messias, que o senhor possa fazer uma sessão extraordinária antes da sabatina dele, porque isso vai subsidiar, inclusive, elementos para os Senadores fazerem a sabatina.

Então, eu queria lhe fazer um pedido: o senhor vota na quinta-feira, e a gente pode fazer na segunda ou na terça, já que a sabatina é na quarta.

Então, eu lhe faço esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... aqui para que a gente possa avaliar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será avaliado, Excelência. Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu quero contraditar essa solicitação dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É porque fica evidente que o único interesse que tem é tentar fazer com que o caso do Messias seja feito antes da sabatina, para tentar prejudicá-lo. Portanto, a politização vem exatamente da oposição. Jorge Messias não tem nada a ver com isso, nada ficou provado, nada comprovado. Aliás, ele foi o Advogado-Geral da União que permitiu, que orientou, que divulgou, que passou para o INSS, que passou para a Polícia Federal posteriormente todos os dados que foram solicitados, só ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Todos os anteriores, não.

E ele quer exatamente aprovar algo e pede – olha só como o peixe morre pela boca –, ele pede ao senhor que, se aprovado, seja feito antes da sabatina. Qual o objetivo que ele quer? Prejudicar a sabatina de Jorge Messias.

Então, se tem algo mais politizado aqui na CPMI, é exatamente por parte da oposição.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, só para dizer que não é politização.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, só para encerrar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, eu pediria a V. Exa...

Eu não interrompi. Eu não interrompi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só para encerrarmos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu pediria a V. Exa. que, de fato, não considerasse isso, porque V. Exa. agiria politicamente, como quer a oposição, em relação ao Jorge Messias. Ele morreu aqui, o peixe, pela boca. Fica claro que o único objetivo dele com isso é prejudicar a indicação do Presidente Lula.

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos só...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Rapidamente, dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, é só para lhe falar o seguinte, porque é um colega dele. Foi um colega dele que falou isso, que era inócuo vir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, não falou isso, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só para dizer o seguinte: se o Messias não vier, e o colega dele falou que ele pode ser Ministro do STF...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, isso, sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... vai ser inócuo mesmo, não vai adiantar nada. Ele não vai vir aqui como Ministro, ou vai?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Qual é o seu objetivo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Você quer que ele venha aqui antes da sabatina?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores. Senhores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, ele tem que explicar ao Brasil. Ele tem que explicar ao Brasil.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Explicar nada, quer é atrapalhar a CPMI por objetivos meramente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ele que venha explicar a omissão dele.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um passo de cada vez. Um passo de cada vez. Um passo de cada vez. Primeiro nós vamos votar o requerimento, depois a Presidência decidirá o que vai ser feito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Fica claro que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só queria registrar que eu não participei da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, nós já encerramos as falas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer a minha fala final, e vamos tocar em frente. Todo dia é uma vitória, meu Deus do céu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, antes da fala final de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode me esclarecer, segunda-feira, quem estará presente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será lido aqui no encerramento, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, está bom, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu quero, como sempre, deixar as minhas palavras finais, fazendo, mais uma vez, um apelo ao Governo Federal e aos órgãos competentes pela suspensão imediata, nos próximos 180 dias, dos descontos dos empréstimos consignados.

O Brasil amanheceu hoje diante de um fato inaceitável. Não é mais possível, nem moralmente, nem juridicamente, manter os descontos dos empréstimos consignados já feitos, enquanto o sistema inteiro está contaminado por fraudes bilionárias.

Por isso, eu clamo, como Presidente desta CPMI, como cidadão e como Senador, pela suspensão imediata, por 180 dias, de todos os descontos de consignados nos contracheques dos aposentados brasileiros que já fizeram os empréstimos. É uma medida de emergência, de proteção e de justiça. E, no mínimo, o que um Estado decente faria quando descobre que algo foi profundamente corrompido.

A nova investigação revelada hoje mostra que 87 bancos dobraram seus ganhos e sugaram R\$466 bilhões dos aposentados nos últimos cinco anos, justamente no período em que explodiram as denúncias de fraudes, abordagens abusivas, descontos não autorizados. Isso não é coincidência. Isso é um sistema operando contra os mais fracos em nosso país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando um sistema inteiro trabalha contra o cidadão, não se trata mais de irregularidade, senhores. É um colapso.

Como continuar descontando dinheiro de quem ganha um salário mínimo, se milhares tiveram empréstimos que nunca contrataram, se associações criminosas inscreveram aposentados sem autorização, se bancos foram condenados por descontos indevidos, se plataformas inteiras cresceram de mil para cem mil empréstimos por mês e se a Polícia Federal identificou um esquema bilionário operando dentro do INSS, senhores?

Quem mantém o desconto sabendo disso vira cúmplice dessa fraude. O aposentado não pode ser punido por um crime que ele não cometeu, ele não pode continuar pagando a conta de um sistema capturado, onde bancos faturam, plataformas lucram, associações crescem e o cidadão é quem perde.

Suspender por 180 dias os empréstimos já realizados não é travar a economia: é dar tempo para auditar, corrigir, punir, reconstruir; é impedir que o aposentado continue sendo roubado no próximo contracheque; é evitar que mais viúvas e pensionistas tenham que escolher entre comprar comida ou pagar um empréstimo que nunca pediram. A cada dia sem suspensão, milhares continuam sendo descontados indevidamente. A cada dia sem ação, o Estado pratica, por omissão, o mesmo crime que está condenando. A cada dia de silêncio, o Brasil aprofunda a injustiça contra quem dedicou uma vida inteira ao trabalho.

Por isso, repito, com toda a responsabilidade de quem conduz a maior investigação já feita sobre o tema: suspender por 180 dias é urgente, necessário e inegociável, em nome dos aposentados brasileiros. Quando o sistema está contaminado, a única atitude moral é parar, investigar e proteger o povo. É isso que nós estamos fazendo nesta CPMI. O nosso compromisso é com o Brasil, com aqueles que acreditam no nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 1º de dezembro, em que estão previstas as oitivas do empresário Sandro Temer, que será conduzido pela polícia legislativa do sistema penitenciário de Sergipe; de Silas da Costa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vaz, morador de Brasília, proprietário de vários aviões sem ter laudo financeiro ou ganho para que pudesse manter as aeronaves; e de Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios do INSS, devidamente notificado pela Secretaria e pela Polícia Legislativa.

Agradeço mais uma vez.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 18 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia hum de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, José Lacerda, Randolfe Rodrigues, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Leila Barros, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Fernanda, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Ricardo Ayres, Dorinaldo Malafaia, Sóstenes Cavalcante, Bia Kicis, Zé Trovão, Delegado Fabio Costa, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares José Medeiros e Delegado Caveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Jayme Campos, Jussara Lima, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Beto Faro, Sidney Leite, Dagoberto Nogueira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezoito horas e oito minutos e reaberta às dezoito horas e vinte e sete minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e trinta e oito minutos e reaberta às vinte horas e dezenove minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e quinze minutos e reaberta às vinte e um horas e vinte e um minutos. A reunião é suspensa às vinte e três horas e quatro minutos e reaberta às vinte e três horas e nove minutos. Passa-se à pauta: **Oitiva.** **Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Sandro Temer de Oliveira, Representante das associações de aposentados e pensionistas AAPPs Universo e APDAP Prev, em atendimento aos requerimentos 69/2025 e 1508/2025; do Jucimar Fonseca da Silva, Ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS, em atendimento aos requerimentos 43/2025, 424/2025, 438/2025, 449/2025, 468/2025, 540/2025, 775/2025, 818/2025, 896/2025, 1123/2025 e 1146/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva de Jucimar Fonseca da Silva, ex-coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS. Deixou de comparecer Sandro Temer de Oliveira, representante das associações de aposentados e pensionistas AAPPs Universo e APDAP Prev, em razão de decisão judicial que retirou a obrigatoriedade de comparecimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/01>

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025, que se realiza nesta data, 1º de dezembro do corrente ano.

Solicito aos Srs. Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas que, por favor, assumam os seus lugares para o início dos trabalhos.

Antes de iniciarmos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em primeiro lugar, esclareço aos Srs. Parlamentares que o segundo depoente convocado para esta data de hoje, Sr. Sandro Temer de Oliveira, representante das associações de aposentados e pensionistas AAPPs Universo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Apdap Prev, obtive o direito de não comparecer a esta CPMI, apesar de preso, por decisão do Ministro André Mendonça, na Petição 14.170, em Sergipe.

Quero também aqui fazer nota de que em Minas Gerais existe uma outra Associação Universo, que tem hoje mais de mil processos sem nunca ter assinado um ACT. Portanto, a Universo a que me refiro aqui – AAPPS Universo – é a Universo de Sergipe, e não a Universo da cidade de Itaúna, em Minas, que nos procurou solicitando sempre a citação, uma vez que eles têm lá essa quantidade enorme de processos sem trabalharem com a questão de descontos.

Olha, nós respeitamos a decisão do Ministro, mas compreendemos que o pedido do Sr. Sandro Temer, como qualquer outro pedido de depoente, deveria ser distribuído como *habeas corpus*, em livre sorteio, e não direcionado diretamente ao Ministro André Mendonça, o qual tem tido uma posição que consideramos isolada na decisão, mas também de não prover *habeas corpus*... prover a vinda aqui quando o depoente está em meio a algum tipo de investigação. Então, entendo que possivelmente a decisão relativa ao Sr. Sandro Temer se deve porque a fase de investigações da Polícia Federal, que é concorrente à nossa, está investigando determinados nomes de que esta CPMI também está em busca de informações.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza.

Solicitaremos que a Advocacia do Senado Federal recorra dessa decisão.

A Polícia Federal, que seria responsável pelo deslocamento do Sr. Sandro da unidade prisional de Sergipe até o Congresso Nacional, também foi notificada da ordem e não realizou a sua condução, acarretando ônus financeiros para o Senado Federal, que contava com este importante depoimento.

Pois não, Líder Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos fazer as inscrições aqui, já, para...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – É uma questão de ordem, não é uma inscrição.

Nós tínhamos conversado aqui sobre a necessidade de ter uma reunião, pelo menos dos Líderes, com o Ministro André Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Ministro André Mendonça... Em primeiro lugar, na nossa interpretação, não existe prevendo para *habeas corpus*, tanto o é que o caso do Jucimar também caiu para o Ministro André Mendonça, e ele redistribuiu, foi para sorteio. Por que, em algumas situações, ele avoca para ele a concessão ou não de *habeas corpus*? E as decisões do Ministro André Mendonça têm sido todas elas dizendo que as pessoas não precisam vir. Então, o que nós estamos observando é que dá, de forma reiterada, uma blindagem a alguns nomes, e nós não sabemos qual é o critério que está sendo utilizado.

Eu acho que nós tínhamos que ter uma conversa com o Ministro André Mendonça, Presidente. O senhor, o Relator, eventualmente alguns Líderes, o Vice-Presidente, até para que nós pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós nunca conversamos com ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu sei que o senhor e o Relator conversam com ele. Não sei com que frequência também conversam com ele, mas eu acho que nós precisaríamos ter essa conversa, até porque eu acho que é muita desconsideração, é muito desrespeito com esta Casa, com o Parlamento simplesmente dizer que o camarada não precisa nem vir aqui.

Esse outro está preso, estava com tudo organizado para a Polícia Federal trazer, e o Ministro André Mendonça dá uma decisão como essa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me associo aqui à sua manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e acho que nós temos que fazer algo mais forte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato. Eu vou solicitar, em nome da CPMI, a agenda, para que possamos seguir.

Antes de dar início aqui aos pedidos de fala dos Parlamentares, eu quero citar também que a CPMI recebeu uma correspondência do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social com relação aos trabalhos. O sindicato faz um elogio às investigações e ao trabalho da CPMI, mas manifesta uma preocupação muito grande com relação à imagem dos servidores do INSS diante de tudo que tem sido revelado.

Quero deixar, aqui, claro a todos os servidores do INSS em todo o Brasil o nosso profundo respeito pelo trabalho de todos eles, de todas elas e dizer que esta CPMI tem por interesse tornar a Previdência Social mais segura, mais transparente, mas, principalmente, mais forte financeiramente na prestação de serviços ao povo brasileiro.

Portanto, quero agradecer aqui ao Sr. Tiago Vinicius Silva, que assina – ele é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social – a carta, reforçando aqui o nosso rigor técnico e a legalidade, diante de tudo que nós temos feito, e o respeito aos servidores.

Eu vou pedir dois minutos, por gentileza, para cada um, para que a gente possa dar mais celeridade aqui na fala.

O Deputado Marcel van Hattem é o primeiro inscrito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós sabemos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... boa tarde – que muitos Deputados não assinaram a CPI e, na hora de participar, inclusive, da reunião, blindam eventuais investigados ou pessoas que nós deveríamos estar investigando.

Agora a situação chegou a um ponto muito pior. O que nós estamos vendo é a tentativa de intimidar pessoas honestas, inclusive advogados que defendem vítimas do roubo dos aposentados. Eu me refiro aqui, Sr. Presidente, a três requerimentos que foram apresentados por Deputados do PT, desta Comissão, pedindo quebra de sigilo de um advogado de nome Rafael Luiz de Lima Rodrigues e do próprio Partido Novo, o que é um absurdo, porque os partidos têm as contas já abertas – podem aprovar, não tem problema nenhum –, um advogado, Sr. Presidente, que, sim, filiado, e com orgulho, ao Partido Novo, fez doações ao Partido Novo, como, aliás, muitos filiados fazem, o Novo tem esse costume, e que recebeu, Sr. Presidente, R\$2,5 mil, segundo apontado, sim, por RIFs, de uma dessas entidades – R\$2,5 mil, veja bem o valor –, e, em virtude deste recebimento de R\$2,5 mil dessas entidades e das doações que nada têm a ver com o recebimento desses R\$2,5 mil ao Partido Novo, no valor de em torno de R\$6 mil, querem quebrar o sigilo dele.

Veja bem, Sr. Presidente, sabe por que esse advogado recebeu R\$2,5 mil dessa associação Amar Brasil? Porque ele defendeu uma vítima do roubo dos aposentados de nome Aparecida – até, não vou dar o nome inteiro dela –, Aparecida de Fátima, e esse dinheiro é fruto de um acordo, Sr. Presidente, que foi para a conta dele para, depois, fazer o repasse.

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo aqui é um absurdo: um advogado, que, aliás, está indignado, porque defendeu uma vítima do roubo, agora é alvo de requerimentos de petistas para quebrar o seu sigilo, tendo suas prerrogativas de advogado, portanto, quebradas. E disse, com muita justiça, para mim, agora há pouco, que vai buscar uma indenização. Mas esse é o padrão do Partido Novo. Veja bem, enquanto em outros partidos a gente vê ladrões de aposentados, no nosso nós vemos advogados filiados que defendem as vítimas e depois são perseguidos por Parlamentares aqui desta Comissão com esse tipo de requerimento.

Por isso, Sr. Presidente, faço esse registro com muita indignação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E, para concluir, o mínimo da hombridade seria que esses requerimentos fossem retirados. Acho que isso não vai acontecer, mas que esse advogado aqui vai entrar e já disse que está entrando na OAB contra esses autores e pedindo, inclusive, indenização, ah, isso ele disse que vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero só reforçar o que foi dito aqui. Nós já tínhamos pedido realmente esta reunião com o Ministro, porque, na prática, quando eu fiz o requerimento, por exemplo, do Sandro Temer de Oliveira, esse senhor tinha a procuração das duas entidades, desviou mais de 260 milhões para as empresas dele e repassando, inclusive, indiretamente. Tem até uma pessoa do Partido dos Trabalhadores, o Bimbo, que também é da região. Então, o Ministro dar um *habeas corpus* dizendo que vem ou não é muito ruim. Isso destrói a CPI.

Qual é o papel da CPI? É independente. Nós temos uma investigação. Então, a gente precisa, realmente, conversar com o Ministro, para a gente poder realmente ter uma atuação melhor, porque vamos entrar, agora, na fase principal, que é a questão dos consignados e do seguro-defeso. E nós sabemos que o rombo é muito maior até do que os descontos associativos. Denúncia é o que não falta aqui.

Então, a gente precisa aprovar todos os requerimentos. É importante as pessoas ficarem de olho na próxima reunião, na quinta-feira de manhã, para saber quem é que está blindando as coisas aqui, porque nós temos que chamar todo mundo, se é que nós queremos dar transparência a esse trabalho nosso aqui da CPML.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu serei muito breve.

Eu também lamento a posição do Ministro André Mendonça de blindar e liberar o depoente. Isso é muito triste.

Eu acho que eu queria, primeiro, saber o que esta CPMI pode fazer, assim, oficial em conjunto. Eu acho que alguma atitude a gente teria que fazer sinceramente, além de solicitar reunião. No nosso Partido Novo, já solicitamos uma reunião com ele, mas eu gostaria de saber o que a CPMI, como o grupo, poderia fazer, porque isso tem se tornado constante. Isso realmente é um incômodo.

E a última coisa que eu queria questionar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... é um encaminhamento. Todas as votações dos requerimentos que estão em aberto ocorrerão na quinta-feira, está correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Tem mais 200 que foram apresentados, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Bom, então...

E o depoente da quinta-feira o senhor vai informar posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São dois, já estão confirmados o Sr. Américo Monte e o Sr. Silas Vaz.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E podemos ter um terceiro, dependendo das negociações.

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está ótimo, então. Encerro minha fala.

Obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente.

Presidente, quero solicitar novamente para o senhor cobrar junto ao INSS para que ele encaminhe os documentos para a gente. Até agora, não chegou à minha mão a relação dos aposentados e pensionistas que foram roubados. Nós estamos na campanha para que todos ajudem esses aposentados e pensionistas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... para que eles solicitem o cancelamento e o ressarcimento.

Aproveitando que nós sabemos que, aqui nesta sessão, temos partidos que não assinaram esta CPMI, temos partidos que não apoiam esta CPMI e que só estão aqui para atrapalhar o nosso trabalho, e isso também vem contribuindo, porque eles eram para ser os primeiros a fazer essa campanha, já que estão no Governo, para que esses aposentados e pensionistas recebessem imediatamente o dinheiro, independentemente se requereram ou não o cancelamento... Mas, infelizmente, não é o dom do partido que está aí junto com o Governo, o dom deles é roubar o povo brasileiro, mas nós estamos aqui para contribuir e fazer essa campanha...

(Soa a campanha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... para que todos possam orientar os aposentados e pensionistas para pedir o cancelamento dos descontos. É importante isso, Presidente, porque os nossos aposentados, a maioria deles é idoso e não sabe mexer com a tecnologia que existe hoje.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

Coronel Chrisóstomo... *(Pausa.)*

Oi? Está inscrito. Ele não está, depois ele...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Evair de Melo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Não, não. Coronel Chrisóstomo falou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel. Desculpe, perdão.

Montanha, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Montanha, Sr. Presidente, ainda existem muitos aposentados e pensionistas sendo roubados pelo INSS. Eu tenho rodado o meu Estado de Rondônia e, até pelo Brasil afora, tem pessoas que continuam sendo roubadas, mesmo com tudo que nós estamos fazendo, mesmo na nossa batalha aqui na CPMI, as pessoas que trabalham no INSS não brecaram, não pararam esse roubo.

A minha sugestão, Presidente, é que saia um movimento legal aqui desta Comissão ao Governo – nós temos aqui o representante do Governo –, para que pare, de uma vez por todas, qualquer tipo de desconto que está sendo tratado aqui nesta CPMI.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Traz para cá, ...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Não, tem gente sendo roubada. Tem pessoas que têm me mostrado contracheques, tem pessoas me apresentando...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Traz para cá, ué?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu vou trazer isso para cá, Presidente, está bem? Vou trazer um caso.

Líder, eu vou trazer a pessoa que me apresentou, uma idosa em Rondônia: "Olha o desconto!" Eu vou trazer o desconto aqui.

Mas isso é fato, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Traz um só.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu vou trazer isso para cá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Traz um só, está bom.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu vou trazer isso para cá, os descontos do INSS. Se nós estamos tratando disso, ninguém deveria ter sido mais descontado no seu contracheque.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Traz, traz, então.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Então, é essa a informação que eu queria passar para o senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, obrigado.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É a ocasião que faz o ladrão. Que o INSS está contaminado por ladrões, por gente sem escrúpulo, desde os programas humorísticos do Chico Anísio, ele já alertava. E claro, essas pragas vão e vêm conforme a ocasião. E os gráficos apresentados até aqui mostram que claramente, nos Governos do PT, eles afloraram muito mais, pela sua relação de promiscuidade e por saber que, se o Governo central tem corrupção na sua testa, naturalmente seria conivente com essas corrupções chamadas menores.

Portanto, o INSS está, sim, contaminado por esses maus profissionais, infiltrados lá dentro com carreiras, às vezes, até reconhecidas, mas que se usam da ocasião para fazer suas roubalheiras.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por isso que os gráficos mostram, e os indicativos mostram, principalmente nesse período final agora, em que claramente eles se organizaram para voltar para a cena do crime, esses marginais afloraram.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está muito difícil explicar para o Brasil, lá no meu Estado do Espírito Santo, por que o Governo do PT está bloqueando o Jorge Messias para vir aqui. Afinal de contas, ele é conhecedor do processo, dos trâmites, deveria vir aqui pelo bem do Brasil, mas, possivelmente, tem algo a esconder, por isso que o Governo trabalha para que ele não venha aqui.

Na mesma orientação, o tal do Frei Chico, que eu digo aqui que é frei da Sinagoga do Satanás, da Igreja ele não é, esse Frei Chico deveria vir aqui também. Obviamente que o Presidente da República usa o seu partido e os seus aliados para botar a mão na cabeça e para proteger essas pessoas claramente envolvidas com essa grande corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sou eu. *(Fora do microfone.)*

Sr. Presidente, eu quero começar a minha fala dizendo que existe um fanfarrão chamado Wolney, que marcou de vir aqui a essa CPML...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... cantou de galo, cantou de galo na imprensa dizendo que viria, que não deve nada. E agora, simplesmente, ele marcou mais um compromisso. Sabe o que é engraçado aqui aos nobres Deputados desta Casa? É que os Ministros do Bolsonaro, que são tão citados aqui, vieram aqui, já veio aqui, já deu explicação, mas o bonitão – e Ministro, lembrando, que ficou oito meses no cargo; tem um que está há três anos, o famoso Wolney... E está correndo por quê? Está querendo ir aonde?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Está querendo, ele está há três anos, ele fazia parte do Executivo, ele faz parte disso há muitos anos. Está correndo por quê?

É bom que esta Casa e quem está nos assistindo hoje tenham essa consciência, porque hoje...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... é a penúltima sessão da CPMI do ano de 2025 e a gente não conseguiu trazer figuras importantes, porque foram blindadas por pares que estão... que fazem parte da esquerda, mas estão sentados do meu lado direito hoje. Então, nós estamos falando de uma situação muito complicada aqui.

E eu fico muito triste porque quinta-feira é a última sessão. Mas eu quero ver se os ditos investigadores aqui que não têm lado e não têm nada, querem descobrir a verdade vão votar favorável à presença daquele que quer ser Ministro da Suprema Corte. Mas eu vou falar igual aquela velhinha do WhatsApp: "Vai não, viu? Vai não". O Sr. Davi Alcolumbre não vai deixar, não quer. Quero saber se eles vão votar favorável à vinda aqui do Jorge Messias, o Messias, o famoso *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art. 19, inciso I, do Regimento Interno.)*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Eu vou pedir a V. Exa. que determine a retirada aí da ata dessa manifestação feita com relação ao Ministro Jorge Messias. Não existe possibilidade de aceitar esse tipo de conduta aqui dentro da CPI, Presidente. As pessoas vão ter que aprender que isto aqui é o Parlamento, vão ter que aprender a se portar como Parlamentares, e, se não aprenderem de uma forma adequada, tem que fazer isto: manda tirar da ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Faz de conta que o Zé Chuvisco nunca falou o que ele falou agora, tá, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão de ordem está deferida.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu determino à Secretaria que retire os termos que se referiram ao Advogado-Geral da União por parte do Deputado Zé Trovão.

Deputado Rogério Correia.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por gentileza.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria que, na próxima reunião, quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... V. Exa. pudesse colocar os requerimentos que nós fazemos também em pauta, porque a blindagem vem a partir de os requerimentos não serem colocados em pauta. Então, alguns são colocados, se nós formos contra, dizem que é blindagem; mas a blindagem vem antecipada, porque V. Exa. não coloca na pauta.

Vou citar alguns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por exemplo, eu quero que venha na pauta, porque tem a ver com toda essa relação, o requerimento que diz respeito à empresa Financeira Zema. E eu digo por quê: "CGU conclui auditoria sobre crédito consignado do Auxílio Brasil e encaminha relatório ao TSE, para análise de possível uso eleitoral do benefício".

Eu fui para ver a Financeira Zema, o que é que ela tem a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só uma pergunta: eles fazem empréstimos também para os aposentados do INSS?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Fazem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ou só para servidores públicos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e é exatamente isso que eu vim dizer.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isto aqui – V. Exa. me dá um tempo a mais –, isto aqui é da própria Financeira Zema, e eu tive o desprazer de ter que estudar isso durante todo o fim de semana, porque eu conheço esse Governador, que pousa de sério, mas não tem nada de sério. Minas Gerais é uma tristeza com esse Governador, e ele simplesmente confessa que tem... Crédito consignado: 34% da carteira dele é de crédito consignado. E o pior: de BPC e daquele antigo Auxílio Brasil. Já chegou a 43%, hoje está em 34%. Empréstimo pessoal e CDC chega a 40%, e antecipação do FGTS, 19%.

Tem várias reclamações de aposentados.

Então, eu pedi a quebra, para saber o que é que essa Financeira Zema fez e por que é que ela enriqueceu tanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e a convocação do Zema.

Mas tem outros também, Presidente.

O senhor está chamando aqui o Américo Monte. O Américo Monte foi um que deu dinheiro que foi cair lá no Pastor André Fernandes. Aí falam: "É dízimo!". Ora, não é possível que nós vamos também, só por ser... "Igreja", entre aspas, porque muitas vezes é empresa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... blindar, e isso não ser colocado em votação.

Eu tenho comprovações de que tanto o Vorcaro como o Pastor Zettel, André Valadão e a Clava Forte Bank também receberam recursos que vieram de pessoas aposentadas.

Nós precisamos investigar isso, fazer a quebra, para ver se isso era dízimo ou se era lavagem de dinheiro. Mas, evidentemente, me cabe fazer a investigação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pediria a V. Exa. que colocasse todos os requerimentos, e não fizesse uma blindagem antecipada dos requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, só uma ressalva por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Aproveitando que o Deputado que me antecedeu está falando em relação às igrejas evangélicas, tentando, de uma certa forma, denegrir a imagem das igrejas... Ele pode até citar pessoalmente uma única pessoa, mas têm sido feito falas de forma desonrosa às igrejas evangélicas.

As igrejas existem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... elas promovem assistências sociais. Se não fossem as igrejas, o Estado não estaria dando conta de atender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, claro.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... porque nós temos uma grande representatividade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, o que esta Presidência pode responder e colocar é que todos os requerimentos são avaliados junto com o Relator. Os que têm pertinência efetiva ou qualquer posição...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós não queremos usar a CPMI para poder atacar ninguém, nem político, nem religioso, nada, mas tem que ter uma pertinência em relação a isso. Se você tem mil depósitos, e um é considerado... É complicado a gente poder trabalhar esse um pela relação dos outros mil.

Deputado Alencar Santana, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apenas para responder à Deputada, porque ela se referiu a mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e ela não tinha palavra para isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – De forma nenhuma eu quero generalizar as questões. Por isso eu apresentei uma lista.

Eu tenho uma lista, e não é apenas um depósito; são vários depósitos para igrejas, que geralmente são as mesmas que têm vinculação com esses pastores.

Eu vou apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depósito uma vez por mês, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou apresentar para V. Exa. e vou apresentar para o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque também não pode haver blindagem prévia por ser igreja.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, eu não estou generalizando nada. Eu estou vendo em cima de fatos concretos e respeito todas as igrejas. Estão nos RIFs, sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e vou demonstrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, faltaram muitas pessoas a virem nesse período, aqui na CPMI, como ex-Presidentes do INSS da gestão Bolsonaro: o Rolim; Diretor de Benefícios, como o Yamada; enfim, outras figuras, como o Bianco, que também foi do INSS e foi AGU, e aqui não veio. Então, parece que a blindagem foi muito forte nesse período, não tenho dúvida, não tenho dúvida!

E muito me estranha – muito me estranha, muito me estranha – que agora tenha uma decisão do Ministro André Mendonça para que o depoente de hoje, Sandro Temer, não venha, tenha o direito de não vir!

Isso é um ataque à Comissão brutal, um desrespeito a esta Comissão, a todos vocês!

Agora, ele é do núcleo de Sergipe, que tinha como seu Líder o ex-Líder do Governo Temer na Câmara Andre Moura...

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que hoje é Secretário de Governo do Governador do Rio de Janeiro.

Olha só, olha só!

E, de repente, tem uma decisão para que ele não venha.

E esse núcleo mobilizou 500 milhões – 500 milhões –, que eles roubaram dos aposentados do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Líder deles está lá, sendo Secretário de Governo do Cláudio Castro, cujo assessor recentemente pediu demissão, dizendo que ali era um covil de criminosos – assessor lá do Governo do Rio de Janeiro.

E agora tem essa decisão, blindando essas pessoas de aqui virem depor, da mesma maneira dizendo que o que vai depor, daqui a pouco, se de fato falar, Presidente, mais dez segundos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... que é o Jucimar, que foi Vereador do PL – foi Vereador do PL –, lá numa cidade do Amazonas, bolsonarista roxo e que subiu, ascendeu no INSS, durante a gestão do Oliveira, que virou Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos deixar o Parlamentar se manifestar. Depois...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... como ele mesmo disse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... por convite direto do Onyx e do Bolsonaro.

Olha só!

E, de repente, tem uma decisão, e todos nós o esperando, para que ele possa ficar silente, calado.

É muito ruim essa blindagem, essa tentativa de impedir que a investigação continue e chegue, traga para nós a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Muita gente está temendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, eu quero fazer – antes de entregar ao Líder Paulo Pimenta, já também ao Líder Marinho – uma proposta inicial aqui de trabalho: para que a gente possa atender a todos os chamados, nós precisaremos, pelo menos, de mais dois meses de CPMI, porque a gente não consegue, até lá, atender a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dado prioridade aos operadores, aos que roubaram dinheiro, aos que receberam dinheiro, aos que gastaram dinheiro com Ferraris... Essa tem sido a prioridade do nosso trabalho. Agora, nós podemos, desde já, Líder Marinho e Paulo Pimenta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Uai, Pimenta: ele não está me cobrando aqui que a gente possa ouvir todo mundo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, nós vamos colocar um requerimento em andamento na Câmara e no Senado, pedindo a prorrogação da CPMI por mais 60 dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Depois da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não sei.

Eu, como Presidente, estou propondo e vou colocar esse requerimento, para que a gente possa ampliar por dois meses. Aí, nós vamos poder ouvir todo mundo.

Deputado Paulo Pimenta...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E suspende o recesso, inclusive.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o pessoal está muito nervoso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, faz parte.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eles estão preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sóstenes, por favor.

Deputados Sóstenes, por gentileza.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nem começou ainda o depoimento do Jucimar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não entendi, não entendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você está usando o microfone, eu não estou falando no microfone.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas é a minha vez de falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não entendi, Presidente, qual é que é.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu também não. Mas, por favor, com a palavra, Excelência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolve meu tempo aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E olha que eu me esforço.

Dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, quero fazer um registro aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tive a oportunidade de fazer um roteiro grande, no Rio Grande do Sul, esse final de semana, e a quantidade, Sr. Presidente, de aposentados, aposentadas e pensionistas que agradecem... Em primeiro lugar, reconhecem o trabalho que nós estamos fazendo aqui. Mas, Sr. Presidente, agradecem a devolução do dinheiro que foi roubado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem condição, Presidente. Não tem condição. O pessoal tem que respeitar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Eu vou manter o direito de a pessoa falar e ser ouvida. Todos aqui têm direito a isso. Por que eu não vou fazer para um e para outro?

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Mais dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

Devolve o meu tempo, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não... Devolve o meu tempo aí, homem do relógio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. São só dois minutos, não dois e...

Aí... Vamos lá.

Pronto, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por onde eu andei, Sr. Presidente, eu recebi...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, a quantidade de pessoas que está acompanhando o trabalho da CPI. Porque uma coisa é a investigação da Polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que não tem visibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E as pessoas começaram a entender o que aconteceu nesse roubo dos aposentados e das aposentadas, Sr. Presidente, depois do nosso trabalho.

E é impressionante, Sr. Presidente, a maneira positiva... Nunca, na história deste país, nunca antes, na história deste país, Sr. Presidente, o Governo tinha determinado que fosse devolvido o dinheiro roubado dos aposentados, das aposentadas, e até do BPC, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando as pessoas...

Muita gente não sabia, Sr. Presidente. Foi uma surpresa para muita gente aquela informação, na semana passada, de que foi nas vésperas das eleições do ano retrasado que o Governo Bolsonaro liberou o roubo dos BPCs, Presidente. Muita gente não sabia! Não sabia, Sr. Presidente, que as pensionistas só foram roubadas por causa daquele decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onix.

Então, Presidente, nós estamos quase que fazendo aqui um serviço de utilidade pública, porque a população está entendendo esse esquema criminoso de saque dos aposentados promovidos a partir do momento em que a quadrilha entrou para dentro da máquina do Estado do Governo Bolsonaro.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa. e dizer que é um grande reconhecimento do povo gaúcho, porque nós desvendamos a quadrilha...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... as pessoas estão sabendo a verdade e, mais do que isso, satisfeitas com a devolução do dinheiro que foi roubado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Muito obrigado, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho que concordar com o Deputado que me antecedeu, porque a pesquisa aqui do PoderData diz que, entre eleitores com 60 anos ou mais, a avaliação de ótimo e bom do Governo Lula, do início do ano para cá, quer dizer, com a interferência da CPMI do INSS, caiu de 47% para 21%. Resumindo, entre os eleitores de 60 anos ou mais, o Governo Lula perdeu 26 pontos. Não sou eu que estou falando, não: é o PoderData.

Então, eu tenho que concordar com o Deputado que me antecedeu, que diz que anda no Rio Grande do Sul, os aposentados agradecendo. Não é, não. Eu ando no Rio de Janeiro, e um aposentado lá de Copacabana, de Rio das Ostras, de Friburgo, de Petrópolis...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... de Teresópolis, de Volta Redonda, eles agradecem, sim: "Luiz, agradeça os Deputados de direita, porque aqui a minoria é esquerda. A maioria dos Deputados de esquerda não estão aqui porque sabem que perdem votos". É difícil defender o indefensável.

O senhor que eles falaram aqui, o seu Jucimar, que vai estar aqui, foi nomeado pelo Lupi e assinou 34 mil benefícios para a Contag, que é um sindicato petista, que tem até cartinha do MST lamentando as investigações. A cada R\$10 que são roubados do aposentado, R\$4 vão para a Contag.

Olha, são artistas, os Deputados do PT são artistas: têm um poder de dramaturgia e persuasão assim incrível. É uma fantasia. É um mundo fantástico do bloco e do Rio Grande do Sul.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, esperem aí! Por favor, só um instantinho, Deputado. Não, olha...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu quero dois minutos, de novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, por gentileza, ele está se manifestando, tem o direito de falar, de ser ouvido, de ser colocado, sem interrupção. Por gentileza, eu vou pedir mais uma vez... Só temos também ele, o Deputado Luiz Lima, e o Senador Rogerio Marinho. Aí encerramos e vamos para a fase...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Restituir o tempo dele de novo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar o tempo dele com tranquilidade, mas eu vou pedir mais uma vez para os senhores não interromperem.

Não, dois minutos para o Deputado Luiz Lima, por favor, por gentileza.

Agora, o próprio PL, pessoal, por gentileza...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu não vou nem usar os dois minutos, eu só vou repetir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço se não usar o tempo todo, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu só vou repetir, aqui é pesquisa do PoderData. A cada sessão dessa, nós temos 500 mil visualizações ao longo da exposição dos vídeos. A gente tem mais de 15 milhões de pessoas que assistiram a esta sessão. A pesquisa é verdadeira, o Lula perdeu 26 pontos entre os eleitores acima de 60 anos.

E esses ataques aqui ao Governador Zema, que vêm sempre de um Deputado de Minas Gerais, é um desespero. O Governador Zema é o único presidenciável hoje que vence Lula no Estado de Minas Gerais, o segundo mais populoso do Brasil, que define a eleição nacional, porque o Estado de Minas é o Brasil, é do Vale do Jequitinhonha a Uberlândia, Belo Horizonte, e tem todos, ali, os índices de vulnerabilidade social do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Zema ganha do Lula em Minas Gerais por 49 a 37. É a última pesquisa da Paraná; por isso, o desespero deles. Eles sabem que uma união da direita no Brasil, organizada, vence o Presidente deles.

Olha a juventude brasileira. Percebam que os mais idosos no Brasil, que viveram momentos políticos... É o quinto mandato do Governo petista nesse século. A aprovação do Governo Lula entre senhores e senhoras de 60 anos, vovôs, vovós, aos pais que cuidam do amor dos seus filhos, que tinham um valor de família forte nos anos 80, somente 21% apoia o Governo Lula. Essa é a verdade em números e fatos.

Obrigado Presidente Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador Rogerio Marinho como o último inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu tinha me inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Medeiros, por favor, pode colocar. Realmente tinha pedido.

Pois não, Senador?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Medeiros não é membro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, é a Excelência. Como não membro, não posso dar a palavra agora, Excelência. Desculpe, viu?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu peço só que V. Exa. reponha o tempo lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, dois pontos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, eu acredito que, a cada sessão que nós estamos tendo a oportunidade de realizar aqui, fica mais claro na cabeça do cidadão brasileiro que o INSS sempre teve ou sempre esteve no alvo, na alça de mira, desculpe, daqueles que querem perpetrar crimes. Há uma diferença fulcral que ficou muito bem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrada aqui, ao longo desses meses. Existem governos que convivem com o crime e até se locupletam com ele, e existem governos que combatem o crime.

Então, o Governo do Presidente Bolsonaro se inicia com uma medida provisória contra fraude. E, ao longo desses anos todos, uma série de ações foram implementadas justamente para criar obstáculos, para impedir que a fraude ocorresse.

Nunca é demais lembrar que existe quase R\$1 trilhão de orçamento da previdência, entre previdência e assistência social todos os anos. Nós estamos falando aqui de dezenas de milhões de brasileiros que são beneficiados...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... pelo nosso sistema de seguridade social. É uma responsabilidade de todos nós é tornar esse sistema cada vez mais seguro, cada vez mais rígido e menos susceptível a fraudes.

Eu acredito que o PT tem uma dificuldade em entender que governou, ao longo desses anos, de 2000 para cá, 16 anos. Eles se comportam como se tivessem chegado agora ao Governo. Então, essas fraudes, esses desvios, essa malversação de recurso público tem muito a ver com a palavra PT – está no DNA do partido.

E nós temos aqui a obrigação de colocarmos a nu, desvendarmos o problema e encontrarmos soluções. Eu quero aqui elogiar o trabalho desta Comissão de uma maneira inclusive generalizada. Nós sabemos aqui que há um embate político.

Agora, eu espero que, na próxima sessão, que vai ocorrer na próxima quinta-feira, Sr. Presidente, nós tenhamos a possibilidade de retirar a blindagem com aqueles que têm vínculo. Hoje, está aqui o *Metrópoles*: ex-publicitária do PT, que está sendo blindada nesta Comissão porque recebeu 5 milhões do Careca, foi identificado que também era sócia no negócio de maconha do Sr. Antônio Camilo.

Então, não é possível que o PT, na quinta-feira, não vá votar favorável à quebra do sigilo e à convocação dessa senhora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Fabio Costa, o último inscrito. Pois não.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando o assunto é desrespeito, a esquerda não tem absolutamente nenhum limite. A gente está discutindo aqui assuntos que dizem respeito ao roubo dos aposentados, e aqui os blindadores do Governo vêm falar de religião, Zé Trovão, da crença das pessoas, da fé das pessoas, criticando aqui, falando que a igreja não tem que funcionar 24 horas.

Enfim, eu realmente não compreendi com o que isso tem relação, um ataque gratuito à religião dos brasileiros.

Agora, eu proponho aqui – já que eles estão falando tanto aqui do Zema –, eu tenho certeza, Deputado Marcel van Hattem, que o Governador Zema, caso fosse chamado aqui, viria voluntariamente e falaria aqui com muita tranquilidade acerca da sua gestão.

Agora, eu proponho aqui um acordo com os integrantes aqui do Governo, com os blindadores dos assaltantes, que a gente também possa convocar o Frei Chico, que possa convocar o Wolney Queiroz, que possa convocar também...

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... o Jorge Messias, para a gente aqui descobrir, Sr. Presidente, quem verdadeiramente quer descobrir quem assaltou os nossos aposentados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Delegado Fabio Costa.

Oitiva do Sr. Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios do INSS.

Requerimentos: 43, Senador Izalci Lucas; 424, Senador Carlos Viana; 438, Deputado Zé Trovão; 449, Deputado Beto Pereira; 468, Deputado Marcel van Hattem; 540, Deputado Rogério Correia; 775, Senador Randolfe; 818, Senador Rogerio Marinho; 896, Senador Fabiano Contarato; 1.123, Deputado Paulo Pimenta; 1.146, Deputado Orlando Silva.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Polícia Legislativa e à Secretaria que tragam o Sr. Jucimar Fonseca da Silva, para que possa tomar assento junto à Presidência. *(Pausa.)*

Quero agradecer a presença do Oficial de Justiça Lucas Marcell Araújo, responsável pelo cumprimento da condução coercitiva no Estado do Amazonas solicitada por esta Presidência.

Antes de iniciarmos o depoimento, quero agradecer também à Advocacia e à Polícia do Senado Federal pelo empenho em trazer o depoente nesta data, que vem à Comissão depois de duas faltas, por meio de condução coercitiva.

O depoente foi conduzido a partir da decisão desta Presidência, ratificada por ordem da 15ª Vara Federal Criminal de Brasília, de Lavra do Dr. Frederico Botelho de Barros Viana, cumprida em Manaus, no Amazonas.

Nessa oportunidade, congratulo o mencionado Juiz Federal por resguardar os direitos e prerrogativas dessa CPML previstos na Lei 1.579, de 1952, em especial, de ouvir os depoentes que são convocados e conduzi-los coercitivamente, caso faltem sem justificativas razoáveis.

Ainda registro que o depoente foi convocado na condição de testemunha.

Agora vou aguardar a presença do advogado.

Por favor, Sr. Jucimar.

Boa tarde.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA *(Fora do microfone.)* – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde, Dr. Cícero.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS *(Fora do microfone.)* – Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS *(Fora do microfone.)* – Boa tarde a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...*(Tumulto no recinto.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, acalmem-se, senhores.*(Intervenções fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vamos dar sequência aqui nos trabalhos, por gentileza. Por gentileza.

Senhores, registro que o depoente foi convocado na condição de testemunha e teve pedido de Habeas Corpus nº 265.636 não conhecido pelo Ministro Dias Toffoli.

Sendo testemunha, o depoente, além de servidor público, é obrigado a responder as perguntas formuladas por esta Comissão. Ainda, o depoente é servidor público e não pode calar a verdade por dois motivos.

E aqui, Sr. Jucimar e advogado, eu peço, por gentileza, a atenção.

Primeiro, pelo risco de ser preso por falso testemunho. Segundo, diante das sanções que pode sofrer por ser servidor público de carreira, as quais podem, inclusive, envolver a perda de cargo.

Considerando que há aparecer da junta médica do Senado a respeito da condição de saúde do depoente, informo que esta Presidência adotará todas as cautelas necessárias para que o depoimento transcorra dentro da normalidade. Haverá uma equipe de saúde nas proximidades da Comissão, caso haja... existam quaisquer intercorrências.

Dr. Cícero, primeiramente o seguinte, o senhor é bem-vindo. Obrigado pela presença. O senhor poderá interromper a sessão a qualquer tempo e hora, por solicitação do Sr. Jucimar ou para orientação do seu cliente, perfeitamente? O senhor tem toda a liberdade para isso, assim como o Sr. Jucimar também poderá fazer interrupção por questões particulares, para que a gente possa ter aqui toda a ampla defesa garantida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor deseja se manifestar, Sr. Cícero?

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, mais uma vez, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa tarde.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Apenas para... Já foi informada à Secretaria desta CPMI a decisão no Habeas Corpus 265.768, do Ministro Luiz Fux, que garante o direito ao nosso cliente a não responder as perguntas que a defesa técnica acha que possam incriminá-lo e também o direito de ele não ser preso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, a Comissão ainda não foi formalmente notificada do *habeas corpus*, apenas por V. Exa.

Aqui há um rito, o Supremo tem que nos enviar essa comunicação. Então, o que eu sugiro é que o senhor peça ao seu escritório que faça esse pedido ao Supremo para que chegue aqui, às mãos desta Presidência, o mais rápido possível.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Presidente, foi dada força de ofício à decisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por gentileza... Mas eu ainda não fui comunicado formalmente, então até lá ele é obrigado a responder todas as perguntas. E outra coisa...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Nós reiteramos que foi dada força de ofício, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não foi, Excelência.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – E encaminhado à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência ainda não foi comunicada oficialmente sobre o *habeas corpus* e os termos dele.

Até onde... É bom deixarmos claro: as perguntas sobre incriminação o senhor terá todo o direito de dizer, mas esta Comissão também poderá dizer se ela é pública, de conhecimento notório, ou não, Doutor. Isso a gente tem deixado muito claro aqui em relação às perguntas que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

são feitas sobre tempo de trabalho, questões até mesmo relacionadas à carreira dele como servidor público.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – A gente trabalha de uma forma justa e perfeita, e ele está respaldado no direito de não responder o que ele achar que o incrimine por conta do HC.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Constituição garante esse direito, Excelência.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Só para que V. Exa. tenha o conhecimento – e a gente acompanhe o trabalho desta CPMI –, houve outros problemas com outros colegas advogados. Eu já nasci com o nome de advogado, minha mãe colocou o meu nome de Cícero. Eu tenho muito orgulho de ostentar esse bóton aqui da Ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, o senhor pode se manifestar aqui sobre as questões do seu cliente. O senhor não venha fazer discurso aqui, não, por gentileza.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Vai fazer campanha aqui?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Cícero, já não estamos começando bem. Não estamos começando bem.

Outra coisa...

Senhores, por favor! Senhores, por gentileza!

Eu vou pedir ao senhor, a V. Sa. que, quando for se manifestar, manifeste-se a esta Presidência, para que eu possa tomar as providências. O.k? E assuntos pertinentes a esta Comissão, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: até que o *habeas corpus* chegue à minha mão, para que eu possa ler o que está escrito, o compasso desta sessão será ele responder a todas as perguntas.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Excelência! Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Jucimar, o senhor tem 15 minutos.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – V. Exa. está dificultando o trabalho da defesa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estou dificultando não, Excelência.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – A defesa tem um *habeas corpus* concedido, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cícero, não estou dificultando. Tenho o maior respeito pelo seu trabalho, mas, até que eu seja notificado do conteúdo de um *habeas corpus*, eu vou seguir o que está aqui. Nós não fomos formalmente notificados.

Vou ler aqui o termo de compromisso que o depoente é obrigado a responder.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Sim. Vou assinar o termo, mas com a ressalva de que, como V. Exa. já falou, Senador Carlos Viana, existe o direito constitucional, o princípio da não autoincriminação, de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Inclusive, isso estava escrito na convocação que recebi de V. Exa.

Então, só me resguardo a esse direito de, em determinadas perguntas que eu entender que possam me autoincriminar, eu ter o direito ao silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O seu direito será garantido, Sr. Jucimar.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... previsto no art. 5º da Constituição Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O senhor terá.

Eu vou solicitar ao senhor o seguinte: quando a pergunta o senhor entender, com o seu advogado, sua defesa, que se trata de algo que possa incriminar, o senhor responderá: "Não responderei essa pergunta, exercendo o meu direito...".

Perfeito?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Jucimar Fonseca da Silva, por 15 minutos, para uma apresentação pessoal.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, Exmo. Sr. Relator, Deputado Federal Alfredo Gaspar, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, meu advogado, Dr. Cícero, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a Deus pela vida, pelo dom da vida, pela oportunidade de estar aqui, hoje, e queria deixar registrado nos *Anais* desta Casa que, em nenhum momento, eu me neguei a vir prestar depoimento aqui como testemunha nesta CPML.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um atestado médico de um psiquiatra, eu estou tomando medicação – eu estou tomando medicação – e disse para esta CPML que, assim que eu tivesse alta médica, eu viria para esta CPI, que, inclusive, vai terminar em março. Eu tenho um atestado de 30 dias que se encerra no dia 12 de dezembro, e eu estou vindo depor aqui, hoje, com atestado médico... Eu agradeço ao Presidente, que está colocando a sua equipe médica à minha disposição, mas quero deixar registrado nos *Anais* desta Casa que eu entendo que o parecer da perícia médica do Senado é um parecer arbitrário – eu não fui consultado, o meu médico não foi consultado. Com base apenas em informações do atestado, eles disseram que eu estava apto para vir depor. Então, quero deixar isso registrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dito isso, eu queria dizer a todos aqui que sou servidor do INSS, do concurso de 2013, portanto tenho mais de 12 anos de serviço. Eu atendia a população brasileira no meu município, Manacapuru, Amazonas, no balcão. Eu sou funcionário do chão de fábrica. Vim para Brasília para exercer o cargo de chefe da Divisão de Consignação no final do ano de 2021, não havendo por detrás da minha nomeação qualquer indicação política, que isso fique registrado. O critério para a minha nomeação foi eminentemente técnico.

Fui chefe de divisão eu não lembro bem se foi de outubro ou setembro de 2021 até abril de 2023, quando fui alçado ao cargo de Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios. Sobre isso, eu queria deixar bem claro: eu sou... eu era um Coordenador-Geral e sobre a minha... Eu estava sob a autoridade hierárquica do Diretor de Benefícios, do Presidente do INSS, portanto eu não tinha poder decisório sobre essas questões que estão sendo apontadas pela CPI. Eu até vou usar aqui um neologismo: eu tinha poder "sugestório" para me manifestar tecnicamente sobre a razoabilidade ou não de uma determinada situação, mas eu não tinha poder decisório. Vocês sabem que, hierarquicamente, meus Diretores e o Presidente do INSS poderiam revogar, ou pedir, ou negar, ou indeferir, ou não concordar com as minhas sugestões técnicas.

E outra coisa que eu queria aproveitar o momento para deixar registrada aqui: que essa nomenclatura, Coordenador-Geral de Pagamento, é uma nomenclatura que deixa a entender – até a imprensa acha – que era eu que liberava pagamentos para as entidades. Eu era Coordenador-Geral de Pagamento de Benefícios para os aposentados e pensionistas do INSS, que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

são mais de 40 milhões. A nossa folha de pagamento já está em mais de 70 bi mensais, chegando praticamente a 1 trilhão no final do ano. É o maior programa social da América Latina. E era essa folha de pagamento que eu gerenciava, acompanhava. Eu não pagava a entidade. Que isto fique bem claro: eu não era ordenador de despesa para pagar a entidade associativa. Enquanto fui Chefe de Divisão, o Coordenador-Geral de Pagamentos era o Sr. Cheque, Sergio Cheque. Eu era Chefe de Divisão e eu me lembro de que, enquanto eu era Chefe de Divisão, no final do ano de 2021, eu não tratava do assunto desconto de mensalidade associativa. Não era comigo, eu só tratava de empréstimo consignado, um assunto, inclusive, que está sendo levantado por esta CPMI, que entendo que também é um tema muito importante para ser discutido e debatido nesta Casa. Mas eu cuidava apenas disto: de empréstimo consignado.

Eu passei a cuidar de desconto de mensalidade associativa, a acompanhar, a partir de abril de 2022, quando a Divisão de Acordos Nacionais, a Danb, foi extinta porque o Regimento Interno do INSS mudou em março de 2022, e as competências que eram dessa Divisão de Acordos Nacionais foram assimiladas, transferidas para a Divisão de Consignações, da qual eu era chefe.

Então, que fique registrado isto: que eu nunca assinei autorização de pagamento porque eu não era ordenador de despesa para pagamento de entidade. Eu acompanhava, mas quem assinava as autorizações de pagamento era o Chefe da Divisão de Consignações – eu era Coordenador-Geral – e o Diretor de Benefícios, que é o ordenador de despesa. E quem fazia o pagamento, a ordem bancária para a conta das entidades era a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, que fazia a transferência bancária para o Banco do Brasil e a OB ia para as entidades.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor poderia repetir? Diretoria...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na época, o senhor se lembra do nome de quem fazia isso ou não? Quando começaram os descontos, quem era o responsável pela diretoria, para que possa constar aqui?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Enquanto eu era coordenador, o responsável pela Diretoria de Finanças, durante algum tempo, foi o próprio Stefanutto, que depois se tornou Presidente, e posteriormente a servidora Débora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O senhor pode continuar, por gentileza.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quero deixar registrado aqui, porque já é de conhecimento dos órgãos de controle da Controladoria-Geral da União e do próprio TCU, que fizeram auditorias no desconto de mensalidade no empréstimo consignado, que é notório, na imprensa, que eu trabalhava com uma equipe extremamente reduzida para gerir toda a folha de pagamento do INSS. Eu tinha dois servidores, Carlos Henrique e João Jackson, para cuidar dos agentes pagadores, os bancos que fazem pagamento. Mais de 23 bancos, eu tinha apenas dois servidores, o Reinaldo e o servidor que me fugiu o nome agora... E para gerir o desconto de mensalidade associativa eu tinha apenas um servidor lotado na divisão de consignações e um chefe de divisão. Os órgãos de controle sabem disso. Muita responsabilidade. Eu cuidava da prova de vida do INSS. Quando houve a inversão do ônus da prova, aonde o beneficiário não era mais obrigado a comparecer na agência bancária ou num APS para fazer a prova de vida, porque nós fizemos a virada de chave, e hoje nós consultamos as bases. Toda vez que um cidadão vai... *(Pausa.)*

Toda vez que um cidadão vota, toda vez que um cidadão é vacinado... então, nós demoramos muito tempo para implantar isso. Foi um trabalho hercúleo da Dataprev, da minha equipe de trabalho, que ainda é reduzida, que se encontrava mensalmente na Dataprev no Rio de Janeiro, para especificar o produto, para correr atrás das bases. Nós oficiamos o TSE, nós fizemos reuniões infintas para trabalhar a questão da prova de vida. Então existiam matérias extremamente importantes e sensíveis na minha Coordenação-Geral de Pagamentos, que tomavam toda a nossa energia para uma equipe tão reduzida.

Então, dito isso, quero dizer para os senhores que não houve omissão. Nós fizemos o que nós podíamos como área técnica, mas nós não tínhamos equipe. Isso é notório. Isso está na imprensa. A CGU sabe disso, o TCU sabe disso. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores, quando eu recebi, em março de 2022, as competências da Danb na Dcben, que era a minha divisão de consignações, a Danb tinha sido... As últimas chefes da Danb eram a Ana Carolina Tietz, uma servidora do INSS também, e a Márcia Soares. Eu recebi da Danb 16 ACTs que já estavam ativos à época – 16 ACTs que estavam ativos em março de 2022, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Diretoria de Benefícios.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Então, qual era a tarefa da Dcben? Era analisar pedidos de ACT, era acompanhar a execução desses ACTs. Isso também é notório, porque já falei para os órgãos de controle. As nossas fiscalizações, por causa da equipe reduzida, eram fiscalizações... Primeiro, não havia uma portaria, não havia um normativo estabelecendo como seriam essas apurações. Não havia. As nossas fiscalizações eram reativas, não eram fiscalizações proativas. Sempre que recebíamos uma denúncia do MPF, nós atuávamos no processo, muitas vezes diligenciando junto às entidades, formalizando, notificando via ofício – era o que a gente podia fazer. Mas digo para os senhores que eu fiz tudo o que estava o meu alcance para que pudéssemos fazer o melhor trabalho, mas a nossa equipe realmente era muito reduzida.

Então, eu costumo dizer que essa matéria do desconto de mensalidade associativa, elas fizeram a caixa da Dcben – que já estava lotada de processos de empréstimo consignado – dispararem. Então, a gente tinha 100 processos cuidando na caixa da Dcben, passou a ser 400, 500 processos, chegou até mil. Humanamente impossível para um servidor e um chefe de divisão cuidarem disso.

Então, dito isso, eu quero realmente agradecer a Deus pela vida. Estarei à disposição, Senador Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... Relator, Deputados, que a gente conhece só pela televisão. É uma honra estar aqui com vocês. Eu espero que esta reunião seja eminentemente técnica. Eu sei que abrir os políticos a segregações políticas... E quero deixar bem claro: eu não fui indicado no INSS por nenhum político. Estou aqui para colaborar com o que for necessário e o que estiver ao meu alcance.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Quero apenas fazer uma observação aqui ao Plenário sobre a fala do Sr. Jucimar em relação à junta médica do Senado. Ele foi convidado, avisado e recebeu todas as notificações, mas não compareceu no dia que foi marcado para que pudesse ser avaliado pelos representantes da junta médica do Senado. Portanto, eu gostaria muito que fosse colocado também... ficasse o registro feito aqui.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero saudar V. Exa. e, saudando V. Exa., estender aos demais Parlamentares, jornalistas, servidores da Casa, advogado e depoente.

Olha, isso parece aquele encontro do primeiro namoro: você espera, espera, espera e a moça nunca aparece. Hoje, depois de várias tentativas, nós estamos tendo o encontro com o depoente.

Sr. Jucimar, eu vi que o senhor é conhecido por Soldado do Proerd. Por que esse apelido?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu fui policial militar no Estado do Amazonas durante 12 anos da minha vida e, durante grande parte desse tempo que eu estive na polícia militar, a quem presto toda a minha reverência, a brios corporação do Estado do Amazonas, acredito que, durante esses meus 12 anos, 8 anos foi como instrutor do Proerd, que é um programa muito lindo, programa educacional de resistência às drogas, onde o policial militar vai fardado para as escolas orientar as crianças a respeito da prevenção ao uso e abuso de drogas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aproveitar que o senhor está citando o Proerd, fui Secretário de Segurança duas vezes e o Proerd ajudou muito a prevenir ataques às nossas crianças e adolescentes. Dar um abraço na Coronel Valdenize, que esteve à frente do Proerd durante muitos anos, não sei nem se se encontra.

Mas por que eu perguntei isso para o senhor? Olha, há um tempo o senhor estava protegendo com seu trabalho crianças e adolescentes e agora o senhor sentado aqui para explicar um ataque a aposentados e pensionistas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha como o senhor mudou de polo, olha como o seu estado de origem, o Amazonas, deve conhecer o senhor como soldado do Proerd, e agora o senhor está numa CPML, para explicar a sua atuação perante esse roubo bilionário a aposentados e pensionistas.

Vai depender das suas respostas o que a sociedade vai julgar sobre o senhor.

Mas antes, Presidente, eu queria comunicar que, assim como o Deputado Rogério Correia disse que passou o final de semana estudando, faz muitos finais de semana que eu estou com a equipe também estudando, e tive outra surpresa desagradável. Me parece que o Sr. Stefanutto, a quem ele se referiu, não recebia apenas a mesada de 250 mil do núcleo Conafer. Há sérios indicativos de que o Sr. Stefanutto é muito sabidinho. Ele também recebia 250 mil, pelo mesmo núcleo, através da Sra. Cecília Mota, que aqui prestou depoimento.

Então, dupliquem a mesada criminosa do Sr. Stefanutto, de R\$250 mil, para R\$500 mil.

Para deixar isso logo como o primeiro tento descoberto em relação à ligação do Sr. Stefanutto com a Conafer, a Polícia Federal estabeleceu. E, agora, a equipe técnica aqui descobriu o mesmo caminho, via núcleo de Cecília Mota, que passou 5 milhões para o núcleo do Stefanutto.

Mas 250 mil por mês já está comprovado, aumentando essa mesada para o Sr. Stefanutto, que veio para cá e teve alguns Parlamentares que o elogiaram, dizendo que ele estava com a verdade, esclarecendo, decente. Ele se gabou disso aí.

Na verdade, o Sr. Stefanutto é um grande corrupto, comprovadamente, no que nós apuramos até agora.

Sr. Jucimar, uma curiosidade: o senhor disse aqui que ninguém politicamente o ajudou. Primeira curiosidade: o senhor entrou quando no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2013.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor era lotado onde?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em Coari.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em Coari. O senhor ficou em Coari até que ano?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fiquei por três ou quatro meses.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua última permanência no Amazonas, enquanto funcionário do INSS, foi em que ano?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2021.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2021. De lá o senhor foi para onde?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Vim direto para cá.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, a minha curiosidade: o senhor, um funcionário do INSS lá do Amazonas, veio para cá para onde?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Vim para a Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Como o senhor conseguiu esse deslocamento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu era, à época, Coordenador, eu era Coordenador do Seguro Defeso do Pescador Artesanal, lá no Amazonas, e a gente trabalhava com os ACTs (Acordos de Cooperação Técnica) também, para que as entidades pudessem dar entrada nesses benefícios.

Elas possuem acordos, existem vários acordos nacionais com essas entidades, e, na época, entraram em contato com o Gerente-Executivo de lá, o Sr. Raimundo – que até hoje continua como Gerente-Executivo no Amazonas –, porque precisavam de um servidor que entendesse de ACT para ajudar, porque aqui na direção central estavam precisando. E, aí, eu vim convocado.

Inicialmente, passei 30 dias; depois mais 30 dias. Foi quando eu fui convidado para assumir a Divisão de Consignações, de que ninguém queria ser chefe.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conta quem te convidou.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ingrid Ambrozio e uma servidora de que eu não me lembro o sobrenome, mais conhecida como Maia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa era a minha primeira dúvida: quem o trouxe para Brasília, definitivamente, foi a Sra. Ingrid Ambrozio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ela que me convidou, mas ela não tinha poder de nomear; apenas de indicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela estava... Mas ela o indicou.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Me indicou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela estava em que posição quando o indicou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ela era Coordenadora de Pagamentos e Gestão de Benefícios (CPGB), abaixo do Coordenador-Geral de Pagamentos, que na época era o Sr. Sergio Cheque.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, assim o senhor chegou a Brasília.

Quando o senhor chegou a Brasília, qual foi a função que o senhor assumiu?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como disse, fui convocado, porque existe esse sistema de convocação, e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor chegou a Brasília, qual foi a...?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... já fui convidado para assumir a chefia da Divisão de Consignações...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De Consignações...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que, neste momento, só tratava de empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor chegou a Brasília cuidando da chefia de consignações. E o senhor mudou de cargo em qual período?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Abril de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para qual cargo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Coordenador-Geral de Pagamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 21, quando o senhor veio para Brasília, o senhor se reportava a quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu me reportava à Ingrid, que era minha chefe imediata...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... me reportava o Sr. Sergio Cheque e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... salvo engano, na época, eu acho que era ao Oliveira, que era o Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Dirben.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Da Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, em 2023, quando o senhor mudou de função, o senhor se reportava a quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Diretor de Benefícios era o Sr. André Fidelis, e o Presidente do INSS era o Sr. Andre Glauco... Ou Glauco Andre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor se reportava a quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ao Diretor de Benefícios...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao Diretor de Benefícios.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... André Fidelis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a sua trajetória profissional em Brasília, no INSS, pouco importante se no consignado ou no desconto associativo, sempre foi vinculada ao Diretor de Benefícios.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, porque, hierarquicamente, a divisão e a coordenação ficam no escopo da Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estamos com a pessoa certa.

O senhor chegou com 16 ACTs no consignado e, quando o senhor... O senhor hoje ainda está no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Estou afastado por ordem judicial. O INSS, administrativamente, tem me...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até a ordem...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Há 60 dias, eu estou afastado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até a ordem chegar, quantos ACTs tinham na sua divisão?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ai, já tinha 40... 41, salvo engano; 40 ou 41.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor, veja, chegou com 16, deixou com 40. Tá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que nós temos aqui na prática? Por que esta CPMI existe? Porque um quadro associativo – coloca aqui, por favor –, um quadro associativo e sindical descontou, ao longo de dez anos, R\$10 bilhões.

Deixe eu lhe mostrar a sua jornada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor chega ao INSS com 567 milhões/ano...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nessa época, o desconto de mensalidade associativa não era responsabilidade minha. Passou a ser em 2022, em março de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, então vamos para 2022.

Em 2022, foi justamente onde deu um salto, de 567, para 820 milhões. Aí veio 2023, dobrou: foi para 1,6 bilhão. Veio 2024, triplicou: 3,5 bilhões.

O senhor, nessa base até o topo, o senhor estava no núcleo do desconto associativo.

Vou perguntar ao senhor: qual o papel do chefe... É coordenador geral ou chefe de pagamento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É... O chefe de divisão...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... e depois coordenador-geral de pagamentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Qual é o papel do coordenador-geral de pagamento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Acompanhar a elaboração dos ACTs, a feitura dos ACTs pela Dcben – no caso, quando eu era Coordenador –, e acompanhar o funcionamento e o cumprimento das cláusulas do ACT. Basicamente isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, quando o senhor estava no consignado, qual era a sua função?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mesma função, só que referente à matéria dos consignados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Enquanto o senhor esteve no consignado, quantos ACTs de instituições financeiras foram fiscalizados?

Não era o seu papel?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Já falei isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu já entendi. Eu quero saber quantos.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tenho de cabeça quantos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, de quantas instituições financeiras, enquanto o senhor esteve na questão do consignado, o senhor sugeriu ser suspenso o ACT?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que eu assinei... Não lembro, não me recordo se foi eu que assinei a nota técnica, em dezembro de 2021, para suspensão do ACT do Banco C6, Ficsa.

A nossa sugestão inicial era que ele fosse suspenso por 45 dias, mas depois, ali, numa dosimetria do... Porque, como disse, nós não temos o poder decisório. No poder decisório do Diretor de Benefícios, a suspensão caiu para cinco dias de suspensão.

Eu lembro bem, mas nós abrimos vários processos apuratórios, que eram instruídos, e inclusive isso foi informado para a CGU. A CGU tem conhecimento disso e acesso a todos os processos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda, fora o C6 – de que eu já fiz o requerimento de convocação do CEO –, o senhor recorda quais bancos ou quais financeiras o senhor sugeriu fiscalização?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu me lembro, acho que, do Paraná Banco, do banco não sei se do Banco Daycoval...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também está no meio dos requerimentos.

Quem mais?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Esses dois eu me lembro bem.

Eu acho que tinha um processo de apuração contra o Bradesco, porque ele tem uma... O Bradesco consignados, que não é bem o Bradesco em si. É um outro banco, com um CNPJ diferente, mas faz parte do conglomerado do Banco Bradesco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro bem do Banco Bradesco, C6, Paraná Banco, Daycoval – eu me lembro bem desses aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor era o responsável por assinar esses ACTs com instituições financeiras?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Coordenador-Geral de Pagamentos não assina ACT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quem assina o ACT é o Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quais eram as irregularidades desses bancos que chamaram a atenção do senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As irregularidades, as suspeitas de irregularidades estavam mais com relação à contratação indevida. E também muitos beneficiários não entendiam como funcionava a RMC.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conta o que é contratação indevida.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque o que acontece? Deixa eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha, deixa eu lhe dizer: tem muita gente para perguntar.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto mais objetivo o senhor for, mais cedo nós vamos terminar isso aqui.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Chegavam via...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Contratação indevida significa que o cidadão tinha um empréstimo o qual ele não pediu, por exemplo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Chegava... Porque como aqui se centralizam todos os processos, vinha das superintendências alguma determinada denúncia, reclamação do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiário, ou chegava ali através de Procon – Procon também protocola muita coisa no INSS – e chegava na direção central, digamos uma denúncia contra o banco Bradesco, um exemplo. E aí a gente recebia essa denúncia e oficiava, notificava o banco, porque o cidadão tinha dito que não tinha contrato. A gente recebia o contrato do banco, e enviava o contrato, e a gente devolvia para a superintendência tratar direto lá com o beneficiário, com o Procon. Geralmente acontecia isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos aprofundar mais um pouco. Contratação indevida. O senhor tinha quantos funcionários para se deter ao assunto específico? Uma pessoa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Um servidor só.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um servidor.

Lá, o senhor era o responsável por suspender esse desconto do consignado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem tinha esse poder?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O INSS suspende a contratação de consignado somente por ordem judicial – por ordem judicial. Chega a ordem judicial, aí nós fazemos uma demanda, cadastramos uma demanda, e quem suspende é a Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu como...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nós não temos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu, como aposentado, recebo um empréstimo consignado o qual eu desconheço contratar. Eu não tenho outro canal, a não ser a via judicial, para fazer esse cancelamento, é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, a pessoa consegue fazer pelo Portal Consumidor.gov, porque antigamente o INSS possuía uma ouvidoria, que era chamada de, não sei se é o gov, mas, em 2019, o INSS fez um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor. E, nesse acordo de cooperação técnica assinado, as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamações não eram mais tratadas no INSS. Elas passaram a ser direcionadas para o Portal Consumidor.gov, gerido pela Senacon.

Então lá, o cidadão faz a reclamação contra um determinado banco, o banco tem dez dias para se manifestar e apresentar a documentação probatória de que aquele contrato foi efetivamente realizado. Se não foi realizado, o banco tem cinco dias para excluir o contrato e fazer a devolução. Tudo é tratado lá na plataforma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Inclusive, em 2019, foram cerca de 110 mil reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está dizendo que, em 2019, houve 110 mil reclamações relacionadas a consignados...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A empréstimo consignado. E depois... depois nós fizemos algumas evoluções no produto, em 2023, porque foi publicada uma IN... *(Pausa.)*

Foi publicada uma IN...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não precisa dizer o número, não. Qual foi o conceito dessa instrução?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não... A IN 38 foi publicada em novembro de 2022, e a IN trouxe... trouxe o elemento da biometria. Então, a partir dali, de dezembro de 2022 – novembro, dezembro –, a gente começa a fazer, no ano de 2023, evoluções no empréstimo consignado para a gente ter o produto que a gente tem hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente volta a essa temática um pouco mais adiante. Deixe-me lhe fazer umas perguntas.

O senhor conhece Antônio Carlos Camilo Antunes, Careca do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não que eu me recorde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Maurício Camisotti?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Cecília Rodrigues Mota?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Abraão Lincoln?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Américo Monte?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Anderson Vasconcelos?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Felipe Macedo?
(Pausa.)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não que eu me recorde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Igor Delecrode?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Alexsandro dos Santos Prado, o Lequinho?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Sandro Temer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Mauro Palombo Concilio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Rodrigo Moraes?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desses aí, só para eu me recordar, o senhor disse que conhecia a Cecília?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Américo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Anderson e Igor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece o Anderson?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, falei que não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Igor. O Igor ele falou que conhece.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, Cecília Rodrigues é a pensionista.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só fazer um registro só, Deputado.

Assim, eu era o Coordenador-Geral de Pagamentos, então, os procuradores das entidades e presidentes de entidades geralmente eram convidados para reuniões no prédio do INSS. Inclusive, tem um registro de presença lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu sei que V. Exas. já pediram esses registros lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece... o senhor conhece o Sr. Mauro... É Mauro, é?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Presidente do Sindnapi?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que o vi de relance no INSS, uma certa vez, porque o nome dele é muito peculiar, né? Cavalo, então...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Aristides Veras?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a pessoa do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Virgílio Antônio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, era procurador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. André Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, era meu chefe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, conheço, foi meu chefe também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Jobson?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Conheço o Jobson.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conta com quantos diretores de benefícios o senhor trabalhou.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Deixa eu tentar aqui me lembrar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trabalhou com o André Fidelis?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Primeiro, Dr. Carlos Oliveira. Depois, eu acho que ficou ali como substituta quando ele saiu, a Márcia Donata Camara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Depois da Márcia Donata Camara, não sei se foi antes ou foi depois, um ou outro, Edson Yamada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sebastião Faustino, André Fidelis e, o último, Vanderlei Santos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou lhe mostrar aqui.

Passa aqui, por favor.

Eu vou lhe mostrar aqui, Seu Jucimar. O senhor está vendo todas essas entidades aqui?

Passa aí, por favor.

Todas essas aqui, aproximadamente 40...

Passa.

Todas, sem exceção...

Passa.

Todas essas entidades, em algum momento, tiveram um parecer técnico do senhor. Um parecer técnico favorável. Eu fiz questão de olhar uma por uma. Mas eu vou discutir três questões com o senhor.

A primeira questão. Em 2022, havia um processo de investigação contra a Conafer. É uma empresa marginal, é uma associação criminosa. Retirou centenas de milhões de reais de aposentados e pensionistas.

Olha, sabe o que é que o senhor falou sobre a Conafer? Ela tinha sido suspensa. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em agosto de 22, o senhor liderou uma investigação que concluiu, em relação à Conafer, que não tinha nada grave e nem iminente risco nos descontos realizados por ela.

Olha, nós estamos em 2025. O elemento da Conafer principal está foragido, outros estão presos, e o senhor foi o funcionário público que botou o seu parecer dizendo que a Conafer estava dentro da legalidade.

Eu pergunto. Olha só. Essa entidade, mais de R\$500 milhões. Eu acho que foi por volta de R\$800 milhões. O senhor, como funcionário público, atestou lá a idoneidade da Conafer, sendo a Conafer uma associação criminosa. O senhor fez isso baseado em quê? Foi em propina?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não foi propina.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Que isso fique bem claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então deixe claro.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Deixa eu explicar para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só quero saber, de forma objetiva...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, vou explicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... foi propina?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Claro que não!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Houve pedido político pela Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, melhor ainda.

O senhor deu um parecer técnico? Foi técnico o seu parecer?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Parecer técnico e que não assinei sozinho – o parecer –, diga-se de passagem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor assinou esse parecer com quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Servidor colaborador da Dcben, Renan Assunção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E assinada por uma advogada.

Porque não era uma apuração feita pelo INSS. Era um comitê executivo para analisar as cláusulas do ACT, verificar algumas fichas com participação da Conafer. Tinha uma advogada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... a Dra. Rafaela Cruz...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... ela tinha participação da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Deixe eu lhe dizer como é que terminou o parecer. Por gentileza.

No parecer da Conafer, nós verificamos mais de 300 ou 500 fichas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na verdade, quem fez a verificação foi o servidor Renan.

Preste atenção, era um recorte em 2022. Não é a realidade que hoje o senhor está falando: de 2025, aonde ela foi denunciada, aonde ela está envolvida no...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está equivocado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O recorte feito, da CGU, abrange outros anos, não só 2025.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, mas esse é um recorte de 2022. Não havia, sobre a Conafer, naquele dado momento, naquele momento histórico, na fotografia do momento, nada. Nós olhamos as fichas, verificamos as fichas, o servidor olhou uma por uma.

O número de margem de erro ali era pequeníssimo. Isso está na nota técnica. E nós colocamos lá que não havia – deixa eu achar aqui a palavra – óbice para a continuidade do ACT. O ACT da Conafer não estava suspenso. Eu recebi o ACT da Conafer, recebendo regularmente o seu repasse. E nós fizemos a apuração naquele momento de que não havia óbice para a continuidade do ACT. Mas nós fechamos a nota técnica, que V. Exa. deve ter lido, dizendo que era necessário – embora nós não encontramos ali nenhuma fraude que pudesse ensejar na rescisão do ACT –, nós colocamos no processo que era necessário, era urgente que o INSS normatizasse a questão via instrução normativa, o que não foi feito; e sugerimos que o INSS criasse uma funcionalidade para que o beneficiário pudesse, através do aplicativo Meu INSS, autorizar a averbação de desconto. Isso está lá na nota técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, eu vi a nota técnica. Aqui está. Da sua lavra. A sua lavra dizendo que não tinha nenhum risco iminente, nem gravidade constatada.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Naquele momento, realmente, não tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, olha só: em 2022, agosto de 2022, liderando uma investigação, esse depoente está dizendo que essa investigação examinou 500 fichas da Conafer, e não encontrou risco, nem nenhum tipo de irregularidade.

Pelo depoimento dele, a Conafer, até 2022, era uma entidade que prestava os serviços e tinha as autorizações devidas.

Então, ouvindo o depoimento dele, levando como verdadeiro...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na amostragem. Na amostragem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amostragem muito grande: 500 fichas é muita coisa.

Então, a Conafer, pelo depoimento dele, só passou a atuar criminosamente a partir dessa data, porque até essa data, três servidores públicos, três, liderando uma investigação, atestaram que a Conafer podia continuar executando o ACT e retirando milhões de reais. Esse é o primeiro ponto.

Perguntei: foi propina? "Não." Foi pedido político? "Não." Foi o quê? "Decisão técnica."

Então, ninguém venha dizer que, em algum momento, não houve uma equipe de servidores analisando detalhadamente a Conafer. Houve essa equipe, liderada por ele. Naquele momento, pelo que ele está dizendo, se tivesse irregularidade, ele tinha ali a obrigação de dizer que era para ser suspenso. Qual foi o resultado? Continua o desconto. Então, se foi de boa-fé ou de má-fé, está muito cedo para dizer, mas teve a oportunidade de bloquear os descontos da Conafer.

Mas vamos adiante.

A Contag, em 2023, também contou com um parecer favorável do senhor para desbloqueio de desconto associativo. O senhor recorda desse seu parecer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mais uma vez: a decisão... não tinha poder decisório sobre a matéria, apenas sugestório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Uma manifestação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A manifestação técnica favorável ao desbloqueio associativo foi da lavra do senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A palavra usada foi razoável, não favorável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Razoável. Razoável.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu considerava o pedido da entidade razoável.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o Presidente do INSS se valeu dessa sua nota técnica para autorizar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei, mas ele assinou um despacho decisório autorizando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem era o Presidente?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dr. Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: qual foi a consequência prática de haver a autorização para esse desbloqueio de desconto associativo? O senhor sabe?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foram averbados nos benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mais de 30 mil na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais de 30 mil.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Trinta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa – aqui está todo mundo aprendendo; o INSS é muito caro para nós, nós queremos a integridade do sistema, mas ninguém conhece a estrutura como o senhor –: como é que um funcionário de carreira dá uma nota técnica concordando com esse desbloqueio em lote? Como é que o senhor, com a responsabilidade de ter conhecimento de que poderia haver uma fraude sistêmica, emite uma nota técnica nesse sentido?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu queria a sua permissão, porque eu imagino que outras pessoas também vão perguntar a respeito do assunto. Eu fiz algumas anotações aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... e eu queria lê-las.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só queria que fosse objetivo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, objetivo.

Houve mudanças...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual foi a data disso?

A gente falou da Conafer em agosto de 2022.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É 2023, eu só não lembro a data...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... o mês correto.

Então, a Contag sempre teve um histórico, junto ao INSS, de entidade séria. Isso todos os servidores da Casa que trabalharam na matéria em algum momento sempre disseram que a entidade Contag era uma entidade séria, com pouquíssimas e raríssimas reclamações junto ao INSS. Isso quero deixar registrado: tanto na ouvidoria do INSS como em processos vindo de Procon, raríssimas reclamações.

Outra coisa: essa questão que V. Exa. está mencionando agora foi levantada pela auditoria do INSS. Essa auditoria do INSS, que questionou o meu parecer, influenciou o relatório da CGU, que influenciou a PF, e que influencia também essa CPMI, por desconhecimento da matéria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero saber qual foi o conteúdo da sua...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Deixa eu continuar aqui.

Então, os auditores do INSS, embora eu tenha o máximo respeito por todos eles...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está falando de auditor, eu estou falando da sua nota.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eles não conhecem profundamente a matéria do desconto de mensalidade associativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando da sua nota.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Apesar de não estar dentro do fluxo cotidiano do desconto, não havia normativo legal impeditivo para que a Dirben ou a Presidência do INSS usassem dos princípios da conveniência e oportunidade para autorizar o desbloqueio de benefícios dessa forma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, pare aí. Só um minuto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não havia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que... Por que... Por que houve o bloqueio, então? Se não havia nada, por que houve o bloqueio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não... Os benefícios passaram a ser bloqueados...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... para desconto de mensalidade associativa por uma demanda cadastrada por nós...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... a partir de setembro de 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Todo benefício que foi concedido depois dessa data já nascia bloqueado – automaticamente, não houve ordem de bloqueio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por quê? Qual foi a motivação que o senhor assumiu essa responsabilidade em relação à Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A entidade oficiou o INSS, nós analisamos o pedido da entidade, havia fichas acompanhando o ofício da entidade, foram entregues todas as fichas para o INSS – estão no Google Drive da Cgpag, estão no CD e no *pen drive*, provavelmente a Polícia Federal deve ter pegado da minha sala.

Nós fizemos uma amostragem, as fichas eram idôneas, por isso foi feito o parecer... Era razoável aquele pedido porque o INSS, até então, não tinha uma ferramenta sistêmica que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitisse aos beneficiários... Porque a ferramenta só foi criada em setembro de 2022. Imagina, benefícios concedidos de setembro de 2021, até um ano sendo concedidos...

Foram esses benefícios que foram o ponto focal do desbloqueio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Havia um truncamento que... Infelizmente, a auditoria, por não conhecer a matéria, achou que eu agi de forma errada, mas eu agi de forma correta. Eu defendo a nota técnica que eu fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Jucimar, mais um pouquinho e eu vou pedir perdão a essas associações. Mas deixe eu lhe perguntar uma coisa: o senhor pode dizer se houve propina por parte da Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se houve interferência política?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso supor que o senhor deu essa nota técnica baseada no histórico com a Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não somente isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas eu quero saber.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi um ponto que nós consideramos, mas o que nós consideramos, principalmente, foi: a apresentação das fichas; uma amostragem feita pela área técnica, que tem base no Decreto 3.048 do art. 154, que fala que, se tiver autorização expressa do beneficiário com a documentação correlata, o INSS pode desbloquear.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, os senhores analisaram 30 mil fichas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, fizemos uma amostragem. É humanamente impossível.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma amostragem de quanto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo aqui, mas está no processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas aproximadamente?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Está no processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não pode dizer? Da outra, o senhor disse.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque não fui eu que fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, a CGU fez essa mesma amostragem: 97,6...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... 97,6% dos que autorizaram disseram claramente que aquilo era uma fraude.

Então, é para nós confiarmos nos dados da CGU, que fizeram os recortes, ou confiar na sua análise, das 30 mil inclusões, que depois mostraram um problema dessa natureza?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por solicitação da defesa, a sessão está suspensa por dez minutos.

(Suspensa às 18 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Pega internet aí, pega?
(Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abre o *Estadão* aí, por favor. (*Pausa.*)

Bota mais para baixo. (*Pausa.*)

Olha como aqui a gente não tem um minuto de descanso, Presidente.

Quando nós pensamos que estamos colocando sobre transparência e integridade do sistema de previdência, isso não pode acontecer no país.

"Empresa contratada para [operar] *telemarketing* do INSS acompanhou licitação de dentro do ministério." Ou seja, isso é independente de partido político. Nós estamos com o INSS, de novo, sob ataque. É isso que a gente está discutindo aqui.

Então, Sr. Presidente, fiz questão, fiz questão de... Estava nesse intervalo lendo. Mas tem mais notícias:

"[...] carro de R\$400 mil para procurador."

"[...] [Coordenador] do INSS é conduzido coercitivamente para depor na CPI."

"[...] INSS embolam poder, política, corrupção, impunidade e bilhões de reais."

"CPI do INSS quer reunião com [o Ministro] André [...] para discutir concessão de *habeas corpus* [...]."

Para aqueles que apostaram que a CPMI não ia trazer resultado, esses holofotes estão permitindo novas descobertas.

Pode tirar aí, por favor.

Sr. Jucimar, eu notei, conversando com o senhor, um misto de arrogância e um misto de quem não está preocupado com as ações que foram realizadas, e estava conversando com o pessoal aqui. Me diga uma coisa: o senhor falou de uma análise de 500 fichas, 500 fichas da Conafer. O senhor pode dizer onde foram arrecadadas essas fichas? Foram aleatórias? Requisitadas? Quem é que fez essa arrecadação das 500 fichas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu não me... (*Fora do microfone.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oi. Elas foram feitas... A análise foi feita por um servidor chamado Renan Assunção. E elas subiram no processo. Nós solicitamos da entidade e mandaram. Se não me falha a memória, foram aleatórias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, porque isso responde muita coisa. Quem foi que fez a juntada das fichas? Foi a Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque isso faz toda a diferença.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi o INSS, eu acredito, não me recordo. Mas não me recordo com certeza, porque não fui eu que fiz a análise.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que a gente pode esclarecer isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Está no processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está no processo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A CGU tem acesso ao processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem acesso a esse processo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tenho, não tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a primeira pergunta que eu queria fazer ao senhor era justamente esta: como essas fichas foram escolhidas? Porque, se os senhores solicitaram à Conafer, essas fichas não têm validade nenhuma. Eu quero saber se os senhores tinham isso arrecadado já no INSS, ou se essas fichas foram solicitadas à Conafer. O senhor tem como responder?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. A outra...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas eu queria só deixar registrado que o senhor falou... O senhor disse "um misto de arrogância".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu achei.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu estou nervoso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, eu me confundi na apreciação sobre a sua participação.

Falar da Contag. Eu já perguntei e o senhor respondeu. Quem foi... quem foi que fez a nota técnica que permitiu esse desbloqueio associativo, além do senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acredito que essa nota técnica... Considerando razoável o pedido da Contag, eu acredito que fui só eu que assinei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente está falando da segunda entidade, que foi a Conafer, que mais arrecadou; e da primeira entidade que mais arrecadou, que foi a Contag.

Olha, aqui tem *habeas corpus* para todo gosto, mas, para o senhor, o *habeas corpus* foi para o senhor comparecer. Quando o peixe é muito grande, muitas vezes o *habeas corpus* é para nem vir aqui.

Voltando ao Amazonas, o senhor falou do seguro-defeso.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era o seu papel no seguro-defeso lá no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu era coordenador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso significa o quê?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A gente trabalhava recepcionando... Na verdade, havia pedidos que eram feitos pelas entidades que estavam lá tramitando, então havia muita... Naquele momento, estava sendo feito um levantamento do defeso de 2015 e...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe fazer uma pergunta mais direta: quem fazia a inclusão era o senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fazia o quê, então?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Pois é, a gente recepcionava a documentação das entidades que tinham acordo de cooperação técnica com o INSS e eu atuei diretamente no processo de recepção das relações das entidades com os pedidos das entidades do defeso de 2015, que tinha sido suspenso, e agora, só agora, que está começando a ser pago.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor não conhece o Sr. Abraão Lincoln?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço, só de nome, de ouvir falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lhe pergunto mais uma vez: algum Parlamentar indicou o senhor para vir para Brasília?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso, para mim, é importante.

Nós temos outra entidade... outra entidade, que todos aqui já analisaram, já perguntamos, já constatamos que também é uma entidade corrupta e criminosa, chamada Amar Brasil. E o senhor disse aqui, a não ser que eu esteja enganado, que o senhor conhece o Américo Monte?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Igor Delecode?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Felipe Macedo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Anderson Vasconcelos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem, então vamos falar da Amar Brasil. O senhor já esteve alguma vez com o representante legal da Amar Brasil?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu até anotei aqui como ação da Coordenação-Geral de Pagamento: em fevereiro de 2024, a pedido do Diretor de Benefícios, eu e o chefe da Divisão de Consignações fizemos – não em todas, mas em muitas entidades – visitas técnicas em 2024, porque começaram, naquele ano de 2024, algumas notícias na mídia. Eu acho que a primeira notícia na mídia foi em relação à Ambec, que poderia ser uma entidade fantasma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dá uma parada aí.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E aí nós começamos a visita técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dá uma parada aí.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Fui visitar tecnicamente a Amar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Olha só, esta é uma discussão que todos nós fazemos aqui: em fevereiro de 2024...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o senhor, na qualidade de Coordenador-Geral de Pagamento, juntamente com quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Wilson Gaby, Chefe da Divisão de Consignações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Chefe da Divisão de Consignações.

Vamos às entidades que o senhor visitou pessoalmente.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo de todas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas diga aí pelo menos as cinco principais.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Amar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Amar.

Visitou Ambec?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou Sindnapi?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi o Gaby... Foi o Wilson Gaby que foi ao Sindnapi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, eu quero saber do senhor: visitou Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou Aapen?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A Aapen, visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou?

Visitou a AAPPS Universo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou a Acolher?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Visitou a CBPA?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – CBPA... Não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora essas duas que o senhor disse, quais outras o senhor visitou? Lembra-se aí mais de alguma?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Unaspub visitei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Unaspub. Ótimo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Visitei Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Master Prev.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Visitei Master Prev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aqui, por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só um registro, Sr. Deputado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... todos os relatórios, com fotos das visitas feitas nessas entidades, estão num processo na caixa da DCBEN/CGPAG, com acesso já da CGU e do TCU, tá?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem aquele dado da CGU aí, aquele quadro de quanto cada entidade descontou? *(Pausa.)*

Procura aqui. Ele vai dizer para a gente quem ele visitou.

Faça esse favor.

Enquanto está se procurando aí, vamos falar da Amar Brasil. O senhor foi a mando de quem fazer essas visitas técnicas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – André Fidelis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a determinação do Sr. André Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na verdade, o objetivo era verificar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... por causa das denúncias que começaram a surgir...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Havia alguma investigação em curso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, era uma verificação.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era uma visita técnica para saber se a entidade existia e funcionava de verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque os processos de celebração de ACT são processos eletrônicos, não são firmados acordos presenciais. Tudo é eletrônico.

Então, quando começa uma denúncia da Ambec, de que, possivelmente, poderia ser uma entidade fantasma, o nosso Diretor de Benefícios: "Nós temos que começar a visitar essas entidades". E fui com diárias pagas pelo INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes – antes...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A partir de fevereiro. Então, nós fizemos fevereiro, março...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes de ser posto aí esse quadro, deixa eu lhe perguntar: o senhor conheceu Igor Delecrode em quais condições?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Igor Delecrode, eu o conheci quando ele esteve no INSS, numa reunião onde nós estávamos tratando sobre o PDMA...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Explica o que é PDMA.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Portal do Desconto de Mensalidades Associativas. É um portal feito pela Dataprev para receber...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele estava representando quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me lembro por que ele estava nessa reunião...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem estava presente nessa reunião?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Praticamente todas as entidades, com seus representantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu estou perguntando do INSS.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acredito que o Dr. Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Dr. André Fidelis. O Giovanni estava presente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Explique...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que tinha alguém da Procuradoria. Não sei se era o Dr. Virgílio, mas tinha alguém da Procuradoria nessa reunião também.

Então, quando a Dataprev fez a apresentação do PDMA, as entidades foram convidadas para ver o sistema de biometria da Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso foi em que época?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Agora eu tenho que lembrar aqui...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi em setembro de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aqui eu tenho a tabela até 2023. Em 2024, o valor foi o ápice, 3,5 bilhões.

O senhor foi à Ambec?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi à Aapen?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Fui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar da ABSP, que é a Aapen, o senhor indo lá em 2024. Foram mais de 200 milhões, porque aqui está desatualizado. O que é, tecnicamente, que o senhor encontrou nessa entidade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo muito bem dela ou se foi a AAPB ou Caap, não me lembro exatamente. Eu já estou meio... Talvez não tenha sido ela, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, então "bora" para uma que o senhor foi e disse sem dúvida: Unaspub.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, Minas Gerais, fica ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Minas Gerais, 2024, quase 200 milhões, atualizado.

O senhor, lá na Unaspub, encontrou que tipo de entidade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinha um prédio lá, com funcionários trabalhando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... tinha o pessoal do 0800 trabalhando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Estava a Sra. Janete, eu acho, que a mãe dela estava hospitalizada.

Isso está tudo no relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tirei foto de tudo, tinha cestas básicas para doar, tinha *kits*, tinha... Tinha um... Havia a impressão de que a entidade que funcionava não era uma entidade fantasma, até porque o objetivo da visita técnica era só verificar se realmente existia a entidade ou se o endereço era um endereço *fake*, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Unaspub – Unaspub –, qual foi o resultado da sua visita técnica? Foi que é compatível para a recepção desses recursos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A gente não opinava no processo sobre isso, sobre a visita. Só dizia que a entidade existia no endereço tal, que pessoas foram encontradas x, assim e assim. Está tudo lá no relatório.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, então vou refazer a pergunta...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A gente não se manifestava...

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – "Ah, é compatível para receber", não.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Unaspub pareceu, para o senhor, uma entidade fantasma?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não pareceu.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor detectou alguma falha naquela visita?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – No meu relatório, não consta nada.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, nós estamos falando da terceira entidade que passou diretamente pelo senhor e o senhor não fez nenhuma constatação.

CBPA, o senhor disse que não teve.

Cebap?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Cebap... Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Caap?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Caap... Eu, é... Eu me recordo desse nome, Caap, tinha pessoas, inclusive cidadãos sendo atendidos lá.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu lhe pergunto: na Caap, o senhor encontrou algum tipo de irregularidade que lhe chamou a atenção?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nenhuma irregularidade apontada no meu relatório.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque, veja bem, eu não ia lá olhar fichas, eu não ia lá verificar aquilo que o senhor está dizendo, se era compatível com repasse ou não. O objetivo da visita técnica, está claro na nota técnica que abriu...

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual era o objetivo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Se havia uma entidade funcionando naquele endereço.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, o senhor não foi lá para...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – ... averiguar a prestação de serviços, não?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Havia pessoas presentes ali, né?

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone.*) – E nem se era proporcional, não é?

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – É.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não tinha, não tinha.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não foi com essa intenção?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – De verificar proporcionalidade.

O SR. ALFREDO GASP (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, basicamente o senhor passou lá, viu um prédio, viu pessoas, disse que a entidade existia e só...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Fui lá e conversei com diretores da entidade...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... fiz reunião, informei a respeito deles sobre a nova IN que estava saindo, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E que eles precisavam se adequar, precisavam tomar cuidado nas filiações, precisavam ter todas as fichas armazenadas conforme estava previsto lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez alguma ressalva no relatório técnico da Caap?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu fiz... Eu não fiz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vamos para Master Prev.

A Master Prev, o senhor esteve nela?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Estive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa visita na Master Prev, resultou alguma consideração do senhor no relatório?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, nenhuma, mas foi uma das entidades com melhor estrutura que eu visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinha mais ou menos uma... a quantidade de pessoas que nós temos aqui nessa sala trabalhando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deve ser *call center*, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei.

Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ABCB...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Amar Brasil, essa é Amar Brasil.

Estive também.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – E aí?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinha um grande número de pessoas também trabalhando nessa.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez alguma consideração... O senhor fez alguma consideração no seu relatório sobre a Amar Brasil?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nada que chamasse a atenção.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor.

A Universo eu já perguntei e o senhor disse que não.

Unsbras?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Essa foi a única que eu fiz uma ressalva.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me lembro exatamente, mas fiz uma ressalva.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas fez uma ressalva para a suspensão?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fiz uma ressalva e enviei para Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Direcionada a quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ao Diretor André.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Abapen?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sindnapi?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Apdap Prev?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Abrasprev?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Visitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fale sobre ela.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na época não tinha repasse, mas encontrei a Presidente lá, uma senhora muito educada, e a estrutura deles era pequena, mas como eles não estavam recebendo nenhum repasse, nem tinham filiados, ela ainda estava... Já tinha assinado, mas não tinha descontos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fez alguma ressalva?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, nenhuma ressalva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aapb?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinha um grande número de pessoas trabalhando, lembro-me que visitei a sala de arquivos deles...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fez alguma ressalva?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nenhuma ressalva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cobap?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei a Cobap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – AP Brasil?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei a AP Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor está matando uma curiosidade muito grande da gente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havia um senso de que nunca tinha havido, em nenhum momento, uma fiscalização. Então, a gente pode dizer que em fevereiro de 2024, o INSS, designado por meio do senhor e de outros servidores, esteve nessas entidades.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, daí, quando o senhor fez a visita até a suspensão, foram mais de R\$4 bilhões desviados, ou seja, entre o desvio, entre a safadeza e o impedimento, só existia praticamente essa fiscalização.

Primeira pergunta: esses relatórios técnicos foram produzidos sob a responsabilidade de quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O servidor que foi visitar as entidades dele fez o relatório técnico e eu fiz o relatório técnico que enviamos para a Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para a Dirben?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, todos esses relatórios foram via Dirben.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A CGU teve acesso a todos, inclusive.

Talvez até alguns endereços que eles foram visitar no processo deles...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... só foram porque a gente já tinha visitado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Eu lhe pergunto, ainda nesse assunto: o senhor visitou essas entidades previamente agendadas ou o senhor chegou de surpresa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A algumas eu cheguei de surpresa e a outras tive o trabalho de mandar *e-mail* anteriormente porque a gente não.... Como não tinha uma previsão normativa nem operacional de fluxo de ir visitar, foi algo que o diretor pediu para a gente fazer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque estava preocupado com as denúncias que apareceram na internet, então não tinha um fluxo padrão, não existe uma previsão normativa, a gente só normatizou já na IN 162.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor visitou aqui aproximadamente oito entidades, pelo menos foi assim que eu contei.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Talvez tenha sido até mais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos supor que tenham sido oito, desse montante, quantas o senhor visitou sem avisar previamente?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não se recorda?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso dizer o contrário, que o senhor visitou todas elas avisando que iria visitá-las?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, de jeito nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor não...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque eu tenho *e-mails* que comprovam as que eu realmente avisei; outras foram de surpresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor sabe tantos detalhes, não sabe dizer quantas foram de surpresa e quantas foram avisadas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo. Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

André Fidelis recebeu mais de R\$11 milhões de propina através do filho dele, Eric Fidelis, por meio, muitas vezes, do escritório de advocacia sem prestação de serviço. André Fidelis deu alguma orientação ao senhor sobre essas visitas?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, apenas, como eu estou dizendo, as visitas técnicas começaram a pedido dele, mas ele não direcionou, "vai visitar essa entidade, vai visitar"... Não, não houve direcionamento.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas visitas técnicas resultaram na suspensão ou na regulamentação ou na reformulação de algo relacionado ao procedimento do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nós colocamos na IN 162 que passaria a ser obrigatória essa visita técnica antes da celebração do ACT. Apenas isso, mas não houve nenhuma suspensão de ACT em decorrência disso.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, mais uma vez, agora em 2024, em fevereiro de 2024, o INSS esteve, por meio de técnicos, visitando todas as associações.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitamos todas.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma grande parte, então.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, uma parte.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu me corrijo, uma grande parte, mas a parte fundamental que mais retirou dinheiro.

Ou a CGU e a Polícia Federal estão mentindo ou nós aqui estamos arrecadando essas informações com esse dinheiro lavado e todo mundo equivocado, ou o INSS agiu de forma deliberada para poder permitir a manutenção desses descontos associativos.

Olha o nosso papel aqui, Seu Jucimar: o senhor libera Conafer dizendo que não havia risco em 22.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não liberei Conafer, não.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor deu um parecer, um acórdão.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Aí o diretor poderia ter dito: "Aumenta a amostragem, essa amostragem não é suficiente, eu entendo que vamos suspender". Eu não tomo decisão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem, o senhor não toma decisão, mas o senhor lá fez um parecer técnico que foi por ele baseado para poder liberar a Conafer.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com base nas informações que a gente possuía naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tudo bem, mas o senhor disse que investigou ou alguém investigou, analisou 500 fichas.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, inclusive...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntei se as fichas eram escolhidas aleatoriamente ou a entidade mandava, e o senhor disse que não sabe informar. Aí, em 2023, vem a Contag: liberação de um bloco represado de descontos associativo. O senhor disse que foram mais de 30 mil, e eu perguntei: "E as fichas?". "As fichas estavam todas lá." "Analisou as 30 mil?". O senhor disse: "Não, nós fizemos um recorte".

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Humanamente impossível – humanamente impossível! –, com dois servidores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor disse que fez um recorte. Eu perguntei: "Qual o recorte?". O senhor disse que não se recorda.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo, porque eu não fiz a análise.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí agora vamos para 2024. Polícia Federal, CGU, todo mundo – todo mundo – de olho nisso aqui, mas quem primeiro chegou foram vocês. Vocês fizeram a primeira fiscalização dessas entidades. Me diga: André Fidelis, propina de milhões; Stefanutto, propina de milhões; Virgílio, propina de milhões, e muitos outros que ainda vão ser descobertos. O servidor técnico do INSS está aqui defronte a gente, dizendo que fiscalizou isso aqui, não trouxe nenhuma recomendação de suspensão, foi lá e presenciou, dentro do que ele foi fiscalizar, regularidade absoluta. Como é que a gente vê essa contradição?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Primeiro, esse termo "fiscalizar" não foi exatamente o que a gente foi fazer, foi uma visita técnica para saber se havia uma entidade funcionando naquele endereço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso não é uma fiscalização?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, fiscalização é você entrar na entidade e olhar ficha por ficha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Você acabou de dizer que foi a um arquivo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu fui lá, porque eles me mostraram o arquivo, mas não olhei fichas. Vi ali as pastas, não havia... Até porque eu também não tenho perícia técnica para analisar isso. Então, assim, não existia uma ausência total de apurações, eu já disse aqui anteriormente que o INSS... Isto está dito para os órgãos de controle: nós agíamos reativamente. Acontecia ali, vinha uma denúncia do Procon, do Ministério Público Federal, nós atuávamos em cima desses processos, mas com força reduzida.

A CGU, a quem eu admiro muito o trabalho, tem um corpo maior de servidores, e eles foram visitar os beneficiários e aí chegaram àqueles números lá, que o senhor apontou agora há pouco, de 97%. Eles foram pessoalmente na casa das pessoas, se identificaram como pessoas da CGU e, ao perguntar do aposentado se ele conhecia a entidade, ele dizia que não. Entendeu? Isso justifica, por exemplo, algumas entidades que são confederações, como vou citar o exemplo da Contag, porque eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, o senhor não está aqui para defender entidade, o senhor está aqui para cumprir o seu papel como funcionário público.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu estou só esclarecendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está muito preocupado em defender a Contag, e eu estou muito preocupado em saber se o senhor foi omissa deliberadamente ou se foi omissão culposa. Então, aqui o foco é o senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só para registrar, eu não estou defendendo a Contag, estou defendendo o meu trabalho, que eu estou fazendo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já é a terceira vez que o senhor defende. E eu quero saber por que o senhor agiu deliberadamente para favorecer a Contag, quando havia parecer contrário para essa liberação em bloco e a sua nota foi contra o parecer que existia.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não havia, não havia parecer contrário. Deixa eu lhe explicar o que aconteceu, até anotei aqui para justamente deixar isso claro. A... Deixa eu lhe explicar que é para resolver, inclusive, esse problema.

Já foi dito aqui por outros depoentes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor! Por gentileza, silêncio.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A nota técnica assinada por mim considerou razoável o pedido da Contag, pelas razões que eu já lhe falei, baseado no Decreto 3.048, no art. 154; baseado nas razões que estão dispostas na nota técnica. Esse parecer sugerindo a razoabilidade foi chancelado pela procuradoria dizendo que não tinha problema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Procurador?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era o Dr. Vigílio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está dizendo que não tinha. Aqui tem um parecer formal da Dcben, dizendo que não era possível o que a Contag queria. E, depois disso, a Sra. Ingrid, que o senhor dizia aí ou disse que era a sua chefe, ela ratificou a impossibilidade de agir de acordo com a Contag, como ela queria. E o senhor, depois disso tudo, veio com a nota técnica dizendo que era razoável.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Olha só: houve dois pedidos formais da Contag. Isso sem falar o que aconteceu em 2022...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando em 2023, Contag.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso, exatamente. Vou falar. Houve dois pedidos – houve dois pedidos –, e a situação fática mudou. Deixa eu lhe explicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi tão enfático dizendo que não havia parecer! Tem dois aqui.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não. Nesse processo em que eu faço manifestação técnica, há um parecer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É porque é claro que esse processo em que o senhor faz a manifestação técnica foi feito exclusivamente para isso, porque o outro já estava contaminado com vários pareceres dizendo que não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O senhor pode deixar eu explicar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Esse processo anterior passou, inclusive, pela minha mão. Eu já era Coordenador; não era a Ingrid, não. Porque, na coordenação da Ingrid, a inclusão foi feita sem processo; no nosso caso, foi feita com processo.

No primeiro processo, onde a Contag pediu para fazer a inclusão, a Dcben fez uma nota consultando a PFE – consultando a PFE –, a procuradoria, se aquele pedido da Contag estava compatível com o que estava previsto na Portaria Dirben 1.060, que criou a tarefa de desbloqueio de mensalidade associativa. A pergunta feita à PFE é: esse pedido da Contag pode seguir o fluxo da Portaria 1.060? A procuradoria simplesmente disse "não", porque ela foi literal e legalista. A minha nota técnica, que veio muito tempo depois, que a Contag...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não foi tanto tempo depois, não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não... Pois é, mas a pergunta, a forma como você pergunta para a procuradoria... Se você pergunta para procuradoria "é para seguir o ritual da Portaria 1.060?", nunca que a procuradoria vai dizer que é para não seguir. Mas, se pergunta, da forma como eu fiz, mostrando toda a dificuldade sistêmica que o INSS tinha, as tarefas represadas de pedido de desbloqueio de mensalidade, elencando todas as razões, aí é diferente. Eu não fiz





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma... A maneira como você pergunta para a procuradoria federal, ela vai responder da forma como você pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Então, eu defendo essa minha nota técnica. Defendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não defendo a Contag; eu defendo a minha nota técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, a sua nota técnica foi um desastre absoluto em termos de crime praticado pela Contag.

Mas deixa eu lhe perguntar uma coisa: qual a sua relação com o Sr. Eric Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Profissional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Profissional de que sentido?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era meu chefe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eric Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Oh, não, desculpa. O André Fidelis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Eric Fidelis...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eric Fidelis vi apenas uma vez quando fui fazer uma palestra sobre desconto de mensalidade e empréstimo consignado num evento que teve na Cobap. Fui convidado formalmente, liberado formalmente pelo INSS, e ele estava lá na Cobap, palestrando sobre um outro assunto – porque eu não vi a palestra dele –, mas foi quando eu o vi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem um fluxo de dinheiro aqui de R\$39 mil do Sr. Eric Fidelis para o senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Para mim, não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o sistema financeiro está equivocado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Para mim, não tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria ouvir isso do senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca recebeu dinheiro do Sr. Eric Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca recebeu dinheiro do Sr. André Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Acho isso importante a gente deixar registrado.

O senhor recebeu algum recurso de algum dirigente de algumas dessas entidades?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu o Sr. Américo Monte em qual oportunidade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quando fui fazer a visita na entidade que o pai dele, salvo engano, era Diretor da entidade. Ele estava lá no dia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conversou com ele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi a única vez em que o senhor esteve com o Sr. Américo Monte?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Que eu me recordo, sim. Ele não esteve em nenhuma reunião do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um fato tão difícil de ocorrer, o senhor não consegue explicar se foi mais de uma vez ou não?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Igor Delecrode, o senhor esteve com ele quantas vezes?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ele esteve nessa situação desta reunião...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já disse.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... e esteve também numa apresentação do sistema deles de biometria, numa videoconferência com participação do Sr. Giovanni, servidor Renan, e eu acho que tinha alguém da Dataprev também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então vamos tratar sobre isso.

Olha, vocês meteram aí, acho que foi a 162, foi? A instrução normativa...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Março de 2024.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Diga-se de passagem, quem elaborou a minuta fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Olha que bacana, o senhor elaborou a minuta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi o senhor também que permitiu burlar a instrução normativa com a solução provisória das próprias entidades?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não é burlar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, cada um chama como quer.

Eu quero saber: a solução provisória que descumpre a instrução normativa teve a sua participação em alguma nota técnica?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... a nota técnica que considerou razoável também o pedido, mas o poder decisório não era meu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, agora...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quem decidiu foi o Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... deixe eu lhe mostrar aqui.

Passa aqui, por favor.

Passa.

Passa mais um pouquinho.

Mais um pouquinho.

Tem outra? (*Pausa.*)

Pronto. Tá. Vamos por aqui.

O senhor sabe dizer quais foram as entidades que pediram a solução provisória?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tenho de cabeça aqui, não. Mas, quando as entidades assinavam o termo de responsabilidade, apresentavam a documentação técnica que estavam enquadradas nos requisitos da Dataprev, eu cadastrava uma demanda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... junto à Dataprev, dizendo as entidades que estavam autorizadas porque tinham apresentado a documentação de acordo com os requisitos da Dataprev para subir a biometria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe só. O senhor sabe que um dos eixos centrais desse roubo a aposentado e pensionista foi justamente se burlar o que o senhor convencionou como uma minuta que o senhor mesmo desenhou. O senhor participou da elaboração da instrução normativa... É 162, é?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 162. E aí duas dessas entidades... Se eu não me engano, foi o Sindnapi uma delas.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a outra eu não me recordo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Cobap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O quê?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Cobap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cobap. Aí duas entidades vêm e pedem uma solução provisória, fugindo a parecer técnico da Procuradoria dizendo que isso não seria possível...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Esse processo não passou pela Procuradoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou lhe mostrar daqui a pouco.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não passou pela Procuradoria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, vou lhe mostrar daqui a pouco.

Eu só quero saber do senhor o seguinte: o que é que levou o senhor a participar da construção de uma instrução normativa?

Aqui veio a CGU; aqui veio o Presidente do INSS, o Stefanutto; aqui vieram outros técnicos e disseram que o sistema estava pronto – pronto! Estava em teste e pronto! Isso já em setembro de 24. E o senhor, além de permitir, com o seu parecer técnico... O senhor, além disso, ainda prorrogou a solução provisória. O senhor deu parecer ou uma nota técnica para prorrogar.

Primeira pergunta que eu quero fazer: com a adoção da solução provisória, o senhor sabe dizer quantos milhões de novos associados adentraram na folha de desconto do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei dizer os números, mas, assim, se o senhor me permitir, eu posso explicar o processo que levou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois, o senhor explica.

Primeira coisa: o senhor sabe dizer quantos milhões?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor hoje tem a visão completa do problema. O senhor concorda que essa adoção da solução provisória foi uma das causas de aumento do roubo a aposentados e pensionistas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É. Isto mesmo. Era o que eu ia falar.

Eu não tenho competência para responder, porque estou dizendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não tem competência para responder, mas o senhor teve competência para dar um parecer técnico sobre a adoção da solução provisória.

A pergunta é simples e direta: o senhor faria de novo esse caminho da adoção da solução provisória?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com todos esses números e essas informações da polícia, certamente não faria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, pronto. Isso leva a crer...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas, naquele momento histórico... Mais uma vez... Eu posso explicar? Porque eu acho que vai ajudar todo mundo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A IN-162 veio trazendo a obrigatoriedade da biometria nos descontos de mensalidade. Até ali, todas as fichas de desconto de mensalidade ficavam em posse das entidades, que tinham a responsabilidade, de acordo com as cláusulas do ACT, de guardar esse material arquivado pelo menos por cinco anos. E, toda vez que o INSS solicitasse para fazer uma determinada apuração, elas tinham que apresentar. E apresentavam a ficha. O.k. Isso era uma realidade. Com a IN-162, em março, trazendo a necessidade de biometria, quando foi no mês de maio, a Diretoria de Benefícios, na pessoa do Dr. André Fidelis, fez um despacho para suspender todos os descontos de mensalidade... Novas inclusões, na verdade, novas inclusões, porque passaria a ser incluído, agora, somente com a biometria – seria uma biometria preparada pela Dataprev. Veja bem, no mês de maio, depois que ocorreu essa suspensão, houve uma reunião na sala da Presidência do INSS, está registrado lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... não só com Cobap e Sindnapi, com várias entidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Quem presidiu a reunião?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quem estava na reunião era o Dr. André. Não me lembro se o Dr. Stefanutto estava. E, nessa reunião, as entidades... (*Pausa.*)

Nessa reunião, as entidades se queixaram de que estavam perdendo associados, de que não estavam conseguindo averbar mais ninguém... Fizeram lá uma série de argumentos e disseram o seguinte: "A IN-162 está prevendo a necessidade de biometria, os bancos que fazem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimo consignado não utilizam biometria da Dataprev, eles contratam uma empresa que faz a biometria para eles, por que o INSS também não faz a mesma coisa em relação às entidades associativas? A gente vai contratar uma empresa de biometria que faça batimento com sistemas oficiais, Serpro e outros mais...". E, aí, eles solicitaram ao INSS que flexibilizasse, para que o INSS não aceitasse somente a biometria da Dataprev, mas a biometria própria das entidades. Foi nesse contexto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Relator...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E, aí, o Diretor de Benefícios disse: "Formalizem isso". Ao formalizarem isso, nós recebemos a documentação de duas entidades apenas: Cobap e Sindnapi. E eles mandaram, no processo, um tutorial dizendo como fariam essa biometria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Alfredo...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Peguei esse tutorial e submeti a uma análise da Dataprev. A Dataprev disse: "Não se enquadra na biometria. É frágil isso aí". Novamente, nós perguntamos à Dataprev, mandamos outro ofício – isto está num processo, nesse processo da biometria –: "Então, o que se enquadraria?". A Dataprev fez uma nota técnica explicando os requisitos, dizendo o formato do documento, o que tinha que conter no documento, como seria a validação, como seria o *check*, o *hash*, essas coisas... Então, nós pegamos essa nota técnica que veio da Dataprev e submetemos, mandamos para todas as entidades. As entidades contrataram empresas de biometria, assinaram termo de responsabilidade, e nós fizemos a nota técnica dizendo: "Se a entidade se enquadrar nos requisitos da Dataprev, poderá, sim, subir, desde que apresente...". Isso está tudo no processo. Se, hoje, a CGU e a Polícia Federal estão conseguindo investigar essas empresas – seja a Dataqualify, eu não sei qual o nome das outras duas –, é porque nós recebemos essa documentação. Nós saímos do completo escuro, em que o INSS não tinha nenhuma ficha para armazenar na Dataprev, todas as fichas que subiram com biometria provisória... E, hoje, a Polícia Federal e a CGU conseguem fazer algum tipo de investigação, porque têm essas fichas. Nós saímos, do completo escuro, do nada, para alguma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, olhe só...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator? Em que mês que foi isso que ele falou, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... Isso aí deve ter sido em 2024, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A partir de junho e tal.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A partir de junho que começou a biometria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só uma coisa, Relator. O depoente disse que as entidades se ressentiam de perder associados, mas o número só não crescia? Eu não entendi nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu vou mostrar... Eu quero que ele explique aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Relator, a visita que ele fez às entidades foi quando?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele disse "fevereiro de 2024".

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Começou em fevereiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Fevereiro?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Acho que nós fizemos em fevereiro, março, abril...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, o senhor conhece muito bem a estrutura lá dos ACTs e do INSS...

Volte ou passa aqui. *(Pausa.)*

Se for o final, eu quero ir para o início. *(Pausa.)*

Vou lhe fazer uma pergunta, Sr. Jucimar. Havia por volta de 700 mil reclamações em 2024 – 700 mil reclamações! Foi um salto estúpido de reclamações.

Passe aqui mais um para eu ver se está aqui. Acho que não está, não, deixe para lá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que eu quero dizer? O senhor, como integrante do INSS, no primeiro semestre de 2024... O senhor tomou conhecimento da quantidade elevada de reclamações?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O INSS tem uma ouvidoria vinculada chamada de Fala.BR, vinculada à CGU. A...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós sabemos disso. Eu quero saber se o senhor tomou conhecimento do elevado número de reclamações...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de descontos associativos. Pronto.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, porque as reclamações oficiais recebidas pelo INSS não passavam de 700 reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Essas reclamações vieram de G1, Rede Globo, que talvez tenha ido no Reclame Aqui, que não é uma plataforma oficial...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta, Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... mas, oficialmente, para o INSS não passavam de 700 reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é... O INSS estava abarrotado de milhares de reclamações sobre fraude em desconto associativo, e o senhor deu uma nota técnica permitindo ultrapassar a Instrução Normativa 162. A pergunta que eu estou fazendo é simples: o senhor sabia ou não sabia do aumento exagerado do número de reclamações?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como eu falei, nós tínhamos acesso, a ouvidoria mandava relatórios para nós, e os números não eram esses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, então...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Há, inclusive...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... responda só objetivamente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia ou não sabia que em 2024 explodiram os números de reclamações?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso foi noticiado pela mídia, apenas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, eu quero saber...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas oficialmente não havia, dentro da casa, do INSS, um número elevado de reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, não tinha esse número elevado de reclamações...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Oficialmente não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... oficialmente.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Oficialmente não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posso concluir que o senhor, ao fazer a sua nota técnica sobre a solução provisória, que permitiu a inclusão de milhares ou milhões de associados... O senhor não tinha conhecimento desse aumento do número de reclamações?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Estou dizendo... Eu soube pela mídia, mas oficialmente o que nós tínhamos lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor soube pela mídia quando?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ah, não me recordo, mas foi um assunto muito comentado em 2024, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe só, aí agora eu fico em dúvida. Se o senhor sabia pela mídia que o número de reclamações por conta de descontos associativos irregulares tinha explodido, como é que o senhor dá uma solução provisória?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque a solução provisória parecia ser a coisa mais acertada naquele momento...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Está ótimo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... inclusive que ela atendia ali o que estava previsto no art. 40 da IN-162.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parabéns. Aí eu pergunto...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que falava que, a partir do momento que a documentação fosse apresentada com biometria, poderia ser desbloqueado. E foi um ato do Presidente do INSS, cuja IN quem assinou foi ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o Presidente?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí deixe eu lhe perguntar uma coisa. Quando vocês adotaram, está na nota técnica, a solução provisória, vocês botaram lá – eu achei muito bonito –: "não podemos impedir os aposentados e pensionistas de se associarem". Olhem, milhões de aposentados e pensionistas estavam tendo seu direito de associação resguardado, ou seja, receber, no final do mês, lá, o desconto, sem ter pedido.

O senhor, na nota técnica, estava pensando em benefício das associações e sindicatos ou dos associados? Porque o senhor botou isso na nota técnica. Eu estou com ela aí.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque esse foi um argumento apresentado pelas entidades no ofício das entidades. E a gente reproduziu na nota técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, pronto. Então, sabe qual foi o argumento que o senhor colocou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não foi somente esse argumento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas sabe qual foi o argumento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Esse é um dos argumentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O argumento que o senhor colocou: "não podemos prejudicar as associações e sindicatos". Isso o senhor botou literalmente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor escolheu... Entre preservar aposentados e pensionistas e permanecer essa zona que foi o desconto associativo, o senhor escolheu ficar ao lado de associações e sindicatos.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como eu disse: nós saímos do completo escuro. Havia uma ficha com biometria, havia uma ficha com biometria. Se as entidades fraudaram a biometria, elas têm que responder por isso. Elas assinaram um termo de compromisso com o INSS. Elas fizeram as fichas de acordo com os requisitos apresentados pela Dataprev. Elas contrataram uma empresa de biometria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu contar uma novidade aqui – que é tanto número que eu me perco. Essa solução provisória, que ele assinou e que ele permitiu que o Presidente do INSS adotasse, era para duas entidades. Todas aderiram, não teve nenhum empecilho e...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não foram todas. Apenas as que apresentaram contrato assinaram termo de compromisso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Obrigado pelo esclarecimento.

Em um mês, em junho de 2024, com a solução provisória, três entidades conseguiram incluir quase 1 milhão de associados. Nem que trabalhasse de manhã, à tarde, à noite, de madrugada, não iam conseguir fazer esse número de filiados. Então...

Tem outras perguntas aqui, mas o que eu quero dizer aos senhores? Os senhores queriam saber quem é o técnico que está por trás...

Passe aqui, por favor.

Do andamento... Aqui são vários. Do andamento de todos os ACTs a partir de 23, dando impulso a esses ACTs independente de entidade que roubou mais ou menos... O técnico é esse aqui, Sr. Jucimar Fonseca.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só para registrar, durante esse período, a DCben teve dois chefes: o servidor Márcio Levy, o servidor Wilson Gaby... E me colocar como sozinho nessa história... Eu era Coordenador de Pagamentos, a matéria tramitava...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não estou dizendo que o senhor está sozinho. Estou dizendo que o senhor, que está sentado aí... Em todos os ACTs a partir de 23, tem uma participação do senhor com nota técnica...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E defendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... favorável a ACT...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E defendo... Todas as notas técnicas que eu fiz foram baseadas em normativos existentes naquele momento e com a situação fática daquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hoje é muito fácil falar do passado, mas estávamos numa realidade específica naquele momento, Sr. Relator. Eu queria que o senhor entendesse isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu respeito a sua opinião. O que eu estou dizendo o senhor não consegue desmanchar. Eu estou dizendo que, nesse roubo cheio de burocracia, nesse roubo travestido de processo administrativo legítimo, só uma pessoa – só uma, não foram duas – participou de todos os processos – todos, sem exceção.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu não participei de todos os processos; você pode ver aí. Na época do Leonardo Rolim, em 2020, eu não estava nem aqui em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe do que é que eu me lembro... Eu estou falando a partir de 23. Sabe do que é que eu me lembro?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ah, está bom.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um repórter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, do desconto associativo. A gente vai voltar para o consignado.

O desconto associativo foi a partir de 23.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, o desconto associativo, com ele, foi em 23.

Então, aí o senhor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto – pronto.

Em 21, era de crédito consignado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Associativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor começou em desconto associativo quando?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em março de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Março de 2022.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Em 11 de julho de 21...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Aí, ele vai explicar por que participou disse aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vai explicar...

Olha, tem uma reportagem que eu acho interessante...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente – Presidente...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Deixa o Relator falar!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... tenho uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. Excelência, o Relator está com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma questão formal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – O Pimenta vai poder falar depois.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza... Questão de ordem, qual é o artigo, Excelência? Qual é o artigo? Questão de ordem, qual é o artigo?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator continua com a palavra. Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É 158, §3º, da Constituição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, deixa eu esclarecer... Deixa eu esclarecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. terá um tempo para falar e se manifestar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tem uma data errada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, deixe-me esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. poderá corrigir posteriormente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Deputado que estava fazendo uso da palavra está querendo dizer que o depoente falou de 22, mas que tem um documento em 21. Quando for a vez dele, ele vai poder esclarecer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Excelência, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado Paulo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor vai me desculpar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou seguir a regra, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o Relator afirmar uma data errada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou seguir a regra, Excelência... V. Exa. poderá se manifestar no momento certo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Na hora dele.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

Excelência, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Na hora dele, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, o Relator continua com a palavra. Posteriormente, V. Exa. poderá se manifestar da forma como achar melhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma questão formal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É um erro material.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. O senhor poderá pedir a correção, Excelência. Deixe o Relator terminar a colocação dele, as perguntas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, a gente estava falando sobre a solução provisória. O senhor emitiu a nota técnica. Quem foi que admitiu a sua nota técnica, superando as outras divergências? Qual foi a autoridade que aceitou essas inclusões de milhões de aposentados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A nota técnica foi encaminhada para a Dirben, que aprovou e encaminhou para o Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem era da Dirben?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ainda era o Dr. André Fidelis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem era o Presidente do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Agora, "bora" voltar lá a 21. O senhor disse que saiu de 21... O senhor saiu do Amazonas, veio para cá convocado durante um tempo e depois veio de forma definitiva.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor foi para o consignado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quando vim de forma definitiva, eu vim direto para o consignado, mas, quando fui convocado a primeira vez, os primeiros 30 dias, eu acho que é isso que o Deputado Pimenta está lembrando...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não fale o nome dele, não, pelo amor de Deus, senão ele vai ter direito a fala.

Diga só "o Deputado vermelho"... (Risos.)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O Deputado que...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Veio aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – ... pimenta no cu dos outros é refresco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Bora" – "bora".

Olhe, olhe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O depoente não é Parlamentar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o senhor pode... O Relator pode pedir para o depoente não citar o nome do Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, foi um erro meu – foi um erro meu, foi um erro meu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Relator pode pedir para o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... não citar o nome do Parlamentar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Qual o problema?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olhe, não vejo problema algum, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vou me retirar desta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado, faça isso não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faça isso não, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, se for se retirar – se for se retirar –, vai deixar muita saudade. *(Risos.)*

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Podia nomear um Relator antes de 23, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Bora".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Para dizer que não pode citar o nome do Parlamentar...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Mas vai de verdade...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Tudo encenação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor...

Por gentileza...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero, Presidente, ter uma...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... 3h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Por gentileza...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tenham respeito ao Deputado Paulo Pimenta. Eu pedi só para não dar direito à resposta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em maio de 2021, eu, quando fui convocado... Quem estava cuidando da matéria do desconto de mensalidade era o Sr. Geovani, e vim para ajudar ele nesse processo. Então... Mas, assim, não assinei nada, que não conhecia a matéria. Então, era só acompanhar para tentar... Estava lendo alguma coisa dos procedimentos para tentar entender a matéria. Então, algumas coisas que eu assinei foi acompanhando, na verdade, mais o Geovani, mas não assinamos nenhuma nota técnica a respeito de ACT na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor passou quanto tempo aqui de forma provisória que pode ser essa...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi 30 ou 60 dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, 30 a 60 dias.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente...

Relator, posso perguntar a ele se ele também deu outros relatórios, anterior a isso, ainda quando estava lá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, agora, o senhor permaneceu de forma definitiva cuidando tão somente de consignado quanto tempo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ah, o tempo inteiro que eu fiquei na chefia da divisão, desde... Não sei se é outubro ou setembro de 2021 – acho que é outubro –, até o dia em que fui exonerado, em abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor não pode ter ficado na mesma chefia, porque o senhor disse que exerceu...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu mudei de chefia, mas continuava, dentro da minha coordenação, o assunto empréstimo consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consignado, o senhor permaneceu quanto tempo? Até quando?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi até abril de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a gente pode dizer que, até abril de 2023, o senhor estava cuidando só da parte de...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... consignado

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não. Até março de 2022, quando o desconto associativo veio também, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, em março de 2022, o senhor acumulou...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... associativo com consignado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A divisão de consignações, na verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, as duas coisas estavam.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu era chefe na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu essa divisão, em março de 2022, tinha quantas entidades com ACT vigentes?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O senhor está falando de bancos ou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consignados.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo, mas eram mais de 60.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais de 60.

E de entidades associativas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eram...

Quando veio eram 16 ou 17.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em março de...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dois mil e vinte e dois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e dois.

O senhor, em algum momento nesse seu percurso, sentiu um aumento considerável de ACTs com entidades para desconto associativo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Havia, sim, muitos pedidos, muitos, inclusive muitos que foram indeferidos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A partir de quando?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quando já veio para mim a matéria em março de dois mil e... Já tinha muitos pedidos, muitos pedidos que foram indeferidos.

Por exemplo, em... Acho que o último ACT que foi celebrado foi em abril ou março de 2024, mas se você for hoje na caixa da Dcben deve ter uns 50 ou 60 pedidos que não foram apreciados, porque foi tipo suspenso depois da IN.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, o senhor estava numa área estratégica para ACTs, esses acordos de cooperação técnica. O senhor o tempo todo se reportava, seja num consignado, seja num desconto associativo, ao Diretor de Benefícios?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, ao Coordenador-Geral de Pagamentos e ao Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era essa a sua hierarquia?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hierarquia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor discutiu alguma vez com o Presidente do INSS sobre essa temática?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Salvo essas reuniões que a gente fazia, geral, com algumas entidades e em algumas reuniões, nunca estive pessoalmente para tratar com ele sobre isso individualmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Político?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que, talvez, uma vez, quando saiu na mídia que tinha algumas coisas, ele queria entender melhor a matéria e eu tive que explicar para ele mais detalhes técnicos a respeito do assunto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Político?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Político não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seja ele quem quer que for, procurou o senhor alguma vez solicitando algo em favor de entidades ou instituições financeiras?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não que eu me recorde, nenhum político.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor acha que se não tem todo dia uma pessoa lhe procurando, a gente tem as entradas lá e temos algumas agendas nas quais o senhor estava presente.

Estou fazendo uma pergunta tão simples, para não ser tão direto, estou fazendo uma pergunta simples.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o político que lhe procurou para tratar de assunto associativo ou do sistema financeiro?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Geralmente, se ia algum político, ia com o Diretor de Benefícios e, às vezes, o Diretor perguntava: "Como é que está o processo tal? Porque veio alguém aqui procurando por esse processo".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deve ter registros de entrada na Dirben a respeito disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda de algum nome?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo, mas, talvez, porque vi uma vez, a ex-Deputada Gorete, que queria falar comigo e com o Diretor de Benefícios a respeito de um ACT.

E eu me lembro que, na época, o Diretor de Benefícios disse que só a receberia se ela tivesse uma procuração da entidade. Ela arrumou uma procuração de entidade e depois foi até lá.

Ela estava com dúvidas a respeito de um processo e, na época, eu pedi para que... Claro, porque ela estava com a procuração, pedi ao Chefe de Divisão, na época o Márcio Levy, a atendessem e explicassem para ela.

Ele participou de um vídeo explicando para ela o que estava faltando no ACT, quais eram as dificuldades e a documentação que a entidade tinha que providenciar para celebrar o ACT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu posso dizer aqui que, nessa sua jornada aqui em Brasília, o único político que o senhor teve contato...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Que eu me recorde, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... foi a ex-Deputada Gorete.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A ex-Deputada Gorete, nós ouvimos aqui quem ela é, ligada à Cecília Mota, naquelas entidades lá do Ceará, e que descobrimos hoje que essas entidades mandaram uma mesada de, no mínimo, R\$250 mil para o Sr. Stefanutto.

Sr. Jucimar, antes de adentrar o INSS ou depois, o senhor ingressou na política?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fui Vereador no meu município...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual município?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Manacapuru, que tem mais de 100 mil habitantes. Eu fui Vereador de 2012 a 2016.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, só uma questão, Sr. Presidente: a legislação é muito clara em que a CPI tem que se ater ao objeto de instalação da CPI. O exercício parlamentar dele como Vereador não faz parte do objeto de investigação da CPMI. Então, eu queria só que a V. Exa. orientasse que se ativessem às perguntas com relação ao que é o objeto da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Só responder à defesa, Relator, que, apesar de não ser um fato diretamente ligado à investigação, a CPMI pode questionar dados conexos à história do depoente, e essa é parte da história pública dele, que não pode ser negada ou deixar de ser respondida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu agradeço ao advogado a interrupção porque hoje eu estou com uma paciência danada. Agora, o que eu quero dizer, Sr. Presidente...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Eu também estou, Sr. Relator.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se eu estivesse perguntando sobre a vida do advogado, tudo bem; estou perguntando sobre a vida da testemunha.

O senhor foi Vereador por qual partido?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu, na época, era do Partido da República, atual PL.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Atual PL. Deixa eu lhe perguntar: o senhor foi candidato em outras eleições?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fui Vereador de 2013 a 2016 e me elegi em 2012, depois fui para a capital e saí candidato a Vereador lá, novamente pelo PL, e não ganhei a eleição lá, em Manaus. Tive uma votação razoável.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou voltando para fazer a pergunta mais uma vez: algum político do Amazonas lhe trouxe para Brasília?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, lá, durante a sua estada, o senhor conheceu, eu já lhe perguntei sobre o Carlos Roberto, da Conafer, o senhor disse que não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o Cícero Marcelino?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece?

A Cecília Mota, eu lhe perguntei, mas não...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, disse que conhecia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu ela nessa oportunidade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ela teve reunião na Presidência, ela participou, ela era procuradora de entidades e, nessa vez que a Deputada foi...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que época ela participou disso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 2024?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2024, nessa reunião de apresentação do PDMA pela Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Sr. Presidente, como eu mostrei aqui, são dezenas de ACTs, dezenas de documentos que, em relação a desconto associativo e em relação a consignado, tiveram a participação do depoente. O depoente falou abertamente que teve quatro oportunidades para interromper isso que aconteceu. A primeira foi quando ele deu credibilidade na sua nota técnica à Conafer. A Conafer estava sob investigação. Ele coordenou a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação e disse que estava o.k., continuou a Conafer em 2022. A segunda foi quando ele, na Contag, mesmo a área técnica dizendo que não era para liberar esses bloqueios associativos, ele deu uma nota técnica, em outras palavras, dizendo que a Contag era a entidade mãe ou mais antiga, era para ter direito a esse desbloqueio.

A terceira, que permitiu a associação massiva de milhões de aposentados, quando ele também deu uma nota técnica, possibilitando a liberação da solução provisória, pedida por duas entidades, e quase todas se aproveitaram, e aí enxertaram milhões de associados em descontos fraudulentos, que elevou para quase R\$4 bilhões, em 2024, o número de descontos associativos. Essas três etapas contribuíram muito para o que está acontecendo aqui.

Em toda a fiscalização que foi feita, em nenhum momento, vi pela parte dele recebimento de propina. Eu não vi, não vou chegar aqui para inventar o que eu não vi. Os chefes dele, todos, sem exceção, meteram mais de R\$10 milhões no bolso, através de familiares, de propina.

Então, eu encerro – depois voltarei – dizendo ao senhor o seguinte: o senhor errou tecnicamente. O senhor permitiu, com seus erros técnicos, esses rombos, esses rombos que representam bilhões de reais. Não tenho como avaliar se o senhor fez isso motivado por quê? Se foi por boa-fé, o senhor foi incompetente; se foi com má-fé, o senhor foi corrupto. Agora, jamais o senhor poderia ter feito isso sem agir, ou com erro técnico ou com má-fé, porque suas decisões equivocadas, as visitas técnicas que o senhor fez posteriormente a isso, ainda em 2024, também eram outras grandes oportunidades de ter encerrado esse roubo.

O senhor foi colocado numa posição estratégica. O senhor está dizendo que não houve indicação política. O senhor está dizendo que não recebeu propina e agiu tecnicamente. Esta CPMI vai ter que analisar a sua conduta ao longo da nossa investigação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Suspendo a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 19 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciamos a ordem de inscritos.

Como autor do requerimento inicial, o Senador Izalci Lucas, por dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, essa é a máfia do INSS. Se não houvesse essa máfia, não teríamos essa roubalheira toda que aconteceu, o envolvimento desses servidores do INSS.

Então, eu vou ir direto aqui ao Jucimar: é difícil acreditar que alguém como você, que estava à frente da Divisão de Consignação em Benefícios e também na Coordenadoria-Geral de Pagamento de Benefícios, não esteja envolvido nesse esquema que roubou bilhões dos nossos aposentados.

Jucimar, qual era o seu papel na quadrilha do INSS? Quem foi que o abordou para fazer parte disso? Porque, nesse período que você estava, foram mais de 4 milhões de aposentados filiados lá em massa, inclusive, com pareceres favoráveis? Alguém o convidou para entrar nesse esquema, ou você está sendo usado por eles?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu não fui convidado para participar de esquema nenhum. Até então, o entendimento que eu tinha era de que estava tudo andando na mais completa lisura.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nesse período de 2023 e 2024, com essa roubalheira, 6 bilhões, você não detectou como Coordenador de Benefícios?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não detectei, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Está bom.

Jucimar, a Amar Brasil recebeu um parecer contrário ao celebrar o ACT, e alguém autorizou. Como pode você ter feito parte disso e ter defendido o ACT dessa instituição, que roubou milhões dos nossos aposentados? Quem foi que solicitou a aprovação? Ou quanto você recebeu para fazer isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não recebi nenhum centavo, e o ACT da Amar Brasil, como também das outras entidades, foi celebrado com lisura processual. A CGU tem acesso a todos esses processos. Em nenhum momento, houve contradição da área técnica em relação à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria, até porque todos os ACTs, esses mais de 40 ACTs, tiveram parecer favorável da Procuradoria. Senão, não teriam sido assinados pelo Diretor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Procuradoria essa que também está envolvida e recebeu milhões e milhões através da esposa, inclusive.

Jucimar, já temos aqui 11 pessoas presas por participação nesse esquema imundo, que roubou bilhões dos nossos aposentados, entre elas, políticos. Seria muito importante, até para ajudar na CPMI, que você citasse quais políticos o pressionaram para você fazer os ACTs e liberar os descontos indevidos. Jucimar, o Brasil precisa de nomes. Precisamos prender todos que faziam parte desse esquema. Quais os políticos que falaram com você? Você falou uma até agora.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nenhum político falou comigo, além daquela que eu mencionei. E eu entendo ser importante para esta CPMI... Claro, quem sou eu para sugerir alguma coisa para a CPMI? Mas deveriam, a meu ver, investigar como as entidades que estão sendo suspeitas de fraude conseguiam essa lista de beneficiário, se no mercado negro, se algum servidor facilitou isso... Acho que seria muito importante ser investigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Isso não tem dúvida nenhuma.

Agora, Jucimar, responda, para todos os aposentados do país que tiveram a aposentadoria roubada, quem pediu para o senhor não criar nenhuma dificuldade com entidades como a Contag, a mesma que estava lá na COP 30 com o Governo Lula, a Conafer, cujo Presidente está foragido, a Amar Brasil, do Felipe Macedo, a Ambec, o Cebap, do Camisotti, a Unsbras? Bem objetivo, porque o meu tempo está terminando.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na verdade, não houve facilitação. Eu tenho aqui uma série de ações que nós tomamos, como área técnica, para enrijecer o processo, mas, infelizmente, pelo que eu entendo, não foram suficientes, mas nós fizemos tudo que estava no nosso alcance naquele momento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Deixe eu dizer mais uma coisa aqui. Constantemente, nós vemos a Polícia Federal fazendo operações que encontram milhões em dinheiro, valores que ninguém tem em casa, a não ser pessoas que fazem parte de um esquema bilionário. Eu vi aqui, nos documentos que recebemos, que você comprou um terreno aqui em Sobradinho, em Brasília,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por R\$50 mil, em dinheiro vivo o pagamento, o que é estranho, porque essa mesma tem mais participantes. Quem seriam essas outras pessoas? Esse dinheiro era parte da propina que você recebia?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, esse dinheiro saiu da minha conta pessoal. Eu fiz um Pix, porque eu tinha dinheiro na minha conta, porque eu sou servidor – R\$50 mil é um imóvel compatível com a minha renda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, já vimos aqui outros depoentes que acumulavam cargos. Uma coisa que me deixou um pouco intrigado é como você trabalhava no INSS e na Amazonprev, que fica no Amazonas, ao mesmo tempo. Que habilidade é essa que você possui – a onipresença, né? Ou tinha esses dois cargos para poder facilitar isso, essa quadrilha que estava lá no INSS, que você participava desse grupo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – No período em que eu trabalhei no INSS e, concomitantemente, fui Vereador e depois Secretário, durante um curto período de tempo, a APS de Manacapuru, onde eu trabalhava, possuía o turno estendido: funcionava de seis ao meio-dia e de meio-dia até as seis da tarde. Então, eu trabalhava no segundo turno. Inclusive, isso aí foi um processo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas e também no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque na época era possível acumular o cargo de Vereador e de Técnico do Seguro Social, porque havia compatibilidade de horários. Quando a APS perdeu o turno estendido, eu fui obrigado a ficar somente como Vereador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas você estava junto no INSS. No INSS e na Amazonprev, não era?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na Amazonprev. Inclusive, eu respondi a processo administrativo por isso, e não fui penalizado porque as minhas justificativas foram aceitas pela casa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, esta aqui é novidade também entre os depoentes aqui: em 2024, o senhor fez uma cirurgia plástica no valor de R\$20 mil, outros R\$13





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil em outras clínicas. O aposentado que teve a aposentadoria roubada e não tem dinheiro para pagar as consultas quer saber: quem estava bancando isso?

Esse é o esquema onde pessoas, sem nenhum pudor, usavam dinheiro roubado para aposentados para carros de luxo, mansões, joias, relógios e, agora, cirurgia plástica. É por isso que os aposentados estão irados e pedindo que a gente não deixe de prender nenhum desses culpados. A pouca vergonha tomou conta do país, infelizmente.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só explicando, eu não tenho carrão, não tenho casa de luxo, e todas as coisas que eu fiz são compatíveis com a minha renda. Portanto, não escondi nada de ninguém...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você não admite que você foi usado aí?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Inclusive, isso está declarado no meu Imposto de Renda; todos os procedimentos que eu fiz, plano de saúde que eu pago... Eu passei quatro anos aqui em Brasília, quase cinco. Então, assim como acontece mudança de vida, de patamar de vida de políticos durante quatro anos, também pode acontecer com o servidor que passa a ganhar melhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k., mas você reconhece que essa máfia contribuiu para desviar os 6 bilhões aí dos aposentados e pensionistas; e pessoas que eram ligadas a você: seu chefe, coordenação e tal?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nos assusta essa quantidade de servidores, mas eu não posso considerar isso como máfia porque eu não sou polícia para poder identificar isso como máfia. Nunca imaginei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Olha, sinceramente, a visita fiscal que você fez nas empresas, e não ter o cuidado de verificar realmente se prestavam serviços compatíveis com o número de associados, com a arrecadação que eles tinham de bilhões... Teve entidade que roubou 3 bilhões, 2 bilhões.

Bem, o silêncio de cada um de vocês... Você tem falado aqui, e eu espero que você faça um exame de consciência, porque não é possível que, durante esses três anos praticamente, 2023,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2024 e 2025, você não tenha, com a experiência que você tem, percebido essa roubalheira toda – não é possível –; quem estava lá dentro cuidando disso.

Então, vamos mostrar aqui para a D. Francisca, que eu conversei na feira lá de Planaltina, que o crime não compensa e que não vamos deixar nenhum exército vermelho blindar esses envolvidos. A resposta que vamos dar para as D. Franciscas de todo o Brasil é: todos os envolvidos serão presos e vão pagar por tudo que fizeram com cada um dos aposentados.

Então, é muito claro aqui que você, realmente, ou é conivente ou foi usado por essa máfia toda, que...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... foi colocada aí para você.

Agora, eu queria ainda perguntar um detalhe aqui: por que você assinou a nota técnica autorizando o desbloqueio em lotes de descontos associativos?

Para quais entidades o senhor autorizou o desbloqueio em lote, autorizando descontos associativos? Foi só a Contag ou teve mais algumas que você liberou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só a Contag. E já expliquei que a nota técnica, naquele momento histórico, naquele momento, era compatível com os normativos existentes, não havia impeditivo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E você não tinha autonomia – depois que percebeu que havia esse roubo todo – de desfazer essas coisas ou, pelo menos, alertar para alguém: "Olha, estão roubando, está tendo um crescimento imenso, exponencial de filiados, a arrecadação..."?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O crescimento exponencial realmente nos assustou em alguns momentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não tomou nenhuma providência?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nós formalizamos, notificamos as entidades. Elas justificavam para a Diretoria de Benefícios que ou fizeram trabalhos de busca ativa de filiações em grande quantidade pelo país inteiro, porque, dependendo da entidade e da capilaridade da entidade, ela poderia, não havia impeditivo dizendo. Nós criamos a portaria, foi em 31 de outubro de 2024, uma portaria na qual nós estabelecemos que, se houvesse, de um mês para o outro, um aumento de mais de 50% de filiados, ensejaria em processo apuratório de fiscalização. Mas antes disso, não havia normativo impedindo que uma entidade crescesse de um mês para o outro. Nós não tínhamos controle sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para encerrar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Tempo encerrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, você participou desse esquema...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não participei de esquema nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... ou usaram você no esquema, porque essa turma roubou bilhões dos aposentados e pensionistas.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não participei de esquema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a gente vê aqui um mundo paralelo. São pessoas que ou têm estabilidade total no emprego ou empresários de empresas que prestaram – entre aspas – "serviços", e as somas são assustadoras: carros de R\$400 mil; gente que fez uma réplica do carro do Ayrton Senna; gente com dez, vinte carros de luxo; mesada de R\$250 mil, que pode agora, segundo o nosso Relator, chegar a R\$0,5 milhão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está faltando, eu trouxe aqui hoje, Sr. Presidente, Sr. Relator, a gente ver um pouco a cara dos roubados; a face destes em cima de quem – essa gente humilde – fizeram esse escândalo tão assustador. E é o que eu pretendo fazer hoje.

Eu peço que passe o primeiro vídeo, por favor. Três depoentes do Acre, meu estado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esse é o rosto dos que foram roubados. Esse é um dos 4 milhões de brasileiros. Em cima deste tipo de gente – humilde, trabalhadora – tiraram dinheiro do remédio, da comida! E é essa investigação que o Governo do PT e a Bancada do PT não queria investigar.

Passa o vídeo 2, por favor. *(Pausa.)*

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, aqueles que blindaram nomes para não virem aqui, como Edson Claro, Gustavo Gaspar e Frei Chico, irmão do Lula, ao verem as figuras dessa mulher, 72 anos, acriana, ou o anterior, não se envergonham? Não ficam ruborizados?

Essa é a turma que foi roubada. Foi deles que se tirou R\$50, R\$100, para chegar a esses bilhões, financiando luxo de gente que eu considero doente.

O último vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, o que mais me assusta é como essa roubalheira vem toda envelopada num verniz ideológico. Em nome de uma ideologia, em nome de uma utopia, tudo é possível. Isso não é novidade.

No petrolão, no mensalão, na fraude dos servidores dos fundos de pensão, como agora no INSS, é sempre a mesma coisa – como, aliás, no seguro defeso. Isso é uma ideologia que entende – e a gente vê isso aqui – que, em nome da causa, em nome da manutenção do poder, tudo é permitido.

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – E para concluir, Sr. Presidente.

É claro que, para fazer a roubalheira no INSS, para assaltar as estatais, para voltar a roubar no seguro defeso, não dá para fazer sem servidores. Alguns se locupletam, também; e outros, talvez, sejam idiotas úteis. Mas o fato é que esta roubalheira é mais uma que tem o mesmo DNA: é a esquerda se locupletando – não tem coração, não tem sentimento – para chegar ao poder e nele tentar se perpetuar.

Mas não há um mal que dure a vida inteira, e o Presidente, o Relator e muitos dos membros que aqui estão estão cumprindo a missão de mostrar tudo isso para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, boa noite mais uma vez. Vou direto ao Sr. Jucimar.

Sr. Jucimar, o senhor tem uma história de vida em que o senhor já circulou em vários ambientes de trabalho. O senhor foi policial militar durante 12 anos. O senhor foi para a reserva com qual graduação?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Eu era soldado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Soldado.

Depois eu vi que o senhor também foi professor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, instrutor do Proerd.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Só instrutor do Proerd, e não...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E fui professor também.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Foi, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Fui professor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Foi Vereador, então o senhor também teve uma experiência política, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E depois passou em um concurso público para o INSS. Quanto tempo o senhor já tem de INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Desde 2013.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Para 2025, o senhor já tem aí uns...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Doze anos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... doze anos também de experiência.

Ou seja, o senhor tem um pouquinho de tirocínio de policial. Sabe quando um ambiente não é adequado, quando ele inspira um certo cuidado, quando ele mostra que algo está errado. O senhor teve um pouquinho de conhecimento como professor, depois veio como político e começou a aprender um pouquinho os meandros da política, como o que é certo e errado, quais são as medidas que têm que ser tomadas.

E aí veio como técnico do INSS, ocupando algumas funções importantes, seja como técnico, às vezes, ou como coordenador, mas o senhor teve experiência em todas as áreas, praticamente, de vida.

Mas, mesmo assim, apesar de o senhor falar que lá em 22, quando assinou a nota técnica, o ambiente não era o mesmo que foi, não era o mesmo ambiente de hoje, não estava tão visível esse crime que abalou o nosso país, o senhor não prestou atenção nas instituições que estavam ali, arrodando o INSS, que eles poderiam estar promovendo um crime dessa magnitude?

Qual foi a ação do senhor, quando o senhor... O senhor chegou a tomar ciência, em algum momento, de que as empresas estavam cometendo esse crime?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como eu falei agora há pouco, nós fizemos o que era possível no momento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a equipe reduzida, tomamos algumas ações que eu não tenho tempo para ler aqui, mas que foram muito importantes para melhorar o produto do crédito consignado, e estávamos fazendo a mesma coisa com o desconto de mensalidade sucessiva.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor, em algum momento, fez alguma notificação para o seu superior imediato, dizendo que o seu setor não tinha competência...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... suficiente por falta de gestão de pessoas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi feito, e foi feito para os órgãos de controle também.

Foram feitos pedidos para que fossem abertos processos apuratórios em relação às entidades também. Por causa dos números, nós fizemos pedido de abertura de processo quando surgiam também notícias na mídia, apesar de o INSS...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, não é isso que eu estou perguntando para o senhor. Estou perguntando para o senhor: o senhor chegou a fazer alguma documentação exigindo pessoal, porque o seu setor...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não exigindo, porque era fato notório, inclusive na entrevista do próprio Presidente do INSS, ele falou dessa deficiência...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não quero saber dele, estou querendo saber só do senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, mas eles tinham ciência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não. Eu não quero saber dele, eu quero saber do senhor. O senhor formalizou, solicitando pessoas para compor efetivo do seu setor, que o senhor era coordenador?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca mandei documento para o Presidente do INSS nesse sentido, mas ele sabia da deficiência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor... Algum momento, durante... Mesmo sendo dois servidores, o senhor foi fazer as visitas *in loco* para verificar as instituições, as associações.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Nunca te deu curiosidade de saber quanto aquelas associações iriam ganhar com aquela situação? Ou quanto elas ganhavam mensalmente, quanto elas recebiam de volta das... dos recursos recebidos através das pessoas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não era meu papel e não era escopo da Coordenação-Geral fazer isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Vou fazer outra... Não é isso. Era seu papel, sim. Você era Coordenador de Pagamentos. A minha...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu já falei, pagamento de benefício de aposentado não pagava entidade.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A minha pergunta... Aguarda eu perguntar, e o senhor responde.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O.k.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A minha pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor falou que não tinha... O senhor tinha responsabilidade, sim.

A partir do momento que o senhor tem que... Que tem uma coordenação chamada Coordenação de Pagamentos e o senhor foi *in loco*, o senhor foi polícia. O senhor não olhou, não verificou que aquela instituição recebia milhares e aquele serviço que estava sendo prestado podia ser, ou não, verdadeiro?

Como é que uma instituição com meia dúzia de servidores ganha milhões? O senhor não verificou? Não teve, assim, aquela... Aquele tirocínio para verificar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não estava lá para achar nada. Eu não estava como policial...



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então foi jogar dinheiro público fora?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não foi. Porque nós confirmamos a existência das entidades. Elas existiam.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O prédio delas existia?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Existiam os prédios...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O prédio, mas e a atividade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tenho foto e tudo. A atividade também.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quantas pessoas eram atendidas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Está em todos os relatórios que foram apresentados, que a CGU e o TCU têm acesso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Quantas instituições o senhor visitou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A Contag? O senhor visitou a Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não visitei a Contag.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não visitei a Conafer, mas conheci a estrutura da Conafer, porque na época do comitê de apuração, nós fomos visitar lá para ver a estrutura.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O Stefanutto te pressionou para assinar essa nota técnica?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca me pressionou.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Nenhum dos seus superiores nunca te pressionou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca me pressionaram. Era o que...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lia o momento histórico, eu lia o contexto e me manifestava. Sem tomar decisão, como já frisei aqui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas o senhor tomou decisão.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tomo a decisão. Você sugere. Você se manifesta...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Isso é uma tomada de decisão...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é tomada de decisão.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A partir do momento que você faz uma sugestão...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – No Regimento Interno...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... você está tomando uma decisão.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – No Regimento Interno do INSS não diz que é competência da Coordenação-Geral de Pagamentos tomar decisão. Quem tem poder decisório na casa é Diretores de Benefícios ou de outras diretorias, e Presidente do INSS.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E por que dar a nota técnica? Favorecendo...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A nota técnica manifestou-se dizendo que parecia razoável atender determinado pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Silêncio, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço silêncio, por gentileza.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Recompôr lá, porque senão fica difícil. Eu não consigo escutar.

Então a sua nota técnica, o senhor entende que era sugestão, mas o senhor...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sugestão.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Dentro dessa sugestão, o senhor não colocou nenhum item para que fosse verificado, confirmado algum fato para que aquela nota técnica realmente tivesse um valor mais primordial, mais cuidadoso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em algumas notas técnicas que fiz, que foram várias para determinados assuntos, havia uma ou outra observação.

Mas, assim, o Diretor de Benefícios e o Presidente, eles têm o poder discricionário de decidir se aquela nota técnica é suficiente, ou se ela precisa ser robustecida, ou se ela precisa de algum tipo de correção redacional...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E dessas notas técnicas, nenhuma voltou para o senhor complementar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nenhuma dessas, não. Talvez uma ou outra tenha voltado, mas essas duas, que eu me recordo, não voltaram.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Essas duas específicas não voltaram.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não voltaram.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Qual foi o prazo delas? Porque a gente sabe que a administração pública, ela tem... Por causa da burocracia, ela acaba demorando um pouco.

Qual foi o prazo, da hora em que você entregou a nota técnica até a hora em que o seu superior a recepcionou e confirmou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo – não me recordo. Não lembro.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Foi rápido ou foi demorado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor já teve alguma reunião com o Stefanutto em locais reservados, com alguma dessas entidades?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca tive reunião com o Stefanutto em local reservado, com relação a esse assunto.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – O senhor nunca recebeu nada das instituições?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não recebi.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – E do Stefanutto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca recebi.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Ou de qualquer outra pessoa, nesse sentido?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca recebi – nunca recebi.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Agora, falando como um servidor público, o senhor acha que o dinheiro que foi gasto para você fazer a vistoria nessas associações e sindicatos – e ser feita uma vistoria meia-boca – foi correto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi correto, porque o objetivo era verificar se existia uma entidade funcionando naquele endereço, e existia. O objetivo foi cumprido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Não, não foi cumprido, porque ela não funcionava. A maioria das instituições que estavam ali apresentadas não funcionavam.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com todo respeito...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Tanto é que elas foram responsabilizadas.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com todo respeito, V. Exa., se a senhora ler a nota técnica que autorizou as visitas técnicas, é muito bem claro que o objetivo dela era verificar se havia funcionamento das entidades, se havia servidores trabalhando, se existiam pessoas, se ela estava localizada no endereço informado, e isso foi feito.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Mas ela era compatível com o número de associados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não fui enviado para verificar a compatibilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Então, para que você foi enviado...? Se você não tem compatibilidade e tem uma instituição que presta um serviço...

(Soa a campanha.)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... como é que eu posso dizer que aquela instituição vai estar funcionando corretamente para aquele número de associados? É isso que eu não estou conseguindo entender. Se eu vou fazer a verificação, eu tenho que verificar pelo menos se aquilo que está sendo proposto vai ser atendido. Como é que uma associação que tem um prédio com meia dúzia de servidores vai atender lá cento e poucos mil associados, duzentos mil associados?

Até agora eu não consegui entender: quem é que formulou essa ordem de serviço para você ir lá fazer meia-boca? Foi você ou veio essa ordem desse jeito?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não fui eu. A ordem veio para verificar o funcionamento...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – De quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Da Diretoria de Benefícios.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Nome.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Do Diretor André Fidelis.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Nome?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – André Fidelis, Diretor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – André Fidelis?

Presidente, é só isso. Obrigada.

Só para complementar, Presidente, rapidinho... Mais uma vez, passa para mim o vídeo? É rapidinho, dois segundos. É só para as pessoas que estão em casa entenderem a nossa fala, quando a gente fala da importância de estarmos juntos para combater esse roubo. Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – É só para as pessoas terem atenção: os nossos idosos estão sendo deixados de mão exatamente porque eles não sabem ligar, não sabem pedir o cancelamento através do *app* do Meu INSS.

A fala dessa senhora reflete a realidade do nosso país, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Presidente Viana, Relator Alfredo Gaspar, Duarte Jr., todos da Mesa, Jucimar, Cícero.

Presidente, muito grave hoje a ausência do Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz. Hoje, nós tivemos...

Eu peço para começar de novo, Presidente. Eu não estou conseguindo... Eu consigo falar com as pessoas falando ao meu redor – não tem problema nenhum –, mas agora está me atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pode. Vamos recomeçar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Recomeço, por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Presidente Carlos Viana, obrigado. Obrigado, Alfredo Gaspar, Relator; Duarte Jr., Vice-Presidente; Jucimar; Cícero.

É muito séria a ausência do Ministro da Previdência, Wolney Queiroz, hoje nesta CPI... CPMI.

Matéria do *Estado de S. Paulo* de hoje, 1º de dezembro... E eu tenho suspeitas de que esta matéria aqui fez com que o Ministro da Previdência não viesse. Todo aposentado que liga 135 no *telemarketing* do INSS, são três centrais que atendem: Recife, Caruaru e Salvador – Recife, Caruaru e Salvador. Por que que se tornam suspeitos esses dois pontos, principalmente em Pernambuco,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem muito suspeitos em relação ao poder político que domina o INSS desde 2006? A gente está falando: em 2006, criou-se o ponto de Caruaru de atendimento.

Caruaru é a cidade natal do Ministro Wolney Queiroz, onde seu pai foi Prefeito, e a denúncia do *Estadão*, de São Paulo, hoje, que é seriíssimo, no Governo Lula: mês de junho de 2023, o ganhador do pregão eletrônico é um recifense chamado João Luiz Dias Perez, no valor de R\$117 milhões.

O Sr. João Luiz Dias Perez... Foi registrado que, durante o pregão eletrônico, ele estava no Ministério da Previdência.

A sessão de lances do pregão eletrônico para seleção das empresas foi aberto às 10 [...] [da manhã] do dia 22 de junho de [...] [23] e só foi encerrado às 17h20. Diaz Perez passou a maior parte desse período dentro das dependências do governo.

Os registros de entrada e saída da portaria, no bloco F da Esplanada dos Ministérios [do ministério], mostram que o empresário entrou no local às 10h14 [da manhã] e lá permaneceu até [às] 17h32. Portanto, [...] 14 minutos após o início da sessão [...] do pregão até 12 minutos depois [...].

A agenda pública do então secretário-executivo da pasta, Wolney Queiroz, registra que ele recebeu o sócio da Provider nesse dia, [...] [de meio-dia às] 13 horas.

[...]

Conterrâneo e homem da confiança de Wolney Queiroz, [uma das pessoas que estavam acompanhando durante essa visita, o] Chalegre virou secretário-executivo adjunto do Ministério da Previdência um ano depois, em julho de [...] [24].

O que que leva a crer, isso aqui? Quando o Relator, Alfredo Gaspar, mostrou uma foto com Antônio Careca, com Virgílio, quase todos, dos oito... Se eu estou me recordando bem, seis eram pernambucanos, Alfredo Gaspar. Desde que Caruaru se tornou uma central de atendimento, há 20 anos, esse grupo domina o Ministério da Previdência, que é o PDT, que é o Sr. Lupi.

Esses indícios aqui levam a crer que até o *telemarketing* do INSS está sob suspeita em relação aos números de ligações de reclamações dos brasileiros. Então, quando o Jucimar traz um dado aqui de 70 bilhões por mês, que é o pagamento do INSS, Jucimar, chegando a R\$1





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trilhão por ano, olha como foi predatório o que essas pessoas fizeram, e que leva a gente a pensar que esse núcleo político está lesando o INSS há muito tempo.

Com todo o respeito a Caruaru, minha mãe é pernambucana, de Limoeiro, que coincidência hoje a central de *telemarketing* ser em Caruaru, cidade do Ministro do Lula, da Previdência, do PDT. Isso aqui é um escândalo! Se a gente for investigar a fundo, isso aqui é seriíssimo, é quando o aposentado de 70 anos liga reclamando do INSS, a sua ligação cai em Caruaru, cidade natal do atual Ministro da Previdência, em que o pai dele foi Prefeito.

Olha, aqui não tem bobo, pô! A gente... Nós, brasileiros... O aposentado que está vendo isso em casa deve estar pensando: "Poxa, como a gente é otário".

A presença do Ministro Wolney, indicado pelo Presidente Lula, ou assinada, atestada aí a indicação do Lupi, é uma vergonha.

Olha, cinco mandatos de Governo do PT nesse século e o que a gente vê é uma série de erros repetidos.

Jucimar, obrigado pela sua presença.

Chegou para a gente aqui, e foi falado através do Relator, que o senhor autorizou 35 mil benefícios a partir de lista encaminhada pela entidade INSS, que foi aqui a Contag, quando o Sr. Alessandro Stefanutto era Presidente. E aí eu fico em dúvida. Esses empréstimos – para o aposentado entender em casa – davam o direito de uma financeira ou de o próprio sindicato fazer uma venda casada de filiação mediante uma necessidade de empréstimo do aposentado?

Não sei se eu me fiz claro.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque um assunto é o desconto de mensalidade associativa, que não se relaciona diretamente com o empréstimo consignado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas essa venda não poderia estar casada? Vocês não identificaram? Porque a gente recebeu alguns relatos de alguns aposentados de que eles eram cortejados para receber um empréstimo de R\$500, por exemplo, mas ele tinha que se filiar ali ao sindicato. Ele tinha que todo mês pagar R\$80 para o sindicato.

O senhor... Nunca passou pela cabeça do senhor essa possibilidade?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Chegou, acho que em 2023 ou 2024, algo nesse sentido. Acho que até a auditoria do TCU começou com um documento aqui da Deputada Bia Kicis, que começou uma apuração lá pelo TCU, e havia uma suspeita de venda casada nessa denúncia. Foi quando eu tive acesso a essa informação, porque começou em 2023.

E aí coloquei, inclusive, na minuta da IN-162, que era para proibir qualquer venda casada nesse sentido, mas, infelizmente, a Procuradora, que eu não lembro o nome agora...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eliane Viegas. Será?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... pediu para retirar essa parte do texto. A IN não veio proibindo taxativamente a venda casada, que é uma proibição que está prevista no Código de Defesa do Consumidor, proibida a venda casada, mas...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Jucimar...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... é possível que haja essa possibilidade. É uma questão que pode ser investigada e apurada pela própria CPMI, da ideia de ter correspondente bancário atuando de forma predatória para filiar pessoas à entidade.

Não é que a ficha não exista, não é que a filiação não tenha ocorrido, mas foi, de forma fraudulenta, o cidadão convencido a assinar o desconto de mensalidade associativa.

É uma linha de investigação que, eu imagino, a PF e a CGU estejam apurando e esta CPI também pode apurar, trazer, convidar bancos aqui, corbans, para perguntar como é que eles operam isso na ponta.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Jucimar, quando a gente recebeu aqui o Oliveira e o Stefanutto, eles foram muito parecidos. Eu não sei se o senhor acompanhou o depoimento deles, né, mas eles jogaram muito para a parte técnica. E você foi muito claro aqui, você falou que não tinha poder decisório nenhum, mas a decisão deles era baseada na sua análise...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – No seu parecer.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... no seu parecer.

Você não sentiu, de alguma forma, ele jogando a bola para você?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você se sentiu pressionado em algum momento para fazer o parecer da maneira como eles queriam?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Em nenhum momento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em nenhum momento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E você não sente ele se eximindo de qualquer responsabilidade e jogando na parte técnica toda a responsabilidade?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Essa questão é a Justiça que vai ter que decidir, se eles têm culpa ou não, mas o poder decisório é deles; eles não podem ser eximidos porque o poder decisório era deles.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas o poder decisório deles, eu entendo, mas eles, quando vieram aqui na CPMI, tiraram o corpo fora e jogaram para a parte técnica. Então é uma oportunidade... Se o senhor quiser falar alguma coisa para se defender, é muito oportuno.

Você pode dar detalhes, detalhar o envio de arquivos com dados dos beneficiários à Dataprev, sem a devida habilitação das entidades associativas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, todas as entidades que tinham autonomia para enviar, porque funcionava assim o fluxo, eu acho que é importante isto: as fichas não ficavam em poder do INSS. O processo de celebração do ACT...

(Soa a campainha.)

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... era regido pelo princípio da legalidade, então a documentação estava o.k., estatuto, certidões, estava tudo o.k., como era um processo eletrônico, celebrava o acordo, e a gente informava para a Dataprev, informava para a Dataprev que aquela entidade estava apta para subir os seus filiados.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas todas as entidades estavam habilitadas? Todas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As que tinham ACT celebrado estavam habilitadas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A última pergunta, Sr. Jucimar: por que o senhor ignorou alertas institucionais da CGU e Tribunal de Contas da União sobre irregularidades nos descontos em benefícios previdenciários? Porque foi o que a Dra. Eliane Viegas, quando esteve aqui, da Controladoria-Geral da União, falou: que alertou vocês, inclusive a parte técnica. O senhor recebeu a visita da Sra. Eliane Viegas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Elas fizeram bastantes reuniões conosco, o pessoal da CGU...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Com o senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Comigo e com a equipe da Dcben.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E ela disse que alertou o senhor de que tinha muitas reclamações.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eles estavam apurando isso. Quando chegou o relatório final da CGU, apontando algumas irregularidades, inclusive esse percentual, foi apresentado ao Presidente do INSS. Eu estava presente...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Sr. Stefanutto. E ele nada fez?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... estava a procuradoria. Eu não vou dizer que nada fez, porque teve algumas ações, alguns desdobramentos depois dessa reunião. Eu imagino que não tenha vindo na velocidade que a CGU desejava, mas as ações foram tomadas, sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Sr. Jucimar. Obrigado, Presidente Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.

Eu pediria que vocês colocassem o primeiro eslaide, que eu vou passar ali, por favor.

Presidente, na quinta-feira, nós vamos ter que resolver sobre alguns requerimentos. E como é V. Exa. que coloca os requerimentos, junto com o Relator, ouvido o Relator, eu vou precisar de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente demonstrar a V. Exa. por que eu quero que esses requerimentos que eu apresentei sejam colocados em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É porque eles envolvem pastores, isso não significa igreja em geral, nem tenho eu, de forma nenhuma, condições, nem quero e nem concordo que se faça discriminação em relação à igreja, seja ela católica, evangélica, umbanda, etc. O problema é que nós começamos a ver uma forma que me leva a crer que há aqui uma possibilidade real e indícios fortes de lavagem de dinheiro.

Passa o próximo, por favor.

Estudo baseado em RIFs. Ali tem o nome do RIF, aquele ali é Anderson Cordeiro, aquele não, esse RIF é de Anderson Cordeiro de Vasconcelos. É o Anderson que é lá dos "*golden boys*". E veja lá o que ele passou: 200 mil para o Cesar Belluci, da Sete Church; R\$370.338 para Deus é Fiel Church, igrejas presididas por Cesar Belluci. Eu não acho que isso aqui seja apenas uma contribuição de dízimo, por isso eu acho que isso precisa ser investigado.

Passa o próximo, por favor.

Também da Sete Church. Esse aí já é do Américo Monte, também conhecemos. Ele passou R\$124 mil, enviados à Deus e Fiel; R\$200 mil para o Pastor Péricles Albino, pastor da igreja Campo de Anatote, de Alphaville. Ainda o Américo Monte Junior tem também R\$200 mil – não está aí – para o Pastor André Fernandes, da igreja da Lagoinha de Alphaville, em São Paulo.

O próximo: pastor relata tentativa de empresário de reaver BMW e Rolex, doados a Sete Church, Pastor Cesar Belluci também. Eu vou ser rápido para que eu possa falar com o Jucimar.

Próximo: "Investigado na Farra do INSS celebrou ganhos na igreja: 'Mão de Deus'". "Em um culto, na igreja [...] Sete Church, o empresário Felipe Macedo [...], investigado pela Polícia Federal [...] na Farra do INSS, comemorou o sucesso de seus negócios e citou os sócios Américo Monte e Anderson Cordeiro [...]. No evento [...] de 2024, ele contou como se converteu à religião evangélica e [vai dizer dos recursos ali colocados]".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo: "Igreja da família Valadão aluga o Allianz Parque para festival gospel no Réveillon; ingressos custam até R\$3.500 na área VIP". Marco Aurélio Gomes, primo de Felipe Gomes e dirigente da Amar Brasil, estava lá no evento. A empresa F2A, do grupo dos "golden boys", patrocinou o festival gospel no Allianz Parque para a igreja da Lagoinha.

O próximo: Adoração Church, a ADS Soluções – estamos vendo falar demais nela –, R\$366 mil enviados para P.C. Takashima; mais R\$2,5 milhões para Adalton e Pércia Takashima; e R\$511 mil para a Igreja Assembleia de Deus Ministério do Renovo.

Próximo: CBPA, Família Câmara. A CBPA passou R\$1,9 milhão a Network, que é da Família Câmara. Estão ali os destinos: R\$146 mil para a advogada; R\$74 mil para o filho; R\$9 mil para Deputado; R\$116 mil para a Fundação Boas Novas.

E, por fim, o último, da AAB e vínculos religiosos nesse RIF. Tudo é com RIF, viu? Dirigentes da associação são os próprios fundadores da igreja. Aí vocês vão ver R\$2,5 milhões, enviados pela Conafer, para a empresa da Lucineide dos Santos, e assim vão, 95 boletos pagos para terceiros, no valor de R\$984 mil.

Pois bem, por isso é que eu acho que esses requerimentos precisam ser aprovados. Não há nenhum aqui interesse em fazer caça às bruxas e muito menos aos evangélicos, de forma nenhuma, mas são fatos concretos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por isso é que eu pedi a V. Exa. que colocasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem, eu queria que colocasse o próximo, que aí já vou direto ao Sr. Jucimar.

Sr. Jucimar, o senhor está ali. Está certo ali, né? Diretor de Consignação. O senhor era, antes, técnico em Manacapuru. O senhor foi Vereador lá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi Vereador pelo PL?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É a sorte do senhor ser do PL. Se o senhor fosse do PT, isso aqui ia estar um inferno, iam xingar o senhor de tudo quanto é nome, mas, como você é do PL, eles absorvem, entendeu? É do PL, não tem problema.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sou mais do PL. Eu sou filiado ao Democracia Cristã.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Democracia Cristã, pois bem, mas o senhor era do PL. Então, provavelmente, votou no Bolsonaro, é problema do senhor, etc., mas, provavelmente. Você estava no PL.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O voto é sufrágio universal secreto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Exatamente, para mim também não interessa. Mas eu só estou fazendo essa observação, porque, se o senhor fosse do PT aqui, nossa senhora, o mundo tinha caído. Se o senhor fosse alguma coisa do PT, eu imagino que o mundo tinha caído, mas o senhor sendo do PL, eles fingem que não veem. Então, é só para registrar.

Mas eu queria saber o seguinte: lá em Manacapuru, qual era o Deputado Estadual e Federal com quem o senhor tinha mais relação na cidade?

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Presidente, novamente, o objeto... Não é o objeto de investigação da CPMI, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor fala que o senhor não tinha ligação com político algum...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu concordo com o advogado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É claro que você concorda. Não pode saber porque vai chegar em... Não será gente do PT. Pode ser do seu partido, o Novo, do PL...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Do PT não vai ser.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É por isso que ele está nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A defesa fez uma colocação.

O Sr. Jucimar poderá ou não responder, mas essa pergunta, Doutor, como a anterior do Relator, é de fato conexa à realidade dele. É o contexto de toda a história política. Não vejo problema algum.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – É porque outro Parlamentar, Presidente, não tem relação... Com quem o Vereador tinha mais proximidade, com outro Parlamentar... Isso não tem vínculo com a CPML.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – É muito importante isso, Doutor. Pode ter vínculo político envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sr. Jucimar poderá ou não responder e...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É a investigação que vai definir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... usar, inclusive, da possibilidade de defesa de alguma autoincriminação. O senhor é quem decide.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, o senhor pode recuperar meu tempo, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso, sim, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais dois minutinhos que eu perdi aqui. Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, vamos lá.

A pergunta, é claro que ela tem uma ligação...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... porque o senhor disse que o senhor não tinha ligação política com ninguém.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não acredito...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não... Eu disse que a nomeação minha aqui em Brasília não teve interferência política nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nem com os Deputados com quem o senhor tinha...?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Inclusive, o cargo a que eu fui alçado, como chefe de divisão, ninguém queria, porque é um tema espinhoso. Não é a atividade-fim do INSS. A atividade-fim do INSS, o que é? Análise e concessão de benefício. Trabalhar com empréstimo consignado ninguém gostava e ninguém gosta, e com desconto associativo também.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá bom, mas eu digo para o senhor vir para Brasília.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu vim como convocado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Convocado. Quem convocou o senhor para cá, então? Vamos mudar o assunto. Deixa Manacapuru por lá, que o senhor não quer... Diz que já não tem relação com político nenhum lá que fez alguma indicação; o senhor já respondeu.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Embora, me permita, provavelmente o senhor tinha algum Deputado Federal que o apresentou aqui em Brasília.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nenhum Deputado Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, o senhor veio para cá... Quem fez o convite para o senhor vir para cá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi o Diretor de Benefícios, na época, que entrou em contato com o Gerente-Executivo e que estava precisando de um servidor para ajudar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem é?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que era o Jobson, e que pediu para o meu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Jobson?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... diretor, meu... Não, quando é...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Jobson era...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... Gerente-Executivo de Manaus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Jobson já trabalhava aqui com o José Carlos Oliveira na época?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não sei se com o José Carlos Oliveira, mas com o Leonardo Rolim, sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Com Leonardo Rolim, sim. Leonardo Rolim, aliás, é quem restabeleceu a Conafer, o senhor sabe disso, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sabia. Quando eu cheguei, ela já tinha sido restabelecida.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já tinha? Foi o Despacho nº 135.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não foi do meu tempo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Relator gosta muito de perguntar de 2023 para lá. De 2023 para cá, às vezes eu pergunto, porque às vezes o passado também importa. Mas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi exatamente o Sr. Leonardo Rolim quem restabeleceu a Conafer. Ela estava estancada. E o Ricardo Rolim é quem fez... Eu estou com o número aqui do despacho. Foi o Despacho nº 135. Ai ele fez reviver a Conafer. Foi exatamente o Leonardo Rolim.

É por isso que estão desconfiando tanto do senhor em relação à Conafer. Porque a Conafer estava no bagaço total. Ninguém queria a Conafer. De repente, reabilitaram a Conafer. Foi exatamente o Rolim. Foi ele que fez.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso aconteceu antes de eu chegar aqui.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi antes de o senhor chegar. O Jobson já trabalhava com ele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nessa situação em que eu fui convocado, era ele e o... Na época, eu acho que o desconto de mensalidade associativa nem estava na Dirben, estava na Dirat, e ele era da Dirat, o Jobson.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, tá. Obrigado.

É só porque eu estou colocando as coisas do passado, porque teve um Senador que falou aqui e já foi embora. Ele acha também que o mundo nasceu depois de 2024.

Então, ele fala: "a roubalheira do PT". Ele esquece que teve todo esse passado, ele não conhece o senhor antigo, o Zé Carlos Oliveira... Ele acha que isso não existe. É importante a gente fazer as ligações históricas.

Aliás, eu acho que bolsonarista não gosta de história. Quando eu estava na CPMI do golpe, Senador, eles falavam assim: "Tem que ver só o 8 de janeiro, o que importa é o dia 8 de janeiro". Parecia que não tinha passado, fatos, história... É só um fato que vai definir tudo, como se não houvesse história, fatos políticos, etc. É bom a gente resgatar um pouco! Ser negacionista da história não é bom, não.

Mas veja bem. Passe o próximo.

O senhor continuou aqui, entrou o Onyx Lorenzoni, o Zé Carlos Oliveira continuou. Eu não li as entidades lá para trás, mas olhe: estavam a AAPB, a Ambec, a Abrapps e Sinab... Você deu parecer nessas todas? Daquelas lá?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dessas que estão citadas aí, Sinab eu lembro que sim...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tá. E essas aí que estão aí?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Universo e Caap. Conafer não, porque o ACT já era ativo. Riaam, o ACT já estava ativo. Unibap, o ACT já estava ativo. Eu acho que Unaspub também, o ACT já estava ativo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por falar em Unaspub, depois eu vou mostrar uma foto, porque o senhor foi lá na minha cidade. Eu também visitei lá para ver. Eu vi outra coisa lá, mas eu vou mostrar para o senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Então, maquiaram no dia que eu fui.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Depois, no dia... Em 2022. Olhe lá. Pode passar para a frente.

Aí, AP Brasil, CBPA, Amar Brasil... O senhor deu parecer nessas aí?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – AP Brasil, acho que sim, tinha parecer técnico de viabilidade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Está vendo, Relator? 2022, 2021, tudo ele deu parecer, não foi só naquelas lá de 2023, não. Em 2023, ele deu também.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, eu falei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora, passe o próximo gráfico.

Olhe lá. Esse gráfico é importante que o Relator leve em consideração. Aquele azul lá são as ACT anteriores. Ali é principalmente a Contag. Você vê que a curva da Contag não ampliou muito. Olhe. Ela veio mais ou menos constante, sempre foi grande, porque a Contag é antiga. Ela tem sindicatos. Nós vamos ainda debater... Aliás, Contag não era sexta-feira? Mudou, né? Não sei por que mudou, era importante a Contag vir. A Contag é uma linha quase que reta. Olhe as outras entidades que vieram na época do Bolsonaro, olhe como é que elas sobem. Então, é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

impressionante como é que as entidades foram entidades picaretas. É claro que elas cresceram mais depois, porque elas foram formadas ali e continuaram o roubo. Depois, ela baixa e vai a zero. Sabem por que ela vai a zero? Teve um Deputado que não sabe, mas não existe mais desconto, o Lula já acabou com os descontos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E já está – termino – devolvendo o dinheiro. Já foram devolvidos 2,65 bi para 3,330 milhões. Lá em Minas, já foram devolvidos para 347.245 aposentados R\$296,609 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, as coisas agora estão melhorando bem, felizmente.

E tem também, é claro, Presidente, o trabalho de V. Exa. aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não.

A pedido a defesa, sessão suspensa por cinco minutos.

(Soa a campainha.)

(Suspensa às 21 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Jucimar, inicialmente, eu já lhe pergunto: por qual razão você deu parecer favorável ao ACT da Amar Brasil?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Porque a documentação estava toda o.k.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A documentação?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A documentação da entidade.

Eu já expliquei aqui que o processo é um processo eletrônico em que as entidades sobem a documentação exigida pelo INSS. Se a documentação estiver toda o.k., a gente faz um *checklist* e, depois, elabora a nota técnica. A área técnica elabora a nota técnica, essa nota técnica é aprovada pelo Diretor de Benefícios e encaminhada para a Procuradoria do INSS. A Procuradoria dá o o.k. E volta para o Diretor de Benefícios celebrar o ACT.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Então, Sr. Jucimar, eu peço que o senhor pegue esse documento – que está aí na frente do Presidente, ele vai lhe passar – e faça a leitura, em voz alta, da parte que está destacada, sublinhada e com marca-texto, por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – "Em face do exposto, conforme já referido, entende-se que a entidade não atende completamente os requisitos legais e normativos, com o que opina-se pela inviabilidade de assinatura do ACT ora analisado. Ressalte-se, no entanto, que, como a presente manifestação é de cunho meramente opinativa, esta signatária analisará os demais requisitos..."

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Esse documento...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – "... do ACT caso a área técnica opte por prosseguir com o ajuste mesmo se a entidade preencher os requisitos".

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que não foi feito.

Então, isso que você está lendo é o parecer da Procuradoria Federal. Um a zero. Já é a primeira contradição que se percebe.

Você afirma que não havia fundamentação jurídica contrária, que não foi alertado e mente, falta com a verdade! Está aí a prova: parecer da Procuradoria Federal dizendo que você não





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria, que o INSS não deveria, não poderia realizar ACT com a Amar Brasil. Essa informação demonstra, com clareza, que das duas uma: ou há um despreparo técnico ou há, de fato, a má-fé para tirar dinheiro dos aposentados.

A outra pergunta que aqui eu faço: onde está o seu fundamento – eu quero o documento, assim como eu lhe apresentei – que demonstre a contrariedade ao parecer da Procuradoria?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tem o despacho da área técnica comprovando...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Cadê o documento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não está aqui comigo, mas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, não existe.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas existe o documento! Existe o documento!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Onde está o documento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Existe o documento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Onde está o documento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Está no processo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Cadê o documento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Peça acesso ao processo no INSS para ele liberar...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, você que tem que fazer sua defesa.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tenho, meu amigo!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O seu advogado está do seu lado. Eu não sou seu advogado, peça a ele.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tenho. Perdi todos os meus acessos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se você não apresenta, você não tem fundamentação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas irei apresentar, irei apresentar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, apresente.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Existe o despacho...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Apresente, porque...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Existe o despacho!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Apresente...

Sr. Presidente, não vou...

Você vai ficar gritando comigo, rapaz?! Você está pensando que você está falando com quem?!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque você está dizendo...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você me respeite, rapaz! Você responde quando eu pergunto!

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O Deputado está exagerando. Ele tem que fazer perguntas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não vem levantar a voz para mim, não! Você não vem levantar a voz para mim, não. Você responde a pergunta... Não vem querer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Você está acusando e não perguntando.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você responde a pergunta.

Não vem apontar esse dedo para mim, não, porque essa sua mão está suja de corrupção!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não estou apontando o dedo, não estou apontando o dedo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não estou apontando o dedo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Baixe o tom de voz! Você não vem gritar aqui comigo, não, rapaz!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não estou gritando...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não vem gritar comigo, não!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Deputado, eu não estou...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Porque essa sua mão está suja de corrupção! Responda a minha pergunta.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, o Deputado tem que ter decoro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – O Deputado está descontrolado. Ele tem que perguntar e o meu cliente, responder.

Faça a pergunta objetiva por favor, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte, por gentileza, dê sequência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Engraçado que o advogado entende bem de penteado, mas não faz a defesa do seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não apresentou um documento que comprove o que ele alega como verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, Sr. Presidente, dando continuidade...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, eu, como advogado, exijo respeito, Sr. Presidente!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aqui as perguntas...

Peço a recomposição do meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Sr. Cícero, por gentileza.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Eu, como advogado, exijo respeito dos membros desta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor será respeitado.

Por gentileza, Deputado Duarte. Por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, peço a recomposição do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos nos ater às perguntas, por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, mas eu fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou colocar mais um minuto, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Segundo demonstração, você inocentou a Conafer, a sua apuração foi baseada em uma mostragem de mais de mil folhas de pagamento de aposentados filiados pela Conafer.

Eu lhe pergunto: foi isso mesmo que você fez? Parecer favorável à Conafer? Emitiu esse parecer inocentando a Conafer em 2022, mesmo com o inquérito da Polícia Federal?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mais uma vez, só repetindo, com relação... De forma bem moderada, não estou desrespeitando V. Exa. Sei do seu papel constitucional, mas eu quero...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu gostaria que o senhor respondesse de forma objetiva.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que o senhor entenda que eu também tenho direito de defender.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Estou perguntando de forma objetiva.

Você deu o parecer favorável ao ACT da Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como já falei para o Deputado Relator, não fui somente eu que assinei a nota técnica. A nota técnica...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta que estou fazendo a você...

Sr. Presidente, a pergunta é objetiva...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... com base em análise em fichas feitas por área técnica...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim ou não? Você assinou o parecer favorável?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Assinei, juntamente com outros servidores.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Essa é a informação que eu preciso. Você assinou, você confirmou. E você confirmou que assinou, mesmo durante o inquérito da Polícia Federal?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu não tinha conhecimento desse inquérito.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não tinha?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tinha conhecimento desse inquérito.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não pode alegar a falta do conhecimento da lei ou do inquérito para a realização...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – De lei, não inquérito.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você cometeu um ato de...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – V. Exa. está equivocado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Antes equivocado do que cometendo uma ilegalidade como V. Exa., como você.

Então, vamos lá. Você emitiu o parecer e, o pior de tudo, aceitou como fundamento uma amostragem. Por qual razão você não fez a utilização da estrutura do INSS para emitir esse seu posicionamento e levou em consideração uma amostragem feita pela própria Conafer? Ou seja, você está investigando a Conafer, você pede à Conafer documentações, que ela apresenta... Claro que é favorável a ela! Por que você não fez uso da estrutura do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eram mais de 60 mil associados. Como é que ia conseguir entrevistar ou pegar 60 mil fichas com dois servidores atuando na Divisão de Consignação? Isso aí é desumano.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Desumano é tirar dinheiro de aposentado, de pessoa com deficiência, como foi o que aconteceu.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Claro que sim, concordo plenamente com V. Exa.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta que eu faço aqui agora é a seguinte: o senhor confirma que assinou uma nota técnica e ofício que permitiu o desbloqueio de mais de 34 mil benefícios?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Já confirmei aqui que defendo a nota técnica... Os argumentos apresentados na nota técnica se basearam em normativos vigentes na época e no fato, no recorte histórico do momento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais uma vez eu questiono...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E não há impeditivo jurídico para isso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais uma vez eu questiono. Você fala em normativas, em dados, mas não apresenta um documento. Você chegou, pelo menos, a consultar a Dataprev sobre esse posicionamento? Sobre essa Nota Técnica 18/23?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não havia normativo dizendo que precisava consultar a Dataprev...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta é: você consultou a Dataprev?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era um parecer técnico que foi submetido ao Diretor de Benefícios, à procuradoria e ao Presidente do INSS.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, quando há documentação que demonstra que isso é ilegal, que isso é prática de um crime, que você estava praticando um ato contrário à lei, ou seja, praticando um crime, tirando dinheiro de pessoas inocentes, você simplesmente não leva em consideração a consulta ou parecer emitido pelo órgão.

Está aqui: a Dataprev emitiu um posicionamento comprovando que ela não tinha sequer condições, capacidade técnica, para avaliar o serviço quando usado fora do ambiente operacional. Ou seja, a Dataprev disse: "Não tem condição", mas mesmo assim você o fez...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso aí que você está falando...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... sobre a visita da Aapen.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso aí não se trata...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sobre a visita da Aapen. Eu pergunto, você responde.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, você faz acusações, na verdade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas eu estou fazendo uma pergunta e você não está apresentando uma prova...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é uma pergunta.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você está querendo vir fazer discurso, e aqui não é lugar, não. Você vai fazer discurso lá em outro local, mas não aqui. Na Papuda.

O senhor esteve presencialmente na Aapen. Por que, mesmo constatando a ausência de documentos obrigatórios, não suspendeu os descontos?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não havia ausência de documentos obrigatórios. O objetivo da visita era confirmar se havia funcionamento de uma entidade no endereço informado. Apenas isso, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Havia? De acordo com a página 29 do inquérito da Polícia Federal, constam documentos que demonstram que não havia. Não havia nenhum tipo de fundamentação para essa prática, e, ainda assim, você fez.

Você, para um outro Parlamentar, falou sobre a sua movimentação financeira. A sua movimentação financeira, de acordo com o Coaf, não é compatível com sua renda.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tive acesso aos autos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você tem uma renda... Mas você tem...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não tive acesso aos autos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você tem acesso a sua conta bancária.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... e toda minha renda está declarada no Imposto de Renda.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual o salário que você recebe?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Todas as minhas movimentações...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual o valor do salário?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – V. Exa., está no portal da transparência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor pode se defender. O senhor está dizendo que está... O seu patrimônio é lícito, correto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, é lícito.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então qual o problema em dizer o quanto você ganha? Como, eu te pergunto. Você não quer responder, por quê? Por que temes? Para não se autoincriminar? A pergunta é clara e objetiva: qual é o seu salário?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Todas as despesas...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual é o seu rendimento?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que eu tenho são declaradas. Foram declaradas.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Você não vai falar, eu vou dizer: com a quebra do seu sigilo bancário, você recebe um salário de R\$14 mil. Mas tem aqui uma movimentação financeira superior a R\$367 mil em menos de um ano.

Como é que pode uma pessoa... Me diga o milagre da multiplicação. Como pode você receber um salário, ter rendimento de R\$14 mil... Com dados aqui, com fundamentos, quebra do seu sigilo bancário. Eu lhe perguntei, você não quis responder, e eu estou te dizendo, porque eu tenho acesso às informações, porque a CPMI nos permite isso.

E você, infelizmente, não tem como nos dizer como seu patrimônio conseguiu chegar a esse patamar. Será que esse valor é fruto de propina em razão da facilitação do compartilhamento de informações sigilosas do INSS para essas pessoas que cometeram crimes com os idosos?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Já que o senhor perguntou, não é propina, e todas as minhas despesas foram declaradas à Receita Federal. Não escondi nada.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Última pergunta. Mas aqui, escondeu, eu lhe perguntei e o senhor não quis responder.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu não escondi. É uma informação pública.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor comunicou à Polícia Federal, à CGU e ao Ministério da Previdência que essas entidades suspeitas estavam pedindo desbloqueios em massa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é minha função. E outra coisa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não comunicou.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não havia...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O senhor confirma que, mesmo alertado pela procuradoria, pela CGU, pela Dataprev, manteve, ampliou e atualizou, autorizando descontos que atingiram milhões de aposentados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Já expliquei, e não foram milhões de aposentados. Foi a nota técnica que foi assinada favorável dizendo que era razoável que houvesse desbloqueio em favor da Contag – apenas isso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, de acordo com essas informações, não há dúvida de que estamos diante de mais um depoente que vem aqui para tentar atrasar a justiça. A justiça pode demorar, mas ela não falha. Já foram mais de duas dezenas de pessoas, procuradores federais, políticos, que estão atrás das grades por terem tirado dinheiro de pessoas inocentes.

Eu tenho certeza, Jucimar... Eu lamento muito, pois eu tenho certeza de que você vai responder por todos os atos que fez, seja pelos atos com dolo, com a intenção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... como aqui resta comprovado, como também por atos que deveria ter praticado e que não praticou no exercício da sua função.

Nós não vamos aceitar que as pessoas sejam roubadas e que fique por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nós vamos garantir a devolução, como, por fim, aqui esclareço, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Para encerrar, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – No Estado do Maranhão, foram mais de 198 mil pessoas que já receberam a devolução desse desconto, chegando a mais de R\$198 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Silêncio, por favor.

Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa., também o nosso Relator, Alfredo Gaspar, e todos da mesa. Cumprimento o Sr. Jucimar e o Sr. Cícero, que estão aqui.

Jucimar, você demorou para chegar aqui, não é? Você tentou muito não estar aqui, mas você está aqui hoje. E, na minha visão... Eu ouvi atentamente as suas explicações e, para mim, ainda você tem muita coisa para explicar.

O seu nome aparece no centro desse escândalo da fraude dos aposentados, uma vez que você foi o Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios, justamente no período de abril de 23 e de abril de 25, justamente no período em que a fraude galopou, subiu vertiginosamente. Eu acho que é um período pelo qual este país vai se envergonhar por décadas, apesar de ter muita coisa que estão fazendo para tentar abafar esse escândalo.

Agora, o senhor é investigado pela Polícia Federal, na Operação Sem Desconto. Então, teve busca na sua casa, teve busca na sala do INSS, e isso só acontece quando tem forte indício. Então, eles não iam fazer tudo isso se não tivesse o indício. Agora, o episódio mais grave, que já foi muito destacado aqui – aí eu vou começar as minhas perguntas –, foi justamente o que envolve o desbloqueio ilegal em massa de benefícios para a Contag, que é...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Não é...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Um momentinho só. Eu vou te dar espaço, você vai ter tempo para falar.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Desculpa – desculpa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, o episódio mais grave envolve esse desbloqueio ilegal. E essa entidade, historicamente – todos sabem –, é ligada ao PT, é ligada à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

CUT e é responsável, nesse caso – e não sou eu que estou falando, é o relatório da CGU –, por 42% de todo o volume de desconto associativo. Então, isso já acende mil luzes alerta.

Agora, algumas coisas chamam a atenção. Então, eu vou pontuar e depois eu vou te fazer pergunta. Primeiro, a primeira solicitação da Contag foi negada pelo próprio INSS – isso é fato. Os argumentos eram técnicos, eram claros e apontavam os riscos de fraude e irresponsabilidades da autarquia. E dois pareceres técnicos foram emitidos, como já foi falado aqui, para indeferir esse período.

O primeiro foi do Chefe da Divisão de Consignação de Benefício, que foi em 22 de março de 2023; e o segundo foi de uma procuradora da Procuradoria-Geral do INSS, também no final de março de 23.

Eu queria pedir para vocês pararem de falar, por favor.

Obrigada.

Então, a minha pergunta aqui, Sr. Jucimar, é muito específica: em março de 2023, o senhor ocupava qual cargo no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que eu era chefe de divisão, porque eu só fui nomeado Coordenador-Geral depois de abril – em abril.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum... Então, é, você foi nomeado no dia 10 de abril. Então, em março de 23, o senhor ainda não estava como Coordenador-Geral.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu era Chefe da Divisão de Consignações.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

Então, dias depois que a área técnica do INSS negou o pedido da Contag, você foi nomeado. Então, tem uma sequência de fatos.

Agora, o ponto dois que eu quero trazer aqui: no final de março de 23, quando a Procuradoria-Geral do INSS indeferiu o pedido da Contag, sabe quem ainda não estava respondendo pela Procuradoria, Sr. Relator? Neste mesmo período, final de março de 23, o senhor lembra quem era o procurador?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não lembro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não era o Virgílio Filho. Ele também, o Virgílio também não estava lá em março de 23.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que era o Dr. Bruno Bisinoto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Era o Bruno.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Bruno Bisinoto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Que ele era o interno.

Mas o Virgílio foi nomeado dias depois também dessa negativa, foi 14 de abril de 23.

E agora, o terceiro ponto que é bom chamar a atenção: quem era o Presidente do INSS em março de 23?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que era o Dr. Glauco Andre.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Era o Glauco. Ainda não era o Stefanutto, porque o Stefanutto foi nomeado depois também dessa negativa, mais precisamente em 11 de julho.

Então, o que a gente percebe? A gangue formada – né? –, galera, estamos falando de gangue: um, dois, três, quatro, logo depois da negativa, a gangue foi montada e foi nomeada. Então, depois que a gangue estava formada, a Contag fez um novo pedido, fez uma manifestação de inconformidade por conta do indeferimento, e essa nova gestão do INSS... Você, que foi nomeado em abril; o Virgílio, que foi nomeado em abril; o Stefanutto, que foi nomeado em julho... Daí, eles mudaram de ideia, e permitiram, justamente, esse desbloqueio.

Agora, Sr. Jucimar, pergunta para o senhor, objetiva: em junho de 2023, o senhor emitiu um despacho que menciona uma relação, uma reunião que foi feita em 16 de junho, foi via Teams, entre a Presidência do INSS, Dirben e representantes da Contag. Na reunião, teria sido esboçada uma proposta de solução para o pleito da Contag, isso já foi abordado um pouco aqui. Você pode me reforçar e explicar de novo quem estava nesta reunião? Quem invocou... Quem convocou esta reunião? E qual foi a proposta, quem fez a proposta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo quem convocou, se foi a Presidência do INSS ou se foi a Diretoria de Benefícios, a pedido da Contag, mas os representantes da Contag eram: o Dr. Evandro Morello, que é um advogado que representa a Contag, eu não me lembro de uma outra pessoa, Edjane... Eu não lembro o nome direito dela, se é Edjane, Edilane ou Edivânia. E, da Diretoria de Benefícios, o Diretor, eu acho que algum assessor dele lá. E, da Coordenação-Geral, era eu, mais alguém da Divisão de Consignações, onde eles tiveram a oportunidade de explicar realmente o pedido, porque, como eu já disse aqui anteriormente, no primeiro pedido, a pergunta que foi feita para a PFE... A PFE, em nenhum momento, disse que não autorizava o desbloqueio.

Ela disse apenas que o pedido da Contag não se adequava ao que tinha sido estabelecido na Portaria 1.060 da Dirben, que foi perguntado pela área técnica se aquilo se enquadrava ou se o fluxo podia ser diferente, e eles disseram que se enquadrava na 1.060.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Quem apresentou a proposta de dissolução? O senhor lembra?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que chegaram a um consenso, porque perceberam ali que o pedido era pertinente, a entidade teve a oportunidade de explicar exatamente qual era o pedido que ela tinha, quais eram as motivações...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não foi um consenso?

Até para a gente...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que foi um consenso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está bom.

Porque o senhor era Coordenador-Geral de Pagamentos, então, é da sua responsabilidade zelar pelo cumprimento do regulamento previdenciário.

Como o senhor justificou internamente... Tinha o Decreto 3.048. Como o senhor justificou internamente o desbloqueio de lote sem autorização prévia, de pessoal específico dos beneficiários?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Teve autorização prévia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As fichas foram anexadas junto com o pedido da Contag. Todas as fichas estão, inclusive, em poder do INSS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Autorização prévia de quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dos beneficiários.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O senhor assumiu esse risco? O senhor não foi instruído? Teve uma autorização por parte de todos eles?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi feita uma amostragem e depois foi elaborada nota técnica dizendo que, por todas as razões elencadas na nota técnica, o pedido era razoável, mas a decisão não foi da Cgpag, foi do Diretor, da procuradoria e do Presidente do INSS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Foi uma amostragem de quanto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo agora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que a gente vê aqui é a ponta de um *iceberg*.

O Sr. Jucimar, naturalmente, não atuou sozinho. Ele atuou com três pessoas que estão presas já, que é o André Fidelis, o Virgílio Filho e o Alessandro Stefanutto.

Eles agiam em conjunto, de forma orquestrada, em benefício de uma entidade específica, que é a Contag. A Contag, essa mesma que é frequentemente blindada aqui pela base do Governo. E essa entidade é o coração financeiro do esquema, que, segundo o relatório da CGU, concentra 42% de todo o dinheiro, são R\$3,5 bilhões, 3 bilhões descontados de aposentados.

Então, eu vou repetir, quase a metade do dinheiro roubado foi roubado pela Contag...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... 3,5 bilhões.

A gente está falando da Contag da CUT, da Contag do PT e todo mundo sabe, é esta entidade que, segundo a Controladoria-Geral da União, mais realizou descontos em massa, sem comprovação de anuência, deu declaração falsa sobre não parentesco de membro diretor, tentou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer desconto de mensalidade de gente morta. É a entidade que mobiliza uma quadrilha para esses descontos.

E o que fez o Governo Lula? Não investigou a Contag! E o que fez o Governo Lula, além de mandar seus representantes aqui blindarem a CPMI? Estendeu o tapete vermelho para a Contag, porque depois da Operação Sem Desconto – pasmem! – a Contag ganhou mais espaço no Conselho de Segurança Alimentar, ganhou vaga no Conselho da Pessoa Idosa. Vocês estão ouvindo bem? A Contag ganhou espaço no Conselho da Pessoa Idosa, que foi roubada, e ganhou convite para representar o Brasil na COP 30 com uma delegação de mil pessoas.

Então, este é o Brasil do PT: para os amigos que roubam velhinho e aposentado, leniência; agora, para os inimigos, independente de qualquer coisa, perseguição.

Sr. Jucimar, eu espero que tudo se esclareça, porque, aparentemente, você está no meio desse bolo e dessa lama.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Boa noite, Presidente e Relator, Sr. Jucimar, boa noite.

O senhor foi chamado há algum tempo a vir aqui, mas entregou um atestado médico. O Senado tem uma junta médica, chamou uma reunião *online* e o senhor não compareceu, por duas vezes. Por que motivo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Não recebi o convite dessa reunião *online*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é possível.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não recebi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é possível.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não recebi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é possível, Jucimar. O senhor está aqui chamado... Confere isso, Sr. Presidente? A Comissão não tem aviso de recebimento nesse caso, é importante esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem os avisos todos, Excelência, inclusive da junta médica de que ele deveria comparecer.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu recebi o parecer da junta médica, mas não fui convidado para nenhuma reunião *online*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vamos providenciar a convocação dele? Vamos providenciar a convocação dele aqui.

Pode seguir, Excelência. Assim que estiver em minhas mãos, eu apresento aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bom.

E o senhor está aqui por condução coercitiva. O senhor é o único depoente que teve de ser buscado, aliás, lá no Amazonas, para vir aqui. Por que o senhor não veio espontaneamente, já que inclusive o senhor me parece, pelo menos transparece isso, se é sincero ou não, querer colaborar com as investigações, porque está respondendo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, primeiro porque realmente eu estava e estou em tratamento médico com atestado até o dia 12 de dezembro, como já falei aqui. E apresentei o atestado, no dia 12, salvo engano, de novembro, e a minha convocação era para o dia 17.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor me parece muito bem, assim, para quem está com atestado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Você está vendo o meu rosto vermelho, falando rápido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas está respondendo, está participando. Quem quer buscar justiça... Eu viria aqui, se sou inocente, num caso tão grave, eu podia estar numa maca que eu vinha aqui ajudar a esclarecer.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, mas assim, doenças mentais, só o psiquiatra que realmente pode dizer o que pode e o que não pode.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, mas o fato é que o senhor aqui está por condução coercitiva. E o fato também de ter sido chamada uma junta médica e o senhor não atender acaba fazendo com que haja uma suspeição. Aliás, eu lhe pergunto, Sr. Jucimar: por que o senhor está aqui? Qual é o motivo do seu depoimento? Como o senhor resumiria a sua presença aqui?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque nós fomos citados na investigação da Polícia Federal, né? E a CGU, que fez a denúncia para a Polícia Federal, entende que nós temos algum tipo de responsabilidade. Todos os servidores que trabalharam, de certo modo, com a matéria foram implicados, e estamos inclusive respondendo processo administrativo disciplinar junto ao INSS para tentar justificar as nossas ações.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E me confirme... Está difícil, Presidente, de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E me confirme, Jucimar, qual era o seu cargo no INSS, o mais recente?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Coordenador-Geral de Pagamentos de Benefícios.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor dava as notas técnicas e dizia que estava aprovada determinada entidade para receber um acordo de cooperação técnica, não é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As notas técnicas eram assinadas por todas as pessoas que trabalharam, em algum momento, na Divisão de Consignação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor era responsável por isso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como eu trabalhei também, então eu assinava algumas coisas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe o que...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... mas eu não sou o único servidor que assinou notas técnicas aprovando...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas eu também fiz parte porque...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor é o único que está sendo investigado ou tem mais?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hã? Tem o Giovani, teve oportunidade, também estava no...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não no mesmo cargo que o senhor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hã?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – No cargo que o senhor ocupou, o senhor é o único.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, mas ele era...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos lá. Aí o senhor assinou várias notas técnicas, e a gente viu aqui, o Relator demonstrou, o tanto de entidade, começou a explodir o nome de entidade. O senhor não desconfiou desse monte de novas entidades que foram surgindo e o senhor foi dando parecer favorável, uma atrás da outra?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Como eu disse anteriormente, a documentação estava toda o.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, a documentação...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... nós não tínhamos motivo técnico nem jurídico para dizer não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k., vou fazer a pergunta inversa: o senhor aprovou um monte, quantos o senhor rejeitou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ah, muito mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ACTs?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O triplo. O dobro ou o triplo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É? De quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que foram indeferidos. Eu não lembro agora, mas de várias entidades.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foram indeferidos?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nós indeferimos bastante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quer dizer que a roubalheira podia ser muito maior?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Conclui-se, com a sua fala, que poderia ter...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, é uma pergunta.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A polícia está investigando se houve roubalheira. Eu não tenho elemento técnico para dizer que as entidades roubaram, porque, para nós, elas apresentavam...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se houve, não! Espere aí. Não, não ofenda a nossa inteligência. Houve roubo, o senhor sabe que houve roubo, as pessoas estão aqui na internet dizendo 6 bilhões de 6 milhões de aposentados. O pessoal disse que teve um desconto indevido, o senhor disse que a Polícia Federal ainda está investigando. Não, o senhor sabe que houve roubo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Está sendo investigado, e eles vão chegar aos números reais, que podem ser menores ou maiores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas houve roubo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Pelo que a polícia está dizendo, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, pelo amor de Deus! Houve roubo ou não houve roubo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque não era a minha competência dizer que era ou não era.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas não estou dizendo se era a sua competência na época...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Se a pergunta é se eu acho ou não, eu acho que sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não. Não perguntei se acha, perguntei se houve ou não houve, porque é o seguinte, Jucimar: esse roubo, que aconteceu, não podia ter acontecido ou não teria acontecido se não fossem as suas assinaturas nas notas técnicas, porque, se tivesse sido barrado, não teria acontecido esse roubo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mais uma vez, não assinava acordos de cooperação técnica, nem pagava entidade. Não tinha poder decisório para isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o senhor assinava as notas técnicas que diziam que a documentação estava... O senhor dizia que era razoável – tudo é razoável para o senhor, inclusive –, disse várias vezes que era razoável. E eu fico realmente apavorado de ver que, dentro do INSS, tinha alguém com tamanha incompetência para analisar os documentos.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Então, V. Exa. pressupõe que todos os funcionários que passaram por lá e assinaram os ACTs são todos incompetentes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não. Não estou dizendo isso.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O senhor pressupõe dessa forma.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, ou é incompetente ou é ladrão, o senhor escolhe.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Essa é a sua opinião, né?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não! Ou o cara é incompetente, porque deixou passar o negócio que levou ao roubo, ou o cara ajudou a roubar, pelo amor de Deus!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Infelizmente, não é o senhor que decide isso, vai ser a Controladoria e a Procuradoria do INSS, que estão fazendo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é, não é! É objetivo, Jucimar: o aposentado foi roubado! O brasileiro aposentado foi roubado!

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não estou dizendo que isso não aconteceu. Estou querendo dizer que quem vai determinar se eu fui incompetente ou que eu participei de forma irregular da assinatura dos ACTs... Quando terminar o processo administrativo a que eu estou respondendo, será dada a palavra final. Eu defendo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ótimo! Então, o senhor acabou de confirmar que ou o senhor vai ser declarado incompetente ou o senhor vai ser declarado ladrão.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ou eu vou ser inocente. *(Risos.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não! O senhor não tem essa opção. Agora, o senhor vem com essa opção. Não deboche da cara dos aposentados, não dê essa risada aqui, por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, é claro que não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não dê essa risada aqui, porque o aposentado que está assistindo não merece isso, Jucimar.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É claro que não. Eu não estou zombando de ninguém, nem do senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque o senhor me colocou numa situação em que eu tinha que decidir entre um ou outro, mas você sabe que todo processo pode finalizar inocentando a pessoa processada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A gente sabe que tem processos que descondenam pessoas que roubaram neste país. Agora, quando tem um roubo tão evidente, ou ajudou a roubar ou foi incompetente na hora de dar a assinatura, como o Relator demonstrou muito bem. E o senhor não sabia do número de reclamações que estavam crescendo? Era no Reclame Aqui, tudo público, no Procon, tudo público.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O INSS não se baseia em reclamações do Reclame Aqui...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas não é o INSS...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... porque é uma empresa privada. O INSS se baseia em reclamações das plataformas oficiais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, espere aí. Eu estou lendo o seu currículo, o senhor é graduado em Direito e está fazendo uma especialização em gestão corporativa e *compliance* na Faculdade Senac em Brasília, não tem o mínimo de bom senso para alguém que está fazendo uma especialização em *compliance* para... O senhor trabalha com o INSS, chegava até o senhor que tinha gente, no Reclame Aqui, no Procon, dizendo que estava sendo roubada, não chegava? O senhor é que dava a assinatura dos ACT, enquanto as pessoas estavam sendo roubadas.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As informações do Reclame Aqui não iam para o INSS – isso é importante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As reclamações do Procon que chegavam nós apurávamos e as entidades enviavam as fichas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha só, Jucimar, vou te dizer... Enquanto a gente está falando aqui e está averiguando o roubo que aconteceu, eu tenho convicção de que lamentavelmente continua a bandalheira no INSS.

Saiu uma matéria hoje, Presidente, dizendo que a empresa contratada para *telemarketing* do INSS acompanhou a licitação de dentro do ministério. Isso em junho de 2023. Quem esteve





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em junho de 2023... Senhor aposentado, senhora aposentada que liga no 135, que é a empresa que opera o 135, uma empresa pernambucana chamada Provider, que foi contratada pelo INSS, Sr. Presidente, por R\$117,7 milhões – R\$117,7 milhões.

O Sr. Wolney Queiroz, que hoje era Ministro, ele era, na época, Secretário-Executivo da pasta...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e recebeu, entre o meio-dia e uma da tarde, o senhor... Onde é que está o nome dele, não pode ser aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – João Dias – João Dias –, que passou o dia inteiro no ministério. Chegou 14 minutos depois de aberto o pregão, Senador Rogerio Marinho, e ficou até depois de fechado o pregão. Durante o final, a finalização do lance, ele estava dentro do gabinete do atual Ministro Wolney Queiroz, ao meio-dia e vinte. E ele é de Caruaru. A empresa Provider é de Caruaru, que, por um acaso – aliás, nada é coincidência neste mundo da política –, é da cidade do Ministro Wolney Queiroz.

Sr. Presidente, que dia o Wolney Queiroz vem estar aqui conosco na CPMI, se o senhor pudesse me esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele estaria hoje, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele estaria hoje aqui, o Ministro Wolney, o atual Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Esta aqui, Sr. Presidente, para o seu conhecimento, é a agenda pública do Ministro, tá? Parece que ele lhe disse que ele estaria em viagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Havia a previsão de uma viagem, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olhe a agenda pública dele vazia hoje.

Sr. Presidente, o Ministro Wolney Queiroz precisa ser convocado, porque o convite não resolve. Ele está debochando de V. Exa. e de cada um dos membros desta Comissão, quando ele marca o dia de vir aqui, não aparece, agenda vazia, e no mesmo dia sai essa notícia de que, no seu gabinete de Secretário-Executivo estava o cidadão de Caruaru, sua cidade, sua base eleitoral, que recebeu um contrato de quase R\$120 milhões do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é gravíssimo, Sr. Presidente, e peço que seja convocado o Ministro Wolney Queiroz, Ministro do Governo Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair de Melo com a palavra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPMI é uma boa oportunidade para a gente escancarar as mazelas deste Governo, não só com a convivência com a roubalheira, que claramente foi estourada, vamos dizer assim, a partir de 2023, como para poder mostrar que isso faz parte de um todo; que a mazela não está só na roubalheira, está na irresponsabilidade, está nas pedaladas. Se nós minimamente tivéssemos os órgãos de controle atuando seriamente, TCU, STF estivesse cuidando de coisa séria, possivelmente este Governo já estaria afastado e retornado à prisão por corrupção.

"Governo adia o R\$8 bi da reforma e cria dívida para o próximo presidente." Eles simplesmente alteraram o relatório, e o Governo adiou a compensação da reforma tributária. A medida é vista como um calote por especialistas. Agora, criam uma dívida para o futuro. Roubaram o presente, jogaram a dívida para o futuro. Vai vendo, Brasil!

"Crise nos Correios se aprofunda." O "marafuá" não está só no INSS, não.

Os Correios, já com déficit, um rombo bilionário e, para piorar, agora, este Governo do Lula querendo pegar empréstimo bilionário para pagar o rombo bilionário que eles mesmos roubaram dos Correios. É o perto do caos. Vai vendo, Brasil!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabendo disso, quem vai pagar a conta são os mais pobres: "O Governo já fala em reduzir gastos com benefícios". Acabou o dinheiro e eles não têm mais o que fazer, vão cortar de quem mais precisa.

Tudo isso alinhado ao seu caos, nesse esforço que fizeram da sua imagem interna e externamente, que deteriora a cada dia mais. E claro, o fracasso e o caos: "O fim da COP repercute na imprensa internacional". Também um dos maiores vexames que o Brasil já fez na sua imagem foi essa COP, claramente para roubar, porque o que Itaipu investiu em Belém não tem nenhuma conexão com o serviço por ela prestado. E sem nenhuma responsabilidade. Mas, possivelmente, o bolso dos empreiteiros, dos prestadores de serviços, dos consultores estão cheios.

"Medo de piora na economia agrava desgaste do Governo Lula às vésperas das eleições." Começou a ter a percepção: irresponsabilidade, incompetência, roubalheira, rejeição a cada dia. O Deputado Luiz Lima apresentou aqui um número assustador: do como tem aumentado a rejeição do Governo. Sabe por quê? As pessoas estão começando a ter informação, ter a verdade, e quando a verdade chega, a aprovação do Governo despenca.

"Benefícios sociais do Governo Lula não reduziram o endividamento." Mostra que foi uma falácia do Governo. Sabe por quê? Com a irresponsabilidade fiscal, o Governo deixou o dinheiro mais caro. Com o dinheiro mais caro, você tirou força do setor produtivo, reduziu a oferta. O que aconteceu? Você gerou inflação. Mesmo dando os programas sociais – porque este Governo quer dar alimento barato para quem consome, às custas de quem produz, porque ele não tem nenhuma responsabilidade fiscal – o que aconteceu? As famílias brasileiras estão se endividando cada vez mais. E muitos desses, os aposentados, que foram roubados com a conivência ou com a incompetência de funcionários do INSS, no padrão de Jucimar, que se mostram aqui como uma das grandes vergonhas do serviço público brasileiro.

"A dívida pública sobe e supera R\$8,2 trilhões." Vai vendo, Brasil! Isso é, de novo, dívida para o futuro. Para poder mostrar que o buraco é mais embaixo e o caos está contratado.

"Custo da dívida para as famílias atinge recorde histórico." Roubaram os aposentados, tiraram dinheiro de casa. Irresponsabilidade fiscal, dinheiro caro, juro alto, inflação. O pouco do dinheiro que sobrou, que não foi roubado, perdeu o poder de compra. E, naturalmente, as famílias estão se endividando. Vai vendo, Brasil!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Óbvio que, diante desse cenário, o Governo afunda na sua credibilidade. É só você olhar o Plenário dessa CPMI, você vê que – fora os contratados efetivos do Governo – os aliados, os simpáticos, como diz lá na roça, já vazaram na braquiária. Não vêm nem aqui, porque não têm nem argumento mais, já não conseguem mais criar nenhuma narrativa para defender o Barrabás. E aí ele está derretendo com a credibilidade. De novo: "Sinal amarelo! [vai vendo, Brasil] Alto endividamento das famílias brasileiras coloca em risco [até a sua] reeleição [...]".

Portanto... é por isso que o Governo já está colocando as barbas de molho: porque sabe que o brasileiro – se mais humilde, mais simples, mesmo aquele que o Lula falou que só vota nele porque ganha menos que R\$5 mil – já começa a perceber que é melhor ter um Presidente austero, correto, sincero, que fala a verdade, do que ter, na Presidência da República, um falastrão do padrão do Barrabás.

É por isso que o "MPF arquiva caso e confirma: não há provas de corrupção no Governo Bolsonaro". Quem está dizendo é o Ministério Público Federal, não é um Deputado que trabalhou na Liderança do Bolsonaro – que hoje é da oposição, com muita honra, a este Governo do caos. É o Ministério Público Federal dizendo que não há provas, meu sempre Ministro Rogerio Marinho, de corrupção no Governo Bolsonaro. É claro que o STF quer prendê-lo, porque, com esse currículo, retornaria à Presidência da República com facilidade.

Vou na mesma linha – vai vendo, Brasil –, porque o caos não está só na roubalheira das contas do INSS, está na família do brasileiro, família, inclusive, que este Governo não defende. Não está na plataforma dele o respeito à família, aos valores cristãos, morais e éticos da sociedade. Mas eles querem, com isso, inclusive, destruir a família, e, destruindo a família, eles sabem que têm uma presa fácil para o mundo, e que seja conivente com o nosso mundo das drogas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vai vendo, Brasil.

E aí vem o Sr. Jucimar Fonseca da Silva.

Pelo currículo apresentado aqui, pelos resultados que o senhor mesmo expôs – e que o Relator brilhantemente narrou, seguido pelos meus colegas Parlamentares –, precisamos, sim, de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reforma administrativa. O senhor, com certeza, seria demitido muito rápido, porque a razão da existir do cargo que o senhor veio a ocupar era justamente para ter coragem de bloquear, de avisar – até por ser de carreira –, de alertar. Agora, o senhor sai de Manacapuru – possivelmente de barco, acredito eu –, pegando o Rio Manaus, indo até Manaus, pegando um avião, vindo até Brasília, para ser o homem do Brasil, da segurança do INSS, e o senhor deixa passar tudo pelos ralos do senhor.

Eu pergunto: o senhor tem o hábito de voar em aviões privados? Pequenos, privados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor vai de Manacapuru a Manaus para vir para Brasília... o senhor vai de barco?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, tem estrada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Tem estrada.

Quantas entidades foram registradas e autorizadas na sua gestão?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo a quantidade, mas já falei aqui para o nobre Relator que recebi, quando eu era Chefe da Divisão de Consignações, 17 ACTs ativos, né? O último que foi celebrado foi em fevereiro ou março de 2024, e já eram 41 entidades.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu pergunto...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Quantas rejeitadas? Quantas entidades o senhor negou? Falou "aqui não!"?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo, mas foram mais do que o que nós celebramos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por favor, o senhor disponibilize a lista das que o senhor rejeitou aqui.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai vendo, Brasil!

E o senhor foi o homem que liberou a Contag, a maior quadrilha do Brasil, que rouba os aposentados rurais, os homens e mulheres calejados do campo, que enfrentam o sol, o calor, a umidade, a temperatura e a radiação para produzir alimento, e o senhor autorizou que eles fossem roubados. Essa história da Contag mancha a sua história.

Vai vendo, Brasil!

O senhor teve que vir e ser conduzido coercitivamente. Isso manchou o seu currículo. O senhor, como funcionário de carreira, concursado, efetivo, deveria ter batido na porta e se apresentado; e, não! Claramente – com todo o respeito, mas não tem aparência disso –, o senhor tentou fugir.

E tentou fugir porque faz parte de um Governo: "Empresa contratada para telemarketing do INSS acompanhou a licitação de dentro do ministério". Isso daqui é motivo para afastamento imediato de Ministro, prisão do Ministro e responsabilidade.

E já encerrando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Para encerrar.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, o Governo entra em campo para quê? Para barrar a convocação do Jorge Messias porque sabe que ele é o grande coordenador da convivência e da roubalheira que foi feita no INSS.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

Apenas para informar aos Parlamentares, a pedido do Deputado Marcel van Hattem.

Sr. Jucimar, eu pergunto ao senhor o seguinte: jucimarfonte@hotmail.com é seu *e-mail*?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É meu *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E gexman@inss.gov.br?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É a gerência executiva de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É do senhor também?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é meu, mas é da gerência executiva do Amazonas, a qual estou subordinado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E aps03001140@inss.gov.br?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É a APS que eu trabalhava, no Manacapuru.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, o senhor foi notificado por esse seu *e-mail*, jucimarfonte@hotmail.com, dia 13/11. Dia 14/11 também, por WhatsApp... (*Pausa.*)

Todos sobre a perícia. Dia 13/11, a mesma coisa. E a mensagem foi entregue. Está aqui, no seu *e-mail*, jucimarfonte. Está aqui.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só para... Eu acredito que tinha, realmente, uma convocação para perícia, mas eu acho que ele perguntou com relação a *link* para eu entrar *online* e ser periciado pela perícia do Senado *online*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas se o senhor foi avisado sobre o dia da perícia...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas eu estava em Manaus, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Cícero, só um minutinho porque eu vou respondendo aqui para mostrar...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – É porque a defesa apresentou oficialmente a esta CPMI um ofício justificando a ausência dele e informando que ele não iria comparecer para fazer a perícia porque não havia previsão legal.

Eu tenho o *e-mail* com a cópia do ofício que eu enviei para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ele foi notificado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – E foi recebido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Então o depoente mentiu, Presidente. Porque, para mim, ele disse que não foi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele foi notificado – quatro vezes, inclusive.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, para mim, ele disse que não. Mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, vamos dar sequência.

Deputado Alencar Santana, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, mentir aqui não é flagrante?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, por gentileza. Vamos...
Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, queria fazer, pela ordem, rapidamente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Se a equipe do Ministro Wolney, ou o Ministro Wolney, comunicou à Presidência, hoje, de que a viagem que ele iria fazer estava cancelada, mas, como estava em cima, ele não poderia vir mais nessa data de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Ele não comunicou. Apenas que havia uma viagem prevista.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não comunicou, hoje, de que a viagem tinha sido cancelada?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está o.k., obrigado.

Posso só voltar o tempo, agora, Presidente? Estava pela ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Dez minutos para o Deputado, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Eu poderia aqui responder ao Deputado antecedente sobre diversos temas. Ele esqueceu de trazer uma manchete, mas eu vou falar, caso ele não saiba: o Bolsonaro está preso. Está preso. É importante ele saber.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Não por corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Opa, por favor, senhores. Por gentileza. Por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Bolsonaro está preso, outros golpistas estão presos e virão mais condenações envolvendo o Bolsonaro, eu não tenho dúvida alguma. Por exemplo, no roubo de joias. Aliás, o servidor que atuou com ele na Receita foi afastado do serviço público, porque ali recebeu ordem ilegal para roubar as joias pelo Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, vamos ouvir o Parlamentar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas eu poderia aqui trazer notícias, várias, positivas do Governo: geração de emprego, o menor nível de desemprego do país, o crescimento econômico, o Pé-de-Meia, os institutos federais, as obras do PAC... Tudo isso acontecendo, o que faz do Brasil um país novamente bom de se viver, tanto que recebe e bate recordes, inclusive, de turistas do mundo inteiro vindo para cá. Mas essa turma vive no mundo da fantasia e gosta de contar mentira.

Mas agora eu vou falar as verdades.

Mas, antes, perguntando para o Jucimar: Jucimar, quando você é nomeado aqui em Brasília, no INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu não me lembro exatamente da data, mas eu acho que é setembro, outubro ou novembro de 2021.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Desculpa, qual ano mesmo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2021.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quem era o Presidente da República?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era o Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, desculpe, quem era?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, 2021, Jair Bolsonaro.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Fato público, né?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, é que eu estava em dúvida, de repente, né? Então você foi nomeado no dia 1º de outubro de 2021. Quem te nomeou foi o Presidente do INSS, Leonardo José Rolim Guimarães, então, da gestão do Bolsonaro, que infelizmente, até agora, o Rolim não veio aqui dar depoimento. Esperamos que ele venha ainda. Nós temos tempo até março para que ele possa vir aqui dar esse depoimento.

O senhor, durante esse período... Aliás, o senhor disse que foi puxado lá de uma agência em Manaus... no Amazonas, que veio para cá. Como é que a pessoa te achou assim, do nada? "Pô, tem alguém lá, na cidade tal, o cara é bacana, o cara é bom, é competente, vai vir trabalhar aqui em Brasília."

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu já falei aqui que a direção central entrou em contato com o gerente-executivo, que na época era o Raimundo Santana – acho que até hoje é ele – e eu estava trabalhando lá na gerência-executiva em Manaus, no processo de seguro-defeso.

E aí eu estava trabalhando com os ACTs, com as entidades associativas. E aí me indicou o gerente-executivo, os senhores...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por acaso, o senhor conhecia, à época, o André Fidelis? Trabalhou com ele lá na Região Norte?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não conhecia. Eu conheci ele aqui em Brasília.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está o.k.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor assinou parecer, na época do Governo Bolsonaro, que, por acaso, beneficiou a Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2023, já foi dito aqui pelo nobre Relator, que teve um parecer que opinava pela continuidade do ACT da entidade Conafer, com base numa amostragem feita pela área técnica, mas que esse parecer técnico foi chancelado pelo Diretor de Benefício e, portanto, pelo Presidente Nascimento.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o parecer assinado em 2022?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2022.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, só para corrigir as datas. Em 2022?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 2022.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – À época, também, o Presidente era o Bolsonaro.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Qual mês?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, fato público, era o Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor lembra o mês? Quer falar o mês também?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não lembro o mês.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas foi assinado em 2022, permitindo que a Conafer voltasse a atuar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na verdade, ela já estava ativa, como já foi dito aqui pelo nobre Relator.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, foi em 2021 que ela voltou à ativa. Em 2022...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, ali o processo era para ver se continuava com o ACT ou não. Nós fizemos uma amostragem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E aí você permitiu que ela continuasse?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é que eu tenha permitido, porque a decisão não era minha, mas o parecer técnico assinado por mim, pelo servidor Renan e pela Dra. Rafaela era favorável.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O Renan foi convocado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Convocado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ele foi convocado a dar esse parecer junto contigo. Por que ele foi convocado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, ele não foi convocado para dar o parecer. Ele era colaborador da Divisão de Consignações.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quem o convidou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nessa época, eu já estava como Chefe de Divisão, mas ele já vinha sendo convocado antes mesmo, até, inclusive, de eu vir para Brasília.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que pela Ingrid. Não tenho certeza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tudo isso em 2021, 2022?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Perfeito.

O senhor também assinou o parecer da Amar Brasil.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, já foi questionado aqui pelo Deputado Duarte Jr., que havia ali um parecer parcialmente desfavorável, mas que o próprio parecer, no final, dizia que dependia do que a área técnica ia analisar. E foi feito um despacho posterior, demonstrando que havia um cumprimento, pela entidade, da documentação. Que havia... que estava tudo redondinho; foi enviado para a Dirben, que aprovou esse despacho e enviou para a PFE para a celebração do ACT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual o critério que você analisava para aceitar um ACT ou negá-lo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A gente tinha um *checklist* padrão da documentação, como estatuto, disposições... alterações, ata de fundação, ata de...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor falou que negou alguns. Em qual período?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hã?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em qual período você negou?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O período inteiro em que eu estive Chefe de Divisão, a gente negava alguns; outros, a gente celebrava, quando a documentação estava o.k.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você não lembra nenhum caso específico...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Entidades que não se enquadravam naquele momento, a gente indeferia; depois eles... um ano depois, eles resolviam a documentação, entravam de novo e aconteceu alguns casos de que entraram, mas não me lembro quais. Mas a gente indeferia bastante.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em nenhum período o senhor suspeitou de algo irregular, de alguma entidade, algum desconto? Algo do tipo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, porque, como estou dizendo, as informações oficiais do INSS – se vocês pedirem oficialmente os dados da ouvidoria – são dados muito insignificantes comparados com esse que saiu na mídia, que houve uma primeira...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o comitê de que você fez parte para apurar irregularidades da Conafer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não era um comitê para apurar irregularidades, era para acompanhar... para fazer uma verificação de fichas, se se enquadrava ali de acordo com o que estava no ACT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E você... Naquele período não se observou nada?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, as fichas que foram apresentadas têm um relatório...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que ano que foi isso aí?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi 2022. Tem um relatório apontando o que foi apresentado nas fichas...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não era só você que participava disso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não só eu.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então houve falha nessa análise nesse período? Já que a Conafer, se descobriu após, que estava roubando os aposentados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, se descobriu agora, né?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, então, se descobriu após.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Três anos depois.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então houve falhas nesse período de análise por esse comitê?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não sei dizer se houve falha, porque, naquele momento, parecia ser o correto a se fazer. Porque depois que a coisa já passou é muito mais fácil.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quantas pessoas participavam desse comitê?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foram três. Três pessoas: eu, Renan e Dra. Rafaela.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E vocês não observaram nada?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na documentação apresentada, não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que me estranha...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que tinha ali uma certa incongruência, mas um percentual baixíssimo, que não era suficiente para rescindir o ACT.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A importância de a gente falar com quem está nos acompanhando nessa Comissão – e são milhares de brasileiros e brasileiras que acompanham toda a reunião –, para vocês verem claramente, e é importante ter o retrato da história, o Sr. Jucimar aqui está se justificando de todos os atos que ele praticou. Uma visão técnica, dizendo que fez isso e aquilo porque, na análise daquele período, não havia nada a se apontar.

Como foi dito, eu também não acredito em coincidência. A minha avaliação é que o senhor e mais alguns servidores faziam parte de um núcleo muito influente que permitiu que essas entidades entrassem e cometessem esse crime cometido aí contra os aposentados e pensionistas, roubando milhões de pessoas. E, logicamente, devia ter outras figuras, como tem do mundo empresarial, dirigentes dessas entidades, laranjas, empresários. Esperamos chegar às figuras políticas que, porventura, davam guarida.

Agora, o senhor mesmo repetiu... Está aqui o documento. O senhor entrou em outubro de 2021, quando, a partir desse cargo comissionado...

(Soa a campanha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... praticou determinados atos que permitiram que, por exemplo, a Conafer continuasse, que a Amar Brasil, entidades...

Aliás, a Conafer aqui tem até um chofer, se você não sabe. Tem Senador que pega o cara em casa – o cara em casa! – e traz para almoçar aqui no Senado. É impressionante a rede de apoio que a Conafer tem. O senhor vai descobrir, procure na rede "o chofer da Conafer" que o senhor vai saber quem é.

E o senhor também, em 2022, deu pareceres da mesma maneira. Isso só confirma, claramente, em qual período começou essa fraude, em qual período começou esse roubo e, mais, em qual período não se fez nada para apurar e investigar, diferentemente do período atual, quando o Governo observou as fragilidades, desconfiou-se, Presidente – mais 30 segundos para concluir –, das irregularidades, de que poderia haver crime, através de uma ação efetiva da CGU, passou-se à Polícia Federal, que está investigando na seara criminal, e já temos pessoas presas. E,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais do que isso, encerrou-se todo e qualquer tipo de desconto associativo; mais do que isso, as pessoas estão tendo o seu dinheiro devolvido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... porque elas foram lesadas, roubadas. E, mais, tem ações na AGU, do Ministro Messias, contra essas entidades e empresários, para que o dinheiro seja devolvido. Eu não tenho dúvida de que será ao final.

Portanto, nós temos duas condutas – para concluir, Presidente – opostas: de omissão, no período em que se começou o roubo; e de uma ação efetiva por parte do Governo do Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... porque tem compromisso com os aposentados e pensionistas deste país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aqui o Sr. Jucimar e, de antemão, já perguntar. O senhor afirmou diversas vezes aqui que o senhor não tinha poder decisório. Foi isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Fale no microfone, por favor.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, sim... Sim, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, tá. O senhor mente quando o senhor fala isso. Isso é mentira. O senhor sabe por que o senhor está mentindo? Porque, quando o senhor assinou o desbloqueio em massa da Contag... É a sua assinatura! Então, isso é uma decisão sua.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas quem assinou...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não, não, não. Por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... o despacho decisório foi o Presidente do INSS.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não, senhor. O senhor disse que o senhor não teve... Se o senhor não tivesse assinado, não teria acontecido. Então, o senhor mentiu.

A liberação contrária ao parecer jurídico passou pela sua mão. Então, isso também é uma decisão importante. A derrubada do alerta técnico, que veio da sua coordenação, também passou na sua mão. Isso é responsabilidade sua. A manutenção do sistema, mesmo com denúncias de assegurados, foi sua orientação. A continuidade dos descontos, mesmo com indícios claros de fraude, foi ato seu. E a frase escrita pelo senhor – "as reclamações dos beneficiários não trazem risco grave" – é a prova mais clara de que o senhor sabia do problema. Então, assim, vamos colocar panos limpos aqui.

Primeira pergunta que eu vou lhe fazer com clareza: quais são os políticos, Deputados Estaduais e Federais, com quem o senhor tem aliança lá no seu estado, quando o senhor foi Vereador?

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente... Novamente, Sr. Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente, o advogado não tem direito de falar neste momento.

A pergunta é clara, e eu estou fazendo uma pergunta que não cabe a ele. O senhor faça silêncio.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente, o Deputado faz pergunta que não é objeto de investigação da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Cícero, nós já tratamos desse tema. O Sr. Jucimar pode ou não responder, pode alegar que é uma questão vencida.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E, por favor, retorne o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Advogado falando na minha fala não dá, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para o Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, assim, o senhor quer falar ou não quem são os políticos que o senhor tem ligação lá no seu estado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o senhor não for responder, o senhor explique o porquê.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque é muito sazonal, depende do ano eleitoral. Já ajudei, sim, muitos políticos lá, como o Deputado Cabo Maciel, como o próprio ex-Deputado Alfredo Nascimento, mas não tem, assim, hoje, um político com que eu tenha aliança política. Já apoiei lá atrás, porque fui político... Quando era Vereador, apoiei pessoas...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Vamos lá. Em setembro de 2023, a Divisão de Consignação em Benefícios do INSS descobriu que todas as fichas de filiação da Amar Brasil tinham o mesmo código. O correto seria um número diferente para cada ficha. Essa informação é verdade ou não? Para cada filiação, tem que ter um número diferente, correto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Exato.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, a Amar Brasil não tinha isso. Todos os números eram iguais, o.k.? Vamos lá. Mas alegou que não tinha competência técnica para analisar o material, recomendou o envio para a diretoria técnica. O senhor tem essa informação?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi enviado para DTI na época, porque, como as fichas deles eram fichas digitais...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... a gente não tinha competência técnica para analisar.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Então, só por isso daí, já tinha que ter sido barrado, tá?

Em dezembro de 2023, o senhor – não é outra pessoa –, na função de Coordenador de Pagamentos, disse que a avaliação era desnecessária. Olhe que absurdo o que o senhor fala: a avaliação é desnecessária, visto o que interessava ao INSS nesse processo era a simples existência das fichas de filiação! Quer dizer, não importa se é falso, não importa se as fichas são verdadeiras,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se elas são falsas, se foram construídas ou se foram realmente adquiridas por pessoas que queriam fazer parte! O senhor usou essas palavras, dizendo que isso era desnecessário!

Chefe, deixe eu falar uma coisa para o senhor. O senhor pode contar a história para quem o senhor quiser aqui hoje, mas eu estou aqui desde o início do seu depoimento, vendo o seu advogado cumprindo o papel dele, que eu respeito muito, tentando interpelar como eu vou investigá-lo... Se eu quiser perguntar qual foi a sua última namorada, é um direito meu, porque pode fazer parte dessa investigação. E o que nós estamos fazendo aqui hoje é elucidando algo que é muito perigoso. E eu não estou dizendo que o senhor é bandido, porque, se o senhor fosse um bandido de carreira, o senhor estaria andando de Porsche, de Ferrari, como muitos dos vagabundos que passaram aqui andam, mas o senhor aparentemente – aparentemente – tem ligação com isso aqui.

Sabe por que eu estou dizendo isso? Vamos lá. Segundo a Polícia Federal, documentos internos do INSS citam que foi esboçada uma solução pelo Presidente do INSS para o pedido da Contag em reunião realizada, em junho de 2023, entre o Presidente, entre representantes da Contag e Stefanutto. O senhor tem ciência dessa reunião?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Isso já foi mencionado aqui.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k., claro que foi. O senhor mencionou e fez um relato como se isso fosse um ponto simples.

O senhor pode atestar haver pressão de Alessandro Stefanutto, atualmente preso, para promover esses descontos em massa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não posso atestar isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor não pode atestar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não posso.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi. Interessante o senhor não poder atestar! O senhor sabe dessa reunião, o senhor participou da reunião, o senhor ouviu tudo o que foi falado nessa reunião. E simplesmente há indícios... Ou a gente está dizendo que a Polícia Federal não serve para porcaria nenhuma neste Brasil, mas há indícios da Polícia Federal de que Stefanutto forçou...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele forçou isso! Se ele fosse inocente, ele não estava preso! O senhor estava lá! O senhor está faltando com a verdade para nós aqui, chefe! O senhor me desculpe!

Não! Quando eu perguntar, o senhor responde. Eu só tenho dez minutos. Depois, se o senhor quiser falar quando eu terminar, o senhor pode falar por meia hora, e eu vou ficar ouvindo.

Agora, o que eu estou trazendo para o senhor aqui agora não são falsas acusações. Eu estou trazendo fatos de quando o senhor participou! Pelo amor de Deus! Jogue limpo com esta CPMI, porque milhares de pessoas que foram roubadas poderiam fazer parte do seio da sua família! O senhor poderia ter tido uma mãe, um pai, um avô, um bisavô roubado! Não faça isso com esta CPMI! Não venha aqui dizer para nós que o senhor não tem conhecimento! O senhor participou do núcleo das informações, das reuniões! Esse cara que foi preso aqui debochou da cara de todo mundo!

Olhe, Sr. Presidente, é claro e notório que este senhor que está aqui pode não ser o criminoso que se enriqueceu do dinheiro, mas foi usado como massa de manobra e talvez até por ligações políticas... E é por isso que é importante saber quem são os políticos com quem ele tem ligação. Que esse cara ajudou, talvez por simples complacência ou por talvez querer ou por ser obrigado, porque é muito estranho uma pessoa ser escolhida lá no Amazonas... Uma pessoa foi escolhida lá no Amazonas! Alguém ligou daqui... Não tinha ninguém em Brasília competente para assumir o cargo dele. Pelo amor de Deus!

Mas, para mim, eu estou satisfeito... Mas calma lá, Sr. Presidente, ainda vou falar. Agora eu quero responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem três minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu quero responder à esquerda aqui que tripudiou.

Vamos lá, eu vou mostrar o mesmo papel. Está escrito aqui ó: "MPF arquiva caso e confirma: não há provas de corrupção do Governo Bolsonaro". Agora, vamos lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Golpe de Estado é a boca de quem fala!





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá, vamos lá, povo que defende bandido, os amiguinhos de ladrão aí: mensalão, 101 milhões; petrolão, 6 bilhões; vamos lá, BNDES, 4 bilhões... Não vou falar todos, não, mas a somatória do Governo de vocês, dos 16 anos de desgraça do PT, foram 190 bilhões de desvios, de roubos!

Aí vocês estão falando: "Quem está preso? Jair Messias Bolsonaro está preso". Mas eu vou lhe falar, ele não ficou na cadeia, ele não chegou e não ficou na cadeia, porque ele roubou, porque ele foi condenado em quatro instâncias e depois houve uma manobra jurídica.

O que vocês querem criar nesta Comissão é uma narrativa. Vocês nem aqui deveriam estar! Vocês não têm legitimidade para estar numa CPMI que vocês não assinaram! Se o Regimento da Casa fosse sério, isto teria que rezar lá: que Deputados que não assinam um pedido de CPMI não deveriam fazer parte dela! Vocês são fanfarrões, falastrões, que só defendem gente que não presta! Vocês adoram fazer o teatro político de vocês, mas quem roubou mais de R\$190 bilhões do Brasil, quem ajudou a esvaziar os cofres da nação, quem ajudou a quebrar todas as estatais e fez de novo, mesmo depois de pegar todas elas com superávit, é o Governo de vocês, com a complacência de vocês!

Vocês não têm vergonha na cara ao defender um descondenado e uma senhora que anda por aí gastando dinheiro público e falando muita asneira!

E tem mais. D. Michelle Bolsonaro não foi fazer visita íntima...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... e se casou com Bolsonaro, não; se conheceram no Parlamento através do trabalho e têm uma família linda, honrada, uma mulher que defende esta nação acima de qualquer um de vocês.

E vou dizer mais. Para vocês falarem da família Bolsonaro, primeiro, primeiro, consigam ter a mesma popularidade deles. O que vocês são na realidade é uma corja de gente que se acostumou a defender bandido e ter no seu cercadinho...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... empreiteiras que pagam e pagam muito bem pelas boas licitações.

Sr. Jucimar, quando terminar esta investigação, se o senhor for inocente, eu vou aplaudir a sua inocência; se o senhor for um bandido, eu espero que você passe pelo menos uns 30 anos na cadeia, porque vocês roubaram gente inocente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Vinte e sete anos e três meses...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu vivo no mundo da Lua...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

Dez minutos para o Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... Srs. Deputados, Deputadas, o Sr. Jucimar morava lá em Manacapuru.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Manacapuru.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por favor, né? Quero começar de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, por favor. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, o Sr. Jucimar morava em Manacapuru, trabalhava no INSS e aí foi cedido para a prefeitura municipal, em 2017, nessa cidade. Quem era o Prefeito, Sr. Jucimar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – O Sr. Betanael D'Ângelo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Betanael D'Ângelo, do Republicanos.

Qual é o Deputado Federal parceiro do dia a dia do trabalho do Prefeito?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Existem vários Deputados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quais são?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo, mas existem vários, ele não apoia só um.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não apoia só um?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não apoia só um.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem. Aí o senhor foi para Manaus. E, lá em Manaus, Sr. Presidente, o nosso Jucimar, em 28 de maio de 21... Lembram aquele famoso episódio da Conafer, do Mão Preta, que tinha aquele dinheiro que ele queria receber, atrasado, aqueles 11 milhões, quando veio José Carlos Oliveira, em que montaram aquele processo e devolveram aqueles 11 milhões, que estavam bloqueados para ele? Tinha funcionários em todo o Brasil. O senhor não vai acreditar, Presidente, sabe quem é que foi convocado para atuar naquele caso, Sr. Presidente, para dar um parecer naquele processo? Um servidor do INSS que estava lá no meio do Amazonas, o Jucimar. Foi o Jucimar que foi chamado para dar um parecer e opinar naquele caso, Sr. Presidente, morando lá no meio do Amazonas, convocado em 2021, convocado pelo José Carlos Oliveira. Quem assina aqui é ele, Jucimar Fonseca da Silva. Está assinado por ele, em 28 de maio de 2021.

Aí apareceu outro caso complicado, Ambec, Camisotti, Careca, José Carlos Oliveira. O Jucimar continuava lá no Amazonas, lotado lá. Precisava de alguém para dar um parecer na solicitação para a celebração do acordo de cooperação técnica, tinha servidores em todo o Brasil. O José Carlos Oliveira chamou quem para atuar e preparar o documento que ele assina? O Jucimar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fonseca da Silva, em 15/07/21. Ele preparou o documento para o José Carlos Oliveira assinar, Presidente, lá do Amazonas. Não teve nenhum outro funcionário, no Brasil inteiro, de que o José Carlos Oliveira se lembrou. Ele se lembrou do Jucimar.

Aí apareceu outro caso: AAPB, Cecília Mota. E ele continuava lotado lá no Amazonas, servidor lotado no Amazonas. Acordo de benefício, concessão do ACT, quem é que foi chamado em 4 de agosto de 2021? Não há óbice para o recebimento do expediente, tendo em vista que este possui... O Jucimar, lá do Amazonas de novo. Milhares de servidores do INSS, quem é que chamaram? O Jucimar.

Aí, Sr. Presidente, ainda lá no Amazonas, outro caso aqui, Unaspub. Careca, Domingos Sávio, Gutemberg entram com uma nova solicitação, havia sido negada a solicitação para a celebração do ACT em 18 de agosto de 2021. Quem assina, Sr. Presidente, lá de Manaus? O Jucimar. Então, o Jucimar, Sr. Presidente, era o cara encarregado dos casos mais complicados, o parecerista-chave da organização, Presidente.

Aí, Sr. Presidente, o Jucimar veio para Brasília, veio para Brasília, na época, com um cargo que seria um antigo DS3. Deveria ser o quê, uns 8 mil? Era servidor, 60% – seis vezes oito, 48 –, ganhava uns 4,8 mil, não tinha auxílio moradia. O senhor veio para cá com um cargo pequeno, correto? Ninguém queria o cargo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Chefe de Divisão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ninguém queria o cargo. O Sr. Jucimar sai de lá. O senhor tem casa lá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – No Amazonas?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí, o senhor sai do Amazonas – porque ele tem casa –, vem morar em Brasília, sem auxílio moradia... Não é? Um carguinho pequeno não tinha auxílio moradia, não é? O senhor tinha auxílio moradia?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não me recordo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É claro que não! O senhor tinha um cargo de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não... O senhor ganhava 4 mil, 3 mil de gratificação.

Aí, largou tudo do Amazonas. Largou a casa, largou tudo e veio para Brasília para ganhar 3 mil, sem ganhar auxílio moradia, para ir trabalhar num cargo que ninguém queria, o que por si só já é uma história complicada, mas vamos lá.

Chegou aqui, chefe de divisão, apareceu o caso Conafer, que ele tinha lá sido designado para estudar. Reconsideração do indeferimento para oportunizar que a entidade apresente novos documentos – Yamada. Quem assina? Jucimar.

Renovação da Conafer. Um conjunto de documentos aqui da Procuradoria-Geral Federal, questionando, negando, dizendo que não cumpria as recomendações, que não havia documentos que justificassem a concessão, alertas da procuradoria. E aí, Presidente, estão aqui todos os documentos da procuradoria federal recomendando que não assinasse. Aí, em 22 de maio – Governo Bolsonaro –, Virgílio dá um parecer dizendo: "Não, vamos ignorar o que a procuradoria federal está dizendo. Vamos conceder igual". Quem é que concede? O Jucimar. Conafer. Libera o ACT da Conafer, 27 de maio de 22. Então... Renan e Jucimar. "Nada foi encontrado em desfavor da Conafer no sítio do portal do consumidor Gov." Gente, em 22, a Conafer já tinha um inquérito, em 21, aquele da Polícia do Distrito Federal! Já tinha inúmeros inquéritos e ações contra a Conafer.

E o nosso Jucimar vai a mais. Ele diz assim: "Frise-se que haverá vantagens, pois os beneficiários não necessitarão se deslocar à rede bancária e nem terão que pagar seus carnês de mensalidades" – o que, no caso, é consignado. Quem é que resolve o serviço sujo da organização? O Jucimar.

Aí, aparece o Felipe Macedo, "golden boys", Amar Brasil. Jucimar que assina aqui a prorrogação do prazo do ACT. E depois, Sr. Presidente – olha que curioso –, em 3 de agosto de 22, é o Jucimar que também assina aqui o documento para conceder o ACT da Amar Brasil, recomendando uma posição contrária ao que a procuradoria dizia. E veja o que diz o nosso amigo Jucimar aqui. Com a edição do Decreto 10.537, de 2020, ocorre uma nova consulta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que decreto é esse, Presidente? É aquele decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onyx. O decreto que autorizou a regra para permitir que a Amar Brasil pudesse fazer uma reconsideração, pedindo um ACT que tinha sido negado. E quem foi escalado? Jucimar, que dá o parecer para salvar a Amar Brasil.

Então, está aqui, Sr. Presidente, o parecer do Jucimar sobre a viabilidade da Amar Brasil, do nosso "golden boy". Quem é que limpa a ficha deles? O Jucimar.

Vamos adiante, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não, está bom.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 7 de fevereiro de 2022, na Universo, lá de Sergipe, quem é chamado? Jucimar atua como técnico assistente. O parecer nem era dele, era para ser de outra senhora, da Sra. Márcia, mas está aqui ele junto, Jucimar, assinando junto.

E aí, Presidente, mais um outro caso: está aqui o parecer pedindo que seja negado – para ser negado, Sr. Presidente – e está aqui propondo para acolher e aceitar o ACT da Acolher, e sabe em que dia foi concedido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 27/12/2022, entre o Natal e o Ano Novo, depois que o Bolsonaro já tinha fugido para os Estados Unidos. Mesmo assim, o funcionário padrão, Jucimar, continuava trabalhando entre o Natal e o Ano Novo e, antes dos 45 do segundo tempo, ele não se aguentou e ainda concedeu mais um ACT, para a Acolher de Sergipe. Portanto, todos os pareceres de todo o esquema criminoso que nós olhamos até hoje têm...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a caneta, têm o nome, têm o registro, a digital do Jucimar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, o Jucimar tem que ir para a cadeia, porque o Jucimar é parte integrante desse bando criminoso que saqueou o Brasil. E os documentos provam: entrou para dentro do INSS durante o Governo do Bolsonaro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Parou em 22 ou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Parou em 22, ou continuou fazendo a mesma lambança?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Continuou fazendo a mesma lambança?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Parou aí?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Aí ele para.

Eu vou complementar o resto depois.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Faltou alguma coisa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Meu tempo acabou... Meu tempo acabou.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Eu pediria aos nossos pares só um minuto de atenção...

É engraçado, a gente ouve aqui aqueles que defendem este Governo, e é uma espécie de marco cronológico....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... restritivo. Eles só falam de 21, 22, se esquecem de que governaram o Brasil desde 2002 até agora, por 26 anos.

Houve uma afirmação aqui. Bolsonaro está preso – está –, mas já foi dito aqui pelos que me antecederam: não é por corrupção, é por uma ação política. Querem calar a maior liderança política que esse Brasil tem, de toda forma. Enquanto isso, o Lula foi preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e foi descondenado. Isso é um fato.

Eu queria dizer a V. Exa. – e com muita tranquilidade – que, quando falam na questão de joias de Bolsonaro, é bom lembrar que o Lula levou 12 contêineres de presentes para casa e vive exibindo um Rolex que ele tem na mão. Nem sei o nome do relógio, mas é um relógio desses de alto valor. Mas, no Brasil, tudo é relativo: com ele, foi um presente; com Bolsonaro, não foi o caso.

Mas isso dito, Sr. Presidente – eu acho que vamos parar por aqui com essa situação –, eu faria algumas perguntas ao nosso convidado de hoje, o Sr. Jucimar: Jucimar, o senhor passou no concurso público em 2013, é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – É, 2013...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para o INSS...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... fui nomeado em 2013, mas o concurso é de 2012.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois não.

O senhor.... Pelo que o senhor falou aqui, o senhor tinha um cargo aqui, um anterior, na cidade que o senhor residia, do Amazonas, tem até o nome...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco/PL - RN) – "Manocaporu"...*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco/PL - RN) – Manacapuru.

... e, em seguida, o senhor veio em 21 para Brasília, para assumir um cargo de Diretor de Divisão, em março ou abril de 21, é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só fazendo uma correção: eu fui convocado primeiro para ajudar nos ACTs.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Hum-hum.

Quando foi isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi em maio... Maio e junho, eu acredito.**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco/PL - RN) – De 21?**O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA** – É, mas eu fui só nomeado como Chefe de Divisão...**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco/PL - RN) – Sim...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que cuidava de empréstimo consignado somente em outubro de 2021.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Outubro de 21...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não entendia direito da matéria quando vim em maio e junho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tá, entendi.

Aí, V. Sa...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só para...**O SR. ROGERIO MARINHO** (Bloco/PL - RN) – Não, eu já entendi.



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O.k.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Sa. foi nomeado depois em março ou abril de 23...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Abril de 23...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... para um cargo maior.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... para Coordenador-Geral.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Coordenador-Geral.

O senhor ficou lá até que data?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Hã?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Até que data o senhor ficou lá, nesse cargo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fiquei até o dia em que fui exonerado do cargo, com a Operação Sem Desconto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Qual foi essa data?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu acho que foi 23 de abril.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em 23 de abril.

Então, o senhor ficou de abril de 23 a abril de 25, aproximadamente, num cargo mais elevado dentro do esquema previdenciário.

Então, está claro, Sr. Presidente, que há aqui um defeito cognitivo daqueles que me antecederam. Parece que não conseguem andar no tempo. Eles ficaram travados no processo, esqueceram aí um período longo, né? Não sei o que aconteceu.

Sr. Jucimar, o senhor afirmou aqui que opinou por essa solução transitória – opinou, deu um parecer –, desde que houvesse anuência no caso da Dataprev, se eu não estou enganado, se não haveria nenhum problema, não é isso? Foi isso que V. Exa. afirmou aqui?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A nota técnica se baseou, como já expliquei aqui...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Me permita, antes, reposicionar a minha pergunta: V. Exa. disse aqui, textualmente, eu aspeei aqui, que foi a palavra de V. Exa. para o Relator, que a IN 162 estava prevendo a necessidade de biometria...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e se pedia uma solução transitória. Aí você afirmou aqui o seguinte: "[...] os bancos que fazem empréstimo consignado não utilizam [a] biometria da Dataprev".

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eles têm uma biometria própria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Própria.

Mas essa biometria foi imposta em novembro de 2022...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Novembro de 2022.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... numa IN, e com 60 dias para ser implementada.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É, mas ela foi implementada efetivamente em abril de 2023.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tudo bem.

Aí eu pergunto a V. Sa.: essa biometria própria, quem foi que autorizou para os consignados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A IN 138...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Hum-hum.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... que foi publicada em novembro, não dizia que a biometria tinha que ser da Dataprev.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Ela dizia que os bancos tinham que enviar os contratos com biometria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Certo, entendi.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Já a IN 162...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu queria só chamar a atenção do Relator.

Relator, a afirmação que o nosso depoente faz é que ele entendeu que poderia acontecer essa solução transitória, porque inclusive ele dá como exemplo que essa biometria do Dataprev, que foi determinada pela portaria, não era utilizada. Era utilizada uma biometria própria dos bancos que faziam consignado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E isso aconteceu em 23, concorda?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Em 23.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, primeira afirmação que eu faço: o Governo do PT deixou, a raposa tomou a conta do galinheiro.

Sr. Relator, eu queria que V. Exa. prestasse atenção nisso aqui, porque é importante. O seu assessor... Só um minutinho, assessor.

O Governo do PT, deliberadamente, permitiu que os bancos que fazem consignado, que é um escândalo, tivessem biometria própria, Sr. Presidente, e utilizou isso como exemplo para permitir essa tal de solução transitória.

É uma constatação que eu faço, eminente depoente.

A segunda pergunta que eu faço aqui. O senhor assinou uma nota técnica que autorizava o desbloqueio em lote da Contag e lá o senhor refuta argumentos trazidos pela auditoria interna, que a Contag... que não era necessária essa autorização. E se alegava que existiam mais de 30 mil pedidos represados na época de desbloqueio, que era necessário fazer algum gesto no sentido de desobstruir esse canal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acontece que, em outubro de 22 a outubro de 23, tinha 1.217 pedidos de desbloqueio no sistema do INSS. Isso está no relatório da CGU, e não 30 mil como tinha na Contag. E, quando foi autorizado em 25/10, apenas 213 pessoas remanesciam dessas 35.058.

Então, veja que a nota que V. Sa. assinou deteve aqui um respaldo técnico que foi desmentido pelos dados da CGU, que mostravam que não havia essa necessidade.

A terceira questão que eu faço aqui é sobre reclamações de pedido de exclusão do Meu INSS. Me chamou a atenção a afirmação que V. Sa. fez e repetiu com muita ênfase... Deixa eu pegar aqui para não ser leviano. V. Exa. disse que esses dados de exclusão e de reclamações não eram oficiais, o que V. Exa. colocou é que existiam em torno de 700 ou mais reclamações a respeito desse tema.

Bom, existe, e eu quero passar para V. Sa., uma determinação, através de portaria, pelo menos desde 2022... Deixa eu ver aqui cadê a solução 3. É a Portaria 992, do INSS, que determina que pedidos de exclusão de desconto podem ser feitos pelo segurado diretamente junto à associação, à entidade ou através de requerimento do servidor, que solicita a exclusão de mobilidade por meio dos canais remotos.

O canal 135 e o Meu INSS são canais que o INSS comporta. E foram constatados aqui...

Coloque, por gentileza, na tela, aquela planilha. A outra, a outra, a outra, no final que tem... Volta para a primeira.

Mas eram 1,5 milhão de reclamações em 2024, contra uma média de 40 a 50 mil nos anos até 22. Então, me parece que, de alguma forma, o senhor não teve acesso a esses dados.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não eram reclamações, eram pedidos de exclusão que o cidadão pode fazer a qualquer momento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mais de 1,5 milhão.

Isso não chamou a atenção de V. Exa.?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque, às vezes, fica ruim de... É uma informação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o cidadão solicitava o pedido de exclusão, não significava reclamação, porque era uma faculdade dele a qualquer momento pedir a exclusão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tá.

Mas V. Exa. disse que não tinha acesso a esses dados.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas não era... Não, não era tratado como reclamação no INSS à época.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Desculpe-me, nós tratávamos como reclamação no nosso período, acho esquisito que V. Exa. não tratasse assim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O.k.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, por último.

Peço a vênia de V. Exa., um pouco de compreensão, como foi dado aos meus antecessores.

Aí, sim.

Veja, nós tivemos hoje um dado que me chamou muita a atenção, que é essa portaria... A portaria... Pode passar, isso aí já foi dado, pode passar, essa aí, não.

Está ali o pedido de exclusão, mas volta.

Há uma portaria que foi assinada em 14 de junho de 23, sobre desbloqueio de benefícios, relatório de apuração, mas há uma portaria mais grave que não está na tela, que é uma que define que a competência sobre os atos do INSS passam para o Ministro da Previdência, foi feita no início do mandato do Carlos Lupi, inclusive contratos de até R\$1 milhão. Depois essa portaria foi revogada pelo Secretário-Executivo que assume o mandato, mas, em seguida, ela foi novamente colocada em vigor. Por isso que nos chama a atenção a notícia que hoje foi trazida aqui pelo Deputado Marcel van Hattem de que, durante o dia em que houve o pregão dos R\$117 milhões do 135, estava dentro do INSS o ganhador do pregão, V. Sa. E, mais grave, de forma inusitada, isso nunca aconteceu: pela primeira vez, na história do INSS, o Ministro traz para ele inclusive essa condição de gerir contratos acima de R\$1 milhão. São casualidades e similaridades que são muito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentes, que demonstram que a gente precisa ter muito cuidado com o que está acontecendo e a necessidade de o Ministro estar aqui presente no dia.

Agradeço a V. Exa. e peço a V. Exa. o seguinte: eu vou ter que me ausentar por questão de saúde, mas o Deputado Sóstenes vai ficar aqui e vai acompanhar até o final da sessão. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradecido.

Senador...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, por uma questão de lealdade até com a presença do Líder Marinho, eu vou usar o meu tempo de Liderança, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos para o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Foi repetido aqui, nesta sessão hoje, em várias oportunidades e, certamente, por desinformação, o Líder da Oposição acabou repetindo aqui agora um fato que não é verdadeiro, que também já tinha sido repetido por outros Parlamentares: o episódio relativo a essa licitação da Previdência Social sobre, supostamente, uma empresa de Caruaru, ter sido alardeado aqui como um fato novo, um fato que evidencia um direcionamento da licitação. Tudo isso é uma grande mentira, Sr. Presidente, uma irresponsabilidade, uma leviandade, o que, aliás, nós temos observado com frequência aqui dentro desta CPMI. Não há nenhum cuidado com a verdade aqui. Palavras são jogadas ao vento, reputação das pessoas são enxovalhadas e depois as coisas são desmentidas e fica tudo por isso mesmo. Essa empresa de Caruaru tem contrato dentro do INSS desde 2007 – 2007! Foi renovado em 2012 e 2017, no Governo anterior inclusive, e posteriormente ganhou um pregão, em 2023. Portanto, não teve uma empresa de Caruaru que foi trazida para o INSS, agora ou recentemente, pelo fato de que o atual Ministro, na época Secretário-Executivo, era um dos dirigentes do Ministério da Previdência. É mentira que essa empresa de Caruaru tenha vindo para o INSS agora, há pouco tempo, e que isso revele algum tipo de vínculo com o Ministro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que é mais grave, Sr. Presidente, a suposta presença do representante da empresa. E foi dito aqui agora, infelizmente, que essa licitação foi feita no INSS, Sr. Presidente, esse pregão foi conduzido pelo INSS. O INSS é uma autarquia com autonomia, que realizou um processo licitatório dentro da mais absoluta legalidade. No dia da licitação, consta que representantes dessa empresa teriam tido agenda no Ministério da Previdência, Sr. Presidente. A licitação era no INSS, uma autarquia que tem autonomia, e, mais do que isso, não há nenhuma informação de que essa agenda no INSS tenha sido com o Ministro Wolney ou com qualquer outro dirigente do ministério. Inclusive, já foi determinado, pelo Ministro Wolney, que seja feito um processo de apuração para que seja identificado que agendas foram cumpridas naquele dia no ministério, onde funciona, além do Ministério da Previdência, o Ministério do Trabalho e Emprego.

Portanto, não há nenhuma relação entre o INSS, uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, que fez um processo licitatório, e o fato de que representantes dessa empresa tiveram agenda num outro prédio, num outro local, que não foi com o Ministro Wolney, como foi com o ministro da época, agendas administrativas corriqueiras...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de empresas que prestam serviço para o Governo, repito, desde 2007.

Além disso, Sr. Presidente, a empresa que venceu a licitação venceu apresentando concorrência num pregão público, com dez participantes. Foram 155 lances – 155 lances. Um processo público do pregão em que a empresa vencedora apresentou um deságio de 20,23% de desconto menor do que a outra empresa que estava disputando essa licitação.

Portanto, não há nenhuma irregularidade, não há nenhum fato, não há nenhum nexo entre... Em primeiro lugar, está aqui provado que a empresa está lá desde 2007, foi renovado o contrato durante o Governo Bolsonaro, durante o Governo anterior, e a licitação ocorreu lá no INSS, e as agendas foram cumpridas no prédio da Previdência e do Trabalho, sem que tenham sido agendas com o ministro da época ou com o Secretário-Executivo Wolney Queiroz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu quero tempo, por gentileza, tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos para o Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu vou começar por dizer o seguinte: eu sei – e tenho todo o respeito pelo Deputado, que me antecedeu – que não é fácil a missão dele, é difícil defender o indefensável. Nós estamos falando aí de um histórico de corrupção, de desvio de recurso público, de incompetência ou falta de planejamento, às vezes deliberada, às vezes não, mas, Sr. Presidente, eu escutei o que me antecedeu aqui dizer o seguinte, que o INSS é uma autarquia com autonomia.

Talvez ele tenha sido mal assessorado e ele não se lembre de que o Ministro da Previdência, na época, emitiu uma portaria, a de nº 242, de 13 de fevereiro de 2023, em que ele traz para o Ministro da Previdência as prerrogativas – eu falei há pouco, eu acho que ele não escutou o que eu falei –, todas as competências do INSS. O Ministro da Previdência nomeava a telefonista, Sr. Presidente. É aqui explícito, eu pedi para botar só o art. 3º: Delegar ao Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, o Sr. Wolney, e aos dirigentes da entidade vinculada a competência para autorizar, relativamente, todos os instrumentos cujos valores sejam inferiores a R\$1 milhão. Quer dizer, acima disso aqui, a celebração era do Ministro Lupi, e o Secretário-Executivo era o Wolney.

Então, essa autonomia... Autarquia, que é autônoma, é verdade. Só que, no tempo do Lula, agora de 2023 para cá, deixou de ser. Então, esse é o primeiro ponto.

Depois... A gente não quer enxovalhar ninguém aqui. Pelo amor de Deus. Eu estou falando de uma reportagem de um jornal, que é o *Estadão*, que dá dados aqui: fala do registro da entrada e saída da portaria do bloco F e que o empresário entrou no local às 10h14, permaneceu até 17h32, no dia do pregão. Olha que coincidência. E essa empresa foi contratada em 2007, e quem era o Presidente na época? O Presidente era Lula. Quem estava em Caruaru, na época, como Prefeito da cidade? Infelizmente, por coincidência, o pai do atual Ministro Wolney.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, além disso, a agenda pública do Secretário-Executivo, que tinha a missão, com o Ministro, de ser o guardião desse processo, porque ele trouxe para ele essa responsabilidade, o Ministro Lupi, recebeu esse cidadão, que, coincidentemente – olha que coincidência, Sr. Presidente –, estava participando de um pregão de cento e tantos milhões de reais durante uma hora na sala dele.

Ah, me desculpe, é complicado. Eu sei que a gente tem que respeitar aqui a missão de cada um, mas a gente só falou aqui porque veio a público. Nós achamos que o Ministro tem toda a condição e tem todo o dever de esclarecer. Agora, que há dúvida, há, e uma dúvida – me desculpe – substancial em função do que está acontecendo.

Olha: "Portaria do Lupi tirou autonomia do presidente do INSS". Está aqui, olha. Eu peço que a TV mostre para a gente, claramente.

Então, não havia autonomia. Não havia autonomia. O INSS perdeu a autonomia. Era uma autarquia, continua sendo autarquia, mas o Ministro entendeu que era necessário que ele tivesse a condição de comandar o INSS nas principais ações, nas principais atividades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Senadores, eu acho que este momento é um momento em que, independente da luta política, é importante cada depoimento que está acontecendo aqui para elucidar o que, de fato, aconteceu dentro da autarquia. Funcionários antigos – desde 2003, 2006, 2005, 2004, 2003, pessoas há muito tempo dentro da estrutura do Ministério da Previdência – se especializaram em tentar fraudar a Previdência. Existem problemas de todo tipo: seguro-defeso, auxílio-doença, concessão do benefício, várias coisas diferentes aconteceram nos últimos 20 anos.

Aí a gente escuta aqui membros do PT dizendo: "Começou no Governo Bolsonaro". Gente, é mentira, é evidente que não aconteceu isso; os fatos mostram.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu vou repetir. Existem dois tipos de atuação: o Governo que é conivente, que aceita, que é cúmplice, e o Governo que combate a corrupção, que foi o caso do Governo de Bolsonaro, que inicia o processo com a MP 873, que o PT votou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra, discursou contra, falou contra, se posicionou contra, e hoje vêm aqui dizer que era favorável ao combate à corrupção. Infelizmente, os fatos mostram que não é assim.

Corrupção existe desde sempre na máquina pública; agora, alguns combatem, alguns convivem com ela – esse é um fato. E infelizmente, Sr. Presidente, nós estamos diante de um crime cometido contra uma parcela expressiva da nossa sociedade. E o que é pior, pessoas hipossuficientes, ou seja, pessoas que não têm como se defender.

Então nós temos que resgatar o recurso, fazer justiça, prender os envolvidos e mostrar o que aconteceu ao Brasil e evitar que isso se repita no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu entreguei em mão para a Mesa o documento de resposta do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(Suspensa às 23 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 23 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, retomem os seus lugares.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza, Doutor.

Retomem os seus lugares.

O Sr. Jucimar pediu para fazer esclarecimento sobre a fala do Líder Paulo Pimenta.

O SR. CÍCERO GONÇALVES MATOS – Era isso que a defesa ia requerer a V. Exa. Obrigado, viu?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Só um esclarecimento com relação à fala do Deputado Federal Paulo Pimenta, quando ele trouxe algumas documentações de que eu atuei antes no desconto de mensalidade, quando fui convocado. Falei que fui convocado – isso, quando o Relator me perguntou –, convocado pelo Diretor na época, acho que era o Jobson, da Dirat.

E eu não conhecia a matéria. Quem estava coordenando o assunto era o Geovani. Então assinei alguns documentos junto com ele, não sozinho, porque não tinha conhecimento da matéria. Ainda estava me empoderando do conteúdo. Não tinha gestão sobre aquilo, era o Geovani que coordenava, nas duas convocações em que eu vim. Eu só assumi como gestor para acompanhar o ACT, somente naquela data que foi informada, em março de 2022. Em outubro de 2021, atuava no empréstimo consignado, quando fui nomeado, em outubro de 2021.

Então eu atuei antes, sim, no desconto associativo. Quero fazer essa correção aqui, se passei a impressão de que não tinha atuado. Atuei, sim. Quero que essa retificação conste nos *Anais*. Mas eu não era gestor da matéria. Eu vim a aprender como era que funcionava. Quem era o gestor da matéria na época era o servidor Geovani. Ele era o chefe da DGACO, que era a Divisão de Gestão de Acordos de Cooperação Técnica.

Então assinei com ele, com Renan, com Wilson Gaby. Alguns... Pareceres, não, eram despachos. Nota técnica, eu não entendia nem direito como funcionava. Então acompanhei eles nessas assinaturas, tá? Só para deixar registrado e não ficar esse mal-entendido. Gostaria de deixar registrado nos *Anais* desta Casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Peço permissão a V. Exa. para fazer uns esclarecimentos.

Eu já ia pedir aqui a prisão em flagrante do depoente. Diante dos documentos que foram fornecidos aqui pelo Deputado Paulo Pimenta, o advogado sabiamente orientou o depoente a retificar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber do depoente, para esclarecer, se, antes de fevereiro de 2022, ele atuou nas entidades que foram ditas aqui pelo Deputado Pimenta em relação à Amar Brasil.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu não me recordo se foi nesse período, antes de eu assumir, dia 1º de outubro, que foi essa época em que foi celebrado o acordo da Amar Brasil, numa dessas minhas convocações. Eu não me recordo se foi em 2021 ou se foi em 2022, mas me lembro de ter atuado, porque, como o próprio Deputado Duarte Jr, né... ele trouxe, inclusive, a informação de que eu teria contrariado um parecer da PFE. Mas atuei, sim, no processo, Sr. Relator. Não me recordo a data específica.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, a grande – a grande – dúvida aqui de todos, sem exceção, é por que um servidor lotado no Amazonas, um servidor, dentre milhares de outros, foi convocado para atuar em entidades que, sabidamente, depois, foram constatadas como entidades criminosas.

O senhor disse que uma pessoa do INSS teria indicado o senhor. Quem foi essa pessoa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi o gerente-executivo do Amazonas, o Sr. Raimundo Santana. Não sei se é Santana. Raimundo.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece uma pessoa lá do Amazonas que atuou no INSS... Eu vou dizer ao senhor o nome agora. Dê só um instante. O senhor conhece o Sr. Clizares?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Conheço o Clizares. Ele foi gerente-executivo antes do Raimundo na época em que eu trabalhava como... Eu cheguei a trabalhar numa APS em Manaus, APS Codajás, e o Sr. Clizares Santana visitou inúmeras vezes essa APS lá, porque foi na época em que o INSS implantou um sistema chamado GET, porque a gente estava migrando para o atendimento virtual, não mais presencial.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento se o Sr. Clizares foi preso pela Polícia Federal?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tenho conhecimento. Foi preso.

O SR. ALFREDO GASPAS (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe o motivo?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo, mas ouvi falar, na época, que seriam contratos de construção de APS que não ficaram muito claro... A licitação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa época o senhor trabalhava subordinado ao Sr. Clizares?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, ele era o gerente-executivo inteiro do Estado do Amazonas. Portanto, ele tinha... Ele era o superior hierárquico de todos os gerentes de APS do Estado do Amazonas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer quem foi o político que indicou o Sr. Clizares lá?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Jucimar, aqui foram disponibilizados pela assessoria do Deputado Pimenta vários pareceres. Em alguns o senhor assina sozinho. Em outros o senhor assina com o Sr. Geovani Batista Spiecker. Quem é o Sr. Geovani Batista e quais as funções ele exercia enquanto o senhor foi convocado? Não em definitivo, convocado.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, ele era responsável, eu não sei dizer se ele era nomeado chefe da DGACO, mas ele atuava na DGACO, que era a divisão, na época, antes da Danb até, que estava cuidando dos acordos de cooperação técnica.

Ele era... Eu não sei se ele era um servidor convocado também, mas quando eu cheguei ele era meu chefe, inclusive ele foi me pegar no aeroporto, na época, e me mostrar como era o serviço lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, é esse o ponto a que eu queria chegar.

Qual foi o seu professor na época da convocação? Foi o Sr. Geovani?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi o Geovani, que era o servidor que dava todas as orientações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Seu Geovani, ele respondia a quem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na época, ao Sr. Jobson, que era o Dirat; ele era o diretor de atendimento, na época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Dirat estava responsável pelos ACTs?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, eu acho que uma portaria tinha transferido a responsabilidade da Dirben para a Dirat assumir os ACTs na época, e depois voltou para a Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E me diga uma coisa: nessa época em que o senhor foi convocado, houve ameaças a servidores do INSS por conta da suspensão de ACT?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não... Em 2021, eu não me recordo. Eu soube depois, pela imprensa, já agora, que houve um servidor ameaçado em 2020.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e vinte. Então, isso não foi na sua...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Dois mil e vinte um...

Não, não foi no nosso tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não foi na sua época.

E o senhor... Há quanto tempo o senhor falou com o Sr. Geovani? Qual foi a última vez em que o senhor manteve contato com ele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Agora, recentemente, antes da Operação Sem Desconto, ele era o Coordenador-Geral de Atendimento e eu era o Coordenador-Geral de Pagamento, só que ele acumulava a função de substituto do Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele também foi afastado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Foi. Está afastado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois que houve a Operação Sem Desconto, o senhor ainda manteve contato com ele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não mantive contato.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois da Operação Sem Desconto, o senhor manteve contato com o Sr. André Fidelis?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não que eu me recorde... Não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor está afirmando que não teve contato.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Sr. Virgílio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Sr. Alessandro Stefanutto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não tive contato. A medida cautelar é muito clara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Também não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com o Sr. Jobson?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Também não tive contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conviveu com o Sr. Alexandre Guimarães?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço o Sr. Alexandre Guimarães.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Alessandro Roosevelt?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Também não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a última vez em que o senhor manteve contato com a Sra. Ingrid?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quando ela foi exonerada, em abril, que eu assumi como coordenador, foi o nosso último contato, que eu me lembre foi, porque ela saiu do INSS e foi trabalhar numa empresa privada durante o tempo em que ela pediu o afastamento do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer que empresa privada era essa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem sabe a área de atuação dessa empresa?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha alguma coisa a ver com desconto associativo consignado?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há outra situação: o Sr. André Fidelis, quando ele foi exonerado em 2024 do INSS, o senhor se encontrava na diretoria dele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, estava como coordenador-geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o motivo da exoneração do Sr. André Fidelis em 2024?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na época, chegou a informação entre nós de que ele teria solicitado, mas me parece que não foi acatada a solicitação. Ele acabou depois sendo exonerado. Eu acho que foi *ex officio* mesmo pelo... Na época, eu acho que o Ministro Lupi...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor soube o motivo dessa exoneração?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não soube, não soube.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou fazer só mais duas indagações ao senhor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor ouviu falar qual foi o padrinho político da indicação do Sr. André Fidelis na Diretoria de Benefícios?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca ouviu falar?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nunca ouvi falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, em relação ao Sr. Jobson, qual foi o relacionamento? Ou até quando o senhor teve contato com ele?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na época em que eu fui convocado a primeira vez, ele era o Dirat...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... eu vi ele algumas vezes no corredor. E, depois, quando voltei na segunda convocação, ele já não estava mais com ele a matéria, já estava na Dirben, salvo engano. E aí vi ele uma outra vez no prédio. Depois, acho que ele foi para o ministério...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor só não tinha um grande relacionamento, né?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, encontrei com ele só no... Acho que no prédio onde... Eu morava num apartamento funcional, ele também tinha um apartamento funcional lá, e eu encontrei uma outra vez com ele na garagem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu peguei aqui as notas taquigráficas e vou repetir a pergunta ao senhor. Eu perguntei: "Sr. Jucimar, o senhor, mesmo sabendo de tantas notícias de irregularidades nos descontos associativos... O senhor fez uma nota técnica, e, baseada nela, se foi autorizada a solução provisória". E, pelo que eu estou lendo aqui, o senhor me disse um fato. O senhor disse: "Essas notícias de irregularidades, elas nunca chegaram oficialmente ao meu conhecimento". É isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinham informações que vinham ali pelo Ministério Público, como eu já falei, pelo Procon...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A gente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor disse, em outras palavras, que, pelos canais oficiais, essas denúncias não chegavam. Não é isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É. É...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. E a que canais oficiais o senhor tinha acesso da não chegada dessas denúncias?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O INSS entrou na plataforma integrada da CGU, que tem um sistema chamado Fala.BR, onde os beneficiários entram para fazer suas reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – E era esse sistema que o INSS usava na época para ter acesso às reclamações da ouvidoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a pergunta que eu faço ao senhor bem objetivamente – e vou repetir a pergunta – é se: em 2024, quando o senhor deu a nota técnica, deu a nota técnica, permitindo essa... – eu falei burla, o senhor não concorda –, permitindo essa solução provisória à Instrução Normativa 162, o senhor tinha ou não conhecimento sobre o grande número de reclamações em relação a descontos associativos?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – As informações que tinha de números grandes eu acabei de... Eu acho que eu mencionei já hoje. Eram informações que saíram na imprensa, saiu acho que no G1, tipo, 130 mil na época reclamações, mas, volto a dizer, as informações que o INSS detinha em suas mãos eram informações da ouvidoria que não passavam na época, naquele momento histórico, de 700 reclamações – segundo dados da ouvidoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Aí, aqui, eu estou com os dados da ouvidoria. No ano 2024, foram 6.144 reclamações...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mas isso até o final do ano, né? O senhor está falando da biometria, que foi basicamente ali no meio do ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Então, vamos para o ano anterior: 4 mil reclamações.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Da Ouvidoria do INSS, do Fala.BR?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Ouvidoria do INSS.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Então, me equivoquei com relação aos números, mas é importante dar uma revisada nesses números...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, esses números aqui foram recebidos no INSS.

Volto a perguntar ao senhor: a sua função lá recebia as reclamações oriundas da ouvidoria? Tinha conhecimento dessas reclamações?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A equipe técnica da DCben, que... Eu não era mais, eu era só o coordenador...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A equipe técnica tinha acesso ao Fala.BR e respondia às dúvidas dos beneficiários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, só quero que o senhor me responda isso: o senhor tinha conhecimento quando concedeu a nota técnica da solução provisória que havia naquela oportunidade, no ano anterior, duplicado o número de reclamações em relação a essas irregularidades? O senhor tinha conhecimento disso quando concedeu a solução provisória na nota técnica?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, essa informação não chegou até mim. Se estava no interior da divisão, não foi repassado para mim, porque a informação que eu tive foi do Ouvidor Lenilson, que era o Ouvidor-Geral do INSS, que havia poucas reclamações até aquele momento. Poucas não, um número não tão considerável quanto o trazido pela imprensa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, para finalizar, o Deputado Líder do Governo, Paulo Pimenta, disse que o senhor foi chamado, ainda em 2021, para trabalhar em pareceres de entidades que hoje estão descobertas como entidades criminosas. O senhor foi direcionado pelo Sr. Geovani Spiecker ou por qualquer outro membro de superioridade hierárquica do senhor a dar parecer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, senhor. Não fui direcionado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que aparece o senhor justamente nessas entidades dando parecer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, porque, como já falei agora há pouco, eu vim convocado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, a gente sabe disso.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era uma matéria em que o Geovani estava atuando, a gente recebeu ali inicialmente em maio algumas informações básicas para começar a atuar. E não era só eu que atuava. Então, tinha outros servidores também que foram convocados...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas aqui tem algumas atuações isoladas do senhor. Resumindo, quem é que escolhia o senhor como convocado para dar parecer ou despacho em processos?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu fui convocado na época por orientação da Ingrid, que entrou em contato comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas eu quero saber lá dentro do setor, quem chegava e dizia: "toma que esse filho aqui é teu, leve adiante".

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Era direcionado pela própria Ingrid. Não sei se ela recebeu alguma ordem superior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom. Era isso que eu queria saber.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Pela Ingrid, pelo Sergio Cheque, ali pela outra coordenadora que era a Maia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Jucimar, o senhor é uma das pessoas mais emblemáticas que veio a esta CPMI. Confesso que eu fico aqui tentando entendê-lo.

E, antes de vir para cá, fiz uma varredura no seu sigilo – seu sigilo já chegou para nós.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Pois é. Infelizmente, não chegou para mim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Chegou. E eu fui olhar e observei que o senhor tem uma vida modesta. Eu tive acesso até às suas compras na Amazon, quanto o senhor gastou com remédio, com livros, com bíblias... E fiquei pensando assim: os pareceres deste homem levaram muita gente a roubar, e, pelo que me parece – ou o senhor é muito inteligente, está muito disfarçado –, o senhor não ganhou propina para fazer os pareceres, me parece que o senhor realmente fez de forma muito técnica. Fiquei aqui perguntando o que levou este homem a cometer erros, porque nós estamos vendo que os seus pareceres têm erros agora. Olhe o caos que os seus pareceres causaram, Sr. Jucimar. Eu fico aqui perguntando o que foi que lhe ofereceram em troca. O senhor está lá no interior do Amazonas; vai para a capital; quando está na capital, é derrotado na eleição; e tem uma oportunidade de vir para Brasília. Nem sempre as pessoas se corrompem, Sr. Jucimar, por dinheiro, mas, às vezes, por um elogio; às vezes, por um cargo; às vezes, para agradar o chefe. Eu não sei qual é o seu sentimento e eu fico tentando aqui ler o seu sentimento. Alguém o usou? Alguém disse assim: "Olhe, encontramos um bobo lá no Amazonas, que faz o que a gente pede"? O senhor poderia dizer, Sr. Jucimar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E olhe: esta é uma CPMI séria. O senhor deve ter observado aqui que houve um momento ou outro de tensão, mas são Parlamentares muito sérios que estão aqui. Nós estamos colocando as nossas carreiras, os nossos mandatos em risco para estarmos aqui, porque, se a gente fizer um bom trabalho, nós seremos bem avaliados; se fizermos um péssimo trabalho, nós seremos reprovados pela opinião pública. Então, nós estamos levando muito a sério. Esta CPMI pode dar uma virada de chave no Brasil. Ela já deu uma virada de chave na forma como as pessoas estão vendo o Congresso Nacional. As pessoas estão avaliando muito bem o Congresso Nacional por conta desta CPMI. O senhor viu que tem pessoas muito sérias aqui e o senhor está tendo a oportunidade de estar num fórum de pessoas muito sérias, querendo acertar.

Deixe eu só dar o meu exemplo: eu estou aqui morrendo de dor, Sr. Jucimar, eu estou aqui até esta hora, estou enfrentando um sério problema de saúde. Eu vou lhe contar da minha assessora, que está sentada aqui. Sabe essa chuva que caiu ali? Caíram árvores aqui, no estacionamento, em cima do carro dela. Ela perdeu o carro dela e está aqui. Nós estamos aqui, porque a gente está acreditando nesta CPMI.

Eu fico olhando... Por que será que o senhor deu aqueles pareceres? O senhor se sente hoje usado? Foi algum chefe? O senhor tentou agradar alguém? O senhor estava visando ao cargo de coordenador? O senhor era um chefe, agora é um coordenador. Foi por uma promoção, foi por elogios? Por que o senhor deu esses pareceres, que hoje nós estamos provando que deu origem a tanta corrupção? O senhor poderia se expressar?

E eu queria convidá-lo para ficar à vontade, porque o senhor pode ajudar esta CPMI. Não estou lhe oferecendo nenhuma vantagem, Sr. Jucimar, mas querendo lhe fazer esse convite de colaborar com este Colegiado. O senhor já está colaborando. Suas respostas foram precisas, o senhor respondeu a gente com muita educação. Mas o senhor não está se sentindo usado por chefes que o trouxeram, por chefes que eu já convoquei? Geovani e Jobson estão convocados. E eu já pedi a quebra de sigilo de Geovani e Jobson, inclusive o telemático, e vou ver se eles falavam lá: "Ó o besta do Jucimar faz tudo que a gente pede". Se eles o usaram, a gente vai descobrir na quebra do sigilo deles. Mas o senhor não queria falar um pouco mais hoje, Sr. Jucimar, e dizer o seguinte: "Olhe, eu estou sentindo que fui usado e eu quero colaborar mais com esta CPMI"?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com relação aos processos, eu tenho a dizer que o meu entendimento naquele momento, com base na documentação que estava sendo apresentada, é que a celebração do ACT... Não havia óbice técnico para que fossem indeferidos... Em alguns casos... Outros casos foram indeferidos, outros foram deferidos. Era um momento histórico ali, um recorte histórico onde a gente não via nada que ensejasse em... Se nós soubéssemos que essas entidades, depois, estariam envolvidas nesse escândalo de fraude, jamais teríamos celebrado, mas, naquele momento, quero dizer que a documentação técnica apresentada pelas entidades, as certidões, os estatutos... Porque eram entidades que representavam aposentados e pensionistas, cujas diretorias eram, com exceção das entidades que são de categoria específica, como Contag, como Conafer, como outras entidades, sindicatos como Sintraapi, Sintapi, que são entidades sindicalistas, que não são só de aposentado, que representam um grupo, uma categoria profissional específica... Mas as outras que eram entidades específicas de aposentado... A diretoria era formada por aposentados. Então, a documentação toda era apresentada. Eles apresentavam aquelas declarações de que não havia parentes exercendo funções públicas... Então, eles apresentavam toda a documentação. Então, quando a documentação estava o.k., a gente não imaginava que depois iria acontecer o que aconteceu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas aí eu vou contradizer. O senhor foi à Aapen, não foi? Lá em Fortaleza?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não lembro se fui à Aapen, mas fui a uma entidade...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, o senhor falou que conhece a Cecília Mota.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, eu conheço, porque...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Quem o recebeu na Aapen foi Cecília Mota?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não. Não foi na Aapen. Foi na Caap. E ela estava lá com a diretoria...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É a mesma.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com os diretores.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ela se apresentou como Presidente para o senhor?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, ela se apresentou como procuradora e mostrou a procuração.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O senhor viu a Presidente, a D. Francisca?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tinha uma diretora lá que justificou a ausência da D. Francisca.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ah, justificaram. O senhor não viu a D. Francisca...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não vi...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... que é uma mulher analfabeta e Presidente da... Se o senhor visse essa mulher analfabeta como Presidente, isso não lhe chamaria a atenção?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Com certeza chamaria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas o senhor não foi à Ambec, lá em São Paulo. E já tinha matérias de que a Ambec estava envolvida em rolo. Qual era o critério para ir visitar uma associação?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não lembro se o servidor Wilson Gaby foi à Ambec, porque ele esteve em São Paulo e foi em algumas entidades lá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Oh, Sr. Jucimar, por que em algumas viagens o senhor ia de ônibus, se na justificativa das suas viagens era demanda urgente e imperativa – ou imprevista? Demanda urgente e imprevista. Se era tão urgente, por que o senhor ia de ônibus de Brasília para São Paulo, sendo que o INSS tem dinheiro para passagem aérea, e o senhor é um Coordenador-Geral?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na verdade, foi só uma viagem...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, tem mais de uma.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Mais de uma?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mais de uma.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – De ônibus?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu pensava que era só uma. Não me lembro, na época, o motivo específico...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

E outra coisa. Por que o senhor vai numa viagem, lá em 2024, para elementos técnicos para pregão referente a folha de pagamento do INSS? O senhor foi a uma viagem de alinhamento e definição de elementos técnicos para pregão referente à folha de pagamento.

Era sua atribuição também isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Na Coordenação-Geral de Pagamento existia uma divisão chamada Divisão de Agentes Pagadores, e nós coordenamos, junto com essa divisão, o pregão; e a reunião técnica para fechar o termo referencial, o estudo técnico preliminar e algumas coisas foram feitas nessa reunião, lá em São Paulo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O senhor responde a um PAD. Qual é o motivo do seu PAD?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu estou respondendo a esse PAD exatamente por essa Operação Sem Desconto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas é por causa de uma única instituição.

O senhor pode dizer qual é a instituição que é o objeto do seu PAD?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, na verdade o PAD menciona a nota técnica da auditoria...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Da Contag?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, a nota técnica da auditoria que menciona o processo da Contag.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Da Contag.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Da Contag.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Então, o senhor está respondendo a um PAD, porque o senhor deu parecer favorável à Contag?

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A instituição que mais roubou.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não somente isso, porque, na juntada do processo administrativo, existem outros elementos ali da própria auditoria da CGU, do TCU e o inquérito da PF – nesse processo do PAD que eu estou respondendo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

E, para encerrar, só para encerrar mesmo, quando o senhor era convocado lá em 21, em que o senhor não estava morando aqui, só para esclarecer uma dúvida que o Pimenta levantou: o senhor ficava lá de Manaus dando parecer?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, o senhor vinha e voltava.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – As passagens aéreas... O senhor vinha e voltava... Estão aqui?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, sim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Então, o senhor dava os pareceres aqui, em Brasília?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim, exatamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

O senhor...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Acontece... A Direção Central do INSS é muito carente de servidores. Então, ela trabalha muito com servidores colaboradores do país inteiro, porque muita gente não quer vir se mudar para Brasília, por causa de questão de filhos, questões familiares, filhos que estão em escola. Então, é muito difícil conseguir um servidor que tenha coragem de vir trabalhar em Brasília. Essa que é a verdade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu já encerrei meu tempo.

Se o senhor, depois desta reunião, quiser procurar o Relator e o Presidente, com o seu advogado, procure, porque lhe fizeram de bobo até agora; e vai sobrar para o senhor, Sr. Jucimar, infelizmente. O elo fraco nessa história vai ser o técnico lá que veio de longe e deu o parecer que a gente queria.

Sucesso na sua defesa, mas sua situação está bem difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado, o senhor me permite só um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Claro, Relator. Claro!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu só queria perguntar ao depoente, aqui, se a Sra. Ingrid Camilo é esta pessoa que vou apresentar. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – É ela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dizendo isso, Presidente, a Sra. Ingrid Camilo saiu diretamente da Coordenação-Geral de Pagamento em 2023 no INSS para o Banco Daycoval; e nós chamamos aqui...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual banco?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Daycoval.

Está o requerimento para o CEO do Daycoval estar presente.

Mas é esse tipo de situação que causa uma desconfiança em relação à atuação profissional.

Eu só queria confirmar se era ela mesmo, Presidente, e tornar isso público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E, aqui, Relator (*Fora do microfone.*) nós já estamos, no decorrer de todas estas sessões, Senadora Damares, entendendo que muitas vezes as pessoas vêm aqui, dão respostas e tentam esclarecer, mas, quando a gente quebra os sigilos, aí a situação é totalmente diferente, inclusive o sigilo telemático; se confirma claramente a cumplicidade, o conhecimento e a negativa a esta CPMI.

Vamos lá.

Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Boa noite, Presidente, Relator.

Olha, eu, como todos aqui estão desde a tarde acompanhando esta sessão, e quase meia-noite... E para mim tem algumas coisas importantes: primeiro eu queria saber do senhor o que o senhor atribui, Sr. Jucimar, a essa sua vinda para Brasília? Qual é o seu sentimento? O senhor fala das pessoas que o indicaram, mas qual é o diferencial que lhe proporcionou essa vinda para Brasília, na sua opinião?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Eu acredito que foi a capacitação técnica. Eu falei que a indicação foi técnica e a disponibilidade também de vir porque, como falei agora há pouco para a Senadora Damares, não é todo servidor que tem disponibilidade de vir para a capital trabalhar.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. Essa passa a ser uma resposta relativamente inocente para quem está escutando. Aqui, todos os que passaram tinham uma justificativa de coincidência de sorte ou a sua, da capacitação técnica.

Eu tenho uma opinião, Sr. Jucimar, de que, primeiro, eu não acredito nessas coincidências e, com tudo o que eu ouvi aqui, eu não acredito – inclusive pelos relatos apresentados numa linha do tempo que foi feita aqui perfeitamente da sua influência direta nos pareceres, que foi apresentada pelo Deputado Pimenta – que o senhor estava de maneira inocente nesse processo.

Na minha opinião, o senhor é parte integrante de um esquema, e o senhor foi pinçado porque o senhor tem um alinhamento político com o esquema e, por isso, foi relatado aqui, numa sequência lógica, que o senhor deu parecer favoravelmente... Ou muitas vezes bloqueando determinadas situações porque, primeiro, de 2021 a 2022, o senhor blindou a Conafer de investigações por irregularidade dos descontos; depois, no período de 23 a 24, o senhor ignorou irregularidade nas fichas das filiações da Amar Brasil – isso não é coincidência, nem parecer técnico.

Em todas as ações, o senhor aparece como um artífice importante. Por mais que o senhor não pareça ter enriquecido ilicitamente como os demais, o senhor é uma peça fundamental no processo do esquema que propiciou esse escândalo.

O senhor acredita nesse escândalo? O senhor acredita nessa operação? O senhor acredita que houve um escândalo e que houve um rombo na Previdência?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É... A mídia tem lançado isso, mas a gente precisa ver o fim das investigações, né?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas como? Tem dez presos, tem provas, tem carros presos, Polícia Federal fazendo busca e apreensão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é um técnico, como o senhor diz, que dava parecer flexibilizando, em determinados momentos, ou bloqueando, em determinados momentos, situações que favorecem as entidades, e o senhor vem dizer que não, que vai depender da investigação? Tem um fato concreto.

Qual é a sua opinião sobre isso? Na sua visão, não teve um escândalo do INSS, um nível de corrupção que foi patrocinado, inclusive, por um esquema e por gente de dentro do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Prefiro não comentar, mas a CPI está trabalhando em cima dessas questões, né?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Com conclusões. Correto?

Me diga uma coisa: quem estava acima da Sra. Ingrid? Porque o senhor atribui à Ingrid, mas não avança sobre o chefe superior à Ingrid.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não. A pergunta foi quem era a minha chefe na época e eu falei. Então existia um Diretor de Benefício, que foi ali eu acho que o Oliveira, não é?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Por que o senhor custa a falar explicitamente do papel de José Carlos Oliveira, do PL, nesse processo, como Diretor do INSS?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu não estou procurando esconder nada. É porque realmente, às vezes, dependendo do momento fático, eu tento lembrar, porque, como o próprio Relator já demonstrou aqui, eu passei por vários diretores de benefício. Eu fico tentando lembrar qual era o diretor de benefício na época.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

Diga-me uma coisa: o Relator fez uma pergunta, por diversas vezes, para V. Sa., e o senhor disse que não sabia dos pareceres, não tinha informação. E tem uma matéria do Jornal Nacional que eu queria ler aqui para o senhor, que diz o seguinte:

Jornal Nacional revela rede de associação e sites para fraudar documentos de aposentados.

A CGU - Controladoria-Geral da União descobriu que entidades e associações agiam em conjunto e de forma articulada para fraudar beneficiários do INSS.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A rede descoberta pelas investigações tinha associações criadas para fazer descontos em *sites* especializados em assinaturas digitais. As investigações da CGU mostram como a fraude ligava essas entidades. O elo dessa engrenagem, segundo as investigações, era Igor Delecrode.

O senhor conhecia Igor Delecrode?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu já respondi para o Relator que sim. Ele participou de reuniões, de uma reunião na Presidência do INSS, quando foi apresentado o sistema do PDMA.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

Mais adiante, na reportagem, a matéria diz o seguinte:

A CGU afirma que o esquema buscava, de forma fraudulenta, dar aparência de legalidade às fichas de filiação. Com base em dados do Portal da Transparência, o Jornal Nacional verificou que, em 2022, só essa rede de entidades descontou quase R\$1 bilhão de aposentados e pensionistas.

Foi o que aconteceu com as aposentadas Ana Cristina e Mercedes, de Recife, filiadas à Anddap e à Masterprev, sem autorização - e com Walter, de São Paulo, também filiado ilegalmente pela Masterprev. Eles acionaram a Justiça e descobriram que as assinaturas usadas pela ficha de filiação foram falsificadas com uma tipologia semelhante.

Mais para a frente, tem uma questão apresentada aqui nos documentos sobre essa questão da numeração. E o senhor dá um parecer dizendo o seguinte, que...

Em setembro, a Divisão de Consignação de Beneficiários do INSS descobriu que todas as fichas de filiação da ABCB/Amar Brasil tinham o mesmo código – o correto seria um número diferente para cada ficha. Mas alegou que não tinha competência técnica para analisar o material e recomendou o envio para a Diretoria de Tecnologia.

Em dezembro de 2023, o coordenador de Pagamento da Diretoria de Benefícios, Jucimar Fonseca da Silva, disse que a avaliação era "desnecessária, visto que o que interessava ao INSS nesse processo era [...] [simplesmente a] existência" das fichas de filiação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor confirma essa afirmação por parte do Jornal Nacional?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu teria que...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Vocês não avaliavam então... Ou seja, nesse momento, o senhor desconsiderou a avaliação mais profunda e apenas apresentou as questões numéricas?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – A DTI não tinha como fazer essa verificação, e nem a Dataprev. Inclusive, depois, a própria Dataprev falou para a CGU, na auditoria da CGU, que eles não tinham sistema, ainda estavam pensando em comprar um sistema de inteligência artificial para analisar essas fichas digitais.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas o senhor afirma aqui, olha: "Tais declarações dos beneficiários não trazem nem grave e nem iminente risco à continuidade dos descontos".

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – É porque, naquele momento – naquele momento histórico –, o que era interessante para o INSS é se as fichas realmente existiam, com a documentação correlata. Então, tinha a ficha e a documentação correlata, e, como nenhuma área técnica queria colocar a mão no processo para...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Por que não?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Porque a gente não tinha... O INSS não tinha... Eu acho que até... Recentemente também, eu acho que eu vi uma notícia de que o INSS estava tentando comprar alguma coisa com a Dataprev para analisar essas fichas que subiram com biometria, porque é muito difícil fazer essa checagem e validar isso de forma oficial.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor não acha extremamente grave essa afirmação? Até porque o senhor assina, depois, exatamente este parecer...

(Soa a campainha.)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... dizendo o seguinte:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta coordenadoria, sendo a área de negócio responsável pela gestão dos acordos de cooperação técnica para desconto associativo, entende ser desnecessário, *a priori*, a avaliação do sistema de salvaguarda por parte da DTI [que é o Departamento de Tecnologia] das fichas de autorização, posto que o que interessa ao INSS neste processo é a existência destas, bem como a verificação assertiva da confirmação dada pelo beneficiário autor da autorização, por meio físico ou eletrônico, conforme preceitua [uma normativa, que não cabe agora] a normativa do INSS nº 128.

O senhor assina isso aqui. O senhor negligenciou, o senhor prevaricou, qual é essa definição?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, é porque... É como eu falei: na época, o que tinha... A obrigatoriedade da entidade, conforme o ACT, era apresentar a ficha e a documentação correlata, que estava no processo. Se vocês forem olhar o processo, pedirem acesso... Inclusive, nós vamos pedir acesso...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone.*) – Vou finalizar aqui.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – ... a alguns processos, porque hoje fui questionado até por...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor não acha contraditório – só para finalizar – que, em determinado momento, o senhor flexibiliza esse tipo de parecer e, em outros momentos, o senhor acaba bloqueando. Tem uma contradição aí, não tem?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não é flexibilizar, é como eu estou dizendo... Era o dado, era o recorte histórico ali: o que era exigido naquele momento estava no processo e aí a gente fazia uma manifestação, que era legitimada ou não pelo Diretor de Benefícios. Isso aí foi autorizado pelo Diretor de Benefícios.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito. Então, finalizo, realmente, por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Para concluir, está claro para todos nós é exatamente essa incongruência, essa motivação, que é conveniente, da relação política que vocês tinham – está claro isso para a gente. Ou seja: aqui não tem uma clareza do parecer técnico, na verdade, eu acho que tem uma conveniência do ponto de vista político, do que vocês fizeram.

Então, eu queria concluir com isso, porque, para mim, volto ao raciocínio inicial: não há coincidência da sua presença lá, na minha opinião. Não há coincidência, o senhor foi um elemento que participou de um esquema de corrupção muito bem desenhado e o senhor tinha esse papel, o de cumprir ser parecerista dessa fraude que aconteceu com milhares de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Alô, Rondônia! (*Pausa.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... quase meia-noite e nós estamos aqui, trabalhando em nome dos aposentados e pensionistas de Rondônia e do Brasil.

Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Eu confesso, Sr. Jucimar... Vou lhe confessar: estou com pena do senhor, sinceramente. É do fundo do coração que eu estou falando. Eu olho para o senhor e vejo uma apreensão interna. Eu estou com pena do senhor. Eu estou com pena da sua família, porque, ao meu ver, e pela minha observação, o senhor foi muito usado, muito usado, o que é triste. O senhor tinha que ter percebido isso, mas eu acho que o senhor não percebeu.

Enfim, vou fazer o meu trabalho.

Senhores, foi dito aqui, Sr. Jucimar, e o senhor disse, que a sua vinda nessa CPI, estando com um atestado médico... E disse também que a Advocacia do Senado o trouxe até aqui de uma forma arbitrária.

É verdade, senhor? (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não prestou atenção?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu não prestei atenção.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Mas deveria estar prestando atenção.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu peço desculpas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Excelência, então, eu peço que volte um minuto para que eu possa...

Ele não estava prestando atenção.

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu peço desculpas, porque o advogado me interrompeu aqui com uma informação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Tá bom.

Então, volte um minuto aí, por favor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto a mais.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Vou iniciar.

O senhor tratou aqui da sua vinda na CPI, estando com um atestado médico... E disse também que a Advocacia do Senado o trouxe até aqui de uma forma arbitrária. Foi isso?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, eu falei que o fato de não ter sido... Passado por uma perícia presencial da... Não a condução. A condução foi ordem judicial e tinha que ter vindo mesmo. Não foi nada arbitrário. Inclusive, os servidores da Casa, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar, foram muito educados, serenos.

Então, o que eu disse foi que achei que o fato de eu não ter passado por uma perícia presencial aqui... Mas o Presidente também já justificou que...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O.k., já entendi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabia, e o Brasil sabe, que temos um homem preso, doente, muito debilitado fisicamente e numa condição corpórea de alta vulnerabilidade. Mesmo assim, está preso, estando sua família muito, mas muito apreensiva, chegando a um risco altíssimo por sua vida.

Esse homem é um grande herói, um mártir, um salvador da democracia, um soldado que representa as famílias brasileiras da direita conservadora, que lutam pela liberdade; são gritos que ouvimos nas ruas sobre esse cidadão. O senhor sabe de quem eu estou tratando? Sabe? Então diga o nome dele aí, por favor. Eu estou lhe... É apenas...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu imagino que seja o Presidente Bolsonaro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Acertou, meu amigo. Exatamente esse: Presidente Bolsonaro. Veja que eu não precisei falar o nome dele.

Parabéns, o senhor acertou. É esse homem que está lá e está preso. Eu entendi a sua apreensão, doentezinho assim, está certo. Mas e esse homem aqui, Presidente, sofrendo, chorando, mesmo assim mantendo-se firme pelo Brasil, pelos brasileiros. E tomara Deus – e aí eu rogo ao STF – que libere esse grande batalhador do Brasil, Presidente Bolsonaro, que mande ele para casa. Eu rogo ao STF que faça isso.

Continuando, senhores, continuando.

O senhor tratou muito da CGU, que informou à CGU... Qual foi o fato mais importante que o senhor enviou para a CGU sobre tudo o que estava acontecendo?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Quando a CGU fez a auditoria, eles solicitavam informações, e a área técnica da Dcben e a Cgpag encaminhavam essas informações. Nós, inclusive, demos acesso à CGU a todos os processos que foram mencionados aqui já pelo eminente Relator, que foram os processos de ACT; a CGU teve acesso a todos eles, a esses processos que foram questionados. A CGU teve acesso e tem acesso a esses processos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sim, senhor, obrigado.

O senhor saiu do Amazonas, veio para Brasília... É muito provável que o senhor saiu por um apoio político. Isso aí está certo. Não adianta o senhor me dizer o contrário. Ninguém sai do estado para cá se não tiver um abraço político; essa é a verdade. Eu até sei quem é.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vários suspeitos de terem roubado os nossos aposentados e pensionistas, hoje, estão presos ou com tornozeleiras eletrônicas, e isso nos diz que eles realmente são ladrões do nosso povo mais idoso, daqueles que derramaram o seu suor por anos, e, hoje, estando idosos, estão sendo roubados por muitos espertos, e essa CPI vai fazer justiça. Está na hora de o senhor entregar todos esses; está na hora de o senhor delatar todos esses, porque são ladrões e usaram o senhor.

Presidente, eu vou falar umas coisas aqui que ninguém espera, talvez por eu ter sido o Deputado que colheu a primeira assinatura para essa CPI.

O senhor sabia disso, que fui eu que criei esse negócio, que chegou à CPMI? O Presidente sabe: o Deputado Coronel Chrisóstomo, do Estado de Rondônia. E eu vou lhe dizer uma coisa aqui agora que vai estremecer o Brasil. Tem gente da música que está envolvido com advogados que vieram aqui – tem!

Prepare-se, Presidente! Wilians está lavando dinheiro na música...

(Intervenção fora do microfone.)

Tem safadão aí que tem que ter cuidado. Eu estou dizendo que o Brasil vai se virar. Tem gente da música que é um avião, e está convocado aí também.

O senhor está vendo, Presidente? Tem dinheiro sendo lavado aí de advogados que sentaram aqui. Aguarde que o requerimento eu vou trazer.

Os senhores estão vendo, senhores? Lavando dinheiro do roubo dos aposentados na música. Talvez, por eu ter sido o criador, estão me passando informações. E eu não vou me calar, porque eu estou aqui defendendo os nossos aposentados e pensionistas, aqueles que deram o seu suor e hoje mereciam todo o nosso respeito. E muitos estão roubando essas pessoas, não só nos descontos mensais, nos consignados, que nos consignados continuam sendo roubados.

Por isso, entrei com o requerimento para estancar tudo, Presidente. O senhor deve receber isso, se não hoje, amanhã o senhor vai receber – um requerimento meu para estancar tudo.

O Governo tem que fazer isso, Excelência. O senhor, que é o representante do Governo, tem que estancar; seja consignado, seja desconto de mensalidade. Não dá para nós tratarmos disso e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estancarmos isso. Eu chego, e os velhinhos dizem: "Eu estou sendo roubado, Deputado". Este mês tem pessoas sendo roubadas – este mês, Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Eu estou falando o que é verdade: o Governo tem que estancar, tem que estancar os consignados também. Tem muitos bancos aí no rolo. Então, estanca tudo, até que a CPMI conclua os trabalhos. É essa a minha sugestão.

E eu também já fiz o requerimento para o senhor, pedindo para... Porque não vai dar tempo, Presidente, nós vamos ficar agora em dezembro sem trabalhar, em janeiro sem trabalhar, não vai dar tempo março. Estou pedindo para o senhor estender por mais dois meses a CPMI, para que a gente possa concluir e mostrar o trabalho que esta Comissão está realizando, um exímio, uma coisa maravilhosa.

Temos um Relator aqui que, se tiver outra CPI, eu vou pedir para que seja ele o Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – E o senhor também o Presidente, um grande... O senhor, fique certo, o senhor será um grande Senador de novo em Minas Gerais. Que Deus o abençoe!

E aqui, para concluir, Excelência, quero aqui dar um abraço neste cara que está do meu lado aqui. O Líder do PL me deu muito apoio desde a primeira assinatura, foi o cara que me deu força. Então, muito obrigado, Sóstenes, nosso grande Deputado, que será votado, assim, expressamente no Rio de Janeiro também. Deputado Sóstenes, Líder do PL, é um grande homem e ele consegue resolver todas as coisas nas melhores condições possíveis.

Presidente, muito obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Fique com Deus e uma boa noite ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Queria ficar por último.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, é porque ele, como não membro, são somente três minutos.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Para interpelar.) – Ah, tá. Entendi. Vamos lá.

Presidente, eu gostaria... Como sempre estou em outras Comissões, qual foi o médico que assinou o atestado da nossa testemunha hoje? Tem o nome dele? A assessoria da mesa poderia depois nos dar o nome?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Falo agora, Excelência. Eu tenho aqui. *(Pausa.)*

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – E o CRM do estado, porque honestamente – e aí já me dirijo ao Sr. Jucimar, agradecendo a ele e ao seu advogado –, porque eu estava falando aqui com alguns colegas – não quero questionar, até porque eu não sou médico –, que, apesar de estar com o atestado, V. Sa., conseguiu responder à altura aqui tudo que foi questionado. Até acho que esse atestado... Não sei se havia tanta necessidade assim, porque, Presidente, se trouxe esse médico aqui, uns 30% da esquerda ali vão ficar de atestado também.

Aliás, tem um problema. Tem um Prefeito de Chapecó, João Rodrigues, que descobriu, Relator... Ele decidiu colocar só duas UPAs do município para dar os atestados, e as outras estavam desautorizadas de dar atestado. Pois ele filmou o antes e o depois. Esse negócio, em especial, muitos servidores públicos – não estou falando que são todos, tem bons servidores públicos –, é um tal de tirar atestado. E, quando ele disse que eram só as duas UPAs, as outras UPAs esvaziaram, e só as que ficaram cheias foram as que davam atestado.

Com esse negócio de atestado, a gente precisa tomar muito cuidado. Não estou aqui acusando nada, muito menos... Eu só acho que a gente precisa dar uma observada. Por quê? É a primeira testemunha que chega aqui que teve que ser buscada. Isso é muito ruim. V. Sa. poderia ter vindo aqui muito antes, dado todos esses esclarecimentos, e talvez já tivesse até virado a página. Isso mancha um pouco a vinda de V. Sa., senhor... É "Jo" ou "Ja"?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Ju.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – É que eu estou mal aqui, vou ter que trocar o óculos, Sr. Jucimar.

O senhor falou durante a sua fala que V. Exa. morou em apartamento funcional. Servidor público tem apartamento funcional?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA (Para depor.) – Dependendo do cargo, do DAS...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Naquele primeiro que o Deputado que me antecedeu, que eu não posso falar o nome porque aqui é um problema, a gente fala...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pode falar que eu não vou pedir.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Você não vai pedir, não? O Deputado Pimenta citou que, primeiro, o senhor teve um cargo menor. Ali já tinha apartamento funcional...

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... ou foi só no outro?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Só no outro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ah, tá. Então, primeiro, o senhor, além de ganhar um salário baixo, teve que pagar aluguel para morar aqui, correto?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Sim. Morava no Entorno de Brasília, inclusive.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – O.k., perfeito.

A sua residência atual e domicílio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Manacapuru, a minha...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Residência e domicílio?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Eu estava em Brasília e fui para Manacapuru.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, não, não. Residência e... Não sei. O senhor vota onde? Seu colégio eleitoral?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – O colégio eleitoral é Manacapuru, Amazonas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então, o senhor reside e tem domicílio em Manacapuru.

Do Sr. Geovani e do Sr. Robson já tem requerimento de convocação para eles aqui, não é, ilustre Relator? Seriam os superiores diretos dele, que foi... Já temos esses requerimentos? Não preciso entrar? (*Pausa.*)

Agora, um dado importante que nós ouvimos hoje é sobre sua ex-chefe direta, a Sra. Ingrid Camilo, que foi trabalhar... Eu nem conhecia esse banco que V. Sa. conhece. Está especialista em banco o nosso Relator. V. Sa. soube que ela saiu, logo após trabalhar no INSS, e foi trabalhar nesse banco?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Nós soubemos que ela tinha pedido uma licença para tratar de interesse particular, que ela ia...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Esse banco empresta consignado a aposentados?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Tem ACT com o INSS.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ah, sai e não tem quarentena? Não existe quarentena, um período de quarentena?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não sei se foi automática a ida dela para lá, conforme o Relator falou, ou se demorou algum tempo, algum prazo. Deve ter demorado, né?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Seria bom, Relator, observar se ela cumpriu quarentena, se não cumpriu, porque aí já é um conflito de interesse muito maior do que a gente poderia pensar.

V. Sa. conhece o Prefeito de uma cidade lá próxima Adail Pinheiro?

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não conheço.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não? Está.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, com os minutos que me restam, eu quero me dirigir ao aposentado e pensionista do Brasil.

Eu, na semana passada, fiz um apelo aqui para que o Governo pudesse estancar essa desgraça dos consignados, que está trazendo desconto no coitado do holerite – para quem é mais antigo como eu – ou folha de pagamento dos nossos aposentados e pensionistas. Fiz o apelo ao Governo, mas já passou uma semana, e continuam pegando consignado.

Segundo informações – nós vamos ouvir aqui os bancos a partir do próximo ano –, está tendo um estilo de consignado – algum outro que não é o primeiro consignado, mas outros que são oferecidos por alguns desses bancos – com juros entre 18% e 23% ao mês. Olha o absurdo que estão fazendo com os consignados no Brasil. Pior do que a agiotagem.

E eu fiz um apelo: "Governo, suspenda!". Mas o Governo do "descondenado" está aí para aposentado? Ele não está nem aí. Ele quer que os banqueiros encham os bolsos de dinheiro, nem que seja dos pobres aposentados com juros de 18% a 23%, que é o que vem acontecendo. Eles não estão nem aí para aposentados.

É por isso, Sr. Presidente, que, cada dia que eu tiver os meus últimos minutos, eu vou continuar fazendo apelo ao Governo do "descondenado" para ver se estanca esse negócio de encher bolso de banqueiro, porque, quando é eleição, ele vem falar que vai governar para os pobres; quando senta na cadeira de Presidente, o "descondenado" governa é para banqueiro encher o bolso de dinheiro de aposentados e pensionistas.

Já que ele não faz, Presidente, eu pedi agora à minha assessoria para oficiar ao Ministro do STF, que é o responsável por esta CPMI, Ministro André Mendonça, que é uma pessoa séria, para que ele, de ofício, suspenda, como Ministro do STF, esse empréstimo irresponsável, que está levando os coitados dos aposentados a ficarem anos... Como nós vimos depoimentos aqui hoje, vindo lá do Acre, de pobres senhoras e senhores que estão pagando os consignados com juros abusivos. Isso é inaceitável.

É por isso, Presidente, que nós temos muito orgulho do trabalho desta CPMI, que, no seu início, foi tentada ser cooptada por esse Governo, que não quer suspender os consignados. Ele continua aceitando que roubem os aposentados na área dos consignados. Deveria ter estancado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

há muito tempo. Não estanca, porque tem acordo com os bancos, sim. O Governo do "descondenado" quer encher o bolso dos donos de banco de dinheiro.

Já que ele não faz, vamos ao Ministro André Mendonça. Farei o ofício a ele, e se V. Exa... Porque, se dependesse da esquerda, primeiro, a CPI não existiria aqui, porque não assinaram; segundo, já que existiria, eles queriam cooptar, eleger alguém do conluio deles, para ficar aqui passando a mão em cima, e não resolver o problema dos aposentados.

Graças a Deus, V. Exa. ganhou a eleição e colocou um Relator de nível, que tem feito um trabalho sério aqui. E agora que V. Exas... Além do meu requerimento, deixo aqui a sugestão para que esta Presidência e relatoria também oficiem ao Ministro André Mendonça, para que possa, imediatamente, de ofício, fazer o que o "descondenado" Lula não faz, que é suspender esses consignados, e mais, devolver onde houver juros abusivos aos coitados aposentados.

Não dá mais para a gente ver esses aposentados dessa forma.

Para terminar meu tempo, Sr. Presidente, quero dizer ao Sr. Jucimar que, com tudo que eu ouvi aqui, Sr. Jucimar, com muita honestidade, quem assinou tudo o que nós ouvimos aqui, eu fico, Sr. Relator, com a sua fala final: se é incompetência, foi porque não foi doloso, e, se foi doloso, fez parte da maior roubalheira do país.

(Soa a campainha.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não tem terceira alternativa, lamentavelmente.

Eu vou, depois, trazer os ACTs assinados por ele, de 2023 para frente, porque eu tive um colega aqui, que só fez questão de parar em 2022. Eu pedi à minha assessoria técnica, e eles estão preparando. Na próxima sessão, eu vou ler de 2023 para a frente, porque eu não vim para esta CMPI, Relator e Presidente, para falar de governo A ou B; eu vim aqui para defender o aposentado que está sendo roubado por pessoas que, dentro do INSS, não cumpriram minimamente o seu papel de impedir que isso acontecesse.

É triste, é lamentável a gente ficar aqui até esta hora, 0h30, Sr. Presidente, só para falar que os brasileiros ainda continuam sendo roubados em 2025, e o Governo do "descondenado", Presidente da República, não faz nada para estancar os consignados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros, três minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado.

É muito importante a gente entender a atuação do PT nesta CPI. E é importante também compreender como se comporta o partido no Governo e fora dele.

O PT e este Governo não têm a menor coerência com os fatos e com o que acontece. O importante é a narrativa.

E, veja só, o partido que se arvora de defender minorias, Sr. Relator – está estampado aí, o Governo deles, em todos os jornais –, como o partido que colocou, semana passada, as mulheres que vieram para a marcha negra, numa cocheira – é gente, numa cocheira de cavalos. Nem no tempo da escravidão as mulheres negras eram colocadas no lugar dos cavalos; tinha uma senzala. Agora, está aí. Que neguem os fatos.

Mas qual é a atuação deles aqui? Obviamente, esconder e blindar o que é negativo para o Governo e acusar Jair Bolsonaro. E tanto é que hoje foram buscar a velha narrativa das joias.

Eu gostaria que, se possível, colocassem ali na tela, para quem está nos assistindo ver.

Vejam só, vieram falar aqui hoje...

"TCU [...] [já decidiu]: presentes personalíssimos pertencem ao presidente."

A outra.

"TCU decide que joias sauditas não são patrimônio público"; mas eles continuam na mesma narrativa de dizer, de demonizar Jair Bolsonaro e o colocar como culpado.

Pode tirar.

O que acontece? Desde o primeiro dia nesta CPI eles tentam fazer um recorte.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – A CPI foi colocada... A investigação mostra que começou no Governo Jair Bolsonaro e que eles não têm nada a ver com o fato.

Quando você vai ver... Aí temos lá a Contag, que eles tentam blindar aqui o tempo inteiro.

Eu gostaria que, se possível, colocassem aquele recorte da Contag ali no outro...

Só me dê um pouquinho mais de tempo, Presidente, porque está colocando ali.

Veja só: olhe quem está defendendo a Contag. O MST, obviamente doído com o trabalho da CPI, está lá; o MST, que é uma das organizações criminosas muito ligada ao PT; e, aí, defendendo a outra por causa do trabalho da CPI. Mas o mais feio...

Pode colocar a outra. *(Pausa.)*

É porque eu tinha mandado mais, mas tudo bem.

A outra era a recepção da Contag lá por vários ministros do PT. Enquanto a CPI está, aqui, investigando, estava a galera do PT recebendo eles lá na COP 21.

Então, Sr. Presidente, o que fica claro aqui é o seguinte: Frei Chico e demais personalidades ligadas ao PT, ao Governo do PT, eles querem blindar. Hoje, eu vi aqui uma coisa muito perigosa: o início de uma narrativa... E de PT eu entendo um bocado. Eu vi começar, no início desta sessão, aqui, quererem desqualificar e desmoralizar a Presidência e a relatoria desta CPI.

E eu espero que os brasileiros fiquem atentos, porque, quando eles não aguentam rebater os argumentos, eles geralmente destroem o dono dos argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É importante o Brasil ficar atento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Relator se tem mais alguma observação; ao Sr. Jucimar, se tem mais algum ponto que gostaria de falar ou corrigir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUCIMAR FONSECA DA SILVA – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Parto para o encerramento da nossa sessão, como sempre, deixando uma palavra do Presidente aos brasileiros.

Um país só é digno do futuro quando protege quem construiu o passado.

Senhoras e senhores brasileiros que nos assistem, hoje não encerramos apenas a penúltima sessão da CPMI do INSS; hoje encerramos mais um capítulo de uma história que jamais deveria ter sido escrita no Brasil. E permitam-me começar não com números, mas com uma imagem, porque a verdade, quando é real, dói.

Hoje cedo recebi uma mensagem de voz de uma aposentada de Uberaba; a voz era fraca, mas firme: "Senador, eu nunca pedi nada a ninguém; só queria meu dinheiro de volta para comprar o remédio que preciso. Eles tiraram até isso de nós". O nome dela podia ser D. Maria, D. Neuza, D. Raimunda, porque essa história se repete no Brasil inteiro, como se fosse uma ferida aberta.

Tem D. Maria contando moedas no caixa da farmácia; tem Sr. Antônio vendendo o que pode para pagar empréstimo que nunca fez; tem viúva recebendo menos que o preço de um botijão de gás porque alguém decidiu, atrás de um computador, que ela faria parte de uma associação de que ela nem sabe pronunciar o nome.

E aqui faço um pedido de verdade. Não estamos discutindo um processo frio, estamos discutindo a vida real das pessoas: o Brasil que pega ônibus cedo, o Brasil que toma café ralo, o Brasil que não tem a quem recorrer quando o Estado falha. É por essas pessoas que esta CPMI existe; é por elas que este Plenário não se curva, é por elas que esta sessão tem peso histórico.

O depoente de hoje, trazido por condução coercitiva, depois de duas faltas, dois atestados e duas tentativas de fuga, não representa apenas um servidor, representa toda uma engrenagem; uma engrenagem que escolheu não ver. Ouviu e não quis agir. E hoje ficou claro que ele teve quatro oportunidades reais de impedir o roubo dos aposentados. Quatro! Quatro portas se abriram, ele fechou todas: a primeira quando validou a Conafer mesmo sob investigação; a segunda quando ignorou a área técnica e liberou os bloqueios associativos da Contag; a terceira quando abriu uma solução provisória que virou uma porteira escancarada para milhões de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontos fraudulentos; a quarta quando assistiu ao surgimento explosivo de entidades e disse, tecnicamente, que estava tudo certo.

E quando ele assinava, senhores, o Brasil sangrava: de R\$800 milhões para R\$3,5 bilhões, de algumas entidades para milhares, de pequenos golpes para uma fraude industrializada contra quem mais confiava no Estado. E o que ouvimos aqui hoje? Não tinha poder, só sugeria, que não era com ele.

É importante lembrar que servidor público tem o dever maior do que qualquer assinatura: o dever de cuidar das pessoas. Quando o Estado falha, não é só um sistema que quebra, é a confiança de milhões de pessoas, de cidadãos, que nós decepçamos.

As quatro decisões confirmadas hoje não são opiniões, são atos administrativos. Atos administrativos têm PAE, têm data, têm sistema, têm rastro, têm responsabilidade e têm autores. Quem assina é responsável; quem é responsável responde; e quem responde responde perante a lei.

Há mais um ponto que não pode ser ignorado. O depoente hoje diz que não viu irregularidade; é o mesmo que faltou duas vezes, apresentou dois atestados e tentou escapar de uma perícia médica do Senado. Quem nada deve, não foge. Quem confia na própria inocência, não evita depoimento. Quem está com a consciência tranquila, não teme a verdade.

O Brasil, senhores, merece respeito. Os aposentados merecem respeito. Não é aceitável que alguém diga que não viu enquanto milhões gritavam, milhares reclamavam lá. Não é aceitável cruzar os braços quando o povo mais frágil é atingido. Quem ocupa cargo público não pode ser espectador, tem que ser protetor.

Houve roubo, sim. Houve roubo de milhões de aposentados. Houve roubo com código, com biometria, com parecer e com assinatura.

O aposentado brasileiro não merece risadas, ironias ou evasivas; merece respeito.

E nesta CPMI, respeitar o povo é dizer a verdade. Se não viu, foi incompetência. Se viu e permitiu, foi conivência. Não há terceira alternativa aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto investigamos o passado, o presente volta a gritar. Já sabemos que não existem coincidências demais para quem lida com o dinheiro público. Mas coincidência não resiste à luz da verdade.

O que estamos fazendo aqui não é caça às bruxas; é luz, é transparência. E transparência, em um país como o nosso, não é luxo; é sobrevivência, senhores.

Por isso, eu anuncio: acabou a era dos convites, acabou. Agora é convocação. Agora é verdade no rosto, agora é responsabilidade, com nome e sobrenome, e cada Parlamentar terá de colocar o seu dedo e a sua assinatura nessas convocações. O povo vai saber como vota cada um aqui. Todos têm de ser ouvidos. Ninguém pode ser blindado. Cada assinatura, cada ato, cada parecer fará parte do relatório final.

E esta CPMI não arquiva responsabilidades; ela encaminha. E encaminhará o que for necessário para dar respostas ao Brasil. E eu quero deixar claro, hein? Quatro oportunidades perdidas não são acasos, são padrão. E padrão, neste caso, significa responsabilidade direta.

Nós vamos solicitar a prorrogação da CPMI até maio do próximo ano, porque a segunda fase será mais profunda e mais desafiadora: a fase dos bancos, a fase do dinheiro, a fase dos financiamentos, muitas vezes, a campanhas públicas, a fase das conexões que não aparecem na tela, mas aparecem nos extratos de gente pobre, inocente, aposentada do Brasil.

Nosso país já sofreu demais com erros que se repetem. Chegou a hora de encerrar o ciclo da irresponsabilidade, a hora de reconstruir com coragem e com ética. Esta CPMI tem a missão de ser marco nessa virada do Brasil.

Encerramos esta reunião, senhoras e senhores, com a certeza de que não estamos aqui por manchetes. Estamos aqui pela dignidade do povo que construiu este país. Estamos aqui por justiça. Estamos aqui pela verdade, porque quando o Estado falha com o aposentado, não falha só com uma pessoa; falha com a história inteira de um país que nunca desistiu.

E, ao final, quando o relatório for lido, eu quero que o Brasil olhe para esta CPMI e diga: aqui a verdade venceu, aqui ninguém passou impune, aqui os aposentados não ficaram sozinhos. É o que eu espero que possamos escrever numa história que o Brasil merece.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Jucimar... (*Palmas.*)

Obrigado, senhores.

Por ter dito aqui que o senhor não foi convocado corretamente e por não ter dado as datas corretas que o promotor lhe perguntou sobre ACTs, o senhor está preso por calar a verdade.

Determino à Secretaria-Geral e à Polícia que conduzam o Sr. Jucimar para que o flagrante seja lavrado.

A sessão está encerrada, senhores.

(Iniciada às 16 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 00 horas e 27 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

